

Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia

Fortificação, guerra e poderes no *Ġarb al-Andalus*
(dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)

Dissertação de doutoramento em História
apresentada à Universidade de Évora,
sob orientação do Professor Doutor Filipe Themudo Barata e
co-orientação do Professor Doutor Christophe Picard

ÉVORA
Setembro de 2010

Fortificação, guerra e poderes no *Ġarb al-Andalus*

RESUMO

A tese de de F. M. R. Branco Correia debruça-se sobre as fortificações e aspectos da guerra no território ocidental da península Ibérica – conhecido através das fontes escritas árabes como *Ġarb al-Andalus* - entre os séculos VIII e primeira metade do XIII. Em termos geográficos, o território em análise abrange uma extensa área entre as bacias do Tejo e do Guadiana - sem fazer das fronteiras entre Portugal e Espanha uma linha de separação - estendendo-se, por vezes, a zonas próximas do Douro e até à parte ocidental da actual Andaluzia. A dissertação utiliza a informação proveniente da documentação escrita de origem árabe e medieval, mas igualmente dados de origem arqueológica, sem deixar de reinterpretar alguns dados da toponímia. Estudam-se as dinastias de origem regional que conseguiram afirmar-se na governação da parte ocidental do *al-Andalus*, bem como a forma como a dinastia árabe omíada se conseguiu afirmar na região, durante o período do Emirado e do Califado de Córdoba. Por outro lado, são também estudados os impactos a nível administrativo e militar de dinastias islamizadas de origem norte-africana – Almorávidas e Almóadas. Assim, ao debruçar-se sobre aspectos essenciais do contacto entre uma parte da península Ibérica com o mundo islâmico ocidental, esta tese interessa-se por aspectos fundamentais de uma herança patrimonial, histórica e artística comum ao Sul da Europa e ao Norte de África e, por outro, mostra como no período medieval se cruzaram, no território em causa, influências plurais de matriz cristã com outras de matriz islâmica.

ABSTRACT

The thesis focuses on aspects of warfare and fortifications in the western part of the Iberian peninsula - known from arabic written sources as *Ġarb al-Andalus* - from the eighth century and first half of XIII. In geographical terms, the territory in question covers an extensive area between the basins of the Tagus and Guadiana - without border between Portugal and Spain a dividing line – extending, sometimes, to areas close to the Douro and the part the current western Andalusia. These pages use information from the written documentation of Arab and Mediaeval origin, but also from archaeological source, and they reinterpretate some information from toponymy. The origin of regional dynasties that managed to assert itself in the governance of the western part of *al-Andalus* is studied, as well as how the Arab Umayyad dynasty was able to assert in the region during the Emirate and the Caliphate of Cordoba. On the other hand, are also studied the impacts of both administrative and military Islamic dynasties of North African origin - Almoravids and Almohads. Thus, to focus on key aspects of contact between the occidental region of the Iberian Peninsula to the western Islamic world, this thesis is interested in fundamental aspects of a patrimonial heritage, history and art common to southern Europe and North Africa. In the other hand, it tries to show how in the medieval period have crossed into this territory plural influences from Christian and from Islamic societies.

Introdução

O início deste milénio ficou marcado por acontecimentos trágicos, em Nova Iorque, em Madrid e em Londres que fizeram o Mundo Ocidental estar mais atento a uma zona do Globo que, depois do fim da I Guerra Mundial, sofreu - com o fim do Império Otomano - profundas alterações.

Estes picos de conflitualidade trouxeram consigo teorias sobre a oposição existente entre dois mundos, entre duas Civilizações que, desde há muitos séculos, chocaram e chocavam entre si.

No que diz respeito à Península Ibérica, porém, a presença de uma memória e mesmo de uma presença que tem que ver com uma relação estreita com o Mundo Islâmico não é novidade nem surge como algo completamente novo. A historiografia recente tem destacado a necessidade de um conhecimento mais aprofundado do passado islâmico da Península Ibérica e, particularmente, do seu ocidente. A especificidade dos séculos da medievalidade na Península Ibérica e até do «feudalismo» hispânico tem sido relacionado, em certa medida, com a persistência de elementos e estruturas anteriores ao processo da «reconquista». Esse mesmo processo envolveu, como se sabe, vários séculos, avanços e recuos por parte dos vários elementos em conflito, mas também a criação de zonas de “fronteira” - com uma sociedade e paisagem diferentes das que se encontravam longe de cenários de conflitos mais agudos. Essa conflitualidade foi materializada, em grande medida, pela edificação de construções de carácter militar e pela conflitualidade armada, muitas vezes praticada junto a essas fortificações ou delas partindo.

Um estudo deste tipo envolve o manuseamento e a utilização de fontes escritas produzidas no quadro do al-Andalus e de outras formações do *Dār al-Islam*; mas também as fontes escritas produzidas no quadro do mundo cristão medieval e que lançam luz sobre acontecimentos e recontros entre as duas formações que se coexistem em solo ibérico desde o século VIII. O tema que se vai tentar tratar nesta dissertação envolve o uso de fontes escritas de época islâmica, mas também as fontes relativas aos reinos cristãos. Não pode dispensar o conhecimento do território em causa e daí a atenção constante em relação aos aspectos da geografia desses mesmos territórios. Tem de estar atenta à arquitectura - sobretudo militar - mas também aos dados provenientes da arqueologia.

É uma abordagem pluri-disciplinar mas que privilegia o cavename da História e a enriquece com os dados obtidos a partir das fontes escritas - e há algumas que só recentemente se mostram disponíveis para serem utilizadas em contextos de história institucional e militar- mas também dos dados da Arqueologia, da toponímia e das lógicas do território.

Em vez de se partir das construções, sobre as quais faltam muitas vezes os dados seguros e as análises de paramentos e mesmo físico-químicas seguras e disponíveis para um conjunto de fortificações que se pensa serem da mesma época ou de épocas semelhantes e sobre as quais nem sempre há um registo de todas as obras e restauros levados a cabo, optou-se por partir dos dados históricos, apesar de algumas limitações que esta metodologia possa impor.

Por outro lado, a História permite outras vantagens e traz outros benefícios; fala dos agentes das transformações, das razões e circunstâncias que levam a tal, permite definir linhas de explicação por comparação com outros locais que apresentem soluções arquitectónicas militares semelhantes mas com informações históricas coincidentes temporalmente. Ou seja, sempre que possível serão validados dados através da prática que em alguns sectores se chama de “double-check”, procurando que os dados provenientes da informação arqueológica e da informação de base textual possam coincidir, garantindo asserções credíveis.

Optou-se, em termos metodológicos, por não fugir à comparação com outras regiões islamizadas. Os **processos** não são iguais, não há decalques, nem mimetismos. Porém, há respostas que são semelhantes, **processos** que colocados em paralelo com o sucedido em outras paragens submetidas a idênticos desafios ou às mesmas tensões, podem responder de forma semelhante e, alguns casos, tendem a imitar reacções. Há outras razões para aproveitar esses paralelos. Quando emires e califas optam por uma *kuniya* com conotações claras e que remetem para uma determinada personagem, não o fazem de forma gratuita. Por outro lado, os próprios cronistas, alguns deles de origem oriental, não só usam *topoi* como mostram claramente que, nesta grande comunidade arabo-islâmica que irá desenvolver-se da Península Ibérica às margens do Indo, as pessoas, as ideias e os produtos circulavam com uma velocidade por vezes insuspeitada.

As diferentes sociedades de base arabo-islâmica tinham elas próprias características que favoreciam essa comunicação e esses encontro de ideias. Trata-se de um conjunto de sociedades com tendências religiosas monoteístas em que a peregrinação é tida como fundamental. A viagem, o estudo em outras paragens, a busca de mestres é estimulada. Todas estas características favorecem o encontro de ideias. Normalmente coloca-se essa troca unicamente no campo intelectual: historiografia, filosofia, poesia, adab, *Fiqh*, ciências religiosas ou saberes mais profanos, como a medicina, a farmacologia ou mesmo a botânica. Porém, não há razões para excluir outros campos, como o da arquitectura e o que actualmente se chama de “ciências militares”.

Mas há também a consciência de que este trabalho não está a inovar no uso desta metodologia. Vários são os autores que nos últimos anos têm colocado a tónica nas vantagens de apresentar paralelos ou, simplesmente, lembrar processos similares em outras paragens de um complexo mundo arabo-islâmico. A historiografia anglo-saxónica tem-se distinguido nessa abordagem, não faltando exemplos desse tipo de atitude que tem por objectivo facilitar a compreensão de processos que, através da apresentação similitudes, podem ser mais inteligíveis. Hugh Kennedy em algumas das suas obras traça alguns desses paralelos que, em alguns casos, são geograficamente opostos; refere, por exemplo, que “a conquista do *al-Andalus* assemelhava-se, em menor escala, à conquista muçulmana do Irão”¹. O mesmo autor compara a derrota dos visigodos em Toledo com a derrota que mais tarde terá lugar no Oriente, na Batalha de Hittin ou Hattin que oporá tropas de Saladino às dos cruzados de Jerusalém². Embora a comparação possa parecer abusiva, abre, porém, uma série de perspectivas que podem ser de grande utilidade para compreender padrões de comportamento que se podem repetir em momentos e em locais diferentes. A História não se repete, mas a comparação pode abrir horizontes para a compreensão de fenómenos semelhantes.

A comparação é tão mais necessária que os próprios autores do período árabe ou os que escrevem já fora do *al-Andalus* mas dentro do contexto dos territórios do Islão não deixam de fazer comparações com outros territórios. É o que se passa, por exemplo, com al-Ĥimyarī que ao falar do *al-Andalus* refere semelhanças com a Síria a nível da fertilidade dos solos, bem como a nível do Iémen no que diz respeito ao clima temperado, não deixando de dar a opinião de que quanto aos aromas e finura dos produtos os paralelos devem ser feitos com a Índia³.

1. Hugh Kennedy, *Os muçulmanos na Península Ibérica*, Lisboa, P.E.A., 1999, p. 31.

2. *Ibidem*, p. 33.

3.

Ibn Abd al-Mun'im al-Ĥimyarī, *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar fi Ĥabar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyarī / texte arabe des notices relatives à*

Claude Cahen é um dos autores que está atento à existência de possíveis paralelismos entre o Ocidente e o Oriente do Mundo Mediterrâneo ou, se quisermos, entre *al-Andalus* e o *Mašriq*. É o que se passa, por exemplo, no caso das concessões territoriais, coisa em que o referido arabista lembra que Pedro Chalmeta "signala un certain parrallélisme entre les concessions andalouses et celles des frontières orientales" ⁴.

Fontes escritas – cronistas, literatos e mesmo geógrafos não tinham grande apetência para descrever fortificações ou detalhes arquitectónicos de todas as fortificações, a não ser que se trate de aspectos verdadeiramente diferentes, extraordinários e únicos. Não vale a pena ir longe e tentar trazer à colação como exemplo o caso da mesquita de Córdoba, mas só alguns edifícios únicos, muitos deles herdados da Antiguidade, mereciam uma atenção especial a nível dos detalhes.

As aporções da Arqueologia, nos últimos anos, têm sido importantes, mas não há ainda respostas para todos os sítios perspectivados por este estudo. Em muitos casos, é necessário supor determinadas evidências. Porém, se em muitos casos são os arqueólogos que fornecem elementos para os historiadores, também é possível que estes últimos – ou aspirantes a tal – se atrevam a propor pistas que venham eventualmente a ser exploradas pelos arqueólogos.

Mesmo as crónicas revelam não só limitações mas também, em muitos casos, repetições algo decepcionantes. Esta observação, sentida por muitos investigadores, foi expressa recentemente por um historiador espanhol de forma muito clara. Diz Eduardo Manzano que "leer estas fuentes una detrás de otra es una experiencia algo frustrante. Aunque llos relatos que narran la llegada de los conquistadores son relativamente abundantes, el problema reside en que casi todos ellos parecen decir lo mismo ...". E, mais adiante, de forma sintética resume o que muitos outros estudos e edições de textos dizem por outras palavras, pois muitas destas obras são "compilaciones de compilaciones que eran, a sua vez, refundiciones de textos diversos"⁵.

Apesar de algumas limitações, tem sido possível, sobretudo nas últimas décadas, produzir trabalhos fundamentais para a História de *al-Andalus* e referências incontornáveis para esta dissertação. Começando por Espanha, aqui a presença islâmica sempre fez correr muita tinta e suscitou opiniões apaixonadas, mas também estudos lúcidos; a escola de arabistas em Espanha suscitou a formação de um escol de profissionais que, de forma continuada desde o século XVIII (desde o labor de Miguel Casiri (*Mikhail al-Ġaziri*) com os manuscritos do Escorial⁶, passando por Conde -

l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France, (ed., intro., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938 p. 3 edição ár.; p. 5 trad.

4. - cf. Pedro Chalmeta, "Concessions territoriales dans al-Andalus: données inédites et rectifications" in PETERS, Rudolph (ed.), *Proceedings of the Ninth Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, Leiden, E. J. Brill, 1981, p. 56; a percepção de duas Espanhas, uma influenciada pela arte de origem transpirenaica e outra com influência árabe está patente em Mérimée (*Viajes a España*, p. 227, citado por Serafín Fanjul, *La quimera de al-Andalus*, Madrid, 2004, p. 218.

5. Eduardo Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, 2006, p. 11.

6. M. Casiri, *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis*, 2 vols., Madrid, 1760–1770.

utilizado por Alexandre Herculano - Pascual de Gayangos⁷ e pela figura impar de Francisco Codera, responsável pelo florescimento da escola arabista espanhola⁸, se tem dedicada a publicar fontes, editar revistas, formando especialistas no campo da língua, mas também da Arte e Arqueologia, sentindo-se recentemente uma grande produção a nível historiográfico. A marca monumental bem presente em cidades como Córdova, Sevilha e Granada - para citar três das mais importantes - sempre colocou o Islam ou a presença árabe dentro da História de Espanha, dando um valor que variou com as épocas, as sensibilidades e as posições ideológicas de quantos se dedicaram a tentar explicar aspectos dessa presença de séculos.

No caso de Portugal, que se afirmou territorialmente, em grande medida, graças a conquista de territórios islamizados, a presença desses séculos nunca é esquecida; mas, foi durante muito tempo na qualidade de vencido. Porém, não faltaram exceções a esta abordagem: o esforço de Herculano⁹ em dar o devido peso aos séculos de domínio islâmico foi burilado por David Lopes em obras que ainda hoje não deixam de ser referências obrigatórias¹⁰.

Gradualmente, e até à década de quarenta, surgiram em Portugal trabalhos que convergiam para as comemorações da fundação da Nacionalidade, na década de 40, os quais se debruçaram sobre aspectos da História militar; destacam-se os trabalhos de A. Botelho da Costa Veiga, que escreveu vários artigos centrados na questão da Batalha de Ourique, bem como em outros temas relacionáveis com o choque entre um Portugal em formação e a realidade política e militar do *al-Andalus*, escritos que surgem desde a década de vinte e se prolongam até aos anos sessenta¹¹. É uma época em que se assiste a uma valorização de muitos dos castelos existentes em Portugal, no quadro de uma ideologia nacionalista mas sem deixar de recuperar esses monumentos com preocupações informativas e com critérios de restauro, por muito discutíveis que hoje possam

7. Veja-se a sua obra maior: *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain - extracted from the Nafhu-t-tib min Ghosni-l-andalusi-r-rattib wa Táríkh Lisánu-d-dín Ibni-l-Khattib*, by Ahmed ibn Mohammed Al-Makkari, 2 Tomos, Londres, 1840-1843.

8. Sobre F. Codera y Zaidín a bibliografia é extensíssima; veja-se, sobre este autor a introdução que lhe dedica María Jesús Viguera Molins no extenso prólogo que dedica à edição da obra: F. Codera y Zaidín, *Decadencia y desaparición de los Almorávides de España*; (ed. de M^a Jesús Viguera Molins), Pamplona, Ed. Urgoiti, 2004. Veja-se também a obra de síntese de James T. Monroe, *Islam and the Arabs in Spanish Scholarship (Sixteenth Century to the Present)*, Leiden, E. J. Brill, 1970.

9. Alexandre Herculano, *História de Portugal...*, 4 vols., Lisboa, Livr. Bertrand, (reedição) 1980.

10. Vejam-se David Lopes, *Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano*, (Separata do *Boletim de Segunda Classe*, vol. III e IV, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa), Lisboa, Imprensa Nacional, 1911; idem, "O domínio árabe", in *História de Portugal* (dir. de Damião Peres), vol. I, Barcelos, Portucalense editora, 1928; idem, *Nomes árabes de terras portuguesas* (colectânea organizada por José Pedro Machado), Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.

11. Augusto Botelho da Costa Veiga, "Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra", Separata da revista "Brotéria", vol. XXXI, fasc.5, Maio de 1938, 4 p; idem, "Breves palavras sobre a questão de Ourique", Separata de *O Instituto*, vol. 76, no3, Coimbra, Impr. da Universidade, 1928, 18 p.; idem, *Estudos de história militar portuguesa*, vol. 1, Lisboa, 1939.

parecer¹².

O interesse específico pelas fortificações não deixou de se manifestar entre os anos quarenta e setenta. Uma das obras mais relevantes produzida nesta época é devida ao General João de Almeida, o *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, publicada em três volumes, por distritos de Norte a Sul do país, e onde os monumentos são distribuídos por distritos e, dentro destes, por concelhos; apesar de algumas das informações serem superficiais e desprovidas de base científica, esta obra aporta informação escrita, gráfica e fotográfica que não deve ser desprezada nem ignorada¹³. Trabalhos de outras épocas, nem sempre lembrados, continuam a ser muito úteis; é o caso de, para Lisboa, Vieira da Silva e, para a zona Centro, as páginas de Neves Larcher.

Damião Peres produziu, na década de sessenta, uma obra sobre os castelos de Portugal que ainda hoje é utilizada, mas onde a História se encontra muitas vezes mesclada com a lenda¹⁴. Na década de setenta começam a surgir trabalhos de índole científica; é o caso dos trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e da sua *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*¹⁵. O trabalho pioneiro de Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁶ foram seguidos de forma exemplar por Mário Jorge Barroca que, para além de muitos e densos artigos tem uma extensa contribuição na *Nova História Militar*¹⁷, recentemente editada por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, obra colectiva que vem preencher um vazio de muitas décadas, desde os trabalhos de Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda¹⁸ e de Carlos Selvagem¹⁹. Por outro lado, a necessidade de estudos de História militar, algo arredados do interesse dos investigadores durante fases de dominância clara da História Económica e Social, foram retomados igualmente em Coimbra, pelas mãos de João Gouveia Monteiro²⁰ que, embora se dedique especialmente à Baixa

12. Esses restauros que, em muitos casos, foram muito profundos, ficaram documentados em muitos números dos chamados *Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*.

13. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Ed. do autor, 1948.

14. Damião Peres, *A gloriosa história dos mais belos castelo de Portugal*, [Porto], Portucalense Editora, 1969.

15. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Porto, 1978.

16. Com quem tive o prazer de acompanhar, no terreno, a mestria no processo de escavação, durante os poucos dias em que, como convidado, não deixou de querer participar activamente nas escavções levadas a cabo no castelo de Gormaz, por Juan Zozaya, em 1979.

17. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (coorden.), *Nova História Militar*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

18. Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda, *História organica e politica do exercito portu-guez : provas*, Lisboa, Imp. Nacional - Coimbra, Imp. da Universidade, 12 vols, 1902- 1907 (para o período medieval interessa sobretudo o primeiro volume).

19. Carlos Selvagem, *Portugal militar : compêndio de história militar e naval de Portugal: desde as origens do Estado portucalense até ao fim da dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931 (reeditado em 1991).

20. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média - Presença, perfil*,

Idade Média, aporta conhecimentos muito úteis para fases anteriores; e o mesmo se pode dizer das aportações sobre as navegações na fachada litoral ocidental atlântica, da autoria de Fernanda Espinosa e, mais recentemente, de Luís Miguel Duarte²¹, investigações que ajudam a perceber as fases finais do extremo ocidente do *Ġarb al-Andalus*. Muito deste trabalho de renovação do interesse pela História Militar tem-se feito em redor da investigação apoiada por instituições de Palmela, onde se destaca o empenhamento constante - há mais de uma década - de Isabel Cristina Fernandes, autora de trabalhos insubstituíveis sobre a região em redor dessa localidade e da área de influência da Arrábida.

Porém, se os estudos sobre História militar são fundamentais, as fontes escritas específicas sobre o sul árabe medieval serão centrais no estudo que se pretende apresentar²². Depois do desaparecimento de David Lopes, assiste-se à continuação do labor de um grupo de arabistas em Portugal, entre os quais se destacam José Pedro Machado, J. Figanier, Domingos Garcia Domingues (com interesses sobretudo na área do Algarve) e Pedro Cunha Serra, com trabalhos no campo da toponímia. Apesar de uma produção regular e de qualidade, os arabistas nacionais não tinham ao seu dispor fontes e crónicas novas que trouxessem, então, aportações e novidades para o campo da História militar do *Ġarb al-Andalus*.

A situação alterou-se a partir da década de setenta. De facto, a publicação da colectânea de A. Borges Coelho, intitulada *Portugal na Espanha Árabe*²³, nos inícios da década de setenta, e a profunda transformação que se deu na sociedade portuguesa - que viu o seu território nacional recuar para as suas fronteiras do século XV - favoreceu questionamentos vários sobre o futuro e o passado de Portugal e uma busca das origens. Quase em simultâneo com o trabalho pioneiro de A. Borges Coelho, as sínteses sobre a *História de Portugal* de A. H. de Oliveira Marques dispensavam ao "Portugal árabe" um espaço muito mais relevante²⁴. Pouco tempo depois, as "Notas Críticas", de José Mattoso, à *História de Portugal* de Alexandre Herculano, actualizam, para os períodos islâmico e cristão, a referida obra, fazendo sentir a necessidade de avançar na investigação dos séculos de "convívio" entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica.

E é nesses mesmos anos que se assiste à afirmação da arqueologia dentro dos séculos da cronologia medieval; os trabalhos e a actividade formadora de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de José Luís de Matos (na sequência de trabalhos de Fernando de Almeida, sobre a Alta Idade Média), estão por detrás da produção actual da Universidade do Porto e, no caso mais meridional, dos inícios das escavações em Mértola (e a fundação de um dos principais Campos Arqueológicos de

conservação, vigilância e comando, Lisboa, Colibri, 1999.

21. Luís Miguel Duarte, "A marinha de guerra portuguesa" in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Círculo de Leitores, 2003, bem como estudos que evidenciam as diferenças entre aplicação da justiça no al-Andalus e no Portugal medieval.

22. Para o Norte de matriz cristã, o rigor dos trabalhos de Mário Barroca mostram essa constante articulação da História militar em redor do terreno, das construções e das fontes escritas.

23. A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 4 volumes, 1973-75 (há uma 3ª edição, recente).

24. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Ed., (1ª ed., 1972) 4ª ed., 1974; e mais recentemente, "O «Portugal» Islâmico" in *Nova História de Portugal*, vol. II, Ed. Presença, 1996.

referência²⁵) e no Algarve - entre outros sítios -, onde se destacam os trabalhos levados a cabo no Cerro da Vila, em Silves²⁶ e os trabalhos de Helena Catarino (Univ. de Coimbra) no Algarve oriental²⁷; mais a norte, Carlos Fabião e Amílcar Guerra, têm chamado a atenção, a partir de trabalhos dirigidos cerca de Almodôvar²⁸, para a dispersão de elementos que, conjugados de outra forma com as fontes cronísticas e geográficas do período islâmico, podem abrir perspectivas de conhecimento sobre um período de muitos séculos da Alta Idade Média do ocidente ibérico. Além destes, muitos outros trabalhos vão surgindo, em revistas da especialidade recentes ou em outras de carácter regional²⁹.

Além disso, na última década desenvolveu-se, também a chamada “arqueologia empresarial”, uma actividade arqueológica estreitamente ligada a obras públicas; sem ser possível conhecer os dados de todos os trabalhos arqueológicos que se vão desenrolando no sul de Portugal e na vizinha Extremadura espanhola, foi possível, com a ajuda de vários arqueólogos privados e recorrendo a instituições oficiais que regulam a actividade arqueológica (o ex-I.P.A., em Portugal) e junto de Câmaras Municipais, obter informação sobre resultados arqueológicos em determinadas regiões do sul e Portugal. Foi possível ainda contar-se com a colaboração, muito estreita, com os Arqueólogos do *Consórcio Munumental Artístico de Mérida*, cidade onde nos últimos anos se têm levado a cabo escavações arqueológicas que têm colocado em evidência estruturas relevantes de época *andalusi*³⁰.

Esta mesma década de setenta conta com a retoma, em Évora, do interesse pelos interesses em relação ao Mediterrâneo e ao Mundo de expressão árabe, em geral. De facto, a implantação na Universidade de uma *Secção de Estudos Árabes* (mais tarde, *Gabinete de Estudos Árabes*) trouxe consigo não só a formação a nível da língua mas também, em outras áreas; pela iniciativa de Adel Sidarus, organizaram-se cursos, em Évora, nos quais participam Juan Zozaya, Pedro Chalmeta e Michel Terrasse - e o primeiro versou, especificamente, sobre Fortificações no al-Andalus, com

25. - Santiago Macias, *Mértola Islâmica*, C.A.M., 1996. Veja-se, da autoria de Cláudio Torres, “Garbe al-Andaluz”, no vol. 1 da *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores

26. Rosa Varela Gomes, “Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves”, *Xelb*, vol. 1, Silves, 1988.

27. Helena Catarino, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica”, *al-Ulya – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 6, 3 volumes, 1997-98.

28. Carlos Fabião e Amílcar Guerra, “Uma fortificação omíada em Mesas dos Castelinhos”, *Arqueologia Medieval*, vol. 2, pp. 85-102, 1993.

29. Deve realçar-se, por outro lado, o extraordinário contributo que a Arqueologia tem dado para o avanço no conhecimento dos aspectos do quotidiano da sociedade do *al-Andalus*. Contributo que se pode encontrar na multiplicação de revistas especializadas que tem surgido nos últimos anos, de congressos, simpósios ou colóquios – com especialistas ou de carácter regional, onde se podem encontrar, por vezes, informações não dispensáveis. A nível das revistas lembrem-se, no caso de Portugal, as publicações intituladas *Al-‘Uliya*, *Xelb*, *Arqueologia Medieval*, *Vipasca*, *Ibn Marwan*. Mérida edita regularmente *Memórias Arqueológicas*; em Llerena editam-se Actas indispensáveis e temáticas; Badajoz tem reeditado obras clássicas sobre a sua História e, sem esgotar o tema, as Universidades de Huelva e de Cádiz editam trabalhos fundamentais, para além de revistas especializadas.

30. Devo agradecer a Miguel Alba Calzado e a Santiago Feijoo o acolhimento que sempre me dispensaram em Mérida e as informações - e publicações - oferecidas.

uma abordagem que privilegiou as comparações tipológicas e funcionais, sem deixar de lembrar a importância das fontes escritas.

Estas novas perspectivas sobre o Sul islamizado e a afirmação de uma Arqueologia mais activa acabam por fazer esquecer a tentativa individual de Correia de Campos que, em edições de autor, tentou abordar esta temática pela via de um comparativismo pouco científico e sem o apoio seguro nas fontes históricas, produzindo obras que, mesmo assim, não devem ser esquecidas.

Sobre as fortificações não se podem igualmente esquecer alguns edições temáticas³¹, bem como os boletins da extinta DGEMN - desiguais mas sempre úteis - bem como trabalhos editados por outros organismos oficiais portugueses - IPPC - IPPAR - IPA -, muitos deles reintegrados em novos organismos estatais, conhecidos por novas siglas.

Assim, ao longo da década de setenta, a produção historiográfica atenta ao “Portugal” árabe, um renovado interesse pelo estudo da Língua Árabe (em Lisboa, com Pedro Cunha Serra e, depois, com A. Dias Farinha; em Évora, com Adel Sidarus) e uma Arqueologia que começava a lidar de forma sistemática com projectos alicerçados nos vestígios materiais da fase andalusí. Começam a surgir, depois de trabalhos pioneiros de José Luís de Matos³², trabalhos sobre fortificações de época islâmica em território português, muitos dos quais baseados nas evidências físicas³³ e nos vestígios arqueológicos³⁴, mas outros privilegiando o enquadramento histórico - a partir das fontes escritas sobre o al-Andalus³⁵.

Por outro lado, a publicação de novas fontes disponíveis sobre o al-Andalus abriu horizontes também eles novos e os medievalistas sentiram necessidade de estar extremamente atentos a todo o tipo de informações sobre o desaparecido - mas cada vez mais presente - *al-Andalus*³⁶.

A renovação do interesse pelo al-Andalus e, particularmente, pelas suas fortificações passou também pelos trabalhos levados a cabo por Pierre Guichard. A enorme - no sentido positivo -

31. Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações portuguesas no Mundo*, Lisboa, Ed. Alfa, 1989

32. José Luís de Matos e Isilda P. Martins, “Muralhas de Loulé”, *O Arq. Português*, série III, IV, pp. 227-247, Lisboa, 1971 (3ª ed, Loulé, 1990).

33. F. Branco Correia, “Fortificações muçulmanas em Portugal - alguns apontamentos” in *Arqueología Medieval Española - II Congreso*, Tomo II, Madrid, 1987, pp. 501-509.

34. Veja-se Helena Catarino, “O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica”, *Arqueologia Medieval*, vol. 3, Campo Arqueológico de Mértola, ed. Afrontamento, Porto, 1994, pp. 73-87.

35. Ch. Picard e F. Branco Correia, “Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha - primeiros resultados” in *Arqueologia Medieval*, vol. I, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp. 71-89; FERNANDES, I. C. Ferreira, « A península de Setúbal em Época Islâmica », *Arqueologia Medieval 7* (Lisboa Encruzilhada de musulmanos, judeus, e cristãos, Outubro 1997), Mértola / Porto, Afrontamento, 2001, Porto, pp. 185-196.

36. Uma das fontes mais importantes publicadas nas últimas décadas foi a parte V do *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān; cf. Ibn Ḥayyān de Córdoba, *Crónica del califa ‘Abdarrahmān III an-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*, tradução, notas e índices por M^a Jesús Viguera e Federico Corriente), Zaragoza, Anubar ed. / Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1981; mais recentemente, foi publicado um outro fragmento, o *Muqtabis III/1*, do mesmo Ibn Ḥayyān.

discussão que se gerou em torno da obra de P. Guichard³⁷, obra na qual se tenta demonstrar a predominância de “estruturas orientais” na sociedade *andalusī*, refutando o trabalho de Olagüe e muito contribuindo para que, a médio prazo, se divulgasse o conceito de al-Andalus - em lugar de “Hispano-Árabe ou mesmo “Luso-Árabe” - discussão que contou com aportações importantes de J. Goody³⁸ e de outros investigadores, conduziu a propostas de intervenção no terreno lideradas pela Casa de Velázquez e ao aparecimento de muitos trabalhos nos quais pontificaram não só Pierre Guichard mas também André Bazzana e Patrice Cressier. Dessa colaboração resultaram dezenas de artigos, maioritariamente sobre a zona do *Šarq al-Andalus*, mas também de Granada e de Saltés e uma série, indispensável, de estudos publicados na série *Castrum*, editadas pela Casa de Velázquez³⁹.

O crescente interesse pelas fortificações do al-Andalus - e do Mundo Islâmico medieval em geral - tem-se reflectido em reuniões de carácter científico. Para além das reuniões - temáticas - organizadas pela Casa de Velázquez (*Castrum*), têm-se organizado colóquios, simpósios e congressos na Península Ibérica de que têm resultado obras incontornáveis; é o caso das actas do congresso organizado em Algeciras⁴⁰ e, em 2000, do congresso internacional organizado em Palmela⁴¹. O interesse pela temática em redor das fortificações das regiões islamizadas onde se fizeram sentir acções das Cruzadas darem origem a trabalhos de indiscutível valor publicados nos últimos anos e nos quais tem sido figura presente um especialista da História das fases iniciais do

37. P. Guichard, *Structures sociales « orientales » et « occidentales » dans l'Espagne musulmane*, Paris-La Haye, 1977.

38. J. Goody, *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (há traduções francesa, espanhola, portuguesa, ...).

39. P. Guichard, “Geographie historique et histoire sociale des habitats fortifiés ruraux de la region valencienne”, in *Castrum 1. Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Mediterranee medievale*, Travaux de la Maison de l'Orient no. 4, Lyon, 1983, pp. 87-93; André Bazzana, Patrice Cressier e Pierre Guichard, *Les châteaux ruraux d'al-Andalus. Histoire et archéologie des husun du sud-est de l'Espagne*, Madrid, 1988; *Castrum 2. Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens : les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive*, 1988; *Castrum 3. Guerre, fortification et habitat dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, André Bazzana, editor, 1988; *Castrum 4. Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, 1992; *Castrum 5. Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge*, André Bazzana, editor, 1999; *Castrum 6. Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, André Bazzana e Étienne Hubert, editores, 2000; *Castrum 7. Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen Âge: défense, peuplement, mise en valeur*, Jean-Marie Martin, editor, 2001; *Castrum 8. Le château et la ville Espaces et réseaux (VIe-XIIIe siècle)*, Patrice Cressier (éd.), Madrid, 2008 (exemplar que devo à generosidade da Doctora María Jesús Viguera).

40. *I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus: Actas*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura "José Luis Cano", 1998.

41. O autor deste trabalho teve o privilégio de ter sido convidado para a organização deste congresso, de que se publicaram as actas: cf. Isabel Cristina Fernandes (Ed.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 - 1500) : actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Palmela / Colibri, 2002.

Mundo Islâmico e, ao mesmo tempo, autor de uma História do al-Andalus: Hugh Kennedy⁴².

Todos estes novos trabalhos, nos quais se destacam, entre outras, as aporções de autores como Juan Zozaya, Manuel Ación Almansa, Juan Souto, Sergio Martínez Lillo, Sophie Gilotte, Fernando Valdés, Magdalena Valor e Miguel Ángel Tabales acabam por mostrar como algumas antigas sínteses - que não deixam de ter mérito - necessitam de ser revistas; de facto, depois de décadas de avanços no campo da informação proveniente do registo arqueológico, de novas fontes textuais descobertas e publicadas e do crescente interesse dos historiadores por vertentes do al-Andalus - onde, além dos muitos trabalhos de Christophe Picard, se devem referir os de Eduardo Manzano, Hermenegildo Fernandes, Pascal Buresi, García Fitz, Jean-Pierre Molenat, Santiago Macias, A. Rei, Abdallah Khawli - obrigam a que se coloquem sérias reservas a trabalhos clássicos. Embora ainda úteis, os textos de Georges Marçais e de Henri Terassse têm de ser lidos com cautelas várias e, se bem que ainda muito úteis, as obras de L. Torres Balbás, sistematizadas por Pavón Maldonado, já não são a última palavra sobre alguns temas.

Assim, tendo em conta o avanço sentido nos últimos anos, no campo da informação de origem arqueológica sobre o período islâmico, os avanços no campo dos estudos de carácter militar, a publicação de estudos aprofundados debruçados especificamente sobre o *Ġarb al-Andalus* - destacando-se os livros, conferências e artigos de Christophe Picard - e a publicação de novas fontes escritas que lançam novas luzes e novos desafios sobre fases mal conhecidas e *séculos oscuros* do período medieval no ocidente ibérico⁴³, torna-se necessário tentar um estudo com aporções inovadores e que opte por uma abordagem pluri-disciplinar.

O território que virá a ser conhecido como *Ġarb al-Andalus* e que coincide, em grande parte, com a antiga *Lusitânia*, passou por vicissitudes diversas ao longo dos séculos de disputas entre Suevos e Visigodos. Território que durante a primeira fase de um ainda hoje mal conhecido processo de “islamização”, o *Ġarb al-Andalus* do século VIII e parte do IX tem em Mérida - a antiga *Emerita Augusta* - uma capital cuja importância e vicissitudes marcarão - também no campo militar - o devir dos territórios que lhe estão a ocidente.

A incontornável síntese de Ch. Picard sobre o ocidente do *al-Andalus* pôs claramente em relevo a importância dos dados fornecidos pela arqueologia e pela especificidade desse território. Por outro lado, ao salientar a sua originalidade⁴⁴ do território em questão, a mesma síntese mostrou o quão relevantes podem ser os estudos de terreno para, em conjugação com a leitura das fontes escritas, se poder ir mais além a nível da compreensão das forças em confronto num território para o qual se reconhece haver alguma deficiência a nível dos conhecimentos sobre o quotidiano das populações, a sua estrutura e a evolução da mesma. A questão do controlo do território é um dos vectores que

42. Hugh Kennedy (ed.), *Muslim Military Architecture in Greater Syria: From the Coming of Islam to the Ottoman Period*, Brill, 2005; Nicolas Faucherre *et alii*, *Les fortifications au temps des Croisades*, PURennes, 2004.

43. Christophe Picard, *Le Portugal Musulman*, Maisonneuve & Larose, 2000; antecedido por um outro de não menor importância: *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc)*, Paris, Maisonneuve & Larose - Unesco, 1997 - qualquer um deles trabalhos inovadores a vários níveis e que abriram as portas a investigações posteriores.

44. Ch. Picard, *Le Portugal*, p. 9.

não tem sido estudado com profundidade e que pode proporcionar conhecimentos significativos se combinar o conhecimento das fontes escritas (tanto de origem árabe como cristã), com o estudo das construções militares (as subsistentes e as que surgem referidas nessas fontes) e com a interpretação desse mesmo território. Nos últimos anos tem-se avançado no estudo dessas fontes escritas do período islâmico (muito menos em Portugal que no país vizinho), tem havido projectos arqueológicos que se têm dedicado com profundidade ao estudo uma dada cidade e do seu termo e tem havido, até por parte do autor deste projecto, trabalhos de estudo tipológico de fortificações do período islâmico⁴⁵.

Este não é um estudo monográfico sobre um cidade ou uma circunscrição, uma *Kūra*. É mais vasto, segue protagonistas para além das *kuwar* ou dos territórios de origem, e daí o ser fácil haver dispersão; porém, esse risco, que está associado a um estudo menos aprofundado sobre determinadas regiões que carecem de trabalhos desse tipo⁴⁶, poderá ser compensado com um conhecimento evolutivo das fortificações, dos seus agentes e promotores e até das diferentes formas de fazer - em termos activos e passivos - a guerra no *Ġarb al-Andalus*, a partir do século VIII. Não se evitarão as tácticas e as respostas possíveis num determinado momento, nem os destinos de indivíduos feitos protagonistas de algumas crónicas. A *fronteira*, ou melhor, as *fronteiras* estarão sempre presentes, mas esse não é o objectivo nem o protagonista principal, até por que se pretende fugir à visão dicotómica que muitas vezes só vê fronteiras entre o Mundo cristão e o Mundo islâmico; não se nega essa divisão, mas um estudo que se inicia no século VIII depara-se, obrigatoriamente, com outras *fonteiras*, com muitas *fronteiras* internas que não se podem escamotear.

O complexo século IX - sobre o qual algumas fontes recentemente editadas trazem novidades sobre o *Ġarb* - durante o qual se assiste à chegada de grupos armados vikings, que assolam o litoral e penetram pelos rios, levando o poder central, sediado em Córdova, a intervir, mas durante o qual, quase em simultâneo, se afirma uma importante dinastia regional - os *Banū l-Ġilliqī* - é uma fase de *incastellamento*, durante a qual os movimentos e as novidades no campo militar são frequentes.

A partir da subida ao poder de Abderramão III (que se assume como califa a partir de 929) assiste-se a sua centralização do poder e ao fim das “autonomias” que se fizeram sentir na centúria anterior. A afirmação do poder sediado em Córdova, passou pela utilização de acções no terreno mas também pela edificação de novas construções defensivas, cujos contornos, para o *Ġarb* não são conhecidos com detalhe. E as campanhas levadas a cabo por Almançor, no final do século X, adquirem no ocidente uma outra dimensão que, se bem que historicamente não tenha sido negligenciada, carece de uma correcta integração tendo em conta os vestígios materiais e as novas hipóteses que se têm colocado em relação a algumas cidades, como Coimbra, Conimbriga e Viseu.

Neste contexto merece especial consideração o século XI, século de charneira, de viragem, de divisão, com a afirmação dos chamados Reinos de Taifas. As unidades políticas que então se

45. Fernando Branco Correia e Christophe Picard, “Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha - primeiros resultados” in *Arqueologia Medieval*, vol. I, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp. 71 a 89; Fernando Branco Correia, “O castelo de Juromenha - influências islâmicas e cristãs” (comunicação apresentada ao I Simposium sobre castelos fronteiriços de Portugal e Espanha, Portalegre-Badajoz, 1984) in *Callipole*, nº 2, Vila Viçosa, 1994, pp. 27-42; idem, “As fortificações islâmicas do Gharb” in *Portugal Islâmico - os últimos sinais do Mediterrâneo*, pp. 193-205, catálogo da exposição patente ao público no Museu Nacional de Arqueologia até Maio de 1999, pp. 193-206.

46. Como estudo intensivo e profundo de uma região e, especificamente, de uma cidade dessa região veja-se Santiago Macias, *Mértola Islâmica*, 3 vols., Mértola, 2006.

implantaram no território, a dinastia aftácida de Badajoz - entre o Douro e a serra do Mendro -, mas também poderes que se afirmaram em Lisboa, em Silves, em Šanta Mariyya al-Ġarb e os abbádidas de Sevilha espelham realidades anteriores mas também anunciam dificuldades que ajudam a perceber as opções militares tomadas já sob as dinastias africanas que começarão por intervir em finais dessa centúria, na sequência da tomada de Toledo, por Afonso VI, em 1085.

O conflito latente por que atravessou a península ibérica durante séculos internacionaliza-se a partir de então e o *Ġarb* não ficou arredado das alterações que a partir de então surgem; pelo contrário, a “fronteira” ocidental - Marca Inferior ou Marca Ocidental (*al-taġr al-adnà*, mas também *al-taġr al-ġarbiy*, nomes dados sempre numa perspectiva cordobesa) - adquire maior importância e o processo da “Reconquista” terá aqui alguns dos seus cenários mais importantes. Se as fontes medievais cristãs são utilizadas habitualmente para compreender esse processo de avanço de Norte para Sul, não é impossível encontrar nessas mesmas fontes detalhes da «arte» da guerra do lado do campo islâmico e avanços ou inovações no campo da poliorcética.

É como se disse, uma abordagem pluri-disciplinar que passa pela utilização e releitura de fontes de origem “árabe” (recorrendo, quando o método comparativo o permite, a fontes respeitantes a territórios outros que não o *al-Andalus*⁴⁷), pelas fontes cristãs - testemunho indispensável de choques entre ambas as partes - mas também pelos vestígios monumentais e arqueológicos, pela toponímia (sobretudo a que tem espessura histórica e, logo, maior fiabilidade), sem esquecer o estudo tipológico das fortificações e a necessária comparação com recintos defensivos de outras paragens, sem esquecer a iconografia (quando disponível). Todos estes vectores deverão ser contextualizados, tendo como pano de fundo um determinado território, este tem de ser compreendido, tendo em conta a importância dos seus recursos, das suas facilidades comunicacionais e das suas capacidades defensivas e estratégicas.

Os paralelos com outras regiões do al-Andalus mas também do exterior deste território poderão permitir, igualmente, detectar - ou não - a existência de estruturas e evoluções particulares relativas ao *Ġarb* e de tentar perceber se os modelos sugeridos a partir do estudo do *Sharq al-Andalus* são igualmente válidos nesta região e, eventualmente, para que época(s). Será possível tentar perceber se no *Ġarb* houve, ou não, uma outra ideia na maneira de conceber a organização territorial e se a defesa do *Ġarb* sempre se mostrou coerente ou se foi sofrendo alterações a adaptando-se a novas lógicas ao longo dos tempos e, *last but no the least*, de que forma os sistemas defensivos adoptados podem contribuir para explicar tendências da organização territorial do *Ġarb al-Andalus* e,

47. Sabendo que não há receitas iguais para territórios e épocas diferentes, podem-se encontrar, porém, tendências ou semelhanças com outras situações, de outras zonas do Mundo Islâmico medieval, com as quais se possam fazer paralelos úteis em termos de compreensão, de onde se possam extrair ensinamentos.

Sendo as construções de tipo militar um dos aspectos centrais deste trabalho e sabendo-se que estamos numa época e numa sociedade onde a viagem é frequente – a viagem do peregrino, do comerciante, do exilado, do refugiado, mas também do artesão, do artista, do livro e dos múltiplos saberes – esses mesmos paralelos com o que se passa em outras áreas do Mundo Islâmico parece útil, se se pretende compreender determinadas situações que, vistas unicamente numa perspectiva local, perdem scope, perdem dimensão, podendo-se deixar escapar uma explicação que ajude a aclarar o quotidiano de uma sociedade e as soluções que, num determinado momento, foram tomadas.

também, ajudam a perceber seu fracasso.

Deve desde já deixar-se claro que a massa documental disponível é desequilibrada aos mais variados níveis. Há fortificações cuja espessura ocupacional, durante os vários séculos de domínio islâmico, é longa, mas sobre a qual não há a correspondente referência ou nas fontes escritas ou a nível dos dados de origem arqueológica. Sobre algumas localidades os vestígios impõem-se mas as fontes escritas são mudas ou quase; casos há em que é ao contrário. E, como é sabido, se para locais como Mérida, Lisboa, Palmela, Badajoz, Mértola ou Silves os dados da Arqueologia são muitos e variados, para outros, como Idanha, Évora ou Beja, sente-se a falta de informação. Apesar desses desequilíbrios, é possível aproveitar os dados disponíveis para traçar as grandes linhas que ajudem a compreender, ao longo de distintas fases, o processo de fortificação e as alterações introduzidas nesse capítulo, as práticas da guerra e a inserção dos poderes no *Ġarb al-Andalus*.

(a) A realidade ibérica nas vésperas de 711

Não é raro encontrarem-se vestígios na tradição historiográfica ibérica, da classificação de «anus terribilis» atribuído a 711. Para manter ou refutar esta asserção, é necessário ter uma perspectiva dos acontecimentos políticos e militares das fases imediatamente anteriores aos sucessos deste início da centúria oitava da Era cristã.

Convém, de facto, perceber como tinham sido as vivências políticas e militares no solo peninsular – sobretudo na sua vertente ocidental “lusitânica” - em fases anteriores, para tentar compreender determinadas dinâmicas de ruptura ou de continuidade que se podem constatar após a data de viragem que é 711.

Sem querer recuar em demasia, deve recordar-se que o território da Lusitânia é atingido por grupos de Francos e Alamanos na viragem para o último quartel do século III, momento em que se noticia a visita das costas por parte de piratas⁴⁸. Sabe-se que estas incursões, que semearam o pânico entre as populações, tiveram como reflexo a elevação de estruturas defensivas em muitas urbes da Hispânia; ou seja, muitas cidades se rodearam de muralhas durante o século III, muralhas que seguem tipologias diferenciadas mas que, pela qualidade da construção, se irão manter de pé muito para lá do que os seus edificadores possivelmente esperavam.

Passando um século - o IV - durante o qual não há registar alterações de vulto, as muralhas mantiveram-se, como que esperando novos perigos que se imaginava poderem surgir a qualquer momento. Em inícios da centúria de quatrocentos a situação muda inexoravelmente. Na segunda metade do ano de 409, vários povos chamados de “bárbaros” entram em solo peninsular, depois de terem deixada parte da Gália pilhada e saqueada.

A Hispânia era, então, vista como “um autêntico país de leite e mel”⁴⁹. As pilhagens que se sucederam e aquelas que se adivinhavam estar prestes a acontecer levaram a que se tivesse recorrido aos “*oppida*”. Muitos autores concordam com o facto de que no momento das invasões bárbaras, todos os *castra* ainda existentes devem ter sido aproveitados⁵⁰. E as grandes muralhas urbanas – como as de Bracara, Cinimbriga, e Egítania⁵¹ devem ter sido reparadas para aguentarem os embates que se previam. Mas além desta, sabia-se que havia amuralhamentos em *Ebora*, *Olisipo*, *Ossonoba*, *Scallabis* e *Viseo*⁵². São estas muralhas que vão aguentar os embates de Alanos e, depois, de Suevos e Visigodos⁵³.

48. Jean-Pierre Leguay, “O «Portugal» germânico” in Nova História de Portugal, (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), (vol. II - Portugal das invasões germânicas à «reconquista»); coordenação de A. H. de Oliveira Marques), 11 ed., Lisboa, Ed. Presença, 1993, (pp. 9-119), p. 14.

49. *Ibidem*, p. 23.

50. Leguay, *op. cit.*, p. 31 e 33.

51. Leguay revela para Egítania as seguintes medidas: 3,3 m de espessura, 6 m de altura e 750 m de perímetro (*ibidem*, p. 32).

52. Leguay, *op. cit.*, p. 32,

53. cf. Mapa das ocupações, por parte dos povos invasores, dos territórios hispânicos em Ramón Menéndez Pidal,

Outros factores, porém, sentem-se claramente nesta fase e terão importância em conjunturas posteriores. O quase desaparecimento da administração imperial e a sua ineficácia perante esta conjuntura de crise levam a que as dioceses e os seus bispos se destaquem a nível de capacidade de resposta perante as adversidades e mostrem uma grande capacidade de organização e mesmo de intercolaboração. Este dinamismo dos bispos está patente igualmente nas deslocações que faziam. Aliás, não era raro alguns bispos ou clérigos deslocarem-se à Terra Santa ou a Bizâncio⁵⁴.

Mas esta ligação ao Levante, às margens orientais da bacia do Mediterrâneo não foram exclusivos dos homens de religião e de crença na componente espiritual da vida; os interesses materiais também punham em contacto outros homens de ambos os extremos do Mediterrâneo. “Longe de estarem isolados no «fim do mundo», estes pequenos centros [ou seja, as cidades da Lusitânia e algumas da Galécia] acolhiam estrangeiros, negociantes levantinos, gregos, sírios, egípcios, judeus que, na esteira dos Fenícios e dos Cartagineses de antanho, praticavam a venda ambulante ou constituíam pequenas colónias prósperas (...)”⁵⁵.

As ligações da Península Ibérica ao Levante do Mediterrâneo, vêm de longe, continuam durante a vigência do Império romano, muitas vezes ofuscadas pela omnipresença de Roma, mas continuarão por mais e muitos séculos. E, claro, estes contactos não se fariam sem a existência de portos, que não se resumem aos das costas banhadas pelo próprio mare Nostrum, atingindo também o Golfo de Cádiz / *Gades* a portos da fachada atlântica ocidental, tanto da Gallaecia como da mais meridional Lusitania.

A saída dos Alanos do jogo de poderes e o avanço da Sul dos Vândalos Asdingos, no segundo quartel do século V, não contribuiu propriamente para a pacificação do total do Ocidente ibérico. Sabe-se que estes movimentos fortaleceram o poder dos Suevos nas regiões da Gallaecia e também em sectores do Norte da Lusitânia, mas isso não impediu que surgissem rebeldes que fugiam para as zonas montanhosas e que, por outro lado, tenham surgido “potentados”, grandes senhores que faziam a guerra por conta própria e viviam e geriam territórios com total autonomia, como é o caso de Heremigário, na primeira metade do século V⁵⁶.

O segundo quartel do século V (429 a 455), se por um lado corresponde a uma fase de consolidação dos Suevos na *Gallaecia*, por outro assiste ao avanço e afirmação do seu poder em cidades do sul, ou seja, da Lusitania, bem como à progressão de tropas suas pela Bética e Tarraconense. Interessa, porém, sublinhar o facto de a capital administrativa da Lusitânia – Emerita / Mérida – ter sucumbido ao ataque suevo, em 439 e Mértola e Sevilla, dois anos depois⁵⁷. Os destinos da Lusitânia e da *Gallaecia* começam a estar inter-relacionados.

Na segunda metade do século V a instabilidade militar volta a instalar-se na Lusitânia. Os excessos de Requiário levaram os visigodos de Tolosa / Toulouse a intervir em solo peninsular e, depois da derrota sueva de *Campus Paramus*, os visigodos ocupam algumas cidades do ocidente ibérico.

Historia de España Visigoda, Madrid, 1963, p. 25, publicado por Leguay, ibidem, p. 30.

54. Leguay, *op. cit.*, p. 33.

55. Leguay, *op. cit.*, p. 33.

56. Leguay, *op. cit.*, p. 46.

57. Leguay, *op. cit.*, p. 51.

Sabe-se por Idácio⁵⁸ que os visigodos, chefiados por Sunerico, ocuparam Scallabis em 460 – posição que se deveria já encontrar fortificada e que era vital para poder avançar para Norte, para o Mondego e aceder à *Gallaecia*. Sabe-se também que Lisboa é conquistada à traição – sinal de que dispunha de fortificações não muito fáceis de franquear e que deveriam estar em boas condições de conservação.

A pressão sueva faz-se sentir sobre Conimbriga que, segundo o mesmo Idácio, é tomada à traição em 462 e 468 e parte das suas muralhas é arrasada⁵⁹. Por outro lado, a pressão visigoda no período do rei Eurico II (466-484) leva a que estes consigam tomar Mérida. Em finais do século V, a Lusitânia se não estava a ferro e fogo – não o fogo pirobalístico, mas o da destruição – não estaria muito melhor.

Porém, a partir de inícios do século VI iniciar-se-ão profundas alterações a nível político e militar na península Ibérica. Os visigodos, ao abandonarem a Aquitânia, avançam naturalmente para a Península Ibérica, em 507, e a nível de estabilidade militar a situação vai ter tendência para piorar. Para além dos Suevos, em pouco número mas com tendências hegemónicas, os Visigodos, também eles – crê-se – entre 1 e 2% da população total da península⁶⁰, há que contar com a presença de Gregos, ligados ao Império Bizantino, no Sul⁶¹.

Alguns acontecimentos têm repercussões no território que nos interessa particularmente. O rei visigodo Agila (549-555) instala em Mérida a sua capital, mas isso não deve ter significado o deslocamento de muitas populações arianas para a região; Leguay fala de uma maioria de ibero-romanos “enquadrados por uma elite de *seniores Gothorum*”⁶².

Quanto aos Gregos e à afirmação bizantina em solo ibérico deve ter-se em conta que se calcula que os orientais ultrapassavam a etnicamente a qualidade de Gregos: muitos seriam judeus e até há gentes que se poderiam qualificar de Sírios. Estas comunidades teriam uma presença forte e já as havia, muito tempo antes, nas cidades portuárias, concretamente na Bética, mas também na Lusitânia, citando-se os casos de Santarém, mas certamente também Mértola, como está atestado pela existência de inscrições em importantes localidades do actual Algarve, como seria o caso de Ossonoba. Em algumas destas cidades costeiras que no século VI obedecem ao *basileus* através de um governador com competências civis e militares – o *magister militum Spaniae* – havia certamente sistemas de controle das populações e das forças militares, ou seja, ter-se-iam aproveitado fortificações anteriores ou erguidos novas, ter-se-iam guarnecido os portos – fundamentais para as actividades económicas mas também para garantir a chegada e partida de tropas e de aprovisionamentos.

58. *Apud* Leguay, *op. cit.*, p. 54.

59. Sinal de que seria um perigo para o poder suevo, mas indício importante de uma possível inutilização que se pode ter prolongado no tempo.

60. Leguay, *op. cit.*, p. 62.

61. Um percepção geral das zonas dominadas pelos bizantinos no Mediterrâneo ao longo da primeira metade do século VII pode encontrar-se em Walter E. Kaegi, *Heraclius Emperor of Byzantium*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 2003, mapa 1, p 20.

62. Leguay, *op. cit.*, p. 62.

Por aqui chegariam as influências artísticas – não só as decorativas – mas também as ideias e as obras - muitas destas últimas em grego, mas também em hebraico e em aramaico.

Sabe-se que era uma constante a presença de bizantina nas costas da península até inícios do século VII e que os grandes comerciantes do Mediterrâneo - os "*negociatores transmarini*"⁶³ da bacia oriental do Mediterrâneo eram uma constante nos portos, trazendo e levando produtos, trazendo e levando ideias e informações. O que se passava no Médio Oriente não era desconhecido nas cidades portuárias nem mesmo nas dioceses que, como se sabe, mantinham estreitos contactos com o Oriente..

Apesar de Leovigildo (568-586) se ter tornado no *Rex Hispaniae totiae*, pondo fim ao reino dos Suevos e ao domínio efectivo político e militar bizantino na faixa costeira ainda hoje mal definida do sul da península, os conflitos políticos e armados não cessaram. A própria revolta de Hermenegildo, apesar de centrada na Bética, atingiu a Lusitânia: não se tratou de uma mera questão de rebeldia juvenil, mas antes de um movimento com contornos religiosos – arianismo *versus* ortodoxia cristã – mas também envolvendo fatores políticos, com conexões com a nobreza hispano-romana e com eventuais intromissões bizantinas⁶⁴, possivelmente ligado a forças pouco interessadas no centralismo que se anunciava, reveladoras de “particularismos locais”⁶⁵, descontentes com eventuais perdas de poder com a política de Leovigildo. Sabe-se, isso sim, para além da Bética, também Mérida e a Lusitânia em geral tomaram o partido do insurrecto Hermenegildo.

Durante o III Concílio de Toledo, em 589, sob o governo do já “católico” Recaredo, aparecem, a nível dos bispos arianos, “quatro galegos [entenda-se, como significando naturais da *Gallaecia*], prontos a abjurar como forma de conservar as suas sés”⁶⁶ – não muito diferente será a atitude de muitos ibéricos aquando da entrada, mais de um século depois, da nova proposta monoteísta, conhecida como Islão.

No século VII mantêm-se os sinais de instabilidade. Militarmente, sabe-se que o rei godo Gundemaro (610-612), ele também um militar, promove o “assalto às cidadelas bizantinas do Algarve”⁶⁷, faltando os pormenores da operação e as razões do êxito que, em parte, deve ter a ver com os problemas internos que afligem o Império nos inícios do século VII e que têm a ver, entre outros aspectos, com a guerra entre Persas e Bizantinos no Médio Oriente. A Lusitânia encontra-se em estado de insurreição na década de 30 do século VII, tendo-se tentado criar uma situação de dissidência⁶⁸. O peso e a influência da cidade de Mérida nesta conjuntura deveria ser fulcral, ou seja, esta era já - cerca de três quartos de século antes de 711 - uma cidade que não se deixava controlar facilmente. A importância de Mérida revelou-se também em fases da instabilidade geral que grassava por muitas zonas do reino de Toledo e que tinha, por vezes, como protagonistas, alguns altos diri-

63. *Forum Iudicum* apud Leguay, *op. cit.*, p. 107.

64. Leguay, *op. cit.*, pp. 71-72.

65. Leguay, *op. cit.*, p. 72.

66. Leguay, *op. cit.*, p. 73.

67. Leguay, *op. cit.*, p. 75.

68. E. A. Thompson, *The Goths in Spain*, pp. 155-189.

gentes que tomavam atitudes sangrentas - que lembram, curiosamente, acontecimentos que só se darão muito tempo depois⁶⁹.

Toda a situação de dificuldade de afirmação de um poder central forte, conduz ao reforço dos papéis dos duques provinciais e dos condes que controlam as cidades. A capital da Lusitânia teve condições para se reforçar e se autonomizar ainda sob domínio godo.

Mas os territórios da Lusitânia também sentiram dificuldades provenientes de territórios setentrionais. Durante o período de apogeu suevo, a Sé episcopal de Braga a categoria de metrópole, em meados do século V, e galgou as margens do Douro, ou seja, além da *Gallaecia*, a metrópole bracarense coordena bispados da Lusitânia (os de Egítania, Lamego, Viseu e Conimbriga, ou seja, as dioceses a norte do Tejo), quando o poder suevo atingiu as margens do Tejo. Esta situação, de ingerência bracarense na Lusitânia, não só retira poder e influência à capital da Lusitânia, como será um precedente que irá ter consequências a longo prazo. Egítania e Conimbriga chegaram a ser uma só diocese⁷⁰, o que significa que as comunicações não deveriam ser extraordinariamente difíceis entre elas. A ligação entre as duas cidades - embora não se conheça nenhuma referência a vias novas, pode ter começado a estreitar-se, a partir de então.

O reino de Toledo e os sinais de crise em finais do século VII.

A questão de uma eventual “decadência” do reino visigodo de Toledo tem interessado muitos autores. Se alguns consideram que não há provas dessa “decadência” do reino de Toledo⁷¹ - como é o caso de Céline Martin⁷² -, alguns trabalhos clássicos - nos quais se deve incluir o de E. A. Thompson - avançam com argumentos fortes que mostram a existência de situações de colapso a que teria chegado o Estado godo⁷³.

Do que não parece haver dúvidas e que durante o período do reinado de Vamba a situação interna do reino hispânico dá sinais de degradação. O próprio rei, que alguns apresentam como proveniente de uma família com ligações à zona de Egítania, acaba por ser afastado, em 680, e em seu lugar surge Ervígio, um dirigente com origem bizantina. Os sinais das divisões internas são visíveis, para

69. A “Jornada do Fosso” parece ter tido um “antecedente”; o rei godo Quindasvinto é acusado, na crónica conhecida como Pseudo-Fredegário de ter aniquilado a elite goda, por ter mandado liquidar “200 optimates e 500 mediocres” - algo se assemelha à jornada do Fosso, protagonizada pelo Emir al-Ḥakam I - cf. Leguay, *op. cit.*, p. 77; sobre esta referência, veja-se também José Orlandis (*Historia del Reino visigodo español*, 2. ed, Rialp, pp. 107 e 206, onde se referem “200 primates” e “500 mediocres”; estes dados procedem da crónica franca conhecida como de *Pseudo Fredegário* (ou *pseudo-Frédégair*).

70. Leguay, *op. cit.*, p. 84, que lembra a união de ambas até cerca de 570. Veja-se também Ana Maria C. M. Jorge, *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe - VIIe siècles)*, IPA, Lisboa, p. 124; sobre a anexão de Idanha e Salamanca à *Gallaecia*, *ibidem*, p. 152.

71. .cf. Collins, *Arab Conquest*, pp. 6-22 (há edição espanhola); H. Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, p. 32.

72. Céline Martin, *La géographie du pouvoir dans l'Espagne visigothique*, Presses Univ. Septentrion, 2003, p. 373-376.

73. E. A. Thompson, *The Goths in Spain*, Oxford, ed. 2000, pp. 317-319.

uns, através dos muitos concílios que têm lugar depois de 675⁷⁴, mas essas divisões estão também patentes a nível religioso: acabados de sair de discussões entre a ortodoxia e o arianismo, não esquecendo o peso que teve o priscilianismo na Península Ibérica de então, sabe-se que foi sentido o perigo de uma outra heresia – o monotelismo – e nesta mesma época são muitas as medidas contra os judeus (bem conhecidas são as 23 medidas de Ervígio; mas não são as únicas), comunidade que não deveria ser desprovida de peso, sobretudo nas cidades portuárias e em algumas outras que eram centros decisórios importantes e que deu alguns convertidos de nível intelectual muito reconhecido, como é o caso de Juliano de Toledo.

A tensão crescente é bem clara nos reinados de Ervígio e do seu filho Égica (687-700); normalmente associa-se essa tensão a causas internas, mas seria interessante perceber até que ponto o que se passava então na bacia do Mediterrâneo afectava ou não o tabuleiro do poder na península Ibérica.

De facto, não é possível crer que o avanço islâmico pelo Norte de África não fosse conhecido na Península; não é crível que não chegassem notícias de conquistas tão importantes como as de Damasco e de Jerusalém, ou que se ignorassem as negociações entre o bispo de Alexandria e as tropas islâmicas chefiadas por ‘Amr ibn al-‘Ās⁷⁵. Na península saber-se-ia certamente que, no Norte de África, Cartago tinha sido conquistada, depois recuperada pelos berberes liderados por Kāhina (ou Dihya, no último quartel do século VII) e de novo conquistada pelas forças islâmicas que, entretanto, tinham fundado uma base na retaguarda do litoral africano *lifriqiyyano*, concretamente em Qayrawan, sob a direcção de ‘Uqba ibn Nāfi⁷⁶.

Às discussões doutrinárias de cariz religioso na Península Ibérica, seria alheio o conhecimento de que um poderoso exército ao serviço de Damasco, veículo de uma nova forma de monoteísmo, de raiz abraâmica, estava a avançar no Oriente? E que essa nova força conquistara com sucesso cidades santas cristãs que, simplesmente, derrubara o Império persa sassânida – o que os bizantinos nunca conseguiram fazer – e que estava a avançar de forma bem cadenciada pelo Norte de África em direcção ao Ocidente? O aparelho governativo do reino de Toledo seria cego a todos esses acontecimentos? Se o era, ou se lhes dava pouca importância, o mesmo não se poderá dizer das cidades portuárias e dos seus mercadores, que sentiam – sem dúvida – que o Mediterrâneo, sobretudo a partir do segundo quartel do século VII, estava a adquirir novos contornos; novos contornos religiosos, mas sobretudo novos contornos políticos, económicos e militares.

Há notícias de nesta fase de crise de finais do século VII, se formavam exércitos privados, em quase toda a Hispania e que a Lusitânia era uma das zonas onde se fazia sentir a instabilidade. Não escasseavam nas cidades portuárias mercadores, os quais, em grande parte eram judeus e dinamizavam muitos sectores do comércio, trazendo produtos de outras áreas do Mediterrâneo. O

74. Leguay, *op. cit.*, p. 110.

75. ‘Amr ibn al-‘Ās (عمرو ابن العاص), general de origem qurayshita que, como muitos outros membros desta tribo, se opôs inicialmente ao Profeta Muḥammad.

76. Veja-se, sobre esta fase da vida dos grupos *berberes* no Norte de África a obra de Michael Brett, Elizabeth Fentress, *The Berbers*, Oxford-Massachusetts, Blackwell Publ., 1997, pp. 84-86.

anti-semitismo estará, certamente, por detrás de algum deste recuo⁷⁷ mas esse recuo terá também algo a ver alterações importantes no Levante e no Norte de África, onde os avanços das tropas islâmicas produziram alterações conjunturais.

(i) Reino de Toledo - uma desunião de facto

Quando Vitiza morre em 710 - depois de ter assumido as rédeas do reino de Toledo durante cerca de 10 anos, decénio geralmente apresentado como uma fase de instabilidade e fragilidade política - teria já associado ao trono o seu filho Akhila /Ágila, que governaria então a Tarraconense e a Narbonense. Os seus apoiantes tentam dividir o reino por Olmundo, Akhila e Ardabastro. Mas, o senado visigodo, ou seja, a assembleia electiva de bispos e nobres visigodos, escolheu Rodrigo como rei⁷⁸. Se, inicialmente, filhos de Vitiza parece terem aceite Rodrigo como rei e colaborador com o novo monarca, recendo cargos, a situação alterar-se-á. Rodrigo teria deixado de enviar tropas para auxiliar o conde Julião a resistir às tropas islâmica que se sabe avançarem e estarem junto ao Estreito. Julião, percebendo que tinha sido abandonado à sua sorte, teria negociado com Ṭāriq (طارق بن زياد), com quem teria feito um pacto, mas guardando o governo de Ceuta --que parecia estar a funcionar como um centro de acolhimento para os descontentes da política seguida na Península Ibérica⁷⁹.

Os Vitizianos descontentes teriam solicitado apoio às tropas de Ṭāriq para fazerem valer os seus direitos - se já antes os visigodos tinham feito pedidos a tropas estrangeiras (como os Francos), pediam agora auxílio a tropas islamizadas. Este apelo às tropas fiéis aos omíadas é lembrado pelas fontes cristãs posteriores⁸⁰. Esperava-se que as tropas norte-africanas passassem o Estreito, ajudassem os seus aliados e regressassem⁸¹.

(ii) um avanço seguro para o lugar do Poente - tropas omíadas

77. Leguay, *op. cit.*, p. 113.

78. Cf. Carmen Roca Martínez, *El crepúsculo del reino Visigodo de Toledo*, Dip. Provincial de Toledo, Toledo, 2001, pp. 98-99.

79. - cf. *Akhbār Mağmu'a*, p. 20

80. Crónica Albedense diz que os sarracenos foram chamados, devidos aos enredos no reino; a Rotense diz que os árabes entraram devido á traição dos °lhos de Vitiza e a versão *A Sebastian* diz que os °lhos de Vitiza enviaaram emissários ao Norte de África pedindo auxílio.

81. Carmen Roca Martínez, *El crepúsculo del reino Visigodo de Toledo*, Dip. Provincial de Toledo, Toledo, 2001, p. 102.

Curiosamente, alguns séculos mais tarde, haverá quem faça o mesmo com as mesmas esperanças, mas também como os mesmos resultados - os almorávidas, eles também irão passar o Estreito e, tal como antes, também irão decidi °car na Península Ibérica e governá-la.

conquistam o Ocidente

O avanço das tropas omíadas para Ocidente, através do Norte de África, foi, como se sabe, muito rápido. Nas suas grandes linhas, os factos são bem conhecidos. mas é conveniente enquadrar estes acontecimentos que atingem a Península Ibérica no quadro mais vasto da bacia do Mediterrâneo e que se iniciam numa península Arabica onde surge um movimento profético - com ligações, segundo investigações recentes, a grupos heterodoxos de judeo-nazarenos⁸² - em redor do mequense Muḥammad.

Com a morte do Profeta Muḥammad em 8 de ربيع الأول de 11H / Junho de 632 d.C., quatro anos depois ocupavam Damasco e dez anos depois - em 642 d.C. - os bizantinos evacuavam Alexandria, que será ocupada definitivamente em 646⁸³. Nessa mesma década há já tropas muçulmanas em Barqa e na Tripolitânia. Os problemas que se dão sob a direcção do califa ‘Uṭman e, depois, com a subida de ‘Alī impedem e refreiam avanços mais arrojados. Porém, as campanhas levadas a cabo em direcção ao Magrebe, na década de sessenta, sob a direcção de ‘Uqba ibn Nāfi‘ al-Fihri⁸⁴, que avança até à zona da Ifriqiya e funda uma cidade que começou por ser um acampamento militar de rectaguarda - Qayrawān ou Qayruwān. Será a partir desta cidade militar que - não já ‘Uqba ibn Nāfi‘ mas Ḥasan al-Nu‘mān - um Ġassānida (حسن ابن النعمان الغساني) - que avançará sobre Cartago e que, num segunda tentativa tomará esta cidade. E em 701 d.C. dá-se a morte da célebre residente berbere - Kāhina - que ainda tentara resistir ao avanço das tropas omíadas assentadas em Qayrawān⁸⁵.

O poder omíada será representado em Qayrawān, após a morte de Ḥasan al-Nu‘mān por um governante e general de origem iemenita (um *Lakḥmi*) de seu nome Musā ibn Nuṣayr⁸⁶. E será

82. Em obra recente, resultante de uma tese de doutoramento, o investigador francês Edouard-Marie Gallez relaciona o movimento de Muḥammad com os manuscritos encontrados em *Qumrān* (reavaliando o fenómeno dos “essénios”) e com um grupo de cristãos heterodoxos, os judeo-nazarenos - cf. Edouard-Marie Gallez, *Le messie et son prophète : Aux origines de l'Islam, Tome 1 : De Qumrān à Muhammad*, Tomo I, 2ª ed., Paris, Ed. de Paris, 2005, cap. 2 (sub-capítulos 2.5.2, 2.5.3 e 2.6.2).

83. Sobre os acontecimentos ocorridos entre a morte do Profeta Muḥammad e a fundação de Qayrawān vejam-se, entre outros Ira Lapidus, *A History of Islamic Societies*, Cambridge Univ. Press, 1988 (reprint, 1991), cap. 3 (The Arab conquests and the socio-economic bases of empire), pp. 37-45; Albert Hourani, *A History of the Arab Peoples*, Londres, Faber & Faber, 2002, p. 26, C. Cahen, *El Islam.. Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio Otomano*, 4ª ed., Madrid / Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1976, pp. 28-29; é muito útil e clara a recente obra de Hugh Kennedy, *The Great Arab Conquests*, Philadelphia, Da Capo Press, 2007, pp. 211-214; para a fase até à morte de ‘Alī (morto em 661 d.C.) veja a obra clássica de W. Madelung, *The Succession to Muhammad: A Study of the Early Caliphate*, Cambridge University Press, 1998.

84. عقبة بن نافع

85. Ibn ‘Abd al-ŌHakam, *Kitab Futuh Misr wa'l Magrib wa'l Andalus*; trad. espanhola de E. Vidal Beltrán, *Conquista de...*, pp. 36-37.

Veja-se o estudo de Mohammed Talbi, “Un nouveau fragment de l'histoire de l'Occident musulman (62-196/682-812) - l'épopée d'al Kahina”, *Cahiers de Tunisie - :revue de sciences humaines*, vol. 19, Tunis, 1971, pp. 19-52.

Continua a ser útil a obra “clássica” de Charles-André Julien (com C. Courtois e Roger Le Tourneau), *Histoire de l'Afrique du Nord - des origines à 1830*, Paris, Payot, 1994, pp. 352-358 e mapa de p. 359.

86. أبو عبد الرحمن موسى بن نصير بن عبد الرحمن زيد اللخمي. Os Banū Lakḥm, apesar da sua origem iemenita, estão na origem do Estado de al-Hira, que se localizava em redor de Kufa, no actual Iraque - Estado, antes de 622, rival do Ghassānidas.

com Musà ibn Nuşayr⁸⁷ que o Estado sediado em Toledo terá de lidar em termos táticos e militares, numa fase em que o processo de arabização e de islamização nos territórios do ocidente do Norte de África era ainda incipiente. Ao serviço de Musà está Ṭāriq ibn Ziyād (طارق بن زياد)⁸⁸, um berbere fiel aos omíadas cujo passado se desconhece em grande medida, e que comandará as forças que avançam para um Estreito cujo nome a si ficará ligado.

Exércitos omíadas - a experiência militar prévia

Em termos gerais, grande parte do exército Árabe é um exército com experiência militar prévia; algumas chefias militares e soldados traziam a experiência adquirida, décadas antes, ao serviço de Sassânidas - uns-, dos Ġassânidas (na sua fase pró-bizantina⁸⁹, antes de terem emigrado para a Síria⁹⁰) - outros -, com os quais devem ter aprendido táticas de guerra⁹¹.

Assim, é de crer que estes Ġassânidas - árabes que vão integrar-se no *Dar al-Islam* -, trouxessem para os exércitos islâmicos algum *know how* adquirido com a experiência de guerra que viveram ao lado dos bizantinos, *know how* esse que deve ter ser importante na fase de expansão árabe pelo Médio Oriente. A experiência adquirida em Qayrawān e no Norte de África, com a a entrada ao serviço dos exércitos omíadas de tropas berberes, ir-se-á acumular à adquirida em zonas mais orientais.

A facilidade com que as tropas de Ṭāriq e Mūsā entravam e progrediram na Península Ibérica é por demais conhecida. Convém, porém, fazer algumas reflexões sobre a questão. Por um lado, o “antes”. É, de facto, bizarro que os dirigentes do reino de Toledo não se tenham apercebido – ou nada tenham feito – em relação à força militar que avançava para ocidente e das mudanças geo-estratégicas que se davam no Oriente. O fim do Império Sassânida pode ter despertado pouco interesse em Toledo ou nas cidades portuárias mediterrâneas do reino de Toledo, mas já a perda de Damasco, de Jerusalém ou as negociações levadas a cabo entre o Patriarca de Alexandria e o general árabe ‘Amr para a rendição daquela cidade norte-africana é estranho que não tivesse despoletado qualquer reacção e não tivesse deixado traço nas crónicas de época visigoda. Certamente que os mercadores do reino, alguns deles judeus das cidades do litoral com contactos no Oriente, estavam ao corrente destas alterações – e, no caso desta minoria perseguida religiosamente, é de supor que o avanço de um sistema político que lhes dava liberdade de culto, sob um estatuto de “protecção” (*dhimma*) lhes fosse mais agradável que as dificuldades que os

87. Mūsā parece ter começado a sua carreira pública ao serviço dos omíadas como cobrador de impostos no Iraque, em cujas funções teve alguns problemas fraudulentos; depois entra ao serviço do governador do Egipto ‘Abd al-‘Aziz ibn Marwān que o irá nomear como governador de Ifriqiyya - cf. ‘Abd al-‘Hakam, *Crónica...*, p. 40, nota 1.

88. Também referido como Ṭāriq ibn ‘Amru - cf. Ibn ‘Abd al-ŌHakam, *Kitab Futuh Misr wa'l Maġrib wa'l Andalus*; trad. espanhola de E. Vidal Beltrán, *Conquista de...*, p.41. Cf. Olivia Maria Constable, *Medieval Iberia*, p. 32.36.

89. cf. Alfred-Louis de Prémare, *Les Fondations de l'Islam*, pp. 41-48. (texto sobre os Ġassânidas como “reis” / *muluk* ao serviço dos Bizantinos).

90. Fred MacGraw Donner, *The Early Islamic Conquests*, Princeton, 1981, pp. 245-250. Ver também Alfred-Louis de Prémare, *Les Fondations de l'Islam*, pp. 395-396.

91. Fred MacGraw Donner, *The Early Islamic Conquests*, Princeton, 1981, pp. 186-188, *passim*

concílios de época visigoda lhes pretendiam trazer.

A chegada de contingentes árabes aos antigos territórios bizantinos do Exarcado de Cartago, e seu estabelecimento no grande acampamento a que se chamou Qayrawan⁹² – em tempos de ‘Uqba ibn Nâfi‘ al-Fihri, cerca de 50 H. / 670, não pode ter sido ignorada na Península Ibérica.

‘Uqba não era um militar qualquer, tratava-se de um árabe qurayshita, filho de um dos primeiros muçulmanos a instalar-se no Egipto⁹³. Este mesmo ‘Uqba chefiou um ataque que em 681 alcançou a região de Tânger e o Atlântico⁹⁴; se este ataque não teve consequências de maior em termos territoriais, uma coisa deve ter deixado: não deve ter sido ignorado por bizantinos e, o que vai interessar mais, não pode ter passado despercebido aos governantes visigodos das cidades portuárias vizinhas do Norte de África – de Cartagena a Cádiz.

A reacção berbere não se fez esperar e a cidade acampamento e, ao mesmo tempo, colónia árabe, passou por dificuldades com a reacção de berberes chefiados por uma mulher - a Kâhina.

Embora tal se tenha dado durante uma fosse em que se sente já crise no reino de Toledo, numa fase em que grande parte da aristocracia vive no campo e em que as cidades são dominadas – pelo menos em parte – pela elite episcopal, não é crer que a queda de Cartago, recuperação e reacção da rainha norte-africana Kâhina (ou Dihya) que levou a uma retirada táctica de Qayrawan (em redor dos anos 78 H. /698) e a definitiva posse da velha cidade púnica pelos árabes (em 699..., pelo governador árabe Hassân ibn al-Nu‘mân al-Ghassânî) tivesse sido ignorada em toda a península Ibérica⁹⁵.

É, pois, pouco provável que estes factos fossem completamente ignorados. Provavelmente, esperava-se que o Estreito futuramente chamado de Gibraltar funcionasse como uma barreira intransponível para um exército de grande envergadura; uma coisa seriam navios de mercadores, uma coisa seriam passagens habituais ou eventuais, outra bem diferente seria um exército de milhares de homens. E mesmo a passagem dos Vândalos para o Norte de África (429) quase três séculos antes deve ter ou desvalorizada ou sido vista como uma prova de que da península é possível sair-se mas dificilmente se entra⁹⁶. A inexpugnabilidade da *Hispania* pode ter sido tomada como algo seguro que ninguém poderia pôr em causa.

Assim, Mūsā b. Nuşayr avança, a partir de 704, para um ocidente onde já anos antes tinham estado tropas fiéis a Damasco. Tânger é tomada parece que em 90 H. / 708 e aí deixa como governador um berbere – Târiq ibn Ziyâd – um dos exemplos da política de Mūsā no sentido de cativar os berberes dominantes na região. A tomada de Tânger não pode ter sido ignorada pelo reino de

92. Palavra que signi^{ca}, precisamente, um *assentamento*.

93. H. Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, p. 23.

94. H. Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, p. 23.

95. cf. E. Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas. Los Omeyas y la formación de al-Andalus*, Barcelona, 2006, p. 31. (A Kahina ainda lutou contra tropas árabes em Tabarka, em 702, junto ao Mediterrâneo, tendo sido traída e capturada.

96. – Veja-se o caso dos bizantinos que, apesar de um grande império e de terem dominado importantes pontos ao longo da costa conseguiram ser afastados e não mais voltaram.

Toledo.

As crónicas árabes quando tratam da chegada dos exércitos árabes à zona do Estreito referem normalmente a reacção do Conde Julião. Não sabemos, com pormenor, como este movimento militar foi sentido – e se o foi, por quem – do lado norte do Estreito.

(iii) Um exército só de “muçulmanos”?

Os exércitos de dezenas de milhares de combatentes do exército árabe de Hassân ibn al-Nu‘mân e os muitos outros que se juntaram aos de Mūsā ibn Nuṣayr e Ṭāriq eram compostos em grande medida por muçulmanos recentes, muitos deles recém-convertidos, com uma “fina camada” de islamização.

Partindo do princípio de que todos os combatentes se tivessem convertido, sabe-se que a conversão era fácil e que os exércitos árabes recebiam combatentes válidos que se lhes queriam juntar.

É bom ter em linha de conta que o conceito de *Islam* significa, precisamente, “submissão”; submissão à vontade do Deus único, o mesmo que se tinha revelado a Abraão e a outros profetas, o mesmo Deus de Jesus Cristo e que se irá revelar, através de *Ġibrīl* / Gabriel ao Profeta Muhammad. Ou seja, a religião islâmica afirma-se como clara continuadora das anteriores formas de praticar o monoteísmo.

Trabalhos recentes de, entre outros, Fred M. Donner têm colocado a discussão a nível da eventual existência, num fase inicial de afirmação do *Islam* de uma comunidade que se identificaria sobretudo como “comunidade de crentes”. Num trabalho fundamental sobre *Historiografia do Mundo Islâmico Medieval*, F. Donner ao falar da fase a que chama de “proto-Historicist Phase (ca. 25 AH to ca. 100 AH)” refere a existência de uma fase de “*accommodation and symbiosis between the Beleievers and Jews, Christians, and even, perhaps, Zoroastrinas*”, embora não deixe de referir que esta consciência de uma “comunidade de Crentes” (*mu‘min*) foi dando origem à consciência de criação de uma comunidade nova, a de Muçulmanos⁹⁷. Essa fase de aproximação entre “crentes”, e no norte de África pode ter tido uma duração e uma vigência diferente da que ocorreu nas zonas mas centrais do *dār al-Islam*, pode explicar, eventualmente, algumas facilidades e cumplicidades no processo de queda do reino de Toledo.

A aproximação estreita que pode ter havido entre membros de comunidades diferentes que quase se fundiram em alguns momentos, pode também ter conduzido a discussões de carácter teológico e pragmático; não deveria haver, porém, desconhecimento mútuo e, por isso, não é de estranhar que alguns cristãos vissem o Islamismo como uma heresia do Cristianismo. É o que se passa com S. João Damasceno, sírio de Damasco (como, aliás, o nome por que é conhecido indica) que foi funcionário do omíadas e que vê na mensagem trazidas pelos acabados de chegar do deserto da Arábia uma heresia cristã – o que não entra em contradição com o que antes se disse. Ou seja, muitos cristãos não viam os muçulmanos como portadores de outra mensagem, de outra religião, mas sim como aportadores de outra perspectiva, de outra visão que nem todos tomavam por herética – mais uma heresia a somar às muitas que o Médio Oriente estava habituado a receber⁹⁸.

97. Fred M. Donner, *Narratives of Islamic Origins. The beginnings of Historical Writing*, Darwin Press, Princeton, 1998, pp. 276-280.

98. cf. BÁDENAS DE LA PEÑA, Pedro, “El Islam como herejía en la obra de Juan Damasceno” in BARCELÓ, M., BÁDENAS DE LA PEÑA, Pedro, MARTÍNEZ GÁZQUEZ, J. (coord.), *Musulmanes y cristianos en Hispania*

Essa visão de um Islão como uma variante mais completa do cristianismo, como uma continuação da mensagem de Jesus Cristo⁹⁹, pode ter sido assimilada assim por parte de alguns grupos sociais – tribos berberes, por exemplo – cuja cristianização deveria ser também ela superficial.

Por outro lado, o aproveitamento de algumas igrejas – tomadas ou compradas – por parte dos muçulmanos dominantes pode ter favorecido uma transição fácil entre a pertença ao cristianismo e a adesão a esta nova forma de monoteísmo que não exclui a figura do filho de Maria.

Para os judeus hispânicos, muitos deles mercadores que conheciam as dificuldades a que estavam na Península Ibérica e conheciam o estatuto que os seus confrades detinham em terras do Islão (onde eram *dhimmis*), a chegada de tropas árabes e orientais poderia ser encarada como um início de uma potencial melhoria na sua situação¹⁰⁰.

As expectativas de saque e as condições que eram dadas aos participantes nos exércitos árabes de conquista, em princípio soldados já submetidos à nova ordem, deve ter sido um dos factores que mais concorreu para conseguir facilmente novos soldados que se integrassem nas suas fileiras¹⁰¹.

O avanço islâmico no Norte de África não pode ter sido ignorado na Pen. Ibérica até pelas repercussões que teve. Sabe-se que alguns antigos apoiantes da princesa berbere Kāhina (كاهنة) se refugiaram em território ibérico o que, pelo menos nesses momentos, fez soar o alarme¹⁰².

durante las conquistas de los siglos XII y XIII, Barcelona, 2005, pp. 9-24.

99. Veja-se o que se disse antes, a propósito das novas ideias resultantes das investigações levadas a cabo por Edouard-Marie Gallez.

100. A história e conquista do al-Andalus tem ainda hoje um lugar fundamental no imaginário de muitos árabes. Até a literatura produzida nos nossos dias em países do chamado Mundo Árabe e até em países islâmicos não árabes isso acontece. Para o caso do vizinho Norte de África não faltam casos de obras de ficção baseadas na mítica conquista ou entrada norte-africana pelo solo ibérico e europeu adentro, dando origem a uma sociedade brilhante - cf. MERINO, Leonor, “Conquista de al-Andalus en la novela magrebí y en los relatos árabes”, *Mil Seiscientos Dieciséis*, Madrid, 2006, vol. XII, pp. 85-94.

101. H. Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, p. 25.

102. P. CHALMETA, *Invasión...*, p. 91.

1. 711 - de Tariq a Abd al-Aziz

Ṭāriq e a acção de 711

Para lá da possível entrada de um esquadrão chefiado por um tal Tarif,¹⁰³ ainda no ano de 710, ao território peninsular, é de recordar que ainda hoje se discute se a acção de Ṭāriq ibn Ziyad foi ou não coordenada com Mūsā. Se para alguns cronistas a acção de Ṭāriq parte de uma iniciativa própria e do aproveitamento de um momento propício para a intervenção¹⁰⁴ – o que vai provocar ira no superior hierárquico¹⁰⁵, outros apresentam um Ṭāriq mais respeitador das hierarquias, que toma a decisão só depois de ter a autorização a Mūsā¹⁰⁶. Porém, muitos cronistas identificam-no como cliente ou mawlā de Mūsā¹⁰⁷.

A concentração de tropas no norte e África, junto ao Estreito e mesmo o seu avanço de Qayrawān para a zona de Ceuta dificilmente seria desconhecida de algumas elites no reino de Toledo; poderia ter sido menosprezada, mas dificilmente seria ignorada¹⁰⁸.

Esta questão, que não é central deste trabalho, pretende unicamente pôr em evidência não só as discrepâncias das diferentes fontes e diferentes autores mas, sobretudo, mostrar como a questão da autoria da origem da ordem para entrar na Península Ibérica não é um simples detalhe, arrastando consigo - como outros aspectos – questões ligadas à legitimidade da conquista. Como diz P. Chalmeta, a autoria da conquista *tinha de ser árabe*¹⁰⁹. Ou seja, cronistas bem ligados aos interesses do poder ou ansiosos por agradar aos seus patronos, descreviam os acontecimentos talvez não como tiveram lugar mas como *deveriam* ter tido lugar – a descrição de al-Rāzī, transmitida pelo *Bayān* de Ibn ‘Idārī é uma visão politicamente correcta de acordo com os interesses dos omíadas¹¹⁰.

103. A cªgura de Tarif, pretensamente enviada ainda em 710 para avaliar das condições existentes para se poder enviar, com um mínimo de segurança um exército árabo-berbere para a Hispania, é cada vez amsi considerada como uma cªgura mítica sem sustentação histórica.

Chalmeta, porém, refere a cªgura de Tarif, considerando ter existido uma algara conduzida por este homem no ano de 91 H / 710 (Chalmeta, *Invasión*, 1994, pp. 119 e 121).

104. Ibn Khaldun, *Ibar*, IV, p. 150.

105. *Dikr*, p. 85, aªrma, claramente, que a decisão de Ṭāriq foi tomada sem uma ordem dada por Mūsā.

106. Rāzī, citado por Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, p. 6.

107. *Nafh al-Ṭib*, I, pp. 229,285 e 253; *Rawd al-Mi’tar*, pp. 35 e 392 - cf. P. Chalmeta, p. p. 165, nota 250 3 251); o Nafh diz que deixou descendetes no al-Andalus que recusam essa condição de mawlā de Mūsā (*Nafh al-Ṭib*, I, p. 254.

108. Sobre contactos entre vitizianos e árabes antes e em 711 – cf. Ed. Manzano, *Conquistadores*, ..., pp. 32 e 44.

Ibn Ḥayyān apresenta os dirigentes do reino de Toledo como atentos à situação geo-política e militar no Mediterrâneo e não como perfeitos desconhecidos do que se passava antes de 711; o cronista cordovês chegaa aªrmar que a Vamba lhe teriam chegado notícias do Profeta Muḥammad.

109. Chalmeta, *Invasión*..., 1994, p. 124).

110. As fontes para o período da conquista do al-Andalus são tardias, insuªcientes e por vezes contraditórias (Segundo H. Kennedy, trata-se de uma literatura “vasta e de qualidade bastante irregular” - H. Kennedy, *Os*

Já Chalmeta, consciente de que houve informação manipulada, considera que a conquista da Península Ibérica foi, pelo contrário, “obra de bereberes”¹¹¹. A colaboração de gente afecta ao Reino de Toledo ou cristãos de obediência ainda hoje duvidosa começa em Ceuta. O governador desta cidade, o Conde Julião, ter-se-ia colocado ao lado de Ṭāriq¹¹² por razões que foram justificadas por crónicas tardias como sendo do foro pessoal¹¹³.

A figura do Conde Julião, apesar das muitas dúvidas que ainda coloca, é política e militarmente incontornável. Não se sabe exactamente se governava Ceuta em nome dos reis de Toledo ou se as suas funções dependiam do basileus de Constantinopla, mas sabe-se que tinha relações estreitas com o reino estabelecido na península Ibérica e que era um conde cristão¹¹⁴.

Muçulmanos na Península Ibérica, p. 21). H. Kennedy é um dos que lembra que as crónicas árabes do período da conquista não são contemporâneas dos acontecimentos; na maioria dos casos datam do século X em diante. Para H. Kennedy (H. Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, p. 25), depois dos *Akhbār Majmū'a* e do *Ta'rikh Ifitāh al-Andalus* de Ibn al-Qutiyya (falecido, este, em 977), a escrita de obras de História na Península Ibérica só adquire fôlego verdadeiro com a dinastia dos al-Rāzī, família oriunda de Rayy (cidade arrasada pelos Mongóis, localizada perto da actual Teerão), família cujo primeiro membro estabelecido na Península foi Aḥmad b. Mūsā al-Rāzī (falecido em 955), o primeiro a usar as técnicas historiográficas já postas em prática por al-Tabari no Oriente, no que vai ser seguido por Ibn Hayyān (morto em 1076) que, apesar de ter parte do trabalho desaparecido – sobretudo a sua grande obra, o *Matīn* – transcreve no seu *al-Muqtabis* trechos das obras dos al-Rāzī. Sobre a dificuldade de trabalhar com as fontes disponíveis sobre esta época deve ver-se igualmente E. Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas...*, pp. 34-42.

A obra até agora anónima conhecida como *Fath al-Andalus* terá sido escrita cerca de 1100 (cf. Trabalho de L. Molina, Madrid, 1994). Extremamente relevante é também a compilação feita, cerca de 1300 d.C., da autoria de Ibn 'Idārī, o *Bayān al-Muġrib*, onde se encontra informação referida por Ibn Ḥayyān mas também dados não cobertos pelos fragmentos da obra deste autor. Por outro lado, convém reter que algumas das obras a que, por facilidade de compreensão, se chamam “crónicas” são, muitas das vezes, resultado de versões pessoais dos acontecimentos que interessam a quem as difunde ou a quem as promove; estão, neste último caso, as crónicas que promovem os dirigentes locais omíadas e, para a primeira situação, poder-se-ia avançar com o caso de Ibn al-Qutiyya (descendente de Sara a Goda – Qutiyya) para quem os descendentes de Witiza teriam tido algum destaque nos acontecimentos dos momentos iniciais da conquista do Islão na Península Ibérica. Não é de estranhar que P. Chalmeta recrie a “ignorância histórica de Ibn al-Qūṭiyya” (*Invasión...*, p. 141) mas, mais do que ignorância trata-se de verificar se o próprio Ibn al-Qūṭiyya se preocupava com a verdade histórica ou se, simplesmente, passado já algum tempo sobre os acontecimentos, concebeu uma explicação que poderia ser convincente – para gentes de alguns círculos – e ao mesmo tempo enquadrada em acontecimentos considerados como verídicos.

111. - Chalmeta, *Invasión*, 1994, pp. 125 e 164.

112. Eduardo Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas*, Barcelona, Crítica, 2006, p. 35.

113. Essa é a explicação que, entre outras fontes, consta do *Fath al-Andalus*, §18, (*La Conquista de al-Andalus*, Madrid, CSIC., p. 15).

114. Não é difícil pensar – dado que este conde não consta da documentação visigoda nem bizantina—que se Ceuta em inícios do século VIII fosse uma cidade independente ou semi-independente onde, eventualmente, fosse aceite um tipo de cristianismo banido do solo ibérico; não há quaisquer provas – para esta e para outras muitas hipóteses que, mesmo assim, têm ajuda a abrir caminho por entre muito matagal histórico que tapa o acesso à compreensão dos acontecimentos), mas não seria impossível ter em Ceuta uma localidade residual de cristianismo de tipo ariano, banido oficialmente desde os tempos do rei Leovigildo, Recaredo, em 587. E esse cristianismo ariano estaria em condições de dar a mão, mais facilmente, a uma doutrina monoteísta que não outorgasse a Jesus Cristo uma dimensão divina – como acontece com o Islão. Fossem os cristãos de Ceuta perfeitamente ortodoxos ou seguissem uma outra forma heterodoxa de cristianismo, o que é facto é facilitaram a entrada das tropas de Ṭāriq, tropas que contavam com cúmplices no interior da península Ibérica (cf. CHALMETA, *Invasión*, 1994, pp. 116-125.). Cúmplices esses que possivelmente pensariam que poderiam

A batalha decisiva na qual desapareceu o rei Rodrigo teve lugar nas margens de um rio situado a cerca de 50 Km de Algeciras¹¹⁵, na segunda metade do mês de Julho de 711 (entre *Ramadan* e *Šawwâl* de 92 H.). Ṭāriq perdeu cerca de 25 % dos seus homens¹¹⁶, ou seja, dos cerca de 12000¹¹⁷ ficou com uns 9000 homens) mas conseguiu controlar os muitos depojos deixados pelos visigodos derrotados nesse dia no campo de batalha¹¹⁸, mas já outros autores – posteriores – fazem-na durar mais tempo: é o caso do autor do *Fath al-Andalus* que dá uma duração de 7 dias para esta batalha¹¹⁹. A divisão do saque após a batalha é referida por al-Razi, referindo-se que foi repartido por 9000 homens “com exclusão dos escravos e seguidores – *al-‘abīd wa l-atbā’*”¹²⁰. Claro que estes dados se vão repetindo, mas não seria desinteressante analisá-los à luz das perspectivas de Albrecht Noth¹²¹.

No mesmo ano de 711, Ṭāriq teria chegado a Toledo acompanhado pelo bispo Oppas – filho do rei Égica e irmão de Vitiza – a Toledo, onde encontra uma cidade que parece não ter oferecido resistência¹²². Sem entrar em pormenores, nalguns casos fantásticos, como a célebre *Casa dos Ferrolhos* e a descoberta da riquíssima *Mesa de Salomão*¹²³, convém referir que Ṭāriq tem do seu

usar as tropas obedientes a Damasco unicamente com função instrumental mas que, como as circunstâncias vieram mostrar, essas mesmas tropas não vão deixar a península sem tomarem o que puderem, pondo em prática os procedimentos iniciados e ensinados pelo Profeta Muḥammad. Sobre o conde Julião veja-se a obra clássica de DOZY, “Le comte Julien”, *Recherches sur ...*, I, pp. 57-67; cf. Howell, A. M., “Notes on Early Treaties between Muslims and the Visigothic Rulers of al-Andalus”, *Actas del I Congreso de Historia de Andalucía, Córdoba*, 1984, vol. I, pp. 3-14 ; Ibn Khaldun (*Ibar* IV, p. 149; coligido por al-Maqqari, *Nafh*, I, p. 232; *apud* Chalmeta, *Invasión*, p. 115, nota 67) qualifica o Conde Julião como “rei de berberes”, que acatava a soberania e religião goda; não seria impossível que o cronista árabe tivesse di^cculdade em descortinar diferenças subtis a nível dos rituais cristãos ocidentais.). A crónica *Akhbār Mağmu'a* apresenta um Conde Julião muito colaborante – senão mesmo cúmplice - com Ṭāriq – fornecendo-lhe guias imprescindíveis para que as tropas do guerreiro berbere pudessem progredir (Ver também SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España Musulmana*, I, pp. 49-50.).

115. Rio Barbate ou rio Guadalete são os mais comumente aceites como lugar deste encontro – cf. Chalmeta, p. 136.

Algumas lendas alimentarão a ideia de que Rodrigo teria escapado com vida. Segundo, por exemplo, a Crónica Rotense, teria sido achado em Viseu, em tempos de Afonso III, quando a região foi repovoada com cristãos vindo do Norte, um túmulo com uma inscrição na qual se dizia “Aquí descansa Rodrigo, último rey de los godos”.

116. Chalmeta, *op. cit.*, pp. 137 e 143.

117. Ṭāriq com um total de 12000 homens inicialmente, chegados gradualmente aos portos do sul da Pen. Ibérica (CHALMETA, *Inv...*, p. 135).

118. Al-Wāqidī, *apud Bayān*, II, pp. 7-8 diz que a batalha durou todo o dia enquanto houve luz ou durante 3 dias (duração indicada por Ibn Raḡīq al-Qayrawānī, *Tarikh Ifrīqiya wa l-Magrib*, Beirute, 1990, p. 75 *apud* Chalmeta, *Invasión...*, p. 136).

119. *Fath al-Andalus*, §13, trad. p. 12.

120. –*apud Nafh*, I, 259 e por Ibn Šabbāt (*apud* Chalmeta, *Invasión...*, p. 9).

121. Albrecht Noth (e Lawrence Conrad), *The Early Arabic Historical Tradition - A source-critical Study*, (trad. M. Bonner), Princeton, 1994, cap. III sobre *Topoi*, sobretudo pp. 129-132.

122. Nem Ximenez de Rada, na sua *Rebus H...* apresenta uma capital que sofre e tenta aguentar um assédio – *Rebus*, I, IV, cap. III – *apud* Chalmeta, p. 154.

123. Cf. Julia Hernández Juberías, *La Península Imaginaria - Mitos y Leyendas sobre al-Andalus*, Madrid,

lado o bispo Oppas¹²⁴ que, enquanto o metropolitano desta mesma cidade, dela foge em direcção a Roma¹²⁵; Oppas dá cobertura à execução de membros da elite toledana apoiante de Rodrigo¹²⁶. Sobre a cidade da Mesa de Salomão – *madīnat al-mā'ida*, e a concordância (com diferenças de promenor) dos textos árabes sobre esta cidade¹²⁷; mais recentemente António Rei, coloca a hipótese de a referida *al-mā'ida* coincidir com uma das várias localidades ibéricas que hoje conserva este topónimo – a vila de Almeida, na actual Beira Alta¹²⁸.

Ibn Abī l-Fayyād integrou Tāriq na lista dos governadores do *al-Andalus*, não o excluindo do cômputo geral – como fazem os restantes cronistas, por o considerarem um mero servido de Mūsā – antes o considerando como o primeiro dos governadores¹²⁹.

O enorme peso dado aos filhos de Witiza que teriam feito um pacto com Tāriq e teriam, mais tarde, viajado a Damasco para ver reconhecidos os seus direitos, é relatado quase que exclusivamente pelo único cronista que teria a ganhar com a proeminência dessa família de origem goda – trata-se, precisamente, de Ibn al-Qutiyya¹³⁰.

Os exemplos de colaboracionistas e de espionagem anti-rodericiana é constante em várias crónicas; a *Akhbār Maġmu'a* refere que as tropas de Tāriq, com o auxílio do conde Julião, tinham muita gente da península, “la cual les indicaba los puntos indefesos y servía para el espionaje”¹³¹. Na batalha de Guadalete¹³² as alas direita e esquerda do exército de Rodrigo, chefiadas respectivamente, por Sisberto e por Oppas, fugiram do campo de batalha, permitindo a vitória de

C.S.I.C., 1996, pp. 210-248, onde a autora refere a tese de María Jesús Rubiera sobre a possibilidade de se tratar da mesma mesa representada no Arco de Tito e que teria chegado à *Hispania* integrada no Tesouro godo.

124. *Crónica de 754*.

125. *Crónica de 754*, cap. VII, § 53.

126. *Crónica de 754*, cap. VII, § 54.

127. veja-se CHALMETA, *Invasión*, ...p. 158, autor que – identiando a expressão *al-mā'ida* com a sua evolução fonética para Almeida (*ibidem*) - reconhece haver dúvidas quando à localização da dita cidade, dado que nenhuma das crónicas – na sua unanimidade – dá coordenadas geográficas mais ou menos seguras ou concretas.

128. António Rei, “Tāriq...” in Ibn Marwān, C.M. Marvão; mas o artigo não se esgota nessa hipótese, que há muito se tentava fundamentar do lado ocidental da península; António Rei, possivelmente percebendo que a descrição do avanço militar e a lógica do mesmo não faz muito sentido que se aproxime de territórios tão ocidentais nessa conjuntura, envolve esta sua hipótese numa teia de outras hipóteses, colocando o percurso de Tāriq por terras ocidentais e fazendo coincidir a referência a Amaya com a *ciuitas* romana que se localiza na actual freguesia de São Sebastião da Aramenha, Marvão, reforçando, assim, a lógica de um percurso mais ocidental.

129. cf. Ibn Abī l-Fayyād (986-1066), *Kitāb al-‘ibar*. Edición y traducción española en C. Alvarez de Morales, «Aproximación a la obra de Ibn Abi l-FayyAd y su obra histórica», *Cuadernos de Historia del Islam*, 9, 1978-9, (pp. 29-127), p. 51; ver igualmente P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 164.

130. Ibn al-Qutiyya. na sua *Ifitāh*, pp. 3-5 (Chalmeta indica que as informações de Ibn al-Qutiyya são reproduzidas também por Šabbat, pp. 169-170; e com algumas variações por Fath, p. 7; *De Rebus Hispaniae*, livro III, cap. XX, *Rawd al-Qirtās*, p. 35 e *Nafh al-Tibb*, I, p. 258.

131. *Akhbār Maġmu'a*, p. 21.

132. Um síntese recente sobre a Batalha de Guadalete encontra-se em Pascal Buresi, « Wādī Lakko (Guadalete) »,

Ṭāriq. Segundo criam os Vitizianos, Ṭāriq somente desejaria troféus e riquezas e regressaria ao Norte de África, deixando-lhe o caminho livre para governarem a Hispania¹³³. Mas, logo em Écija, encontra pouca resistência e obteve colaboração por parte de Vitizianos e de judeus, que completam o quadro de guias de que já dispunha, fornecidos por Julião¹³⁴.

Alimentando, possivelmente, a esperança de que a tomada de Toledo significasse o caminho aberto para os vitizianos, esses assistem à afirmação de al-Walid como soberano¹³⁵. E quando Ṭāriq sai de Toledo para seguir em campanha para Noroeste, deixa em Toledo soldados sob o comando de trapas judaicas¹³⁶. Como disse Thompson, “King Roderic had little hope of victory when he faced the conquerors of Persia and Syria, Alexandria and Carthage”¹³⁷.

O fim do rei Rodrigo

“Huius temporibus in era DCCXLVIII anno imperii eius quarto, Arabum LXLII, Ulit [al-Walid ¹³⁸] scepra regni quinto per anno retinente, Rudericus tumultuose regnum ortante senatu inuadit. Regnat anno uno. Nam adgregata copia exercitus aduersus Arabas una cum Mauro a Muze missos, id est Taric Abuzara et ceteros, diu sibi prouinciam creditam incursantibus simulque et plerasque ciuitates deuastantibus, anno imperii Iustiniani¹³⁹ quinto, Arabum nonagesimo tertio, Ulit sexto, in era DCCLTransductinis¹⁴⁰ promonturiis sese cum eis confligendo recepit eoque prelio fugatum omnem Gothorum exercitum, qui cum eo emulanter fraudulententerque ob ambitionem regni aduenerant, cecidit. (...).”

A Crónica Moçárabe de 754 dá, assim, de forma breve uma súpula dos acontecimentos políticos e

E. I. 2, Suppl., fascículo Supl. 11-12, 2007, pp. 853-854.

133. P. Chalmeta, *Invas.*, p. 107.

134. P. Chalmeta, *Invas.*, pp. 109-111.

135. Infelizmente não se conhecem os termos dessa proclamação de soberania do Califa damasceno; se foi um acto de submissão tal não implica, necessariamente, o desaparecimento de vitizianos de eventuais funções governativas, desde que hiarquicamente sob o domínio do califa.

136. P. Chalmeta, *Invas.*, p. 111.

137. E. A. Thompson, *The Goths in Spain*, p. 319.

138. Trata-se de al-Walid ibn ‘Abd al-Malik, sexto califa omíada, que governou entre 705 e 715. O seu pai, ‘Abd al-Malik, o construtor da *Cúpula do Rochedo* em Jerusalém, representou um momento especial na afirmação do Estado omíada, dotando-o de um aparato estatal em nada inferior ao que existia e existira nas cortes bizantina e sassânida e tornando o árabe como língua de administração; sobre este grande estadista, pai de al-Walid veja-se o recente e actualizado trabalho de Chase F. Robinson, *‘Abd al-Malik*, Oxford, (col. *Makers of the Muslim World*), Oneworld, 2007, pp. 112-113.

139. O Imperador de que se fala é Justiniano II, de seu cognome Rhinotmetus, soberado entre 685-695 e, na sua segunda fase de governação, tem o poder em Constantinopla entre os anos de 705 e, precisamente, 711. Sobre este imperador veja-se MAIER, Franz Georg, *Transformaciones del Mundo Mediterráneo, Siglos III / VIII*, Ed. Siglo XXI, México, 3ª ed, 1975,

140. Sobre a identificação deste local com Iulia Traducta perto de Gibraltar (defendido por Mommsen e Sánchez-Albornoz), com Baelo (como opina H. Galsterer) ou com Tarifa (opção certa para R. Thouvenot) veja-se *Crónica Mozárabe de 754*, López Pereira Ed, p. 69, nota 5.

militares da recta final do reino godo de Toledo, lembrando a forma como Rodrigo tomou o poder e, ao falar das tropas invasoras que já estavam antes a assolar o território ibérico, distingue claramente árabes de mouros, ou seja, de populações norte-africanas, provenientes da antiga Mauritania de época romana.

O autor desta crónica não é partidário de Rodrigo, tendo uma posição mais próxima da política vitiziana, bem clara quando afirma que “a quienes Egica había oprimido con su pesado yugo, Witiza les devolvía su antigua dicha (...)”¹⁴¹.

(a) Adesão ao *Islam* ou ao Estado omíada?

Em 711, as tropas de ṭāriq não passam pelo Ocidente peninsular; o objectivo é, depois da tomada de Córdova, a capital do reino Godo.

A conquista de Toledo é uma conquista militar, seguida de um acto político - a proclamação de uma nova legitimidade. Parece não haver, nesta fase inicial, uma preocupação, nem oposições, relativas a questões de carácter religioso. A proclamação de soberania de al-Walid poderia, porém, ter sido sobretudo um acto de submissão dos vitizianos ao califa? Se assim foi, não havia razão para não se empossarem poderes previamente existentes - desde que reconhecessem o califa - e não havia razão para destruir e desautorizar os símbolos e poderes religiosos que se encontravam então na península - tanto judaicos como cristãos.

As fontes sobre o Ġarb são parcas em informações. Mas é possível tentar perceber qual é a dinâmica ligada às adesões ao Islão nos primeiros tempos, ou seja, logo após 711.

O exército comandado por Ṭāriq e, depois o de Mūsā - e o de ‘Abd al-‘Azīz ibn Mūsā ¹⁴² -, podem ser apresentados como agentes de islamização, mas são sobretudo instrumentos do califado de Damasco, de um califado que ainda está mal informado do que se ia passando a Norte do Estreito nesses anos de 711 a 714.

Lendo as várias fontes que descrevem o processo de conquista do Norte de África e mesmo do al-Andalus, verifica-se que, na maior parte dos casos, o que as crónicas dizem é que se pretende, mais que uma adesão (sincera e consciente) ao Islão, uma submissão aos agentes do califa de Damasco. *Islam* é isso mesmo - submissão - mas no sentido religioso, no sentido transmitido pelo Profeta, pretendia-se que a submissão fosse dirigida a *Allāh*, ao Deus único. Porém, não é de estranhar que essa submissão fosse de alguma forma centrada, numa primeira fase numa submissão “de cúpulas”, ou seja, o ex-reino de Toledo submete-se ao califado sediado em Damasco; as adesões e submissões individuais serão, elas próprias, um outro processo.

Os comandantes de tropas não eram propriamente missionários pacientes, eram sobretudo homens práticos que pretendiam controlar depressa e bem uma determinada região ou cidade. Pretende-se que a submissão seja feita ao “vigário”, ao substituto do Profeta, ou seja, ao *Khālifa*¹⁴³. Mas, a

141. *Crónica de Mozárabe de 754*, López Pereira Ed, § 44, p. 63.

142. ‘Abd al-‘Azīz ibn Mūsā - عبد العزيز بن موسى

143. Não se ignora, porém, que alguns autores consideram que a expressão *Khālifa* deve ser entendida como “vigário de Deus e não como “vigário do Profeta” (cf. Patricia Crone e Martin Hinds, *God’s caliph. Religious*

submissão parece ser dirigida, essencialmente, a aspectos políticos.

Adesões individuais, houve certamente; a proposta muito claramente exposta por P. Chalmeta é a de que a islamização pode ter sido “un fenómeno paulatino y de duración plurisecular”¹⁴⁴. Mas a questão das adesões, passa também por saber o que era, então, aderir. Adesões a quê? Os conquistadores não chegam com um grande disponibilidade de livros sagrados nos seus alforjes¹⁴⁵; trazem sobretudo armas e espaço para encher com objectos do quinhão que esperam receber.

O que mais tarde é conhecido como Islão ainda não está plenamente sistematizado quando os exércitos entram no al-Andalus - não há ainda um *madhhab* definido, ou seja, não se afirmaram ainda as escolas jurídicas que vão interpretar os textos sagrados e, a partir delas e de outros instrumentos, organizar a sociedade. Se há oposição - no que será conhecido como o *Ġarb al-Andalus* - aos exércitos “entrantes” (para não dizer *invasores*), essa oposição é sobretudo para defender espaços, cargos, funções, regalias, é a normal resistência aos que não são aliados. Não se trata de uma resistência contra os “muçulmanos”, mas ser *Mūsālīma* em inícios do século VIII seria diferente de converter-se mais tarde. Mas, as crónicas árabes disponíveis são, como se sabe, escritas muito tempo depois das mudanças de poder que se dão a partir de 711.

(b) A campanha de 712 e as tropas árabes na Lusitânia

Todas as crónicas, apesar escassez de informações, referem que a razão da travessia de Mūsā teve a ver com o sucesso rápido e fulgurante de Tāriq e das suas tropas. Mūsā não podia ficar à margem deste sucesso e fora das cidades acabadas de conquistar. Tudo isto pretende dizer que Mūsā iria preparado com homens e petrechos militares mas, certamente, nada aponta para que uma das suas preocupações fosse a construção de novos edifícios; Mūsā vai para conquistar, não vai para edificar novas cidades ou novas fortificações; vai com um espírito diferente do que animou as tropas árabes que se estabeleceram no *misr*¹⁴⁶ que se veio a chamar Qayrawān¹⁴⁷.

authority in the irst centuries of Islam, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1986 (ed. paperback, 2003), sobretudo § 2 – *The title Khalifat Allah*, pp. 4-24.

144. P. Chalmeta, *Invasión...* 1994, p. 2.

145. O texto do Alcorão, apesar da sensibilidade que pode envolver estas afirmações, não tinha ainda adquirido a sua forma ional - a *vulgata* corânica definitiva - em inícios do século VIII; considerando-se, habitualmente que o livro adquiriu a sua forma definitiva com o terceiro califa - ‘Utmān (844-656) - os trabalhos recentes de Alfred-Louis de Prémare revelam que os conteúdos do texto sagrado islâmico ainda era discutidos no século IX d.C.; alguns aspectos concretos ainda não constavam do Alcorão em 700-705, pouco antes da entrada das tropas islâmicas em território peninsular - Alfred-Louis de Prémare, *Aux origines du Coran, questions d’hier, approches d’aujourd’hui*, Paris, Téraèdre, (col. *L’Islam en débats*), 2004, p. 97; veja-se, do mesmo autor Alfred-Louis de Prémare, *Les Fondations de l’islam. Entre écriture et histoire*, Paris, Ed. Seuil collection L’Univers historique, 2002. Sobre o Alcorão, continua a ser importante a consulta de João Silva de Sousa, *Religião e Direito no Alcorão : do pré-Islão à Baixa Idade Média, séc. XV*, Lisboa, Estampa, 1986.

146. - cf. *E.I.2*, s.v. *Misr*, vol. VII (C. E. BOSWORTH).

147. - A fundação de Qayrawān foi referida anteriormente.

Mūsā atravessa o estreito no mês de Ramadão de 93, ou seja, no Verão de 712¹⁴⁸. O texto de *Akḥbār Maġmu‘a* coloca 18000 homens no seu exército¹⁴⁹. Mūsā organiza a sua testa de ponte a partir de Tânger e parece ter procurado reforçar o domínio no vale do Bétis – futuro Guadalquivir, ou “Rio Grande” – começando por controlara a cidade bem amuralhada de Carmona e seguindo depois para Sevilha. Segue, como sempre se tem referido, por um caminho diferente do de Ṭāriq¹⁵⁰. Ibn ‘Idārī é um bom exemplo da forma – complexa – como foi transmitida esta informação; diz que Rāzī informa que Wākidi relata que Mūsā ibn ‘Alī ibn Rabâh’ dizia que o seu pai referia que Mūsā ibn Nuṣayr deixara a Ifriqiya irado contra Ṭāriq e que, quando já na Península Ibérica o aconselhavam a seguir pelo caminho tomado por este, Mūsā se recusava a fazê-lo e que os “guias cristãos” lhe mostravam, então, caminhos alternativos para chegar Toledo¹⁵¹ e que lhe prometeram um caminho melhor que o de Ṭāriq, “por cidades de muito maior importância e com riquezas mais abundantes que as suas e que ainda não foram conquistadas e das quais de apoderarás”¹⁵².

Estavam no pensamento destes cristãos ibéricos anti-Rodrigo e colaboradores dos exércitos omíadas as cidades de Sevilla e de Mérida. Evitando Córdoba e, eventualmente, entrar em conflitos com as guarnições que lhe seriam teoricamente fiéis, a acção militar de Mūsā aproximou-se, porém, desta cidade, conquistando no vale de Guadalquivir as cidades de Carmona, Alcalá del Río e de Sevilha. A conquista de Carmona, apesar de tecnicamente ter sido considerada “conquistada pelas armas” parece, por algumas das fontes árabes, ter sido tomada por manha dos homens do Conde Julião¹⁵³. Sevilha, porém, foi conquistada após vários meses de assédio. As principais elites da cidade teriam fugido em direcção a Beja; depois, de ocupada, a cidade teria ficado, como em outros casos, com uma guarnição mista composta por judeus da região e tropas de Mūsā¹⁵⁴.

Depois de controlar as cidades centrais da Bética avança para outro vale fluvial e zona administrativa importante: o vale do *Anas* (o futuro Odiana e Guadiana), onde se encontrava a capital da Lusitânia – *Emerita*.

Nesta conjuntura deveria ser grande a ligação e a relação de Sevilha com os territórios para ocidente, mais concretamente a zona de Niebla, mas também o Andévalo e as terras de Beja. Não só por ter sido para aí que fugiram os nobres mais destacados de Sevilha mas pelo facto de algumas das crónicas fazerem passar o percurso de Mūsā de Sevilha para Mérida pela cidade de Beja¹⁵⁵ ou,

148. - *Akḥbār Maġmu‘a*, p. 15; trad. p. 28.

149. - *Akḥbār Maġmu‘a*, p. 15; trad. p. 28.

150. Cf. Pedro CHALMETA, *Invasión ...*, p. 172 e nota 288.

151. *Bayân*, II, p. 15 (e não p. 13 como refere P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 172, nota 288, por lapso ou gralha), pp. 20-21 da trad.

152. Hayyân *apud* al-Maqqarī, *Nafh*, I, 269 ; cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 173 – este autor traduz *awsa‘ gunman* por “copioso botín” (*ibidem*).

153. *Akḥbār Maġmu‘a*, pp. 15-16, onde se reeferem que clareza os cristãos do Conde Julião que utilizam o estratagema de se apresentarem diante da cidade armadas, como sendo fugitivos, pelo que de dentro lhes abrem as portas; *Bayân*, II, trad. Fagnan pp. 13-14 (pp.15 – 21, numeração actual) ; Nuwayrī, p. 28; *Nafh*, I, p. 269; mas também *De Rebus Hispaniae*, I, III, cap. XXIV *apud* CHALMETA, *Invasión...*, p. 175.

154. *Akḥbār Maġmu‘a*, p. 16, p. 29 da trad. Para outras obras que citam estes mesmos acontecimentos veja-se CHALMETA, *Invasión...*, p. 175, nota 298.

155. É o caso do *De Rebus Hispaniae*, de Rodrigo Ximenez de Rada, I, III, cap. XXIV.

indo mais por sul, por Niebla, Beja e pela zona conhecida como *Fağğ Mūsā*¹⁵⁶. O *Fath al-Andalus* adianta um percurso mais detalhado, mas recheado de equívocos, fazendo as tropas de Mūsā passar por Ocsónoba¹⁵⁷. Porém, a maioria das crónicas aponta um itinerário entre Sevilha e Emerita seguindo pela vetusta estrada romana¹⁵⁸.

Se se exceptuar a fuga de eleites de Sevilha para as zonas de Niebla-Ossónoba e Beja, é com a chegada das tropas de Mūsā a Mérida, em 712, que os territórios da antiga Lusitânia se tornam verdadeiramente em campo de Batalha.

(i) Mérida – cerco

A conquista de Mérida revela, para um exército organizado sob pressão, algumas capacidades interessantes. A cidade foi cercada em data não determinada com exactidão e ofereceu, inicialmente, resistência. Tal comportamento não pode ser visto na óptica maniqueísta de uma cidade “cristã” que faz peito frente aos infiéis do Islão. É para Mérida que seguem alguns dos que foram derrotados na cidade de Sevilha e, certamente, alguns do partidários de Rodrigo que ainda conservavam esperanças na resistência não só aos exércitos norte-africanos mas, igualmente, ao partidários de Vitiza que, sabia-se, colaboravam com estes exércitos.

Por outro lado, Mérida, durante o período de vigência do reino de Toledo deu várias vezes motras de rebeldia – este não era o seu primeiro momento de resistência a forças vindas de outras paragens. As tropas de Mūsā ainda antes de se aproximarem das muralhas, a cerca de uma milha¹⁵⁹ já estavam a ser rechaçadas. Porém, os combatentes emeritenses a crer em algumas fontes de época islâmica, sofreram um sério revés junto a uma pedreira que se encontrava nos arredores da cidade, onde a “infantaria e a cavalaria” de Mūsā estava emboscada; só depois deste desaire resolvem proteger-se no interior da sua muralha.

Então as tropas de Mūsā, alentadas com a vitória na pedreira, tentam investir sobre a muralha, mas de forma protegida. Mas Mérida, no dizer de uma das crónicas, dispunha de muralhas como a mão humana não tinha feito outras¹⁶⁰. De facto, as tropas de Mūsā, a crer nas fontes disponíveis, revelam uma capacidade de assédio interessante. Fabricam uma Tartaruga / *dabbāba*¹⁶¹ para, protegi-

156. Ibn Šabbat, p. 20; *Ḍikr bilād al-Andalus*, p. 86 e *Risāla...*, p. 108 – *apud* Chalmeta, *Inv.*, p. 176, nota 301.

157. *Fath*, p. 10-11.

158. P. Chalmeta, *Inv...*, p. 177; veja-se para pormenores do itinerário entre Sevilha e Mérida HERNÁNDEZ, “Estudios de Geografía histórica española: XII. Ragwāl y el itinerario de Mūsā, de Algeciras a Mérida”, *Al-Andalus*, XIX, 1961, pp. 43-154.

159. *Akhbār Mağmu'a*, p. 16, trad. p. 29.

160. *Akhbār Mağmu'a*, p. 17, trad. p. 29. (transcrever texto árabe ?)

Sobre a qualidade das muralhas de Mérida veja-se tb.. Flórez, *España Sagrada*, Tomo XIII, Tratado XLI, cap. X, p. 246, que fala da “gran fortaleza” das muralhas de Mérida onde se refugiaram as populações aquando da chegada das tropas de Mūsā.)

161. A *dabbāba* é uma máquina de guerra entre los árabes a cuyo abrigo los sitiadores socavaban los muros de castillos y fortalezas citado por Simonet en su obra “Leyendas árabes” - Jose Almirante, *Diccionario militar*, Madrid, 1869. *Dabbāba*, em *Farsi* = “war-chariot”, literally “hovel on wheels”).

A *dabbāba* foi utilizada igualmente no tempo das cruzadas, por parte dos cristãos. C. Hillenbrand refere que os

dos, tentarem derrubar os silhares da muralha. Nenhuma das crônicas dá a entender que a muralha de Mérida tivesse pontos frágeis ou remendos recentes; a capital da Lusitânia é apresentada como dispondo de defesas rijas e capazes de aguentar um assédio duradouro.

Os utilizadores da *dabbâba* conseguiram fazer soltar um silhar¹⁶², mas encontraram o miolo da muralha, em argamassa¹⁶³, e não puderam avançar mais – a argamassa desta muralha parece ter-se mostrado mais resistente do que esperavam os sapadores do exército de Mūsā; estes, são atacados a partir do interior da muralha e alguns deles caem em combate.

Começa, então, nesta tentativa falha de penetrar no interior da muralha de Mérida, a memória martirológica do *islam andalusí*; estes atacantes são lembrados como os primeiros mártires do Ġarb: a torre junto da qual morreram ficará conhecida como *Burġ al-Šuhadā'*, ou Torre dos Mártires¹⁶⁴.

A rendição da cidade de Mérida teve lugar, segundo dir~ao depois as crônicas, do dia da Festa da ruptura do Jejum do mês de Ramadân, o *Id al-Fitr* de 94 H., ou seja, a 30 de Junho de 713 d.C. e a decisão dos emeritenses de se renderem predem-se, a crer nas crônicas arábicas, na capacidade de Mūsā de impressionar os seus adversários, com uma fisionomia que se ia alterando, a nível da cor da barba, sempre que os embaixadores dos sitiados se apresentavam perante si^{165 166}. Já H. Kennedy reconhece que, “de um modo geral, os Muçulmanos ofereciam condições generosas que, sem dúvida, tornavam a rendição uma opção mais atraente, ao passo que a resistência vâ podia levar à morte”¹⁶⁷.

Condições da rendição de Mérida

As condições em que se deu a rendição de Mérida têm importância, na medida em que prefiguram atitudes posteriores e dão uma mostra do impacto que a conquista pode ter tido na região. Mérida entrega-se mas, antes, tinha resistido; tropas islâmicas tinham sido atacadas – na pedreira dos arredores – e alguns habitantes tinham fugido para norte. Ora, segundo o *Akhbār Maġmu'a*, ficou decidido que a paz era aceite desde que “os bens dos que tinham morrido no dia da emboscada e dos

atacantes que chegarem na frota siciliana que atacou Alexandria em 570 H. / 1174-75 c.C. trazia, entre várias máquinas de guerra, *dabbâba/s*; cf. Hillenbrand, Carole, *The Crusades: Islamic Perspectives*, Routledge, 1999, p. 534. (cf. sub.cap sobre ARMAS)

162. *Akhbār Maġmu'a*, p. 17, trad. p. 29. – em árabe

163. *Akhbār Maġmu'a*, p. 17, trad. p. 29. O texto refere *laxamaxa* (Dar texto em árabe), expressão romance para argamassa, e que é a expressão utilizada pelo cronista.

164. P. Chalmeta, *Inv...*, p. 179.

165. *Akhbār Maġmu'a*, pp. 17- 18, trad. p. 30.

166. A mudança de aparência da barba de Mūsā marcou durante séculos a cronística; deixou reexos nas crônicas escritas por autores árabes mas também deixou reexos indelévels nas crônicas posteriores escritas ou compiladas por cristãos; é o caso do reexo deixado na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. de Luís Lindley Cintra, Lisboa, 1954, vol. I, cap. CCIX, (pp. 343-344); veja-se tb. Flórez, *España Sagrada*, Tomo XIII, Tratado XLI, cap. X, p. 247 – onde se refere a consternação que causou aos cristãos a mudança da tonalidade capilar de Mūsā e que isso ,bem como o facto de puderem manter as igrejas dentro da obediência ao cristianismo, levou a que pactuassem com o invasor.

167. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 34.

que tinham fugido para a *Gallaecia* fossem para os muçulmanos e que os bens e alfaias das igrejas para Mūsā”¹⁶⁸.

A “crónica” *Akhbār Mağmu'a* não é clara se os bens das igrejas de Mérida que passaram para a posse de Mūsā seriam ou não, depois, colocados como bens do Estado¹⁶⁹.

As crónicas, em geral, elogiam e espantam-se com as riquezas existentes na cidade de Mérida, riquezas que devem ter igualmente fascinado todos os que as observaram de perto. Mas, para além dessas riquezas, é a própria arquitectura de Mérida que é admirada pelos recém-chegados; a capital da antiga Lusitânia deslumbrava.

Diz o *Akhbār Mağmu'a* que Mérida possuía “monumentos, un puente [sobre cujo estado de conservação não há informações], alcázares e iglesias que exceden a toda ponderación”¹⁷⁰. Durante a longo assédio a Mérida, a cidade de Sevilha enceta uma rebelião contra os novos ocupantes, aproveitando o facto de o grosso do exército de Mūsā ter avançado para Norte para a capital do Guadiana, deixando Sevilha guarnecida com um exército pouco mais que insignificante, confiado parcialmente a judeus¹⁷¹. Teriam sido mortos cerca de 80 homens de Mūsā e, dos sobreviventes, alguns teriam ido avisar o dirigente árabe, que se encontrava em na cerco de Mérida.

A rebelião iniciada em Sevilha é ajudada por guerreiros provenientes de Niebla e de Beja¹⁷² – locais para onde, antes, tinham escapado habitantes de Sevilha quando as tropas de Mūsā chegaram à cidade. Este comportamento de tropas provenientes de Niebla e de Beja pode ser encarado, de alguma forma, como um recuo táctico seguido de um contra-ataque, depois de terem avaliado a situação e verificado que Mūsā, com a grande vontade de prosseguir para Norte de encontro às tropas de Ṭāriq e para fazer face ao cerco de Mérida, teria deixado Sevilha com uma guarnição de pouca importância que acaba por ser facilmente controlada pelos habitantes que permaneceram e pelos que regressam do Ocidente, uma das zonas naturais de escape para as tensões surgidas nas margens do Guadalquivir. A rebelião de Sevilha é sufocada por tropas comandadas por ‘Abd al-‘Azīz ibn Mūsā¹⁷³, naquela que parece ter sido a sua primeira grande acção militar em solo ibérico.

De facto, o processo de conquista do Ġarb ainda hoje coloca problemas a nível de incompatibilidade e lacunas entre algumas fontes. Luis Molina, que apresenta e estuda as diferentes informações sobre a conquista de Mérida, identifica diferenças de pormenor, sublinhando a existência de acontecimentos que não constam de todos os textos: NT (*Nafḥ al-Tīb*) não refere a emboscada

168. *Akhbār Mağmu'a*, p. 18, trad. p. 30.

169. Ibn Abd al-Hakam, *Futūḥ. Ifrīqiya wa-l-Andalus* (trad. Conquista de África del Norte y de España), pp. 49-50; é possível que algumas das ambiguidades da captura de bens por parte de Mūsā tenha contribuído para que o seu prestígio tivesse sido abalado por alguns dos seus detratores.

170. *Akhbār Mağmu'a*, p. 17, trad. p. 29. Flórez, *España Sagrada*, Tomo XIII, Tratado XLI, cap. IX, pp. 226-245 - refere as muitas igrejas e riquezas que se encontravam em Mérida antes da chegada de Mūsā. Referte ainda a existência em Mérida de uma comunidade de gregos que usavam o seu idioma. Em Mérida não se poderia ignorar o que se pasava no Médio Oriente desde 622.

171. *Akhbār Mağmu'a*, p. 16, trad. p. 29.

172. *Akhbār Mağmu'a*, p. 18, trad. p. 30.

173. *Akhbār Mağmu'a*, p. 18, trad. p. 30. Revolta de Sevilha – tropas enviadas por Mūsā sob comando do seu ‘lho.

na pedreira que existia junto à cidade: KT (*al-Kāmil fī l-Tā'rīh*) abrevia a descrição os acontecimentos ¹⁷⁴.

Algumas fontes referem uma aproximação de tropas de Mūsà ao Ġarb pouco tempo depois da tomada de Sevilla. Mūsà teria enviado o seu filho 'Abd al-'Azīz tomar Niebla, na sequência de uma revolta de cristãos¹⁷⁵; porém, a historiografia costuma datar as campanhas do Ġarb da fase de governo de 'Abd al-'Azīz, já sem o seu pai no *al-Andalus*.

A maioria dos autores, seguindo a marcante síntese de E. Lévi-Provençal, na qual se privilegiaram os testemunhos inseridos nos *Akhbār Mağmu'a* e no *Bayān* de Ibn 'Idarī (entre outras obras mais ou menos concordantes), apresenta a primeira fase da conquista da Península Ibérica distinguindo como principais protagonistas Ṭarīf, Ṭāriq ibn Ziyād e Mūsā ibn Nuṣayr ¹⁷⁶. Os estudos mais recentes obrigam a olhar para esta visão da conquista com mais cautelas e menos certezas.

O avanço rápido das tropas de Mūsà, mostra claramente que não se pode falar em processos sólidos de arabização ou de islamização na fase inicial desta entrada de tropas; o objectivo era atingir Ṭāriq e controlar os seus ímpetos e dominar a situação. A rapidez e a pouca solidez desse avanço está bem patente na referência que Ibn 'Idarī faz sobre a revolta que rebenta em Sevilla pouco depois de Mūsà a ter dominado e quando ele se encontrava no cerco de Mérida. Mūsà envia o seu filho para controlar a situação e sabe-se que os revoltosos eram auxiliados por aqueles que antes tinham fugido para as bandas do ocidente, mais propriamente para Niebla e Beja; 'Abd al-'Azīz, depois de controlar a cidade de Sevilla, ataca Niebla ¹⁷⁷ e, segundo o texto dos *Akhbār* ¹⁷⁸, a cidade de Beja também é controlada pelas tropas invasoras nesta conjuntura¹⁷⁹.

Parece clara a relação fácil que existe entre Sevilla e as cidades localizadas a oeste de si que, aliás, numa conjuntura em que Córdova se tinha rendido aos exércitos vindos do Norte de África, eram claramente uma zona passível de dar socorro à capital da Bética. Talvez não seja de excluir a hipótese de as tropas de Rodrigo que tenham conseguido escapar com vida do primeiro e decisivo grande embate - com Ṭāriq, como se sabe - tenham procurado refúgio ou até reorganizar-se no flanco ocidental da Península Ibérica.

A recusa de Mérida em aceitar, facilmente, os novos poderes, bem como as revoltas, em simultâneo, de Niebla e Beja são vistas como resistência da «nobreza» visigótica¹⁸⁰.

174. Luis Molina. «Un relato de la conquista de al-Andalus». *Al-Qantara*, XIX, 1 (1998), (pp. 39-65)pp. 58-59.

175. Luis Molina. «Un relato de la conquista de al-Andalus». *Al-Qantara*, XIX, 1, p. 59; este episódio é referido em BM (*Bayān*), NT (*Nafh al-Tīb*), KT (*al-Kāmil fī l-Tā'rīh*) e RH (*De Rebus Hispaniæ*) mas não nos *Akhbār Mağmu'a*.

176. Sobre este aspecto veja-se María Jesús Viguera, “El establecimiento de los musulmanes en Spania – al-Andalus”, V Semana de Estudios Medievales, 1995, (pp. 35-50), p. 42.

177. *Bayān*, II, p. 15; trad. P. 23 - *apud* Picard, *Le Portugal Mus.*, p. 22.

178. p. 38; trad., p. 48- Picard, *ibidem*.

179. Para a conquista da Lusitânia é de ver também J. D. Garcia Dimingues, “Invasão e conquista da Lusitânia por Muça ben Noçair e seu 'Iho Abdelaziz”, Primer Congreso de Estudios Árabes e Islámicos – Actas, (Córdova, 1962), Madrid, 1964, pp. 231-250.

180. Picard, *Le Portugal*, p. 21.

Segundo H. Kennedy, Mugīth (Mugīth al-Rūmī) encontrou uma Córdoba “decrépita”, dado que apresentava a ponte romana derrubada (parcialmente) e “um grande buraco nas muralhas”¹⁸¹. Este seria um exemplo da tão discutida decadência do reino visigodo, mas deve lembrar-se que Mugīth não encontrou de imediato o buraco referido e teve de chamar o pastor que lhe deu a informação¹⁸²: a destruição da muralha de Córdoba não era tão evidente para tropas acabadas de chegar, se bem que de forma dissimulada.

Teria ficado em Córdoba uma guarnição de 400 homens e a *du‘afā*, ou seja a componente não militarizada da sociedade; para H. Kennedy, não só esta situação é sinónimo de fraqueza da guarnição como, igualmente, sinal de que havia uma clara distinção e separação entre “as classes militar e não militar”¹⁸³.

Pode-se, pois, colocar uma hipótese. A diversidade de explicações sobre os percursos tomado por Mūsā entre Sevilha e Mérida podem ter uma outra explicação: o envio de contingentes a partir de Sevilha para perseguir os fugitivos visigodos que se dirigiam para ocidente ou o envio de algumas tropas pela margem direita do Guadiana para poder cercar Mérida mais facilmente, sabendo que a ponte do Guadiana poderia ser um obstáculo ao domínio fácil sobre Mérida.... Ou seja, teriam partido de Sevilha dois destacamentos: um que segue pela estrada romana e um outro que indo eventualmente até à zona de Beja, daqui sobe para Norte, sempre pela margem direita do Guadiana, para se juntar ao exército principal junto à cidade de Mérida, cercando-a por dois lados. Esta hipótese está por provar e envolveria, necessariamente, uma divisão dos recursos de Mūsā por dois exércitos.

As tropas de Mūsā chegam a uma cidade que não irá dar as facilidades de conquista que se sentiram em outras. Sem apontar todos os detalhes das diferentes formas de apresentar a forma como Emerita reagiu à chegada das tropas de Mūsā, convém explicar o porquê da importância de Mérida neste quadro. Trata-se da antiga capital da Lusitânia, de onde deveria partir uma teia de complicitades com zonas dela dependentes. Controlar esta capital – mesmo que provincial – significaria assegurar a legitimidade do controle dos territórios delas dependentes, isto é, significaria conseguir obter legitimidade sobre o território dela dependente. Significaria afirmar o poder até ao extremo ocidental da península, até ao Atlântico incluindo as cidades do vale do Tejo. A forma como a cidade se entregou iria reflectir-se no conjunto do território de si dependente.

A possível junção das tropas de Mūsā e de Ṭāriq é de grande importância. A eventual união dos dois exércitos significa mais unidade, coesão e um poder maior sobre os territórios que virão a ser calcorreados e conquistados. Ora, Ibn Raḡīq refere que essa união dos dois exércitos se deu¹⁸⁴ e que formaram um só exército¹⁸⁵. Será a partir de Toledo que Mūsā dá conta, finalmente, ao califa

181. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 33.

182. al-Maqqarī, *Nafh*,

183. H. Kennedy, *Os muçulmanos, ...*, p. 33.

184. Ibn Raḡīq al-Qayrawānī, *Tarikh Ifrīqiya wal-Magrib*, Beirute, Dar al-Ġarb al-Islami, 1990, p. 78 *apud* CHALMETA, *Inv...*, p. 181.

185. P. Chalmeta considera que esta união dos dois exércitos encerra a “fase berbere” da conquista e que volta a afirmar-se uma fase “árabe” da História do al-Andalus. Compreendendo a argumentação do autor, é de crer que os acontecimentos e que os componentes dos ex-dois exércitos tornam a situação mais complexa.

omíada dos acontecimentos ocorridos na Península Ibérica¹⁸⁶. Muġiṭ al-Rūmi, o conquistador de Córdoba, é um dos enviados para o fazer¹⁸⁷.

A campanha de Mūsā pela *Gallaecia*

A campanha militar de Mūsā pelas terras da *Gallaecia* tem especial importância para compreender a forma como foram integrados na nova ordem social e política os territórios localizados no ocidente da Península Ibérica a norte da linha do Douro mas também alguns territórios da zona da actual Beira. Os dados fornecidos pelas fontes são poucos, mas enquadrando o pouco que se sabe com a dinâmica de conquista que então se fazia sentir podem ficar mais claros.

A passagem das tropas de Mūsā por estes territórios dá-se, como se sabe, depois da entrada fácil de Ṭāriq de Toledo¹⁸⁸. Depois da queda da capital – Toledo – às mãos de Ṭāriq ainda nesse ano de 711, dá-se a entrada das tropas de Mūsā. O Nafḥ al-Ṭīb de al-Maqqarī, uma obra tardia, indica que Mūsā já depois de ter sido abordado por Mugaith que lhe trazia uma ordem do califa al-Walīd ibn ‘Abd al-Mālik para que se apresentasse em Damasco decidiu avançar com a campanha militar contra a *Gallaecia* - campanha que fez na companhia de Muġiṭ, e na qual chegaram às montanhas “ásperas” do Norte, conquistando “a fortificação de Viseu¹⁸⁹ e a de Lugo, tendo aqui parado durante alguns tempo”¹⁹⁰.

Apesar das fragilidades desta pequena referência, vale a pena analisá-la. Mūsā, segundo a maioria das outras crónicas, provinha de Saragoça e dirigia-se para ocidente a sul da cordilheira Cantábrica. Neste percurso, não faria muito sentido dirigir-se a Viseu, a não que houvesse aí tropas ou dirigentes visigodos cujo controle fosse necessário assegurar. Nesse trajecto faria mais sentido a zona do actual Bierzo onde se teria localizado uma importante fortificação denominada *Castrum Bergidum*¹⁹¹. Em síntese, pode considerar-se que a *Gallaecia* acaba por submeter-se às armas de Mūsā¹⁹², mas com condições particulares que não são conhecidas.

Não seria impossível uma inversão de percurso mal traduzida para a escrita, ou seja, uma passagem por Lugo – onde teriam eventualmente hibernado – com uma descida a caminho do Estreito e de Damasco, com passagem agora sim, por terras mais ocidentais, tocando a cidade de Viseu. Embora seja pela negativa, é de referir que a chamada *Crónica Moçárabe de 754* é completamente muda a respeito de campanhas militares nos primeiros anos da entrada arabo-berbere na Hispânia pelas zo-

186. P. Chalmeta, *Inv...*, p. 182.

187. Ibn Abd al-Hakam, *Futūh*, p. 210.

188. Sobre a quase unanimidade acerca dessa conquista veja-se Chalmeta, *Invasión...*, p. 154.

189. A edição de Gayangos indica “the fortress of Bézú and the castle of Lúk (Lugo) – p. 291, esclarecendo em nota que em lições do texto surge Bâzû ou Bârû (nota 16, p. 546). SÁNCHEZ-ALBORNOZ já assume a identificação de Bâzû com Viseu.

190. Cf. Al-Maqqari, *Nafḥ al-Ṭīb* (trad. de Pascual de Gayangos, *The History ...*, IV, cap. IV, p. 291; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España Musulmana*, I, p. 55, onde transcreve o texto da tradução de Lafuente Alcántara, en *Col.Obr.Ar.Ac.Ha.* I, p. 192.

191. *Castrum Bergidum* parece ter-se localizado a norte do Ebro em zona não identificada de forma definitiva – cf. “TABVLA IMPERII ROMANI (HOJA K-30, CAESARAVGVSTA Y CLVINA)”; alguns querem identificar o Bergidum Castrum com a zona de Bierzo, mas faltam muitos elementos seguros.

192. P. Chalmeta, *Invasión e islamización...*, p. 217.

nas da antiga Galaecia¹⁹³. Igualmente a *Futūh Ifrīqiya wa-l-Andalus*, de Ibn Abd al-Hakam, nada diz sobre esta zona, bem como sobre o ocidente do al-Andalus¹⁹⁴.

De qualquer das formas, não é de supor que o exército de Mūsā, carregado de troféus, os mais ricos haveres de um reino acabado de cair, o espólio de uma capital que assombrou pelas riquezas aí encontradas e descobertas nos seus arredores, ficasse à espera de ser resguardado, em Viseu, enquanto se terminava uma construção impar no solo ibérico. Teria sido mais avisado ter mantido todos esses trofeus em sítio rijo e bem seguro à partida; Mūsā teria certamente preferido as sólidas muralhas tardo-romanas de Lugo a ter de esperar algumas semanas, com um exército aparentemente desprovido de arquitectos e preparado à pressa para atravessar o Estreito, para que lhe construíssem um quartel com design inovador – um octógono¹⁹⁵.

Não é provável que tenha sido nesta fase que se definiu a construção identificada normalmente pela designação de “Cava de Viriato”; tal não significa, porém, que seja impossível atribuir-lhe um momento – um outro – dentro dos vários séculos do domínio islâmico durante o qual tenha havido mais hipóteses de ser tado a sua concepção¹⁹⁶.

A campanha militar de Mūsā pelas terras da *Gallaecia*, narrada pelo *Nafh al-Tīb* de al-Maqqarī, narra de forma panfletária as atitudes do exército invasor. Aí se diz que “não houve igreja que não fosse queimada, nem sino que não fosse quebrado”¹⁹⁷, o que parece não coincidir com atitudes mais dialogantes em outras paragens da Península Ibérica.

Mais adiante o mesmo texto de al-Maqqarī dá mais informações interessantes a outros níveis que podem ter implicações a nível do controlo do território. Transmite al-Maqqarī que nessas zonas da *Gallaecia* os cristãos “submetiam-se, pediam humildemente paz, o que lhes era garantido, desde

193. Crónica de Mozárabe de 754, López Pereira Ed, Saragoça, Anubar Ed., 1980. O autor desta crónica é parco a nível de informações relativas a toda a zona mais ocidental da Península Ibérica; Hispalis é referida mas nem Mérida nem nenhuma outra localidade a ocidente da grande via romana de Emerita a Asturica é referida.

194. Ibn Abd al-Hakam, *Futūh. Ifrīqiya wa-l-Andalus*; trad. VIDAL BELTRÁN, E. (intr., trad. e notas), *Conquista de África del Norte y de España*, Valencia, 1966.

195. Falar-se-a sobre esta construção viseense no capítulo respeitante ao período ‘*amīrī*’.

196. A hipótese de a Cava de Viriato poder datar do período da entrada das tropas de Ṭāriq ibn Ziyād e Mūsā ibn Nuşayr foi colocada por Helena Catarino, há poucos anos, um dos vários contributos interessantes para a discussão sobre a época de edificação e de ocupação desta estrutura (Helena Catarino, “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (*Ṭāġr al-Ġarbi*) e as escavações na Universidade de Coimbra”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Lisboa, Ed. Colibri, 2005, (pp. 195-214), p. 212-214). Muito recentemente foi publicado um trabalho fundamental sobre esta construção e problemática que a envolve, trabalho que contém um levantamento exaustivo da documentação, dos paralelos e das hipóteses de trabalho que se podem sobre esta construção: José Manuel Mascarenhas e Filipe Themudo Barata, *A Cava de Viriato: História, Paisagem e Património*, Ed. ViseuPolis e. Ministério do Ambiente, Viseu, 2007, obra que o Prof. Doutor Filipe Themudo Barata teve o cuidado de me oferecer, assim que foi disponibilizada. No capítulo sobre Almançor a problemática que rodeia esta construção será retomada.

197. Al-Maqqari, *Nafh al-Tīb* (trad. de Pascual de Gayangos, *The History ...*, IV, cap. IV, p. 291; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España Musulmana*, I, p. 55.

que pagassem o tributo individual”¹⁹⁸. Esta atitude das gentes da Gallaecia corresponde, aliás, à única informação dada por Ibn Habīb sobre esta região¹⁹⁹.

Voltando às informações prestadas por al-Maqqari, este autor refere que “árabes e berberes” se estabeleciam nas cidades abandonadas pelos cristãos que se punham em fuga mas, igualmente, que ocupavam e se estabeleciam populações em sítios favoráveis e fundavam povoações²⁰⁰, estabelecendo-se nesses territórios do norte peninsular²⁰¹, contribuindo estas decisões para a difusão do Islão.

Não seria impossível que esta corrente migratória ou ocupadora tivesse tido lugar após a campanha de Mūsā e não imediatamente durante a própria campanha, na medida em que se sabe que nos anos seguintes às vitórias das tropas árabo-berberes chegaram à Península Ibérica vagas consecutivas de populações provenientes do Norte de África. Tudo indica que a seguir ao embate inicial das tropas de Mūsā se tenham estabelecido famílias, provavelmente a maioria de origem berbere, senão já famílias resultantes de casamentos mistos cujos contornos não se conhecem, sobretudo para as zonas periféricas, com precisão.

Este povoamento com populações provenientes do Norte de África, cujos contornos ainda são mal conhecidos, iniciado ainda antes do início do segundo quartel do século VIII, não se deu sem ter havido medidas de carácter defensivo. Num território hostil, setentrional e vizinho dos “asnos selvagens”²⁰² que se acoitaram nas Astúrias, as pequenas comunidades rurais e mesmo as populações que acuparam centros urbanos não podem ter descuidado o aspecto defensivo. Este, em muitos casos, pode ter passado pela reutilização de locais com ocupações anteriores, dado que as tropas árabo-berberes teriam ocupado centros urbanos com “fines recaudatarios”²⁰³.

Pedro Chalmeta, partindo do princípio de que os assentamentos de árabes e de berberes nunca se misturavam e de que os berberes constituíam o grosso do exército de Ṭāriq, e tendo em conta o exposto no texto de al-Maqqari, coloca a hipótese de os berberes se terem dispersado pelo al-Andalus à medida que ia avançando o exército de Ṭāriq²⁰⁴. Ora, como se vão encontrar, mais tarde, populações berberes na zona de Mérida (na sua grande envolvente, que engloba igualmente a zona dos actuais Alentejo e Beira Baixa), então o exército de Ṭāriq teria, ao caminhar para sul, passado pela zona da antiga capital da Lusitânia. Embora a hipótese seja sugestiva, há várias questões que se lhe podem colocar. Por um lado, isso significaria que a zona de Córdova – a primeira a ser ocupada por um destacamento de Ṭāriq – se deveria tornar fortemente berberizada, o que não aconteceu.

198. Al-Maqqari, *Nafh al-Tib* (trad. de Pascual de Gayangos, *The History ...*, IV, cap. IV, p. 291; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España Musulmana*, I, p. 55; veja-se também P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 191

199. - Ibn Habīb, *Ta'rikh*, n.º 408, ed. C.S.I.C., Madrid.

200. - Al-Maqqari, *Nafh al-Tib* (trad. de Pascual de Gayangos, *The History ...*, IV, cap. IV, p. 291; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España Musulmana*, I, p. 55.

201. “wa kana al-‘arab wa l-barbar kullamā marra qawm minhū bi-mawd.i’ istah.sanūh h.attū bihi wa nazalūh qātīnīn” – al-Maqqarī, *Nafh al-Tib*, I, p. 276; CHALMETA, *Invasión...*, p. 160.

202. Forma como, em diferentes fontes árabes, Mūsā se teria referido às tropas de Pelágio.

203. Cf. LÓPEZ QUIROGA, Jorge, *El ‘nal de la Antigüedad en la “Gallaecia”: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza – Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2004, pp. 57-58.

204. P. CHALMETA, *Invasión...*, p. 160.

Por outro lado, não é de crer que o exército de Ṭāriq ou mesmo o de Mūsā fossem perdendo população, como que numa dosagem de gota-a-gota constante (fig. 1).

A qualidade das terras em que se assentarão berberes e árabes é diferente e a explicação deverá estar em outros factores, para além, evidentemente, de momentos em que sectores de um grande exército ficam encarregues de controlar e povoar uma determinada zona ou núcleo preexistente.

É provável que a distribuição das terras não se fizesse unicamente de acordo com a passagem dos exércitos e que tivesse havido grande reajustamentos – que as fontes não se interessam em relatar – após a saída de Mūsā e de Ṭāriq para o Oriente e, sobretudo, depois da morte de ‘Abd al-Aziz e de um reforço do peso das famílias mais directamente ligadas aos governadores que se sucederam a partir de 716.

O exército de Mūsā e Ṭāriq não deveria ser um exército muito coeso. As fontes transmitem essa noção mas não de uma forma perfeitamente clara como seria desejável para os presentes dias. P. Chalmeta, porém, di-lo de uma forma muito clara, quando afirma que "los que acompañaron a Ṭāriq y a Mūsā no constituían un ejército en el sentido moderno de la palabra. Son gentes que 'siguen indicaciones', pero no cabe imaginarles 'obedeciendo órdenes' No se mueven por disciplina, sino por convencimiento o solidaridad" acrescentando más adelante - o que algumas fontes dizem acerca da decisão de alguns indivíduos ou famílias se fixarem em algumas zonas - que "cada uno hace lo que le place: «quien quiso / *man arāda*..., quien prefirió / *man ikhtāra*...». Y esto es precisamente lo que ocurrió en los años 92-5 / 711-4 y muy especialmente cuando Mūsā salió de al-Andalus."²⁰⁵. Alguns árabes pediram para abandonar o al-Andalus e regressar às suas zonas de origem, mas quem quis pode permanecer²⁰⁶; a percentagem de berberes deve ter aumentado, então, em relação ao número dos que entraram em 711 e 712.

As fontes do período árabe concedem quase que essencialmente, durante o século VIII, primazia à biografia e às genealogias das elites dirigentes – militares e governadores, ... - consideradas como “árabes”. Evidentemente não foi possível contornar a figura de Ṭāriq – razão por que Chalmeta lhe concede tal relevo... ; no entanto, as fontes escritas não dão, em geral, relevo à ocupação protagonizada pelos berberes; estes são os grandes ignorados, os não-protagonistas das crónicas.

Ocuparam as maiores áreas do território disponível e sobre essas áreas pouco se sabe, surgindo só informações pela negativa, ou seja, quando os berberes começarem a sair desses territórios – ainda no século VIII. O reconhecimento dessa ocupação pelos berberes de extensas áreas levou P. Chalmeta a propor um mapa de distribuição das populações berberes que é, no mínimo, algo excessivo²⁰⁷.

O facto de as ocupações do século VIII e seguintes poderem coincidir com povoados da períodos anteriores, já foi, de entre os arabistas, afluído por P. Chalmeta²⁰⁸. Este autor, apesar de não manejar os dados da arqueologia, deixa entender - seguindo as informações transmitidas pelas fontes escritas disponíveis -, que as comunidades clânicas berberes poderiam ser responsáveis por alguns desses casos de sobreposição de ocupação. Os primeiros tempos da colonização islâmica é favorá-

205. P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, pp. 224-225.

206. P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, pp. 225-226.

207. P. Chalmeta, *Invasión*... p. 162; mapa que continua a *Ġuar* na segunda edição (Jaen, 2003) da mesma obra (cf. recensão a esta edição, da autoria de Ch. Picard, *Bulletin critique «Annales islamologiques»* - BICAI, n. 20, Paris, 2006).

208. - P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 231.

vel à prática da actividade económica ganadeira²⁰⁹. O autor considera que esta é uma fase com tendência para aumentar a produção²¹⁰.

Os percursos das campanhas militares de Tāriq ibn Ziyād e de Mūsā nem sempre são concordantes de autor para autor. Como se sabe, a maioria das crónicas são tardias as memórias nem sempre coincidem, mas se há traços que se repetem - como alguns estudos têm revelado²¹¹ - há particularidades em algumas das obras.

O aparecimentos de alguns detalhes diferenciadores em obras de cronistas e geógrafos tem levado a um aproveitamento criterioso e cuidado de alguns destas obras. No caso de Ibn al-Šabbāt, é de ter em consideração o trabalho de Santiago Simón²¹².

Mesmos nos últimos anos têm surgido reflexões em torno de fontes recentemente publicadas e cujo aproveitamento para definir o percurso das campanhas militares é fundamental. É o caso das informações dadas por ‘Arīb, alvo de estudo esclarecedor²¹³.

O conhecimento acerca da fixação de populações de origem berbere não tem contado com suficiente aportação da actividade arqueológica, mas alguns resultados poderão ser obtidos a partir da reinterpretção de artefactos que a mesma Arqueologia tem dado a conhecer. É o que se passa com as muitas mós manuais que se encontram nas colecções meseológicas do ocidente ibérico, de Norte a Sul, frequentemente aparecidas fora de contexto estratigráfico e que geralmente são interpretadas como pertencendo, por analogia, ao período romano ou até tardo-romano. Porém, trabalhos arqueológicos recentes, como a importante tese de Sonia Gutiérrez Lloret de que resultou uma obra que tem merecido grande aceitação²¹⁴ e alguns dos seus trabalhos anteriores²¹⁵ e posteriores, têm

209. - P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 238.

210. - P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 238.

211. Sobretudo no último trabalho de Edurardo Manzano, *Conquistadores, Emires y Califas ...*

212. SANTIAGO SIMÓN (trad.), “Un fragmento de la obra de Ibn al-Šabbāt (s. XIII) sobre al-Andalus”, *Cuadernos de Historia del Islam*, nº 5, Granada, 1978, pp. 7-91.

213. MOLINA, Luis, “Los itinerarios de la conquista: el relato de ‘Arīb”, *Al-Qantara*, vol. XX, fasc.1, Madrid, 1999, pp. 27-45.

214. Sonia Gutiérrez Lloret, *La cora de Tudmir - de la antigüedad tardía al mundo islámico; poblamiento y cultura material*, Madrid, Casa de Velázquez, 1996. O texto da Tese doutoral está já acessível (consultado em inícios de 2009) em Dialnet - Sonia Gutiérrez Lloret, El tránsito de la antigüedad tardía al mundo islámico en la Cora de Tudmir: cultura material y poblamiento paleoandalusí, Tese doutoral dirigida por Lorenzo Abad Casal, Universitat d'Alacant (1992) - disponível em <http://hdl.handle.net/10045/3590> e a partir de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/extaut?codigo=218711>.

215. Cf. - Sonia Gutiérrez Lloret, “Algunas consideraciones sobre la cultura material de las épocas visigoda y emiral en el territorio de Tudmîr”, *Simposio Internacional Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Tardoantigüedad y la Alta Edad Media*, (Mérida, 21-23 Abril 1999), vol. XXIII de *Anejos de AEspA*, Madrid, CSIC, 2000, pp. 95-116; Sonia Gutiérrez Lloret, “La cerámica tosca a mano de los niveles tardíos de Begastri (siglo VI-VIII): avance preliminar” in *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, N1 1, 1984, pags. 145-154; Sonia Gutiérrez Lloret, “Cerámicas comunes altomedievales: contribución al estudio del tránsito de la antigüedad al mundo paleoislámico en las comarcas meridionales del país valenciano” in *Lucentum: Anales de la universidad de Alicante. Prehistoria, arqueología e historia antigua*, N1 5, 1986, pp. 147-168; nesta último trabalho conclui-se que nas séries ceramicas comuns classifcadas como “olla”, “plato”, “tapadera” e “anforeta” são dominantes as “formas modeladas a mano, sin que se aprecie el uso de un torno bajo o torneta” (*Idibem*, p. 149).

mostrado que esta mesma técnica seguia e foi seguindo em utilização por parte dos berberes, os quais ainda recentemente, como o mostra o registo fotográfico de cariz etnográfico relativamente recente²¹⁶. A mesma autora - bem como outros autores investigadores - têm encontrado cerâmicas manuais relacionáveis com o período da Alta Idade Média, o que afasta a tradicional visão que data de fases pré-romanas todas as cerâmicas concebidas sem roda de oleiro. A importância destas descobertas tem a levado a que alguns prospecções sejam já feitas recorrendo a equipas trans-disciplinares, nas quais estão presentes arqueólogos especialistas em Proto-História e especialistas da Alta Idade Média²¹⁷. No caso das zonas mais ocidentais da Península Ibérica há, neste campo, algum trabalho a fazer que dará, certamente, resultados interessantes nos tempos próximos²¹⁸.

O regresso de Mūsā - o fim de uma campanha

Mugīl al-Rūmī é um dos membros que, de Toledo, vai dar conta ao Califa do acontecido no Península Ibérica; e vai regressar com ordens expressas para que Mūsā e Ṭāriq se dirijam directamente à capital omíada; Mugīl é um dos que inaugura a “carreira Al-Andalus – Síria”, talvez sem ter consciência da importância que tal percurso passaria a ter a partir de então.

No seu périplo político e militar, Mūsā ibn Nuṣayr toma contacto e/ou conquista importantes cidades do reino godo: depois da chegada a Algeciras e da passagem por *Šidūna* (Medina Sidónia) é a conquista de Hispalis / Sevilha, o demorado cerco à antiga capital da Lusitânia (Emerita), a entrada na já conquistada Toledo e ida a Saragoça²¹⁹ e o contacto com o rico vale do Ebro e viragem para Oeste, em direcção à antiga Gallaecia.

Depois de uma sequência de importantes conquistas, das mais importantes cidades de quase todas as regiões da *Hispania* faltava, possivelmente, a Musá o gosto, a vontade, o desejo de penetrar em território da *Gallaecia* e de tomar senão todas pelos menos algumas das suas principais cidades,

216. Sonia Gutiérrez Lloret, *La cora de Tudmir - de la antigüedad tardía al mundo islámico; poblamiento y cultura material*, Madrid, Casa de Velázquez, 1996, pp. 393 e °g. XII, onde se mostram imagens de berberes contemporâneos, no Norte de África, manejando mós manuais.

217. Paul Moret, Pierre Rouillard, Pierre Sillières e Sonia Gutiérrez Lloret, “Le peuplement du bas segura de la protohistoire au moyen-âge (prospection 1989-1990)”, in *Lucentum: Anales de la universidad de Alicante. Prehistoria, arqueología e historia antigua*, N° 17-18, 1998-1999, Alicante, pp. 25-74.

218. A reinterpretação de materiais pétreos e / ou cerâmicos de difícil classificação que se encontram em alguns dos museus é necessária mas não se pretende dizer que, pelas semelhanças com zonas berberizadas, o aparecimento de cerâmicas *toscas* e de mós manuais tenha obrigatoriamente que ver com berberes e só com berberes; trata-se de uma hipótese que deve ser tida em consideração, mas que não exclui, obviamente, outras hipóteses que se devem continuar a colocar.

Trabalhos monográficos recentes, publicados pelo extinto IPA, evidenciam essa mudança que se sente a nível da interpretação dos territórios e dos materiais arqueológicos é da autora de Marina Afonso Vieira, *Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medieval* (Lisboa, IPA; Trabalhos de Arqueologia 36, 2004); as dificuldades na interpretação povoamento altimedieval esta patente no esforço que se encontra nos trabalhos de Sandra Lourenço, (*O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*, Lisboa, IPA, Trabalhos de Arqueologia 50, 2007) e de Catarina Tente, (*A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*, Lisboa, IPA; Trabalhos de Arqueologia 47, 2007); o trabalho de Carlos Batata, (*Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*, Lisboa, IPA, Trabalhos de Arqueologia 46, 2006) apresenta dados úteis para tentar colocar hipóteses sobre a reutilização e reocupação, na região em causa, de espaços com ocupação proto-histórica durante a Alta Idade Média.

219. Sobre Saragoça e região em redor, mas também para lá, para Este, veja-se CHALMETA, *Invasión e islamización*, pp. 188-189.

como seria o caso de Bracara. Como se sabe, a chegada de um segundo emissário vindo de Damasco impedirá os dois conquistadores de entrar profundamente neste território galaico; o controle desta região por parte das tropas islâmicas ter-se-á dado já sob a administração de ‘Abd al-‘Aziz.

Mūsā, nomeado pelos califa al-Walīd num momento posterior a 87 H. / 706 d.C., seria nomeado *Amīr ‘alā Ifrīqiya wa-l-Maġrib wa ma khalfahu*, sendo-lhe atribuídas funções de âmbito militar, político-religioso e fiscal-administrativo, pois foi dada jurisdição *‘alā l-ḥarb wa-l-ṣalāt wa-l-kharaġ*, sem deixar de ter funções delegadas para efectuar conquistas - *imārat al-istīlā’ al-fath*²²⁰; as suas prerrogativas permitiram-lhe cunhar ouro²²¹. Mūsā tinha três filhos, que deixou no exercício de funções governativas quando foi chamado a Damasco para prestar contas. O excesso de influência em todo o ocidente do Mundo Islâmico da família Nuṣayr deve ter pesado no sentido de Mūsā prestar contas e vir a ser destituído. Não só seu poder e o dos seus filhos era excessivo, como não havia em outras zonas do *Dār al-Islam* uma tamanha acumulação de poder numa só família, para além, obviamente do sucessor do Profeta²²². Mūsā deveria ser muito invejado e não seria difícil aos seus inimigos - alguns dos quais eles teria conseguido *adquirir* desde os seus tempos no Iraque - não lhe devem ter dados tréguas, conspirando no Palácio em Damasco.

A demissão ou, neste caso, afastamento por excesso de capacidades e de êxito parece ter sido frequente nos primeiros tempos do Islão. Não foi só Mūsā b. Nuṣayr que foi afastado por tal motivo; o mesmo já tinha acontecido com Hassān ibn al-Nu‘mān al-Ghassānī, governador árabe de Qayrawān que é afastado do seu posto pelo governador do Egipto, aparentemente pelo seu extraordinário êxito após a dorrota da Kāhina, em Cartago, em 704 Egipto²²³, sendo substituído no cargo pelo mesmo Mūsā b. Nusayr.

Uma conquista com um exército misto e colaboração de descontentes locais??

A História da conquista de grande parte da Península Ibérica pelas tropas comandadas por árabes foi escrita, na maior parte dos casos, já distante mais de um século depois desses acontecimentos – embora haja excepções, como é o caso da conhecida Crónica de 756 ou da menos divulgada Crónica Arábigo-Bizantina²²⁴.

Essa distância geral sobre os acontecimentos, contribui para que se tenha divulgado uma História que vê de um lado muçulmanos e do outro cristãos. No entanto, uma leitura mais atenta de alguns detalhes que as próprias crónicas árabes deixam passar, permitem imaginar que não se pode aceitar

220. sobre estas atribuições veja-se P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 240.

221. P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 245.

222. Ser califa (خليفة), etimologicamente signi“cando “representante”, “lugar-tenente de”, costuma reportar-se ao Profeta Muḥammad; um califa, sem ser um Profeta, seria o “lugar-tenente” do Profeta Muḥammad; para **Patricia Crone** a designação reporta-se a Deus e não ao Profeta (cf. Patricia Crone e Martin Hinds, *God’s caliph. Religious authority in the irst centuries of Islam*, Cambridge, Cambridge U.P., 1986 (reprint em 2003).

223. H. Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, p. 23.

224. cf. *E-Spania*, n.º 1, Dunblen en al-Andalus e *Rev. de Filología de La Laguna*, 1999 .

que os acontecimentos da chamada *conquista árabe* tenham acontecido exactamente como, alguns séculos depois, que se irá reescrever.

Podem-se analisar alguns desses acontecimentos. A entrada das tropas de Ṭāriq só é possível com o concurso dos homens do Conde Julião. Homens e barcos são colocados ao serviço das tropas de Ṭāriq, tropas que contam com complicitades a diferentes níveis. Além disso, muitos vizizianos mantiveram-se do lado das tropas provenientes do norte de África de forma inequívoca. Quando as tropas de Ṭāriq se aproximam do rio Genil na zona de Écija, não faltam gentes da região que se juntam às tropas acabadas de chegar; usando as palavras de Lévi-Provençal, Ṭāriq “vió cómo se unía a sus tropas una masa de descontentos del propio país, satisfechos de eludir, mediante la incorporación al vencedor, la dura condición de la servidumbre y la iniquidad del régimen visigodo.”²²⁵. Mas, significativo também é o que se passa em relação ao judeus. Lévi-Provençal acrescenta que as tropas de Ṭāriq avançaram de forma confiante contra Toledo porque “los judíos del sur de España le ofrecieron desde este momento [derrota de tropas visigodas cerca de Écija] todo su concurso”²²⁶. É referido igualmente que Oppas se integra num exército árabe, dirige-se para o Norte de Península Ibérica e aí teria entredado em contacto directo com Pelágio, a quem convida a ter uma atitude de tipo colaboracionista com as tropas acabadas de atravessar o Estreito. Sabe-se que tropas compostas por judeus ficaram encarregues por Ṭāriq da guarnição da cidade de Ecija, antes de este avançar para Norte. Além disso, o controle sobre Elvira (região de Granada, actualmente em escavação por A. Malpica) foi confiado a judeus. Aliás, a colaboração dos judeus é clara e não escamoteada nos primeiros tempos da conquista. As tropas de Mugaith, depois de terem tomado Córdoba e de aquele ter ocupado o palácio da cidade (onde mais tarde se estabeleceriam os omíadas e do qual ainda hoje são visíveis traços arquitectónicos) enviam um destacamento a outras cidades da Bética; no caso de Elvira (Granada) um dos relatos é muito claro relativamente ao envolvimento de judeus.²²⁷

É de crer que a experiência do bispo de Alexandria deve ter sido decisiva nas decisões dos bispos Hispânicos – não ignorariam, certamente, o que se tinha passado no Oriente, o que se tinha passado no delta do Nilo e a forma como foi cumprida – tanto quanto as situações de guerra e de alterações política podem permitir – por parte dos governadores árabes do território de Miṣr.

Não seria de estranhar que também no ocidente os bispos, sobretudo depois da rendição de Emerita, tivessem adoptado uma política mais colaborante com os novos senhores e que viessem a integrar, numa primeira fase, as forças militares que dominavam as cidades principais.

A situação “mista” que se viveu até à época de Abd al-Aziz passa também pelo casamento deste filho de Mūsā com a viúva de Rodrigo, Egilona²²⁸. A fase de conquista até à morte de Abd al-Aziz é

225. Lévi-Provençal, E., *Historia de España Musulmana*, Vol. IV, pp. 14-15.

226. Lévi-Provençal, E., *Historia de España Musulmana*, Vol. IV, p. 15.

227. “[um destacamento que, entretanto, tinha ido a Rayya] marchó en seguida a unirse con el que había ido a Elvira, sitiaron y tomaron su capital, y encontraron en ella muchos judíos. Cuando tal les acontecía, en una comarca reunían a todos los judíos de la capital, y dejaban con ellos a un destacamento de musulmanes, continuando su marcha el grueso de las tropas. Así hicieron en Granada, capital de Elvira, y no en Málaga, capital de Rayya porque en ésta no encontraron judíos ni habitantes...” - *Akhbār Mağmu'a*, p.

ver também SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España Musulmana*, I, p. 51; a colaboração e o envolvimento de judeus junto das tropas acabadas de atravessar o Estreito parece evidente.

228. Lévi-Provençal, E., *Historia de España Musulmana*, Vol. IV, p. 21.

uma fase integradora, é uma fase em que encontramos, aparentemente confiantes, árabes, berberes – berberes de diferentes grupos, inclusivamente membros do exército da derrotada e falecida Kāhina²²⁹ - e alguns grupos sociais de origem hispânica.

(c) ‘Abd al-Aziz e Egilona - selo de uma coligação frustrada?

Da concertação ao desequilíbrio

O percurso político de ‘Abd al-Aziz pela Península Ibérica passa em grande medida por um aspecto que não é de somenos importância e que irá condicionar, em grande medida, o futuro da sua carreira e das suas decisões no território peninsular. E esse aspecto é o facto de ‘Abd al-Aziz ter sido nomeado, designado pelo seu próprio pai, por Mūsā, *himself*, para o substituir durante a sua ausência, depois de a sua presença ter sido requisitada pelo califa, em Damasco. O califa e a sua *entourage* não tinham consciência da dimensão da conquista, as informações deveriam ser escassas e parece ter-se aguardado a presença de Mūsā para, só então, se decidir que resolução ou que nomeação fazer-se. Nas palavras do autor da Crónica de 754, “Muza, después de quince meses, fue llamado por una orden imperial, dejando en su lugar a su hijo Abdelaziz”.

Apesar de a conquista de grande parte da Península Ibérica ter significado um corte com o *status quo* e a entrada numa nova fase, algumas elites do reino visigodo de Toledo tentaram manter-se à tona de água, evitando serem completamente afastadas do poder.

A aproximação entre ‘Abd al-Aziz e a viúva do rei Rodrigo representa uma tentativa, quase bem sucedida, de hibridação, de colaboração activa com as tropas ganhadoras por parte dos godos vencidos. Talvez fosse difícil para alguns historiadores aceitar algum tempo atrás, inconscientemente, uma colaboração activa dos arianos vencidos com os semitas provenientes do deserto e do Norte de África. No entanto, a ligação estreita entre ‘Abd al-Aziz ibn Mūsā e a viúva do rei Rodrigo não foi quebrada por orgulhos godos mas sim por homens do exército do filho do antigo governador narte-africano.

É possível que as razões por detrás do assassinato de ‘Abd al-Aziz ibn Mūsā estivessem para além de simples medidas que visassem fazer dobrar a espinha aos seus homens no momento de entrarem na sala de recepção. Não seria impossível que o filho de Mūsā estivesse disposto a manter regalias e poderes das antigas elites godas – algumas das quais tinham pactuado com os invasores - regalias e poderes esses que não só iriam contra os interesses do califa de Damasco mas igualmente contra as expectativas dos comandantes das tropas ganhadoras.

Um ‘Abd al-Aziz condescendente e dialogante era um entrave à afirmação da sede de saque e de ganho de riquezas por parte de muitos dos árabes que o acompanhavam. A morte de ‘Abd al-Aziz ibn Mūsā não traz unicamente um novo governador para o território. Habitualmente esta fase é perspectivada como uma fase de quarenta anos de anarquia, de instabilidade e de dependência directa ou indirecta, a nível da nomeação dos governadores ou amir, de Damasco.

Campanhas em tempos de ‘Abd al-'Aziz ibn Mūsā

“Per idem tempus iin era DCCLIII, anno imprerii eius VIII, Arabum LXLVII, Abdellazis omnem Spaniam per annos tres sub censuario iugo pacificans”.

229. P. CHALMETA, *Islamización*, p. 100.

A crónica Moçarabe de 754 não apresenta uma visão negativa de ‘Abd al-Aziz; este, ao contrário de ser retratado como um general que fez a guerra, é apresentado como um estadista que impôs a paz em toda a Hispania durante três anos; as suas relações estreitas com “*reginam Spaniae in coniugio copulata*”, bem como com outras jovens nobres godas com quem se relacionava de forma pouco prudente, ‘Abd al-Aziz é visto mais como um *conquistado e seduzido* pela sociedade goda que como um conquistador. Porém, devem ter tido lugar durante o seu consulado algumas decisões e acções que disseram respeito ao *ocidente* da Hispânia.

Tal como acontece para o período que antecede a ida de Mūsā e de Ṭāriq para o Oriente, são escassas, tardias e por vezes dúbias as fontes que se referem a ‘Abd al-Aziz ibn Mūsā. O pouco relevo que é dado aos seus feitos militares e actos políticos tem certamente a ver com o facto de a sua legitimidade ser questionável no quadro do califado omíada de Damasco; foi nomeado por seu pai e, além do mais, consorcia-se com a viúva do rei Rodrigo num acto de profundo carácter político e estratégico sem o consentimento de Damasco. Apesar de estar longe, o longo braço omíada fez-se sentir sem vacilar. Porém, as suas acções e medidas foram de tal forma densas nos poucos meses do seu governo que seria impossível que os cronistas, mesmo os mais comprometidos com o poder, não falassem deste homem de Estado que deixou o seu nome vincado no que virá a ser *al-Andalus*.

‘Abd al-‘Aziz assume o controle das conquistas de Ṭāriq e de Mūsā logo que estes empreendem, em Setembro de 714, a viagem que os não tratá de volta. As fontes relativas às zonas mais ocidentais ibéricas, mais concretamente, a conquista e controle dos territórios a ocidente de Mérida estão envoltos numa penumbra de mudez por parte das fontes escritas arábicas mais antigas. Porém, essa mudez não é total, se se tiver em conta a existência de informações provenientes de fontes mais tardias.

Uma dessas fontes tardias é da autoria de Prudêncio de Sandoval. Este clérigo numa crónica que se debruça sobretudo sobre a vida de um religioso, dá indicações sobre a acção, nem sempre igual de ‘Abd al-‘Aziz sobre a faixa mais ocidental da Península Ibérica.

Diz Sandoval que na “*era 754 [ou seja, 716] Abdelazin cepit Olisbonam pacifice, diripuit Colimbriam et totam regionem quam tradidit Mahamat Alhamar iben Tarif, deinde Portucale, Bracham, Tudim, Luccum, Auriam vero depopulavit usque ad solum*”, um ano depois de Évora ter sido tomada²³⁰. Tardia e desprovida de mais informações sobre a fonte detes dados, Prudêncio de Sandoval dá, porém, dados que fazem algum sentido no quadro da política levada a cabo em tempos de ‘Abd al-‘Aziz: algumas cidades – todas elas a norte do Douro – teriam sofrido acções militares duras – as cidades de Portucale, Braga, Tui, Lugo e Ourense; já mais a sul, Coimbra teria sido assolada mas a informação prestada é pouco esclarecedora acerca das consequências jurídicas e estatutárias deste tipo de acção; Lisboa, ainda mais a sul, teria sido tomada ou simplesmente aceite os novos poderes de forma pacífica e negociada.

230. Prudêncio de Sandoval; cf. SANDOVAL O.S.B., Prudencio de, *Historias de Idacio Obispo que escrivio poco antes que España se perdiere...*, Pamplona, Nicolas de Assiayn, 1634 (11 ed. 1615), p. 85; Prudêncio de Sandoval viveu entre 1560 (?) e 1620. Ch. Picard tem o mérito de, nos últimos anos, ter dado relevo a esta referência, não deixando se salientar o facto de alguns autores darem pouco crédito ao trabalho de Sandoval, sobretudo por que são tardios (circunstância que acompanha algumas fontes provenientes do Norte de África, como al-Maqqarī) - cf. Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 23, n. 10. Estes dados transmitidos por Prudêncio de Sandoval, incluindo o que refere uma conquista de Évora no ano anterior (na *Era* de 753, ano a que se atribui igualmente a conquista de *Egitania*), surgem no quadro do capítulo dedicada a Pelágio / *Pelayo* (*ibidem*, pp. 79 e segs).

Resta também saber se estas acções bélicas resultam de directrizes dadas directamente por 'Abd al-'Aziz ou se, pelo contrário, resultam da iniciativa de destacamentos, de grupos armados que se estabelecem em algumas zonas - em tempos de 'Abd al-'Aziz - e que resolvem fazer a guerra e se entregam ao saque por sua conta e risco, mas também com os proveitos daí inerentes.

Mas, a informação de Sandoval deve ser combinada com outros dados, também tardios mas, apesar dessa condicionante, baseados numa obra perdida de um autor *andalusí*. Um embaixador do reino Saadiano (Marrocos), Muhammad al-Ġassani²³¹ que veio à Península Ibérica em inícios do século XVII, traz o testemunho do texto perdido de um cronista natural do al-Andalus²³²; trata-se do cronista Ibn Muzayn, natural de Silves, contemporâneo da taifa silvense, autor de uma História perdida que refere – diz Muhammad al-Ghassani – que regiões de Coimbra e de Santarém se teriam submetido ao poder islâmico através de negociação, possivelmente através de um tratado semelhante ao que foi negociado com o nobre godo Teodomiro e que, por isso, é conhecido como Tratado de Tudmir. Passagens transmitidas por al-Ghassani foram já publicadas por Dozy.

Como já foi referido, a referência a Santarém abrange um amplo território onde se encontra outra importante cidade fortificada já na altura - Lisboa - cidade com um passado romano intenso, localizada junto do mesmo rio da cidade scallabitana que começará a ser conhecida como Santarém. Para a região de Coimbra²³³ há mais dados que podem, com alguma cautela, explicar um pouco os acontecimentos político-militares.

Embora a escolha de Córdoba como capital se venha fazer mais tarde – mas ainda no século VIII d.C. - 'Abd al-Aziz acaba por dar o tom já durante o seu curto consulado, quando escolhe preferente Hispalis / Sevilha como cidade para residir. Está dado o sinal de que o poder islâmico parece ter tendência para se estabelecer em zonas mais meridionais e que a antiga capital goda perde a corrida a sede de governação. Porém, em termos políticos é possível imaginar numa aproximação entre godos receptivos a colaborar com os sectores mais dialogantes do exército árabe-berbere conduzido à península pelo Conde Julião de Ceuta, de que teria resultado uma coligação de interesses, coligação essa que se vê plasmada no matrimónio de Egilona com o próprio 'Abd al-'Aziz²³⁴.

Uma elite goda aposta na continuidade - continuidade que está atestada para zonas da Narbonense - e que tenta 'Abd al-'Aziz com a possibilidade de se tornar num soberano - e a sua aceitação de as-

231. Sobre o papel da família *al-Ġassani al-Andalusi* na sociedade marroquina, uma família de origem peninsular, veja-se WIEGERS, Gerard A., “The Andalusí Heritage in the Maghrib: The polemical work of Muhammad Alguazir (. 1610)”, *Poetry, Politics And Polemics*, p. 110, nota 6 (pp. 107-132); a sua obra foi recentemente reeditada, no Abu Dhabi, (Muhammad Al Ghassani, *Rihlat Al Wazir (17th C Moroccan embassy to Spain)*, Abu Dhabi, 2003), obra que não foi possível consultar.

232. Texto árabe e tradução espanhola: Muḥammad ibn 'Abd al-Wahhāb al-Ghassānī; Alfredo Bustani (trad.), *El viaje del visir para la liberación de los cautivos (...)*, Larache, Instituto general Franco para la investigacion hispano-arabe, 1940.

233. Cf. Picard, *Le Portugal Musul.*, p. 23, já referido.

234. Sem questionar se Egilona é a viúva de Rodrigo se uma sua 'lha, o fundamental é que parece haver uma tentativa de conciliação entre sectores dos invasores (as fontes árabes falam de 'Abd al-'Aziz como um caso isolado, como um caso de bom muçulmano que se deixou seduzir por uma mulher - como que uma Eva que o faz desviar do bom caminho, desta vez não com uma maçã, mas uma porta, a ideia de uma porta baixa que faça vergar os seus companheiros e fazer, de velhos companheiros de armas, súbditos à maneira goda.

pectos do protocolo de Estado godo dão mostras de abertura ou mesmo de uma certa docilidade - ou seja, um *malik*, o que seria inaceitável para um Islão ainda numa fase ascendente.

É possivelmente no quadro dessa "coligação" de forças arabo-berberes e de godas que se devem ver os tratados realizados em tempos de 'Abd al-'Azīz. O caso do senhor godo do levante, Teodomiro, é possivelmente um desses casos de negociações e da realização de tratados apaziguadores para senhores de regiões periféricas peninsulares.

De facto, em tempos de 'Abd al-'Azīz parece ter havido especial preocupação com zonas dos flancos ibéricos. Por um lado, é a zona de Orihuela que passará a ser conhecida como Tudmir, mas no ocidente parece ter havido igualmente negociações para regimes que hoje seriam classificados como de "autonomia".

São bem conhecidos os termos do chamado "Pacto de Tudmir", pacto este que sempre interessou mais os cronistas e compiladores árabes²³⁵ mas não está ausente de crónicas desenhadas mais tardiamente sob domínio cristão, como é o caso da *Crónica de 1344*²³⁶. Sem querer justificar profundamente a razão por que este sempre foi o pacto que mais despertou interesse, convém, pelos menos, lembrar que o território em questão localiza-se na zona levantina, região mediterrânea que sempre diria mais a membros frequentadores deste mar do que zonas viradas para o Atlântico; por outro lado, a "manha" demonstrada pelo próprio conde cristão, "manha" que passou pela tática de utilização de mulheres na defesa e na fase pré-negocial.

Tudmir - um exemplo de Tratado

Este Pacto ou Tratado surge, com ligeiras variantes em vários autores do período islâmico e encontra-se traduzido²³⁷ mas deve ter-se em atenção que há variantes nas quatro versões²³⁸ que, até ao momento, são conhecidas. Mesmas as questões relacionadas com a data que surge em várias das suas versões, que o colocam em 713, têm surgido dúvidas, mas hoje é assente que há um equívoco na datação do Tratado²³⁹.

235. Ed. E. LÉVI-PROVENÇAL, "Espanña musulmana", *Historia de España*, IV. Madrid 1950, pág. 21, e CLAUDIO SÁNCHEZ ALBORNOZ, *La España musulmana*, Tomo I, Madrid, 4ª ed., 1974, pp. 56-57 (retirado de al-Dabbī, *Bugyat al-multamis* (F. Codera y J. Ribera, ed.), vol. III, de *Bibliotheca Arabico-Hispana*, Madrid, 1885, p. 259; ver tb. F. J. Simonet, *Historia de los Mozárabes*, p. 798.

236. Crónica Geral de Espanha de 1344, ed. de Luís Lindley Cintra, Lisboa, 1954, vol. I, cap. CCX, (pp. 345-346), onde se conta "*como Abellaazim °Ihou Ouriolla e Orca e Vallença e Alycante*"; este Abellaazim é, nada mais que 'Abd al-'Azīz, "huu °Iho muy boõ cavalleiro e mancebo" de Mūsā.

237. O texto foi editado em Portugal por A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 1ª ed., vol. I, pp. 155-156; esta edição é baseada na primeira - das que se encontram em textos árabes - das versões (a de al-Dabbī, que serviu de base a Simonet e a F. Codera e J. Ribera), seguindo o critério de A. Carmona; a segunda versão encontra-se no *Al-Rawd al-mi'tar fī Habar al-Aqtār* de al-Al-Ḥimyarī, a terceira é a que se encontra em al-'Uḍrī; a quarta, publicada por Carmona, encontra-se numa obra de Abū l-Qāsim Muḥammad al-Garnāṭī (1297 - 1359), *Kitāb Raf'* ..., editada no Cairo, (tomo II, p. 167) em 1344 / 1925 d.C.

238. O Prof. Alfonso Carmona publicou recentemente uma nova versão deste mesmo tratado; cf. Alfonso Carmona González, "Una cuarta versión de la capitulación de Tudmir", *Sharq al-Andalus*, vol. 9, Alicante, 1992, pp. 11-17. É neste trabalho que se encontra o mais recente ponto da situação sobre este tratado e se faz um ponto da situação sobre as diferenças entre as quatro variantes até o momento detectadas, para além de se publicar o texto em árabe e uma tradução castelhana da quarta versão. As quatro versões apresentam diferenças sobretudo de dois tipos: localidades nomeadas e tributos que os cristãos de Tudmir deveriam pagar.

239. cf. Pedro Balaña Abadía, "la fecha exacta de la capitulación de Tudmir, un error de transmisión", *Awraq*, nº 4,

Trata-se, sem dúvida, do mais relevante tratado de *Sūlh*²⁴⁰ da fase inicial do domínio islâmico na península Ibérica e vem na sequência de outros tratados realizados no Norte de África e no Oriente.

Este tipo de episódios parece ter estado ausente dos pactos celebrados na zona ocidental, cuja memória é mais difusa. Porém, é interessante constatar que durante o "reinado" de 'Abd al-'Azīz²⁴¹ e Egilona terá havido igualmente situação de pactos negociados em outras zonas de periferia, neste caso no flanco ocidental da península Ibérica. H. Kennedy, porém, parece hesitar ou, por não ser impossível, aceitar ambas as tradições: as de que 'Abd al-'Azīz ibn Mūsā "casou com a filha de Rodrigo"²⁴² e a de que o mesmo 'Abd al-'Azīz ibn Mūsā "established himself as governor in Seville and married Roderick's widow"²⁴³. Chalmeta, no seu estudo detalhado, não duvida de que Lisboa²⁴⁴ e o eixo Santarém - Coimbra²⁴⁵ fizeram pacto com o filho de Mūsā, não deixando de alertar para o facto de que os vitizianos seriam poderosos e influentes no Ocidente ibérico²⁴⁶.

A ideia de 'Abd al-'Azīz ibn Mūsā (com Egilona) teria tido uma política de conciliação e de agrado para com as populações já estabelecidas é sugerida pela leitura da Crónica Geral de Espanha, onde se incluem excertos atribuídos a al-Rāzī onde se apresenta o filho de Mūsā com *pinceladas* muito suaves²⁴⁷.

'Abd al-'Azīz ibn Mūsā não só tentava agradar aos hispânicos como favorecia a chegada de novos ocupantes, situação que desagradava aos "conquistadores" da primeira hora, situação muito semelhante ao que acontecera no *Khurasān*, o que coloca o al-Andalus e antiga Pérsia, duas zonas excêntricas no Mundo Islâmico - no período omíada -, em paralelo uma com a outra²⁴⁸ - Chalmeta fala mesmo de "intransigente egoísmo" da tropas já acomodadas em relação a quaisquer novos ocu-

Madrid, Inst. Hispano-Árabe de Cultura, 1981, pp. 73-77.

240. cf. *E.1.2*, "Sūlh"

241. casado com Egilona, **viúva** de Rodrigo (H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 37). - é como dizem Ibn al-Qūṭīyya e Ibn Abī l-Fayyād - cf. Maribel Fierro, «La obra histórica de Ibn al-Qūṭīyya», *Al-Qanṭara*, X, p. 490; Ibn al-Qūṭīyya, *Ta'riḫ Ifṭitāḫ al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 11; trad. p. 8 (aqui chamada de Umm Asim); C. Alvarez de Morales, «Aproximación a la obra de Ibn Abi l-Fayyad y su obra histórica», *Cuadernos de Historia del Islam*, 9, 1978-9, pp. 48-50 (este autor [986-1066], é alguns anos posterior a Ibn al-Qūṭīyya (-/977))

242. p. 36; p. 17 da ed. inglesa.

243. p. 19 da ed. inglesa; p. 37 da ed. portuguesa.

244. P. Chalmeta, *Invasión e islamización...*, p. 219.

245. P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 229.

246. cf. P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 234.

247. cf. P. Chalmeta, *Invasión e islamización*, p. 248.

248. - cf. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 249-250.

pantes que se perfilam no horizonte. A crónica de 754 deixa muito claro que 'Abd al-'Aziz ibn Mūsā foi assassinado por gente "*suorum*"²⁴⁹ e não por ibero-godos²⁵⁰ descontentes.

Coimbra e Santarém

O ocidente da Península Ibérica foi o outro flanco onde se fez sentir a acção negociadora de 'Abd al-'Aziz. Porém, os dados disponíveis para os territórios mais periféricos, mais afastados do Mediterrâneo são mais difusos. O texto de Sandoval²⁵¹ não condiz totalmente com as informações dadas por al-Ġassānī. Sandoval indica que 'Abd al-'Aziz teria "ocupado Lisboa, saqueado Coimbra y regiones norteñas, asolado Oporto, Braga, Tuy, Lugo y Orense" - "*Era 754, Abdelazin cepit Olisibonam pacifice. Diripuit Colimbriaam et totam regionem quam tratidit Mahamet Alhamar Iben Tarif. Deinde Portucale, Bracam, Tudium, Lucum, Auriam vero depopulavit usque ad solum*"²⁵².

Esta informação de Sandoval, apresenta um 'Abd al-'Aziz mais violento e, inexplicavelmente, castigador de uma cidade de Lugo que seu pai teria deixado controlada. As informações coligidas por Sandoval apresentam um 'Abd al-'Aziz pouco coincidente com outras fontes, onde o filho de Mūsā surge mais como um negociador. Trata-se, no caso de Santarém e de Coimbra, de duas cidades que eram capitais episcopais. Não seria de estranhar que eventuais negociações levadas a cabo e aceites pelos bispos de ambas - como aconteceu em outras sedes episcopais hispânicas - tenha criado rancores tardios que responsabilizaram exclusivamente o negociador do lado árabe, olvidando ou eliminado qualquer rasto escrito das colaborações episcopais, detectadas em muitos outros pontos da Hispania²⁵³.

(d) O significado da morte de 'Abd al-'Aziz, também no ocidente ibérico

O período de duração do governo de 'Abd al-'Aziz e Egilona corresponde a uma fase única do início do domínio islâmico no que será o al-Andalus. A fase dos compromissos entre elites militares vencedoras e as elites godas parece ter terminado; e terminaria, mais cedo ou mais tarde. De facto, o califa omíada de Damasco não iria permitir que o território se mantivesse fora da sua alçada de controle directo. Na conjura que então se vivia, numa fase de avanços seguros - convém referir a conjuntura em Damasco e no Médio Oriente que se vivia em inícios do séc. VIII - os califas omíadas não poderiam deixar de controlar um território acabado de entrar em posse da 'Umma - dado que dificilmente se aceitaria uma outra visão desta conquista e não seria de esperar que se

249. veja-se também Ibn 'Idārī, *Bayān*, II, p. 24.

250. Esta expressão que não conheço em outros autores, é equivalente ao mais comum hispano-godos.

251. SANDOVAL O.S.B., Prudencio de, *Historias de Idacio Obispo que escrivio poco antes que España se perdiere...*, Pamplona, Nicolas de Assiayn, 1634 (1ª ed. 1615; usou-se a ed. de 1634); trata-se de autor cuja vida decorreu entre 1560 (?) e 1620.

252. Sandoval, *Historias...*, p. 85.

253. Eduardo Manzano, em trabalho recente, evidencia essas colaborações de bispos cristãos do lado dos conquistadores árabes, por vezes contra senhores cristãos de peso, como acontecerá, por exemplo, no caso das autoridades episcopais do actual sul de França que, em momentos, preferiram o lado árabe à submissão à autoridade merovíngia - Eduardo Manzano, *Conquistadores...*, cap. 1.

aceitsasse um poder partilhado de forma ambígua. Era o Islão que deveria administar esses territórios - que se deveriam submeter - e não uma situação de eventual coligação equilibrada entre uma solução monárquica com apoio papal e, em simultâneo, beneplácito califal.

Em termos militares, porém, a realidade da época de que se viveu entre 711 e 716 parece não apresentar situações diferenciadoras entre o Ġarb e outras zonas do solo peninsular, pelo menos a alguns níveis. Os exércitos vencedores que, não se esqueça, são exércitos heterogêneos, com composição diferenciada - as fontes quando o referem, são unânimes em reconhecer que os exércitos de Ṭāriq são compostos maioritariamente por berberes, enquanto que nos de Mūsā a percentagem de árabes é muito superior - e que têm ainda no seu interior partidários do coinde Julião de Ceuta e elites godas partidárias dos descendentes de Vítiza, estes exércitos pretendem controlar; controlar cidades, vias e fortificações principais.

Esta é uma fase de combate que passa pela captura das posições controladas pelos apoiantes de Rodrigo. Não é uma fase de construção, de novas edificações. Pretende-se, sim, controlar o que existe, e sobretudo controlar as posições estratégicas mais importantes, os pontos-chave. O fim do governo liderado por 'Abd al-'Azīz será também o fim dos que ainda alimentariam esperanças numa península Ibérica autónoma, e num compromisso entre duas realidades e duas dinâmicas diferentes. A goda pretende resistir e segurar um *status quo*; a árabe está insertida numa dinâmica de vitórias imparáveis, com um Islão que absorve outras soluções monoteístas mas que obriga a uma clara submissão - e o que é, senão isso, que significa *islam*? É um Islão jovem - se seguir a visão Khaliduniana sobre a duração das dinastias - o que chega e se instala no al-Andalus.

O consórcio de 'Abd al-'Azīz com Egilona parece não ter sido, por si, o problema que conduziu à morte do filho de Mūsā; já a sua conversão a uma concepção de poder “ocidental” e o ter tomado - a crer nas fontes - atitudes reveladores de falta de uma submissão clara ao califa de Damasco devem ter determinado a sua eliminação.

Apesar de muito periférico o califa al-Walid não desiste de controlar este território e vai nomear um governador. A Península Ibérica embora na periferia do Mundo Islâmico em formação vai ficar a ele ligado. Ver-se-á como lidará com a *periferia desta periferia*²⁵⁴ a partir de 716. Os tratados negociados entre Abd al-Aziz e os dirigentes e elites de algumas zonas da Península Ibérica sofrerão alterações a adaptações a novas situações, com a chegada de novos governadores.

Na década de trinta do século VIII conhecem-se expedições sobretudo contra os Francos; atravessando os Pirinéus, nem todas as campanhas dirigidas pelos governadores de Córdova - sobretudo têm sucesso, lembrando o revés de Covadonga. Porém, outras acções devem ter tido uma profundidade maior em termos de controle e administração efectiva do território. Diz a *Crónica Moçárabe* que “(...) en la era de 775 [737 d.C.], año décimo séptimo del imperio de León, el centésimo décimo noveno de los árabes, el décimo quinto de Iscam, vino a sucederle Aucupa. Este (...) obliga a cumplir la ley, manda hecer un censo del pueblo y promueve árduamente la exacción de tributos.” Para além de colocar no Norte de África os que, arruinando o Estado, estavam implicados em diversos tipos de corrupção; com essas medidas 'Uqba “(...) enriquece rapidamente al Fisco por cauces varios (...)”.

254. Conceito que devo a Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos - a sociedade de Fronteira no Sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, em 2000 (inédita).

Em termos militares, o período que antecede a chegada das tropas de Balğ ibn Bišr parece ser dominado por campanhas contra os Pirinéus e pela preocupação crescente com a resistência berbere no Norte de África, o que a Crónica Moçárabe chama de “*rebellionem Maurorum*”, dado que se sabe que o exército árabe de origem síria que já está em movimento no Norte de África não consegue controlar as “*propugnacula Maurorum*”, onde estes berberes *Khariğitas* se refugiam e de onde contra-atacam.

As medidas fiscais de ‘Uqba devem ter atingido grande parte do al-Andalus, sem esquecer o Ġarb. Mas, a situação de revolta no Norte de África acaba por contaminar o situação com os berberes em solo hispânico²⁵⁵.

Da morte de ‘Abd al-Azīz a Balğ - rupturas e instabilidade

O assassinato de ‘Abd al-Aziz abre uma nova fase na gestão da Península Ibérica pelas tropas ganhadoras. A morte de ‘Abd al-'Azīz foi mais que um virar de página. É o fim de uma obra e a criação de espaço par uma nova fase. Sem querer entrar em detalhes bem conhecidos – apesar das enormes interrogações que se colocam a esta fase - é necessário dar uma panorâmica mesmo que ligeira da situação política e militar então vivida²⁵⁶.

Os tratados negociados entre ‘Abd al-'Azīz e os dirigentes e elites de algumas zonas da Península Ibérica sofreram alterações a adaptações a novas situações, com a chegada de novos governadores.

No entanto, é de ter em linha de conta o controle cada vez menos apertado que as populações e as tropas estabelecidas nas zonas periféricas desta periferia que é uma Península Ibérica passaram a ter; depois da descida das tropas de Mūsā e de Tāriq, depois das movimentações mais meridionais de 'Abd al-'Azīz, e sabendo que os movimentos dos governadores ou emires dependentes de Damasco passou muito por campanhas contra as zonas pirenaicas - quando não para lá dessa barreira natural - é de crer que as forças estacionadas no ocidente se tenham sentido livres para gerirem a sua acção sobre o território que controlam de forma relativamente solta.

Não é de estranhar pois, que tenham surgido conflitos com populações estabelecidas nas zonas ocidentais e que, tal como em outras épocas e em outras zonas algumas populações tenham subido a zonas mais montanhosas. As tropas estacionadas não deveriam ter mantido a mesma ética de fazer a guerra que era posta em prática por generais imbuídos dos conhecimentos e procedimentos do Profeta Muḥammad que se deveriam praticar sem qualquer desvio.

Em suma, populações de tradição hispano-goda e hispano-sueva tiveram de adaptar à chegada de populações berberes que vão assumir um protagonismo especial no ocidente cerca de uma vintena de anos depois de terem entrado os primeiros com o exército comandado por Tāriq.

Porém, difícil será encontrar sinais desses berberes nas terras ocidentais ou em outras do al-Andalus. As referências só surgirão quando começarem as revoltas berberes e na medida em que afetam o poder central e a estabilidade da governação delegada omíada. Na verdade, como diz P.

255. As razões fiscais das revoltas no Norte de África são conhecidas. Recentemente, Eduardo Manzano lembra que revoltas de coptas e de berberes têm a mesma origem.

256. O assassinato de ‘Abd al-'Azīz foi bem aceite por Damasco e nesse mesmo ano foi designado como governador (*wālī*) Ayyūb b. Ḥabīb al-Lakhmī.

Chalmeta, "*hubo toda una corriente político-historigráfica de silencio del papel bereber en al-Andalus (...)*"²⁵⁷.

Em termos gerais o período que medeia entre a morte de 'Abd al-'Azīz e a entrada das tropas chefiadas por Balj ou Balğ b. Bišr al -Qušayrī tem ser traduzido, segundo a mais moderna historiografia como "período de grande confusão"²⁵⁸.

Artobás²⁵⁹, um dos filhos de Vitiza não só teria mantido o controle directo sobre muitas terras, por ter colaborado com as tropas comandadas por Mūsā e Tāriq, como se manteve como o responsável directo pela cobrança de impostos junto da maioria cristã²⁶⁰.

conversões

Um dos tópicos que geralmente se costuma apontar para esta época é o da existência de conversões ao islamismo por parte de membros das elites ibéricas. Podem-se tomar os casos das famílias Casius de Tudela (que passam a ser conhecidos como Banū Qasī) descendentes de um dux do limes visigodo contra a zona da Vascónia e os Banū 'Amrūs de Huesca ou até os Banū Šabrīṭ²⁶¹.

No caso do ocidente do al-Andalus o processo deu-se, igualmente, mas os seus contornos tornar-se-ão mais claros só no século IX. De qualquer dos modos, se alguns grupos árabes eles próprios apresentavam um grau de interiorização do islão ainda rudimentar; os berberes, fracamente arabizados e - daí - com menos capacidades para perceber as subtilidades da religião islâmica, não seriam eles, - como ocupantes maioritários na zona ocidental da península a norte da zona de Beja - os maiores fautores de conversões ao Islão, até porque muitas das conversões eram sobretudo submissões²⁶² ao poder omíada e aos seus representantes.

A instabilidade advém também em grande medida da sucessão constante de governadores; como H. Kennedy refere, só um dos governadores se mantém no poder mais de dois anos - trata-se de Anbasa ibn Suḥaym al-Kalbī²⁶³; al-Hurr al-Thaqafī, segundo as contas de Oliveira Marques

257. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 166.

258. H. Kennedy, *Os muçulmanos na Península Ibérica*, p. 37), ou, nas palavras de Eduardo Manzano; ver também C. Picard, *Le Portugal*. Sem querer apresentar aqui uma lista exaustiva desses governadores (uma lista desses governadores pode encontrar-se em , Hugh Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, Mem Martins, 1999, p. 341; cf. A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, II, p. 246; uma relação desses governadores que, apesar de antiga, ainda é muito utilizada pode ser encontrada em *Ajbar Machmuá*, 1867 (reprint 1984), pp. 220-242; veja-se igualmente A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 1ª ed., vol. 1, pp. 153-154.

259. A ligação familiar de Artobás com a Sara, *a Goda*, é uma das explicações para que seja bem visto por Ibn al-Qūtiyya.

260. cf., a este nível, H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 35, autor que remete para Ibn al-Khatīb, *al-Iḥāṭā fī aḥbār Ġarnāṭā*, ed. de M. 'Inān (4 vols.) (Cairo, 1973-77), I, pp. 100-105.

261. Eduardo Manzano Moreno, "Árabes, berberes e indígenas; al-Andalus en su primer período de formación" in M. Barceló e P. Toubert (ed.), «*L'Incastellamento*», *Actes des recontres de Gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, 1998, (pp. 157-177), p. 170.

262. *Islam é*, precisamente, o que signi^{ca}, em termos etimológicos; cf. *E.I.* 2.

263. Sobre a diferença entre ser-se, nesta conjuntura, pelo menos em alguns pontos do Mundo Islâmico, uma árabe *Kalbī* ou *Qaysī* veja-se, entre muitos outros autores, H. Kennedy, *Os muçulmanos...*; ver igualmente Dominique Sourdel, Janine Sourdel-Thomine, *La Civilisation de l'Islam classique*, pp. 50-54; E. Manzano,

mantém-se cerca de 3 anos²⁶⁴. Governadores que podiam ser nomeados directamente pelo califa no poder em Damasco ou pelo governador da Ifriqiyya (estabelecido em Qayrawān) ou, em alguns casos particulares, por eleição dos próprios árabes estabelecidos no *al-Andalus* que, em momentos de tensão especial, escolhiam quem pretendiam para governador²⁶⁵. A este propósito o texto dos *Akhbār Mağmu'a* dá informações interessantes:

"No tempo de Soleimão ibn 'Abd al-Mālik, sucessor [do califa al-Walīd] conquista ram-se muitas cidades e os muçulmanos do al-Andalus, depois de terem estado muitos anos sem obedecer de comum acordo a um governador (Wālī), elegeram Ibn Habīb al-Lakhmī, homem bondoso que presidia às orações e o qual, vendo o quanto se prolongava a falta de um governador, foi designado para este cargo e entregaram-lhe o comando, levando a capital para Córdoba, em princípios do [ano] de 99 [H.]"²⁶⁶.

Esta instabilidade deixou os exércitos, as guarnições e as populações norte-africanas - que passaram o Estreito com bens, animais (eventualmente) e família - com uma grande margem de manobra, margem essa que pode ter levado a reacções das mais variadas por parte da maioria estabelecida na Península Ibérica.

A somar está o facto de, segundo as fontes disponíveis não se rastrear a existência da atribuição de concessões aos soldados, concessões do tipo 'atā' - عطاء - sistema de concessões associado a um sistema de registo dos pensionistas do Estado omíada ao seu serviço - registo que se traduzia na existência de *dīwān/s* (ou melhor *dawāwīn* ou *diwāwīn*²⁶⁷). O *dīwān* (دوان - palavra de origem persa que passou a integrar o léxico árabe medieval a partir do califado omíada) era o serviço de registo ou arquivo - bem como o próprio registo ou arquivo) parece não ter existido, pelo menos de forma sistemática e continuada, durante estes cerca de quarenta anos que medeiam entre 716 - ano do assassinato de 'Abd al-'Azīz - e a afirmação do fundador da dinastia omíada no al-Andalus, 'Abd al-Raḥmān ibn Mu'āwiya, em 756. Esta inexistência de uma tradição de registo é vista por alguns investigadores como coerente com a falta de registos de carácter narrativo²⁶⁸ durante os momentos mais próximos da conquista da Península Ibérica.

registo de conquistas e de tributos com *al-Ṣaḥḥ ibn Mālik* e 'Umar II

Em 717 o califa 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz (o sucessor e primo dos califas al-Walīd I e Sulaymān) chegou a nomear um governador que teve por missão retirar os muçulmanos da Península Ibérica,

Conquistadores... ; ver também Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 34.

264. A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, II, p. 246.

265. *Akhbār Mağmu'a*, p. 25; trad. p. 36.

266. *Akhbār Mağmu'a*, p. 21 do texto arábico; p. 32 da trad. - tradução do autor desta dissertação.

267. Julio Cortés, *Diccionario de Árabe Culto Moderno - Árabe-Español*, Madrid, Gredos, 1996.

268. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 35.

dada a sua lonjura em relação aos restantes territórios islâmicos²⁶⁹. Dozy, que coloca esta decisão em 718, refere-a igualmente²⁷⁰.

O pensamento do califa omíada 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz (717-720 d.C.) - califa tido normalmente por muito piedoso e o grande obreiro da aproximação do *mawālī*/s aos árabes de origem em termos de direitos²⁷¹ - é descrito na crónica *Akhbār Mağmu'a*.

" 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz (...) nomeou Isma'il walī de Ifriqiyya e al-Ṣamḥ ibn Mālik walī de al-Andalus, a quem encarregou que das terras e dos demais bens imóveis conquistados pelas forças das armas, retirasse o quinto para Deus e feito isto deixasse as alcarias em poder dos conquistadores e que lhe escrevesse acerca das características / forma / formato do al-Andalus e lhe desse informações sobre os seus rios. Tinha no pensamento fazer sair os muçulmanos desse território, por se encontrarem muito separados dos demais e prouvesse a Deus dar-lhe vida para executar o seu propósito, pois se Deus não se compadece deles terão um fim deplorável" ²⁷².

O que torna este texto extraordinário é o facto de nele se reconhecerem várias situações. Por um lado, tudo leva a crer que em termos fiscais o poder do califado omíada de Damasco pouco se fazia sentir, adivinhando-se que o próprio califa estaria mal informado. Por outro lado, reconhece a sua incapacidade para controlar a situação e decide reconhecer *de facto* a posse de algumas alcarias por parte de conquistadores que terão entrado em posse desses bens em momentos de ausência controle por parte de um Estado forte - situação que não tinha cessado de existir.

Por outro lado ainda, o califa parece estar em posse de informações que, apesar das conquistas efectuadas (e não só entre os anos 711-716), aconselhavam a uma possível retirada estratégica do solo ibérico, retirada que, de facto, não chegou a dar-se. Resta saber se o perigo que se procurava evitar era um perigo militar (reação dos godos derrotados ou estado de anarquia que eventualmente se vivesse) ou se, pelo contrário, o que preocupava o califa era que surgissem novos 'Abd al-'Azīz, demasiado dialogantes com uma elite goda que não desapareceu totalmente e que poderia "contaminar" ideologicamente os muçulmanos seduzidos por uma terra rica e sedutora.

E será *al-Ṣamḥ ibn Mālik al-Khawlānī*, como *walī* (governador) de al-Andalus (719-721), que irá iniciar um processo de controlo mais apertado a nível fiscal²⁷³, mas também a nível do processo de colonização - anárquico e espontâneo até então - e do controlo do território. De facto, o governador *al-Ṣamḥ ibn Mālik* procede a um levantamento das terras mantidas em regime de *ṣulhān* (por tratado de *ṣulh*) e as ocupadas pelas forças das armas em consequência de resistência (*'anwatan*) tentando

269. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 33.

270. cf. Eric Chaney, *Institutional Inertia: Political Legitimacy in Muslim Iberia*, Honour's thesis, Stanford University Department of Economics (2003) (PDF em WWW), p. 23, nota 80, refere Dozy, Reinhart, *Spanish Islam: A history of Muslim Spain*, London, Chatto and Windus, 1913, p. 34.

271. D. e J. Soudel, *La Civilisation de L'Islam Classique*, Paris, Arthaud, 1983, pp. 52-53 e 484.

272. *Akhbār Mağmu'a*, p. 23 do original; p. 34 da trad.

273. *Al-Ṣamḥ ibn Mālik* teria iniciado aquilo a que H. Kennedy, adepto de comparações estimulantes, chama uma espécie de *Domesday Book* - cf. *Os Muçulmanos...*, p. 39.

separar a quinta parte legal destas destinada "a Deus" ou seja, ao Estado islâmico e verificando se os restantes 4/5 das terras 'anwatan está distribuído devidamente pelos muçulmanos.

Esta situação parece ter levantado um coro de protestos, dado que os combatentes da primeira hora, ou seja, das tropas de Ṭāriq e de Mūsā e dos que nelas se tenham conseguido incluir, não estavam dispostos a que os 4/5 das terras 'anwatan fossem distribuídos a não ser aos referidos combatentes ocupantes da primeira hora²⁷⁴. Parece ser por isso que surge a referida referência ao reconhecimento, por parte do califa, dos direitos dos primeiros conquistadores, o qual mantém o controle sobre "as alcarias em poder dos conquistadores"²⁷⁵ e não as redistribui por novos colonos e ocupantes que acabam por entrar no al-Andalus com o governador *al-Ṣamḥ ibn Mālik*. De facto, este governador entrou no al-Andalus com bastante gente²⁷⁶ que queria uma parcela do bolo hispânico e que pode ter sido determinante na ideia de não abandonar o solo peninsular²⁷⁷.

De qualquer das formas, sabe-se que em tempos de *al-Ṣamḥ ibn Mālik* houve uma tentativa de levantamento e de redistribuição de bens imóveis que pode ter contribuído para mais instabilidade, na medida que os que se sentiam próximos de perder bens imóveis com estas medidas centralizadoras pederiam ser tentados em conquistar e dominar outras terras eventualmente disponíveis. Este controle das terras distribuídas pode, por outro lado, ter sido desfavorável às tropas berberes, beneficiando os árabes de origem. Há, aliás, outros indícios de que a acção de *al-Ṣamḥ ibn Mālik* contribuiu muito para o processo de arabização e orientalização da Península; se durante o governo de *al-Ḥurr al-Thaqafī* ainda se usavam moedas bilingues - com inscrições em latim e árabe, com *al-Ṣamḥ ibn Mālik* cunham-se, pela primeira vez, moedas de tipo oriental com a utilização - unicamente - da língua arábica²⁷⁸. Porém, as medidas centralizadoras e orientalizadoras de *al-Ṣamḥ* não durarão muito; em 720 morre o califa 'Umar II²⁷⁹ e, no ano seguinte, o próprio *al-Ṣamḥ*.

controle de terras- uma outra forma de presúria?

A acção reguladora e controladora levada a cabo no al-Andalus por *al-Ṣamḥ*, associada à autorização dada pelo próprio califa 'Umār II para que os conquistadores possuíssem e mantivessem as alcarias de que se tinham apossado lembra a acção que, alguns séculos depois, será levada a cabo pelas populações do norte da península, em relação a terras do sul e que será conhecida pela desig-

274. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 39.

275. *Akhbār Mağmu'a*, p. 23 do original; p. 34 da trad.

276. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 39.

277. Sobre o intuito de abandonar a *Hispania /al-Andalus* em tempos de *al-Ṣamḥ ibn Mālik* e do califa 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz veja-se P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 259, e nota 13 onde se referem - sem detalhes - as fontes que referem esta vontade de evacuação das tropas islâmicas do solo ibérico por parte do califa. Porém, Ibn 'Idārī fala deste projecto, com clareza - *Bayān*, II, .25, p. 27; trad. p. 34-35.

278. Hugh Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 40. O governo de *al-Ṣamḥ* está ligado também à reconstrução da velha ponte romana de Córdova sobre o Bétis - futuro Guadalquivir. Sobre as primeiras moedas cunhadas no que será o al-Andalus - designação, aliás, que faz a sua primeira aparição em numismas - veja-se Eduardo Manzano, *Conquistadores...*, cap. 1

279. Uma das melhores fontes sobre o califa 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz é da autoria de Ibn 'Abd al-Hakam, *Sīrat 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz*; há duas edições citadas: Damasco, 1954 - (ref. de P. Chalmeta, *Invasión...*) e Ed. Ubayd, Cairo, 1983 (referida por Steven C. Judd, "'Umar ibn 'Abd al-'Azīz" in Josef W. Meri (Ed.), *Medieval Islamic Civilization: An Encyclopedia*, vol. 2, p. 843, Taylor & Francis / Routledge, 2006).

nação de "presúria". Armando de Castro define presúria como "apropriação de terras e demais instalações nas regiões ocupadas pelo avanço neogodo nas áreas dominadas pelos Sarracenos", apropriação que constituiria "um fenómeno específico da Península Ibérica"²⁸⁰. Como ainda refere Armando de Castro, D. Afonso III regulou em Évora as chamadas "presúrias novas", depois da tomada de Serpa e Moura²⁸¹.

Embora este seja um só exemplo de opinião sobre as presúrias, é possível encontrar traços de semelhança entre este movimento, bem conhecido no que respeita à acção das gentes do norte e o que parece ser uma acção semelhante, ou seja, reconhecer e regulamentar as terras e outros bens apreendidos pelos muçulmanos e pelos membros do seu exército a partir de 711, apreensão essa que será regulada e sancionada superiormente. Desta forma, a acção levada a cabo nos séculos XII e XIII pode ganhar uma nova dimensão: Tratar-se-ia de ajuste de contas muito antigas ou então, poder-se-ia pensar, por analogia, na existência de dois momentos: um de presúria e um de contra-presúria; presúria pelas forças islâmicas e presúria cristã sancionada agora pelas autoridades cristãs²⁸². Apresentada desta forma, esta questão não dispensa uma reflexão e um tratamento mais prolongados.

Embora as crónicas sejam quase mudas no que respeita ao território do *Ġarb al-Andalus*, privilegiam, no entanto, algumas outras campanhas. As que tiveram mais projecção são a chamada Batalha de Covadonga e a campanha que terminou na mais que conhecida Batalha de Poitiers ou Tours, também conhecida como *Batalha da Calçada dos Mártires*.

A Batalha de Covadonga, sobre a qual não faltam trabalhos aprofundados, não parece ter sido um recontro de importância crucial - a curto prazo - para o al-Andalus. Assim, o viram os que consideraram que não valia a pena correr atrás de cerca de "trinta asnos selvagens". Collins é dos que considera que esta batalha, travada contra as tropas de um senhor godo conhecido como Pelayo ou Pelágio²⁸³, não foi mais que um encontro militar contra um senhor local com o peso e a dimensão de um nobre regional como Teodomiro²⁸⁴.

Na verdade, lendo atentamente algumas fontes, não deixa de ser interessante verificar que a família de Pelágio parece, também ela, não ter ficado imune a fortes aproximações com os conquistadores. A *Crónica de Afonso III* refere que o berbere Manuça "mediante cierto artificio" (que não é aclarado...) se tinha consorciado com a irmã de Pelágio²⁸⁵. Este, por sua vez, antes de ter fugido para o Norte da Península (como, muito depois, farão rebeldes de Mérida e o primeiro dos *Ġilliġīs* revol-

280. Armando de Castro, "presúrias" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão.

281. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. III, . 27 v; citado in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão.

282. cf. Hermenegildo Fernandes, na sua Dissertação de Doutoramento, estudou para o século XIII, no Sul de Portugal, várias formas e os contornos que envolviam a presúria.

283. Sobre a renovação do interesse pela figura de Palágio veja-se DACOSTA, Arsenio, "Pelayo vive! Un arquetipo político en el horizonte ideológico del reino asturleonés", *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, H. Medieval*, t. 10, 1997, pp. 89-13.

284. Roger Collins, *Arab Conquest*, pp. 141-151.

285. "Crónica de Alfonso III, versión Rotense" in Juan GIL FERNÁNDEZ, José L. MORALEJO, Juan I. RUIZ DE LA PEÑA (eds.), *Crónicas asturianas: Crónica de Alfonso III (Rotense y "A Sebastián"), Crónica Albeldense (y "Profética")*, Oviedo, Universidade de Oviedo, 1985, pp 194 e 196. Veja-se igualmente em C. Sánchez-Albornoz, *La España Musulmana*, I, pp. 74-76, que reproduz excerto da edição de Gómez Moreno, *Bol. Acad. H. C.*, 1932, p. 612.

tados) - e fixar-se nas Astúrias - residiu em Córdoba, (onde deve ter acompanhado a fase da sua revitalização e promoção a capital do al-Andalus), de onde fugiu²⁸⁶ para liderar um foco de revolta setentrional. Al-Maqqarī reproduz um texto de 'Isā b. Ahmād al-Rāzī - cujo original se perdeu - onde se diz "en tiempos de Anbasa ben Suhaim Al-Qalbi, se levantó en tierra de Galicia un asno salvaje llamado Pelayo."²⁸⁷

Covadonga deve ter sido acontecimento menor - nesta conjuntura - dado que as tropas árabes investem mais nos territórios além-Pirinéus. De facto sabe-se que têm lugar várias expedições que ultrapassam os Pirinéus. Porém, também neste quadrante geográfico as dúvidas se avolumam. Como refere Phillipe Sénac, "la date et les circonstances dans lesquelles les contingents musulmans pénétrèrent au-delà des Pyrénées demeurent confuses et sujettes à de multiples interprétations"²⁸⁸.

Apesar de al-Maqqarī afirmar que Ibn Hayyān - em texto que permanece desconhecido, possivelmente a primeira parte do *al-Muqtabis* - informa que os muçulmanos teriam penetrado na Gália ainda em tempo de Mūsā até ao vale do Ródano possivelmente até Avinhão, com Ṭāriq a tomar a cidade de Barcelona e Narbonne /Narbona²⁸⁹, tal informação desse ser um equívoco.

Curiosa é a informação dada por al-Himyarī de que Mūsā pretendia encontrar uma caminho pela Europa, pela "terra grande" ou *al-ard al-kabīra*, para poder prosseguir o seu caminho, por esse via, até à Síria, razão por que teria penetrado no território franco até ter encontrado um templo em for-

286. Al-Maqqarī, *Nafh al-Ṭib*, Trads. LAFUENTE ALCANTARA, Col. Obr.Ar.Ac.Ha., I, [ou seja Ajbar Machmuâ] p. 230 .

287. Los soldados no cesaron de atacarle hasta que sus soldados murieron de hambre y no quedaron en su compañía sino treinta hombres y diez mujeres. Y no tenían qué comer sino la miel que tomaban de la dejada por las abejas en las hendiduras de la roca. La situación de los musulmanes llegó a ser penosa, y al cabo los despreciaron diciendo: "Treinta asnos salvajes, ¿qué daño pueden hacernos?". En el año 133 murió Pelayo y reinó su hijo Fa'la. El reinado de Pelayo duró diecinueve años y el de su hijo dos. Después de ambos reinó Alfonso, hijo de Pedro, abuelo de los Banu Alfonso, que consiguieron prolongar su reino hasta hoy y se apoderaron de lo que los musulmanes les habían tomado" - Al-Maqqari, *Nafh al-Ṭib* (Trads. LAFUENTE ALCANTARA, Col. Obr.Ar.Ac.Ha., I. p. 230 e M.ANTUÑA); C. SANCHEZ ALBORNOZ, "Fuentes de la historia hispano-musulmana", siglo VIII, p. 232; há trad. de Borges Coelh, Portugal na Espanha Árabe, I, pp. 180-181.

288. Phillipe Sénac, *Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 14.

289. Phillipe Sénac, *Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 14. Utiliza-se também a designação Narbona não só por ser a que mais se aproxima da designação latina como também pelo facto de ser a oficial em Occitano.

ma de coluna com uma inscrição que o informava que aí era o fim do seu caminho²⁹⁰. Este projecto, se existiu, não deixou de ser, como lhe chama Lévi-Provençal, "quimérico"²⁹¹.

A crer, porém, na *Crónica Moçárabe de 754*, houve iniciativas militares contra a Gália durante o período de al-Hurr al-Takafī (Agosto de 716 a Março de 719) que as tropas islâmicas avançam para a Galia Narbonense²⁹². Mas é, segundo a mesma crónica, com al-Şamh - no poder em Córdova entre Abril de 719 e Junho de 721 - que é tomada a cidade de Narbonne, provavelmente na Primavera de 719²⁹³, tornando-se nesta cidade numa base de operações - com uma guarnição de tropas fiéis ao governador do *al-Andalus*, a partir da qual se preparam campanhas contra toda a Narbonense²⁹⁴.

A campanha da Narbonense é também ela uma continuação do mesmo tipo de tácticas postas em prática em outras zonas - Norte de África e al-Andalus -, ou seja, trata-se de ocupar territórios, passando sempre por controlar os pontos-chave, as principais cidades sedes de poder e, depois de as conquistas, tirar partido das edificações militares existentes. Nesta fase, os poderes militares ocupam e não constroem.

E, numa segunda vaga, continuam as campanhas a norte dos Pirinéus. E será com o governador de Córdova em pessoa, al-Şamh, que os muçulmanos - depois de terem tomado várias cidades e núcleos fortificados na Septimânia, chegando a Nîmes e a Lyon, tentam tomar a cidade de Toulouse, tentativa durante a qual, tal como em Mérida já o fizeram, usam máquinas de assalto²⁹⁵, o que não

290. al-Himyarī, *al-Rawd...*, ed. de E. Lévi-Provençal, (1938) *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-Rawd al-mi'tar ° habar al-aktar d'ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyarī*, Leiden, 1938, p. 34.

A chegada de Mūsā a uma cidade com traços fortes do seu passado romano poderia, se se quisesse conciliar com as suas campanhas, coincidir com *Caesar Augusta* - Saragoça - mas, pelo prestígio das suas campanhas o local poderia ter sido projectado para mais longe. Curioso, porém, é o facto de se aventar uma hipótese de ligar, por terra, a Hispânia com a Síria; assunto que parece não ser explorado pelos historiadores, parece estar aqui a ponta de um véu de um projecto que pode ter alimentado alguns espíritos do mundo árabe medieval, ou seja, o de voltar a fazer do Mediterrâneo um lago, um *Mare Nostrum*, maas neste caso um *Mar Árabe* ou , pelo menos, um *Mar Omíada*; não seria impossível a existência de um projecto que passaria pela pressão sobre o Império Bizantino e a abertura de um caminho pelo sul da Europa até ao Oriente, no sentido contrário ao que o °zerem, por exemplo, os visigodos; mas a investigação está ainda por fazer.

Recentemente, Hugh Kennedy, refere-se a este propósito atribuído a Mūsā, embora sem adiantar mais que aquilo que dito na fonte árabe - cf. Hugh Kennedy, *The Great Arab Conquests: How the Spread of Islam Changed the World We Live In*, Philadelphia, Da Capo Press, 2007, p. 319.

O califa 'Umar ibn 'Abd al-'Azīz teria pensado ordenar a retirada das suas tropas da península Ibérica ao mesmo tempo que interrompe a pressão sobre Constantinopla (cf. Chalmeta, *Invasión...*, p. 259). Serão estas medidas - uma das quais não se levou à prática - as duas faces de um mesmo projecto de tentativa de controle absoluto de ambas as margens do Mediterrâneo, tentando emular imperadores admirados - os *Césares* - de dinastias anteriores??

291. E. Lévi-Provençal, *España Musulmana*, vol. IV de *Historia de España*, dir. de Menéndez Pidal, p. 36 (original em língua francesa, *Hist. de l'Esp. Musulm.*, I, p. 56), baseado em cronista transmitido por al-Maqqari, *Analectes sur l'histoire et la littérature des Arabes d'Espagne par al-Makkari*, publ. por R. Dozy, G. Dugat et W. Wright, Vol. I, p. 175.

292. J. López Pereira (ed.), *Crónica Mozárabe de 754*, pp. 78-80.

293. Phillipe Sénac, *Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 16.

294. J. López Pereira (ed.), *Crónica Mozárabe de 754*, p. 84.

evita a morte do governador omíada, que aí encontra o *martírio*²⁹⁶ em Junho de 721²⁹⁷. O exército árabe regressa sob o comando de 'Abd al-Raḥmān al-Ġāfiqī.

É importante ter em linha de conta que Paulo Diácono indica que os "sarracenos", depois de terem atravessado desde Ceuta, passaram pela Hispania e chegaram à Gália acompanhados das suas mulheres e filhos²⁹⁸. Este aspecto é importante na medida em que fornece informações, indirectamente, sobre aspectos da guerra mas também sobre o que se pode chamar de processo de migração que está em curso e que, se bem que levando reflexos aos Norte dos Pirinéus, também os deixaria na Península Ibérica. Sem o referir, Paulo Diácono estaria a englobar na sua descrição árabes mas, talvez sobretudo, populações de origem norte-africana. Esta informação mostra, pois, que as populações provenientes do Norte de África vinham organizadas em grupos familiares ou que, em última análise, se consorciariam na Península Ibérica²⁹⁹.

Em meados da década de vinte o governador de Córdova volta a preparar expedições contra a Gália. De facto, Anbasa ibn Suhaym al-Kalbī no Verão de 725 chega a Nîmes e penetra no vale do Ródano onde se fazem razias³⁰⁰, avançando por território de Borgonha; Narbona é, uma vez mais a base de onde se preparam estas expedições, mas Barcelona³⁰¹ é mantida como rectaguarda. Em CARCASSONNE faz-se mais um pacto negocial com as populações cercadas, seguindo a jurisprudência islâmica nestes casos³⁰². A aposta das terras ultra-pirenaicas continua mesmo para além do fracasso na tomada de Tolosa / Toulouse. Anbasa em 107 H. / Maio de 725 colocada um assédio em redor de Carcassonne, obrigando os seus residentes a negociar e a ceder parte do seu território³⁰³.

Mas, mais relevante ainda é o facto de que é na sequência desta conjuntura que tem lugar a aproximação entre o Duque Eudo da Aquitânia e dirigente / líder berbere de nome Manuza. Esta aproximação, que tem reflexos em muitas crónicas norte-pirenaicas que, algumas delas muito próximas do rei franco, considerarão o duque como um traidor³⁰⁴, revelam que as negociações entre membros

295. J. López Pereira (ed.), *Crónica Mozárabe de 754*, p. 84

296. Como Phillipe Sénac refere (*Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 17) são raros os cronistas árabes que referem esta derrota.

297. al-Maqqarī assim o afirma, apoiando-se em Ibn Baškwāl - Phillipe Sénac, *Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 17.

298. Paul Diacre, *Histoire des Lombards*, (trad. de F. Bougard), Turnhout, 1994, p. 146, citado por Phillipe Sénac, *Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 18.

299. - PAULE DIACRE - *apud* Ph. Sénac, *op. cit.*, p. 18.

300. Ibn al-Atīr, *apud* Sénac, *op. cit.*, p. 19.

301. É nesta cidade que se mantêm os reféns - Phillipe Sénac, *Les Caroligiens et al-Andalus - VIIIe-IXe*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002, p. 18.

302. Ibn al-Atīr, *al-Kamil...*, p. 101; ed. de Fagnan, *Annales...*, p. 57.

303. Ibn al-Atīr, *al-Kamil...*, p. 101; ed. de Fagnan, *Annales...*, p. 57.

304. Ph. Sénac, *op. cit.*, pp. 21-23.

das elites e nobreza de territórios do reino franco³⁰⁵ seguiam de perto os modelos conhecidos em outros territórios da Bacia do Mediterrâneo, mormente no caso das elites godas da *Hispania*.

O ocidente do al-Andalus era como que um *Finis Tarræ* sem a grande importância estratégica que tinham cidades portuárias ligadas ao Mediterrâneo como, por exemplo, Narbona, Barcelona ou Tarragona ou mesmo Tortosa. Daí também, em parte, a escassez de informações disponível para esta zona, muito menos interessante. Após a morte de al-Haytham os *andalusiyyūn* escolhem por consenso como governador Muḥammad ibn ‘Abd Allāh al-Ašġa‘i³⁰⁶.

Na década de 30 tem lugar a intervenção em território franco que mais projecção tem. ‘Abd al-Raḥmān ibn ‘Abd Allāh al-Ġāfiqī³⁰⁷, teria saído de Córdova em 731 e feito uma expedição durante a qual teria repartido um saque riquíssimo pelos seus guerreiros - repartição pela qual é fortemente criticado pelo governador de Qayrawān³⁰⁸; no ano seguinte tem lugar uma "nova expedição"³⁰⁹ durante a qual al-Ġāfiqī e os seus homens "*encontram o martírio*"³¹⁰. O que Ibn al-Aṭīr informa de forma resumida é nada mais que a batalha conhecida como de Poitiers (ou, segundo outros, Batalha de Tours)³¹¹, batalha na qual se destacou Carlos Martel, batalha que contribuirá enormemente para a afirmação da dinastia carolíngia, e que por muitos tem sido considerada como acontecimento chave e fulcral na sobrevivência de uma Europa de matriz cristã.

Porém, convém recuar alguns anos para ser perceber que, mesmo além-pirinéus, as relações entre populações cristianizadas e os exércitos de origem omíada não podem ser vistas de forma maniqueísta. Houve, também aqui, alguns acordos entre cristãos e muçulmanos. Em concreto, pode-se falar de um acordo entre Eudo, duque da Aquitânia e Manuza, chefe, dirigente berbere que controlava uma área vasta da região pirenaica.

Mais do que as cusações feitas ao duque de um certo colaboracionismo com os "sarracenos", interessa ver quem era este dirigente berbere e o que o movia. A crer na Crónica Moçárabe de 754, Manuza revoltava-se contra a opressão a que estavam sujeitos os seus irmãos - berberes ou, melhor, *amazighs*³¹² - do Norte de África pela "crueldade temerária dos juizes" ele e a sua "Maurorum

305. Para o caso de Narbona há referências a uma comunidade judaica forte aí desde muito cedo; teriam os judeus da Saptimânia sido utilizados como foram na Bética e em outros pontos, favorecendo a progressão do Islão?? - as fontes e Sénac não os referem.

306. Ibn al-Aṭīr, *al-Kamil...*, p. 129; ed. de Fagnan, *Annales...*, p. 58.

307. Governador ao *al-Andalus* nomeado pelo governador de Qayrawān.

308. Ibn al-Aṭīr, *al-Kamil...*, p. 130; ed. de Fagnan, *Annales...*, p. 59.

309. Expressão de Ibn al-Aṭīr; cf. *al-Kamil...*, p. 130; ed. de Fagnan, *Annales...*, p.60.

310. Ibn al-Aṭīr; cf. *al-Kamil...*, p. 130; ed. de Fagnan, *Annales...*, p.60.

311. Sobre a Batalha de Poitiers / Tours deve ver-se abordagem recente com uuma síntese bastante interessante e contextualizadoras desta batalha em H. Kennedy, *The Great Arab Conquests: How the Spread of Islam Changed the World We Live In*, Philadelphia, Da Capo Press, 2007, pp. 320-322.

Referir a *Calçada dos Mártires*, como testemunho de que , como é de aceitação geral, também neste caso as tropas islâmicas progredem ao longo das vias romanas antigas - como o °zeram também na antiga via Tarragona - Barcelona - Narbona (*Via Augusta*); ver Lévi-Provençal, *España Musulmana*, ...

312. Sobre o termo *amazigh*, a sua história e a tendência para substituir o vocábulo *berbere*, veja-se Adil MOUSTAOU, "El nuevo modelo de Política Lingüística en MARRUECOS Y LA LEGISLACIÓN QUE LO

gente" sublevam-se contra a elite dirigente árabe e Manuza sente-se com legitimidade para fazer um pacto com do duque Eudo de Aquitânia. Diz a referida crónica que

*"unus ex Maurorum gente nomine Mannuz audiens per Libie fines iudicum seua temeritate opprimi suos pacem nec mora agens cum Francos tirannidem ilico prerarat aduersos Spanie Saracenos"*³¹³

A mesma crónica refere que Manuza era homem bem preparado para a guerra

*"quia erat fortiter in prelio expeditus"*³¹⁴

o que não favorece e é um factor de perturbação para o poder estabelecido em Córdova.

Tentando retirar destes acontecimentos alguns dados ou dinâmicas eventualmente úteis para a compreensão das dinâmicas do ocidente ibérico pode-se realçar o facto de que após a saída das tropas de Mūsā e de Ṭāriq e depois da morte da fase 'Abd al-Azīz - Egilona, se terem mantido em zonas pré-montanhas da Península Ibérica grupos bem organizados de populações berberes que se conseguem mover, sobreviver, manter coesão de grupo e, comandadas por Manuza, impressionar um aristocrata com o peso do duque da Aquitânia, de onde terá resultado um acordo entre ambas as partes. Por outro lado, é significativo o silêncio que as crónicas árabes dedicam ao assunto; Manuza, como chefe berbere e não um árabe de linhagem, não é vital na explicação canónica que se vai organizando no Mundo Ártabe e por isso será praticamente esquecido nas crónicas árabes; é a Crónica Moçárabe³¹⁵ - mas não a única - a fonte principal de informação sobre este episódio que anuncia outras revoltas berberes que, essas sim, afectarão as zonas mais ocidentais da Península Ibérica³¹⁶.

A figura deste *caudillo* berbere de nome Manuza³¹⁷ deve ter adquirido, porém, grande poder na zona montanhosa perto dos Pirinéus, que casou com uuma filha do duque Eudo da Aquitânia - estabelecendo uma aliança entre ambos que trará como consequência, entre outros aspectos, uma des-cida das acções militares de Carlos Martel³¹⁸) e que recusou associar-se a uma campanha militar contra o norte cristão, ainda antes de Abril de 729, o que originará uma reacção do governador cordovês al-Hayṭam ibn Ubayd al-Kinānī, reacção militar que conduzirá à morte de Manuza³¹⁹.

SUSTENTA" in *Al-Andalus Magreb*, 13, Univ. Cádiz, (2006), pp. 231-250 (cf. 31655427.pdf).

313. *Crónica Mozárabe de 754*, pp. 96-97.

314. *Crónica Mozárabe de 754*, pp. 96-97.

315. Crónica Moçárabe, durante muito tempo conhecida como *Crónica de Isidoro Pacense* ou *Crónica de Isidoro de Beja* (cxf. López Pereira (ed.), *Crónica Mozárabe...*, p. 19).

316. Lafuente e Alcántara refere o episódio de Manuza / Manuça em Apéndice III, *Akhbār Mağmu'a*, p. 228.

317. Que, como sublinha Ph. Sénac não se pode confundir com um outro Manuza que alguns autores colocam como contemporâneo de Ṭāriq (não sendo impossível que, se não há equívoco, houvesse laços sanguíneos entre ambos) - cf. Ph. Sénac, *op. cit.*, p. 23).

318. Ph. Sénac, *op. cit.*, p. 23, a partir das informações contrinadas na Crónica do Continuados de Fredegário - cf. Frédégairre, *Chronique des temps mérovingiens*, O. Devillers e J. Meyers (trad., introd. e notas por), Brepols, 2001, p. 90.

319. Sénac identi^cca-o como al-Hayṭam ibn Ubayd al-Kilābī, como acontece com outros cronistas (é preferível al-Kinānī e não al-Kilābī). Informa al-'Idarī que al-Hayṭam ibn Ubayd al-Kinānī governa 10 meses, segundo alguns, ou 14 meses, segundo outros - Ibn 'Idarī, *al-Bayān...*, II, p. 27 ed.; p. 38 da tr. Fagnan. Al-'Idarī e al-

Este é um elemento de grande valor para aquilatar a força dos berberes no sector centro - norte da península Ibérica e que importa para compreender o que se vai passar em territórios mais ocidentais. Há problemas de afirmação de poder e não, aparentemente, fricções de carácter religioso entre elites estabelecidas e as que acabam de entrar na Península Ibérica.

Berberes - a presença de populações norte-africanas em movimento no Norte peninsular

Indirectamente é possível calcular que heveria muitos berberes disponíveis para passar com as tropas omíadas para a península Ibérica. Muitos foram os elementos das tropas da Kahina que acabam por ingressar nas tropas de Mūsā e até por uma referencia de Ibn 'Idarī recentemente aproveitada de forma muito feliz³²⁰, é referido que, para os árabes acabados de chegar do Oriente e esperando - possivelmente - encontrar, às portas do Saara um território escassamente habitado, confrontaram-se com outra realidade. Hassān ibn al-Nu'mān, governador árabe do Norte de África escreve ao califa 'Abd al-Malik dizendo que

"estes povos do Norte de África não se sabe onde começam nem onde acabam; assim que um é destruído, logo outros ocupam os substituem; nem as ovelhas que pastoreiam são tão numerosas quanto eles"³²¹.

Como já foi referido, aparecem grupos familiares "sarracenos" na Gália" ainda antes da batalha de Poitiers, grupos esses que devem corresponder a gentes que entraram, em vagas sucessivas, durante e após a entrada das tropas de Ṭāriq. Não seria de excluir a hipótese de, tendo em conta o espanto demonstrado pela quantidade de berberes disponíveis para guerrear e desejosos de encontrar novas terras, que esse tivesse sido um dos argumentos principais e escape principal para populações berberes a necessitar de serem galvanizadas com novas oportunidades.

Os berberes demonstram ter, nesta conjuntura, uma grande capacidade de deslocação, vontade e capacidade de adaptação a outras terras e, os que estavam no al-Andalus estavam a par do que se passava no Norte de África e em outros locais; denotam também a existência de uma rede eficaz de transmissão de informações.

De facto, depois da entrada de tropas de Ṭāriq e Mūsā, não deixou de haver entradas de tropas. Embora nem todas as fontes as citem e embora não se saiba exactamente quais as que se dirigem - e em que momentos - para o ocidente da península Ibérica, sabe-se que houve entrada de tropas em alguns momentos específicos. Fontes afirmam que com al-Ṣamḥ terão entrado numerosas tropas³²². Mas a actuação de al-Ṣamḥ não se ficou pela entrada de homens armados e pela reconstrução da ponte de Córdova; as várias fontes apontam para existência de uma repartição e terras - depois de

Maqqarī (Abū l-'Abbās A. al-Maqqarī, *Nafh al-Tib*, I, 145, l. d.), são dos poucos autores árabes que referem Manuza.

Sobre o equívoco al-Kinānī e - não - al-Kilābī cf. Dozy, *Hist. ? "Mus. d'Esp.*, I, p. 220".

De qualquer das formas este desaparecimento e este desa^a de tropas e berberes contra o poder estabelecido em Córdova tem lugar cerca de dois anos antes da Batalha de Poitiers.

320. Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y califas*, Madrid, 2006, p. 29.

321. Ibn 'Idarī, *al-Bayān...*, I, p. 21 (Manzano indica p. 36...) ed.; p. 26 da tr. Fagnan.

322. *Risāla...*, pp. 113-114, citado por Chalmeta, *Inv...*, p. 261.

afastadas os projecos de ‘Abd al-‘Azīz - repartição essa que pode ter afectado e instabilizado o ocidente da península Ibérica de uma forma que não é transmitida detalhadamente pelas fontes escritas³²³.

As tropas que entrarão com Balğ são, apesar da derrota sofrida junto ao rio Sebu frente aos berberes, tropas com experiência e, na qualidade de tropa de elite ao serviço do califa de Damasco³²⁴, estavam a par do que de mais actual se praticava no Oriente. Não se esqueça que era uma das tropas de elite - uma das principais - que estava ao serviço dos califas omíadas³²⁵.

Não se pense que cada novo governador trazia mais tropas. ‘Abd al-Raḥmān ibn ‘Abd Allāh al-Gāfiqī, substituto de al-Ṣamḥ, e que será governador durante, sensivelmente, o ano de 721 d.C., fora escolhido pelas tropas essentadas no al-Andalus e era com elas que contava.

Wālī/s houve, como foi o caso de Yaḥyā ibn Salama - governador entre 726 e 728 - , que parece não terem realizado quaisquer campanhas militares³²⁶, mas não deixaram de ficar conhecidos pelos seu papel de opressores, pela via da carga fiscal que implantaram³²⁷.

Mas, não deixaram de entrar novas tropas, em fases posteriores. Em tempos de ‘Anbasa, wālī designado em 721 e que se manterá no poder até 726, as populações de origem hispânica teriam passado a ficar sujeitas a dupla tributação própria da sua condição de *dhīmmī*/s - essa *dhīmmī*tude resultava em termos fiscais da aplicação da *ḡizya*, um tributo *capitis* e do *kharāğ*, um *tributum soli*³²⁸; porém, há referências a que esta nova política tributária não teria atingido só os cristãos mas igualmente a outra comunidade *dhīmmī*, ou seja, os judeus³²⁹. Assiste-se à afirmação de um dos aspectos do processo de islamização - a taxação específica sobre as comunidades "protegidas" - que nada tem a ver com proselitismo religioso. Aliás, é durante o governo de ‘Anbasa que o ‘ilğ / estrangeiro / bárbaro³³⁰ Pelágio se revolta na Astúrias, depois de ter escapado de Córdova em tempos de al-Ḥurr, criticando a outros cristãos a sua acomodação³³¹.

A batalha de Covadonga, que terá tido lugar em 722, deve dizer-se, não consta da *Crónica Moçárabe de 754*, nem das crónicas árabes; a ter existido, foi certamente, na perspectiva meridional, um acontecimento menor, mas que irá ter repercussões maiores.

323. cf. Chalmeta, *Inv...*, p. 264.

324. Veja-se o que, sobre estas tropas, diz Ed. Manzano, in *Conquistadores...*, pp. 93-94.

325. H. Kennedy, *The Armies of the Caliphs, Military and Society in the Early Islamic State* (col. Warfare and History), Routledge, Londres - Nova Iorque, 2002+

326. P. Chalmeta faz um périplo pelas fontes disponíveis e só encontrou referências à inexistência de campanhas durante os anos de governação de Yaḥyā ibn Salama; cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 274-276.

327. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 275-276.

328. cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 271 e *E.I.2*

329. *Crónica de 754*, n.º 74 referido por P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 271.

330. Sobre o significado de ‘ilğ veja-se Eva Lapiedra, *Cómo los musulmanes llamaban a los cristianos hispánicos*, Alicante, 1997

331. al-Maqqarī, *Nafh*, IV, p. 350. - Chalmeta, *Inv...*, p. 272.

Já a marca deixada por al-Hayṭam ibn ‘Ubayd al-Kilābī (ou al-Kinānī), passa sobretudo pela sua nomeação pelo governador da Ifriqiya, o experiente ‘Ubayda b. ‘Abd al-Raḥmān al-Sulamī³³², passou essencialmente pelo confronto entre árabes Kalbī/s - iemenitas e árabes Qaysī/s. No entanto, alguns autores atribuem-lhe campanhas contra Manuza, em área geográfica não definida com precisão, mas que é sintoma de possível instabilidade na área a norte do sistema da cordilheira central ibérica.

P. Chalmeta, a partir da análise da Crónica de 754 e da *Historia Arabum* de Rada estabelece que a revolta de Munūsa - também transcrito como Munuz ou Munniz³³³ - se teria iniciado em 729, que a aliança com Eudo da Aquitânia teria tido lugar em 730, acontecimento que estaria por detrás do ataque duplo de Carlos Martel no ano seguinte (731) contra um duque que considera ter atraído um acordo anterior com as forças merovíngias, tendo igualmente morrido nesse ano de 731 o próprio Munūsa, culminando com a expedição militar pela Aquitânia, que conduziu no encontro de Poitiers / Tours em 732³³⁴.

A *Crónica Moçárabe de 754* não refere Pelágio, nem Covadonga e, de facto, localiza nas terras pirinaicas o fulcro das principais hostilidades entre - não de uma forma maniqueísta cristãos e muçulmanos - várias forças, com árabes, berberes, aquitânos abertos a negociações com os recém-chegados e populações e elites descendente do regime anterior. Mas, o ocidente da Península Ibérica quase que é excluído das crónicas coevas ou posteriores.

Pode-se no entanto, pensar em avanços e progressões de populações maioritariamente berberes, ocupando em alguns casos pontos em altura que, em certos casos, teriam pré-ocupações de épocas pré-romanas. Por outro lado, é de crer que essas movimentação de grupos não só chocasse com as populações e elites locais mas igualmente com as tentativas de lançamento de taxas legais - uma fase do processo de islamização da sociedade - que gerou descontentamentos possivelmente mais agressivas que a própria conquista ou entrada das tropas de Ṭāriq e de Mūsā³³⁵.

O Ġarb, por seu lado, deve ter-se mantido controlado e relativamente calmo, sobretudo nas cidades, até meados da década de 30 do século VIII. Sabe-se que em Fevereiro de 733 o novo governador, ‘Abd al-Malik ibn Qatān empreende uma campanha contra Biscaia³³⁶ mas até então nada de muito relevante se deve ter passado no Ġarb al-Andalus.

332. ‘Ubayda b. ‘Abd al-Raḥmān al-Sulamī foi governador em Kayrawān entre entre 110-116 H. Sobre este personagem, que antes de ser governador no Norte de África, desempenhou idênticas funções na região da actual Jordânia, veja-se Patricia Crone, *Slaves on Horses*, p. 125, nota 11.

333. Não deixa de ser curiosa a semelhança desta última forma com o nome medieval "moniz".

334. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 282-284.

335. A introdução de princípios islâmicos omíadas no campo *°scal* terá ter tido reacções mais adversas que a *islamização* "religiosa"...?

336. Ibn al-Atīr, *al-Kamil...*, p. 134; ed. de Fagnan, *Annales...*, p.60.

No entanto, a rebeldia e a morte de Manuza (anterior a 732) não podem ter ficado sem conhecimento na parte ocidental da Pen. Ibérica³³⁷. Manuza (também Manusa ou *Munūsa*) chegou a ocupar Gijón, antes de ser obrigado a abandonar a cidade e avançar para a região pirenaica; as gentes e as elites dos territórios ocidentais deveriam estar a par destes movimentos.

Estes movimentos e acções militares coincidem com tentativas de controle e de afirmação de uma administração efectiva do território. Diz a Crónica Moçárabe que “(...) en la era de 775 [737 d.C.], año décimo séptimo del imperio de León, el centésimo décimo noveno de los árabes, el décimo quinto de Iscam, vino a sucederle Aucupa. Este (...) obliga a cumplir la ley, manda hecer un censo del pueblo y promueve árduamente la exacción de tributos.” Para além de colocar no Norte de África os que, arruinando o Estado, estavam implicados em diversos tipos de corrupção; com essas medidas ‘Uqba “(...) enriquece rapidamente al Fisco por cauces varios (...)”³³⁸. As medidas fiscais de ‘Uqba devem ter atingido grande parte do al-Andalus, sem esquecer o Ġarb. Mas, a situação de revolta no Norte de África acaba por contaminar a situação com os berberes em solo hispânico.

Em termos militares, o período que antecede a chegada das tropas de Balğ b. Bišr al -Qušayrī parece ser dominado por campanhas contra os Pirinéus e pela preocupação crescente com a resitência berbere no Norte de África, o que a Crónica Moçárabe chama de “rebellionem Maurorum”, dada que se sabe que o exército árabe de origem síria que já está em movimento no Norte de África não consegue controlar as “propugnacula Maurorum”, onde estes berberes *Khariğitas* se refugiam e de onde contra-atacam.

De Manuza / *Munūsa* a Balğ

A década de trinta teve reflexos militares importantes no sector ocidental da península Ibérica, sobretudo em áreas controlada por berberes que, como se sabe, deveriam ser numerosos não só em redor de Mérida como em zonas mais a norte até à Gallécia.

Embora depois de 732 não terminassem as campanhas em territórios a norte dos Pirinéus, essas mesmas campanhas abrandaram e, não serão mais dirigidas no terreno por governadores de Córdova, depois da derrota de 732 entre Tours e Poitiers³³⁹. Segundo Hugh Kennedy, com Poitiers, em 732, teriam terminado as campanhas que visavam essencialmente o saque / *ğanīma* e a economia nele baseada³⁴⁰.

337. A. Borges Coelho (*Port. na Esp. Ár.*, I, pp. 182-185) dá, sob o título "Batalha de Poitiers" o texto n.º 41, onde edita uma tradução em português da *Continuatio moçárabe de Santo Isidoro Beja de 754* - actualmente conhecida sobretudo pela designação de *Crónica Moçárabe de 754* - onde se encontram dados relativos a *Munūsa*, bem como aos "enormes acapamentos dos árabes" que se forma já em território da Gália, antes da Batalha de Poitiers / Tours.

338. *Crónica Mozárabe* (ed. López Pereira), p. 105.

339. Os governadores adoptam uma atitude mais cautelosa depois da derrota na Gália - c f. Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y califas*, Madrid, 2006, p. 89 e segs.

340. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 41; Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y califas*, Madrid, 2006, cap. I.

Mas, enquanto em termos práticos os governadores que se sucediam em Córdova pretendiam cobrir-se de glória e de riquezas, segundo as crónicas tardias esses mesmos autores lutavam em nome da fé, praticando *ġihād*.

Não há descrições deixadas pelos próprios berberes acerca das razões que estiveram por detrás da revolta geral dos berberes. Há, tão-só, descrições deixadas pelos vencedores, pelos eruditos árabes. Sabe-se que a revolta berbere - provocada por decontentamento de que se conhecem só alguns contornos - se iniciou no Norte de África, não da *Ifriqīya* mas sim na zona do Estreito de Gibraltar. Acusados de *Khariġismo*³⁴¹, os berberes da zona do Estreito conseguiram que o califa damasceno enviasse tropas especiais para tentar sufocar a revolta berbere norte-africana.

*"Aconteceu, entretanto, que os berberes do al-Andalus, ao saber do triunfo que os de África haviam alcançado contra os Árabes e demais súbditos/dependentes do califa (texto em árabe), sublevaram-se nas comarcas /regiões do al-Andalus y mataram ou afugentaram os árabes da Galécia (Ġiliqīya), Astorga e outras cidades situadas para lá das gargantas da serra (Sistema Central, desde Serra da Estrela, passando por Gata e Guadarrama) sem que Ibn al-Qaṭan tivesse a menor suspeita do que sucedia até que chegaram diante de si fugitivos [árabes]. Todos os árabes dos extremos norte da península foram empurrados para o centro, com excepção dos que habitavam em Saragoça e nos seus territórios, porque aí eram mais numerosos que os berberes, e estes não podiam atacá-los. Derrotaram os corpos do exército que 'Abd al-Malik enviou contra eles e mataram árabes em várias comarcas, pelo que, temendo que viesse a suceder o que tinha acontecido aos de Tânger, e tendo notícia dos preparativos que se faziam contra ele, o governador (wālī) não encontrou outra solução senão pedir ajuda aos sírios"*³⁴².

Esta descrição coloca várias questões e dá informações vitais sobre o futuro da ocupação "islâmica" no noroeste da Península Ibérica.

Não é possível saber onde estavam alojadas as tropas "árabes" da Galécia, mas é possível adivinhar que estariam nas principais cidades, uma das quais seria Lugo - para além da citada Astorga. É de crer que não seriam contingentes muito numerosos, mas mesmo assim, é possível que se tenham dado revoltas sangrentas em algumas das cidades, revoltas que podem ter deixado níveis arqueológicos de destruição que um dia se venham a identificar.

Por outro lado, o texto deixa adivinhar que, para além dos contingentes árabes que seriam pouco numerosos mas com ascendente hierárquico em relação aos berberes, os grupos provenientes do Norte de África teriam uma representação numérica muito grande sobre as elites que se consideravam árabes acima da crista serrana que separa as "duas" partes do conjunto ibérico; a cordilheira que Fé-

341. Sobre *Khariġismo* veja-se E. I.2. Veja-se ainda Nabhani Koribaa, *Les kharidjites: Démocrates de l'Islam*, Publisud, 1991 e, sobretudo Janine e Dominique Sourdel, *Dictionnaire historique de l'islam*, Paris, PUF, 2004, S.V.

342. *Akhbār Maġmu'a*, . 65 v; ed. p. 38; trad. pp. 48-49; A. Borges Coelho, *Portugal na Esp. Ár.*, vol. 1, pp. 187-188.

lix Hernández denominou no título de um seu artigo como "El convencional espinazo montañoso, de orientación este-oeste, que los geógrafos árabes atribuyen a la Península Ibérica"³⁴³.

Interessante ainda é o facto de os berberes, motivados pelas vitórias conseguidas pelos seus correligionários a sul do Estreito de Gibraltar, sobretudo na conhecida batalha de *Baqdura* ou *Naqdura*, organizam um ofensiva que expulsa - e em alguns casos parece ter aniquilado - as tropas árabes estacionadas nas zonas mais setentrionais - as revoltas são protagonizadas por berberes e nunca se referem alianças das populações locais com qualquer uma das partes.

Neste aspecto, é interessante verificar que o governador - árabe - de Córdova só tem conhecimento dos desastres quando lhe chegam tropas que conseguem escapar à purga iniciada pelos berberes. Estes, porém, estavam bem informados do que se passava no Norte de África. Parece que o sector das informações, a "inteligência" berbere funcionava melhor que a sua congénere árabe, ou melhor, os serviços descentralizados berberes comunicavam mais facilmente do que a hierarquia montada em Córdova, chefiada por emires que permaneciam pouco tempo nos seus cargos e que se deveriam preocupar com braços de força e problemas de afirmação e conservação de poder mais junto dos círculos próximos do palácio cordovês do que com aspectos políticos e militares a uma escala mais vasta e abrangente.

(e) Berberes - A revolta de 122 H. / 739 d.C.

Em termos gerais, o *Ġarb* estava acessível a estas movimentações militares "berberes", embora não se registem casos de grandes centros urbanos que tenham caído nas suas mãos.

Durante os anos de 739-740 tem lugar no Norte de África junto ao Estreito uma revolta berbere (aparentemente devido a causas fiscais, relacionada com o excesso de zelo dos recebedores de impostos que querem que os berberes paguem taxas como os *dhīmmīs*; o governador do Egipto teria tentado impor aos berberes o pagamento do *kharaġ*³⁴⁴ bem como outras obrigações³⁴⁵.

Estas pressões terão contribuído para que berberes tivessem adoptado um outra via do mundo islâmico, a do *Khariġismo*, um Islam não canónico, visto por alguns como mais democrático - sobretudo por admitir como califa um qualquer muçulmanos desde que seja o melhor dos muçulmanos, não tendo que obrigatoriamente ser árabe da tribo quraixita, a tribo do Profeta Muḥammad - e por outros como puritana e rigorista e, por isso, mais radical e não reconhecadora de poderes instituídos que não pelo rigor e mérito pessoal.

Os berberes norte-africanos surgem em redor de um berbere de nome **Maysara**, Maysara al-Matgharī, um aguadeiro de profissão, normalmente identificado como *Khariġita* da tendência *Sufri-ta*³⁴⁶. A revolta ter-se-ia iniciado ainda em 739 e prolonga-se pelo ano de 740.

343. Hernández Giménez, F., *Estudios de geografía histórica española*, 2, 1997, pp. 297-371.

344. Trata-se de um imposto que recai sobre os bens imóveis pago normalmente por *dīmmīs*, ou seja, por seguidores de formas de monoteísmo aceite em sociedades islamizadas .

345. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 42. berberes tinham certamente uma liderança - um outro Manuza?? um Mayzara ibérico?? (liderança colegial??) que não é referida.

346. Tendência desenvolvida em redor da *gura* de Ziyād ibn al-Aṣfar (زياد بن الأصفر), razão por que também são conhecido por "os amarelos" (الأصفر).

(i) Maysara

Maysara, que liderará a revolta berbere centrada na zona do Sūs, cerca de Tānger, não consegue apresentar ao califa omíada Hisām ibn ‘Abd al-Malik (105-125 H. / 723-743 d.C.) as suas queixas. Queixas que, como acontecia em outros pontos do Império omíada, tinha na base queixas de ordem fiscal que parece terem como base as directrizes administrativas postas em prática no Iraque - e depois copiadas por outros governantes - pelo célebre governante al-Ḥaġġāġ³⁴⁷, e que conduzia a exações fiscais gravosas e insuportáveis, inclusivé no Egipto - com revoltas de coptas³⁴⁸ - originando levantamentos em Samarcanda e restante região da Transoxânia³⁴⁹.

Mas, uma das informações mais interessantes tem a ver as queixas apresentadas por Maysara ao secretário do califa onde, entre outras queixas, para além do abate indiscriminado de ovelhas para obter velino de cordeiros nascituros, e a exigência de jovens berberes de grande beleza para o Harém do califa³⁵⁰, há um esclarecimento de carácter militar de grande interesse. Queixa-se Maysara que estando as tropas berberes e árabes num mesmo exército, os generais árabes colocam, quando se faz assédio a uma cidade, na frente SEMPRE as tropas berberes, alegando os referidos comandantes que esta é a forma de os berberes obterem a sua remuneração - na outra vida, bem entendido; além disso, são sempre excluídos da recepção da parte do saque que lhes competeria, dado que, dessa maneira, o seu "*ġihād*" tornar-se-á mais desinteressado e, logo, mais bem visto pela divindade³⁵¹.

Este conjunto de queixas, não só explica as causas da profunda revolta dos berberes no Norte de África, como ajuda a compreender o tipo de atitudes que se podem ter produzido igualmente em solo ibérico e que estarão na base da revolta que, pouco depois, surgirá no *al-Andalus*. Por outro lado, a prática de favorecer os berberes com o "privilégio" da linha da frente parece ser algo normal e costumeiro, situação que se viu - com outros contornos - no envio - antes das de Mūsā - das tropas (essencialmente berberes) de Tarif (eventualmente) e de Ṭāriq que pode ter acontecido em outras circunstâncias.

Deve ter-se em conta o facto de que Maysara se tem por *muslim* e que, quando preceber que os seus pedidos não são atendidos, não abandonando o campo de matriz islâmica, ingressa numa via mais radical que não reconhece o califa como representante da comunidade. São vários os autores e obras que apresentam este movimento como *khāriġi*³⁵², havendo quem especifique que eram *khāriġi* /s de tipo *ṣufrī*³⁵³.

347. sobre este governador veja-se A. Dietrich, "al-Ḥaġġāġ ibn Yūsuf ibn al-Ḥakam", *E.I.2*.

348. Sobre esta revolta veja-se Ed. Manzano, *Conquistadores...*, p. 89.

349. P. Chalmeta, *Inv...*, pp. 300-3001; H. Kennedy, *The age of the Caliphs*, pp. 109-112.

350. Se já era sina da zona do Estreito fornecer jovens de grande beleza para a corte de Toledo, em tempos do conde Julião. Agora, sendo a exigência a mesma parece que o destino é mais oriental e longínquo.

351. al-Ṭabarī, *Ta'rikh*, V, 2815-2817; Ibn al-Atīr, *al-Kāmil...*, III, pp. 92-93; *apud* P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 299.

352. Sobre o *khārijismo* veja-se G. Levi della Vida, "Kharidjisme", *E.I.2*, vol. IV, pp. 1074-1076.

353. Dizem-no *Ṣufrī*: *cf.* *al-Kāmil*, IV, p. 191, mas também Ibn Kahldūm, *Ibar*, IV, pp. 144; os *Akhbār Maġmu'a* tratam-no como pertencente ao ramo "*al-ibāḍiyya wa-l-ṣufrīyya*", ou seja, *Ṣufrī* e *ibādī* em simultâneo; especiamente sobre os ibaditas - um outro ramo do Kharijismo - veja-se T. Lewicki, "Al-Ibāḍiyya", *E.I.2*,

Esta pressão fiscal em tempos dos califa Hisām ibn ‘Abd al-Malik não é ignorada pelo autor da Crónica Moçárabe de 754 que parece atribuir a esta época tons mais negros que aos da época da conquista propriamente dita, dado que tudo leva a crer que algumas terras conquistadas por tratado /*ṣulḥan*, devem ter sido consideradas, à luz das novas ideis fiscais de origem oriental, sido perspectivadas como integrando o saque dos muçulmanos - o *fay' li-l-muslimīn*³⁵⁴ - e a deixar de estar unicamente sujeitas ao *uṣr*, ou seja, ao dízimo legal.

Mas, não menos importante é o facto de se dizer o grande "chapéu" *khāriġī* deu cobertura ao descontentamento de todos os berberes, mas também de "não-muçulmanos", ou seja, "*muslimuhā wa kāfiruhā*"³⁵⁵. Ou seja, envoltos nas ideias *Khariġitas*, os berberes sentiam-se capazes de envolver igualmente membros de outras confissões religiosas e de liderar esses descontentamentos e de guiar militarmente grupos heterógenos. Essas eventuais capacidades são importantes para perceber o que se irá passar no al-Andalus e na sua parte ocidental em particular, dado que se irão encontrar provas dessa capacidade de diálogo - como a aproximação de Manūza /Munūsa com Eudo - e é possível que a carga fiscal exigida - também no al-Andalus - em tempos do califa omíada de Damasco Hisām ibn ‘Abd al-Malik possa ter criado coligações pontuais entre berberes e populações locais que tenham aderido ao levantamento liderado pelos primeiros.

Em 122 H. / 740, com os acontecimentos bélicos ao rubro no Norte de África, ‘Abd al-Malik b Qaṭan al-Fihri depõe /substitui ‘Uqba b Haġġaġ al-Salūli (governador entre 734-740), aparentemente com o consentimento deste³⁵⁶. Porém, ‘Uqba b Haġġaġ al-Salūli foi tido por governador equilibrado que estabeleceu uma tributação "regular y legal"³⁵⁷ e que na Crónica do Moro Rasis é bem visto "por non dejar los grandes comer los pequeños"³⁵⁸ e que, além disso será representado como tendo espírito de diálogo, convencendo muitos ibero-godos a converter-se ao *Islam*³⁵⁹.

‘Abd al-Malik b Qaṭan al-Fihri, governador sem ser nomeado nem por Qayrawān nem pelo califa de Damasco, tem as rédeas do poder em Córdova durante um período deveras susceptível, na medida em que é contemporâneo do levantamento berbere no Norte de África e terá de tentar sufocar o que irá despoletar-se no al-Andalus. E, também para esta conjuntura, pouco é o que se sabe acerca da parte ocidental da península Ibérica.

III, p. 648, onde se estuda detalhadamente o ramo dos ibaditas norte-africanos. Sobre os *Ṣufri*/s veja-se W. Madelung, "Ṣufriyya", *E.I.2*, IX, 766; K. Lewinstein "Ṣufriyya; N. Africa", *E.I.2*, IX, 766-769.

354. sobre o *fay'*, cf. F. Løkkegaard, "Fay' ", *E.I.2*, II, 869.

355. O registo desta unanimidade presente nos vários autores pode encontrar-se em P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 301.

356. Chalmeta, *Inv.*, pp. 302-303.

357. Chalmeta, *Inv.*, pp. 305.

358. Chalmeta, *Inv.*, pp. 305, cita *Moro Rasis*, p. 86.

359. *Bayān*, II, p. 29; *Nafḥ*, III, 19, citado por Chalmeta, *Inv...*, p. 306.

Entretanto, os berberes, descontentes, chegam a tomar Tânger e o califa Hisām b. ‘Abd al-Malik (690-743)³⁶⁰ decide então enviar tropas "de elite" para controlar o Magrebe / *Mağrib*, as suas melhores tropas, vindas da Síria, de onde deriva o nome por que serão conhecidos no ocidente do Mundo Islâmico - os "sírios".

As tropas "sírias" enviadas são comandadas por Kulṭūm ibn ‘Iyāḍ al-Quṣayrī, um comandante de origem árabe *Qaysī*³⁶¹, comandante que conta entre os seus homens de confiança com o seu sobrinho Balğ ibn Bišr al-Quṣayrī (بلج بن بشر القشيري). Balğ assumirá o comando das tropas "sírias" após a morte do seu tio, em 741. De facto, as tropas enviadas pelo califa são derrotadas perto do rio Sebu / Sebou no norte do actual Marrocos, em Setembro / Outubro desse mesmo ano.

Encurraladas no Estreito de Gibraltar depois de derrotadas, as tropas de Balğ pedem ajuda ao governador do al-Andalus. Mas os problemas militares do Norte de África não encontraram na Península Ibérica um terreno fácil e uma resposta pronta. O governador ‘Uqba b. al-Hağğāğ al-Salūlī tinha sido destituído em 740 e substituído por ‘Abd al-Malik b. Qatān al-Fihri³⁶².

Ora, a situação de apuro em que se encontraram de Balğ ibn Bišr e as suas tropas - encurraladas no Norte de África - fruto da vitória berbere na batalha de Baqdura ou Naqdura junto ao rio Sebu, coincide com a deflagração de uma revolta dos berberes do Centro e Norte do al-Andalus, animados com os êxitos dos *amazigh* no norte de África. Os percursos e trajectos exactos das tropas berberes estabelecidos no al-Andalus não se conhecem com exactidão. Porém, pelos poucos elementos que são conhecidos, terão certamente atingido os territórios da actual Galiza, Astorga, mas também os do norte do futuro Portugal, Extremadura espanhola e outros territórios no norte peninsular.

A grande revolta berbere não atinge unicamente, como se sabe, o Norte de África. Sabendo-se que não eram poucos os grupos berberes que se tinham estabelecido no Ġarb, a sua movimentação atingiu também grandes áreas a ocidente da grande espinha dorsal de comunicação que é a chamada Via de la Plata.

Diz a Crónica Moçárabe que os berberes estabelecidos na península Ibérica (Spanie Mauri), ao corrente da revolta e dos sucessos militares dos berberes seus correligionários no Norte de África, decidem revoltar-se contra o emir de Córdova, ‘Abd al-Malik, dividindo-se em três contingentes, um dos quais tenta tomar a cidade de Toledo, cidade que foi cercada durante quase um mês.

O Ġarb não fugiu à agitação que atingiu grande parte da Península Ibérica e que estava em sintonia com o movimento *Khariğita* de base *amazight* no Norte de África.

O estado de sedição que atinge as regiões setentrionais, o perigo que se aproxima da cidade de Toledo e as derrotas sofridas pelas tropas árabes antes estacionadas no Norte peninsular que acabam por ser desalojadas, convencem o governador ‘Abd al-Malik b. Qatān al-Fihri a permitir a entrada das tropas de Balğ ibn Bišr no al-Andalus, não sem condições, na Primavera de 742.

360. Abū al-Walīd Hisām b. ‘Abd al-Malik (690-743) (أبو الوليد هشام بن عبد الملك), um dos quatro ‘lhos de ‘Abd al-Malik a ser califa ‘lho e o décimo da dinastia, sucedeu ao seu irmão Yazīd no ano de 724.

361. Os árabes *Qaysī* (ou *Mudar*) são os árabes que saíram da Arábia depois do advento do movimento iniciado por Muḥammad; durante o século VIII d.C. houve vários confrontos com os árabes Kalbī (ou Iemenitas) já estabelecidas na Síria "antes da chegada do Islão" - cf. H. Kennedy, *Os Muçulmanaos...*, p. 42.

362. Trata-se um regresso, dado que al-Fihri fora governador entre os anos de 732-734.

(f) 740 e as tropas de Balğ

Oh desgraça!! Balğ dirige-se à Hispania!

É, mais ou menos, com estas palavras que a Crónica Moçárabe refere a entrada na península das tropas que foram enviadas ao Norte de África para controlar a revolta berbere de carácter *Khariğita*.

As chamadas tropas de Balğ ibn Bišr vêm da Síria comandadas por Kulthūm e, tendo em conta o número de soldados arrolados no *dīwān*³⁶³, os voluntários e os que lhe juntaram na Ifriqiyya, o seu número ascenderia a cerca de 70.000, dos quais pelo menos 12.000 seriam cavaleiros vindos da Síria³⁶⁴.

No entanto, a leitura atenta das fontes permite verificar que, apesar da quantidade de tropas, a derrota que as mesmas irão sofrer diante do contingente berbere na batalha de Baqdūra ou Naqdūra, junto ao wādī Sabū em 123 H. / 741 d.C. terá a ver essencialmente com uma importante fragilidade: desorganização e rivalidades internas. A arrogância dos homens de Balğ em Qayrawān, sobretudo quanto a exigências de alojamento - aboletamento - bem como rivalidades, ofensas pessoais e provocações dentro mesmo exército num reencontro na região tunisina de Tahert³⁶⁵ e mesmo depois, não eram sinais positivos.

Não faltam pormenores da batalha de Baqdūra ou Naqdūra³⁶⁶ e aí se podem encontrar elementos que ajudam a compreender algumas das táticas e fragilidades de um exército de proveniência oriental - do coração o Mundo Árabe omíada - e que deveria trazer o último grito em matéria de táticas militares. As tropas de Balğ cavaram um fosso - tática militar que está atestada já nos tempos do Profeta Muḥammad, com o exemplo, nunca esquecido da Batalha do *Khandaq*.

Porém, em termos de gestão das tropas em combate há alguns dados disponíveis. O comando supremo pertencia a Kulthūm, havendo abaixo de si três comandantes que capitaneavam cada um deles um terço³⁶⁷ do exército, ou seja havia três contingentes³⁶⁸. Esta hierarquia aparentemente bem montada não evitou que em *dū-l-ḥiğğa* de 123 - Outono de 741 - o desastre das tropas califais se desse, desastre com repercussões muito fortes³⁶⁹.

363. Sobre os significados múltiplos desta palavra veja-se A. A. Duri, "Dīwān", *E.I.2*, II, 323; sobre a sua aplicação no *al-Andalus*, sobretudo a partir da afirmação da dinastia omíada do *al-Andalus* cf. G.S. Colin, "Dīwān, iii Muslim West", *E.I.2*, II, pp. 323 e seguintes.

364. Ibn 'Idārī, *Bayān*, I, pp. 54-55³; Chalmeta, *Inv...*, p. 308.

365. *Bayān*, I, p. 55. A crónica de al-Raqīq também o refere (p. 77, segundo Chalmeta, *Inv...*, p. 309) mas não foi possível consultar.

366. *Akhbār Mağmu'a*, pp. 32-36; Crónica Moçárabe de 754, n 84; *Bayān*, I, p. 55; *Kāmil*, V, pp. 192-193 (cf. *Annales*).

367. Não se confunde aqui com "terço", ou "tercio", termo comum da História militar seiscentista e que em termos táticos e de armamento nada tem a ver com a época em estudo.

368. Balğ era responsável pela cavalaria síria; Hārūn al-Qarnī pela cavalaria norte-africana e Muğīṭ pela infantaria *riğğāla* (a tradução à letra seria "homenzada").

369. São vários os autores que reconhecem que a derrota da *ʿna ʾor* do exército sírio junto ao Estreito de Gibraltar contribuiu em muito para o enfraquecimento da dinastia omíada, abrindo o caminho ao seu desaparecimento.

Mas, as informações prestadas indicam igualmente que o "general" Kultum observava o evoluir das tropas a partir de uma torre (móvel ?) - *daydab*³⁷⁰ - que fez construir no local para, do seu alto, ter um horizonte visual vantajoso³⁷¹. Há uma clara existência de carpinteiros nos exércitos árabes, dada a necessidade de construir com sabedoria este e outros sistemas dependentes dos trabalhos de carpintaria e que têm antecedentes em fases pré-islâmicas.

A revolta dos berberes no *al-Andalus* - que se fez sentir sobretudo em territórios identificados como *Ġillīqiyya* e que se estenderam a cidades como Astorga, Mérida, Coria e Talavera³⁷² - é o que irá trazer as tropas de Balğ - tropas em fuga e que já começavam a comer a carne dos seus próprios cavalos, para além de carne de cão e couros que encontravam na cidade de Ceuta, que lhes servia de refúgio³⁷³.

P. Chalmeta, seguindo à letra o que as fontes árabes transmitem, faz a revolta berbere do *al-Andalus* - "contagiada" pela do Norte de África - evoluir de Norte para Sul. É possível matizar, eventualmente, esta opção táctica dos berberes. De facto, assim aconteceu em termos militares, mas tal deve ter-se dado após uma transmissão secreta e dissimulada dos princípios da revolta de Sul para Norte - de acordo com a prática da *taqyyia* (que não era apanágio exclusivo de xiitas) associada à existência, nos territórios mais setentrionais, de condições favorável à eclosão da revolta; essas condições não são referidas pelas fontes escritas directamente, mas é possível apontá-las. Por um lado, a fraca presença árabe e, eventualmente, a fraqueza dos contingentes colocados nas cidades que mantinham guranções desde a fase de entrada das tropas de Ṭāriq e de Mūsā; por outro lado, a maior distância em relação ao vale do Guadalquivir - onde se concentravam as forças fiéis aos governadores - favoreceria os movimentos dos rebeldes e tornava mais fácil preparar uma sublevação³⁷⁴. Seja como for, é clara a existência de uma liderança forte no seio dos grupos berberes, sabendo-se que existia um "Maysara" no *al-Andalus*, um líder berbere, possivelmente Zanāti³⁷⁵.

Porém, as forças de Balğ, após conseguirem autorização para atravessarem o Estreito, e depois de convenientemente vestidas e alimentadas, conseguirão destroçar as forças berberes perto de Toledo, possivelmente junto ao rio Guazalete. Aí, os berberes do *al-Andalus* teriam sido chacinados, para o que teriam concorrido não as tropas vindas de Córdoba mas sobretudo os sírios já recompostos e desejosos de se desforrarem - *ta'r* - de berberes; se bem que fosse uma desforra obtido junto dos berberes do *al-Andalus*, a desforra não perderia o sabor de vitória, até por que a aparência dos

Cf. P. Chalmeta, *Invas...*, p. 311.

370. Trata-se de palavra de origem persa; evoluindo semanticamente, actualmente a palavra *daydab* - دَيْدَاب - signiªca "guarda" ou "sentinela" - cf. J. Cortés, *Diccionario del Arabe Culto Moderno*, p. 378.

371. Ibn al-Atīr, *Kamil*, V, p. 193 (não consta da edição parcial de Fagnan, *Annales...*) apud P. Chalmeta, *Invas...*, p. 310.

372. P. Chalmeta, *Invas...*, p. 317.

373. Entre as muitas fontes que referem este acontecimento veja-se *Bayān*, I, p. 56.

374. Por outro lado, talvez valha a pena colocar uma hipótese que não tenho conhecimento tenha sido colocada: teriam os berberes intenção de, ao tomar Toledo, contruir aí - dando continuidade à tradição da capitalidade de época visigoda - uma sua capital com uma - outra - eventual coligação ou acordo com forças cristãs??

375. Sobre as diªculdades em ªcar com precisão o nome deste *comandante* berbere cf. P. Chalmeta, *Invas...*, p. 317, n. 25.

amazight peninsulares a tal ajudava: à semelhança dos seus irmãos do Norte de África, apresentaram-se em campo de batalha com a cabeça rapada³⁷⁶.

Conclusão - Um balanço das acções miliatres entre 711 e 740

Um reino visigodo que, se não decandente, pelo menos dividido, desunido e desatento ao que atravessa o Norte de África sossobra perante tropas de um Império em ascensão e que, tal como muitos outros impérios (antes e depois dele), terá no seu interior e nos seus exércitos gentes e combatentes de origens díspares unidos por uma ideologia forte e por perspectivas de vitória únicas.

As tradições reportadas sobre o conde Julião, ainda antes da vitória das tropas árabes sobre o exército do rei Rodrigo, mostram um reino godo dividido e no qual um sector colabora activamente com as tropas omíadas. Estas últimas avançam de forma rápida e tomam, usando diferentes táticas, importantes cidades sem deixarem de contar de cumplicidades dentro do território peninsular - a somar à do referido conde Julião.

No caso dos territórios do *Ġarb al-Andalus*, para além de não se poder mascarar que muito ainda se não sabe com precisão, as fontes apontam para uma resitência longa em Mérida. A capital da Lusitânia não deixou de se submeter, mas o processo parece ter sido longo e as muralhas de Mérida aparentavam melhor estado de conservação do que as de Córdova; e a resistência foi maior do que o primeiro embate de Mūsā em Sevilha. O célebre episódio das barbas de Mūsā pode ter sido a alegoria possível que pode ter por detrás a existência de negociações demoradas e que só terminaram depois de as tropas orientais recorrerem a argumentos mais sofisticados - algo mais que uma barba... - para obterem o que pretendiam.

Se as fontes falam essencialmente das tropas e dos seus dirigentes, quase nada referem acerca de fixação de populações. As quantificações têm sido tentadas³⁷⁷ mas as informações resultados, sobretudo respeitantes ao *Ġarb*, são ainda mais insuficientes. De qualquer das formas, houve indícios de ocupação, sobretudo por berberes, de territórios a norte e junto à linha do Tejo, populações que irão descer aquando da grande revolta berber. As movimentações de tropas - até 714 - Até à zona de Lugo e a fixação (ou deambulação) de grupos berberes no *Ġarb* pode ter favorecido fenómenos de subida - de novo - a posições de cumeada (algumas delas já com ocupações pré e proto-históricas) e a fenómenos de *incastellamento* que, para esta fase, estão só parcialmente estudados no *Ġarb al-Andalus*.

Por outro lado, a nível das estruturas defensivas urbanas pré-existentes, há unicamente indícios de assédio, ocupação e reutilização de recintos pré-existentes, como aconteceu em Córdova e Toledo, mas também em Mérida, Saragoça, Lugo e outras cidades que, como Beja ou Évora, dispunham de recintos defensivos, cujo estado de conservação e cuja capacidade de defesa passiva variaria segundo os casos, mas que parece não terem sofrido alterações significativas nestes anos. Mais do que alterações poliorcéticas, o que parece ter acontecido foi a muito mais básica e pragmática solução de

376. *Fath al-Andalus*, [28], trad. p. 44. cf. Chalmeta, *Invas...*, pp. 316-319. *Akhbār Maġmu'a*, p. 40; trad. p. 50.

377. Ed. Manzano Moreno resume as posições mais comentadas de historiadores que avançam com números de possíveis migrantes provenientes do Norte de África; lembra que Sánchez Albornoz e Pierre guichard (que estima a entrada de 200.000 guerreiros, na sua *Estructura Antropológica...*, pp.442-457) aportam números diferentes os “entrantes” em território peninsular em inícios do século VIII, não deixando de lembrar que essas estimativas são isso mesmo - estimativas - (Ed. Manzano, *Conquistadores...*, p. 118).

reparar possíveis debilidades; no caso de Córdova, sabe-se que se levaram a cabo reparações - bem conhecidas - nas suas muralhas. Mas, mesmo sendo a cidade que mais tarde será escolhido para sede do poder representativo do distante califa de Damasco, nem assim a cidade recebeu um novo perímetro amuralhado. E as reparações, as que tiveram de ser feitas, seguiram muito de perto as técnicas conhecidas e os artesãos disponíveis - por isso não é de estranhar que Juan Zozaya³⁷⁸ tenha detectado e proposto para esta época soluções construtivas semelhantes às que antes se conheciam e eram utilizadas.

Por outro lado, deve lembrar-se que vários membros da aristocracia goda integraram os exércitos vitoriosos, tornando esses exército como misto, de alguma forma; e essa receita deu resultados, pelo menos durante alguns anos. Sabe-se também que o próprio ‘Abd al-‘Azīz participou em atitudes de negociação, e foi protagonista de um dos vários casamentos mistos, casamentos que a própria Igreja de Roma lamenta³⁷⁹. Esta parece ter sido a tônica também em relação a construções - uma atitude de aproveitamento dos recursos existentes e de aportações - cujo alcance se desconhece com precisão - dos orientais e norte-africanos chegados com Ṭāriq e com Mūsā. política de casamentos mistos que lembra a longínqua Goa do século XVI, onde também um punhado de militares, de pregadores e de comerciantes dominará um território aparentemente recheado de argumentos para ter resistido mas que irá submeter-se.

Esta política de estreita colaboração inicial entre *indígenas* peninsulares e os contingentes acabados de chegar às praias hispânicas - sem tempo para erguerem padrões... - não só originará campanhas mistas (com indígenas contra outros indígenas...) e matrimónios mistos com a elite da terra mas também poderá ter propiciado uma outra solução, diferente da encontrada na Ifriqiyya: enquanto aqui a resistência berbere levou à construção de um *miṣr*, de uma cidade-acampamento em Qayrawān, no território que passará a ser conhecido como al-Andalus não foi necessário criar uma cidade militar separada e distinta dos núcleos urbanos pré-existentes - se há cidades que se entregam e fazem pactos não é necessário criar uma base de reatuação, como começou por ser a referida cidade norte africana.

(i) De Balğ a ‘Abd al-Raḥmān I

A entrada dos *ğund*-s sírios – assim chamados por serem provenientes da *Grande Síria*³⁸⁰ quando foram enviados ao Norte de África com o objectivo de sustentar revoltas protagonizadas por tribos berberes decontentes – trouxe alterações profundas ao sistema de defesa e de segurança do domínio árabe; mas irá ter implicações igualmente ao nível políticos e social, trazendo alterações ao equilíbrio de poderes numa sociedade ainda não ajustada perfeitamente às alterações surgidas depois de 711. As tropas enviadas em 112 - 113 / 740 d.C. pelo califa omíada de Damasco são uma das cha-

378. Juan Zozaya, “Fortificaciones tempranas en al-Andalus”, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Simposio internacional sobre castelos*, Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 45 -58.

379. Ed. Manzano Moreno, *Conquistadores...*, pp. 48-49, onde se mostra de forma clara como largos sectores da igreja hispânica colaborou com os *conquistadores*.

380. Expressão equivalente aos territórios dos actuais Síria, Líbano, Palestina, Israel e Jordânia.

ves da sua estabilidade³⁸¹, mas a derrota esmagadora na Batalha de Baqdura ou Naqdura, não muito longe de Tanger, junto ao rio Sebu, dificultou o seu regresso ao Oriente.

Como já se viu, o governador Yūsuf al-Fihri, em nome do califa de Damasco, necessitava de tropas para sustentar a revolta berbere nos territórios que governava, dado que os berberes estavam às portas de Córdova³⁸².

A amplitude das revoltas berberes no Norte de África e no al-Andalus mostram as peculiaridades do controle omíada sobre os territórios mais ocidentais, numa fase de crise interna no seio da própria dinastia. As notícias sobre o Ġarb al-Andalus, nesta fase, são obliteradas pela emergência de problemas junto ao vale do Guadalquivir e às portas da própria Córdova.

Com Córdova em perigo, os “sírios” são tidos como salvadores de um governador com falta de apoios. Esta situação mostra o estado de relativa anarquia por que passava grande parte do território da Península Ibérica. Por outro lado, como já assinalou Manzano Moreno, os membros dos *ġund/s* provenientes da Síria não deveriam ser proprietários nas paragens do Oriente do Mediterrâneo³⁸³: nada tinham a perder por não regressarem ao oriente e estavam disponíveis para aqui lançarem raízes.

Os movimentos iniciais das tropas de Balğ tiveram sucessos sucessivos logo que entraram em território hispânico: derrotaram os berberes que se encontravam cerca de *Šidūna* (Medina Sidónia), afastaram os que estavam perto de Córdova e, por fim, derrotaram os que ameaçavam Toledo junto a um afluente do Tejo, o wadī Salit (ou Gauzalete)³⁸⁴.

(ii) Reflexos no Ġarb

Apesar do massacre, as tropas berberes não foram completamente aniquiladas; muitos foram os berberes que conseguiram fugir para as zonas de fronteira - *bi-l-tūġur*³⁸⁵ - onde ficaram longe do alcance das tropas de Balğ; os *Akħbār Maġmu‘a*, por exemplo, reconhece que os berberes foram perseguidos até terminar a rebelião e não até se terem eliminado totalmente os rebeldes em si mesmos³⁸⁶.

O governador árabe de Córdova, ‘Abd al-Malik b Qaṭan al-Fihri, deu-se por satisfeito com estes

381. Esta já não é a fase em que, na Grande Síria, as forças armadas ao serviço do califa eram a grande confederação tribal que apoiara o Profeta e os seus primeiros califas, nem os seus principais combatentes eram homens divulgadores de uma nova fé.

382. Uma descrição destes acontecimentos encontra-se em Lévi-Provençal, *Hist. Esp. Musulm.*, IV, pp. 28-30, onde se esclarece a proveniência destas tropas; Ed. Manzano já mostrou que as datas referidas por Lévi-Provençal apresentam problemas de incompatibilidade (cf. Ed. Manzano Moreno, “El asentamiento y la organización de los Yund-s sírios en al-Andalus”, *al-Qantara*, XIV, 1993, (pp. 327-359), p. 328, nota 1). Cf. Hugh Kennedy, *Os muçulmanos...*, pp. 42-45.

383. Ed. Manzano Moreno, “El asentamiento y la organización de los Yund-s sírios en al-Andalus”, *al-Qantara*, XIV, 1993, p. 329.

384. E. Lévi-Provençal, *Hist. Esp. Musulm.*, IV, p. 30.

385. P. Chalmeta, *Invas...*, p. 319. A transcrição do texto relativo à nota 28 deve ser tomado com precaução, dado que não pode ser atribuído a todas as obras que aí são referidas.

386. *Akħbār Maġmu‘a*, p. 40; trad. p. 50. Ou seja, muitos berberes de *cabeça rapada* teriam podido regressar ao *Ġarb al-Andalus*, às suas famílias e às suas actividades.

resultados mas percebeu o perigo que representava para si e para o seu governo a presença de um tão grande exército de homens desamparados, necessitados de apoio, mas agora conscientes do seu poder e sedentos de riquezas³⁸⁷.

E no mês de *Du l- Qa'da* de 123 H. as tropas de Balğ dominam a fraca guarnição árabe de Córdova e fazem-se com o poder. 'Abd al-Malik ibn Qatan é obrigado a ceder o comando do al-Andalus a Balğ e uma outra nova fase tem início em termos políticos e militares no al-Andalus³⁸⁸.

Em termos militares não há indícios materiais de alterações nesta fase no *Ġarb al-Andalus*, mas é pouco provável que a grande revolta berbere não tenha atingido o *Ġarb al-Andalus*, onde havia assentamentos tribais. A faixa mais ocidental da península ibérica foi certamente palco de movimentação de gentes e tropas berberes mas não há testemunhos de as tropas de Balğ aí tenham penetrado em 741-742.

Mas, as modificações não se vão ficar por aqui. A década de 40 do século VIII vai ser um período de mudanças no al-Andalus em geral. Aliás, entra-se numa fase em que, para além de problemas relacionados com o controle dos poderes (a nível central mas também em algumas zonas sensíveis), uma das questões mais importantes é a do da distribuição e assentamento dos vários componentes da tropa "síria".

387. Convém explicar que muitas são as fontes que referem Balğ e os seus homens se comprometeram a sair do al-Andalus, mas que desejavam viajar todos de volta para a Ifriqiyya e não - como pretendia o governador 'Abd al-Malik b Qaṭan al-Fihri, aparentemente sem meio e *Know how* para os conduzir directamente a terras cartaginesas - serem "despejados" no Norte de África a partir de Algeciras. temendo encontrar os berberes norte-africanos que, depois da derrota dos seus irmãos assentados no al-Andalus às mãos de Balğ, teriam uma "contas" muitos largas a ajustar - cf. *Crónica de Moro Rasis*, p. 88 (ed. de Pascual de Gayangos, *Memoria sobre la Autenticidad de la Crónica denominada del Moro Rasis*); ver *Cr. Geral de Espanha de 1344*, vol. II, cap. CCXXVIII; P. Chalmeta, *Invas.*, p. 319.

388. Balğ e os seus homens, ao recusarem-se a passar o Estreito de regresso a casa, à Síria, desejando antes serem levados directamente para a Ifriqiyya, sem caírem nas mãos dos berberes norte-africanos, revoltam-se e depõem o governador 'Abd al-Malik ibn Qaṭan al-Fihri. Mas, tendo alguns dos principais homens de Balğ um memória de elefante, desejaram vingar dívidas antigas. Como é bem conhecido, as tropas gassaníes de Balğ pretendendo vingar-se das afrontas recebidas na batalha de al-Ḥarra (cf. *E.I.2*, "al-Ḥarra" (Veccia Vaglieri; ver tb. em Hugh Kennedy, *Os muçulmanos...*, pp. 42-45), ocorrida no ano de 63 / 683 d. C. e da morte de um dos reféns que ibn Qaṭan pedira quando Balğ entrou no al-Andalus, pretenderam a cabeça do velho governador, que acaba por ser arrancado de sua casa, assassinado e crucificado de forma humilhante à entrada da ponte da Córdova sobre o Guadalquivir.

As fontes referem que Balğ ter-se-ia oposto, inicialmente, a esse linxamento, por se temer do facto de que 'Abd al-Malik ibn Qaṭan era um Qurayši; mesmo assim a turba dos seus homens consegue a vingança e o idoso 'Abd al-Malik ibn Qaṭan - que alguns dizem que se assemelhava a "um frango de avestruz"- é crucificado de uma maneira algo "trinitária": à sua direita é colocado um porco e, à sua esquerda, um cão - cf. *Akḥbār Mağmu'a*, p. 42; trad. p. 51; *Bayān*, II, p. 32; trad. p. 46; *Faḥ al-Andalus*, [33], trad. p. 46; al-Maqqarī toma - segundo ele de Ibn Ḥayyān - um acontecimento semelhante, - mas sem porco - mas no qual ibn Qaṭan é o carrasco e não a vítima - cf. *Naḥḥ al-Ṭib*, III, 20; trad de Gayangos, vol. II, Livro V, cap. V, p. 41.

Esta parece ter sido uma das primeiras crucificações praticadas no al-Andalus, local onde este tipo de suplício terá vida longa; a colocação trinitária do governador parece ter uma clara analogia com a mensagem cristã que, por desconhecer, não sei até que ponto pode ter a ver ou não com o facto de os gassanidas, ainda sob domínio bizantino, terem professado uma forma de cristianismo monósta (sobre a fase pré-islâmica dos gassanidas veja-se Claude Cahen, *El Islam. I - desde los orígenes hasta el cominzo del Imperio otomano*, Historia Universal siglo XXI, Madrid, 4ª ed., 1976, p. 14.

O futuro não reservará a Balğ uma vida muito mais longa. A execução do velho ‘Abd al-Malik ibn Qaṭan al-Fihri desperta a reacção dos seus dois filhos que, na zona do Nordeste ibérico - em redor de Saragoça - mas com apoiantes implantados numa longa faixa entre Mérida e Narbona³⁸⁹, juntam árabes entrados antes das tropas de Balğ - ou baladiyyūn - co ntando com o apoio de berberes desejosos de vingança sobre os seus carrascos sírios. Estas tropas defrontam-se algures a norte de Córdova³⁹⁰; as tropas sírias vencem uma vez mais³⁹¹, mas Balğ é mortalmente ferido em Šawwāl de 124 / Agosto- Set. de 742.

Estes acontecimentos não passaram despercebidos na velha capital da antiga Lusitânia. A crónica *Akḥbār Mağmu‘a* refere que um dos filhos de ‘Abd al-Malik ibn Qaṭan ter-se-ia refugiado em Mérida, cidade que teria receido descontentes – também nesta conjuntura - contra o poder estabelecido em Córdova.

Após a morte do vitorioso mas ferido Balğ os sírios e a cidade de Córdova passam a ser liderados por um outro oficial do seu exército – Ta‘laba ibn Salama al-‘Āmilī, eleito pelos sírios do exército de Balğ com concordância do califa Hišām³⁹² como *wālī*. A sucessão de um outro sírio à frente dois destinos da capital do al-Andalus vai manter o movimento de oposição e Ta‘laba ibn Salama al-‘Āmilī tem de defrontar um exército de berberes aliado a árabes da primeira vaga (*baladiyyun*), acabando os sírios por se refugiarem na cidade de Mérida, onde são sitiados³⁹³.

E este assédio terminará com um dos acontecimentos mais referidos nas fontes da época - uma almoeda de prisioneiros. Estando Ta‘laba e os sírios encurralados no interior da forte muralha de Mérida - a muralha romana tardia que a arqueologia tem revelado nos últimos anos, com um perímetro muito maior que a alcáçova que adiante se tratará com detalhe -, “sitiados” pela massa dos habitantes da referida cidade da Lusitânia³⁹⁴, aproveitam uma festa canónica islâmica - que os seus sitiadores não deixaram de alegremente celebrar no exterior de Mérida, com descuido na vigilância - para irromperem pelo arraial dos sitiadores e celebrantes, matando, ferindo e tomando grande quantidade de prisioneiros e "reduzindo ao cativo as suas mulheres e filhos, coisa que nem o próprio Balğ se tinha atrevido a fazer"³⁹⁵. Mas, a memória desta façanha pretende-se sobretudo com o inusi-

389. Pois conseguiram agregar a si o governador árabe de Narbonne. Cf. H. Kennedy, *Os muçulmanos....*, p. 44.. Veja-se também Ph. Sénac, *Les carolingiens et al-Andalus: VIIIe-IXe siècles*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2003, p. 31; idem, *La frontière et les hommes, VIIIe-XIe siècle: le peuplement musulman*, pp. 89-90.

390. *Faṭḥ al-Andalus* (ed. [35], trad. p. 47) e *Akḥbār Mağmu‘a*, p. 43; trad. p. 52, dão pormenores da localização da batalha, nos campos de Córdova.

391. Segundo *Akḥbār Mağmu‘a*, (p. 43; trad. p. 52) os sírios tinham 12.000 homens (alguns dos sírios derrotados em Baqdura / Naqdura e que andavam perdidos pelo norte de África tinham conseguido juntar-se a Balğ no al-Andalus) mais ainda tinham ao seu serviço escravos que tinham captura a *baladīs* e a berberes.

392. P. Chalmeta, *Invas....*, pp. 324-325.

393. Esta movimentação de tropas não tem sido estudada nem explicada. É possível que ainda em tempos de Balğ, ou seja, alguns meses antes, os sírios tenham conseguido introduzir uma guarnição sua no interior da cidade de Mérida.

394. Não conheço nenhum estudo aprofundado sobre esta situação; ou seja, a de um chefe militar cercado pela população dentreeo de uma área vastíssima - a não ser que o referido chefe militar controlasse unicamente uma área reduzida, dentro da muralha urbana, área não especificada.

395. *Akḥbār Mağmu‘a*, p. 45; trad. pp. 53-54.

tado dos seus reflexos: Ta'labā³⁹⁶, com o intuito de humilhar os árabes *baladīs*, decidiu vendê-los numa almoeda colocada em "rebaixa": ou seja, o pregoeiro entregava o *artigo* e quem desse ... menos³⁹⁷.

Se estas atitudes deram origem a queixas que chegaram aos ouvidos do governador de Qayrawān, dado que alguns árabes e sua *entourage* foram vítimas deste tipo de tratamento, isto significa que a situação não deveria estar pacífica no *Ġarb al-Andalus*. Por outro lado, indiciava que na Mérida destes anos 40 se tinham infiltrado tropas e elites sírias mas que as gentes estabelecidas em redor - comunidades heterogêneas que celebravam festividades religiosas em comum - se sentiam com capacidade para desafiar essas tropas recém-chegadas.

Os desmandos das tropas lideradas por Ta'labā levaram o governador de Qayrawān a enviar de imediato um novo governador; será Abū l-Khaṭṭār al-Ḥusām b. Ḍirār al-Kalbī - um *kalbī* (como a sua *nisba* indica) procedente da elite de Damasco que, logo que chega a Córdova Mas em (125 / 743) e na que terá sido a sua primeira medida, liberta os prisioneiros procedentes de Mérida³⁹⁸. Abū l-Khaṭṭār teria entrado com tropa numerosa, constituída essencialmente por sírios, de tal forma que se pode falar de uma segunda vaga de sírios³⁹⁹. A rota entre Córdova e Mérida começa a ser habitualmente frequentada por forças afectas ao poder emiral.

Abū l-Khaṭṭār está ligado, em termos militares, ao ocidente do al-Andalus pelo controle sobre as tropas de Ta'labā mas por outras razões também; a sua grande medida de carácter político-militar será a dispersão dos sírios por diferentes zonas do al-Andalus., não ficando Ġarb fora dessa atitude. Sem os ostracizar, sem os expulsar do al-Andalus, o novo governador vai pôr em prática a velha política do "dividir para reinar".

Os vários exércitos *aġnād* (pl. de *ġund*) são instalados em zonas aparentemente disponíveis, sem causar mal estar às populações já estabelecidas. Sem discutir a origem da ideia⁴⁰⁰, a decisão do

396. Ta'labā - cf. *Faḥ* (trad. *La conquista de al-Andalus*, pp. 47-50.)

397. *Akhbār Maġmu'a*, p. 45; trad. p. 54. O cúmulo da humilhação e apoteose da *vendetta* deu-se quando foram "à praça" dois *šaykhs* - xeques oriundos da cidade de Medína que atingiram o valor - o menor que lhes foi atribuído, tal como tinham sido deñidas as regras deste leilão - de ... "um por um cão e outro por um cabritinho".

Veja-se igualmente E. LÉVI-PROVENÇAL, *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, tomo IV de la Historia de España dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, 1950, p. 31. Ver também E. Lévi-Provençal, *L'Espagne musulmane au Xe siècle. Institutions et vie sociale*, Paris, Larose, 1932 (reedição, Maisonneuve et Larose, 1996), p. 14.

398. Nesta conjuntura, "*pieça de los alarbes et de los barbaros (...) se matavan unos a otros*" - Chalmeta, *Invas...*, p. 327.

399. P. Chalmeta, *Inv.*, p. 328 (o autor socorre-se essencialmente de *Rāzī apud Naḥḥ*, III, 24, *Bayān*, II, p. 33); ver ainda *Akhbār*, p. 45 e *Bayān* II, p. 34.

Abū l-Khaṭṭār parece ter sido o iniciador da entrada de tropas, por mar, provenientes directamente da Ifriqiyya, (da zona de Tunís) até ao al-Andalus.

400. P. Chalmeta (*Invas...*, p. 331) lembra que Ibn Ḥayyān (*apud Iḥāṭa*, I, p. 103) atribuiria a ideia desta divisão dos sírios ao conde / *qūmis* cristão Artobás.

P. Chalmeta crê que o novo governador deveria ter vindo do norte de África com esta solução "na manga", dado que a mesma fonte refere, mais adiante, que Abū l-Khaṭṭār consulta Artobás sobre "a modalidade da sua aplicação local". Talvez seja de colocar a hipótese de que as fontes árabes dici°mente reconhecerem ao conde cristão capacidade para ter uma solução tão e°caz como esta; o crédito, em termos politicamente correctos, deveria °car com o governador °el ao

novo governador conseguiu afastar das portas da capital - percebendo a instabilidade que poderia advir da sua manutenção junto aso campos do Guadalquivir - um exército experiente e que tinha recobrado a confiança em si mesmo. Assim, as tropas que entraram com Balğ vão ser divididas e cada contingente (ou parte) estabelecer-se-á em redor de uma cidade e na região envolvente⁴⁰¹.

Dos vários contingentes existentes – os de Damasco, Jordânia, Qinnasrīn⁴⁰², Palestina, Ĥimṣ⁴⁰³ e, além destes, dar-se-á especial destaque ao ġund do Egipto / *Miṣr*, dado que este se repartirá por Tudmir e pela zona de Beja⁴⁰⁴ – duas zonas opostas geograficamente. Nestes territórios os sírios teriam recebido as mesmas condições de vida de que disfrutavam na Síria, teriam mantido a sua vocação militar e o governador ter-lhes-ia entregue um terço dos bens *lamwāl*⁴⁰⁵ das populações protegidas, para que pudessem subsistir. Ibn al-Qutiyya dá de Artobás um retrato generoso, na medida em que teria oferecido a alguns nobres sírios terras para se estabelecerem⁴⁰⁶, mas outros terão ficado com terras sem necessitar de tanta generosidade e, em alguns casos, teriam mesmo criado raízes em terras que teriam sido do seu agrado, só se aproximando dos seus companheiros de ġund no momento de receber o pré a que tinham direito⁴⁰⁷.

O recebimento por parte dos sírios de rendimentos do terço das populações de origem ibérica é atestado por outras fontes, bem como o facto de que, ao contrário dos árabes entrados nos primeiros tempos, não pagavam o dízimo legal. A crónica do "Moro Rasis" - versão castelhana - refere que o governandor Abū l-Khaṭṭār entre outras decisões, "*tomo a todos los christianos que eran en Espanya la tercia parte de quanto avian....*"⁴⁰⁸.

Em traços gerais, há que contar com a introdução tropas profissionais provenientes do Oriente, do coração do califado Omíada, ou de zonas acabadas de entrar em fase de islamização mas com tradições culturais e arquitectónicas muito fortes - como é o caso dos "egípcios" que se estabelecem

califa de Damasco e não ao *dīmmī*, por muito perspicaz que fosse. Sobre Artobás veja-se também Eduardo Manzano, *Conquistadores...*, pp. 44-45 e 109-112.

401. Se se tratasse do Império romano, dir-se-ia a sua ciuitas.

402. Qinnasrīn (قنسرین) cidade localizada alguns Km a sul da actual Alepo, local da antiga cidade de Chalcis, onde se têm levado a cabo escavações arqueológicas por parte de uma equipa da Univ. de Chicago dirigida por Donald Whitcomb; cf. <http://oi.uchicago.edu/research/projects/qin/>. Actualmente chama-se Al-`Iss.

403. Ĥimṣ é actualmente conhecida como Homs (حمص) cidade da Síria.

404. Lévi-Provençal, H.E.M., IV, p. 31; Eduardo MANZANO, "El asentamiento y la organización de los yund/s sírios en al-Andalus", *Al-Qantara*, vol. XIV, 2, Madrid, 1993, p. 330. P. Chalmeta (*Invas...*, p. 332) refere que este ġund se estabeleceu na zona de "Ocsonoba-Beja". Aliás, algumas poucas obras, tardias, referem que os sírios se mesclaram com árabes *baladīs* - os das primeiras vagas - na zona de Ocsonoba, Beja, Niebla e Sevilla - cf. *Iḥāta*, I, p. 103; *Ḥulla*, I, 61, citados por Chalmeta, *ibidem*. Veja-se igualmente E. LÉVI-PROVENÇAL, *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, tomo IV de la Historia de España dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, 1950, p. 31.

405. Cf. Eduardo Manzano, *Conquistadores...*, p. 102.

406. Ibn al-Qutiyya, *Ifṭitāḥ*, pp. 38-40.

407. Ibn Ḥayyān, apud *Iḥāta*, I, pp. 103-104.

408. P. Chalmeta, *Invas...*, p. 335.

em redor de Beja (mas eventualmente também mais a sul); essas tropas têm uma grande experiência, adquirida no território da sua proveniência mas também na fatídica batalha de Naqdura / Baqdura e nos combates contra os berberes revoltados no centro e no norte da Península Ibérica em redor do ano de 741. Os "egípcios" das tropas entradas com Balğ mantêm-se como uma reserva operacional, em relação à qual não se conhecem, para o imediato, iniciativas a nível de obras de fortificação.

As tropas movimentam-se com facilidade, ocupam e retiram de cidades fortificadas, mas parece pelas crónicas não ter havido grandes campanhas de construção; parece, isso sim, haver uma gestão otimizada das fortificações previamente existentes, possivelmente com pequenas adaptações ou remendos em muros necessitados de reforma urgente. Não é de estranhar que Juan Zozaya date desta fase os aparelhos de "tipo engatilhado" que surgem em fortificações peninsulares. É uma técnica de construção de fases anteriores, que se encontra igualmente em fortificações que passaram por fases de utilização nos inícios do domínio islâmico - faz todo o sentido que as técnicas anteriores tenham tido condições para continuar, dado que não há sinais de grandes campanhas de obras de edificação de novas construções militares nesta fase⁴⁰⁹.

Nesta fase, a crer nas crónicas disponíveis, o al-Andalus é palco essencialmente de lutas intestinas, entre árabes da primeira vaga (*baladīs*) e os da segunda acabados de chegar com Balğ (sírios ou *šamiyy*), não esquecendo o grande peso que tinham os berberes, em redor do Guadiana e também mais para norte. As comunidades indígenas "protegidas" maioritárias, sem serem protagonistas destes acontecimentos, devem ter sido parcialmente arrastadas e não devem ter ficado imunes a "danos colaterais" causados pelo clima de guerra civil, coabitando com conflitualidades parcialmente importadas e transpostas para solo peninsular.

(iii) Kalbi/s e Qaysi/s em confronto: o Ġarb durante o período de ascensão de al-Sumayl

Porém, a atribuição de terras, rendimentos e regalias aos soldados vindos da Síria não trouxe uma paz e estabilidade duradouras, se bem que a zona ocidental do al-Andalus parece ter sido das menos afectadas - tendo em conta a mudez nem sempre esclarecedora das fontes. De facto, o período de 10/ 11 anos que medeia entre 127 e 138 H. / 754 e 755 d.C. está recheado de atribuições de carácter político e militar.

Eventuais foveamentos do governador Abū l-Khaṭṭār al-Ḥusām b. Ḍirār al-Kalbī terão despoletado a susceptibilidade de um dos mais importantes generais do *ğund* de origem sírio, no caso ver-tente, de al-Ṣumayl, militar do *ğund* de Qinnasrīn, estabelecido na zona de Jaén. No entanto, todos os cronistas e a maioria dos historiadores não duvida que se trata de mais um episódio da oposição

409. Juan Zozaya, "Fortificaciones tempranas en al-Andalus - s. VIII-X", *Mil Anos de Fortificaciones na Península Ibérica e no Magreb. (500-1500)*, Colibri - C. M. Palmela, 2001, pp. 45-58; artigo importante para perceber localidades fortificadas como Elvas, Idanha, Alter, Beja, Lisboa, mas também Mérida e outras.

entre árabes da tendência/grupo Kalb / Iémen contra os Qays /Muḍar, despertando reacções de solidariedade tribal - *‘aṣabiyya*⁴¹⁰ - bastante intensas⁴¹¹.

A força de al-Ṣumayl - cujo retrato psicológico é dado por Ibn Ḥayyān⁴¹² - aumentou ainda antes de ser nomeado comandante da Marca Superior. Este general decidido e iletrado⁴¹³, depois de unificar vontades dos árabes qaysi/s e de agregar a si árabes Lakḥm e Ġudām - kalbī/s pouco empenhados e distantes do poder - consegue destituir Abū l-Kḥaṭṭār e colocar, em 745, no poder um novo governador - Tuwāba - um árabe da tribo Ġudam mas completamente manipulado. Este morre em inícios de muḥarram 129 / SETEMBRO OUTUBRO de 746 e a anarquia não demora a instalar-se. As razões dessa anarquia não estão só no *al-Andalus*. No Oriente, em Damasco, a crise instala-se e anuncia-se o fim da dinastia omíada⁴¹⁴. Em 744 tomara posse o que viria a ser o último dos califas omíadas, Marwān II ou Marwān ibn Muḥammad⁴¹⁵. A situação no coração do Mundo Islâmico já havia muito tempo que dava sinais de crise, e as tensões eram crescentes⁴¹⁶.

O poder será entregue, nominalmente, durante cerca de 4 meses a ‘Abd al-Raḥmān ibn Kaṭīr al-Lakḥmī (746-747), mas a *desorientação* - nas várias acepções da palavra -que então se vivia favoreceu a iniciativa e a audácia de um homem com a fibra de al-Ṣumayl. Seguindo a tradição da busca dos *consensos* da comunidade⁴¹⁷, os árabes estabelecidos no al-Andalus decidem que Qaysi/s e Kalbī/s ocuparão o poder de forma rotativa uma vez em cada ano; é eleito como governador Yūsuf ibn ‘Abd al-Raḥmān al-Fihri - um Qaysi e descendente do árabe conquistador do Norte de África, ‘Uqba ibn Nafi - homem mais piedoso que político, e que al-Ṣumayl sabe manobrar, eleição que tem como contrapartida a colocação de Yaḥyā ibn Ḥurayṭ, um árabe Ġudām, à frente da região de Rayya⁴¹⁸. Só que Yaḥyā ibn Ḥurayṭ foi destituído e ao perder o poder recorre ao velho

-
410. Sobre o conceito de *‘aṣabiyya* - cf. *E. I. 2, s.v.*. Ibn Khaldūn foi o intelectual do Mundo Islâmico medieval que mais explorou este conceito e que mais importância lhe para explicar fenómenos das sociedades árabo-islâmicas medievais. Recentemente realizaram-se, sobretudo na Tunísia e em Espanha congressos sobre a sua *‘gura*, no ano do seu centenário.
411. Al-Ṣumayl era partidário dos Qays /Muḍar, enquanto Abū l-Kḥaṭṭār é próximo dos iemenitas / Kalb.
412. *Apud Naḥḥ al-Ṭib*, III, 26 e *Ḥulla*, I, 68, citados por P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 339.
413. Algo mais do que iletracia é o que se pode dizer do facto de al-Ṣumayl não compreender que o “Livro Sagrado” - o *Alcorão*, na sua Sūra III, aleia 134 - colocasse todos os crentes em pé de igualdade, qualquer que fosse a sua origem (cf. Ibn al-Qutiyya, *Ifṭitāḥ*, pp. 40-41; trad. pp. 31-32), situação em que certamente não estaria só.
414. O califa al-Walīd II tinha sido morto em Abril de 744.
415. Marwān ibn Muḥammad ibn Marwān ibn al-Ḥakam (688-750) - (مروان بن محمد بن مروان بن الحكم).
416. H. Kennedy, *The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the 6th to the 11th Century*, pp. 112-122; Claude Cahen, *L'Islam des origines au début de l'Empire ottoman*, Paris, Bordas, nvle éd. 1995 (1970); ed. esp.: *El Islam. I - Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio Otomano*, 4ª ed.. MadRid / Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1976, cap. 5, pp. 44-52.
417. O *consenso* é uma atitude - a *iğm‘a* - que estará na base dos fundamentos do sunismo.
418. Corresponde à zona que, mais tarde terá a cidade de Málaga por capital.

governador do al-Andalus Abū l-Khaṭṭār, que consegue arrancar da prisão⁴¹⁹, e forma um exército que defronta o de al-Ṣumayl no arrabalde de Córdova conhecido como Saqunda / Secunda⁴²⁰.

Esta batalha, que teve lugar em 747-8⁴²¹, ganhou um destaque enorme em muitas fontes árabes pelo ineditismo de uma luta tão feroz entre duas facções de árabes⁴²², e chegou a ser comparada a outras grandes batalhas - havidas no Oriente - como a Batalha do Camelo⁴²³ e a, ainda hoje sensível, Batalha de Ṣiffīn⁴²⁴. O móbil gira em torno da tomada do poder em Córdova e não envolve, à partida, nem berberes nem populações locais; no entanto, e apesar de al-Ṣumayl ter usado "engenhos de guerra"⁴²⁵ os habitantes "trabalhadores" de Córdova acabam por ser chamados e, segundo algumas crónicas, é a "arraia-miúda" de Córdova, armada com os seus instrumentos de trabalho e com chuços que se torna decisiva na vitória de al-Ṣumayl⁴²⁶, conduzindo à perdição e morte de Yaḥyā ibn Ḥurayṭ e de Abū l-Khaṭṭār⁴²⁷.

419. *Akhbār Mağmu'a*, p. 58; trad. p. 64.

420. Trata-se de palavra com clara origem latina.

421. Esta batalha é normalmente datada de 747 ou 748: os *Akhbār Mağmu'a* só referem que esta batalha "aconteceu antes do ano 131" (p. 61; trad. p. 66), ou seja, é anterior ao ano iniciado a 31 de Agosto de 748.

422. *Akhbār Mağmu'a*, p. 59; trad. p. 64.

423. Sobre a *Batalha do Camelo*, cf. E.I.2; Cl. Cahen e D. Sourdel, *La Civilisation de l'Islam classique*, p. 441.

424. *Bayān*, II, p. 37, trad. p. 54, onde se diz que "depuis les batailles du Chameau et de Ṣifīn, on n'avait vu pareil combat entre musulmans"; *Akhbār Mağmu'a*, p. 59; trad. p. 65, compara com Ṣiffīn. Explicar o que é a Batalha de Ṣiffīn. Ainda hoje marca a divisão entre sunitas e xiitas - cf. H. Kennedy, *The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the 6th to the 11th Century*, pp. 78-80.

425. *Bayān*, II, p. 37, trad. p. 54.

426. À partida a batalha desferiu-se entre tropas dos dois grupos árabes. Porém, segundo uma das descrições, a batalha tomou outro rumo quando se arregimentaram para a liça homens do povo de Córdova que foram chamados de dentro da cidade.

Na descrição de *Akhbār Mağmu'a*, (pp. 59-60; trad. p. 65) esta batalha é descrita com detalhe, valendo a pena lembrar alguns dos passos, dado que, não havendo muitos dados relativos a batalhas havidas em áreas do *Ġarb*, é possível imaginar, a partir desta descrição, alguns dos comportamentos em campo de batalha em meados do século VIII. Diz o cronista dos *Akhbār* que os adversários, depois de terem partido as espadas, golpeavam-se a murro e puxavam os cabelos; atiravam punhados de terra uns aos outros, até que al-Ṣumayl teria dito a um dos seus correlegionários: "- Porque é que esperamos, quando nas nossas costas está um exército do qual nos esquecemos? - Que exército é esse? pergunta Yūsuf. - É a gente do mercado de Córdova"; e um cliente de al-Ṣumayl vai a Córdova e traz "uns quatrocentos, armados de paus e bastões, alguns poucos com espadas ou chuços e, com eles, os carniceiros com seus cutelos", gente "fresca" que teria sido decisiva na vitória de al-Ṣumayl. Este, depois de prender e mandar matar os principais opositores mandou encerrar "na igreja [sic] que havia na parte inferior de Córdova, onde hoje se encontra a mesquita aljama, e degolou aí cerca de setenta deles - *Akhbār Mağmu'a*, p. 60; trad. p. 65 (a igreja referida é a que fora consagrada a S. Vicente, de que se conservam vestígios sob o actual pavimento da grande mesquita de Córdova).

427. Ibn al-Aṭīr, *Kāmil...*, tomo V, p. 287; trad. (*Annales...*), p. 88.

Os excessos de al-Şumayl⁴²⁸ ou a sua perigosidade para o poder do governador tê-lo-ão instigado, sugerido ou simplesmente permitido que Yūsuf al-Fihri conferisse a al-Şumayl, em 750, poder na Fronteira Superior, em redor de Saragoça e, mais tarde, em Toledo. Mas este era um dos ingredientes da uma divisão que se tornava cada vez mais patente. As sublevações e a instabilidade, tal como no Oriente, também no al-Andalus se verificavam, por razões não completamente coincidentes.

O clima de guerra civil, entre árabes, a instabilidade no Oriente e os rancores que se devem ter mantido entre berberes humilhados, favoreceram a reorganização das lideranças cristãs que estavam estabelecidas no norte da península Ibérica. Embora o ocidente ibérico não esteja no centro destes acontecimentos, a região não pode ter ficado imune as instabilidade que se instalou. Não se detectam razões para que se levassem a cabo programas de obras profundas nos sistemas defensivos urbanos mais importantes.

(iv) A Revolução Abbassida - mudança de ciclo

A década de 40 significa um período de intensas alterações. Ora, essas alterações não têm lugar unicamente no al-Andalus; o Mundo Islâmico está em eferescência, a dinastia Omíada de Damasco dá sinais de não conseguir fazer face a vários descontentamentos, de carácter social, religioso mas também político. Na Península Ibérica, concretamente, as mudanças sentir-se-ão em vários pontos da sua geografia⁴²⁹.

A divisão bipolar do poder no al-Andalus, entre al-Şumayl ibn Ḥātim al-Kilābī (governador em Saragoça a partir de 750) e o governador Yūsuf ibn ‘Abd al-Raḥmān al-Fihri dão unicamente o mote de uma situação cada vez mais incontrolada nos territórios "fiéis" ao governador de Córdoba e a um regime sediado em Damasco que dava já mostras de desagregação. Além disso, houve factores naturais que contribuíram para o descontentamento e movimento de populações. São várias as crónicas que referem um período cinco anos de forte seca; desses cinco o ano de 132 H. / 750 d.C. parece ter sido de uma dureza especial⁴³⁰, **seca** essa provocou fomes e muitas mortes e que conduziu muitos **berberes de regresso** ao Norte de África⁴³¹.

Estes factores, associados à instabilidade política e militar, produziram levantamentos em algumas regiões. No sector ocidental do al-Andalus cabe assinalar duas zonas particulares. Por um lado, o poder islâmico no noroeste peninsular soçobra; a antiga Gallecia / Ġilliqiya sublevou-se e empurra

428. A crónica *Faḥ al-Andalus* indica que al-Şumayl se dava aos prazeres vînicos, razão dos seus excessos: " al-Şumayl ... tenía una a^cción excesiva al vino y apenas pasaba una noche sin que se emborrachara" - *op. cit.*, [72], trad. p. 64. Não sendo esta uma a^rmação que se encontre em todas as crónicas, não seria de estranhar que o vinho, conotado com as comunidades *dîmmîs*, seja uma vez mais o bode expiatório de um comportamento violento.

429. Em 744, como já foi referido, morre o califa al-Walîd II, o último de uma série de califas omíadas descendentes de ‘Abd al-Malik; o califa seguinte, Marwān II (127/744 - 132/750), é proveniente de um outro ramo da família omíada - cf. diagrama da dinastia omíada em D. Sourdel, *La Civ. de l’Islam Classique*,)

430. *Akḥbār Maġmu‘a.*, p. 62; trad. p. 66; P. Chalmeta, *Invas...*, p. 344. Por seu lado, Ibn ‘Idārî, indica os referido cinco anos de seca, mas localiza-os temporalmente entre 131 (748 d.C.) e 136 (até Julho de 753) - *Bayān*, II, pp. 38-39; trad. p. 56.

431. cf. E. LÉVI-PROVENÇAL, *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, tomo IV de la Historia de España dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, 1950, p. 33.

para sul os novos dominadores que conseguem escapar; segundo os *Akhbār*, uma das fontes mais precisas sobre os acontecimentos desta conjuntura,

"Los gallegos se sublevaron contra los musulimes, y creciendo el poder del cristiano llamado Pelayo, de quien hemos hecho mención al comienzo de esta historia, salió de la sierra y se hizo dueño del distrito de Asturias. Los musulimes de Galicia y Astorga le resistieron largo tiempo, hasta que surgió la guerra civil de Abol - Jatar y Tsuaba. En el año 33 fueron vencidos y arrojados (los árabes) de Galicia, volviéndose á hacer cristianos todos aquellos que estaban dudosos de sua religión, y dejando de pagar los tributos. De los restantes, unos fueron muertos y otros huyeron tras de los montes hácia Astorga. Mas cuando el hambre cundió, arrojaron también á los musulimes de Astorga y otras poblaciones y fuéronse replegando detras de las gargantas de la otra cordillera, y hácia Coria y Mérida , en el año de 36. Siguió apretando el hambre, y la gente de España salió en busca de víveres para Tánger, Asila y el Rif berberisco ... Los habitantes de España desminuyeron de tal suerte, que hubieran sido vencidos por los cristianos, á no haber estado estos preocupados también con el hambre"⁴³².

Ultrapassando a figura de Pelágio - dado que a época em causa diz respeito já a acções Afonso I das Astúrias (739-757) - a crónica dá conta de como o poder árabe instalado no Noroeste peninsular é empurrado para Sul e, não tendo condições para assegurar o controle militar de uma região tão ampla e longe de Córdoba, desce gradualmente e estabelece-se "atrás da outra cordilheira", ou seja, muito provavelmente a sul da Serra de Gata e Gredos⁴³³. Mas, é ainda curioso ter em conta que em matéria de religião parecia haver dúvidas, hesitações, não só em matéria de crença como eventualmente em matéria de "caminho", de opção política-religiosa. Se alguns grupos ibéricos foram seduzidos para os princípios da nova proposta de monoteísmo aparecida no Oriente, as lutas intestinas entre berberes e árabes e, depois, entre árabes e seus correligionários - depois da entrada dos sérios, com o clima de guerra civil que se instalou em redor da bacia do Guadalquivir -, fizeram mais pela fidelização a opções religiosas antigas que o fraco proselitismo religioso cristão do século VIII.

Segundo a visão oficial de Córdoba - transmitida pelas crónicas conhecidas -, os muçulmanos antes estabelecidos a Norte descem para a zona de Coria e Mérida; o que se passa mais a ocidente nem sequer é referido. Porém, é de crer que zonas mais a Leste do sistema Montejunto - Estrela - Gata - Gredos, como as actuais Beira Baixa e Alto Alentejo, fossem englobadas na área ocupada por estas populações em movimento. A ponte sobre o Tejo existente na zona que ficará conhecida como Alcántara (*al-Qanṭara*, na sua origem etimológica) não é referida mas pode ter desempenhado, tal como a *Vía de la Plata*, um papel importante na canalização e passagem para Sul dessas gentes em movimento.

Esta revolta das populações da Galécia deu origem, segundo outras fontes, a campanhas contra os revoltosos, mas os resultados devem ter sido escassos, dada a descida para sul dos muçulmanos aí estabelecidos. Mas essa descida é devida igualmente a questões ambientais, como já foi referido. Ibn 'Idārī refere que "em 133, les habitants de la Galice se soulèvent, et maintes incursions furent dirigées contre eux. Ensuite la famine, résultant de la sécheresse, sévit pendant les années 134 et

432. *Akhbār Mağmu'a.*, p. 62; trad. pp. 66-67.

433. Uma vez mais é pouco claro o que acontece no extremo noroeste peninsular.

135, ainsi que pendant une partie de l'année 136, de sorte que la majeure de la population émigre à Tanger, à Zawila et sur le littoral africain..."⁴³⁴.

É de supor que as descida de populações se terá processado ao longo das vias de comunicação mais conhecidas, uma das quais a "Via de la Plata" e, de Mérida para sul até à zonda de Medina Sidónia, zona que é referida como o ponto de embarque para o Norte de África⁴³⁵. Não se pense que estas "pateras" medievais - então no sentido Norte - Sul - levaram só e todos os berberes; podem ter ido igualmente outras populações que fugiam à seca e os grupos humanos berberes não desaparecerão do Ocidente do *al-Andalus*, como se verá. Não há notícia de ataques a cidades - muitas das populações em fuga poderiam ser provenientes de cidades ou dos campos em redor - procurando as populações debilitadas alternativas espaciais para o seu tipo de vida. Não deixa de ser curioso verificar que as populações em fuga da seca se dirijam para...Sul, para o Norte de África. O litoral atlântico do *Ġarb* e o rico Vale do Tejo - rico em peixe - parece não ter sido procurado ou, se o foi, as fontes não fazem eco dessas eventuais movimentações. De qualquer das formas, esses movimentos mostram que os canais de contacto com o Norte de África nunca se devem ter cortado totalmente⁴³⁶ e que a ida para sul deve ter sido vista como última alternativa, depois de - para alguns - a aventura de uma aliança com Eudo da Aquitânia ter chegado ao fim.

Por outro lado, há informações relativas a uma revolta de *dīmmīs* na zona de Beja⁴³⁷. Trata-se de uma revolta de contornos mal conhecidos. Ibn 'Idārī insere-a no contexto das várias revoltas que têm lugar durante o governo de Yūsuf al-Fihri e da proeminência do conhecido al-Şumayl; ao referir as revoltas de 'Abd al-Raĥmān ibn Alqama al-Lakĥmī em Narbona e de Temim ibn Ma'bab e de 'Amir ibn 'Amr ibn Wahb - um qurayşī - em Saragoça⁴³⁸, revoltas todas eles sufocadas em 138 H. /755 -, refere que um tal "'Orwa se révolta à Beja, mais un officier envoyé par Yousof le mit en dérouté et massacra ses partisans"⁴³⁹. P. Chalmeta crê, pelo confronto das fontes que esta revolta iniciada em Beja terá tido lugar em 133 H⁴⁴⁰, que coincide curiosamente com a data da morte de Marwān II e o fim da dinastia omíada no Oriente (750 d.C.). Christophe Picard, por seu lado, considera existirem razões para que este momento de rebeldia no *Ġarb* tenha a ver com a revolta do "sevilhano" al-'Alā Muġīṭ al-Yaĥsubī - revoltoso que se sabe ter tido complicitades em territórios

434. Ibn 'Idārī, *Bayān*, II, pp. 38-39; trad. pp. 56-57.

435. cf. Ibn 'Idārī, *Bayān*, II, p. 39; trad. p. 57; provavelmente o local de embarque não andaria muito longa da actual localidade de Zahara de los Atunes.

436. Ch. Picard mostra, num trabalho recente, como a cronística oficial é um claro reexo da sua implantação "loin du bruit des vagues et de l'animation des ports de pêche" (Ch. Picard, "*Bahriyyūn, émirs et califes: l'origine des équipages des ôtes musulmanes en Méditerranée occidentale (VIII-X siècle)*", *Medieval Encounters*, vol. 13, 2007, (pp. 413-451), p. 422) o que, aliado ao facto de os cronistas valorizarem sobre tudo as acções dos seus patronos, conduz a uma certa **escassez de informação sobre o que se passa nos litorais** - mais ainda nos ocidentais (embora os fatmíidas façam de Mahdiyya capital, em inícios do s. X), excepto quando se torna incontornável a razão que leva à sua referência, como é o caso do aparecimento do vikings e, sobretudo, a menção que se dá das medidas tomadas pelo poder central.

437. *Bayān*, II, p. 39; trad. p. 57.

438. Ibn al-Atīr, *Kāmil...*, tomo V, p. 376; trad. (*Annales...*), p. 96.

439. Ibn 'Idārī, *Bayān*, II, p. 39; trad. p. 57.

440. P. Chalmeta, *Inva...*, p. 347.

mais ocidentais⁴⁴¹ e cuja razão pode ter a ver com a confiscação de terras, que atingia populações estabelecidas nestes territórios ocidentais em redor de Beja, mas cuja acção - como calcula Ch. Picard - se estende mais para Leste. Aliás, este 'Urwa (ou 'Udra⁴⁴²) Ibn al-Walīd tem o nome associado a uma porta da muralha de Córdoba⁴⁴³ - é apoiado pela *ahl al-dīmma* bejense⁴⁴⁴, o que dá uma expressão da força que os tributários - logo, os não muçulmanos - ainda dispunham na zona do actual baixo Alentejo em redor de meados do século VIII, uma geração depois da entrada das tropas de Ṭāriq e de Mūsā e pouco tempo depois da chegada dos sírios, gestores dos recursos e tributos recolhidos na região. E, se o movimento se inicia em torno de Beja, esta cidade surge uma vez mais como uma espécie de rectaguarda do vale do Guadalquivir: os *dīmmī*/s insurrectos de Beja chegaram a tomar Sevilha⁴⁴⁵ - uma vez mais o eixo Beja-Sevilha a dar mostras de grande eficácia e cumplicidade - razão que deve ter levado o governador de Córdoba - com a revolta já instalada no vale do Guadalquivir - a intervir militarmente.

Esta revolta coloca várias questões. Uma delas tem a ver com a existência de descontentamento na região mas, mais interessante ainda, é verificar-se que em meados do século VIII havia, no Ġarb, *dīmmī*/s não só descontentes mas, mais do que isso, com capacidade de intervenção militar, com capacidade de arregimentar gente em armas, de tal forma que chegaram a ser requisitado por um líder que, se não era ele próprio um *dīmmī*, pelo menos sentia-se suficientemente apoiado com um exército constituído por ibéricos submetidos, procedentes da região de Beja ou de territórios eventualmente não muito longínquos.

São revoltas que se inserem não só no quadro da instabilidade vivida no al-Andalus mas também no contexto da grande reviravolta que se tinha dado no Mundo Islâmico com a vitória da revolta do Khurāsān - durante os anos de 745-747, sob o comando do enigmático Abū Muslim - revolta que conduzirá à importante Batalha do Grande Zab⁴⁴⁶ - no actual Iraque - onde o califa omíada Marwān II será derrotado e levará à sua morte nas margens do Nilo e a afirmação de uma nova dinastia e de uma nova legitimidade no mundo islâmico, legitimidade que muitos no al-Andalus não deveriam reconhecer ao governador Yūsuf al-Fihri e a al-Ṣumayl.

Mas, no caso da revolta de Beja é igualmente possível pensar em revoltas contra algum tipo de opressão⁴⁴⁷ levada a cabo por parte do *ḡund misri* que se estabeleceu, como foi referido, na zona de

441. Ch. Picard, *Le Portugal...*, pp. 30-31.

442. 'Udra / Odhra como escreve Ibn al-Aṭīr, *Kāmil...*, tomo V, p. 287; trad. (*Annales...*), p. 89.

443. Ibn al-Aṭīr, *Annales...*, p. 89, nota 2.

444. Ibn al-Aṭīr refere que nos anos do governo de Yūsuf al-Fihri, ter-se-ia dado um revolta em Beja; numa fase de em que se colocavam vários desaños liderada por um tal "Odhra dit Ed-Dhimmi, surnom provenant de ce qu'il demanda du secours aux tributaires, *ahl ed-Dhimma*" (Ibn al-Aṭīr, *Kāmil...*, tomo V, p. 286, trad. Fagnan, *Annales*, p. 89.).

Ibn 'Idāri não é tão específico neste aspecto (*Bayān*, II, manuscrito p. 57, trad. p. 57) e al-Maqqari chama-lhe 'Urwa ibn al-Walīd (al-Maqqari, *Nafḥ al-Tib*, II, p. 17). Não se deixe de ver P. Chalmeta, *Invas...*, p. 344.

445. Sobre a extensão da revolta de Beja a Sevilha veja-se al-Maqqari, *Nafḥ al-Tib*, II, p. 17.

446. A forma Hugh Kennedy que "the Battle of the Zab took place on the banks of the Great Zab river in what is now Iraq on January 25, 750. It spelled the end of the Umayyad Caliphate and the rise of the Abbasids, a dynasty that would last (under various influences and with varying power) until the 13th century. - Hugh Kennedy, *The Court of the Caliphs- when Baghdad ruled the Muslim world*,

447. Que poderia ter a ver com questões relacionadas, como já se referiu, com confiscações de terras - cf. Ch.

Beja e Ocsonoba, por altura do acantonamento de tropas de Balğ levado a cabo pelo governador Abū l-Khaṭṭār, opressão que se fizesse sentir sobre árabes *baladī's* - os que havia mais tempo estavam estabelecidos no território - mas igualmente sobre outras populações estabelecidas muito antes nas regiões, populações essas de origem goda.

Uma transferência de Damasco para Córdoba

O ano de 750 é uma momento de viragem no Mundo arabizado e islamizado; o morte do último califa omíada do Oriente, Marwān II, conduzirá ao desaparecimento da dinastia e à perseguição dos membros da família dos Banū Umayya⁴⁴⁸. O então jovem príncipe 'Abd al-Raḥmān era neto do décimo califa omíada, Hišām (omíada que assumiu o califado entre 105 / 724 e 125 / 743), e por essa via era bisneto do grande califa 'Abd al-Malik (quinto califa omíada e segundo do ramo Marwānida)⁴⁴⁹. É também sabido que o facto de o jovem 'Abd al-Raḥmān ser filho de uma berbere Nafza terá contribuído para que procurasse refúgio em territórios do sul poente, razão por que, conseguindo escapar a uma morte certa que não poupou um seu irmão, foge da Síria, refugia-se na Palestina e daí dirige-se para o Norte de África. O percurso vivencial deste homem está presente em muitas das crónicas que se referem ao al-Andalus⁴⁵⁰; se a sua história pessoal é fascinante⁴⁵¹, interessará mais ver a forma como se afirma em solo peninsular e ver o que muda com a sua entrada no al-Andalus.

O emir omíada não é um simples imigrante ou "*entrante*"⁴⁵² que orientaliza o *al-Andalus*; também al-Ṣumayl e haviam trazido saberes o orientações de Leste do Mediterrâneo. Mas a orientalização, desde então - numa fase em que não havia ainda *madhāb's* bem definidos -, vai irradiar a partir de uma capital, e de uma corte que aí se estabelece e não quer deixar de vincar a implantação de um modelo oriental de sociedade; Córdoba tornar-se-á, a partir de então, numa nova Damasco, que quer formar as suas elites e de braços abertos aos clientes dos omíadas que queiram enraizar-se e proteger-se no *al-Andalus*. Embora sem ter a dimensão de uma chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, este atravessamento dos costas do Norte de África para a península Ibérica e o

Picard, *Le Portugal...*, pp. 30-31.

448. sobre esta conjuntura é fundamental o testemunho do grande cronista que foi al-Tabarī - da sua História veja-se o vol. 27. "The Abbasid Revolution," edição SUNY, Albany, 1985, trad. de John Alden Williams; um mapa da Síria durante a conjuntura do fim da dinastia omíada encontra-se em al-Tabarī, vol. 26 "The Waning of the Umayyad Caliphate," trad. Carole Hillenbrand, SUNY, Albany, 1989, mapas 1 a 3, p. IX e segs.

449. Há uma recente e cuidada biografia deste califa: Chase F. Robinson, *Abd Al-Malik*, Oxford, Oneworld Ed., (coleção *Makers of the Muslim World*), 2007. Sobre a importância política, cultural e artística do período do califa 'Abd al-Malik (65 /685 - 86 /705) veja-se especialmente o seu capítulo, "The Legacy of 'Abd al-Malik", (pp. 123-128), onde lhe atribui importância impar no que o autor designa, de forma feliz, como "the marriage of monotheism to empire" (p. 126).

450. Como exemplo, veja-se a crónica do oriental Ibn al-Aṭīr, *Kāmil...*, tomo V, pp. 376-378; trad. (*Annales...*), p. 97-99. AL-MAQRIZI dá uma biografia deste Emir na sua enciclopédia Biográfica Mokaffa (Man. de Paris, . 53-56); cf. Dozy, *Musulmans d'Espagne*, tomo I, p. 297.

451. R. Dozy, *Histoire des Musulmans d'Espagne, jusqu'a la Conquête de l'Andalousie par les Almoravides*, tomo I, pp. 188-249.

452. Traduzindo o cognome por que ficou conhecido: *al-Dākhil* (الداخل),

estabelecimento de uma corte numa cidade já antes escolhida para capital -mas dependente de Damasco (como era o Rio em relação a Lisboa) - favorecerá (tal como acontecerá com o Rio de Janeiro, muitos séculos depois) a sua afirmação como capital independente.

Este damasceno, filho de uma berbere e descrente da amnistia que foi lançada sobre os omíadas, sentindo-se predestinado⁴⁵³ para grandes feitos, optou por, depois do massacre dos omíadas em Abū Futrus⁴⁵⁴, avançar (com dois clientes e algum dinheiro⁴⁵⁵) em direcção ao Eufrates attingir o Egipto, de onde avançou até Barqa⁴⁵⁶ até attingir Ifriqiyya e entrar em Qayrawān⁴⁵⁷, acabando por procurar refúgio em zonas mais do distante e estranho ocidente, o Mağrib⁴⁵⁸.

O omíada fugitivo avança para ocidente, juntando-se aos berberes Nafza, onde encontraria tios maternos; esteve ainda em território dos berberes Miknāsa⁴⁵⁹ e dos Zanāta. O al-Andalus, o "*finis terrae del Islam*" como lhe chama afortunadamente P. Chalmeta nunca fora a meta, mas torna-se na última hipótese em que nem sequer todos os que o acompanham acreditam⁴⁶⁰. A partir do porto de Muğila, em território dos Zanāta junto ao mar, que Badr - mawālī do omíada em fuga- , em 137, contacta possíveis apoiantes do omíada no al-Andalus, sobretudo mawālī/s dos omíadas.

A entrada do omíada fugitivo no al-Andalus não é isenta de dificuldades. A atitude de al -Şumayl é bem um exemplo das muitas dúvidas que atingiam os possíveis apoios. Se, ao princípio aquiesce e vê com bons olhos a chegada do omíada, depressa parece ter percebido que ele significa a chegada da ordem, do centralismo e do controle total, pondo fim à liberdade de que ele e outros chefes militares gozavam. Como al -Şumayl terá dito aos seus companheiros⁴⁶¹ - depois de perceber que apoiá-lo era um perigo - , o omíada pertencia a um clã que "se ele urina nesta península, tanto eu como vós nos afogaremos na poça que vai fazer"⁴⁶².

453. *Bayān* , II, p. 43; trad. p. 62.

454. Local onde dezenas de omíadas foram massacrados depois da derrota de Marwān II na Batalha do Grande Zāb em 132 / Janeiro de 750. *Abū Futrus* é a designação em árabe do local antes conhecido como *Antipatris*, antiga cidade do Mundo Antigo, na Palestina - cf. Moshe Gil, *A History of Palestine, 634-1099*, Cambridge University Press; New Ed edition, 1997, p. 88.

455. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 351.

456. Barqa, البرقة, na Cirenaica e não as vilas de igual nome, uma no Líbano e outra na zona da Faixa de Gaza.

457. Era provavelmente aqui que pensava poder reconstituir a sua vida e fazer frente aos abbássidas, mas o governador teme-o e não quer desagradar à dinastia nascente.

458. A moderna icação árabe tem celebrado e Ocidente / Oeste / *Mağrib* como local estranho e misterioso. Veja-se, do autor egípcio Gamal Ghitany, *O Apelo do Poente*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001.

459. Em Bāra, junto dos Miknāsa, teve problemas e foi salvo pela mulher de Abū Qurra Wānsūs al-Barbarī. Há um Wansus / Wānsūs que surge mais tarde. Sertá da mesma família??

460. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 352.

461. Que eram sobretudo -mas não exclusivamente - Qaysitas; cf. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 46, onde o autor considera que al-Şumayl era "tenaz, brutal e fanaticamente dedicado à causa dos *Qaysi*".

462. A tradução castelhana de P. Chalmeta é muito mais castiça e deliciosamente crua; cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 352; este autor remete para Akhbār p. 73; Ibn al-Qutiyya, *Ifitāh*, p. 24 e *Nafh*, III, p. 30.

Apesar das incertezas, ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘awiya decide arriscar e passar ao al-Andalus; teria desembarcado numa praia perto de Almuñécar em rabī‘ I ou rabī‘ II de 138 - segundo as fontes -, muito provavelmente dentro do mês de Setembro de 755⁴⁶³. A sensação de perigo levou a que o omíada "entrante" fosse levado para as montanhas, temendo-se uma reacção do wālī de Córdoba. Este, referem-no as fontes, tentou comprá-lo, dando-lhe uma filha em casamento e reconhecendo-lhe o governo da zona de Ilbīra e de Rayyu⁴⁶⁴, as zonas onde se encontravam ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘awiya e os seus apoiantes⁴⁶⁵, ou seja, os membros dos ġund/s de Damasco e de al-Urdun, ġund/s estes que, tal como o de Filastīn⁴⁶⁶ tinham entrado numa segunda vaga depois da entrada de Balġ⁴⁶⁷, ou seja, sobretudo os que tinham entrado com Abū l-Khaṭṭār al-Ḥusām b. Ḍirār al-Kalbī e ficaram conhecidos como al-ṭāli‘a al-ṭāniya min al-Šamiyyīn⁴⁶⁸.

Depois de proclamado Amīr / Emir em Archidona os número dos seus apoiantes aumenta e aos 14 de Maio de 756 as suas tropas defontam as do governador / wālī de Córdoba nos arredores desta cidade, da capital do al-Andalus; as tropas de Yūsuf al-Fihri e de al-Šumayl são derrotadas mas estes dois personagens conseguem fugir par Norte.

No dia seguinte, 10 de *dū l-ḥiġġa* de 138 / 14 de Maio de 756, ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘awiya proclama-se a sua soberania / *al-mulk* sobre o al-Andalus, intitula-se Amīr e herdeiro de uma dinastia de Califas⁴⁶⁹ e fundador de um Estado / *dawla*; e dirige a *khutba*⁴⁷⁰ onde traça uma espécie de "programa de Governo", cujos detalhes são desconhecidos⁴⁷¹. Um dos aspectos importantes a ter em conta quando se avaliam as vantagens e a preferência de alguns dirigentes árabes pelos seus

463. P. Chalmeta aponta o topónimo *Bītra N-yāna* como local de desembarque; topónimo que coloca dúvidas de identificação mas é aquele que as fontes dão. Uma hipótese recente, porém, coloca o local de desembarque um pouco mais para ocidente, junto à conhecida cidade de Nerja; Virgilio Martínez Enamorado propõe a hipótese de *N-yāna* ser uma má transcrição de *R-yāna*; o local seria *Bītra* ou *Bītruh R-yāna*, de onde evoluiria para Butriana > Burriana, local de praia bem conhecida, localizada nos arredores de Nerja, alguns km a ocidente desta localidade, entre ela e Almuñécar. Cf. Virgilio Martínez Enamorado, "Y a-Dājil Arribó a Al-Andalus... en torno al desembarco de ‘Abd Al-Raḥmān I en la playa de Burriana/ *Bītruh Riyāna*", *Al-Qantara*, vol. XXVII 1, 2006, pp. 199-210. A praia de Burriana está associada a uma conhecida série juvenil, produzida pela TVE na década de oitenta, e transmitida regularmente em períodos estivais.

464. *Ilbīra* e *Rayyu* correspondem sensivelmente - e respectivamente - às zonas mais tarde dominadas a partir de duas cidades que só mais tarde se afirmaram: Granada e Málaga.

465. Eram sobretudo Iemenitas, contrários aos governador al-Fihri.

466. Al-Urdun pode traduzir-se por Jordânia e *Filastīn*, a terra dos Filisteus, por Palestina. O *ġund* de Ḥimş apoiava-o também.

467. cf. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 353-354.

468. *Akhbār Maġmu‘a*, p. 45, *Bayān*, II, p. 34, citado por P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 328.

469. Proclama-se "*ibn al-Khalā‘if*", dando sequência à dinastia destronada na Síria, seis anos antes. cf. Chalmeta, *Invasión...*, p. 360.

470. **Sobre *khutba* ver E.I.2, s.v.**

471. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 357.

Mawālī/s é o facto de estes, numa visão sintética muito oportuna, "constituírem um grupo importante sem filiações tribais, devendo lealdade apenas à dinastia reinante"⁴⁷².

Se até este momento os territórios do *Ġarb al-Andalus* parecem ser meros espectadores, a sua situação periférica não os excluirá das movimentações políticas e militares seguintes.

(g) 711-756: conclusão

Até à afirmação de ‘Abd al-Raḥmān I na Península Ibérica as fases de instabilidade foram muitas. Se os desígnios - pouco conhecidos, aliás - de ‘Abd al-‘Azīz não se chagaram a cumprir, houve Tratados ou Pactos que foram assinados e recordados. Mérida foi tomada depois de um assédio prolongado e não há indícios de que a velha Lusitânia tenha aceite facilmente os novos poderes.

Está em formação uma nova sociedade com novos equilíbrios. E, em termos de movimentação de gentes as fontes falam sobretudo de instabilidade causada pelos berberes - este é o discurso das fontes escritas oficiais. No terreno, há sinais da reutilização de pontos altos com aptidões defensivas e também de algumas cumplicidades entre grupos berberes e populações locais. Por outro lado, a entrada dos *sírios* de Balğ irá ter implicações na zona em redor de Beja, uma cidade capital de circunscrição com fortes ligações com a bacia do Guadalquivir.

A entrada de um príncipe omíada vai alterar em muito o *status quo* instalado. O novo emir irá fundar um Estado, montar toda a sua máquina administrativa e de guerra mas percebe que necessita de apoios mais do que atrair inicialmente conflitos desnecessários. E o *Ġarb al-Andalus* não é, de momento, uma prioridade. Mas não será esquecido quando for zona de fuga de rebeldes e coimo zona periférica que é tem a vantagem de poder albergar resistentes aos que detêm o poder em Córdova.

2. 756 - afirmação do emirado omíada e o *Ġarb al-Andalus*

Abd al-Rahman I - questões gerais

O al-Andalus pós-756 será muito diferente do quase meio século precedente. ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘awiya vai fazer, de uma manta de retalhos dirigida em grande maioria por árabes divididos e por berberes virado para o interior da sua tribo, um verdadeiro Estado à semelhança do modelo oriental, do modelo síriaco que conhecia e que pretende ostensivamente implantar no al-Andalus, território integrado no todo islâmico pela dinastia da qual se crê sucessor e legítimo continuador.

Ora, o sector ocidental do *al-Andalus* irá ser afectado igualmente pela profunda mudança política que se dá em redor de Córdova e nos territórios meridionais. Mas, para perceber essas alterações, convém perceber as preocupações principais do novo governante e nos novos desafios que se lhe colocam.

O *Ġarb* não parece ser, de facto, a zona mais preocupante para o soberano que se instala na capital escolhida cerca de quatro décadas antes; mas também não está ausente dos factos políticos - é lem-

472. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 46.

brado que, quando o *Emigrado* enviou mensagens aos seus putativos apoiantes nas circunscrições militarizadas e junto dos berberes, veio do ocidente - do Ġarb - ‘Umar ibn Ṭālūt al-Yaḥsubī - com tropas suas⁴⁷³ que se colocam ao serviço do novo dirigente do al-Andalus, ainda antes da tomada de Córdova.

Os Yaḥsubī/s apostam na aproximação ao omíada, pretendendo garantir, certamente, a posição que dominante em redor de Sevilha (e mais a ocidente) que já detinham. Porém, nada se sabe da reacção dos poderes estabelecidos a sul de Beja (no que será, muito mais tarde, o Algarve) nem no grande eixo Lisboa - vale do Tejo - Coimbra.

A criação de um verdadeiro Estado, independente da dinastia abbásida, comporta riscos mas também imensos desafios. ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘awiya - ou, como normalmente é conhecido na bibliografia histórica, ‘Abd al-Raḥmān I - prepara-se para possíveis reacções que todos esperam venham a surgir do Oriente - o Ocidente ibérico é uma zona claramente secundária em termos de preocupações.

Para reforçar o leque dos seus apoiantes, ‘Abd al-Raḥmān I manda vir e acolhe com magnanimidade os seus parentes ainda sobreviventes; chegam, de facto, vários membros dos Bānū Marwān - ao que parece sobretudo no ano de 140 H. Esses omíadas marwānidas terão recebido importantes bens⁴⁷⁴, de acordo com a dignidade da sua genealogia.

A chegada destes membros da elite omíada sobrevivente faz crescer aquilo a que Chalmeta chama de "sede de terras"⁴⁷⁵. Ora, parece ser certo que ‘Abd al-Raḥmān I tentou recuperar o controle sobre todos os *Khums* / "quintos"⁴⁷⁶ do Estado islâmico para fazer redistribuições de terras e teria, igualmente, mexido nos bens dos *protegidos* e nos Tratados efectuados aquando da fase de conquista, até ‘Abd al-‘Azīz. De facto o número de herdades do cristão Artobás parece ter passado de cerca de 1000 para uma vintena e o enclave de Tudmir parece ter perdido nesta conjuntura o estatuto negociado em tempos de ‘Abd al-‘Azīz⁴⁷⁷. Ora, sem haver dados muito concretos relativamente ao ocidente, não é impossível tenha havido também pressão sobre territórios implantados no Ġarb, territórios dos muitos que se mantiveram nas mãos de famílias da origem goda que pactuaram com as tropas ocupantes. Talvez seja por isso, como salienta Chalmeta, que a Crónica de Moro Rasis refira a existência de "persecución de los cristianos"⁴⁷⁸, perseguições que teriam sobretudo motivações de carácter fiscal, relacionadas com a posse de bens e não tanto com questões de prática ou crença religiosa.

Mas a atenção estaria certamente mais virada para problemas oriundos do Oriente. ‘Abd al-Raḥmān I, depois de se ter assegurado de que tinha as rédeas do *al-Andalus* nas suas mãos, ou seja,

473. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 355-356. O autor refere como Fonte *Fath*, p. 53 e *Bayān*, II, p. 46.

474. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 362. O autor refere *Moro Rasis*, p. 93 - e costuma remeter para a edição de Gayangos.

475. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 362.

476. Para além das numerosas localidades existentes na actual Andaluzia com esses nome, é de lembrar a existência de uma localidade, nos arredores de Beja - zona onde se estabelece o *ḡund miṣrī* - com o nome de Quintos.

477. P. Chalmeta, "Concesiones territoriales...", questão que se prende com as concessões em *iqṭā*'.

478. P. Chalmeta, *Invasión*, p. 363 - (não indica a pp. de *Moro Rasis*).

depois da submissão do antigo governador do *al-Andalus* - Yūsuf al-Fihri - e do seu aliado e importante general - al-Ṣumayl - o novo Emir *declara a independência* em relação aos abbásidas; o al-Andalus tornar-se-á, a partir de então, na primeira grande cisão⁴⁷⁹ territorial do dentro do todo árabo-islâmico, no único grande território que se recusa a reconhecer os califas estabelecidos na recém-nascida *Madīnat al-Salam* ou Bagdad, deixando de fazer a *khutba*, em 140 H.⁴⁸⁰, em nome da nova dinastia sediada na *Ġazīra* / Iraque.

O núcleo principal de descontentamento contra o emir apodera-se de Mérida. O descontentamento social, a crer nas fontes, foi protagonizado essencialmente pelos árabes *baladiyyun* e pelos berberes, ao fim e ao cabo, pelos descendentes dos que entraram inicialmente com os exércitos dos conquistadores, descontentes esses que se colocam do lado de Yūsuf; este consegue tornar Mérida na sede dos descontentes e, em 141 H. daí sair com um exército de várias dezenas de milhares de descontentes que se dirigem para Sevilha. Mas a manta de retalhos mal preparada do exército de Yūsuf saído de Mérida não consegue fazer frente ao exército comandado por ‘Abd al-Malik ibn ‘Umar ibn Marwānī - um dos parentes omíadas do Emir, vindos do Oriente⁴⁸¹ - exército constituído por sírios e com capacidade militar superior⁴⁸².

Algumas reflexões há que destacar; por um lado, os principais inimigos que o árabe, *quraixita* e omíada ‘Abd al-Rahmān I receia são árabes, também eles árabes, quraixitas, parentes afastados dos omíadas, se bem que mais próximos familiarmente do Profeta Muḥammad - os Abbássidas. E no al-Andalus, os perigos mais temidos são os provenientes de outros grupos "árabes" que não querem perder poderes adquiridos antes da entrada do *Emigrado*. Assim, o perigo que se afirma em Mérida contra o Emir independente do al-Andalus é protagonizado pelo anterior governador do território - que aí ganhou adeptos entre "baladíes, gentes de Mérida e de Fuente de Cantos", entre os quais estariam árabes *qaysiīs*⁴⁸³ - e não por elites hispânicas, pelos *dīmīīs* que, se acaso participam mantêm, ou é-lhes atribuído, um *low profile* nestes acontecimentos. Se outras revoltas houve no território da antiga Lusitania, é Mérida que mantém a primazia e que é utilizada - até pela sua posição táctica - como base e testa de ponte para tentar ganhar o vale do "Rio Grande", do Guadalquivir, o que não irá acontecer⁴⁸⁴.

Aliás, P. Chalmeta, que sistematiza de forma extremamente útil o tipo de revoltas e perigos que o primeiro Emir independente vai sofrer durante o seu governo - sistematizando em três tipos, com um Tipo1 ("os descontentes ou deslocados") dividido em vários sub-tipos, só inclui, e parcialmente,

479. A Ifriqiya precedeu, em três anos, o não reconhecimento do regime de Bagdad; mas, se em 137 H. ‘Abd al-Rahmān ibn Ḥabīb não reconhece a soberania abbásida, menos de uma década passada já a ela a Ifriqiya se vergava. - P. Chalmeta, *Invasión*, p. 364. Cf. H. Djait, M. Talbi et alii, *Histoire Générale de Tunisie, II - Le Moyen Age*, Ed. Sud - Tunis, pp. 88-89.

480. Era nos *minbarls* das mesquitas que se fazia a invocação do califa, do guia de todo o Mundo Islâmico; a supressão da invocação do califa abbásida não se palicou só em Córdoba como se mandou executar em todas as mesquitas existentes no al-Andalus - cf. P. Chalmeta, *Invasión*, p. 364; *Fath*, p. 59; *Kāmil*, VI, 10, 111; *Hulla*, I, 35-36.; cf. também *Dikr bilād al-Andalus*, p. 94. Esta decisão no al-Andalus tem por trás a "gura de um tal ‘Abd al-Malik ibn ‘Umar ibn Marwānī.

481. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, pp. 51-52.

482. P. Chalmeta, *Invasión*, p. 364. Cf. *Akhbār Mağmu‘a*, pp. 95-96.

483. *Akhbār Mağmu‘a*, pp. 95-96 - faz-se referência à "gente de Mérida" - "اهل ماردة"

484. Yūsuf al-Fihri depois de derrotado.

no Tipo 3 problemas militares com entidades políticas cristãs - e que, nesta conjuntura, são as tropas Carolíngias⁴⁸⁵.

O *Ġarb* não é imune a essas revoltas. Por um lado, houve revoltas entre 147 H. e 164 H. que, tendo lugar no sul do *Ġarb*, se estendem para o sector ocidental do território sevilhano e são relacionadas, por um lado, com o levantamento de Sa'id al-Yaḥsubī al-Maṭārī e, por outro, com o de Abū l-Ṣabbāḥ, também nesta zona, mas após ter sido destituído do cargo de governador de Sevilha. Mas, houve outro tipo de descontentamentos. Grupos de berberes, rebeldes por razões nem sempre muito claras, mas que têm a ver também com o descontentamento em relação às medidas centralistas de 'Abd al-Raḥmān I e à tentativa de imposição de rigor fiscal - quando não de excessos dos agentes dessa fiscalidade - aderem a movimentos anti-omíadas que, em alguns casos, hasteiam a bandeira negra do abbásidas; e podem surgir lideranças autónomas e locais, como foi o caso de Ṣāqiyā ibn 'Abd al-Wāḥid al-Miknāsī que abrangeu zonas ocidentais e que parece corporizar um descontentamento berbere que vem de épocas passadas. Coria é referida no contexto destes distúrbios mas os mesmos podem ter-se estendido mais para ocidente⁴⁸⁶.

O perigo '*abbāsī*' chegou a sentir-se no al-Andalus: P. Chalmeta fala da chegada de um "diplomata e estandarte" em 146-147 H. para al-'Alā' ibn Muḡīṭ al-Ġudāmī e do desembarque de tropas em 161, à frente das quais parece ter estado 'Abd al-Raḥmān ibn Ḥabīb al-Siqlabī⁴⁸⁷.

Um dos pronunciamentos pró-'*abbāsī*' parece ter tido lugar, como se verá, em Beja; nesse caso não é só prova de descontentamento no *Ġarb* ligado a alguns sectores árabes, mas também um sinal de que o *Ġarb* ainda é - sob o governo do primeiro omíada - uma zona difícil de controlar, uma periferia onde as manifestações de rebeldia têm espaço para se afirmarem facilmente.

Chalmeta identifica em meados do século VIII a existência de três zonas distintas no *al-Andalus*, com dinâmicas internas diferentes. Uma das zonas seria a zona dos "domínios realmente dependentes do emirado omíada"; uma outra seria a Fronteira / *Ṭagr*, que nesta conjuntura corresponde à area em redor de Saragoça e confronta a norte com os territórios carolíngios - uma zona com "vida autónoma" e, por último, as zonas berberes, independentes de facto e que fazem "claríssimamente la guerra por libre"⁴⁸⁸. Embora não o diga, as três áreas identificadas por Chalmeta correspondem em termos geográficos, em grande medida, às zonas, respectivamente, em redor de Córdova, de Mérida e de Saragoça, ou seja, a zonas que antes estiveram integradas na províncias romanas da Bética, Lusitânia e Tarraconense. Parece que a divisão clássica não desapareceu ainda de todo do tecido peninsular.

485. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 365-366.

486. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 365.

487. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 366.

488. P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 366-367. As páginas 367 a 371 são dedicadas à Fronteira e dizem respeito unicamente à zona localizada imediatamente a sul dos Pirinéus, até porque Pepino o Breve havia tomado a Septimânia e recuperado a cidade de Narbona em 133 H. / 751, ou seja, um ano depois da revolução abbácida ter estalado no Oriente e o *al-Andalus* não dar mostras de união sob o domínio de Yūsuf e al-Ṣumayl.

(a) Os primeiros desafios militares do novo Emir - um sinal para todo o al-Andalus?

Estudos recentes, de entre os quais se destacam os de Christophe Picard, referem os problemas que afectam o *Ġarb al-Andalus* durante a fase de estabelecimento do emir ‘Abd al-Raḥmān I. Porém, poderá ser útil perceber o seu percurso militar em todo o *al-Andalus*, por forma a melhor perceber o peso relativo dos problemas que surgiram nos territórios ocidentais. Por outro lado, a referência a acontecimentos ocorridos em outras zonas do solo peninsular informa, muitas vezes, acerca de táticas e de dispositivos militares cuja aplicação no *Ġarb* se pode supor em algumas circunstâncias. Ou seja, pelo que se passa em outras zonas do *al-Andalus* pode-se imaginar a capacidade poliorcética emiral, potencialmente utilizável no *Ġarb*.

Em 133 H. / 751 Pepino o Breve controla a Septimânia e recupera a cidade de Narbona. Cerca de vinte anos depois - provavelmente em 154 H. / 771 o emir ‘Abd al-Raḥmān I dirige-se para norte para, já depois de neutralizado o perigo de Yūsuf al-Fihri e de al-Ṣumayl, controlar Suwayd ibn Mūsā que se mantinha de forma praticamente independente em Saragoça⁴⁸⁹, capital de *taġr*, de *fronteira*, como aparece identificada nas fontes árabes quando se trata de relatar o que se passa no sector em redor de Saragoça na segunda metade do século VIII⁴⁹⁰.

A situação de rebeldia generalizada no vale do Ebro e a norte da sua foz levam o Emir a tomar medidas. Este envia tropas sob o comando de Ta‘laba ibn ‘Ubayd, em 158-159 H., para cercar a cidade de Saragoça, mas um descuido tático deste general enviado a partir de Córdova, coloca-o nas mãos de Sulayman ibn Yaqqān. O mais interessante é o que se passa depois; Sulayman, com um prisioneiro de peso nas suas mãos, e querendo evitar submeter-se ao domínio omíada do novo Emir, entra em contacto com Carlos Magno, enviando-lhe emissários árabes e o ilustre prisioneiro⁴⁹¹. O rebelde árabe do vale do Ebro e o rei dos Francos negociam, situação que Carlos pode ter interpretado como o prenúncio de uma relação de tipo “feudal”, negociação essa que deve ter sido encarada, na perspectiva do árabe, como um acordo ou um contrato do tipo *mu‘aqidan*⁴⁹², pelo qual Sulayman entrega a soberania a Carlos Magno, mantendo-se este como "senhor" da região e assegurando-lhe protecção. Perante este cenário, a reacção emiral parece ter sido rápida.

489. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 367.

490. Dois anos depois, Badr, *mawālī* do emir ‘Abd al-Raḥmān I controla a zona do Ebro e afasta um Sulayman ibn Yaqqān de Saragoça despachando-o para Córdova; este Sulayman ibn Yaqqān escapa de Córdova e decide regressar a Saragoça, mas parece ter-se estabelecido antes em Barcelona, em total rebeldia em relação ao poder emiral, possivelmente em 157 / 774 (Cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 368, n. 63, onde apresenta uma nova interpretação dos textos de Al-‘Udri (ed. p. 25), do *Kāmil*, VI, p. 12 e de *Nafh*, III, 41). Saragoça, por seu turno, estava em mãos de outro rebelde, Ḥusayn ibn Yahyā al-Anṣārī.

Yahyā al-Anṣārī e Ibn al-A‘rābī encontravam-se unidos, na rebelião contra o Emir, na cidade de Saragoça - *Aḫbār Maġmu‘a*, p. 112, trad, p. 103.

491. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 369. Esses "*Sarraceni de partibus Hispaniae*" que chegaram à cidade de Paderborn, na Vestfália, onde estava então o futuro Imperador. FONTES em p. 369, nota 69. *Aḫbār Maġmu‘a* (p. 113, trad, p. 103. ٩٦) refere igualmente a captura de Ta‘laba e a sua entrega a Carlos Magno - لآرلآ.

492. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 370.

O *vassalo* recente de Carlos Magno, Sulayman ibn Yaḡzān, consegue convencer o seu *suserano* a intervir militarmente no al-Andalus, a invadir a zona de ṭagr e a tomar a cidade de Saragoça, medida que deve sido apresentada a Carlos Magno como fácil. A conjuntura não era fácil para o novo emir, dado que desembarcam então no Levante apoiantes dos abbássidas.

Embora tenha um interesse lateral, deve recordar-se que a intervenção das tropas carolíngias não se faz em defesa de um príncipe cristão ou godo, mas sim de um aliado tático anti-omíada, que acena com uma hipótese de aparentemente avanço fácil para sul dos Pirinéus. Só que os exércitos carolíngios vêm mal equipados e não se esperava que Husayn ibn Yaḡyā al-Anṣārī não pactuasse com os acordos preparados entre Carlos Magno e Sulayman ibn Yaḡzān (também chamado de Ibn al-A‘rābī) e se encerrasse em Saragoça, impedindo as tropas de Carlos Magno e de Sulayman ibn Yaḡzān de entrarem⁴⁹³.

A poliorcética carolíngia fracassou⁴⁹⁴ neste cerco de finais da década de setenta do século VIII⁴⁹⁵; por outro lado, o regresso carolíngio pelos desfiladeiros pirenaicos com um Sulayman ibn Yaḡzān / Ibn al-A‘rābī preso detido com responsável por tamanho fracasso, podem ter sido as causas próximas de um ataque - eventualmente para libertar, num desfiladeiro pirenaico⁴⁹⁶, o refém que se oferecera como vassalo - que ficará internacional e literariamente célebre na *Chanson de Roland*.

Nesta conjuntura, o Ġarb não é central nas preocupações do emir, não é um “hot spot”, no qual se jogue o futuro da continuação do emirado; mas também não é uma zona militarmente tranquila.

A sua atenção esteve centrada durante muito tempo na entrada de tropas pró-abbāsi/s⁴⁹⁷ - tropas que controlou, tendo chegado a pensar num contra-ataque e num avanço militar em direção ao Oriente; porém, a insubmissão no vale do Ebro tê-lo-ia demovido de tal, cerca de 160 H. / 777 d.C. e é para aí que vira as suas atenções militares. Sem fazer uma relato pormenorizado desta campanha, convém estar atento às táticas utilizadas pelo emir omíada para controlar a situação. E

493. Sobre o exército carolíngio devem ver-se os trabalhos de Sénac e o recente estudo de Bernard S. Bacharach, *Early Carolingian Warfare: Prelude to Empire (Middle Ages)*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2001, sobretudo o cap. 2, pp. 51-83, estudo que não houve oportunidade de consultar detalhadamente.

494. Apesar de as tropas carolíngias terem levado carroças com *impedimenta* de guerra, não teriam levado máquinas de guerra capazes de neutralizar a pujante e aparentemente bem conservada fortificação *caesaraugustana*.

Sobre as táticas e a estratégia militar de época carolíngia deve ver-se o recente trabalho de Bernard S. Bachrach, *Early Carolingian Warfare: Prelude to Empire (Middle Ages)*, University of Pennsylvania Press, 2001, cap. 5 (pp. 160-201) e cap. 6 (202-242), onde se mostra que alguns aspectos táticos são uma clara continuação de procedimentos já existentes no Baixo Império e que, para além profissionais da guerra, havia “part-time militia, men who were mobilized either in the cities or in the countryside” (p. 243). O mesmo autor realça um aspecto fundamental e que não é exclusivo dos carolíngios: a aprendizagem com os vizinhos e adversários, lembrando que retiraram ensinamentos de Bizantino e de muçulmanos (*Ibidem*, p. 246)

495. As campanhas desenrolaram-se aproximadamente entre 161- 165 H / 778- 781 d.C. Sobre o percurso das tropas carolíngias nesta campanha veja-se P. Chalmeta, *Invasión...*, mapa da p. 372.

496. Habitualmente o local deste ataque/resgate levado a cabo pelos ólhos de Sulayman ibn Yaḡzān / Ibn al-A‘rābī é localizado no desfiladeiro de Roncesvalles. P. Chalmeta não concorda com esta localização e, pela análise de algumas fontes árabes, crê que os ólhos de Sulayman ibn Yaḡzān - Maṭrūḡ e ‘Ayṣūn - atacaram o exército carolíngio na estrada Saragoça - Pau, em Valle de Echo - P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 376. Sulayman ibn Yaḡzān - desfeita a sua ligação com Carlos Magno - reentrou em Saragoça, reuniu-se com os seus ólhos a Husayn ibn Yaḡyā al-Anṣārī e manteve-se contrário à afirmação do domínio do emir ‘Abd al-Raḡmān I.

497. Em 161 H (777-8 d.C.). dá-se o desembarque de tropas pró-abbáscidas em Tudmir cheadas por al-Siqlabī.

elas são essencialmente a velha máxima do "dividir para reinar", seguida de uma campanha militar bem preparada e apoiada em poliorcética eficaz⁴⁹⁸. As tropas e os métodos do Emir recém-chegado mostram-se bastante mais eficazes que os das tropas de Carlos Magno; e estes resultados são rapidamente conhecidos, as notícias divulgam-se facilmente por toda a Península Ibérica. O próprio *Fath* refere que Husayn ibn Yaḥyā al-Anṣārī, então à cabeça da Saragoça rebelde, quando soube o que acontece aos que antes resistiram ao Emir em Pastrana⁴⁹⁹, decide cooperar com o Emir⁵⁰⁰.

Mas, as acções e a persistência do Emir não se quedam por aqui. Tendo fugido das suas mãos o filho de Ḥusayn ibn Yaḥyā entregue como refém, estes voltam à situação de rebeldia e surge, talvez pela primeira vez, um cerco e ataque em grande escala contra uma cidade bem amuralhada; as tropas de Ġālib ibn Tammām ibn ‘Alqama ao serviço do Emir cercam, em 166 H / 782-83 d.C., Saragoça com 36 máquinas de guerra, 36 "almajaneques"⁵⁰¹, com os quais a cidade é tomada - as tropas emirais estão capacitadas para manejar máquinas de guerra.

É também na sequência destas campanhas contra a zona do Ebro - do futuro Aragão - , campanhas que se prolongaram mais para Norte até às fraldas dos Pirinéus - numa conjuntura em que o Emir nomeia Tammām ibn ‘Alqama como *governador militar* nesta região⁵⁰² - que surge o pedido de Carlos Magno, o *Qarluh* das fontes árabes, cujas tropas parece terem combatido tropas de ‘Abd al-Raḥmān I, para que se procedesse a "una alianza matrimonial y al cese de las hostilidades"⁵⁰³. O

498. Assim, prometendo a Husayn ibn Yaḥyā al-Anṣārī que o reconheceria como governador de Saragoça, consegue que este assassine o seu velho aliado Sulayman ibn Yaḥzān (Ibn al-A‘rābī) que controlava sobretudo a zona litoral de Girona - Barcelona (*Akḥbār Maḡmu‘a* refere que Sulayman ibn Yaḥzān / Ibn al-A‘rābī é morto a mando do seu aliado na mesquita principal de Saragoça e que ‘Ayṣūn preparará a vendetta da morte do seu pai - *Akḥbār Maḡmu‘a*, p. 114, trad. p. 104). Em seguida, pretende tornar a submissão nominal de Ḥusayn ibn Yaḥyā em submissão efectiva, caminhando sobre Saragoça com um grande exército, em 164 H. / 781 d.C. (P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 378-381. Refere *Akḥbār*, p. 114; *Fath*, p. 68; Ibn al-Aṭīr, *Kāmil...*, tomo VI, p. 64; *Bayān*, II, 56-57; *Dikr*, p. 96; *Nafh*, I, 333), campanha em que se procede também à destruição e desmantelamento de estruturas defensivas outras, para evitar que eventuais rebeldes tivessem apoios logísticos e militares na região ou até mais a Norte.

499. Local fortificado da Alcarría, actualmente na província de Guadalajara. O número dos prisioneiros feitos aqui pelas tropas emirais foi tal que uma prisão de Córdova é cará conhecida, desde então pelo seu nome - Pastrana. (Muitos séculos depois, esta mesma localidade virá a ter o seu nome ligado ao ocidente da Península, mas por outras razões - individuais e ilustrativas).

500. Segundo os *Akḥbār* ter-se-ia entregue. O *Fath* diz que "cuando al-‘Ubādī supo cómo habían acabado Hilāl y sus compañeros [em Pastrana], vio el duro asedio al que estaba siendo sometido y comprendió que el ataque contra él estaba a punto de iniciarse, pues ya habían sido dispuestas las catapultas, lo invadió el terror y se apresuró a regresar a la obediencia y a la sumisión" - *Fath*, III, [56], trad. pp. 91-92. O *Fath* localiza esta campanha antes da que terá lugar em 166 H. / 782-83 d.C.; nesta última, a mesma fonte refere que a cidade será tomada pela força - *ibidem*, [59], trad. pp. 92-93.

501. *Akḥbār Maḡmu‘a*, p. 115, trad. p. 105

502. *Fath*, III, [56], trad. p. 92. Veja-se tb. P. Chalmeta, *Invas...*, p. 381. Porém, ‘Ayṣūn, o lho de Sulayman ibn Yaḥzān, não se irá submeter; o posterior "descuido" sobre a zona de Girona e Barcelona favorecerão o seu controle, futuro, por parte dos carolíngias, a começar em 785 com a entrada fácil destes na primeira e mais setentrional daquelas duas cidades - cf. Joaquín Vallvé, "La primera década del reinado de al-Ḥakam (796-806), según el *Muqtabis* de Ben Ḥayyān", *Anaquel de Estudios Árabes*, vol. 12, 2001, (pp. 769-778) p. 774.

503. *Nafh*, I, pp. 330-331, citado por Chalmeta, *Inv...*, p. 380. ‘Abd al-Raḥmān I aceita a primeira das duas sugestões.

prestígio do omíada *Emigrado* crescera e afirmara-se, apesar de até problemas dentro da sua própria família⁵⁰⁴.

‘Abd al-Raḥmān I, como resposta a um parente acabado de chegar ao al-Andalus que considerava pouco o que o Emir lhe oferecia, fez uma auto-avaliação, uma espécie de *curriculum vitae* em formato poético. Lembra ‘Abd al-Raḥmān I que "empunhando a espada na mão, atravessou os desertos e atravessou o mar, lutando contra um nome e um fado contrários; que em seguida tomou um Estado /reino, edificou um poder / força e abriu um capítulo que se presta a longos discursos, que refez um exército que nem sequer existia, refundou uma capital que tinha sido tomada pela solidão; após o que, tendo chamado a si todos os seus parentes, por muito longe que estivessem refugiados, viu chegar este homem que, atacado pela fome e perseguido pela espada, à beira de uma morte violenta, encontrou segurança, saúde, fortuna e família"⁵⁰⁵.

O exército que ‘Abd al-Raḥmān I lembra ter formado corresponde, em grande medida, a um corpo de guarda pessoal / *šurta*⁵⁰⁶ constituída por guardas fiéis escolhidos entre os seus clientes / *mawlā/s*, omíadas (seus familiares), gente de Córdova, berberes fiéis e outras gentes⁵⁰⁷, que formariam algumas centenas de membros, algo mais que os célebres 700 que lutaram com o Emir em Carmona, aquando do cerco montado por Yaḥsubī em 146 H. / 763⁵⁰⁸.

Mas, os sinais de que começa a haver uma visão organizativa militar centralizada tornam-se claros quando se faz um balanço destes mais de trinta anos de governo de ‘Abd al-Raḥmān I: para além da utilização de maquinaria pesada - *almajaneques* ou catapultas - em vários cercos, mas sobretudo no de Saragoça, a formação de um corpo de elite de algumas centenas de homens, a colocação de homens de confiança nos locais acabados de conquistar e uma atenção redobrada na permanência dos guerreiros durante os assédios - como no caso de Toledo⁵⁰⁹ - e a destruição sistemática de

A *Real Politik* parece que falava mais alto e a sistematização dos conceitos e preceitos ligados ao Jihad / *Ġihad* não tinha sido ainda terminada. Este contacto e aproximação estreita entre árabes e berberes por um lado e dirigentes cristãos por outro, não era inédita. Já se tinha verificado com Manūsa e com o duque da Aquitânia. E o que os cronistas árabes irão escrever mais tarde sobre estes acontecimentos, temporalmente muito distantes, sobre as cinzas frias dos acontecimentos, não corresponde nem sempre ilustra bem as razões e a força dos entendimentos que estavam por detrás.

504. Familiares seus houve, daqueles que vieram do Oriente e aqui obtiveram protecção, que tentaram conjurar contra ele; mas a conspiração fora descoberta e a resposta do Emir, também aqui, foi implacável - cf. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, pp. 51-52.

505. Traduzido a partir de *Bayān*, II, p. 61; trad. pp. 93-94; trata-se de texto que, pela sua relevância e singularidade, encontrou eco, com variantes, em outras fontes árabes; veja-se igualmente *Akhbār Mağmu‘a*, p. 117; Maqqarī, II, pp. 26 e *Iqd al-Farīd*, II, p. 364; *Ḥulla al-Siyāra*, p. 35; tradução parcial, mas comentada, em P. Chalmeta, *Invasión...*, pp. 382-385. Veja-se também Ibn ‘Abd Rabbihi, Aḥmad ibn Muḥammad, *Al-Iqd al-Farīd*, ed., M. M. Qumayha, 3ª ed., Beirute, Dar al-Kutub al-‘Ilmiyya, 1987, II, p. 269.

506. *Akhbār Mağmu‘a*, p. 91 (p. 87 da edição).

507. *Akhbār Mağmu‘a*, p. 91 (pp. 87/88 da edição).

508. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, p. 53; trad. p. 81.

509. As comissões dos militares omíadas que cercaram Toledo passaram dos habituais 3 meses para o dobro do tempo - cf. *Akhbār Mağmu‘a*, p. 104.

fortificações - como aconteceu nas zonas do que será o Alto Aragão e a zona de Navarra - mostram que 'Abd al-Raḥmān I veio determinado, com ideias claras e racionais e que sabe que o Estado que vem disposto a construir não pode negligenciar os assuntos militares. Há ainda a referir a compra de escravos com fins militares - *mamālik*⁵¹⁰ - e a constituição de uma novidade importante: um registo, um tombo, um *dīwān*⁵¹¹ onde ficavam registados todos os membros do exército - inicia-se a constituição de uma elite militar à parte, ligada directamente ao soberano; as fontes falam de existência de 40.000 berberes e escravos militarizados ao serviço do *Emigrado*⁵¹². Também neste aspecto o Emir é inovador: a tropas passam a ser constituídas em medida por mercenários - *aḥšām* como "seguidores" - , o que traz consigo profundas consequências a nível da necessidade de cobrança de impostos para pagar aos mercenários e quando à dispensabilidade das tropas sírias e outros grupos militarizados que se vêem marginalizados por uma elite militar paga directamente ligada a um soberano acabado de chegar.

Estas medidas de substituição das tropas dos *aġnād* árabes por tropas mercenárias parece terem sido assumidas depois da morte de Abū l-Ṣabbāḥ al-Yaḥṣubī, chefe do Iemenitas, governador de Sevilla com domínio sobre muitos territórios para ocidente dessa cidade, que teve a ousadia de propor a 'Abd al-Raḥmān I a divisão do al-Andalus em duas partes⁵¹³, sugestão que parece ter sido a gota de água que levou o Emir a matá-lo⁵¹⁴ pouco antes de 156 H. / 772-73 d.C. mas, igualmente, a perder a confiança nos grandes chefes árabes. O fundamental desta questão é o aparecimento de mercenários, seguindo uma tendência que será muito comum no Oriente e que levará ao aparecimento de antigos servos ou escravos montados a cavalo⁵¹⁵. Apesar de a maior parte da gente do al-Andalus - entenda-se, a elite militar e dirigente árabe - querer afastar, "destituir"⁵¹⁶ um Emir não chamado e que veio mexer com muitos interesses instalados, este consegue montar um Estado. Como já assinala P. Chalmeta, 'Abd al-Raḥmān I transforma uma província num Estado / *dawla*⁵¹⁷, com um soberano que, apesar de se intitular Emir / *Amīr*, lembra que era descendente de califas.

Todos estes pontos de aposta na via do reforço das estruturas e procedimentos militares não o impede de apostar e investir fortemente na "sua" capital, numa cidade que apesar de escolhida por

510. ممالك ; trata-se do plural do conhecido vocábulo *mamluk* / مملوك (mameluco) que °cará associado, muitos séculos depois a várias dinastias, sendo mais conhecida a que °cou sediada no Cairo.

511. Palavra de origem persa (ديوان) que, entre os seus muitos signi°cados, se aplica ao registo o°cial das tropas ao serviço de soberano de um Estado islâmico. Cf. *E.I.2*, vol.2, s.v. "dīwān", §iii- *dīwān - Muslim West*, (G. S. Collin).

512. *Fath*, §52, trad. p. 89; *Nafh*, III, pp. 36-37; qualquer destes autores toma os dados de parte perdida da larga obra de Ibn Hayyān - cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 384, nota 112.

513. Ibn al-Qutiyya, *Ifitāḥ*, pp. 25-26, trad. pp. 19-20; cf. C. Picard, *Le Portugal...*, p. 33; Piccard trata estaa fase em pp. 30-35++.

514. *Fath*, pp. 66-67; *Nafh*, III, pp. 36-37; qualquer destes autores toma os dados de parte perdida da larga obra de Ibn Hayyān - cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 384, nota 112.

515. - cf. P. Crone, *Slaves on Horses - The evolution of the Islamic polity*, sobretudo a Part 2, pp. 29-57.

516. Ibn al-Qutiyya, *Ifitāḥ*, p. 33, trad. p. 25.

517. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 385.

outros, é mantida, embelezada e dignificada. E essas obras públicas passam pelo restauro / reforço das muralhas da capital⁵¹⁸, o início de uma nova estrutura palatina - o *al-Qaṣr* - que passa pela destruição (possivelmente mais parcial que total⁵¹⁹) da antiga *Dār al-Imāra*, residência dos governadores que deve ter mantido muita da sua estrutura prévia de origem romano-goda, a edificação de uma central gestão de Informações ou, como normalmente se chama, uma Central ou *Casa de Correios*, a *Dār al-Burud*⁵²⁰ e, o início da grande obra simbólica que é a grande mesquita de Córdoba, edificada no local da antiga basílica consagrada a S. Vicente⁵²¹,

A aposta nas Obras Públicas darão o sinal de que se trata de matéria de Estado e de que este *Entrante*, este omíada fugitivo sabe como se contrói e se mantém um Estado.

Por outro lado, o iniciador da dinastia omíada *andalusí* dá não poucas mostras de contentar-se com o aparelho de Estado que encontra na capital. Embora ‘Abd al-Raḥmān I não se queira livrar de imediato de todos os *aparatchik* que herda da fase anterior, parece não haver dúvidas que o Emir procura adaptar-se às circunstâncias e que está atento e dá resposta aos desafios que se lhe colocam⁵²².

Barcelona, Saragoça, Mérida, Coria, Narbona, mas também as menos referidas Beja, bem como Évora, Lisboa e outras (Coimbra, Idanha, ...) - todas estas cidades são cidades de origem romana com cercas datadas por Baixo Império e que mantêm as suas muralhas operacionais. Não se está ainda em fase de construção de recintos amuralhados de raiz mas sim, pelo contrário, parecer imperar a opção pela utilização com eventuais adaptações de estruturas pré-existentes e perfeitamente aptas para servir a política do emir, desde que tenha governadores e guarnições militares fiéis.

(b) ‘Abd al-Raḥman I e as revoltas no *Ġarb*

518. Em 149 ou 150, segundo as fontes; 149 parfa Nuwayrī, p. 163 e *Dīkr*, p. 95; 150 para o *Fath*, p. - cf. Chalmeta, *Inv....*, p. 385, nota 118.

519. Dadas as interpretações arqueológicas - recentes - levadas a cabo em Córdoba.

520. *Burud* como plural de *barīd*, correio. Cf. Kazimirski-Biberstein, vol. 1..

521. Basílica cuja metade que ainda se mantinha na posse da comunidade cristã residente é comprada para, após demolição, se transformar num edifício com claras ressonâncias sírias (cf. Pavón Maldonado, “La mezquita aljama de Córdoba de ‘Abd al-Rahman I, la ampliación de ‘Abd al-Rahman II y las actuaciones de Muhammad I”, *Anaquel de estudios árabes*, vol. 12, Madrid, 2001, pp. 595-630,), cujas obras parece terem tido início em 169 H. / 785 d.C.. Obras essas que se alargaram a espaços extra-urbanos, dado que se estenderam igualmente à pavimentação de vias e cuidado com as estradas, com as comunicações (al-Rāzī - ed. Gayangos- *apud* P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 386). As verbas parece não faltam, até por que se implanta um sistema novo e e^ccaz - em relação à fase anterior - de cobrança de impostos e "se implante el *ṭabl* en relación con las propiedades territoriales de los neo-musulmanes" (cf. Miquel Barceló, "Estudio sobre la estructura °scal...", ++). Sobre este construção veja-se M. Ocaña Jiménez, "La Basílica de San Vicente y la gran Mezquita de Córdoba. Nuevo examen de los textos", *Al-Andalus*, vol. VII, Madrid - Granada, 1942, pp. 347-366.

522. Foram 4 os juízes - *qādī/s* (O plural de *qādī* é de facto *qūdā*; os primeiros *qādī/s*, os *qādī al-ḡund* e *qādī al-‘askar* eram, como os seus nomes indicam, *juízes das tropas ou dos exércitos*, mas a partir de ‘Abd al-Raḥmān I serão cada vez mais juízes de toda a comunidade árabe-islâmica do *al-Andalus*, tornando-se em *qādī al-ḡama‘a*) - dos quais só o primeiro não foi nomeado por si; vizires, *wazīr/es* ou ministros teve 4 igualmente, enquanto que o número de *ḥāḡib/s* ascendeu a cinco (cf. P. Chalmeta, *Invasión...*, p. 387).

Durante o governo de ‘Abd al-Raḥmān I o peso do nordeste peninsular e do levante - em contacto fácil com o perigoso Mediterrâneo de onde poderiam surgir dificuldades inesperadas - é bastante grande e extremamente sensível. Porém o *Ġarb* não deixou de apresentar razões de preocupação para o Emir.

Esta fase da História do *Ġarb* al-Andalus corresponde ao período do governo de Afonso I, genro de Pelágio, sucessor de Fáfila, soberano que sabe tirar partido da saída de populações berberes na sequência da grande fome que se dá em redor de 750⁵²³. A reacção de Afonso I das Astúrias (739-757) deve ter sido uma reacção anti-anárquica e não tanto uma reacção anti-islâmica.

Embora algumas obras dêem pouco destaque às dificuldades sentidas por ‘Abd al-Raḥmān I no *Ġarb*, os trabalhos recentemente levados a cabo por Christophe Picard sistematizaram e apresentaram uma visão muito mais completa e complexa da forma como se afrontaram poderes estabelecidos no sul da região e o poder central de Córdova que, na conjuntura em causa, estava ainda em fase de instalação⁵²⁴.

Evitando repetir o que se conhece convém, porém, não ignorar esses acontecimentos e integrá-los no quadro desta tentativa de compreensão. Por outro lado, dado o que se sabe ter acontecido na *taġr* em redor de Saragoça, convém verificar se em redor do *Ġarb* se detectam especificidades a nível das opções militares definidas pelo primeiro Emir omíada, bem como perceber em que medida a chegada de ‘Abd al-Raḥmān I, o omíada Imigrante ou "Entrante"⁵²⁵, mexeu com interesses instalados no *Ġarb*.

A soberania abbácida foi proclamada em Beja, em **146 H. / 762-3 d.C.** O iemenita al-‘Alā’ ibn Muġīṭ al-Yaḥsubī proclamou o califa de Bagdade - sucessor dos assassinos dos omíadas - como soberano do al-Andalus. Foi hasteada a bandeira negra abbácida e al-‘Alā’ ibn Muġīṭ recebeu do Norte de África (segundo alguns cronistas recebeu no Norte de África⁵²⁶) a insígnia da dinastia de

523. Lévi-Provençal, *Esp. Musulm.*, vol. IV de *Historia de España*, p. 43 coloca o início da fome em 750 /132; o *Bayān* refere que já "em 131 [31 de Agosto de 748] a terra não produzia nada no al-Andalus e a esterilidade foi geral", acrescentando que este estado de *secura* se prolongou até 132, mas que chovera já em 133 (iniciado em 9 de Agosto de 750) - *Bayān*, II, pp. 38-39; trad. p. 56. O mesmo *Bayān* de Ibn ‘Idāri sugere que al-Ṣumayl estaria na zona norte da Península Ibérica, junto à fronteira pirenaica, porque aí a terra não teria sido tão atingida pela seca - *Bayān*, II, p. 43; trad. p. 63.

524. C. Picard, *Le Portugal Musulmán...*, pp. 30-32.

525. ‘Abd al-Raḥmān, tem como cognome "*al-Dākhil*"; este vocábulo é normalmente traduzido por o "Imigrante"; etimologicamente, porém, poder-se-ia traduzir por "o Entrante".

526. Tem-se discutido se al-‘Alā’ ibn Muġīṭ al-Yaḥsubī trouxe a revolta no Norte de África (tendo aí recebido uma espécie de *package*, com bandeira, promessas e dinheiro) ou se a revolta se inicia mesmo no al-Andalus. Lévi-Provençal aceita a informação dada por Ibn al-Aṭīr, dizendo que al-‘Alā’ "había desembarcado en la España Musulmana" - E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*, Vol. V da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 5ª ed., 1982, p. 72.

A tradução francesa, de Fagnan, de Ibn al-Aṭīr pode ajudar a perceber esta dúvida; diz que "en 147 (20 mars 763), El-‘Ala ben Mogīth Ya‘çobi passa d’Ifrikiyya dans la ville [de Beja (1)] en Espagne", esclarecendo, na nota 1 que "Beja" não consta no original, mas que o tradutor acrescenta dada a presença do topónimo em variadas fontes, entre as quais o *Bayān*, Ibn Khaldūn e o *Akhbār Maġmu‘a* (Ibn al-Aṭīr, *Kamil...*, tomo V, p. 440; trad. de Fagnan, *Annales...*, p. 106); ou seja, Ibn al-Aṭīr não refere Beja no *al-Andalus* mas refere o Norte de África - razão por que Lévi-Provençal aponta que al-‘Alā’ ibn Muġīṭ iniciou a sua revolta a sul do Mediterrâneo: porquê esta diferença em Ibn al-Aṭīr? É possível que

Bagdade, acompanhada de dinheiro e da promessa de que se recuperasse a soberania do al-Andalus para os califas abbácidas a governação do al-Andalus seria para si. Al-‘Alā’ ibn Muġīṭ al-Yaḥsubī teria conseguido apoios de árabes de todos os quadrantes, dos descontentes com o governos de ‘Abd al-Raḥmān I⁵²⁷.

Interessante será perceber se o início da revolta pró-abbácida pode ajudar a compreender a situação periférica do al-Andalus. Sabendo-se que os Yaḥsubīs controlavam a zona de Sevilha mas que, a montante do Guadalquivir, a cidade de Córdova é fiel ao emir omíada, é de supor que os contactos entre al-‘Alā’ ibn Muġīṭ e os seus contactos abbásidas e tenham feito - eventualmente - através da grande via de comunicações que "alimentava" os contactos com a zona de Beja, sem passar pelo Guadalquivir, ou seja, o Guadiana e o seu porto fundamental, Mértola. Esta pequena cidade, *terminus* da navegabilidade no Guadiana, deve ter desempenhado papel de relevo nesta conjuntura. (Picard, ao estudar a cidade de Silves coloca a hipótese de que esta cidade tenha surgido nesta conjuntura; Mértola, por outro lado, pode ter visto o desenvolvimento - que vem de trás - reforçado nesta fase, sob o domínio dos Yaḥsubīs - senhores de grande parte do sudoeste ibérico. Ou seja, sem deixar de pressionar o litoral do Mediterrâneo, os abbácidas souberam encontrar cúmplices na periferia atlântica do al-Andalus.

Por outro lado, como C. Picard já refere, é provável que por detrás da revolta, mais que uma profunda convicção pró-abbácida esteja simplesmente uma *questão de poder*. Beja é cabeça de circunscrição militar, é a única cidade do Ġarb a receber um *ġund* sírio - Beja era capital de uma circunscrição militarizada, de uma *kuwar muġannada*⁵²⁸ -, *ġund* esse que deve ter feito alianças que desconhecemos com algumas elites regionais e que geria bens e terras da região desde os tempos da distribuição feita pelo governador Abū l-Khaṭṭār; o novo emir ao querer ter nas suas mãos as muitas rédeas que estavam soltas, entra em conflitos, entre outros (de facto, entre **muitos** outros), com al-‘Alā’, *rā’is* do *ġund* de Beja; como *os inimigos dos meus inimigos meus amigos são*, abbácidas e *ġund* de Beja (como Picard fizera notar, a região de Beja já antes dera mostras de insubmissão) controlado pelos Yaḥsubī/s⁵²⁹ só têm vantagens em fazer uma espécie de *joint-venture* político-militar.

O exército comandado pelo líder pró-abbásida ou, melhor, anti-omíada (ou anti-controle de

este autor oriental, que não conheceu directamente o *al-Andalus*, um "iraquiano" que morreu Mossul em 630 (1232 d.C.) desconhecesse Beja do al-Andalus - cidade, então, em fase de absorção pelo reino de Portugal - e que alguém o informasse de que havia no Norte de África cidades com esse nome, uma das quais sede de circunscrição no norte da actual Tunísia. Daí, sabendo Ibn al-Aṭīr que havia Bejas no Norte de África, pode ter, ao querer ser preciso e rigoroso, localizado mal o ponto onde Al-‘Alā’ ibn Muġīṭ al-Yaḥsubī iniciou a sua revolta: Beja, sim, mas a Beja que em tempos do cronista já tinha sido conquistada pelo reino de Portugal.

Ibn al-Aṭīr parece ter alguma di^oculdade com a cidade de Beja do al-Andalus; parece não a conhecer e essa situação não se nota unicamente no apartado precedente; reforçando a ideia de que di^ocilmente aceitava a existência de uma Beja no al-Andalus está o facto de, quando fala dos contingentes sírios que foram distribuídos por várias ciaddes do al-Andalus, refere todas as cidades ... mas não a cidade de Beja: o *ġund* de Miṣr é colocado unicamente em Tudmir - Ibn al-Aṭīr, *Kamil.*, tomo V, p. 374; trad. de Fagnan, *Annales.*..., p. 95.

527. Ibn al-Aṭīr, *Kamil.*, tomo V, p. 440; trad. de Fagnan, *Annales.*..., p. 106.

528. al-Himyarī, *Rawḍ.*..., p. 36.

529. Veja-se al-Himyarī, *Rawḍ.*..., p. 36, trad. p. 45

proximidade) acercou-se da capital emiral, o que leva o Emir a um recuo tático, optando por refugiar-se na velha cidade de Carmona⁵³⁰. E aqui tem lugar um encontro militar muito esclarecedor acerca da forma como lutavam as tropas que resultam de coligações *ad hoc* e as novas atitudes militares introduzidas pelo Emir.

O Emir ‘Abd al-Raḥmān I teria estado cercado com os seus homens cerca de dois meses⁵³¹. A crónica *Akhbār Mağmu‘a* revela que o Emir se manteve apertado dentro de Carmona e que, com o tempo as tropas de Al-‘Alā’ ibn Muğīṭ al-Yaḥsubī, tropas uma coligação composta não exclusivamente por iemenitas e que deveria contar também com uma série de servidores seus, de origem hispânica, com uma fraca preparação militar, começou a dar sinais de desagregação, sinais esses que devem ter sido percebidos desde o interior de Carmona. O factor tempo acabou por ser favorável á desagregação dos sectores favoráveis a Al-‘Alā’ e o Emir omíada soube escolher o momento certo para fazer uma sortida vitoriosa, não só derrotar as tropas que os Yaḥsubīs do *Ġarb* conseguiram reunir como, igualmente, matar o próprio representante dos abbácidas, o próprio Al-‘Alā’ ibn Muğīṭ al-Yaḥsubī⁵³².

Ora, esta revolta coloca várias questões. Não há indícios de que o pronunciamento pró-abbácida de Beja tivesse tido uma relação de continuidade com os acontecimentos prévios em que se destacou ‘Urwa ibn al-Walīd e os seus *ahl al-ḍimma*. Não seria impossível, porém, que a derrota daqueles trouxesse como consequência um reforço do papel regional dos Yaḥsubī/s na região ainda sob o governo de Al-Fihri. Porém, a região mantinha, em meados do século VIII, uma autonomia invejável e capacidade de arrematar gente em armas que lhe permitirá intervir militarmente e força sobre a zona do Guadalquivir.

530. Carmona ainda hoje exhibe, no seio do seu conjunto amuralhado cada vez mais visível, restos do sistema defensivo de época romana.

531. A crónica *Akhbār Mağmu‘a* dá detalhes curiosos sobre a diferença de espíritos e de atitudes dos dois adversários - cf. *Akhbār Mağmu‘a*, p. 103; trad. p. 96. Pela leitura desta crónica ca-se a impressão de as muralhas de Carmona mentinham-se em muito bom estado de conservação, na viragem da segunda metade de século VIII. Veja-se também E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*, Vol. V da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 51 ed., 1982, p. 73.

532. Pela carga simbólica que a morte do cabecilha do partido pró-abbácida tinha tanto para omíadas e para abbácidas, a sua **cabeça**, depois de cuidadosamente embalsamada, foi remetida para território el aos califas de Bagdade, embrulhada na bandeira negra que serviu de guia. Alguns cronistas colocam a entrega da cabeça em Qayrawān, mas os detalhes variam segundos as crónicas. O arrojo do "recado" enviado para o Norte de África, para território sob controle abbásida teve repercussões enormes e contribuiu para prestigiar o Emir do *al-Andalus*. Cf. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*, Vol. V da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 51 ed., 1982, p. 73. É de ver a recente obra editada pro CSIC, Maribel Fierro (Ed.), *El cuerpo derrotado*, Madrid, 2008, onde este tema é tratado. Por comparação com as formas de proceder com o corpo dos ajusticiados e mortos, em fases posteriores, no Portugal merdieval, é de ver, de Luís Miguel Duarte, “A Justiça Medieval Portuguesa (Inventário de dúvidas) / The Portuguese justice in the Middle Ages (An inventory of doubts)”, *Cuadernos de Historia del Derecho*, Madrid, 2004, n. 11, pp. 87-97.

Segundo a crónica *Akhbār Mağmu‘a* das 7.000 cabeças reunidas, foi separada a de al-‘Alā’ que, levada com outras em alforjes para Qayrawān, foi deixada na praça pública para que, devidamente identi cadas, fossem encontradas pelo governador el ao Abbásidas - p. 103; trad. p. 97.

De facto, a influência dos Yahsubi/s não cessa com o desaparecimento de Al-‘Alā’. Em 148 ou 149 H. / 765 ou 766 surge a resposta à morte de Al-‘Alā’. Um outro Yahsubi do sector ocidental do al-Andalus, Sa‘id al-Maṭarī - senhor de Niebla -, aparentemente num momento proporcionado pela acção dos vapores alcoólicos, apregoeou que iria vingar a morte do antigo rā’is do ġund de Beja. E, com grande facilidade, Sa‘id al-Maṭarī arregimenta outros senhores poderosos da zona a ocidente do Estreito - como é o caso de Ġiyāt ibn Alqama al-Lakhmi, senhor da zona de Sidónia - chega a tomar Sevilha - parece haver uma aliança de senhores fortes implantados no litoral a ocidente do Estreito de Gibraltar, no Golfo de Cádiz. Se este último é reduzido pelas tropas omíadas do fiel Badr, mawlā⁵³³ de ‘Abd al-Raḥmān, já al-Maṭarī e os seus mais directos seguidores são mortos pelos emir em Qal‘at Za‘wāq ou Ra‘wān ou também Rawāq, Ragwāl⁵³⁴.

Mas a eliminação dos Yahsubi/s não se ficou por aqui. Na sequência destes acontecimentos é retirado a Abū l-Ṣabbāḥ al-Yahsubī - um dos grandes fautores da vitória do Emir sobre al-Fihri e que, desse modo, conseguira o governo das zonas de Ukšūnuba e de Sevilha⁵³⁵ - o governo da cidade de Sevilha, o que leva o demitido⁵³⁶ a dirigir-se - em clara manifestação de força e de pressão - a Córdova, acompanhado por 400 dos seus fiéis cavaleiros, cidade onde entra sem autorização prévia e onde, ao ser recebido pelo Emigrado, se lhe dirige de forma insolente. Apesar de não sair vivo do encontro⁵³⁷, o Yahsubī demonstrou uma força que considerava decisiva para manter prerrogativas

533. Cf. Maribel Fierro, "Los Mawālī de ‘Abd al-Raḥmān I", *Al-Qantara*, XX, 1999, p. 70, §5.

534. Ibn al-Aṭīr, *Kamil...*, tomo V, p. 589, trad. Fagnan, *Annales*, p. 110; Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, pp. 53-54; trad. p. 85. Sobre este topónimo C. Picard - que transcreve *Qal‘a Rawāq* ou *Ragwāl* - identi-ca-o com Alcalá del Río (C. Picard, *Le Portugal...*, p. 32), como o faz o *Fath*, trad. p. 17; Ibn al-Aṭīr, *Kamil...*, tomo V, p. ??, trad. Fagnan, *Annales*, p. 110 ??, aponta para Alcalá de Guadaíra. Foi Félix Hernández Jiménez quem identi-cou este topónimo com Alcalá del Río ("Ragwāl y el itinerario de Mūsà, de Algeciras a Mérida", *Al-Andalus*, XXVI, Madrid - Granada, 1961, pp. 43-153), identi-cação que se vem mantendo - cf. Luis Molina, "Los itinerarios de la conquista", *Al-Qantara*, XX, Madrid, 1999, p. 41. Cheguei a pôr a hipótese de esta *Qal‘a* se tratar da localidade Cala a Leste de Aracena; há argumentos arqueológicos para que pudesse ser nessa zona, tanto mais que não está muito afastado do caminho que procede de Beja. Porém, o texto é claro quando diz que os rebeldes estavam perto de Sevilla; nesse caso, faz mais sentido ser Alcalá del Río, sensivelmente a Norte desta cidade, na margem direita do Guadalquivir e num bom local para seguir para Córdova, pela margem que passa por Almodóvar del Río.

Akhbār Mağmu‘a indica قلعة رعوال - *Akhbār Mağmu‘a*, p. 102, .91v; trad. p. 95.

535. Ibn al-Quṭīyya, pp. 30-31; trad. p. 23-24;

em - Sobre o apoio que o Emir recebeu em Sevilha antes de poder entrar em Córdova, em 756, veja-se *Akhbār Mağmu‘a*, pp. 83-84, trad. p. 82.

536. Abū l-Ṣabbāḥ teria aliciado Ta‘laba ibn ‘Ubayd al-Ġudāmī (o mesmo que será capturado e posteriormente levado junto dos Francos) para "matarem dois coelhos de uma cajadada", ou seja, depois de se terem livrado de al-Fihri seria tempo de tentar livrarem-se do Emir; mas Talaba contou ao Emir... - cf. Ibn al-Quṭīyya, *Ta‘rikh Iftitāḥ al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 30; trad. p. 23. Veja-se uma redacção semelhante em *Fath al-Andalus*, trad. p. 77

537. Abū l-Ṣabbāḥ al-Yahsubī será morto, nesse encontro, pelo próprio emir ou por uma escrava negra que empunhou um alfange que acompanhava o omíada (*Akhbār Mağmu‘a*, p. 106, trad. p. 99). - Ibn al-Aṭīr, Ibn ‘Idārī, *Akhbār Mağmu‘a* apresentam versões com diferenças de pormenor. Segundo Ibn al-Quṭīyya, seria morto "arteramente" e, seguindo a tradução de Ribera, era "el hombre principal en el Occidente" peninsular - Ibn al-Quṭīyya, *Ta‘rikh Iftitāḥ al-Andalus*, p. 30; trad. p. 23.

"autonómicas"⁵³⁸ ou, no mínimo, manter poderes adquiridos numa vasta região do sudoeste peninsular.

Aliás, estas mortes dos cabecilhas Yaḥsubī/s do Ġarb irão estar na origem de outras reacções como a que se dá em 154 / 770-71⁵³⁹. Em redor de 154 / 770-71, um iemenita de seu nome Ḥaywa ibn Mulāmis al-Ḥadramī, aproveitando o emir estar "sobre" Saragoça, toma a cidade de Sevilha e consegue arregimentar tanto árabes como berberes, descontentes, em Écija e no Ġarb. A crónica Akhbār Mağmu'a refere que entre os revoltosos estavam os aḡnad de Ḥums e de Miṣr /Egipto - o mesmo que controlava Beja e onde dominavam os Yaḥsubī/s. Além desses, é referido que se lhes junta 'Abd al-Ġaffār ibn Ḥamid al-Yaḥsubī, ou seja, outro Yaḥsubī, neste caso senhor de Niebla, curiosamente mais uma cidade do litoral sudoeste, a ocidente do Estreito⁵⁴⁰.

A situação era de tal forma perigosa, podendo até pôr em risco a capitalidade emiral em Córdova, que o emir desce com os seus fiéis e defronta os seus adversários nas margens do rio Bembézar⁵⁴¹. Esta batalha junto ao rio Bembézar revela uma vez mais que as tropas lideradas pelos Yaḥsubī/s são uma "manta de retalhos", uma coligação que se desagrada com facilidade e que um exército mais pequeno - como o do Emir - mas mais coeso e com um espírito mais aguerrido consegue melhores resultados.

Os pormenores que envolvem este recontro perto do rio Bembézar (então conhecido como wādī Qays) são também interessantes e devem ser tidos em linha de conta, na medida em que podem explicar atitudes em outros momentos e locais, envolvendo tropas berberes que, como se sabe, tiveram e continuarão a ter importância não negligenciável em outras áreas do al-Andalus como, por exemplo, o *Ġarb*.

Dizem as crónicas que os berberes Zanatas que estavam do lado dos Yaḥsubī/s foram convencidos a passarem-se apora o lado do Emir, o que foi um factor de desestabilização e de surpresa que influíu no resultado do confronto. Mas, há uma outra informação, dada por Ibn al-Qutiyya que não pode passar em claro; diz este autor que os berberes falavam em língua berbere.

Diz Ibn al-Qutiyya que o Emir "pela tarde montou a cavalo acompanhado dos oficiais de mais confiança entre os seus clientes e cavaleiros e de uma patrulha de soldados; e ouviu falar os berberes do exército contrário, os quais falavam no seu idioma nativo..."⁵⁴².

Como o Emir não sabia falar com aqueles berberes, pediu a alguns dos seus fiéis seguidores que

538. cf. C. Picard, *Le Portugal...*, pp. 33-35.

539. Picard, *Le Portugal...*, p. 33.

540. Esta presença de rebeldes junto a portos pode reforçar-se com a revolta do governador de Algeciras, al-Kinānī que, quando viu os esquadões do Emir 'Abd al-Raḥmān I chegarem à sua cidade estava nos banhos e, para conseguir pôr-se ao largo no mar e seguir para Oriente, nem teve tempo de retirar convenientemente a pasta depilatória que tinha no pelo - *Akhbār Mağmu'a*, p. 112, trad. p. 103 (mais referências a banhos, *ibidem*, p. 115, trad. p. 105).

541. Sobre o território e rede viária envolvente desta linha de água veja-se, embora sobretudo para a Baixa Idade Média, José Luis del Pino e Eva Rojas, "Infraestructura viaria y pontonera medieval en torno al Bembézar", *Estudios de Historia y Arqueología Medievales*, n.º XI, 1996, pp. 365-415.

542. Tradução feita a partir da edição de J. Ribera; cf. Ibn al-Qutiyya, *Ta'rikh Ifitāḥ al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 31; trad. p. 24. Ficou a memória de que os berberesw, pelo menos naquela fase mantinham o domínio da sua língua materna; poderiam eventualmente falr árabe, mas esta era a língua com que falavam entre si.

entabulasserm os contactos. Ter-lhes-ia dito: "Falai com os vossos patrícios, exortai-os e fazei-lhes saber que se os árabes (sic) vencem e eu perco o poder, também eles sofrerão com a perda. E, quando caíu a noite aproximaram-se [os homens do Emir] do exército inimigo, falaram-lhes em berbere e negociaram o que aqueles berberes queriam por forma a abandonar o exército em que estavam"⁵⁴³.

A crónica *Akhbār Mağmu'a* dá do encontro militar havido cerca do rio Bembézar outros detalhes; refere a promessa dos berberes de se passarem para o lado do Emir e da forma implacável como este os teria tratado; mas refere igualmente que "con los sublevados estaban los berberiscos del Algarbe"⁵⁴⁴.

Ou seja, várias décadas passadas sobre a entrada das tropas de Ṭāriq as comunidades berberes entendiam-se em Amazigh nas zonas próximas ao Guadalquivir, próximas ao poder árabe estabelecido em Córdoba. Não será de estranhar que as comunidades berberes entradas antes e as que estavam estabelecidas mais a norte, na zona central do al-Andalus mantivessem a língua materna mais afinadamente.

Porém, outros elementos de carácter militar se podem retirar - com utilidade para a compreensão da realidade do Ġarb al-Andalus - deste episódio. A tática para fazer com que os "árabes" do exército contrário ao Emir ficassem debilitados parece ter passado por um pedido de alteração do que estava planeado. um pedido plausível que lhes vai diminuir o poder de combate em campo de batalha, permitindo aos berberes que decidiram mudar de campo fazerem-no sem grandes problemas.

Alegam estes berberes - junto dos árabes anti-‘Abd al-Raḥmān I - que "nós não sabemos guerrear de outra maneira senão a cavalo; fazei com que os nossos que não têm cavalo montem, e que os árabes vão / combatam a pé"; os árabes aceitaram - deve ter-lhe parecido plausível o argumento - e "os berberes montaram e os árabes combateram a pé. Os berberes preguiçaram (*se hicieron los remolones*) sem combater, e os homens do *Yaḥsubī* ‘Abd al-Ġaffār tiveram de pôr-se em fuga, morrendo este com cerca de 30.000 dos seus homens"⁵⁴⁵.

Este testemunho mostra como os berberes tinham, aparentemente, fama de bons e versáteis combatentes a cavalo⁵⁴⁶, de tal forma que os orgulhosos *Yaḥsubī* /s cederam os seus cavalos a berberes, pensando que, desta forma, mais facilmente assegurariam uma vitória sobre as tropas emirais.

Em síntese, parece não haver dúvidas que os *Yaḥsubī* /s controlavam os territórios do Ġarb al-

543. Ibn al-Quṭiyya, *Ta'rikh Iftitāh al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, pp. 31-32; trad. p. 24.

544. Deve enterder-se da tradução de Lafuente y Alcántara que "Algarbe" está para Ocidente e não para o actual Algarve português.

545. Ibn al-Quṭiyya, *Ta'rikh Iftitāh al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 32; trad. pp. 24-25. A crónica de Ibn al-Quṭiyya, para dar crédito ao número de mortos, refere que era ainda conhecido o fosso ou barranco onde se tinham junto as cabeças dos adversários do Emir mortos em combate; para decapitar como prática comum, cf. *El cuerpo Derrotado* (op. cit.).

546. Sobre a importância do cavalo no al-Andalus há várias obras, inclusivawmrne de divulgação científica. Porém, é de ver Ibn Huḍayl al-Andalusī, e a sua obra *Mukhtar min ‘Ayn al-adab wa-al-siyasah wa-zayn al-hasab wa-al-riyasah*, (veja-se a edição castelhana: *Gala de caballeros, Blasón de paladines*, (ed. María Jesús Viguera), Madrid, Editora Nacional, 1977.

Andalus localizados a sul a serra do Mendro⁵⁴⁷ - se não mesmo a sul do Tejo⁵⁴⁸ -, durante a década que medeia entre 146 / 763 e 156 / 772-73. Apesar de os Yaḥsubī /s começarem como apoiantes de primeira linha do Emir, a factura que lhe apresentam por o terem apoiado parece ter sido excessiva e , um a um, vão gradualmente caindo e perdendo o grande poder que detinham num vasta região que englobava o sector sul do Ġarb, região estreitamente ligada aos destinos de Sevilha e de outras cidades do que actual se pode considerar como o ocidente da Andaluzia. Mas esta não sera a última vez em que os destinos das regiões dos cursos finais do Guadalquivir e do Guadiana se encontrarão ligados no quadro do al-Andalus.

Mas é importante relembrar, como dizem as fontes, que o Emir, na sequência da sucessão de problemas que lhe advieram no Ġarb com tropas ligadas aos Yaḥsubī /s, apostou em relações de clientela - preferindo os seus *mawālīs* (de *wālā'*), clientes esses obtidos por via da manumissão (*wālā' al-'itāqa*), ou por via contratual (*wālā' al-muwālāt*) que pode ser produzida por via de uma conversão mas não é forçoso que assim seja⁵⁴⁹ - bem como na compra de escravos⁵⁵⁰. A colocação desses clientes e de escravos com qualidades militares (*mamālik*⁵⁵¹) nos seus exércitos em lugar de árabes com vínculos fortes a uma tribo A ou B está bem estudada⁵⁵². O emir não deixou de apostar em mercenários de reconhecido mérito⁵⁵³.

547. É possível que a zona de Évora - não citada nas fontes para esta época - estivesse mais próxima dos acontecimentos da zona de Mérida e da bacia média do Guadiana.

548. C. Picard, *Le Portugal...*, p. 33.

549. Sobre as relações de clientela, no período de 'Abd al-Raḥmān I, veja-se fundamentalmente Maribel Fierro, "Los Mawālī de 'Abd al-Raḥmān I ", *Al-Qantara*, XX, 1999, pp. 65-97; sobre estes tipos de contrato de clientela ou *wālā'* cf. *ibidem*, pp. 66-67. *Mawālī* é o plural de *Mawlā* (ou *Mawlā*), se se seguir o procedimento, didáctico, seguido por arabistas de Espanha onde, através de um "acento grave" se dá a informação de que o alongamento vocálico é dado por um *alif maqṣūra*.

Sobre a clientela no Mundo Islâmico medieval, alguns aspectos do caso particular do al-Andalus e as diferenças e semelhanças com relações de clientela no Mundo Clássico veja-se Patricia Crone, *Roman, Provincial and Islamic Law: The Origins of the Islamic Patronate*, (Cambridge Studies in Islamic Civilization) Cambridge Univ. Press, 2002, pp. 35-42 (cap. 3).

550. Maribel Fierro, "Los Mawālī de 'Abd al-Raḥmān I ", *Al-Qantara*, XX, 1999, p. 71.

551. *Mamālik* é plural de *mamluk*, vocábulo que é frequentemente utilizado para identi^ccar uma distastia "egípcia", por esses escravos, que eram uma espécie de casta militar, dominarem essa região política e militarmente durante vários séculos; porém, essas mesmas designações foram usadas também no *al-Andalus*, mas sem terem adquirido o peso político que tiveram em redor do Nilo.

552. Maribel Fierro, "Los Mawālī de 'Abd al-Raḥmān I ", *Al-Qantara*, XX, 1999, p. 91.

553. Sa'id al-Yaḥsubī al-Maṭārī entra em sedição contra o emir, em 149 H/ 766, a partir de Niebla (Lévi-Provençal, *op. cit.*, pp. 73-74); tomou Sevilha sem di^cculdade mas acaba derrotado pelo Emir em Córdoba. Em 149 H. / 766 - depois da revolta de al-Maṭārī, o Emir manda executar Abū l-Ṣabbāḥ Yahyā al-Yaḥsubī que lhe teria feito frente. Mas os iemenitas juraram vingança e, enquanto o Emir se ocupava com a revolta de Ṣaqya em Mérida, um primo de Abū l-Ṣabbāḥ - 'Abd al-Ġa'ffar - com a aportação de apoio sevilhano trazido por Ḥayyat ibn Mulamis, tentaram tomar Córdoba de surpresa. Será 'Abd al-Malik ibn 'Umar que derrotará os sublevados provenientes do ocidente na Batalha de Wadi Qays - rio Bembezar- em 774 / 157-158 H. Sevilha parece funcionar, em tempos dos primeiro Emir, como uma espécie de "hub" onde conuíam, ou de onde partiam vectores militarizados estabelecidos em Niebla, Sidónia, mas também em Beja. A aposta do primeiro Emir em tropas mercenárias é clara, logo que os árabes aliados lhe causam problemas. Depois da Batalha do rio Bembézar, 'Abd al-Raḥmān I faz uma aquisição de vulto - "fue comprado Bazi", escravo que combateu de tal forma que o Emir não descansou enquanto não o comprou (*Akhbār Maḡmu'a*, p. 109, trad. p.

(c) Šaqya - entre 151 H / 768 e 160 H/ 776-777

As acções e pronunciamentos do Yahsubī /s no ocidente do al-Andalus coincidem, em grande medida, com outras revoltas, de diferente cariz, a que o Emir terá de dar resposta. E uma das mais importantes passará também pelo território do ocidente ibérico, mas a uma latitude superior.

No Maciço Central ibérico ter-se-ia iniciado uma revolta com características muito diferentes mas que, se por um lado também elas põem em causa a legitimidade do Emir emigrado, por outro revelam ligações a zonas ocidentais do al-Andalus, com características bem diferentes da revolta de cunho abbácida.

A revolta de Šaqya - que **durou uma década** - estender-se-á à área entre as bacias hidrográficas médias do Tejo e do Guadiana. Segundo a crónica *Akhbār Mağmu'a* a revolta de Šaqya ter-se-ia iniciado quatro anos depois da morte de Abū l-Šabbāh⁵⁵⁴.

O epicentro da revolta de cariz xiita, "fatímida" tem sido apresentada como a região de Santaver. Se se seguir Lévi-Provençal, fica-se com a perspectiva de que o movimento se iniciou no Maciço Central ibérico, entre berberes. Šaqya era mestre-escola na zona de Santaver e apresentava-se como descendente de Fátima, filha do profeta Muḥammad, dado que a sua mãe se chamava ela própria Fátima⁵⁵⁵. Acreditava ser um predestinado e propunha um puritanismo que agradava a grupos berberes. Lévi-Provençal já aponta a coincidência temporal entre esta revolta e o movimento Khariğita dos Zanata norte-africanos, bem como o movimento do berbere Saliḥ ibn Tarif que se fazia passar por Profeta e que - junto dos Bargāwata⁵⁵⁶ - criou um movimento herético que durou séculos⁵⁵⁷.

A ligação estreita deste movimento com a zona de Santaver está também muito nítida em Eduardo Manzano, autor de uma das obras mais importantes sobre a Fronteira - como sujeito histórico - nos primeiros séculos do domínio islâmico⁵⁵⁸.

100;sobre este escravo - depois *mawlà* de 'Abd al-Raḥmān I - e a sua descendência veja-se Maribel Fierro, "Los Mawālī de 'Abd al-Raḥmān I", *Al-Qantara*, XX, 1999, p. 71-73. Tammām b. 'Alqama era igualmente *mawlà* de 'Abd al-Raḥmān I - Maribel Fierro, "Los Mawālī de 'Abd al-Raḥmān I", *Al-Qantara*, XX, 1999, p. 85.). E este Bazi' estará associado a uma outra novidade: será ele que 'cará a che'ar a "guardia negra, única que había en aquella sazón..." (*Akhbār Mağmu'a*, p. 109 (.94), trad. p. 101. A crónica dá a entender que, mais tarde, o número de negros a servir na guarda pessoal estatal é maior que a existente em tempos de 'Abd al-Raḥmān I).

554. *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; trad. p. 99.

555. Para Šaqya ver tb. P. Guichard, *Al-Andalus, estructura antropológica de ...*, p. 392 e segs. e *Bayān II* (ed. Dozy), pp. 56-57.

556. Entre outras veja-se a seguinte obra de um especialista na fase inicial do Islão no Norte de África: Mohammed Talbi, "Hérésie, acculturation et nationalisme des berbères Bargawata", in *Premier congrès des cultures Méditerranéennes d'influence arabo-berbère*, Argel, 1973, pp. 217-233

557. Lévi-Provençal, E., *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*. Vol. IV da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 5ª ed, 1982. pp. 74-75; o autor não especifica as fontes que utiliza e baseia algumas das suas afirmações em Miguel Asín Palacios, *AbenMasarra y su Escuela. orígenes de la Filosofía Hispano-Musulmana*, Madrid, 1914, p. 18, n.1 - onde não há traços da utilização da crónica *Akhbār Mağmu'a* - Miguel Asín usa informação retirada essencialmente do *Bayān II* e de Ibn al-Qutīyya.

558. Eduardo Manzano Moreno, *La frontera de al-Andalus en Época de los Omeyas*, Madrid, C.S.I.C., 1991.

A identificação de *Šantabariyya* com Santaver parece não colocar problemas, sobretudo a partir da publicação da parte V do *Muqtabis*⁵⁵⁹. Por outro lado, e usando as palavras de E. Manzano, "no existe duda ninguna sobre el hecho de que la *Šantabariyya* musulmana se corresponde con la antigua Ercávica de época romana, la cual es conocida en las fuentes visigodas con el nombre de Arcávica⁵⁶⁰". É mais um caso de continuação de povoamento. Esta zona de *Šantabariyya* tem povoamento berbere dese muito cedo. Al-Rāzī atesta que havia berberes na região⁵⁶¹.

Porém, as ligações deste líder berbere xiita com o Ġarb são evidentes. E é a crónica *Akhbār Mağmu'a* que o mostra de forma evidente: embora lhe chame "Sofian⁵⁶²" ibn 'Abd al-Wāḥid, a crónica é clara quando lhe atribui como local de origem a região de *Lağdāniyya*⁵⁶³ e mestre de escrita, um mestre-escola⁵⁶⁴, cuja mãe se chamava Fátima⁵⁶⁵. Šaqya é idenficado na crónica *Akhbār Mağmu'a* como "Sofian" ibn 'Abd al-Wāḥid, da tribo berbere dos Micnasa⁵⁶⁶, e a sua mãe chamava-se Fátima.

A identificação de *Lağdāniyya* com Idanha é ponto assente; nas palavras de Eduardo Manzano, *Lağdāniyya* "debe identificarse sin ningún género de dudas con la antigua Egítania (Idanha a Velha)⁵⁶⁷".

559. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, p. 245.

560. Eduardo Manzano Moreno, *La frontera de al-Andalus en Época de los Omeyas*, Madrid, C.S.I.C., 1991, p. 143.

561. Lévi-Provençal, description...p. 80; Diego Catalán, *Crónica del Moro Rasis*, pp. 59-62; al-Iṣṭakhrī a^orma que é na região que nasce o Tejo (edição usada por Ed. Manzano), pp. 42 e 44.

Todos estes dados estão em perfeita concordância; poderá ser interessante poder estudar com mais detalhe - futuramente - a hipótese de que alguma vez possa ter havido equívoco nas transcrições e possa ter surgido confusão entre duas cidades - ambas localizadas sobre o Tejo - mas em pontos diferentes do seu curso: *Šantabariyya* e *Šantarīn* - equívoco que não era impossível sobretudo por parte de cronistas que não conhecessem bem o território.

562. As gra^{as} "So^oan" ou *Sufyan* e *Šaqya* prestam-se a equívocos; e se pensar na especi^ocidade da escrita magrebina a nível de alguns pontos diacríticos - sobretudo ف e ق -, esses equívocos são mais compreensivos.

563. "واصله من لجدانية" - "a sua origem era *Lağdāniyya*" - *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v. ; na tradução Lafuente y Alcántara traduz como "Labidenia (sic)" (*Akhbār Mağmu'a*, trad. p. 99) o que durante algum tempo di^ocultou a identi^ocação do local.

564. "معلم كتاب" - *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v.

565. "امه فاطمة" - *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v.

566. "سفين بن عبد الواحد المكناسي" - *Sufyan 'Abd al-Wāḥid al-Miknāsīyy*.

567. Ed. Manzano, *La Frontera...*p. 193.

Há aspectos deste movimento que convém ver com cautela. Segundo ainda a crónica *Akhbār Mağmu'a*, o Fatímida, surpreendeu **de noite** o governador de Mérida, que era Sālim Abū Za'bil, matou-o - não refere onde⁵⁶⁸ - e fez-se depois senhor da zona de Coria⁵⁶⁹. Acrescenta ainda a crónica que a partir daí fez desmandos "a torto e a direito"⁵⁷⁰.

Interessante é a referência a que o Emir intervém pessoalmente contra este rebelde - sinal de que pode estar preocupado com a gravidade da situação e com uma eventual perda da antiga capital da Lusitânia, causada por uma destas acções dos homens de Šaqya; embora também não impossível pensar numa campanha fundamental para cimentar o prestígio militar do Omíada.

O exército preparado por 'Abd al-Raḥmān I e as forças com que se reuniu em Mérida - é de supor que aqui tenha concentrado os seus esforços - devem ter sido de grande envergadura. De facto, a mesma crónica indica que "o Fatímida fugiu para o país agreste", o que permitiu que escapasse.

Esta descrição coloca várias questões. Por um lado, os berberes conhecem os trilhos e os caminhos mais ásperos da região e sentem-se familiarizados com ela. Por outro, o exército emiral, por muito bem equipado que estivesse não se aventura para zonas de serra que não conhece ou para a qual não se sente preparado - o ser "agreste" parece que faz desanimar um exército quiçá mais convencional para a época, que prefere refrega em campo aberto e receia as gargantas das serras (quais? zona da Estrela?, ou zona da Serra das Hurdes⁵⁷¹ e de Gata?). Aliás, a referência a zonas agrestes denota um claro desprezo ou repúdio por estas paragens (como se tratasse das serras do Curdistão que não deveriam ser desconhecidas do Emir Emigrado), como se já se tivesse assumido que aquela era uma barreira dificilmente transponível, como que uma barreira natural que não convinha franquear⁵⁷². Por outro lado, é de crer que a crónica *Akhbār Mağmu'a* fale de Coria - sobre a conhecida Via de la Plata - como centro mais importante, na medida em que os reevoltosos se manifestam em outras localidades. Os homens de Šaqya - sendo este da região de Idanha, certamente que saberiam tirar partido da localização da grande ponte romana sobre o Tejo - a "ponte" por antonomásia - *al-Qanṭara* - cujo controle permitiria escapar para territórios mais ocidentais e também eles serranos.

A zona de Mérida e Coria teria absorvido parte dos berberes que se encontravam a Norte do Sistema Central antes da grande descida que se efectuou aquando do grande fome de cerca de 136 H / 753-54⁵⁷³. Šaqya al-Miknāsīyy e os seus homens parece terem tido uma grande capacidade de mobilidade e para além das cidades que se referem ligadas ao seu movimento, não é impossível que tenham usado habitats temporários ou reocupado antigos castros ou povoados de altura na sua fase de mobilidade e de fuga às tropas emirais.

568. Šaqya parece não ter tomado a cidade de Mérida; é possível que a morte do governador tenha tido lugar durante uma expedição punitiva que, por ter fracassado, levou o Emir a decidir intervir pessoalmente.

569. *وغلب على ناجية قورية* - e avançou vitorioso para o refúgio em Coria - *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v; a tradução aqui proposta é ligeiramente diferente da dada por Lafuente y Alcántara - ibidem, p. 99.

570. Uma tradução à letra seria que tinha feito esses desmandos "à direita e à esquerda" - *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v.

571. Zona agreste mas que enfeitizará um outro soberano, muito séculos depois - Carlos V.

572. Essa atitude fará da zona de Coria uma região apetecida para novos rebeldes - como se verá mais adiante.

573. - cf. *Akhbār Mağmu'a* (Ed. Manzano refere pp. 39 e 62, 49-50 e 66-67 ver - cf. Ed. Manzano, *La Frontera...*p. 187.

O Emir, que participa pessoalmente numa das campanhas, "percorreu a região e assolou-a, castigando severamente a todos quantos se tinham declarado sequazes do sublevado, e tinham tido alguma participação na sua rebelião"⁵⁷⁴. O Emir "saqueou, incendiou e destuíu"⁵⁷⁵, até que uma carta do seu mawlà Badr o faz descer, pois na região de Sevilha rebentara a revolta.

O que se depreende pela acção inquiridora e destrutiva leva a cabo pelo Emir é que o movimento de Šaqya não era uma simples coluna de cavaleiros que ora atacava aqui, ora atacava ali. Pela acção castigadora, deveria ter apoios em aldeias⁵⁷⁶, em pequenos centros urbanos ou até em outras instalações. A propagando xiita fatímida muito particular deste movimento teve acolhimento - aparentemente - muito alargado.

Mas a revolta de Šaqya mantém-se activa e - segundo e seguindo a crónica *Akhbār Mağmu'a* - depois da Batalha de Bembézar e da compra de Bazī' o emir regressa à perseguição do movimento de Šaqya, que se mantém nas "escabrosidades"⁵⁷⁷, nas zonas de serra - presume-se que em território não muito afastado de Coria; é no contexto deste relato que se diz que "en este mismo año fué el Emir en persecucuión de Faṭīmī, el cual huyo hácia las escabrosidades, pasando de Alkasr Al-Abyad (Alcázar Blanco), y Ábdo-r-Rahmen se volvió"⁵⁷⁸.

A localização deste "القصر الابيض", desta fortificação ou residência fortificada não tem levantado, infelizmente, polémica, nem parece ter atrído os investigadores. Em trabalho recente apontou-se a hipótese - com base na semelhança fonética - de que esta fortificação esbranquiçada, este eventual "Castelo Branco" pudesse localizar-se na zona de influência de Coria, não muito longe das referidas "escabrosidades" - e a coincidência com a actual Castelo Branco - até pela sua localização na zona de influência da antiga Egitanis - território bem conhecido de Šaqya desde a sua infância, poderia ter algumas hipóteses de explicação⁵⁷⁹.

Porém, os dados textuais e arqueológicos que possam sustentar esta hipótese são demasiado frágeis, se bem que - deve dizer-se - não se tem perfilado nenhuma outra explicação mais convincente. Este "القصر الابيض", Alcácer Branco ou "Castelo Branco" deveria estar numa zona de pré-serrania⁵⁸⁰, capaz de demover um emir decidido - como se tem tentado demonstrar - de prosseguir⁵⁸¹. A crónica *Akhbār Mağmu'a* não é especialmente propensa a veicular efabulações, mitos ou lendas. Porém, deve lembrar-se que tal como é referido este "القصر الابيض" - este Alcácer Branco - também há re-

574. *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v; trad. pp. 99-100.

575. *Akhbār Mağmu'a*, p. 107; .93v; trad. pp. 99-100.

576. Os saques e os incêndios podem ter a ver com edifícios mas igualmente com colheitas e animais.

577. *Akhbār Mağmu'a*, p. 109; trad. p. 101.

578. *Akhbār Mağmu'a*, trad. p. 101; optou por utilizar a tradução tal e qual ela foi publicada.

579. Fernando Branco Correia, "Egítânia / Antaniyya e o domínio islâmico: algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira", M. J. Barroca e I. C. Fernandes (Eds.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, C. M. Palmela - Univ. do Porto, pp. 77-84.

580. O que não é incompatível com a moderna Castelo Branco, perto da Gardunha e não muito afastada da serra da Estrela.

581. Se bem que, deve reconhecer-se, as constantes sublevações o faziam ter de regressar a Córdova.

ferências a um "Castillo Negro" (al-Qaṣr al-Aswād)⁵⁸², fortificação ligada à célebre lenda da "cidade de Cobre"⁵⁸³.

Šaqya deve ter sido assassinado antes da grande campanha contra Saragoça - na qual o emir participa - dado que as tropas de Córdoba quando passam por Santaver aprisionam gente, entre as quais o pai do assassino do "Fatīmi"⁵⁸⁴. Abd al-Raḥmān I subornou outro berbere - Abū Za‘bal⁵⁸⁵ - tendo Šaqya sido assassinado possivelmente em 160 H / 776.

Os movimentos de Šaqya na zona de Coria e da antiga Egítania mostram igualmente que o cristianismo não era, então, a única opção religiosa e de resistência na região. Porém, não deixa de ser tentador tentar encontrar possíveis paralelos entre esta prática fatímidas e cultos anteriores com uma forte componente feminina⁵⁸⁶.

Parece haver uma certa transversalidade nas ligações da "Beira Baixa" com a zona de Alcarria (onde se encontra Santaver). As andanças de Šaqya passam, de forma transversal, pelas zonas encostadas às serranias actualmente conhecidas como Gardunha, Estrela, Gredos, Montes de Toledo até à serra muito caracterísitica da Alcarria onde, em área hoje administrada por Guadalajara se encontra o local da antiga Santabariyya. A dificuldade da acção emiral, mostra como a norte da Sierra Morena o poder dos senhores de Córdoba se exercia com dificuldade. Essa transversalidade é visível também nos eixos viários herdados do período romano, como a via Lisboa - Mérida⁵⁸⁷. As potencialidades da zona de Coria para manter revoltas não desaparece durante o período da afirmação do primeiro Emir omíada. Um tal Muḥammad ibn Yūsuf abū l-Aswād (ibn Yūsuf, pois era filho de Yūsuf al-Fihri que se refugiara e resistia em Toledo⁵⁸⁸), revoltou-se e afincou-e com os seus seguidores em Cazlona⁵⁸⁹; ao ser perseguido pelo Emir - na sua última campanha militar⁵⁹⁰ - foge para a

582. Insiste-se na edição espanhola, dado que nesta se traduz "qaṣr" por "castillo", tal como fora sugerido acima para o caso de "Castelo Branco" - cf. Julia Hernández Juberías, *La Península Imaginaria. Mutos y leyendas sobre aal-Andalus*, Madrid, C.S.I.C, 1996, p. 42.

583. Veja-se sobretudo Julia Hernández Juberías, *La Península Imaginaria. Mutos y leyendas sobre aal-Andalus*, Madrid, C.S.I.C, 1996, pp. 27-67. Este estudo coloca em evidência a importância desta lenda, até pelo facto de ter sido incluída em duas das colectâneas mais célebres de literatura árabe clássica, as *Mil e uma noites* e as - menos divulgadas - *Cento e uma noites* - cf. Julia Hernández Juberías, *ibidem*, p. 28, n. 16.

584. *Akhbār Mağmu'a*, p. 113, trad. p. 104.

585. Verificar; o nome é parecido com o do antigo governador de Mérida, morto.

586. Como o culto à Virgem no seio de comunidades cristãs; seria esta uma manifestação mais ou menos sincrética onde conuíssem cultos à Virgem misturados com resquícios da antiga ligação à Kahina norte-africana?? O movimento de Šaqya é sensivelmente contemporâneo de outros no Norte de África, como as dinastias Rustamida e Idrissida - esta última de inspiração xiita, como se sabe.

587. Cf. E. Manzano, *La Frontera*, p. 192.

588. Cf. Luis Suárez Fernández, *Historia de España antigua y media*, Ed. Rialp, vol. 1, p. 158.

589. Esta localidade localiza-se na zona da actual cidade de Jaén; Cazlona sucede a uma antiga cidade romana chamada Castulo - cf. G. CARRASCO SERRANO, "En relación a las vías romanas y mansiones del territorio provincial de Albacete", in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Historia Antigua, Tomo 13, 2000, (pp. 455-468), p. 462.

590. É de crer, portanto, que o Emir tenha voltado a estar na zona de Mérida pouco antes da sua morte, ocorrida em 22 de Rabi‘a de 172 / 30 de Setembro de 788 - *Akhbār Mağmu'a*, trad. p. 106. n. 1.

zona⁵⁹¹ de Coria⁵⁹² depois de ter perdido - segundo a *Akhbār Mağmu'a* - cerca de 4.000 homens (o que significa que movimentava muita gente.....).

Se as andanças de Šaqya são conhecidas entre as latitudes das actuais Beira Baixa e Alcarria não é impossível que alguns dos seus homens e que algumas das suas prédicas se tenha infiltrado mais para ocidente, em zonas onde o longo braço armado emiral tinha mais dificuldade em chegar. Claro que não há provas documentais da afirmação do antropólogo Moisés Espírito Santo de que por detrás do topónimo Fátima estejam "mouros fatímidas"⁵⁹³; porém, não é impossível que ideias heterodoxas tenham procurado refúgio em longitudes mais ocidentais e mais difíceis de controlar⁵⁹⁴.

A zona encabeçada por Coria, localizada sobre uma grande via de acesso ao norte peninsular afirma-se como zona de oposição e de resistência ao poder central em Córdova. Mas, se Coria é citada, é de crer, até pelas movimentações efectuadas pelas tropas de Šaqya que outras zonas próximas tenham sido controladas pelos movimentos que aí se sediam..

As serras que estão próximas de Coria fornecem hipótese de escape - são as "virtudes da adversidade" de que fala Toynbee⁵⁹⁵ (de alguma forma na esteira de Ibn *Khaldūn*). Essas "escabrosidades" encontram-se a norte de Coria - como a serra de Gata imediatamente a norte e para Leste toda região que bordeja a de Gredos, permitindo até o acesso à sua vertente norte; mas, para alguém que nasceu na antiga Egítia, não é de estranhar que alguns dos vectores de fuga se direccionassem - depois de franqueadas duas obras de arte conservadas: a ponte romana sobre o Tejo (Alcántara) e a ponte sobre o Erges (junto à actual Segura da Beira Baixa⁵⁹⁶ - para as serranias ocidentais, onde não faltam locais com assentamentos romanos e vestígios de possíveis ocupações tardias⁵⁹⁷ até junto da actual cidade da Guarda⁵⁹⁸.

591. raiz نحو .

592. O texto árabe confirma que é Coria - ناحية قورية - *Akhbār Mağmu'a*, p. ١١٦, .97v.

593. Esta é a tese principal da obra de Moisés Espírito Santo, *Os Mouros Fatímidas e as Aparições de Fátima* (Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa ,1995), obra que se em 2006 teve a sua 4ª edição (Lisboa, Ed. Assírio & Alvim).

594. **Šaqya** - Šaqya como uma espécie de Viriato - refugiado nas montanhas, pondo em perigo um novo poder, um poder acabado de se estabelecer na península e, que tal como o caudilho Lusitano, será morto à traição.

595. Arnold J. Toynbee, *Um Estudo de História*, Lisboa, Ed. Ulisseia, 1964, cap. IV (pp. 71-78).

596. Para não confundir com Segura, no Levante hispânico.

597. Torre dos Namorados - "Covilhã Velha"; "Sabugal Velho" (referido adiante - cf. SILVA , Marcos Daniel Osório da, "Metalurgia no povoado fortificado alto-medieval do Sabugal Velho (Sabugal, Guarda)", in I. C. Fernandews, *Mil Anos de Fortif.*, Palmela, 2001, pp. 791-794.); Meimosa, - locais com ocupação na *Antiguidade Tardia* e com níveis arqueológicos ainda hoje difíceis de explicar. Nas escavações levadas a cabo no castelo de Belmonte - entre o Fundão e a Guarda - detectou-se uma ocupação dos séculos VIII-XI, na sequência de escavações arqueológicas, tendo sido encontrado um pequeno alicerce dessa fase - cf. António Augusto da Cunha MARQUES, "O Castelo de Belmonte (Castelo Branco): resultados arqueológicos", in *Mil Anos de Fortif.*, Palmela, 2001, (pp. 485-495), p. 487. Sem poder garantir que corresponde a esta conjuntura, o que se pode dizer é que esta zona estratégica tem ocupação.

598. Detectou-se cerâmica "de tipo islâmico" na Guarda - cf. PEREIRA, Vitor , "A Torre Velha do primitivo Castelo da Guarda. Praça Velha", in *Revista Cultural da Cidade da Guarda*, Guarda: NAC/CMG, n.º 22, 2007, p. 13-29.

O território controlado por ‘Abd al-Raḥmān I ao fim dos seus trinta e três anos e três meses de comando⁵⁹⁹ corresponde - efectivamente - a uma área reduzida do al-Andalus: no caso do Ġarb, o fim dos seus cerca de 33 anos de luta constante proporcionaram o controlo das principais cidades do sul desse mesmo Ġarb, mas pouco mais deveria controlar para além das grandes cidades. Se se centrar a atenção sobre a bacia do Guadiana verificar-se -á que Mérida ocupa lugar de destaque. Mas os agentes dos Emir pouco mais controlam para Norte - onde, no entanto, não deixa de haver populações de origem norte-africana e que se reclamam de alguma forma de *Islam*, normalmente pouco ortodoxo. Por outro lado, as zonas do extremo Ġarb - concretamente Lisboa, Santarém e Coimbra - representam uma espécie de "buraco negro", de matéria difícil de definir, dado que as fontes não sentem necessidade, para esta época, de se referirem a essas cidades e aos seus territórios.

A última campanha do 1º Emir não atinge os objectivo proposto - o de capturar um novo rebelde que se escapa na região de Coria. Quer isto dizer que as sementes da rebelião, senão mesmo da heterodoxia, se mantêm, com condições para se difundirem, na região do norte da antiga Lusitânia em finais do século VIII.

Por outro lado, verifica-se que as cidades de origem romana, que estão equipadas com sistemas amuralhados são utilizadas, procuradas e reocupadas no quadro das disputas da segunda metade do século VIII. Não há notícia, aparentemente, de novas edificações; as existentes, desde que mantidas e reparadas, são adequadas para a resistência, conseguindo até aguentar tentativas de assalto com máquinas de guerra.

Esta fase da afirmação da dinastia omíada - através de um dos seus sobreviventes - é uma das fases sobre as quais as interrogações são muitas e as informações disponíveis, mesmo as de carácter arqueológicos, são ainda escassas. Se para outras zonas do al-Andalus se conhecem alguns dos membros da elite de origem visigoda - como Artobás⁶⁰⁰ - para o Ġarb é difícil apontar protagonistas. Mas havia-os, seguramente, e conheciam a dinâmica avassaladora da nova forma de monoteísmo triunfante no Mediterrâneo e no Norte de África, conheciam algumas das suas variantes e não desconheciam que os novos emires eram "filhos de califas". Essa vitória de uma matriz Árabo-Islâmica ainda não totalmente delineada.

(d) Afirmação do poder omíada nas Fronteiras com Hišām I e al-Hakam I

Devem ter sido as dificuldades no controle do Ġarb associados a problemas nas suas fronteiras que levaram o primeiro emir a colocar o seu próprio filho - e sucessor - em Mérida. De facto, Hišām ibn ‘Abd al-Raḥmān (Hišām I - 788-796) encontrava-se em Mérida, em substituição do seu pai, quando dá a morte do progenitor, deixando a velha capital da Lusitânia para "tomar posse" na capital do Guadalquivir. A orientação política e *garra* militar do seu pai parece terem-se perdido durante o cerca de sete anos de governo de Hišām I, conhecido mais pela sua equidade, bondade e

599. *Akhbār Mağmu'a*, p. 116, trad. p. 106.

600. Cf. Ibn al-Qutīyya, *Ta'riḫ Iftitāḥ al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, pp. 37-38; trad. p. 29. Ibn al-Qutīyya lembra que Artobás "cou com fama de ser "uno de los hombres más hábiles en su trato social", o que, com uma visão táctica de ambas as partes, deve em muito ter contribuído para que, a iniciativa do Emir, não tenha "cado pela devolução de 20 aldeias mas igualmente quwe o tenha obsequiado "con espléndidos vestidos y regalos y le nombró para el cargo de *Conde*, siendo el primero que ocupó esa dignidad" no *al-Andalus*.

justiça⁶⁰¹, sem descurar, porém, a defesas das fronteiras⁶⁰², ele que deveria conhecer bem esse "dossier", dada a sua experiência de vida em Mérida que, frente à zona rebelde de Coria, representava e prefigurava-se como uma verdadeira capital de fronteira - não contra os cristãos das Astúrias mas sim contra rebeldes islamizados.

O papel central de Mérida mantém-se e terá sido, muito provavelmente, nesta fase que se começou a delinear a aproximação de elites regionais com o novo poder, sediado em Córdoba. A fixação de Hišām ibn ‘Abd al-Raḥmān em Mérida pode ter um elemento catalizador na formação dessas elites híbridas, os *muwalladūn*⁶⁰³, cuja influência será crescente nesta região. Mas, em termos militares e poliorcéticos não se conhecem obras nem iniciativas na região, nesta fase⁶⁰⁴.

Os tempos de al-Hakam ibn Hišām (796-822) mostrar-se-ão muito diferentes. A acção militar não estará ausente do Ġarb durante os anos do governo deste governante mais “firme”⁶⁰⁵ e que se encontrou envolvido em “grandes conflitos”⁶⁰⁶. Se das palavras de Ibn al-Qutīyya se pode inferir que nada de muito grave se passou no Ġarb, a publicação - recente - de mais um fragmento do *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān⁶⁰⁷ muda completamente o panorama político e militar da região durante

601. A sua piedade foi celebrizada e transmitiu-se a crença de que teria chegado aos ouvidos de Mālik ibn Anas que o teria elogiado - *Akhbār Mağmu'a*, p.120, trad. p. 109. Hišām I e Mālik ibn Anas foram contemporâneos e morreram ambos em 796; sobre o ano da morte de Mālik ibn Anas veja-se Patricia Crone, Roman, Provincial and Islamic Law. The Origins of the Islamic patronate, Cambridge Univ. Press, 2002, p. 22.

602. Diz a crónica *Akhbār Mağmu'a* (p. ١٢٠, .98v-99) que:

"كانه الامير هشام بن عبد الرحمن خيرا فاضلا جوادا كريما مع حسن سيرته في جعيته وتحصينه لتغوره"

603. Adiante explicar-se-á o que se entende por *muwalladūn* e as di^culdades em de^cnir com rigor o grupo social que se identi^cca com esta plavra.

604. Os cerca de quatro fólhos da crónica *Akhbār Mağmu'a* que a ele se referem não mencionam nenhum grande feito militar, antes o mostram como piedoso, virtuoso, repressor do despotismo exercido por alguns governadores, mas também resgatador de prisioneiros, tomados nas fronteiras - sinal claro de continuação de agitação nesses sectores, fronteiras que mantinha berm guardadas; conta-se que um benemérito teria deixado um **legado para resgatar prisioneiros** mas, como o emir não os resgatava, o dito fundo pio para resgate não chegou a ser usado para essa ^cnalidade em tempos de Hišām I - *Akhbār Mağmu'a*, p. 120-124, trad. p. 109-112. Ibn al-Qutīyya dá o mesmo tom de suavidade e humildade e o mesmo cronista chega a atribuir-lhe a construção da mesquita de Córdoba - o que deve corresponder à ^cnalização das obras iniciadas por seu pai - Ibn al-Qutīyya, *Ta'rikh Ifitāḥ al-Andalus*, ed. Julián Ribera, p. 42; trad. p. 33.

605. A crónica *Akhbār Mağmu'a* antes de entrar em detalhes refere que era "esforçado", tinha um carácter "c^rme", mostrava "ânimo" e "energia" e que "apagou o fogo da discórdia" que deve ter herdado de um pai mais piedoso que enérgico - *Akhbār Mağmu'a*, p. 124, trad. pp. 112-113.

606. Ibn al-Qutīyya informa que este terceiro emir teve "três [lamentáveis] grandes conitos", dissertando extensamente sobre a forma como tratou os rebeldes toledanos, o aparecimento de mais uma seita islâmica heterodoxa numa cidade portuária - Algeciras -, e os eventos da grande revolta do arrabalde de Córdoba.

607. Sobre a perda e reaparecimento deste manuscrito vejam-se: J. Vallvé y F. Ruiz Girela (ed., trad. y notas), *La primera década del reinado de al-Hakam I, según el Muqtabis II, I de Ben Hayyan de Córdoba (m. 469 h./ 1076 J.C.)*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2003, pp. 9-13; Manuela Marín, "El «Halcón maltés» del arabismo español: el volumen III/I de al-Muqtabis de Ibn Hayyan", *Al-Qantara*, Vol. XX, Madrid, 1999, Fasc. 2, pp. 543-549; Federico Corriente, "A modo de Prólogo", *Crónica de los emires Alhakam I y 'Abdarrahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, Traducción, notas e índices de Mahmud 'Ali Makki e Federico Corriente, Saragoça, 2001, pp. 7-8.

estes anos. Este pedaço da obra de Ibn Ḥayyān põe em evidência novos dados⁶⁰⁸, alguns deles sobre o Ġarb. Porém, isso não é razão para que se coloquem de lado os acontecimentos mais "quentes" do período de al-Ḥakam ibn Ḥiṣām ocorridos em outras zonas do al-Andalus pois, na verdade, muitos deles contêm lições úteis para perceber algumas das características políticas, sociais e militares deste período de viragem dos séculos VIII para o IX e é útil conjugar os dados sobre o Ġarb com os de outras longitudes do al-Andalus.

al-Ḥakam I - um estratega?⁶⁰⁹

A pressão militar parece ter sido maior sob o governo do terceiro emir. Sem discutir se tinha ou não um pensamento militar próprio, não faltam as referências a acções bélicas e políticas mais radicais durante a fase do seu governo.

São bem conhecidas algumas das suas iniciativas militares que, com a os novos dados aportados por Ibn Ḥayyān ajudam a compor o quadro militar - a nível de forças⁶¹⁰ e de tácticas - que se mostra diversificado e complexo. Pode dar-se como exemplo o caso do envio de destacamentos "a contagotas" aquando da revolta de Ibn Labīd em Jaén⁶¹¹ e o caso, bem conhecido da "jornada do fosso", em Toledo, jornada que, para além dos aspectos sangrentos, revela decisões de carácter poliorcético interessantes⁶¹².

608. No Muqtabis tiveram guarida textos de muitos outros autores, antologia **cerzida** por Ibn Ḥayyān ao lado de textos da sua lavra. Razão por que E. García Gómez chegou a adizer que o *al-Muqtabis* não era uma obra de Ḥayyān - cf. "E. García Gómez, "A propósito de Ibn Ḥayyān", *Al-Andalus*, XI, 1946, pp. 395-423.

Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, cf. J. Vallvé y F. Ruiz Girela (ed., trad. y notas), *La primera década del reinado de al-Hakam I, según el Muqtabis II,1 de Ben Hayyan de Córdoba (m. 469 h./1076 J.C.)*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2003.

al-Rāzī - fundamental Roberto Matesanz Gascón, *Omeyas, Omeyas, bizantinos y mozárabes - en torno a la "prehistoria fabulosa de España" de Aḥmad al-Rāzī*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004.

Diz a *Akhbār Mağmu'a*, (p. 109, trad. p. 101) que em tempos do emir al-Ḥakam foi alterada - possivelmente incrementada - a "guarda negra" criada em tempos de 'Abd al-Raḥmān I.

'Amrūs (muladí cujo nome seria Ambrósio) e o seu primo Saborid / Šaburīṭ foram pagens de 'Ayšūn.

609. Sobre os primeiros anos do governo de al-Ḥakam I veja-se também J. Vallvé, "La primera década del reinado de al-Hakam I (796-806), según el Muqtabis de Ben Hayyān", *Anaquel de Estudios Árabes*, 12, Madrid, 2001, pp. 769-778.

610. O emir tinha 2.000 cavalos em duas cavalaria junto ao Guadalquivir, "frente al alcázar". - deveria ser a sua guarda pessoal, local onde "justaban a caballo" - *Akhbār Mağmu'a*, p. 129, '103; trad. p. 116.

611. Uma das suas respostas militares foi dada de forma faseada e cadenciada. Quando Ibn Labīd se revolta em Jaén, o emir manda destacamentos "a conta gotas"; cada uma das cavalaria tinha dez responsáveis pelos cavalos - dez 'Arīfs, cada um responsável por exactamente 100 cavalos; e o emir manda faseadamente, destamentos de 100 cavalos sem que cada um dos destamentos conheça missão e o destino do precedente - estes "comandos" de cavalaria acabam por, pela sua acção sucessiva ter um efeito psicológico tal que Ibn Labīd e o seu acampamento são neutralizados (sendo levadas a Córdoba... unicamente as suas cabeças).

612. Sobre estes acontecimentos não faltam referências. Veja uma visão recente e actualizada em E. Manzano Moreno, *La Frontera de al-Andalus*, pp. 274-284.

A jornada do fosso de Toledo, um dos acontecimentos mais sombrios da governação omíada, tem a si ligada a figura de ‘Amrūs ibn Yūsuf, homem da confiança do Emir, que antes tinha andado por Saragoça, e que é colocado como governador de Talavera por al-Ḥakam I, onde está em 181 H.⁶¹³. E, segundo Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, é este ‘Amrūs ibn Yūsuf que idealiza um estratagema para diminuir o ímpeto rebelde dos toledanos, estratagema aprovado pelo emir. Sem entrar nos conhecidos pormenores desta sagrenta jornada⁶¹⁴, pode referir-se que ‘Amrūs consegue obter a confiança de uns toledanos sempre desobedientes ao poder central⁶¹⁵ consegue tomar duas medidas de carácter militar que, embora dizendo respeito a Toledo, podem ser interessantes para compreender aspectos construtivos que surgirão no Ġarb. ‘Amrūs, por um lado, constrói um "baluarte sobre la puerta del Puente"⁶¹⁶ separando os seus homens da zona civil da cidade⁶¹⁷. Por outro, o emir, que tinha conseguido fazer do seu filho ‘Abd al-Raḥmān (futuro ‘Abd al-Raḥmān II) governador da cidade⁶¹⁸ irá conseguir atrair à residência palatina - o al-Qaṣr, o alcácer - as elites toledanas a propósito de uma celebração que traz o emir em pessoa a Toledo.

Esta circunstância, para além do seu aspectos sangrento, tem relevância urbanística e militar, na medida em que as informações transmitidas por Ibn Ḥayyān através da obra perdida do cronista al-Ḥasan b. Muḥammad b. Mufarriġ al-Qubbašī⁶¹⁹ são particularmente esclarecedoras. Segundo este autor a "arrogância" dos rebeldes toledanos advinha de vários factores um dos quais era - para além da inexpugnabilidade da sua fortificação - o facto de os habitantes da antiga capital goda terem muitas provisões "almacenadas em silos, y garantizadas contra el deterioro por muchos años"⁶²⁰; ou seja, a técnica da silagem - muito provavelmente subterrânea - era, provavelmente já posta em prática em grande escala em algumas cidades, no século VIII.

É de reter a existência de *muladís* contrutores⁶²¹, com capacidade e iniciativa para construir cidades,

613. Sobre as andanças de ‘Amrūs veja-se Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, *Crónica de los emires Alhakam I y ‘Abdarrhman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, Traducción, notas e índices de Mahmud ‘Ali Makki e Federico Corriente, Saragoça, 2001, .’92; trad. p. 27; nota 33.

O cronista al-Qubbašī esclarece que ‘Amrūs era "muladí" originário da zona de Huesca - veja-se Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .’93, trad. p. 30.

614. Excertos sobre este acontecimento de que se fala Ibn Ḥayyān, no *Muqtabis II-1* podem encontrar-se em A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*; deve ver-se Ch. Picard, *Le Portugal Musul...*, pp. 39 e 184-186, onde se relacionam estes acontecimentos com a cidade de Mérida, constante foco de rebeldia.

615. Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .’92, trad. p. 28.

616. Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .’92, trad. p. 28.

617. No que consegue dois objectivos: por um lado mantendo aa tropa separada dos civis consegue que estes con^oem em si e, por outro, com o balurte contrtrolado pelos seus homens, consegue controlar os movimentos de entrada e saídas da cidade.

618. Notícia dada por ‘Isā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .’92v, trad. p. 29.

619. Sobre este cronista veja-se Mayte Penelas, "IBN MUFARRIY AL-QUBBASHI, AL-HASAN", *Biblioteca de al-Andalus*, vol. IV, entrada [828].

620. al-Ḥasan b. Muḥammad b. Mufarriġ al-Qubbašī, in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .’93, trad. p. 30.

621. Como Ch. Picard já mostrou, ao longo de muitos trabalhos para o caso do Ġarb. Para uma zona mais meridional do al-Andalus veja-se V. Martínez Enamorado, *Al-Andalus desde la periferia...*, sobretudo o cap.

capacidade e poder de iniciativa que parece maior que o emir, que a custo tenta manter o seu poder. O papel de ‘Amrūs ibn Yūsuf como construtor em Toledo é já referido de passagem por Clay Stalls⁶²²; mas as suas capacidades andam associadas a outras zonas do al-andalus⁶²³. Ibn Ḥayyān coloca a jornada do fosso em 181 H / 797⁶²⁴.

O facto de ‘Amrūs ibn Yūsuf ser um muwallad⁶²⁵ criou confiança entre os toledanos que concordaram com a construção, algum tempo antes, de uma construção separada para instalar o poder: uma alcáçova. Se inicialmente se teria colocado a hipótese de a dita alcáçova se instalar fora do perímetro urbano, ter-se-ia concordado com a instalação da alcáçova "en medio de la ciudad ... erigiendo él en el medio de ella un hermoso, espacioso y fuerte alcázar al que le puso dos puertas, extrayendo para la construcción la tierra del centro de su superficie"⁶²⁶, ou seja, está-se perante um processo a

VIII.

622. Clay Stalls, *Possessing the Land: Aragon's Expansion in Islam's Ebro Frontier Under Alfonso the Battler 1104-1134* (col. Medieval Mediterranean, Peoples, Economics and Cultures, 400-1453, Vol 7) Leiden, Brill, 1995, p. 7, n. 18

623. ‘Amrūs ibn Yūsuf era homem com capacidade construtiva especial. Juan Souto detectou a sua experiência na construção em Tudela, na zona sul de Navarra ("Tudela sería «fundada» en tiempos del emir al-Hakam I (796-822) y de la mano de uno de sus más °eles vasallos, 'Amrus b. Yusuf. El hecho tendría lugar entre los últimos años del siglo viii y los primeros del ix." - Juan A. SOUTO, "La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya", *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997, (pp. 11-34), p. 18.). De facto, o Muqtabis revela que este muladí entre as suas inúmeras capacidades militares e tácticas - matou Bahlūl ibn Marzūq e gente apoiante da poderosa família *muladí* dos Banū Qāsī - "erigió construcciones en el monte de Tudela, convirtiéndolo en una apreciable ciudad" Sobre a ocupação islâmica nesta construção ver Juan José Bienes Calvo, "La Necrópolis Islámica de Herrerías", *Revista del Centro de Estudios Merindad de Tudela*, N. 14, 2006 , pp. 41-62; Juan José Martinena Ruiz, "Noticias documentales acerca del Castillo de Tudela", *Revista del Centro de Estudios Merindad de Tudela*, N. 14, 2006 , pp. 63-102. Veja-se ainda Basilio Pavón Maldonado, "LA MURALLA PRIMITIVA ÁRABE DE TUDELA", *Anuario de estudios medievales*, n. 16, 1986 , pp. 29-42 e Basilio Pavón Maldonado, *Tudela, ciudad medieval : arte islámico y mudéjar*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1978.

Sobre a relação de Tudela com outras cidades do que virá a ser a Marca Superior veja-se M. J. Viguera Molins, "La Rioja en Al-andalus (siglos VIIIIXII)", onde se diz que "la Marca Superior (al-Tagr al-a`lā) de al-Andalus, con su relativa homogeneidad, sobre todo procedente de su compartida condición de más duradera área fronteriza septentrional de al-Andalus, vehiculada por el eje del Ebro, y constituida por varios espacios, cuya distinción es determinante, aunque entre los siglos IX y X quedó con cierta estabilidad constituido por los distritos de Tudela, Calatayud, Zaragoza, Huesca, Barbitania, Lérida y Tortosa. En aquellos con°nes occidentales de esta "Marca" se sitúan las hoy tierras riojanas, allí incluidas en el distrito de Tudela y en la general capitalidad de la metrópolis, Zaragoza. " - artigo on-line, <http://www.vallenajerilla.com/berceo/rioja-abierta/viguera/riojaalandalus.htm>.

624. Rodrigo Pita Merce, "El sistema defensivo musulmán de Fraga en el siglo XII", *Argensola*, n. 29, 1957, pp. 109-138 ver tb. M. J. Viguera, *Aragón Musulmán*.

625. Entre outros aspectos, sobre a origem muladí de ‘Amrūs veja-se também María Crego Gómez, "La Jornada del Foso de Toledo según Ibn Fadl Allah al-‘Umarī: edición y traducción", *AL-ANDALUS MAGREB: ESTUDIOS ÁRABES E ISLÁMICOS*, n. 14, Cádiz, 2007, pp. 269-275; segundo a autora, "el extenso relato de al-‘Umarī está vinculado a la familia de textos que tienen como fuente última a Ibn al-Qūṭiyya". Mas, "la fuente de al-‘Umarī es citada al inicio del relato: Ibn Zā°r y su obra *Siyāsāt al-mulūk*" (*ibidem*, p. 270).

Esta condição é referida igualmente por Ibn al-Qūṭiyya (‘Amrūs, *el oscense, conocido como "el muladí"*), citado in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .°94v, trad. p. 34.

626. al-Ḥasan b. Muḥammad b. Mufarriḡ al-Qubbašī, in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .°93v, trad. p. 31.

que, eventualmente, se poderia chamar de *alcáçovamento* / *alcazabamiento*, se se quiser fazer a analogia com um conceito conhecido - o de *incastellamento*⁶²⁷ - que tanto sucesso teve há não muitas décadas.

Os serviços oficiais e ligados à governação foram então aí instalados e concentrados em tempos de al-Ḥakam I, até por que é dito de forma clara que os serviços antes estão dispersos pela cidade⁶²⁸. Para além de um processo de afastamento do poder do centro da cidade - aquilo a que aqui se convencionou chamar processo de *alcáçovamento* / *alcazabamiento* - há detalhes importantes que convém destacar: por um lado a implantação dentro da alcáçova de uma estrutura palatina - o alcácer - que, por ser uma sede de poder, tem um tratamento espacial e estético especial mas não deixa de ter cuidados defensivos e, por outro, a construção de um fosso.

Antecipando a sangrenta jornada do fosso, deve referir-se que o emir, cauteloso, em vez de pressionar para entrar em Toledo, acampou perto da cidade, a oriente dela, onde recebeu cordialmente os representantes das principais famílias de toledanos e onde foi convidado a entrar dentro da cidade, alojando-se na referida alcáçova e onde se iniciou o macabro convite que vitimaria muitos dos rebeldes toledanos crentes na doçura do emir⁶²⁹.

O aparecimento de referências sobre alcáçovas no Ġarb surgirá mais tarde. Se se conhecem obras de poliorcética em Toledo, há que não esquecer que esta fase revela igualmente obras em outras muralhas, na sequência de importantes revoltas. A revolta do arrabalde de Córdoba, o arrabalde de Secunda ou Saqunda tem lugar em 202 H / 818 e terá fortes implicações a vários níveis. Mas uma outra revolta passara também por esse arrabalde cordovês no ano de 189 H. / 805, revolta contra o emir de que terão resultado 72 crucificações de notáveis cordoveses⁶³⁰. Mas o emir sentia-se inseguro na sua capital e toma medidas de carácter defensivo; na sequência desse revolta e da execução - que ordena - dos seus tios Maslama e Umayya - manda fazer a "reparación y consolidación de la muralla de Córdoba, cuyos puntos débiles fueron cerrados y en torno a la cual se cavó foso"⁶³¹.

Ibn Ḥabīb, citado por Ibn Ḥayyān é mais preciso; para além de explicar a agitação que se fazia sentir dentro da própria cidade refere, em relação à muralha, que o emir ordenou "reparar y reforzar la muralla de Córdoba, reconstruyendo las partes dañadas ... consiguiendo que fuese totalmente inexpugnable", acrescentando, em relação ao fosso que "luego hizo cavar a su alrededor la parte de foso que faltaba..."⁶³² o que contribuiu para aterrorizar os habitantes da cidade. A crer em Ibn Ḥabīb, já existiria um fosso iniciado, continuado e concluído com al-Ḥakam I. Segundo uma outra crónica

627. Sobre o conceito de *incastellamento* a bibliografia é extensíssima. Convém lembrar que o trabalho que difundiu a discussão sobre este conceito foram as acts de um encontro internacional: *L'incastellamento - Actes des recontres de Gerone (26-27 novembre 1992) et de Rome (5-7 mai 1994)*, Roma, Collection de l'École française de Rome, 1998. Para o caso de Portugal são incontornáveis os trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e, mais recentemente mas não menos importantes, de Mário Barroca (cf. Bibliografia).

628. al-Ḥasan b. Muḥammad b. Mufarriḡ al-Qubbašī, in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .93v, trad. p. 31.

629. al-Ḥasan b. Muḥammad b. Mufarriḡ al-Qubbašī, in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .93v-94v, trad. pp. 32-33. O emir acampou "en un lugar llamado Maḥāris".

630. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .97, trad. p. 40; *ibidem*, .98, trad. pp. 42-43. Ibn al-Faraḡī conta outros pormenores do acontecimento mas refere que o número de crucificados junto à ponte ascendia a 140 - *Tā'riḡh al-'Ulamā'*, n. 1551, citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .97v, trad. p. 41.

631. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .97v, trad. p. 41.

632. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .97v, trad. p. 4

perdida, os trabalhos no reforço das muralhas e al-Qaṣr do emir em Córdova foram gerais e sistemáticos⁶³³.

A propósito desta violência, aliada à que já tinha feita em Toledo e em outras regiões e localidades, Ibn Ḥayyān transmite que "a todas partes llegaron nuevas de su atroz violencia"⁶³⁴. Este emir teve de fazer face, igualmente, a revoltas de familiares, como as conhecidas campanhas contra Sulaymān e de ‘Abd Allāh, tios rebeldes, que terão tido lugar depois da jornada do fosso de Toledo, a crer nos testemunhos trazidos à colacção por Ibn Ḥayyān⁶³⁵.

(i) muwallad

Nos últimos anos tem-se discutido o conceito de *muwallad* e o que eram, verdadeiramente, os *muwallad*. Este grupo social é identificado como correspondendo a grupos sociais de origem hispânica que se convertem ao Islão⁶³⁶. Derivado de uma raiz árabe que remete para significados que têm a ver com “nascimento”, o conceito aproximou-se muitas vezes da condição de semi-árabe ou arabizado e pode surgir sob a forma hispanizada “muladí”⁶³⁷. Essa concepção, aliás, vem desde os trabalhos de R. Dozy que mostrava que no al-Andalus o termo era usado para designar os que, sem serem árabes de origem, tinham sido educados como árabes e se tinham adaptado à sua sociedade. É esse significado que consta da *E.I.2*, uma obra de referência⁶³⁸.

Recentemente, Dolores Oliver levantou algumas dúvidas sobre esta significação⁶³⁹, o que levou Maribel Fierro a confessar que “El artículo de D. Oliver me hace dudar en si seguir llamando a los

633. Aḥmad b. Muḥammad ibn Khalaf al-Warrāq, citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .111, trad. p. 78.

634. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .98v, trad. p. 43. Para além de textos publicados por Sánchez Albornoz e A. Borges Coelho, veja-se Ibn al-Quṭiyya, *Ta’riḫ Ifṭitāh al-Andalus*. Alguns irão para o Norte de África (Fez), outros - cerca de 15.000 - para Alexandria, cidade que tomaram e que só largaram depois de muito dinehiro receberem, tendo então - bem abonados -, decidido emigrar para Creta, onde se °xaram (Ibn al-Quṭiyya, *Ta’riḫ Ifṭitāh al-Andalus*, trad. p. 41).

635. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .95, trad. p. 35.

636. Cf. Christophe Picard, *Le Portugal Musulman*, pp. 37-49, *passim*.

J.-P. Molenat, “La guerre dans le Muqtabis II-2. L’histoire d’ibn Marwān al-Ġilliḳī”, no prelo (agradeço ao autor o envio do texto antes da publicação).

637. Cf. o trabalho recente de Bruno Franco, “ ‘Abd al-Rahmān bn Marwān al-Yillīqī. Un líder muladí del Occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba (siglos IX/III)”, *Arqueologia Medieval* 10, C. A. Mértola - Porto, 2008, pp. 51-63.

638. Cf. “Muwallad”, *E.I.2*, vol. 7, da autoria de P. Chalmeta que afirma “This word, often badly translated (from an ethnocentric angle) as “renegades”, designated the descendants of non-Arab neo-Muslims, brought up in the Islamic religion by their recently-converted parents. Thus they are the members of the second generation (the sons) and, by extension, those of the third generation (the grandsons). It should be noted—contrary to a current Hispano-nationalist presumption—that the sons of an Arab father and indigenous mother did not feel themselves to be and were not regarded as *muwallad*”; ver igualmente, s.v. “Mozarab(e)”, igualmente de de P. Chalmeta, *E.I.2*, vol. 7.

639. Dolores Oliver Pérez, “Una nueva interpretación de ‘árabe’, ‘muladí’ y ‘mawla’ como voces representativas de grupos sociales” in *Proyección histórica de España en sus tres culturas*, Valladolid, Junta de Castilla y

conversos sin *walā'* “muladíes” como hice en su día. Los muladíes quedan caracterizados en dicho artículo como “musulmanes de lengua árabe, que viven del botín”. La voz *muwallad* (empleada especialmente en su plural *muwalladūn*) designaría pues “prioritariamente una postura política que va acompañada de una determinada idiosincrasia, por lo que sólo se aplica, y de manera temporal, a una parte del elemento hispano que habita en al-Andalus”⁶⁴⁰. As precisões de Maribel Fierro foram utilizadas, mais recentemente por Julia Pavón ao estudar os Bānū Qasī da região do Ebro; esta autora estima que o termo *muladí* “remite a la mezcla de razas, aunque también sería utilizado en el campo de la lengua y literatura árabes; y que para el caso peninsular tiene un contenido tanto religioso como sociopolítico. Se habla, de un lado, de los que reniegan de la fe cristiana y abrazan el Islam, los nuevos musulmanes. También de familias, ya que son escasas las noticias sobre otros estratos sociales, conformando destacados o señeros linajes complejos parental y políticamente, y que en definitiva reflejan el panorama social de las aristocracias propiamente hispanas que acompañaban o diferían de los clanes rectores árabes”⁶⁴¹.

A dinâmica temporal dos conceitos e percepções, como o de *muwallad* no século IX, é retomada por Maribel Fierro quando, recentemente, afirma que “I therefor think that the Arabic term used in al-Andalus for people who were “Arabized”, independently of their religious status, may have been *muwalladūn*. With the passing of time, linguistic and cultural assimilation would lead to religious assimilation, and in this fashion the original meaning of *muwallad* (“Arabized”) was lost, and the term came to be understood as “Muslim convert”⁶⁴². Estamos perante, pois, perante arabizados que não deixaram de se islamizar, até por que perceberam que o próprio *Islam*, e o *malikismo* que vigorará no al-Andalus, não é desfavorável ao neomuçulmanos⁶⁴³.

É com esse significado de “arabizados” que caminha para a total islamização, entendida como um processo em marcha e não como algo automático e rápido que se entenderá, aqui, o termo *muwal-*

León, 1993, vol. 3, 143-155.

640. Maribel Fierro, "Los Mawālī de 'Abd al-Rahmān I", *Al-Qantara*, XX, 1999, (pp. 65-98) p. 66, n. 3. Veja-se também Ana Fernández Félix & Maribel Fierro, "Cristianos y conversos al Islam en al-Andalus bajo los Omeyas. Una aproximación al proceso de islamización a través de una fuente legal andalusí del s. III/IX" in Luis Caballero e Pedro Mateos (ed.), *Visigodos y Omeyas - un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, anexos de *AEspA*, vol. XXIII, Madrid, 2000, pp. 415-427, onde o tema é retomado.
641. Julia PAVÓN BENITO, “Muladíes. Lectura política de una conversión: los Banū Qāsī (714-924) - A Political Reading of Religious Conversion: The Case of the Banu Qasi (714-924)” in *Anaquel de Estudios Árabes*, vol. 17, Madrid, 2006, (pp. 189-201), p. 190..
642. Maribel Fierro, “*Mawālī* and *Muwalladūn* in al-Andalus (Second/Eighth-Fourth/Tenth centuries)”, in Monique Bernards and John Nawas (ed.), *Patronate and Patronage in Early and Classical Islam*, Brill, 2005, (pp. 195-245), pp. 228-229.
643. O *malikismo*, *madhhab* ou Escola jurídica islâmica derivada dos ensinamentos do medinense Anas ibn Malik que penetra e se difunde no al-Andalus no século IX e que se torna doutrina oficial no séc. X, vê os conversos como clientes dos muçulmanos; ou seja, vê esses novos muçulmanos como clientes de toda a comunidade e não como clientes da tribo A ou da tribo B, sem adquirirem *nisbas* de tribos árabes; o que era bem acolhido pelos soberanos omíadas, na medida em que, assim, esses súbditos deveriam ser leais directamente ao soberano e não a uma tribo. Essa vinculação directa dos novos muçulmanos à comunidade em geral dava mais poder aos soberanos (e ao Estado), ao enfraquecer o possível papel da tribo como intermediário. cf. Maribel Fierro, “*Mawālī* and *Muwalladūn* in al-Andalus...”, p. 211. Em suma, o malikismo não discrimina os muçulmanos não-árabes.

lad e o seu plural *muwalladūn*, até por que, como recentes estudos tentam mostrar, não era fácil que determinadas comunidades se mantrivessem como cristãs⁶⁴⁴.

(e) revoltas no Ġarb com al-Ḥakam I

Foi neste quadro de instabilidade generalizada - que se fazia sentir igualmente no Norte de África - que se devem integrar os acontecimentos que, nesta mesma época, irão atingir o *Ġarb al-Andalus* e que, em grande medida, se polarizam em redor da capital da antiga Lusitânia - a antiga *Emerita* ou *Mārida*, como surge nos textos do *al-Andalus* - mas que irão chegar também a outros pontos do *Ġarb*.

A crónica *Akhbār Mağmu'a*, que ignora algumas das suas acções mais polémicas - como a célebre *Jornada do Fosso de Toledo* - e que dá uma perspectiva intencionalmente ligeira da *Revolta do Arrabalde de Córdoba*⁶⁴⁵ - não deixa de dar informações interessantes sobre movimentações militares no *Ġarb*.

Diz-se, para mostrar a rapidez de resposta do Emir, que em certa ocasião surgiu a queixa - misturada com os gritos de uma mulher - de que "la frontera del lado de Lusitania (?)" havia incursões vindas aparentemente do norte; a acção militar levada a cabo pelo Emir teve como resultado a conquista castelos e a captura de cativos - cativos que foram entregues à refertida mulher para que ela os trocasse pelos familiares que tinham levado os "cristãos" - única referência concreta à tipologia do inimigo em causa.

O original não refere correctamente Lusitania; a menção *Lahdaniyya* - لحدانية - que, certamente por falta de diacrítico, deveria ser *Lağdaniyya*, deve corresponder ao território da região em redor da antiga Egítania - a actual Idanha⁶⁴⁶.

644. M. Fierro aceita a proposta de M. de Epalza de que a falta de bispos conduziu ao enfraquecimento do cristianismo no al-Andalus (cxf. Epalza, "Falta de obispos y conversión al Islam ..." AQ, 25, 1994, pp. 385-400); diz que "Conversion would, therefore, have been mainly due not so much to a voluntary passage to the new religion, but to an involuntary inability to continue being a Christian" (Maribel Fierro, "*Mawālī* and *Muwalladūn* in al-Andalus...", p. 208).

645. Dado que participaram ulemas contra o emir al-Ḥakam I, "La represión de la revuelta del Arrabal es un episodio "delicado" dentro de la historiografía omeya" - FIERRO, Maribel Fierro, «La obra histórica de Ibn al-Qūṭiyya», *Al-Qanṭara*, Vol. X, Fasc. 2, Madrid 1989. pp. 506 - razão por que alguns autores - e não só a crónica *Akhbār Mağmu'a* - são tão *leves* neste assunto.

646. Lafuente y Alcántara não acredita na equivalência de *Lahdaniyya* - لحدانية - ou *Lağdaniyya* com Lusitânia na medida em que Ibn 'Idārī traz a mesma história mas localiza-a em Guadalajara (*Bayān* II, 75); sendo *Bayān* posterior e lidando mal com topónimos que se foram tornando cada vez menos citados nas crónicas islâmicas, é de crer que لحدانية esteja mais próximo da realidade.

A crónica *Akhbār Mağmu'a* diz o seguinte:

رجل من بعض اطراف ثغورة من ناحية لحدانية عن الثغر وحالة فذكر خرجة كانت للعدو عليهم وانه سمع امرأة تصيح با على صوتها واغوثاه بك يا حكم

O fundamental está no facto de esta notícia ser um indício de que o território de Idanha estava sujeito a correrias vindas do Norte e que a zona de Coria, na conjuntura em que se dão estes acontecimentos, deve ter voltado ao controle dos emires - essa recuperação de Coria ou submissão de Coria ao poder omíada poderia estar até na origem de acções militares contra zonas periféricas dependentes de Coria - como seria a zona da actual Beira Baixa, zona que só poderia ser suficientemente bem alimentada de tropas através da grande ponte romana sobre o Tejo e da ponte sobre o Erges⁶⁴⁷.

Aliás, se se pagar atentamente no texto de Ibn 'Idārī faz sentido que este episódio tenha tido lugar na zona de Egítania; de facto, o quadro geral dos acontecimentos, o cenário de guerra em que é inserido este episódio que o Bayān II⁶⁴⁸ localiza em Guadalajara é um cenário "Lusitano", na medida em que esses acontecimentos têm lugar em redor de Mérida.

De facto, o emir al-Ḥakam I está em Mérida em 190 H / 806 d.C. e é possível cruzar o acontecimento acima referido com esta campanha de al-Ḥakam I contra a antiga capital da *Lusitania*; campanha de onde tem de regressar, apressadamente - em três dias⁶⁴⁹ -, para fazer face a uma das várias revoltas que tem de enfrentar em Córdova.

(f) As rebeliões em redor de Mérida e do *Ġarb* no século IX - Aṣḡab e Ṭumlus

A razão da ida a Mérida prende-se com a rebeldia declarada de Aṣḡab ibn 'Abd Allāh ibn Wānsūs, em 190 H / 806 d.C., que abandonou a obediência⁶⁵⁰ em relação ao emir. A intervenção deste parece ser indício de que as guarnições de fronteira parece que por vezes não estavam autorizados a responder imediatamente às exigências de algumas das revoltas que tinham lugar. Essa situação depreende-se do facto de o governador de Mérida ter pedido autorização para combater uma revolta liderada por um chefe berbere da região. De qualquer das formas, este episódio mostra que o Emir sentiu necessidade de utilizar contingentes de elite que tinha junto a si em Córdova⁶⁵¹, avaliando como insuficiente os homens e o equipamento de que dispunha em Merida.

Esta opção pode ter a ver com o facto de o poder militar emiral ser, então, débil em Merida e a ocidente do Guadiana, em geral. A antiga capital da Lusitânia voltava a ser local eleito como refúgio periférico de dissidentes e de rebeldes ao poder estabelecido em Córdova. De facto, já antes os dois

(Lafuente y Alcántara) , p. 116.

A facilidade com que se pode confundir *Laḡdaniyya* com Lusitania é reconhecida por María Ángeles Pérez Álvarez, em *Fuentes Árabes de Extremadura*, pp.111 e 131.

E. Manzano já refere, de forma desambígua, que *Laḡdaniyya* corresponde a Idanha (a-Velha).

647. O mesmo episódio surge no *Muqtabis* mas localizado na zona de Guadalajara. Trata-se de transcrição de informação dada por 'Īsà ibn Aḡmad al-Rāzī, citado em Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 129, trad. p. 131.

648. Ibn 'Idārī, *Bayān II*, . 75 da trad.

649. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 98v, trad. p. 44.

650. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 99, trad. p. 45.

651. *Akhbār Maḡmu'a*, pp. 131-132, . 103v-104, trad. p. 118.

tios paternos do Emir al-Ḥakam I - Sulaymān (conhecido como al-šamī, o sírio) e ‘Abd Allāh (al-balansī) - irmãos do emir falecido e ambos filhos do Emigrado, reclamavam o poder⁶⁵². Sulaymān⁶⁵³, depois de procurar obter apoios em locais bem afastados⁶⁵⁴, procurou refúgio em Mérida⁶⁵⁵, cidade que se tornou na capital anti-emiral. Sulaymān teria - segundo algumas vezes⁶⁵⁶ - pretendido negociar com Ašbag ibn Wānsūs, senhor poderoso na região e chefe de um poderoso grupo de berberes; mas a intervenção do governador da cidade emeritense, o omíada al-‘Abbās ibn ‘Abd Allāh al-Qurašī - com uma tropa de cerca de setecentos cavaleiros - precipitou os acontecimentos e Sulaymān acabará por ser capturado em "Qayrah, a 50 millas de Mérida"⁶⁵⁷ e, mais tarde, decapitado e enviado - faseadamente - para Córdova⁶⁵⁸. Creio que ainda não se chegou a colocar uma outra hipótese em relação ao estado de rebeldia por que passava Mérida no século IX e, eventualmente, já em momento anteriores.. Na verdade, não é impossível que Sulaymān, tio rebelde do emir al-Ḥakam I tenha procurado refúgio em Mérida porque, precisamente, já sabia que a cidade tinha um clima favorável e aberto para quem si dispusesse a fazer frente ao poder instalado em Córdova. Por outras palavras, Sulaymān não semeia a revolta mas tenta colher sementeiras pré-existent-

652. Ambos se encontravam, na altura, no Norte de África, ao serviço de Ibrāhīm ibn Aġlab, emir autónomo na região, iniciador da dinastia Aġlábida, e reconhecido pelo califa abbássida Hārūn al-Rašīd - cf. Bayān, I, pp. 92-95; *Muqtabis II-1*, p. 17, n. 13.

Esta circunstância - elites omíadas a viver junto de elites norte-africanas que se afirmam e que têm actividade construtiva - é mais uma das que está ligada ao longo processo de aprendizagem e assimilação de forma natural de técnicas construtivas norte-africanas e da sua implantação, mais tarde, no al-Andalus.

653. Antes tinha estado em Qayrawān ao lado de Ibrāhīm ibn Aġlab - *Al-Kitāb al-Khazā’inī*, obra perdida, mas citada por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 89; trad. p. 17 (*Al-Kitāb al-Khazā’inī* é citada também pelo *Naḥḥ*, I, p. 250 - cf. *Muqtabis II-1*, p. 16, n.11).

654. Teria chegado a procurar apoios em território franco, segundo o *Al-Kitāb al-Khazā’inī*, citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 89, trad. p. 17.

655. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 89, trad. p. 18.

656. Informação transmitida pelo *Al-Kitāb al-Khazā’inī*, citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 89, trad. p. 18. Esta hipótese não é dada pelos al-Rāzī também citados por Ibn Ḥayyān, *ibidem*, pp. 18-23.

657. Ibn Ḥayyān, *Crónica de los emires Alhakam I y ‘Abdarrahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, Traducción, notas e índices de Mahmud ‘Ali Makki e Federico Corriente, Saragoça, 2001, . 90; trad. p. 21.

Qayrah não se sabe a que respeita. As 50 milhas contadas a partir de Mérida podem conduzir a muitos lugares; porém, coincide igualmente - mais ou menos - com os cerca de 70 km que separam Mérida do *Caia*. Não seria impossível que o tio rebelde o emir tentasse alcançar terras mais ocidentais e não afastadas da acção das tropas leais a al-Ḥakam I.

658. cf. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*. Vol. IV da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 51 ed, 1982, p. 100. Veja-se o referido *Al-Kitāb al-Khazā’inī*, (citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 89 e 89v, trad. p. 18) informação que é dada igualmente por Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī (citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 89v, trad. p. 19).

Esta fuga para Mérida e tentativa de reunir tropas e contar apoios em Mérida lembra, de alguma forma, o acto de rebeldia levado a cabo algumas décadas antes por Yūsuf al-Fihri; os maus resultados de Sulaymān (como igualmente tinham sido os de Yūsuf al-Fihri), levam o seu irmão ‘Abd Allāh a proceder de outra forma. ‘Abd Allāh, conhecido como "o valenciano" (*al-balansī*), depois de vários anos de negociações, acabará por estabelecer-se em Valência com a proibição de se dirigir à capital, mas acabando por haver um casamento duplo entre dois filhos deste ‘Abd Allāh com duas irmãs do emir. Valência afirma-se como zona autónoma, mas igualmente como tampão contra possíveis entradas de agentes inimigos como, por exemplo, *abbássidas*.

tes, tentando aproveitar um clima favorável às suas intenções. Aşbag ibn Wānsūs chegou a ser, então, uma peça importante no afastamento de Sulaymān da cidade do Guadiana.

Ibn Ḥayyān refere que a revolta liderada por Aşbag ibn ‘Abd Allāh ibn Wānsūs durou sete anos, ao fim dos quais a cidade capitula com um acordo "vantajoso" outorgado e cumprido por ambas as partes⁶⁵⁹, ou seja, sete anos com a capital da antigo Lusitânia a escapar ao controle do Emir de Córdoba.

Para além da sua dimensão temporal (806-813), a rebeldia de Aşbag ibn ‘Abd Allāh ibn Wānsūs em Mérida, em tempos de al-Ḥakam I tem uma profundidade maior do que aparenta⁶⁶⁰. Diz Ibn Ḥayyān que antes da rendição de Aşbag se tinha rendido um tal ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila, "caballero y guerrero distinguido en Mérida", convencido a passar-se para o lado do emir e, por isso, instalado em Córdoba; mais tarde, juntou-se ao lado do emir ‘Abd al-Şamad ibn ‘Abd Allāh ibn Wānsūs, ou seja, um irmão de Aşbag⁶⁶¹. Em 192 H. foram tomados reféns emeritenses do sexo feminino⁶⁶², o que pode revelar o peso da mulher nesta sociedade⁶⁶³.

Os Banū Wānsūs eram terra-tenentes poderosos na região. Al-Ḥakam I permite que Aşbag, mesmo depois de se ter integrado nas tropas dos emir - atitude habitual de "controle próximo" de antigos rebeldes - vá "inspeccionar sus alquerías en Mérida en cualquier momento que desease"⁶⁶⁴. Ou seja, depois de instalar o seu próprio - e novo - governador em Mérida, al-Ḥakam I opta por não limpar a zona de Mérida de antigos aliados e adversários; o emir pode ter-se apercebido do peso que algumas famílias detinham na região. É sintomático que um dos al-Rāzī - ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī - refira não só que Aşbag possuía muitas alcarias e bens como, igualmente, que na região "era obedecido en ella por todos los árabes, bereberes y sus clientes"⁶⁶⁵, para além de que era sempre ouvido pelos governadores de Mérida⁶⁶⁶.

659. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .99-99v, trad. p. 46.

660. Sobre a suas relação com outros movimentos rebeldes berberes veja-se Thomas F. Glick, *ISLAMIC AND CHRISTIAN SPAIN IN THE EARLY MIDDLE AGES*, 1. ed, p. 181 (disponível em <http://libro.uca.edu/ics/ics5.htm>); 2. ed. revista, Brill, Leiden-Boston, 2005, p. 205.

661. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .99v, trad. p. 46.

662. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .99v, trad. p. 46.

663. María Luisa Ávila, revela que uma mulher dos Banū Wānsūs - Umm al-Ḥasan bint Abī Liwā’ viajou duas vezes para Oriente em peregrinação e que a mesma tinha estudado com Baqī ibn Maḥlād, um dos mais importantes tradicionalistas do seu tempo (séc. III/IX), acabando por morrer em Meca - cf. María Luisa Ávila, "Women in Andalusí Biographical Sources", (pp. 149-164) in Manuel Marín e Randi Deguilhem (ed.) , *Writing the Feminine: Women in Arab sources*, New York, Taurus, 2002, p. 156.

Até que ponto o conhecimento profundo dos ensinamentos islâmicos ministrados no al-Ḥiġāz - الحجاز -, por parte de gente dos Banū Wānsūs não teria contribuído para verem nas acções de al-Ḥakam I decisões não-islâmicas?

664. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .99v, trad. p. 46.

665. ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī, citado in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .99v, trad. p. 46.

666. Teria sido devido a um acto de humilhação protagonizado por um governador de Mérida que, segundo ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī , que Aşbag teria decidido revoltar-se contra o emir - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .99v, trad. p. 46. Este tipo de explicações, simplistas, surgem em vários contextos.

Al-Ḥakam I irá sitiá Mérida por segunda vez em 191 H.⁶⁶⁷, tendo-se chegado a um acordo. Mas estes assédios passam muitas vezes por acções nos campos e, sabendo-se que Aşbag detinha alcarias na região, não seria impossível que elas fossem atacadas. Aşbag morre em 192 H. mas a rebelião em Mérida não é completamente sanada⁶⁶⁸.

A razão exacta de uma acção contra o território do noroeste peninsular é desconhecido; mas Ibn Ḥayyān diz que em 192 H o emir al-Ḥakam I enviou o seu filho "Hişām contra los infieles de Ġillīqiyyah que alcanzó desde la parte occidental de Alandalús", expedição que alcançou êxito. Embora as fontes não o digam, não é difícil relacionar esta expedição com a pressão contra Mérida; não seria, pois, impossível, ver uma acção contra territórios da Ġillīqiyya a partir de Mérida, cruzando o Tejo pela grande ponte romana, seguindo depois contra zonas da actual Beira e, depois, cruzar o Douro. Não seria impossível que já em inícios do século VIII houvesse determinado tipo de cumplicidades entre elites do território de Mérida e os cristãos que dominavam a norte da cordilheira central e que pudessem estar na origem desta campanha contra senhores cristãos do norte, ou até castigando incursões mal conhecidas. A capital da antiga Lusitânia parece tentar sobreviver politicamente e conseguir afirmar-se entre um ocidente cada vez mais polarizado entre o vale do Guadalquivir e a antiga *Gallæcia*.

Ṭumlus e o Entre-Tejo-e-Mondego

Do que não parece restar dúvidas é que no ocidente do al-Andalus não é unicamente a zona de Mérida que está agitada. De facto, Ibn Ḥayyān refere que no ano seguinte - em 193 H / Nov.808 a Out.809 - o mesmo filho de al-Ḥakam I, Hişām, que no ano anterior tinha sido enviado contra Ġillīqiyya, realizou uma campanha militar contra um outro rebelde, chamado Ṭumlus que, proveniente não se sabe bem de onde, "se había apoderado de Lisboa y zonas limítrofes del extremo occidental de Alandalús hasta Coimbra".

Lévi-Provençal não dispunha de todos os dados conhecidos hoje sobre este líder regional, que considerou como um aventureiro⁶⁶⁹. Por isso, vale a pena, depois da edição recente do Muqtabis II-1, olhar para a insubmissão de Ṭumlus mais detalhadamente.

O efeito multiplicador da rebelião sediada em Lisboa é evidente. A rebelião protagonizada por Ṭumlus não terá uma larga duração mas é possível ver nestas desobediência vários aspectos. Por um lado, e é o próprio Ibn Ḥayyān que o diz, esta revolta contou para o seu sucesso com a vantagem de se localizar para ocidente de Mérida; ou seja, e como diz o texto do Muqtabis, Mérida "se interponía entre ellos y el sultán", Mérida funcionava como uma espécie de tampão que dava grande liberdade de movimentos a quem estivesse para o seu ocidente; estando a falar-se de uma época em relação à qual ainda não está montada uma Marinha de guerra com resposta pronta - como surgirá algum tempo depois, mas sempre com algumas limitações⁶⁷⁰ - a franja ocidental do al-Andalus gozava de uma grande margem de manobra em relação ao um poder instalado longe, no vale do Guadalquivir que necessitava de controlar Mérida que, além do mais, era um grande nó viário des-

667. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100, trad. p. 47.

668. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100, trad. p. 48.

669. Expressão usada por E. Lévi-Provençal, *España Musulmana*, vol. IV de *H. de España*, p. 104.

670. Cf. Picard, *L'Océan Atlantique...e artigos*, do mesmo autor, sobre navegações.

de épocas romanas e que - apesar das alterações surgidas aos longo dos séculos (o rede viária romana não era imutável, não foi herdada virgem das fases anteriores) - era fundamental para a partir daí controlar os vários itinerários que conduziam para ocidente.

Por outro lado, esta revolta liderada por Ṭumlus é, em termos ideológicos, difícil de caracterizar. Não se sabe quais, para além do exercício do poder numa área vasta, eram as motivações deste líder regional. Porém, é possível tentar algumas aproximações ao que se vivia nesta conjuntura na área em causa. Se em Mérida era Aşbag que se revoltava, a revolta de Ṭumlus balizada por Lisboa e Coimbra não só coloca estas duas cidades no mapa político dos acontecimentos do al-Andalus ao fim de muitos anos de quase total silêncio, como faz coincidir de alguma forma esta revolta com a área do antigo *conventus scallabitanus*⁶⁷¹ mas igualmente com a zona de influência da antiga Via romana XVI, via que parece ter-se mantido em actividade durante os séculos de domínio islâmico⁶⁷².

Mas esta revolta polarizada pelos rios Mondego e Tejo, se à partida parece ter contado com cumprimentos de elites revoltosas de Mérida, pode ter sido favorecida igualmente por uma outra circunstância: o ataque de Afonso II o Casto das Astúrias⁶⁷³ que chegou a Lisboa em 798⁶⁷⁴. A acção militar do Casto se acaso não estimulou, pelo menos deve ter deixado um vazio de poder que acabou por ser aproveitado, com algum sucesso e durante certo tempo por Ṭumlus, rebelde na perspectiva emiral.

O *infante* Hişâm atacou um *rebelde* Ṭumlus que, aproveitando o "escudo" em que Mérida se tinha tornado, deveria ter grandes apoios e se apoderou da "mayor parte de las regiones occidentales", ou seja, Ṭumlus liderou um movimento federador, aparentemente abrangente e que, com muita ou pouca aceitação popular, com apoio que não são claros, controlava a faixa ocidental entre o Tejo e o Mondego, tirando certamente partido da dificuldade em atravessar aquele rio e da barreira montanhosa que dificulta o acesso a partir dos campos da actual Beira Baixa. Não se conhece o percurso das tropas atacantes lideradas pelo *infante* Hişâm mas não admiraria se saíssem de Mérida e se dirigissem para o vale do Tejo com uma força deveras importante; na verdade, o

671. Apesar de essas divisões não serem operativas no momento, em inícios do século IX os rebeldes tinham nas mãos grande parte da área correspondente a dois dos três antigos *conuentus* da Lusitânia: o *emeritensis* e o *scallabitanus*.

672. cf. Vasco Gil Mantas, *A Rede Viária Romana na Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2 vols., Dissertação de Doutoramento apresentada à Fac.de Letras da Univ. de Coimbra, policopiada, 1996; o cap. VI-3 dá especial ênfase ao domínio islâmico e à importância das suas fontes escritas.

673. Este monarca este no trono asturiano entre 791 e 842.

674. E. Lévi-Provençal, *España Musulmana*, vol. IV de *H. de España*, p. 113. A instabilidade do Ġarb não consta toda ela, porém, do *Muqtabis*; a pouca conhecida tomada de Lisboa por um exército de Afonso II das Astúrias em 798 não é referida.

A tomada que parece ter-se tentado articular com uma outra acção pelos áncos, a conquista carolíngia de Barcelona que terá lugar unicamente dois anos depois desta acção. Ou seja, parece ter havido por parte dos senhores cristãos do Norte, asturianos e francos uma conjugação de esforços táticos que deu frutos duradouros no caso de Barcelona e que permitiu manter Lisboa fora do controle emiral e sob domínio dos cristãos do norte durante cerca de uma década - Sobre estas campanhas e o envio de uma embaixada de Afonso II das Astúrias a terras francas veja-se E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*. Vol. IV da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 51 ed, 1982, p. 113.

mesmo Ibn Ḥayyān refere que - eventualmente depois de atravessarem a linha do Tejo - " *Ṭumlus lo esquivaba en la inexpugnabilidad de las fortalezas*"⁶⁷⁵.

Esta *inexpugnabilidad* pode remeter para várias situações. Sem fazer um levantamento exuastivo de todas elas, é possível indicar possíveis explicações. Por um lado, não seria impossível que se referisse a crónica ao recurso e muralhas urbanas onde *Ṭumlus* os seus homens se refugiasssem com sucesso, como poderiam ser as próprias cidades de Lisboa e de Coimbra que, se devidamente amuralhadas por estes tempos, poderiam ter resistido à expedição punitivas das tropas do filho do emir, tropas que poderiam não vir preparadas com máquinas de guerra; por outro, não seria impossível que a fuga se desse para uma zona de difícil acesso e cujos percursos fossem mal conhecidos para as tropas emirais, como seria, hipoteticamente, a zona das serra da Lousã, a zona entre os territórios da antiga Egítania e de Coimbra - tratar-se-ia das zonas montanhosas onde se encontram a Pampilhosa, a ribeira de Isna, Sertã, ... - mas também seria possível pensar nas áreas serranas da Lousã ou, mais a sul, as serras de Candeeiros e Sicó. E, obviamente, não se pode esconder que a própria linha do Tejo era (e será durante muitos séculos) uma barreira natural incontornável. Porém, a justificação que a *inexpugnabilidad* sempre costuma trazer, aliada a um pouco conhecimento do território, pode significar que eventualmente se está perante um *topos*⁶⁷⁶, recorrente em algumas crónicas.

A actuação do atacante passa pela clássica destruição dos campos e das colheitas revelando, uma vez mais, incapacidade para tomar pontos altos e de acesso difícil, num território manifestamente desconhecido para o atacante e onde o líder regional não deveria ter falta de complicitades. Por isso, uma vez mais se recorre a um dos métodos infalíveis e que é o da infiltração ou compra de elementos no seio do adversário, método que culmina na traição e no assassinato político. Serão, pois, companheiros de *Ṭumlus* que o assassinam "à traição"⁶⁷⁷ no mês de *raġab* de 193 e que levam a sua cabeça e a de alguns dos seus seguidores fiéis ao emir omíada. Estes destinos viriáticos estavam a tornar-se habituais no ocidente da península Ibérica.

Com *Ṭumlus* o fim da insubmissão resolveu-se com algaras, pressão militar sobre o território rebelde e a encomenda do assassinato do cabeçilha e seus próximos. Estes, em pagamento do seu feito e depois de bem recompensados⁶⁷⁸, são integrados no exército emiral.

Mas esta acção contra *Ṭumlus* teve consequências mais vastas. O emir não se limitou a conseguir

675. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100v, trad. p. 49.

676. Cf. MANZANO MORENO, Eduardo, "Oriental *topoi* in Andalusian Sources", *Arabica*, vol. 39, E. J. Brill, 1992, pp. 42-58; Albrecht Noth, na sua obra *The Early Arabic Historical Tradition*, trata da questão dos *topoi* nas crónicas árabes mais antigas - cf. pp. 167-172.

Como exemplo das dificuldades militares sentidas em territórios nortenhos, território áspero ao qual se tem de ir mas exclusivamente para combater os inimigos ou para tentar repor o controle e a obediência perdidas, veja-se o que se passa durante a campanha do ano de 200 H / 815-816, durante a qual as tropas emirais tentam recuperar uma Pamplona perdida cerca de 3 anos anos, campanha de treze dias que se chegou a pensar ter tido lugar no Noroeste peninsular (na *Ġillīqiyya*) durante a qual as tropas de Córdoba se defronta com zonas de penhasco, rios escarpados, bem como tapumes e trincheiras feitas de madeira pelos autóctones da zona pirenaica - e e eficiência destes dispositivos militares em madeira parece terem surpreendido os homens de guerra meridionais - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 103, trad. pp. 54-55; devem ver-se os esclarecimentos adicionais fornecidos pelos editores: *ibidem*, notas 85-88.

677. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100v, trad. p. 49.

678. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100v, trad. p. 49.

dominar um rebelde; o *Muqtabis* refere que, de facto, o que aconteceu foi que ficaram "por suyas las regiones occidentales tras la muerte de este Ṭumlus"⁶⁷⁹. Não se tratou tanto do afastamento de um simples rebelde mas mais de uma conquista; o emirado omíada passa finalmente a controlar uma região que tinha feito um pacto com os omíadas quase que uma centúria antes, mas onde o exercício da autoridade do Estado, da autoridade central pouco se fazia sentir. O controle militar da faixa litoral entre Lisboa e Coimbra - para se seguir à letra o *Muqtabis* - parece começar verdadeiramente agora, em inícios do século IX⁶⁸⁰; as fortificações de trás das quais se refugiava Ṭumlus não eram obras omíadas, era mais obras herdadas do Baixo Império romano, obras defensivas mantidas, reforçadas e alteradas em alguns pontos, obras que deveriam ser apoiadas por outras fortificações em pontos altos, refúgios temporários menos cuidados que as sólidas construções baixo-imperiais.

Ibn Ḥayyān dá a entender que Ṭumlus não actuava só; havia como que uma federação de rebeldes que sabiam tirar partido da rebeldia-mãe sediada em Mérida, e que se estendia a outras zonas mais ocidentais. Um dos que é morto com Ṭumlus é um tal Makḥul que Mahmud ‘Ali Makki e Federico Corriente consideram poder considerar-se o avô de um outro Makḥul - Makḥul ibn ‘Umar - que aparecerá mais tarde relacionado com rebeldias na zona do curso médio do Guadiana⁶⁸¹.

O clima de rebeldia parece ser geral nas zonas de fronteira, nas zonas de *interface* com o Norte cristão. E são vários os aliados e cúmplices do emir al-Ḥakam I que se viram, num determinado do percurso da sua vida, contra o emir, pretendendo maior autonomia, dar-lhe menos conta dos seus destinos ou reagindo contra o seu poder; as fontes a este propósito não são muito claras mas, veiculam habitualmente uma ideologia mais favorável ou desculpabilizadora do emir "legítimo". Por outro lado, o clima de intriga era de moldes a queimar apoiantes muito autónomos e muito distantes. É o que parece passar-se com ‘Amrūs, membro de uma elite regional em relação a quem o emir começa a ter dúvidas e temores⁶⁸²; isso, no mesmo ano - o de 194 H. /809-810 - em que al-Ḥakam I está de novo em Mérida, em pessoa, numa expedição contra a insubordinação da sua população⁶⁸³, e nas vésperas de campanhas contra outros focos de dissidência, como é o caso de Toledo e a zona levantina⁶⁸⁴.

679. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100v, trad. p. 49.

680. Veja-se o que já diz a este propósito Christophe PICARD, in L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc), Paris, Maisonneuve & Larose - Unesco, 1997, pp. 73 e 81.

681. ‘Ali Makki e Federico Corriente, ed. de *Muqtabis II-1*, trad. p. 49, n. 76.

682. Esta suspeita revolveu-se, porém, com um pedido para que ‘Amrus passasse uma temporada em Córdoba, para recuperar... E a descon^çança - mútua, eventualmente - foi-se desvanecendo; o que hoje se pode conseguir com uma partida de *golf* foi, em 194 H., resolvido com um convite para que ‘Amrus participasse num jogo de pólo como o emir. Cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 101, trad. p. 50.

683. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 100v-101, trad. p. 49.

684. Em 196 H. , segundo notícia dada por ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī (cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 101v, trad. pp. 50-51), o emir "lançou uma expedição contra Toledo"e, no mesmo ano, uma outra contra Valencia; em 197 H. há campanhas contra Barcelona - esta na posse dos francos - e contra berberes eventualmente em Zorita, na zona de Santaver (o manuscrito tem ">sryh<" (ou seja سرية) o que os editores dizem corresponder a um erro, sugerindo que deveria ser corresponder eventualmente a Almonacid de Zorita (hipótes de Dozy) ou a Zorita de los Canes (hipótese de Alemany) - o que pressupõe que seria correcto ^çgurar

O *Ġarb* ocupa em termos de militares e mesmo em termos de intervenção directa do emir um lugar de menor preocupação - exceptuando, obviamente, a cidade de Mérida, cuja influência sobre todo o sector ocidental peninsular não seria de menosprezar. A campanha contra Ṭumlus foi menos pesada mas, eventualmente, mais acelerada, feita essencialmente com cavalaria. As campanhas são diferentes e não obedecem sempre ao mesmo tipo de preparação e equipamento. A expedição ou grande *algara* contra Ṭumlus, no eixo Lisboa-Coimbra é, a crer nas descrições de Ibn Ḥayyān, um movimento militar menos pesado que o que se dirigiu contra Barcelona no mês de *ḍu l-qa'da* do ano de 197 H (Julho de 813), para a qual se contou com a participação de voluntários e "pertrechos de guerra santa" - e que contou com a participação de 'Ubayd Allāh, um dos filhos do tio "valenciano" do emir⁶⁸⁵. Nem se pode comparar a campanha contra de Ṭumlus com a que é ordenada em 198 H. contra uma Toledo uma vez mais *desobediente e inflamada*, para onde o emir faz seguir um exército e pertrechos, ao mesmo tempo que envia para a Marca Superior "un gran ejército con pertrechos completos, nomeando quase em simultâneo um novo governador para Saragoça ('Ubaydūn b. al-Ġamr, que só aguenta o posto alguns meses, dando lugar a um outro filho do próprio emir).

Existem exemplos de campanhas militares com tropas aceleradas ou em movimento rápido e / ou forçado; é o que dizem as crónicas acerca de uma campanha do mesmo al-Ḥakam I contra Toledo, campanha que tem lugar em 199 H (Ag. 814 - Ag. 815) e que é um autêntico "jogo do gato e do rato". O emir devia saber que havia "fugas de informação", que sempre que se dirigia a um determinado ponto os seus movimentos eram detectados ou antecipados. Assim, sai de Córdova e, numa autêntica *manobra de diversão*, encaminha-se para a zona de Ṭudmir, onde se estreme a combater algumas fortificações de rebeldes - outros rebeldes - locais e de onde aproveita para enviar missivas sobre as suas intenções ... nas região de Ṭudmir. Assim, quando os toledanos estão tranquilos e se preparam para as colheitas, avança contra Toledo a partir de Ṭudmir "a marchas forçadas, con luz o en tiniebla" e sem parar para dormir, o que lhe permitiu- com uma unidade de cavalaria que avançou mais rapidamente - entrar na cidade do Tejo com uma grande facilidade, dado que as portas da muralha estavam abertas e sem vigilância⁶⁸⁶.

Não se pode ignorar que, segundo Ibn Ḥayyān, o cronista Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī indica que no ano de 203 (Julho 818- Junho 819) um Ṭumlus (conhecido como al-Nadawī) apareceu a fazer propaganda pró-iemenita tendo, "en las regiones occidentales", enfrentado tropas conduzidas por Ġarīr ibn Wahballāh; e esse mesmo Ṭumlus foi sitiado em Beja, cidade que foi tomada, "dispersándose su comunidad pró-yemeni"⁶⁸⁷; dispersando-se mas não aniquilando-se. *Este*

no manuscrito como "سرتة". Sem querer polemizar, há dúvidas com o local e nada obriga a que seja obrigatoriamente nessa região; se eventualmente estivesse escrito "سربه" poderia entender-se como Serpa... - cf. *Muqtabis II-1*, trad. p. 51, n. 81.

685. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 101v-102, trad. pp. 51-52. Ver sobre esta campanha igualmente *Bayān II*, p. 74. Não faltam pormenores sobre esta campanha que, apesar das muitas *mortes exhibidas*, não trouxe consigo uma mudança na posse da cidade de Barcelona.

686. Estes e outros detalhes desta campanha dissimulada contra Toledo podem encontrar-se em Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 102v, trad. p. 53. É importante a referência ao facto de que o emir fez descer de montes as populações que buscavam refúgio nas alturas, obrigando-os a 'xarem-se em zonas baixas. A queima das colheitas é igualmente posta em prática, como em outros pontos da península.

687. Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 114-114v, trad. p. 86.

Ṭumlus teria sido morto neste mesmo ano. Será este Ṭumlus um familiar do outro referenciado na zona Lisboa-Coimbra? Um seu descendente? Esta informação deve ser posta em relação com a informação dada por Ibn al-‘Aṭir que diz que em 203 surgiu um tal al-Walad que se revoltou contra o emir, o qual o combateu com um exército na cidade de Beja, cidade de o referido al-Walad controlava e onde, depois da cidade tomada, foi aprisionado⁶⁸⁸.

Esta informação é relevante, na medida em que Beja surge associada a outras revoltas do Ġarb⁶⁸⁹. De qualquer forma, nos inícios do século IX, Beja continua a dar mostras de rebeldia e ter muralhas que, se bem que não invencíveis perante tropas do emir armadas de forma não clara, continuam a ser um dos pontos de referência da rebeldia ocidental; a sua implantação a ocidente do vale do Guadiana deveria dar-lhe uma certa capacidade de resistência; Beja, se bem que algo distante do Guadiana, partilhava com Mérida essa situação de núcleo urbano *escondido* atrás da corrente do Guadiana, longe de uma acção rápida de Córdova e, por isso, útil para qualquer candidato a rebelde, pelo menos nas primeiras semanas.

(g) Décadas de mudança - Conclusão

Ate inícios do século IX assiste-se a revoltas frequentes no território do *Ġarb al-Andalus*, revoltas essas dirigidas a partir das principais cidades existentes. Não se conhecem, nesta fase, novas fundações de carácter urbano, nem se detectam inovações a nível poliorcético. As cidades amuralhadas em fases tardias e de declínio do Império romano tornam-se pólos de revolta e se algumas davam mostras de alguma má conservação dos seus paramentos, como se passou com Córdova, essas deficiências devem ter sido colmatadas e reparadas.

O poder central emiral tem dificuldade em se conseguir afirmar no Ġarb al-Andalus e a capital da velha Lusitânia será um constante foco de rebeldia que, certamente, contaminava e se propagava facilmente a outros pontos da sua área de influência. Para além de sectores populacionais cristãos, de extracção hispânica, populações lideradas por berberes e por *muwalladūn* encontram-se também em estado de revolta e não é difícil encontrarem solidariedades que dificultam o controle da região pelo poder central - um poder central que enfrenta dificuldades em outras regiões também. Porém, se tudo indica que alguns pontos naturalmente elevados e de acesso difícil foram de novo ocupados dadas as suas capacidades defensivas, não se detectam, por outro lado, nenhuma obra militares com carácter defensivo de vulto ou de invulgar dimensão. Tudo aponta para um aproveitamento e manutenção de estruturas defensivas pré-existentes.

No entanto, embora ainda fora da área geográfica do *Ġarb al-Andalus*, assiste-se já à edificação, por membros da família dirigente omíada, de construções separadas ligadas ao controle do poder central - o *al-Ḥizām* de Toledo poderá ter funcionado como um balão de ensaio, como uma primeira grande obra de vulto, com carácter militar e político e que, sem ser igual, irá ter repercussões no *Ġarb al-Andalus*, numa das suas principais cidades.

688. Ibn al-‘Aṭir, *Kamil...*, tomo VI, p. 252, trad. Fagnan, *Annales*, p. 194 *apud* F. Codera, “Los Benimeruán en Mérida y Badajoz”, *Estudios críticos de Historia árabe Española (Segunda serie)*, Madrid, 1917, pp. 5-6 .

689. Veja-se Christophe Picard, *Le Portugal Musul...*, pp. 187-190.

3. Um século de rebeldias e instabilidade (inícios do s. IX a inícios do X)

Como se viu, até inícios do século IX foram frequentes as revoltas frequentes no território do Ġarb al-Andalus. Sobre muitas dessas revoltas desconheciam-se os seus contornos há alguns anos. Porém, a publicação de algumas fontes escritas, recentemente, tem aclarado muitos detalhes sobre alguns desses movimentos, as ideias ou as possíveis causas dessas revoltas e alguns dos seus percursos.

Pois, o século IX beneficia dessas mesmas publicações recentes - sobretudo a parte II-1 do *Muqtabis* ou *Muqtabas* de Ibn Ḥayyān. Felizmente que para este século as memórias deixadas são mais ricas e, por isso, conhecem-se mais detalhes dos percursos de alguns dos rebeldes desta nova fase. Detalhes importantíssimos, na medida em que surgirão percursos de uma latitude muito grande, rebeldias que se alongam muito no tempo e que estarão na origem da ocupação de cidades de que não se ouvia falar havia muito tempo e, por outro lado, surgirão nesta fase novos centros urbanos, ligados também a alguns rebeldes importantes. E a sua relevância residirá também na capacidade para, em momentos de ausência do poder central, gerir territórios vastos.

Mérida, a capital da antiga Lusitânia, não por acaso será a protagonista de muitos destes acontecimentos. Mas, esta cidade importante de inícios da centúria não terá o mesmo poder quando o século terminar.

(a) Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār - um berbere rebelde em movimento

Maḥmūd ibn al-Ġabbār al-Māridī e as suas andanças militares, recheadas de percursos por diversas zonas do Ocidente ou *Ġarb al-Andalus*, fazem deste homem um líder regional impar. Embora normalmente se dê grande - e justificado - destaque a um outro rebelde *māridī*, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, esta personagem merece, pelo seu percurso e pelas suas acções num curto espaço de tempo - alguma atenção na análise. Atenção que já lhe merecidamente dada por autores como Manuel Terrón Albarrán⁶⁹⁰ e A. H. de Oliveira Marques⁶⁹¹, além das importantes linhas dadas por Lévi-Provençal⁶⁹² e das recentes aportações de Christophe Picard⁶⁹³.

690. Manuel TERRÓN ALBARRÁN, *El solar de los Aftásidas - aportación temática al estudio del reino moro de Badajoz. siglo XI*, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 1971.

691. A. H. de Oliveira MARQUES, “O «Portugal» islâmico” in *Portugal das invasões germânicas à «reconquista»* (coordenação de A. H. de Oliveira Marques), vol. II da *Nova História de Portugal*, (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1993, (pp. 121-249), pp. 124-125.

692. E. Lévi-Provençal, *Histoire de l’Espagne musulmane*, 3 vol. Maisonneuve et Larose, Paris, 1950-1967, (reeditado em 1999), vol. I, p. 209.

693. C. Picard, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*, pp. 279-280 e pp. 42 e 54. Ver também VIGUERA MOLÍNS, María Jesús, “Extremadura y al-Andalus”, in *Actas de la I Jornada de Historia de Llerena*, (coord. de Francisco J. Mateos Ascacibar e Felipe Lorenzana de la Puente), Llerena, 2000, (pp. 19-44), p. 23.

É, pois, de todo o interesse perceber a verdadeira dimensão deste berbere proveniente da antiga capital da Lusitânia e tentar, com os novos dados disponíveis entender um percurso essencialmente ocidental mas que passa também por latitudes mais meridionais antes de entrar ao serviço de Afonso II das Astúrias. Apesar do referido texto de Livermore, talvez pouco aproveitado e valorizado, persistem muitas incertezas acerca da trajectória deste Maḥmūd, um homem do sul, de origem remota norte-africana, com competências militares e que se irá aliar ao monarca asturiano. Os seus feitos e percursos não escaparam a vários cronistas ; na centúrea seguinte à sua morte tanto Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī como o seu filho - ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī - lhe dedicam fólhos da sua prosa aos aspectos que rodearam o seu desaparecimento (respectivamente), textos que se conhecem graças aos esforços de recolha de Ibn Ḥayyān⁶⁹⁴ e que, não sendo os únicos, são dos mais relevantes para compreender o percurso deste dirigente berbere do Ġarb. Mesmo com dados relativamente escassos foi possível a Harold V. Livermore tecer um pequeno trabalho cuja utilidade não se perdeu; para além de dados de carácter pessoal - e das possíveis ligações com um bispo de Santiago - o autor britânico reconhece que, com as fontes disponíveis, “os seus movimentos são difíceis de seguir”⁶⁹⁵.

Ora, e uma vez mais, a edição relativamente recente da parte II-1 do *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān que lança uma luz mais clara sobre a vida e percurso deste rebelde pelos territórios do Ġarb al-Andalus, “rebelde” estreitamente ligado a Mérida, razão por que é conhecido por *al-Māridī*. Tirando partido de relatos vários que se devem ter produzido sobre a vida de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī Ibn Ḥayyān, quanto inicia no *Muqtabis* II-1 o relato das suas façanhas, diz claramente que se trata de uma “selecção das suas notícias”⁶⁹⁶, ou, como diz o original “تَبَذَ مِنْ أَخْبَرِهِ”⁶⁹⁷. É de crer que muitos detalhes, alguns deles eventualmente de carácter geográfico fossem mais tarde considerados menos interessantes por Ibn Ḥayyān, o seleccionador das notícias . Os autores de onde provêm as notícias seleccionadas por Ibn Ḥayyān são os dois mais importantes al-Rāzī : Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī e o seu filho ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī , autores para quem as notícias relativas a estes acontecimentos ainda estariam algo frescas⁶⁹⁸.

Ibn Ḥayyān começa a falar detalhadamente de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī quase que como se de um guião cinematográfico se tratasse: aproveitando a perspectiva de Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī , Ibn Ḥayyān começa pela morte de Maḥmūd, no ano de 225 H. (Novembro de 839 a Outubro de 840) para, depois, fazer um completo *rewind* até ao início da sua “carreira” como rebelde⁶⁹⁹.

694. *Muqtabis II-1*, .181v-183 e *Muqtabis II-1*, .183-184.

695. Harold V. Livermore, “O Baixo Douro no século IX. A colónia de Mahmud ibn ‘Abd al-Djabbar”, separata do vol. V das Actas do *Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada*, Guimarães, 1982, (pp. 145-152), p. 149 [‘Abd é muitas vezes citado *CABd* ou *Cabd* por equívoco tipográfico].

696. Na tradação o capítulo inicia com a indicação que se trata da “Muerte de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī y selección de notícias suyas” - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, trad. p. 298.

697. Ibn Ḥayyān, *Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, (Makki, Maḥmūd ‘Ali, ed.), Al-Riyad (Riade), Markaz al-Malik Faysal li-l-Buhut wa-l-Dirasat al-Islamiyya, 1424 H., [2003], p. ٤٣٦. “Extractos / fragmentos de notícias suas”, é como também se poderia traduzir.

698. Aḥmad ibn Muḥammad viveu entre 887 e 955. A vida do seu cōlho ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī escreveu entre 360 e 364 H. (971-975 d.C.).

699. De facto, começando por narrar a sua morte, que é colocada no ano de 225 H, os factos da sua vida podem encontrar-se nos *folia* / صفحات e n.ais do *Muqtabis II-1* mas há igualmente informações na parte anteriormente

Caracterizado como “sombrio” e “intratável”⁷⁰⁰, o cronista mostra como Maḥmūd, depois de uma atitude de “separação da comunidade”, se dirige à região da *Ġillīqiyya* e se coloca “sob a protecção dos politeístas” até que morreu entre estes últimos⁷⁰¹. Enquanto esteve em terras do Norte, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār teve encontros militares com tropas do emir de Córdoba mas também com o que Ibn Ḥayyān descreve como “gentes leais vizinhas”⁷⁰².

Apesar de Ibn Ḥayyān lhe dedicar um tratamento à parte, os acontecimentos que envolvem este rebelde não podem ser compreendidos sem serem relacionados com acontecimentos ocorridos antes e que têm como ponto álgido sucessos do ano de 211H (826-827 d.C.), já com ‘Abd al-Raḥmān II (822-852) como emir de Córdoba. Os protagonistas da instabilidade e da reacção anti-emiral são, em grande medida, e uma vez mais, berberes. Nesse ano de 211 H sai de Córdoba uma campanha contra “los beréberes de Mérida, entrando por Coria”. Nesta “expedição” os berberes, comandados por Lubd ibn Khālīd (ou Hālīd) destroçaram fortemente o contingente cordovês em Umm Sirġīn (local não identificado muito provavelmente na área da Kūra de Mérida); os fiéis ao emir sofreram pesadas baixas, entre as quais se encontrava ‘Ubayd Allāh b. ‘Amr al-Ṣūfī e, sobretudo, Marwān al-Ġillīqi um *muwallad* que então era governador de Mérida⁷⁰³.

Se em 212 e 213H as preocupações do emir parece estarem centradas em outras regiões peninsulares, em 214H / 829-830 Mérida volta a ser central para o poder central. Diz o mesmo Muqtabis que nesse ano o emir ‘Abd al-Raḥmān II se dirigiu para Mérida, cidade cujos “moradores se haviam sublevado” depois da morte de Marwān al-Ġillīqi. Esta “república” era então dirigida por uma coligação liderada por Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e por Sulaymān ibn Martīn. A inexpugnabilidade de Mérida - fruto certamente da qualidade de conservação da sua muralha mas também pela sua posição, a norte do rio Guadiana - impediram que o emir a pudesse tomar; nada mais pode fazer do que destruir os campos semeados em seu redor e arrasar os seus “recursos”⁷⁰⁴. Este cerco adquiriu *dimensão internacional*. De facto, em 828 Luís o Piedoso - filho de Carlos Magno - redi-

publicada, unicamente só em árabe, identificada como *Muqtabis II* (ou *Muqtabis II-2*), p. 397; p. 673, n. 629. Estes dados do *Muqtabis II-2* foram aproveitados por Lévi-Provençal, *H.E.M.*, I, pp. 208-210).

700. “hosco” - intratável, desagradável...

701. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 298.

702. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 298. Nada se diz acerca da crença e da etnia das “gentes leais” a Córdoba: se eram *dīmmīs* ou *barbar*; mas ca-se saber que, eventualmente instigados por Córdoba, alguns homens de armas de gentes algo arabizadas implantadas a sul do Douro - mas em zonas não definidas com precisão - entraram em conito armado com Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī.

703. Pai do que virá a ser um famoso rebelde emeritense. Cf. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 41. Por lapso, certamente, C. Barceló diz que “‘Abd Allah b. Kulayb, aparece dirigiendo el ejército en la zona de Mérida durante la revuelta de Marwan b. al-Yilliqi en 211/826-7”; faria sentido que estivesse algo como “aparece dirigiendo el ejército en la zona de Mérida durante la revuelta **que produce la muerte** de Marwan b. al-Yilliqi en 211/826-7” - cf. C. Barceló, “Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida”, in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, (pp. 59-78), p. 68.

704. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 178r; trad. p. 287.

ge uma carta aos habitantes de Mérida⁷⁰⁵, oferecendo-lhe protecção⁷⁰⁶. Estava na forja um acordo entre francos e a *república* (?) que existia, de facto, na cidade que fora capital da antiga Lusitânia e que parecia dar mostras de querer manter-se equidistante do emirado de Córdova e de um reino asturiano, governado por Afonso II capaz de descer até Lisboa, alguns anos antes.

A pressão sobre Mérida prosseguiu no ano seguinte - 215 H - ano em que o emir saiu com “tropas e petrechos” militares⁷⁰⁷. As muralhas de Mérida revelam-se de uma eficácia inquestionável, na medida em que as tropas emirais se vêem impotentes para as transporem; mas a posição da cidade, a norte do rio Guadiana e com uma única passagem fácil - a ponte romana - controlada pelos defensores da cidade, impedirão um fácil avanço dos atacantes pró-emirais.

Nesta campanha as tropas emirais fizeram as destruições costumeiras mas, desta vez, a pressão militar vinda do sul deve ter sido maior e os revoltosos acabaram por negociar e chegar-se a um acordo entre ambas as partes: os revoltosos entregam ao emir reféns, com a condição de, no ano seguinte, serem substituídos por outros⁷⁰⁸. Sem chegar a tomar a cidade, o emir ‘Abd al-Raḥmān II regressou a Córdova com os ditos reféns e deixando para trás um governador deixado em Mérida: tratava-se de Ḥārīṭ ibn Bazī⁷⁰⁹.

Esta nomeação não condiziu, porém, à pacificação de Mérida e da sua região. Registaram-se novas sublevações em 217 e em 218 H. No primeiro ano (Fevereiro de 832 a Janeiro de 833; a campanha deve ter tido lugar em meados de 832) a campanha e o assédio foi feito “por turnos”⁷¹⁰ com duas chefias militares; já em 218, a campanha parece ter sido mais dura, com destruição dos campos em redor mas com uma muralha capaz de sustentar o ímpeto das tropas emirais⁷¹¹.

O **quotidiano dos rebeldes** que controlavam *Mārida* é dada a conhecer de forma sintética por Ibn Ḥayyān através das palavras de ‘Īsā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī. As populações rebeldes

705. F. Codera, “Los Benimeruán en Mérida y Badajoz”, *Estudios críticos de Historia árabe Española* (Segunda serie), Madrid, 1917, pp. 7-8.

Esta oferta de auxílio é normalmente vista como um acto de solidariedade intraconfessional; ou seja, tratava-se de um príncipe cristão que aferecia desinteressadamente a sua ajuda, os seus préstimos, a irmãos na fé, a moçárabes que resistiam na cidade de Mérida e que precisavam desesperadamente de ajuda externa para sobreviver. Ora, sem pôr em causa possíveis solidariedades de fé, convém referir que deveria interessar aos francos manter o emir omíada ocupado, e o mais longe possível dos Pirineus. Um foco de instabilidade na zona da antiga Lusitânia mantinha os olhares emirais virados para as zonas ocidentais, dando mais margem de manobra às acções militares da zona do nordeste peninsular. Luís o Piedoso (ou Ludovico Pio) espicaça e encoraja os emeritenses - muitos dos quais seriam cristãos *dhīmmīs*, muitas vezes chamados de *moçárabes* - e estes devem ter tido em boa conta o apoio manifestado por aquele, apoio que lhes deve ter servido de catalizador para uma revolta que se prolongará no tempo - veja-se sobre estes acontecimentos Ch. Picard, *Le Portugal...*, pp. 122-123.

706. Sobre a importância de populações cristãs em Mérida e, em geral, no *Ġarb al-Andalus*, fase veja-se PICARD, Christophe, « Les mozarabes dans l’Occident ibérique (VIIIe-XIIIe siècles), *Revue des Études Islamiques*, 51, 1983, p. 77-88.

707. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 178r; trad. pp. 287-288.

708. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 178; trad. pp. 287-288.

709. A nomeação ocorreu de Ḥārīṭ ibn Bazī com governador da cidade de Mérida ocorreu no mês de *rabi’ I* desse ano de 215; tal mês equivale, nesse ano, ao período que medeia entre 28 de Abril e 27 de Maio de 830.

710. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 178v; trad. p. 288.

711. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 178v; trad. p. 289.

em Mérida não saíam do interior do aconchego e da segurança das muralhas, combatiam unicamente junto às suas portas e permitiam às tropas emirais destruir o que conseguiam nos seus campos. Depois, com a retirada das tropas, deixam o abrigo das muralhas e voltam aos seus campos, aos “gados que apascentavam neles, cultivando as suas propriedades a maior parte do ano até que, quando se davam conta de que a aceifa estava a caminho, se recolhiam então à sua fortaleza”⁷¹². A guerra era mais uma das actividades esperadas e habituais do ano. Havia uma economia de guerra e o interior da sua cidade-refúgio - neste caso Mérida - estava certamente capacitada para recolher também animais e conseguir guardar cereais para resistir à esperada *aceifa anual oficial*. Esta expectativa passava por um rede de informações que deveria estar montada e que avisaria da chegada iminente - ou não - de tropas provenientes da capital emiral. Os pontos de vigia deveriam desempenhar um papel importante nesta recolha de informações atempada, pontos de vigia que - para serem mais discretos - não deveriam estar obrigatoriamente materializados em atalaias; penhas (ou penas) naturais, informações dadas por pastores⁷¹³ que as canalizariam para os homens ao serviço de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār.

Terá sido na sequência desta campanha de 218 H / 833 d.C. que o emir consegue desalojar os dirigentes da rebeldia sediada em Mérida, o *maṣmūda* Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e o *muwallad* Sulaymān ibn Martīn⁷¹⁴, líderes regionais que ao serem expulsos de Mérida terão sortes diferentes - como se verá de seguida.

Essa entrada de tropas emirais no ocidente far-se-á também em latitudes superiores, possivelmente por que a rebeldia de Mérida servia de tampão para rebeldias que se manifestavam em territórios mais setentrionais. Aliás, a saída dos dois rebeldes de Mérida permitirá às forças emirais progredir mais facilmente para Norte atingindo a linha do tejo, a famosa Ponte de Alcântara e tomar iniciativas militares entre o Tejo e Douro. Diz o mesmo Ibn Ḥayyān que o emir em 223 H atacou *Ġillīqiyya* “y penetró por los pasos de occidente, hasta Viseo”, cidade que foi surpreendida com “milicia y leva” emiral⁷¹⁵, expedição de que resultou destruição e “grandes conquistas”⁷¹⁶; dois anos depois, em 225 H, regista-se outra campanha contra o território de *Ġillīqiyya*, aparentemente favorável às tropas emirais. Estas campanhas contra territórios a norte de Mérida poderiam funcionar como corte de “linhas de apoio” à velha capital da antiga Lusitânia e uma forma de indirectamente enfraquecer a cidade do Guadiana, cuja rectaguarda Norte lhe era vital. Pode também ter a ver com o facto de a zona de Idanha e de Coria, a norte de Mérida, ser tradicionalmente uma zona afectada,

712. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

713. Segundo a referida crónica, a pastorícia deveria ser uma das actividades mais habituais destes grupos éis a Maḥmūd; o gado pode ser movimentado com mais facilidade do que bens agrícolas. Não há referências concretas, nesta crónica, a existência de transumância mas não se pode excluir a possibilidade que tal se processasse, até por que alguns campos, depois da passagem de expedições punitivas, poderiam sem possibilidade de dar alimentos aos gados e os rebeldes deveriam necessitar de buscar outras pastagens.

714. Veja-se também Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y Califas*, Madrid, 2006, pp. 438-439.

715. O contingente emiral não era homogéneo. Algumas das tropas eram cheadas por Ḥārīt ibn Bazī, alguns anos antes nomeado governador de Mérida. Uma das conquistas efectuadas era a localidade de “*Alqaryah*”, localidade não identificada. A actual Caria, na Beira Alta, a sul de Belmonte - junto a antigas vias romanas (há mercados miliários cerca de Caria), uma delas ligando Egítania e Viseu -, não poderia fora destes circuitos de passagem, mas esta hipótese aqui avançada está por provar, e não faltam outras hipóteses igualmente possíveis.

716. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 179v; trad. p. 292.

nesta conjuntura, a berberes *mašmūdīs*⁷¹⁷; a saída de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār de *Mārīda* favorecerá campanhas de “limpeza” de uma zona vital de *fronteira* com o norte controlado pelo rei das Astúrias.

Será entre os anos 218 e 225 H (ou seja, 833 e 840 d.C.) que decorrerá a extraordinária *saga* deste líder berbere do Ġarb al-Andalus, que o fará passar por territórios de várias latitudes do ocidente *andalusī*. A dupla dirigente de Mérida, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e Sulaymān ibn Martīn acaba por ter sorte e destinos diferentes; o último deles foge para Leste de Mérida mas é interceptado por uma coluna omíada e morre no ano seguinte, não muito longe de Mérida⁷¹⁸.

E é, uma vez mais, o texto do *Muqtabis II-1* que dá uma panorâmica mais rica do périplo deste aventureiro, com detalhes inexistentes em outras obras que falam do mesmo Maḥmūd.

Maḥmūd e os seus aliados saem de Mérida e refugiam-se em Badajoz, onde então existia uma fortificação⁷¹⁹ - dado importante e que mostra que antes das revoltas protagonizadas por um outro líder rebelde de Mérida que irá para Badajoz já aqui havia algum tipo de defesa passiva⁷²⁰. Esta retirada de Maḥmūd e dos seus aliados para Badajoz é atribuída à acção militar de outros berberes que seriam aliados do emir; estes seus “vizinhos berberes”, que Ibn Ḥayyān afirma serem submissos ao emir⁷²¹ devem ter sido usados por Córdova como agentes bem infiltrados no terreno, bons conhecedores da região e que teriam certamente muito a ganhar também - prometido por Córdova eventualmente - com a saída de Maḥmūd e seus seguidores⁷²². Por outro lado, a opção por Badajoz mostra que os berberes fiéis ao rebelde deveriam ter apoios mais para ocidente, que o caminhar para o poente deveria significar uma maior liberdade de movimentos, mas também que as suas actividades se deveriam desenrolar perto das linhas de água - para cultivos e apascentamento de gados⁷²³.

O eficaz sistema de vigilância - ou de contra-espionagem - que mantinha desperto permitirá aperceber-se de que está preparada, em 218 H. (Janeiro de 833 a Janeiro de 834)⁷²⁴ uma campanha contra Badajoz e Mérida⁷²⁵ e largar os referidos núcleos urbanos a tempo, evitando ser capturado. Leva

717. Cf. Eduardo Manzano Moreno, *La frontera de al-Andalus...*, Madrid, 1991, pp. 190-191.

718. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 122.

719. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

720. Ibn Ḥayyān caracteriza Badajoz como *ḥiṣn* - *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

721. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

722. Este é mais um testemunho da forte presença berbere em redor de Mérida no século IX.

723. A mesma crónica ao dizer que Maḥmūd quase não tinha possibilidade de desmontar, mostra a importância do cavalo para estes grupso de origem norte-africana.

724. Certamente no verão de 834 d.C.

725. Se não houver nenhum equívoco nas informações veiculadas por Ibn Ḥayyān é de pensar que Maḥmūd avançou para Badajoz mas sem, inicialmente, deixar o caminho completamente livre em Mérida aos seus adverários, pelos menos até 218 / 834.

consigo, como “companheiro e aliado”⁷²⁶, Sulaymān ibn Martīn ao qual se unem outros aliados mas também “filhos e **mulheres**”⁷²⁷.

Significativo é o facto de que Maḥmūd opta por fugir às tropas emirais e aos berberes que o incomodavam na zona de Mérida mas sem abandonar o vale do Guadiana. Este grupo militarizado de rebeldes ao emir, que é ao mesmo tempo uma coligação de berberes e de *muwallad*⁷²⁸, caminham sensivelmente em redor da bacia hidrográfica do referido rio, mas para sul, até uma fortificação que se não deveria encontrar muito longe da linha do Guadiana, provavelmente na sua margem ocidental⁷²⁹.

Diz o *Muqtabis* que o emir saíu pessoalmente numa expedição contra Mérida em 220 H, expedição durante a qual penetrou em regiões ocidentais - em relação a Mérida - “hasta acampar frente a Badajoz”, não deixando de devastar o território “rebelde”⁷³⁰. A referência a Mérida deve significar que o objectivo é a Kūra, o território de Mérida, mas o objectivo militar deveria a ser, certamente, a localidade de Badajoz ocupada (e fortificada?) por homens fiéis a Maḥmūd.

Registou-se, então, uma dissensão entre Maḥmūd e Sulaymān ibn Martīn. Este último separa-se da coligação (como já foi dito), seguindo para um outro destino, certamente também não muito longe do Guadiana, que termina de forma trágica: Sulaymān ibn Martīn ao despenhar-se e cair de um rochedo, quando era perseguido por forças omíadas⁷³¹.

726. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

727. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299. Esta informação é extremamente relevante, na medida em que deve ter sido tomada depois de avaliada a força emiral (e material de guerra) que se dirigia para o vale do Guadiana. Esta campanha deve ter mostra aos omíadas de que forma Badajoz é mais facilmente ao seu alcance - razão por que em tempos do futuro Muḥammad I esta cidade ser preferida pelos omíadas para assentar outros rebeldes.

Maḥmūd tem a noção clara de que irá perder o controle sobre a região e agrega a si todo o núcleo familiar, que passa a estar também em movimento. Especial destaque é dado pelo próprio ‘Īsā ibn Aḥmad al-Rāzī à irmã de Maḥmūd, a donzela Ġamīla, famosa pela sua “grande beleza e graça” e de que adiante se falará - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

728. O *Muqtabis II-1* não qualifica Sulaymān ibn Martīn como *muwallad*; porém, por ser filho de um *andalusi* originário da própria península, tem sido qualificado desta forma, acertadamente, por vários historiadores; cf. Lévi-Provençal, e Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 142, *passim*.

729. A análise pormenorizada do percurso de Maḥmūd dos seus aliados, indicando várias hipóteses de identificação, far-se-á em páginas apartadas.

730. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 179r; trad. p. 290. Esta parece ser a primeira referência a Badajoz; nada se diz - em Ibn Ḥayyān - sobre o seu dispositivo defensivo, mas o facto de se referir uma tomada de posição “em frente de...” e não uma conquista pode significar que Badajoz já poderia dispor, então, de uma qualquer fortificação capaz de resistir, bem como uma localidade estreitamente ligada a Mérida nesse ano de 220 H / 835 d.C.

731. Trata-se da fortaleza identificada como “Santa Cruz”, desaparecida, mas possivelmente localizada, segundo propõe Hernández Jiménez, junto ao local de Puerto de Santa Cruz, entre Trujillo e Medellín (linha do Guadiana) - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300 e nota 631. Ver também Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 122.

Seria curioso verificar se poderia coincidir com o local que tem ocupação da Baixa Idade Média, em cota elevada e pouco distante, conhecido como Santa Cruz de la Sierra - cf. Francisco Cillán Cillán, “La fortaleza medieval de la

A morte de Sulaymān ibn Martīn se acabou por favorecer a aproximação de uns em relação ao emir de Córdoba⁷³², levou a que o filho do malogrado cavaleiro e muitos dos seus servidores voltassem às fileiras de Maḥmūd, voltando a engrossar as suas hostes.

O percurso de fuga e de deambulação de Maḥmūd é bastante complexo. O rebelde berbere ao sair de Mérida procura naturalmente o sul, mas sempre a ocidente do arco formado pela barreira natural do Guadiana⁷³³. Mais tarde, ao ser desalojado desse extremo sudoeste do Ġarb consegue tomar o caminho - junto ao litoral - para o Norte peninsular e chegar até à linha do Douro. Estando em movimento, é de crer que em termos de locais de defesa, Maḥmūd ibn al-Ġabbār al-Māridī e os seus seguidores tenham reutilizado sítios com ocupação prévia ou com condições naturais de defesa de curta duração mas que em alguns casos podem ter envolvido reformulações ou alteamentos de estruturas pré-existentes⁷³⁴.

Uma visão detalhada do seu percurso não só fornece dados sob a forma de se processava a guerra no século IX no ocidente peninsular como, igualmente, pode ajudar a perceber aspectos relacionados com as estruturas defensivas e de povoamento das regiões que foram atravessadas pelo contingente liderado por este berbere “rebelde”.

Sierra de Santa Cruz," *Coloquios Históricos de Extremadura* (2006), disponível em http://www.chde.org/index.php?option=com_content&view=article&id=89:fortaleza-medieval-sierra-santa-cruz&catid=28:2006&Itemid=2; veja-se também Julián Clemente Ramos, "La Extremadura musulmana (1142–1248) - Organización defensiva y sociedad" in *Anuario de Estudios Medievales*, n. 24, Barcelona, 1994, pp. 647-702 que cita ocupação islâmica, mas durante o domínio almóada, sem esquecer as acções do Giraldo.

732. A mesma fonte que relata os pormenores da sua queda refere que o o seu companheiro de fuga tratou de imediatamente lhe corta a cabeça para a levar como prova da morte ao emir de Córdoba e, assim, cair nas suas boas graças. As mudanças de campo eram frequentes e a fidelidade e permanência definitiva num dos lados não era atitude habitual nestes tempos e nestes espaços - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-I*, p. 182; trad. p. 300.

733. - Procuraria contactos com o Norte de África, uma saída para ligações com regimes autónomos estabelecidos no que é hoje Marrocos?

734. É difícil detectar arqueologicamente a passagem e o assentamento destes grupos. Estas populações do século IX não levam consigo ricas ou inovadoras produções cerâmicas (que começarão a ser detectadas, com características técnicas de origem oriental, no final dessa centúria); as técnicas de origem e tradição tardo-romanas seriam comuns. Não seria de estranhar que, inclusivamente, as cerâmicas manuais fossem prática corrente, o que pode ter sido cultivado, até aos nossos dias, a sua detecção em trabalhos arqueológicos (vejam-se reexões semelhantes em trabalhos de Manuel Acién (entre os seus vários trabalhos veja-se “La cultura material de época emiral en el Sur de Al-Andalus. Nuevas perspectivas”, *La cerámica altomedieval en el Sur de al-Andalus, Primer Encuentro de Arqueología y Patrimonio*, Granada, 1993, pp. 153-172; a obra colectiva de Maurice Picon, Larbi Erbatí, Manuel Pedro Acién Almansa, Patrice Cressier, “La cerámica a mano de Nakur (ss. IX-X): Producción beréber medieval”, in *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, Jaén, 1999, pp. 45-70) e de Sonia GUTIERRÉZ LLORET, *La cora de Tudmir - de la antigüedad tardía al mundo islámico; poblamiento y cultura material*, Madrid - Alicante, Casa de Velázquez, 1996); no Ġarb sul deve ver-se H. Catarino “Cerâmicas omíadas do Ġarb Al-andalus: Resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, Jaén, 1999, (pp. 113-132)p. 119 e ainda Susana Gómez Martínez, *La cerámica islámica de Mértola - producción y comercio*, Tese de Doutoramento, Departamento de Historia Medieval, Universidad Complutense de Madrid, 2004, (4041 p.), p. 171. Vários autores chamam a atenção também para o facto de muitos dos artefactos puderem ter sido feitos em madeira (cf. Ed. Manzano, *Conquistadores...*, p. 127) mas não se pode esquecer um outro material, uma outra matéria prima que foi muito utilizada, até há algumas décadas, em todo o sul sul peninsular e especialmente nas zonas do actual Alentejo - a cortiça, que tradicionalmente é utilizada, entre outras coisas, para fabricar recipientes, como os “tarros”.

Maḥmūd, ao ser pressionado em Badajoz, decide então levar os seguidores mais para sul e conduzi-los em direcção à Kūra de Ocsónoba. A fertilidade da região, aliada à existência de montanhas - as que hoje são conhecidas por Serra do Mú ou do Caldeirão, mas também a Serra de Monchique e a de Espinhaço de Cão⁷³⁵ - e à distância a que passaria a estar em relação aos seus inimigos são as razões recolhidas por Ibn Ḥayyān e que este atribuí a ‘Īsā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī⁷³⁶.

Porém, o objectivo do berbere de Mérida não é fácil de cumprir; entre os terrenos que pisa e o almejado território de Ocsónoba terá de percorrer a Kūra de Beja, zona onde não faltam fortificações adversas e onde o acolhimento não será fácil. De facto, transmite Ibn Ḥayyān que saíram ao seu encontro cerca de 10.000 homens da kūra de Beja - entre cavaleiros e peões⁷³⁷ - para impedirem a sua passagem. As tropas arregimentadas em Beja encontram Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e os seus seguidores numa zona ainda não identificada, mas certamente dentro da área da *kūra* desta última cidade⁷³⁸.

É importante relembrar o que Ibn Ḥayyān transmite acerca da forma como foi avaliado o grupo de seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār: os bejenses apressaram-se em os combater, dado o seu “pequeno número”⁷³⁹. Porém, a avaliação numérica revelar-se-á fatal; encurrado entre o “mar”⁷⁴⁰ e as tropas formadas (mas possivelmente mal treinadas) em Beja, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār consegue dar provas de uma liderança e chefia militar apreciável. Mas a motivação passava também pela aquisição de valores; a retórica do dirigente berbere consegue fazer incutir a ideia de que a batalha só poderá trazer uma de duas glórias: a da vitória ou a do “bom nome”⁷⁴¹.

735. Na zona ocidental do actual Algarve, separando o território de Silves do de Beja.

736. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

737. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

738. Ibn Ḥayyān refere um vau de “B.sās” na região de “M.t.l”, locais ainda não localizados, mas perto de Beja e do Guadiana, como adiante se perceberá - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

Para área da kūra de Beja deve ver-se o trabalho mais recente e fundamentado sobre o tema - cf. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, mapa vol. II, Mértola, 2006; ver igualmente idem, “Islamização no território de Beja — reexões para um debate”, *Análise Social*, vol. XXXIX (173), Lisboa, 2005, pp. 807-826.

739. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

740. - Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār faz às suas tropas uma arenga como só um grande dirigente sabe fazer; avaliando rapidamente a situação em que se encontrava, mostra que não havia no local fortaleza para onde fugir e procurar resistir; por outro lado, ao dizer que os seus seguidores tinham o “mar por detrás”, não só dá indirectamente a informação de que deveriam ter sido surpreendidos junto ao Guadiana (a única grande linha de água da região trilhada) como mostra que o caminho está para diante e que o resultado será certamente igual ao que teve Ṭāriq quando proferiu aos homens essas mesmas palavras quando acabavam de entrar na Península Ibérica; estas palavras de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār são palavras de optimismo de um berbere conhecedor das tradições *andalusīs* - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, trad. p. 300, n. 636. Mas, sem querer ver no seu discurso um traço de *šū‘ūbiyya* (الشعوبية) berbere, não é possível deixar de ver neste berbere māridī traços de grandeza e de vontade de querer igualar aquele que deveria simbolizar, para muitos berberes, o verdadeiro conquistador do *al-Andalus*.

741. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 301.

Os seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār foram avaliados em cerca de 700 cavaleiros⁷⁴²; mas, para aparentar uma força maior o caudilho berbere coloca em prática uma velha tática que as fontes cordobesas nunca deixam de assinalar, como um símbolo de alteridade⁷⁴³, como algo que fosse completamente impensável por parte das forças oficiais - utilizar **mulheres no campo de batalha**. Para isso, ordenou às mulheres que soltassem o cabelo⁷⁴⁴ e que montassem as azêmolas, com as armas ainda disponíveis e que se mantivessem numa posição lateral - com um estandarte-, para dar às tropas de Beja a ilusão de que se tratava de tropas de reserva⁷⁴⁵.

A descrição transmitida por Ibn Ḥayyān desta batalha é deveras pormenorizada e elogiosa para a capacidade de comando e liderança de Maḥmūd; mas, mais do que isso, dá mostras de um pensamento tático avançado e sofisticado: os seus homens avançam em linha e , a determinada altura ele arranca para a frente de combate com 1/7 dos seus cavaleiros⁷⁴⁶, mas introduzindo-e nas fileiras inimigas só com metade destes; a outra metade ficou a dar apoio. pronta a intervir mais activamente quando fosse solicitada - Maḥmūd domina, claramente, táticas de combate a cavalo (como já antes se reconhecia aos berberes), e a luta não é deixada ao acaso ou aos simples ímpetos do coração.

As armas usadas, segundo a mesma crónica, são espadas e lanças. E quando os homens mais directamente ligados a Maḥmūd começam a dar mostras de cansaço e de fraquejar, entram em acção os que estavam na expectativa e, aao recuarem, entram também em acção os restantes 600 cavaleiros - entre os quais se contava Muhāġir ibn Sulaymān, o filho do falecido Sulaymān ibn Martīn; o facto de Maḥmūd ter sabido manter fresca uma grande parte do seu exército, não consumindo de imediato todas as suas tropas, permitiu-lhe derrotar as milícias arregimentadas em Beja, apesar da clara inferioridade numérica das gentes de Maḥmūd. E o papel das mulheres foi igualmente activo; quando as tropas combatiam o aparecimento daquelas - comandadas pela celebrada Ġamīla - inquietou as tropas e Beja, pondo-as em fuga e dando origem a uma perseguição - levada a cabo pelos homens de Maḥmūd até uma localidade da zona de Beja, não identificada⁷⁴⁷.

O contingente armado, pró-omíada, proveniente de Beja não conseguiu derrotar um punhado de homens de Maḥmūd⁷⁴⁸.

742. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 301.

743. cf. Alcantud+++++ Veja-se igualmente *Muqtabis II-1*, trad. p. 301, n. 636.

744. O cabelo longo daria aparência de masculinidade; no entanto, havia também berberes que rapavam o cabelo e que se apresentavam em combate de forma muito peculiar - cf. Ed. Manzano, *Conquistadores*, p. 172. A participação das mulheres em combates já foi estudada com profundidade por Manuela Marín - cf. *Mujeres en al-Andalus*, Madrid, C.S.I.C, 2000, pp. 526-528 e 703-705; veja-se também María Jesús Viguera, “Reejos cronísticos de mujeres andalusíes y magreríes” in *Anaqucl dc Estudios Arabes*, vol. 12, Madrid, 2001, (pp. 829-841) pp. 832 e 840.

745. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 301.

746. Parece não haver peões com Maḥmūd; uma vez mais os berberes surgem como exímios cavaleiros e, indirectamente, não piores criadores e tratadores de cavalos e de muares.

747. Os bejenses em fuga ter-se-iam refugiado na aldeia (o texto não refere uma fortificação) de Riba Awṭa (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 298.); poder-se-ia tratar, possivelmente, um núcleo habitacional implantado em altura (Awṭa como má transcrição de “Alta”??) com as casas unidas de tal forma que formassem um verdadeiro obstáculo.

748. Sem querer fazer destes *bāġī* um exemplo para todo ao al-Andalus, é de lembrar que Ibn Ḥawqal escreverá, na centúria seguinte, palavras pouco elogiosas sobre os soldados do al-Andalus, a nível de atitudes e até da

Este encontro militar único com as tropas de Beja irá ter para Maḥmūd e para os seus homens consequências imediatas e de médio prazo. Maḥmūd consegue equipar-se com as armas deixadas pelos vencidos⁷⁴⁹ e, além disso, a quantidade de montadas deixadas no campo de batalha foi tal que os seus homens selecionaram cuidadosamente os que podiam levar consigo, examinando as dentições dos equídeos, optando pelos melhores e mais jovens⁷⁵⁰.

Se o percurso militar e político de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī foi registado, a actuação de Ġamīla, essa, foi lembrada durante muito tempo em muitas zonas do al-Andalus e conta Ibn Ḥayyān que nas bodas celebradas no Ġarb al-Andalus as suas façanhas foram lembradas durante muito tempo⁷⁵¹.

postura hípica. Diz Ibn Hawqal: “Sus soldados no presentan un espectáculo digno de ser visto, porque ignoran todo lo referente al arte y a las reglas de equitación, a pesar de su bravura y su costumbre de combatir. La mayoría de sus guerras se desarrollan en medio de estrategias y astucias. Ni yo ni nadie hemos visto jamás un hombre montado sobre un caballo de pura sangre o un media pura-sangre, calzando estribos; son incapaces de ello; ninguno, a mi opinión, utiliza estribos, por temer, en caso de caída, que su pie quede enganchado.” - Ibn Hawqal, *Kitab al-Masalik wa-l-Mamālik*, ed. de María José Romani Suay, Textos Medievales n.º 26, Valencia, 1971, p. 66.

749. Ibn Ḥayyān refere que o contingente de Beja perdeu na batalha “ espadas e lanças”. Trata-se dois dos mais comuns tipos de armas. Sobre o armamento de época islâmica veja-se Álvaro SOLER DEL CAMPO, “El armamento en época omeya”, *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, Comunidad de Madrid, 1990, pp. 171-187 e, do mesmo autor “La transición del armamento de Al-Andalus desde época preislámica” in Pedro Chalmeta Gendrón (ed.), *Ruptura o continuidad : pervivencias preislámicas en Al-Andalus*, Mérida, pp. 65-82; veja-se também o trabalho ilustrado, publicado em Portugal, com coordenação de Mário Barroca e Gouveia Monteiro: idem, “El armamento medieval islámico en la Península Ibérica” in *Pera guerrear; Armamento medieval do espaço português*, Palmela, C. M. P., 2000, pp 15-36. Entre os vários trabalhos de Jordi Rovira, veja-se, pela riqueza em imagens sugestivas; Jordi ROVIRA I PORT & Angels CASANOVAS I ROMEU, “Armas y equipos en la Marca Superior de al-Andalus. El reducto rural islámico de Solibernat (Lleida) y su panoplia militar en la primera mitad del siglo xii”, *GLADIUS*, XXVI, Madrid, CSIC, 2006, pp. 149-174

750. Sobre a técnica de selecção cavalariça pela dentição veja-se Ibn Ḥudayl, *Gala de caballeros, blasón de paladines*, trad. de M. Jesús Viguera, Madrid - Editora Nacional-1977.

Alguns dos cavalos eram deixados de lado mas a outros cortavam-se-lhes os jarretes para que não mais fossem aproveitados para fins militares; Os jarretes são **tendões** que se encontram nas patas posteriores dos cavalos (e de outros quadrúpedes) **a nível dos joelhos**, fundamentais para ligar a massa muscular aos ossos das pernas e, dessa forma, permitir o andamento dos animais. Há referências bíblicas ao corte dos jarretes para enfraquecer os adversários - cf. *Josué* 11,6; *II Samuel* 8,4; *I Crónicas* 18,4; *Salmos* 146,10.

Sobre os cavalos no al-Andalus veja-se, além da obra colectiva *Al-Andalus y el caballo*, José María Pérez García (ed.), Barcelona, Lunewerg, 1995; Álvaro SOLER DEL CAMPO estuda sobretudo arreios de cavalos próximos do poder central; cf. idem, “Arreos y jaeces para caballería en Al-Andalus” in *Al-Andalus y el caballo*, El Legado Andalusi, Lunewerg Editores, Barcelona, pp. 81-97.

; não foi possível consultar uma outra obra, recente; José Aguilera, *El Caballo español e hispano-árabe en la historia y en los manuscritos de Al-Ándalus*, Granada, Almuzara, 2006 (1ª Ed.), 131 p.

751. No Mundo Islâmico a **transmissão oral** tem um peso muito grande, mesmo antes dos tempos do Profeta Muḥammad. Os editores do Muqtabis II-1 consideram as características e a riqueza da descrição dos feitos de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār concuram uma verdadeira “epopeia” que deve ter circulado entre os berberes do Ġarb al-Andalus; ou uma obra do tipo “*‘ayyām al-‘arab*” - sobre este tipo de obras veja-se a recente edição por José Ramírez del Río, *La orientalización de al-Andalus: los días de los árabes en la Península Ibérica*, Universidad de Sevilla, 2002

Os mesmos editores salientam que a persistência destas memórias, lembradas em bodas, reetem a persistência de

(i) Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī - hipóteses sobre os percursos de um exilado

Ainda em 218 H Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī e o seu alido *muwallad* ao sentirem a pressão emiral deslocaram-se, com todos os seus familiares - de ambos os sexos e de todas as idades - e ter-se-iam dirigido para sul, junto à linha do Guadiana. Diz o Muqtabis que

“cuando advertió la salida del emir ‘Abdarrāḥmān hacia él con sus ejércitos en la aceifa del año 218h., salió de Mérida y de Badajoz con todo lo suyo, juntamente com su compañero y aliado Sulaymān b. Martīn, huyendo de ambos lugares con los compañeros que se les unieron, hijos y mujeres. Con su jefe, Maḥmūd ibn ‘Abdalġabbār iban su hermano ... y la hermana de ambos, la doncella Ġamīlah, famosa entre la gente por su gran belleza y gracia y todos fueron parar a la fortaleza de Barrancos, sobre el Guadiana, en el distrito de Addarb, y allí estuvieron cómodamente hasta que tuvieron disensiones en el siguiente año de 219h., separándose Sulaymān de Maḥmūd y partiendo con los compañeros que se le unieron, llevando consigo a su hijo Muhāġir a la fortaleza de Santa Cruz en la cora de >Ryk.t< donde se estableció, mientras la mayor parte de su gente se quedaba com Maḥmūd, que se los llevó da Badajoz, evacuando Barrancos”⁷⁵².

Para além dos detalhes, fundamentais sobre capacidade de movimentar grupos numerosos de famílias completas, a referência a uma fortaleza em “Barrancos”, por onde teria passado o rebelde Maḥmūd⁷⁵³ merece uma tentativa de explicação (cf. Mapa 1-percurso de Maḥmūd).

Caso tivesse havido uma má cópia, situação que se encontra constantemente, mesmo no presente volume, não seria impossível que *فرانكش* resultasse de uma má grafia de *برانكش* (Barrancos), mas há outras possibilidades de explicação; esta resulta de uma consulta inteligente de um mapa da zona do Guadiana a Norte de Beja, mas os seus proponetes não levaram em linha de conta que o povoamento em Barrancos é relativamente recente e que a referida localidade não existia nem du-

tradições orais berberes no al-Andalus durante mais tempo do que se pensava - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, trad. p. 302, n. 638. Por outro lado, dizendo o texto que as façanhas de Ġamīla eram lembradas com grande destaque, é possível ver aqui também - nesta espécie de *Romanceiro* da Alta Idade Média - a persistência de uma vontade feminina de desempenhar uma papel não marginal na sociedade, como era comum em muitos grupos berberes, ao contrário da sociedade *árabe* em que o papel que se pretendia outorgar à mulher era mais reservado, diminuto e com uma menor exposição física. Por outro lado ainda, é impossível deixar de ver nestas façanhas de Ġamīla a memória, difusa, da Kahīna norte-africana.

Essa semelhança foi já realçada por María Jesús Viguera, “Reejes cronísticos de mujeres andalusíes y magreríes” in *Anaquel de Estudios Arabes*, vol. 12, Madrid, 2001, p. 832.

752. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v-182r; trad. p. 300.

753. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299. No texto do manuscrito árabe refere-se *frānkš* - *فرانكش* - e o distrito de *al-darb*. *Al-Darb*, como os editores do Muqtabis referem, pode traduzir-se por “des^oladeiro” - *Muqtabis II-1*, trad. p. 299, n. 630.

Dozy esclarece que, no *al-Andalus*, “on donnait le nom de *الـدرب* aux Ports, c--a-à-d. aux *dé^clés des Pyrénées* (...)” acrescentando que também se dava esse nome a “la chaîne de montagnes qui s’appelle *la Sierra de Guadarrama*”, ou a outras cadeias de montanhas, como as que separavam, por vezes, cristãos do Norte dos *andalusiīs* (sentido em que al-Maqqarī o usa); mas, a mesma palavra podia ser aplicada a “caminhos” de onde deriva, aliás, o vocábulo *adarve* - cf. Dozy, *Suppl. I*, pp. 428-429.

rante a fase cristã da Idade Média, ao contrário, isso sim, da fortificação de Noudar, na qual existe ocupação de época islâmica⁷⁵⁴.

A outra explicação que se propõe é que o topónimo transcrito como فرانكش correspondesse originalmente a قوانكش, ou seja, que se lesse *Quankuš*. Caso assim fosse - e os equívocos com pontos diacríticos são frequentes - a explicação poderia ter validação arqueológica. Existe como linha de água - completamente alterada com a recente barragem conhecida pelo nome de Alqueva - que dá pelo nome de ribeira de Cuncos (fig. 2). Trata-se de um afluente do rio Guadiana, implantado na sua margem esquerda que tem servido de fronteira entre os territórios de Espanha e de Portugal e no qual algumas décadas atrás foi detectada uma pequena fortificação; embora implantada num esporão terminal do território espanhol, a esta fortificação estaavam associadas lendas que se iam transmitindo na zona de Monsaraz e de que Pires Gonçalves fez eco. Aliás, cabe a este estudioso e erudito local o mérito de ter localizado e dado a conhecer esta fortificação⁷⁵⁵.

Este local foi recentemente escavado por Fernando Valdés e, embora se aguardem os resultados finais, o referido arqueólogo confirmou a existência de níveis de ocupação das fases iniciais da época islâmica⁷⁵⁶. Esta proposta de localização concorda completamente com a descrição que consta no *Muqtabis II-1*. E, sendo assim, é de localizar nesta zona do Guadiana a referida região / *distrito* de *al-Darb*, tal como é referido na mesma crónica⁷⁵⁷.

É nesta fortificação que convivem durante algum tempo os seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī e de Sulaymān ibn Martīn até que se separam; se Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār regressa a Badajoz, Sulaymān ibn Martīn - com vários seguidores, entre os quais o seu filho Muhāġir - estabelece-se na fortaleza (no texto original surge como حصن) de Santa Cruz. E este ḥiṣn de Santa Cruz é localizado por Ibn Ḥayyān na Kūra de *Ryk.t*, evacuando-se a fortaleza onde a coligação de rebeldes se tinha estabelecido⁷⁵⁸.

A fortaleza de “Santa Cruz”

Muito pouco é o que se sabe para poder esclarecer cabalmente onde se localizavam, por um lado, o castelo de Santa Cruz e a circunscrição ou kūra de *Ryk.t* ou, como também poderia ser *R.k.b*⁷⁵⁹. A identificação tradicional, feita por Hernández Jiménez, aponta para “puerto de Santa Cruz” e já se apontou a hipótese de poder coincidir com uma fortificação existente nessa região. Porém, pela descrição feita por Ibn Ḥayyān não se fica a saber exactamente quais as coordenadas dessa Santa

754. REGO, Miguel, “Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar”, *Arqueología en el entorno del. Bajo Guadiana*, Huelva, Universidad de Huelva, 1994, pp. 37-53; REGO, Miguel, “A ocupação islâmica de Noudar”, in *Arqueologia Medieval*, Afrontamento - Mértola, vol. 8, 2004, pp. 69-82.

755. José Pires Gonçalves, «Monsaraz e seu termo», *Separata do Boletim da Junta Distrital de Évora*. Évora, 1962. Agradeço à Prof.ª Antónia Conde o ter-me facilitado esta obra.

756. Encontram-se em fase de publicação os dados resultantes da escavação levada a cabo por Fernando Valdés Fernández no castelo de Cuncos.

757. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 300.

758. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

759. Os editores do *Muqtabis II-1* de Ibn Ḥayyān lembram justamente que no *Muqtabis V* se refere a colocação de *R.k.b* e de *Arūš* sob a alçada de pelo menos dois governadores nomeados para Badajoz - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, p. 490; trad. p. 368. Sabe-se hoje que *Arūš* corresponde a Aroche; *Ryk.t* ou *R.k.b* poderiam ser região não muito afastada de Aroche, possivelmente para ocidente dela, dada a acção relatada do *Muqtabis II-1*, toda ela localizada em redor do vale do Guadiana.

Cruz. Os editores do *Muqtabis II-1* têm o mérito de apontar várias localidades que são descritas como “Santa Cruz” em fontes arábicas deste período; mas nenhuma, contudo, parece adequar-se à região em que têm lugar estes acontecimentos.

Não pode passar despercebida a conotação cristã do referido topónimo; deve tratar-se de local que mantinha acesa uma tradição religiosa de matriz cristã. Não seria até de estranhar que se tratasse de local com uma forte e antiga cristianização e que mantivesse um culto especialmente ligado ou à iconografia cruciforme ou até algum tipo de relíquia com ela relacionado.

Ora, na região em causa há um local em que o culto cristão é simultaneamente antigo e ao mesmo tempo o nome do local está - pelo menos desde a Baixa Idade Média- ligado à presença da cruz; trata-se da localidade conhecida como Vera Cruz de Marmelar. Vera Cruz, a actual Vera Cruz de Marmelar ainda mostra traços sua antiguidade e da presença de comunidades cristãs de “época visigótica”⁷⁶⁰, se bem que os trabalhos recentes de Manuel Luís Real chamem a atenção para a necessidade de dilatar em termos temporais a ocupação e as manifestações artísticas de locais como Vera Cruz, pelos achados arqueológicos e arquitectónicos ainda existentes no local⁷⁶¹.

Seja onde for, as tropas emirais atacarão essa localidade de Santa Cruz - localidade eventualmente povoada por uma grande maioria de *dīmmīs* com os quais Sulaymān *filho de* Martīn deveria manter algumas afinidades - que o rebelde proveniente de Mérida decide procurar refúgio. É de Santa Cruz que Sulaymān ibn Martīn decide escapara depois de ser atacado pelos *al-qā'id/s* do emir de Córdoba. O detalhe - referido - de que teve de perfurar a muralha⁷⁶² para escapar silenciosamente poderia ter a ver com o facto de se tratar de uma pequena fortificação provida de **uma única porta**, porta essa que esta especialmente controlada pelas tropas de Córdoba que calculavam que só por aí poderiam sair os assediados. A fuga e a sua morte acidental pode ter-se dado junto às rochosas margens do Guadiana⁷⁶³.

Após a morte de Sulaymān ibn Martīn e a fuga dos seu filho e restantes seguidores de novo para junto de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār, dirigindo-se, então, para a klura de Ocsónoba (Ukšunuba) -

760. Theodor Hauschild, "Arte visigótica", *História da Arte em Portugal*, vol. I, 1986, pp.149-169; Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal - vol. IX (Distrito de Évora, Zona Sul, volume I)*, Lisboa, 1978; Túlio Espanca, "A comenda de Vera Cruz de Marmelar", *A Cidade de Évora*, n.º57, Évora; de Fernando de Almeida, que lhe dedicou atenção, veja-se o estudo específico *Pedras visigodas de Marmelar*, (Lisboa, 1954) e a sua importância no contexto geral “do país” em *Arte visigótica em Portugal*, (Lisboa, 1972).

761. REAL, Manuel Luís Real, "Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular", *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, 1995, pp.17-68 e os seus trabalhos mais recentes em colaboração com Luis Caballero Zoreda. Sulaymān ibn Martīn sentir-se-ia, de alguma forma em casa, caso se possa comprovar algum dia que Santa Cruz corresponde à actual Vera Cruz de Marmelar. De facto não faltam vestígios habitualmente identificados a atribuídos ao período visigótico mas que, evidentemente, nada evidencia que tenham sido destruídos logo a seguir a 711. Encontram-se ainda hoje, em Vera Cruz, pilastras, janelas e muitos outros elementos decorativos semelhantes artisticamente ao *foco emeritense* de arte visigoda.

762. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

763. É daí que o seu companheiro de fuga - al-‘Arūšī (o *de* Aroche), originário de uma região próxima - se apressa a decapitá-lo e a presentear o emir de Córdoba com o troféu, o que lhe valeu uma promoção - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

não faria sentido, em princípio, que o filho de Sulaymān ibn Martīn estivesse muito longe da região entre Badajoz e Beja (zona do próximo enfrentamento)⁷⁶⁴. Maḥmūd sentindo-se “reforçado” mas certamente também pressionado militarmente, decidiu levar todos os seus apoiantes para a *kūra* de Ukšunuba; razões: a sua fertilidade e a existência de uma barreira montanhosa que permitiria ter os inimigos longe de si⁷⁶⁵.

Beja

Será algures, entre Badajoz e Beja, que Maḥmūd e os seus homens (mas também mulheres e crianças) foram atacados por tropas arregimentadas em Beja, estas em número muito superior. Onde têm lugar esses acontecimentos? Segundo o *Muqtabis II-1* teria sido no vau (eventualmente do Guadiana⁷⁶⁶) de *B.sās*, na zona de *M.t.l*; os editores do *Muqtabis* reconhecem que ambos os topónimos não só não foram identificados, como podem sofrer de erro de transmissão ou deturpação⁷⁶⁷. Pensando numa antecipação das forças de Beja e num ataque levado a cabo por estas para evitar que Maḥmūd entrasse nos ricos *barros de Beja*, poder-se-ia pensar que *B.sās* fosse uma forma corrupta ou irregular de Brinches; caso faltasse um “rā”, “B.sās” seria uma má transcrição de “*Br.sās*” ou de “*Br.šas*”, o que tornaria possível a equivalência com a zona da aldeia deste nome, localizada na margem esquerda do Guadiana. Porém, deve reconhecer-se que não surge qualquer explicação - presentemente - para “M.t.l”.

Este topónimo - “M.t.l” - sugere a sua equivalência com Mértola - que se deveria transcrever como “M.r.t.l” ou, mais corretamente, “M.r.t.la”; porém, a mesma crónica refere que depois da vitória dos homens - e mulheres - de Maḥmūd este “continuó su camino, saqueando los llanos de Beja sin que nadie se le opusiera hasta llegar a la cora de Ocsónoba”⁷⁶⁸. Assim, deve colocar-se a hipótese de que se trate de equívoco ou de uma designação para zona do Guadiana entre MOURA - Brinches - Baleizão, designação que se teria perdido⁷⁶⁹.

A localização do vau cerca da actual aldeia de **Brinches** tem a vantagem de poder-se explicar mais facilmente alguns dos outros topónimos referidos na crónica. Diz-se que Maḥmūd, ao pôr em fuga os bejenses vencidos perseguiu alguns até à aldeia de *Rība Awṭa*, aldeia localizada nessa mesma região. Por outro lado, a batalha em si - celebrada e lembrada durante muito tempo nas reuniões propiciadas pelas bodas que se realizaram na região - era conhecida como “batalla de *Ubada*

764. É também evidente que a descrição dada por Ibn Ḥayyān é ela já um resumo, uma versão de descrições - possivelmente baseadas em relatos orais não muito precisos - que deveriam ser muito mais complexas e detalhadas. A localização de *esta* Santa Cruz pode continuar em aberto.

765. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

766. Não é impossível que tivesse sido num aúente desta importante linha de água, como o Ardila ou outra linha de água da bacia hidrográca do Guadiana.

767. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182; trad. p. 300.

768. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 303.

769. É sugestiva uma outra hipótese; a da localização do vau a sul da actual vila de Serpa, vau que daria acesso ao território localizado entre Beja e Mértola; mas esse percurso tornava desnecessária a passagem pelos *barros de Beja* a caminho de Ukšunuba, a não ser por reprersália.

*Biṭrūša*⁷⁷⁰. Os editores do texto não encontram explicação para os referidos topónimos e, aparentemente, não se têm publicado trabalhos sobre esta matéria.

Em termos de localização, *Ubaḍa Biṭrūša* deverá estar perto de uma linha de água a Norte de Beja, enquanto que *Rība Awṭa*, como local paara onde fugiram os bejenses, pode estar perto de Beja mas também em outro ponto - certamente com cota alta - numa outra direcção, eventualmente aquela que se pensasse ser mais penosa e menos favorável para os desígnios de Maḥmūd, por forma a demovê-lo rapidamente da perseguição.

Em termos do território em questão pode haver uma explicação. As alguns Km a norte de Brinches e na margem direita do Guadiana encontra-se a localidade de Pedrógão - não muito longe de Vera Cruz. Pedrógão do Alentejo encontra-se implantado numa zona pedregosa, como o seu nome sugere e muito perto de zonas favoráveis para o atravessamento do Guadiana em determinados momentos do ano.

Os vestígios de fixação humana na região recuam a épocas várias da Pré-História, não faltam vestígios do período romano.. Na própria localidade de Pedrógão encontra-se, para além da igreja, uma outra construção de culto cristão mas em forma de *qubba*⁷⁷¹; sem querer atribuir automaticamente esta construção a um fase pré-portuguesa⁷⁷², não é impossível, porém, que a Pedrógão da actualidade possa coincidir com a localidade de *Ubaḍa Biṭrūša* referida por Ibn Ḥayyān⁷⁷³.

Já referida aldeia (o texto refere *qarya*) de fuga - *Rība Awṭa* - poderia localizar-se em muitos pontos sobranceiros ao Guadiana - embora talvez não muitos em pontos de grande altitude capazes de albergar uma grande aldeia. Porém, montados a cavalo como estavam os fugitivos do exército de Beja, podem ter-se dirigido para um outro ponto alto, numa direcção menos óbvia para o perseguidor Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār. Embora não fique muito perto do Guadiana, pode colocar-se a hipótese de se terem deslocado para uma aldeia como a actual de S. Bartolomeu do Outeiro, a ocidente de Portel.

S. Bartolomeu do Outeiro e a sua área envolvente têm uma ocupação conhecida desde a Pré-História, mas também não falta ocupação romana, sobretudo no sítio sintimaticamente conhecido como “Mosteiros”⁷⁷⁴. Pertenceu, até às reformas liberais do século XIX, ao concelho de Oriola, então ex-

770. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 302.

771. Artur Goulart de Mello Borges tem dedicado alguns trabalhos a este tipo de construções: "Inscrições árabes de Noudar", *Arqueologia Medieval*, vol. 2, Ed. Afrontamento-Mértola, 1993, pp. 215-217; idem, “As 'kubbas' alentejanas – Monumentos de origem ou inuência muçulmana no Distrito de Évora”, in *Congresso sobre o Alentejo*. I vol. pp. 198-203, Évora 1985.

772. José A. Palma Caetano, *Vidigueira e o seu concelho*, Vidigueira, 1994, °g. 103 e pp. 170-171.

CF. CAETANO, José A. Palma, *Vidigueira e o seu Concelho - ensaio monográico*, Câmara Municipal da Vidigueira, 1994

773. Os editores do *Muqtabis II-1* sustentam a explicação de, à semelhança do que sabe acerca da formação do topónimo Úbeda (cidade da actual Andaluzia) que *Ubaḍa* é a forma de transcrever em arábico a palavra *ópido*, derivada de *oppīdum*; tratar-se de uma evolução de *oppīdum pētrōsum*, que originaria o referido topónimo de *Ubaḍa Biṭrūša* - veja-se *Muqtabis II-1*, trad. p. 302, n. 639.

774. A prof. Maria João Ângelo prepara a publicação de uma monograa sobre o sítio arqueológico da “ basílica dos Mosteiros (S. Bartolomeu do Outeiro, Portel)”, publicação preparada, em parceria, entre o Instituto Português do Património Arquitectónico e a Câmara Municipal de Portel. O local em causa tem ocupação do período visigótico; não seria de estranhar que essa ocupação viesse até ao século IX... Maḥmūd parece caminhar junto de locais onde poderia contar com o apoio ou porcuar a aliança de comunidades cristãs

tinto, e era conhecida como Outeiro de Oriola ou Oriola de Cima⁷⁷⁵. A aldeia do Outeiro tem a vantagem de poder explicar a componente *Awṭa* do topónimo “*Rība Awṭa*” quando, de facto, o outro componente “*Rība*” sugere uma colocação mais próxima de uma linha de água.

Porém, por outro lado, não se pode prescindir de uma outra informação, bastante mais tardia, mas que sugere uma relação destes acontecimentos, não especificamente com a local de S. Bartolomeu do Outeiro, mas como a região em redor de Portel. Esta localidade que se integra na coroa portuguesa no século XIII surge identificada em alguns dos primeiros documentos medievais portugueses que se referem à região como *Portel Mafamude*.

Esta circunstância não é prova de que estes acontecimentos tenham passado por esta zona específica do actual “Antre Tejo e Odiana”; a passagem do nome árabe Maḥmūd deste berbere não é difícil para a posterior designação de *Mafamude*. Seria impossível que a fama de Maḥmūd, que se sabe ter sido ampliada em numerosas bodas, ao longo de muito tempo, tenha ficado ligada a uma região ou a uma localidade a ocidente do Guadiana, precisamente a norte da Beja que ela e os seus homens vão depois pisar até chegarem à kūra de Ocsönoba? Por outro lado, será suficiente uma campanha de perseguição para que o nome de Maḥmūd ficasse colado à futura Portel?

De qualquer das formas, o território de actuação deste avanço de Maḥmūd para Sul deve ter passado pelo atravessamento do Guadiana a norte de *Bāḡa*, com a perseguição de tropas provenientes desta cidade - muito provavelmente na margem direita do Guadiana - e posterior passagem pesada pelos barros desta cidade, atravessando impunemente toda a região actualmente conhecida como Baixo Alentejo⁷⁷⁶, até atingir as serranias que separam esta zona do actual Algarve.

Maḥmūd no “Algarve”

Aí começa uma nova etapa da deslocação de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e dos seus seguidores. Qual a zona escolhida para que se viesse a estabelecer? Segundo o *Muqtabis II-1*, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār estabeleceu-se em *m.nt šāq*. Os próprios editores do texto identificam este *m.nt šāq* com a actual localidade de Monchique, não deixando de fazer alusão à componente sagrada do topónimo⁷⁷⁷.

Porém, ainda antes de se estabelecer na serra de Monchique, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār “revolveu” a kūra de Ukšūnuba, eliminando gentes leais ao emir⁷⁷⁸ e asenhoreando-se de terras. Esta circunscrição do sudoeste do al-Andalus deveria encontrar-se, então, numa situação de relativa paz que permitiria o pagamento dos impostos necessários aos cofres emirais; a acção de Maḥmūd criou desequilíbrios que levam o emir a enviar tropas para combater o caudilho berbere do *Ġarb al-Anda-*

“moçárabes”.

775. O seu nome parece derivar de Uryūlā (أريولة) ou Ūryūlā (أوريولة), palavra que está também na origem do nome do município valenciano de Oriuela e Oriola no *Šarq al-Andalus*, segundo Yaqut.

776. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 303.

777. Aponta-se *M.nt šāq* como derivando de “*Mónte Ságre*”, do latim *mons sácĕr*, o “monte sagrado” - *Muqtabis II-1*, trad. p. 303, n. 641. Sobre Monchique em época islâmica veja-se David Lopes, “Os Árabes nas obras de Alex. Hercul.”; Christophe Picard, tem-se referido em trabalhos recentes a esta localidade; entre elas veja-se *L’océan Atlantique musulman: de la conquête arabe*, pp. 435-436.

778. Não se referem crenças religiosas nesta oposição; trata-se simplesmente de gente que se opõe a Maḥmūd e gente que aceita o poder do emir de Córdova.

lus. **Que tropas são essas?** Ibn Ḥayyān refere que foram enviadas “milícias” e “al-*qā'id*”. Pode ter começado por instigar as tropas leais estacionadas na região e, mais tarde, fruto da ineficácia das primeiras, teria enviado tropas de Córdova comandadas por um dos seus *qā'id*s. O que parece claro é que a *kūra* em questão deve ter passado por uma grande agitação, antes que Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār tenha optado por estabelecer a sua gente numa das serranias mais afastadas de Córdova da circunscrição de Ukšūnuba.

Algo que se diz acerca desta montanha de Monchique - não se refere aldeia, cidades ou sequer uma fortificação - é que era “inacessível”, estava perto do mar e que aí ficaram muito tempo - mas não exactamente quanto⁷⁷⁹. Não é de excluir a hipótese de a aproximação ao sul e aos portos meridionais Ġarb tivesse como objectivo eventuais contactos com o Norte de África. Tivessem existido ou não, o que se sabe é que Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e as suas gentes acabarão por seguir um caminho completamente diferente.

Monchique poderia fornecer a quem aí se estabelecesse uma grande quantidade de vantagens. Longe de Córdova, rodeada de terras com uma apetência agrícola e frutícula semelhante a muitas zonas litoriais do norte de África - de onde provinham as famílias de muitos dos seguidores de Maḥmūd - essa serra fornecia alimento variado para os seus gados, tem uma riqueza em água difícil de encontrar em outros pontos a sul da linha do Tejo e não estava longe da ribeira do Arade, onde a navegação sempre teve condições para se realizar e onde se irá desenvolver durante o período islâmico⁷⁸⁰.

Porém, em termos defensivos e tácticos a serra de Monchique tem não menos qualidades. Do alto dos seus cumes - que hoje se podem comprovar facilmente na zona da Fóia - controla-se o litoral, sendo possível antecipar a entrada de navios na ribeira do Arade. Por outro lado, aa mesma serra permite visualizar grandes extensões para Norte, para a zona a que vulgarmente se chama nos nossos dias o Baixo Alentejo; ou seja, seria facilmente percebida qualquer aproximação militar que se fizesse de Norte para Sul. Sendo mais preciso, quaisquer avanços de tropas que quisessem tomar Monchique - a partir das zonas onde se encontram hoje as localidades de Ourique, Cola, Odemira, Sabóia ou Santa Clara - seriam facilmente detectados com antecipação.

Mas, é possível detectar locais especialmente propícios à defesa e controlar do território. É o que se passa com Alferce, local onde ainda se conservam restos de uma fortificação e que tem sido felizmente estudada nos últimos anos⁷⁸¹ (fig. 3 e 3A..

Para além dos resultados arqueológicos interessantes que se têm retirado da escavação em si, uma coisa ressalta imeditamente no local e que foi notado aquando da primeira deslocação ao local ainda na década de oitenta: de Alferce é possível, em simultâneo, mirar e controlar os territórios do Baixo Alentejo, as terras de Odemira e Sabóia e, em simultâneo, observar - ao longe- a cidade de Silves. Esta vantagem dupla, esta “grande-angular” que é Alferce, que capta imagens e movimen-

779. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 303.

780. Ch. Picard, *L'océan Atlantique....*, p. 66, mostra a importância de Silves aquando do primeiro ataque viking.

781. Mathieu Grangé, *Matériaux et problématiques archéologiques pour une histoire de la «transition» entre Antiquité Tardive et Haut Moyen Âge - Données préliminaires sur la dynamique des réseaux d'habitats dans les concelhos actuels de Monchique (Algarve) et Odemira (Alentejo), Portugal, V-XII siècles*, Mémoire de DEA; sob direcção de Ch. Picard, Paris, 2005, pp. 94-142. O autor levou a cabo sondagens que revelaram ocupações anteriores aos século IX mas também estruturas e materiais datáveis desta época. Aguarda-se a publicação destes resultados, bem como das estruturas detectadas no Cerro do Castelo da Nave, a ocidente da actual Monchique, onde se detectam estruturas de uma torre quadrangular (*ibidem*, p. 148).

tos provenientes de ambas as faldas da serra de Monchique e torna a existência deste ponto de observação (munidos de outras funções militares, evidentemente) desperdiçável para quem quisesse permanecer na zona de Monchique sem ser incomodado, ou melhor, capaz de antecipar os movimentos dos seus adversários que, no caso vertente, eram as tropas locais, vindas do vale do Guadalquivir fiéis ao emir omíada de Córdova ou desembarcados num Arade onde Silves estaria ainda em fase de afirmação.

Em 220 H. (Janeiro a Dezembro de 835) o emir ‘Abd al-Raḥmān II leva a cabo uma *mega-operação* militar contra o Ġarb. Esta campanha parece ter-se iniciado por Toledo, arqueando depois para Ocidente, para várias kūra/s do Ġarb onde grassava a rebeldia⁷⁸²; os seus homens pisaram muitos territórios ocidentais tendo por objectivo chegar à kūra de Ukšūnuba onde, então, se encontravam Maḥmūd e os seus seguidores.

O que é interessante é que este volume do *Muqtabis* faz eco dos “boatos”, do que “diz a gente”; e ao diz que o emir preparara antes um plano e um percurso e que, depois, terminam as provisões e o próprio emir hesita, essa falta de vigor e de liderança transmite-se a todo um exército, incapaz - depois - de ter forças para conseguir atingir os objectivos antes traçados; não é de estranhar que se tenham feito, então, versos sarcásticos⁷⁸³ contra a indecisão emiral enquanto as tropas emirais estacionaram em Badajoz, anterior poiso das gentes de Maḥmūd. Ora, Ibn Ḥayyān reconhece que as tropas emirais foram incapazes de o capturar e de obter a sua submissão; e pela descrição, tudo leva a crer que as tropas emirais desistiram de incomodar o rebelde da serra de Monchique nesse ano de 220 H.

de Monchique ao Douro

As campanhas contra Maḥmūd mostram que o rebelde era, de facto, um “osso duro de roer”. Ibn Ḥayyān indentifica os generais ou *qā'id*s que o enfrentaram; foram eles Ḥātīṭ ibn Bazī‘, ‘Āmr ibn Kulayb⁷⁸⁴ e o ‘*arīf*⁷⁸⁵ ‘Āmr al-Ġarīb⁷⁸⁶.

Segundo a mesma crónica, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī manteve-se anos na zona da serra “algarvia”. Este *Remexido*⁷⁸⁷ do século IX conseguiu, dominando as montanhas da região que parece corresponder a Monchique e Alferce, nunca ser capturado pelas forças enviadas pelo emir de Córdova. Mas a pressão começava a ser excessiva e constante e o rebelde berbere emeritense não obtém nesta região o que pretende. A quantidade e a qualidade da pressão militar começou a ser insuportável e Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī, que deve ter per-

782. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 303.

783. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 303, §2.

784. ‘Āmr ibn Kulayb era **‘lho do conhecido Kulayb ibn Ta‘laba**.

785. ‘*Arīf* é um posto; um ‘*Arīf* encontra-se hierarquicamente abaixo de um *qā'id*.

786. Pode traduzir-se al-Ġarīb por “o forasteiro”, como o fazem os tradutores do *Muqtabis*, II-1, trad. p. 304, n. 643; estar-se-á em presença de um comandante militar especialmente estranho ao al-Andalus? Alguns destes membros da elite militar, deve recordar-se, poderiam ser provenientes do exterior do al-Andalus...3 alcaides que o atacam

787. Curiosamente, e sem querer fazer *História comparada*, cerca de mil anos depois a mesma serra será palco para um outro rebelde, cuja memória tem perdurado na região - a revolta do *Remexido*.

didado alguns homens de armas, resolve tentar estabelecer-se no norte ocidental da península, depois de ter contactado o rei das Astúrias, Afonso II, o Casto. Não seria de estranhar que os contactos com os asturianos se tivessem iniciado ainda em tempos da sua estadia no vale do Guadiana, zona onde os contactos com os territórios mais setentrionais da Península Ibérica era mais fácil; o próprio facto de o rebelde ser proveniente de Mérida, uma cidade que controlava a via para Coria, para a serra de Gata e para o território controlado pelo rei das Astúrias pode ter criado canais de comunicação e de diálogo ainda antes da sua saída abrupta de *Mārida*. De qualquer das formas, a sua estância em Monchique não foi óbice a que os contactos se fizessem, o que quer dizer - a não ser que se fizessem por via marítima⁷⁸⁸. Nesta caminhada par Norte, a crónica de Ibn Ḥayyān coloca obstáculos à sua progressão na região de Lisboa⁷⁸⁹.

Isso pode significar que no segundo quartel do século IX não havia força militar relevante estacionada na zona onde mais tarde se afirmará a cidade de *al-Qaṣr*. Maḥmūd chega ao vale do Tejo sem obstáculos de maior, com as forças de Beja sem capacidade de iniciativa para bloquearem o seu avanço e sem o atacarem. A solidariedade étnica não funciona neste quadro e neste caso. Quem faz frente ao rebelde berbere Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār na zona de Lisboa é o berbere conhecido como Ibn al-Muḡaynīn al-Maṣmūdī⁷⁹⁰, instrumento do poder omíada destacado em Lisboa.

É provável que tenha sido na área do território de Lisboa, eventualmente até no que hoje se conhece como margem sul do Tejo - Maḥmūd consegue avançar para Norte; ou seja, a norte de Lisboa parece não haver forças disponíveis para lhe fazer frente ou os que o incomodaram nem sequer merecem ser referidos...

Apesar da disparidade do número das forças em confronto - cerca de mil cavaleiros do lado das forças de Ibn al-Muḡaynīn de Lisboa e os cerca de cem de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār, ou seja, uma relação de 10 para 1 - mesmo assim os homens do berbere *al-Māridī* levaram a melhor, ferindo o próprio *al-rā’is* Ibn al-Muḡaynīn al-Maṣmūdī⁷⁹¹.

788. Ch. Picard, que estudou de forma exaustiva as negações na costa ocidental, para este período não encontra indícios da ida de Maḥmūd, em barco, para a zona do Douro.

789. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183; trad. p. 304; trata-se de informação que o cronista do século XI afirma ser proveniente de ‘Īsā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī. É possível que não tivesse sido propriamente na cidade de Lisboa, mas antes na sua área; não faria sentido que as tropas de Maḥmūd, que aparentemente estavam debilitadas, que se tivessem aproximado da cidade; o mais provável é que tal se tivesse dado na área desta kūra, ou na margem sul do Tejo ou em algum ponto do seu atravessamento, onde as tropas de Lisboa pensassem capturar mais facilmente o rebelde.

790. Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār era considerado um berbere *maṣmūdiyy* como deveria ser este Ibn al-Muḡaynīn al-Maṣmūdī. O nome “al-Muḡaynīn” é um diminutivo de “al-Muḡnūn”, ou seja, “o louco”, nome também ele com conotações literárias se se aplicar à famosa história de *Layla wa Maḡnūn*, história de origem oriental e que surge no Mundo Árabe já no século VII mas que só se divulga pelo Mundo Islâmico com a versão persa do século XII de Nizāmī. Ibn al-Muḡaynīn al-Maṣmūdī nada deve a ver com esta personagem, e o seu nome, pelo diminutivo utilizado, pode-se traduzir por “o tolinho”.

791. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183; trad. p. 304. É impossível não perceber que Ibn Ḥayyān, apesar da estima e importância que reservava para a família omíada, ao dar tantos detalhes relativos à vida, peripécias e coragem militar de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī, ver aqui alguma coisa sobre de admiração por este rebelde berbere. Não de veriam ser poucas as histórias relativas aos seus feitos, dado que o que Ibn Ḥayyān dá é apenas uma leve pincelada de uma lenda que deveria ter tido no *Ġarb* uma influência mais profunda e duradoura.

Entre Lisboa e o território cristão, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī parece não ter sido incomodado⁷⁹². Mas nada no texto *ḥayyānico* sugere a utilização de embarcações para chegar a território da *Ġillīqiyya*⁷⁹³.

Tendo em conta o texto de Ibn Ḥayyān, não se pode deixar de assinalar algumas estranhas ausências. De facto, as aventuras de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī passam por Mérida, por Badajoz, atravessam com uma grande espessura dramática a zona entre esta última cidade e Beja, chegam às serranias do extremo sul do Ġarb - à zona de Monchique - e inflectem triunfantemente para Norte, conseguindo ultrapassar a linha do Douro. Porém, é interessante verificar que não há uma total ausência de referências a alguns núcleos urbanos que parece nada ter a ver com estes acontecimentos e parece terem-se encolhido e passado despercebidos durante esta conjuntura; é o caso de Évora, mas também de Alcácer e de Santarém. A não referência a estas cidades terá, muito provavelmente, a ver com a pouca importância militar a nível de capacidade de intervenção em movimento de quer dispunham, então, aquelas localidades. Coimbra, que sempre teve uma enorme importância estratégica, está estranhamente ausente deste contexto.

(ii) Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī - um construtor de *fronteira*

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār parece ter sido recebido em terras do rei das Astúrias com um acolhimento muito favorável; os asturianos passavam a ter do seu lado um adversário que é conhecedor profundo da realidade do Ġarb al-Andalus; mas, por outro lado, ao ser colocado em zona meridional dos domínios do reino das Astúrias relativamente ao sul islamizado, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār desempenhava - acreditavam os asturianos - uma função de tampão, capaz de criar condições não só para que fosse mais difícil às tropas *andalusi’s* avançar para Norte bem como, igualmente, criar condições para que o próprio reino cristão pudesse desenvolver-se sem dificuldade e poder mais facilmente avançar para Sul.

Este aliado - e os asturianos sabiam que estavam a aliar-se a um berbere muçulmano - foi colocado por Afonso I das Astúrias, como diz o Muqtabis, “como protección de sus súbditos y barrera de su tierra”⁷⁹⁴. Ibn Ḥayyān refere que Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī durante os anos que estes

792. Embora possa ocorrer, como hipótese, não há qualquer referência a uma utilização, por Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār, de barcos embarcações para atingir as margens do Douro.

As “ligações” entre o Norte Atlântico cristão e Lisboa já teriam sido abertas com uma expedição que Afonso II teria realizado contra Lisboa, no ano de 798 - cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, “O «Portugal» islâmico” in Portugal das invasões germânicas à «reconquista» (coordenação de A. H. de Oliveira Marques), vol. II da Nova História de Portugal, (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 125.

Nesta conjuntura os Bānū Dānis estavam na zona de Coimbra - que só veio a ser conquistada por Afonso III das Astúrias, mas o *Muqtabis* nada diz de possíveis encontros os choques como dirigentes e homens armados implantados a norte de Lisboa - esta total ausência de informação pode ter a ver com a falta de informadores nessa área, sendo possivelmente um sinal do escasso controle directo que o emir de Córdoba tinha a norte do vale do Tejo; este completo *black out* relativo a esses muitos territórios que tinham de ser passados sugere que a cerca de centena de seguidores teria tomado um outro caminho entre as barras do Tejo e a do Douro.

793. Indo por terra, o seu grupo não seria tão pequeno como se faz crer, dado que poderia ser facilmente alvo de ataques.

794. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183; trad. p. 305.

em território da *Ġilliġiyya*, entre os *politeístas*, as relações entre ambas as partes não fácil. O cronista refere que Aĥmad ibn Muĥammad al-Rāzī estava “umas vezes com eles e outras vezes contra”⁷⁹⁵.

Mas foi colocado onde? Diz o mesmo Ibn Ḥayyān que Maĥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār foi instalado “en la fortaleza que hoy lleva su nombre, en la frontera, cerca del llano que da al territorio musulmán”⁷⁹⁶. Esta informação contém, pois, três elementos que convém esclarecer acerca da zona ocupada por Maĥmūd. Por um lado, a fortificação principal ocupada era, mais de um século depois da morte de Maĥmūd, ainda conhecida pelo seu nome; por outro, o local da sua implantação era considerado, no segundo quartel do século IX, zona de fronteira com o sul islâmico; por último, a sua fortificação principal - não a única, dado que o mesmo Ibn Ḥayyān refere que Maĥmūd foi um fator de desenvolvimento, “prosperando el entornno y haciéndose fortalezas y aldeas en los alrededores”⁷⁹⁷ - não se encontrava na zona do interior do território, dado que o Muqtabis é claro quanto à sua localização próxima de uma zona plana por onde se tinha acesso ao território sob administração *andalusi*.

Os dados fornecidos por Ibn Ḥayyān reforçam, de facto, a ideia de que se trata da zona imediatamente a sul do rio Douro, dado reunir as várias condições enunciadas. Por um lado, essa zona plana pode corresponder à faixa litoral que liga as margens do Douro com as do Mondego, faixa por onde corria a velha estrada romana que passa pela vale do Vouga, atravessando este rio na zona de - possivelmente em *Cabeça do Vouga*, junto à actual vila de Águeda - e sem dificuldade atinge a cidade de Coimbra. Esta era, no nesse momento uma espessa zona de fronteira que confrontava asul com *Qulumriyya*, a mais cidade do Mondego já nessa centúria, cidade então obediente a Córdova e cujas forças não impediram a progressão de Maĥmūd paera Norte. Deixando para último o que parece mais conhecido, este texto de Ibn Ḥayyān confirma os dados que apontavam para o facto de o topónimo gaiense Mafamude derivar *deste* Maĥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridi⁷⁹⁸ e de se

795. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 182v; trad. p. 302.

796. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183; trad. p. 305.

797. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183; trad. p. 305.

798. Cf. *Muqtabis II-1*, trad. p. 305, n. 647. Veja-se também E. Lévi-Provençal, *HEM*, I, pp. 208-210 (a sua ida para o norte - sem especiicar o território - em p. 210). Sem ser exaustivo deve reconhecer-se que esta identiicação tem sido notada e referida por vários e relevantes obras e autores. A sua validação linguística encontra-se em SERRA, Pedro Cunha, *Contribuição Topo-Antroponímica Para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967, pp. 46 a 49. Elías Terés, “Antroponimia hispanoárabe (reejada por las fuentes latino-romances), (I parte) in Anaquel de estudios árabes, n.º 1, Madrid, Ed. Complutense, 1990, pp. 129 - 186, p. 168. Martim Velho, em trabalho posterior e sobre esta época, retoma a identiicação: Martim Velho, “Ibn Marwān e Sa’dūn al-Surunbāqū”, *Proceedings of the ninth congress of the Union européenne des arabisants et islamisants*, LEIDEN, Brill, 1981, p. 272. A. H. de Oliveira Marques, seguindo de perto as investigações sistematizadas por Terrón Albarrán, dá relevo a estas campanhas - cf. *Nova História de Portugal*, II, p. 125; Já Alexandre Herculano tratara, com muitas menos fontes disponíveis, o tema, mas chamando *Mohammed* a Maĥmūd - cf. *História de Portugal*, Tomo I, pp. 118-120. Veja-se ainda Arsenio DACOSTA, “Pelayo vive! Un arquetipo político en el horizonte ideológico del reino asturleonés”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie III, Historia Medieval, t. 10, Madrid, 1997, pp. 89-135, p. 125.

poder atribuir a este dirigente emeritense o conhecido *castro Mafamuti*⁷⁹⁹, citado em documentação cristã⁸⁰⁰.

Interessante é o que se diz acerca do estímulo edilício que Maĥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār trouxe para a região. Aldeias e fortificações significa que o seu estabelecimento na zona trouxe consigo, eventualmente, a chegada de comerciantes ou mercadores provenientes do Sul; significa que os seus homens se adaptaram à vida agrícola da zona; significa que algumas outras fortificações da zona foram edificadas ou reformuladas por este caudilho nascido nas terras do Guadiana.

De qualquer das formas, há um claro indício de *incastellamento*⁸⁰¹ no século IX no território a sul do Douro cuja cabeça era Mafamude. Por outro lado, esse processo de fortificação pode ter tido a ver com a formação de uma linha defensiva que protegesse o atravessamento do Douro pelas tropas fiéis ao emir de Córdoba (fig. 4).

Utilizando, certamente, os materiais existentes na região, está por identificar na região essa possível rede de defesas que, em muitos dos casos poderiam estar ao longo das principais linhas de comunicação entre um Sul islamizado de forma ainda pouco profunda e um Norte de matriz cristã⁸⁰². Por outro lado, necessita de confirmação uma outra questão: se bem que o texto de Ibn Ĥayyān refira a

799. Mafamude é actualmente uma freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia e, quem viste o terreno, mesmo com a presença de urbanização, percebe a razão da escolha: Mafamude, implantada numa cota alta em relação à restante cidade actual de Vila Nova de Gaia, controla visualmente a cidade que se implanta em frente, na margem norte do Douro e controla o caminho que vem de Sul, ou seja, a velha via romana da qual muitos dos seus troços e do seu traçado deveriam ter continuado, em grandes linhas, a ser aproveitados em época islâmica.

Esta identificação é reconhecida numa recente Tese de Mestrado: Ferreira, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto, *O Douro no Ġarb Al-Ġandalus : a Região de Lamego durante a presença árabe*, tese de Mestrado, Universidade do Minho (co-orientação de Mantas, Vasco Gil e Rodrigues, António Jacinto), Vila Real, 2004 (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3001>), pp. 97-98. Este investigador, aliás, chama a atenção para o facto de ter existido um topónimo “Mafamudes, lugar da freguesia de Anreade do concelho de Resende”; o autor refere que em documento do século X “parece escrito Mahamutis” topónimo não localizado presentemente, mas que poderia coincidir com o actual Moumis - *ibidem*, p. 98. Veja-se também SOUSA, João de, *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, Lisboa, 1830, p. 148, (p. 114 na ed. de 1789, reeditada e, 1981).

800. Cf. P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. LIV, p. 31 (doc. de 944 e que se encontra no *Livro Preto*); José Leite de Vasconcelos, “Cale e Portucal”, *Opúsculos* Vol. V – Etnologia (Parte I) Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 30.

801. Cf. M. Barceló e P. Toubert (ed.), «*L’Incastellamento*», *Actes des recontres de Gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, 1998. Veja-se uma reexão sobre o uso e a investigação realizada em torno deste conceito em Federico MARAZZI, “El «incastellamento» veinte años después: Observaciones de la generación post-toubertiana” in *Studia Historica. Historia Medieval*, Salamanca, n. 13, 1995, pp. 187-198. Terão de se ver, pela relevância dos dados sobre o encastelamento nos momentos imediatamente posteriores à presença de Maĥmūd os trabalhos de Mários Barroca: *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994 (= *Portugália*, Nova Série, XI-XII, 1990-91, pp. 89-136); *idem*, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, pp. 181-203.

802. Um pouco a sul, em Arouca, descobriram-se recentemente materiais arqueológicos que podem corresponder a esta fase; encontraram-se vários exemplares de fragmentos cerâmicos “decorados com cordões plásticos impressos com digitações” e outros com “abas decoradas com impressões digitadas”, além de “Fragmentos de uma panela decorada com uma linha incisa ondulada”, o que são indícios claros de inuência da gramática decorativa comum no al-Andalus. O castelo estava implantado numa elevação com uma “grande dominância visual sobre o vale de Arouca”, e era construído no granito local; porém, as estruturas visíveis têm actualmente uma aparência caótica - António Manuel S. P. Silva e Manuela C. S. Ribeiro, “Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca - ensaio de análise morfotipológica”, *Portugália*, Nova Série,

edificação de “fortalezas y aldeias nos seus arredores” não fica claro de que forma se articulariam umas com outras; tendo-se generalizado, sobretudo com base em estudos levados a cabo e testados no Levante do al-Andalus, a ideia de uma articulação entre *hiṣn* e *qarya*⁸⁰³, seria interessante se o berbere *sulista* Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār teria ou não tentado implantar a sul do Douro um sistema de íntima relação entre um núcleo rural e uma fortificação próxima.

Não é de estranhar que, com o assentamento de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e a cerca de cem seguidores que conseguiram seguir com ele para Norte, se tenham mais tarde agregado gentes provenientes do Sul, mais propriamente do vale do Guadiana. Ou seja, pode ter-se assistido a uma à introdução de elementos e tradições culturais alógenas, trazidas por aliados de Maḥmūd que se lhe tenham ligado nos territórios mais setentrionais que passou a controlar. Aliás, a referência a alguns excessos que terá cometido são um claro sinal de que, se chegou enfraquecido às margens do Douro, não deve ter demorado muito até se sentir reforçado.

Pouco detalhes se têm dos cerca de sete anos em que Mahmud estagiou em zonas mais setentrionais, ao abrigo da acção das tropas emirais. R.Dozy deixou uma compilação muito útil do que as crónicas cristãs dizem acerca de Mahmud⁸⁰⁴, indicando que ss referidas crónicas referem-no sobretudo como líder dos *habitantes de Mérida* revoltados. Dozy transcreve o local para onde Mahmud foge antes de atingir territórios mais setentrionais como sendo Monte-Salud⁸⁰⁵, de onde, em 835, depois de atacado por tropas emirais, foge para Norte.

Uma observação mais atenta das referidas crónicas, cada uma de *per se*, permite encontrar outros detalhes. Segundo a crónica Albeldense, durante o reinado de Afonso Magno "un hombre procedente de España llamado Mahamud, que había huido del rey de Córdoba con todos los suyos a Asturias, fue acogido por este príncipe, y luego en galicia se convirtió en rebelde en el castillo de Santa Cristina. Allí el rey [Afonso Magno, ou Afonso III das Astúrias] acabó con él en combate y se apoderó del castillo y de todo lo demás"⁸⁰⁶.

Vol. XXVII - XXVIII, Porto, 2006 - 2007, (pp. 69-88), °gs. 2-9, pp. 83-85.

803. Referir trabalhos de Guichard, Bazzana, Cressier, Barceló. A investigação científica levada a cabo em Portugal tem utilizado também este binómio *hiṣn - qarya*, utilizado em larga medida nos trabalhos de Helena Catarino, com larga expressão na sua tese doutoral: *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica*, éd. Al-‘Ulya, Loulé, 6, 1997-8, 3 vol.
804. R. Dozy, *Recherches sur l’histoire et la littérature d’Espagne pendant le Moyen-Age*, Amesterdão, Oriental Press, 1965 (11 ed. Leyde, 1881), pp. 139-140.
805. R. Dozy, *Recherches sur l’histoire et la littérature d’Espagne pendant le Moyen-Age*, Amesterdão, Oriental Press, 1965 (11 ed. Leyde, 1881). p. 140.
806. *Cronica Albeldense*, in Juan GIL FERNÁNDEZ, José L. MORALES, Juan I. RUIZ DE LA PEÑA (eds.), *Crónicas asturianas: Crónica de Alfonso III (Rotense y "A Sebastián"). Crónica Albeldense (y "Profética")*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, p. 249.

O texto original, publicado criticamente, é o seguinte: "Suoque tempore quidam de Spania nomine Mahamut a rege Cordouense fugatus cum suis omnibus Asturias ab hoc principe est susceptus, posteaque in Galliciam ad reuellium in castro sancte Cristine peruersus. Ibi eum hic rex prelio interfecit castrumque ipsum cum omnia cepit. Absque uxore castissimam uitam duxit. Sicque de regno terre ad regnum transiit celi." - *Chronica Albendensia, ibidem*, p. 175

Duas crónicas de Afonso III das Astúrias, as *Rotense*⁸⁰⁷ e "*A Sebastián*" (*Ad Sebastianvm*)⁸⁰⁸ aduzem alguns outros detalhes, a propósito da chegada de Maḥmud, referindo o ataque das tropas de Afonso Magno ao castelo de "Santa Cristina", fortificação classificada como muito forte, onde Maḥmūd e as suas tropas foram derrotados. Nenhuma das crónicas, contudo, refere o castelo de Santa Cristina como a base principal do dirigente berbere⁸⁰⁹.

Sem querer entrar nos aspectos puramente étnicos, é de recordar que as crónicas e fontes árabes referem que este Maḥmud era um *maṣmūdiyy*; porém, a crónica Rortense indica que era "**malado**" - *Mahamuth ciues Emeritensis natione mollitis* - , ou seja, trata-o como *muwallad*, situação que acentua o carácter não exclusivamente étnico que era dado então a esta palavra; *muwallad* aqui é um arabizado e não exclusivamente um indivíduo de origem hispânica convertido ao Islão⁸¹⁰.

807. Diz a Rotense (§ 22.):

"Anno regni eius tricesimo duo exerciti Caldeorum Gallecie sunt ingressi; et super eos duo fratres Alcuexis nominibus Alhabaz, Melik erant prefecti. Set unus in locum qui dicitur Naron, alius in iumine Nazeo unum tempore usque ad internicionem sunt deleti. In illius namque tempore era DCCCXXXVII uir quidam nomine Mahamuth ciues Emeritensis natione mollitis regi Abderrahman reuellauit eique prelia multa intulit et exercitos fugauit. Quumque iam patriam illam auitare non ualuit, ad idem Adefonsum regem adtendit et rex eum honorifice suscepit. Ille uero per septem annis cum omni collegio suo in prouincia Gallecie habitator extitit, ibique fasto superuie elatus contra regem uel patriam est inanniter meditatus. Socios adclomerauit, hostem adunauit, patriam depredauit. Quo rex ut factum conperit, exercitum congregauit et Galleciam properauit. Quo predictus Mahamuth dum aduentum regis audiuit, in quodam castello fortissimo cum sociis suis se contulit. Quem rex persequitur et in castro ab exercitu circumdatur. Quid multa? Eodem die prelium comittunt et prefatum Mahamuth occidunt; kapud eius abscisum regis presentiam adferunt. Qui statim acies dirumpunt, castrum ingrediunt, plus quam quinquaginta milia Sarracenorum, qui ad eum ex prouinciis Spanie aduenerant, interciunt. Rex uero cum magno triumpho reuersus est Oueto. Qui prefatus Adefonsus rex per multis spatiis temporum gloriosam, castam, pudicam, sobriam atque imrnaculatam uitam duxit, atque in senectute bona post LII annis regni sui sanctissimum spiritum permisit ad celum. Et qui in hoc seculo sanetissimam uitam egit. Oueto ipse in tumulo quieuit."

808. Diz a *Ad Sebastianvm*:

§22."Huius regni anno XXX geminum Caldeorum exercitum Galleciam petiit, quorum unus ducum eorum uocabatur Alahabbaz et alius Melih, utrique Alkorescis. Igitur audacter ingressi sunt, audacius et deleti sunt. Uno namque tempore unus in loco qui uocatur Naron, alter in iuuio Anceo perierunt. Subsequente itaque huius regni tempore adueniens quidam uir nomine Mahmut, fugitiuus a facie regis Cordubensis Abderrahman, cui rebellionem diuturnam ingecerat ciues quondam Emeritensis, susceptus est clementia regia in Gallicia ibique per septem annos moratus est. Octauo uero anno adgregata manu Sarracenorum conuicinos predauit seque tutandum in quoddam castellum, qui uocatur sancta Cristina, contulit. Quod factum ut regalibus auribus nuntiatum est, premouens exercitum castellum in quo Mahmud erat obsedit, acies ordinat, castellum bellatoribus uallat. Moxque in prima congressione certaminis famosissimus ille bellatorum Mahmud occiditur, cuius caput regiis aspectibus presentatur. Ipsutque castrum inuaditur, in quo fere quinquaginta milia Sarracenorum, qui ad auxilium eius ab Spania conuxerant, detruncantur, atque feliciter Adefonsus uictor reuersus est in pace Oueto. Sicque per quinquaginta et duos annos kaste, sobrie, immaculate, pie hac gloriose regni gubernacula gerens amabilis Deo et hominibus gloriosum spiritum emisit ad celum. Corpus uero eius cum omni ueneratione exequiarum reconditum in supra dicta ab eo fundata ecclesia sancte Marie saxeo tumulo quiescit in pace."

809. O local da derrota pode não coincidir com a sua base principal, o seu núcleo mais forte. Não seria impossível que a derrota se tivesse dado numa das campanhas que motivaram o desagrado do monarca asturiano.

810. Veja-se o que se disse acerca das dúvidas relativas ao conceito de *muwallad*.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e os “genes” norte-africanos

Esta deslocação de milhares de seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār para Norte e a sua posterior derrota coloca questões que vão para lá das datas e da morte do referido Mahmud. Mesmo tendo em conta o evidente exagero das crónicas asturianas quanto ao número de *sarracenos* derrotados - exagero que é partilhado por muitas outras crónicas, inclusivamente pelas de origem árabe, oriental ou *andalusiyy* - parece não haver dúvidas que se deve ter assistido a uma grande deslocação de gentes do vale do Guadiana (ou de terras várias da sua bacia hidrográfica) para Norte e que essas gentes tiveram possibilidade de aí se estabelecerem - entrando possivelmente em choque com populações já assentadas. Por outro lado, é provável que após a derrota de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār muitas dessas populações tenham regressado à bacia do Guadiana ou que tenham vindo para sul do referido castelo de Santa Cristina, estabelecendo-se em lugar ou lugares não identificados.

Não é, como se sabe, que populações berberes se tinham estabelecido nas áreas dos vales do Douro ou até mais a Norte. O que se pode aventar - com muitas cautelas - é que algumas dessas populações se tenham voltado a estabelecer em áreas entre o Minho ou entre o Douro e o vale de Tejo, populações que podem ter-se dedicado a explorar recursos locais, longe de um controlo apertado levado a cabo pelos omíadas e pelos asturianos, pelo menos entre a presúria de Tui por Afonso Betotes, em 854 e a presúria de Portucale, em 868, por Vimara Peres⁸¹¹.

Este regresso de populações berberes a estas zonas mais setentrionais poderia explicar a persistência de uma herança genética com relações norte-africanas que parece manter-se nestas regiões⁸¹².

Os últimos movimentos de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī

A crer na versão transmitida por Ibn Ḥayyān, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār começou a sentir-se desconfortável nas paragens durienses⁸¹³.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī teria entrado em contacto, secretamente, com o emir de Córdoba. Este arrependimento de ter entrado ao serviço de outro soberano, de crença contrária à sua, mas também a convicção de que a troca não compensou, terá episódios posteriores de sinal contrário, e curiosamente acabará sensivelmente da mesma maneira⁸¹⁴. Maḥmūd pede o *amān* ao emir de Córdoba - solicita o perdão para os excessos cometido por si e por todos os seus segui-

811. Sobre estas acções veja-se, uma vez mais, M. J. Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *op. cit.*, p. 182.

812. Sobre as questões da genética veja-se Luísa Pereira e Filipa M. Ribeiro, *O património genético português - A história humana preservada nos genes*, Lisboa, Gradiva, 2009; ver igualmente VV. AA., “The Genetic Legacy of Religious Diversity and Intolerance: Paternal Lineages of Christians, Jews, and Muslims in the Iberian Peninsula”, *The American Journal of Human Genetics*, Volume 83, Issue 6, pp. 725-736 (em [http://www.cell.com/AJHG/fulltext/S0002-9297\(08\)00592-2](http://www.cell.com/AJHG/fulltext/S0002-9297(08)00592-2)).

813. As razões desse desconforto nunca foram explicitadas mas não é impossível que o berbere se sentisse, numa zona periférica do reino asturiano, como um mero instrumento estratégico do reino de Oviedo e sem se reconhecer a importância e a dignidade que ele se atribuía a si próprio.

814. Veja-se, mais adiante, a cõgura de Giraldo Sem Pavor que se colocou ao serviço dos almóadas e que, desde o Norte de África, se colocará - de forma fatal - em contacto com o soberano do reino de Portugal. Sobre esta

dores - perdão que lhe será concedido mas não já a tempo de Maḥmūd *refazer a sua vida* em terras do omíada. Diz Ibn Ḥayyān que os contactos secretos do berbere descontente foram denunciados ao *Casto*⁸¹⁵.

Ibn Ḥayyān não dá do monarca asturiano uma visão maniquísta e negativa; Afonso II é apontado como soberano junto de quem o seus mais directos seguidores tentam uma acção dura e imediata contra Maḥmūd, acção com a qual *o Casto* não concorda; até, então, o monarca de Oviedo não teria visto senão acções positivas praticadas por Maḥmūd, apesar de este ser apontado como potencialmente perigoso por conhecer “segredos de Estado” importantes: estava a par dos pontos débeis do reino das Astúrias e aglutinava em si várias capacidades, como a de ter “grande prestígio, vistas largas, impetuosidade e ser duro de natureza”⁸¹⁶.

Por insistência dos seus vassallos, *o Casto* teria decidido convocar o seu “vassallo” Maḥmūd, com a intenção de lhe propor a conversão ao cristianismo (*topos?*), mas também com a intenção de o recolocar geograficamente - mais longe da dúbia e porosa zona de fronteira que lhe permitia - a si e aos seus seguidores - uma liberdade de movimentos e ligações com o sul islâmico que lançava desconfianças junto dos tradicionais vassallos de Afonso II⁸¹⁷.

A “intelligence” funcionava normalmente no século IX nas margens do Douro. Havia redes de informação que, curiosamente, funcionavam de forma bionívoca, nos dois sentidos. Se Afonso II tinha informadores, Maḥmūd não deixava de ter colaboradores - segundo Ibn Ḥayyān seria um asturiano simpatizante de Maḥmūd - que, numa acção do tipo contra-espionagem ou **counterintelligence**⁸¹⁸, avisa Maḥmūd do dilema em que será colocado e leva a este a preparar um subterfúgio.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār utilizará uma técnica cuja utilização, se bem que não exclusiva do Mundo Islâmico, será usada frequentemente por alguns grupos e indivíduos: a simulação. Maḥmūd

personagem deve ver-se a recente biogra^a da autoria de Armando Pereira, a quem agradeço a obra.

815. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183-183v; trad. p. 305.

816. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183v; trad. p. 305. É bastante interessante esta capacidade de tentar dar a perspectiva do lado do adversário; adversário esse - o rei c^ristão - que não apresentado como desprovido de qualidades, ao contrários dos seus cortesãos mais próximos, eventualmente invejoso, se não do ascendente, pelo menos do prestígio e poder que o arrivista Maḥmūd tinha alcançado numa zona que prosperava.

817. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183v; trad. pp. 305-306.

818. É vastíssima a bibliogra^a sobre o tema, mesmo relativo ao período medieval, se bem que insistindo em exemplos retirados da História dos reinos do território britânico. Veja-se, por exemplo, pela sua sistematização exemplar dos conceitos de *counterespionage*, *counterintelligence* o artigo *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, Joint Publication 1-02, 12 April 2001 (As Amended Through 30 May 2008), disponível em http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp1_02.pdf, pp. 129 e 188; concretamente sobre espionagem diz esta obra que é “the act of obtaining, delivering, transmitting, communicating, or receiving information about the national defense with an intent, or reason to believe, that the information may be used to the injury of the United States or to the advantage of any foreign nation. Espionage is a violation of 18 United States Code 792-798 and Article 106, Uniform Code of Military Justice. See also counterintelligence. (JP 2-01.2)” - p. 188.

dissimula as suas intenções e finge uma incapacidade para se apresentar diante do seu, então, *suserano*: “aparentó estar enfermo, fingendo un mal que le impedía moverse”⁸¹⁹.

Este parece ser um exemplo da prática da *taqiyya* (التقية), de dissimulação⁸²⁰, uma *taqiyya* política, dado que o eventual perigo que paira sobre a cabeça de Maḥmūd não é de cariz religioso, dado que nada aponta para animosidade religiosa contra Maḥmūd e quantos dos seus seguidores fossem muçulmanos.

Ibn Ḥayyān apresenta o epílogo da vida de Maḥmūd como se de uma apoteose teatral ou operática se tratasse⁸²¹. Esta descrição, que Ibn Ḥayyān apresenta de forma viva e dramática⁸²², pode ter resultado de descrição feita por alguém que presenciasse a cena mas também de *estória* ou lenda tecida em redor de Maḥmūd e, como todas as lendas, baseadas em alguns dados verídicos⁸²³.

A circunstância da morte de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār recorda outras situações, irónicas, como a que será mais tarde recordada por Usāma ibn Munqidh (أسامة بن منقذ) a propósito de um guerreiro que, depois de defrontar vitoriosamente um leão, acaba morto por uma picada de lacrau no pé⁸²⁴.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī morre no ano de 225 H (Novembro de 839 a Outubro de 840)⁸²⁵. Se a sua morte significa o fim de uma fase de estruturação e uma fronteira organizada pelo reino das Astúrias frente ao Douro, na sua margem sul mais ocidental, junto à foz, o des-

819. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183v; trad. p. 306.

820. Sobre a *taqiyya* (التقية) veja-se R. Stothmann [Moktar Djebli], “Taḳiyya”, *E. I. 2*, X: pp. 134a-135. O termo é utilizado essencialmente quando se pretende tratar de dissimulação religiosa, quando o crente pretende não mostrar claramente as suas crenças; a *taqiyya* (التقية) deriva da raiz w-q-y (relacionando-se também com a raiz k-t-m (cf. *Kitmān*). Se bem que utilizada por xiitas, a *taqiyya* foi igualmente praticada por Khariġitas e o próprio Ṭabarī se lhe refere. No caso vertente, não se trata verdadeiramente de *taqiyya* (التقية) - por não envolver crenças religiosas, mas a atitude mantém-se, adaptada a circunstâncias históricas.

821. Maḥmūd é cercado, combate valerosamente, aproveita um descuido do cerco e do arraial asturiano e consegue forçar a saída do seu castelo, mas eis que na fuga o seu cavalo se empina, Maḥmūd esporeia-o mais e, em vez de controle é o desgoverno completo e o rebelde - duplamente rebelde - é atirado contra uma azinheira, tombando dramaticamente.

822. Os dados do *Muqtabis*, como o nome da própria obra o indica - o “tição”, as brasas retiradas de outras fogueiras - são retirado de vários autores, mas é Ibn Ḥayyān o seleccionador dos retalhos apresentados e, em grande medida é a ele que se deve o interesse em manter acesa a memória dos feitos deste rebelde que, talvez por a sua última rebeldia ter sido contra o rei cristão e se prestar ao arrependimento pelo que causou a emir omíada, merece muitos dos fólhos do *Muqtabis*. O rebelde, disposto ao arrependimento, não é - na descrição *ḥayyānica* - morto por um soldado inimigo, mas por um cavalo empinado e um *quercus ilex* atravessado no caminho.

823. O óm de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār era de tal forma inesperado que os cristãos hesitam em se aproximar do homem derrubado, visto poder ser uma cilada. E Ibn Ḥayyān apresenta os asturianos a proceder de igual forma como era hábito em descrições de atitudes dos generais do al-Andalus, para levar junto do monarca uma prova irrefutável da morte de Maḥmūd. Os cavaleiros cristãos são apresentados como temerosos; só se aproximaram depois de um audaz se ter aproximado e “lhe cortou a cabeça” - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183v; trad. p. 306.

824. Usamah ibn-Munqidh, *An Arab-Syrian Gentleman and warrior in the period of the Crusades: Memoirs of Usamah ibn-Munqidh (Kitab al-Iṭibar)*, trad. de Philip K. Hitti, Columbia University, New York, 2000 (1. ed., Columbia University Press, 1929), pp. 138-139.

825. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 184; trad. p. 307. Cf. Codera, *op. cit.*, p. 22.

tino dos que o acompanharam não foi automaticamente igual ao do caudilho rebelde do Ġarb al-Andalus.

Sabe-se que alguns dos seus seguidores foram mortos na refrega que conduziu à morte de Maḥmūd, mas Ibn Ḥayyān refere que alguns foram capturados⁸²⁶. E, entre os capturados há uma menção especial à sua família, dentro da qual se destaca claramente a sua irmã, a “bela” Ġamīla desperta paixões especiais. O referido cronista refere que Ġamīla bint ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī, irmã de Maḥmūd, foi disputada por vários nobres cristãos; tal devia-se, segundo o grande cronista, “pela ascedência [prestigiada], beleza e valor que em si reunia”⁸²⁷; ou seja, a sua ascendência, apesar de berbere, não diminuía em nada o interesse por uma mulher que reunia em si várias qualidades e, muito possivelmente, muita riqueza. Teria casado a “bela e bem proporcionada”⁸²⁸ Ġamīla com um dos nobres que a pretendia; ao casar, ter-se-ia dado a sua conversão ao cristianismo⁸²⁹ e, de entre os vários filhos que gerou - ao longo da sua longa vida - um deles teria sido “arzobispo de la cathedral de Santiago, e ilustrísimo entre los cristianos de su época”⁸³⁰.

Não é possível, dadas as escassas informações disponíveis, prever se havia uma tipologia de fortificação que Maḥmūd tenha adoptado em redor do vale do Douro. É provável que, como procedente uma grande cidade com passado romano, a antiga capital da Lusitânia, tenha adquirido cedo a capacidade de aproveitar materiais antigos e saber dar-lhe nova vida. Deve ter havido algum *know-how* mais meridional, aplicado no vale do Douro por Maḥmūd e pelos seus homens.

Por outro lado, não deixa de ser curioso que os movimentos deste Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī, iniciados precisamente em Mérida, se tenham desenrolado pelo território da antiga Lusitânia - iniciando em Mérida a sua revolta, vai para Badajoz, segue colado à linha do Guadiana, atinge a zona da antiga Ossonoba e, depois, segue ao rés do litoral, até à linha do Douro até à zona terminus do antigo território da Lusitânia onde, tragicamente acaba os seus dias, frente às forças que controlavam o território da antiga Gallæcia⁸³¹. Pode, de alguma forma aplicar-se a

826. Embora pela negativa, é de referir que o *Muqtabis* nada refere quando à destruição de construções eventualmente edificadas por Maḥmūd; não há notícia de mesquitas edificadas por Maḥmūd, nem destruídas pelos seus adversários, após a sua morte.

827. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183v; trad. p. 306.

828. São palavras do *Muqtabis II-1*, p. 184; trad. p. 306.

Pela sua beleza, cultura e graciosidade, não é difícil ver neste conjunto de encantos rasgos do paradigma das chamadas “mouras encantadas”. Embora a tradição dessas mouras ultrapasse em muito a geografia da vida desta bela e possivelmente exótica berbere proveniente de uma das grandes cidades do al-Andalus, não é impossível que Ġamīla se tivesse tornado num modelo facilmente colado ao conceito de “moura encantada”, se é que não ajudou a cimentá-lo.

829. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 183v; trad. p. 306.

830. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 184; trad. p. 306.

831. Os editores do *Muqtabis II-1* consideram útil comparar a vida de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār - que merece um trabalho monográfico de maior fôlego - com a do herói da resistência contra o Império russo, no Daguestão e Chechénia, de seu nome *Khadji-Murat*, morto pelas tropas do czar russo em 1852, protagonista de uma das derradeiras obras novelísticas de Leão Tolstói. Cf. Leão Tolstói, *Hadji-Murat*, Portugália Editora, Lisboa, 1968. Mais recentemente publicou-se uma nova edição, a partir de uma tradução directa do russo: Lev Tolstói, *Khadji Murat*, (trad. de Olga Solovova) Lisboa, Cavalo de Ferro. Estas, são, claramente, questões interessantes mas laterais ao tema desta dissertação.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār - com as devidas cautelas e distâncias - o que se diz a propósito de Saladino⁸³².

Fixação em Coria - *Quriya*

Sabe-se do destino de uma parte dos seus seguidores. Muhāġir *filho de* Sulaymān ibn Martīn conseguiu, “com um pequeno grupo de cavaleiros” e dirige-se para Sul, estabelecendo-se em Coria. Ibn Ḥayyān aponta razões de ordem étnica - em Coria havia cristãos, árabes da primeira vaga (*baladiyyūn*) e berberes de várias tribos. O que Ibn Ḥayyān refere acerca da aceitação que recebeu Muhāġir ibn Sulaymān é deveras interessante; diz que “cuando llegó Muhāġir y se les ofreció, invitándolos a ponerse a su lado, accedieron a sometersele, y se quedó entre ellos”⁸³³.

Esta simples frase é uma fotografia impressionante da realidade das zonas de fronteira do al-Andalus; no caso de Coria - a norte da velha capital da Lusitânia-, cidade onde possivelmente nesse ano de 225 H /840 se encontrariam muitos *māridiyyūn* provenientes de uma Mérida em que as revoltas não paravam, assiste-se a uma situação de equilíbrio entre várias etnias e grupos étnico-religiosos, rebeldes em relação ao poder central (fig. 5).

Em Coria, implantada numa zona de fronteira entre um al-Andalus rebelde em grande medida e um Norte asturiano que conhecia, Muhāġir ibn Sulaymān ibn Martīn tem condições que outras cidades dificilmente lhe poderiam fornecer; próxima da sua *Mārida* natal, a ela ligada por um importante eixo viário e de Coria, implantada sobre a margem norte (como Mérida) do Alagón, esta cidade ainda em meados no século VII era sede episcopal; de aqui facilmente poderia negociar com o Norte cristão, regressar eventualmente à sua capital, mas também intervir em outros pontos do Ġarb . com acesso a partir de Coria _ como a região de Egítania - por vias antigas⁸³⁴ e não estaria longe de uma Toledo frequentemente revoltada contra as pressões fiscais de Córdova. Além, do mais, Coria tinha um perímetro amuralhado sólido, herdado do período romano - da antiga *Civitas Cauriensis*, que ainda hoje exhibe - com torres quadrangulares graníticas à semelhança de Mérida, perímetro que certamente não foi negligenciado e onde um rebelde, com experiência como a sua, poderia resistir, prosperar e conseguir negociar, caso fosse assediado.

Não seria impossível que a ocupação rebelde de Coria frente a uma Mérida omíada propiciasse uma ocupação militar de outros locais com interesse estratégico e que fizessem eventualmente parte de uma sistema de defesa avançada de Mérida frente a Coria. Um dos locais que faria sentido ter, então, recebido obras de defesa era Cáceres; apesar de ter recebido obra de fortificação em época almóada - ainda hoje marcantes -, são ainda visíveis e identificáveis estruturas defensivas antero-

832. Usamah ibn-Munqidh transmite uma história que lhe fora contada a propósito de um guerreiro capaz de matar leão mas que acaba morto por um escorpião - cf. ibn-Munqidh, Usamah, *An Arab-Syrian Gentleman and warrior in the period of the Crusades: Memoirs of Usamah ibn-Munqidh (Kitab al-I'tibar)*, trad. de Philip K. Hitti, Columbia University, New York, 2000 (1. ed., Columbia University Press, 1929), p. 139.

833. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 184; trad. p. 307.

834. A “via Caurium” ligava a cidade de Coria com Braga, passando por Cárquere. Sobre esta ligação veja-se A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Palas Ed., 1977, I, p. 19.

res, de fase islâmica, e cuja explicação ainda coloca dificuldades de justificação⁸³⁵; esta conjuntura pode, com reservas, ser uma das explicações para algumas dessas obras.

A Coria do pós-840 tem, em termos geo-estratégicos, um peso diferente daquele que Muhāğir *ibn* Sulaymān *ibn* Martīn poderia conhecer dos anos anteriores. Não se trata de uma simples cidade defendida a norte da velha Mérida. Esta cidade é o grande núcleo urbano e militarmente defendido que faz frente a uma Mérida que fora equipada com uma “alcáçova” - havia poucos anos, desde 835 - pelos agentes do poder omíada. Aceitar governar Coria significava também saber que esta cidade ficaria entalada entre asturianos e omíadas que já controlam o acesso a territórios a norte do Guadiana. Coria não é simplesmente uma cidade de *Fronteira*, como ela se entende hoje; é uma cidade onde algumas elites regionais pretendem manter-se autónomas em relação às pressões de Córdova e resistir às pressões provenientes das Astúrias.

(iii) Maḥmūd *ibn* ‘Abd al-Ġabbār - conclusão

A crer nos testemunhos das fontes de época islâmica, alguns rebeldes no século IX denotam grande capacidade de movimento e de resistência nesse mesmo movimento. Levam consigo aliados e seguidores, mas também família. O *Ġarb* parece ser um bom exemplo de como uma zona marginal é vantajosa para manifestações de rebeldia - com sucesso. Mas é também uma zona que, para além da dificuldade de o poder central poder controlar todos os movimentos, contém núcleos, alguns deles de cristãos e de *muwalladūn* que apoiam alguns rebeldes e junto de quem Maḥmūd procurou apoio. Parece, por outro lado, claro que o litoral, o *sāḥil* do *Ġarb* era mal controlado pelas forças afectas aos omíadas. O facto de terem sido incomodados só na zona de Lisboa mostra como aquela cidade portuária era uma excepção no panorama do *Ġarb* em termos de capacidade de resposta a inimigos do emirado omíada, nessa conjuntura.

Por outro lado, o facto de Maḥmūd surgir como conselheiro de edificações militares e até como construtor mostra não só prestígio das formas, dos conceitos e das técnicas provenientes do sul como torna necessário saber quais acerca dessas formas e técnicas de uma poliorcética que, em parte, pode já ser devedora de influências de origem mediterrânea que ainda não se conhecem bem. A permanência de Maḥmūd junto ao Douro para além de mostrar as capacidades dos berberes estabelecidos na zona emeritense de dialogarem com o norte cristão, revela a capacidade de adaptação desta gente de fronteira e de intervenção militar em áreas geográficas que, curiosamente, se cingem em grande medida, ao território da antiga Lusitânia.

835. Trabalhos recentes detectam fases pré-almóadas de época islâmica no recinto amuralhado de Cáceres. Fernando Valdés fala num recinto pré-almohade, de época omíada, que seria construído com silhares graníticos em “soga y tizón” (F. VALDÉS FERNÁNDEZ, “Urbanismo islámico en la Raya de Portugal”, *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid, 1999, (pp. 229-254), p. 239 - republicado em *En torno al Badajoz Islámico. Trabajos sueltos de arqueología andalusí*, Diputación Provincial, Badajoz, 2001); cf. idem, “El urbanismo islámico de la Extremadura leonesa: Cuatro pautas de desarrollo”, *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Magreb Occidental*, Madrid, 1998, (pp. 172-179), p. 173.

Samuel Márquez Bueno e P. Gurriarán, numa análise recente das muralhas de Cáceres (Márquez Bueno, Samuel & Gurriarán Daza, Pedro, “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 10.1, Univ. de Jaén, 2003, pp. 57-118) confirmam essa fase anterior e falam de “reforma islámica prealmohade” (p. 62) e identificam “defensas prealmohades, que a su vez aprovechan algo de otro anterior preislámico, se reforman las estructuras defensivas generales.” (p. 103); ver ainda, *ibidem*, pp. 61, 62, 69, 94, 102-103.

(b) As rebeliões em redor e para lá de Mérida

O desaparecimento de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār não significa o fim da instabilidade no Ġarb. As décadas seguintes serão marcadas pela continuação de revoltas em redor de Mérida e no litoral do Ġarb surgirão naves inesperadas. No caso de Mérida, uma família se irá destacar - os al-Ġillīqī. A primeira grande síntese sobre esta família deve-se a Francisco Codera que, em 1903, a publica numa revista da sua região de origem, reeditando-a em Madrid sem alterações, em 1917⁸³⁶. Francisco Codera insiste em informar que o seu trabalho só traz "noticias sueltas, y que nosotros no hemos de formar empeño en realcionar entre sí, hechos, que por hoy se nos presentan aislados; y en muchos casos no haremos más que dar la traducción del texto árabe correspondiente"⁸³⁷; apesar desta modéstia, o trabalho de Codera continua sendo um auxiliar fundamental para tentar ordenar e compreender os acontecimentos em causa. A importância desta recolha de informações feita por Codera foi tal que durante muitas décadas quase que se utilizaram unicamente os dados fornecidos por este estudo. Será Christophe Picard quem, reapreciando os dados conhecidos por Codera e interpretando as informações contidas na parte quinta do *Muqtabis* - entretanto publicado e traduzido⁸³⁸ -, irá apresentar novas hipóteses e, sobretudo, um novo quadro interpretativo sobre esta família em termos diacrónicos, colocando-as no contexto peninsular e salientando as realizações desta dinastia implantada na região. Porém, a publicação e tradução, mais recente, da parte do *Muqtabis* normalmente identificada como *II-1*, possibilita uma apreciação mais aprofundada destes acontecimentos e das suas repercussões políticas e militares. É o que se tentará fazer, nas próximas páginas.

É no quadro de uma Mérida que não parava de dar sinais de rebeldia e de um *al-Andalus* onde a desobediência em relação ao emir e ao poder emiral parecia endémica - com rebeldes localizados no Ġarb, no Ġarb mais atlântico ou extremo, mas também numa Toledo constantemente residente, em Tudmir / Murcia, em Valencia, ... -, numa fase em que se dão perdas territoriais nas faldas dos Pirinéus e com fracassos militares como a tentativa frustrada de recuperar Barcelona, que surgem em cena membros da dinastia dos al-Ġillīqī.

Para perceber o percurso do que virá a ser a dinastia mais importante a dominar no Ġarb ao longo do século IX e inícios do X, é necessário recuar até momentos anteriores à revolta liderada por Maḥmūd. De facto, a edição recente do *Muqtabis II-1* permite lançar novas hipóteses sobre esta revolta e alguns dos seus contornos. Diz Ibn Ḥayyān que no ano de 201 H / (Ag. 816- Jul. 817) a população de Mérida se subleva⁸³⁹; essa sublevação acarretou a morte do governador que então era

836. F. Codera, "Los Benimeruán en Mérida y Badajoz", *Estudios críticos de Historia árabe Española (Segunda serie)*, Madrid, 1917 (1ª ed., *Revista de Aragón*, 1903), pp. 1-74.

837. F. Codera, "Los Benimeruán en Mérida y Badajoz", *Estudios críticos de Historia árabe Española (Segunda serie)*, Madrid, 1917 (1ª ed., *Revista de Aragón*, 1903), (pp. 1-74), p. 4.

838. Ibn Ḥayyān de Córdoba, *Crónica del califa ‘Abdarrahmān III an-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*, tradução, notas e índices por Mi Jesús Viguera e Federico Corriente), Zaragoza, Anubar ed. / Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1981.

839. Codera dá esta informação a partir de de Ibn Sa‘id ("Los Benimeruán...", pp. 4-5) com muitas dúvidas, sobretudo porque se apercebe de que este Marwān al-Ġillīqī não poderia ser o membro principal desta família, o seu cōlho, conhecido como ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī. Parece claro que Ibn Sa‘id utilizou

‘Uqba ibn Abī l-’Ašmaṭ , morto às mãos de um tal Naṣr ibn Masrūr, tendo-se tornado *independentes*⁸⁴⁰. Mas, a crónica é muito clara: o dirigente a revolta, o líder dos rebeldes era Marwān ibn Yūnus al-Ġillīqī. E a revolta dá origem a uma campanha militar omíada chefiada desta vez por um outro filho do emir - o *infante* ‘Abd al-Raḥmān, e futuro emir.

A atitude revoltosa de Marwān ibn Yūnus al-Ġillīqī vai evoluir e, tal como antes tinha acontecido com outros destacados andalusī/s, Marwān ibn Yūnus al-Ġillīqī acabará por submeter-se ao poder cordovês e tornar-se-á - dada a sua proeminência e influência na região - governador da própria cidade de Mérida, posição que ocupa em 213 H. /828, ano em que, ironicamente, tombará ocupando uma posição e uma dignidade que antes contestara - a de governador de Mérida em nome dos omíadas⁸⁴¹. Porém, é de crer que, como uma posição de proeminência não se adquire com facilidade, não é de estranhar que a família al-Ġillīqī já se encontrasse associada de alguma maneira às revoltas emerirenses anteriores, se bem que então ainda não ocupasse posição cimeira na contestação, posição que só surgirá após o desaparecimento de Aṣḥab ibn Wānsūs, personagem a cujo círculo de relações deveria pertencer.

Se a revolta do ano de 201H. em Mérida tem grande repercussão, o que se passa em seguida no vale do Guadiana e no Ġarb em geral é ofuscado pelos trágicos acontecimentos da revolta do arralbate de Córdoba, no ano de 202 H.. De facto, não se trata já de movimentos de contestação nas zonas de fronteira ou zonas mais afastadas do vale do Guadalquivir, aquilo a que se assiste na própria capital emiral. Ibn Ḥayyān faz eco dos que sobre estes acontecimentos escreveram os al-Rāzī - Aḥmad ibn Muḥammad e ‘Isā ibn Aḥmad. Os relatos têm sido largamente transcritos e comentados pelos historiadores nas últimas décadas⁸⁴².

Esta revolta, pela sua dimensão, pela dureza da resposta do emir - a crueza da luta e das perseguições, as centenas de crucificados e a destruição, incêndio e arrasamento completo do bairro ou arrabalde de Saqunda - é uma das *imagens de marca* de al-Ḥakam I⁸⁴³.

Sem entrar pelos pormenores, convém recordar alguns dos possíveis reflexos na área do Ġarb.

Uma das medidas do emir foi que os revoltosos poupados à pena capital deveriam ser repartidos e dispersos "pelas comarcas vizinhas"; diz Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī que esses revoltosos poupados abandonaram Córdoba em massa e que espalharam por todas as direcções, "refugiándose

informações contidas no *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān.

840. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 103, trad. p. 55.

841. Makki e Corriente, in *Muqtabis II-1*, trad. p. 55, n. 89.

842. Vejam-se, entre outros, Lévi-Provençal, *España Musulmana*, vol. IV de *Historia de España*, pp. 108-111 A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I , também o referte; uma interpretação recente desses acontecimentos à luz de outras fontes pode encontrar-se em Ángel Custodio López y López, "El conde de los cristianos Rabī ben Teodulfo, exactor y jefe de la guardia palatina del emir al-Ḥakam I", *Al-Andalus - Magreb*, n. 7, 1999, pp. 169-184. A. Arjona Castro, A., *Córdoba en la historia de al-Andalus. Desarrollo, apogeo y ruina de la Córdoba omeya*, vol. I: *De la conquista al ‘nal del emirato omeya (711-929)*, 2. ed. Córdoba, 2006.

Trabalhos de Ch. Picard são base segura: cf. "Les Mozarabes dans l'Occident ibérique (VIIIe-XIIe siècles)" in *Revue des Études Islamiques*, LI, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1983, pp. 77-88.

843. A diversidade de versões- que coincidem quase todas nos mesmos acontecimentos- podem encontrar-se em Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 103-108, trad. p. 55-69.

en los confines de las marcas y más lejanas coras"⁸⁴⁴; sabe-se que alguns desses desterrados se dirigem para Toledo⁸⁴⁵ - já por si uma terra com tradições de rebeldia - mas não faltam ligações com o território no noroeste peninsular. De facto, sabe-se que Muhāġir ibn al-Qatīl, chefe dos revoltosos, chegou a estar refugiado em território da *Ġillīqiyya* com família e seguidores; Aḥmad al-Rāzī acrescenta que procurou "asilo entre los politeístas contra el sultán". Aliás, é de uma zona não especificada do território de *Ġillīqiyya* que ele vem para liderar a revolta em Córdoba, não sem ter tido entraves montados pelo governador - Ibrāhīm ibn Muzayyan, fiel ao emir - de Toledo⁸⁴⁶. A existência de cumplicidades com gentes da *Ġillīqiyya* não tem a ver com questões religiosas; aliás, sabe-se que os líderes que estão por detrás da contestação a al-Ḥakam I muitos deles se reuniam mas mesquitas secretamente à noite⁸⁴⁷ e alguns tinham estavam a par do ideário islâmico vindo do Oriente; o emir al-Ḥakam I se era criticado não o era pelo seu rigor religioso mas, precisamente, pelo contrário: tinham de o chamar para a oração e faziam-no em termos pouco elogiosos. Não seria até impossível que essas cumplicidades ou facilidades mantidas por Muhāġir ibn al-Qatīl com gente de *Ġillīqiyya* passasse por um dos pontos fundamentais da passagem dos que de Córdoba se pretendem dirigir para o Noroeste peninsular: a zona e a cidade de Mérida, até por que em Toledo Muhāġir ibn al-Qatīl tem problemas. Não seria pois de excluir a possibilidade de haver uma rede um teia de cumplicidades entre os descontentes de Córdoba com os (ou *alguns*) de Mérida onde, pelas facilidades de contacto com Coria e daí para norte para a zona de Astorga, ou pela grande ponte de *Al-Qantara* sobre o Tejo, houvesse também ligações com Coimbra, Viseu e a daí para as margens mais ocidentais do Douro e, eventualmente, até à zona bracarense⁸⁴⁸.

A escolha de uma fuga para Norte quando - deve lembrar-se - o ambiente de rebelião em Mérida

-
844. Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 103v, trad. p. 57.
845. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 104v, trad. p. 59. Sobre a dispersão dos revoltosos cf. igualmente Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 104v, trad. p. 59
846. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 106v, trad. p. 65.
847. Quem o diz é 'Īsā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 105, trad. p. 60.
848. Aḥmad b. Muḥammad ibn Kḥalaf al-Warrāq, citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 111, trad. p. 78. Esta revolta deve ser vista também no quadro da islamização do Mundo Mediterrâneo, islamização que não parece ser patrocinada pelo emir e que mostra, pelo percurso pelo curriculum de alguns dos seus cabeçelhas, ligações com a formação do direito e da jurisprudência islâmica em curso; e que não tem a ver exclusivamente com Córdoba, na medida em que, como se viu, mulheres berberes de Mérida vão tatar de assuntos religiosos a Meca. É uma revolta na capital mas que em termos ideológicos se prende com aspectos ideológicos que se vão difundindo na Bacia do Mediterrâneo e que aproveita uma governação desequilibrada com variados pontos de revolta / desobediência / descontentamento, de acordo com as possíveis interpretações.

Não é de estranhar que, quando quase não se ouve falar de cristãos em Córdoba as fontes façam eco do facto de que quem demoliu as casas do bairro de Saqunda foi o conde cristão Rabī (ibn Teodulfo), "governador de los ḍimmi/s y alcaide de la guardia especial de esclavos, conocidos como 'los mudos', al frente de los partidarios de los omeyas" (Fonte não especiada recolhida por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 106, trad. p. 63. Na nota 104 esclarece-se que no Muġrib (I, p. 39) eram chamados de *mudos* (al-*khurs*) três mil dos cavaleiros de origem escrava que, por serem estrangeiros, não a falavam a língua do país. Destes, cerca de 130 constituíam uma *guarda especial* (*khāssa*) muitos deles herdados do seu pai - o emir Hišām - e capturados em Narbona- Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 106v, trad. p. 64. Patricia Crone refere igualmente o episódio.) . Os °éis ao emir deveriam ser vistos como estrangeiros e/ou in°éis. Aliás, a conduta do emir deveria ser do conhecimento público e não havia quem escondesse que conhecia as suas tendências pouco modélicas. Um dos cronistas citados por Ibn Ḥayyān refere que havia que chmasse para a oração o emir gritando-lhe publicamente, do alto dos minaretes: "Á la oración, borracho!"

ainda não estava completamente debelado, leva a que se deva suspeitar que Mérida era zona de passagem para território da *Ġillīqiyya*; na velha cidade das margens do Guadiana deveria ser possível encontrar guias capazes de dirigir para Norte rebeldes em fuga das tropas de elite dos emires. Por detrás da revolta do arrabalde estão dois grandes alfaquíes, 'Isà ibn Dinār e Yaḥyà ibn Yaḥyà⁸⁴⁹, revoltadas contra imposições não canónicas. Essa condição de conduta piedosa por parte dos revoltosos é salientada numa *qasida* do poeta Ġirbīd ibn 'Abd Allāh, elegia em que, a certa altura, o poeta se pergunta:

"Quantos de vós ereis jejuadores, cumpridores,
leitores do texto transmitido pelo Profeta!"⁸⁵⁰

Mas se alguns dos revoltosos escolheram o caminho do Norte, muitos outros foram os que escolheram o caminho contrário, dirigindo-se para as margens do Mediterrâneo, seguindo destino diferente. As crónicas são claras quando dizem que foram estes cordobeses expulsos da sua terra natal por rebeldia que estão por detrás do florescimento da cidade de Fez⁸⁵¹, no Magrebe e ficou célebre a aventura colonizadora do grupo que zarpa das praias *andalusijs* e se dirige para o Oriente, conseguindo tomar desprevenida a cidade de Alexandria; cidade que só é abandonada depois de paga a saída, dirigindo-se os *andalusijs* para a ilha de Creta, que conquistam e onde se estabelecem⁸⁵².

Em tempos de al-Ḥakam I o *zalmedina* era ainda chamado de "prefeito dos *al-'aġam*", ou seja prefeito dos não-árabes, sinal de que a maioria da população de Córdoba era ainda constituída por não-muçulmanos⁸⁵³. Já Codera notara que não há referências a que o emir al-Ḥakam I tenha conseguido sufocar a rebelião de Mérida de 201 H. Os acontecimentos de Córdoba não o terão permitido e o emir que morre 5 anos depois parece não ter conseguido preparar nenhuma campanha contra Mérida, cidade gerida por elites locais, embora com etnias de origem dispar.

849. al-Ḥasan b. Muḥammad ibn Mufarriġ (al-Qubbašī) citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 109, trad. p. 72. Sobre al-Qubbašī veja-se Mayte PENELAS, "Ibn Mufarriy al-Qubbasi al-Hasan" in *Biblioteca de al-Andalus*, 4, 2006, pp. 210-213. Sobre Yaḥyà b. Yaḥyà veja-se M. Fierro, "El alfaquí beréber Yaḥyà b. Yaḥyà, 'el inteligente de al-Andalus'", *Estudios Onomásticos Biográcos sobre al-Andalus* (E.O.B.A.), VIII, 1997, pp. 269-344.

850. Ġirbīd ibn 'Abd Allāh, citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 112v, trad. p. 82. Apesar de elogiar os crentes cumpridores, Ġirbīd ibn 'Abd Allāh não deixava de ter fama de libertário - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 113v, trad. p. 84, n. 138. Trata-se de um poeta ligado a Toledo - cf. Maribel Fierro, "Mitos y realidades del Toledo islámico", *Tulaytula - Revista de la Asociación de Amigos del Toledo Islámico*, n. 12, 2005, (pp. 29-60), p. 40.

A área do arrabalde se Saqunda cará mais de um século desocupado depois da acção de al-Ḥakam I, só voltando a ter ocupação urbanística em tempos do terceiro califa omíada - Aḥmad b. Muḥammad ibn Khalaf al-Warrāq (?), citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 112, trad. p. 80.

851. al-Ḥasan b. Muḥammad ibn Mufarriġ (al-Qubbašī) citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 110, trad. p. 74; estes migrantes formaram a chamado bairro ou margem dos *andalusijs* - *Idwat al-Andalus*, por contraponto com a *Idwat al-Qayrawān*, cada uma com a sua mesquita própria, edifícios que ainda se conservam. Segundo al-Bakrī, outros *rebeldes* provenientes do al-Andalus instalaram-se em Siġilmāsa.

852. al-Ḥasan b. Muḥammad ibn Mufarriġ (al-Qubbašī) citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 110, trad. p. 74; A. Borges Coelho faz eco desta façanha, ampliando-a de forma interessante.

853. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 108v, trad. p. 70, n. 121.

‘Abd al-Raḥmān II, Abū l-Muṭarrif

‘Abd al-Raḥmān II, cuja *kunya* era Abū l-Muṭarrif, filho de **al-Hakam I**, será uma emir muito interessado por aspectos culturais e os seus biógrafos salientam sempre que enviou ao Oriente - mais propriamente ao Iraque - quem lhe pudesse trazer livros antigos. Convém esclarecer que esta busca é, uma vez mais, reflexo dos tempos que se viviam. O interesse pelas obras da Antiguidade, sobretudo por obras sobre temática variada de origem grega era comum na corte abbássida. Muitos são os autores que mostram como estes califas procuraram as obras dos gregos, sobre filosofia, medicina, astronomia.

Esse gosto, essa busca dos autores consagrados e debatidos nas grandes capitais do Oriente chegou depressa ao al-Andalus. São os migrantes que vêm do Oriente, são os *andalusijs* que vão ao Oriente em busca dos conhecimentos, em busca da Peregrinação ritual mas também da aprendizagem dos conhecimentos vários. E o dirigente do principal emirado rival da dinastia abbássida não pode ficar fora do patrocínio da divulgação, do estudo e comentários desses saberes. Ibn Ḥayyān cita a vinda de algumas das obras mais prestigiadas - obras que são compradas ou mandadas copiar - mas cita certamente só as mais importantes; diz, concretamente, depois de citar algumas obras concretas, que chegaram ao al-Andalus "obras de de filosofia e ciência, livros de medicina e **outros dos anti-gos (...)**" ⁸⁵⁴; algumas destas obras teriam chegado ainda em tempos de seu pai, que se alegrava com o interesse do futuro ‘Abd al-Raḥmān II pelos conhecimentos transmitidos⁸⁵⁵. A vontade de querer mostrar o início de uma nova fase da governança leva-o a tomar medidas populistas⁸⁵⁶, e coincide com a chegada dessas obras de referência, de orige oriental. Não seria, pois, de estranhar que tivessem também chegado - senão tratados - pelos menos algumas **obras, desenhos ou informações sobre obras públicas feitas no Oriente abbássida**. Esta hipótese da chegada de manuais ou obras de alguma forma relacionadas com a Arquitectura não é ideia original⁸⁵⁷;

Não deixa de ser curioso que ‘Abd al-Raḥmān II seja apontado como estudioso e interessado na vinda de obras sobre os mais variados saberes vindos do Oriente e, ao mesmo tempo, é um dos emires mais fortemente ligado a obras públicas no al-Andalus no século IX. De facto, Ibn Ḥayyān refere que, para além da chegada de inúmeros migrantes para o al-Andalus⁸⁵⁸, o emir manteve ligações diplomáticas com vários Estados e fez inúmeras obras públicas: "construíu alcáceres (*qaṣr*), fez obras, contruíu pontes, trouxe água doce até ao seu palácio / alcácer do cimo das montanhas (...)"⁸⁵⁹.

854. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 139v, trad. pp. 169-170.

855. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 139v, trad. p. 170.

856. Como parece ser o caso da destruição da hospedaria onde se vendia vinho, em Secunda / *Saqunda*(na margem esquerda do Guadalquivir), hospedaria ligada também ela - pelo vinho - aos cristãos e ao conde cristão Rabī que é mandado executar por ‘Abd al-Raḥmān II, pouco tempo depois de chegar ao poder - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 139v, trad. p. 170.

857. cf. Rafael Azuar Ruíz "Las técnicas constructivas en al-Andalus. El origen de la sillería y del hormigón de tapial", in *V Semana de Estudios Medievales* (Nájera 1994). Logroño, 1995, pp. 125-142; Juan Zozaya também o refere.

858. Não se esqueça que pouco tempo antes, muitos *marwānijs* - membros da família omíada - tinham entrado no al-Andalus - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 138v, trad. p. 165.

859. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140, trad. p. 171.

Esta é uma fase de construção - sobretudo, mas não exclusivamente em redor da bacia do Guadalquivir. Por outro lado, é uma fase de chegada de muita gente do Oriente, desejosa de mostrar possuir novas ideias, e possuir conhecimentos que resolvam algumas das necessidades do emirado⁸⁶⁰.

Lembrado como tendo criado um chafariz onde a população de Córdova se podia abastecer - pública e livremente - de água. Além disso, o seu nome está associado à criação do molhe / dique que foi construído nas margens do Guadalquivir e que não só evitava a subida descontrolada das águas fluviais, como fornecia uma agradável alameda para se passear; e, curiosamente, ficaram elementos que atestam a técnica construtiva utilizada: “pedras assentes com argamassa”⁸⁶¹; a obra foi supervisionada por Aḥmād al-‘Utbī. ‘Abd al-Raḥmān II, para além destas obras públicas - algumas delas sumptuosas (como as que fez em palácios, almoinhas e jardins) ficou conhecido pela introdução da pompa nas cerimónias oficiais⁸⁶² - a orientelização está em marcha no al-Andalus.

A acção construtora de ‘Abd al-Raḥmān II está também associada a uma importante ampliação da mesquita de Córdova, ampliação que teve uma ressonância enorme nas crónicas árabes que levou a que, então, se tivesse comparado a mesquita de Córdova a Meca⁸⁶³. À frente destas grandes obras - como a ampliação da mesquita de Córdova⁸⁶⁴ - encontram-se, no século IX, alguns dos mais influentes eunucos da *entourage* emiral, como os eunucos Naṣr e “o seu companheiro” Masrūr⁸⁶⁵. Ora, encontrar-se-ão igualmente alguns eunucos à frente de obras de carácter militar; é o que se passa no caso de Sevilla, cuja muralha foi supervisionada pelos mesmos eunucos, obra defensiva que foi acelerada, a que se deu prioridade quando se contruía a mesquita de Sevilha, dado o perigo que representavam os normandos ou *mağus*⁸⁶⁶; taal deve ter significado, eventualmente, um cuidado especial no acompanhamento da obra.

860. A chegada de inuências e produtos orientais está bem clara em Ibn Ḥayyān que explica o facto de o emir tirar vantagem do aparecimento no al-Andalus de mercadores que, face à pugnância por que então passava o califa abbássida (rivalidades e lutas entre os dois principais °lhos de Harūn al-Rašīd), procuraram paragens longínquas mas eventualmente mais sossegadas e proveitosas em termos comerciais. O aumento dos ingressos de impostos no Tesouro permitiu muitas destas obras e aquisições de obras orientais que vão deixar uma forte impronta no gosto, na cultura e na arte do al-Andalus. Veja-se Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 143-143v, trad. pp. 181-182.

861. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140, trad. p. 172; a tradução de Maḥmūd ‘Alī Makkī e de F. Corriente diz “pedras asentadas con mortero”.

862. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140, trad. p. 172.

863. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141, trad. p. 173.

864. Nesta primeira metade do século IX a capital do emirado está em crescimento e há referências às dificuldades de circulação em parte do seu tecido urbano - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141-141v, trad. p. 175.

As referências retiradas por Ibn Ḥayyān de Ibn al-Nazzām complicam o estudo da mesquita de Córdova, na medida em que este escritor diz - claramente - que a mesquita foi ampliada para os lados, o torna posteriores ao primeiro emir cordovês as portas que muitos consideraram, durante, muito tempo, como datando a sua construção eventualmente de época visogoda, portas que teriam sido mantidas por ‘Abd al-Raḥmān I - cf. Ibn al-Nazzām citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141v-142-, trad. pp. 175-176. Sobre a vida de Abū Bakr ‘Abd Allāh ibn al-Ḥakam ibn al-Nazzām cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, trad. p. 175, nota 364.

865. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141, trad. p. 174.

866. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141, trad. p. 174.

Aliás, este relato é importante, na medida em que se fala, pela primeira vez, na **construção**⁸⁶⁷ / **ver o que diz o texto árabe** de uma muralha em Sevilha, edificação que se tornou prioritária em comparação com a mesquita, acabando por se edificar ambas as construções. Porém, as fontes são parcas no que respeita à técnica de construção da muralha de Iṣbiliyya.

A construção de uma mesquita, construção de iniciativa emiral em Sevilha, teve reflexos em outras cidades do al-Andalus; o emirado tinha uma política de edificação de mesquitas nas cidades principais do emirado - nas capitais de Kūra, segundo um dos al-Rāzī⁸⁶⁸ -, política cujo grau de realização não se conhece com exactidão. Sabe-se que a construção de mesquitas era uma decisão piaa que até alguns esposos do emir punham em prática - sobretudo em Córdova; porém, o que interessa ressaltar é que, durante o período do governo de ‘Abd al-Raḥmān II, a *construção civil* atravessa uma fase próspera e que não faltam obras onde se formam novos mestres de obra, novos artesãos, onde se ensaiam técnicas construtivas eventualmente novas em solo ibérico - pondo em prática os últimos gritos da construção de margens mais orientais do Mediterrâneo e que se deve ter feito *escala* em muitas dessas obras, reutilizando materiais anteriores, mas também inovando em matéria de construção e de utilização de novas técnicas de construção.

Quando se diz deste emir - de ‘Abd al-Raḥmān II - que “escogió a personas capaces, dotadas, honradas y fiables, tanto cadíes, como gobernadores y otros servidores, a los que distribuyó autoridad según su categoría”⁸⁶⁹, tal afirmação, embora não refira claramente muitas actividades profissionais, pode aplicar-se aos que tiveram e exerceram actividades de responsabilidade na área da construção.

A reforçar a ideia de uma arquitectura protegida pelo emir e em processo de avanço tecnológico veja-se, para além da referência à reutilização de materiais antigos - agora reciclados em novas construções - a utilização de novas tecnologias. Diz al-Ṣabīnasī que este emir fez “fastuosos edificios y cumplidos alcázares, utilizando avanzada maquinaria y revolviendo todas las comarcas en busca de columnas (...)”⁸⁷⁰; construção que, em Córdova, passou pela edificação inovadora de uma *Casa do Ministério* - a *Bayt al-Wizāra*⁸⁷¹.

Em tempos de ‘Abd al-Raḥmān II parece que eram fáceis as facilidades para subir na vida, desde que se tivessem os “padrinhos” influentes no palácio; a alguns arrivistas é-lhes prometido um posto com responsabilidade e “uma alcaria” de que viverem⁸⁷². Para muitos *muwallad* a subida vertiginosa por parte dos que acabam de chegar ao al-Andalus e são protegidos pelos *mawlà/s* mais influentes deveria causar indignação.

867. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141, trad. p. 174.

868. *Apud* Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 142, trad. p. 177.

869. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 142v, trad. p. 178.

870. Mu‘awiya ibn Hiṣām al-Ṣabīnasī *Apud* Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 143v, trad. p. 182.

871. Este exemplo serve duas finalidades; mostra, por um lado que no período do governo de ‘Abd al-Raḥmān II se deu relevância à edificação de edifícios com as mais variadas funções e destinos; por outro, põe em evidência a grande semelhança que há entre o al-Andalus e os reinos cristãos que se lhe seguem, ao utilizar a designação - simples - de *Casa* para edifícios com funções ou atribuições muito específicas - no caso do Reino de Portugal, muitos séculos mais tarde a tradução desta designação plasmar-se-á em instituições como, por exemplo, a *Casa da Mina* ou a *Casa da Índia*.

872. cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 143v, trad. pp. 184.

O emir ‘Abd al-Raḥmān II depositou grande confiança nos escravos “estrangeiros” que antes pertenceraam ao seu pai e nos quais os seus irmãos tinham uma participação - como herdeiros *também* desses escravos; diz Ibn Ḥayyān (a partir de al-Rāzī) que eram “cinco mil, de ellos tres mil caballeros montados a los que había acantonado con sus monturas, en servicio permanente a su puerta, en los aposentos frente a la puerta del Alcázar que da al malecón de la ribera, los llamados “mudos”⁸⁷³, a causa de su lenguaje extranjero, y dos mil peones a los que tuvo estacionados ante las puertas y portillos del Alcázar, aún no manumitidos, llamados en uso corriente *los comprados*”⁸⁷⁴. O emir irá comprar a participação de seus irmãos nestes homens e irá dar-lhe manumissão.

Para além do alto interesse desta descrição, sobretudo no que respeita a informações sobre a vontade do emir em controlar inteiramente uma força de elite - cujos números e componentes se conhecem agora com pormenor, o mais interessante no que respeita ao Ġarb - onde algumas destas tropas irão intervir - é que os elementos desta tropa não eram “árabes” ou “berberes”, mas sim tropas de origem estrangeira, com idiomas exteriores ao universo *andalusī* ou se se quiser, ibérico (pelo menos, alguns deles); eram tropas de elite, mas começaram por ser escravos de elite, escravos militares que serviam a pé mas que, em dois terços dos casos, serviam a cavalo: eram, de facto, “slaves on horses”.

A escolha desta qualificação não é inocente. De facto, parece que a existência de escravos montados - traduzindo a feliz expressão de **Patricia Crone**⁸⁷⁵ - que é detectada em territórios orientais do Mundo Islâmico, fez igualmente a sua aparição no al-Andalus. P. Crone data dos inícios do século IX o aparecimento do fenómeno mameluco / *mamluk* no ocidente do Mundo Islâmico⁸⁷⁶; detecta o fenómeno primeiro no Norte de África, no seio da dinastia aglábida; “first in Ibrāhīm b. al-Aghlab’s North Africa and next in Ḥakam’s Spain”⁸⁷⁷.

Muitas vezes não é referida a religião destas tropas; tal parece não interessar sobremaneira a alguns cronistas, possivelmente para não deixar mal visto o soberano dado que, sabe-se, muitas das tropas eram de oribem cristã; o próprio conde Rabī‘ ibn Teodulfo fornecia a al-Ḥakam I tropas de origem cristã, muitos deles de origem galaica, franca ou eslava⁸⁷⁸. E a origem cristã de muitos destes escravos cavaleiros não se ficará pelo século IX, na medida em que se sabe Ibn Abī ‘Amīr, o conhecido Almançor, terá igualmente cristãos ao seu serviço e que o mesmo acontecerá com os Almorávidas (com figuras como Reverter)⁸⁷⁹.

873. No original, الخرس.

874. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 144v, trad. p. 185.

875. Patricia Crone, *Slaves on Horses: The evolution of the Islamic polity*, 1. ed. Cambridge Univ. Press, 1980 (1. paperback ed., Cambridge Univ. Press, 2003).

876. *Mamluk*, de onde o português Mameluco, é designação aplicada aos escravos de origem não africana. Cf. “Mamlūk”, *E. I. 2*, (P. M. Holt) vol. 6 s.v.

877. Patricia Crone, *Slaves on Horses: The evolution of the Islamic polity*, Cambridge Univ. Press, 1980, p. 75. Esta situação já é referida por Lévi-Provençal, autor em que P. Crone se baseia. Cf. E. Lévi-Provençal, *H. E. M.*, vol. III, 71 e segs.; ibidem vol. I, p. 129; refere-se igualmente a existência de escravos soldados ao serviço de ‘Abd al-Raḥmān I; mas Crone diz que é somente que al-Ḥakam I que tem um *dīwān* em que estes soldados estão enrolados.

878. cf. P. Crone, *Slaves...* p. 261, nota 623. Ver igualmente, Lévi-Provençal, *H. E. M.*, III, p. 73 -

879. P. Crone, *Slaves...* p. 261, nota 623.

Pode de algumas forma considerar-se que está-se perante **uma espécie de Legião Estrangeira**, dedicada, fiel, operacional, próxima e dedicada ao comandante máximo do emirado, mas também ela, pela falta de ligação às classes populares da capital e de outros pontos do al-Andalus, deve ter sido vista sempre como um corpo estranho, como uma força temida, distante e mal-amada.

Participou o emir ‘Abd al-Raḥmān II pessoalmente em campanhas contra territórios ocidentais e setentrionais; numa expedição contra território da Ġillīqiyya, expedição longa em que sentiu falta das suas muitas mulheres, um dos poetas que refere a dita campanha não se esquece de referir os “ardores do meio-dia”, o calor infernal que se fazia sentir - em período estival - nessas zonas onde o emir andou “arrancando la cruz” por sítios de povoamento cristão⁸⁸⁰. O emir, apreciador do sexo oposto, famoso por ter tido várias dezenas de filhos, não levava nenhuma das suas mulheres nestas campanhas⁸⁸¹.

É com ‘Abd al-Raḥmān II que entra no al-Andalus o célebre cantor, músico e conselheiro de modas, Ziryāb (de seu nome *próprio* ‘Alī ibn Nāfi’, antigo cliente do califa abbássida Muḥammad al-Mahdī) acabado de chegar do Oriente⁸⁸². e não faltam referências poéticas no *dīwān*, ao “registo de dádivas”⁸⁸³.

No século IX não faltavam especialistas em agrimensura, alguns dos quais deveriam ser utilizados também para delinear espaços fortificados. Ibn Ḥayyān refere que ‘Abd al-Raḥmān II tinha vários a trabalhas nas suas propriedades, um dos quais era o célebre Muḥammad ibn Faraġ, “conhecido como al-Raššāš, inventor do cōvado utilizado até hoje em agrimensura (...)”⁸⁸⁴ - é certamente o divulgador do cōvado Raššāšiy⁸⁸⁵.

No século IX há alguma poesia em que se vislumbram sinais da entrada do conceito de *ġihād*; o poeta Ibn Bakr, conhecido como al-Naḍl (“o objecto”) diz logo no início de uma composição poética que inclui um panegírico de ‘Abd al-Raḥmān II:

“Como esperam os politeístas sobreviver,
quando o *imām* está decidido a fazer “guerra santa”,
e levamos correios por todas os horizontes

880. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 145v, trad. p. 188.

881. Sobre a importância das mulheres na vida de ‘Abd al-Raḥmān II cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 145-147, trad. p. 187-193.

882. É extensa a informação dada sobre este autor que Ibn Ḥayyān fornece - cf. *Muqtabis II-1*, . 147v-154v, trad. p. 193-215. Sobre o seu nome veja-se, especificamente, Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 147v, trad. p. 194; Ziryāb era apodo popular devido à coloração escura da sua pele - cf. R. Dozy, *Supplément... I*, s.v. زرياب.(p. 590).

883. - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 157v, trad. p. 226. **Navegava-se entre Sevilha e Córdoba no séc. IX** - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 158, trad. p. 228. (emir Muḥammad vigia a construção de um tramo da muralha de Córdoba - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 165v; trad. p. 249.

884. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 167v; trad. p. 253.

885. cf. J. Vallvé Bermejo, “El codo en la España musulmana”, *Al-Andalus*, 41, 1976, pp. 8-9.

Fortificação, guerra e poderes no *Ġarb al-Andalus*
mensagem de mobilização e de marcha?”⁸⁸⁶

E, mais adiante, faz referência à fuga das populações rebeldes e cristãs do Norte para as zonas montanhosas e escarpadas:

“Se tivesse partido o califa, já teriam galopado,
evacuando a região em fuga,
fugitivos, buscando da morte
o seu asilo na lonjura distante”⁸⁸⁷

A descrição da alcáçova de Tortosa⁸⁸⁸ - cidade que pela posição que ocupa parece uma espécie de Alcácer (*Qaṣr Abū Dānis*) do Leste peninsular, pela sua localização pela sua proximidade mas também resguardo em relação ao mar, pela sua riqueza em amdeira e pela construção naval - mostra de que forma se valorizou e aproveitaram as construções antigas.

Não eram só os rebeldes em fuga ou as populações berberes - consideradas normalmente menos sofisticadas em termos de técnicas de construção ou, pelo menos, com referentes culturais menos eruditos - que tiravam partido das pré-existências; mesmo os omíadas, mesmo a dinastia oficial aproveitava obras antigas.

‘Abd al-Raḥmān II - instabilidade no Ġarb

Em 208 H o emir ‘Abd al-Raḥmān II faz uma campanha contra Álava e “os Castelos” (Castela); já no ano seguinte, há uma campanha estival contra Oreto, Santaver e Tudmir; em 210 H. uma campanha que visa destruir Iyyuh, na kūra de Tudmir (zona da actual Murcia)⁸⁸⁹.

É num contexto de divisão que grassa pelo al-Andalus, de sublevações constantes que têm lugar acontecimentos que envolvem o que muitas vezes se descreve como “desobediência” e que originará campanhas sucessivas contra alvos diferentes no Ġarb. Esses acontecimentos são reportados

886. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 167v; trad. p. 255.

887. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 167v; trad. p. 255.

888. Alcáçova de Tortosa era usada como prisão e local de deportação para os que caíam em desgraça, no século IX - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 172v; trad. p. 269. (O autor al-Maqqarī , *Naḥḥ al-Ṭīb*, I, pp. 586-587 e al-Ḥimyarī, *Rawḍ...*, pp. 124-125; trad. n. 115, pp. 151-152 referem esta alcáçova). Um bom exemplo desse aproveitamento está na descrição da alcáçova ?? de Tortosa - cf. al-Ḥimyarī, *Rawḍ...*, p. 124; trad. n. 115, p. 151.

889. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 176v-177; trad. p. 282-285.

detalhe na parte do al-*Muqtabis* publicada mais recentemente, o chamado *Muqtabis II-1*⁸⁹⁰. A sequência cronológica dos acontecimentos ajuda a perceber a sua relevância e incidência.

Ainda em 210 H (Abril de 825 a Abril de 826) o *qā'id* Farağ ibn Masarra⁸⁹¹ atacou e conquistou o castelo de al-Qulay'a⁸⁹²; conquista que foi seguida pelo envio de um lugar-tenente deste Farağ ibn Masarra - de seu nome 'Abbas ibn 'Abd Allāh al-Quarašī⁸⁹³ - que, com outro exército, se dirige com outro exército contra Viseu⁸⁹⁴, ao mesmo tempo que o irmão deste último - Mālik ibn 'Abd Allāh⁸⁹⁵ - se dirige com um terceiro contingente para atacar a cidade de Coimbra; a reunião dos exércitos dos dois irmãos foi impedida por uma contrariedade não especificada, mas ultrapassada e tudo teria tido lugar no espaço de um mês⁸⁹⁶. estas campanhas coincidem em grande medida com as acções contra Maḥmad em Mérida e não deixa de ser curioso ver o mesmo Maḥmad, inimigo dos tropas emirais, a organizar miliarmente alguns espaços a sul do Douro, alguns anos depois.

890. 'Abd al-Raḥmān II - o tio do pai que °cara em Valencia - 'Abd Allāh ibn 'Abd al-Raḥmān, o "valenciano" - reclamou a Kūra de Tudmir e as suas rendas, os seus rendimentos; ocupou-a e tornou-se "rebelde" - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 173-173v; trad. p. 271. A rebeldia parece ter sempre muito a ver com rendimentos.

O conde cristão Rabī° é apresentado como responsável pelo governo dos cristãos de Córdoba, "mayordomo" do emir al-Ḥakam I e como indivíduo que fazia mal a "creyentes y dīmīes", mal esse que passava pela introdução de "tributos antigos" (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 174; trad. p. 273.) o que, para além de mostrar o peso que este conde cristão tinha em Córdoba, mostra igualmente que o direito islâmico ainda não tinha ocupado - até ao início do governo de 'Abd al-Raḥmān II - o espaço que vai ocupar e que, em princípio, não agradará só a muçulmanos.

Os Rustâmidas de Tāhart (*Khariğitas* ibaditas) têm relações de proximidade e diplomáticas com o al-Andalus - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 174-174v; trad. p. 274.

891. Há um Farağ ibn Masarra (Maysara) ibn Sālim, em inícios do século IX, de origem berbere, ligado ao Banū I-Farağ, que teria conquistado um castelo chamado al-Qal'a, mas que seria no Norte de África - cf. Helena de Felipe, *Identidad y onomástica de los bereberes de Al-Andalus*, Madrid, C.S.I.C., 1997, p. 123.

892. *Al-Qulay'a* - القُلَيْعة - é um diminutivo de *al-Qal'a* - القَلْعَة -, "a forti°cação"; ou seja, poder-se-á traduzir por *castelinho, forti°caçãozinha*... Está na origem do topónimo Alcolea, topónimo frequente em Castela; pode citar-se a título de exemplo uma Alcolea del Tajo, na província de Toledo. Porém, não está ausente de Portugal, onde existe uma **Alcoleia, no concelho de Santiago de Cacém, na feguesia de S. Francisco ... da Serra (parece ser a mesma que surge em Santa Cruz, a norte de Santiago do Cacém - de qualquer das formas este topónimo - alcoleia - está numa linha de cumeada que controla o oceano Atlântico e liga visualmente com Santiago do Cacém - cf. CMP. folha 505. Porém, dada a descrição que faz Ibn Ḥayyān, não seria de estranhar que fosse uma forti°cação de dimensão não muito grande mas no sector do Ġarb a norte da linha do Tejo.**

893. O seu nome, sem a *nisba*, era 'Abbas ibn 'Abd Allāh ibn 'Abd al-Malik ibn 'Umar ibn Mawān ibn al-Ḥakam al-Marwānī - um *marwānida*, logo - e, segundo informam os editores do *Muqtabis II-1* foi *qā'id* mas também vizir / *wazīr* dos emires Hišām I e al-Ḥakam I, não deixando de servir 'Abd al-Raḥmān II - *Muqtabis II-1*, trad. p. 285, nota 593.

894. No original aparece deturpado, como "māz.r" - مازر ; deveria estar بازو , engano não difícil de explicar. Veja-se a edição do texto em árabe do *Muqtabis II-1*: *Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, (Makki, Maḥmūd 'Ali, ed.), Al-Riyad (Riade), Markaz al-Malik Faysal li-l-Buhut wa-l-Dirasat al-Islamiyya, 1424 H., [2003], p. ٤٢٧.

895. Este Mālik ibn 'Abd Allāh é referido na *Ġamhara* de Ibn Ḥazm (p. 108), e alguns dos seus descendentes terão relevância militar em outras paragens do al-Andalus - cf. *Muqtabis II-1*, trad. p. 285, nota 593.

896. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 177-177v; trad. p. 285. Valerá a pena traduzir este parágrafo para Língua portuguesa.

Estas campanhas, articuladas umas com as outras, colocam alguns outros problemas. Por um lado, Ibn 'Idārī fala de *ḥiṣn al-qal'a* - حصن القلعة - , sem mais detalhes na localização⁸⁹⁷; Lévi-Provençal faz a sua interpretação, certamente a partir dos dados de Ibn 'Idārī , e diz que Farağ ibn Masarra toma um castelo de Alcolea “dont l'identification n'est pas possible en l'absence de précisions sur la région attaquée”, mas que Lévi-Provençal coloca em território asturiano⁸⁹⁸, no ano de 210 H que, pelas precisões do mês - meados de mês de Ramadão - coincidem com Dezembro de 825, como Lévi-Provençal não deixou de observar.

Ora, embora não deixe de haver campanhas invernais, é muito estranho que esta tivesse acontecido nesta altura do ano; não sendo impossível, como já se disse, há a considerar tratar-se de uma campanha urgente, o que mostra o grau de preocupação que algumas zonas setentrionais - eventualmente no Ġarb - poderiam colocar à administração de 'Abd al-Raḥmān II.

A eventualidade de esta campanha ter tido lugar no Ġarb coloca-se na medida em que as fontes - e sobretudo a precisa e fiável parte II-1 do *Muqtabis* - a colocam estreitamente ligada às operações militares levadas a cabo pelas tropas emirais contra Viseu e Coimbra, operações levadas a cabo - como se disse - por 'Abbas ibn 'Abd Allāh al-Quaraṣī e seu irmão Mālik ibn 'Abd Allāh (certamente também al-Quaraṣī), ambos subalternos/colaboradores do *qā'id* Farağ ibn Masarra.

Ora, os dados fornecidos pelos geógrafos podem ajudar a - no mínimo - clarificar a geografia desta acção militar. Yāqūt al-Ḥamawī⁸⁹⁹ refere no seu *Mu'ğam al-Buldān* que entre as fortificações que se encontram na circunscrição de Badajoz está “ Kalā ”⁹⁰⁰. Não se sabe precisar o local de implantação desta fortificação - dentro da circunscrição de Badajoz - nem se pode garantir que a *Al-Qulay'a* ou *al-Qal'a* referida no século IX seja o mesmo local sobre o qual escreve Yāqūt al-Ḥamawī ; porém, dada a semelhança com uma localidade da zona de Badajoz, não é impossível que se trate do mesmo local e que a *Al-Qulay'a* ou *al-Qal'a* referida nas crónicas se implantasse a sul da serra de Gata.

A situação está tensa, portanto, entre Douro e Mondego na viragem para o segundo quartel do século IX, ou seja, em época do reinado de Ordonho I. Mas a tensão, nessa conjuntura, espalha-se já por outras paragens do Ġarb, mais a sul, no vale do Guadiana.

897. Ibn 'Idārī, *Bayān* II, p. 85 do original, p. 82 da edição; Ibn 'Idārī não aplica o diminutivo, contrariamente ao que surge no *Muqtabis* II-1.

898. Lévi-Provençal, *H.E.M.*, I, p. 204.

899. Autor oriental, natural de Ḥama (junto ao rio Orontes (ou *Naḥr al-'Āṣī*) , na Síria, também conhecido como Yāqūt al-Ḥamawī al-Rūmī (ياقوت الحموي الرومي) por, antes de ser tomado como escravo, ter tido uma eventual origem familiar bizantina (574 da H./1179 - 626 H. /1229); foi levado para Bagdad, onde teve uma formação intelectual profunda. É o autor do *Mu'ğam al-Buldān*, uma obra essencialmente geográfica e do *Mu'ğam al-'Udābā'* (معجم البلدان), uma biografia de Homens Sábios. Deverá ver-se o artigo de António Rei, “O Ġarb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yāqūt al-Ḥamawī e Ibn Sa'īd al-Maghribī ”, *Medievalista on line*, ano 1, n. 1, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2005, pp. 1-22 (disponível em www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista).

900. Yāqūt al-Ḥamawī, *Mu'ğam al-Buldān*, IV, p. 875 apud Juan Antonio Pacheco Paniagua, *Extremadura en los Geógrafos Árabes*, Dip. Provincial de Badajoz, 1991, pp. 35, 62 e 70.

A batalha de Umm Sirġīn

‘Abd Allāh ibn Kulayb ibn Ta‘laba al-Ġudāmī sai, em 211 H (Abril de 826 a Abril de 827) em campanha contra os “berberes de Mérida”⁹⁰¹, entrando **na zona de Coria**”⁹⁰² - **ver o texto árabe**. Segundo reza o *Muqtabis*, assim que as tropas emirais chegam a Umm Sirġīn foram atacados por Lubd ibn *Kh*ālīd junto com os “seus berberes”. Esta informação é de extrema relevância na medida em que espelha algumas das realidades do Ġarb al-Andalus, sobretudo a Norte do Guadiana, para além de fazer referência a personagens e linhagens que se vão revelar importantes na região, como é e será o caso dos *al-Ġillīqī*.

O local chamado de Umm Sirġīn, que geograficamente deveria estar algures entre Mérida e Coria (sem estar implantado obrigatoriamente no meio de uma linha recta entre estas duas localidades) continua por identificar. Como os editores do *Muqtabis II-1* assinalam, a estrutura do nome denota característica habituais em nomes de tipo berbere⁹⁰³; o nome apresenta duas componentes, uma constituída pela palavra Umm⁹⁰⁴, sinal da persistência de estruturas matriarcais comuns em grupos berberes / Amazight e habitual em outras designações, como *Umm Ġazāla* e *Umm Ġa‘far*, que estarão na origem dos topónimos, respectivamente, de Magacela e Mojáfar⁹⁰⁵.

Esta referência, por outro lado, denota a força que alguns grupos berberes possuíam a norte de Mérida em inícios do século IX. A vitória conseguida parece resultar não só da sua força militar - em que a cavalaria deveria jogar um papel importante - mas também o profundo conhecimento que deveriam ter do território.

Por outro lado, entre os que tomaram nesta batalha contam-se não só elementos das tropas provenientes de Córdoba mas igualmente tropas provenientes das gentes de Mérida, também estas - depreende-se - desejosas de afastar o domínio berbere que ameaçava a velha capital do Guadiana a partir do Norte; o território em redor de Coria e passagem para norte, através da Serra de Gata, deveria estar nas mãos dos berberes ligados a Lubd ibn *Kh*ālīd. Entre os que tomaram, o *Muqtabis* faz referência a “mais de trinta dos seus melhores homens”, ou seja, a algumas dezenas de bons cavaleiros do contingente do *qā‘id qurtūbī* ‘Abd Allāh ibn Kulayb ibn Ta‘laba al-Ġudāmī mas também ‘Ubayd Allāh ibn ‘Amr al-Šūfī e Marwān al-Ġillīqī.

A referência à morte de Marwān al-Ġillīqī nesta batalha é de enorme importância. Este Marwān al-Ġillīqī fora governador da cidade de Mérida durante o período do emirado de ‘Abd al-Raḥmān II. Até à publicação desta parte do *Muqtabis* considerava-se que Marwān al-Ġillīqī - ou Marwan ibn Yūnus al-Ġillīqī⁹⁰⁶ - teria sido morto em Mérida, fruto de revoltas internas na cidade do Guadiana

901. بربير اهل ماردة - como refere o original (*Muqtabis II-1: Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurtūbī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢١).

902. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 177v; trad. p. 285. O texto refere “على قورية” - *Al-sifr al-tānī*, p. ٤٢١.

903. cf. *Muqtabis II-1*, p. 286, n. 595.

904. *Umm*, signiªca mãe em língua árabe - raiz امّ.

905. Assim, seria de esperar que eventualmente tivesse havido um topónimo semelhante a Massargim, Moçargim... Apesar das buscas em caretograªa do Alto Alentejo, Beira Baixa e da actual Extremadura espanhola, o autor desta dissertação tampouco encontrou ainda um local que pudesse eventualmente corresponder a este *Umm Sirġīn*.

906. Os editores do *Muqtabis II-1* consideram um erro a designação que surge nesta parte do manuscrito do *Muqtabis*; consideram correcta - em termos onomásticos - a designação de Marwan ibn Yūnus; como a família e os seus descendentes virão a ser conhecidos pela sua *Nisba*, al-Ġillīqī, que remete para território da

e que teria sido assassinado na qualidade de governador da cidade por revoltosos, no ano de 213 H (Março de 828 a Março de 829)⁹⁰⁷ -

Desconhecem-se números das tropas envolvidas; a referência à perda de “mais de trinta dos seus melhores homens”, significa que a derrota das tropas fiéis ao emir deve ter sido maior em número absoluto de homens e que os resultados foram nulos: É de presumir que o desastre se tenha dado em campo aberto ou através da montagem de emboscadas, pois não se refere o cerco, demorado ou não, de uma cidade ou fortificação dos revoltosos.

Esta vitória dos berberes na zona de Coria e a morte de do governador da cidade de Mérida e deve ter conduzido, por reflexo a distúrbios que se vieram a agudizar nos meses seguintes. Nestes finais da década de vinte do século IX o poder efectivo do emirado não ia muito acima da linha do Guadiana e eram, então, grupos berberes que controlavam o território a norte de Mérida e faziam de *interface* com os cristãos das Astúrias. A perda de controle - por parte do poder emiral - sobre a cidade de Mérida, vai ter como resposta o envio de tropas, já no ano civil de 214 H.⁹⁰⁸

Têm lugar, de facto, em 214 H. acontecimentos de grande importância na cidade de *Mārida*, acontecimentos esses que não deixarão de ter com reflexos claros e directos em todo o Ġarb. Os “**moradores**”⁹⁰⁹ da cidade de Mérida haviam-se revoltado ou sublevado. Os dados fornecidos por Ibn Ḥayyān são escassos mas é possível ir mais além da simples repetição dos factos.

A acreditar nas palavras de Ibn Ḥayyān, quem se revoltou foram os “**habitantes**” - não há uma caracterização negativa de tipo confessional; não se diz que são os berberes ou os cristãos de Mérida que se revoltam, o que leva a pensar em revolta contra o governador ou contra as medidas introduzidas após o desaparecimento em combate de Marwan ibn Yūnus.

Gallæcia; o mesmo indivíduo é por vezes identificado com uma segunda *nisba* que remete para o local de residência: *al-Marīdī*, o “emeritense”.

Sobre a *nisba* e outros componentes dos nomes árabes veja-se, entre cada vez mais trabalhos que tratam o tema com profundidade, Annemarie Schimmel, *Islamic Names*, Edinburgh University Press, 1989, pp. 10-12.

907. Esta afirmação tem sido feita desde a publicação, há muitas décadas da obra de Lévi-Provençal que, quando a escreveu, desconhecia o volume designado como *Muqtabis II-1*; cf. E. Lévi-Provençal, *H.E.M.*, vol. I, pp. 208 e 295-296; veja-se também a edição espanhola. Parece haver uma menção a esta campanha em *Muqtabis II-2* (n. 595, p. 642) - Referência a este alcaide - ‘Abd Allāh ibn Kulayb ibn Ta‘laba al-Ġudāmī - ver tb. *Muqtabis II-2* (pp. 1, 3 e n. 2, p. 406); pertence a uma família que deu vários *al-qā'id/s* e até vizires. Ch. Picard é um dos autores que, nas últimas décadas mais relevo tem dado aos acontecimentos relacionados com esta personagem e a sua família.

908. A revolta tem lugar devido à morte do governador Marwan ibn Yūnus e reacção militar de Córdoba, que deve ter tentado eventualmente controlar a situação por outros meios, só terá lugar em 214H - o que explica que algumas fontes coloquem no mesmo ano a morte do governador e a campanha militar que parte de Córdoba. Embora não haja uma coordenação ou ligação directa entre várias revoltas, deve referir-se que o levantamento de Mérida que terá reacção emiral em 214 H. era acompanhado por uma outra revolta que larvava em Toledo por essa mesma altura, ultrapassando o ano de 214 H; Ibn Ḥayyān refere um ambiente de revolta em 214 H - revolta liderada por um artesão forjador (ferreiro que antes estivera em Córdoba (possivelmente a trabalhar em algumas das muitas obras levadas a cabo durante o governo de ‘Abd al-Raḥmān II) que dissemina a revolta em redor de Toledo, em 216 é nomeado um novo governador par Toledo, mas a situação está outra vez extremamente tensa em 219H - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178-179; trad. p. 287-289. É importante referir este aspecto na medida em que se sabe que os territórios entre Coria e Toledo estão relativamente próximos e têm facilidades de comunicação.

909. Ibn Ḥayyān designa os moradores de Mérida como “الاهل”, também passível de ser traduzido por “gente” - *Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurtubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢٣).

Os líderes ou dirigentes assumidos da revolta dos emeritenses são conhecidos: trata-se de Maḥmūd ibn al-Ġabbār e de Sulaymān ibn Martin; Ibn Ḥayyān nomeia-os sem nada acrescentar que os qualifique; mas, quanto ao desaparecido Marwan ibn Yūnus, diz que era o “chefe” - *ra’is-hum* - dos *marīdī*⁹¹⁰.

Segundo Ibn Ḥayyān o emir teria ido em pessoa contra Mérida mas não conseguira tomar a cidade dada a “inexpugnabilidade da sua fortaleza”⁹¹¹. Esta descrição merece algumas observações; por um lado, qualquer que fosse o estado geral das fortificações das várias cidades do Ġarb, o perímetro da muralha da Mérida baixo-imperial mantinha-se em bom estado de conservação e conseguia sustentar as tropas emirais; por outro lado, deve interpretar-se a ausência de referências ao uso de almajaneques, uso muitas vezes referido em outras ocasiões.

De facto, se não se faz referência a essas máquinas de guerra, deve ser por elas não terem sido usadas e isso pode ficar a dever-se a várias razões. Ou o emir acreditou que a sua presença seria suficiente para conseguir controlar a situação, ou as máquinas de guerra não foram levadas até Mérida, por a campanha ter sido, eventualmente, organizada de forma apressada. Mas pode ter a ver com um outro factor fundamental: a existência do rio, de um Guadiana largo, difícil de transpor e que as tropas emirais não terão conseguido atravessar e, dessa forma, colocar os almajaneques a uma distância tal que permitisse retirar eficácia da sua acção. É de crer que, pelo menos nas primeiras vezes, as tropas provenientes de Córdoba não tenham conseguido franquear a grande barreira natural que era o Guadiana, cuja uma grande ponte era - então - controlada pelos ocupantes do interior da cidade.

Restou às tropas emirais pôr em prática acções de retaliação comuns, usuais e antigas: destruir as terras de sementeira e arrasar todos os recursos naturais possíveis de forma a tentar vergar, nesse ano de 214 H⁹¹², uma cidade insurrecta.

A campanha de 214 H (Março de 829 a Fevereiro de 830) foi, militarmente, um fracasso, e o emir prepara uma campanha para o ano seguinte. A campanha de **215 (Fevereiro de 830 a Fevereiro de 831)** parece ter sido preparada com outro cuidado; o *Muqtabis II-1* diz claramente que ‘Abd al-Raḥmān II saíu de Córdoba “con tropas y petrechos, en la intención de asediar la ciudad de Mérida de forma duradera”⁹¹³. Esta campanha parece ter impressionado os revoltosos, dado que se diz que saíram dez notáveis da cidade, com o intuito de parlamentar, depois de as tropas emirais terem es-tacionado “frente a la ciudad” - uma vez mais não devem ter podido atravessar o rio, mas pelo número ou pela colocação de máquinas de guerra, membros da elite revoltada saíram para “pedir clemencia con ardid”. Porém, como juridicamente o emir não lhe tinha ainda concedido o *amān*, foram presos e postos a ferros⁹¹⁴.

910. “بعد قتل رئيسهم” - *Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢٣).

911. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178; trad. p. 287.

912. Como adiante se verá, a descrição referente à campanha emiral contra Mérida tem semelhanças enormes com a que se refere ao ano de 218H.

913. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178; trad. p. 287.

914. Sem haver um acordo prévio, os ditos negociadores eram tecnicamente considerados como rebeldes capturados. O conceito de *Amān* nas sociedades islâmicas signi-ca “segurança, protecção, salvo-conduto” - J. Schacht, *Amān*, E.I.2; cf. Alcorão, sūra IX, 6.

A outorga do *Amān* acaba por ser a continuação, dentro do Mundo Islâmico, da prática pré-islâmica do *Ġiwār*, através

Nesta campanha as tropas emirais fizeram as devastações costumeiras mas, desta vez, a pressão miliatr vinda do sul deve ter sido maior e os revoltosos acabaram por negociar e chegar-se a um acordo entre ambas as partes: os revoltosos entregam ao emir alguns reféns, com a condição de, no ano seguinte, serem substituídos por outros⁹¹⁵.

Sem chegar a tomar a cidade, o emir ‘Abd al-Raḥmān II regressou a Córdoba com os ditos reféns e deixando para trás um governador deixado em Mérida: tratava-se de Ḥārīt ibn Bazī⁹¹⁶. Se a resposta de militar de 214 H. parece ter sido tomada a quente, a campanha de 215 H., por seu lado, deve ter tido melhor preparação. Tudo leva a crer que o acordo selado na Primavera de 215 H, não deu os frutos desejados pelo emir. Da facto, nada transparece sobre a situação em Mérida e no Ġarb em geral durante o ano de 216 H., mas volta o confronto militar em Mérida no ano seguinte.

É uma vez mais Ibn Ḥayyān que diz que Mérida volta a sofrer um assédio no ano seguinte, em 217 H. Desta vez a informação é retirada de ‘Īsā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī que, para além da novidade do fracasso da troca de refens, refere aspectos tácticos militares interessantes que devem ter sido divulgados a partir de participantes na própria campanha ou na sua preparação. Diz Ibn Ḥayyān que o **assédio a Mérida foi feito “por turnos”**⁹¹⁷, turnos esses comandados por ‘Abd al-Wāḥid ibn Yazīd al-’Iskandarānī e por Muḥammad ibn Rustūm.

E, a acreditar ainda em Ibn Ḥayyān, o emir dirige uma nova acção contra Mérida no ano de 218, depois de os *marīdī* se terem negado a entregar reféns de substituição⁹¹⁸. O que é relatado como tendo acontecido em 218 H é estranhamente parecido com o relato dado relativo ao ano de 214 H.⁹¹⁹: destroem-se as sementeiras, arrasam-se os recursos e, uma vez, as tropas emirais voltam para Córdoba devido à “inexpugnabilidade” das muralhas de *Mārida*⁹²⁰.

da qual um estranho recebia, para si e para os seus bens, protecção de um membro ou do grupo ao qual não pertencia, prática que existia também em grupos hebraicos. Esta protecção de base tribal e substituída pelo Profeta Muḥammad por uma solidariedade religiosa, através da célebre **Constituição de Medina** - ver igualmente J. Schacht, *Amān*, E.I.2.

Sobre a **Constituição de Medina** veja-se A. Guillaume, *The Life of Muhammad: a Translation of Ishaq's Sirat Rasul Allah*, Oxford University Press, Karachi, 1955, pp. 231-233 (ver ed. francesa da *Ishaq's Sirat Rasul Allah*). Como estudo de conjunto veja-se Michael Lecker, *The constitution of Medina: Muhammad's 'rst legal document*, col. Studies in Late Antiquity and Early Islam, Vol. 23, Princeton, Darwin Press, 2004.

915. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178; trad. pp. 287-288.

916. A nomeação ocorreu de Ḥārīt ibn Bazī com governador da cidade de Mérida ocorreu no mês de *rabi' I* desse ano de 215; tal mês equivale, nesse ano, ao período que medeia entre 28 de Abril e 27 de Maio de 830.

917. متداولين - *Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢٤).

918. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178v; trad. p. 289.

919. Comparar Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178v com . 178; trad. p. 289 com p. 287.

920. Deve reconhecer-se que não é só em relação a Mérida que se dá esta explicação; para a revolta de Toledo do ano de 219 H. surge a mesma justificação para o fracasso do assédio emiral e acção punitiva é do mesmo tipo - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179; trad. p. 289.

A campanha que o emir ‘Abd al-Raḥmān II dirige pessoalmente⁹²¹ contra **Mérida em 220 H** (Janeiro a Dezembro de 835) tem uma outra amplitude. Num ano em que se não referem campanhas contra Toledo, parece que o emir decidiu concentrar os esforços no caso de Mérida mas - circunstância que parece ser nova - igualmente no território em seu redor.

Mérida foi “rodeada e assediada”⁹²², destruindo-se os cultivos em seu redor. É porovável que alguns dos rebeldes tenham conseguido escapara do interior da cidade e procurado refúgio em territórios mais ocidentais com os quais estariam familiarizados. Na verdade, diz Ibn Ḥayyān que, depois de a cidade ter sido assediada, as tropas partiram - uma vez mais sem terem conseguido tomá-la, note-se - e internaram-se “nas regiões ocidentais para seguir as pisadas dos rebeldes”⁹²³. É possível que os rebeldes tentassem reunir e arregimentar mais elementos para o seu exército nessas zonas ocidentais, dado que a mesma fonte refere que as tropas emirais dispersaram as “concentrações” dos rebeldes, acabando por assntar arraial “em frente de Badajoz, onde permaneceu vários dias, devastando a região sublevada numa longa campanha”⁹²⁴, ao cabo da qual as tropas regressaram a Córdoba. Badajoz não é caracterizada como “madīna”, nem há referências às suas capacidades a nível de *defesa passiva*. Seja como for, as tropas emirais conseguem controlar esta localidade da margm sul do Guadiana⁹²⁵, de aí sabem como regressar sem dificuldade de Córdoba e possivelmente ter-se-ão apercebido das vantagens de Badajoz como *trampolim* para aceder ao vasto território localizado ao norte do Guadiana, território onde não se sentiriam tão à vontade e onde, como se diz, as tropas rebeldes de Mérida conseguiam concentrar-se, arregimentar tropas e onde teriam bases de apoio mais numerosas que a sul dessa linha de água.

Em tempos de ‘Abd al-Raḥmān optou-se quase sempre por campanha de “ida e volta”; as tropas caíam sobre Mérida, ficavam na margem esquerda do rio ou conseguiam mesmo cercar a cidade mas, sem a conseguirem tomar, voltavam quase sempre no mesmo ano para Córdoba; num dos, como se sabe (em 217 H) o assédio foi feito por dois turnos. Será este aumento de pressão que, em

921. بنفسه - *Al-sifr al-ṭānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢٦).

922. A expressão completa é فاحاط بها و حاصرها - *Al-sifr al-ṭānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢٦).

احاط é uma forma IV (do radical حوف) que signi°ca *circundar*. Por sua vez حاصر é uma forma III que signi°ca *assediar* mas também *cercar*, por vezes com o sentido de *encurrular*.

Esta informação é uma novidade; diz-se que em 220 H / 835 que a cidade foi rodeada; signi°ca, pois, que ao contrári do que deve ter acontecido em algumas campanhas anteriores, as tropas emirais conseguiram passar o rio Guadiana - em ponto ou porto não referido - e colocar tropas e material de guerra em redor de Mérida, junto das suas muralhas.

923. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179; trad. p. 290.

924. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179; trad. p. 290. Esta referência é importante, na medida em que é uma das primeiras referências - se não a primeira - a esta localidade do vale do Guadiana, que será tornada cidade mais tarde.

925. Uma perpectiva sintética e extremamente útil sobre o futuro de Badajoz é dada pelos editores do *Muqtabis II-1*, p. 290, n. 606.

certa medida, terá contribuído para desalojar os chefes da revolta⁹²⁶, o *maṣmūdī* Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e o seu aliado *muwallad* Sulaymān ibn Martīn.

A descrição que Ibn Ḥayyān faz dos acontecimentos de 220 H. é, porém, algo decepcionante; o autor parece seguir exclusivamente as informações escritas relativas à saída das tropas e não dá informações só uma parte dos seus “achievements”. De facto, em 220 H está a ser construída a alcáçova de Mérida e o grande cronista dos primeiros séculos do al-Andalus não dá nota dessa edificação e da sua importância militar, apesar de não deixar em claro informações sobre outras edificações semelhantes, em outras cidades tradicionalmente rebeldes do al-Andalus⁹²⁷.

Em 223 H. (Dezembro de 837 a Novembro de 838), com Mérida já equipada com um recinto militar fiel ao emirado, os objectivos estão para norte da linha do Guadina e Mérida - já não controlada por Maḥmūd e Sulaymān ibn Martīn - será, possivelmente, trampolim ou local de partida para campanha contra a linha do Tejo e mais além. Não são campanhas levadas a cabo pelo emir, pessoalmente⁹²⁸; envia familiares de confiança à frente dos seus exércitos⁹²⁹ com os quais obtém vitórias.

As informações relativas à campanha de 223 H. não coincidem em Ibn ‘Idārī e em Ibn Ḥayyān mas é possível tentar conciliá-las. O grande cronista andalusī do século XI dá detalhes de carácter geográfico; diz que a expedição contra Ġillīqiyya passou pelos “**passagem do Ocidente**”⁹³⁰, até Viseu, “depredando aquela região e fazendo grandes conquistas”, depois do que teriam voltado para sul. Ibn ‘Idārī, mais tardio, refere simplesmente que as referidas tropas emirais penetraram pela “porta do Ocidente”, subjugando a região e conseguindo “vitórias numerosas”⁹³¹.

926. O rebeldes de Mérida em 220 H se se traduzisse à letra a expressão de Ibn Ḥayyān seriam descritos como “gente divergente”, “gente em discórdia: “اهل الخلاف” - *Al-sifr al-tānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurtubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], p. ٤٢٦).

927. Se o Muqtabis II-1 não reete a entrada das tropas emirais em Mérida e a construção no ano de 220 H. do edifício conhecido como “alcáçova”, a mesma obra refere que ‘Abd al-Raḥmān II, dois anos depois (222 H./Dezembro de 836 a Dezembro de 837), depois de se colocar e acampar em frente da cidade de Toledo, entrou nela pela força e, sem deixar de ser benevolente para com os seus habitantes, mandou reparar, antes de regressar a Córdova, o “alcáçova” que já havia diante da porta da Ponte - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179v; trad. p. 291. Esta descrição relativa à grande cidade do Tejo - para além da interessante colocação de uma construção especial junto a uma porta da ponte -, tem claras semelhanças com a situação que se deve ter vivido na grande cidade do Guadiana, onde se edificará uma construção única para controlar, igualmente, uma porta de ponte. Para aumentar as coincidências deve dizer-se que ‘Abd al-Wāḥid ibn Yazīd al-’Iskandarānī é um dos dirigentes militares que - dado como presente em Mérida no ano de 217 H.. - esteve na tomada de Toledo em 222 H.. - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 178v e 179r; trad. pp. 288 e 291.

Sobre a reconstrução desta fortaleza junto à porta da ponte, em Toledo, veja-se também Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179v, trad. p. 292.

928. Ibn Ḥayyān refere mais que uma vez que o emir a meio das viagens sentia por vezes saudades das suas preferidas e regressava ao aconchego palatino, cumprindo outras obrigações...cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179v, trad. p. 291.

929. Ibn ‘Idārī diz que é o sei irmão al-Walīd ibn al-Ḥakam, *Bayān II*, p. 87 do manuscrito; p. 85 da edição; trad. p. 138. Ibn Ḥayyān diz que as tropas eram comandadas por al-Walīd ibn Hišam, seu tio - cf. *Muqtabis II-1*, . 179v, trad. p. 292.

930. A tradução de M. Makki e F. Corriente diz, textualmente, que esta expedição “penetró, por los pasos de Occidente, hasta Viseo con alguma milicia y leva” - *Muqtabis II-1*, trad. p. 292.

931. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, p. 87 do manuscrito; p. 85 da edição; trad. p. 138.

Diz Ibn Ḥayyān:

وفيها اغزى الامير عبدالرحمن ايضاً عمه الوليد بن هشام إلى جليقية ، فدخل من باب الغرب إلى بازو ، مع بعض الجند والحشد ، فدوخ ذلك الصقع وفتح فتوحاً كثيرة⁹³².

Diz Ibn ‘Idārī:

وفي سنة ٢٢٣ ، اغزى الامير عبد الرحمن بن الحكم اخاه الوليد بن الحكم إلى جليقية ، فدخل من باب الغرب مع قطع من العسكر ، فدوخها . وكانت له فتوحات كثيرة⁹³³.

A influência do texto de Ibn Ḥayyān em Ibn ‘Idārī parece evidente; não se trata de cópia *ipsis verbis*, mas o essencialmente do conteúdo foi reproduzido pelo compilador magrebino do século XIII/XIV; a obliteração da referência a Viseu pode ter a ver com o facto de a cidade - quando é feita a versão de Ibn ‘Idārī - ser desconhecida para o escritor norte-africano e este, por se não sentir à-vontade com o topónimo *beirão*, pode ter optado por o contornar, deixando de o citar. A *passagem* ou *porta do ocidente* está, curiosamente nos originais em arábico de Ibn Ḥayyān e de Ibn ‘Idārī com a mesma expressão: باب الغرب⁹³⁴.

(1)

Esta designação não parece surgir frequentemente e também se não fez, no âmbito deste estudo um levantamento axaustivo das vezes que ocorre em vários autores - geógrafos e cronistas - do al-Andalus. Porém, várias questões se podem colocar. Para entrar nos territórios ocidentais, expressão extremamente vaga e ampla que, em muitos autores abarca a maioria dos territórios a ocidente de Córdova (com a própria cidade de Sevilha incluída⁹³⁵).

Sempre houve várias estradas, aproveitando ou não antigas vias romanas, que colocavam o vale do Guadalquivir - o umbigo do Estado emiral e califal omíada do *al-Andalus* - em contacto com as territórios que lhe estavam a acidente.

A ligação de Sevilha com Beja é usada, dentro do período de domínio islâmico, desde os primeiros tempos e os vários portos e passagens do Guadiana permitiam, em momentos de regime regular deste rio, passar o rio a vau sem grande dificuldade em alguns pontos⁹³⁶.

932. Ibn Ḥayyān, *Al-sifr al-ṭānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], (*Muqtabis II-1*) p. ٤٢٨.

933. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, p. 87 do manuscrito; p. 85 da edição.

934. Ibn Ḥayyān, *Al-sifr al-ṭānī min Kitāb al-Muqtabas li-Ibn Ḥayyān al-Qurṭubī*, Al-Riyad (Riade), 1424 H., [2003], (*Muqtabis II-1*) p. ٤٢٨); Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, p. 87 do manuscrito; p. 85 da edição.

935. C. Picard é um dos autores que tem o cuidado de pôr em realce esse facto, afirmando com clareza - na sua obra *Le Portugal Musulman* - que o objecto do seu estudo é o Ġarb em geral mas que exclui a região de Sevilha, muitas vezes incluída dentro dessa designação - cf. C. Picard, *Le Portugal Musulman*, cap. 1.

936. É o caso de Juromenha mas na área do curso médio entre as latitudes de Badajoz e de Beja, sempre houve pontos - alguns deles denominados “portos” - onde a passagem se podia efectuar, com cuidado, durante a maior parte do ano.

Porém, o que se trata aqui parece ser de uma passagem que conduza até território identificado como جليقية⁹³⁷ / Ġillīqiyya. Parece trata-se de uma entrada - bem identificada - que abre o caminho a territórios que não têm de estar forçosamente implantados a Norte do rio Douro; essa “porta” abre o caminho, por exemplo, para Viseu e, daí, eventualmente para as margens do Douro.

Na Península Ibérica a palavra *bāb* - باب é aplicada, no plural, em relação às passagens naturais dos Pirinéus onde os vários desfiladeiros são interpretados como “portas” ou “entradas”, como canais de comunicação entre uma e outra das vertentes⁹³⁸; Al-Idrīsī é um dos geógrafos em que esta acepção é clara⁹³⁹ mas em que, por ser tardio e por ter tido informadores cristãos, utilizada igualmente a palavra “*purt*” ou um seu plural⁹⁴⁰.

Bāb pode significar igualmente “défilé (passage étroit)”⁹⁴¹, o que abre a hipótese de se estar perante uma passagem especialmente estreita, incontornável para se ter acesso ao Ġarb mas na sua zona superior, ao noroeste peninsular.

Esta “porta” diz respeito a territórios implantados não só para ocidente da linha do Guadiana mas, certamente, para ocidente ou melhor, para noroeste da linha do Rio Tejo, vale fluvial esse que, uma vez transposto abre - não sem algumas dificuldades - as portas para o que hoje se designaria como *Beira* ou, para ser mais concreto, *Beira Interior*.

As relações e comunicações entre Mérida e Coimbra faziam-se com conhecimentos das vias e estão referidas já no período dos governadores. De Mérida partiam várias vias para Ocidente já sob o Império romano e é de crer que a memória e a utilização dessas mesmas direcções de percurso se tenham usado em séculos posteriores, com as adaptações necessárias às novas realidades políticas, económicas, sociais e militares.

Porém, no caso vertente, parece que esta “porta” se deveria localizar mais para Norte e não tanto para Ocidente. Caso se não referisse a cidade de Viseu, poder-se-ia pensar nos caminhos que conduzem ao setentrião pela conhecida “vía de la Plata” e que atravessam verdadeiras “portas” para outros vales e outra realidade geográfica, como seria o caso da Serra de Gata - interface entre os territórios meridionasi de Mérida e de Coria com os territórios do vale do Douro e do rico vale do Tormes.

Mas, a referência à cidade de Viseu coloca a hipótese de a campanhaa fizesse deste velho burgo um dos seus objectivos principais. A “porta do Ocidente” deveria, pois, abrir para as faldas das serras da Gardunha e da Estrela e, nesse caso deveria cruzar o rio Tejo em ponto muito concreto que, de alguma forma tivesse essa conotação de porta. Esse ponto poderia ser a ponte de Alcântara

937. A edição do Bayān tem por vezes alguns palavras vocalizadas; é o caso desta que surge na sua edição como جليقية.

938. - César E. Dubler, “Los caminos a Compostela en la obra de Idrīsī”, *Al-Andalus*, XIV, 1949, p. 87; Al-Idrīsī refere “portas” - الابواب.

939. Sobre as várias acepções de “porta” - باب veja-se Edward William Lane, *An Arabic-English Lexicon*, Part 1: - 1 ث, Beirute, Librairie du Liban, 1968 (reedición da 11 ed. de *An Arabic-English Lexicon derived from the best and the most copious Eastern sources; comprising a very large collection of words and signi‘cations omitted in the Kámoos, with supplements to its abridged and defective explanations, ample grammatical and critical comments, and exemples in prose and verse...*, Londres, William and Norgate, 1863), p. 272

940. César E. Dubler, “Los caminos a Compostela en la obra de Idrīsī”, *Al-Andalus*, XIV, 1949, p. 87; Al-Idrīsī refere também a forma romance “البرتات”, “portos”.

941. R. Dozy, *Supplément aux dictionnaires arabes*, Tomo 1, 3 éd., Leyden-Paris, 1967, p. 124.

sobre o Tejo. A própria expressão “bāb” - “porta” - sugere a existência de uma canal privilegiado para acesso ao ocidente mais setentrional, ao noroeste peninsular.

Respondendo a estas várias necessidades está a **ponte de Alcântara**. A ponte sobre a qual se atravessa o Tejo junto das que virão a ser as medievias fronteiras entre os reinos de Portugal e de Leão, é uma construção surpreendente datada de época imperial romana e que não tem muitos paralelos no mundo romano⁹⁴². Por aqui passava a via romana que saía da capital da Lusitânia e que, dirigindo-se para Norte, no que é chamado a Via de la Plata, entroncava na romana *Norba Caesarina*⁹⁴³ com uma outra via que se dirigia para ocidente, mais concretamente para noroeste, e que se propunha atingir a velha urbe de Egítania. Porém, para atingir esta antiga cidade romana, os romanos decidiram vencer os rios Tejo e Erges⁹⁴⁴ com duas obras de arte, ainda hoje utilizáveis e passar pela zona da actual Alcafozes até chegar a Egítania. De Egítania, seguindo para noroeste, não seria difícil às tropas - indo eventualmente por Meimoa⁹⁴⁵, Caria e zona de Belmonte - atingirem a zona de Valhelhas⁹⁴⁶ onde existia uma fortificação que se mostrou estar em ponto estratégico ao longo de séculos, chegando a ser utilizada ainda nos inícios do século XIX, aquando da passagem das tropas de Massena, em 1810. Não faltam os miliários romanos em Valhelhas⁹⁴⁷ atestando a antiguidade da sua importância viária e como local incontrornável de passagem entre a a chamada Cova da Beira, a zona a sul da *Šarra* (Serra), como alguns geógrafos árabes designavam o sistema de cordilheira⁹⁴⁸.

-
942. Sobre a ponte romana de Alcântara veja-se José Ramón Mélida, *Catálogo Monumental de España. Provincia de Cáceres*, I, p. 118 e segs, Madrid, 1924; J. de Alarcão, “Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da ponte de Alcântara”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda 2005, pp. 119-132.
943. *Norba Caesarina*, *Norba Caesarea* ou *Norba Caesarensis*, corresponde à actual cidade de Cáceres, urbe de que as fontes escritas de época islâmica falarão sobretudo para fases mais tardias.
944. *Eljas* ou *Erjas*, em castelhano.
945. Meimoa tem também vestígios de uma ponte romana e de inscrições; a sua tradição viária é antiga.
946. Em Valhelhas chegou a existir uma fortificação até finais do século XIX e o local terá sido reordenado logo no reinado de D. Sancho I de Portugal, o que pode ser indício de uma ocupação continuada; Cf. Martins Sarmiento, “Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881”, *Revista de Guimarães*, n. 100, 1990, pp. 299-339.
947. Os oito marcos encontrados antes, a Norte e a Sudeste de Valhelhas, são todos provenientes da margem esquerda. Um dos marcos encontrava-se numa parede lateral da igreja matriz de Valhelhas e actualmente está na Junta de Freguesia.
948. Como lhe chamam Al-Idrīsī e al-Ĥimyarī - cf. M. Ángeles PÉREZ ÁLVAREZ, M. Ángeles, *Fuentes Árabes de Extremadura*, Universidad de Extremadura, 1992, p. 81, onde se transcreve al-Ĥimyarī que refere a *Šarra* a norte de Coria; ver ainda HERNÁNDEZ GIMÉNEZ, Félix, “Convencional espinazo montañoso, de orientación Este-Oeste, que los geógrafos atribuyen a la Península Ibérica”, *Al-Andalus*, Vol. 30, N.º 2, 1965, pp. 201-276.

De Valhelhas as campanhas contra Viseu deriam seguir em direcção à zona da actual Seia⁹⁴⁹, aproximando-se de Viseu eventualmente pela zona actualmente conhecida como Alcafache e que nos inícios do século XII era conhecida como *Kalafaz*⁹⁵⁰. Porém, a aproximação a Viseu poderia, para tropas provenientes da zona de Egítania / *Antaniyya*, ser feita algo mais a Norte, para evitar as zonas apertadas de Valhelhas. Era possível, pois, contornar os contrafortes da Serra da Estrela, subindo em direcção à zona da actual cidade da Guarda, passando pela zona de Benespera e atingindo o ponto alto, perto da referida cidade, conhecido como Alfarazes⁹⁵¹, tornando para ocidente em direcção à actual Celorico⁹⁵² e, daí, para Algodres⁹⁵³, Mangualde⁹⁵⁴ e Viseu.

Em conclusão

Ġillīqiyya é uma região com contornos difusos mesmo para geógrafos árabes bem informados. É o que se passa com o tardio al-Idrīsī para quem *Ġillīqiyya* correspondia aos territórios do Norte peninsular, sem uma clara fronteira com o *al-Andalus*⁹⁵⁵.

Do amuralhamento medieval - parte do qual seria de época islâmica - quase nada resta, sobretudo devido ao facto de Alcantara, sobre a ponte milenar, ter-se adaptado às necessidades da artilharia na sequência da proclamação da dinastia de Bragança, em Portugal, em 1640⁹⁵⁶.

949. *Ciuitas Sena* em época romana. O castro de S. Romão, em Seia, é relevante a nível do ordenamento do território em época romana; importância militar de Seia desprende-se pela referência à conquista, por Fernando Magno, de um castelo em Seia, em 1055, dois anos antes da conquista de Lamego. Vejam-se, sobre a importância de Seia em época romana e em meados do século XI, MERÊA, Paulo e GIRÃO, Amorim, "Territórios portugueses no séc. XI", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, n. 2, 1943, (pp. 255-263) pp. 28-31 (da separata); Mário Barroca, "Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior", In *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Câmara Municipal, 2000, (pp. 215-238), p. 216; ALARCÃO, J., As origens do povoamento da região de Viseu. *Conimbriga*, Coimbra, 1996, 35, pp. 5-35; não deixe de se ver o excelente trabalho de Sandra Lourenço, *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*, IPA, 2007, cap. 2, pp. 23-26.

950. Armando de Castro, no artigo "presúrias" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, refere o presúria de Kalafaz, presúria que o presbítero Mendo doou à Sé de Coimbra (com reserva de usufruto), por carta de 16 de Julho de 1110, presúria a que associa as igrejas de Santos e Moreira no concelho de Nelas - doc. publicado por Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses*, III, doc. n. 355.

Kalafaz sugere uma formação a partir de *Qal'a* + *Faz* (?); sobre a margem do rio Dão é possível encontrar, através da cartografa (C.M.P. n. 189), locais propícios para a implantação de uma fortificação ou *Qal'a*.

951. A presença em época islâmica em Alfarazes não está atestada. Mas, que se pode dizer deste toónimo? Para além da presença, eventual, de um artigo *ج*, a componente restante pode ter a ver com *faras*, o que poderia, eventualmente, remeter para situações que têm a ver com cavalos.

952. Em Celorico há vestígios, bem conservados, de calçada romana.

953. Não há vestígios, até hoje, de presença *andalusī* nesta localidade. Porém, o topónimo aponta para um arabismo relacionado com a existência de áreas lagunares, como é o caso de Algodor (derivado da raiz G-D-R).

954. Mangualde foi conhecida durante a Idade Média como *Zurara* ou *Azurara* da Beira.

955. César E. Dubler, "Los caminos a Compostela en la obra de Idrīsī", *Al-Andalus*, XIV, 1949, p.92.

956. Sobre a quase inexistência de traços da muralha medieval de Alcántara e da sua adaptação às necessidades da artilharia, veja-se Antonio Navareño Mateos e José Maldonado Escribano, "El recinto abaluartado de

Por este conjunto de razões, é possível que a zona de atravessamento do Tejo e do Erges através de duas grandes pontes de época romana, que se mantinham em funcionamento, fizesse parte do “sistema” de entrada na zona do Ġarb que, com algumas variantes no percurso, permitiria ter acesso a Viseu.

Sobre Alcantara (*al-Qanṭara al-sayf*)⁹⁵⁷ dirá, alguns séculos depois al-Ḥimyari, que é uma “fortificação”, localizada “a dois dias de caminho de Mérida”, acrescentando que se trata de um “castelo sólido que domina o rio”⁹⁵⁸, que aqui é atravessado por uma ponte; diz ainda que “quanto à ponte, somente se pode atacar **desde o lado da porta**”⁹⁵⁹.

Para o Ġarb em geral, sobretudo para os territórios localizados a norte do Tejo, o que parece ter tido importância é o que Ibn Ḥayyān refere acerca das consequências desta campanha no território em redor de Viseu; “deprandando aquela região e fazendo grandes conquistas”⁹⁶⁰, é de imaginar que as populações assim estabelecidas tivessem reagido durante e após esta campanha. As campanhas contra a *Ġilliṭiyya* continuaram nos anos próximos; no mês de *ša‘bān* de 225 H (Junho de 840) há mais uma campanha / algara contra estes territórios pouco ou nada especificados. Porém, a coincidência desta campanha com a data da morte de Maḥmūd perante gente armada do rei das Astúrias pode ser mais que uma simples coincidência⁹⁶¹.

Por um lado, parece não haver dúvidas que no século IX a zona em redor de Viseu estava suficientemente povoada para poder levar a cabo acções que atraíssem acções punitivas preparadas no al-Andalus; as “numerosas conquistas” são um bom exemplo da existência de povoados rurais abertos ou de pequenas fortificações que tivessem sido tomadas ou simplesmente incomodadas. Mas, por outro, significa também que muitos locais - provavelmente em altura - se manteriam povoados ou serviriam de refúgio nestes tempos conturbados. Não seria, de estranhar que a subida para os pontos altos com defesas naturais fosse procurada de nova. E, também por não é de estranhar que muitos **castros** que, durante muito tempo, se considerou terem unicamente povoamento da chamada Idade do Ferro, tivessem - sem excluir estas ocupações proto-históricas - voltado a ser ocupados nestes momentos conturbados⁹⁶². Não há razão para se deixarem de chamar castros; há razões, sim, de par-

Alcántara. Génesis de una fortificación fronteriza en el siglo XVII”, *Norba - Arte*, vol. XXIV, Cáceres, Univ. de Extremadura, 2004, (pp. 85-104), pp. 86-88.

957. CF. Pacheco Paniagua, *Extremadura en los Geógrafos Árabes*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1991, pp. 54; PÉREZ ÁLVAREZ, M.Ángeles, *Fuentes Árabes de Extremadura*, pp. 51-85, especialmente p. 77.

958. Ibn Abd al-Mun'im al-Ḥimyari, (*Kitab al-Rawd al-mi'tar c Khabar al-aqtar*); *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar c Habar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (ed., intro., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938, § 152, \1\x, p. 197.

959. *Ibidem*.

960. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 179v, trad. p. 292.

961. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 180, trad. p. 293. Não seria impossível que se tratasse de uma segunda carga sobre a mesma zona de Viseu ou zona a ela próxima, com o intuito de completar a acção militar do ano de 223H. - 838; a crónica usa o mesmo tipo de retórica e de discurso, que passa pela referência à destruição, conquista e regresso triunfal, mas a concretização geográfica está em falta.

962. Como pode ser o caso de **Mangualde, do castro da Curalha e de Sabugal Velho, ou até de Videmonte.**

tir para o seu estudo - com ou sem escavação - pensando encontrar ou estar desperto unicamente para ocupações pré-romanas. Estes sítios mantêm-se como reservas defensivas durante séculos e, em alguns casos, no aconteceu em Valhelhas (junto à cidade da Guarda), os mesmos locais de outrora fizeram frente a tropas invasoras dos inícios do século XIX; outros casos, como o "castro" de Tintinholo, que possuía no século XIX três linhas de muralha e, pelo esboço feito por Martins Sarmiento, era reforçada por torres⁹⁶³.

A alternância entre a obediência e a rebeldia em relação ao emir não foi apanágio específico dos *al-Ġilliġi*; outros casos são conhecidos no *al-Andalus* nas mesmas conjunturas. Em alguns deles chega-se a falar de **“línea zigzagueante de sumisión y rebelión”**⁹⁶⁴.

(i) A alcáçova de Mérida e os seus significados

A chamada “alcáçova” de Mérida é uma conhecida edificação de carácter militar que tem sido alvo de vários e importantes estudos que têm posto em relevo a sua importância arquitectónica e mostrado a relevância das estruturas visíveis e da epigrafia que aí se manteve durante séculos.

Porém, mais do que descrever esta importante fortificação e mostrar as suas filiações tipológicas, pretende-se inserir esta edificação no contexto então vivido em Mérida, tentando perceber o seu papel e a sua relevância política e poliorecética, tentando perceber até que ponto correspondeu ou não a uma ruptura com fases anteriores. Assim, sem descurar os aspectos arquitectónicos e arqueológicos, a relação com os contextos políticos e militares da época são fundamentais. Aliás, a evolução da situação política em Mérida poderá eventualmente explicar alguns dos rasgos arquitectónicos desta mesma singular construção (figs. 6 a 14).

A construção é determinada pelo poder central cordovês na sequência de uma série de revoltas protagonizadas em Mérida, revoltas que em estiveram envolvidas, entre outras as figuras de Maḥmūd e de Sulaymān ibn Martīn, entre outros. É no quadro da instabilidade que tinha Mérida como centro que tem lugar a morte de uma dos governadores da cidade, Marwān al-Ġilliġi.

Sobre o castro da Curalha veja-se Ricardo Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 77-78 e 167-168; sobre este local, diz Mário Bvarroca, “Julgamos que o Castro da Curalha (freg. da Curalha, conc. de Chaves) poderá ser exemplo de um desses povoados que Odoário “ergueu” no Alto Tâmega, depois de ter assumido o controle de Chaves. Este povoado, que Santos Júnior escavou ao longo de vários anos, revelou abundante espólio associado a estruturas habitacionais e a um urbanismo claramente medieval” - “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), p. 183. Sobre Sabugal deve dizer-se que estão a decorrer escavações no sabugal Velho e em Caria Talaia e estão surgindo traços de ocupação da Alta Idade Média - cf. Marcos Daniel Osório da SILVA, “Metalurgia no povoado fortificado alto-medieval do Sabugal Velho (Sabugal, Guarda)”, in I. C. Fernandes (Ed.), *Mil Anos de Fortif.*, Palmela, 2001, pp. 791-794.

963. Martins Sarmiento, "Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881", *Revista de Guimarães*, n. 100, 1990, p. 339, °g. 2. Em fotos recentes a muralha é menos visível.

964. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, trad. p. 291, nota 612.

Esta construção pode descrever-se como um recinto quase quadrangular - com cerca de 137 por 132 metros - construído com blocos de pedras nas faces interior e exterior - grandes monólitos talhados regularmente, mas também restos arquitectónicos e monumentos funerários - retirados de construções anteriores, sobretudo de época romana e tardo-romana ou goda. Possui, actualmente, zonas refeitas em taipa ou em alvenaria, obras claramente posteriores e resultantes de destruições. A espessura é de aproximadamente 2,7 metros e altura pode atingir os 10m. Existem 25 torres, quadrangulares e pouco salientes da muralha, mas algumas delas foram, em fase posterior, reforçadas pelo lado exterior e serviram de apoio a torres que se projectavam para o exterior, os seja, torres al-barrãs⁹⁶⁵. Porém, surge associado a este recinto poligonal uma outra estrutura, também próxima da forma quadrada, que se adossa a esta e que controla a ponte romana que atravessa o Guadiana, aquilo a que se chama um *propugnaculum* ou *antecastellum*⁹⁶⁶. No seu interior foi contruído, também em época islâmica, um aljube ou acesso à água do rio, em plano inclinado, com duas entradas paralelas, descendentes, com uma escadaria pouco inclinada e que atinge o nível freático do Guadiana. Debruçaram-se sobre ela vários autores nas últimas décadas⁹⁶⁷; mais recentemente, os trabalhos levados a cabo pelo Consorcio Monumental de Mérida, têm permitido obter resultados importantes e novas abordagens sobre os vestígios - cada vez mais - da Mária de época andalusí⁹⁶⁸.

-
965. A primeira grande descrição e abordagem científica desta construção deve-se a HERNÁNDEZ GIMÉNEZ, F., "The Alcazaba of Mérida", in K.A.C. Creswell (Ed.), *Early Muslim Architecture*, Part Two, Oxford, 1940, pp. 197-205. Veja-se também SERRA y RAFOLS, J., "La Alcazaba de Mérida", *Archivo Español de Arqueología*, vol. 65, Madrid, 1946, pp.334-345.
966. VALDÉS, F., "El *propugnaculum* de Mérida y la tradición arquitectónica bizantina en al-Andalus", *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 52, pp., 463-485. ZOZAYA chama-lhe "antecastellum".
967. M. Gómez Moreno, *Ars Hispaniae*, vol. III, Madrid, 1951, Creswell, *Early Muslim Architecture*, Félix Hernández Giménez. Fernando Valdés dedicou-lhe atenção em vários trabalhos: VALDÉS, F., "Die Zisterne der islamischen Festung von Mérida (9. Jahrhundert) und die Islamisierung des westlichen al-Andalus", in *Akten des XXVIII. Internationalen Kongresses für Kunstgeschichte*, Berlin, 1993, pp. 373-390 (semelhante a Fernando Valdés Fernández, "El aljibe de la Alcazaba de Mérida y la política omeya en el occidente de al-Andalus", *Extremadura arqueológica*, n. 5, 1995 (Homenaje a la Dra. D. Milagro Gil-Mascarell Boscà), pp. 279-300); Fernando Valdés Fernández, "Arqueología islámica de Extremadura: Los primeros cuatrocientos años", *Extremadura arqueológica*, N. 4, 1995, pp. 265-296; Fernando Valdés, "El *propugnaculum* de Mérida y la tradición bizantina en al-Andalus", em *Revista de Estudios Extremeños*, n. 52, 1996, pp. 463-485.
968. Vejam-se Alba, M., "Consideraciones arqueológicas en torno al siglo V en Mérida: repercusión en las viviendas y en la muralla", *Memoria n. 2, Excavaciones arqueológicas en Mérida 1996, Consorcio de la Ciudad Monumental*, Mérida, 1998, pp. 361-385; Alba, M. y Feijoo, S., "Cerámica emiral de Mérida". *Ġarb. Sitios islámicos del sur peninsular*, Lisboa - Mérida, IPPAR - Junta de Extremadura, 2001, pp. 328-375; Alba, Miguel y Feijoo, Santiago, "Defensas urbanas de la Mérida islámica". *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya*. Mértola, 2005, pp 101-110; Feijoo, Santiago y Alba, Miguel, "Nueva lectura arqueológica del aljibe y la Alcazaba de Mérida". *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya*. Mértola, 2005, pp 161-170; Alba, Miguel, "Un área funeraria islámica emplazada sobre un barrero de época romana. Intervención arqueológica realizada en un solar conuincia de las calles Dámaso Alonso y Av. de Lusitania". *Memoria 8. Excavaciones arqueológicas 2002*, Mérida, 2005, pp 343-374; Feijoo, Santiago e Alba, Miguel, "El sentido de la Alcazaba de Mérida: su aljibe, mezquita y torre de señales". *Memoria 8. Excavaciones arqueológicas 2002*, Mérida, 2005, pp 565-586. A Miguel Alba devo agradecer não só o envio de bibliografia mas, inclusivamente, o aviso do início de campanhas de escavações arqueológicas que iam intervencionar uma zona da alcáçova que me interessava particularmente. Devo a Miguel Alba o acompanhamento a zonas da Alcáçova onde foram encontrados *grati* em árabe cursivo, ainda inéditos e cujo estudo não foi possível incorporar neste trabalho.

descrição

Esta obra omíada - um *Hişn* mais tarde conhecido com *alcáçova* - erguida não para fazer face a ameaças externas mas, pelo contrário, para controlar rebeldias internas, apresenta uma planta quadrangular quase perfeita, com cerca de 130 m de lado. As suas paredes apresentam uma largura que anda normalmente perto dos 2,70 m de largura por cerca de 10 m de altura, num aparelho que um classicista classificaria quase que seguramente de “opus quyadratum” mas que a bibliografia especializada sobre o al-Andalus normalmente apelida de “soga y tizón”, expressão que se poderia traduzia por “de face e cunha” ou “face e través”, aparelho no qual a reutilização de silharia romana e outros materiais é comum e evidente. Foram implantadas 21 torres, todas de planta de base quadrada, algumas das quais foram transformadas em alarrãs, em fase tardia, ainda hoje não esclarecida. Sabe-se que houve uma barbacã, mas a data da sua colocação não é conhecida. Além da porta, bem conhecida e defendida por duas torres, junto da entrada para a ponte romana e que faz em relação a esta um ângulo de 90°, há uma outra que só recentemente começou a ser escavada e cujos resultados ainda não são conhecidos em definitivo; esta segunda torre está, porém, bastante alterada⁹⁶⁹. No interior localiza-se a cisterna que, com uma profundidade de cerca de 5 metros, consegue armazenar um volume de água que ronda os 70.000 m³. Com grande parte da área interna por escavar (bem como no exterior, onde estão por conhecer em pormenor alguns aspectos do sistema defensivo original e as fases de modificações sucessivas - e estão igualmente por conhecer os edifícios anteriores sacrificados para que este reduto fosse edificado), foi lançada recentemente a hipótese acerca da localização de um pequeno oratório de época islâmica, implantado sobre a zona de acesso à cisterna⁹⁷⁰.

A *qaşaba* de Mérida é, pois, uma construção que corresponde a uma viragem a muitos níveis na fortificação, na forma de ocupação do espaço, na vontade do poder político estabelecido em Córdoba, com reflexos a muitos níveis no *Ġarb* em geral e, muito em particular, na bacia média do Guadiana. Não se tratando do vestígio arquitectónico mais antigo dentro da fase pós-711 é, tanto quanto se sabe, a mais antiga construção militar do *Ġarb al-Andalus* data através de epigrafia⁹⁷¹. Construída sob o governo de ‘Abd al-Raĥmān II, corresponde igualmente à fase da afirmação de uma nova direcção jurídica al Estado *Andalusī*, na medida em que é também de alguma forma uma fortificação da fase malikita do al-Andalus (é também a fase de entrada de Ziriyab fase de entrada de múltiplas inovações e aporções provenientes do Oriente).

Esta é a primeira grande obra pública omíada no Ocidente, no *Ġarb al-Andalus* e, como tal, é bem marcada com *ferretes* epigráficos, para que não haja dúvidas sobre o dono da obra e sobre a vanta-

969. Agradeço a Miguel Alba o facto de me ter avisado para poder acompanhar os trabalhos durante a própria fase de escavação.

970. Santiago Feijoo e Miguel Alba, “Nueva lectura arqueológica del aljibe y la Alcazaba de Mérida”, in *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya*, Mértola, pp 161-170.

971. Antes da construção da alcáçova, detectou-se a construção de edifícios relevantes no interior da cidade; a Mérida anterior a ‘Abd al-Raĥmān II parece ser uma cidade com alguma pujança económica e com capacidade de iniciativa a nível arquitectónico. Mas, mais; pelo tipo de edifício, com contrafortes totalmente diferentes do tipo de arquitectura de época visigoda, e com paralelos com a chamada arquitectura asturiana, parece que a Mérida anterior ao domínio de ‘Abd al-Raĥmān II tinha relações culturais e artísticas com as Astúrias; cf. MIGUEL ALBA CALZADO, “Arquitectura palacial emiral en el enclave del Templo de Diana. Documentación arqueológica realizada frente a la fachada del Templo de Diana”, *MEMORIA. Excavaciones Arqueológicas 2001*, n. 7. Mérida, 2004, pp. 55-72. Segundo Miguel Alba, "" (*ibidem*, p. 68).

de de afirmação de Estado que tinha dificuldades em se afirmar a norte da bacia do Guadiana, neste caso imediatamente a norte do referido rio.

Esta construção militar coloca vários problemas a nível da construção das torres que se projectam para o seu exterior, as chamadas "torres albarrãs". A datação da sua construção ainda não está bem definida e têm surgido várias hipóteses. Para uns serão torres coevas, coetâneas da construção da alcáçova⁹⁷², enquanto que para outros serão torres posteriores, acrescentadas em época eventualmente almóada⁹⁷³.

Alcáçova de Mérida - um projecto *Oriental*??

A sua forma em quadrilátero tem claros paralelos em outras fortificações, tanto no oriente como no Norte de África; aqui os paralelos são enormes, sobretudo com fortificações classificadas como de época bizantina. A alcáçova de Mérida, tem paralelos no oriente - na área da Grande Síria - com construções do tipo *quadraburgium*, que, em muitos casos, são edificações militares que atravessam fases de ocupação romana, tardo-romana e bizantina e, posteriormente, *ġassânida* e islâmica omíada⁹⁷⁴. Mas esse paralelos também se poderão encontrar em outras fortificações de planta regular existentes no al-Andalus, algo mais tardios (quizes influenciados pelo modelo aplicado em

972. Os trabalhos de Juan Souto Lasala, de Juan Zozaya e de outros mostram que há torres albarrãs antes do período almóada; cf. J. ZOZAYA, "¿Fortificaciones tempranas?", *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, 1994, pp. 71-146; ZOZAYA, Juan, "la fortificación islámica en la península ibérica: principios de sistematización" in *El Castillo Medieval Español. La Fortificación Española y sus Relaciones con la Europea*, Madrid, Fund. Ramón Areces, 1998, pp. 23-44; ZOZAYA Stabel-Hansen, Juan, "771-856: los primeros años del Islam andalusí o una hipótesis de trabajo" in *Ruptura o continuidad: pervivencias preislámicas en El-Andalus*, N.º 15 de *Cuadernos emeritenses*, , 1998, pp. 83-142; idem, "Las fortificaciones andalusíes", *Artigrama*, núm. 22, 2007, pp. 233-257 (Juan Zozaya, uma çgura inconfundível da Arqueologia do período andalusí, que conheci em Évora no çnal da década de setenta, continua a enviar-me os seus trabalhos; os agradecimentos devidos não cabem nesta nota). J. Souto, "El poblamiento del término de Zaragoza (siglos VIII-X): los datos de las frentes geográficas e históricas", in *Anaquel de Estudios Árabes*, N.º 3, 1992, (pp. 113-152), p. 127, Juan Antonio Souto Lasala, "Ensayo de estudio histórico-arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados", *Anaquel de estudios árabes*, n. 1, 1990, pp. 187-201 e Juan Antonio Souto Lasala, "Sobre la génesis de la Calatayud islámica", *Aragón en la Edad Media*, n. 8, 1989, pp. 675-696 (devo agradecer a Doutor Juan Antonio Souto Lasala a disponibilidade sempre mostrada e o envio pronto de trabalhos sobre os quais manifestei interesse).

Veja-se também, AZUAR RUÍZ, R.: "Las técnicas constructivas en al-Andalus. El origen de la sillería y del hormigón de tapial", in *V Semana de Estudios Medievales* (Nájera 1994). Logroño, 1995, p. 134 e segs; HERVÁS HERRERA, Miguel Ángel & RETUERCE Velasco, Manuel, "Calatrava la Vieja, capital islámica de la región". El patrimonio arqueológico de Ciudad Real. Métodos de trabajo y actuaciones más recientes. Luis de Benítez de Lugo Enrich (coord.), Valdepeñas, 2000, (pp. 297-322), pp. 298-300.

973. A visão tradicional da torre albarrã como algo exclusivamente almóada e só aparecido nessa época foi desenvolvido nos trabalhos, ainda hoje úteis - deve dizer-se - de L. Torres Balbás; TORRES BALBÁS, Leopoldo, "Arte Hispanomusulmán hasta la caída del Califato de Córdoba", in *España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, Tomo V de *Historia de España*, dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, Espasa-Calpe, 4ª ed., 1982; TORRES BALBÁS, Leopoldo, "Las torres albarranas", *Al-Andalus*, VII, 1942, pp. 217-220 (Obra Dispersa I, vol. 2, pp. 116-120). Ver também Valdés Fernández, F., "La Fortificación Islámica en Extremadura: Resultados Provisionales de los Trabajos en las Alcazabas de Mérida, Badajoz y Trujillo y la Cerca Urbana de Cáceres", *Extremadura Arqueología*, no. 2, Badajoz 1991, pp. 547-557.

974. Cf. D. Genequand, "Umayyad castles: the Shift from late Antique Military Architecture to early Islamic Palatial Building", in Hugh Kennedy (Edited by), *Muslim Military Architecture in Greater Syria. From the*

Mérida), se bem que com uma escala menor, como é o caso do castillo de Alora - ḥiṣn al-Lūra - (Málaga)⁹⁷⁵ e, será, entre outros, o caso de Trujillo⁹⁷⁶.

A actividade arqueológica tem sido levada a cabo de forma sistemática e muito cuidada em toda a cidade de Mérida, no seu núcleo urbano e em zonas peri-urbanas, mas ainda não chegou o momento de se escavar a zona da exterior da alcáçova e que sirva para esclarecer as várias fases de construção do referido recinto muralhado.

Pela análise simplesmente visual de algumas das torres, é possível verificar que há pelo menos duas fases construtivas; uma delas corresponde ao momento da vontade de erigir uma construção ligada estreitamente ao poder emiral e uma outra fase, que corresponde a um período ainda não definido com precisão, durante o qual se vão alargar as torres pre-existentes e - eventualmente na mesma fase - se controem as torres albarrãs mais pequenas⁹⁷⁷.

A Alcáçova na sua época

Se para quem visita Mérida nos dias de hoje, a Alcáçova está indissociada da cidade em geral e normalmente é *lida* e tida como um dos marcos mais importantes da sua fase islâmica, na época em que foi construída a sua edificação deve ter sido encarda por muitos dos habitantes da região como uma obra claramente identificada com os ocupadores ilegítimos da cidade, uma obra que significava a institucionalização de uma *pata* sobre o governo da antiga capital da velha *Lusitania*.

A concepção desta alcáçova, o seu plano e os modelos em que se inspira remetem de alguma forma para modelos orientais que podem ter chegado ao *al-Andalus* em momentos diferenciados. Não seria impossível que com a chegada do primeiro emir omíada, ‘Abd al-Raḥmān I, o *Imigrante* - الداخل, tivessem sido mantidas memórias das fortificações e construções palatinas sírias existentes em meados do século VIII, quando o omíada teve de abandonar a sua terra de origem e procurar uma terra onde começar a sua vida política desde o início, terra que acabou por ser, depois de várias tentativas sem sucesso, o *al-Andalus*.

No entanto, os planos, a tipologia e a memória deste tipo de construções pode ter entrado no *al-Andalus* durante o período do governo do seu bisneto, o emir ‘Abd al-Raḥmān II (822-852).

Há, de facto, muitos indícios de orientalização do *al-Andalus* durante, digamos, a primeira metade do século IX. Com ‘Abd al-Raḥmān II entram no *al-Andalus*, através de vários *agentes*, novidades várias provenientes do Mediterrâneo oriental. ‘Abd al-Raḥmān II, em si, tinha já tido uma formação cuidada em que não faltavam conhecimentos das ciências da época⁹⁷⁸. Mas, houve mais;

Coming of Islam to the Ottoman Period, Leide, Brill, 2006, pp. 3.25.

975. MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio, “Una Dār al-Da‘wā de los Omeyas en las inmediaciones de Bobastro: el castillo de Alora (Málaga)” *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, 1998, pp. 457-479.

976. ZOZAYA, J. e LAFUENTE, “Algunas observaciones sobre el castillo de Trujillo” in *España entre el Mediterráneo y el Atlántico*, vol. II, Granada, 1977, pp. 119-127.

977. Há torres albarrãs que são edificadas em fase posterior, já sob domínio cristão. Essas torres apresentam uma tipologia e uma volumetria diferentes. Uma dessas torres encontra-se junto ao actual edifício oficial da Junta de Extremadura.

978. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 139v, trad. p. 169.

corriam ventos favoráveis à vinda de obras e conhecimentos do Oriente; ‘Abd al-Raḥmān II manda "buscar y copiar libros antiguos", sendo o emir que ganhou fama de ter o primeiro a interessar-se pela vinda do conhecimento do Oriente⁹⁷⁹. Se se associar a esta vontade de conhecimento um interesse claro pelas obras públicas, tem-se uma ideia clara de que como foi possível ter-se chegado, entre outros aspectos, à construção de um novo edifício com características militares, seguindo muito de perto modelos que vigoravam e fazia carreira na antiga *Grande Síria*⁹⁸⁰ mas também em outros pontos da Bacia do Mediterrâneo.

De facto, esta fase é aquela em que os cronistas, como Aḥmad al-Rāzī dizem que chegam muitos emigrantes e, na frase seguinte, se diz que o emir "elevó alcázares, hizo obras, construyó puentes, trajo agua dulce hasta su Alcázar desde la cima de las montañas, perforando para ello las duras rocas ... e hizo llegar el excedente al pilón que instaló ante [la puerta] meridional central de su Alcázar, la llamada Puerta del Jardín (Bāb al-Ġinān), donde se vertía en una pila de mármol a la que tenía acceso toda la gente..."⁹⁸¹. As obras hidráulicas em Córdova não deixaram nenhum cronista indiferente⁹⁸².

Esta informação pode parecer deslocada, mas deve conjugar-se esta atenção pelas obras públicas em Córdova, na capital, com a disponibilidade de técnicos, de arquitectos, de *know how* para intervir em outras situações e, no caso vertente, em Mérida. Mas, a referência longa à preocupação com a água em Córdova tem também a sua aplicação em Mérida. Na verdade, para além da Alcáçova em si, para além do recinto quadrangular para albergar uma guarnição e controlar o acesso à ponte sobre o Guadiana, construiu-se também uma grande obra hidráulica, dentro da alcáçova, obra que permite, com uma escadaria dupla de pouca inclinação, ter-se acesso ao nível freático do rio e, dessa forma, permite que qualquer guarnição aí fechada tenha recursos em água praticamente infundáveis, ou melhor, permite que haja água disponível no interior do novo recinto muralhado desde que existia um pequeno caudal no rio Guadiana.

A alcáçova de Mérida foi de alguma forma uma espécie de novo *standard* a nível da qualidade das construções militares no al-Andalus e, de alguma forma, acaba por ser uma referência também para o al-Andalus. Aliás, as obras de hidráulica parece terem sido fortes neste período; ‘Abd al-Raḥmān II, além de responsável por novas entradas na alcácer omíada - como foi a porta conhecida como da da al-Suda (*bāb al-Suda*), porta rematada estilisticamente de forma elogiada por Aḥmad al-Rāzī⁹⁸³, o mesmo emir é responsável pela construção do dique que passou a conter as irregulares águas do Guadalquivir, dique esse feito em alvenaria (o texto refere mesmo que a obra é feita com "pedra assente com argassada") e que, por ser cuidadosamente terminado no topo, se tornou num local agradável e procurado para as *promenades* de alguns cordoveses. Os arquitectos ou, no mínimo, os mestres de obras passam a ser conhecidos, como foi o caso desta obra hidráulica em Córdova, da autoria de Aḥmad al-‘Utbī, "homem de confiança" que supervisionou a construção do

979. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 139v, trad. pp. 169-170.

980. Utiliza-se o conceito de Grande Síria como equivalente ao territórios que correspondem culturalmente à zona que, além do Estado que, depois do fim do Império Otomano e hoje usa a designação de Síria e que, englobando-o, tem a ver também com os actuais Líbano, Jordânia, Palestina e territórios que fazem hoje parte do Estado de Israel.

981. Aḥmad al-Rāzī segundo Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 139v, trad. p. 170.

982. Cf. M. ibn Mufarriġ, citado em Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 144, trad. p. 183.

983. Aḥmad al-Rāzī segundo Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140, trad. p. 172.

dique em 212 H⁹⁸⁴.

O livro de *Ibn Mu'āwiya*, citado igualmente por Ibn Ḥayyān, dá detalhes interessantes, sobretudo para quem se interessa pelo interesse no al-Andalus pela construção e pela arte. Aí se diz que com 'Abd al-Raḥmān II a recolha de impostos possibilitou a "majestad de cuantos alcázares, obras, almunias y parques" que o emir construiu ou concebeu⁹⁸⁵; acrescenta-se que o mesmo emir fez no seu palácio "grandes construções e maravilhosas obras". Mas, e como toda a moeda, o reverso desta aposta na arquitectura, na construção e na decoração teve também reflexos na pompa; pompa e protocolo - certamente emulando a corte abbássida - que o torna no primeiro emir que evita o contacto fácil com a população⁹⁸⁶.

Porém, uma das obras mais marcantes da sua governação - perfeitamente inserida neste ambiente de construção, embelezamento e melhoramento da capital e de outras cidades do al-Andalus - foi a primeira grande ampliação da mesquita de Córdoba⁹⁸⁷. Os textos, por vezes ambíguos nas descrições das modificações introduzidas⁹⁸⁸, dão grande destaque às modificações introduzidas com a ampliação de 234 H⁹⁸⁹, comparando-o à mesquita de Meca⁹⁹⁰. Na obra trabalharam "operários hábeis", supervisionados por eunucos cortesanos, como passará a ser frequente acontecer⁹⁹¹.

Está, pois, em formação uma nova geração de artífices, de artesãos, pedreiros e outros oficiais que, depois de aprender em Córdoba, se poderão deslocar a vários pontos do al-Andalus e adaptar-se aos materiais e às matérias primas locais. Porque, de facto, as obras não se ficaram por Córdoba - e Mérida - durante os trinta anos do governo deste emir dedicado e sensível às obras públicas (e

984. Aḥmad al-Rāzī segundo Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140, trad. p. 172. Sobre este dique de Córdoba veja-se E. Lévi-Provençal, *Histoire de l'Espagne Musulmane*, I, pp. 260-261 e III, p. 378. O ano de 212 H. inicia-se em Abril de 827; não deve ter sido muito depois que se teriam iniciado as obras.

985. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140v, trad. p. 172.

986. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140v, trad. p. 172. Sobre o protocolo em tempos de 'Abd al-Raḥmān II veja-se E. Lévi-Provençal, *ibidem*.

987. Sobre a ampliação da mesquita de Córdoba em tempos de 'Abd al-Raḥmān II veja-se L. Leopoldo Torres Balbás, , "Arte Hispanomusulmán hasta la caída del Califato de Córdoba", in *España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, Tomo V de Historia de España, dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, Espasa-Calpe, 4ª ed., 1982.; Manuel GÓMEZ-MORENO, "El arte árabe español hasta los almohades. Arte mozárabe", *Ars Hispaniae*, VOL. III, Ed. Plus Ultra, Madrid, 1951, pp. 56-59; MAIS RECENTEMENTE e com novas perspectivas, veja-se Antonio Fernández-Puertas, " Mezquita de Córdoba. 'Abd al-Rahman I (169/785-786). El trazado proporcional de la planta y alzado de las arquerías del oratorio. La qibla y el mihrab del siglo viii", *archivo español de arte*, LXXXI, 324, 2008, pp. 333-356.

988. O texto que Ibn Ḥayyān atribui a Aḥmad al-Rāzī dá uma descrição da ampliação que coloca problemas de interpretação. No mínimo veja-se *Muqtabis II-1*, . 140v-141, trad. p. 173-174 e notas 360-363. Veja-se uma descrição - qque Ibn Ḥayyyān a rma retirar de Ibn al.Nazzām, onde não faltm referências a aspectos de métrica - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141, trad. p. 176.

989. De Agosto de 848 a Julho de 849.

990. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 140v-141, trad. pp. 173-174.

991. As obras foram supervisionadas pelo eunuco Naṣr e pelo seu *companheiro* Masrūr; não faltou a supervisão do qāḍī e *imām* (امام) da mesquita de Córdoba, Muḥammad ibn Ziyād.

palatinas...).

Para além de Mérida, também Sevilha viu alterações no seu sistema defensivo - precário, como de facto era em 230 H. / 844-45⁹⁹². Sem deixar de lado o projecto de ampliação da mesquita da capital - Córdoba -, o emir empreende a construção de uma muralha considerada eficaz para fazer face as futuras tentativas dos *mağus*, normandos / vikings de penetrar pelo Gauadalquivir e avançar, rio acima, impune e facilmente.

O nome do emir ‘Abd al-Raḥmān II está igualmente ligado a um aspecto muito relevante; a construção, que até então deveria ser raro em algumas cidades, de mesquitas nas capitais de circunscrição administrativa, nas *Kuras*⁹⁹³. Em termos culturais, o emir ‘Abd al-Raḥmān II está igualmente ligado à implantação das manufacturas estatais de tecidos (muitos deles luxuosos) - o *tīrāz* - e à implantação de uma verdadeira *Casa da Moeda*⁹⁹⁴.

Embora haja, lamentavelmente, poucas informações - para esta época - relativas a arquitectos ou mestres de obras e à forma como se processava a sua aprendizagem, o período da governação de ‘Abd al-Raḥmān II deve ter sido bastante propício para arquitectos, construtores, artistas competentes, inovadores e capazes de competir com o que de melhor se fazia em outros territórios islâmicos. A opinião que Ibn Ḥayyān atribui a Ibn Mufarriğ mostra que este emir escolhia e apoiava os *capazes e dotados*⁹⁹⁵ nas áreas em que eram proficientes, atitude que deve ter sido aplicada também ao arquitecto que concebeu a Alcáçova implantada na cidade que, séculos antes, fora capital da Lusitânia e que este emir desejava controlar firmemente. Para muitos dos revoltosos da cidade, a Alcáçova deveria ser encarada como uma espécie de *bunker* do ocupante, como símbolo da conquista e da imposição da política e da fiscalidade dos omíadas de Córdoba.

‘Abd al-Raḥmān II (822-852)⁹⁹⁶ foi contemporâneo dos califas abbássidas al-Ma’mun 813-833⁹⁹⁷ e al-Mu’tasim 833-842⁹⁹⁸. Ou seja, não desconheceria, certamente, as inovações e do requinte da corte da nova cidade de Bagdade - بغداد -⁹⁹⁹, cidade escolhida para capital da dinastia triunfante no

992. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 141, trad. pp. 174-175.

993. Diz al-Rāzī (sem especi^ocar qual) que "nos dias do emir ‘Abd al-Raḥmān III foram construídas mesquitas aljamas nas circunscrições de al-Andalus", acrescentando mais adiante que as "suas concubinas e escravas colaboraram, em competição com as suas recatadas esposas, em construir excelentes mesquitas em Córdoba" - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 142, trad. pp. 177.

Traduzo **Kūra por circunscrição** na medida em que este, de alguma forma o sentido etimológico da palavra; Kūra - كورة, no árabe actual designa, entre outras coisas, "bola"; o seu sentido aponta para a forma circular.

994. cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 142v-143, trad. pp. 179-181.

995. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 142v, trad. p. 178.

996. ‘Abd al-Raḥmān II morreu no auge do seu poder, de forma inesperada; deixou cerca de uma centena de descendentes..., cinquenta de cada sexo. - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 142v, trad. pp. 179.

997. أبو العباس "المأمون" عبد الله بن هارون الرشيد. Al-Ma'mūn, "o Leal".

998. أبو إسحاق "المعتصم بالله" محمد بن هارون الرشيد

999. Sobre a cidade de Bagdade veja-se Hugh Kennedy, *The Court of the Caliphs, When Baghdad Ruled the Muslim World*, Londres, Ed. Phoenix, 2004; Janine e Dominique Sourdel, "Haroun ar-Rachid", *Dictionnaire*

coração do Mundo Árabe e Islâmico, no coração dos antigos territórios omíadas do Oriente. Deveria estar a par, enfim, da atmosfera cosmopolita das cidades do Império abbasída e do prestígio do califa anterior - Hārūn al-Rashīd, ou هارون الرشيد¹⁰⁰⁰ - período de esplendor económico mas também cultural, científico e diplomático, durante o qual o califa associado às *Mil e Uma noites* se relaciona diplomaticamente com Bizâncio e com Carlos Magno. A sua sombra e o seu prestígio chegaram ao al-Andalus, ao qual chegavam cada vez mais orientais que procuravam um corte aberta e desejosa de acompanhar as novas correntes - culturais, arquitectónicas, políticas e religiosas - que, centradas no que é o actual Iraque, nas margens da antiga Mesopotâmia, eram o local mais cosmopolita do Mundo Árabe e Islâmico, onde confluíam Mediterrâneo e Oriente (sobretudo as correntes culturais provenientes dos planaltos iranianos e do sub-continente indiano). Mas a actividade deste emir¹⁰⁰¹ encontra-se também em outras paragens do al-Andalus¹⁰⁰²; melhorou o palácio iniciado por seu pai em Toledo, está pior detrás da iniciativa da fundação da cidade de Mursiyya, reparou a ponte de Saragoça e, entre as mesquitas a que o seu nome está ligado encontra-se a de Sevilha (cidade cuja muralha reparou), cuja lápide fundacional se encontra estudada¹⁰⁰³.

É nesta fase de efervescência cultural que se afirmam as novas tendências culturais e contrutivas no al-Andalus. O emir ‘Abd al-Rahmān II soube tirar partido das disputas entre os filhos de Hārūn al-Rašīd¹⁰⁰⁴, a acolheu de forma exemplar muitos mercadores e intelectuais - abrindo o al-Andalus a novos mercados e a novas tendências culturais.

O gosto e a importância dada pelo emir pela decoração, fausto, pompa mas também pela arquitectura deve ter sido muito grande e não passou despercebida aos cronistas que vieram a seguir. Diz-se que "fue el primero que hizo fastuosos edificios y cumplidos alcázares, **utilizando avanzada maquinaria** y revolviendo todas las comarcas en **busca de columnas...**"¹⁰⁰⁵. Está-se, pois, numa fase de avanços até em termos tecnológicos, com a introdução de "**maquinaria avanzada**" que, ao que parece, nunca tinhaa entrado no al-Andalus e, por outro lado, a um aproveitamento de materiais ricos, como as colunas - muitas delas de outras construções, romanas

historique de l'islam, Paris, PUF, 1996, s.v.; Ibn Khaldun, *Le livre des exemples*, (ed. Abdesselam Cheddadi), vol. I, Gallimard, coll. « La Pléiade », 2002, William Muir, *The Caliphate, its rise, decline and fall*, cap. LXIV.

1000. Hārūn al-Rašīd, ou *Aarão o Justo*, nasceu em Rayy (cidade iraniana, destruída no séc. XIII pelos Mongóis e localizada perto da moderna Teerão) em Março de 763 e morreu em Bagdad, aos 24 de Março de 809.
1001. L. TORRES BALBÁS, "Arte hispanomusulmán. Hasta la caída del Califato de Córdoba", in E. LÉVI-PROVENÇAL et alii, *España musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, tomo V de *Historia de España*, dirigida por R. MENÉNDEZ PIDAL, Madrid, 1957, 5a. ed., Madrid, ed. Espasa-Calpe, 1987, (pp. 331-788), pp. 374-403.
1002. Carmen Barceló lembra muitas das outras obras realizadas nesta fase, com o grande mérito de usar igualmente a informação proveniente das fontes epigráficas; cf. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, (pp. 59-78), p. 67.
1003. Manuel OCAÑA JIMÉNEZ, M., *El cúco hispano y su evolución*, Madrid, 1970, pp. 22-23.
1004. Aḥmad al-Rāzī reconhece perfeitamente este sentido de oportunidade deste emir de Córdoba - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 143, trad. pp. 180-181.
1005. ‘Īsā ibn Aḥmad al-Rāzī referido por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, . 143v, trad. p. 182.

ou tardo-romanas - que sendo retirados dos edifícios para que foram originariamente concebidos, ganham uma nova vida em construções novas, diferentes, nesta primeira metade do século IX. É de supor que os cronistas se refiram especialmente às colunas que foram levadas, dos mais variados pontos da península Ibérica para Córdova¹⁰⁰⁶, mas esta atitude não se fica pela capital do emirado. Na verdade, ambas as entradas do poço-cisterna da alcáçova emeritense exibem pilastras de época visigoda nas suas ombreiras; já no interior, as ombreiras ou molduras do início das escadaria suavemente inclinada que dá acesso à água são igualmente decoradas, intencionalmente com pilastras colocadas na vertical e na horizontal, como que solenizando e dignificando a obra e o poder político que está por de trás dela, diminuindo, automaticamente, o poder das instituições a que esses *spolia* pertenciam originalmente¹⁰⁰⁷.

Assim, tudo leva a crer que há uma espécie de *imagem de marca* do período do emir ‘Abd al-Rahmān II. Se não há um programa arquitectónico durante este governo, parece haver pelo menos uma *praxis* que se plasma em edificações várias. Mas esta prática ganha novos contornos com revelações e hipóteses novas que se têm colocado em Mérida em relação à própria cisterna. A escavações e limpeza criteriosa da parte superior da cisterna revelou um espaço singular, com acesso exterior e que possui um nicho - um único - e que está definido intencionalmente com orientação para Meca (sensivelmente). Foi colocada a hipótese de este pequeno espaço, implantado em cota alta, sobre a água sagrada, poder ser o que resta de um oratório, uma pequena mesquita, ao serviço do contingente armado aqui estacionado; associando água com vigilância e oração¹⁰⁰⁸. Embora os dados sejam recentes, não deixam de ser promissores e de poder revelar aspectos do

1006. São vários os estudos que mostram a reutilização de colunas de épocas anteriores na mesquita de Córdova, sobretudo nas fases iniciais.

Um trabalho comparativo sobre esta prática - que não foi exclusiva do Mundo islâmico - de retirar materiais romanos do seu contexto e dar-lhe uma nova utilização em outras construções pode encontrar-se em Dale Kinney, "Roman Architectural *Spolia*" in *PROCEEDINGS OF THE AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY*, vol. 145, n.2 2001, (pp. 138-150) ; pp. 149-150 e °g. 10-12 (disponível, mas sem imagens, em <http://www.aps-pub.com/proceedings/1452/Kinney.pdf>).

Sobre a mesquita de Córdova veja-se ainda Creswell, *Early Muslim Architecture*, pp. 148-49; Christian Ewert, *Spanisch-islamische Systeme sich kreuzender Bögen*, vol. 1, *Die senkrechten ebenen Systeme sich kreuzender Bögen als Stützkonstruktionen der vier Rippenkuppeln in der ehemaligen Hauptmoschee von Córdoba*, Berlim, Walter De Gruyter & Co., 1968, pp.12-13.

1007. Uma reexão exemplar sobre a forma como eram apropriados, como troféus, pedras de igrejas coptas e de outros edifícios, veja-se Finbarr b. Flood, "The medieval trophy as an art historical trope: Coptic and byzantine "altars" in islamic contexts", in *Muqarnas*, vol. 18, Leiden, Brill, 2001, pp. 41-72; do mesmo autor e mais recente cf. idem, "An ambiguous aesthetic: Crusader spolia in Ayyubid Jerusalem," in Robert Hillenbrand and Sylvia Auld, eds., *Ayyubid Jerusalem: The Holy City in Context, 1187-1250*, London, Altajir Trust, 2009, 202-215 (pdf); o mesmo autor, porém, saliente que alguns casos de spolia podem ter signi°cado apotropaico: idem, "Image against Nature: Spolia as Apotropaia in Byzantium and the Dar al-Islam," in *Mapping the Gaze – Vision and Visuality in Classical Arab Civilisation*, a special issue of *The Medieval History Journal*, 9.1, 2006, 143-166 (pdf).

1008. Feijoo Santiago e Alba, Miguel , "Nueva lectura arqueológica del aljibe y la Alcazaba de Mérida", in *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya*, Mértola, pp 161-170.

Fortificação, guerra e poderes no *Ġarb al-Andalus*
quotidiano dos ocupantes de uma Mérida tradicionalmente insubmissa.

Epigrafia - a marca de posse omíada no vale do Guadiana

O poder emiral de Córdoba pretendeu deixar marcas bem claras na alcáçova construída em Mérida. Se durante muito tempo se conheceu unicamente um dessas lápides, hoje sabe-se da existência de três inscrições¹⁰⁰⁹, duas das quais se conservam.

O poder político não deixou de marcar de forma bem clara o domínio sobre o espaço da nova alcáçova e da cidade acabada de subjugar. Por isso, não faltaram as inscrições sobre as portas que legitimam o domínio sobre o espaço. Mas também é possível que essas marcas epigráficas tenham a ver com obras diferentes, levadas a cabo em fases também elas diferentes.

Apesar de ter havido vários estudos que se debruçaram sobre estas inscrições, um trabalho recente e muito profundo reexamina vários aspectos referentes a estes epígrafes, para além de uma simples análise dos aspectos epigráficos, já de si muito relevantes, destas lápides¹⁰¹⁰.

Como lembra Carmen Barceló, a identificação do emir nas lápides de Mérida - a sua filiação e título - encontram-se claros nas lápides de Mérida mas igualmente - e da mesma forma - num capitel, o único que se conserva deste emir¹⁰¹¹.

O trabalho de Carmen Barceló, não sendo a palavra final sobre a matéria, como a própria autora reconhece - na medida em que se esperam aportações da arqueologia para esclarecer o significado de uma dessas lápides - revela como o estudo integrado da epigrafia com as fontes cronísticas ajuda a esclarecer aspectos políticos, militares e até ideológicos, sendo fundamentais para se compreender algumas das circunstâncias que rodearam o processo de islamização do *Ġarb al-Andalus*.

Mas as epígrafes de Mérida revelam algo de muito mais importante; as lápides contêm elementos de datação e indicam quem são os responsáveis pelas obras. Trata-se de obras de alguma forma *assinadas*; só que essas assinaturas revelam mais que simples nomes.

Carmen Barceló estuda epigraficamente cada uma das duas epígrafes¹⁰¹² com paradeiro conhecido

1009. cf. Alicia M. Canto, *La arqueología española bajo Carlos IV y Godoy. Los dibujos de Mérida de D. Manuel de Villena Mozinho (1791-1794)*, Madrid, 2001, apêndice n.1, citada por Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 63. Manuel Ocaña opina também no sentido de ter havido uma terceira lápide.

1010. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, pp. 59-78.

1011. Veja-se sobre este capitel, L. TORRES BALBÁS, "Arte hispanomusulmán. Hasta la caída del Califato de Córdoba", in E. LÉVI-PROVENÇAL et alii, *España musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, tomo V de *Historia de España*, dirigida por R. MENÉNDEZ PIDAL, Madrid, 1957, 51. ed., Madrid, ed. Espasa-Calpe, 1987, (pp. 331-788), pp. 395-397, imagens 195-196.

1012. Essas duas lápides são conhecidas desde o século XVII - Moreno de Vargas, *Historia*, citada por Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, pp. 59-60. Uma das lápides é publicada várias vezes, uma delas por José Antonio

separadamente e aperfeiçoa as leituras e edições anteriores, sobretudo as duas mais relevantes e regidas por critérios científicos - as de Lévi-Provençal¹⁰¹³ e de Manuel Ocaña¹⁰¹⁴.

Convém, para que se alcance a relevância destes texto epigráficos, ver com algum detalhe cada uma das lápides.

Lápide 1 - A mais conhecida, com 60 X 162 cm, esteve colocada durante séculos sobre a porta que dava entrada directa ao interior da Alcáçova¹⁰¹⁵. Pela análise da pedra, a lápide árabe parece ter reutilizado uma cornija de época romana, na qual se marcaram cinco linhas de escrita. C. Barceló concorda em geral com a proposta de leitura de Lévi-Provençal, sugerindo unicamente que em vez de Ġayfar - que Lévi-Provençal aceita com reservas - se leia Ġayqār, nome árabe ligado a um personagem pré-islâmico e que chega a ser citado por Lévi-Provençal¹⁰¹⁶.

Esta é a leitura e tradução mais recente, feita por Carmen Barceló:

Lápide 2 - Esta lápide conserva-se na localidade de Almendralejo, foi feita a partir de um bloco romano em mármore branco e apresenta as seguintes dimensões: 42,5 X 127,5 cm e, ao contrário da peça antes descrita, não apresenta elementos de datação.

C. Barceló apresenta algumas dúvidas em relação à leitura feita por F. Codera y Zaydín e revela que Lévi-Provençal - que a publica - nunca a chegou a ver¹⁰¹⁷.

Esta segunda lápide apresenta um vocábulo que tem causado muita dificuldade de interpretação. Na última das sete linhas surge uma palavra formada pelos signos 5a-2i-9f¹⁰¹⁸, signos que Codera fez equivaler a *rub'* - equivalente a *quarta parte*¹⁰¹⁹ ou *vila* - e Lévi-Provençal a *rab'* - equivalente a bairro¹⁰²⁰, sugerindo o arabista francês que se comemorava com esta inscrição a fundação de um bairro extra-alcáçova, hipótese que C. Barceló rejeita pela fraqueza da argumentação de Lévi-

Conde; a segunda lápide é encontrada em 1901 e foi estudada e publicada inicialmente por F. Codera, "Inscripción árabe del castillo de Mérida", in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 41(1902), pp. 138-142 (disponibilizada recentemente por *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*, 2007 em <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=23987>).

1013. E. Lévi-Provençal, *Inscriptions arabes d'Espagne*, Leiden-Paris, 1931, pp. 51-53; imagens 39-41; a primeira - n. 39 (pl. XI c))- corresponde à lápide encontrada na porta da alcáçova; a segunda à que foi encontrada em 1901 e a terceira Lévi-Provençal atribuiu-a erradamente a Mérida, sendo de Jerez de la Frontera.

1014. Manuel Ocaña Jiménez, *El cú'co hispano y su evolución*, Madrid, 1970, pp. 23-24; esta obra continua a ser a melhor síntese sobre a epígrafa *andalusī* nos seus primeiros séculos.

1015. A lápide original, durante muito tempo colocada sobre a porta, foi substituída por uma réplica; o original guarda-se na igreja de Santa Clara de Mérida.

1016. E. Lévi-Provençal, *Inscriptions arabes d'Espagne*, Leiden-Paris, 1931, p. 51, n. 2.

1017. De facto, esta lápide esteve perdida até à década de oitenta do século XX.

1018. Sobre a equivalência das letras em cú'co, dada a falta de pontos diacríticos, veja-se M. Ocaña, *op. cit.*, g. 2.

1019. De aqui vem o português *al-Rub'* > ar-Ruba > arroba.

1020. Sobre as múltiplas hipóteses de leitura desta sequência de três signos veja-se C. Barceló, *op. cit.*, p. 65.

Provençal¹⁰²¹ que não deixou de se seguida, entre outros, por L. Torres Balbás¹⁰²².

Mas o que é bastante interessante é que C. Barceló deixa cair uma outra hipótese. Reconhecendo as implicações a que se liga a decifração dessa palavra, a autora diz que

"Volviendo a esa palabra que ahora discutimos, hay que reconocer que no es fácil decidir sobre su lectura y significado que, por lo razonado hasta ahora, no puede ponerse en relación con 'barrio' ni –de momento– con 'torre'. Si aceptáramos la lectura rayc, entre cuyas acepciones está la topográfica de 'torrente o canal de agua que desciende de un lugar elevado', no quedaría resuelta la cuestión. Podría traducirse rayc por su acepción de 'la mejor parte', pues parece una versión neutra y menos comprometida. Con todo, tampoco zanján el tema porque se desconoce donde apareció la inscripción.

*Así pues, propongo leer rabc y traducir la palabra –con reservas– por 'residencia'.*¹⁰²³"

Ou seja, um dos possíveis significados da palavra está relacionado com "torrente o canal de agua" e - de momento, dado que os dados arqueológicos são escassos - não é possível relacioná-lo com "torre"; não é possível, mas tampouco será impossível se a informação de âmbito arqueológico trazer novos dados ou se se conhecer o local original de onde proveio a inscrição.

Duas fases de construção omíada?

Apesar das imensas e compreensíveis cautelas de Carmen Barceló, não deixa de ser possível especular sobre as possíveis implicações destas hipóteses de explicação a partir de uma possível *rab'* ou *rub'*. Tente-se ir um pouco mais longe, se bem que sem deixar o campo das hipóteses.

Por um lado, parece bem claro, depois do estudo epigráfico de C. Barceló, que **não houve uma mas, pelo menos, duas fases de construção em Mérida**: a alcáçova, ou o recinto militar por um lado e, por outro, uma outra construção que não está bem determinada. Duas construções, ou uma grande construção e uma eventual ampliação ou acrescento feito pouco tempo depois da início da obra.

Essa construção mantém-se não determinada, dadas as dificuldades de leitura de uma qualquer lápida em escrita cúfica¹⁰²⁴ - ainda sem a aplicação de pontos diacríticos e numa fase em que não se usavam signos para vocalização - ter a certeza do que seria.

1021. C. Barceló tem razão em criticar Lévi-Provençal por este considerar absurdo haver mais de uma lápide relativa a uma obra - lembrando ela que para a muralha omíada de Sevilla se mandaram instalar várias lápides; mas a posição de Lévi-Provençal nesse ponto não destrói toda a sua argumentação como, por exemplo, o facto de que *rab'* pode significar um bairro ou qualquer acrescento no exterior da muralha.

1022. L. TORRES BALBÁS, L., *Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba*, in. E. LÉVI-PROVENÇAL, *Historia de España*, p. 381 e nota 31; cf. C. Barceló, *op. cit.*, p. 66.

1023. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 65.

1024. A escrita cúfica é um estilo de escrita muito específico. Por um lado, pelo seu próprio nome, é um estilo de escrita proveniente do Iraque, mais propriamente da cidade de Kūfa, uma das cidades onde se estabeleceram os seguidores do Profeta algum tempo depois da sua morte; foi um centro islâmico fundamental nos primeiros séculos do Islão e aí se teria criado este estilo caligráfico e epigráfico que se caracteriza pela existência de letras angulosas e, nas fases iniciais, sem a colocação de pontos diacríticos, sistema que só é adoptado depois da morte do Profeta. Sobre o cúfico no al-Andalus veja-se ; M. Ocaña Jiménez, "Kitabat (3. In Muslim Spain)", *E. I.* 2, vol. V, pp. 218-220.

Um das hipóteses que C. Barceló apresenta, sem bem com poucas hipóteses de sustentabilidade, tem a ver com a existência de condução de **água** ou, nas suas palavras de "torrente o canal de agua". Ora, uma das obras mais relevantes ligadas estreitamente à construção da alcáçova é o poço-cisterna que se encontra no interior da construção e que permitiria a qualquer guarnição manter-se durante período de tempo auto-suficiente numa zona onde a água não é um bem que se possa desperdiçar, sobretudo tendo em conta que se trataria de uma guarnição proveniente do exterior, estrangeira aos emeritenses; havia que manter a guarnição abastecida de água e a obra que ainda se pode apreciar no interior da alcáçova não é obrigatório que tenha sido concebida e edificada em simultâneo com o recinto murado¹⁰²⁵.

Mas pode colocar-ser uma segunda hipótese, hipótese para a qual C. Barceló considera - e bem - que não há ainda elementos para a avaliar - a hipótese de que se trate de torre ou torres. E se se tiver em linha de conta - como diz Lévi-Provençal - que *rab'* pode ter a ver com um arrabalde¹⁰²⁶ é possível estar atento à hipótese de que a referida lápide proveniente de Mérida e que se encontra em Almendralejo tenha a ver com *construções em zona exterior*, o que poderia ser uma explicação para as *torres albarrãs* mais antigas de Mérida.

Este mesmo raciocínio não impede, igualmente, uma terceira hipótese. Não seria, pois, impossível que a segunda lápide conhecida, a que C. Barceló consegue datar dentro do intervalo de 234-238 H. / 848-852¹⁰²⁷, pudesse ter a ver com a construção complementar de controle, o sistema de defesa da porta virada a norte e, simultaneamente, de controlo do rio, ou seja, o *propugnaculum* ou *antecastellum*, com uma área quadrada, cuja construção pode ter tido lugar algum tempo depois da inicial. E, curiosamente, essa pequena construção teve algum tipo de lápide, colocada em data não definida; na planta e alçados da fortaleza de Mérida feitos pelo desenhador hispano-português Villena Moziño, em 1802, o sistema de defesa da ponte e da entrada da alcáçova apresenta-se ainda com uma altura admirável e com uma entrada recta com um claro arco ultrapassado sem alfiz - um "arco em ferradura" - e sobre a entrada o ilustre desenhador¹⁰²⁸ representou uma lápide ou um símbolo heráldico sobre a entrada¹⁰²⁹.

No entanto, não deixa de ser possível relacionar esta segunda construção - referida na lápide

1025. Sobre as cisterna no interior da construção militar omíadas veja-se Fernando Valdés Fernández, "El aljibe de la Alcazaba de Mérida y la política omeya en el occidente de al-Andalus", *Extremadura arqueológica*, n. 5, 1995 (Homenaje a la Dra. D. Milagro Gil-Mascarell Boscà), pp. 279-300.

1026. Aliás, é deste radical semita que surgem palavras como *al-rabad*, de onde, em português, *arrabalde*.

1027. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 73.

1028. Este desenhador foi alvo de um importante trabalho de síntese, fundamental para a História de Mérida; trata-se de Alicia CANTO, *La arqueología española en la época de Carlos IV y Godoy. Los dibujos de Mérida de don Manuel de Villena Moziño*, 1791-1794, Madrid, 2001.

Este desenho de Villena Moziño encontra-se publicado em *Foro - Boletín del Consorcio de la Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida*, n.º 49, Mérida, 2007, pp. 6-7.

1029. Não se pode considerar, à partida, que era aí que estava a referida lápide de Almendralejo, até que pelas dimensão da lápide e pelo desenho parece não coincidirem. Mas, como se coloca a hipótese de terem havido mais lápides, não seria impossível que aquilo que Villena Moziño seja, eventualmente, uma outra marca de época omíada.

estudada inicialmente por Codera - com alguns problemas por resolver a nível das próprias fortificações de Mérida. E esses problemas têm a ver com as **torres** albarrãs iniciais, aquelas que se encostam às torres iniciais e que são igualmente feitas com materiais retirados das muralha romana destruída; ou seja, são torres feitas com um aparelho muito semelhante ao do recinto amuralhado inicial, mas correspondem, pelas juntas bem visíveis a uma fase posterior de construção e de acesso fácil aos paralelepípedos de origem romana ou tardo-romana.

Seja como for, a obra inicial, o investimento inicial de ‘Abd al-Raḥmān II em Mérida não se ficou pela simples destruição e desmantelamento da muralha romana e pela subsequente edificação de um recinto amuralhado novo que albergasse as tropas que se eram fiéis. O emir pretendia terminar com a sedição em Mérida, mas não deveria estar nos seus planos que a cidade viesse a desaparecer ou a mirrar em termos políticos, económicos e demográficos. O tema e a sua solução mantêm-se em aberto.

A obra omíada em Mérida - Epigrafia, poderes e sociedade

Uma das dúvidas que mais habitualmente se associam às construções alto-medievais refere-se à autoria das obras de arte. No caso que aqui se pretende estudar, o que se pretende é conhecer o melhor possível as circunstâncias, as razões mas também as opções que se escolheram para que o poder central estabelecido em Córdova pudesse controlar a cidade de Mérida.

Ora, se as crónicas não são - habitualmente - muito generosas em termos de informação relativa aos arquitectos, não deixa de haver menção em relação a alguns deles. Por outro lado, a epigrafia pode compensar a relativa avareza das fontes produzidas em meios cortesãos e, por vezes mais distantes dos directos fazedores ou idealizadores dessas obras.

No caso da primeira grande obra omíada em solo da antiga Lusitânia há felizmente informações provenientes da epigrafia.

O tipo de *eulogia* que é feito ao emir permite a C. Barceló atribuir os textos das lápides a duas individualidades distintas. Sabendo-se que a *Kitāba al-‘ulyà* esteve nas mãos de quatro secretários diferentes que usaram formulários também eles diferentes. É possível afirmar que a *eulogia* da primeira lápide, da que se encontrava sobre a porta da alcáçova, e que diz *a‘azza-hu Allāh* (glorifique-o Deus) foi usado igualmente num capitel que ostenta o nome do emir¹⁰³⁰ foi usado em tempos do *kātib* Muḥammad al-Zaġġālī (215-232 H. / 830-846), enquanto que a expressão *akrama-hu Allāh*, usada na lápide que foi deslocada para Almendralejo, foi usada pelo *kātib* ‘Abd Allāh ibn Yazīd (232-240 H. / 846-854) e foi usada igualmente por outro *kātib* já em tempos de Muḥammad I¹⁰³¹.

1030. O único capitel que se conhece em que esta situação sucede é procedente de Córdova (cf. L. Torres Balbás, *Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba*, in. E. LÉVI-PROVENÇAL, *Historia de España*, p. 396, figuras 195 e 196; ver igualmente, pela identificação do formulário Martínez Núñez, M. A. "La epigrafía del Salón de ‘Abd al-Rahman III", in *Madinat al-Zahra’*. *El Salón de cAbd al-Rahman III*, Córdoba, 1995, pp. 139-140.³³³

1031. Sobre este aspecto é fundamental ver-se Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, pp. 67-68.

Os formulários que a epigrafia revela são, pois, bons auxiliares de datação e permitem afinar e acompanhar o progresso das obras (se bem que não se sabe exactamente qual foi um delas..) em Mérida.

Por esses formulários, Carmen Barceló, conjugando dado da epigrafia com as novas aporções trazidas pela publicação recente do Muqtabis II, consegue precisar os dados disponíveis sobre o governador de Mérida, ou *‘āmil*, que era ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba¹⁰³².

É também através da epigrafia que se conhecem dados importantes sobre o governo da Mérida durante o emirado de ‘Abd al-Raḥmān II. Qualquer das duas epígrafes faz menção ao *‘āmil* ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba.

Quem era este governador¹⁰³³? O mais recente estudo sobre este indivíduo e a família de onde provém foi apresentado por C. Barceló que, conjugando dados epigráficos e historiográficos, mostra que era neto do - já aqui referido - general Ta‘laba ibn ‘Ubayd b. Mubaššir (ou Maysar), membro da tribo de Yuḏām e do *ġund* proveniente da Pelestina¹⁰³⁴ estabelecido depois na região de Sidónia, e um dos *mawālī* do primeiro emir omíada ‘Abd al-Raḥman I¹⁰³⁵. Dois dos irmãos deste *‘āmil* de Mérida ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba, tiveram também cargos relevantes ao serviço dos omíadas; Muḥammad, foi *ṣāhib al-šurṭa* em Córdova e wazīr de ‘Abd al-Raḥmān II e de seu pai; ‘Āmir foi igualmente *ṣāhib al-šurṭa* na capital e ‘Abd al-Raḥmān II nomeou-o *‘āmil* de Toledo e de Tudela¹⁰³⁶. Ou seja, o *‘āmil* de Mérida procedia de uma família influente, ligada desde a primeira hora aos omíadas.

‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba já se encontrava na zona do Guadiana em 211 / 826-827, enfrentando uma revolta na região¹⁰³⁷. C. Barceló acredita que seria *‘āmil* antes de 220/835. De facto, se como a lápide da porta de Mérida o afirma, era *‘āmil* em 220/835, data em que a obra é dada por concluída, se se tiver em conta o volume de obra que se encontra levada a cabo, é muito natural que ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba já desempenhasse esse cargo algum tempo antes e que, eventualmente, dado que deveria conhecer o território e a região desde a década anterior,

-
1032. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 68.
1033. Normalmente traduz-se *‘āmil* por governador. A palavra é um participio activo da raiz عمل, ligada ao sentido de fazer, obrar, actuar, ... (cf. J. Cortés, *Diccionario...*, s.v. عَمِلَ; . *‘āmil* - عامل - é, pois, sinónimo de *operante*, *fazedor*, *governador*.
1034. cf. M. Makki (ed.), *Al-Muqtabis min anḅā’ ahl al-Andalus, li-Ibn Hayyan al-Qurtubi (Muqtabis II)*, Beirute, 1973, p. 406.
1035. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 68. Veja-se igualmente E. Lévi-Provençal, *España musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, tomo V de *Historia de España*, dirigida por R. MENÉNDEZ PIDAL, Madrid, (1957), 51. ed., Madrid, ed. Espasa-Calpe, 1987, p. 219; E. Lévi-Provençal, *Inscriptions arabes d’Espagne*, Leiden-Paris, 1931, pp. 51-53; F. Codera, "Inscripción árabe del castillo de Mérida", in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 41(1902), (pp. 138-142), pp. 139-140.
1036. Segundo C. Barceló (*op. cit.*, p. 68), cujos dados se recolhem, exerceu estes dois cargos, sucessivamente, durante os anos de 223-224 / 837 (em Toledo), entre os anos de 224-226 / 837-841 em Tudela e, por ‘m, durante 226 / 841 novamente em Toledo.
1037. Não uma revolta liderada por um al-Ġillīqī mas aquela de que irá resultar a morte do primeiro que se conhece deste nome; cf. C. Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, (pp. 59-78), p. 68.

tivesse acompanhado o projecto e a obra desde o seu início.

Porém, como em 215 H. / 830 o *‘āmil* de Mérida era Ḥarīt ibn Bazī¹⁰³⁸, é provável que ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba ocupasse o cargo algum tempo depois, a partir de data não determinada.

A sua estadia em Mérida parece ter sido entrecortada com a assunção de outras funções. Sabe-se que foi igualmente *‘āmil* em Toledo, tendo ficado responsável pela reconstrução de uma estrutura palatina nesta cidade, junto à porta da ponte¹⁰³⁹, e assumiu iguais funções em Saragoça. Pelo seu *curriculum*, ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba, que ainda exerceu funções militares na zona de Sevilla contra os Normandos e em Niebla em 844 contra os mesmos e - dois anos depois - na zona de Tudela¹⁰⁴⁰, era um militar de carreira com uma invulgar capacidade de adaptabilidade, mas também com uma atracção especial no que respeita a construções e a pedras; capaz de actuar e de respostas em todos os campos, parece que demonstrava especial capacidade em termos de defesas passivas - cercando-os, conquistando-as (como no caso de Mérida) mas também construindo novos recintos (como, igualmente, no caso de Mérida mas também no caso de Toledo). O seu gosto pelos minerais foi atestado pelo próprio filho al-‘Āṣī que, num tertúlia, revelou que o seu progenitor - ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba - se sentia especialmente seduzido pelo mármore de Mérida e que estava atento a todas as pedras de mármore, de excepcional qualidade, que surgiam em Mérida durante as fases da construção do recinto militar omíada.

De facto, Al-Ruṣatī, para além de dar indicações precisas sobre os sistema romano de abastecimentos de água que aparentemente ainda estava operacional, refere que ‘Abd Allāh b. Kulayb b. Ta‘laba, quando estava em Mérida, mandou arrancar da muralha (numa fase em que existia ainda muralha, ou tramos dela) uma pedra de mármore que, pela sua beleza, parecia *aljófār*¹⁰⁴¹. Depois de a ter arrancado da muralha a referida pedra e de ter visto que possuía uma inscrição em *‘aġām* (não -árabe), mandou chamar os cristãos que ainda habitavam em Mérida, os quais não sabiam decifrá-la; só um velho, que foi mandado chamar pelo governador conseguiu

1038. Este *‘āmil* de Mérida era familiar do conhecido Bazī, *mawlā* do primeiro emir omíada; sobre Bazī e a sua família veja-se Maribel Fierro, "Bazī, *mawlā* de ‘Abd al-Raḥmān I", *Al-Qantara*, vol. VIII, Madrid, 1987, pp. 99-118.

1039. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, .179v, trad. p. 292. Cf. C. Barceló, *op. cit.*, p. 68.

1040. Al-‘Udrī, citado por C. Barceló, *op. cit.*, p. 69.

1041. al-Ruṣatī, Abū Muḥammad, *Al-Andalus en el Kitāb Iqtibās al-anwār y en el Ijtisār Iqtibās al-anwār de Ibn al-Jarrāt*, Edic. do texto árabe, introd. e notas de MOLINA LÓPEZ, Emilio e BOSCH VILA, Jacinto (*Fuentes Árábico-Hispanas*, n. 7), Madrid: CSIC-ICMA, 1990, (pp. 7-103), p. ++. Veja-se igualmente M. A. PÉREZ ÁLVAREZ, *Fuentes árabes de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1991, pp. 49-50; Alicia CANTO, "Fuentes árabes para la Mérida romana", *La islamización de la Extremadura romana*, Cuadernos Emeritenses - 17, Mérida, 2001, pp. 30-33 (tradução de Carmen Barceló).

decifrá-la, lendo referências a Jerusalém¹⁰⁴² na dita inscrição em mármore¹⁰⁴³. A paixão pelo mármore, quiçá reconhecendo a qualidade de muitos mármore de origem hispânica, era partilhado por outros chefes militares omíadas¹⁰⁴⁴. E esta fama de Mérida, como cidade rica em mármore belos, deve ter contribuído para que os despojos então existentes fossem desejados pelos senhores de Córdoba, necessitados de materiais prestigiantes para os novos edifício ou para as ampliações em curso na capital omíada.

arquitectos e engenheiros em Mérida

É também a epigrafia a responsável por se conhecerem alguns responsáveis pela obra do *ḥiṣn* construído em Mérida. A lápide que se conserva em Mérida refere um *ṣāḥib al-bunyān* à frente da obra construída em Mérida; trata-se, segundo a nova leitura proposta por C. Barceló, de Ḥayqār ibn Mukabbis. Este *encarregado da obra*¹⁰⁴⁵ deveria ter sobre os seus ombros a responsabilidade geral de toda a obra, mas não se sabe se só a execução ou se, igualmente, a sua concepção. Num outra linguagem, se seria ou não o arquitecto, autor do projecto ou se uma espécie de gestor ou administrador e fiscal geral da obra. J. Souto pensa que este seria o detentor das funções de "direcção efectiva ou técnica" da obra¹⁰⁴⁶. Lévi-Provençal coloca em paralelo esta função, ou melhor, esta designação, com a designação de *ṣāḥib al-abniya*¹⁰⁴⁷, um encarregado geral **das obras**, função a que Manuel Ocaña atribuiu uma responsável superior, de coordenação de várias obras¹⁰⁴⁸ -

1042. É bem conhecida passagem de al-Rāzī em que se refere a *dívuda* de Jerusalém para com a cidade de Mérida. É possível que esta referência tenha por base um equívoco cuja raiz assenta na existência, em Mérida, ainda no século IV, de uma basílica ou *ecclesia senior* que se denominava Santa Maria de Jerusalém. Cf. a importante obra do século VII, *Vitæ Santorum Patrum Emeritensium*, VIII, 19, citada por Alicia Canto, "Fuentes árabes para la Mérida romana", *La islamización de la Extremadura romana*, Cuadernos Emeritenses - 17, Mérida, 2001, p. 65 e n. 140.

As fontes árabes disponíveis não são suficientemente claras no que respeita à época em que foi destruída a igreja de Santa María de Jerusalem; Alicia Canto, ("Fuentes árabes ...", p. 66), crê que teria sido destruída em 713.

1043. Esta passagem, mais pormenorizada em Al-Ruṣaṭī, é referida igualmente por al-Rāzī.

1044. Carmen Barceló lembra que na referida tertúlia participava igualmente Hāšim ibn ‘Abd al-‘Azīz, *‘āmil* de Jaén, construtor de várias fortificações - *ma‘āqil* - na zona, uma das quais Úbeda (segundo a Ḥulla de Ibn al-Abbār) - cf. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, pp. 69-70. Este é mais um indício de que esta época é uma fase de novidades a nível poliorcético, no al-Andalus.

1045. A expressão *encarregado da obra* é, talvez, a que melhor se adapta às suas (mal conhecidas) funções. Sobre este *ṣāḥib al-bunyān* veja-se Juan A. Souto, "La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya", *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997, (pp. 11-34), p. 18 ; Juan A. Souto "Los constructores de al-Andalus omeya", in M. J. Viguera e C. Castillo (coords.) *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa occidental*, Granada, El Legado Andalusi, 2001, pp. 276-280.

1046. Juan A. Souto "Los constructores de al-Andalus omeya", in M. J. Viguera e C. Castillo (coords.) *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa occidental*, Granada, El Legado Andalusi, 2001, p. 278.

1047. E. Lévi-Provençal, *Inscriptions arabes d'Espagne*, Leiden-Paris, 1931, p. 9, n. 3.

1048. Manuel OCAÑA JIMÉNEZ, "Arquitectos y mano de obra en la construcción de la gran mezquita de Occidente", *Cuadernos de la Alhambra*, n. 22, Granada, 1986, (pp. 55-83), pp. 58-59, citado por Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1,

eventualmente até em vários sítios.

Esta designação, *ipsis verbis*, parece não ter feito escola¹⁰⁴⁹ e não se encontra, ao que parece, em documentação relativa ao período califal, mas não deixam de surgir outras fórmulas - com outros *ṣāhib/s* - que parece designarem sensivelmente as mesmas funções¹⁰⁵⁰.

Aliás, a hipótese de ser um cargo, ou melhor, uma designação muito datada e com ligações com o Oriente do Mediterrâneo¹⁰⁵¹ prende-se com o facto de este Ḥayqār ibn Mukabbis ser completamente desconhecido no al-Andalus até então. É mais que provável que este *mawlā* do emir e responsável "ocasional"¹⁰⁵² da obra seja um arquitecto proveniente, como muitos outros exemplos do período de ‘Abd al-Raḥmān II, do Oriente, o que até coincide com o modelo de edifício proposto e levado à prática, modelo para o qual não faltam paralelos no Oriente¹⁰⁵³. Mais recentemente, os trabalhos de F. Valdés têm posto em evidência esses paralelos, mas também Juan Zozaya.

A inscrição conservada em Almendralejo não refere a função de *ṣāhib al-bunyān* mas sim a existência de dois *‘arīf/s*. Sem poder dizer qual a obra em que estes dois "oficiais" - *Khattāb* ibn Razīn e Šu‘ayb ibn Mūsā - estavam envolvidos, é impossível assegurar se dependiam directamente do governador de Mérida. Sabe-se unicamente que esta dupla - cuja função deveria ultrapassar a de meros alvanéis¹⁰⁵⁴ - está ligada ao exército emiral; em tempos de al-Ḥakam I cada *‘arīf* tem a seu

Univ. de Jaén, 2004, p. 70, n. 20 . Veja-se também Pedro Gurriarán Daza, "Reexiones sobre la fundación del castillo de Tarifa y los constructores del Califato de Córdoba", *Aljaranda*, n. 52, art. 2, Tarifa, Março - 2004 - disponível em <http://www.tarifaweb.com/aljaranda/num52/art2.htm> (e em edição CR-Rom).

1049. Seria interessante ver se é mais uma importação oriental, atitude comum nesta fase; trata-se de investigação que não chegou a ser feita. A possível utilização da nomenclatura omíada em fases posteriores tem preocupado alguns investigadores. Veja-se, como exemplo, José Ignacio Barrera Maturana, "Participación de cautivos cristianos en la construcción de la muralla nazarí del Albayzín (Granada): sus graf^cti", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, (pp. 125-158), p. 142.
1050. Sobre este aspectos *vide* Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 70, onde se recolhem expressões usadas por al-Rāzī relativas a campanhas e obras militares em outras paragens.
1051. Maya Shatzmiller (que também indica a existência no al-Andalus de um *ṣāhib al-manami*) refere a existência, no Iraque do século XI, de um *dīwān al-abniyā’* - Maya Shatzmiller, *Labour in the medieval islamic world*, Leiden (...), E. J. Brill, 1994, p. 212; *ibidem*, p. 424. A mesma autora indica que *ṣāhib* indica a existência de mestria numa determinada área do saber, como pode ser um ofício mecânico ou outro (*ibidem*, p. 213). Peter C. Scales refere também a existência de *ṣāhib al-bunyān* - *The Fall of the Caliphate of Cordoba - Berbers and Andalusis in conict*, E. J. Brill, 1994, p. 128.
1052. Expressão de Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 70.
1053. Esses paralelos foram já assinalados por vários autores. Sem pretender ser exaustivo, devem citar-se HERNÁNDEZ GIMÉNEZ, F. (1940): "The Alcazaba of Mérida", K. A. C. Creswell, *Early Muslim Architecture*, Oxford, 1932-1940, vol. II, (pp. 197-207); TORRES BALBÁS, L., "Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba", in Lévi-Provençal, E., *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031)*, Vol. V da *Historia de España*, dirigida por Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Madrid, Espasa Calpe, 5ª ed, 1982,(1 ed., 1957), (pp. 331-788).
1054. Esta era a interpretação, há mais de cem anos, de Codera y Zaydín, *op. cit.*, p. 141.

cargo um esquadrão de cem cavalos¹⁰⁵⁵. Mas já em tempos de seu filho o cargo de *ariġ* surge associado a funções mais técnicas. Embora tenham lugar alguns anos depois da data a que a lápide de Almendralejo diz respeito, no período de ‘Abd al-Raġmān II há *ariġ*s associados à destruição táctica - feita de forma oculta para os habitantes da cidade - de pilares da ponte romana sobre o Guadiana¹⁰⁵⁶, e que havia *ariġ* especializados em lidar com carpinteiros do exército¹⁰⁵⁷.

É de crer, na sequências das propostas de Carmen Barceló, que deveriam pertencer a uma espécie de *corpo de sapadores* ou, talvez, de um *corpo de engenharia militar*, onde teriam cabimento especialistas em sapatar torres ou muralhas, armar almajaneques e preparar outras obras e petrechos de carácter táctico. Pela aprofundada análise epigráfica feita às lápides de Mérida, C. Barceló data a lápide encontrada em Almendralejo do intervalo que medeia entre 234-238 H, ou seja, os dois ‘*ariġ*s apontados nesta segunda inscrição dirigiram trabalhos não completamente esclarecidos entre 848-852 d.C.

Para além de se ter detectado - dentro da alcáçova - que estrutura edificada que alberga o acesso ao aljube / aljibe da alcáçova deve ter funcionado como uma torre para sinais que se coordenava com várias torres e locais de atalaia (entre os quais o conhecido sítio de Alange), torre essa que comporta um nicho bem orientado para Meca e que pode ter servido como oratório ou pequena mesquita¹⁰⁵⁸, os trabalhos recentes levados a cabo em **Mérida** mostram a existência de recintos defensivos urbanos de que há pouco tempo não se falava. As escavações arqueológicas abriram novos projectos de investigação que levaram a que, para além de vestígios materiais se tenham valorizado desenhos antigos que mostram recintos defensivos posteriores, mas sem a mesma qualidade construtiva: um de época califal e um segundo datado do período lato das dinastias norte-africanas. O recinto de época califal, com um perímetro muito menor que o original, tardo-romano, ou tardo-antigo, era feito em taipa, mas numa taipa em que alternavam camadas de cal e camadas de terra, encofradas; esta estranha técnica construtiva levou os arqueólogos a dizerem que parece uma “lasaña constructiva”¹⁰⁵⁹; associado a esta muralha está um fosso com perfil em “V”, com 7 m de largura e uma profundidade de 3m¹⁰⁶⁰. A muralha da fase dos “imérios Africanos” revelou

1055. Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 71.

1056. Ibn ‘Idāri, *Bayān II*, p. 96 ou .’96???? - citado também por Carmen Barceló, "Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida", in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, p. 71. Igualmente em Ibn Ḥayyān, nos acontecimentos relativos a 254 H. / 868 (*op. cit.*).

1057. Possivelmente ligados à concepção, reparação ou montagem de máquinas de guerra e de assédio - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II*, ed. Makki, 1973, p. 284, onde se refere um *ariġ al-naġġārīn*, ou inspector dos carpinteiros, como refere C. Barceló, *op. cit.*, p. 71, n. 22.

1058. Santiago Feijoo e Miguel Calzado, “Nueva lectura arqueológica del Aljibe y la Alcabaza de Mérida”, *Al-Andalus espaço de mudança - Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp. 161-170, °gs. 3-5.

1059. Santiago Feijoo e Miguel Calzado, “Defensas urbanas de la Mérida islâmica”, *Al-Andalus espaço de mudança - Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 104.

1060. Santiago Feijoo e Miguel Calzado, “Defensas urbanas de la Mérida islâmica”, *Al-Andalus espaço de mudança - Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 105.

ter fosso - irregular, com uma profundidade de cerca de 4-5 m e mais largo que o califal de Mérida. tem antemuro ou barbacã e torres quadrangulares “poco sobresalientes, con basamento de sillares y alzado de tapial o calicastro”¹⁰⁶¹; algumas dessas torres seriam albarrrãs. Está-se diante de um aparelho misto, de uma obra que tira partido dos *restos* disponíveis, recorrendo-se aos materiais “nobres” como a pedra de silhar e preenchendo os restantes volumes com uma taipa pobre, diferente da que será a típica taipa militar almóada.

Conclusão

Alcáçova - uma arquitectura de ruptura

Mérida, depois de 713-714 não mudou radicalmente o seu quotidiano. Os seus edifícios¹⁰⁶², os seus cultos, a sua língua, os seus objectos do quotidiano mantêm-se sem grandes alterações. Porém, se já vinham influências do Oriente ainda antes de 711, depois os canais de ligação com o Levante do Mediterrâneo abrem-se com maior facilidade. Mas essa abertura não tem a ver exclusivamente com os territórios submetidos ao domínio árabe.

A chegada de governante ao serviço dos omíadas do Oriente não trouxe consigo, imediatamente, alterações claramente islâmicas ao quotidiano das populações. As excavações arqueológicas levadas a cabo nas últimas décadas no casco urbano de Mérida mostram que não há uma continuidade entre as cerâmicas vidradas romanas do Baixo Império e as vidradas dos primeiros tempos do domínio islâmico, e que as vidradas do período islâmico inicial - de produção local - parece terem a ver com eventuais influências bizantinas; como refere Miguel Alba, "ello no implica necesariamente alfareros de procedencia extrapeninsular instalados en Mérida, ni una afiliación religiosa concreta; simplemente la asimilación en el siglo VIII de una técnica que significativamente se aplica a formatos más vinculados a la tradición tardoantigua que a las series cerámicas genuinamente emirales que aparecen avanzado el siglo IX"¹⁰⁶³.

A primeira lápide, a que sempre se encontrou em Mérida, data de 220 H /835, ano em que o próprio emir esteve em Mérida - a assediar Sulaymān ibn Martín que se fortificara em Mérida¹⁰⁶⁴.

Uma obra inovadora e marcante não só no Ġarb

Na perspectiva do poder central, na perspectiva do emirado omíada a construção do *quadraburgium* a que as fontes compulsadas por Ibn Ḥayyān chamam *ḥiṣn* é uma obra que o emir não quer deixar

1061. Santiago Feijoo e Miguel Calzado, “Defensas urbanas de la Mérida islâmica” , *Al-Andalus espaço de mudança - Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 106.

1062. Cf. Miguel Alba que mostra não haver rupturas logo no século VIII, nem ainda em inícios do séc. IX - Miguel Alba Calzado, "Mérida, entre la Tardoantigüedad y el Islam: datos documentales en el Área Arqueológica de Morería", *La islamización de la Extremadura romana*, Cuadernos Emeritenses - 17, Mérida, 2001 e Alba, M. y Feijoo, S., “Cerámica emiral de Mérida”. *Ġarb. Sitios islámicos del sur peninsular*, Lisboa - Mérida, IPPAR - Junta de Extremadura, 2001, pp. 328-375.

1063. Miguel Alba Calzado, "Mérida, entre la Tardoantigüedad y el Islam: datos documentales en el Área Arqueológica de Morería", *La islamización de la Extremadura romana*, Cuadernos Emeritenses - 17, Mérida, 2001, p. 281.

1064. Ibn ‘Idāri, *Bayān II*, . 84; Ibn Ḥayyān, (*Muqtabis II-1*, . 178v-179, trad., pp. 288-290), refere a presença de ‘Abd al-Raḥmān II nos anos de 217 e de 220 H.

sem ficar marcada no mármore.

Obedecendo a uma prática que era comum também no oridente do Mediterrâneo e nos territórios abbásidas, o emir manda colocar inscrições que lembram a obra, quem a dirigiu e que faz referências que convém não deixar em claro. São um sinal de poder, uma marca indelével num território acabado de subjugar. Depois da lápide fundacional da mesquita de Adabbas¹⁰⁶⁵, em Sevilha - a mais antiga inscrição epigráfica conservada em território andalusī, mas também ela de tempos de ‘Abd al-Raḥmān II -, esta é a segunda construção de toda a península a receber marcas lapidares¹⁰⁶⁶.

Parece ser a partir desse momento, a partir de ‘Abd al-Raḥmān II que se inicia verdadeiramente a islamização, a orientalização da cidade que fora capital da antiga *Lusitania*. A muralha é mais que uma construção militar; é um marco na viragem de paradigma; os ventos, em termos arquitectónicos e em termos de poder, começam a querer soprar desde outras direcções. A construção de uma obra desta dimensão, desta envergadura e com este impacto no tecido urbano da cidade, acarretou a destruição de muitas construções anteriores e, certamente, deslocação de populações, fuga de outras e utilização de mão de obra local em trabalhos (forçados, eventualmente) de edificação desta construção. A construção militar de Mérida corresponde, pela época em que se enquadra¹⁰⁶⁷, ao que de mais moderno e conceituado se fazia na bacia do Mediterrâneo e mesmo no oriente abbásida; o emir ‘Abd al-Raḥmān II, que recebia com braços abertos a *intelligenza* que vinha do Oriente e procurava um mecenas e um soberano ilustrado, não poderia fazer menos.

destruição da muralha urbana

Miguel Alba detectou edifícios anteriores ao emir ‘Abd al-Raḥmān II em Mérida. edifícios cujo terminus coincide sensivelmente com a ocupação da cidade pelas forças omíadas. O paradigma construtivo anterior ao domínio das forças fiéis a ‘Abd al-Raḥmān II, como notou Miguel Alba, é interrompido com a **destruição da velha muralha** - seguida de possível destruição de outros edifícios¹⁰⁶⁸. Se com a construção do *ḥiṣn* Mérida fica prisioneira dos omíadas mas ainda consegue

1065. A mesquita de ‘Adabbás sobreviveu em parte, e o que se conserva faz parte hoje da igreja de S. Salvador. A lápide é também em escrita cúfica, incisa, e refere que a mesquita mor de Sevilla foi mandada construir por este emir (o que confirma Ibn al-Qutiyya, *Ifitāh*, pp. 62-63, trad. pp. 65-66) em 214 H /829.

1066. María Antonia Martínez Núñez, “Escritura árabe ornamental y epigrafía andalusī”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 4, Jaén, 1997, p. 131, onde se colocam a par, num estudo recente, as lápides tradicionalmente conhecidas de Sevilha e de Mérida.

1067. Mérida tem paralelos cronológicos com Sevilha (ver Miguel Ángel Tabales Rodríguez - livro que ha regalado Pilar Lafuente) e com Balaguer - (En definitiva, el aparejo irregular atizonado, la forma de las torres, sus dimensiones, etc.. y las referencias a la existencia de dos palacios en la ciudad emiral, permitirían situar el primitivo recinto durante la segunda mitad del IX, construido tal vez por el Sirio Abdala, al que mandara Abderraman II reconstruir las murallas (Ibn al Qutiya, trad. Ribera, 1926, 50). Como paralelo más claro estarían la Alcazaba de Mérida (834) y el Castillo de Balaguer (897).- <http://www.degelo.com/sevilla/sev16.htm>).

cf. SOUTO, J. A., “Los constructores de al-Andalus omeya”, in M. J. Viguera y C. Castillo (coords.) *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa occidental*, Granada, 2001, pp. 274-281.

1068. Em 254 H. / 868, o Emir Muḥammad I põe fim à fase de coexistência da edificação militar omíada - o *ḥiṣn* / alcáçova - com a defesa urbana prévia, de origem romana; a muralha de Mérida é desmantelada nesse ano, na sequência de uma revolta em que tem papel preponderante a figura de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunis, conhecido como Ibn al-Ġilliqī; e a arqueologia tem evidenciado essa destruição voluntária e confirmado as

resistir e expulsar os seus agentes, com o desmantelamento da muralha o território dependente da antiga capital da Lusitania fica decapitado.

A cidade não se conseguirá erguer e passados alguns anos cairá nas mãos de berberes estabelecidos nas imediações. No entanto, a necessidade de uma sede de poder não se perde, e não faltará muitos anos para que surja uma nova cidade - substituta de Mérida - nas margens do Guadiana.

A destruição da velha muralha romana de Mérida e a construção do quadraburgium / *hiṣn* / alcáçova de Mérida corresponde a uma verdadeira decapitação da antiga Lusitania. A lápide que se conserva em Almendralejo, cuja data se aproxima do meio exacto do século IX corresponde, de alguma forma, ao fim de uma época. As elites da Lusitania pulverizar-se-ão e as suas memórias serão reinterpretadas das mais variadas maneiras. Se alguns persistem em resistir ao poder do Córdova, outros tentam manter a sua autonomia e relativa independência e negociar a construção de uma nova capital. Mas, algumas memórias de Mérida manter-se-ão adormecidas e, mais tarde, serão reivindicadas muito mais a norte, no território da verdadeira *Ġilliḡiyya*, onde as pedras voltam a falar; não será uma pedra de mármore cristalino - como aquela que o velho emeritense referiu ao *‘āmil* que servia o Emir - que apontava a luz, mas antes um escuro túmulo de granito que gritava ter sepultado um apóstolo.

As albarrãs, que são claramente posteriores ao projecto inicial mas que, no caso das albarrãs maciças, anteriores ao domínio castellano-leonês, mostram uma técnica construtiva que não é ruptura em relação à edificação original. Podem corresponder a uma fase de necessidade de afastamento da população dos muros da própria alcáçova / *hiṣn*, ou, seja, fazem sentido numa fase em que a alcáçova é um corpo estranho a uma cidade que ainda é pujante; as albarrãs, distanciam, são uma forma de defesa activa, na medida em que os defensivos avançam sobre o terreno ocupado pelos potenciais adversários. Poderão, pois corresponder, a alguma das fases anteriores ao esvaziamento da cidade e à saída de grande parte da sua população para Badajoz, ao lado de al-*Ġilliḡi*, como se verá proximamente. Um dos enigmas da epigrafia da Mārida de ‘Abd al-Raḥmān II poderá reportar-se - entre outras hipóteses - à construção de albarrãs, torres que, como se sabe, aparecem em fase emiral em outros pontos da península.

O *hiṣn* / alcáçova omíada foi eficaz e evitou que a cidade se voltasse a rebelar. Esta construção contribuirá para que as elites locais procurem uma capital alternativa e, indirectamente, levará para a morte inexorável de Mérida.

Poderá, de alguma maneira, ter sido uma construção inspiradora do *al-Ḥizām* mandado contruir de Toledo em tempos de ‘Abd al-Raḥmān III¹⁰⁶⁹. Esta construção ocupava uma área imensa, estava - como em Mérida - estreitamente ligado ao controle de uma ponte, com a qual tinha acesso directo, e estava bem marcada sua separação em relação à área urbana de Toledo, como em Mérida, onde a separação se acentuava com as torres albarrãs. Mérida, pode ter sido, uma referência e um marco

datas avançadas pelas crónicas.

1069. O estudo desta construção encontra-se em Clara DELGADO VALERO, “La estructura urbana de Toledo en época islámica”, *Regreso a Tulaytula. Guía del Toledo Islámico. Siglos VIII-XI*, Toledo, 1999, pp. 42 e seguintes. O *al-Ḥizām* de Toledo incluída, diferentemente, de Mérida, uma zona palatina, que recentemente começou a ser posta em evidência - cf. Fabiola Monzón Moya, “Las estancias palaciegas de época islámica registradas en el ex convento de Santa Fe de Toledo”, in *Bolskan: Revista de arqueología del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, N.º 21, 2004 (actas do XXII Congreso Nacional de Arqueología. IV Edad media/Varia), pp. 45-56.

que, com formas e adaptações, será ensaiado em outros locais do al-Andalus. Uma das mais importantes cidades do Ġarb, a antiga capital da Lusitânia, foi campo de ensaio de inovações poliorcéticas, cuja eficácia conduziu à sua morte. Se se tinha assitado, até então, à reutilização de recintos amuralhados anteriores e à construção de novos recintos por parte de líderes regionais, a construção da “alcáçova” de Mérida, pela sua complexidade táctica, pela sua capacidade de adaptação a novos desafios, pela introdução da epigrafia, como marca política e propagandística forte e pela sua proximidade com fortificações semelhantes de épocas anteriores - de outras paragens do Mediterrâneo - é, ao mesmo tempo um elemento de continuidade em termos formais e estruturais mas, significa em termos políticos e militares, para um Ġarb, uma marca de uma profunda ruptura. A afirmação dos vários poderes em conflito, na linha do Guadiana, não mais voltará a ser como antes¹⁰⁷⁰.

(c) Vikings em 844 - Ataques a um litoral esquecido e indefeso

O panorama sobre a situação militar e a afirmação dos poderes não fica completa sem se ter em linha de conta o aparecimento no segundo quartel do século IX de novos protagonistas que entram no palco *Ġarb al-Andalus*, mas que, neste caso, entram pela *esquerda alta*¹⁰⁷¹. De facto, se até ao momento têm actuado essencialmente populações enquadradas pela complexa sociedade do al-Andalus, com reacções levadas a cabo por grupos militarizados provenientes do Norte, entram agora em cena protagonistas diferentes dos demais, inesperados na sua chegada e na sua actuação e cujas consequências não eram certamente perspectivadas no momento.

Em 844 d.C. a cidade de Lisboa recebe visitantes inesperados, que entram por via marítima, em embarcações que até então não eram presenças habituais na barra do Tejo. Trata-se dos chamados Vikings ou Normandos que as fontes árabes habitualmente denominam como *mağūs*.

A entrada inimistosa de naves pela barra do porto de Lisboa era foi um acto inédito. De facto, cerca de meio século antes Afonso II das Astúrias aproximara-se de Lisboa em 798, pela via marítima¹⁰⁷², causando destruição, mas não tomando a cidade que deve ter sabido aproveitar as muralhas

1070. Como tem sido mostrado de forma clara nos trabalhos de Ch. Picard; cf. “Le renouveau urbain en Occident ibérique aux IXe-Xe siècles, sous l’impulsion de seigneurs *muwalladūn*”, 23e Congrès de la S.H.M.E.S., Brest, 1992, *Princes et pouvoirs au Moyen-Age*, Paris, 1993, p. 49-67; PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, sobretudo no seu capítulo III.

1071. Creio que a linguagem teatral pode, de alguma forma ilustrar, espacialmente, o que se vai passar no *Ġarb al-Andalus* nesta fase do século IX e em fases posteriores. Tem-se verificado que os novos protagonistas entram normal e habitualmente a partir do Sul ou reagem a partir do Norte. Estes novos protagonistas vão inaugurar uma Era cujas consequências - a curto mas também a longo prazo - seriam imprevisíveis nessa conjuntura.

1072. Sobre esta expedição de expedição que Afonso II sobre a cidade de Lisboa, no ano de 798 vejam-se MARQUES, A. H. de Oliveira, “O «Portugal» islâmico” in Portugal das invasões germânicas à «reconquista» (coordenação de A. H. de Oliveira Marques), vol. II da Nova História de Portugal, (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), 11 ed., Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 125.

herdadas de épocas anteriores¹⁰⁷³. A chegada dos Vikings à fachada ocidental do litoral atlântico da Península Ibérica tem sido estudado por muitos arabistas e historiadores¹⁰⁷⁴.

Deve dizer-se um dos principais trabalhos sobre o tema e que tem a vantagem de aportar traduções dos textos árabes medievais é o clássico trabalho de R. Dozy¹⁰⁷⁵. Muitas das obras posteriores são devedoras do trabalho de Dozy, mas essa circunstância não inibe a necessidade de utilizar outros autores fundamentais.

Estão, neste caso, E. Lévi-Provençal que na sua *Histoire de l'Espagne Musulman*¹⁰⁷⁶ enquadra estes acontecimentos no contexto do al-Andalus emiral e califal. Porém, para os territórios mais ocidentais, é indispensável ter em conta as obras de Christophe Picard¹⁰⁷⁷.

Nos últimos dez anos, porém, a situação alterou-se com a edição e publicação do *Muqtabis II-1* de Ibn Ḥayyān. Esta fonte, apesar das suas limitações, aporta detalhes que se devem combinar com as informações antes disponíveis. Com a análise do território, fontes escritas tradicionais, e a mais recente publicação da obra Ḥayyānica serão a base dos dados e da análise agora apresentada.

Lisboa em 844

-
1073. A Chamada “cerca moura” de Lisboa tem feito correr muita tinta, o que deve ser visto como algo extremamente positivo. A mais importante bibliografia passa por Vieira da Silva, mas recentemente começaram a decorrer trabalhos arqueológicos que muito têm contribuído para esclarecer as vicissitudes desta muralha.
1074. Veja-se o interessante estudo de Adam Kristoffer Fabricius, “La première invasion des Normands dans l'Espagne musulmane en 844” separata/Mémoire do Congrès International des Orientalistes, Lisboa, Sociedade de Geografia / Imprensa Nacional, 1892, 22 p.; ver também Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Introdução; , Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, II, p. 83; mais recentemente A. H. de Oliveira Marques, “O «Portugal» islâmico” in *Portugal das invasões germânicas à «reconquista»* (coordenação de A. H. de Oliveira Marques), vol. II da Nova História de Portugal, (direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1993, (pp. 121-249), p. 125; Maria Ângela Beirante, “A «Reconquista» Cristã”, pp. 258-259.
1075. DOZY, Reinhardt, *Los Vikingos en España*, Madrid, ed. Polifemo, 1987. Esta obra de R. Dozy, pela sua relevância foi traduzido em Espanha, tradução que deve ser manuseada com cautela, dado que alguns dos capítulos sofreram cortes, mas também se enriqueceu a tradução com dois apêndices; apresenta, porém, uma organização gráfica e paginação mais apelativas e interessantes.
1076. E. Lévi-Provençal, *Histoire de l'Espagne Musulman*, I, pp. 218-225; o autor utiliza, dados retirados dos al-Rāzī mas também de Ibn al-Qūṭīyya, Mu'āwiya ibn Hišām al-Šabīnasī e tem conhecimento desta parte, então ainda não editada, de Ibn Ḥayyān (cf. E. Lévi-Provençal, *España Musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, Tomo IV da Historia de España, dir. por Ramón Menéndez Pidal, 5ª ed., Madrid, ed. Espasa-Calpe, 1982, p. 176, n.1). Lévi-Provençal não utilizou a informação contida na *Ġuġra'yya* de al-'Uḍrī (pp. 98-100) mas esta, infelizmente, escasso interesse tem para a fachada ocidental atlântica do al-Andalus.
1077. Elementos sobre os vikings ou *maġūs* encontram-se não só na sua obra *Le Portugal Musulman*, p. 195; veja-se também idem, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc)*, Paris, Maisonneuve & Larose - Unesco, 1997, *passim*, e, do mesmo autor, Christophe Picard, “*Bahriyyūn*, émirs et califes : l'origine des équipages des ôttes musulmanes en Méditerranée occidentale(VIIIe-Xe siècle)”, in *Medieval Encounters*, n. 13 Brill, 2007, (pp. 413-451), p. 428. Este investigador tem levado a cabo, nas últimas décadas trabalhos que são uma referência obrigatória e que têm a vantagem de não se reduzirem a esta época e a esta área, contextualizando, no quadro do Atlântico e do Mediterrâneo estes acontecimentos.

Ibn Ḥayyān informa que as suas fontes são, essencialmente, Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī e ‘Īsā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī que comenta e completa os dados trazidos por seu pai. Ibn Ḥayyān mantém o que se sabe acerca da entrada dos *mağūs* em Lisboa no final do ano de 229 H, o que coincide com a segunda quinzena de Agosto de 844¹⁰⁷⁸. Esta seria a sua primeira entrada em território controlado pelo emirado de Córdova e terão permanecido frente a Lisboa 13 dias¹⁰⁷⁹.

É deveras importante ter em linha de conta o facto de Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī referir que Lisboa era, do território considerado como parte integrante do al-Andalus de então, o “primeiro ponto em território vedado”¹⁰⁸⁰; tal afirmação confere ao Vale de Tejo e, especialmente, à cidade de Lisboa, uma importância táctica relevante. Quer dizer que já nesta conjuntura Lisboa era cabeça de um sistema de vigilância táctica e que a cidade e alguns pontos em seu redor deveriam dispor de capacidade militar considerada capaz e adequada para fazer face à eventual chegada de inimigos. Só que, em 844, os inimigos que se esperava poderem chegar não seriam possivelmente estes, dada a memória que se deve ter conservado da expedição que Afonso II das Astúrias preparou contra a cidade de Lisboa, em 798.

Mas acrescenta; durante esse período de tempo houve “três batalhas com os muçulmanos locais”¹⁰⁸¹. O governador omíada de Lisboa era então Wahb Allāh ibn Ḥazm e conseguirá enviar informação vital para o emir, conseguindo este informar a tempo algumas outras *kūwar* do litoral do al-Andalus, prevenindo a chegada destes guerreiros e saqueadores dos mares do Norte. Segundo informa Wahb Allāh ibn Ḥazm, a frota dos *mağūs* ultrapassava a centena de embarcações; era constituída por “cincuenta y cuatro naves normandas, con cincuenta y cuatro cárabos con su equipo”¹⁰⁸².

No intervalo de tempo de cerca de mês e meio a presença dos *mağūs* passou de surpresa a crua realidade e atraíu as atenções estratégicas do emirado omíada para a defesas das suas costas ocidentais.

Se, até então, os perigos da costa pareciam estar concentrados a oriente das Colunas de Hércules - no Mediterrâneo - subitamente surgem perigos ao que parece inesperados nas costas ocidentais, perigo que atingem igualmente os cristãos do Norte e que se não detêm diante das cidades do al-Andalus a começar por *Ulišbūna*.

Os treze dias da presença dos *mağūs* na área de Lisboa merece algumas observações. Ao contrário do que se diz acerca da devastação causada em Sevilha, os normandos não terão conseguido entrar na urbe lisboeta que, já então, se encontrava amuralhada, com um recinto anterior aos inícios do século VIII. Por outro lado, conhecendo-se as potencialidades que se ofereciam aos *mağūs* depois de penetrarem no Mar da Palha, é e presumir que tenham - pelo baixo calado de muitos dos seus barcos, baixo calado esse que lhes permite navegar tão bem no mar alto como penetrar e progredir em

1078. Refere que a sua entrada se deu no dia 1 de *Du -l- Ḥiğġa* de 229, o que equivale a 20 de Agosto de 844.

1079. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 312.

1080. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 312.

1081. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 312.

1082. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 312.

Ver o texto árabe original. Diz Davoid Nicolle que “On 20 August 844 AD Wahb Allah ibn Hazm, the Arab governor of Al-Ushbuna (Lisbon), reported that ‘fty-four unknown longships had appeared in the Tagus estuary, plus the same number of smaller vessels. The larger type of ship he called a markib; the smaller a qarib”.

zonas fluviais - tentado tirar partido das vastidão do estuário do Tejo para avançar rio acima e, à semelhança do que ocorrera em outras paragens, atacarem núcleos habitacionais mas também mosteiros que, sabiam os *maġūs*, possuíam não poucas das riquezas que pretendiam¹⁰⁸³.

Os barcos usados pelos vikings / *maġūs* eram barcos com características especiais. São conhecidos frequentemente pelo nome de *drakkar* mas sabe-se há já algum tempo que esse não é o nome correcto para denominar a embarcação, dado que se aplica, unicamente, à figuração - muitas vezes, mas não sempre, um dragão - que era colocada na proa no navio para afugentar os maus espíritos. As embarcações são normalmente conhecidas como Knarr ou Knorr, designação que varia com a norma ortográfica dos idiomas actuais, e que deriva de knørr, em Norrønt ou Nórdico Antigo¹⁰⁸⁴.

Sobre as costas da Lisboa *andalusī*, em termos militares e estratégicos, pode-se talvez falar de um *antes* e um *depois* de 844. Se até esta data pouco parecia haver que levasse os cronistas a interessarem-se por esta cidade, a partir desta data o seu interesse estratégico aumentou claramente. Mas, quando se fala de Lisboa, deve ter-se em linha de conta não só a cidade propriamente dita, mas a região em que a mesma se inseria.

Tudo aponta para que em consequência da penetração viking no Tejo e para evitar que tal viesse a apanhar as autoridades e as populações desprevenidas se tivessem tomado medidas de defesa passiva e de observação do território e, sobretudo, do mar e dos estuários, medidas essas que não têm paralelos para épocas anteriores.

Para se perceberem essas medidas, é necessário ter em atenção o que se passou no Guadalquivir e nas áreas mais próximas do poder, de Córdova. Ou seja, é de crer que as informações dadas sobre as acções dos normandos no al-Andalus sejam, essencialmente, uma selecção das informações então disponíveis, selecção que coincide muitas vezes, dada a transcrição de dados de alguns autores, mas que outros dados terão sido considerados de menor importância. É o que se terá passado com um possível ataque, também em 844, até à zona de Beja, subindo para isso o Guadiana, dado que surge em al-Maqqari¹⁰⁸⁵ e de que adiante se falará.

Porque, na verdade, tal como acontece em outras circunstâncias, os acontecimentos de Lisboa são referidos nas crónicas sobretudo pelo que têm de ineditismo; foi o primeiro sítio, o primeiro ataque e o local de onde se deu o alerta geral. Porém, a nível das medidas de protecção futura, as atenções das crónicas viram-se sobretudo para os territórios mais próximos da capital.

Sem querer fazer uma história das incursões vikings no Baixo Guadalquivir, convém dar alguma atenção ao que aí acontece. Depois da saída do Tejo, sabe-se que os *maġūs* atacam as zonas de Cádis e de *Šidūna* (de Medina Sidónia)¹⁰⁸⁶ onde defrontam os homens de Lubb ibn Mūsà que entretan-

1083. O ataque, ainda em finais do século VIII, à *Ilha sagrada* onde se encontra o mosteiro de Lindisfarne tinha por objectivo, precisamente, a riqueza, a pilhagem de bens - cf. H. Kennedy, *Mongols, Huns & Vikings*, pp. 190-191.

Sobre o conhecimento dos monges deste convento acerca da presença de Vikings e o registo desses elementos nos *Annales Lindisfarnenses*, veja-se Jaime Ferreiro Alemparte, *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999, pp. 24-25.

1084. A grafia varia muito pouco nos vários idiomas em presença, o que pode inibir nas traduções e publicações várias; escreve-se *Knorr* em alemão, *Knörr* em islandês, *Knarr* em dinamarquês, na variante “bokmål” do norueguês e em sueco e, como se disse, *Knørr* em Norrønt ou Nórdico Antigo, o idioma falado na área escandina até ao século XIII e escrito em caracteres rúnicos.

1085. Al-Maqqari, *Analectes*, I, p. 223, *apud* E. Lévi-Provençal, *H. Esp. Mus.*, p. 178, n. 36.

1086. E. Lévi-Provençal, *España Musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, Tomo IV

to se submetera ao emir e que a 14 do mês de Muḥarram do ano de 230 H¹⁰⁸⁷ havia embarcações normandas em frente da desprotegida Sevilla¹⁰⁸⁸.

Em Sevilha, os vikings estiveram “sete dias matando homens e cativando mulheres e crianças”¹⁰⁸⁹, acabando por ser derrotados por *qā'id/s* enviados de Córdoba, em Ṭalyāṭa, a Sudoeste de Sevilha¹⁰⁹⁰, perdendo três dezenas de navas e sendo os escandinavos mortos pendurados em postes e palmeiras¹⁰⁹¹. No total, andaram pelo Guadalquivir cerca de 40 dias até terem sido expulsos pelas tropas emirais. O chefe máximo dos normandos teria sido um dos capturados e ele tal como outras chefias militares dos *mağūs* foram decapitados, o que teria causado grande consternação aos escandinavos que presenciaram este tipo de execução¹⁰⁹².

Estes dados sobre a presença dos *mağūs* no Guadalquivir são de alguma forma completados por 'Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī que - no meio de referências interessantes sobre igrejas e criação de cavalos - informa que a notícia da chegada dos normandos/ *mağūs* fez com que o governador local preparasse a sua rápida fuga para Carmona¹⁰⁹³.

O mesmo 'Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī esclarece qual o armamento utilizado pelos escandinavos; pela descrição da forma como atacaram Sevilha - depois de tomarem Coria del Río - refere-se que que a técnica consistia em dispararem dos barcos saraivadas de flechas, depois do que saíam e lutavam corpo a corpo - supõe-se que empunhando espadas¹⁰⁹⁴.

A falta de veneração e respeito pelos espaços religiosos não passou despercebida a 'Īsà ibn Aḥmad al-Rāzī; não se trata de falta de respeito pelos espaços religiosos islâmicos, mas sim pelos espaços do sagrado no todo¹⁰⁹⁵. Os espaços religiosos seriam encarados possivelmente como locais de abastecimento em riquezas e não como espaços de relação com a esfera do *sagrado*.

da Historia de España, dir. por Ramón Menéndez Pidal, 51 ed., Madrid, ed. Espasa-Calpe, 1982, pp. 147-148.

1087. A data de 14 do mês de Muḥarram do ano de 230 H equivale ao primeiro de Outubro de 844.

1088. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. pp. 312-313. A acção dos normandos na zona de Sevilha está clari^ccada por E. Lévi-Provençal, *España Musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, Tomo IV da Historia de España, dir. por Ramón Menéndez Pidal, 51 ed., Madrid, ed. Espasa-Calpe, 1982, pp. 149-150.

1089. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 313.

1090. Sobre a grande discussão acerca da localização correcta deste topónimo - que se localizava entre Sevilha e Niebla, e que se discutido se corresponde a Tablada (como defendeu Lévi-Provençal) ou a Tejada (como defendem os tradutores desta crónica) veja-se *Muqtabis II-1*, trad. p. 313, n. 666.

1091. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 313.

1092. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 185v; trad. p. 314. Veja-se também, *ibidem*, p. 186v; trad. pp. 315-316.

1093. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 186; trad. p. 314.

1094. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 186; trad. p. 315. Os pormenores técnicos da forma como atacaram os habitantes da zona de Lisboa não são detalhados mas a tática de ataque não deveria variar substancialmente.

1095. Sabe-se que neste momento os guerreiros escandinavos ainda não estavam cristianizados e essa circunstância - bem como as suas consequências em relação à atitudes que tomavam - que seria inconcebível para um *andalusi* dos meios urbanos - habituado à convivência de três religiões / práticas monteístas, deve ter chocado as crenças de qualquer credo religioso do al-Andalus.

Tal observação prende-se com a descrição - uma vez mais - de um acontecimento concreto vivenciado nas margens do Guadalquivir, na qual se informa que, aquando da entrada dos *mağūs* em Sevilha, alguns fugitivos “quiseram fazer-se fortes numa mesquita, onde foram cercados e mortos todos eles” - razão por que a mesquita se passou a chamar “mesquita dos mártires”¹⁰⁹⁶.

Se esta era a forma de proceder dos *mağūs*, o mesmo al-Rāzī dá elementos sobre a forma como se organizou o contra-ataque omíada. Sem saber como proceder perante uma força militar nova, perante um inimigo desconhecido, a tática mais seguida parece ter sido a emboscada.

É ‘Īsà ibn Aḥmad al-Rāzī - segundo Ibn Ḥayyān - quem o diz. Muḥammad ibn Rustum que saíu - de Córdoba depreende-se - com esquadrão de cavalaria começa a provocar, a fazer “negaças” / aňagazas / estratagemas para os atrair a ciladas, ou seja, e utilizando um outro tipo de linguagem, pretendia-se retirar os escandinavos dos seus terrenos e levá-los a outros, onde aí se tinham montado emboscadas. E, ao que diz o cronista, tal funcionou; teriam sido mortos algumas centenas de “bárbaros” e capturadas algumas outras centenas¹⁰⁹⁷. As tácticas colocadas no terreno por Muḥammad ibn Rustum conduziram igualmente ao abandono precipitado de cerca de 30 naves escandinavas¹⁰⁹⁸.

Ibn Ḥayyān recolhe igualmente dados de **um cronista regional** que afortunadamente deixou escritos sobre a desgraça que se abateu sobre Sevilha aquando da chegada dos *mağūs*; trata-se de Muḥammad ibn Aš‘at̄ al-Qurašī (ou al-Fihri) ¹⁰⁹⁹. Embora escreva centrado nos acontecimentos daquela grande cidade do Guadalquivir, acrescenta dados que ajudam a compreender melhor a “política de defesa” posta em prática pelo emir ‘Abd al-Raḥmān II.

Muḥammad ibn Aš‘at̄ al-Qurašī, depois de lembrar os muitos sítios por onde os escandinavos andaram a saquear e a matar, afirma que Lisboa foi a primeira das “nossas *marcas e Kūrals*” onde enfrentaram a derrota e encontraram réplica¹¹⁰⁰.

Este cronista, um dos raros que chama *ardamāniyyūn* (plural de *ardamūn*) aos normandos¹¹⁰¹, diz

1096. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 16; trad. p. 315. Na Baixa Idade Média surgirão no Ocidente peninsular igrejas dedicadas ao culto dos Mártires, muitas vezes chamadas igreja de Nossa Senhora dos Mártires. Porém, neste contexto a situação é diferente; não há indícios de que houvesse qualquer culto aos mártires mas simplesmente uma memória que pode até ter surgido reforçada mais tarde quando o ideário ligado ao *ğihād* se implantar mais fortemente. Sobre a temática do *Ġihād* - tema para o qual não houve tempo para o apresentar de forma sólida como merece - e a forma cruzada como se deve perspectivar este tema, para além do necessário cuidado de carácter conjuntural, dado que esse mesmo *ğihād* não é assumido sempre de igual forma e propagandeado e vivido da mesma forma, veja-se PICARD, Christophe, “Regards croisés sur l’élaboration du jihād entre Occident et Orient musulman (viiiie-xiiie siècle) : perspectives et réflexion sur une origine commune », dans D. Baloup et Ph. Josserand (éd.), *Regards croisés sur la Guerre Sainte. Guerre, religion et idéologie dans l’espace méditerranéen latin (xie-xiiiie siècle)*, Méridiennes, Toulouse, 2006, pp. 33-66.

1097. É provável que o número de prisioneiros e mortos esteja inaccionado - c f. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 186v; trad, pp. 315-316.

1098. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 186v; trad, pp. 315-316.

1099. Detalhes sobre a vida e obra deste autor encontram-se em *Muqtabis II-1*, trad, p. 316, n. 671.

1100. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 186v; trad, pp. 316-317.

1101. A palavra árabe de origem grega *ardamūn* -. que signiªca “marinheiro” - parece estar na origem deste vocábulo “nativo” que se difundiu no al-Andalus possivelmente devido à sua semelhança com vocábulos da Europa cristã, onde *Norman*, *Northmen* ou *Norsemen*; vejam-se *Muqtabis II-1* trad. p. 316, n. 672; F. Corriente, *Dictionary of Andalus Arabic*, p. 10.

que o emir ‘Abd al-Raḥmān II para além de inciar a construção de uma muralha capaz de suportar novas investidas dos escandinavos - muralha que a cerca altura começou a sentir como um perigo par si, caso a sua extrema solidez contribuisse para que os sevilhanos se revoltassem e se fortificassem no seu interior¹¹⁰² - informa de forma muito clara que o mesmo emir “botou embarcações em TODAS as costas”, embarcações tripuladas por gente experiente nas artes da navegação¹¹⁰³.

Curiosamente, os receios de que as muralhas de Sevilha pudessem vir a servir para conter e proteger rebeldes veio a acontecer. De facto, em 282 H as tropas do emir ‘Abd Allah não conseguirão entrar em Sevilha, então em estado de rebeldia, dada a qualidade das suas muralhas e das portas¹¹⁰⁴. Havia, poiss, marinheiros experientes disponíveis - sempre os deve ter havido - muitos dos quais devem ter sido arregimentados e desviados para os primórdios de uma “*marinha de guerra*”.

O mesmo **cronista regional** da região sevilhana, Muḥammad ibn Aš‘aṭ al-Qurašī (**ou al-Fihri**), refere elementos muitos relevantes sobre a estratégia de defesa passiva implantada pelo emir ‘Abd al-Raḥmān II. Este cronista refere, de facto, uma carta dirigida por ‘Abd Allāh ibn Kulayb ao próprio emir onde expressa a sua admiração pelo sistema de defesa passiva que observou ao viajar de Beja para o vale de Guadalquivir; ‘Abd Allāh ibn Kulayb congratula-se pela existência de “vestígios de ciudades, fortalezas, castillos y atalayas conexas y próximas” ligando o vale do Guadalquivir à zona da actual Alcalá de Guadaíra (Qal‘a Ġābir), mas também Coria [del Río¹¹⁰⁵] e Itálica¹¹⁰⁶ com Išbiliyya /Sevilha, estendendo-se esta rede à zona de Jerez e Sidonia até à zona costeira de Cádiz e, depois de passar por outro pontos fortificados¹¹⁰⁷, chegava à cidade de

1102. A reconstrução de Sevilha ca a dever-se à intervenção directa a acompanhamento no local do inuente eunuco Ab ū l-Faṭḥ Naṣr, pessoa da conança pessoal do emir ‘Abd al-Raḥmān II.
1103. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 186v (penúltima linha); trad, p. 317.
1104. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, entre p. 113, .86b; trad. de Guraieb, *C.H.E.*, tomo XXV-XXVI, p. 341.
1105. Não confundir esta localidade da região sevilhana com Coria, *tout court*, cidade com passado romano implantada junto da vía de la plata, entre Ca´ceres e a serra de Gata.
1106. Itálica, junto à actual Santiponce, onde se encontra uma antiga cidade romana visitável, foi a *patria chica* dos imperadores Trajano (*Marcus Ulpius Traianus*) e Adriano (*Publius Aelius Traianus Hadrianus*) e uma das mais importantes cidades da antiga *Baetica*; deve ter tido na sua zona alta um sistema de vigilância, que não foi possível identificar.
1107. Um dos locais fortificados referido na carta de ‘Abd Allāh ibn Kulayb dada a conhecer por Ibn Ḥayyān mas retirada de uma obra de Muḥammad ibn Aš‘aṭ al-Qurašī coloca problemas de identificação aos tradutores do *Muqtabis II-1*; trata-se do local grafado como *qrqbh* (graª que surge na parte do *Muqtabis*, III, p. 67-verificar, relativamente a distúrbios entre árabes e *muwalladls* na zona de Niebla, no ano de 276 H / 889) ou *qrqyh*; (em *Farhat al-Anfus*, p. 292, onde é citada como uma das fortalezas da zona de Niebla) - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, trad, p. 318, n. 675. - ver Vallvé, *La división territorial de la España musulmana*, 1986, p. 321.

Sem querer ter a ousadia de resolver a questão, pode-se simplesmente tentar propôr uma hipótese, tendo por base a análise do território em questão. A deñciente graª pode, uma vez mais, estar por detrás da diªculdade na localização do topónimo; as dúvidas que são colocadas pelas graªs *qrqbh* - قرقبه e *qrqyh* - قرقيه podem esconder uma graª eventual que fosse قرتيه. Esta pequena diferença e que é comum, s quívoco, em posição medial entre um ق e um ت, pode explicar o topónimo, que passaria a ler-se *Qartaya*.

Dentro do território ou kūra de Niebla, mais para ocidente desta cidade e perto do mar, situa-se Cartaya (não se deve confundir-se com Carteya, junto a Algeciras); há a tradição de ter existido uma fortificação em época islâmica junto ao litoral, no local que se chamou *San Miguel Arca de Buey* e que actualmente é conhecido como El Rompido - cf. José

Niebla¹¹⁰⁸, onde o referido viajante - saído de Beja - verificou existirem incluídas nas muralhas figuras que funcionavam como talismãs contra a entrada de intrusos.

O que Muḥammad ibn Aš‘at̄ al-Qurašī desreve - a partir do testemunho de carta de ‘Abd Allāh ibn Kulayb - é uma verdadeira rede castral, com “fortalezas y atalayas”¹¹⁰⁹, em redor do Guadalquivir, mas conectando este importante rio com o mar; ou seja, edificou-se uma rede de fortificações que podiam comunicar entre si evitando facilmente perigos futuros, sobretudo se os normandos e os seus barcos voltassem a atacar Sevilha e conseguissem penetrar para montante, podendo incomodar a cidade de Córdoba.

Uma segunda expedição normanda que atacou o litoral do *Ġarb* em, 245 H / 859, Esta nova **expedição normanda**, reconhece C. Picard¹¹¹⁰, suscita menos comentários e menos informação proveniente dos cronistas ligados à corte omíada; tal tem a ver também com o facto de as acções omíadas posteriores a 844 terem sido mais eficazes, ou seja, de ter havido melhor capacidade de resposta e de ter funcionado o dispositivo montado pelo emirado de Córdoba a seguir à surpresa surgida em 844¹¹¹¹.

Conhecem-se resultados obtidos, de sinal diferente, na fachada sul atlântica do al-Andalus; uma frota de 62 barcos vikings conseguiu, apesar das medidas de carácter defensivo, tomar a cidade de Algeciras¹¹¹²; porém, mesmo depois de terem penetrado no Mediterrâneo, a frota dos *mağūs* é derrotada pela marinha do al-Andalus. Trata-se do contingente naval que se encontrava estacionado em Sevilha e que teria infligido uma importante derrota aos *mağūs* em 245 H / 859-860¹¹¹³.

Porém, uma vez mais, o que se sabe para o litoral ocidental é mínimo se comparado com as informações disponíveis para o litoral sul, entre o cabo de S. Vicente e o Estreito de Gibraltar.

Ramón Barros Caneda e Juan Carlos Hernández Núñez, “Las defensas costeras de Andalucía”, *B.P. - Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, ano 10, n. 40-41, Sevilla, 2002, pp. 179-188; tb. disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/nav/index.jsp>

Por outro lado, existe na própria cidade de Cartaya uma fortificação em taipa, conhecida como Castillo de Guzmán... e cuja datação se coloca já em época cristã; porém, não é impossível que se venham identificar níveis de ocupação islâmica no dito sítio da actual Cartaya e que possam coincidir com *Qartaya*, leitura que se propõe para o topónimo que surge registado como *qrqbh* - قرقبه e *qrqyh* - قرقيه em manuscritos diferentes e que levantam dúvidas - sérias - aos tradutores do *Muqtabis II-1* - expressas como já se disse em p. 318, n. 675.

1108. Muḥammad ibn Aš‘at̄ al-Qurašī citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 187; trad, p. 318.

1109. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 187; trad, p. 318.

1110. Ch. Picard, *L’océan Atlantique...*, p. 75.

1111. Ibn al-Quṭīyya é dos que referem que Sevilha não foi surpreendida, em 245 H / 859, como o tinha sido em 844H.

Já Ibn ‘Idārī, (*Bayān II*, p. 96, trad. p. 157) refere que os normandos encontraram uma esquadra de guerra que patrulhava águas nortenhas do Atlântico, vez não a costa que vai do litoral da Gasconha até à Gallæcia, mas talvez sim uma esquadra omíada que deveria actual até, sensivelmente, a zona em redor da desembocadura do rio Douro, como sugere C. Picard (p. 75).

1112. Torremocha Silva, *Historia de Algeciras*, p. 183 e 237.

1113. ‘Idārī, *Bayān II*, p. 96-97, trad. p. 158 *apud* Ch. Picard,., p. 75.

Fortificação nas costas do Ġarb al-Andalus - algumas hipóteses¹¹¹⁴

Se houve a sorte de ter chegado ao presente este testemunho da construção de uma rede de *huṣūn* e de pontos fortificados menores, rede que ficou conhecida por um bejense desejo de tecer um elogio político ao seu emir, é de crer, pelo que se disse acerca da criação de uma política “geral” de criação de “marinha de guerra” que, de igualmente forma, esta política de fortificação de zonas sensíveis à entrada de embarcações normandas não fosse um exclusivo da zona a oriente de Beja - precisamente a zona que pode corresponder ao percurso de um *bāġiyy* para Qurtuba.

Assim, é de crer que tenha havido outras fortificações e outras redes ou sistemas de prevenção à entrada de embarcações hostis, política que parece ter sido iniciada com a chegada dos *maġūs*. Como antes se apontou, é provável que se tenham reforçado as defesas já existentes junto ao litoral e que se tenham criado novos pontos de observação - com ou sem fortificações - que permitissem acautelar e preparar a defesa - passiva ou activa - das populações e dos bens a serem visados pelos atacantes.

Deve reconhecer-se, à partida a imensa dificuldade em reconhecer e identificar estes sítios onde pode ter havido, eventualmente, locais dedicadas a perscrutar o oceano ou a controlar os estuários ou as baías junto onde se calculava que poderiam ter lugar ameaças futuras. A acrescentar ao problema, está o facto de não haver, em toda a vasta área em perspectiva estudos suficientemente aprofundados para se poder cimentar todas as hipóteses. Além disso, não se realizaram, no âmbito deste estudo nem antes, trabalhos de prospecção fina em termos de Arqueologia do território, trabalho que é desejável se venha a efectuar no futuro e em áreas a seleccionar.

Porém, não é indesejável que se coloquem hipóteses e se tente verificar o terreno ou esperar trabalhos arqueológicos futuros. Para algumas das entradas há, porém, alguns dados que se podem aproveitar. É o que se passa com Lisboa e o Mar da Palha, ou seja, a grande bacia estuarina do Rio Tejo imediatamente antes da sua foz, bacia essa em que as duas margens, na zona mais distal, chegam a estar separadas por cerca de duas dezenas de Km.

No caso de **Lisboa**, as fontes não referem a colocação em funcionamento de um sistema tão complexo. Porém, dada a situação especial desta Kūra e o facto de ser o primeiro grande estuário do território andalusí¹¹¹⁵ e dado o papel preponderante que Lisboa teve em anunciar e fazer seguir correios, rapidamente, para avisar o emir do sucedido, não é impossível que em redor de *Uliṣbūna*, no seu litoral atlântico, ao longo de um Tejo que se deve ter mostrado desprotegido durante os treze dias em que os *maġūs* o sulcaram e, possivelmente, nas embocaduras de alguns dos afluentes dos mais comprido rio peninsular se tenham construído sistemas de defesa passiva e de vigia, possivelmente com uma densidade menor da que é referida para o vale do Guadalquivir mas que, mesmo assim, deve ter existido. Porém, como já se referiu, o centro das preocupações seriam as cidades da bacia do *Rio Grande* que banha a capital do emirado.

Que dados se podem aduzir para crer que houve, em redor de Lisboa e sob o seu controle, um sistema de vigilância e de prevenção da chegada de novos visitantes indesejados? Em alguns locais ou há fortificações ou mantêm-se a memória de antigas fortificações. Mas, como voltará haver ataques

1114. Cf. Ch. Picard, "Fortifications et fonctions portuaires sur le littoral atlantique musulman", in *Archéologie islamique*, vol. 6, Paris, 1996, pp. 45-66.

1115. Não há informações de que o estuário do Mondego tenha sido incomodado pelos vikings em 844.

de vikings no século X, é possível que as hipóteses que se podem colocar residam mais na memória e nos vestígios dessa fase - e o tema será tratado adiante.

Por outro lado, se as fontes escritas para este período focam a sua atenção em Lisboa deve ter-se em linha de conta que, nesta conjuntura, a zona de Badajoz, controla as principais vias para o *Ġarb* extremo liortal estava sob o controle de rebeldes *muwalladūn*. Como se verá, no século X, aquando de novas investidas de normandos a situação mudará e já não será só Lisboa na bacia do Tejo a deter importância militar e estratégica para o combate a estes visitantes indesejados.

(d) Os *Ġilliġi*- saga de uma família *muwallad* na liderança de uma região

Foi graças a E. Lévi-Provençal, em grande medida, que se começou a prestar atenção à figura de ‘Abd al-Raġmān ibn Marwān ibn Yunis, conhecido como Ibn al-Ġilliġi (cf. Mapa 2, para o percurso desta personagem). Apresentado como proveniente de uma família “originaire du Nord du Portugal”¹¹¹⁶, esta personagem vista sobretudo como rebelde em relação ao poder central, ganha novo destaque com as referências que surgem em trabalhos de Manuel Terrón¹¹¹⁷ e Fernando Valdés¹¹¹⁸. Mas, serão sobretudo os trabalhos e as novas perspectivas de estudo encetadas por Ch. Picard que mostrarão a importância deste líder regional e estadista¹¹¹⁹.

Filho de Marwān al-Ġilliġi, um antigo governador de uma Mérida fiel aos omíadas, morto em confrontos havido sem 211H / 826-27¹¹²⁰. Mais de três décadas depois da morte de seu pai, este dirigente *muwallad* de Mérida assitiu à construção do *ġiṣn* / alcáçova mas também acompanhará o arrasamento da muralha da sua cidade natal - Mérida - consequência de actos em que teve participação activa. O seu levantamento terá lugar durante o governo do emir omíada Muġammad I (852-886) e cerca de duas décadas depois da chegada dos normandos às costas do *Ġarb al-Andalus*. Não se pode iludir o facto de que as fontes escritas sobre esta conjuntura e esta personagem se-

1116. E. Lévi-Provençal, *HEM*, I, p. 295

1117. Manuel TERRÓN ALBARRÁN, El solar de los Aftásidas - aportación temática al estudio del reino moro de Badajoz. siglo XI, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 1971; idem, *Historia política de la Baja Extremadura en el período islámico*, in *Historia de la Baja Extremadura*, Badajoz, 1986.

1118. Fernando VALDÉS FERNÁNDEZ, “La alcazaba de Badajoz: nuevas perspectivas cronológicas”, *Estudios de historia y de arqueología medievales*, n. 5-6, Universidad de Cádiz, 1985-1986, pp. 333-344; idem, “La mezquita de “Abd Al-Rahman ibn Marwan al-Yilliġi en la Alcazaba de Badajoz”, *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, Univ. Aut. de Madrid, n. 25, 2, 1999, pp. 267-290.

1119. Veja-se, entre os vários trabalhos que se debruçam sobre esta personagem, a sua época e a importância do seu papel e da dinastia que agora começa: Ch. Picard, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000; idem, “La fondation de Badajoz par ‘Abd al-Raġmān Ibn Yūnus al-Jilliġi”, *R.E.I.*, 49, 1981, p. 215-299; idem, “Le renouveau urbain en Occident ibérique aux IXe-Xe siècles, sous l’impulsion de seigneurs *muwalladūn*”, 23e Congrès de la S.H.M.E.S, Brest, 1992, *Princes et pouvoirs au Moyen-Age*, Paris, 1993, p. 49-67 (todos eles, trabalhos que, tal como muitos outros, o autor me enviou ao longo dos anos).

1120. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 177v; trad. p. 286.

rem confusas, por vezes incoerentes e parciais; por alguma razão tem sido difícil, depois do trabalho pioneiro de F. Codera, tentar organizar os dados relativos a esta fase.

Apesar das dificuldades inerentes a este estudo, há fontes escritas novas publicadas recentemente e, apesar de deficiente, o recurso à tradução de algumas partes do *Muqtabis* por Guraieb, bem como a mais cuidada tradução de alguns excertos por parte de María Ángeles Pérez Álvarez lançam mais luz sobre a fase que se vai abordar. Além, disso, os dados de carácter arqueológico são mais volumosos nos últimos anos. Desta forma, tentar-se-á uma abordagem essencialmente dos aspectos militares e políticos desta fase, tentando perceber de que forma se podem perceber no seio das dinâmicas por que passam o al-Andalus e o Mundo islamizado ocidental em geral, sem deixar de contextualizar os acontecimentos com o que se passa nas áreas de controle asturiano-leonesas.

A partir de meados da década de oitenta a cidade de Mérida está sob a mira constante de Muḥammad I (852-886). O ano de 251 H - 865/866 parece ser fulcral e é referida por muitos autores de época islâmica¹¹²¹; é a data de uma viragem com enormes consequências políticas e militares no Ġarb al-Andalus, com especial incidência nos territórios em redor da bacia média do Guadiana e hoje sabe-se que o seu movimento não tinha contornos de carácter religioso¹¹²². Possivelmente devido a questões em grande parte de ordem fiscal, a revolta estala em Mérida e em seu redor, liderada por ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunis Ibn al-Ġillīqī; data referida em muitos dos cronistas.

Mérida foi também atacada em 252 H / 866-867 por Umayya ibn ‘Īsā ibn Šuhayd - ao serviço do emir - com um exército grande que destruía as colheitas, em retaliação pela rebeldia do māridī/s contra o emir de Córdoba¹¹²³. Parece ter havido um segundo ataque a Mérida no ano seguinte, ataque levado a cabo pelo mesmo comandante: “En el año 253/867-68, lanzó una incursión, contra las provincias de Mérida, el ministro Umayya bn ‘Īsā. Se adelantó a la vanguardia del emir

1121. - Ibn Hazm (*apud* Codera, “Los Benimeruán en Mérida y Badajoz”, *Estudios críticos de Historia árabe Española (Segunda serie)*, Madrid, 1917 (1ª ed., *Revista de Aragón*, 5, 1903), (pp. 1-74), p. 25) é um dos que dá alguns dados biográficos acerca de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqīy. Ibn al-Aṭṭīr, *Kamil...*, tomo II, p. 139 e 140, (trad. Fagnan, *Annales*,) não dá datas concretas sobre as suas actividades, mas diz que *abandonou a reunião* (que deve significar que se separou da abediência em relação ao emir de Córdoba) e que, em relação aos cristãos do Norte, se fez "mais amigo deles que dos árabes". Ibn al-Qutīyya (*apud* Codera, p. 26) refere que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqīy, que era originário do Ġarb, tinha estado do lado do emir Muḥammad I mas que o abandonara e era dirigente dos *muladíes*. Diz ainda que a sua rebelião estava entre o *Islam* e a terra dos Inéís, a quem ajudou. Ibn Kḥaldūn (*apud* Codera, p. 28) informa - e já se verá que com algum fundamento - que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqīy se teria aliado aos cristãos do Norte.

Ibn Khaldun (*apud* Codera, *op. cit.*, p. 31) indica uma revolta, no ano de 255 H - Dez.868 a Dez. de 869 em Mérida e em *Lisboa*; faz, porém, sentido que tenha sido confusão entre *Lišbūna* (Lisboa, que o autor do séc. XIV bem conhecia) e *Lağdaniyya* (*Egitania*), cidade cuja memória já se tinha perdido para muitos. Por outro lado, se assim foi, este dado mostra que a dimensão da revolta liderada pelo *muwallad* de Mérida teve um impacto regional muito mais vasto e que ultrapassou, em muito a região em redor de Mérida.

1122. A visão de Dozy (*Histoire des musulmans...*, III, p. 191) de que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqīy propagara uma *nova religião*, parece estar baseada em más traduções de obras árabes medievais (cf. Codera, *op. cit.*, pp. 27-28).

1123. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 320; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, p. 106. Uma apreciação geral sobre a obra de Ibn Ḥayyān, as várias edições e traduções existentes veja-se também María Ángeles Pérez Álvarez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, Cáceres, Univ. de Extremadura, 1992, pp. 100-101.

Terá, pois, lugar com Muḥammad I a entrada de Mérida numa terceira fase, em termos de defesas passivas. Fases que se pode considerar serem as seguintes:

Fase 1 - Inicialmente, existia em Mérida a muralha herdada da fase romana tardia, uma muralha com um perímetro apreciável e que se mantém aparentemente como construção militar única até à ecada de 30 do século IX.

Fase 2 - a construção, a partir de 220 H. / 835, sob o emirado de ‘Abd al-Raḥmān II, com pelo menos dois momentos até à década de 40 do século IX da construção habitualmente conhecida como alcáçova, que as fontes conhecem como *ḥiṣn* e que fontes tardias identificam como igualmente como al-Qaṣr - القصر - como aparece no tardio al-Ḥimyarī¹¹²⁹; este autor refere mesmo o responsável pela construção¹¹³⁰.

A muralha de origem romana tardia não desaparece totalmente e passa a ficar acompanhada por esta nova construção, feita para controlar a entrada da ponte mas igualmente o conjunto da cerca que ainda se mantinha.

Fase 3 - com Muḥammad I a muralha urbana de Mérida é, então, deliberada e definitivamente desmantelada.

Uma velha capital sem muralha

Ibn ‘Idārī é um dos autores que mostra, sem dúvidas, que durante alguns anos **alcáçova e muralha coexistiram**¹¹³¹, ou seja, que quando a alcáçova / *ḥiṣn* foi edificada - com pedras retiradas de edifícios e de locais anteriores - a muralha não foi imediatamente sacrificada.

Ibn al-Ibn al-Aṭīr informa que os emir envia para Córdova a elite dirigente dos rebeldes, "**destruyendo el muro de Mérida**, en la que **fortificó el lugar que habían de habitar los gobernadores separados** de todos ellos"¹¹³²; se bem que refira que Muḥammad I foi o autor da "alcáçova" de Mérida - no que se engana, dado que até os testemunhas epigráficos o refutam - não é impossível que se tenham feito novas obras militares na "alcáçova" de Mérida na sequência da tomada da cidade por Muḥammad I.

Porquê novas obras na "alcáçova" de Mérida com Muḥammad I? Deve ter-se em linha de conta que o ano de **254 H - Jan. a Dez de 868** é um ano de viragem radical na cidade de Mérida¹¹³³; é, de alguma forma, o ano do seu desmantelamento como cidade capaz de continuar a ser cabeça da anti-

1129. al-Ḥimyarī, *Kitāb al-Rawḍ al-Mi‘ṭār*, . 177, trad. §166, pp. 210-213.

1130. al-Ḥimyarī, *Kitāb al-Rawḍ al-Mi‘ṭār*, . 177, trad. §166, p. 213.

1131. Segundo **Ibn al-Aṭīr** a cidade tinha-se revoltado contra o poder emiral, e para este compilador oriental as causas da revolta residem no regresso, a Mérida, de revoltosos que teriam sido expulsos em tempos do emir seu pai. O emir Muḥammad I em pessoa conduz o exército que sitia a cidade e Ibn al-Aṭīr coloca neste momento a destruição da muralha da cidade de Mérida, pela acção militar do emir, bem como - erradamente - a construção da alcáçova para alojar os governadores, separadamente (*Kamil...*, tomo VII, p. 127, trad. Fagnan, *Annales*,).

1132. Ibn al-Aṭīr, *Kamil...*, tomo VII, p. 127, trad. Fagnan, *Annales*, ; cf. Codera, *op. cit.*, p. 30.

1133. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 43. D. Rodrigo Ximénez de Rada coloca estes acontecimentos em 248 H - *Historia Arabum*, p. 24, *apud* Codera, *op. cit.*, pp. 30-31.

ga Lusitania ou, no mínimo, de um vasto território na bacia do Guadiana e com enorme influência sobre territórios mais a Norte e mais para Ocidente em redor da bacia do Tejo. Mérida é despida da sua imponente muralha romana tardia e o seu sistema defensivo vê-se reduzido a um "castelo" a um fortim, que - se hoje é visitado como mostra do passado omíada ou andalusī - deve ter sido tomado então por muitos como símbolo da humilhação, da sua ocupação pelo poder omíada de Córdoba. O desmantelamento da cidade, acompanhado da ida para Córdoba dos seus mais férreos defensores deve ter permitido aos desmanteladores da muralha destruir muito mais do que inicialmente se pensaria; não há elites locais fortes que ponham freio aos desmantelamentos e destruições levados a cabo por tropas ansiosas por agradar ao emir de Córdoba. Este parece ter sido o ano das grandes destruições e desmantelamentos na cidade de Mérida.

A partir do momento em que a cidade perde a sua muralha, o castelo / *ḥiṣn* omíada sofre certamente adaptações e alterações. Porquê? Pela simples razão que o edifício fora inicialmente pensado para se aricular com uma muralha mais vasta e que agora é destruída intencionalmente pelo emir filho do que ordenara a construção do castelo / *ḥiṣn* ou "alcáçova" que segue modelos clássicos do tipo *quadraburgium*. Esta construção, deve lembrar-se, deve ter sido tomada pelos *muwalladūn* de Mérida, razão por que o emir *himself* teve de intervir; pormenores não são dados, mas a guarnição que estava no *ḥiṣn* ou "alcáçova" de Mérida não deve ter resistido à rebeldia que só é sufocada com intervenção das tropas de elite estacionadas em Córdoba.

Assim, sem muralha a acompanhá-lo, o *ḥiṣn* ou "alcáçova" de Mérida tem de ser reforçado. Aqui se vão alojar não só tropas mas igualmente o novo governador nomeado por Muḥammad I. A construção mandada erguer pelo emir ‘Abd al-Raḥmān II tem de adaptar a uma nova fase; residirá, possivelmente, aí, o equívoco da construção deste recinto militar por Muḥammad I; esta não o edificou mas houve certamente obras de adaptação.

Essas obras podem ter passado também pelo reforço de alguns sectores, agora que desaparecera a velha muralha. Por isso, não seria de estranhar que algumas das pequenas torres iniciais dos *ḥiṣn* / *quadraburgium* tivessem sido reforçadas, dado a sua pequena saliência que poderia permitir uma aproximação indesejável por parte das populações. Ou seja, seria desejável, sem destruir uma fortificação nova, afastar o mais possível populações tendencialmente pouco fiéis e pouco amistosas para com a guarnição estrangeira que se refugiava no *ḥiṣn* ou "alcáçova" de Mérida. Embora a arqueologia não tenha dado respostas definitivas, não é de afastar a hipótese de se terem feito reforços no plano original do *ḥiṣn* / "alcáçova" de Mérida e de, eventualmente, terem sido edificadas torres que, projectadas para o exterior, afastassem fisicamente as populações dos muros do *ḥiṣn* / "alcáçova". Poderiam ter surgido, então, algumas das torres exteriores ou torres albarrãs ainda hoje visíveis em Mérida.

Esta hipótese explicaria a semelhança de aparelho construtivo e a disponibilidade de materiais de época romana..... Os materiais disponíveis são sensivelmente os mesmos, mas as necessidades militares são outras; as torres pouco salientes - muito comuns sob o domínio dos omíadas - farão escola, mas revelam-se insuficientes perante uma povoação que necessita de ser colocada mais afastada do reduto fiel à dinastia de Córdoba.

(i) O vale de Guadiana - tensões e construções (Muhammad I e al-Mundhir)
percursos após a saída de Córdoba

Com a muralha destruída às populações só lhes restam duas soluções: os se submetem definitiva e pacificamente ou, por outro lado, procuram outro local onde possam resistir. E será esta segunda via a que se irá impor. Depois de algum tempo em Córdoba, o dirigente *muwallad* de Mérida, e ao mesmo tempo grande proprietário na região¹¹³⁴ abandona a capital do Emirado e regressa ao vale do Guadiana¹¹³⁵.

Em 261 H / Outubro de **874-875** -- ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān sai de Córdoba com os seus seguidores, mas saem em grupos separados, em momentos diferentes, no início dos frios do Inverno de 874, mas reunindo-se numa fortificação conhecida como *Talġ*¹¹³⁶.

O que parece claro é que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān preparou, com antecedência e com o máximo de cautelas, esta saída de Córdoba, de forma a não levantar suspeitas e reacções adversas; ele e os seus homens conseguiram, efectivamente, sair de Córdoba. Houve, pois, uma fuga bem sucedida.

No caminho para Norte, segundo conta ‘Īsà aal-Rāzī, foram atacando gente fiel ao emir, roubando montadas e bens à “vigilância do poder”, conseguindo reunir cerca de 500 cavalos durante os três dias que decorreram entre a saída de Córdoba e a chegada a Alange, atacando igualmente populações árabes e berberes que foram encontrando.

Onde quer que fosse *Talġ*, deveria tratar-se de local fortificado fiel ou nas mãos de aliados - ou de clientes - de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān. Este é o ponto de reunião dos que partiram separadamente e onde se prepara a nova operação - a ida para Alange.

Toda esta fuga espelha, de alguma forma, a fraqueza do sistema de defesa montado a Norte de Córdoba; um grupo, cuja número não é referido, consegue dominar a vigilância montada e, em três dias, chegar ao vale do Guadiana sem ser incomodado. Mas significa também que este grupo dispunha de armas suficientes - trazidas de Córdoba ou levadas ao seu encontro em algum lugar determinado - para, com as que foram roubando, fazerem face a agentes do Estado e populações que se refugiam em fortificações¹¹³⁷.

O objectivo da fuga foi, como já é referido, *qal‘at al-Ḥanš* dizendo-se que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān estava acompanhada dos seus três filhos - Muntanşir, Marwān e Muḥammad¹¹³⁸.

1134. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 44; Ed. Manzano, *Conquistadores...*, p. 345.

1135. Costuma ser apresentada como razão para esta fuga de Córdoba uma desinteligência com o general Haşim - cf. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 45; Lévi-Provençal, *HEM*, I, p. 296; um pretexto que não explica tudo o que levou o membro de uma família poderosa a deixar a capital do emirado - onde era um elemento com relevo, entre outros... - pela sua região de origem, onde não lhe faltariam bens e apoios.

1136. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 346; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 108. Makkī adverte que a grafia deste castelo não está clara; de facto, *Talġ* (تالغ) signiªca “neve” e entre XCórdoba e Alange - para onde se dirigem os fugitivos - não há nenhum local que se possa identiªcar com essa fortificação, nem nenhuma zona propícia (em anos normais) à presença habitual de neve, excepto a Serra Nevada que, como Makkī observa, não é nessa direcção - cf. Makkī, *ibidem*, p. 347, nota 2.

Zonas de neve aparecem, sim, mas mais para Norte de Alange, como serra de Gata, Gardunha ou Estrela, mas na descrição dada faz sentido localizar esta fortificação identiªcada como “neve” entre Córdoba e o vale do Guadiana - topónimo procurado mas em vão, até ao momento.

1137. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 348.

1138. - Todos eles nomes perfeitamente normais em famílias islamizadas; ªlhos esses que ‘Īsà al-Rāzī aªrma serem gente de valor militar.

‘Abd al-Rahmān ibn Marwān está acompanhado pelos seus três filhos e por muitos outros seguidores¹¹³⁹ e parece ter aliados em outras fortificações da mesma linha do Guadiana; é o que se passa com Makhūl ibn ‘Umar que, enquanto al-Ġillīqī é *ṣāhib* de Alange¹¹⁴⁰, este seu aliado, Makhūl ibn ‘Umar, é senhor / *ṣāhib* no castelo de *Ġalmāniyya*.

Porém, perseguido pelos agentes do emir, acaba por refugiar-se em Alange¹¹⁴¹, localidade fortificada a sul de Mérida; não é um ponto escolhido ao acaso - quem lá tenha estado verifica como o local tem, na sua cota mais elevada, contacto visual desimpedido com Mérida (fig. 15). Apesar de **Alange** se encontrar a sul da linha do Guadiana, tanto esta localidade como *Ġalmāniyya*, ou seja, **Juromenha**, possuem um aspectos comum a ambas; qualquer das localidades se encontra sobre pontos altos com um impressionante campo visual.

Do alto de Alange, onde ainda hoje se encontram vestígios de fortificações de época islâmica, é possível visualizar Mérida, sensivelmente a nor-nordeste e, por outro lado, do seu alto obtme-se um campo de visualização extremamente amplo dos territórios para Sul, precisamente de onde se poderia esperar a chegada de exércitos omíadas.

Juromenha, por seu lado, onde se encontrava Makhūl ibn ‘Umar, controla visualmente o local de local de implantação de Badajoz e, por outro lado, consegue-se “varrer” cerca de 180° de panorava centrado a Leste, ou seja, é possível avistar com grande antecipação a chegada de exércitos ou a poeira levantada por um destacamento de cavalaria que se apresente do lado de Este, Sudeste ou Sudoeste, o que se significa que, a não ser que as tropas emirais tivessem passado o Guadiana em outro local - o que é pouco provável dado que o Guadiana a jusante apresentava dificuldades grandes de atravessamento a vau, os homens e o *ṣāhib* que controlasse o castelo de Juromenha conseguia com bastante tempo de avanço antecipar a chegada de tropas de Córdova com a vantagem de avistar essas tropas e, ainda assim, estar localizado na margem oposta do rio; em cota elevada, Juromenha controla a longa distância a margem sul do rio mas para ser tomado as tropas que se aproximam só se apercebem da presença da linha de água quando estão quase sobre ela.

É esta interessante e favorável capacidade táctica que sempre fez de Juromenha um ponto fortificado não esquecido, desde fases pré-históricas até ao século XIX. Porém, destas fases devem referir-se dois períodos importantes para contextualizar a ocupação islâmica em Juromenha: as fases romana e tardo-romana / visigoda.

Juromenha, pelos vestígios que ainda hoje perduram e pelo que as escavações arqueológicas revelaram¹¹⁴², mostra não poucos materiais de época romana e, por outro lado, têm sido

1139. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 346-47; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, p. 108.

Veja-se também Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, p. 102.

1140. ‘Īsā al-Rāzī diz que al-Ġillīqī se estabeleceu em Alange em Agosto de 875 - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 348.

1141. Terá sido em 261 H (Out. de 874 a Out. de 875). Aqui resiste durante três meses, tendo de comer as suas próprias montadas para poder sobreviver - diz Ibn al-Aṭīr, *Kamil...*, tomo V, p. , trad. Fagnan, *Annales (apud Codera, op. cit., p. 31)*.

Sobre esta fuga para Alange veja-se também J. Souto, num importante artigo onde se referem acontecimentos tal como são referidos no Bayān: “En el año 262/6 octubre 875-23 septiembre 876 salió al-Mundir, hijo del emir Muhamniad, [contra] Ibn Marwān, siendo el caíd [de esta campaña] Hašim b. ‘Abd al-‘Azīz, quien fue el causante de la huida de Ibn MarwAn, ya que le dijo ante los visires: «El peno es mejor que tú», ordenó darle un cogotazo y se excedió en la humillación. Ibn MarwAn había huido con sus compañeros, lo que es una larga historia...” - J. Souto, “El emirato de Muhammad Í en el Bayán al-Mugrib”, *Anaquel*, VI, pp. 227.

1142. Ch. Picard e F. Branco Correia, “Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha - primeiros resultados” in

encontrados incrustados nas suas muralhas materiais datáveis de época visigoda¹¹⁴³ que, no entanto, poderiam ter sido utilizados ainda por comunidades cristãs durante o período de existência do emirado omíada. Makhūl ibn ‘Umar dispunha, em Juromenha, de materiais que, reutilizados e combinados com outros materiais de construção, facilitariam a manutenção de uma construção militar diferente da que hoje se pode apreciar¹¹⁴⁴.

Mas Juromenha tem outras características que poderiam ser úteis durante fases de confrontos com as tropas emirais. Sem ser exclusivo desta região, deve referir-se o facto de que Juromenha e amargem norte do Guadiana que lhe está próxima é uma zona rica em minério de ferro. A cartografia geológica da região mostra que a região do Casco e da Mina do Bugalho, a norte do Guadiana e a pouca distância de Juromenha apresenta inúmeros vestígios de mineração antiga¹¹⁴⁵; porém, o aparecimento de materiais arqueológicos datáveis de época romana pode esconder reutilizações posteriores, dado que se sabe que em época islâmica era comum reutilizarem-se materiais e estruturas anteriores - e não exclusivamente no al-Andalus.

Estes dois pontos fortificados, Alange e Juromenha são *chaves* fundamentais para controlar qualquer tentativa emiral de galgar as margens do Guadiana e de alcançar os territórios situados a norte. Os rebeldes calculavam que haveria retaliação, que haveria uma resposta de Córdova, razão pela qual armazenaram cereais para aguentar assédios prolongados e poder alimentar os muitos que se lhes juntaram¹¹⁴⁶. Sem poder confirmar que a fase de concepção corresponde ao século IX, pode avançar-se com a informação de que em Juromenha se encontraram vestígios de silos escavados na rocha, semelhantes aos que são comuns para guardar cereais, silos esses parcialmente arrasados com as obras de adaptação de Juromenha, no século XVII às necessidades da pirobalística.

Alianças entre Muwalladūn

Diz Ibn Ḥayyān que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān e Makhūl ibn ‘Umar chamaram em seu auxílio o muwallad Sa’dūn ibn Gār, “conhecido como al-Surunbāqī”¹¹⁴⁷.

Sabendo-se que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān tinha não poucos apoios na região e que , por outro

Arqueologia Medieval, vol. I, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp. 71-89.

1143. F. Branco Correia, “Juromenha, Elvas e Alandroal; algumas reexões em torno de fortificações islâmicas e cristãs do curso médio do Guadiana”, *Cira*, nº 7, Vila Franca de Xira, 1998, pp. 111-128.

1144. A reutilização constante, através dos tempos, do local de Juromenha como sítio com importância estratégica levou a que se tivessem feito inúmeras adaptações e acrescentos às edificações militares mais antigas. Por outro lado, a crescente importância que o local teve durante o período posterior A 1640 levou a que se tivessem levado a cabo inúmeras obras de ampliação e de remoção de terras que alteraram, inclusivamente, os níveis estratigráficos; a simples construções de vários paióis para pólvora, a partir do século XVII, conduziu ao arrasamento de níveis arqueológicos medievais e anteriores, dado que as obras militares do século XVII chegaram ao aoramento rochoso e, em muitos casos, penetraram na própria rocha.

1145. Manuel Calado, *Carta Arqueológica do Concelho do Alandroal*, Câmara Municipal do Alandroal, 1993.

1146. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 348; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, p. 109.

1147. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 349; como assinala M. Ángeles Pérez, em outro volume do *Muqtabis Sa’dūn al-Surunbāqī* é identificado como Sa’dūn ibn Faṭḥ e não como Sa’dūn ibn Gār; cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* III (ed. Antuña), p. 23; cf. Pérez, *Fuentes...*, p. 109, n. 66.

lado, deveria dispor de informadores em Córdova, é de crer que se esperasse um exército grande e um confronto militar duro. De outra forma, não seria necessário pedir auxílio de um senhor da guerra que vivia geograficamente no Ġarb, mas em região distante e, como afirma o *Muqtabis*, nos confins do Douro, “entre os territórios do *Islam* e os do inimigo”¹¹⁴⁸, a 80 milhas de *Qulumriyya*¹¹⁴⁹ e ao serviço de “*Afonso ibn Rudmir*”¹¹⁵⁰.

Curiosa é a reflexão transmitida pelo *Muqtabis*, segundo o qual al-Surunbāqī pediu autorização ao rei das Astúrias para participar militarmente ao lado de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān e que teria sido esse pedido que tornou patente ao rei cristão a existência de fracturas, de divisões no seio do al-Andalus¹¹⁵¹.

É o mesmo *Muqtabis* que informa que as tropas enviadas e comandadas por al-Surunbāqī, provenientes do território entre o Mondego e Douro, se dirigem não a Alange para se juntarem a ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān mas sim a Juremenha onde, ao se associarem a Makhūl ibn ‘Umar formam um contingente que os informadores de Córdova qualificam de “numeroso”¹¹⁵² e que - apesar da lacuna textual existente - pode ter sido a razão por que as tropas de Córdova preferem começar por atacar Alange.

A escolha de Alange tem a ver, em grande medida, com o eventual interesse que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī teria na sua cidade de origem, na grande capital que tinha sido Mérida, implantada a pouca distância, uma pálida imagem do que fora em tempos da juventude do muwallad mārīdī mas em relação à qual ainda poderia alimentar algumas esperanças de a vir a ocupar e fazer reflorescer. A luta pelo controle do vale do Guadiana não só faz subir para Norte o exército de Córdova e o emir e pessoa, como faz descer al-Surunbāqī que deixa madīna Burtuqāl, nas margens do Douro, para deslocar em direcção às do Guadiana¹¹⁵³.

Alange - poços, galerias e catapultas

De facto, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Mārīdī irá sofrer um duro assédio em Alange, local para onde se dirigem tropas emirais numerosos e bem equipadas. E é o próprio *Muqtabis* que informa que, face ao cenário de guerra com que o exército emiral se deparou, dada a capacidade militar de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān e estudada a situação do inimigo, as tropas cordobesas optam por pôr em prática uma tática muito concreta: privar os assediados de água.

Custa acreditar que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān quando decidiu refugiar-se em Alange não tenha previsto o abastecimento de água, quando se diz que tiveram o cuidado de guardar cereais. Seja como for, há uma referência à construção de poços “no interior do castelo”¹¹⁵⁴, poços com os quais

1148. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 349.

1149. Trata-se da cidade de Coimbra.

1150. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 349; Pérez, *Fuentes...*, p. 109.

1151. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 349-350; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, p. 109.

1152. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 350; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, p. 109.

1153. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 350; veja-se também E. Manzano, *La Frontera...*, p. 191 e F. Codera, *Los Benimeruan...*, pp. 41-

1154. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 349-350; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, pp. 109-110.

encontraram um veio de água salubre, o que fez mudar a ideia dos que pensavam render-se às tropas do emir.

A importância táctica dos ditos poços para que a resistência pudesse continuar, levou a que esses poços fossem especialmente protegidos¹¹⁵⁵. Refere-se igualmente que os homens de al-Ġillīqī escavaram galerias subterrâneas que davam a acesso aos referidos poços de onde retiravam a água¹¹⁵⁶.

As tropas emirais apercebiam-se da construção e da existência das ditas galerias e, apesar do uso constante de catapultas, não terá sido possível derrubar nenhum dos poços abertos perto do castelo¹¹⁵⁷. A permanência em Alange revela dados novos para o Ġarb: se já não é inédita a situação de um líder regional rebelde, de extracção urbana, ter de recorrer a fortificações de menor dimensão - como ocorreu com Maḥmūd -, parece ser inédita, no ocidente - tendo em conta a informação das fontes - a utilização de máquinas de guerra - os almajaneques¹¹⁵⁸. Já utilizadas, e desde muito cedo - como antes foi referido - em outros cenários do al-Andalus, elas serão deslocadas de Córdova para cercar e fustigar o rebelde em Alange. O cerco é longo e a falta de água atinge os cercados¹¹⁵⁹. Apesar de fustigarem os poços, o cerco sobre Alange manteve-se durante três meses e dez dias - segundo Ibn Ḥayyān¹¹⁶⁰.

Normalmente ressalta-se desta campanha o facto de o dirigente muwallad ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ter acordado negociar com o emir Muḥammad I, acordo a partir do qual se estabeleceu, com autorização emiral, em Badajoz. Porém, talvez valha a pena não desperdiçar alguns detalhes que esclarecem um pouco aspectos passados da vida do líder muwallad em Córdova e da forma como as relações pessoais influíam no desfecho das lutas.

1155. Segundo refere o *Muqtabis*, os poços eram protegidos com “pesados madeiros” que eram depois revestidos com peles de gado vacum -informação indirecta interessante sobre algum do gado habitual junto destas comunidades geridas por *muwalladl* s do valde do Guadiana - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 355; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, p. 110.

1156. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 355; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 110.

1157. Preesumer-se que a rede de poços e de galerias fosse muito extensa e, eventualmente, se estendesse pela encosta do castelo - procurando níveis freáticos mais adequados - , cando ao alcance das máquinas de guerra ou do assalto por tropas - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 355; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 110.

1158. Ora **esta refreência máquinas de guerra hoje sabe-se que é indicada igualmente por Ibn Ḥayyān** (*Muqtabis*, II, ed. Makkī) - trata-se de edição que se encontra unicamente publicada em árabe. Agradeço a Adel Sidarus cópias da edição do texto árabe e a J. P. Molenat esclarecimentos sobre esta edição e o facto de ter alertado para estes acontecimentos; agradeço que extendo aos Prof. Doutores A. Dias Farinha e Hermenegildo Fernandes, da Fac. de Letras de Lisboa, pelos convite sucessivos para participar em seminários orientados pelo Doutor Jean-Pierre Molenat, onde alguns destes textos têm sido estudados e comentados de forma extremamente útil.

1159. Bayān II, pp. 104-105; é referido igualmente por Codera (*op. cit.* p. 32), que indica o facto de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī ter cado sem água e de o emir ter atacado Alange com máquinas de guerra - *almajaneques*.

A. Rahman Zaky refere, entre outras obras, um *Kitab al-aniq c al-manjaniq* (um Tratado sobre al-Manjaneques) escrito provavelmente entre 1362-1376), no Egipto. - cf. *Gladius*, IV (1965), p.110.

1160. Sobre a disposição das tropas sabe-se que havia quatro frentes de combate, numa das quais estava o emir em pessoa.

De facto, o Muqtabis III refere que, quando a situação se tornou difícil para ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān - mesmo com os ditos poços e galerias abertos para chegar à água - este decide negociar mas recorrendo a alguém conhecido: o príncipe ‘Abd Allāh, filho do emir Muḥammad I. Sem se referir se ‘Abd Allāh estava também em Alange no momento do assédio, será através do príncipe Muḥammad I dará o amān a ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī e permitirá que se estabeleça em Badajoz, mas sob determinadas condições¹¹⁶¹.

A saída de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī de Alange foi negociada; o emir e o rebelde regional chegaram a um acordo. Ao emir não convinha, certamente, uma região abandonada e mal explorada economicamente. Por outro lado, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī e os seus seguidores têm a consciência clara de que Mérida já não reúne condições para continuar a ser a sua cidade - o desmantelamento da muralha ditou o fim de Mérida como grande cidade.

de Alange para Albašarnal - vontade impossível

Por Ibn al-Qūṭīyya sabe-se que o pedido do muwallad mārīdī era para estabelecer-se em outro local: *al-Bašarnal*. A razão por que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī preferia esse local parece clara. O próprio Ibn al-Qūṭīyya explica que esse local se situava da margem direita do rio Guadiana, mas não afirma que estava sobre o rio - poderia ser Elvas...

Porém, deve dar-se especial relevância à proposta inicial de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī; este entregar-se-ia e abandonaria a rebeldia se o emir lhe permitisse estabelecer-se numa localidade referida como *Albašarnal* - segundo conta Ibn al-Qūṭīyya, o único que refere este topónimo.

A paz e concórdia com Muḥammad I foi feita com base num acordo pelo qual o muwallad ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī passaria a residir, com autorização emiral em Badajoz. Apesar de Ibn Ḥayyān dar esta informação¹¹⁶², os pormenores mais interessantes são dados por Ibn al-Qūṭīyya. Tudo leva a crer que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Mārīdī pretendia estabelecer-se não na margem sul do rio Guadiana - onde as tropas emirais facilmente o alcançariam - mas sim na margem norte do mesmo rio, onde poderia eventualmente resistir mais tempo e onde, eventualmente, estariam terras tradicionalmente controladas por antepassados seus.

Ibn al-Qūṭīyya refere que o emir Muḥammad I usa um intermediário - este pretende saber qual o preço que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī pede para cessem as hostilidades. E a resposta é clara; o rebelde pede muito simplesmente que o emir o deixe livre em البشرنل para poder restaurar, fortificar e povoar a dita localidade; esta localidade de Albašarnal, onde ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī diz que manterá a invocação do nome do emir mas que esta não lhe peça tributos, estava implantada "frente a Badajoz y entre ambas estaba el río" (Ibn al-Qūṭīyya, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 37). **A questão tributária parece central.**

1161. Será por essa amizade - com o príncipe e futuro emir ‘Abd Allāh - que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān pouco será incomodado em Badajoz em tempos de ‘Abd Allāh??

‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī deveria ter em Córdoba um estatuto e uma posição superior, que lhe permitia ter relações especiais com o principal ‘lho do emir. Sem querer fazer paralelo com Ibn Ḥafṣūn e com a hipótese lançada por Manuel Acién de que se está perante descendentes da nobreza visigoda, parece claro que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī não é, no quadro da sociedade do al-Andalus, um simples *muwallad*.....

1162. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 345; trad. M. A: Pérez, *Fuentes*..., p. 108.

Segundo o mesmo Ibn al-Quṭīyya o emir consente, não no local eleito por ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, mas sim em Badajoz, na margem direita do Guadiana.

Porquê? O mesmo Ibn al-Quṭīyya é claro; foi-lhee concedido construir / fortificar / restaurar ?? (بنء) Badajoz, dado que esta localidade estava do outro lado do rio "para que fuese del partido del Islam, como se había convenido con él"¹¹⁶³ (fig. 16). Esta posição é extraordinária e deveria corresponder a uma certa *vox populi* corrente Córdoba; até ao Guadiana o Islam não tinha dificuldades em controlar; já para Norte do referido rio tudo se tornava mais difícil.

Onde quer que fosse البشرنل / Albašarnal (a localização de Elvas parece reunir condições de localização que outros locais não reúnem), pelo simples facto de estar a norte dessa linha de água era, à partida, um local controlado dificilmente pelo poder estabelecido em Córdoba. Sem estar sob a alçada do monarc asturiano, todos esses territórios estavam numa espécie de limbo cujo futuro era algo indefinido, buscando-se constantes equilíbrios - instáveis - entre os soberanos de Oviedo e de Córdoba. E, claro, este destino e esta posição de estar *entalado* entre formações políticas e sociais cristãs no norte e o emirado cordobês (rebelde, ele também, aos olhos do califado estabelecido em Bagdade) a sul, não facilitava a sua afirmação e legitimação.

O acordo entre as partes passou por o emir autorizar a saída de TODOS os seguidores de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī da *qal‘a* de Alange para o *hiṣn* de Badajoz que, segundo a mesma fonte, estava então “vazio” e seria ocupado bem como as terras em seu redor¹¹⁶⁴, fazendo o emir circular um documento pelo qual afirmava publicamente - no mês de *dū l-qa‘da* de 261¹¹⁶⁵ - essa cedência. Como garantia, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī entregava ao emir o seu filho e sucessor Muḥammad e “trinta dos seus [homens] como reféns”¹¹⁶⁶ que ficaram nas mãos do emir Muḥammad I e que com ele foram para Córdoba.

A campanha de Alange deve ter tido enorme repercussão em todo o al-Andalus; esse reflexo foi-lhe dado pelo peso relativo que deveria ter o *muwallad* de Mérida mas também pelo facto de o emir em pessoa ter estado no local.. Por outro lado, não deixa de ser curioso o facto de ter havido um poeta que fala desta campanha; trata-se do famoso ‘Abbās Ibn Firnās¹¹⁶⁷, *rondeño* que viveu entre 810 e 887, famoso pelo seu interesse prático pelo voo, de tal forma que é considerado um dos cientistas do Mundo Árabe medieval e que compôs um longo poema em resalta a resistência de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī e dos seus homens aos projecteis lançados pelo ar através das catapultas¹¹⁶⁸.

1163. Ibn al-Quṭīyya, *Iftitāḥ al-Andalus*, apud Codera, *op. cit.*, p. 37; a tradução de algumas passagens de da obra de Ibn al-Quṭīyya é feita por Codera antes da edição e tradução espanhola de referência, a de Julián Ribera, publicada em Madrid, no ano de 1926.

1164. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 355; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 110.

1165. O que equivale a Agosto de 875.

1166. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 355; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 110.

1167.).

1168. Estes versos foram recolhidos por al-Rāzī e dados a conhecer no *Muqtabis*; cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 357 e seguintes; M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 110, não traduz o poema de ‘Abbās Ibn Firnās. Ver igualmente Ḍabbī, *Bugyat*, n* 1.247, p. 418 .

Não foi possível apurar até que ponto ‘Abbās Ibn Firnās - أبو القاسم عباس بن فرناس - seria uma espécie de *military expert*

(ii) Badajoz - uma nova cidade

São de Ibn al-Qūṭīyya outros detalhes interessantes, relativos às condições colocadas por al-Ġillīqī para estabelecer-se em Badajoz. Essas condições são maioritariamente de carácter fiscal: depois de pedir para se fixar em al-Başarnal, onde “construiria uma cidade, a povoaria e manteria a oração [em nome do emir]”, o mesmo al-Ġillīqī é muito claro ao colocar como condição que “não me obrigarias a pagar contribuição alguma, nem a obedecer aos teus mandados, nem acatar as tuas proibições”; Ibn al-Qūṭīyya indica unicamente que o acordo passou pela fixação, sim, mas em Badajoz ¹¹⁶⁹.

Segundo Ibn Ḥayyān, a segunda metade do ano de 261 H/ 875 e todo o ano de 262 H (876 grosso modo) foram dedicados à construção e recuperação de Badajoz. Ibn al-Qūṭīyya é mais esclarecedor acerca da forma como al-Ġillīqī e os seus seguidores se estabeleceram em Badajoz e da construção de muralhas ¹¹⁷⁰ (fig. 16 - interpretação das fases das suas muralhas por F. Valdés).

Al-Ḥimyarī, embora compilador tardio, não deixa de dar uma representação destes acontecimentos bastante interessante. Além da dar um outro testemunho do uso de uma arquitectura em terra - taipa, ou “terra pisada” - refere que, com os oficiais e trabalhadores enviados pelo emir, se construíram, para além de uma mesquita (com maqṣūra) no interior da “cidadela” (leia-se, uma *alcáçova*), edificou “un certain nombre de mosqués” que, se preassume tenha sido em zona exterior à referida cidadela, ou seja, na “madīna”¹¹⁷¹. Apesar da grande autonomia, os sinais de uma islamização crescente teriam sido patentes e nesse aspecto não teria havido recriminações nem queixas. Por outro lado, é claro uso de técnicas de construção em terra, que passam igualmente pelo uso do “brique” / tijolo - usado em simultâneo com uma alvenaria rica em cal, para a construção da mesquita principal, embora o minarete ou almenara fosse construído em pedra¹¹⁷². Esta diversidade de técnicas, que é uma forma de combinação sábia de técnicas diferentes mas também complementares e as adequadas a cada componente do edifício e às matérias primas disponíveis na região deve ter resultado dos ensinamentos e de mestres vindos de Córdova mas também não se podem escluir os conhecimentos locais e regionais e as influências provenientes de um Mediterrâneo que não estagnou a nível das inovações no campo das técnicas construtivas.

ao serviço do emir, ou um conselheiro especializado na área da *neurobalística*.

1169. Ibn al-Qūṭīyya, *Ta'rikh Ifitāh al-Andalus*, p. 90; trad. p. 75.

1170. Ibn al-Qūṭīyya, *Ta'rikh Ifitāh al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 90; trad. p. 75. Os trabalhos de Fernando Valdés dão, com clareza, estes dados - VALDÉS FERNÁNDEZ, F., “La mezquita de 'Abd Al-Rahman ibn Marwan al-Yilliqi en la Alcazaba de Badajoz”, *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, Univ. Aut. de Madrid, n. 25, 2, 1999, pp. 267-290; idem, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168. Veja-se, também, Manuel Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana (Badajoz 713-1248)*, Badajoz, 1991.

1171. al-Ḥimyarī, (trad. de Lévi-Provençal), *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar ' Habar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (ed., intro., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938, §48, . 46, p. 58.

1172. al-Ḥimyarī, (trad. de Lévi-Provençal), *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar ' Habar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (ed., intro., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938,

De Badajoz às terras asturiano-leonesas - com regresso a Badajoz - 262/875 a 277/890¹¹⁷³ - 15 anos de percursos pelas terras do *Ġarb*

A fixação de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī em Badajoz e a criação de uma nova cidade num ponto até então de menor importância¹¹⁷⁴, embora por aqui tivesse passado Maḥmūd ibn al-Ġabbār al-Māridī - trouxe consequências enormes em termos geo-políticos, alguns dos quais só se revelarão mais tarde. As fontes não referem mais o que se terá passado com os homens de Makḥūl ibn ‘Umar e as tropas aliadas de Sa‘dūn ibn Gār / Faṭḥ al-Surunbāqī. De qualquer das formas, é de crer que a ocupação de Juromenha se tenha mantido e se tenham ocupado e fortificado outros locais importantes na região, com um deslocamento de populações da região de Mérida para estas áreas próximas de um Guadiana mais a jusante. Ou seja, com base nas fontes pode-se afirmar que se forma, em termos militares e sociais, um eixo Badajoz - Juromenha; porém, não seria de estranhar que mais do que um eixo com base unicamente nas duas fortificações referidas nas fontes cordovesas, houve sim uma rede que envolvesse outros locais - como a referida *al-Bašarnal* que pode corresponder a Elvas - em redor de Badajoz.

O eixo do poder *muwalladūn* desloca-se para ocidente e a fundação de Badajoz irá ter uma importância marcante no momento e nos séculos vindouros. Porém, a fixação de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī em Badajoz não foi pacífica nem um dado assegurado em definitivo. As suspeitas de que não seria fácil a sua permanência em Badajoz teria levado ibn Marwān a contactar aliados e/ou informadores que tinha em Córdova. O Muqtabis de Ibn ḥayyān fala abertamente de uma atitude que passou por “muchu precauición y mandó sus espías a Córdoba”¹¹⁷⁵.

Por outro lado, o envio de técnicos ligados à construção civil, de Córdova para Badajoz introduz saberes e, eventualmente, alguma mestria na combinação de varias técnicas contrutivas ao longo da bacia média do Guadiana. Se a cantaria e o *emplecton* eram já comuns em Mérida, agora surgem exemplos da utilização da terra como material de construção; terra com argamassa de cal, mas também terra pisada (eventualmente também adobe) e tijolo. E quando é necessário construir em altura, como e o caso de uma almenara de mesquita, então sabe-se optar pela pedra. Nesta segunda metade do século IX Badajoz parece ser um laboratório de construção, um imenso “chantier” onde há condições para se poderem combinar saber arraigados na região com outros provenientes da capital emiral das margens do Guadalquivir; destes saberes nao poucos poderão corresponder a novas tendências - técnicas ou formais - provenientes de outras zonas do mundo islâmico de então. Esta foi, certamente, uma fase de viragem e de penetração, na bacia do Guadiana, de novas correntes provenientes de zonas orientais; porém, terá de ser a Arqueologia a dar respostas a ests quase certezas, que permanecem com poucas confrimções, exceptuando os traços da mesquita da alcaçova de Badajoz¹¹⁷⁶.

1173. Ano da morte de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī ; cf. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 115.

1174. Dos vários e importantes trabalhos de C. Picard veja-se “La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman Ibn Yunus al-Jilliki (‘n IXe siècle)” in *Revue des Études Islamiques*, XLIX, fasc. 2, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1981, pp. 215-229, trabalho que continua a ser fundamental.

1175. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 355; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 110.

1176. cf. VALDÉS FERNÁNDEZ, F., “La mezquita de "Abd Al-Rahman ibn Marwan al-Yilliqi en la Alcazaba de Badajoz”, *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, Univ. Aut. de Madrid, n. 25, 2, 1999, pp. 267-290.

A saída de Badajoz para *Karkar* - de uma nova capital para uma nova fuga

Po razões que nenhuma das das fontes escrita esclarece claramente, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī “voltou à desobediência” e o emir Muḥammad I manda contra Badajoz um exército à frente do qual vão al-Mundīr (e não o “amigo” ‘Abd Allāh...) e o *qā’id* Hāšim. Acontecimentos que são colocados pouco tempo depois da saída de Alange (ver mapa 2).

Ibn Ḥayyān transmite igualmente a ideia que é Hāšim, a sua cobiça, que leva a desestabilizar o *status quo* conseguido em Badajoz. Abd al-Raḥmān ibn Marwān seria levado a abandonar Badajoz *uma vez mais* devido ao comandante omíada Hāšim. Este estaria a preparar uma expedição que incomodaria a cidade de Badajoz - ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī tinha ligações e informadores em Córdova e não era o único¹¹⁷⁷ - mas com o *Ultimatum* enviado ao emir, a expedição que Hāšim não terá ido avante, não passando com os seus homens além de Niebla¹¹⁷⁸.

No entanto, seria limitativo, nesta conjuntura de afirmação e se sustentação de várias autonomias em simultâneo, atribuir a Hāšim a exclusiva responsabilidade pela saída de Badajoz do líder *muwallad*. Não sendo uma questão religiosa que estava em causa, tudo aponta para questões de poder e tributárias como as mais palusíveis razões da saída apressada de uma capital provavelmente ainda inacabada e, por isso mesmo, incapaz de resistir a um assédio.

A reacção do senhor de Badajoz é fugir com um grupo de seguidores para um local identificado como *Karkar*; enquanto isso, Sa’dūn al-Surunbāqī dirige-se (presumivelmente desde Juromenha) para *Munt Šālūt*. Sem querer, de imediato tentar resolver e entrar na discussão acerca da localização exacta destes dois locais, convém recolher o que o Muqtabis II-2 informa acerca dos percursos das tropas perseguidoras.

Diz o *Muqtabis* que Hāšim, ao dirigir-se para *Munt Šālūt* passa pela região de Mistāsa / Maṣṣasa (onde se refere uma tribo berbere do grupo Barānis com o mesmo nome da que vivia junto ao Tejo¹¹⁷⁹), junto ao rio Tejo e que passara por Badajoz, cidade que estava abandonada. Sa’dūn al-

1177. O “sevilhano” al-Haḡḡaḡ tinha um representante seu junto do emir em Córdova, em tempos de ‘Abd Allāh - cf. *Bayān*, II.

1178. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 345-346; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, pp. 108. Pelo exposto, parece que entre Niebla e Badajoz não havia nenhuma grande cidade no meio - como, de facto, ainda hoje acontece entre Huelva e Badajoz. Parece claro que quando se fala de Niebla se trata do território, e a barreira do Andévalo ainda hoje marca a separação entre o território do sul da actual Extremadura e a zona norte - onde se encontram Cala, Aracena, Aroche e outras localidades, a separação entre ambos os territórios. Signíca também que al-Ġillīqī tinha capacidade para receber atempadamente informações sobre a movimentação de tropas até aos seu território; deveria haver, com ou sem atalaias sicamente marcadas na paisagem, com vigias e cavaleiros colocados em zonas altas, bem como recorrendo a informações dadas por pastores, forma de o *muwallad* de Mérida / Badajoz saber que as tropas do seu rival Hāšim se aproximavam da sua nova cidade.

1179. E. Manzano, *Frontera...*, po. 194.

Sobre os berberes Mistāsa do grupo Barānis veja-se *Mafākhīr al-Barbar*, ed. Lévi-Provençal, p. 64. (Há edição mais recente, publicada pelo C.S.I.C.). Não ajudando a uma localização exacta deste topónimo, o geógrafo oriental Yāqūt implanta um *iqīm* Mistāsa ligado ao castelo de Oreto, na zona de Faḡḡ al-Ballūt. E. Manzano apercebe-se desta di culdade argumentado, razoavelmente, que Yāqūt é um autor tradio (*Frontera*, p. 195). Creio que se pode argumentar

Surunbāqī e os seus homens recuaram para para Munt Šālūt que se localiza algures a Norte do Tejo. Informa igualmente que ao perseguir ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, perseguido aparentemente pelo mesmo exército, passam pelo *ḥiṣn Nuqālīš* ou, tal como surge no manuscrito *ḥiṣn M.qāl.s*¹¹⁸⁰, que se encontrava no *iqḷīm Amsīn*¹¹⁸¹.

Por outro lado, a saída precipitada de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī de Badajoz arrastou consigo outros acontecimentos e outras movimentações de populações no vale do Guadiana.

Diz o Muqtabis que os berberes do grupo Barānis que estavam entre Coria e Ašidaniya (certamente uma má grafia de Egítania) seguiram o lado das tropas oficiais comandadas por Hāšim. Assim, juntaram-se às tropas de Hāšim os homens do berbere Muḥammad ibn Tāġīt e, em conjunto, dirigiram a Mérida onde “combateram os mauwallad e se apoderaram da cidade”¹¹⁸². Ou seja, muwallad apoiantes de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī tinham conseguido reocupar a cidade de Mérida e serão desalojados por tropas de Córdova e por berberes Banū Tāġīt que estavam implantados nos territórios entre Coria e a antiga Egítania - na linha do Tejo e que se irão fixar em Mérida dominando a cidade do Guadiana¹¹⁸³.

Parece haver sempre castelos disponíveis para ocupar no Ġarb do século IX. De facto, as tropas de Hāšim ocupam um castelo denominado s.m.b. / سمب unicamente com o intuito tático de evitar que as tropas de al-Ġillīqī não o tomassem. Porém, o mesmo Muqtabis informa que o muwallad que escapa de Badajoz conseguira derrotar uma parte do exército de Hāšim e al-Mundir, com o qual conseguiu obter muitos despojos¹¹⁸⁴. A situação e posição dos homens de ‘Abd al-Raḥmān ibn

igualmente que, à semelhança do que se passa com outros grupos berberes, existe uma certa mobilidade destes grupos e não é de estranhar que houve Mistāsa/s na zona do Tejo no século IX e que, mais tarde, depois de pressões cristãs do Norte que se conhecem, que gentes dos berberes Mistāsa que antes estavam implantados junto ao Tejo se tenham deslocado - como o fizeram, por exemplo os Banū Dānis - para territórios mais meridionais e, no caso da região de Faḥṣ al-Ballūt, mais próximos da capital.

1180. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 361-362.

1181. É Makkī que propõe que se possa ler Nuqālīš (Makkī, “Notas” ed *Muqtabis* II-2, n. 592, p. 640). Tem sido identificado com Nogales (M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 111, n. 73) que está localizado entre Almendral e Salvatierra de los Barros, e a Este de Tálaga. Teria sido esta zona atravessada por tropas de Córdova para controlar alguma fortificação construída por Ibn Marwān a sul de Badajoz que visasse aumentar o seu território e a sua área de influência??

Makkī interpreta *Amsīn* como podendo significar *Ansīn*, o que significaria “encina” - Makkī, “Notas” ed *Muqtabis* II-2, n. 593, p. 640. Não é possível saber, eventualmene, até que ponto a palavra castelhana “encina” seria a que aqui se utilizaria, no século IX, para designar as azinheiras, ou seja, até que ponto se utilizaria *Ansīn* para designar os *quercus ilex*, as “angiospérmicas dicotiledóneas” ainda hoje comuns nessa extensa região que vai do actual Alentejo até às portas do vale do Guadalquivir quando, não muito longe, uma zona de bolotas e de encinas / azinheiras era designado como Faḥṣ al-Ballūt, o “campo das belotas”. Porquê numa zona usar l-Ballūt e, não muito longe, preferir o vocábulo *Ansīn / Amsīn*??

1182. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. ; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 111.

1183. O domínio dos Banū Tāġīt manter-se-á em Mérida até ao século X, até às campanhas de ‘Abd al-Raḥmān III no vale do Guadiana.

1184. É possível que se esteja perante táticas de guerrilha e que esta vitória do muwallad de Mérida e Badajoz seja o resultado da montagem de espíões e vigias ao longo do percurso do exército de Córdova e que tenham caído sobre este, ou sobre um sector ou destacamento dele - bem equipado, pelo que diz Ibn Ḥayyān - num momento favorável.

Marwān al-Ġillīqī deveria ser difícil. Isto por que Makḥūl saíu de Juromenha para socorrê-lo e Sa'dūn intervém igualmente¹¹⁸⁵. Está-se numa fase aguda de movimentação de tropas e contingentes, movimentação na qual a cavalaria teria, certamente, um papel determinante.

Onde quer que seja Karkar, sabe-se que “Hāšim cruzou o rio, dirigiu-se até Sa'dūn e enfrentaram-se ambas as cavalarias”¹¹⁸⁶. Porém, o mesmo texto refere que Sa'dūn, além de cavalaria era acompanhado igualmente por infantaria. O rio referido não é explicitado, mas depreende-se que seja o Tejo, rio que abria caminho para a zona de Karkar¹¹⁸⁷. Parece evidente pela leitura das fontes e pela progressão das tropas do genertal cordovês que Karkar e Monsalude¹¹⁸⁸ não podem estar localizados a sul do Guadiana. Há um choque entre as tropas emirais e os homens de Sa'dūn junto ao atravessamento de um rio, uma zona que é sempre sensível de atravessar¹¹⁸⁹. Por outro lado, refere-se também neste caso a “escabrosidade” do terreno e a estreitez do sítio em que se defrontaram as tropas, o que é mais consentâneo com terras das zonas mais setentrionais do Ġarb...

O contingente emiral aventura-se por terrenos que conhece mal e cai numa cilada. É neste recontro que Hāšim é capturado por companheiros de Sa'dūn, dois filhos de um tal Qanbāllu¹¹⁹⁰, natáveis cavaleiros do seu grupo que não reconhecem o comandante cordovês. Será necessária a intervenção de um outro cavaleiro, aparentemente de Mérida, de seu nome Aḥmād ibn Khalīfa al-Māridī¹¹⁹¹, para que Hāšim fosse identificado e protegido de imediato. Não deixa de ser curiosa a forma como Hāšim é apresentado aos que o desconhecem, realçando a importância da captura. Exclama Aḥmād ibn Khalīfa al-Māridī aos captores mal informados: “Sabeis quem é? Este é o senhor do Islam de-

1185. A parte não traduzida ainda do *Muqtabis* editado por Makkī coloca problemas de interpretação. M. A. Pérez diz que “Sa'dūn le pidió que volviera a Karkar cosa que hizo enseguida y llegó a los dos días; allí fue atacado por el emir y tuvo que atrincherarse en una encina” - *Fuentes*, ...p. 111; E. Manzano, por seu lado, lê que “'Abd al-Raḥmān b Marwān pidió de nuevo auxilio a su aliado, solicitándole que se dirigiera al castillo de Karkar, cosa que Sa'dūn cumplió, reuniéndose ambos rebeldes en esta fortaleza, en la que fueron sitiados por las tropas cordobesas durante un mes” - E. Manzano, *Frontera*..., pp. 198-199. Falta referir Martim Velho.

1186. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 372-373; trad. M. A: Pérez, *Fuentes*..., p. 111.

Não há Karkar só no Ġarb; em território da actual Navarra há um topónimo semelhante - cf. Carcar in E. Lévi-Provençal, *HEM*, (ed. esp. *Hist. Esp.*, IV, p. 283).

1187. O que torna difícil a sua localização a sul do Tejo. O texto, porém, como assinam os autores que o têm utilizado e como se pode verificar a partir da edição de Makkī, possui muitas lacunas.

1188. Helena Catarino reconhece que Monsalude ainda está por identificar arqueologicamente - cf. CATARINO, Helena, “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, (pp. 195-214), p. 198, embora fale na possibilidade de se localizar, como se tem presumido, na serra de S. Paulo, entre Ferreira do Zêzere e a Sertã (local de Rego da Murta).

1189. Os manuais romanos e bizantinos de Tática militar conheciam estas limitações e as crónicas sobre o al-Andalus não se cansam de mostrar como os rios, o controle sobre as pontes e as “escabrosidades” montanhosas condicionavam as campanhas militares.

1190. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 371-373; trad. M. A: Pérez, *Fuentes*..., p. 111.

1191. Este *emeritense* - *Al-Māridī* - seria, eventualmente, alguém próximo de 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī que pode ter acompanhado o líder muwallad a Córdoba, onde teria travado conhecimento pessoal com Hāšim. Pelo seu nome, trata-se de um natural de Mérida com uma onomástica perfeitamente arabizada.

pois do emir Muḥammad; este é Hāšim ibn ‘Abd al-‘Azīz, o ministro [al-wazīr], o comandante [al-qā’id] deste exército”.

A captura de Hāšim ibn ‘Abd al-‘Azīz - ocorrida em 12 de šawwāl de 262 - 9 de Julho de 876 ¹¹⁹²- para além de mostrar que o exército que partida de Córdoba se dividira pelo menos em dois destacamentos, terá reflexos importantes em termos políticos e militares.

Hāšim, depois de conduzido à presença de Sa’dūn, será levado para Munt Šālūt. Por outro lado, a notícia desta derrota e do aprisionamento do qā’id Hāšim chegará ao filho do emir, a al-Mundīr ibn Muḥammad, que está com outra parte da exército de Córdoba cercado, em Karkar, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī .

Segundo o *Muqtabis*, o desejo de vingança teria feito com que al-Mundīr ibn Muḥammad tivesse reforçado o assédio contra Karkar¹¹⁹³. E seria essa pressão que teria levado ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī a, por um lado, pensar deixar o seu território e refugiar-se em território cristão¹¹⁹⁴ e, por outro lado, por uma questão de prestígio, levar Hāšim como prisioneiro ao rei das Astúrias, o que acontecerá em 263 H.

Será no ano de 264 H. / Setembro de 877-878 que o general Hāšim - um Almançor frustrado, como lhe chamou Luis Molina¹¹⁹⁵ - será libertado e entregue a Córdoba¹¹⁹⁶.

O *Muqtabis* publicado por Makkī reproduz informações provenientes de ‘Isá ibn Aḥmād al-Rāzī e que pode fazer luz sobre os percursos de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī após o assédio em Karkar - ajudando a localizar a redefinir a região de implantação da dita fortificação.

Segundo a tradução proposta por M. Ángeles Pérez para o texto de ‘Isá ibn Aḥmād al-Rāzī reproduzido no *Muqtabis*, diz que “se fue el perverso ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Yillīqī con sus compañeros, rechazados por los ataques, a la nāḥiya [região] de al-Ušbūna (Lisboa), desde que salieron de su asedio, después del apresamiento de Hāšim y la disolución del ejército de su soberano, para extender la corrupción y el desasosiego”¹¹⁹⁷.

Pelo descrito, tudo leva a crer que a fortificação de Karkar onde ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī se encontrava cercado não deveria ser muito longe da linha do Tejo e que, logo que o assédio - levado a cabo por terminou pelo príncipe al-Mundīr ibn Muḥammad - terminou o dirigente muwallad se refugiou mais para ocidente, caindo já na área de influência de Lisboa. Faria sentido

1192. E não 9 de Julho de 875 como, por lapso, indica M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 112.

1193. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 373; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 112.

1194. *Karkar*, segundo esta interpretação, seria localidade do território de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī .

1195. MOLINA, Luis, “Vencedor y vencido: Hāšim b. ‘Abd al-‘Azīz frente a Ibn Marwān al-Yillīqī”, in *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, Madrid, CSIC, 2008, pp. 507-528, p. 510 e sgs.

1196. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 386; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 114.; esta data concorda com a dada por Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, p. 103; veja-se também Ibn al-Qūṭīyya, *Ta’rikh Iftitāh al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 89; trad. p. 74, onde se refere que teriam sido pagos 150.000 dinares pelo general omíada, enquanto que a *Crónica Albeldense* (citada por M. A. Pérez, p. 114, n. 84) refere 100.000 soldos e a entrega de reféns.

1197. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 380; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 112.

ter fugido de Badajoz para Cárquere e, logo que o assédio tivesse terminado, voltar para sul para zonas próximas de Lisboa? Caso descesse da zona de Cárquere para áreas próximas a Lisboa, poderia passar eventualmente por Coimbra, mas nesta conjuntura de lutas contra ibn Marwān al-Ġillīqī não há uma só referência aos Banū Dānis...

A outra hipótese é que, caso descesse da Cárquere localizada junto ao Douro pela zona de Viseu, viesse em direcção à actual Beira Baixa e, depois, ao chegar à linha do Tejo encontrasse problemas com as gentes de Lisboa - que, neste caso, controlariam o rio numa extensão que se poderia prolongar para montante da zona de Almourol e Abrantes.

A localização exacta de Karkar não se pode dar por encerrada e devem deixar-se expressas algumas dificuldades. Por um lado, a referência a Lisboa surge algo desenquadrada geograficamente destes acontecimentos e não seria impossível haver um equívoco no texto (al-Ušbūna em lugar de Laġdana?). A fuga para norte e passagem de um rio difícil e o aparecimento de zonas montanhosas lembra a zona da Gardunha e de todo o sistema montanhoso que vai da serra de Montejunto, passa pela Estrela e segue para Gata e Gredos. E, como se verá, acontecimentos posteriores que envolvem andanças deste líder muwallad, os territórios que domina melhor a norte de Mérida-Badajoz estão frequentemente próximos da zona futuramente conhecida como Alcântara e os territórios de duas antigas cidades romanas: Egítania e Amaya. Faria mais sentido que Karkar estivesse perto deste território. A hipótese de identificar Karkar com Albuquerque /Alburquerque não deixou de ter seguidores, como Mahmud Makki¹¹⁹⁸ e Juan Souto¹¹⁹⁹; sem pôr esta hipótese de parte, não seria impossível que a localização fosse ainda uma outra. Dozy, por seu lado, identificava Karkar com Caracuel, mas desde muito cedo se percebeu que esta identificação não fazia sentido¹²⁰⁰. Sabendo-se que existem e sempre existiram nas mais variadas épocas, localidades com o mesmo nome ou com nomes semelhantes, é de crer que este seja um desses casos¹²⁰¹.

Por outro lado, e esta questão tem passado algo esquecida, estes acontecimentos têm lugar depois de 263 H (876/877 d. C.). Ora, em 878 tem lugar a presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres. Claro que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, que esteve pouco tempo em Karkar, poderia ter estado, nessa conjuntura na zona de Cárquere, mas já o mesmo não se pode dizer de uma campanha que refere o mesmo topónimo cerca de 20 anos depois. Sabe-se que ‘Abbas ibn ‘Abd al-‘Azīz saíu, em 285 H - Jan. de 898 a Jan de 899, contra o castelo de KarKar ou Karky - كركر، كركى - e contra o Monte dos Baranis¹²⁰². Esta expedição é referida por Ibn Ḥayyān e por Ibn ‘Idāri¹²⁰³.

1198. Mahmoud Makki, "The Political History of al-Andalus (92/711-897/1492)" in Salma Khadra Jayyusi e Manuela Marín (eds), *The Legacy of Muslim Spain*, Brill, 2000, p. 30. Parece fazer mais sentido tudo se passar - até ao momento - na zona de Badajoz, Albuquerque, Coria, Monsanto, Idanha, Amaia, ...

1199. SOUTO LASALA, Juan A., "El emirato de Muhammad I en el *Bayān al-Muġrib* de Ibn ‘Idāri", *Anaquel de Estudios Árabes*, VI, Madrid, 1995, (pp. 209-247), p. 227.

1200. Codera é dos que percebe que não faz sentido localizar em Caracuey acontecimentos que, pelas crónicas, não se devem ter dado muito longe da linha do Guadiana e de Badajoz - cf. Codera, *op. cit.*, p. 52, nota 3.

1201. *Karkar* ou *Qarqar* é local com profundas ressonâncias miliatres no Médio Oriente.

1202. Cf. Codera, *op. cit.*, p. 52 e nota 3.

1203. Ibn ‘Idāri, *Bayān* II, p. 143; trad. de Fagnan p. 229. Aqui se acrescenta que, como resultado desta expedição são mortos Ibn Yāmin e Ibn Mawġūl e que são tomados os castelos que estes controlavam; trata-se de

Ora, em 285 H. / 898 não é provável uma campanha contra Cárquere; esta localidade, na margem sul do Douro, está nesta conjuntura já muito a norte da linha de fortificações conquistadas pelos asturianos, conquistas que culminam com a tomada de Coimbra em 878, por Hermenegildo Guterres e outros homens de Afonso III. Há que buscar este Karkar em outro local; e essa busca, não se pode escamotear, pode pôr em causa a identificação de Karkar com Cárquere. Mas é possível tentar ir um pouco mais longe; não é impossível que se trate de duas localidades diferentes com nomes semelhantes - razão por que tanto surge escrito Karkar - كركر - como Karkay ou Karky - كركى. Esta localidade de Karkar / Karky está perto de um Monte dos Baranis¹²⁰⁴, nome que é dado a um grupo clânico berbere.

Bruno Franco, que estudou o estabelecimento de berberes em redor de Mérida, identifica na zona entre Mérida e Toledo grupos clânicos de berberes pertencentes ao grande tronco dos Baranis.. Aliás, já Pierre Guichard refere - seguindo as informações prestadas por al-Iṣṭakhrī que os Baranis (mas também grupo de Maṣmuda e Butr) estavam estabelecidos em zonas de Fronteira / ṭagr na bacia média do Guadiana e na zona Leste do que será Portugal (a Beira)¹²⁰⁵. A implantação de Baranis na zona a sul das margens do Tejo é perfeitamente possível. Ora, a C.M.P. da região de Marvão localiza um topónimo chamado Alvarrães. O levantamento arqueológico feito na região identificou ocupação medieval no local. Embora seja prematuro, não é impossível que este topónimo seja um micro-vestígio de uma mancha mais vasta e que englobaria uma área de maiores dimensões. Ou seja, não seria impossível que a zona que agora é conhecida como Serra de S. Mamede pudesse em grande medida corresponder ao que as fontes designam como Monte de Baranis.

Em suma, a hipótese de movimentações de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī até à zona da kūra de Lisboa e a sua subida até Cárquere - passando por territórios afectos aos Surunbāqī na faixa ocidental - não é impossível mas há indícios de uma concentração de acções militares e interesses fundiários do líder muwallad na zona em redor do curso médio da bacia do Tejo. Não seria impossível que Karkar se localizasse mais a sul (mas sempre a Norte de Badajoz - Mérida) e mesmo para Mont Šalut não seria impossível uma eventual identificação com Monsanato - o ponto alto, a fortaleza natural de Egítania, onde al-Rāzī localizará uma fortaleza, no século X.

Esta foi uma campanha, como o mostrou recentemente e num trabalho importante Jean-Pierre Molénat, que se caracterizou por movimentação de contingentes, em que se destacaram, do lado dos muwalladūn de Sa‘dūn as tropas montadas (al-Khayl), mas sem exclusão de infantaria (al-raġl) e de arqueiros (al-rumāt), tropas que estavam equipadas com engenhos militares (rudūd)¹²⁰⁶.

rebeldes que se não relacionam com Ibn Marwān até então.

1204. Codera traduz mesmo o fragmento do texto de Ibn Ḥayyān como "monte de Albaranis" - *op. cit.*, p. 52.

1205. B. Franco, *op. cit.*, *AyTM*, 12, 2005, pp. 45-46. Veja-se Pierre Guichard, *Estrutura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, Barcelona, Ed. Barral., 1976, pp. 366-367.

Ibn Ḥazm na sua *Ġamharat*, afirma que grupos berberes dominavam nas zonas de ṭagr, numa grande extensão em área - curiosamente uma extensão em que não se afixe nenhum grande centro urbano.

São de Helena de Felipe os mapas mais exactos sobre a distribuição de berberes pelo território do al-Andalus - cf. *Identidad y onomástica de los bereberes en al-Andalus*; Madrid, 1997.

1206. Jean-Pierre Molénat, “LA GUERRE DANS LE MUQTABIS II-2. L’HISTOIRE D’IBN MARWĀN AL-ĠILLĪQĪ”, comunicação apresentada, em Outubro de 2008, ao Congresso Luso-Espanhol de Alcobça (no prelo).

(iii) Amaya “das Ruínas”

Segundo ‘Isá ibn Aḥmād al-Rāzī, ibn Marwān al-Ġillīqī estabelece-se, depois de estar cercado em Karkar, com os seus homens e as suas gentes em *Amāya*, local conhecido como “*Amāya* de ibn Marwān”, uma fortificação (*ḥiṣn*) - localizada a Oriente da cidade da Amaya - “*Amāya* das ruínas”, junto ao “rio Sabīr”¹²⁰⁷.

Esta localização já foi estudada com pormenor e grande detalhe por Adel Sidarus¹²⁰⁸ e parece não terem subsistido dúvidas de que se trata do local onde se encontra implantada actualmente a vila conhecida como Marvão - cuja fortificação pelas obras constantes desde então até ao século XIX mascarou completamente o refúgio militar de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī. Este, por outro lado, deveria ter aproveitado, uma vez mais, restos, vestígios, materiais de construção e estruturas da antiga cidade com passado romano de Ammaia, cidade que, como a própria fonte escrita de época islâmica refere, encontrava-se em ruínas (figs. 17 e 18).

É possível que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān tentasse criar nesta região estruturas de povoamento duráveis mantendo, certamente, pontos fortificados e de vigilância - que apoiariam a fortificação principal no monte de *Amāya* de Ibn Marwān, aproveitando as terras em redor, regadas pelo rio Sever. Porém, não é de excluir a hipótese de já antes desta fase de rebeldia a família do rebelde ter tido alguns laços com a região. Aliás, o mesmo ‘Isá ibn Aḥmād al-Rāzī refere que nos arredores da *Amāya* de Ibn Marwān havia berberes dos grupos Buṭr e Barānis¹²⁰⁹. E como as alianças se fazem e desfazem com muita facilidade, muitos dos berberes que antes combateram ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī aproximaram-se dele, “se arrepintieron, le ofecieron la paz e hicieron un pacto comprometiéndose mutuamente”¹²¹⁰.

A fase de fixação de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī parece ter sido próspera e serviu, após a fase defensiva de Karkar, para iniciar uma nova fase expansiva e de contra-ataque. Diz o mesmo Muqtabis que de *Amāya* saíu cavalaria fiel a Ibn Marwān em direcção a duas outras importantes cidades dirigidas por muwallad/s: Bāġa (Beja) e Uškuniyya (má transcrição de Ukšūnuba?) onde terá procurado víveres¹²¹¹, se bem que é possível que fosse uma manobra de demonstração de força perante outras zonas onde havia senhores muwallad.

Ibn al-Qūṭīyya refere uma campanha de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī pelas terras meridionais do *Ġarb al-Andalus*, campanha essa que chegou às proximidades de Sevilha, atravessando

1207. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 380; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 112.

1208. Adel Sidarus, “*Amaya* de Ibn Marwān: Marvão”, *Ibn Marwan*, Marvão, 1, 1991, pp. 13-26.

1209. Sobre os berberes Buṭr e Barānis veja-se Helene de Felipe, *Identidad y Onomastica de los Beréberes de al-Andalus*, Madrid, CSIC, 1997; Michael Brett, Elizabeth Fentress, *The Berbers*, WileyBlackwell, 1997, pp. 131-134.

1210. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 380; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p.112 .

1211. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 380; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p.112 .

regiões de Niebla, Ukšūnuba, chegando a assenhorear-se “de un monte (...) llamado Monte Sa-cro¹²¹² y de toda la cordillera del Algarbe, devastándola”¹²¹³.

O *Muqtabis*, porém, dá mais pormenores de carácter tático sobre esta campanha de Ibn Marwān em profundidade sobre terras do sul do Ġarb. Informa que a campanha do muwallad de Mérida - Badajoz - Amāya se prolongou por 40 dias e que o regresso se deu pelos inícios das chuvas e pela subida dos rios¹²¹⁴. Mas esclarece também que o mesmo Ibn Marwān não deixou, durante esta campanha, a região de Amāya desprotegida; aí ficou ‘Alī ibn Lubb, com alguns homens e cavalaria.

E esta é mais um momento em que se sente a fragilidade dos pactos. Os berberes Barānis estabelecidos na região atacam a rectaguarda de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī que não o acompanhou na sua campanha meridional e que ficou em *Amāya*. Se ibn Marwān al-Ġillīqī parece ter avaliado bem a incapacidade ou a improbabilidade - nessa conjuntura - de as forças de Córdova o atacarem, pelo contrário, não desconfiou da lealdade dos Barānis que consigo fizeram um pacto.

Instigados ou não por agentes do emir de Córdova, os Barānis consideram que as forças deixadas por ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī junto de ‘Alī ibn Lubb seriam incapazes de aguentar uma carga dos berberes. Os Barānis, que deveriam ser fortes na região em redor das actuais zonas de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão¹²¹⁵, quebram o pacto e decidem atacar o *ḥiṣn* localizado no monte de Amāya, ou seja, a zona de implantação de parte das muralhas de Marvão. O que se sabe - apesar das lacunas do texto - é que ‘Alī ibn Lubb reage e conta-ataca os berberes que o haviam traído. Diz o texto que o lugar-tenente de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī “permaneció en su *ḥiṣn* Amāya, desde el que atacó numerosas veces a los beréberes que lo habían traicionado, los castigó y les cogió muchas riquezas”¹²¹⁶.

‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān - da defesa do *ḥiṣn* Amāya à migração para o Douro

Depreende-se que as forças fiéis ao *muwallad māridī* venceram os berberes, mas esta vitória isola Ibn Marwān e, segundo o *Muqtabis*, as forças que lhe continuam leais são menos que antes. Muitos berberes, depois dos enfrentamentos em **Amāya** / Marvão, descem para paragens mais próximas do Guadiana; refere igualmente o *Muqtabis* que alguns dos seus antigos companheiros

1212. ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī irá percorrer algumas terras calcorreadas antes por um outro rebelde do *Ġarb*: Maḥmūd ibn al-Ġabbār al-Māridī.

1213. Ibn al-Qūṭīyya, *Ta’rikh Ifitāḥ al-Andalus*, ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 89; trad. p. 74-75. Ibn al-Qūṭīyya, porém, ao contrário do *Muqtabis*, coloca a “xação de Ibn Marwān em Badajoz depois destas correrias pelas zonas mais meridionais do *ġarb al-Andalus*.”

1214. Ao internar-se nos territórios de Sevilha e de Niebla teria sérias di-culdades para atravessar o Guadiana - o rio que lhe colocaria mais problemas no atravessamento - para ocidente.

1215. Há perto de Marvão um local conhecido como **Alvarrães** (onde se detectou ocupação medieval - cf. Jorge de Oliveira, Sérgio Pereira e João Parreira, *Nova Carta Arqueológica de Marvão*, Marvão, Colibri, 2007, p. +) que, foneticamente, não seria impossível que pudesse ter a ver com a presença de berberes Barānis. Não sei até que ponto a presenã do Topónimo “Beirã”, localizada cerca de 10 Km sensivelmente a Norte de Marvão poderá, eventualmente, ter a ver com Barānis, se bem que a proximidade com a vizinha Beira surja como a explicação mais imediata para o referido topónimo.

1216. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 381; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p.113 .

abandonam a via da “discórdia” em relação ao emir e solicitam a Córdova que desempenhe uma espécie de poder arbitral, nomeando para Mérida um governador, um *‘āmil*. Assim, muitos dos seus apoiantes preferem viver sob um governador omíada em Mérida em lugar de se manterem do lado de Ibn Marwān em Amāya¹²¹⁷.

É ainda o Muqtabis que refere que, por se considerar abandonado por alguns dos seus seguidores, “no encontró entre los musulmanes un lugar en el que refugiarse ni donde establecerse, por lo que sintió repulsión de la Comunidad [*Umma*] y tomó el camino de la separación, como su íntimo amigo Sa‘dūn bn Ġār”¹²¹⁸.

É então de acordo com o que o Muqtabis transmite dos dados escritos por ‘Isā ibn Aḥmād al-Rāzī, que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī entre em contacto epistolar com o rei asturiano que é, então, Afonso III, o sucessor de Ordonho I. O líder dos território de Fronteira, dos territórios “do meio”, implantado entre o emirado de Córdova e um reino Asturiano que já tem uma capital em Leão, tenta a aproximação com o cada vez mais poderoso senhor das terras do Norte peninsular.

Segundo o Muqtabis, o pedido foi para que Afonso III das Astúrias e Leão o acolhesse no seu reino em “alguma das suas partes”¹²¹⁹. O agrément foi dado pelo monarca das Astúrias e Leão mas não se ficou por aí; Afonso III manda um destacamento de cavalaria que vir ao encontro de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī a sul do vale do Tejo, no que é uma das primeiras descidas de cavalaria cristã pelo flanco interior do Ġarb¹²²⁰.

A descrição do percurso do destacamento de cavalaria asturiano-leonês fornece detalhes interessantes que podem ser significativos. Diz o Muqtabis que “passou o rio Tejo por Qanṭarat al-sayf y lançou algaras nessa região até que chegou à kūra Irikaš”¹²²¹. Parece claro que a ponte de origem romana sobre o rio Tejo implantada na zona da actual localidade de Alcántara era passagem e entrada ou porta de passagem habitual para entrar no território de Mérida. Mas, parece ser só a partir da passagem por essa ponte - Qanṭarat al-sayf ou “ponte da espada”¹²²² - que o destacamento enviado pelo rei das Astúrias começa a encontrar adversários e a procurar intervir militarmente. Sem poder dizer que o al-Andalus só começa a partir da ponte da espada ou do sabre - Alcántara, como será conhecida - é claramente a partir desta região que há dados sobre acções bélicas sobre popu-

1217. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 381; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p.113 .

1218. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 381-382; M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 113.

1219. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 381-382; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 113.

1220. Já tinha havido uma descida de cavalaria e troaps cristãs para atacar Lisboa, algum tempo antes, através do âncio ocidental ou litoral. Esta descida precessar-se-á pelo interior, em direcção aos territórios de Mérida e, mais concretamente, em direcção ao ḥiṣn de Amāya - Marvão.

1221. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 382; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 113; a *Crónica Najerense* refere esta campanha de entrada “*per provintiam Lusitaniae Castra Nepta depredando perrexit*” - ed. Ubieta Arteta, p. 67 .

1222. A designação vem da existência de uma espada colocada sobre o arco situado na própria ponte. Esta ponte é referida por numerosos autores em época islâmica.

Por outro lado, é de realçar a utilização, como símbolo indentiçador desta ponte, de uma “espada” - سَيْف - o que de alguma maneira realça o seu potencial militar e a marca, de alguma forma, como uma fronteira, como entrada num território distinto.

lações do al-Andalus, o que de alguma maneira indica que a ponte conhecida como قَنْطَرَة السَّيْف se começa a tornar numa “porta” de entrada no território que deve submeter-se ao emir de Córdova.

Mas, há outro aspecto que se deve realçar. O caminho utilizado pelas tropas cristãs do Reino de Leão - tropas que podem proceder de outra cidade do reino que não obrigatoriamente a cidade de Leão - ao dirigirem-se para a região de Amāya passam pela ponte de Alcántara e é nessa região que as tropas cristãs lançam algaras, o que parece querer dizer há uma clara percepção da importância estratégica da referida ponte de origem romana e que ambas as partes pretendem assegurar o controle sobre ela¹²²³.

A kūra de *Īrik.š*, não longe do Tejo

O *Muqtabis* diz que o exército de Afonso III “lançou algaras na região até chegar à kūra de *Īrik.š*”¹²²⁴, a partir de onde se juntaram a Ibn Marwān no *hiṣn* de Amāya, ou seja, em Marvão. Esta circunscrição parece ser apontada unicamente nesta fonte - na parte II-2 do *Muqtabis* - e não tem sido identificada; M. Ángeles Pérez Álvarez indica simplesmente o topónimo como “*Īrikaš*”¹²²⁵ e tentativas recentes de resolução de questões de geografia histórica regional igualmente se depararam com a impossibilidade de identificar esta zona geográfica¹²²⁶.

A obra de Ibn Ḥayyān não esclarece onde fica esta kūra mas, como não se sabe igualmente em que sentido passaram as tropas de Afonso III para se juntarem a Ibn Marwān, o território de “*Īrikaš*” tanto poderia estar para sul como para norte da linha do Tejo.

Por outro lado, pela rareza da referência deste topónimo é possível, à partida, que se trate de uma transcrição com alguma falha, o que não acontece raramente.

Pondo a hipótese de que os exércitos de Afonso III não pretendiam entrar muito em territórios controlados por forças fiéis ao emir de Córdova, não seria impossível que descessem pelos “portos” da serra de Gata ou entre Gata e Gredos e, depois de passada Coria, tentassem inflectir para ocidente, para evitar os territórios imediatamente a Norte de Mérida que poderiam estar vigiados; Cáceres, por exemplo, embora só se desenvolva em termos urbanos e miliatres mais tarde¹²²⁷, dificilmente seria desaproveitado - até pelas estruturas de época romana que conservou e que chegaram aos

1223. É possível que houve já um dispositivo militar em redor da ponte controlado por grupos afectos ao emir de Córdova. Por outro lado, se é por aqui que passam as tropas de Afonso III e natural que pensassem voltar pelo mesmo sítio e pretendessem assegurar o controle da região e da ponte para preparar o regresso.

Em termos de proveniência, não é claro se as tropas de escolta de Afonso III vêm pela serra de Gata e da passagem por Coria, ou se passaram entre Gredos e Gata. Não é impossível, contudo, que estas tropas avançassem para sul por terras da actual Beira Baixa - passando, entre outras, pelas zonas de Monasanto e Antāniyya ...

1224. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. ٣٨٤; trad. M. A: Pérez, *Fuentes...*, pp. 113-114.

1225. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 114.

1226. Jesús Meneses Jiménez, *Ibn Marwan “El Gallego”, El señor de Batalyaws*, Badajoz, 2007, p. 102. Este autor diz, simplesmente, aproveitando as informações dadas pela tradução parcial de M. Ángeles Pérez, que “*Īrikaš*” se deveria situar “obviamente, entre la localidad de Alcántara y Marvão”.

1227. Cf. TORRES BALBÁS, Leopoldo, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp. 446-472 (Obra Dispersa I, vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155).

dias de hoje - como local de vigia, como atalaia ou posto avançado, estrategicamente localizado entre Coria e Mérida.

Assim, não seria difícil que tropas vindas do Norte passassem por Coria, atravessassem com dificuldade a ponte de Alcántara¹²²⁸ e se dirigissem para as margens do Erges e mais para ocidente, para a região onde se encontra Idanha (figs. 19 e 20), juntando-se aos homens de Ibn Marwān nas margens do Tejo imediatamente a Norte do território de Amāya, ou seja, junto às portas de Ródão - é possível que Ibn Marwān controlasse, a partir da Amāya toda a zona que inclui os territórios de Castelo de Vide e mais para o norte até Montalvão¹²²⁹, controlando eventualmente a passagem entre ambas as margens do rio Tejo.

Pode-se dizer que é possível que as tropas de Afonso III tenham entrado em direcção ao território mais tarde conhecido como Beira Baixa. Como encontrar então, eventualmente, nesse território a referida kūra de Īrik.š. Não se encontrou nenhuma correspondência como esse topónimo. Porém, pode ter havido erro e Īrik.š - إیریکش no texto editado por Makkī - poderia ser uma má transcrição de إبریکش. Esse eventual erro de transcrição mascara ou deturpa um topónimo que poderia corresponder a Iburik.š. Ora, sabendo-se que alguns topónimos de origem clássica ainda se usavam no século IX - como é, por exemplo, o caso de Amāya - não é impossível que tivesse havido um erro de transcrição e que em vez de إیریکش se pretendesse escrever إبریکش, o que, transcrevendo-se como Iburik.š poderia ser uma forma do século IX de designar “Eburobricis-/Eberobrigae”¹²³⁰. Apesar de alguma controvérsia, hoje prece não haver dúvidas junto da comunidade científica que Eberobrigae se localiza na zona onde se encontra a actual cidade do Fundão, no distrito de Castelo Branco.

Recentemente, descobriu-se uma epígrafe votiva de época romana em que “o par divino Arantia et Arantius aparece qualificado como Eburobricus”¹²³¹. Aliás, são os próprios autores deste estudo que propõem que se dê credibilidade às hipóteses lançadas em 1945 por João de Almeida, a propósito da localização na região do Fundão de Eburobris ou, usando a versão latina, mais erudita, Eburo-

1228. A existência de Berberes junto à ponte de Alcántara está bem atestada para épocas ligeiramente posteriores. O mesmo Ibn Ḥayyān refere a presença de mašmūdī/s, do grupo Barānis que auxiliavam os cristãos do norte a passar pela referida ponte, na fase em que Ordonho percorreu este território - 303 H/ 915-916 - referido no *Muqtabis*, V.

1229. Montalvão é referido em fontes de época islâmica- cf. Al-Razi, ED. LÉVI-PROVENÇAL, §52, p. 90.

1230. Amílcar Guerra, “POVOS, CULTURA E LÍNGUA NO OCIDENTE PENINSULAR: UMA PERSPECTIVA, A PARTIR DA TOPONOMÁSTICA”, *Acta Palaeohispanica IX* (ACTAS DEL IX COLOQUIO SOBRE LENGUAS Y CULTURAS PALEOHISPÁNICAS, Barcelona, 20-24 de Outubro de 2004) in *Palaeohispanica - revista sobre lenguas y culturas de Hispania Antigua*, n. 5, Institución «Fernando el Católico» - UNIVERSITAT DE BARCELONA, Saragoça, 2005, (pp. 793-822), pp. 804-806.

1231. Na referida lápide utiliza-se a forma plural *Eburobricis*, e os autores esclarecem que se trata de um adjetivo formado a partir de um nome de lugar - *Eburobris* - cf. Pedro Salvado, João Mendes Rosa e Amílcar Guerra, “Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão)” in *REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia*, vol. 7.número 2, Lisboa, 2004, (pp. 237-242), p. 237.

briga¹²³². Respigando o ainda útil trabalho de João de Almeida sobre fortificações encontram-se, de facto, dados sobre fortificações na área do FUNDÃO.¹²³³

Mais que a lição erudita - *Eburobriga* - interessa a forma mais tardia e que eventualmente, como Amãya, entre outras, terá chegado à fase de domínio islâmico. Porque é esta forma - a forma Ebu-robris ou Ebuobricis - a que mais se aproxima de uma eventual má transcrição em árabe que poderia intencionalmente ser Iburik.š, transcrição de uma provável Eburi[bi]kiš.

Esta hipótese pode contribuir para explicar a existência de alguns locais da região em redor do Fundão, e Covilhã, onde se têm detectado vestígios de ocupação da Alta Idade Média. Um desses sítios é precisamnte conhecido como “Covilhã Velha”, e popularmente conhecido como “Torre dos Namorados”¹²³⁴.

Por outro lado, a possível localização aqui, a ocidente de Idanha, de uma outra kūra, muito perto das faldas da serra da Gardunha e da Estrela, não só ajuda a explicar alguns topónimos de origem árabe aqui existentes¹²³⁵, como de alguma forma preenche um vazio territorial, na medida em que esta zona de gargantas serranas era parte dos sistema viário de comunicação com as regiões que durante alguns séculos integraram o Ġarb al-Andalus, como é o caso das regiões em redor das cidades de Viseu e Coimbra.

Não deixa de ser significativo que aquando da ida de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī para terras do rei Afonso III, o Muqtabis diga que ele parou junto ao Douro, antes de entrar em “país inimigo”¹²³⁶; parece haver a percepção que o al-Andalus, coincidindo com os velhos limites da antiga e desaparecida Lusitania, terminava nas margens desse rio Douro que o natural de Mérida - e que apesar de ser conhecido como al-Ġillīqī, “o Galego” - parece que era a primeira vez que entrava em terras do rei das Astúria e de Leão e, ao mesmo tempo, terras da antiga Gallæcia. Não é, pois de estranhar que na região em redor da actual cidade do Fundão, onde antes se localizou Ebuobris ou Ebuobricis tenham existido kuwar pouco conhecidas dos cronistas de Córdova e que só sejam referidas - e com eventuais defeitos de transcrição - em raros momentos¹²³⁷.

1232. Pedro Salvado, João Mendes Rosa e Amílcar Guerra, “Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão)” in *REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia*, vol. 7.número 2, Lisboa, 2004, (pp. 237-242), p. 241.

1233. João de Almeida, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, vol. I, pp. 419-431.

1234. Gustavo MARQUES, “O poço da estação romana da Torre dos Namorados (Fundão)”, *Conimbriga*, VIII, 1969, pp. 65-84. As informações escritas de Gustavo Marques foram enriquecidas, recentemente, através de dados nunca publicados mas comunicados pelo autor: cf. Maria João ÂNGELO e José D’ENCARNAÇÃO, “Epígrafes votivas da Torre Dos Namorados (Quintas da Torre, Vale Prazeres, Fundão)”, *Conimbriga*, vol. XLVII, Coimbra, 2008, pp. 175-183.

1235. F. B. Correia, “Egitânia / Antaniyya e o domínio islâmico: algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira”, M. J. Barroca e I. C. Fernandes (Eds.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, C. M. Palmela - Univ. do Porto, pp. 77-84.

1236. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, pp. 382-383; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 114.

1237. Em Capinha, nos arredores do Fundão, iniciou-se a escavação de um local, junto a uma via romana, com ocupação da Alta Idade Média, ocupação que passa pela existência de sepulturas mas também de outros materiais: “A cerâmica identificada enquadra-se, predominantemente, em horizontes cronológicos tardo-romanos a inícios da Alta Idade Média, sendo de destacar neste conjunto os grandes recipientes,

Uma outra hipótese poderia ser a de relacionar Amsīn ou Ansīn com Ansião - a sul Coimbra, não muito longe da zona onde se diz que Sa'dūn fora capturado por mağūs. Trata-se de uma zona próxima da que Martim Velho propõe como local de implantação de Monsalude¹²³⁸ e da zona do “castro” de S. Miguel, em Amêndoa.

(iv) Ibn Marwān: de Amāya para o Douro - *Bitra Lusa*

Sabe-se que os homens de Afonso III conseguiram chegar a Amāya e que será daqui que o *māridī* ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī se dirigirá para o rio Douro, com os seus seguidores, mas também mulheres e filhos¹²³⁹.

Sendo-lhe dada a possibilidade de escolha do local de residência, o *muwallad māridī* optou por fixar residência em *B.t.r.l.s.h.* que, segundo o *Muqtabis* se localizava “no Douro, na zona inimiga mais afastada de Leão”¹²⁴⁰. Normalmente este topónimo é interpretado como correspondendo a Bitra Lusha

Ainda hoje parece não haver uma resposta cabal para a identificação do local onde se estabeleceu o rebelde *muwallad* mas parece não haver dúvidas de que elegeu um local próximo das margens do Douro e longe da corte leonesa. A opção que, segundo o *Muqtabis*, foi da exclusiva responsabilidade do líder dos refugiados parece apontar para uma vontade de estar perto de vias de comunicação com o sul islamizado, ou melhor, de manter facilmente o contacto com o que se ia passando no *Ġarb al-Andalus* dado que presumivelmente se trataria de uma deslocação unicamente temporária.

Pela possível relação de *B.t.r.* com *Batra* ou *Petra* / *Pedra*, remete para a escolha de uma zona provida de local pedregoso, possivelmente sobranceiro ao rio Douro, onde não faltaria capacidade defensiva e de controle da paisagem envolvente. Mas o local exacto desta *Bitra* ou *Petra* é difícil de definir. Várias hipóteses se têm apontado. Seguindo a súplica elaborada por M^a Ángeles Pérez, “García Gómez lee Britaws y para él se trata de Los Pedroches. Por el contrario Vallvé afirma que

nomeadamente um fragmento de *dolium* (...) de bordo introvertido, praticamente indiferenciado da pança, pasta homogénea acastanhada (...) e superfícies rugosas da mesma cor da pasta, que apresenta decoração incisa.”; em conclusão, provisória, os autores consideram que os “materiais cerâmicos detectados sob o pavimento de ladrilhos que anula parte da necrópole, e cuja cronologia aponta para os séculos VII-VIII. Por outro lado, os materiais identificados sobre este piso remetem para contextos do último terço do século VIII e primeira metade do século IX.” - cf. Elisa Albuquerque e Constança Guimarães dos Santos, “Capela de São Pedro da Capinha (Fundão): primeira intervenção”, in *Al-Madan on-line*, adenda X, n.º 15, Dez.2007, pp. 4 e 7; este é um começo, que mostra a necessidade de estar atento também a esta região.

1238. Martim Velho propõe a sua localização, de forma fundamentada, no território entre o Zêzere e a ribeira de Isna - cf. Martim Velho, “Ibn Marwān (Ibn al-Jillīqī) e Sa'dūn Surunbaqi : a localização de Monsalude”, *Proceedings of the Ninth Congress of the U.E.A.I. (Amsterdam, sept. 1978)*, éd. R. PETERS, Brill, Leyde, (pp. 270-295), pp. 284-287.

1239. Quando se refere a ida para *Karkar* não há qualquer referência a que a referida localidade se localize junto do rio Douro. Por outro lado, não há qualer referência a di^cculdades ou combates na deslocação de *Amāya* para o Douro.

1240. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 383; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 114. Sobre *B.t.r.l.s.h.* cf. Ch. Picard, *Le Portugal*, p. 96.

podría ser Almandralejo”¹²⁴¹. Esta autora, dando-se conta das dificuldades, termina a apartada que dedica a este local com uma série de interrogações às quais não consegue dar resposta.

Martim Velho, num dos seus estimulantes trabalhos, percebe que as indicações de Ibn Ḥayyān remetem para a zona do Douro e sugere um topónimo que encaixa totalmente no topónimo existente em Ibn Ḥayyān - pensa se trata de “Pedra da Lousa”, na serra de Montemuro¹²⁴². O autor sentiu que o texto remetia para uma grande proximidade em relação do Douro, que de facto, é citado no texto ḥayyānico.

Por outro lado, Ch. Picard, percebendo certamente a falta de justificação da proposta de Martim Velho refere, cautelosamente, que o topónimo está por identificar e aflora uma hipótese de localização não longe de Coimbra¹²⁴³. Cauteloso é também Eduardo Manzano¹²⁴⁴.

Porém, vale a pena ter em conta a informação dos passos dados por Ibn Marwān. Diz a tradução do *Muqtabis* (ed. Makki):

“Luego fueron con Ibn Marwān al ḥiṣn Amāya [a actual Marvão, seguramente] al que entraron con él todos sus compañeros, mujeres e hijos, siguieron hasta el río Duero; al cruzarlo, paró Ibn Marwān a todos los que iban con él al país enemigo. Luego avanzo solo para ancontrarse con Alfonso, cuando se acercaron, se le aproximó el cristiano, le dio la bienvenida y esperanza y le dijo: *í toma mi país, párate en donde quieras, acomodaos donde deseéis y no tengas dispuestas en él!... Eligió para sí el ḥiṣn B.ṭ.r.l.s.h en el río Duero en la zona más alejada de León...*”¹²⁴⁵.

Pelo que diz o *Muqtabis* é possível compreender várias situações. O muwallad Ibn Marwān desloca-se, tal como Maḥmud, com familiares - mulheres e filhos - e há uma paragem no Douro. De facto, este rio é mostrado como uma verdadeira fronteira, é aí que começa o país inimigo. Curiosamente, é aí que se faz a antiga separação entre Lusitania e Gallæcia. E, depois do bom acolhimento dado pelo monarca cristão - o rei Afonso - (e de lhe ter sido dada hipótese de escolha do local onde se estabelecer, Ibn Marwān escolhe o ḥiṣn B.ṭ.r.l.s.h [حصن بطرلسه] en el río Duero en la zona más alejada de León...”. Ou seja, está numa zona com capacidade militar, implantou - aparentemente - numa das zonas mais longínquas dos domínios leoneses e está “en el río Duero” - وادي دويره¹²⁴⁶.

Pelas indicações dadas, é de crer que Ibn Marwān tenha escolhido uma zona de território leonês, nos seus confins e bem junto ao rio Douro. Ou seja, poderia ter-se assentado na sua margem norte

1241. M¹ Ángeles Pérez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, pp. 260-261.

1242. Martim Velho, “Ibn Marwān (Ibn al-Jillīqī) e Sa‘dun Surunbaqi : a localização de Monsalude”, *Proceedings of the Ninth Congress of the U.E.A.I. (Amsterdam, sept. 1978)*, éd. R. PETERS, Brill, Leyde, (pp. 270-287), p. 277; o mesmo autor, na nota 16, deixa de referir “Pedra da Lousa” e passa a citar “Pedra Posta”, topónimo existente no concelho de Arouca, onde há um Marco Geodésio da “Pedra Posta” ou da “Pedra Alçada”. E mais não diz.

1243. CH. Picard, *Le Portugal...*, p. 46 (onde refere que em frente haveria vários *ribat*(s) e p. 326 (*Batralusa*).

1244. cf- Ed. Manzano, *Frontera...*, p. 191.

1245. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II, pp. 382-383 [pp. ٣٨٢ - ٣٨٣ corresponde a .\٣٨٨], segundo tradução de M¹ Ángeles Pérez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, p. 114.

1246. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II (ed. Makki), p. ٣٨٣.

(em território considerado “país inimigo”) mas, igualmente, no seu extremo; ou seja, próximo das margens desse mesmo Douro. Há uma hipótese que - depois de muitas tentativas - encaixa neste quadro de referências dadas por Ibn Ḥayyān - trata-se de uma localidade conhecida como Lousa, integrada desde o século XIX no concelho de Torre de Moncorvo, imediatamente a norte da linha do Douro (figs. 21-23). Embora não se mantenha no local uma tradição ligada a estes acontecimentos nem haja, actualmente, actividade arqueológica que sustente esta hipótese, o território em redor fornece algumas condições para que possa corresponder a Bitra Lusa / ḥiṣn B.t.r.l.s.h .

Por um lado, a sua localização, a norte do Douro mas controlando visualmente o curso desse mesmo rio e abrangendo uma paisagem - da antiga Lusitania - que se estende por várias dezenas de Km. Por outro lado, em frente de Lousa, a sul, encontram-se não poucos locais fortificados - alguns identificados por topónimos com tradições de arabismo; é o caso de Numão (possivelmente de Nu ‘mān?)¹²⁴⁷, Muxagata, Castelo Melhor (fortificação com traços de ocupação medieval arcaica)¹²⁴⁸, Almendra (com castelo existente no séc. X, pertencente a D. Chamoá; perto de Almendra alguns localizam a antiga Caliábria, sede de bispado em época sueva)¹²⁴⁹. Deve citar-se ainda Custóias - junto a Numão - topónimo que possui, igualmente, conotação militar ou de vigilância, além de Murça (freguesia que no século XIV pertencia ao concelho de Numão; zona de cruzamento de vias antigas onde não faltam vestígios romanos) - uma outra Murça - topónimo relacionável com antroponímico Mūsā¹²⁵⁰.

Se estas fortificações e pontos de observação - localizados imediatamente a sul do Douro, em frente de Lousa - fazem sentido no século X e mesmo no XI, não seria impossível que algum dos locais pudesse ter sido ocupado para controlar uma Lousa eventualmente ocupada por Ibn Marwān.

Por outro lado, Lousa conserva memória do local do seu castelo, local que se destaca topograficamente a sul do povoado, onde pode ter existido, de facto, uma fortificação e de onde se controla -

1247. Fortificação com traços de ocupação medieval arcaica; já existe aí uma fortificação em época de Almançor (cf. Mário Barroca, "Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior", *Beira Interior - História e Património*, Guarda, 2000, pp. 215-238; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, 1969, p. ; Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*. Beira, vol. I, Lisboa, 1997). Não confundir com a localidade, próxima, de Freixo de Numão, nem com o “Castelo Velho de Freixo de Numão”, local arqueológico que tem ocupação pré-histórica mas também alguns traços de ocupação posterior. No exterior do castelo existe as sepulturas antropomórficas, conhecidas localmente como “Cemitério dos Mouros”...

1248. Este castelo tem uma planta poligonal muito irregular, com aparelho em xisto, com torre circular maciça - arcaica - e vários reforços exteriores, de época indeñida. A porta, de entrada recta, tem 3 arcos quebrados de época indeñida. Não há merlões - ameias nem sistemas de acesso ao topo dos muros. Apesar das escavações levadas a cabo, muito está por esclarecer a nível das ocupações desta fortificação. que, vista de longe, parece um castro.

Veja-se António Sá Coixão e António Trabulo, *Por Terras do concelho de Foz Côa - Susídios para a sua História - Estudo e Inventário do seu Património*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2ª ed., 1999 (um especial agradecimento à Dra Helena Ferreira, que me ofereceu tudo o que a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e o Dr. Sá Coixão lhe enviam periodicamente e me ajudou a preparar as várias visitas à região - desde a primeira, ainda em 1990).

1249. Todos estes territórios, a Este do Coa (*Riba Coa*), pertenceram ao reino de Leão até ao Tratado de Alcañices (1297).

1250. Pedro Cunha SERRA estudou várias destas Murças, existentes na zona do Nordeste peninsular.

uma vez mais - uma paisagem impressionante para sul¹²⁵¹, atingindo o ponto alto de S. Gabriel¹²⁵². Deve referir-se que as várzeas ricas que rodeiam a Lousa¹²⁵³, fertilizadas e humedecidas pelo rio Sabor, permitiriam alimentar um grupo alargado de apoiantes sem dificuldades. Porém, uma dificuldade não se pode escamotear: não há provas materiais - por ora - da permanência de Ibn Marwān no local¹²⁵⁴, apesar de poder ter sido favorável para um assentamento que se calcula poder ter sido de cerca de 8 anos.

campanhas mistas

Refere o *Muqtabis* que, ainda no ano de 263H. / Setembro de 876-877, cerca de 700 cavaleiros pisaram território do al-Andalus e que essas tropas eram constituídas por cavaleiros do reino de Leão e pelo ‘Abd al-Rahmān ibn Marwān al-Ġillīqī com seus homens; estes caíram sobre “muçulmanos” de um lugar conhecido como *al-Barbariyya* e, apesar da resistência, as populações foram derrotadas¹²⁵⁵. A “operação militar” asturiano-leonesa pode ser vista também sob uma outra óptica. As tropas leonesas desceram a sul das margens do Tejo e, depois, conseguiram acompanhar, amparar e defender um *combóio* de *muwallads* seguidores de Ibn Marwān até às margens do Douro. Já antes haviam conseguido chegar a Lisboa.. Tudo isto quer dizer que os homens de armas do reino de Astúrias e Leão vão ganhando, já no século IX, contacto, experiência e conhecimentos do território, das gentes e das línguas faladas nos territórios mais meridionais da Península Ibérica.. E, por outro lado, esses mesmos soberanos e cavaleiros asturiano-leoneses percebem que é possível fazer campanhas miliares delineadas cirurgicamente; não se trata de enviar mísseis, mas estas campanhas envolvem riscos calculados e são preparadas, ao que parece, com cautelas que resultam muitas vezes em vitórias quando o mosaico do *al-Andalus* se encontra dividido.

Esta incursão marca uma clara tentativa por parte do reino de Leão de tirar partido dos conhecimentos, do *know where* do *muwallad* de Mérida; este era uma repositório de conhecimentos sobre zonas ricas do al-Andalus e fornecia informações vitais ao rei leonês. Porém, esta acção de Leão tem um carácter de rapina ou de castigo sobre populações do al-Andalus fiéis ao emir e não é exemplo de campanha militar que vise uma política de ocupação do território.

1251. Recomenda-se a quem visite a região e não tenha tempo para subir à aldeia da Lousa que observe a montanha onde está implantada a aldeia a partir de Vila Nova de Foz Côa; a cerca de 1 Km depois de sair desta vila para o Douro destaca-se claramente a mole rochosa - a *Bitra / petra?* - em cota claramente superior às que a margem sul do Douro oferece nesta região (excepto, talvez, S. Gabriel).

1252. Local que, segundo Maribel Fierro, pela referência a Gabriel – só existente nas zonas ocidentais - pode ter a ver com heterodoxos de época islâmica - informação oral e escrita, prestada pessoalmente ao autor desta dissertação e à Prof. Filomena Barros. O tema necessita de investigação.

1253. E que podem desaparecer, dentro de poucos anos, com o projecto de uma barragem no rio Sabor.

1254. Parece não haver referências a povoamento medieval arcaico na região: cf. López Quiroga, "Fluctuaciones del poblamiento y habitat "fortificado" de altura en el noroeste de la Península Ibérica (ss. V-IX)", in *Mil anos de Fortificações...*Palmela, 2002, pp. 83-92; não consta na obra mana do mesmo autor, *El 'nal de la Antigüedad...*, pp. 605-606. Embora o território seja muito diferente, valeria levar a cabo um trabalho semelhante ao que Sophie Gilotte empreendeu para a zona rural em redor de trujillo("A Villeta de Azuquén: une fortification du X-XI siècle dans la région de Trujillo (province de Cáceres)" in *Mil anos de Fortificações...*Palmela, 2002, pp. 825-832 e a que S. Sánchez levou a cabo para a da Marca Média do Tejo ("Fortalezas rurales en la Marca Media: el caso del Río Tajo", *ibidem*, pp. 833-837).

1255. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 384; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 114.

Esta não foi a única campanha em que o *muwallad* de Mérida participou contra territórios seus conhecidos. Em 266 H / Agosto de 879-880 ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī participa com o rei Afonso *ibn Urdūn* (Afonso III) numa campanha contra uma outra fortificação do al-Andalus, mas concretamente contra com um local que deveria ser bem conhecido do próprio rebelde *māridī*; de facto, o Muqtabis refere outra campanha que aparentemente tem finalidade castigadora. As tropas provenientes do norte atravessam a cordilheira do sistema central aparentando dirigir-se contra Toledo¹²⁵⁶ mas inflectindo depois para a zona mais ocidental e depois de ter atravessado dois “portos”¹²⁵⁷ avançam sobre a Kūra de Mérida que, como refere o Muqtabis, é o “país de Ibn Marwān”¹²⁵⁸. Esta campanha, que parece claramente um ajuste de contas levado a cabo por Ibn Marwān al-Ġillīqī com apoio asturiano-leonês, escolhe como alvo *ḥiṣn Dūbal*¹²⁵⁹ que, segundo a mesma fonte, se localizava “perto de Badajoz, a umas quinze milhas”¹²⁶⁰ desta localidade.

Este *ḥiṣn Dūbal* tem sido habitualmente identificado, desde qque sobre este assunto escreveu Sánchez-Albornoz, com Los Adobales. lugar situado a sul de Badajoz, perto da serra de Monsalud e de Nogales¹²⁶¹. Porém, se o texto da crónica refere que as tropas de Ibn Marwān e Afonso III atravessam o Tejo, não refere qualquer atravessamento do Guadiana, nem qualquer receio dos ocupantes de Badajoz (caso não se mantivesse desocupado) e de Mérida onde havia berberes fiéis ao emir). Logo, faz mais sentido que se tenham atacado zonas em redor de Badajoz, onde se tenham encontrado inimigos de Ibn Marwān mas a norte desse rio. Assim, poderia atacar, pilhar, castigar inimigos - esta parece ser, para ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī uma campanha de “ajuste de contas” com adversários e uma demonstração de força - e regressar ao norte tendo que enfrentar unicamente o atravessamento de um grande rio, o Tejo.

Por outro lado, o Muqtabis refere que no dito *ḥiṣn Dūbal* - دويل - , como consta no Muqtabis editado por Makkī - recebeu mucha gente do *iqḷīm Kala* - إقليم كلع , como consta do *Muqtabis*¹²⁶², possível

-
1256. Tática muito comum, a de simular um destino para, depois, cair sobre outro alvo. Parece uma réplica à tática utilizada por Muḥammad I para conseguir tomar Mérida.
1257. Certamente que zonas de atravessamento das serras e cuja vigilância era assegurada com mais ou menos eficácia mas sem forças permanentes que impedissem a entrada desses contingentes provenientes do outro lado da serra que funcionava, *de facto*, como uma fronteira.
1258. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. 396; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, p. 114.
1259. Veja-se Martim Velho, “Ibn Marwān e Sa’dūn..”, *Proceedings of the Ninth Congress of the Union Européenne...*, p. 283.
1260. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. ٢٩٥ - ٢٩٦; trad. M. Ángeles Pérez, *Fuentes...*, pp. 114-115.
1261. C. Sánchez-Albornoz, *El reino de Asturias*, III, pp. 719-721(há uma 2 edição, parcial, de 2001), citado por M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 115, n. 86. Veja-se também Mahmoud Makkī, "The Political History of al-Andalus (92/711-897/1492)" in Salma Khadra Jayyusi e Manuela Marín (eds), *The Legacy of Muslim Spain*, Brill, 2000, pp. 29-30, onde se refere a “fortress of Adobales”.
1262. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* II-2, Ed. Makkī, p. ٢٩٦, reconhecendo Makkī que a ortogra^{ca} deste topónimo é duvidosa; trad. M. A. Pérez, *Fuentes...*, p. 115. M. A. Pérez sente necessidade de explicar a localização destes topónimos e não se sente confortável com as explicações dadas; a mesma autora lembra a semelhança que há entre este topónimo e Kalā’ dado aconhecer por Yāqūt, localidade situada no Andévalo, na zona serrana nos limites actuais das privíncias de Badajoz e Huelva. Embora autora não o diga, na actual Cala há vestígios imporetaantes de uma forti^{ca}ção de época islâmica, aguardando estudos mais aprofundados.

Porém, a mesma M. A. Pérez coloca a hipótese - talvez por se ter apercebido que esta expedição não deve ter ido tanto para sul (opinião que comparto) - de que Kala’ seja uma má gra^{ca} de “Caya, más próximo al lugar” - M. A. Pérez,

sinal de que as acções deste exército asturiano-*muwallad* faziam-se sentir numa área vasta e que *ḥiṣn Dūbal* era visto como a fortificação capaz de receber e proteger gente de uma área vasta em seu redor.

Ora, diz o Muqtabis que *ḥiṣn Dūbal* se encontra num raio de cerca de 15 milhas em redor de Badajoz. Percorrendo em arco o território assim próximo de Badajoz, ou seja, em que a proximidade seja próxima das 15 Milhas, afigura-se existir uma possibilidade. Essa possibilidade é a vila fortificada de Ouguela, localizada a nor-noroeste desta localidade e a menos de 30 Km de distância. Em Ouguela, onde se encontra uma fortificação muito modificada a partir do século XVII, mantêm-se ainda alguns traços de muros mais antigos e de taipa¹²⁶³, mas poderia ser unicamente uma localidade sede de uma circunscrição.

Ouguela, ao localizar-se a Norte de Badajoz e dentro do arco de cerca de 15 milhas, pode compatibilizar-se com o facto de não se referir nenhum ataque a Badajoz e de não se referir o atravessamento do Guadiana. Quanto ao *ḥiṣn Dūbal*¹²⁶⁴, porém, sem o localizar em Los Adobales - onde se não conhece nenhum castelo - poderia estar localizado nas imediações Ouguela ou nessa mancha onde se encontram as modernas povoações de Arronches, Campo Maior, Monforte, Alburquerque e a própria Ouguela. Esta última localidade ainda conserva traços de taipa, mal está muito mascarada por obras de poliorcética pirobalística. **Arronches**, sobre um meandro da ribeira de Arronches, afluente do rio Caia, localidade está protegida naturalmente pelo rio sobretudo pela banda do norte; tinha condições para amortecer ataques vindos dessa zona contra Elvas e Badajoz. Mas não restam indícios da existência de uma fortificação em época islâmica¹²⁶⁵; a actividade arqueológica em meio urbano ainda não deu frutos, nesta localidade, para esta época.

Sabe-se, porém, que esta campanha pelo *Ġarb*, em que o *muwallad* de Mérida se aliara com tropas de Afonso III vai contribuir para o fim de esta aliança táctica. ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī parece ter-se sentido desconfortável com a dureza desta campanha e começa a afastar-se da aliança com Astúrias-Leão¹²⁶⁶. E a morte de Muḥammad I facilitará o regresso às suas terras de origem.

De facto, sabe-se que o rebelde regional estará em Badajoz durante o governo de ‘Abd Allāh. O emirado de ‘Abd Allāh (888-912) correspondeu a um período de enormes dificuldades para a

Fuentes..., p. 115, n. 87.

1263. *Kala'* pode evoluir facilmente para *Gala* > *Guela*; não está provado como *Guela* pode gerar, eventualmente, *Ouguela*. É de lembrar que não muito longe das zonas de *Ouguela*, abrangendo a zona norte do actual território de Elvas, existe a ribeira de Algalé; a evolução de *Kala'* para *Gala* > *Galé* é mais fácil de explicar. Porém, é signi cativo que *Ouguela* e *Algalé* sejam topónimos relativamente próximos entre si e localizados num território - *iqḷīm* - a uma distância de Badajoz que coincide sensivelmente com as 15 milhas.

1264. Teria havido erro e em vez de *Dūbal* seria *Būdal*, possível corrupção de *Bótoa* - localidade antiga e hoje quase deserta localizada em **terra baixa** entre Campo Maior e Badajoz, mesmo sobre a actual fronteira ...? - Hipótese ainda sem qualquer outra evidência. Por outro lado, é de lembrar que *Dūbal* poderia ser uma representação de *Dūpal* (dada a falta de "P" em árabe) e que é hipótese aproxima o topónimo de uma localidade que os roteiros de época romana implantam na região e que ainda não está identificado: *Dippo* (e sobre este topónimo J. de Alarcão, Mário Saa e outros têm-se debruçado). Vale a pena lembrar que Alburquerque está localizado apenas a alguns Km mais a norte; se aqui fosse *Karkar* deveria, possivelmente, ser referido nesta circunstância....

1265. Apesar de um local com este nome ser citado por al-Rāzī.

1266. Mahmoud Makki, "The Political History of al-Andalus (92/711-897/1492)" in Salma Khadra Jayyusi e Manuela Marín (eds), *The Legacy of Muslim Spain*, Brill, 2000, p. 30.

afirmação do emirado de Córdoba¹²⁶⁷; por essa razão, Hugh Kennedy chega a falar em “decadência do Emirado” quando se refere aos anos finais do século IX e ao início do X. Para além da possível prática de fraticídio, apontada por Ibn al-Qūṭīyya, se se pegar nos dados disponíveis sobre o período do seu governo. O período do seu governo está também manchado pela morte de dois dos seus filhos, bem como de dois dos seus irmãos - mortes em relação à quais o seu papel foi mais do que passivo¹²⁶⁸.

O emir estava isolado, ele próprio se isolava da sociedade e os próprios familiares eram molestados por se aproximarem de si¹²⁶⁹. Mas, o mais importante é que, em geral, o emir não revelava nenhuma especial aptidão militar. As informações prestadas sobre ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī são substanciais na parte do *Muqtabis* relativo ao período de ‘Abd Allāh (888-912)¹²⁷⁰. Mais que informações unicamente de carácter militar, não falta uma síntese que revela a fama que corria acerca deste líder do Ġarb. Sem alguma vez revelar as suas convicções religiosas, diz simplesmente que “se afastou das filas muçulmanas para entrar nas dos cristãos”, dando preferência a estes últimos, preterindo “os fiéis que dirigem as suas orações para a *qibla*”¹²⁷¹; reconhece, porém, que passado algum tempo “abandonou repentinamente a companhia dos cristãos para regressar à obediência e fixar a sua residência em Badajoz, que elegeu para capital do seu governo”¹²⁷².

O *muwallad* do vale do Guadiana era, *de facto* e se comprado com outros senhores semi-independentes do Norte de África e com o mais conhecido Ibn Ḥafsūn das serranias da zona de Ronda, um pequeno emir que dispunha da sua capital.

Ibn Ḥayyān afirma categoricamente que o *muwallad* de Badajoz - ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān - dava preferência “ a los muladíes y los prefería a los árabes”¹²⁷³, lembrando que fora Muḥammad que o obrigara a deixar Mérida, juntamente com Ibn Šākīr, Ibn Makhūl e que se unira a S‘adūn ibn Fath¹²⁷⁴ al-Surunbāqī, cometendo o façanha de derrotar e aprisionar Hāšim ibn ‘Abd al-‘Azīz¹²⁷⁵.

1267. ‘Abd Allāh, foi o sétimo emir omíada do al-Andalus, que subiu ao poder em 888 d.C., de seu nome Abū Muḥammad ‘Abd Allāh iben Muḥammad, (Córdoba, 229 H / Janeiro de 844 - 300 H / Outubro de 912. Foi uma das suas esposas foi Onega Fortunes (‘Iha de Fortunio (ou Fortum) Garcês, rei de Pamplona (Navarra) e de Aurea ibn Lubd ibn Mūsā), mãe de Muḥammad (que chegou a ser nomeado herdeiro, mas que será morto por um dos seus meios-irmãos).

1268. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 94.

1269. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, p. 146.

1270. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*; edição: al-Muqtabis, tome troisième: Chronique du règne du calife (=emir) ‘Abd Allah à Cordoue (reinado de Abd Allah, 888-912), texto árabe publicado por Melchor M. Antuña, Paris, 1937; tradução espanhola (com algumas faltas) de J. Guraieb, “Muqtabis de Ibn Hayyān”, *Cuadernos de Historia de España*, vols. 13-32, Buenos Aires, 1950-1960.

1271. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12a, p. 10; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 171.

1272. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12a, p. 10; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 171.

1273. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12a, p. 10; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 171.

1274. E não Ibn Gār, no *Muqtabis III*.

1275. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12a, p. 10; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172; cf. M. Ángeles, *Fuentes...*pp. 105-106..

Ibn Ḥayyān dá um detalhe que importa valorizar; diz que ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān não só fundou Badajoz, como igualmente “los pueblos circundantes”¹²⁷⁶. Esse aspecto é de grande valor, na medida em que o *muwallad* mārīdī surge não unicamente como fundador de uma cidade, mas igualmente como gestor de um território em seu redor; em substituição da sua Mérida natal, Bagdajoz tenta afirmar-se e criar em seu redor uma rede humanizada, de que fariam parte pequenos núcleos urbanos, alcarias e espaços fortificados, não só para defesa das populações como igualmente para vigia e controle das vias de comunicação. Ibn Ḥayyān acrescenta ainda que o neto de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Mārīdī conhecido como ‘Abd Allāh conhecia Córdova, onde esteve como refém; este neto do rebelde de Mérida é que sucede ao seu avô e a seu “tio”¹²⁷⁷.

(v) Évora em 913 - o ataque, o socorro e o futuro

Durante muito tempo ignorado, o ataque de Ordonho a Évora em 913 começou a ser conhecido na década de sessenta, com a publicação da *Crónica anónima de ‘Abd al-Raḥmān III al-Nāsir*, editada e traduzida por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez e cuja publicação surgiu em 1950. No entanto, foi sobretudo a publicação da parte quinta do *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān que solidificou os conhecimentos sobre este acontecimento¹²⁷⁸. Seguiram-se a edição total em língua castelhana¹²⁷⁹ - que teve a merecida difusão - e a não menos importante edição, em Évora e em português, dos excertos respeitantes a esta cidade, edição esta muito cuidada a nível dos detalhes de carácter local¹²⁸⁰.

A questão tem sido suficientemente debatida¹²⁸¹ e aproveitada para trabalhos de reconhecido mérito e por vezes com diacronias mais alargadas¹²⁸² mas, não é possível deixar de salientar a importância dos acontecimentos desta conjuntura no quadro do estudo que agora se apresenta. De facto, os acontecimentos que envolveram Évora serão um marco em termos urbanos, mas também em termos políticos e militares, tentando-se abordar a importância que tiveram no quadro da renovação, em termos de poliorcética, no *Ġarb al-Andalus*.

1276. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12a, p. 106; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172; cf. M. Ángeles traduz como “Badajoz y sus alrededores”, *Fuentes...*pp. 105-106.

1277. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12b, p. 106; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172; cf. M. Ángeles traduz como “Badajoz y sus alrededores”, *Fuentes...*p. 106.

1278. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V – Kitab al-Muqtabas V (anos 912-942, do reinado de Abd al-Rahman III)*, ed. de P. Chalmeta, F. Corriente e M. Subh, Madrid, 1979.

1279. Ibn Ḥayyān, *Crónica del Califa ‘Abdarrahman III an-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*, por M. J. Viguera y F. Corriente, Saragoça, Anubar ed. / Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1981.

1280. SIDARUS, Adel, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz” in *A Cidade de Évora*, n.ºs 71-76, (anos XLV-L), Évora, 1994, pp. 7-37. Estes dados não estão ainda referidos, obviamente, no trabalho de José Pedro Machado, “Évora Muçulmana”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal (1ª Série)*, 17, 1949, pp. 329-334.

1281. PICARD, Ch., *Le Portugal Musulman*, pp. 49, 237, 313.

1282. Hermínia Vilar e Hermenegildo Fernandes, “O Urbanismo de Évora no período medieval” in *Monumentos*, n. 26, Lisboa, 2007, pp. 6-15.

Tomada de Évora em 913 e suas consequências

Estão por esclarecer razões claras sobre a campanha de Ordonho (futuro II) contra Évora em 913 e, no ano seguinte, contra outras cidades do vale do Guadiana¹²⁸³. A sua necessidade de afirmação, como nobre e guerreiro (uma dúzia de anos depois do desastre das tropas dirigidas pelo messiânico Ibn al-Qiṭṭ contra Zamora), mas também a conjuntura do al-Andalus - com a subida ao poder no ano anterior de um novo emir (e futuro Califa) e uma dinastia em Badajoz que, como se verá, dispunha de limitações a nível das suas defesas passivas, podem ter razões que promoveram estas campanhas arrojadas.

Ibn Ḥayyān, que afirma citar al-Rāzī, qualifica Évora como uma “madīna”¹²⁸⁴. E as tropas de Ordonho II que a irão rodear foram calculadas em 30.000 homens, número claramente exagerado¹²⁸⁵. O governador de Évora era, então, Marwān ibn ‘Abd al-Malik ibn Aḥmad¹²⁸⁶. Ordonho chegou a Évora aos 13 de muḥarram de 301, ou seja, aos 19 dias de Agosto de 913; tendo avançado com um grupo de cavaleiros para inspeccionar, em todo o seu perímetro, o alvo do seu ataque. A descrição do estado das muralhas de Évora aquando do ataque é talvez dos mais completos relativos aos primeiros séculos do al-Andalus. O diagnóstico que Ordonho teria feito é imaginado pelos descritores do al-Andalus e é uma radiografia do estado em que se encontrava um amuralha de uma antiga cidade romana defendida possivelmente no século III: a muralha era baixa, não tinha caminho de ronda (“acitara”) e estava desprovida de merlões / ameias¹²⁸⁷. Mas, mais importante ainda era o facto de haver no exterior da muralha um “monte elevado de detritos que a gente da cidade se tinha acostumado a lançar para a sua base, desde o interior”, monte de detritos ou de lixo que quase igualava a altura da própria em alguns pontos¹²⁸⁸.

Não faltam também informações sobre a tática utilizada por Ordonho para atacar Évora. Os combatentes desmontam quase todos - excepto uma minoria de cavaleiros mais idosos se mantêm sobre as montadas - e cercando a cidade, pressionam inicialmente com arqueiros. Através do lançamento de setas, as tropas asturiano-leonesas acabam por conseguir desalojar, do cimo de uma muralha amputada e sem protecção para os combatentes, os eborenses que iam sendo abatidos pelas setas lançadas pelos arqueiros inimigos.

Entra-se, então, num segundo momento: depois de eliminar e de desalojar os defensores que estavam sem qualquer amparo no topo da muralha, os homens de Ordonho lançam-se sobre os despe-

1283. Futuro Ordonho II de Leão. Em 910 morre Afonso III das Astúrias que deixa o seu reino repartido por três filhos: Fruela II, como rei das Astúrias, García I, à frente de Leão e o referido Ordonho, como rei da Galiza, mas que subirá ao trono de Leão entre 914 e 924.

1284. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .62; trad. p. 81.

1285. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .62; trad. p. 81.

1286. Nome que indicia pelo menos três gerações, aparentemente, de conversões ao Islão - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .62; trad. p. 81

1287. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .62; trad. p. 81.

1288. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .62; trad. pp. 81-82.

jos, subindo decididamente por eles sem qualquer impedimento, ao mesmo tempo que tiravam partido de uma reparação recente num brecha na muralha, para por aí penetrar no interior da cidade.

Não se faz qualquer alusão a portas da muralha; as que existiriam, deveriam estar fechadas, mas essa circunstância de nada teria servido - pelas camadas de despejos e por uma reparação ainda não consolidada os atacantes conseguem penetrar no interior da cidade.

No interior, o combate continua e, a crer em Ibn Ḥayyān, os atacantes teriam sido repelidos do interior da cidade¹²⁸⁹; Ibn Ḥayyān diz mesmo que os habitantes de Évora “voltaram à muralha, cuja parte alta ocuparam, matando numerosos inimigos”¹²⁹⁰.

Repelidos ou não, os cristãos de Ordonho carregam, “derrotando os muçulmanos de pior modo que da vez primeira”, entrando pela cidade, atingindo o combate grande violência, com muitos mortos de ambos os lados. Porém, atribuí o mesmo cronista - transcrevendo, diz, al-Rāzī - à força numérica dos cristãos o desfecho da batalha. Estes teriam empurrado os habitantes para a “parte oriental da cidade”, onde teriam ficado “encurralados” contra a muralha¹²⁹¹.

Segundo a crónica, os homens teriam sido todos mortos, enquanto que às mulheres e crianças estava reservado um outro destino: o degredo e a escravatura, tendo sido levados pelos atacantes¹²⁹².

O *Muqtabis* destaca a morte do próprio governador da cidade, Marwān ibn ‘Abd al-Malik ibn Aḥmad, “morto na sua mesquita”, tendo o tido as suas mulheres e filhos o mesmo destino que outras mulheres e crianças¹²⁹³.

Refere ainda o *Muqtabis* que o número de cativos ascendia a 4.000 e que teriam ficado mortos dentro das muralhas de *Yābura* / Évora cerca de 700 mortos, quanse todos eles na zona apertada junto à muralha, onde formavam um monte, um “outro” monte, de cadáveres que em altura se aproximava do topo da muralha, na zona da cidade que passou a ser conhecida como a d’ “os apertos”¹²⁹⁴.

Nem todos os habitantes de Évora desapareceram nessa dia trágico para a cidade. O *Muqtabis* é clara quanto à existência de edifícios “antigos” onde se refugiaram cercas de “dez homens conhecidos entre eles que se refugiaram com as suas famílias em alguns edifícios antigos”¹²⁹⁵. Trata-se, portanto, de gentes da elite local ou regional - possivelmente desconhecidos para quem escrevia a partir de Córdoba - que se protegem em construções sólidas, antigas e, como se depreende pelo próprio texto do *Muqtabis*, eram edifícios que conservavam ainda grande altura, a cujo topo se subi-

1289. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .63; trad. p. 82. Não é impossível que esta informação seja algo favorecedora das capacidades de reacção dos habitantes de Évora, para não “carem mal visto em termos de coragem e de capacidade de dar resposta.

1290. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .63; trad. p. 82.

1291. Detalhes topográficos deste “aperto” na cidade de Évora podem encontrar-se em SIDARUS, Adel, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz” in *A Cidade de Évora*, n.ºs 71-76, (anos XLV-L), Évora, 1994, pp. 7-37.

1292. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .63; trad. p. 82.

1293. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .63; trad. . 82-83.

1294. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .63-64; trad. p. 82-83. Cf. Sidarus, *op. cit.*

1295. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .63; trad. p. 82.

ria, eventualmente, através de uma escada de madeira que poderia ser retirada, sem o que os atacantes não poderiam atingir essas zonas altas.

Como já tem sido aventado, tratar-se-ia, muito provavelmente, de edifícios de época romana ou tar-do-romana, aos quais estava atribuída - nesse momento - uma utilização que se desconhece, mas que manteriam uma zona de cota elevada, com um acesso eventualmente pouco conhecido, o que garantiu a sobrevivência dessas mesmas famílias, dado que o ataque levado a cabo pelas tropas de Ordonho foi sangrento mas de curta duração¹²⁹⁶; o actual templo romano de Évora, ainda conhecido como Templo de Diana, deveria muito provavelmente fazer parte do conjunto de edifícios¹²⁹⁷ utilizados ainda no século IX, dado que se sabe que, um milénio depois, ainda tinha utilização¹²⁹⁸. As famílias que assim se conseguiram refugiar escaparam na calada da noite para a cidade de Beja; esta cidade, se bem que fora da área controlada pela dinastia Ġillīqī de Badajoz, apresentava uma vantagem evidente; localiza-se a sul de Évora, no ponto diametralmente oposto de eram provenientes os atacantes; sul era a direcção da segurança, servida por uma velha via de época romana que, com eventuais pequenas alterações, ainda se manterá praticável durante séculos¹²⁹⁹.

A campanha de Ordonho contra Évora coloca várias questões carácter militar e de controle do território. A dinastia de Badajoz, pelo menos em inícios do século X, não controlava eficazmente os caminhos e as entradas naturais e mais prováveis para prevenir qualquer eventual penetração militar proveniente do Norte; possivelmente nem esperariam que ela se desse, apesar de se desconhecer o estado em que estavam as relações bilaterais entre os Ġillīqī/s de Badajoz e o reino de Astúrias - Leão, ou de adivinhar que, após a morte de Afonso III algum dos seus três filhos decidisse empreender uma campanha contra o sul - campanha que certamente lhe deu prestígio e que pode ter contribuído para que, no ano seguinte ascendesse ao trono de Leão.

Se até à chegada a Évora parece não ter encontrado escolhos pelo caminho, a empresa do regresso não deixou memória. Ou seja, Ordonho conseguiu levar tanta gente aprisionada consigo, podem colocar-se várias questões. Não se sabe se alguns foram posteriormente resgatados mas se o seu número era tão elevado e calculando que nem todos iriam montados a cavalo e em outras montadas, o exército atacante não pode ter regressado com a mesma velocidade com que chegou. Ora, se re-

1296. O Muqtabis indica que Ordonho regressou aos seus territórios no dia seguinte ao do ataque e massacre de Évora - *Muqtabis V*, f. 64; trad. p. 83. .

1297. O Muqtabis refere, textualmente, “edifícios”, no plural. Sobre a possibilidade de o texto estar equivocado e se tratar de um único edifício - o antigo templo que se pode apreciar - veja-se Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz”, separata de *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, p. 14.

1298. Sobre o Templo e Évora veja-se Theodor HAUSCHILD, "Investigações Efectuadas no Templo de Évora em 1982", *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1986; Túlio ESPANCA, Inventário Artístico de Portugal, vol. VII (Concelho de Évora - volume I), Lisboa, 1966; é útil a informação escrita e gráca inserida em Caetano da Câmara Manoel, *Atravez a cidade de Evora ou, Apontamentos sobre a cidade de Evora e seus Monumentos*, Minerva Comercial, 1900, pp. 12-15 e um autor fundamental: Pereira, Gabriel, *Estudos eborenses: historia, arte, archeologia - Évora romana*, Évora, 1885, pp. 3.13; fundamental é André de RESENDE, *As Antiguidades da Lusitânia*, (Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes), Lisboa, F.C.G., 1996.

1299. Sobre a via romana entre Évora e Beja a bibliograa aumentou recentemente; vejam-se J. d'Encarnação, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, 2 vols, Coimbra, Inst. Arq. Fac. Letras, 1984, pp. 730-735; F. Bilou, “Testemunhos Arqueológicos da Via Romana Ebor-Salacia no Concelho de Montemor-o-Novo”, *Almansor* n 14, Montemor-o-Novo, 2000, pp. 5 -16; Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. 1, Mértola, 2006, p. 87.

gressou mais lentamente, e não há memória de ter sido atacado, tal implica que as forças *muwallad* da região em redor de Badajoz não eram capazes de contra-atacar capazmente tropas desta envergadura.

O ataque a Évora nas fontes leonesas

O ataque à cidade de Évora encontra-se referenciado nas crónicas cristãs. A *Historia Silense* refere também a brevidade da operação - “*irruptione brevi facta*” - , bem como a devastação causada na cidade e na área envolvente¹³⁰⁰, cidade que o rei da Galiza abandonou acompanhado de “*magna captivorum turba*”¹³⁰¹.

Esta campanha de Ordonho coloca outras questões importantes. A escolha de Évora como cidade alvo de uma campanha do rei da Galiza pode, à luz do que diz a *Cónica Najerense* ser colocada num outro contexto.

De facto, é informações de que a campanha contra Évora não foi a primeira algara do príncipe asturiano-leonês contra terras do Sul. A Crónica Najerense refere uma campanha, ocorrida ainda em vida de seu pai, campanha na qual “**atacó la Bética** con un ejército”; sem mencionar nomes de cidades da referida antiga província romana, a mesma crónica acrescenta que “luego, tras devastar los campos por doquier e incendiar las aldeas, de la primera acometida tomó luchando **la ciudad de Beja** (sic) , que de entre las ciudades occidentales de los bárbaros parecia la más fuerte y la más rica”.

Esta campanha, que tem sido relacionada com a cidade de Sevilla e com um bairro desta cidade chamado Regel¹³⁰², pode ter tido precisamente lugar na cidade que a Najerense indica, ou seja, em Beja. O texto da crónica nem sequer refere Sevilha, cidade que, se tivesse sido beliscada pelos homens de Ordonho, certamente que pelo prestígio seguro, seria narrado. Por outro lado, a referência a que “logo”, *logo depois, de seguida* lutaram na cidade de Beja, pode ser explicado; as tropas de Ordonho teriam entrado num correria pelo território da Bética, inflectindo, depois , para ocidente, possivelmente pela zona de Aroche, entrando numa zona que a crónica reconhece, inequívocamente, estar implantada numa área ocidental.

1300. “...belli Elbore civitatis reliquias devastandas accedens, omnia eiusdem **urbis suburbana igne combusta depradatus est**” - *Historia Silense*, ed. Santos Coco, pp. 37 e 39, citada por Una crónica anónima de ‘Abd al-Rahmân III al-Nâsir, edit. e trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid - Granada, C.S.I.C., 1950, pp. 108-109, n. 40; veja-se igualmente E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 35-36, e n. 2 [referenciado com gralha na ed. da *Crónica Anónima*]; trad. *Hist. España*, IV, pp. 279-280 e 362, n. 45.

A *Crónica Silense* é parcialmente tomada na *Crónica Najerense*, onde se podem encontrar estas informações - cf. *Crónica Najerense*, (ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola), Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §20, pp. 127-128.

1301. *Historia Silense*, ed. Santos Coco, pp. 37 e 39, citada por Una crónica anónima de ‘Abd al-Rahmân III al-Nâsir, edit. e trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid - Granada, C.S.I.C., 1950, pp. 108-109, n. 40; veja-se igualmente E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 35-36, e n. 2 [referenciado com gralha na ed. da *Crónica Anónima*]; trad. *Hist. España*, IV, pp. 279-280 e 362, n. 45.

1302. Justiniano Rodríguez Fernández, *Reyes de León (I), García I, Ordoño II, Fruela II y Alfonso IV*, Burgos, Ed. La Olmeda, 1997, pp. **.

Ver também *Historia Silense*, ed. F: Justo Pérez de Urbel e A. G. Ruiz Zorrilla, Madrid, 1959, p. 154, n. 133.

A eventual passagem pela Bética e o percurso seguinte por Beja não é motivo para estranhar, dada a tradicional ligação entre estas duas Kūra/s e as cidades respectivas, ligação que é clara desde a entrada das tropas árabes no século VIII.

O facto de a Beja dos inícios do século X ser avaliada como “forte” e “rica” pode ter a ver com o discurso da própria crónica, querendo valorizar a acção das tropas do futuro rei. Porém, tal avaliação corresponde de alguma forma à verdade; numa análise aprofunda, recente, fundamental para perceber a dinâmica de Beja ao longo do período islâmico, esta cidade é definida como tendo as suas muralhas “em perfeito estado por essa altura”¹³⁰³, muralhas que em grande parte eram herdeiras das que deveriam ter sido reforçadas aquando da instalação na cidade de um *ġund* sírio; a cidade ainda estaria na fase prévia à sua decadência¹³⁰⁴.

Porém, é de presumir que os estragos causados pelas tropas de Beja tenham sido relativamente ligeiros, podendo até não terem penetrado no interior da muralha, devastando unicamente zonas de arrabalde, exteriores a uma muralha foi recentemente avaliada como tendo um perímetro menor daquela que actualmente ostenta¹³⁰⁵.

E, caso se tenha dado esta campanha militar pela zona de Beja não teria sido impossível que no regresso para Norte alguns cavaleiros tivessem passando por Évora, seguindo eventualmente troços da velha estrada romana que ainda hoje mostra alguns pavimentos e marcos miliários¹³⁰⁶. Ou seja, não seria impossível que no regresso se tivesse “marcado” a cidade de Évora para uma acção posterior, que se veio a dar em 913.

“Y liquidando con la espada a todos los guerreros caldeos, volvió vencedor a ciudad de Viseo con un gran número de cautivos y de despojos”¹³⁰⁷. É assim que a recente tradução castelhana da Crónica Najerense descreve o regresso das tropas vitoriosas de Ordonho da Bética e de Beja. A crónica acaba por denunciar a base utilizada para atacar os territórios das velhas Bética e Lusitânia. Tendo sido conquistada havia poucos anos, no reinado de Afonso Magno¹³⁰⁸, acaba por ser aproveitada como base para ataques às cidades meridionais.

Viseu, a cidade que mais tarde será eleita por Ramiro II para sua residência preferencial, é já usada como base de ataques a zonas do sul. Parece ter sido ainda em tempos de Ordonho II que se descobriram as suas potencialidades estratégicas. Resguardada pela Serra da Estrela, por um lado, e pela cidade de Coimbra pela sua vertente ocidental, a cidade, localizada numa zona de abundantes recursos, acabada de conquistar pelos soberanos leoneses e com uma população de *ex-dīmmīs*, alguns deles conhecedores dos caminhos e riquezas das terras mais meridionais, servirá como base

1303. Santiago Macias, "Islamização no território de Beja — reexões para um debate", *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, (pp. 807-826), p. 815.

1304. Santiago Macias, "Islamização no território de Beja — reexões para um debate", *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, (pp. 807-826), p. 820.

1305. Como propõe Santiago Macias, no seu trabalho sobre Mértola, onde insere dados relevantes sobre a Kūra e cidade de Beja.

1306. Francisco Bilou, tese de Mestrado publicada: *O sistema viário antigo na região de Évora*, Lisboa, Colibri, 2005

1307. *Crónica Najerense*, (ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola), Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §20, p. 127.

1308. Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, vol. II, pp. 79-97 (cap. XI, em geral, continua a ser de grande utilidade para compreender esta conjuntura).

de ataques à Bética e Beja e, muito provavelmente também, como local de origem das tropas que atacaram com sucesso Évora e, depois, Alange nas proximidades de Mérida.

O estado de boa conservação das muralhas de Beja e a eventual capacidade, demonstrada alguns anos antes, de sacudir as tropas de Ordonho, terão influído igualmente na opção tomadas pelos sobreviventes ao massacre de Évora - fugir para Beja era fugir para o sentido oposto ao da direcção seguida pelas tropas de Ordonho mas era igualmente procurar refúgio numa cidade que, eventualmente já estava preparada e já se reequipara para poder rechaçar ataques dos cristãos do Norte.

A Crónica Najerense refere que Ordonho teria atacado Évora uma segunda vez, durante a qual os arredores da cidade foram “calcinados” pelo fogo, campanha durante a qual teria capturado um general cordovês, informação equivocada¹³⁰⁹. Sabe-se que, de facto, os leoneses atacam a zona de Mérida, chegando a Alange e regressando ao Norte depois de humilharem o “rei de Mérida”

Évora - a resposta imediata

Não houve qualquer resposta por parte do novo emir de Córdoba. Nessa conjuntura, como se sabe, as tropas emirais ocupavam-se de assuntos relativos a Sevilha. Porém, o senhor de Badajoz, o líder *muwallad* da região - que então era ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī¹³¹⁰, neto do conhecido rebelde ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī - não deixará de tomar medidas e decisões fundamentais para que a cidade renasça.

A medida de curto prazo é o arrasamento das muralhas, que é acompanhado por destruição das torres; Ibn Ḥayyān afirma que essa destruição teria sido feita até à base - “até deixá-las por terra”¹³¹¹ - após o que voltou a Badajoz; certamente que as deixou inoperacionais mas dificilmente o arrasamento seria total¹³¹².

Tratou-se de uma medida de carácter preventivo; o senhor de Badajoz não iria permitir que “os berberes das imediações”¹³¹³ se estabelecessem em Évora.

Quem eram esses berberes que se encontravam perto? As fontes não o dizem com precisão; poderiam ser grupos que estivessem nas zonas envolventes de Évora, que levassem uma vida dedicada essencialmente a actividades agrícolas; outros poderiam ter uma economia baseada essencialmente em actividades pastoris, praticando a transumância¹³¹⁴, que se sabe ser praticada no al-Andalus. No entanto, não é impossível que estivesse ainda no espírito dos Ġillīqī/s de Badajoz a ocupação, pelos

1309. *Crónica Najerense*, (ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola), Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §20, p.129.

1310. morto em 311 H / 923-924 por correligionários com quem houve problemas (divisões no seio da família???) - cf. *Muqtabis V*, .121, trad. p. 145. (M. Ángeles Pérez, *Fuentes...* refere p. 188 e 145).

1311. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 84.

1312. Mesma opinião já expressa por Adel Sidarus, em “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz”, separata de *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, p. 14.

1313. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 84.

1314. Sobre transumância por berberes veja-se BRETT, Michael, FENTRESS, Elizabeth, *The Berbers*, Wiley-Blackwell, 1997, pp. 77, 135 e 223-224.

berberes Banū Taġiṭ, da cidade de Mérida, cidade rica de passado e simbologia. Évora, com uma arquitectura monumental em grande medida herdada do Império romano, tal como Mérida, mas também tal como Ammaia das Ruínas e Antaniyya, era uma cidade que não se podia deixar cair nas mãos de rivais; com berberes em Mérida e em Évora, a capital dos Ġillīqī/s seria sufocada e cercada em termos de “espaço vital”; era necessário garantir liberdade de movimentos para ocidente, tendo os berberes à ilharga, na cidade de Mérida. Por isso, não é impossível que o *temor* berbere tivesse a ver a ocupação do espaço no xadrez político, económico e militar, em redor da cidade de Badajoz e das que a ela estavam ligadas, como seria já o caso de Évora, zona de influência da dinastia *muwallad* originária e assente na área do curso médio do Guadiana.

Conquista e Massacre em Évora - medidas tomadas

A tomada fácil de Évora pelo rei da Galiza Ordonho Afonses¹³¹⁵ vai ter um efeito muito grande a nível das obras públicas de carácter militar na região em redor de Évora e, em geral, nas zonas sob domínio da dinastia Ġillīqī de Badajoz.

É provável que, tal como Évora, muitas outras fortificações apresentassem deficiências grandes a nível da conservação, de cuidado e manutenção das estruturas defensivas - muitas delas erguidas ainda antes de 711 - deficiências que irão ser a partir de então corrigidas.

Deve, então, salientar-se que uma dinastia de *muwallad/s* do Ġarb lançou e coordenou um programa de requalificação das suas defesas passivas, ou seja, reviram-se as muralhas existentes¹³¹⁶, devem ter sido consolidadas, reforçadas, em alguns casos possivelmente ampliadas, abrangendo áreas habitacionais mas recentes.

A localidade sobre a qual os cronistas dispõem de mais informações é, compreensivelmente, a capital do poder dos Ġillīqī/s, a cidade de Badajoz.

Sobre a fortificação desta cidade as informações são mais abundantes. Estas duas crónicas são um instrumento precioso para que se perceba muito da Badajoz - e zonas envolventes - dos séculos IX e X¹³¹⁷.

1315. Os cronistas do al-Andalus não estavam sempre desinformados acerca dos acontecimentos de carácter político que atingiam directamente os reinos cristãos do Norte. A *Crónica Anónima* ... (texto árabe [9], p. 43 - اردون بن اذفونش ملك جلقية - ; trad. p. 108 - “Ordonho, o lho de Afonso, rei da Galiza”) e o *Muqtabis V* (.62; trad. p. 81). Os referidos cronistas sabem que há um outro rei de Leão e não deixarão de noticiar o sucedido, quando Ordonho subir também ao trono leonês e quando vier a falecer.

1316. Ibn Ḥayyān diz que “as gentes do Ġarb ...começaram a reparar as suas muralhas, a proteger os seus pontos fracos e a fortalecer as suas torres/baluartes diligentemente” - *Muqtabis V*, .64; trad. p. 83; já a *Crónica Anónima*, mais sucinta, indica que as gentes se aplicaram a “reparar as suas muralhas e a fortificar os seus castelos” - *Crónica Anónima* ... (texto árabe [9], p. 46 ; trad. p. 112.

1317. Sobre a cidade de Badajoz nos séculos IX e X veja-se F. Valdés Fernández, “La fortificación islámica en Extremadura: resultados provisionales de los trabajos en las alcazabas de Mérida, Badajoz y Trujillo y en la cerca urbana de Cáceres”, *Extremadura arqueológica*, N.º 2 (I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)), 1991 , pp. 547-558; idem, “La alcazaba de Badajoz: nuevas perspectivas cronológicas”, *Estudios de historia y de arqueología medievales*, N.º 5-6, 1985-1986, pp. 333-344; idem, “El arrabal oriental de Badajoz: bases para su cronología”, *Actas de las II Jornadas de Cultura Árabe e Islámica*, (1980), 1985, pp. 553-564.

Continua a ser útil ver-se Leopoldo Torres Balbás: TORRES BALBÁS, Leopoldo, L. Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, 1941, pp. 168-216 (Obra Dispersa I, vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981,

Uma arquitectura militar nova ?

Esta investida das tropas de Ordonho, que não será a última, terá consequências a nível das fortificações do *Ġarb al-Andalus*, sobretudo nos territórios geridos e aliados da família al-Ġillīqī .

Tendo havido consciência de que o estado em que se encontravam as muralhas na região, são levadas a cabo uma série de obras de reparação, se não mesmo em alguns casos de ampliação, de limpeza e de colocação de dispositivos que pudessem evitar um massacre como o de Évora e conter o ímpeto das forças atacantes.

Por um lado, parece claro que as fortificações herdadas do Baixo Império, do período romano, mantiveram-se em certa medida, aproveitadas. É o que se passa em Mérida até no século IX a muralha de origem romana ter sido destruída por decisão política. Em muitas outras cidades, com passado romano, como **Antaniyya / Idanha**¹³¹⁸, Ammaia (com a muralha arruinada bem como - pelo seu nome de Ammaya das ruínas - muitas outras construções), e **Lisboa**, cuja muralha de época islâmica aproveita igualmente muito do perímetro e dos materiais de época romana¹³¹⁹.

Se se exceptura o caso de Badajoz e o de Silves, a maior parte dos centros urbanos no *Ġarb* reaproveitou as estruturas herdadas de época romana. Estruturas que se vão degradando, ocupando e privatizando¹³²⁰ em alguns momentos, mas em relação às quais há também sinais de recuperação e de obras de manutenção e de melhoramento levadas a cabo pelas autoridades locais, muitas delas *muwalladūn*, como acontecerá, por exemplo, em Mértola e *Šanta Mariyya al-Ġarb* (Faro)¹³²¹.

pp. 236-275).

1318. Apesar dos estudos arqueológicos levados a cabo nos últimos anos em Idanha-a-Velha, nome actual da antinha Egitania / Antaniya, são poucos os trabalhos que se dedicam especificamente sobre a sua muralha. Juan Zozaya, recorrendo a trabalhos em que compara a tipologia desta muralha com algumas outras, propõe uma data recuada para as muralhas de Idanha, integrando a sua porta ladeada por duas torres semi-circulares na fase emiral - cf. Juan Zozaya, "¿Fortificaciones tempranas?", *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, 1998, pp. 111-114; idem, "Fortification building in al-Andalus", *Madridier Beiträge*, band 24 - *Spanien und der Orient in Frühen und Hohen Mittelalter*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, 1996, (pp. 55-74), pp. 61-62. F. Branco Correia, "Egitânia / Antaniyya e o domínio islâmico: algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira", M. J. Barroca e I. C. Fernandes (Eds.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, C. M. Palmela - Univ. do Porto, pp. 77-84.
1319. Trabalhos arqueológicos recentes em troços da muralha de Lisboa em época islâmica, muralha tradicionalmente conhecida como "cerca moura" demonstram que os alicerces da muralha de época islâmica são, de facto, de época romana. Cf. GASPARG, Alexandra e GOMES, Ana "O Castelo de S. Jorge - da fortaleza islâmica à alcáçova cristã", *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb. 500 - 1500*, Lisboa, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. ; GASPARG, A. "Resultados Preliminares das Escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge", *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, 2001, pp. 95-102. Ver também, para o caso específico da zona do castelo "de S. Jorge" o obra clássica mas útil de Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, 1939 e ainda *O Castelo de S. Jorge*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n. 25-26, Lisboa, 1961. Cf. A. Borges Coelho, "O Domínio Germânico e Muçulmano", Irisalva Moita (ed.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, (pp. 75-88), sobretudo pp. 76 (construção da muralha) e 79-85; algumas reexões relevantes sobre o passado desta cidade podem encontrar-se também em MATOS, José Luís, "Lisboa Islâmica" *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 79-87 e em TORRES, Cláudio, "Lisboa Muçulmana - Um espaço urbano e o seu território", *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 73-77.
1320. Sobre a ocupação da estruturas de muralhas veja-se L. Torres Balbás, *Ciudades Hispamusulmanas*, p. 455 e seguintes.
1321. Cf. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 49

Muralhas novas até inícios do século X

São poucas as muralhas envolvendo núcleos urbanos, edificados *ex novo* até ao inícios do século X. O caso melhor documentado nas fontes escritas de época islâmica é Badajoz. A muralha de Badajoz, descrita no *Muqtabis* como a “o(s) muro(s) da sua alcáçova de Badajoz”¹³²², fortificada inicialmente por ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī, tinha sido erguida com “terra pisada e adobes”¹³²³. Se a informação de Ibn Ḥayyān está correcta, informação que mais tarde será transmitida igualmente por al-Ḥimyari¹³²⁴, o rebelde ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān teria utilizado duas técnicas - sem se saber se as teria utilizado de forma tecnicamente mista ou se, simplesmente, teria começado por uma e, numa segunda fase optado por continuar e terminar o seu trabalho com uma outra.

O que parece claro é que nos inícios do século X a simples referência a esta técnica implicava que deveria ser considerada de qualidade inferior às técnicas associadas ao uso de pedra - cantaria ou silharia e a alvenaria com morteiro ou argamassa de cal. Essa possível inferioridade das técnicas dos primitivos muros d Badajoz poderia estar associada à inexistência da utilização de componentes que reforçassem essa arquitectura de terra. Ou seja, é possível que **ainda não** se utilizasse a **cal** como se fará, no al-Andalus, alguns séculos depois, de forma sistemática, como adinate se verá.

A muralha de Badajoz, bastante mais recente que a de Évora, edificada só duas gerações antes, sofreu alterações bastante grandese o cuidado colocado nessas obras foi tal que o próprio *Muqtabis* refere que o príncipe de Badajoz (e neto do antigo rebelde edificado da primeira muralha de Badajoz), ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī esteve “supervisionando os trabalhos em pessoa”, juntamente com os seus “capatazes e operários”. Pelo que diz o *Muqtabis*, as muralhas de Badajoz - sobre cujo perímetro nada se diz - foram alargadas, passando a ter uma espessura de 10 palmos, o que equivale a algo mais de 200 cm¹³²⁵, mas, ao acrescentar que a obra foi feita “en un solo bloque”¹³²⁶ pretende certamente dizer que torres e muralhas estavam interligadas e que se pretendeu dar solidez à obra, sem se limitar a fazer remendos aqui e ali, só em alguns pontos débeis, antes intervindo em todo o seu conjunto e em todo o perímetro.

1322. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .62; سور قصبتهم .

1323. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 83. No caso desta descrição o texto árabe refere distintamente que foi feita بالطابية المرزوم - ou seja, com “terra *al-ṭabiyya* apertada”, o que vulgarmente se traduz, simplesmente, por taipa; além desta material usou-se também الطوب المشمس , “al-ṭūb al-mušamma”, traduzível por tijolo passado pelo sol, ou simplesmente, *adobe* (palavra derivada de al-ṭūb). A informação parece ser redundante mas também não deixa de ser possível que este seja um testemunho pouco comum acerca da coexistência das duas técnicas.

1324. Ibn Abd al-Mun'im al-Ḥimyari, *Kitab al-Rawd al-mi'tar* ° *Khabar al-aqtar*; cf. E. Lévi-Provençal (ed., introd., trad.), *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar* ° *Habar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari* / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France, Leiden, Brill, 1938, p. 58.

1325. Sobre o “palmo” no *al-Andalus*, veja-se Joaquín Vallvé, “Notas de metrología hispano-árabe - El codo en la España musulmana”, *Al-Andalus*, XLI, Madrid - Granada, 1976, pp. 339-354, sobretudo p. 354; o autor de°ne o palmo do al-Andalus como “cuarta parte de la vara castellana”, paralelo que é algo insu°ciente; Julio Cortés, *Dicc.*, aponta como 22,5 cm o valor do palmo / اشبار pl. شبر .

1326. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 83.

A coroação da obra, com sistemas de anteparo para os defensores, com caminho de ronda, e sistemas de ameia - merlão foi feito em todo o perímetro. O mesmo Muqtabis refere que a obra de Badajoz foi terminada ainda nesse mesmo ano¹³²⁷ o que, parecendo invulgar, não era impossível.

A Arquitectura militar do pós-913

As referências às actividades políticas e militares de outros pontos do al-Andalus tem a vantagem de mostrar que existe por parte dos muwallad capacidade de construir e de pensar a arquitectura militar de acordo com as necessidades do momento. Aproveitando estruturas pré-existentes ou adoptando novas formas de construir, técnicas construtivas diversas, os dirigentes muwallad da Fronteira Superior ou das serranias de Ronda e territórios envolventes, constroem, reflectem sobre os espaços que dominam e executam obras de acordo com as necessidades do momento.

Em alguns casos, como aconteceu com Maḥmūd, depois de passarem por muitos locais fortificados, que adaptaram às suas necessidades e às contingências do momento, edificaram construções militares estando ao serviço de outros senhores.

Casos houve, em que as construções levadas a cabo por estes senhores muwalladūn foram apreciadas e admiradas por gente que não se lhes estava submetida, como é o caso da famosa porta chapeada a ferro de Ukšūnuba, da dinastia dos Bakr.

No caso da zona do curso médio do Guadiana e do território que em grande medida corresponde aos actuais distritos de Évora e Portalegre, a dinastia Ġillīqī está por detrás não só da edificação de Badajoz, sobre um povoado de época islâmica, resultante possivelmente da evolução de um antigo povoado romano¹³²⁸, edificação que pretendiam que se tivesse implantado em outro local - na margem direita do Guadiana -, mas, além disso, depois do ataque de 913, são estes líderes regionais que põem em prática em Badajoz e dinamizam a nível regional a actualização e eventual “modernização” das defesas passivas já existentes¹³²⁹. Já antes, a capacidade de resistir em Alange é prova dessa capacidade poliorcética.

No caso de Badajoz, como já se viu, a muralha edificada em tempos do seu avô foi revista¹³³⁰, reavaliada e levaram-se a cabo obras de grande envergadura, que passaram pelo alçamento, coroação e espessamento da muralhada pré-existente, sem se tornar claro o que foi ou não aproveitado da muralha construída duas gerações antes; lendo al-Ḥimyarī fica-se com a sensação de que as suas

1327. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 83. Segundo o *Muqtabis*, Ordonho entrou em Évora aos 13 de *muḥarram* de 301 / 19 dias de Agosto de 913 e qua a abandonou um dia depois; ou seja, em meados do primeiro mês do calendário islâmico; em termos climatéricos, quer dizer que as obras decorreram parcialmente durante o Outono e o Inverno desse ano de 301 H, terminando já em 914.

1328. Fernando Valdés encontrou vestígios de época romana em escavações levadas a cabo dentro da área da Alcáçova de Badajoz. Vejam-se os artigos publicados em *En Torno al Badajoz Islámico, Trabajos sueltos de Arqueología Andalusí*, pp. 109, 166, *passim*; ver também Fernando Valdés Fernández, “Aproximación al conocimiento del Badajoz romano”, *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, N.º 5-6, Madrid, UAM, 1978-1979, pp. 163-168.

1329. As fontes disponíveis não referem a edificação de muralhas ou recintos novos, prevendo novos ataques; referem-se unicamente a melhorias em recintos amuralhados já existentes.

1330. Fernando Valdés, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, p. 152.

defesas - que começaram por um *hiṣn* ainda em tempos de Maḥmūd - devem ter sido bastante reforçadas nesta conjuntura¹³³¹.

Os trabalhos mais aprofundados sobre a Alcáçova de Badajoz, depois do clássico e ainda útil artigo de L. Torres Balbás¹³³², são da autoria de Fernando Valdés¹³³³. Este autor, que tem a grande virtualidade de tentar detectar no aparelho maioritariamente de época almóada o que ainda pode remanescer de épocas anteriores, identificou sectores anteriores no aparelho da alcáçova de Badajoz. Reconhecendo que “lo único que se conserva visible de las fundaciones de ‘Abd al-Rahman b. Marwan al-Yilliqi es el sector meridional de la muralla, entre la llamada Torre de la Atalaya y la Puerta del Alpendiz”¹³³⁴.

O autor identifica nessa obra defensiva do primeiro rebelde de Mérida - Badajoz semelhanças e diferenças em relação ao que era comum aos omíadas de Córdoba; se, por um lado, “los rasgos característicos de esta primera obra no se apartan de los típicos de la fortificación omeya coeva: tendencia a la planta regular, torres rectangulares de poco saliente y emplazadas a tramos regulares”, já a nível da técnica construtiva o autor sente diferenças se se fizer a comparação com a técnica mais usada pelos omíadas de Córdoba; aponta F. Valdés que “lo usual en lo omeya andalusí era la técnica conocida como *emplecton*¹³³⁵: dos caras de sillares bien ordenados con tendencia o uso explícito de atizonados – con un núcleo de argamasa y cascote o, como en el caso de la alcazaba de Mérida, de material de echadizo más o menos trabado. Sin embargo la falta de buena piedra en el cerro de la Muela [cerro de Badajoz] y en sus inmediaciones obligó a emplear la tapia, levantada con encofrado de madera”¹³³⁶.

Porém, embora F. Valdés tenha razão em afirmar que o *Emplecton* era a técnica mais usual em construções omíadas até ao século X, deve lembrar-se que já se tinha usado taipa sob esses mesmo omíadas, pelo que era tecnologia já experimentada e com provas dadas. F. Valdés não encontrou, contudo, resposta para a questão que aqui se coloca: a de saber se o neto do construtor da muralha primeira de Badajoz manteve ou não a muralha feita pelo primeiro construtor ou se fez uma obra desde a base sem aproveitar os muros primitivos. De facto, como F. Valdés assinala, “las reparacio-

1331. al-Himyarī, *Kitāb al-Rawḍ al-Mi‘tār*, . 46, trad. §48, p. 58.

1332. L. Torres Balbás, “La Alcazaba de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, 1941, pp. 168-216 (Obra Dispersa I, vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 236-275).

1333. Valdés Fernández, Fernando, “La alcazaba de Badajoz: nuevas perspectivas cronológicas”, *Estudios de historia y de arqueología medievales*, n. 5-6, Universidad de Cádiz, 1985-1986, pp. 333-344, onde o autor tira partido da publicação, então recente, do *Muqtabis V*, combinando os seus dados com os das escavações por si dirigidas em Badajoz.

1334. Fernando Valdés, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, p. 150.

1335. Sobre a técnica construtiva denominada *Emplecton* veja-se Paolo Braconi, “Emplecton”, *Annali di archeologia e storia antica*, Nápoles, Istituto Universitario Orientale, n. 8, 2001, pp. 105-118; esta técnica é conhecida pelo nome grego que Vitruvius (Livro II, 8) consagrou; cf Jean-Pierre Adam, *La construcción romana, materiales y técnicas*, León, Ed. de los Oñcios, 1996 (orig. franc. ed. A. et J. Picard, 1989), pp. 80-81; ver igualmente G. Fatás Y G. Borrás, *Diccionario de términos de Arte y Arqueología*, Saragoça, Guara Editorial, 1980, p. 80.

1336. Fernando Valdés, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, p. 151.

nes y enlucidos posteriores impiden aquilatar sus caracteres”, impedindo inclusivamente detectar aspectos métricos originais¹³³⁷.

A *Crónica Anónima* de Abderramão¹³³⁸ III refere que as obras levadas a cabo na muralha de Badajoz por ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī tinha “un ancho de diez palmos en un solo tapial”¹³³⁹. Se colocar de parte a questão da largura, deve esclarecer-se que os taipais não se usavam unicamente para fazer a Taipa “clássica”; esses mesmos taipais podiam servir para conter paredes a serem construídas com o chamado *emplecton*, o que pode compatibilizar a observação de alguns restos da muralha - feitos por F. Valdés - e o que a *Crónica Anónima* informa. Ou seja, ter-se-ia feito uma muralha de alvenaria com “miolo” de pedra pequena e cascalho ligados por argamassa às faces exteriores mais cuidadas, técnica pré-islâmica muito usada em momentos anteriores¹³⁴⁰.

Esta “requalificação” das muralhas não se fica por Badajoz; Ibn Ḥayyān refere que “todas las gentes de occidente, y los demás”, ou seja, mesmo zonas algo afastradas do cenário ocidental e próximo a Évora - Badajoz, resolveram cuidar das suas muralhas. Especificando, acrescenta que “comenzaron a reparar sus murallas, proteger sus puntos débiles y fortalecer los baluartes diligentemente”¹³⁴¹.

É provável que date desta conjuntura o aproveitamento ou reforço militar de **Elvas**. Tirando eventualmente partido dos silhares de tipo romano que encontram no Arco do Miradouro, na zona da Alcáçova, não é impossível que as pequenas torres do circuito da alcáçova viradas para Badajoz - semelhantes às que se encontram viradas a Leste no recinto de Badajoz, tivessem feito parte de um recinto inicial que apoiava Badajoz a norte do Guadiana¹³⁴². Após a conquista de Évora, com exércitos cristãos a penetrarem no Ġarb mais ocidental, concretamente em Évora e a poderem, numa campanha semelhante chegar a Badajoz através do ocidente, convinha ter em redor desta cidade, pela sua banda poente, uma ou várias sentinelas que controlassem qualquer avanço de tropas que caísse sobre Badajoz. Elvas, podia desempenhar essa função. A Porta da Alcáçova, entrada recta,

1337. O autor acrescenta que “es muy probable que el módulo métrico empleado se ajustase a los codos usuales en al-Andalus (...)”, mas as referidas obras posteriores di-cultam detectar aparelhos originais - Fernando Valdés, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, p. 151.

1338. Forma aportuguesada aceite pelos lexicógrafos.

1339. Una crónica anónima de ‘Abd al-Raḥmān III al-Nāsir, edit. e trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid - Granada, C.S.I.C., 1950, ed. [9], pp. 46-47; trad. [9], PP. 112-113.

A tradução remete para o valor de taipal ou *lūh*, valor explicado por E. Lévi-Provençal em *Inscriptions Arabes d’Espagne*, Leyden, Paris, 1931, vol. I, p. 102, onde o referido autor explica que *lūh* ou *lawh* é, basicamente, um taipal, uma ou várias pranchas de madeira que de-nem uma cofragem.

1340. Jean-Pierre Adam, *La construcción romana, materiales y técnicas*, León, Ed. de los O-cios, 1996 (orig. franc. ed. A. et J. Picard, 1989), p. 87 (c-g. 182) e p. 116 (c-g. 242).

1341. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 83. Entenda-se baluartes: “os seus baluartes” (مَعَاقِلُهُم) como “forti-cação” ou “posição forti-cada”, sem qualquer conotação com a mesma palavra que será usada, mais tarde, em fases de predomínio da piro-balística. A palavra مَعَاقِل - *ma‘aqil* é usada frequentemente para designar recintos forti-cados.

1342. O troço de muralha da Alcáçova que está face a Badajoz, virado sensivelmnte a nascente, apresenta torres com tipologia semelhante às de Badajoz, mais concretamente às que F. Valdés classi-ca como sendo as mais antigas.

definida por duas torres e com entrada simples com uma única ombreira / *mocheta*, parece enquadrar-se dentro da época do pós-913¹³⁴³.

Uma nova muralha para Évora??

Como refere o *Muqtabis V* a muralha de Évora acabará por ser demolida; demolida em circunstâncias aparentemente inesperadas, dado que os demolidores são os governantes de Badajoz, temendo que berberes da região se assenforeiem da cidade desabitada mas com um muralha que, se bem que incapaz para sustentar as tropas de Ordonho, pode ser rapidamente reparada por berberes que pudessem vir tomar posse dela¹³⁴⁴.

Com a demolição propositadamente feita, os dirigentes muwallad de Badajoz confiam na incapacidade de os mesmos berberes a poderem aproveitar. Porém, a sagacidade política da dinastia dos Ġillīqī/s fá-los compreender que o factor tempo é essencial; uma cidade assim abandonada pode ser um perigo para quem inimizadas com os *muwallad* de Beja, rivalidade com os berberes senhores do que resta de Mérida e com um emir que dá mostras de mais força e determinação que o seu avô. Assim, a dinastia de Badajoz procura aliados que ocupem uma cidade morta, com pouco mais do que uma dezena de sobreviventes livres.

E vai ser no ano seguinte, em 302 H / Julho de 914-915 que surgem novos ocupantes, no quadro da política de respeito a valorização de alianças anteriores. Seguindo a ideia de que *os descendentes dos aliados dos meus antepassados meus aliados potenciais são*, o senhor de Badajoz convida e instala na cidade de Évora Mas‘ūd ibn Sa‘dūn (conhecido como al-Surunbāqī) e os seus seguidores. O tratamento que o Muqtabis dá esta gente é clartamente diferente da que é dada aos homens das tropas de Ordonho; estes são nomeados como infiéis - الكفر¹³⁴⁵ -, enquanto que os seguidores do rebelde al-Surunbāqī são chamados de “gente dissidente da comunidade” - قومة الشاردين عن الجماعة -¹³⁴⁶.

As razões da chegtada deste Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī às terras do Sul do Tejo são já bem conhecidas. Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī, tal como seu pai, manteve-se junto à bacia do Tejo e ocupava uma fortificação identificada como *N.yānī* que, segundo o Muqtabis, estava a oriente de Santarém¹³⁴⁷. A ocupação de de Coimbra pelos cristãos das Astúrias e Leão, em tempos de Afonso III - ocupação que se irá prolongar até aos tempos de Almançor, durando quase um século

1343. Fernando Branco Correia, "O sistema defensivo da Elvas islâmica" in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) — Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, (coord. de FERNANDES, Isabel C. Ferreira), Lisboa, Ed. Colibri / C. M. Palmela, pp., 357-367; ver igualmente ZOZAYA, Juan, "la fortificación islámica en la península ibérica: principios de sistematización" in *El Castillo Medieval Español. La Fortificación Española y sus Relaciones con la Europea*, Madrid, Fund. Ramón Areces, 1998, pp. 23-44.

1344. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .64; trad. p. 84.

1345. Sobre Kā‘r (كـاـفـر) veja-se Eva Lapiedra Gutiérrez, *Cómo los musulmanes llamaban a los cristianos hispánicos*, Alicante, Generalitat Valenciana, 1997,

1346. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .67; trad. p. 88. A palavra الشاردين pode signiicar dissidentes mas igualmente vagabundos, errantes, o que, como se verá se pode aplicar, por outras razões a este Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī.

1347. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .68; trad. p. 89.

(878-987) - deve ter pressioando os seguidores desta família muwallad, rebeldes em relação a Córdoba mas também insubmissos em relação aos asrturiano-leoneses.

Assim, vêm para sul, tal como também o fizeram os berberes Banū Adānis¹³⁴⁸. No caso de Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī, foi convidado pelo senhor de Beja, Sa‘īd ibn Mālik - que se tinha apoderado de Beja ao “retirarem-se de ela os árabes”¹³⁴⁹ - para fazer face ao seu inimigo meridional, e senhor de Ukšūnuba, Yaḥyà ibn Bakr.

Actuando quase como um *free-lancer*, disponível para brilhar no que melhor faz - a guerra - Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī avança com os seu homens para sul, “sendo instalados” a ocidente da cidade de Beja, precisamente num local identificado como Pastoril¹³⁵⁰. A sudoeste de Beja e dentro da distância que o *Muqtabis* dá encontra-se a actual Aljustrel, importante zona mineira conhecida durante o império romano sob o nome de *Metallum Vipascensis*. Mantendo a suposição de *al-B.št.rīl* deve corresponder a *al-Y.št.rīl*. - provavelmente mais um caso de grafia deficiente a nível dos pontos diacríticos - é provável que Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī tivesse sido colocado Sa‘īd ibn Mālik de Beja na zona de Aljustrel, zona claramente estratégica (figs. 24 e 25).

Esse **valor estratégico de Aljustrel** reside na conjugação de vários elementos. na medida em se situa junto a um cabeço com grande significado militar e que controla um território extenso e que conjugado com o do Messejana, formam uma linha que acompanha uma velha via, muito provavelmente datada de época romana¹³⁵¹, que ligava a zona com a serra a sul que é a fronteira natural com o território do então rival e senhor de Ukšūnuba. Além disso, Aljustrel tem um vista vasta para ocidente, cobrindo qualquer eventual desembarque de tropas na área de Sines - local provável de **Marsa Ḥašīm**¹³⁵² - um bom porto da litoral a norte da cabo hoje conhecido como de S. Vicente e onde se situou durante grande parte do período de domínio islâmico a Igreja do Corvo. Teria a vantagem de dispor de ligação fácil com Beja, junto a uma via de penetração e base, com campos de pastagem e, sem negligenciar possivelmente a exploração mineira - ainda hoje pouco conhecida - com utilidade a nível de produção de armas e artefactos¹³⁵³.

1348. Estes, como se verá e se sabe, estabeleceram-se no local da antiga Salacia. A edificação aí erguida - o *Qaṣr*, como é conhecido - passará a ser conhecido como *Qaṣr Abū Dānis*.

1349. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .67-68; trad. p. 88.

1350. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .68; trad. p. 89. Se a tradução avança com a hipótese de que o local se chame Pastoril, no texto original *البشتريل*, *al-B.št.rīl*.

Adel Sidarus dá a conhecer o facto, para muitos desconhecido, de que Martim Velho publicou no jornal O Dia de 12 de Outubro de 1983 uma nota histórica onde propunha que *al-B.št.rīl* se lesse *al-Yushtaril*; A. Sidarus concorda com parte da argumentação de Martim Velho - cf. Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz”, separata de *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, p. 15.

1351. CALISTO, Judite, “Uma inscrição romana de Messejana-Aljustrel”, *Vipasca*, 2, Aljustrel, Câmara Municipal, 1993, pp.77-78.

1352. Cláudio Torres propôs, de foram verosímil, a identificação de **Marsa Ḥašīm** com Sines e com Castro Marim, como tem sido tradicional ; cf. “O Garbe al-Andalus”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, pp. 391.

1353. Sobre explorações mineiras do al-Andalus e a proximidade de fortificações a esses locais veja-se Paula Grañeda Miñón, “Los lingotes andalusíes de plata de Hornachuelos (Córdoba): métodos de fabricación”,

Poderiam igualmente fazer parte dessa linha de pontos úteis estrategicamente colocados em redor de Aljustrel as localidades fortificadas de Messejana, Garvão¹³⁵⁴ e muito provavelmente Panóias (pela sua posição topográfica, sobre um *plateau* elevado, com capacidades tácticas, a meio caminho entre Garvão e a Messejana), localidades que ladeiam o caminho natural, possível via romana¹³⁵⁵ junto ao Sado, de penetração nos territórios a sul, afectos a Ukšūnuba. Ora, ainda em inícios do século XVI a igreja de Nossa Senhora do Castelo encontrava-se envolvida por uma fortificação em taipa, provavelmente de época islâmica¹³⁵⁶; no local realizaram-se trabalhos arqueológicos, pouco tempo depois, tendo-se encontrado materiais e estruturas de época islâmica.

Al-B.št.rīl, muito provavelmente Aljustrel, parece ter sido um ponto fulcral na luta entre os senhores muwalld dos territórios de Beja-Mértola e de Ukšūnuba (onde, em termos urbanos se destacam Šanta Mariyya e Šilb). A instalação de Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī a 20 milhas a ocidente de Beja deve ter dado um novo *élan* à posição do senhor de Beja; os campos e caminhos do que é hoje o Baixo Alentejo e as sererarias que o separam do actual Algarve devem ter assistido à passagem e ao confronto de tropas de rivais muwallad nesse inícios do século X; o Muqtabis V diz que Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī a partir de aí, começou a fazer frente às “insídias de Yaḥyà b. Bakr y sus partidarios, pués lo atacó y puso en tal aprieto qque hubo de reconciliarse con su enemigo Sa‘īd ibn Mālik, apoyándolo y terminando la rivalidad entre ellos, trás lo cual Mas‘ūd se quedó en su lugar, con máas gloria que ellos, pues había protegido su comarca, defendiendo a los suyos, y evitando que le dañara ”¹³⁵⁷. Se é correcta esta informação, os exércitos de Ukšūnuba passaram as montanhas da actual “serra algarvia” subindo e penetrando no que swerá conhecido como a Kūra de Beja¹³⁵⁸.

Esta vitória militar de Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī nas planuras do território que então ocupava, no que era para si então uma “panície heróica”, acaba por gerar, aparentemente, conflitos. Os cronistas, habituados a intrigas de corte, viram nesta vitória de Mas‘ūd o início da sua desgraça. Numa visão pré-*Khalduniana* que sente o momento do apogeu como o ponto de viragem para o declínio, al-Rāzī citado por Ibn Ḥayyān refere que, a partir desse momento, “por su justicia, buena conducta y benignidad (...) llegó a tener muchos súbditos y una situación excelente para él y los

Qurtuba, 3, pp.65-80.

1354. Sobre estas localidades em época islâmica vejam-se os dados publicados por Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. I, pp. 164-166. **Garvão** - segundo Abdallah Khawli, a referência que surge no **Ibn Baškuwāl**, *Kitāb al-Šila* à aldeia ou Qarya dos “Bānu Ṭarwan”, diz respeito a Garvão; ou seja, o mesmo investigador propõe que Tharwan seja uma má graªa de Garwan (Garvão)(informação oral, que muito agradeço, despoletada a partir do que Santiago Macias já refere - op. cit., I, p. 166, nota 1063); **poderá ser Banu Marwan...?** Esta Qarya é referida a propósito da biograªa do letrado bejense Sulaymān al-Bāḡī. De qualquer das formas o alto do castelo tem evidentes traços de uma antiga fortificação e de fosso antrópico, e têm sido detectados recentemente silos em Garvão nessa zona do castelo - cf. J.. Pereira Malveiro, *Garvão - Herança Histórica*, ADPG, 2003, pp. 37-41.
1355. Veja-se o trabalho de Luís Fraga da Silva,)publicado em www.arkeotavira.com/balsa/Balsa-Sul-Lusitania.pdf) com a melhor mapeação da rede viária de época romana a sul do Tejo. Ver ainda PITA, Luís, “A presença romana no concelho de Aljustrel”, *Vipasca*, 10, Aljustrel, 2001, pp. 9-26.
1356. CORREIA, Fernando M. R. Branco, “O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação”, *Vipasca*, 1, Aljustrel, 1992, pp. 67-72.
1357. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .68; trad. p. 89.
1358. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. I, pp.

suyos, cosa que le hubieron de envidiar Sa'ūd y Yaḥyà, disgustados de su vecindad, tratando de echarle de la fortaleza donde moraba y de apartarlo de su gente¹³⁵⁹.

Mais que ressaltar as capacidades militares de Mas'ūd ibn Sa'dūn al-Surunbāqī, importa sublinhar que o Muqtabis dá uma visão aparentemente positiva do filho de Sa'dūn¹³⁶⁰ e que o texto ḥayyānico aponta para a possibilidade de se ter **constituído em redor de Al-B.št.rīl -Aljustrel um núcleo populacional e económico, com tal dinamismo e poder** que os dois antigos rivais de se aperceberam dos seu perigo e encararam a hipótese de o eliminar¹³⁶¹.

Mas'ūd ibn Sa'dūn al-Surunbāqī é, de facto preso pelos dois antigos inimigos numa zona de planície¹³⁶², expulso da sua fortaleza, privado dos seus bens e homens, homens esses que passam a *servir* os dois senhores que o prenderam e acaba por ser solto e dirigir-se para Aroche, terra à qual fica ligado por ter casado uma filha sua com o filho de Bakr ibn Maslama, senhor dessa terra¹³⁶³.

1359. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .68; trad. p. 89.

1360. Possivelmente por, num momento de inimizade com dois importantes rebeldes ao poder de Córdoba, este outro rebelde se ter tornado automaticamente num potencial aliado do emir - futuro califa; não deixa de ser curioso que, quando tiverem lugar as campanhas de 'Abd al-Raḥmān III contra Badajoz, Beja e Ukšūnuba, nunca se faça menção à captura de Évora, ou à forma como esta cidade se submeteu ao poder califal. Mas'ūd ibn Sa'dūn al-Surunbāqī parece ser bem visto pelos poderes de Córdoba.

1361. A investigação arqueológica no local tem avançado nos últimos anos mas não é possível, com os dados presentes, apontar ainda para um núcleo habitacional muito importante em época islâmica. Porém, é possível que a razão por que Mas'ūd ibn Sa'dūn al-Surunbāqī começou a inspirar temor aos dois muwallad/s - antigos rivais, dos quais um deles é quem o incita a descer para o apoiar - tenha a ver com a inuência deste muwallad em redor de *Al-B.št.rīl -Aljustrel*, secando poderes, inuência e fontes de rendimento dos agora seus rivais.

Locais como Messejana, Garvão ou mesmo a zona da Cola (onde havia ocupação humana; localidade na qual se detectaram - nas escavações de Abel Viana - materiais ligados ao culto cristão e que podem datar-se dos séculos VIII-IX (cf. F. B. Correia, *Núcleo Visigótico - Museu Regional de Beja*, Beja, 1993, pp. 50 e 59), a ocidente do eixo Beja - Mértola e imediatamente a norte dos territórios de Yaḥyà ibn Bakr poderiam pôr em perigo e diminuir o poder e áreas de inuência dos seus vizinhos.

1362. A crónica dá testemunho de conhecer bem o terreno que Mas'ūd ibn Sa'dūn al-Surunbāqī pisa; cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .68; trad. p. 89.

1363. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .68-69; trad. p. 89. No Muqtabis está escrito *Arūš* tendo-se colocado, no momento da sua publicação a hipótese de que se tratasse de Lares; o mesmo topónimo é referido em Hernández Jiménez ("La cora de Mérida en el siglo X", *Al-Andalus*, 25, 1960, (pp. 313-369), p. 329) e M. Makki, estudo introdutório ao Muqtabis II, pp. 418-419, n. 23). Nos últimos anos, a investigação conseguiu valorizar a fortificação em taipa e os vestígios arqueológicos que se têm encontrado em Aroche, a oriente de Beja. - cf. Juan Aurelio Pérez Macías, "La fortificación del territorio en época islámica" in Juan Aurelio Pérez Macías, Juan Luis Carriazo Rubio (Eds.), *La banda gallega - conquista y fortificación de un espacio de frontera (siglos XIII-XVIII)*, Univ. de Huelva, pp. 17-66; cf. síntese de dados em Santiago Macías, *Mértola Islámica*, tomos I e III.

Aroche, tal como Juromenha, Badajoz, Elvas, Beja, Mértola, Aljustrel, Ammaia, Idanha.... tem também ocupação romana e tardia; a continuidade ocupacional parece ser a norma neste território, e para esta época.

Sobre a identificação de *Arūš* com Aroche veja-se Adel Sidarus, "Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora ...", *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, p 17.

Porém, Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī teria manifestado vontade de regressar aos territórios mais ocidentais, territórios da sua origem ou, como diz o Muqtabis, por estar longe da “sua gente”¹³⁶⁴. Deixa, então Aroche e desloca-se com os seus mais próximos para junto de Mas‘ūd ibn Adānis, a quem o uniam laços de parentesco por afinidade, para o local do Qaṣr “que leva o seu nome”¹³⁶⁵.

E será a partir de al-Qaṣr - a muito mais tarde conhecida como Alcácer do Sal - que Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī contacta os senhores de Badajoz, lembrando os laços que uniam ambas as famílias desde os tempos em que o seu pai auxiliara o fundador de Badajoz - ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī - e avô do então seu senhor.

Juntam-se, então, em Évora, Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī com os seus homens, (muitos deles de outras partes do Ġarb - tinham, aparentemente, liberdade de movimento) e acompanhado por Mas‘ūd ibn Adānis, aos homens de ‘Abd Allāh ibn muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, chegados estes com homens e instrumentos para dar vida a uma cidade morta - Évora.

A refundação da cidade de Évora é apresentada por Ibn Ḥayyān de forma relativamente clara; quem traz o material de construção civil os operários para trabalhar em Évora é o senhor de Badajoz. E a tarefa que parece primordial é a da erecção da muralha; diz-se textualmente que se começou por construir a muralha derrubada - e não por fazer uma nova, com um outro perímetro -, “tapando brechas e reforçando esquinas”, terminando esta tarefa com a colocação de “portas fortes”¹³⁶⁶.

A “tomada de posse” da cidade de Évora por parte de Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī é feita na presença de Mas‘ūd ibn Adānis e de ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī. As palavras então proferidas são a expressão de uma vontade de concórdia futura, garantindo o senhor de Badajoz que tudo fará para ajudar Mas‘ūd a fazer regressar os seus homens e a prosperar em Évora¹³⁶⁷, esperando deste simplesmente que o apoie¹³⁶⁸.

A implantação de Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī e dos seus homens em Évora contribui, em inícios do século X, para materializar em Évora não só o repovoamento de uma cidade abandonada mas igualmente para reforçar um eixo que vai ter futuro e será de vital importância para os habitantes da cidade do Guadiana: o eixo Badajoz - Évora - Alcácer.

À nova fundação de Évora está associada uma lápide com inscrição que refere textualmente uma “restauração” de um edifício, publicada há alguns anos¹³⁶⁹. Para além da importância epigráfica

1364. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .69, p. ١٠٥; trad. p. 89.

1365. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .69, p. ١٠٥; trad. p. 89-90.

1366. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .70, p. ١٠٦; trad. p. 90. Ver trad. Prof. Sidarus

1367. E em testemunho dessa relação, são enviados a partir de Badajoz, para Évora, mantimentos, roupas - algumas delas requintadas -, bem como cavalos e gado muar.

1368. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .70, p. ١٠٦; trad. p. 91. Ver trad. Prof. Sidarus.

1369. Artur Goulart de Mello Borges, “Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora” in *A Cidade de Évora*, n.ºs 67-68, 1984-1985.

BORGES, Artur Goulart de Melo, “Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora” separata de *A Cidade de Évora*, n.ºs 67-68, 1984-1985.

desta lápide - num cúfico arcaico, claro sinal de antiguidade - esta lápide, a que se tem reconhecido enorme importância¹³⁷⁰, pode ser ímpar a nível da sua época. De facto, sendo muito provavelmente contemporânea da refundação de Évora em 914 - não há argumentos por ora que o neguem - é um caso especial, na medida em que é um testemunho de uma dinastia de rebeldes ao relação o poder central, uma dinastia dirigida por uma família *muwalladūn* da região do Guadiana, que passou por fazes de alianças com alguns grupos berberes mas também com cristãos e com *muwalladūn* de outras regiões do Ġarb, como os Surunbāqī, e que manteve ligações estreitas. algumas décadas antes, com cristãos asturianos, oficializa e credibiliza uma refundação através do recurso à língua árabe e aos formulários comuns nessa época, sem qualquer elemento que o afaste da ortodoxia omíada e *sunnī*. Se corresponde - como parece - a essa conjuntura, não só é uma das mais antigas lápides do Ġarb al-Andalus (depois das de Mérida, também elas ligadas a fundações e a construções de edifícios) como, por outro lado, é um indício de que nessa conjuntura Ġillīqī /s e Surunbāqī/s se revêem no uso da língua e das fórmulas do poder cordovês e esta refundação é, se bem que indirectamente, uma obra pró-omíada (figs. 26 a 33).

As fortificações com portas reforçadas???

Tudo indica que a reabilitação da muralha de Évora em 914 tivesse sido feita em grande medida aproveitando o perímetro da muralha deixada abaixo alguns meses antes e que, tudo indica, seria a muralha baixo-imperial.

Os mestres construtores provenientes de Badajoz deveriam conhecer a muralha que antes tinha sido derrubada e, com a experiência recente a nível de recuperação de muralhas - não devem ter tido dificuldade em a reerguer. Porém, não é impossível que tenham introduzido modificações em aspectos que contribuíssem para a sua robustez e inexpugnabilidade, dada a possibilidade de o perigo astutiano-leonês poder vir a colocar-se uma outra vez. Aliás, as tropas de Ordonho, como se sabe, voltaram à bacia do Guadiana, pouco tempo depois.

Ora, o Muqtabis diz claramente que uma das características das “novas” muralhas de Évora são as suas portas: “recias puertas” ou “portas pesadas” - الابواب الشداد - tudo leva a crer que se deu cuidado especial às entradas. Certamente que as portas em boa madeira foram centrais neste processo, porta eventualmente chapeadas ou preparadas para o serem mais tarde.

Porém, um outro aspecto deve merecer a atenção; de facto, nesse mesmo ano parece terem sido introduzidas novidades nas portas de Córdoba, novidades que não constam no *Muqtabis V*. A publicação da parte V desta compilação de Ibn Ḥayyān, pela riqueza de informações nela contidas, acabou por ofuscar a *Crónica Anónima* relativa ao período do governo de ‘Abd al-Raḥmān III. Porém, a edição desta crónica inclui dados gráficos sobre este tipo de entradas¹³⁷¹.

Existiu em Évora um torre denominada “do Caroucho”, denominação que surge em documentação medieval¹³⁷²; implantada por uns no local do actual restaurante “A Muralha” ou perto desse ponto, a denominação aponta para a possível existência de uma “couraça”/coracha; se uma observação do

1370. Cf. VILAR, Hermínia e FERNANDES, Hermenegildo, “O Urbanismo de Évora no período medieval” in *Monumentos*, n. 26, Lisboa, 2007, pp. 6-15.

1371. Una crónica anónima de ‘Abd al-Raḥmān III al-Nāsir, edit. e trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid - Granada, C.S.I.C., 1950, nota 46

1372. Cf. Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses. O Archivo Municipal*, Évora, Minerva, 1887, p. 16 - “A fol. 23. Rol das possessões do concelho, mui curioso, feito nos 11s annos do sec. 15. Ahi se mencionam as duas torres, do Caroucho e do Anjo, que existiam na praça. Seguem aforamentos quasi sem interrupção, i .*. metade do sec.

terreno pode apontar para a existência de uma torre couraça na zona da alcárcova em frente do actual restaurante Túnel, onde está uma dependência bancária implantada num edifício que pode aproveitar uma antiga torre¹³⁷³, também não é impossível que essa eventual torre antiga fosse uma albarrã sem uma especificidade ligada à água; por outro lado, a denominação “Caroucho” aplicada a uma torre que, segundo a denominação medieval - preferível à interpretação de Túlio Espanca - se “encontrava na praça” (torre que foi demolida no século XVI)¹³⁷⁴, favorece a sua interpretação como uma possível “couraça”. Pela estudo de Túlio Espanca percebe-se que muitas torres das portas da cerca antiga de Évora sofreram profundas alterações na Baixa Idade Média. A primeira porta de Alconchel (na antiga rua da Selaria) perdeu uma das torres a conselho de Francisco de Arruda no século XVI; na zona da porta de Moura as transformações foram tais que o cidadão que “abriu” a capela de S. manços ficou conhecido como o “Racha Torres”¹³⁷⁵; perto da actual capela de S. Miguel erguida pelos freires de Évora), havia a Porta do Sol, de onde desapareceu igualmente uma torre - a torre Mouchinha¹³⁷⁶. O desaparecimento de tantas torres junto às portas pode significar muita coisa ou ser mera coincidência; mas também não é impossível que em alguns casos se esteja a assistir ao desmantelamento de entradas mais ou menos dificultosas, algumas das quais não seria impossível que fossem *em cotovelo* - mas só a arqueologia ou alguma documentação ainda não conhecida poderá trazer esclarecimentos. Sem haver ainda certezas, não seria impossível que a reconstrução de Évora de 914 ou, eventualmente, mais tarde, tivesse dotada a muralha de uma torre especialmente vocacionada para assegurar um controle sobre um poço ou um veio de aquífero.

A geo-política da nova fundação de Évora

A nova fundação de Évora apadrinhada e fomentada por ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī não o foi de forma gratuita. O senhor de Badajoz necessitava de assegurar apoios e solidariedades regionais fortes em redor de si e da cidade de Badajoz. Parecia, no segundo decénio do século X estar em causa a liderança dos *muwallads* do Ġarb al-Andalus. liderança que durante muito tempo parecia estar entregue naturalmente nas mãos dos Banū Ġillīqī, naturais de Mérida, ou seja, da cidade tradicionalmente mais importante e capital tradicional dos territórios onde a memória da antiga Lusitânia se deveria manter.

Porém, o abandono - forçado - da velha capital e a sua substituição por Badajoz, deve ter contribuído para a perda de prestígio da família dos Banū Ġillīqī. Surgem outros líderes, dentro das elites *muwallad* do Ġarb que aspiram à liderança do território controlado pelos *muwalladūn* no Ġarb.

XV.”

1373. Cf. Carmen Balesteros e Élia Mira, *As muralhas de Évora, separata de A Cidade - Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas - I*, Ed. C. Municipal Évora, 1993, pp. 10-11. Veja-se também P. Sarantopoulos, “Percurso em Eborā Liberitas Iulia”, *Imagens e Mensagens - escultura romana do Museu de Évora*, Évora, 2005, p. 29.
1374. O documento que refere a demolição da torre da rua da Selaria (conhecida como “do caroucho” em outra documentação) está publicado em António Francisco Barata, *Évora Antiga*, p. 171.
1375. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal - concelho de Évora* - § Évora - Sé - Fortificação da cidade.
1376. *ibidem*.

Esse papel será desempenhado pelo senhor de Beja, Sa‘ūd ibn Mālik, que tentará ser o líder do *muladismo*¹³⁷⁷ no Ġarb al-Andalus. Não seria de estranhar que o chamamento feito a Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī, pelo senhor de Beja - após a saída dos árabes - fizesse parte de um plano que visasse o reforço do seu papel e uma futura assunção de um poder mais dilatado no Ġarb al-Andalus. Mas, com o excesso de protagonismo deste, o mesmo acaba por ser mais um problema que uma solução.

A passagem de Mas‘ūd ibn Sa‘dūn al-Surunbāqī para a área de influência dos senhores de al-Qaṣr e de Badajoz e a clara integração de Évora na órbita de aliados de Badajoz parece não ter feito o senhor de Beja desistir das suas pretensões.

Ordonho II - *take II*, contra Mérida em 303 H / 915

O sucesso da campanha de Ordonho contra Évora, em 913, levou-o a intervir militarmente contra o vale do Guadiana e o “reino de Badajoz”, uma vez mais, passado pouco tempo. De facto, sabe-se que empreendeu uma campanha contra Alange, campanha durante a qual, segundo a Najerense, teria humilhado o “rei da cidade de Badajoz”¹³⁷⁸. Ibn Ḥayyān, por seu turno, coloca nesse mesmo ano de 303 H¹³⁷⁹ a nova intervenção militar de Ordonho, - agora já Ordonho II de Leão - em terras vizinhas de Badajoz e dos Banū Ġillīqī. Este *take II* de Ordonho contra terras do sul parece ser como objectiva cidade de Mérida que, apesar de claramente diminuída de importância desde o emirado de Muḥammad I, quando perde as suas muralhas, ainda se torna apetecível aos leoneses.

Afirmara uma dos al-Rāzī que as tropas de Ordonho eram compostas por cerca de 60.000 homens. As suas tropas, com um número claramente inflacionado, teriam saído de León e reunido a outros contingentes em Zamora, de onde partiram para sul. Passa o Tejo pela Ponte de Alcântara - sem dificuldade¹³⁸⁰ - e sabe-se que conta com **informadores** não só cristãos mas igualmente “desvergonzados musulmanes tráfugas” de que se cita claramente um nome, o do berbere Ibn al-Rīṣī, um emiritense da tribo dos Maṣmūda (do clã Barānis), que com os seus homens servia de guia¹³⁸¹.

Apresentados como arrependidos por Ibn Ḥayyān, os guias berberes que dirigiam a vanguarda do exército de Ordonho II resolveram, depois de fazer passar as tropas para sul do Guadiana, a alguma distância de *Madalīn* - Medellín, distrair e cansar as tropas dianteiras de Ordonho, ao mesmo tempo que - dessa forma - conseguiram avisar as populações (sobretudo as de Miknāsa e de Maga-

1377. Expressão usada, com propriedade por Adel Sidarus, por analogia com moçarabismo; cf. Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz”, separata de *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, pp. 11, 15-18.

1378. *Crónica Najerense*, (ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola), Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §20, p. 128. Na parte II desta crónica **o emir omíada de Córdoba é mais um dos “reis dos mouros”** - *Crónica Najerense*, (ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola), Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §20, p. 129.

1379. Os editores da tradução do Muqtabis V, combinando a data dada por Ibn ḥayyān com aquela apontada por Ibn Khaldūn, concluem que esta campanha de Ordonho II deve ter tido lugar no **verão do ano de 915**, tornando mais precisas a datação apontada por E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 306-307; ed. espanhola, *Historia de España*, IV, p. 280 e p. 362, n. 46.

1380. É provável que *Antaniyya* - Idanha - estivesse controlada, já em incícios do século X, pelos senhores do norte; se não fosse controlada militarmente, poderia estar aberta a colaborações pontuais com homens do reino de Leão.

1381. O nome de um outro *colaboracionista* não é perceptível no texto original.

cela) aí estabelecidas da presença do exército deplorador, fazendo com que os bereberes que aí dominavam subissem às suas fortificações.

Pela descrição desta campanha, pode-se entender que entre a ponte de Alcántara e as várzeas ou veiga do Guadiana as tropas de Ordonho avançam sem dificuldade e sem encontrar pela suas frente zonas de *habitat* importante; diferente à a zona em redor do Guadiana: aponta-se par a existência aí de vários núcleos de habitat, possivelmente ligados a actividades agrícolas mas também à criação de gado¹³⁸², associados a fortificações em altura, como são os casos de Magacela (Umm Gazala), de Alange e de al-Mawṭin.

Alange em 915 tem outros ocupantes. Berberes Kutāma, dos grupo Barānis, tinham ocupado a fortaleza que, algumas décadas antes, deixando a fortaleza de Saktān¹³⁸³, quando são atacados por Ordonho II; segundo Ibn Ḥayyān, estes bereberes combatiam a cavalo mas não terão conseguido aguentar a carga do exército de Ordonho II e foram quase todos mortos, incluindo o seu chefe Ibn Rāšid. Toma e destrói a fortificação de Alange e apresenta-se frente a Mérida, na margem direita do rio. Ter-se-ia limitado a contemplar a velha capital da Lusitania e a sua alcáçova, a partir da margem oposta e com a ponte de permeio, ficando-se a saber que, tal como Triana para Sevilha, também Mérida tinha uma pequena povoação de apoio na margem oposta, no século X¹³⁸⁴; não respondeu a provocações de alguns cavaleiros desta cidade e recebeu, agrado, um cavalo puro sangue obsequiado pelo berbere Muḥammad ibn Tāḡit que detinha a cidade de Mérida¹³⁸⁵; acampou numa aldeia vizinha¹³⁸⁶ e voltou para Norte sem ter entrado ou sequer atacado o que ainda restava da velha capital da Lusitania.

1382. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .81; trad. p. 102.

1383. A localização de Saktān ainda não está determinada com total aceitação. Tem havido dificuldade em localizar com precisão esta povoação e fortificação, o que gera o aparecimento de hipóteses várias e estimulantes.

Jean-Pierre Molenat propôs uma localização na zona de influência de Toledo

Mais recentemente, Helena Catarino propôs que se localizasse, pela semelhança fonética, em Sertā (in *uçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro*, Porto-Palmela, 2005, p. 198.

Mas, há vários indícios de que Saktān se localizava na Marca Média; em tempos do primeiro califa do al-Andalus, são fortificadas Calatalifa e Saktān na Marca Média (940/328-329H) - *Muqtabis V*, .310, pp. 343-344; 314, p. 349, .320, p. 357 e .326, p. 364; ver tb. .81.

Veja-se também L. Torres Balbás, *Ciudades...*, p. 64; M. Makki identificou-a com *Zacatena*, na zona de Daimiel, Campo de Calatrava (ed. *Muqtabis II-2*, n. 542, pp. 613-614).

A hipótese de Joaquín Vallvé Azután (VALLVÉ, J., *La división territorial de la España musulmana*, Madrid, C.S.I.C., 1996, p. 275) de que se se tenha localizado perto da actual barragem de Azután (prov. de Toledo, comarca da Campana de Oropesa, junto à comarca extremeña de La Jara) foi repegada por Bruno Franco Moreno em "Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X)1", *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 12, Jaén, 2005, p. 46.

1384. Informa Ibn Ḥayyān que Ordonho II se colocou "frente a la Alcazaba de la ciudad, junto a la aldea de Estrella [قَرْيَةَ أَشْتَرْلَةَ], que está en el puente, y allí estuvo largo tiempo contemplándola y admirando su perfecta construcción e imponente aspecto." - *Muqtabis V*, .82; trad. p. 102.

1385. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .82; trad. p. 102.

1386. *Qawlasāna*, identificou-a por Alicia M. Canto com Cauliana - "Fuentes árabes para la Mérida romana", Cuadernos Emeritenses nº 17, Mérida, 2001, pp. 13-87.

O regresso das tropas de um Ordonho novamente vencedor sobre comunidades da bacia hidrográfica do Guadiana far-se-á, novamente, pela *porta* que é a ponte de *al-qanṭara*, ponte que, dado o volume das suas tropas e dos seus despojos materiais, animais e humanos, demorou a atravessar “um dia e uma noite”¹³⁸⁷.

A campanha de Alange de Ordonho II, além de mostrar claramente que as populações implantadas na bacia hidrográfica do Guadiana não tinham capacidade militar para fazer face a um novo tipo de investidas patrocinadas pelos monarcas de Leão e das Astúrias. A revitalização de Zamora por Afonso III, (aliada, deve dizer-se, ao aproveitamento militar de uma outra cidade no flanco ocidental - Viseu) constituiria um perigo grave para a sobrevivência de um *Ġarb al-Andalus* pulverizado em vários pequenos poderes, com disputas diversas e segmentações sociais profundas. As tropas cristãs, contando com as informações de transfugas mais ou menos arrependidos, mostram-se claramente superiores diante de um *Ġarb* que, rebelde ao poder de Córdova, mesmo assim não tem um líder incontestado e que agregue populações segmentadas por vínculos tribais e por solidariedades que, em alguns casos, passam por alianças familiares, como no caso de alguns caudilhos *muwalladūn* do *Ġarb*.

O relato destas pequenas vitórias nos montados de entre Tejo e Guadiana interior, aliados ao relato sobre a capacidade de revitalização de Évora e as vitórias contra a coligação do *muwalladūn* do sul têm um propósito claramente legitimador e laudatório, fazendo do neto de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī - Abd Allāh ibn Muḥammad - um digno herdeiro do seu avô na chefia da *ri’āsat al-muwalladīn*¹³⁸⁸.

Esta necessidade de coesão com outros grupos de *muwalladūn* é uma moeda com reverso. De facto do outro lado, está uma tensão quase constante com grupos de berberes, nos finais do século IX e inícios do X. Os *Ġillīqī/s* surgem enfrentados em relação aos berberes **Miknāsa, não faltando exemplos de escaramuças, roubos e represálias.**

Tal como Córdova, que não muito longe das suas portas (em Écija ou Sevilha) tinha rebeldes e problemas de controle de território para resolver, também em redor da capital dos *Ġillīqī/s* os focos de instabilidade não estavam longe. Conta Ibn Ḥayyān que após o regresso das terras de Niebla o senhor de Badajoz teve de fazer face a problemas com berberes.

Esses problemas envolveram berberes do grupo *Miknāsa*¹³⁸⁹, presentes no *Ġarb al-Andalus* desde muito cedo, sobretudo os conhecidos como *Miknāsa al-Aṣnām*, implantados sensivelmente a nascente, em zona ainda discutível¹³⁹⁰ mas que, e segundo investigação recente, “se encontraría a No-

1387. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .82; trad. p. 102.

1388. O tom destes textos recolhidos por Ibn Ḥayyān confirma as suspeitas de que teria havido uma crónica dos Banū Ġillīqī, altamente favorável e elogiosa a estes *muwalladūn* originários da velha capital da *Lusitaniyya*. Cf. Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X ...”, *op. cit.*, p. 30.

1389. Sobre os berberes *Miknāsa* veja-se Helena de Felipe., Helena de, *Identidad y Onomástica de los Beréberes de al-Andalus*, Madrid, CSIC, 1997, pp. 282-283 e 316-317

ver também GUICHARD identifica esta tribo como uma das mais importantes estabelecidas nesta zona do al-Andalus (ed. espanhola, 1976, pp. 366 ss). - *Structures...*, p. 414.

1390. O geógrafo oriental al-Iṣṭakhrī coloca esta localidade a quatro dias de Córdova

(ed. 1927, p. 44); Ibn Hawqal, no século X, cita-a entre o rio Tejo e o rio de Córdova (*Configuración del Mundo*, p. 15) e al-Idrisi coloca-o a uma etapa de Cáceres, a duas de Makhādat al-Balāt mas já a cinco de Córdoba, ou seja, dentro da área definida actualmente por Cáceres, Trujillo, Mérida e a comarca de La Serena. A partir destes dados,

reste de Mérida, entre el Tajo y el Guadiana; aunque seguramente daba nombre a un extenso territorio situado entre ambas corrientes fluviales”¹³⁹¹. Os berberes *Miknāsa* são apresentados no *Muqtabis* como possuindo homens armados, mas igualmente “bastantes cavaleiros” e “engenhos de guerra” - ‘*udda*¹³⁹² - além de que estes *Miknāsa* davam guarida a criminosos e estavam associados a salteadores de caminhos¹³⁹³. Num conjunto de ataques e contra-ataques a colunas, que parecem em alguns casos ajustes de contas, os homens do senhor de Badajoz conseguem controlar os berberes e pô-los em fuga para refúgios em altura¹³⁹⁴ e, mais tarde, fazer face a uma emboscada junto a uma linha de água¹³⁹⁵.

Félix Hernández Jiménez localiza-a no curso médio do Guadiana, perto de Acedera, lembrando que é localizada a quatro dias de Córdoba e a dois de Makhādat al-Balāṭ (Félix Hernández Jiménez, “La kura de Mérida en el siglo X”, *Al-Andalus*, XXV, pags: 313-371, 1960, 348-359); mais tarde, TERRÓN ALBARRÁN precisa que pode ter tido o seu epicentro em Peñón de Cogolludo (1991: 31ss), enquanto M. Angeles Pérez Álvarez, com base sobretudo em al-Idrīsī, implanta a medina de Miknasa al-Asnam na actual Zalamea de la Serena (María de los Ángeles, Fuentes árabes de Extremadura, 1992, pp. 304 e segs), localidade cujas colunas romanas, ainda hoje visíveis no seu tecido urbano atestam o reaproveitamento de spolia. Ver também M. Angeles Pérez Álvarez e J. Gil Montes, “Miknasat al-Asnam: una ciudad bereber perdida en la comarca de La Serena”, *II Encuentro de Investigación Comarcal*, Don Benito, 1990, pp. 85-91.

1391. Bruno Franco Moreno, “Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X)”¹, *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 12, Jaén, 2005, pp. 39-50, p. 44. O mesmo Bruno Franco Moreno aponta uma nova possibilidade de assentamento desta madīna, em redor de um conjunto de topónimos semelhantes a *Miknāsa*, ou seja, “Mengacha”; cf. FRANCO, B. Y SILVA, A., (2001): “Nueva propuesta de ubicación del emplazamiento beréber de Miknasa en el tagr al-Adnā o frontera Inferior de al-Andalus”, en *Mérida, Ciudad y Patrimonio, Revista de Arqueología, Arte y Urbanismo*, nº 5, Mérida, pp: 159-172; Bruno Franco Moreno, “Territorio y poblamiento en la Kūra de Marida durante el emirato omeya (siglos viii-x/ii-iv)” in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, H. Medieval*, t. 17, 2004, pp. 167-184, pp. 173 e 180. Não confundir com Mequinenza (*Miknasa*), em Aragão, na zona de Calatayud - cf. María Jesús Viguera Molins, *El islam en Aragón*, pp. 34, 36, *passim*.
1392. A tradução espanhola do *Muqtabis V* traduz por “pertrechos” de guerra - *Muqtabis V*, trad. p. 99.
1393. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .79; trad. p. 99; Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X ...”, *op. cit.*, p. 30.
1394. Homens escolhidos de ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī matam uma série de berberes, destruindo a sua aldeia de Cazorla; a resposta dos castigados não se faz esperar e, em retaliação, os *miknāsīyy* - cheados por Ibn al-Faraġ - atacam territórios dos Banū Ġillīqī; estes, em resposta, tentam capturar os cabeçilhas berberes numa venda de caminho onde os berberes pararam para beber, mas estes são avisados por um transfuga dos seus que abandona as hostes dos de Badajoz; permitindo que Ibn al-Faraġ consiga abandonar o local a tempo e subir à sua fortaleza; neste verdadeiro argumento de *Western* - por que de facto tudo se passa no *West*, no *Ġarb* do al-Andalus - não falta a referência à chegada das tropas de Badajoz junto de uma mesa posta e abandonada à pressa, assolou a região onde - no alto - se encontrava Ibn al-Faraġ e os seus *miknāsīyyūn*.
1395. Os berberes, segundo este relato, perseguiam à distância os seus atacantes, espertando o momento apropriado para atacar, emboscando-os, como neste caso, junto a uma linha de água que os encurralava, cortando a saída (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .79; trad. p. 100; Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X ...”, *op. cit.*, p. 30); este relato vivo, louvador de os muwalladūn de Badajoz, pelos seus dotes combativos e capacidade de liderança lembra, igualmente, argumentos de acção passada ou ccionada em outras paragens, com outros actores, em outros tempos.

Beja - uma cidade nos séculos IX e X - tentativa de projecção de poderes

O território de Bāġa passou por dinâmicas distintas das que atingiram o eixo Mérida - Badajoz e passaram, desde inícios do século X por uma Évora se quase morre mas se revitaliza em estrita ligação com Badajoz. Sa‘īd ibn Mālik surge à cabeça da cidade de Beja após o desaparecimento de cena de ‘Abd al-Malik ibn Abī l-Ġawwād, antigo aliado de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī¹³⁹⁶. Se a um dos seus filhos Mas‘ūd ibn Sa‘dūn parece ter ficado a dever a vida (quando foi aprisionado), um outro ‘Abd al-Raḥmān ibn Sa‘īd é quem está à frente de Beja quando as tropas do califa ‘Abd al-Raḥmān III cercam a cidade em 317 H / 929; submetendo-se ao senhor de Córdova¹³⁹⁷, acabará - possivelmente depois de ter passado por Córdova - por ser nomeado ‘āmil da cidade de Beja¹³⁹⁸, em nome do califa, durante poucos anos, dado que em 322 H / 934 sai do governo de Beja Muḥammad ibn ‘Amr para dar lugar a Abān ibn ‘Uṭmān¹³⁹⁹; há ainda um membro da mesma família que prestará serviço ao califa, nas margens do Ebro, como governador de Tortosa, entre 327-8 H¹⁴⁰⁰.

É relativamente bem conhecida a política de alianças que Sa‘īd ibn Mālik tentou fazer para reforçar o seu peso como líder dos *muwalladūn* do Ġarb. Sa‘īd ibn Mālik desafia claramente o poder e o prestígio da família Ġillīqī. É possível que esse desafio passasse igualmente pelo prestígio da urbe que se controlava. As novas gerações de dirigentes dos Banū Ġillīqī já não controlavam a prestigiante Mérida; e a Baṭalyaws dos inícios do século X não deveria rivalizar com uma Beja com marcas de um passado poderoso. Como lembra Santiago Macias, Beja é uma das três únicas cidades referidas pelos geógrafos orientais al-Muqqadasī - além de Ukšūnuba e de Santarém - como importantes no território do Ġarb, na perspectiva de “muçulmano inteligente”¹⁴⁰¹.

Dentro de uma Lusitânia que fora decapitada com a destruição da muralha de Mérida, com a espoliação de que fora vítima e com a sua ocupação pelos berberes dos Banū Ṭaġīt, os *muwalladūn* de Beja podem - depois da morte de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī - ter visto surgir o momento de fender sobressair a sua cidade, acrescentar o seu poder; Beja pode ter tido em inícios do século X a sua última oportunidade para sobressair no quadro do Ġarb al-Andalus, ou seja, no âmbito da velha e não esquecida Lusitânia.

Terá sido no ano de 303 H / Julho de 915-16, segundo ‘Isā al-Rāzī transmitido por Ibn Ḥayyān, que Sa‘īd ibn Mālik desafia o poder e influência ainda detidos pelos Banū Ġillīqī de Badajoz. E não o faz num momento qualquer; embora não se saiba o mês exacto do início das hostilidades, ou seja, o mês em que a guerra começa por *ġirra*¹⁴⁰², por “ataque inesperado”, sabe-se que tem lugar no ano

1396. Sobre estes acontecimentos vejam-se Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, pp. 15-16; Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, p. 135 (traduzido em *Portugal na Espanha Árabe*, II, p. 159; Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora ...”, *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, p. 16.

1397. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, . 163, trad. p. 188; *Crónica Anónima*, §62, trad. pp. 154-155.

1398. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, . 167, trad. p. 192.

1399. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, . 241, trad. p. 267.

1400. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, . 314, trad. p. 348.

1401. Al-Muqqadasī, *Description de l’Occident Musulman au IVe-Xe siècles*, (intro, trad. e notas por Charles Pellat), Argel, Ed. Charbonel, 1950, pp. 9-11; Al-Muqqadasī reconhece que nunca esteve no *al-Andalus*, razão por que recorre a informadores que considera de confiança; cf. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. 1, Mértola, 2006, pp. 71 e 86.

1402. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, . 76-79; trad. p. 97-100, onde se traduz *bī l-ġirra* por “inopinadamente”; cf. Adel

em que o emir de Córdoba está atento a questões relativas ao Ibn Ḥafṣūn e é no mesmo ano que o vale do curso médio do Guadiana está fragilizado, uma vez devido a um ataque dos cristãos do Norte, dirigido por Ordonho II¹⁴⁰³.

Sa'īd ibn Mālīk não se coloca unicamente na posição de homem de armas mas igualmente na de negociador e mediador. O senhor da Beja de inícios do Século X ultrapassa as suas divergências para com o senhor de Ukšūnuba, consegue terminar com as inimizades entre este último e o - também rebelde a Córdoba - senhor de Niebla, Ibn 'Ufayr, e tentaram ainda juntar ao seu grupo o senhor de Aroche, Bakr ibn Maslama, mas neste caso sem êxito¹⁴⁰⁴. O *Muqtabis* dá uma informação interessante; diz que o senhor de Niebla e Sa'īd ibn Mālīk tinham laços de companheirismo - *muwālāt* - desenvolvidos desde os tempos em que seguiam ambos 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī; ou seja, após a morte deste líder dos muwalladūn, um líder saído de Mérida e fundador de Badajoz, alguns dos seus seguidores não se devem ter revisto nos novos membros da dinastia, e tentam uma alternativa de liderança, alternativa sediada e fomentada a partir de Beja.

Há, assim, uma coligação de *muwalladūn* sulistas - Beja, Faro-Silves e Niebla - que tenta retirar a primazia ao senhor de Badajoz que conta com a solidariedade de Aroche; os textos não referem a posição do novo administrador de Évora e do senhor de al-Qaṣr, Mas'ūd ibn Adānis, no seio deste novo xadrez político do Ġarb. O que se sabe é que o novo senhor de Badajoz é neto de 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī responde e aproxima-se de Beja. Assente na *qarya* de *al-Ṭmal*, aldeia não identificada localizada por Ibn Ḥayyān a 5 milhas de Beja¹⁴⁰⁵. E os homens de neto de 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī fazem o mesmo que os exércitos emirais para castigar os inimigos: queimam colheitas e plantações e lançam algaras pelos campos - as muralhas de Beja deveriam, então, estar bem mantidas e de difícil conquista.

Esta prova de força de 'Abd Allāh ibn Muḥammad ibn 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī foi suficiente para que alguns aliados - não especificados - deixarem as fileiras do pretendente a líder dos *muwalladūn* do Ġarb. E Sa'īd ibn Mālīk acaba por negociar com 'Abd Allāh ibn Muḥammad al-Ġillīqī, reconciliando-se e reconhecendo-o como senhor (*sayyid*) e, mais importante ainda, como legítimo sucessor do primeiro dirigente (*šaykh*) da causa dos *muwalladūn* do Ġarb al-Andalus¹⁴⁰⁶.

Sidarus, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz”, separata de *A Cidade de Évora*, n. 71-76, 1988-93, Évora, 1994, p. 28, com a gra^a *bilghirra*, “de improviso”.

1403. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .80-82, ; trad. pp. 100-102.

1404. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .77 ; trad. p. 98; Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X ...”, *op. cit.*, p. 28.

1405. A *qarya* de *al-Ṭmal*, ainda não identificada e localizada por Ibn Ḥayyān a 5 milhas de Beja deverá situar-se a norte da cidade de Beja, muito provavelmente junto à zona serrana que esconde Marmelar e Vera Cruz de Marmelar, em posição dominante sobre os *barros de Beja*, mas controlando vias de ligação com o território do *alfoz* de Évora e vias conducentes a Badajoz. Alcaria, a norte e Selmes, seria uma hipótese viável, apesar de mais distante que as referidas 5 milhas e não haver concordância a nível da transcrição. A não ser que tenha havido erro, uma vez mais na transcrição de um toónimo mal conhecido e que em vez de *al-Ṭmal* - الطمّال (*Muqtabis V*, .77, p. ١١٧) - estivesse no original الصمّال; dessa forma poder-se-ia ler al-Samāl, podendo - eventualment - Selme ou Selmes serem uma evolução, não estudada ainda, de *Samāl*.

1406. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .77, p. ١١٨ ; trad. p. 98.

E a única nota discordante em relação ao futuro deste reconhecimento de supremacia de Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī - apesar da ausência completa de informações sobre o que se passa nas cidades ribeirinhas do Tejo, como Lisboa e em Santarém, a zona por vezes designada como Ġarb extremo, que corresponde ao Ġarb litoral ocidental - foi a rebeldia do senhor de Niebla¹⁴⁰⁷. Mais importante que conhecer todos os seus detalhes, o que é interessante é o facto de os territórios controlados a partir de Niebla em inícios do século X confrontarem com os que obedeciam a Badajoz e de ter havido interferência do *muwallad* de *Labla/Niebla* numa área controlada directamente por um governador ou delegado (um ‘*āmil*¹⁴⁰⁸) de Badajoz¹⁴⁰⁹.

A rebeldia e os ataques do *muwallad* de Niebla levam a uma descida de tropas de Badajoz e à colaboração de Bakr ibn Maslama de Aroche, aliado e parente, “com todos os seus homens”¹⁴¹⁰. O que Ibn Ḥayyān transmite acerca desta campanha mostra não só a dimensão das divisões internas e das redes de solidariedades existentes, como dá informações sobre a capacidade de organização militar do senhor de Badajoz. As tropas assemelhavam-se, pela descrição, a um exército emiral; apesar de não se dar o número dos seus componentes, sabe-se que o seu exército era composto por “cavaleiros, infantes e arqueiros”¹⁴¹¹. É esta tropa diversificada que ataca a fortaleza de *al-Munt* - local fortificado em altitude - fortificação do senhor de Niebla que é tomada, atacando se seguida a de Belillos ? - *Balānyuš* - onde Ibn ‘Ufayr de Niebla resiste e de onde assiste à destruição dos campos em redor¹⁴¹²; indirectamente perceber-se que, enquanto a infantaria e os arqueiros cercam a fortificação de *Balānyuš*¹⁴¹³, a cavalaria destói, à vista dos sitiados, os seus bens e os seus cultivos. E, depois desta campanha que Ibn Ḥayyān não hesita em considerar como prestigiante para o senhor de Badajoz, as suas tropas regressam à cidade do Guadiana.

-
1407. Sobre a fortificação e o o território de Niebla vejam-se PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio, José María Rodrigo Cámara, Francisco Gómez Toscano, Juan Manuel Campos Carrasco, “Las murallas de madina Labla (Niebla, Huelva)”, in *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura "José Luis Cano", 1998, pp. 347-352; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio, CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel e GÓMEZ TOSCANO, Francisco, “Niebla, de "oppidum a madina"”, *Anales de arqueología cordobesa*, 11, Córdoba, 2000, pp. 91-122.
1408. A colocação de um ‘*āmil*, governador ou “lugar-tenente” (Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X ...”, *op. cit.*, p. 29) do senhor de Badajoz é o que acontecia com Évora, até ao ataque de Ordonho II.
1409. Trata-se, muito possivelmente, da zona do Andévalo: Sobre este território veja-se João Carlos Garcia, *Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, (Col. Chorographia, Série Histórica - Estudos e Documentos Comentados, n.º 2), 1986.
1410. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .78, p. ٧٧٨ ; trad. p. 99.
1411. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .78, p. ٧٧٨ ; trad. p. 99 الفُرسان و الرَّجُل و الرُّماة .
1412. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, .78, p. ٧٧٨ ; trad. p. 99; Adel Sidarus, “Um texto árabe do século X ...”, *op. cit.*, p. 29.
1413. Trata-se de fortificação do território de Niebla. Não é o castelo, homónimo, localizado perto de Granada “fortaleza levantada por castellanos y sevillanos aliados frente al reino de Granada y que, según el traidor granadino Ibn Adhà, era idónea para hostigar y apremiar con más eñacia a la capital zirí (*Las “Memorias” de ‘Abd Allah*, pp.153-156)” - J. Santiago Palacios Ontalva, “Castillos contra castillos. Padrastrós y fortalezas de asedio en la España Medieval”, *Arqueología yTerritorio Medieval*, n. 13.2, Jaén, 2006, p. 43; cf. Manuel Ación, La Fortificación en al-Andalus, *Archeologia Medievale*, XXII, EDIZIONI ALLÍ INSEGNA DEL GIGLIO, 1985, (pp. 7-36), p. 13.

(vi) CONCLUSÃO - uma arquitectura *muwallad* ?

Se há dúvidas de que exista uma arquitectura *muwallad*, um estilo, uma forma de construir específica dos *muwallad/s*, parece não haver dúvidas de que os seus dirigentes eram capazes de edificar muralhas e de se adaptar a novos desafios como, por exemplo, renovar, reedificar uma cidade destruída. Deveriam estar, pois, atentos a novos conceitos e a novidades arquitectónicas, provenientes de outros pontos com prestígio a nível das artes, ou seja, e sobretudo, territórios com maior centralidade no Mundo Islâmico e, seguramente também, pelo prestígio militar e cultural que ainda detinham, o Império Bizantino. Se não há uma arquitectura original dos *muwallad* no *Ġarb al-Andalus* e, aparentemente, em outros pontos do *al-Andalus*, não deixa de haver mestros construtores, iniciativa construtiva e capacidade de, de acordo com os recursos locais, ter iniciativa de construir, adaptado às circunstâncias locais.

Em termos defensivos, os ataques de Ordonho II, acabam por ser um estímulo à edificação e melhoria das estruturas defensivas do *Ġarb al-Andalus*, em grande medida devido à campanha e chacina de Évora de 913. Se bem que é possível que já antes tenha havido uma algará profunda em direcção ao Sul - os ataques de Ordonho II podem ter sido antecidos pela expedição conhecida como a do Monte Oxiferrio, a sul do Guadiana, não longe de Mérida, em 881, ainda em tempo de Afonso Magno¹⁴¹⁴ - é sobretudo com Ordonho II que os territórios em redor da bacia hidrográfica do Guadiana¹⁴¹⁵ são fortemente atingidos por campanhas militares provenientes de territórios do reino de Astúrias e Leão, tirando partido da requalificação e ressurgimento de Zamora e, por outro, da utilização de Viseu como base para ataques ao sul islâmico.

Ao contrário do que acontecia com outras dinastias rebeldes - como os Banū Ḥafṣūn - ou iniciativas mais ou menos autonomistas - como os pescadores e navegantes de Pechina - os dirigentes rebeldes estabelecidas em Mérida e / ou Badajoz não tinham acesso ao mar; a própria posição da região condicionava negativamente a possibilidade de ganhar apoios ou aproximações internacionais.

Os ataques de Ordonho II ao *Ġarb*, especialmente a Évora motivaram um *aggiornamiento* da qualidade e capacidade das fortificações do *Ġarb al-Andalus* em geral, dotando-as de sistemas de defesa passiva mais recentes. O investimento na defesa deve ter sido importante e pode ter atingido zonas mais a norte do que o actual Alentejo, explicando-se assim alguns traços datados como de época emiral que J. Zozaya encontra, por exemplo, em Elvas mas também em Idanha-a-Velha.

O modelo que as crónicas disponíveis dão do *Ġarb al-Andalus* é um modelo claramente baseado na cidade, é um modelo em que predomina as elites que controlam o território o fazem a partir de um núcleo urbano que controla um território em seu redor. Isso é muito claro quando se vê o peso que Mérida e Badajoz têm para a dinastia dos Banū Ġillīqī; em momentos de necessidade de exílio a

1414. *Crónica Najerense*, (ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola), Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §23, p. 133 (Era de 919).

1415. Évora, de facto, está numa zona de fronteira entre várias bacias hidrográficas, com o Degebe a pertencer a esta bacia mas, um pouco a norte a rib. do Divor, que pertence à bacia do Tejo e, a sul, ribeiras que já vertem águas para a bacia do Sado - cf. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G. / J.N.I.C.T., 1995, pp. 7-9.; Orlando Ribeiro, H. Lautensach e Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal - I. A posição geográfica e o Território*, Lisboa, JSC, 1995, pp. 158-161.

busca e o lugar de assentamento são antigas cidades romanas - como Antaniyya e Ammaia; e o exílio em *Bitra Luša* foi transitório. Mais a sul, temos grande senhores em Beja (ou Beja - Mértola) e na cidade de Šanta Mariyya; pequenos núcleos urbanos também se podem tornar polos de poder e de controle do território, como são, por exemplo, os casos de Aroche e de Al-Qašr. As fontes não deixam de referir núcleos mais pequenos, como os que são referidos aquando dos percursos de Maḥmūd ibn al-Ġabbār. Porém, a *madīna* parece ser uma continuação da *civitas* romana, com a tendência para a cidade organizar um território envolvente em seu redor. Sem pôr em causa a articulação *ḥiṣn - qarya* que se aplica para as centúrias posteriores em zonas do *šarq al-Andalus*, até inícios do século X o sistema de ordenamento do território com base num centro urbano forte - uma *madīna*, muito semelhante a *civitas* romana - que controla os recursos de território em redor de si, parece ser o prevalecente no *Ġarb al-Andalus*.

(e) Outras rebeldias no *Ġarb al-Andalus*

Como se sabe, as rebeldias no *Ġarb al-Andalus* não foram unicamente protagonizadas por líderes oriundos da zona de Mérida ou do curso médio do vale do Guadiana¹⁴¹⁶. Houve outros focos de rebeldia que estiveram em consonância ou em discordância com este foco de origem emeritense. Pretende-se ver, com detalhe, de que forma se articularam ou não estas pequenas dinastias regionais. Além disso, é possível tentar ver de que forma a sua actividade política, a forma como assumiram o seu poder, vai também aliada a algumas realizações no campo militar até inícios do século X, um momento de viragem, como se irá ver e que fará o *Ġarb al-Andalus* entrar numa nova fase política.

De facto, convém lembrar que se durante o emirado de Muḥammad I (823 - 886) houve reacções claras para limitar o poder destes poderes regionais, o soberano seguinte, al-Mundir (886-888) aplicou grande parte do seu esforço a atacar outro importante foco de rebeldia - Ibn Ḥafsūn, centrado nas serranias de Ronda¹⁴¹⁷ e o seu tempo de govenação não chegou para mais.

O governante seguinte, ‘Abd Allāh, mostrou enormes fraquezas de carácter militar, para além das de carácter políticos e de divisões profundas no seio da própria família emiral; baste lembrar que lhe sucederá o seu neto, dado que o pai deste fora assassinado por um meio-irmão - a quem o emir mandará, depois, matar. A instabilidade em tempos de ‘Abd Allāh, que pouco mais controlava que a capital do emirado - Córdoba - permitirá estes focos de rebeldias, mas favorecerá igualmente, a dinastia de Badajoz e - como se verá adiante - a recuperação de Évora feita pela dinastia rebelde de Badajoz.

Sa‘adūn al-Surunbāqī

Ibn Ḥayyān classifica os rebeldes em duas categorias; depois de incluir ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, Bakr ibn Yahyā ibn Bakr de Ukšūnuba e, entre outros, ‘Abd al-Malik ibn Abū al-Ġawād de Beja - Mértola, inclui, na categoria inferior, alguns outros rebeldes. É aqui que faz

1416. Ch. Picard, *Le Portugal...*, pp. 37-51.

1417. Cf. M. Ación, *Entre el Feudalismo y el Islam. ‘Umar ibn Ḥafsūn en los historiadores., en las fuentes y en la historia*, 2ª ed., Universidad de Jaén, 1997, cronologia em pp. 131-134; embora a cronologia não seja, nem de perto, o mais interessante desta importante obra .

menção a **Sa‘dūn ibn Fath al-Surunbāqī**, possivelmente por a distância das suas operações o tornarem menos perigoso para o emir de Córdoba. Depois de percorrer uma série de críticas a Sa‘dūn ibn Fath al-Surunbāqī e de o considerar digno de ser amaldiçoado, surgem referências que não escamoteiam algumas das suas capacidades militares; diz Ibn Ḥayyān, seguindo a tradução de Guraieb, que “era un de los más valientes de su época y el más temible. Astuto y sagaz, atrevido y arrogante, poseía todas las cualidades del hombre arrojado cuyo corazón no conocía el temor ni el miedo”¹⁴¹⁸; acrescenta o mesmo autor que conhecia todas as veredas e caminhos e serras da sua região - o que não deveria acontecer com as tropas fiéis ao emir - bem como todos os esconderijos¹⁴¹⁹.

Informa ainda que **Sa‘adūn al-Surunbāqī**, na sequência das revoltas de Mérida se tinha revoltado num castelo entre Coimbra e a linha do Tejo¹⁴²⁰. Sa‘adūn al-Surunbāqī que deveria controlar, entre outras zonas, as chamadas terras do Sicó, não admiraria que estivesse por detrás da ocupação de Conímbriga na Alta Idade Média. Por seu lado, a sua vinda para sul parece coincidir com o avanço das tropas de Afonso III das Astúrias e com a tomada de Coimbra pelo Hermenegildo Guterres. De facto, sabe-se que Sa‘adūn al-Surunbāqī chegou a tomar Coimbra - aproveitando a dinâmica de rebeldia de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī - e deve ter querido obter de Muḥammad I uma autonomia alargada como a pretendia ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī; porém, será morto por Afonso III.

Antes, porém, Ibn Ḥayyān¹⁴²¹ dá alguns detalhes da vida recambolada deste líder muwallad do Ġarb que, de alguma forma, permite perceber alguns aspectos dos movimentos militares no Ocidente ibérico. Sa‘adūn era filho de Fath¹⁴²² al-Surunbāqī (?) e ter-se-ia revoltado contra os emires de Córdoba, fazendo de حصن قفبروالة o seu quartel-general. O local escolhido para base de al-Surunbāqī ainda não foi devidamente identificado mas sabe-se que se localizava entre o Tejo e Coimbra; esta era a zona controlada por al-Surunbāqī por excelência; aí se localizava o seu حصن / *hiṣn*, a sua fortificação base que não deveria resumir-se a um pequeno castelo; deveria, pelos contrários, ser uma fortificação com boas capacidades de defesa, e rodeada por terras capazes de manter a subsistência de famílias suficientes e muitas de forma a que a sua fama chegasse a Córdoba¹⁴²³.

1418. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 17 b, p. ٢٣; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIV, p. 178.

1419. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 17 b, p. ٢٣; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIV, p. 178.

1420. A referência meridional trata-se do Tejo e não de Beja; não fazia muito sentido dar como balizas para a localização desta fortificação duas cidades tão afastadas entre si. O equívoco é fácil de explicar e é mais um caso de troca de pontos diacríticos; Beja - *bāġa* - escreve-se sem vocalização como بـاـجـة; enquanto que Tejo - *tāġu* - se deve grafar como تـاـجـه; uma ligeira troca de diacrítico conduz ao equívoco.

1421. *apud* Codera, *op. cit.*, p. 43.

1422. **Fath** - palavra derivada da raiz f-t-ḥ (فـتـح) que signiªca “conquista” ou “vitória”; Fath poderia ser a forma arábica correspondente a um nome *romance*, eventualmente “Victor”.

1423. Embora, pela distância em relação a Córdoba, a sua fama não tenha sido ampliada e não possa, talvez por isso, ombrear com rebeldes com mais projecção, como os Bānū Qāṣī, Ibn Ḥaḥṣūn ou os seus aliados da família al-Ġillīqī.

Ibn Ḥayyān relembra que Sa‘dūn ibn Faṭḥ al-Surunbāqī fora captura pelos normandos, resgatado por um mercador judeu - a quem nunca pagou o resgate...¹⁴²⁴ - e que controlava as serras localizadas “entre Coimbra e Santarém”, onde atacava muçulmanos mas também cristãos do Norte. Sa‘adūn al-Surunbāqī teria fugido ao referido negociante, refugiando-se no local montanhoso conhecido - então - por Monte de Sa‘adūn - montanha que é colocada "entre Coimbra e Santarém"¹⁴²⁵, onde conviveriam cristãos e muçulmanos, até que, segundo informa Ibn Ḥayyān, Sa‘dūn ibn Faṭḥ al-Surunbāqī foi morto por homens de “Afonso o terrível, senhor das Astúrias”¹⁴²⁶.

Ou seja, no momento em que o poder *andalusī* que controlava a cidade de Coimbra cai perante as tropas de Afonso Magno e Hermenegildo Guterres, não é só Coimbra que cai mas igualmente o poder deste senhor *muwallad* semi-independente, dirigente de Fronteira entre os poderes organizados dos cristãos asturianos (e, dentro em pouco, leoneses) o emir de Córdova.

Apesar de parcas, as informações dadas por Ibn Ḥayyān contêm dados relevantes. Sa‘adūn al-Surunbāqī e os seus homens estavam perto do litoral da zona controlada pelas cidades - a área das circunscrições, das *Kura/s* - de Santarém e de Coimbra. Não faltam na zona colinas ou mesmo montanhas que controlam o litoral atlântico, entre a serra de Sicó e a própria serra de Montejunto, já perto do Cadaval e de Alenquer, passando pela serra de Candeeiros e de Mira d'Aire, locais onde é possível avistar ao longe o litoral atlântico. A zona de Sicó (onde dominam rochas carbonatadas jurássicas, onde se encontram diferentes tipos de calcários) é mesmo antecipada pelas alturas da zona de Condeixa, onde se encontram as pequenas serranias de "Avesada, Ponte, Alcôncere, Cruto e Circo", onde se atinge as quatro centenas de altura em relação ao mar; já mais para sul a zona do Rabaçal chega aos 500 m de altura; a serra do Sicó, junto a Pombal já ultrapassa os 500 m mas as cotas descem na zona da serra dos Ariques, serra do Mouro e da serra de Alvaiázere, para além do planalto de Alvorge, designações algumas delas sugestivas pela carga arábica¹⁴²⁷. De qualquer das formas, e fosse qual fosse a zona montanhosa preferida e eleita por al-Surunbāqī, parece não restar dúvida de que estras serras paralelas ao atlântico adquiriram novas funções e adquiriram novo interesse na segunda metade do século IX, com a chegada dos normandos à costa.

A referência a uma aliança táctica entre cristãos e muçulmanos mostra como os recém-chegados deveriam apavorar as populações aí estabelecidas. Mas mais; al-Surunbāqī, *muwallad* que parece um *condottiere* regional, deveria ser o líder incontestado das variadas gentes estabelecidas na região e aproximou-se DEMAIS dos vikings acabados de chegar a estas plagas atlânticas. Essa aproximação, podia ter sido fruto de enfrentamento militar mas também de negociações mal sucedidas.

1424. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 17 b, p. ٧٣; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIV, p. 179.

1425. Esta referência é importante, não só a nível da geografia de algumas minorias mas igualmente quanto à capacidade e possibilidade de alguns grupos de os normandos se manterem nas costas do Ġarb - cf. Ibn Ḥayyān, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 43.

1426. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 18 a, p. ٧٣; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIV, p. 179. Cf. Mahmoud Makki, "The Political History of al-Andalus (92/711-897/1492)" in Salma Khadra Jayyusi e Manuela Marín (eds), *The Legacy of Muslim Spain*, Brill, 2000, pp. 29-30.

1427. "No bloco oriental, que corresponde a uma estreita faixa meridiana, as cotas passam dos 347 metros do Castelo do Sobral para os 447 metros da Serra de Mouro, os 533 metros da Serra dos Ariques e os 618 metros da Serra de Alvaiázere cujo vértice geodésico corresponde ao ponto mais elevado de todo o maciço." - in *Roteiro das Terras de Sicó*, http://terrassico.lac.pt/index.php?action=rub_aff&rub_id=153&page_id=284.

O que parece ser facto é que o *maġus* / normandos desembarcaram no litoral a norte de Lisboa, aproveitando zonas portuárias favoráveis, como as que há no vale do Mondego, quiçá na foz do rio Lis (?), na zona de Alcobaça, Alfeizerão, Peniche, Atouguia e Lourinhã¹⁴²⁸. É até possível que alguns se tivessem estabelecido em zonas lagunares ou em alguma foz fluvial a norte do Tejo; o aparecimento de judeus comerciantes pode ser casual e episódica, mas não é impossível que tenha surgido no quadro de relações mais estreitas já constituídas com esses normandos¹⁴²⁹, relações cujos ecos só de longe em longe chegavam a Córdoba.

Se a al-Surunbāqī "*le ocurrieron cosas grandes*" - segundo as palavras de Ibn Ḥayyān¹⁴³⁰ -, o litoral do Ġarb não deve ter ficado imune a esses *grandes* acontecimentos. De entre as áreas controladas por al-Surunbāqī e os seus aliados estavam as terras onde se localizam Conimbriga, mas também a futura Leiria, a actual Tomar onde se localizavam *Sellium* / *Seilium*, onde mais tarde se identificará o castelo ocupado pelos templários e conhecido como Castelo de Cera / Ceras (fortaleza detida pelos templários¹⁴³¹), perto de Alviobeira. Não seria impossível que as andanças de Sa'dūn ibn Faṭḥ al-Surunbāqī e dos seus aliados fossem responsável pelos níveis arqueológicos do séc. IX que recentemente se detectaram em Conimbriga e que estão a abrir uma nova perspectiva sobre as ocupações - no plural, sem dúvida - desse importante local arqueológico¹⁴³². De facto, sobre o fim des-

1428. cf. Maria Luísa Pinheiro Blot, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e úvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, IPA (col. Trabalhos de Arqueologia n. 28), 2003, pp. 42, 58, *passim*. O trabalho de Fernanda Espinosa continua a ser útil e valioso (F. Espinosa, "Da actividade marítima Portuguesa na primeira dinastia", *Escritos Históricos*, Porto, 1972, p. 39-133).

1429. Deve-se reconhecer que estas reexões são meramente especulativas, mas que não se pode unicamente reectir unicamente com base nos textos medievais disponíveis, sem qualquer tentativa de interpretação destes ligeiros detalhes; a cronística asturiana e cordobesa deveriam considerar estes factos - acontecidos nas suas zonas de fronteira - como menores; infelizmente não °caram crónicas destes líderes de espaços intermédios - mas é a formação política *andalusī* a que dispensa mais detalhes e revela mais interesse por estes acontecimentos e pelos seus "rebeldes".

1430. *apud* Codera, *op. cit.*, p. 43.

1431. Cf. CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, 2 vols., Cascais, Ed. Patrimónia, 2000. Carlos Batata, *As origens de Tomar - carta arqueológica do concelho*, Tomar, 1997.(agradeço ao Paulo ARSIÊNIO o envio, entre outras obras, de um exemplar deste trabalho colectivo, EM QUE TAMBÉM PARTICIPOU); CATARINO, Helena, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p.198.

1432. Adriaan de Man e A. Monge Soares, "A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10. número 2. 2007, pp. 286 e segs.; VER TB. DE MAN, "Novos elementos pós-clássicos do an°teatro de Conimbriga", *Portvgalia*, Nova Série, Vol. XXVII - XXVIII, 2006 - 2007, pp. 63-64.

Recentemente foram evidenciados por trabalhos arqueológicos níveis ocupacionais datáveis do século IX na área da Conimbriga; as investigações complementares levadas a cabo por Adrian de Maan con°rmam estes dados; sem querer fazer coincidir exactamente os dados arqueológicos com as referências textuais, não é impossível que Sa'dūn ibn Faṭḥ al-Surunbāqī, que se movimentava aparentemente bem neste intervalo territorial - inclusivamente no seu litoral - , tivesse algo a ver com algumas das ocupações do século IX referenciadas nessa cidade localizada a sul de Coimbra. Não seria de estranhar que o próprio Sa'dūn al-Surunbāqī e os seus homens concebessem sistemas de vigilância e de controle da actividade dos normandos - mas também de *tratos* com estes visitantes inesperados - na costa ocidental do al-Andalus, entre as referidas cidades de Santarém e de Coimbra, ou seja, a zona que sensivelmente tem a ver com pequenas linhas de água, entre o Mondego e o Tejo, como o Lis, as linhas de água em redor das localidades mais tarde conhecidas como Alcobaça, Alfeizerão, Atouguia (serra d'El-Rei), ilha de Peniche, mas também a lagoa de

te dirigente Ibn Ḥayyān informa unicamente que o seu corpo está sepultado entre o “rio Tejo e a cidade de Coimbra”¹⁴³³.

Ukšunuba - Šanta Mariā (Faro)

‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī era secundado por uma série de outros rebeldes no Ġarb al-Andalus. Para além de Ibrahim Ibn al-Ḥaḡaḡ em Sevilha, refere Abū Bakr (ou simplesmente Bakr) ibn Yaḥyā (يحيى) ibn Bakr, que se revoltou em Šanta Mariā, da zona de Ukšunuba, cidade que fortificou e à qual colocou "**portas de ferro** dando-se ares de Sultão"¹⁴³⁴.

Um dos senhores *muwallad* do Ġarb que melhor nota recebe dos cronistas ao serviço da dinastia omíada é **Bakr ibn Yaḥyā ibn Bakr da região de Ukšunuba**. Esse favor no tratamento não é só devido à sua capacidade como administrador e governante da sua região, ao seu cuidado nas edificações a que está ligado, mas a indulgência com que é tratado pelos cronistas de Córdoba deve-se, em grande medida, ao facto de ter sido um dos senhores *muwallad* que melhor se saberá aproximar do primeiro califa omíada do al-Andalus. **Yaḥyā ibn Bakr era** neto de Zadolfo /Zadlaf ou Rudolfo¹⁴³⁵; este Zadolfo ou Rudolfo, sobre o qual há poucos dados, possível senhor autóctone da região teria, segundo Ibn Naẓām - citado por Ibn Ḥayyān -, sido cliente do “árabe” Bakr ibn Naḡad al-Awrī, cujo *ism*¹⁴³⁶ irá adoptar para o seu filho, chamando-lhe igualmente Bakr; a atitude deste Zadolfo prendia-se com duas mais-valias que um tal nome lhe traria: ocultava a origem do seu nascimento e adquiria “crédito entre os seus” seguidores e naturais¹⁴³⁷.

O neto de Zadolfo, Yaḥyā ibn Bakr é um dos que se revoltam durante o emirado de Muḥammad I o que, além de completar a ideia de que o período deste emir é considerado como opressivo para elites de *muwalladūn* de vários pontos do al-Andalus (e não exclusivamente para o Ġarb), mostra que os descendentes de Zadolfo se conseguiram segurar como uma elite regional com capacidade e meios para liderar uma revolta e manter as rédeas do poder¹⁴³⁸.

Óbidos, o rio Real e a zona de Lourinhã.

1433. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 17 b, p. ٧٣; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIV, p. 178.
1434. Ibn al-Khaṭīb, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 49.
1435. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12b, p. ٧٧; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172. **Bakr ibn Yaḥyā ibn Bakr** era, pois, bisneto do referido autóctone.
1436. cf. Annemarie Schimmel, *Islamic Names*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1989, p. (é uma das iniciais do cap. 2).
1437. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12b, p. ٧٧; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172.
1438. É de facto tentador ver nestas elites regionais que mudam de nome traços possíveis de eventuais senhores descendentes de aristocratas de origem visigoda.

Esta hipótese foi colocada, a propósito da *ġura* de Ibn Ḥafṣūn, por Manuel Ación Almansa, *Entre Feudalismo y el Islam. Umar ibn Hafsun en los Historiadores, en las Fuentes y en la Historia*, 2. ed., Jaen, Universidad de Jaen, 1997. As objecções foram colocadas por Maribel Fierro (“Cuatro preguntas en torno a Ibn Hafsun” in *Al-Qanṭara*, Vol. 16, Fasc. 2, Madrid, 1995, pp. 221-258) e por Eduardo Manzano (Eduardo Manzano Moreno, “Entre el Feudalismo y el Islam: 'Umar ibn Hafsun en los historiadores, en las fuentes y en la historia” in *Hispania: Revista española de historia*, Vol. 54, n. 188, Madrid, 1994, pp. 1139-1144) encontram-se - tal com as respostas - às mesmas nesta 2ª edição do seu livro. Veja-se também David J. Wasserstein, "Inventing tradition and constructing identity: The genealogy of Umar

De facto, segundo o mesmo Ibn Nazām conquistou “Santa María en Ukšūnuba”¹⁴³⁹ e conseguiu reunir um exército qualificado de “numeroso”, com o qual se apodera de toda a região que deve corresponder, grosso modo, à que actualmente é conhecida como Algarve.

Bakr, após a morte de Yahyà ibn Bakr ter-se-ia mostrado submisso em relação ao emir ‘Abd Allāh, o que lhe permitirá aligeirar a pressão militar vinda do vale do Gaudalquivir e ter alguma liberdade de movimentos; e é nesta conjuntura, segundo transmite Ibn Ḥayyān, que os Bakr se estabelecem na cidade de Silves, fortificando-a e desenvolvendo-a¹⁴⁴⁰. Levando a cabo uma política dúbia, de submissão teórica a Córdova mas de colaboração com o senhor de Badajoz, também ele um muwallad¹⁴⁴¹, as tropas fiéis aos Bakr do território de Ukšūnuba contribuem para o florescimento desta dinastia do sul do Ġarb, com uma extensa costa favorável à navegação, contribuindo para que se desenvolva a cidade de Santa Maria mas igualmente a de Silves.

Tornaram-se celebradas as portas da muralha de Santa Maria, portas chapeadas a ferro - ferro forjado - que, a avaliar pela descrição de Ibn Ḥayyān apresentavam decoração com uma beleza invulgar no al-Andalus¹⁴⁴². Ibn Ḥayyān dá mais detalhes; para além dos detalhes relativos à existências de portas chapeadas a ferro - opção defensiva que parece ter impressionado os cronistas de então¹⁴⁴³, e que não é, claramente, obra de iniciativa emiral¹⁴⁴⁴. O mesmo cronista informa que Bakr ibn Yahyà ibn Bakr tinha em Faro uma verdadeira máquina estatal montada; dispunha de "administração, provisões e gente valente", cuidando e alojando bem os forasteiros¹⁴⁴⁵. Convém insistir num aspecto: a renovação urbana e mesmo defensiva da cidade é feita por um muwallad e não por "árabes" ou berberes; mesmo seguindo eventuais modelos em voga pelo Mediterrâneo, as elites de muwallad esta-

ibn Hafsūn between Christianity and Islam", *Al-Qanṭara*, vol. 23, Madrid, 2002, pp. 269-297.

No caso desta família não há, de facto, prova de que a sua origem possa ter estado em famílias da elite goda ou até, eventualmente, de algum bispo cristão da região. Tudo leva a crer que tenham sabido colaborar com as tropas árabes que se estabeleceram na região, eventualmente na conjuntura em que o primeiro emir omíada deixa de se apoiar nas tropas árabes iemenitas do sul, teriam ascendido social e militarmente na região.

1439. Esta cidade de Santa Maria, muitas vezes chamada de Santa Maria de Ukšūnuba ou de Ocsónoba, ou Santa Maria al-Ġarb (traduzível como Santa Maria do Ocidente, para a distinguir de Santa Maria de Albarraçín) corresponde à cidade de Faro.
1440. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12b-13a, p. 12; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, pp. 172-173.
1441. Como nos diz Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 13a, p. 12; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 173.
1442. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12b, p. 12; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172; a tradução que Guraieb faz do credível Ibn Ḥayyān é a seguinte: “las puertas de la misma [muralha de Santa Maria de Ukšūnuba] eran de hierro forjado, de maravillosa fundición y trabajo de orfebrería”. Não é impossível que se tenham seguido influências artísticas de origem oriental; a menção, em vários autores, a estas portas, reforça a excepcionalidade da obra, sobretudo a nível estético.
1443. "Obra admirável", chama-lhe Ibn Ḥayyān.
1444. *Muqtabis*, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 50.
1445. Estes detalhes sugerem que a cidade de Faro disporia - além da muralha, de edifícios religiosos (não deveria faltar uma mesquita) e de uma estrutura com carácter palatino e de banhos - de um *funduq* para alojar viajantes e comerciantes de passagem.

vam capacitadas e conseguiram agregar junto de si artesãos e arquitectos capazes de desenvolver as cidades que governavam¹⁴⁴⁶.

Esclarece o cronista cordovês que o pai de Bakr ibn Yaḥyà ibn Bakr - Yaḥyà ibn Bakr - era filho de um Zadulfo, e que este Zadulfo era 'ağmī¹⁴⁴⁷, ou seja, era natural do al-Andalus, não era oriental nem norte-africano; ou seja, etnicamente era como 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī. Yaḥyà ibn Bakr ibn Zadulfo - acrescenta Ibn Ḥayyān - revoltou-se em tempos do emir Muḥammad I mas o seu filho, Bakr ibn Yaḥyà ibn Bakr ibn Zadulfo "manifestou desejos de voltar à obediência" ao emir, em tempos já de 'Abd Allāh¹⁴⁴⁸. Este elemento é mais um que denota a existência, em tempos do emirado de 'Abd Allāh (888-912), de tentativas de acordo com os rebeldes do *Ġarb al-Andalus*; e estas aproximações chegaram a dar frutos.

Mas, mais relevante ainda é o facto de Ibn Ḥayyān referir que o acordo do emir 'Abd Allāh com o decidido e organizado *muwallad* do extremo sul do *Ġarb* passou por confirmar-lhe a governação da cidade que já detinha mas igualmente por fixar a sua "residência em Silves em medio de la cora o distrito"¹⁴⁴⁹. ¿Porquê este pedido? Porquê dar destaque e peso a uma cidade mais afastada do centro, do coração do al-Andalus? Sem haver uma resposta a esta questão, é possível, porém, pensar que tal se tenha devido - eventualmente - ao peso estratégico cada vez maior do extremo sudoeste do *al-Andalus*; como último grande rio antes da "viragem" da costa para ocidente - ou seja, como último local e cidade antes do cabo que serve de interface entre as fachadas sul e ocidental do Atlântico, Silves passou a ter um peso maior, no quadro da necessidade de enviar embarcações para o ocidental, para outras bacias hidrográficas, como a do Sado e a do Tejo; mas também para controlar esse cabo extremo e as zonas adjacentes a Silves, onde poderia haver correrias e manifestações demasiado descontraídas e, por isso, perigosas para o projecto centralizador de Córdova. Ibn Ḥayyān refere que Bakr se mantém rebelde e aliado dos "muwallad e 'ağam/s", aliados igualmente do senhor de Badajoz, até à morte deste.

Beja-Mértola

Em Beja, a sul do território gerido por 'Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī al-Māridī no ocidente, declara-se um outro rebelde 'Abd al-Malik ('Abd al-Malik Ibn Abī al-Ġawad cha-

1446. - Ch. Picard refere - de forma clara - o desenvolvimento urbano do século IX no *Ġarb* (cf. *Le Portugal Musulman*, caps. IX e X; mas devem ver-se, do mesmo autor: "La fondation de Badajoz par 'Abd al-Raḥmān Ibn Yūnus al-Jillīqī", *R.E.I.*, 49, 1981, pp. 215-299; idem, "L'essor des localités de l'Algarve à l'époque musulmane (Xe - XIIIe siècles)", *Cahiers d'Histoire*, Lyon, 1992, pp. 3-21; "Le renouveau urbain en Occident ibérique aux IXe-Xe siècles, sous l'impulsion de seigneurs *muwalladūn*", 23e Congrès de la S.H.M.E.S., Brest, 1992, *Princes et pouvoirs au Moyen-Age*, Paris, 1993, pp. 49-67.

1447. Sobre o significado desta palavra veja-se Eva Lapiedra Gutiérrez, *Cómo los musulmanes llamaban a los cristianos hispánicos*, Alicante, Generalitat Valenciana, 1997.

Ibn Ḥayyān esclarece que Zadulfo deu ao seu filho o nome / *ism* de Bakr em homenagem ao patrono de quem era cliente e que se chamava Bakr; este é um interessante exemplo para se compreender alguns dos mecanismos do processo de aculturação das elites do *al-Andalus*, no caso vertente, do *Ġarb al-Andalus*.

1448. Ibn Ḥayyān, Muqtabis, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 51.

1449. Ibn Ḥayyān, Muqtabis, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 51.

ma-lhe Ibn Ḥayyān¹⁴⁵⁰). Este revolta-se em Beja mas fortifica-se na fortificação de Mértola¹⁴⁵¹. Ibn Ḥayyān refere textualmente que ‘**Abd al-Malik ibn Abū al-Ġawād** é um seguidor do “partido” muwallad, entalado geograficamente entre dois rivais, os senhores de Badajoz e de Ukšūnuba. A relação entre força militar e cobrança de tributos não é escamoteada; as suas hostes castigavam os que não lhe pagavam os tributos devidos¹⁴⁵².

Em vez de estar exposto no centro da grande planície em redor de Bāġa, este *muwallad* preferiu manter o seu quartel de operações numa fortificação estrategicamente colocada sobre uma linha de água que lhe dava não só uma saída para o oceano sem o perigo de se localizar imediatamente sobre a costa, como lhe proporcionava, sem estar no centro do território de Beja, controlá-lo a partir de uma cidade fortemente militarizada e com uma posição topográfica que dificultava a sua tomada por forças advesas - Mértola¹⁴⁵³.

A topografia desta madīna, e a existência de muralhas herdadas de épocas anteriores, permitia uma capacidade de resistência acrescida. Situada num esporão, alcandorada sobre o rio Guadiana e com as espaldas protegidas pela ribeira de Oeiras, Mértola necessita de proteger e vigiar bem a frente virada Norte, frente que já se encontrava fortificada ainda antes de 711¹⁴⁵⁴. Haveria que manter essa fachada mais sensível e, dessa forma, conseguir-se-ia uma cidade com mais capacidades para resistir a assédio que uma Beja que - se bem que dispusesse de um horizonte e um ângulo visual de maior alcance - se apresentava mais aberta e mais fácil de cercar e de vergar através de um assédio prolongado. Estes factores devem ter pesado na hora de eleger Mértola como centro de um poder declaradamente rebelde. Aliás, é o próprio Ibn Ḥayyān que declara ser o castelo de Mértola "muy fuerte y bien provisto"¹⁴⁵⁵. No fundo, o rebelde ‘Abd al-Malik de Mértola / Beja formava, com Bakr ibn Yaḥyà ibn Bakr ibn Zadolfo e com ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, uma tríade de rebeldes *muwallad*¹⁴⁵⁶ que não se limitava a fazer frente aos emires de Córdova; de facto, esta confederação de *muwallad*s do Ġarb apresentava capacidade de decisão, de recolha de tributos e denotavam iniciativa edilícia.

1450. *apud* Codera, *op. cit.*, p. 52.

1451. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis*, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 51.

1452. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 12a-12b, p. 12; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIII, p. 172.

1453. Cf. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, 3vols., Mértola, 2006.

A perda de importância de Beja, já no século IX foi recentemente posta em evidência de forma muito clara por Santiago Macías - cf. S. Macias, "Islamização no território de Beja — reações para um debate", *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, pp. 807-826.

1454. Trabalhos recentes na zona da Biblioteca Municipal de Mértola puseram a descoberto troços de muralha de advém, pelo menos, desde a Idade do Ferro, com sobreposições sucessivas (ainda inédito; cf. Fotos; agradeço aos Doutores Cláudio Torres e Susana Gómez a possibilidade de visitar o local, cuja escavação deverá continuar). DEVE VER-SE SANTIAGO MACIAS, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, 3vols., Mértola, 2006.

1455. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis*, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 51.

1456. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis*, p. 140, *apud* Codera, *op. cit.*, p. 51.

Sob a égide de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, estas três famílias, a que há que acrescentar, até à sua morte, al-Surunbaqi, controlavam quase todo o Ġarb al-Andalus (sem incluir, bem entendido, Sevilha) e denotavam capacidade militar suficiente para fazer face às iniciativas militares de emires que tinham de atender, em simultâneo, vários focos de distúrbios no território de um al-Andalus cujo mapa faz lembrar o de algumas estafadas potências coloniais do século XX que, apesar de exibirem mapas coloridos com o seu território, pouco mais controlavam do que a capital e algumas importantes vias de acesso¹⁴⁵⁷.

instabilidade entre o Guadiana e o Gauadalquivir

A **maré de revoltas** atingiu também as zonas próximas à margem esquerda da curso inferior do Guadiana. ‘Uṭmān Ibn ‘Amrūn liderou uma revolta de árabes a que estavam associados muwalladūn de Niebla, em tempos do emirado de ‘Abd Allāh. O contingente de revoltosos invadiu a cidade e tomou de assalto a Dār al-Imāra, ou o “palacio del emirato”, onde o governador foi maltratado e, depois, expulso.

Uma vez mais a política do emir segue a via da negociação - conduzida por um outro ‘Uṭmān, ‘Uṭmān Ibn ‘Abd al-Ġāfir, conseguindo pacificar a coligação de descontentes e colocar ‘Uṭmān Ibn ‘Amrūn em posição de obediência. Porém, estimulando, eventualmente, a política do dividir para reinar, árabes e população *muwallad* da região acabaram por se lançarem uns contra os outros - o texto não refere, mas a questão dos impostos e contribuição deve ser a razão de mais uma revolta que se inicia precisamente contra o representante do poder central¹⁴⁵⁸. O segundo momento de revolta dura até que o referido negociador enviado pelo emir - ‘Uṭmān Ibn ‘Abd al-Ġāfir, possível instigador des rivalidades e divisões entre populações que se identificavam como árabes e muwalladūn - se afasta da região. Mas, o clima de revolta espalha-se como um incêndio de Verão, as revoltas em redor de Niebla¹⁴⁵⁹ têm muito a ver com o clima de rebeldeia existente em redor de Sevilha¹⁴⁶⁰.

1457. Apesar dos perigos da História comparada é dever cívico do aprendiz de historiador ou de outro qualquer cientista apresentar analogias com outras situações; de facto, ao escrever sobre esta fase da História do al-Andalus é impossível fugir às comparações com situações coloniais que os portugueses viveram, na segunda metade do século vinte em alguns territórios de África; no interior, para manter o domínio, era necessário negociar com os senhores da região, os que conheciam verdadeiramente as lógicas internas dessas regiões. Para evitar que outros generais Ḥašim fossem atacados, pela rectaguarda, nas picadas do *al-Andalus*; o que aconteceu com várias potências.

1458. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 49 a; p. ٦٦-٦٧; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIX, p. 155.

1459. O texto refere um local como *Qōrqoba* (Trad de Guraieb, XIX, p. 155-156); Carteya??

1460. Cf. igualmente, ainda sobre Niebla, Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXXI-XXXII, p. 329.

Não se pretende aqui tratar com detalhe os aspectos de que se irá revestir a complexa rebelião de Sevilha¹⁴⁶¹ que envolverá as famílias dos Banū Ḥaġġāġ e dos Banū Khaldūn, família (esta última) de onde descenderá o famoso intelectual Ibn Khaldūn¹⁴⁶².

Segundo Muḥammad ibn ‘Abd Allāh ibn al-Aš‘at al-Qurašī, cronista em que Ibn Ḥayyān se baseia para informar sobre estes acontecimentos, a revolta teria sido liderada inicialmente por Kuraib ibn ‘Utmān Ibn Khaldūn e a dessidênia acabou por - para além de Niebla - espalhar-se a Carmona (onde dominavam berberes¹⁴⁶³), Sidónia (Šidūna) e também à zona de Morón (actualmente Morón de la Frontera).

Os revoltosos de Sevilha incitaram os **berberes que controlavam Mérida e Medellín**¹⁴⁶⁴ a intervir militarmente na zona de Sevilha, associando-se aos revoltosos, contra o novo governador nomeado para Sevilha pelo emir de Córdova, aliciando-os com as riquezas de alguns sevilhanos - a imagem dos berberes do Guadiana parece que estava associada indelevelmente ao interesse em bens móveis¹⁴⁶⁵.

Quem se apressou a intervir e descer até cerca das margens do Guadalquivir foi ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī que, numa das raras vezes que saíu do território da antiga Lusitania, desceu até cerca de 3 parassangas de Sevilha, saqueando a região durante três dias¹⁴⁶⁶.

Uma das referências interessante de Ibn Ḥayyān é o facto de afirmar que, mesmos os que não quisessem alinhar com nenhum sector de opinião, acabavam por ter de o fazer; acrescentando que a turba, a multidão, a “arraia-miúda” - como dirá um outro cronista, muitos século depois - acaba por comportar-se de forma a lembrar a “turbulenta época Ġahili”¹⁴⁶⁷.

O estado de quase guerra civil a que se chegara em Sevilla levou a que o Governador da cidade decidisse - como resposta pronta aos seus problemas de segurança - criar uma **nova cerca amuralhada** - feita em material não especificado, mas que deve ter sido construída com grande rapidez

1461. Estes acontecimentos ocupam parte substancial da terceira parte do Muqtabis: Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 49b p. ٦٧ - 65a p. ٨٥.

Sobre a revolta em Sevilha em tempos de ‘Abd Allah vejam-se, para além das clássicas obras de E. Lévi. Provençal, HEM, e de M. Makki, Ch. Picard, *Le Portugal...*p. 45.

1462. Sobre este homem polifacetado veja-se uma completa biografia com árvore geneológica da família em J. Lirola Delgado, “Ibn Khaldūn, ‘Abd al-Raḥmān”, *Biblioteca de Al-Andalus*, vol. 3, [676], pp. 578-597.

Sobre Ibn Khaldūn a bibliografia é extensíssima. Veja-se Abdesselam Cheddadi, “Ibn Khaldun (A.D. 1332-1406/A.H. 732-808)” in *Prospects: the quarterly review of comparative education* (Paris, UNESCO: International Bureau of Education), vol. XXIV, no. 1/2, 1994, pp. 7-19. (texto Unesco, 2000, in Net, tb. em Francês). Congressos em Tunes e em Córdova.

1463. O autor refere que, naquela época se distinguiam os berberes por usarem uma indumentária específica que espelhava a sua identidade - albornozes.

1464. بربر ماردة و مدلين

1465. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, .50 , p. ٦٩; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIX, p. 159.

1466. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, .51 a - 51 b, p. ٦٩; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIX, p. 159.

1467. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, .51 a - 52 b, p. ٧١; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XIX, p. 161.

(taipa?) - muralha que defendia a Dār al-Imāra e incluía a mesquita; aliás, a porta da mesquita (porta do pátio?) era a única porta desta nova cerca, perdendo-se o carácter público da mesquita¹⁴⁶⁸ (mesquita al-Tarraqa, situada a sul do palácio emiral). utilização de astúcia e de **espiões** (revoltas em Sevilha no século IX)¹⁴⁶⁹. Os guerreiros - pelo menos os mais abonados e importantes - protegiam o corpo com uma couraça; é o que diz Ibn Ḥayyān quando fala acerca da reacção de Umāyya, governador do emir de Córdova, acerca da sua atitude, qualificada de “nobre” que, depois de matar as suas mulheres e concubinas, e de cortar os jarretes aos seus cavalos, se lançou contra aos inimigos sabendo antecipadamente que garantiria uma morte certa, mas igualmente nobre¹⁴⁷⁰.

Uma grande matança teve lugar em 8 de Ġumada I de 276 H, quando as tropas emirais entram em Sevilha, num momento em que que sevilhanos revoltadas estavam a pontos de tomar o palácio - Dār al-Imāra, mandado contruir em tempos de Muḥammad I; houve milhares de mortos pela espada e muitos afogaram-se nas águas do Guadalquivir, tentando fugir¹⁴⁷¹.

Ibn Ḥafṣūn tentou reforçar o “partido” *muwallad* aconselhando ao emir ‘Abd Allāh um governador para Sevilla que agradava os muwalladūn - Muḥammad ibn Ġālib, que Ibn Ḥayyān diz que era “el guerrero más valiente entre los muladíes”¹⁴⁷².

A escalada da violência em Sevilha atingiu os diferentes grupos étnicos-religiosos existentes em Sevilha; o árabe Umāyya ibn al-Ġāfir, querendo vingar a morte de dois irmãos, convocou árabes de Sevilha e de Carmona e organizou o extermínio de população *muwallad* de Sevilha e zonas próximas, não deixando de eliminar os cristãos, tidos como próximos da população *muwallad*. Umāyya ibn al-Ġāfir, sentindo-se preso no seu palácio em Sevilha, matou as suas mulheres, cortou jarretes dos seus cavalos, lançou-se em batalha e foi morto com um tijolo (material de construção) que lhe lançaram¹⁴⁷³. Na sequência da sua morte, a cidade de Sevilha fica nas mãos dos Banū Ḥaġġāġ e dos Banū Khaldūn, em aparente harmonia e equilíbrio, até que Ibrahīm ibn Haġġāġ, depois de assassinar membros poderosos dos seus antigos aliados (os Banū Khaldūn), ficou como senhor de Sevilha e repartiu o poder pelos seus familiares¹⁴⁷⁴.

A matança dos *muwalladūn* de Sevilha - ao quererem vingar a morte do seu guerreiro Muḥammad ibn Ġālib - chega a ser comparada com a que ocorreu em Elvira / Granada, protagonizada por Sawwar. O poder que os muwalladūn de Sevilha chegaram a ter deve ter sido grande, dado que se refere que eles possuíam, uma capacidade militar muito grande; a superioridade dos que etnica-

1468. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XX, p. 159.

1469. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XX, p. 160.

1470. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XX, pp. 160-161.

1471. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 63 a; p. 147; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXI-XXII, p. 331.

1472. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 63 b; p. 147; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXI-XXII, p. 331.

1473. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 64 a; p. 148; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXI-XXII, p. 331.

1474. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 64 a - 64 b; p. 148; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXI-XXII, p. 333.

mente se consideravam “árabes” / superiores está plasmada em versos do poeta Mawāzina¹⁴⁷⁵ que diz, entre outros versos:

*Extreminámos com as nossas espadas
os filhos dos escravos
e deixámo-los estendidos
mordendo o pó da derrota.*
.....
*Eram cães que se atreveram
a atacar os leões no seu covil*¹⁴⁷⁶.

Esta situação vivida na Sevilha do século IX teve, obrigatoriamente, reflexo nas políticas e opções seguidas pelos dirigentes muwalladūn da banda ocidental do Guadiana, na mesma época. Era impossível que este ambiente de enfrentamento - em que os aspectos religiosos são claramente menores - e de perseguição não favorecesse políticas de aliança entre outros muwalladūn da região - alianças que podem criar rivalidades e resistências, como as que existiram entre os senhores de Badajoz e os de Beja - Mértola, bem como entre estes e os de Uksūnuba.

E, no caso dos al-Ġillīqī favoreceu uma aproximação com os asturianos, enquanto que Ibn Ḥafṣūn se aproximou dos Fatímidas. A religião parece desempenhar um papel menor no quadro global onde as questões de poder e mesmo os aspectos geo-estratégicos têm uma influência determinante.

(i) Ibn al-Qitt e a bandeira do *Jihad*

Numa conjuntura em que não eram poucos os focos de rebeldia política surge em Córdoba um movimento de cariz messiânico islâmico dirigido por um príncipe da família omíada¹⁴⁷⁷.

Parece ter sido no ano de 288 H / Dezembro de 900-901 que surge a figura de Ibn al-Qitt que empunha em Córdoba o estandarte do Ġihād, acusando o emir de ser um incapaz na luta pelo verdadeiro bem e associado aos que defendiam uma vida de “bem, por detrás da qual estava o já referido Abū ‘Alī al-Sarrāġ, o “hipócrita” e “místico”¹⁴⁷⁸ que incitava os muçulmanos a favor da rebelião

1475. Guraieb traduz como Mawāzina (Mawāzinah), o que no texto da edição está como الموازنة, referindo Antuña que no original consta الهوازنة - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 64 b; p. ٨٥.

1476. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 64 b; p. ٨٥; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXI-XXII, p. 33٣.

1477. cf. Makki, p. 33. Ver igualmente FIERRO BELLO, María Isabel, “Doctrinas y movimientos de tipo mesiánico en Al-Andalus”, *Milenarismos y milenaristas en la Europa medieval : IX Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 1998 / coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, 1999, pp. 167 e segs., onde se mostra que este fenómeno é contemporâneo de movimentos similares no Norte de África.

1478. Abū ‘Alī al-Sarrāġ apresentava-se montado num burro, vestido com roupas grosseiras de lã e com alpergatas de esparto (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 10٧b, p. ١٣٨; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España*

contra o emir, Abū ‘Alī al-Sarrāġ que teria iniciado o príncipe omíada Aḥmad ibn Mu‘āwiya ibn Muḥammad ibn Hišām ibn Mu‘āwiya ibn al-amīr Hišām (...), segundo informa, entre outros cronistas, Ibn Ḥayyān¹⁴⁷⁹.

Os seus actos e iniciativas têm sido estudados com detalhe nas últimas décadas¹⁴⁸⁰ e emerecido atenção de muitos historiadores¹⁴⁸¹.

Ibn al-Qitt encabeça um movimento de carácter messiânico, de inspiração xiita¹⁴⁸² que, instigado e formado espiritualmente por Abū ‘Alī al-Sarrāġ, acaba por atrair milhares de berberes de Faḥḥ al-Bullūt¹⁴⁸³, zona da serra de Almadén (“monte de Barānis”) e se tivesse espalhado a tribos berberes dos Nafza¹⁴⁸⁴ e dos Kutāma implantados em zonas próximas ao vale do Guadiana.

Aḥmad ibn Mu‘āwiya, conhecido como Ibn al-Qitt, apresentou-se como o Mahdī, o enviado no fim dos tempos, previsto nos textos sagrados Islâmicos¹⁴⁸⁵. Com esta aura especial, os seguidores do auto-proclamado Mahdī grangeavam seguidores e adesões em várias zonas por onde passavam de territórios adjacentes, como Trujillo e Toledo e mesmo de outras regiões¹⁴⁸⁶ atingindo, certamente, franjas do interior do Ġarb al-Andalus. De facto, ‘Isā ibn Aḥmad al-Rāzī informa que os seus emissários entraram em “Mérida, Badajoz, Toledo y otros lugares de la Frontera” onde recebeu apoios¹⁴⁸⁷.

(C.H.E.), XXIX-XXX, p. 349), como ocorria com muitos **su**’s.

1479. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٣٣-١٣٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, pp. 341-350.
1480. São muitos os trabalhos que se debruçam sobre este movimento com carácter místico, messiânico, social e também militar; vejam-se María Isabel Fierro, *La heterodoxia en al-Andalus durante el periodo omeya*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1987, Aguadé, J., “Some Remarks About Sectarian Movements In Al-Andalus”, *Studia Islamica*, N. 64, 1986, (pp. 53-78), pp. 66-67.
1481. Mahmoud Makki, “The political history of Al-Andalus” in *The Legacy of Muslim Spain*, ed. por Salma Khadra Jayyusi, vol. I, Leiden - New York - Köln, E. J. Brill, 1994, p. 33.
1482. Göran Larsson, *Ibn García's shu‘ūbiyya Letter. Ethnic and Theological Tensions in Medieval al-Andalus*, Brill, 2003, p. 88. Larsson relaciona o milenarismo e as reacções cristãs mas também algumas de matriz islâmica, nos séculos IX e X, com o *Livro de Daniel (ibidem, p. 88)*.
1483. Zona de Los Pedroches, mas também com contacto com a actual comarca de La Serena; esta zona é contígua a Córdoba, razão por que é sempre citada; não seria impossível que berberes de zonas mais ocidentais - em menor contacto com o vale do Guadalquivir e, por isso, menos conhecidos dos cronistas de corte, também tivessem aderido a estas ideias.
1484. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 345.
1485. sobre o Mahdī veja-se E.I.2, s. v. “al-Mahdi”, (E. Lévi-Provençal) vol. V; M. Isabel Fierro, *op. cit* e H. Halm, *The Empire of the Mahdī, The Rise of the Fatimids*, (trad. de Michael Bonner), Leiden ..., E. J. Brill, 1996 (para o caso específico dos fatímidas, mas com conceitos úteis para o geral)..
1486. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 346.
1487. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 10\ b, p. ١٣٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 349.

É com um exército sui generis, composto em grande medida de voluntários, que aderiram cegamente à sua mensagem messiânica e salvífica, acatando as ordens que ele dava sem falar¹⁴⁸⁸, mas que militarmente não tinham preparação.

Um exército com cerca de 60.000 elementos, cavaleiros e peões, dirigiu-se para a cidade de Zamora. A escolha desta urbe não deve ter sido feita por acaso; havia poucos anos que a cidade tinha sido fortificada e repovoada por Afonso III das Astúrias, com a ajuda de mestres construtores toledanos. Zamora, como novo baluarte do ocidente cristão, deveria ser uma escolha com carácter também simbólico, na medida em que era um “baluarte de hereges”¹⁴⁸⁹, uma ameaça - política e militar - à integridade de um al-Andalus profundamente dividido.

E se, num primeiro embate, os homens de Ibn al-Qiṭṭ tiveram sucesso - com fortes baixas infligidas a um inimigo em fuga -, o preço da vitória parece ter sido alto; ‘Īsà ibn Aḥmad al-Rāzī afirma que os chefes berberes receavam que o “Filho do Gato” lhes retirassem poder e protagonismo com tanta popularidade e sucesso¹⁴⁹⁰, pelo que o entusiasmo de alguns esmoreceu com a vitória sobre os cristãos já junto do Douro, o rio da grande linha imaginária que separava a formação cristã do Norte do território do al-Andalus.

E, por fim, “10 dias antes do fim do mês de Raġāb de 288”, ou seja, aos 11 de Julho de 901 dá-se o “dia de Zamora”, a data em que se defrontam frente a esta cidade as tropas do Mahdī com as do rei das Astúrias e Leão. Já desfalcado, Ibn al-Qiṭṭ não consegue aguentar o contra-ataque asturiano-leonês e, abandonado por muitos soldados, o *Mahdī* decide enfrentar a morte com honra, dando a cara ao inimigo sabendo de antemão que será morto, mas com honra¹⁴⁹¹.

O carácter simbólico do Mahdī era reforçado pela manipulação da cor, montando um cavalo cinzento mas vestindo-se e ajazando-se al-Qiṭṭ exclusivamente de branco, impressionando os seus seguidores, os “fanáticos y crédulos” que se deslocavam das suas terras de origem para se juntarem ao seu exército e que acreditavam que bastaria unicamente a sua presença para que as muralhas de Zamora e outras caíssem e os deixassem passar - razão por que se dizia que os nécios e crédulos o confundiam com o próprio Profeta¹⁴⁹².

1488. Os seus desejos e ordens eram expressos por linguagem gestual, feitos com as mangas do seu manto; cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 349.

1489. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 345.

1490. A culpa do insucesso é atribuída também aos berberes al-Šabīnī (citado por Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 102b, p. ١٣٩; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 350); como algumas das crónicas são compiladas a grande escala cuja responsabilidade é muitas vezes atribuída a este grupo étnico, não é de estranhar que se queira insistir na culpabilidade dos berberes pelos desastres que sucederam no *al-Andalus*.

1491. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 348. Ver também *Crónica Najerense*, onde é conhecido como o *Profeta* a quem chamavam *Alfaman - Crónica Najerense*, ed. e trad. de Juan A. Estévez Sola, Madrid, Ed. Akal, 2003, livro II, §21, pp. 132.

1492. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, pp. 344-346.

Esta derrota, ao fim de três dias de confrontos, que termina com a cabeça de Ibn al-Qitt̄ exibida à entrada das muralhas de Zamora¹⁴⁹³, representa um virar de página importante. São os próprios cronistas do al-Andalus que têm consciência de que os cristãos dos reinos do Norte se tornaram mais audazes e auto-confiantes e que, desde então, aumentaram as suas iniciativas de contra-ataque. O “dia de Zamora” significa também que as populações islamizadas que se encontravam ao sul do Douro se passam a sentir menos confiantes e apoiadas, e talvez mais predispostas para que o poder central, se se organizar, se possa implantar na região. Mas será necessário esperar cerca de uma década para que, com o novo emir / califa, essas mudanças se comecem a efectuar, gradualmente.

concluindo:

Durante o século IX e até inícios do séc. X o Ġarb al-Andalus passa por cerca de um século em que forças regionais se conseguem manter semi-independentes face ao poder central de Córdoba, mas durante o qual se percebe também que essas mesmas forças podem ser, em alguns momentos, rivais entre si. Não era muito diferente o que se passava, então, no Norte de África, com o surgimento de movimentos e pequenas dinastias como os idrissidas (e, antes, movimentos *Khariġitas* e *sufritas*) e o emirado de Nakur ou Nekor. Além disso, movimentos de carácter messiânico fizeram também por aqui a sua aparição e envolveram gentes do Ġarb.

O território do Ġarb al-Andalus que corresponde em grande medida à antiga Lusitânia viu surgirem e afirmarem-se vários poderes. Se o emirado parece controlar a zona de Santarém e de Lisboa, onde se procede à coordenação da vigilância dos ataques de normandos e onde se irá montar uma estrutura defensiva de que se conhecem muito mal os contornos, em outras zonas ocidentais os focos de rebeldia são vários e de grande dimensão.

Depois das acções de Maḥmud, um outro rebelde se manifesta a partir de Mérida. E esta rebeldia terá contornos diferentes. Ibn Marwān é controlado numa primeira fase e é colocado numa posição relevante em Córdoba; mas a prisão dourada não é satisfatória e o líder de Mérida regressa à baacia do Guadiana, às suas terras de origem, mas terá de abandonar Mérida. A capital da velha Lusitânia não voltará a ser como antes, e assiste-se à edificação de uma construção de carácter militar, pelo poder central, que não deessitre de marcar a sua posição nessa cidade central. O *ḥiṣn* - ou alcáçova como passará a ser conhecido e como faz sentido chamar-lhe - é uma das primeiras manifestações do poder central no Ġarb, a nível da arquitectura militar. A sua planta de inspiração oriental difere do que se passará em grande medida com Ibn Marwān que passa por várias cidades de tradição romana e tardo-romana, onde se mantêm defesas antigas mas certamente com adaptações.

Os rebeldes, por outro lado, para além de Maḥmud são também errantes. Al-Surunbāqī deveria ter a sua base mas é um homem que parece estar também em movimento. O mesmo sucederá com Ibn Marwān que a Leste da Šarra se movimenta por Amaya, por Antaniyya e Bitra Luša, sem falar na cidade que iniciará como tal e que agora, tal como Marvão, o assumiu como seu ex-libris e herói local.

Em Beja e Mértola mas também em Ukšunuba - cidades com um passado pré-islâmico - mantêm-se poderes regionais ligados aos mesmos *muwalladūn*. O *encastellamento* é praticado por todos mas,

1493. Segundo transmite Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, . 98 b - 102b, p. ١٤٤; trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XXIX-XXX, p. 348.

em alguns casos, há condições para mostrar um cuidado especial com as estruturas defensivas, como é o caso das famosas portas chapeadas de Ukšunuba.

De facto, os *muwalladūn*, como Ibn Marwān e os outros, tiram partido das estruturas existentes e herdadas de épocas imperiais passadas (alteradas, com se sabe, da sua concepção original) são também contrutores. Como se vê pela fundação de Badajoz, apesar e se referir o envio de construtores de Córdova (e é normal que se quiera propagar a ideia de que os *muwallad* são enquadrados pelo poder omíada), são capġazes de edificar uma novas estrutura urbana e não estão desprovidos de ideias quanto à melhor escolha para essa fundação - seria Albašarnal, para Ibn Marwān...

Pouco se fala, nos textos escritos pelo poder central, de comunidades cristãs e judaicas, mas elas existiam. Quanto aos “moçárabes”, estes *dġmmiġs* mantêm comunidades em algumaas cidades maas também alguns mosteiros que se tornarão conhecidos nas centúrias seguintes, como o de São Vicente. E é impossível o sucesso de muitos detes dirigentes muwallad sem o apoio destas comunidades que surgem de forma mais discreta.

‘Abd al-Raġmān ibn Marwān al-Ġillġqġ morre em finais do século IX e, pouco depois, um dos seus filhos. O seu percurso pessoal passou pelo vale do Guadiana qua o viu nascer e morrer mas também, pelo Guadalquivir e por assentamento nas imediações do Douro. Mas será possível deixar de pé uma dinastia com sede numa cidade nova - onde dispunha de mecanismos para controlar os seus territórios e deveria teer uma importante máquina de cobrança de rendas das terras que controlavam - e não será uma cidade qualquer; Baġalyaws ou Badajoz será a cidade de onde partirá o apoio, mais tarde, para uma Évora despedaçada e será esta dinastia que saberá criar as condições para pôr de pé a mesma cidade de Évora e fazê-la renascer - com a participação de um descende de outro *muladġ* já aqui referido - um al-Surunbāqġ.

4. - O califado Omíada à conquista do *Ġarb*

‘Abd al-Raḥmān III al-Nāṣir - um programa de recuperação e afirmação.

Sabe-se que é com ‘Abd al-Raḥmān III que o poder efectivo do emirado, agora transformado em califado, se fará Ġarb e em outros pontos do al-Andalus. Mas, como se processou em controle? De que forma os aspectos militares tiveram, ou não, um papel de destaque nessa recuperação do Ġarb para o poder central de Córdova? A sequência dos acontecimentos poderá mostrar a existência ou não de um padrão nessas acções militares, mas poderá também mostrar se houve ou não que fazer ajustes na forma como grande parte do Ġarb foi reabsorvido pelo poder omíada directo.

A subida de ‘Abd al-Raḥmān III ao poder, em 1 rabī‘ I de 300 H / 15 de Outubro de 912, sucedendo ao seu avô ‘Abd Allāh, fará entrar o al-Andalus numa nova fase. Parece ter havido uma preparação atempada, como que um programa de acção que foi seguido com grande tacto político mas também com firmeza e que acabará por dar resultados positivos para o poder sediado em Córdova, trazendo para a órbita do control central quase todos os poderes regionasi que existiam, semi-independentes, no al-Andalus.

Porém, se os resultados não são imediatos. Se a subida ao poder de ‘Abd al-Raḥmān III se dá em 300 H / 912, a chegada do seu poder directo no Ġarb al-Andalus só se fará sentir de forma efectiva mais de década e meia depois, a partir de 316 H / 928-9, momento em as tropas de Córdova chegam às margens do Guadiana pela parte de Mérida.

Se acompanhar os poucos dados disponíveis sobre a acção política e militar protagonizada e liderada pelos *ġilliqiyyūn* de Badajoz e outras dinastias de muwalladūn implantadas no Ġarb é de extrema importância, a acção política e militar de ‘Abd al-Raḥmān III anterior à sua chegada ao Ġarb é igualmente relevante, na medida em que se pode perceber, nas suas campanhas e opções anteriores, quais os métodos e soluções políticas e militares que utilizará, segundo as fontes disponíveis¹⁴⁹⁴, no Ġarb.

Uma das primeiras medidas de carácter militar foi, cerca de dois meses depois de ter tomado as rédeas do poder, enviar o *ḥāġib*¹⁴⁹⁵ Badr ibn Aḥmad tomar Écija, cidade e capital de kūra localizada

1494. Seguem-se essencialmente as seguintes fontes, fontes que dão muita informação de cariz político e militar: Ibn Ḥayyān, al-Muqtabis V, edição do texto: P. Chalmeta (colab. com F. Corriente e M. Şubḥ), *Al-Muqtabas V*, Madrid, Inst. Hispano-Árabe de Cultura / Fac. Letras de Rabat, Madrid, 1979; trad: Ibn Ḥayyān de Córdova, Crónica del califa ‘Abdarrahmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V), tradução, notas e índices por Mi Jesús Viguera e Federico Corriente, Saragoça, Anubar ed. / Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1981; a crónica anónima sobre este califa, *Una crónica anónima de ‘Abd al-Rahmān III al-Nāsir*, edit. e trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid - Granada, C.S.I.C., 1950; os dados fornecidos por ‘Arib, em *Crónica de ‘Arib sobre al-Andalus*, trad. J. Castilla Brazales, Granada, Impredisur, 1992.

1495. O mais conhecido *ḥāġib* nomeado no al-Andalus será o célebre Almançor. Mas antes de si este cargo, tradicionalmente superior ao de *wazīr* (vizir) ou ministro já tinha sido ocupado durante alguns anos, com o primeiro califa ao al-Andalus - cf. *E.I.2*, III, s.v. “*Hādġib*” (Dominique Sourdel). Sobre a figura do *ḥāġib* veja-se D. Sourdel, “*Wazīr et ḥāġib en Occident*”, *Études d’Orientalisme dédiées a la mémoire de Lévi-Provençal*, II, Paris, 1962, pp. 749-755.

muito próximo de Córdoba e que os seu avô lhe tinha legado como território impunemente rebelde nas vizinhanças da capital emiral.

Após a tomada de Écija as tropas tomam, em relação às muralhas, uma decisão que segue o modelo de Muḥammad I em relação aos muros de Mérida; assim, em Écija, ‘Abd al-Raḥmān III manda “destruir las murallas¹⁴⁹⁶, que fueron echadas por tierra, pero conservando en su ciudadela el alcázar para morada de gobernadores y caídes”¹⁴⁹⁷. Porém, a acção não se fica pela conquista pura e simples; o novo ocupante do poder emiral de Córdoba - e futuro primeiro califa - toma medidas que sosseguem os anteriores rebeldes que servem de exemplo para os muitos que ainda havia que seduzir e colocar sob controle do poder central.

Às populações é concedido o amān, o perdão, “perdonando maldades pasadas y tratándoles con amplias bondades”¹⁴⁹⁸ como se faz crer, coloca-se em Écija um governador e um *qā'id*; quanto aos cavaleiros e magnatas de Écija - antes desobedientes -, são colocados ao serviço do novo soberano do al-Andalus.

Porém, há um factor que parece ter passado a ter importância crucial: a **propaganda**. O novo emir não deixa que estas decisões políticas e militares fiquem desconhecidas do resto do al-Andalus. E, assim, para conhecimentos e reflexão de súbditos mas também de rebeldes, ‘Abd al-Raḥmān III manda “epístolas às diversas regiões” relatando o que sucedera nesta conquista que, segundo um relato recolhido por Ibn Ḥayyān, foi feito **sem derramamento de sangue**¹⁴⁹⁹.

Quando em 913 prepara a campanha contra Monteleón (e região de *Sumuntān* / Somontín), a primeira em que participará, ‘Abd al-Raḥmān III voltará a usar as mensagens para os governadores, desta vez apelando à mobilização¹⁵⁰⁰.

As catapultas - que não se sabe se evoluíram ou não tecnologicamente - continuam a estar presentes nas operações militares do século X. Com ‘Abd al-Raḥmān III elas só usadas logo nos primeiros anos da sua governação, concretamente contra zonas controladas pelos Ḥafṣūn; num dos casos não deixa de se referir que, eventualmente pelo escarpado do terreno, foi construída uma base para uma catapulta¹⁵⁰¹.

1496. اسوار; o Muqtābis V dá informações sobre as características da muralha de Écija antes de ser destruída: com as duas faces definidas por pedra - possivelmente silharia - possuía terra fortemente pisada no seu interior; adivinha-se que deveria ser, eventualmente, uma muralha tardo-romana, espessa, com um aparelho semelhante, por exemplo, a muralhas como as de Egítania ou Lugo.

Registe-se o facto de que sobre as muralhas, “em lugar de ameias” - como refere o Muqtābis - existiam estátuas (eventualmente de época romana. reutilizadas) esculpidas em mármore branco, querendo dar a ideia de defensores “fictícios”, que impressionavam os visitantes; esta prática remete para outras mais conhecidas - cf. César Dubler, “Los defensores de Teodomiro (Leyenda mozárabe)”, *Études d'orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, Paris, 1962, I, pp. 111-124.

1497. Ibn Ḥayyān, *Muqtābis V*, fl. 33, pp. ٥٤٥٥; trad. p. 52.

1498. Ibn Ḥayyān, *Muqtābis V*, fl. 33, pp. ٥٤٥٥; trad. p. 52.

1499. Ibn Ḥayyān, *Muqtābis V*, fl. 33; trad. p. 53.

1500. Ibn Ḥayyān, *Muqtābis V*, fl. 35-36; trad. p. 55-56.

1501. Especificava-se que que lançava pedras - Ibn Ḥayyān, *Muqtābis V*, fl. 37; trad. p. 57.

A construção militar do *muwallad* de Bobastro era, a crer em Ibn Ḥayyān, complexa; diz-se que em redor dos territórios de Ibn Ḥafṣūn havia, para além das fortalezas principais, “alcazabas, atalayas y fortificaciones menores”, prefazendo cerca de três centenas de construções de carácter militar no território do rebelde de Bobastro e Ronda¹⁵⁰². De qualquer das formas, até pelo reconhecimento de que cada fortificação principal tinha “fortificações acessórias”, pode considerar-se, com reservas, que os *muwalladūn* - pelos menos Ibn Ḥafṣūn e os seus aliados - tinham capacidade para conceber **sistemas de fortificação**, ou seja, fortificações várias, diferenciadas, implantadas em locais específicos consantes as suas funções e, sobretudo, complementares e articuladas entre si. Se formavam uma rede coerente, não se pode provar, mas não era impossível que cada uma das grandes fortificações, articulada com as menores e com atalaias, formassem pequenas teias fechadas e bem articuladas entre si, ligadas a outras teias de fortificações por locais torreados ou não¹⁵⁰³ de onde se poderia comunicar através de sinais.

Ibn Ḥafṣūn teria também fortificações nas quais se destacava uma alcáçova¹⁵⁰⁴; ou seja, dispunha e estava a par do mais moderno equipamento militar passivo que então existia.

Uma das tácticas militares que mais claramente se desenha é a construção de contra-fortalezas (paradros - contra-baluartes), fortificações colocadas em frente das que se pretendem conquistar e dominar¹⁵⁰⁵. Esta táctica pressupõe a disponibilidade de tropas para permanecerem no local durante muito tempo; a paciência e a persistência. Mas, a aposta era que essa preparação sistemática e um cerco pertinaz e continuado iriam dar os seus resultados positivos. Essa táctica, usada contra Ibn Ḥafṣūn¹⁵⁰⁶, irá ser usada também no Ġarb, alguns anos depois.

A sedução primeiro, e a espada depois são métodos perfeitamente definidos à partida, por esta ordem; se o primeiro falha, os rebeldes saberão que entre em jogo o segundo. Isso mesmo é dito, por outras palavras, por Ibn Ḥayyān quando, depois da morte de ‘Abd al-Raḥmān ibn Ibrāhīm ibn Ḥaġġāġ¹⁵⁰⁷, se abre em Sevilla uma fase de luta pelo poder situação que o ainda emir ‘Abd al-Raḥmān III saberá aproveitar¹⁵⁰⁸. De facto, tendo enviado de Córdova o *qā'id* Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ḥudayr com a recomendação de “contemporizar con la gente y atraérselos a la obediencia con buenas promesas”, procurando estes métodos antes de usar o ferro; porém, neste mesmo caso,

1502. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 38; trad. p. 57. É provável que também este número esteja exagerado; o objectivo não seria exaltar a capacidade edilícia dos *muwalladūn* mas, pelo contrário, valorizar os feitos de um emir que consegue conquistar cerca de 300 fortificações.

1503. Sabe-se que perto de Bobastro havia, em tempos de ‘Abd Allāh uma ermida mandada contruir pelo pai de Ibn Ḥafṣūn; não seria impossível que nos vários Montes Sacros ou Santos houvesse ermidas ou locais aproveitados em determinadas ocasiões para comunicar com comndades aliadas localizadas em pontos atingíveis desde esses altos.

1504. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 57; trad. p. 76.

1505. Sobre a construção nesta época deve ver-se J.A. Souto, « Obras constructivas en al-Andalus durante el gobierno de ‘Abd al-Raḥmān III según el volumen V del Muqtabis d Ibn Ḥayyān », *Qurtuba*, 1, 1996, pp. 193-206.

1506. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 42; trad. p. 62; *ibidem*, fl.58; trad. p. 77.

1507. Ibn al-Qūṭiyya, o cronista, era parente dos Banū Ḥaġġāġ.

1508. ‘Abd al-Raḥmān III sabe aproveitar a morte de vários rebeldes, tirando partido das divisões internas que se instalam ou da inexperiência do novo dirigente - como acontecerá em Badajoz.

“no consiguiendo nada por las buenas, se lanzó a combatirlos”¹⁵⁰⁹, embora a tarefa tivesse sido facilitada pela utilização de outros métodos¹⁵¹⁰.

A receita para acabar com os sediciosos passa igualmente por uma outra medida, já posta em prática por outros soberanos anteriores - o derrube completo da muralha. Embora seja lembrado que se trata de uma muralha mandada construir por um emir anterior - ‘Abd al-Raḥmān II. Apesar da controvérsia e depois de vistos prós e contras - sobretudo a proximidade do mar (lembrando possivelmente a chegada do normandos) - a muralha acaba por ser derrubada¹⁵¹¹.

Além desta medida, uma outra faz parte do pacote que visa controlar os cavaleiros e guerreiros mais importantes das cidades tomadas, não os deixam soltos e livres, mas antes aproveitando as suas capacidades, colocando-as ao serviço do soberano: trata-se de fazer um *rol* ou registo dos cavaleiros, passando a receber uma paga do Estado pelo seu serviço, passando a ser tropas regulares ou *mutadawwanūn* ou *mutadawwanīn*, dado que são inscritas no *dīwān* do Estado¹⁵¹².

Pela sua importância, pela importância das suas elites e pela influência que exercia sobre algumas regiões das partes mais ocidentais do Ġarb, o programa de actuação do emir ‘Abd al-Raḥmān III não pode ter passado despercebido nesses territórios mais ocidentais. Para essas regiões - e para outras - é um aviso, um sinal, da forma de proceder do jovem emir.

A campanha de submissão de Sevilha estendeu-se pelos meses de Agosto a Dezembro de 913; a aos 8 de ramadān¹⁵¹³ de 301 / 7 de Abril de 914 faz-se o alarde para as tropas que sairão, 28 dias depois, para uma campanha contra Belda, Turruš e Munt Mayūr (próximo a Fuengirola), destrinando a enfraquecer Ibn Ḥafṣūn; quer isto dizer que o ataque de Oronho a Évora não teve qualquer resposta militar do novo soberano de Córdova - a prioridade, a preocupação principal estava a sul, entre os territórios controlados pelo omíada e o novo perigo proveniente do Norte de África - os Fatímidas - perigo que poderia aumentar exponencialmente caso as aproximações de Ibn Ḥafṣūn com os xiitas se tornasse efectivo e militarmente operante.

Essas aproximações estão bem patentes nas próprias crónicas fatímidas do século X, como é o caso de Ibn al-Hayṭam que refere o rebelde andalusī, indirectamente, no início do seu *Kitāb al-Munāẓārat*¹⁵¹⁴. A preocupação do soberano de Córdova com os seus problemas no flanco sul, onde

1509. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 43; trad. p. 63.

1510. Ibn Ḥayyān informa que grandes quantidades de **vinho** contribuíram para que os adversários do emir não se encontrassem capazes de fazer face ao exército comandado por Badr - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 48; trad. p. 68.

1511. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 52; trad. p. 71. Sobre a cronologia dos primeiros séculos da muralha de *Iṣbiliyya* veja-se Jacinto Bosch Vilá, *La Sevilla Islámica (712-1248)*, 2. ed., Sevilla, Universidad de Sevilla, 1984, pp. 300-303. O *Muqtabis V* dá pormenores acerca das muralhas de Sevilha; para além de se saber que havia uma porta chapeada - a porta de Ferro - diz-se igualmente que a referida porta era ladeada por dois “baluartes” - بِرَجِيّ السَّبَاب - , situação tradicional deste fases pré-islâmicas, comum em muralhas de época romana e igualmente nas fases iniciais do período islâmico, antes de se tornarem comuns porta em cotovelo.

1512. As palavras *mutadawwan* ou *mutadawwanūn* são derivadas de *dīwān*; sobre esta última veja-se *E.I.2*; no caso do enrolamento de tropas no al-Andalus cf. E. Lévi-Provençal, *HEM*, III, p. 67; trad esp. *Historia de España*, V, pp. 39-41.

1513. رمضان

1514. Ibn al-Hayṭam, *Kitāb al-Munāẓārat*, edição bilingue (árabe-inglês) de Wilfred Madelung e Paul E. Walker,

estava o rebelde Ibn Ḥafṣūn, não passaram despercebidos a outros autores do al-Andalus¹⁵¹⁵, até por que o rebelde *muwallad* tinha embarcações que passavam facilmente entre os dois continentes¹⁵¹⁶. É por isso que o soberano omíada decide intervir também com embarcações, embarcações essas tripuladas por gente experiente e dotadas do mais moderno armamento da altura, a que não faltava o “fogo grego”, ou seja, *naft* - nafta -, substância já referida em momentos anteriores¹⁵¹⁷.

O perigo vindo do sul - depois de proclamação do califado xiita fatímida em 909, na Ifriqiyya, foi considerado mais alarmante que as descida das tropas de Ordonho a uma pequena cidade de Ġarb - Évora - descida acompanhada por recuo e por uma intervenção rápida do senhor de Badajoz.

(a) A submissão do *Ġarb al-Andalus*

A submissão do *Ġarb al-Andalus*

A subida ao poder de ‘Abd al-Raḥmān III trouxe um programa de submissões qque parece ter sido planeado ou pelo menos gerido com muito cuidado. Herdando uma capital cercada por cidades in-submissas, ‘Abd al-Raḥmān III vai gradualmente alargando o território que se lhe submete e fá-lo de forma sistemática, tratando normalmente um problema de cada vez e indo até ao fundo, ou seja, só largando um empresa quando consegue apaziguar e obter resultados positivos numa zona, numa cidade ou num território.

Depois do controle sobre Sevilha, em 301 H / Agosto 913-Agosto de 914 (no mesmo ano do ataque de Ordonho a Évora) e da tomada da cidade de Niebla, em 304 H / Julho de 916-917, a campanha mais pesada e claramente dirigida ao Ġarb al-Andalus dar-se-á só na década de vinte do século X, numa conjuntura favorável a uma campanha que teve antecedentes que convém lembrar.

A grande campanha para controlar o *Ġarb al-Andalus* incidirá, muito claramente, sobre o vale do Guadiana, mas só se fará depois de ‘Abd al-Raḥmān III ter obtido sinais de que a campanha vai ser um sucesso e depois de se assegurar de que o seu afastamento pessoal do vale do Gaudalquivir não vai pôr em causa a estabilidade da sua governação.

The advent of the Fatimids, A contemporary Shi'i Witness, Londres - Nova iorque, I. B. Tauris - The Institut of Ismaili Studies, 2001, pp. 33, 53 e 64

1515. Ibn al-Khaṭīb, , *Kitāb a‘māl al-a‘lām*, Ed. E. Lévi-Provençal, Beirute, 1956, p. 32; veja-se também Heinz Halm, *The Empire of the Mahdi, The Rise of the Fatimids*, (trad. de Michael Bonner), Leiden ..., E. J. Brill, 1996, pp. 280-284.

1516. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 57; trad. p. 76.

1517. O governador de Sevilha em tempos de ‘Abd Allāh tinha **nafta** sob seu controle, nessa cidade. - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III*, trad. Guraieb, *Cuadernos de Historia de España (C.H.E.)*, XX, p. 161. Continua a ser utilizada ao longo desta centúria; deveria ser comum nas cidades mais importantes ou, eventualmente, nas cidades portuárias onde este produto poderia chegar mais facilmente - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 248; trad. p. 275.

Sobre a utilização de nafta no Islão Medieval ver M. Canard, “Textes relatifs à l’emploi du feu grégeois par les Arabes”, *Bulletin d’Études Arabes*, n. 6, 1946, pp. 6 e seguintes (citado em *Muqtabis V*, trad. p. 77, n. 8).

Primeiramente ‘Abd al-Raḥmān III decide, em 919, dar uma resposta aos avanços de Ordonho na zona da Marca Média, e participar pessoalmente numa campanha contra o “tirano” da Ġillīqiyya. Só partirá para Norte em 307 H / 921 e essa campanha será por muitos conhecida como campanha de Muez¹⁵¹⁸; durante esta campanha de Muez, depois de passar Calahorra, as tropas de ‘Abd al-Raḥmān III destroem a fortificação de Viguera¹⁵¹⁹ mas também inspeccionam e fortificam locais que apoiem as população que se lhe submetiam na região¹⁵²⁰.

A morte de de Ġa‘far ibn ‘Umar ibn Ḥafṣūn, em 920¹⁵²¹, abriu o caminho ao seu irmão Sulaymān como sucessor de seu pai mas, a médio prazo, conduzirá ao fim da dinastia dos Banū Ḥafṣūn e retirará a ‘Abd al-Raḥmān III um ninho de rebeldes e um dos maiores problemas políticos, sociais, económicos e estratégicos a sul de Córdova. Mas, tomam-se medidas de carácter diversificado que, em alguns casos, abrem o caminho à submissão do Ġarb: para além da destruição de estruturas defensivas que podem ser reutilizadas como ninhos de rebelião e do aproveitamento e requalificação de alcáçovas úteis para o aquartelamento de tropas omíadas, a manutenção do *amān* dado a Hafṣ ibn ‘Umar e familiares e a sua condução a Córdova, “capital de la comunidad, y obligados a residir cerca del califa, para que la gente fuera una sola nación, obediente, tranquila, sometida y no soberana, gobernada y no gobernante”, decisões e princípios que são comunicados a todos os governadores e que o emir / califa cumpre rigorosamente, dá o timbre aos rebeldes que ainda se mantêm do que os poderá esperar de um soberano omíada sistemático nas suas decisões e organizado nas suas acções, com um *modus operandi* bem diferente do emir anterior e seu avô e que faz um uso hábil da propaganda política¹⁵²².

Por outro lado, a morte de ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī¹⁵²³ em 311 H - Abril de 923-24 mas também, no mesmo ano a morte de Ordonho II que, como se viu, descia com facilidade à linha do Guadiana, abrem ao (já) califa de Córdova uma janela de oportunidade para poder intervir no Ġarb com uma grande dose de sucesso.

1518. cf. Alberto Cañada Juste, “Revisión de la campaña de Muez. Año 920”, in *Príncipe de Viana*, Año n.º 46, N.º 174, 1985, pp. 117-143.

1519. Sobre as terras da actual Rioja em época islâmica veja-se María Jesús Viguera Molins, *La Rioja en Al-andalus (siglos VIII-XII)*, disponível em <http://www.geocities.com/urunuela24/viguera/riojaandalus.htm>

1520. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.108-109; trad. p. 131-132.

1521. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.110; trad. p. 133.

1522. ‘Abd al-Raḥmān III faz uma circular, com um sentido de propaganda e com um alcance político que vai além do simples curto prazo que manda ler e dar a conhecer em todo o al-Andalus; trat-se de mais um elemento que favorece o sucesso de acções posteriores, como a que irá ter lugar sobre o Ġarb - *Muqtabis V*, fl.141-142, trad. p. 168-169; a versão de al-Rāzī é também dada: *ibidem*, fl.147-148, trad. p. 173-175.

1523. Diz Ibn Ḥayyān que teria sido morto por companheiros seus, “por una diferencia que tenían”; divisões internas que ajudam, tal como a morte de ‘Umar ibn Ḥafṣūn, à afirmação do que será o primeiro califa do al-Andalus. Teria sido morto em 311 H / 923-924 por correligionários junto de quem houve problemas (divisões no seio da família?) - cf. *Muqtabis V*, fl.121, trad. p. 145. A morte de ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī vem igualmente referida no Bayān; cf. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, p. 185; trad. p. 306; veja-se igualmente E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 24 e trad esp., *Hist. de España*, IV, p. 275.

A vinda das forças omíadas sobre o Ġarb foi preparada. Antes de cair directamente sobre a cidade de Badajoz, os agentes de ‘Abd al-Raḥmān III asseguram-se do controle sobre localidades vizinhas importantes. A noroeste de Córdova havia territórios rebeldes que resistiam ao poder central; só depois de o exército emiral comandado pelo vizir Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās¹⁵²⁴ tomar a acutal Mojáfar - ‘Umm Ġa‘far -, “capital dos Nafza naquela zona”, o poder de Córdova ficou com caminho aberto para o vale médio do Guadiana e acesso fácil a Mária. Deve referir-se que o chefe dos Nafza de ‘Umm Ġa‘far¹⁵²⁵ foi um dos casos de rebelde que negociava, a quem é concedido o amān e que, ao ir para Córdova, é inscrito no rol, no dīwān dos que passam a servir directamente o poder central, como um dos seus efectivos militares; aliás, a crónica não esconde o carácter utilitário desta negociação: “como era hombre de buena reputación, que ofrecía entregar la fortaleza e irse a la capital, con tal de que se le confiara el amán, se le inscribiera en el rol y se le dieron abundantes medios”¹⁵²⁶. Este exemplo, não único no al-Andalus, acabará por dar frutos também no Ġarb, embora sem todas as negociações se venham a revelar fáceis.

Alange, apesar da destruição causada por Ordonho II, foi reocupada e os homens de Mas‘ūd ibn Tāġīt que a ocupam resistem inicialmente às tropas comandadas por Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās que antes obtiveram a submissão de Mojáfar. Porém, este membro dos Banū Tāġīt que controlavam Mérida e territórios em seu redor decidem também seguir a via negocial. Após algum compasso de espera, Mérida submete-se¹⁵²⁷ e o negociador acaba por conseguir reservar para si benefícios pessoais¹⁵²⁸.

É sem qualquer animosidade que entrarão em Mérida os representantes da autoridade central: um novo governador - ‘Abd al-Malik ibn al-‘Āṣī, que chega a Mérida depois de três dias de viagem - com cerca de 2.000 homens de armas. Estes últimos são 1000 “adalides” - combatentes capazes - e outros tantos mercenários. Estes últimos são “tangerinos” e destes norte-africanos metade são tropas especializadas - arqueiros¹⁵²⁹.

Estas tropas provenientes de Córdova aquartelam-se no símbolo por excelência do domínio omíada sobre a velha capital da *Lusitaniyya* - a alcáçova edificada no século IX¹⁵³⁰ que, provavelmente,

1524. Que acumula a função de *qā'id* na região em redor de Mérida - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.157-158; trad. p. 183.

1525. Trata-se de um Ibn ‘Isā [Jesus] da família dos Banū Waraġūl - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.157; trad. p. 183.

1526. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.157; trad. p. 183.

1527. Ibn Ḥayyān dá a entender que teria havido discussão prévia em Mérida antes de se optar pela via negocial; discussão que pode ter a ver com o funcionamento “democrático”, com base em reuniões de *maġlis*, promovidas pelos berberes Banū Tāġīt que governavam a cidade. O negociador, um berbere de Mérida chamado Ibn Munḍir, traz para Mérida os resultados da sua negociação; e, só depois, após a “população” ficar a saber qual passaria a ser o seu estatuto fiscal e o que aconteceria aos seus bens, decide anuir e informar ‘Abd al-Raḥmān III da sua concordância - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.157; trad. p. 183.

1528. Por outro lado, Ibn Ḥayyān mostra que estes berberes de Mérida - Alange tinham o seu alfaquí, um berbere de Mérida chamado Ibn Munḍir, o qual conhecida o *hāġib* de ‘Abd al-Raḥmān III (Mūsā inm Muḥammad ibn Ḥudayr); será por esta via, pelo dos conhecimentos prévios e das redes de influências existentes, que o referido alfaquí *māridī* não só negociava a rendição de Mérida como consegue, igualmente, obter para si - para além de ofertas generosas - o cargo de *qādī* da nova Mérida, de uma Mérida submissa a ‘Abd al-Raḥmān III depois de negociar condições vantajosas.

1529. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.159; trad. p. 184.

1530. A construção militar edificada pelos omíadas em Mérida é **tanto chamada de Ḥiṣn como de qaṣaba**; esta

deve ter sofrido obras de adaptação para receber estas tropas enviadas desde as margens do Guadalquivir¹⁵³¹.

Mérida e a sua alcáçova tornam-se numa importante base militar que não se limita a estar operacional apenas na cidade. Não fazia sentido enviar tantas forças para a cidade se não houvesse intenção de usar Mérida como trampolim para outras operações e base onde estacionavam forças capazes de intervir fora da cidade. E, de facto, Ibn Ḥayyān diz ficam sob a tutela do mesmo governador que fica à frente da cidade de Mérida - ‘Abd al-Malik ibn al-‘Āṣī - “Miknāsa, Hawwāra, Nafza y Laqant, ampliándose sus competencias y jurisdicción”, que significa que um território muito vasto em redor de Mérida mas que ultrapassa aquele que até então era controlado pelos Banū Tāġīt; trata-se de territórios onde se encontram grupos berberes e que, gradualmente, se vão submetendo ao poder do que nesse mesmo ano de 316 H / 928-929 se tornará no primeiro califa omíada do al-Andalus, passando a usar o título de *amīr al-mū’minīn* ou “príncipe dos crentes”¹⁵³².

É, pois, num quadro de controle apertado da bacia do Guadiana e já com a assunção do título de *amīr al-mū’minīn* - é irónico que no momento em que o título que pela primeira vez é usado no al-Andalus, título que tem uma carga essencialmente oriental, o novo califa empreenda uma campanha para ocidente - para um título que se inicia a campanha sobre território a ocidente de Mérida e se decidiu avançar, determinadamente, sobre a cidade de Badajoz, considerada claramente como o centro vital e cidade principal que controlava uma grande área do *Ġarb al-Andalus*.

Objectivo Ġarb - Badajoz cercada

É em finais de Abril de 929 / rabī’ I de 317 que tem o alarde, preparação e apresentação das tropas em Córdova com destino a Badajoz e aos territórios a ocidente do Guadiana¹⁵³³. Esta não é uma expedição qualquer; ciente da sua importância e da quantidade e preparação das forças que tem à sua disposição, o “príncipe dos crentes” leva consigo dois dos seus filhos: o futuro herdeiro e califa al-

aparente confusão ou alternância entre dois termos aparentemente não coincidentes foi estudada para o caso dos territórios de Ibn Ḥafṣūn; para esses territórios, Virgilio Martínez Enamorado chega à conclusão de que *ḥiṣn* pode ser, fora de contextos urbanos, equivalente a *qaṣaba* ou *qaṣba* - Virgilio Martínez Enamorado, *Al-Andalus desde la periferia: la formación de una sociedad musulmana en tierras malagueñas (siglos VIII-X)*, Málaga, Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2003, pp. 278-280; veja-se também Virgilio Martínez Enamorado, “La terminología castral en el territorio de Ibn Hafsun” in *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Ayuntamiento de Algeciras, 1998, (pp. 33-78), pp. 53 e 74-78. É claro que esta possível equivalência, dada por quem escreve os textos, poderia não ser entendida perfeitamente assim pelos homens da guerra.

1531. Ibn Ḥayyān (*Muqtabis V*, fl.159; trad. p. 184) identifica-a como “a sua alcáçova superior” - قَصَبَتِهَا الْمُنِيفَةَ - Como a raiz árabe de origem de المُنِيفَةَ - *almunīfa* - é NWF e pode significar “ser elevado”, ou “ser excelente” (*elevado*, mas em qualidade) e como a topografia de Mérida não deveria permitir a existência de duas alcáçovas diferentes em termos topográficos, tudo aponta para que se pretendesse dizer que a alcáçova era **“superior” em qualidade**. Este edifício mantinha, pois, cerca de um século depois da sua elevação, um prestígio muito grande no quadro da arquitectura militar do al-Andalus.
1532. Sobre o título de *amīr al-mū’minīn* ou “príncipe dos crentes”, título que começou por ser utilizado por ‘Umar ibn al-Khattāb, o segundo dos califas *raṣīddun*, ver E.I.2, I, s.v. “*amīr al-mū’minīn*”, (H. A. R. Gibb)
1533. Esta campanha encontra-se amplamente tratada no *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān (*Muqtabis V*, fl.161-164; trad. p. 186-189), em Ibn ‘Idārī, (*Bayān II*, fl. 199-201; trad. pp. 330-333) e na *Crónica Anónima...*, § 62 e 63; trad. pp. 154-155.

Hakam II e o filho al-Mundir; entre outros, acompanha esta expedição o vizir Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ḥudayr¹⁵³⁴.

O modelo aplicado a Badajoz é semelhante ao praticado anteriormente: primeiro, o convite à submissão, seguido de, caso a primeira medida falhe, o envio de tropas.

Ibn Ḥayyān refere neste particular, o envio de “mensageiros e alamines” a TODAS as *Kuwar* do Ġarb; pretendia-se avisar, dar a conhecer o que poderia ser o segundo passo e cativar as gentes que se tinham mantido separadas do controlo a partir de Córdova. Embora não se tenham os textos enviados, sabe-se que eram dadas a conhecer as vantagens que daí adviriam para os que voluntariamente aceitassem colocar-se sob a autoridade do califa de Córdova¹⁵³⁵. E, é afirmado com clareza que Badajoz é considerado como objectivo prioritário, dada a tradição da afirmação do poder de uma dinastia aglutinadora na região envolvente.

Badajoz resiste e tenta manter a sua independência.. Sabe-se que esta Badajoz de inícios do século X extravazava as muralhas acabadas de reparar e melhorar; de facto, fala-se na existência de **arrabaldes** até onde foram perseguidos rebeldes que, depois, se introduziram no interior das muralhas¹⁵³⁶; aliás, e seguindo o que era habitual em assédios e ataques a cidades e redutos fortificados rebeldes - à semelhança do que se passara em Bobastro e outros locais - as tropas califais para além de destruir colheitas, derrubar árvores e destruir outros recursos (como, eventualmente, sistemas de irrigação e de moagem, junto às margens do Rivillas e / ou do Guadiana), as tropas de Córdova decidiram “queimar-lhes as casas de fora da muralha”, casas que já haviam evacuado¹⁵³⁷.

Embora não tenha tomado ainda a cidade de Badajoz, o califa ‘Abd al-Raḥmān III tem um aguçado sentido da territorialidade e, ainda com uma Badajoz por conquistar, a partir do exterior desta cidade vai já controlando o território envolvente e controlando estreitamente as localidades em redor. Assim, deixa o assédio a Badajoz e dirige-se a Mérida onde, ente outras medidas, substitui o seu governador¹⁵³⁸.

Regressando a Badajoz, o cerco sobre a cidade sofre alterações; parece entrar numa **segunda fase**, de endurecimento do cerco, dada a continuação da resistência¹⁵³⁹. Esta segunda fase parece ser ca-

1534. Possivelmente irmão do *hāḡib* Musà ibn Muḥammad ibn Ḥudayr - cf. Ibn Hayyān (*Muqtabis V*, fl.157; trad. p. 183).

1535. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 161; trad. p. 187.

1536. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 161-162; trad. p. 187. Sobre a Badajoz deste período vejam-se, sobretudo Fernando Valdés, *En torno al Badajoz Islámico. Trabajos sueltos de arqueología andalusí*, Diputación Provincial, Badajoz, 2001 e Manuel Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana (Badajoz 713-1248)*, Badajoz, 1991.

1537. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 162; trad. p. 187. As muralhas, essas, no momento da chegada das tropas califais estavam equipadas com **mais que uma porta**.

1538. No ano anterior fora nomeado ‘Abd al-Malik ibn al-‘Āṣī, o qual dará lugar a Muḥammad ibn Ishāq al-Qurāṣī, irmão do *qā'id* que assegurava a continuação do assédio sobre Badajoz - Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 162; trad. p. 187. Ibn ‘Idārī, no seu *Bayān*, dá a entender que a situação em Mérida necessitava de mudanças - Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 214; trad. pp. 331.

1539. Não seria impossível que, dada a queda de Mojáfar e, depois, do eixo Alange - Mérida, o califa acreditasse que também Badajoz preferisse - depois de alguns escaramuças iniciais - a solução negocial pouco tempo após a chegada das tropas califais que, como se sabe, nesrta campanha contavam com o califa em pessoa e

racterizada pela maior intensidade do cerco e pelo uso, à semelhança do que acontecera em casos anteriores, de construções militares ofensivas, os referidos contra-baluartes que deveriam formar uma rede apertada em redor da cidade¹⁵⁴⁰. Porém, a informação dada pela *Crónica Anónima*, se bem que semelhante, pode levar a que se coloquem outras hipóteses; diz esta crónica que o califa estando em redor de Badajoz “la cercó estrechamente y guarneció los castillos que la rodeaban con jinetes e infantes”¹⁵⁴¹. Neste caso, pode considerar-se, como hipótese que as tropas califais, à semelhança do que acontecera em Bobastro, recorreram à ocupação de fortificações existentes, a partir de onde flagelavam os campos em redor de Badajoz e “sufocavam” os seus habitantes e dirigentes. Não seria, pois, impossível e improvável que as tropas de Córdova tivessem procedido à ocupação de locais previamente fortificados em redor de Badajoz, alguns deles a ocidente da cidade - como poderia ter sido, eventualmente, Juromenha ou Elvas - esta numa posição de padraço em relação à capital dos Banū Ġilliġī - locais que, controlados por tropas de Córdova, imediriam o socorro de aliados provenientes do ocidente - como seriam, eventualmente, forças provenientes de Évora ou de al-Qaṣr. O controlo sobre um local proeminente como Elvas, por exemplo, permitiria controlar as vias tradicionais de ligação de Badajoz com os territórios a ocidente desta cidade - elemento fundamental para completar o anel de controle sobre a cidade de Badajoz, dado que para oriente, Mérida, Alange e outras fortalezas permitiria isolar tacticamente a cidade de Badajoz.

Deixando o cerco sobre Badajoz “a apurar” - depois de ter recebido novos condimentos táticos -, o califa inicia a preparação de novas iguarias militares para completar o seu banquete sobre o Ġarb.

Esta tática, porém, já a usara antes. Numa campanha de 914 (contra Málaga, Algeciras e Carmoña) ‘Abd al-Raḥmān III cerca o castelo de Torrox mas, depois de cinco dias nesse teatro de operações, deixa tropas aí e ele mais alguns dos seus homens dirigem-se a Málaga¹⁵⁴².

A sede de Beja e a sua alcáçova

Assim, com uma Badajoz estreitamente controlada - sob o comando do *qā'id* Aḥmad ibn Ishāq al-Qurāṣī, **um parente do califa, e futuro rebelde**, também ele¹⁵⁴³ -, o califa ‘Abd al-Raḥmān III desce com algumas tropas sobre a cidade de Beja¹⁵⁴⁴. O califa ‘Abd al-Raḥmān III, segundo Ibn Ḥayyān, avançou sobre Beja com “o grosso do seu exército”, chegando junto desta madīna ao primeiro dia de *ġumādā II* desse ano (12 de Julho de 929); a crer em Ibn Ḥayyān, a cidade de Beja aguranta o cerco durante cerca de duas semanas¹⁵⁴⁵.

dois dos seu filhos.

1540. Ibn Ḥayyān fala de “malha de caçador”, ou seja, rede ou armadilha de caça para ilustrar metaforicamente a forma como o cerco está montado em redor de Badajoz - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 162; trad. p. 188.

1541. *Crónica Anónima...*, § 62; trad. pp. 154.

1542. Ibn ‘Idāri, *Bayān II*, fl. 171; trad. pp. 273-274.

1543. Sobre esta personagem veja-se Elías Terés, “Linajes árabes en al-Andalus (primera parte)”, *Al-Andalus*, XXII, 1957, pp. 55-112; Elías Terés, “Dos familias marwanies de al-Andalus”, *Al-Andalus*, XXXV-1, 1970, pp. 93-118.

1544. Esta informação consta também de Ibn ‘Idāri, *Bayān II*, fl. 214; trad. pp. 331.

1545. A cidade rende-se em meados de *ġumādā II* desse mesmo ano (12 de Julho de 929) - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 163; trad. p. 188.

Quais as fases por que passou o assédio sobre Beja? Seguindo, uma vez mais a informação mais rica disponibilizada por Ibn Ḥayyān, o controle sobre Beja passa também pela fase do convite à submissão - o dirigente ‘Abd al-Raḥmān ibn Sa‘īd ibn Mālik é admoestado mas decide inicialmente resistir por detrás da muralha da sua cidade¹⁵⁴⁶ - passando-se, depois, à fase do cerco apertado.

A cedência do bejense ibn Sa‘īd ibn Mālik ter-se-ia ficado a dever a uma circunstância precisa - a sede das populações. O Muqtabis diz de forma clara que as tropas califais lhes “cortou o aprovisionamento, fazendo-lhes sentir a necessidade e a sede”; sem se conhecerem detalhes da operação levada a cabo, que deve ter passado pelo controle estreito das portas da muralha mas que pode ter passado igualmente pelo controle sobre poços ou alguma antiga estrutura de condução de água ao interior de uma cidade que, aparentemente, não tinha nos poços do seu interior uma fonte segura de abastecimento, o “rebelde” ‘Abd al-Raḥmān ibn Sa‘īd ibn Mālik pede o *amān* e negocia a sua rendição.

O Bayān, porém, dá outras informações, que podem ser esclarecedoras acerca da forma como decorreu o cerco sobre Beja. Tendo recebido unicamente uma resposta “dilatória”, as máquinas de guerra foram montadas e a cidade atacada; nesse ataque foi derrubada uma das torres da muralha, morrendo - de várias formas - os que sobre ela se encontravam; esse acontecimento foi o momento de viragem no ataque, e a cidade solicitou a rendição¹⁵⁴⁷.

Ora, se se combinar esta informação com a que dá Ibn Ḥayyān - acerca do papel decisivo que teria tido a falta de água - é de colocar a hipótese de que se tenha derrubado não uma simples e vulgar torre de flanqueio, mas sim uma torre (ou uma estrutura fortificada mais complexa, que incluísse uma torre) vocacionada para o controle do abastecimento de água. Ou seja, o que normalmente é conhecido sob o nome de Couraça.

Aparentemente compreensivo para com a população da cidade, esta recebe um novo governador¹⁵⁴⁸ - nomeado pelo califa - poucos dias depois, nomeação à qual acresce uma medida importante: a edificação de um edifício que, aparentemente, antes não existia¹⁵⁴⁹ - “uma alcáçova (figs. 34 - 37), exclusivamente para o governador e os seus homens”¹⁵⁵⁰, ou seja, para os corpos estranhos que se colocam separadamente mas dentro da cidade para a controlar, alcáçova essa que poderia ter sido edificada, eventualmente, edificada no interior da muralha da cidade, junto à actual Porta de Évora¹⁵⁵¹.

1546. O texto refere a muralha - سور - que então deveria estar fisicamente capaz de resistir a um assédio - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 163; p. ٢٤٨.

1547. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 214-215; trad. pp. 331-332.

1548. Trata-se de ‘Abd Allāh ibn ‘Amr ibn Maslama, nomeado aos 10 de Agosto desse ano de 929 - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 163; trad. p. 188.

1549. Veja-se Juan A. Souto, “Obras Constructivas en Al-Andalus durante el gobierno de ‘Abd Al-Rahmān III según el volumen V del Muqtabis de Ibn Hayyān”, *Qurtuba*, I, 1996, (pp. 193-206), pp. 202 e 206.

1550. “وأمر بابتناء قصبّة فيها يتفرد فيها العامل عليها ويسكنها برجاله” - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 163; p. ٢٤٨.

1551. Não se detecta na Beja actual a existência desta alcáçova de inícios do século X. Poderia estar implantada, tal como no caso da de Mérida, num dos cantos do interior da muralha da cidade. Assim, não será de descartar a hipótese de eventualmente o actual castelo de Beja, implantado numa zona encostada à muralha, poder vira revelar, se a zona vier a ser escavada, vestígios dessa alcáçova de iniciativa califal, edificada possivelmente

Continuando o seu périplo pelas zonas “rebeldes” do Ġarb, o califa desloca-se com tropas para sul, ainda em inícios de Agosto de 929, para a cidade (“madīna”) de *Ukšūnuba*¹⁵⁵². De caminho, as tropas califais teriam já submetido um castelo dependente de *Ukšūnuba*, conhecido como “ar-Riqā’”, fortificação estrategicamente importante para o poder dos senhores de *Ukšūnuba*, dado que aí se teria encontrado muito material de guerra¹⁵⁵³.

Antecipando-se à acção bélica do califa, o senhor de *Ukšūnuba*, de seu nome *Khalaf*, filho de Bakr, enviando mensageiros ao califa, pedindo *o amān*, desculpando-se com a distância a que os seus domínios estavam e preparando-se para pagar impostos, tributos e obrigações ao califa, mas solicitando que viesse a ser mantido no posto.

O factor “antecipação”, reconhecimento imediato da soberania do califa - fruto certamente também das sucessivas conquistas operadas pelas tropas califais, bem como a informação recolhida por ‘Abd al-Raḥmān *al-Nāṣir li-dīn Allāh* de que o rebelde de *Ukšūnuba* era popular na região, tê-lo-ao levado, uma vez mais e seguir o caminho aparentemente mais prático e adequado à conjuntura; mostrando-se magnânimo, confirma *Khalaf* ibn Bakr no posto de governador, aplicando-lhe a obrigação de pagar regular ع pontualmente “párias” - جباية - que lhe foram fixadas¹⁵⁵⁴.

sob o controle do ‘*amil*’ Abd Allāh ibn ‘Amr ibn Maslama.

A zona de implantação do castelo de iniciativa dionisina - tem a seu favor várias circunstâncias; por um lado, o aparecimento de contextos arqueológicos de época islâmica precisamente no interior do perímetro da muralha de Beja (se bem que contextos mais tardios - cf. F. Branco Correia, “Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja”, in *Actas da IV Congresso Internacional «A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, (Lisboa, 1987), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1991, pp. 373-385); por outro lado, a existência de uma porta monumental, possivelmente de época romana - conhecida como Porta de Évora - possivelmente não desperdiçada em época islâmica, porta essa implantada precisamente entre o castelo medieval e o achado dos referidos contextos de época islâmica. Veja-se cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média : presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Ed. Colibri e Fac. Letras Univ. Coimbra, 1999, pp. 64, 140, *passim*; Mário BARROCA, e Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal - o Gótico*, Lisboa, 2002; Mário Jorge BARROCA, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. XV (1), Porto, 1998, pp. 801-822. É útil ver SILVA, Félix Caetano da, “História das Antiguidades da Cidade de Beja”, *Arquivo de Beja*, Vol. V, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1948 e ainda o título específico de CANELAS, Carlos Augusto Ponce, “Beja e as suas fortificações”, *Arquivo de Beja*, vol. 23-24, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1966; veja-se a descrição clara de ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Beja*, Vol. XII, Lisboa, 1992.

Há, pois, uma continuidade ocupacional muito forte nessa área - sem contar com a construção da igreja conhecida como de S. Amaro, em relação à qual se tem colocado a hipótese de ter sido erguida em fase posterior ao Império romano (cf. TORRES, Cláudio e CORREIA, F. Branco, *Núcleo Visigótico - Museu Regional de Beja*, Beja, 1993, pp. pp. 24-27). Porém, só uma intervenção arqueológica na zona poderá esclarecer se assim aconteceu.

1552. مدينة أکشونبة Ibn Hayyān, *Muqtabis* V, fl. 163; p. ٢٤٨; trad. p. 188.

1553. O *Muqtabis* diz حصن الرقاع, sem vocalização. Os tradutores optam por “ar-Riqā’” ou al-Riqā’; esta fortificação não foi localizada, mas a sua grafia poderia corresponder a uma tentativa de reprodução de Ourique. Não se sabe, porém, qual o caminho que as tropas califais tomaram para chegarem ao “Sāḥil” de *Ukšūnuba* - Ibn Hayyān, *Muqtabis* V, fl. 163; p. ٢٤٨; trad. p. 188.

1554. Fizeram-se verdadeiras negociações entre o califa - ou um dos seus representantes - e *Khalaf* ibn Bakr; estes, mostrando-se submisso, colaborador e pagador, recebe em troca a sua recondução à frente dos destinos da agora kūra de *Ukšūnuba*.

O Ġarb, se bem que conquistado em grande medida numa só campanha, que se prolongará até ao ano seguinte no caso de Badajoz, não foi tomado com medidas uniformes; o mérito e a sagaçidade do califa ‘Abd al-Raḥmān *al-Nāṣir li-dīn Allāh* residem, em grande medida, na capacidade para adaptar as respostas a dar a cada uma das circunstâncias ou realidades com que se deparava.

Pegando num exemplo que tem a ver com a arquitectura militar, as negociações com o rebelde de Beja foram diferentes das que resultaram da anexação pacífica de *Ukšūnuba*; se no primeiro caso o próprio califa decide avançar com a construção de uma alcáçova para o governador e para as tropas que aí ficaram estacionadas, no caso de *Ukšūnuba* não há referência à edificação de qualquer construção militar, nem mesmo à colocação aí de tropas provenientes de Córdova.

Já no caso de Badajoz, a sua sumissão ao califa omíada revelou-se mais difícil; as tropas que aí ficaram, comandadas por Aḥmad ibn Ishāq al-Qurāṣī passam por cambates duros e duradouros e, como é habitual, por destruição de bens e colheitas das gentes de Badajoz. O aprisionamento - e posterior execução em Córdova - de sete dezenas de cavaleiros aprisionados¹⁵⁵⁵ terá contribuído para fazer fraquejar a determinação dos sitiados na cidade da margem esquerda do Guadiana; terá sido depois desse incidente que ‘Abd al-Raḥmān ibn ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī solicita a Córdova o *amān*; o *amān* dado a Badajoz teve lugar em inícios desse mesmo ano de 318 H (entre 3 de Fevereiro de 930 e 23 de Janeiro de 931). E, tal como outros “rebeldes” mais resistentes, é deslocada com toda a família e homens de armas “bravos” que o serviam para Córdova, com “mercês amplas”, ao mesmo tempo que seguia para uma Badajoz que se submete - mas que, aparentemente não chegou a ser conquistada pelas tropas de Córdova - ‘Uṭmān ibn ‘Abd Allāh, o primeiro de uma série governadores féis a *al-Nāṣir li-dīn Allāh*¹⁵⁵⁶.

Grande destaque recebem nas crónicas compiladas por Ibn Ḥayyān as campanhas levadas a cabo no Ġarb nas quais estiveram presentes o primeiro califa omíada e dois dos seus filhos. A submissão de Badajoz, feita com o Califa longe do acto, recebe menos atenção de Ibn Ḥayyān; e os dados relativos a localidades mais a ocidente surgem, mas com menos facilidade e, por vezes indirectamente.

De facto, a partir da leitura do *Muqtabis* fica-se com a percepção de que a parte mais ocidental do Ġarb ou já Córdova a controlava ou a sua conquista foi de tal forma fácil que não merece ser referida.

Há, porém, outros indícios. Quando a *Descrição Anónima do al-Andalus*, conhecida como *Dīkr bilād al-Andalus* refere, entre os muitos rebeldes que levantaram contra o emir ‘Abd Allāh, avô de *al-Nāṣir*, um Ibn ‘Awsaḡa que se tinha revoltado em “Lisboa, Oporto [sic] y sus territorios”, o que indica a existência de um estado de ampla autonomia na zona terminal do vale do Tejo. Porém, sobre este rebelde muito pouco se sabe.

Por outro lado, sabe-se ter havido uma campanha militar dirigida contra o vale do Tejo, nesta fase. Ibn Ḥayyān que diz que a decisão de conquistar Toledo só foi tomada pelo califa depois de ter assegurado o controle sobre outras regiões ou *kuwar*: “cuando an-Nāṣir hubo terminado la conquista de las ciudades del oeste de al-Andalus, Beja, Ocsonoba, Mérida, Badajoz, Santarén y sus dependen-

1555. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 164; trad. p. 189.

1556. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 179; trad. p. 205.

cias, su tesón y resolución le movieron a continuar con Toledo, fortaleza y capital principal, de gran importancia en la antigüedad, que resistió con éxito a los reyes de diversas naciones”¹⁵⁵⁷.

Más que salientar a campanha sobre Toledo - uma mais que se inicia com o envio de cartas a tentar a submissão pacífica - interessa ter presente que houve uma campanha contra Santarém e o seu território. Mas é um outro cronista que esclarece esses; ‘Arīb b. Sa‘īd (ou b. Sa‘d) refere, textualmente, que o *qā'id* Aḥmad ibn Ilyās no ano de 316 H / Fevereiro 928-929 “partió en expedición hacia las coras de la zona occidental y, sin labrar batalla, conquistó Mérida y Santarén. Concedió amnistía a la población y dispensó su acogida inmejorable a las gentes que fueron a verle”¹⁵⁵⁸; semelhante é versão que é dada no *Bayān*¹⁵⁵⁹.

Significa que quando a campanha califal contra Badajoz foi iniciada, já se tinha cortado a via ocidental que poderia fornecer os apoios que pudessem vir do extremo ocidente do Ġarb para a cidade de Badajoz.

É possível até que se tivesse utilizado um dos caminhos ou rotas por alguns dos geógrafos como, por exemplo, o coevo Ibn Hawqal¹⁵⁶⁰, que permaneceu algum tempo no al-Andalus, durante o século X, percorrendo alguns dos seus caminhos e identificando, entre os que localiza no Ġarb, uma via entre Šantarīn e Baṭalyaws (Badalhouce, Badajoz).

A parada militar preparatória da campanha contra Toledo tem lugar e aos primeiros dias de *rabi' II* do ano de 318, ou seja, em inícios de Maio de 930, em Córdova¹⁵⁶¹ é efectuada quando todo o Ġarb se encontra subjugado e controlado.

A afirmação do poder no Ġarb

O califa ‘Abd al-Raḥmān III depois de ter assegurado o controle sobre o Ġarb nomeia governadores e coloca forças militares nas zonas acabadas de controlar.

Não é de crer que Lišbūna e Šantarīn, *kuwar* remotas, geograficamente distantes da capital do califado, não tivessem recebido obras de carácter militar para alojar os contingentes de tropas que aí se teriam estacionado. É claro que as fontes não referem a construção de nenhuma Qaṣaba em Badajoz, nem em Ukšūnuba mas também se sabe que nem sempre as fontes dão importância a esses detalhes.

Porém, é de crer que aproveitando estruturas existentes ou edificando novas, pelos menos estas duas cidades da bacia do Tejo tenham recebido obras para aquartelamento de tropas vindas de fora. Este

1557. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 186; trad. p. 212.

1558. ‘Arīb b. Sa‘īd, *La Crónica de ‘Arīb sobre al-Andalus*, (trad. e estudo por) Juan Castilla Brazales, Granada, Impredisur, 1992, p. 204, §6.

1559. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 211; trad. p. 327; Ibn ‘Idārī refere também que as tomadas de Mérida e Santarém foram feitas sem combate.

1560. Ibn Hawqal, *Kitāb Surāt al-Ard* (كتاب صورة الارض); trata-se de um geógrafo natural de Nisibis, no sul da Anatólia, antes conhecida como Antiochia Mygdonia e hoje cidade turca de seu nome Nusaybin.

1561. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 187; trad. p. 213. O texto diz que a expedição contra Toledo teve lugar “a primeros de *rabi' II* del 318, en abril solar del citado año”; porém, o primeiro dia de *rabi' II* desse ano coincide com 3 de Maio; a diferença é mínima, mas denota dificuldades em conjugar os dois calendários no al-Andalus.

aspecto é importante, porque tem de ser relativizada a afirmação, dada por al-Idrīsī no século XIII, de que Santarém não dispunha de muralhas.

Da facto, de entre as muitas nomeações que são feitas em 317 H / 929-930 pelo califa para o governo das várias kuwar deve salientar-se o facto de que em Alcácer são confirmados como governadores Yaḥyà ibn Adānis e o seu sobrinho ‘Abd Allāh ibn ‘Umar ibn Adānis “na costa ocidental e suas dependências montanhosas”¹⁵⁶², situação de continuidade com o passado que sugere a existência de um acordo entre esta família de origem berbere e o governo central califal. Para além da continuação de Mérida nas mãos de Muḥammad ibn Ishāq, a Beja regressa o ex-rebelde ‘Abd al-Raḥmān ibn Sa‘īd ibn Mālik; Khalaf ibn Bakr mantém-se à frente de Ukšūnuba mas, apesar destas continuidades, há novidades interessantes tanto para Évora como para Santarém. Em Évora, perde-se o rasto da família al-Surunbāqī; Santarém recebe um “oficial” talvez pela sua posição militar importante e estratégica frente a uma Coimbra conquistada pelos asturiano-leoneses¹⁵⁶³.

Questões e omissões e silêncios

A **questão episcopal** parece estar ausente das fontes escritas. Quando se fala da revolta de Ibn Marwān em Mérida, da sua vontade de se estabelecer em Al-Albašarnal, da sua ida para territórios do Norte e do seu posterior assentamento em Badajoz, as fontes não fazem referência - ao contrário do que acontece com Ibn Ḥafṣūn - da existência de bispos, com os quais o rebelde pode pactuar ou não, proteger ou não. O mesmo silêncio se sente quando Mérida é tomada pelos Banū Taġīt ou quando Badajoz é cercada e depois tomada pelo califa ‘Abd al-Raḥmān III.

Existisse ou não uma autoridade episcopal cristã na bacia do Guadiana que enquadrasse a comunidade cristã sobrevivente, parece que, se existisse, esse bispo ou bispos estavam desprovidos de proeminência e de poder, que os tornasse necessário em momentos cruciais e de negociação.

Não há, aparentemente, nenhum bispo com proeminência quando Mérida, Beja e Badajoz passam para o controlo mais apertado de ‘Abd al-Raḥmān III¹⁵⁶⁴ e mesmo se pode dizer do momento em Évora, no biénio de 913-914, sofre um processo de destruição e aniquilamento da sua população e, depois, recebe novas gentes que a ocupam e lhe dão vida, gentes essas que são de origem hispânica, dado que se sabe não serem nem tribos árabes nem os indesejáveis - para Badajoz - berberes da região.

Por outro lado, as obras levadas a cabo em tempos de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġillīqī, logo após a campanha devastadora de Ordonho II sobre Évora devem ter dotado a cidade de Badajoz de um sistema defensivo capaz e “moderno” para os tempos que se viviam. Tudo indica que as muralhas desta cidade restiram ao califa e às tropas que ali se permaneceram a sitiá-la. Ba-

1562. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 167; trad. p. 293.

1563. Crónica Anónima, §65, pp. 156-158, embora algo truncado; ver também E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 23-24, trad. esp., *Hist de Esp.*, IV, p. 274.

1564. Sobre a existência de bispados em Mérida e Badajoz duante os séculos de domínio islâmico veja-se TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, *Extremadura Musulmana (Badajoz 713-1248)*, Badajoz, 1991, pp. 227-278 e, sobretudo, Christophe Picard, “Les Mozarabes dans l’Occident ibérique (VIIIe-XIIe siècles)” in *Revue des Études Islamiques*, LI, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1983, pp. 77-88.

dajoz não é tomada, submete-se, a sua elite dirigente claudica, não tanto perante a força dos exércitos califais mas mais devido ao isolamento para o qual foi arrastada.

Depois da queda de Sevilha, de Niebla, de Mérida e toda a zona ao seu ocidente, perante a derrota de Beja e a pronta submissão de Ukšūnuba, a Badajoz pouco mais restava que, no quadro do al-Andalus, a via negocial. Esta submissão coloca, então, uma outra questão: o que se passou com os territórios a ocidente de Badajoz? Que se passa em Évora? Que se passa em *al-Qaṣr*, mas também em *Lišbūna* e em *Šantarīn*??

O califa ‘Abd al-Raḥmān III sente-se extremamente confiante e percebe-se que parte da sua força reside na capacidade de recuperar a ofensiva e de derrubar um por os rebeldes com metodologias militares - táticas e estratégias - inovadoras. Se no caso do Ġarb se previgiou o ataque calculado a cada uma das grandes cidades, terminando aparentemente com a tomada de Badajoz, em outros casos o mesmo califa leva à prática táticas que envolvem não só uma grande duração no tempo - como foi o caso de Badajoz - mas igualmente a edificação de verdadeiras contra-cidades que acabarão por estrangular tática, económica e militarmente as cidades que desta maneira são assediadas. É o que se passou com Toledo, cujo assédio passou por um estudo minucioso do terreno até se ter tomado a decisão de montar o assédio em determinados pontos, chegando-se ao ponto de afirmar que, para mais irritar os rebeldes toledanos, se montou acampamento em cima do cemitério durante 37 dias¹⁵⁶⁵ - os aspectos da guerra psicológica, a atenção aos detalhes não foi negligenciada; para além da construção de uma verdadeira contra-cidade - chamada inclusivamente *madīna al-Faṭḥ*¹⁵⁶⁶, a cidade da vitória - cujo nome se destinava a, por antecipação, esmagar o adversário fechado no interior da velha cidade do Tejo. Cidade que durou para além da cerco; sendo edificada entre Junho e Julho de 930, como afirma Juan Souto, “volvió a ser utilizada por él en agosto de 932, ocasión en que se le llama «campamento urbanizado» y «triumfante campamento»”¹⁵⁶⁷. Semelhante estratégia será depois seguida em Saragoça, em 322 H / Dezembro de 933-934¹⁵⁶⁸.

A Fronteira parece ser complexa. É possível que se tenham ensaiado soluções várias para conter possíveis avanços de incursões cristãs do norte no Ġarb al-Andalus. Por isso, não será de admirar que se refira o estacionamento de tropas ou a nomeação de um governador para a “fronteira de Talavera”, como faz ‘Abd al-Raḥmān III em 931, quando nomeia Sawāda ibn ‘Abd al-Malik para governador da referida “fronteira de Talavera”¹⁵⁶⁹. Nessa conjuntura o que é claramente importante é

1565. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 188; trad. pp. 213-214.

1566. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 188-189; trad. p. 214. Foi edificada no monte de Chalencas, com recurso a “utensilios y operarios” que parece terem trabalhado de forma rápida. Para além das capacidades económicas desta cidade edificada ad hoc, havia aí um verdadeiro centro de acolhimento que dava guarida e protecção a todos os desertassem do interior de Toledo, o que mais deveria aumentar a acção psicológica sobre os cercados.

1567. Juan Souto, “La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997, p. 22.

1568. A existência de **estrategas** em Córdoba está indirectamente confirmada através da correspondência trocada entre o califa e os seus aliados norte-africanos - cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 204; trad. pp. 228.

1569. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 213; trad. pp. 237.

a montagem do sistema militar que conduza à queda de Toledo e não a montagem de um sistema ou teia militar que fizesse face aos cristãos do Norte.

Mas, é também significativo o facto de pouco tempo depois de controlar o vale médio do Guadiana, depois de acabar de controlar Mérida, Alange e Badajoz, o califa ter atribuído a **Talavera uma carga militar especial, transformando esta cidade numa das peças da sua estratégia para tomar a ainda rebelde cidade de Toledo** - mais do que insistir nestes acontecimentos, importa salientar que a supressão das “rebeldias” se fazem como se se tratasse de um jogo de xadrez, fazendo avançar as peças que se consideram importantes para conseguir o **xeque-mate** sobre a cidade de Toledo: movimento que se dará, pouco depois, já no ano seguinte, em 320 H / 932.

Sobre a campanha de Toledo diz-se que o califa tomou atitudes em nada diferentes das reveladas em outras campanhas: assédio forte, a edificação de uma contra-cidade para “secar” e desanimar Toledo e o *amān* generalizado a todos os que rogaram o perdão do califa¹⁵⁷⁰. Mas, fica patente a curiosidade do califa pelas capacidades de defesa passiva da cidade - capacidades que lhe advinham das condições naturais da sua situação mas também das obras de carácter defensivo que possuía e até das suas potencialidades económicas¹⁵⁷¹. Mas, revelador do seu profundo interesse pelas questões tácticas é o facto de se referir que a sua presença esteve ligada não só à observação do sistema defensivo que encontrou em Toledo mas igualmente a novas edificações, para além de reparações que foram levadas a cabo; assim, o califa teria em Toledo posto em prática “atinadas ideas y sorprendentes invenciones” de carácter militar¹⁵⁷².

Porém, um olhar atento, revela que algumas das medidas tomadas em Toledo são semelhantes ao paradigma de actuação califal em outros cenários de guerra que tinham por objectivo reduzir os chamados rebeldes.

Por isso, vale a pena ver com alguma atenção as medidas tomadas por ‘Abd al-Raḥmān III na grande cidade do Tejo. Com o objectivo claro de poder controlar facilmente novas rebeliões e de poder ter acesso directo a uma das saídas da cidade, a política califal em Toledo passou pelo restauro de uma ponte sobre o Tejo, junto do qual foi edificado um alcácer, “destinado aa vivienda de caídes y gobernadores”, *al-qaṣr* esse implantado numa zona especialmente reforçada militarmente, o “ceñidor” ou *al-ḥizām*. Resultado da adaptação de ideias militares de origem oriental ou de uma análise criativa do terreno e das necessidades de segurar a manter controlada a cidade acabada de conquistar, o califa al-Nāṣir dá forma à referida zona militar especialmente reforçada - o *al-ḥizām* - e colocada a ponte sob controle exclusivo dos seus homens; O Muqtabis diz claramente que a obra foi planeada e feita de forma a que os seus governadores e alcaides fossem “los únicos que controlasen el puente y la puerta, no la población, que quedó desde entonces en manos del sultán y bajo su cerrojo”¹⁵⁷³.

O interesse do califa por obras e edificações não se pode relacionar unicamente com a sua futura cidade palatina; o seu interesse e cuidado está patente na sua permanência de alguns dias em Toledo

1570. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 213-214; trad. pp. 238-9.

1571. Faz-se referêndcia à importância que na sua economia tinha o cultivo do açafão, também usado em tinturariaa - cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 214; trad. pp. 239.

1572. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 215; trad. pp. 240.

1573. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 215; trad. pp. 240.

para acompanhar os traçados das obras e deixá-las encaminhadas nas mãos dos desconhecidos arquitectos e mestres que laboraram em Toledo.

Este *al-ġizām* parece ter sido obra militar de envergadura e eventualmente sem paralelo em construções militares anteriores no al-Andalus¹⁵⁷⁴, até por que são vários os autores que se lhe referem de forma elogiosa. O que parece claro, e vem na sequência de edificações como a fortificação omíada de Mérida (e, eventualmente, o “castelo” de Elvas), é que as forças militares se mantêm separadas fisicamente, controlando estreitamente entradas e saídas das cidades, dificultando futuras e rebeliões ou a entrada dos “inimigos infieis” a quem os toledanos por vezes recorriam para obter auxílio contra os omíadas¹⁵⁷⁵.

Porém, deve ter-se em conta que o primeiro califa não é o primeiro omíada a fazer obras na zona da alcáçova toledana; esta existia já no século IX, mas deveria ter privilegiado a ocupação de uma cota elevada e não o estratégico controle sobre a ponte¹⁵⁷⁶.

A rendição de Toledo está, se se atender a uma descrição posta na boca de uma testemunha, muito ligada a questões de carácter tributário; o califa irá conseguir a rendição depois de negociar uma tributação que a cidade considera aceitável - possivelmente em comparação com fases anteriores do domínio omíada¹⁵⁷⁷. Antes de avançar sobre o norte cristão, o califa ‘Abd al-Raġmān III pretende pôr fim à rebeldia nos territórios que considera serem parte do *al-Andalus*.

Não é impossível que a concentração de forças califais sobre a cidade de Toledo tenha levado algumas forças cristãs a contra-atacar em outros pontos, ou a criar manobras de diversão em outros pontos do al-Andalus. Foi possivelmente por isso que o qā'id ‘Abd al-Hamid ibn Basīl largou o cerco sobre Toledo e levou a cabo uma campanha militar sobre a Ġillīqiyya, percorrendo zonas de

1574. Toledo já tinha uma alcáçova (cf. Clara Delgado Vallero, “Configuración del Ĥizām de Toledo”, publicado em *Arte Hispano-Musulmán - Artículos*, Madrid, Uned Ed., 2001, (pp. 57-82), pp. 60-63), possivelmente obra de algum dos primeiros emires; porém, essa construção mostrara-se claramente insuficiente - pela sua construção, pela sua implantação mas, sobretudo, por lhe escapar, entre outras capacidades, o controle vital sobre a ponte, controle que a partir de então será efectivo.

1575. Cf. Ibn Ĥayyān, *Muqtabis V*, fl. 213; trad. pp. 238.

1576. **Como já foi dito antes:** {Se o Muqtabis II-1 não reflete a entrada das tropas emirais em Mérida e a construção no ano de 220 H. do edifício conhecido como “alcázaba”, a mesma obra refere que ‘Abd al-Raġmān II, dois anos depois (222 H./ Dezembro de 836 a Dezembro de 837), depois de se colocar e acampar em frente da cidade de Toledo, entrou nela pela força e, sem deixar de ser benevolente para com os seus habitantes, mandou reparar, antes de regressar a Córdova, o “alcázar” que já havia diante da porta da Ponte - Ibn Ĥayyān, *Muqtabis II-1*, fl. 179v; trad. p. 291. Esta descrição relativa à grande cidade do Tejo - para além da interessante colocação de uma construção especial junto a uma porta da ponte -, tem claras semelhanças com a situação que se deve ter vivido na grande cidade do Guadiana, onde se edificará uma construção única para controlar, igualmente, uma porta de ponte. Para aumentar as coincidências deve dizer-se que ‘Abd al-Wāġid ibn Yazid al-’Iskandarānī é um dos dirigentes militares que - dado como presente em Mérida no ano de 217 H.. - esteve na tomada de Toledo em 222 H.. - Ibn Ĥayyān, *Muqtabis II-1*, fl. 178v e 179r; trad. pp. 288 e 291. Sobre a reconstrução desta fortaleza junto à porta da ponte, em Toledo, veja-se também Ibn Ĥayyān, *Muqtabis II-1*, fl. 179v, trad. p. 292.}

1577. Cf. Ibn Ĥayyān, *Muqtabis V*, fl. 217; trad. pp. 242; o testemunho deste “ancião” revela que o califa teria aceite receber unicamente o “azaque” (*zaka*t), pondo fim a alcavalas e a “impostos de alojamento”, aceitando que os toledanos escolhessem representantes entre os seus melhores, ou seja, o que pode entender-se com escolha entre os seus *homens-bons*.

Fronteira, o que teria sido favorável às gentes das fronteiras Inferior e Superior¹⁵⁷⁸. Esta campanha teve lugar no mesmo ano em que parece ter havido rebeliões contra Ramiro II na sequência da campanha califal contra Toledo, rebeliões que podem ter aberto o caminho a acções militares autónomas em relação ao monarca asturiano-leonês.

Proseguindo uma política de conquistas planeadas, continuadas e sistemáticas, as atenções e as tropas de ‘Abd al-Raḥmān III dirigem-se para a última das grandes cidades rebeldes - Saraqusta; cidade que Muḥammad ibn Hāšim al-Tuḡibī controlava.

A campanha contra esta cidade do Ebro tem lugar em 322 / Dezembro de 933-934 e surge nela novidades interessantes. Para além da espectacularidade da parada militar organizada em Córdova e de o próprio califa surgir em traje militar - com cota de malha e de espada à cintura, montado num cavalo inigualável alazão¹⁵⁷⁹ - parece ter surgido pela primeira vez, entre os vários estandartes e insígnias, bandeira com a representação de uma **águia**¹⁵⁸⁰.

Para além desta figuração animal numa insígnia, a apresentação do califa em traje militar - dir-se-á mais tarde, em *uniforme militar* - representa toda uma nova atitude, uma nova estética de apresentação perante a população que, longe de insistir nos aspectos religiosos, parece fazer apelo a uma simbólica desde muito tempo antes ligada à evocação do poder, do *mulk*.

Fausto, águias e pompa, eis o que não faltou na preparação da saída da expedição contra o vale do Ebro, campanha que parece por fim às diversas rebeldias gradualmente controladas.

O próprio califa começa a incluir nas presentes que oferece aos seus aliados norte-africanos paños e estandartes com representações aquilinas¹⁵⁸¹.

Os rebeldes de Saragoça tinham a cidade defendida por um sistema defensivo complexo, um “colar” de fortalezas que protegiam o avanço sobre Saragoça e afirma-se que as tropas califais colocaram armadilhas em redor desses pontos chave para o controle de Saragoça¹⁵⁸².

1578. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 218; trad. pp. 243-44.

1579. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 224; trad. pp. 250.

1580. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 224-225; trad. pp. 250-251; para além do clássico trabalho de E. García Gómez, “Armas, banderas, tiendaas de campañas, monturas y correos en los ‘Anales de al-Ḥakam II’ por ‘Isà Razi’”, *Al-Andalus*, vol. XXXII, 1967, (pp. 163-179), pp. 168-169, que se refere cronologicamente ao período de al-Ḥakam II; não faltam exemplos do uso de águias nos primeiros séculos do mundo islâmico (sobre vários suportes e em vários materiais, passando pelos metais, tecidos, cerâmicas, marfins, ...), tanto no Oriente como no al-Andalus; sem ser exaustivo, veja-se Robert Hillenbrand, *Islamic Art and Architecture*, Londres, Thames & Hudson, reprint de 2005; para o al-Andalus, veja-se o marfim califal conhecido como “bote de Mugira, datado de 357 H / 968, onde surgem águias em posição de destaque - cf. Jerrilynn D. Dodds (ed.), *Al-Andalus - Las artes islámicas en España*, The Metropolitan Museum of Art / Ed. El Viso, N. York - Madrid, 1992, pp. 192-197.

1581. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 239; trad. pp. 265; ver também E. García Gómez, “Tejidos, ropas y tapicería en los ‘Anales de al-Ḥakam II’ por ‘Isà Razi’”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 166, Madrid, 1970, I, pp. 43-53.

1582. Cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 225; trad. pp. 250.

Ibn Ḥayyān faz eco das vicissitudes por que passou o reino de Leão após a morte de Fruela, até Ramiro II ter sido entronizado; Ramiro II que controlava - reconhece o Muqtabis V - território até Coimbra¹⁵⁸³.

(i) Faixa atlântica do Ġarb- ‘Abd al-Rahman III

Faixa atlântica do Ġarb- ‘Abd al-Rahmān III

A conquista de Coimbra, com Afonso III das Astúrias, contribuiu para criar instabilidade na faixa ocidental do Ġarb al-Andalus e uma maior pressão sobre as cidades localizadas a sul da capital do Mondego, cuja presúria se terá dado em 878, pelo Conde Hermenegildo Guterres.

Essa é uma perda importante, que os dirigentes do al-Andalus não esquecerão¹⁵⁸⁴. E haverá motivos para que assim seja, dado que durante o período do governo do califa ‘Abd al-Rahmān III sentir-se-ão momentos de instabilidade sobre a primeira grande cidade implantada a sul de Coimbra, Santarém, onde um governador local se mostrara rebelde e entrará em contacto com Ramiro¹⁵⁸⁵.

Por outro lado, Ordonho III de Leão (925 — Zamora, Agosto de 956) chegará às **portas de Lisboa em 955**¹⁵⁸⁶, numa clara demonstração de força, mas também uma demonstração de como o flanco ocidental e litoral do Ġarb se mostrava vulnerável a incursões de tropas vindas de Norte, aproveitando a conquistada Coimbra como base e testa de ponte para penetrações em direcção a Sul. Mas, era inquestionável que o Califa tinha dado especial atenção a esta zona alguns anos antes, quando passara a controlá-la de forma sólida, colocando em 317 H / Fev. 929.930 à sua cabeça o “oficial” ou ‘arif Khatīb ibn Ayyūb¹⁵⁸⁷

(ii) Vectores do poder militar em tempos de ‘Abd al-Rahman III

A existência de **estrategas** em Córdova está indirectamente confirmada através da correspondência trocada entre o califa e os seus aliados norte-africanos - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 204; trad. pp. 228.

Numa carta que Muḥammad ibn Khazar, emir dos zanatas, envio aos califa do al-Andalus pedindo-lhe auxílio, e colocando-se ao seu serviço, faz as seguintes considerações:

1583. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 233; trad. pp. 258-259.

1584. Lembrada a propósito dos acontecimentos do ano de 303 H - Julho de 915-16 - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.82; trad. p. 103.

1585. Este episódio encontra-se valorizado por David Lopes, em “O domínio Árabe”, *História de Portugal*, (Ed. Barcelos), p. 452, referindo-se que a zona dependente de Santarém tinha muitos castelos

1586. José Luís de Matos é um dos autores que cita este fossado ou algara contra territórios a sul de Santarém - cf. José Luís de Matos, *Lisboa Islâmica*, Inst. Camões, Col. Lazúli, 1999, p. 7.

1587. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.167-68; trad. p. 193.

“Si a mi señor, el califa, parece bien reforzar a su siervo, que sirve a su estado en cuanto puede, con lo que le parezca idóneo para nosotros, que nos dé éxito y que le parezca más apropiado para sí y fácil para nosotros, en fuerza, petrechos, armas, saetas, maquinaria, tiradores, algunos expertos sitiadores y estrategias para el uso de grandes ejércitos pesados, nosotros tenemos cuantos caballos, hombres y rabiosos héroes quieras, numerosos, armados, valientes y tenaces, de distintas tribus y tropas ...”¹⁵⁸⁸.

Se se fica a saber o que o emir berbere pode oferecer - cavalos, homens valentes e armados - é dado a entender o que crê que o califa do al-Andalus pode oferecer e lhe falta - os referidos especialistas em assédios, estratégias, armas e setas, e maquinaria de guerra, ou seja, tropas especializadas e conselheiros militares, capacidades que deveriam ser reconhecidas como superiores no al-Andalus de ‘Abd al-Raḥmān III.

A preocupação de al-Nāṣir pelo que se passava num Norte de África no qual o perigo da *šī’a* se aproximava do Estreito leva-o a intervir; e essa intervenção permite saber que dispunha de uma máquina de guerra apreciável, de uma frota equipada e de uma segunda frota - uma frota de apoio - para além de “tropas especiais” - “escogidos caídes, campeones, mercenarios y paladines, gentes de heroico valor”¹⁵⁸⁹.

Apesar da propaganda que deve estar contida nestas apreciações acerca da capacidade bélica de ‘Abd al-Raḥmān III, estas informações de Ibn Ḥayyān revela um califa interessado e cuidadoso na preparações dos seus exércitos e uma escala de valor a nível dos seus guerreiros. Não se conhece com pormenor, mas deveria haver **preparação militar** ministrada em Córdoba ou nos seu arredores¹⁵⁹⁰.

A capacidade militar do primeiro califa¹⁵⁹¹ do al-Andalus fica igualmente posta em evidência quando intervém militarmente no Norte de África. Em 931 ‘Abd al-Raḥmān III envia ao Norte de África a esquadra na qual participam marinheiros - voluntários de Pechina e Almeria - mas também “1000 mercenários”¹⁵⁹². Ibn Ḥayyān informa que são enviados ao aliado norteafricano Mūsà b. Abī-l-‘Āfiya um “*protoarquitecto y varios operarios*”¹⁵⁹³.

Em 936 dá-se o envio de construtores de fortificações para o Norte de África, colocados ao serviço do aliado norteafricano Mūsà ibn Abī-l-‘Āfiya, para edificar a *qāl’a* de Ġāra. Quem são esses enviados para construir do outro lado do Estreito uma fortificação? em 936 H?

1588. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 203-204; trad. pp. 228.

1589. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 206; trad. pp. 231.

1590. Sobre a esquadra que ‘Abd al-Raḥmān III envia ao Norte de África, em 931, na qual participam marinheiros, voluntários de Pechina e Almeria, mas também “1000 mercenários”, ver - Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 211-212; trad. pp. 236.

1591. O texto refere habitualmente *amīr al-mu’minīn* - امير المؤمنين - cf. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 262, ٣٨٧.

1592. ver Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 211-212; trad. pp. 236.

1593. IBN HAYYAN, op. cit., 1981, p. 290. Ver também E. MANZANO MORENO, *Frontera...*, 1991, p. 154.

Segundo Ibn Ḥayyān, o califa enviou ao Norte de África Muḥammad b. Walīd ibn Fuṣṭayq, “chefe de arquitectos” (*raʿīs al-muhandisīn*), acompanhado de “trinta alvanéis (*al-bannā*¹⁵⁹⁴), dez carpinteiros (*al-nāḡḡārīn*), 15 cavadores (*al-khaffārīn*), seis caeiros / estucadores¹⁵⁹⁵ hábeis (*al-ḡayyārīn al-muḥsinīn li-ʿamal l-ḡīr*), seis cortadores de madeira (*al-aššārīn li-ašr l-khašab*), dois ferreiros (*raḡulayn min l-ḥaddādīn*) y dois esteireiros (*raḡulayn min l-ḥaššārīn*), escolhidos entre os mais hábeis da sua profissão, portadores de algumas ferramentas e utensílios para os trabalhos que exerciam...»¹⁵⁹⁶.

O estágio profissional no Norte de África não estimulou os trabalhadores *andalusís*, pois no ano seguinte, em 937 H, o mesmo Mūsà ibn Abī-l-ʿĀfiya ao escrever de novo ao califa omíada, sugeria a substituição dos alvanéis e serventes enviados (*al-bannāʿin wa l-faʿala*) “por outros mais activos, dado que estavam aborrecidos com o trabalho e sentiam-se longe da sua terra”¹⁵⁹⁷. Estes construtores não se deveriam dedicar unicamente a edificações de carácter militar mas igualmente a edificações de carácter civil, nas “duas cidades erigidas por al-Nāšir”.

O reforço das defesas de *taḡr*

Sabe-se que o califa ʿAbd al-Raḥmān III manda fazer obras em fortificações da área da chamada Fronteira Média, em Junho e Julho de 937. Segundo Juan Souto Lasala, o califa “ordenó la consolidación de cuantas fortalezas, torres y atalayas eran débiles o estaban dañadas entre Atienza y Talavera”¹⁵⁹⁸, fortalezas essas não especificadas. Juan Souto reconhece que se trata de um plano mais generalizado que acabará por atingir também o sector da Fronteira Superior, entre Lleida e Atienza¹⁵⁹⁹. Ibn Ḥayyān, porém, afirma que com este plano - de reforço a nível de defesa passiva das li-

1594. É precisamente de *al-bannā*’ que provém a palavra *alvanél* (*albañil* em castelhano); veja-se J. Pedro Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, Lisboa, Ed. Notícias, 1991, p. 72; J. Pedro Machado, *Influência árabe no vocabulário português*, 2 vols., Lisboa, Revista de Portugal, 1958-1961, pp. 287-288.

1595. Deve tratar-se de especialistas em, a partir de rochas carbonatadas, fazer cal e possivelmente saber utilizá-la em argamassas de obra tosca e até, eventualmente, em revestir paredes com argamassas finas ou estuques tendo a cal como base.

1596. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 263; trad. pp. 290. Cf. Juan Souto Lasala, “La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997, p. 23.

1597. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 283; trad. p. 311.

1598. Juan Souto Lasala, “La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997, p. 23.

1599. Juan Souto Lasala, “La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997, p. 23; trata-se de informação dada por Ibn Hayyān, Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 286; trad. p. 315.

nhas Talavera - Guadalajara¹⁶⁰⁰ e Atienza - Lleida, e depois de o rebelde de Saragoça - Muḥammad ibn Hāšim - se ter entregue “quedó defendida toda la frontera y al-Andalus en su puño”¹⁶⁰¹.

O sector ocidental da fronteira é esquecido no textos recolhidos por Ibn Ḥayyān. Tal olvido, porém, pode dever-se ao facto de que na conjuntura que então se vivia, a da queda de Saragoça, o sector central e mais setentrional, próximos de Saragoça, fossem os mais sensíveis a possíveis penetrações de tropas cristãs do Norte.

Porém, há indícios de que algumas áreas mais ocidentais, sobretudo junto à linha do Guadiana, não devem ter ficado sem receber obras de reforço depois da queda de Badajoz e de Mérida nas mãos de ‘Abd al-Raḥmān III.

De facto, detectaram-se aparelhos construtivos, em que se usa argamassa, e que podem ser datados da fase omíada, sem se poder garantir uma datação califal, mas igualmente sem se poder afastar essa datação. É o que revela um estudo centrado em Medellín, uma fortificação próxima de Badajoz, onde se encontrou um aparelho diferente do tipo califal oficial¹⁶⁰², mas com paralelos em outras fortificações da região como, por exemplo, Vascos e Talavera; um segundo tipo de aparelho, em que se regista a colocação de pequenas placas entre monólitos de maior dimensão, encontram paralelos em Mérida, Coria e Castros¹⁶⁰³.

Ora, em Medellín, não faltam vestígios de época islâmica, sobretudo - dado que o castelo ainda não sofreu uma campanha de escavação arqueológica constante - na área do antigo teatro romano; entre os materiais exumados, encontram-se muitas peças fragmentadas cuja datação se enquandra nos séculos IX e X¹⁶⁰⁴; se tal não data exactamente os muros dessa fortificação, é porém, testemunho de uma ocupação importante durante a fase emiral e califal. Este dado, conjugado com os aparelhos acima descritos reforçam a hipótese de que esta e algumas das outras fortificações acima mencionadas tenham sido reforçadas em época califal, possivelmente numa mesma estratégia, como a que se conhece para as linhas de Talavera - Guadalajara e Atienza - Lleida, formando linhas em redor de Badajoz e mais a norte desta cidade que controlassem o território acabado de retirar ao controle de rebeldes e que interessava estruturar em termos militares.

1600. Ibn Ḥayyān refere textualmente uma linha defensiva Guadalajara - Talavera, em *Muqtabis V*, fl. 286; trad. p. 315; mais adiante fala do reforço da zona entre Atienza e Talavera, na sequência de distúrbios na zona de Talavera, acontecidos no ano da sua campanha contra Saragoça - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 267; trad. p. 295.

1601. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 286; trad. p. 315.

1602. Pedro Gurriarán Daza e Samuel Márquez Bueno, “Sobre nuevas fábricas omeyas en el castillo de Medellín y otras similares de la arquitectura andalusí”, *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 12, Univ. de Jaén, 2005, (pp. 51-68), p. 63, figs. 2 e 3 e p. 64, fig. 4 e p. 66 (I, II e III).

1603. Pedro Gurriarán Daza e Samuel Márquez Bueno, “Sobre nuevas fábricas omeyas en el castillo de Medellín y otras similares de la arquitectura andalusí”, *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 12, Univ. de Jaén, 2005, (pp. 51-68), .

1604. Vejam-se p. 62, fig. 1 (n. 1- Fragmento de ataiforç com vedríó verde y manganeso y motivo zoomorfo (m. X-XI); 2- Fondo de ataiforç con vedríó verde y manganeso (m. X-XI); 5, 6 y 7- Cuellos de jarritas con bordes biselados al interior y decoración de pintura blanca (ss. X-XI); 8- Candil de piquera con goterones verde oscuros ss. X-XI); 9- Fragmento de tinaja con decoración estampillada (f. XII-XIII). (os desenhos são de Sophie Gilotte).

Obras na Fronteira Inferior / *taġr al-ġarbi*, no início do período califal? É possível, pois, que os territórios mais ocidentais, onde a pressão cristã era, na conjuntura da tomada de Saragoça, fossem considerados como menos sensíveis militarmente, razão por que as medidas tomadas podem ter sido de menor monta - em termos de edificações e de volume de obra - razão pela qual não mereceria serem relatadas. O que não pode excluir, à partida, a realização de algumas obras de carácter militar que podem ter sido realizadas por construtores locais e / ou regionais.

Por razões difíceis de explicar, não tem sido possível encontrar inequívocos grandes exemplos do chamado aparelho califal em zonas ocidentais do *Ġarb al-Andalus*. Tudo leva a crer que nesta grande zona o extremo ocidente, nesta *finis terræ* não merecia a pena utilizar obra califal como a que se encontra em Córdova e em Madīna al-Zahrā', para citar exemplos melhor conhecidos.

O *Ġarb al-Andalus* parece ter visto nascer obras da iniciativa das elites de muwalladūn e que, pela sua qualidade de construção, pelo desinteresse por esta região, os arquitectos e alvanéis formados em Córdova não necessitaram de se deslocar para estas áreas. Assim, não será de estranhar que se sejam raros senão mesmo inexistentes em algumas zonas do *Ġarb al-Andalus*. É até possível que os mais importantes construtores fossem enviados para sítios mais relevantes, de acordo com as opções políticas omíadas. Assim, sabe-se que os meios oficiais foram enviados para o Norte de África, para erguer edificações, militares mas não só, para um dos seus aliados, Mūsà ibn Abī-l-Āfiya, política necessária para suster o avanço de Fatímidas para ocidente em território magrebino, o que poderia pôr em causa a própria sobrevivência da dinastia omíada no al-Andalus. Para além de obras em Córdova e na sua área envolvente¹⁶⁰⁵.

Ora, sabe-se que os meios edifícios omíadas de Córdova nem sempre estavam disponíveis para serem usados em larga escala na construção ou reconstrução de fortificações longe das margens do Guadalquivir. Sabe-se, por exemplo, que em 335H / 946 a reconstrução das obras de fortificações de Medinaceli, levadas a cabo por Gālib, *mawlā* de 'Abd al-Rahman III¹⁶⁰⁶, é executada por construtores de fronteira¹⁶⁰⁷.

1605. Exemplos do aparelho construtivo dito como "califal" no al-Andalus, um aparelho semelhante ao chamado "*opus quadratum*" romano podem encontrar-se em Córdova, e e em outros pontos do al-Andalus - no šarq e em zonas centrais do territórios - mas não é fácil de encontrar no *Ġarb al-Andalus*. Veja-se M. Gómez Moreno, *Ars Hispaniæ*, vol. III - *El arte Español hasta los Almohades; arte mozárabe*, pp. 66-68 e 173-174; Leopoldo Torres Balbás, "Arte Hispanomusulmán hasta la caída del Califato de Córdoba", in *España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*, Tomo V de Historia de España, dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, Espasa-Calpe, 4ª ed., 1982, figs. 164 (p. 362, aparelho bizantino em Qaasr Maizhra, Tunísia), figs. 382-387 (mesquita de Córdova), 451-452 (Marbella), fig. 455 (Gormaz); Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades hispanomusulmanas*, 2ª ed., Madrid, Inst. Hispano-Árabe de Cultura, 1985, pp. 551-557; B. Pavón Maldonado, *Tratado de Arquitectura...*, II, pp. 570-595 (sendo patente nos quadros das pp. 578-579 - aparelhos de silharia "soga y tizón" da Antiguidade - e da pp. 581-585 - aparelhos de "soga y tizón" do período árabe - as claras semelhanças entre ambos). São imensos, sobretudo com a crescente disponibilidade de artigos on-line, os trabalhos que referem este tipo de aparelho, não muito comum a ocidente de Mérida - cf. Pedro Gurriarán Daza e Samuel Márquez Bueno, "Sobre nuevas fábricas omeyas en el castillo de Medellín y otras similares de la arquitectura andalusí", *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 12, Univ. de Jaén, 2005, pp. 55-56.

1606. Sobre a figura de Gālib veja-se, sobretudo, Mohamed Meouak, "La biographie de "Galib", haut fonctionnaire andalou de l'époque califale: carrière politique et titres honorifiques", *Al-Qantara*, vol. XI, Madrid, 1990, pp. 95-112.

1607. ; consúltese, E. MANZANO MORENO, Op. Cit., 1991, p. 154; remete para *bayan* Ibn 'Idari, ed. p. 213-214; trad. pp. 354-355; na nota 35 de Ed. Manzano referem-se que esta notícia é confirmada por outra fonte textual.

O não aparecimento de aparelho do tipo califal “oficial”, ou seja, do tipo conhecido em Espanha pela designação de “soga y tizón”, não é de estranhar. Os experimentados alvanéis califais não eram enviados para todos os pontos do al-Andalus; em alguns locais seriam pedreiros e artresãos da região os que deveriam trabalhar, usando técnicas adquiradas muito antes, adaptadas aos materiais e matérias primas existentes na região, técnica anteriores, portanto, às novas formas “oficiais” de construir do al-Andalus.

Essa opinião é partilhada por outros estudiosos das construções de época califal, mas nas quais nem sempre se detectam aparelhos de tipo cordovês ou Califal oficial: é o que se passa com as **fortificações de Tarifa**; o arqueólogo Pedro Gurriarán dirá que “ *el conocimiento arqueológico de las construcciones emprendidas por el Estado califal nos permite realizar una interesante reflexión sobre el origen de estos técnicos. En efecto, el hecho de que numerosas obras oficiales se levanten regularmente mediante las conocidas sillerías a soga y tizón califal, con independencia del responsable nominal de las mismas y del medio donde se erigen, obliga a considerar a sus arquitectos como vinculados al poder que las promueve*”, acrescentando mais adiante que “ *el predominio de estas fábricas en las edificaciones cordobesas sugiere un origen centralizado y cercano al aparato omeya para estos expertos, desde donde son destinados a determinadas fundaciones en el resto del territorio según se requiera su concurso*”, fazendo referência ao conhecido testemunho de Ibn Ḥayyān a propósito dos alvanéis e outros oficiais de ofícios mecânicos que o primeiro califa enviou para o Norte de África, a pedido dos seus aliados¹⁶⁰⁸.

Porém, mais recente, Rafael Azuar irá propor novas explicações, ligadas com circuitos de saberes e o fim do material talhado disponível para reutilização, bem como a utilização de spolia, que se verá adiante.

A destruição de muralhas - semelhante ao que fora feito em Mérida no século IX - será uma prática do primeiro califa do al-Andalus. ‘Abd al-Raḥmān III, depois de ter tomado Saragoça - ao senhor de Saragoça, Muḥammad ibn Hāšim al-Tuġībī -, destruirá as suas muralhas, classificadas como “sólida construcción y gran elevación de sus muros”, dado que foram identificadas como um factor que conduzia à rebelião¹⁶⁰⁹.

1608. 'Abd al-Rahman III enviou aos seus aliados "su protoarquitecto, con treinta albañiles, diez carpinteros, quince cavadores, seis hábiles caleros y dos estereros, escogidos entre los más hábiles de su profesión, acompañados de cierto número de herramientas y accesorios para los trabajos que ejercían" (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* v, fl. 263, trad. p. 290). Las construcciones oficiales de la periferia que no presentan los exquisitos aparejos califales denotarán el recurso de técnicos y operarios regionales (36). Esta práctica tendrá su refrendo nuevamente en las fuentes, como ocurre, por ejemplo, con la reconstrucción ya citada de Medinaceli, que se lleva a cabo con "albañiles de la frontera". - Pedro Gurriarán Daza, "Reflexiones sobre la fundación del castillo de Tarifa y los constructores del Califato de Córdoba", *Aljaranda*, n. 52, art. 2, Tarifa, Março - 2004 (edição CR-Rom).

1609. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* V, fl. 284; trad. p. 313; o cronista não fala na construção de uma alcáçova, mas certamente que havia já ou fora construída uma edificação desse tipo, dado que se refere que a cidade foi guarnecida com homens afectos ao califa.

Muḥammad ibn Hāšim al-Tuġībī, depois de largar o poder em Saragoça, foi para Córdoba como acontecera, anteriormente, com outros os senhores rebeldes¹⁶¹⁰ - sendo mais tarde, em 939, capturado na Batalha de Alhandega¹⁶¹¹.

Nas tropas de Ramiro II que derrotaram o exército pesado de ‘Abd al-Raḥmān III participaram tropas de várias regiões do norte peninsular, tendo sido identificados “infiéis de Coimbra”¹⁶¹².

Apesar de se não ter realizado uma grande expedição estival em 940, o califa enviou cartas aos governadores e alcaides das Marcas /tuġūr (marcas “superior, oriental, central e ocidental) para que enviassem “esquadrões” contra terras cristãs¹⁶¹³. É possível, pois, que a partir de Badajoz (ou, eventualmente, de Mérida) mas também possivelmente a partir de Santarém se tenham organizados expedições direccionadas contra cidades e fortificações detidas por cristãos do Norte, na zonas mais ocidental da Península Ibérica.

Esse cuidado com as zonas de fronteira, teria levado o califa a decidir “remediar faltas” no que respeitava à logística das tropas colocadas nas fortificações de fronteira e ao número dos seus defensores - entre os quais se colocaram mercenários¹⁶¹⁴. Porém, se sobre a zona em redor da Marca Média, em redor de Toledo, se dão pormenores acerca de algumas fortificações - como **Saktān**¹⁶¹⁵ - nenhum local do Ġarb é citado. Esta fortificação de **Saktān** parece ter passado a desempenhar um papel importante no sistema defensivo da Marca Média depois da derrota em Simancas e *Khandaq*¹⁶¹⁶.

Essas expedições poderiam, eventualmente, estar por detrás do pedido de paz, solicitado por Ramiro II (*Rudmīr ibn Urdūn ibn Adfunš*) em meados de 940 H. Não só essas diligências de paz estiveram por detrás da não saídas das tropas califais em Março de 940 (*ġumādā* I de 328 H) mas também das inúmeras - segundo o Muqtabis - cartas de Ramiro II enviadas a ‘Abd al-Raḥmān III,

1610. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 287-288; trad. pp. 316-317.

1611. Será resgatado, por alto preço, mais de dois anos depois -cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.295; trad. p. 326.

1612. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.298; trad. p. 330.

1613. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.305-306; trad. p. 339.

1614. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.309; trad. p. 343.

1615. A “cidade” de Saktān, reforçada por ‘Abd al-Raḥmān III após o desastre militar de 939, é citada “na fronteira central”, junto a Toledo. Sobre Saktān veja-se Ed. Manzano (*La Frontera*) Jean-Pierre Molenat (*Campagnes et Monts de Tolède*, pp. 80, 383 e 535) .

Recentemente Helena Catarino colocou a hipótese de que **Saktān** pudesse ter a ver com Sertā; a hipótese é tentadora mas Ibn Ḥayyān não duvida em a localizar perto de Toledo - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.309-310; trad. pp. 343-344.

1616. Cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.314; trad. p. 349, onde se refere a “construção de **Saktān** nos confins do centro”, adiantando-se que se tratava de uma localidade “restaurada”; o papel de **Saktān** como base e ponto de partida de expedições militares pode ver-se em Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.320; trad. p. 357; ver ainda referências à localização de **Saktān** na zona centro, visada por tropas saídas de Salamanca, in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.326; trad. p. 364. **Saktān** deveria ter posição estratégica relevante, dado que dava acesso a território da Ġillīqiyya - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.315; trad. p. 351.

além de contactos com o *qā'id* Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilḡās¹⁶¹⁷, utilização do judeu Barūkh como mensageiro, bem como de Mūsā ibn Rakāyiš e outras personagens que podem ter sido cristãos do al-Andalus¹⁶¹⁸. Sabe-se, por exemplo, que no processo de negociação da libertação de Muḥammad ibn Hāšim al-Tuḡībī intervieram não só o hábil e subtil judeu Ḥasdāy ibn Išḥāq mas igualmente “os principais bispos cristãos do al-Andalus”¹⁶¹⁹, além da saída de alguns enviados especiais, na qualidade de observadores¹⁶²⁰.

A paz foi finalmente concertada, bem como a recuperação de Muḥammad ibn Hāšim al-Tuḡībī, de alguns outros prisioneiros muçulmanos e do Alcorão perdido (e fragmentado) do califa¹⁶²¹ - uma paz que atingiu também zonas do ocidente do al-Andalus, dado que se refere que o fim da guerra atingiu os territórios de “Santarém a Huesca”¹⁶²²; podendo ser uma expressão retórica, não retira, porém, importância estratégica à cidade do vale do Tejo e à região em seu redor, como território logo abaixo de uma Coimbra sede de um condado do reino Asturiano-leonês.

Esta paz selada entre Ramiro II e ‘Abd al-Raḥmān III foi de curta duração. Meses depois, havia confrontos perto de Tudela e deram-se confrontos na zona da Fronteira central, quando tropas do conde de Salamanca, Bermudo Nunez saíram em direcção a Saktān¹⁶²³. Não há, porém, notícias a cerca de confrontos mais a ocidente no ano de 942.

O facto de o califa, depois de ter um tratado de paz nas mãos não ter feito como Ramiro II e ter apostado no povoamento do seu território, apostando, pelo contrário na construção da sua cidade palatina de Madīna al-Zahrā’, pode ter sido uma aposta errada. Sem se poder afirmar que a *brilhante* cidade de Madīna al-Zahrā’ - edificada na zona até então conhecida como Qarqarīṭ¹⁶²⁴ - tenha sido a perdição do al-Andalus, revela até que ponto a opção de um soberano pelo povoamento¹⁶²⁵ e a opção de outro pelo luxo e brilho palatino acabaram por conduzir, a longo termo, a sociedades diferentes.

As Marcas ou Fronteiras passam a ter, no ano de 330H / 942 um *qādī* de todas as Marcas, um “cadí de cadíes”, supervisor de cadíes e de governadores, cuja acção sobre os governadores do Ġarb não é conhecida¹⁶²⁶.

1617. Este *qā'id*, Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilḡās, frequentava, como antes se viu, zonas da Marca Inferior.

1618. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.310; trad. p. 344-345; ver também p. 349, n. 2.

1619. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.315; trad. p. 350; ver igualmente fl. 319, trad. p. 355.

1620. Como foi o caso de Aḥmad ibn Ya'lā; cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.311; trad. p. 345.

1621. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.320; trad. pp. 356-357.

1622. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.316; trad. p. 350.

1623. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.326; trad. p. 364.

1624. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.322; trad. p. 359.

1625. Cf. Justiniano Rodríguez, *Ramiro II, rey de León*, pp. 391-405; *Muqtabis V*, trad. p. 344, n. 10.

1626. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.329; trad. p. 367.

A construção de alcáçovas - como em Beja - para alojar tropas fiéis tem antecedentes em Mérida mas também os tem, antes do século X, no norte de África, como é o caso da qaşaba de Susa, na actual Tunísia¹⁶²⁷.

(iii) ‘Abd al-Raḥmān III e o Ġarb no *post-Simancas* (pós 939)

‘Abd al-Raḥmān III depois da derrota sofrida em 939 H em Simancas / *Khandaq*, na qual se perderam homens, glória e, para maior das humilhações, o califa perdeu o seu alcorão pessoal e a sua tenda de campanha pessoal, dá-se uma inflecção muito grande a nível militar. De facto, depois de ter conseguido controlar os potentados regionais que se mantinham semi-independentes, e depois de na sua primeira grande campanha militar contra o norte cristão ter sofrido uma derrota à frente de um enorme exército, com armas reluzentes e tropas pouco coesas, o califa deixa - a partir desse momento - de participar em campanhas militares, entregando essa tarefa aos seus generias, ao mesmo tempo que - por uma questão de terapia - se dedica à arquitectura. É o que, por outras palavras, diz

Ibn

Ḥayyān:

“*An-Nāşir quedó abrumado por su fracaso en esta campaña [, sin paralelo en todo su anterior periodo y, disgustado con su suerte, tenía confusos pensamientos y no era justo consigo, por lo que se le aconsejó distraer su preocupación con su mayor placer, la construcción. Dicen que se dedicó a ella de modo absorbente...*”¹⁶²⁸.

Desde 939 H o califa do al-Andalus “*deixou de guerrear pessoalmente, delegando [essas funções e actividades]nos seus valentes, hábeis e decididos alcaides*”, dividindo o *al-Andalus* em parcelas - em “lotes”¹⁶²⁹ - que entregou a esses generais que, nomeados anualmente, tinham por função cuidar das fronteiras do al-Andalus. Além disso, diz Ibn Ḥayyān que o califa - apesar de pessoalmente dedicado a preocupações arquitectónicas, mas também urbanísticas (como foi o grande projecto de Madīna al-Zahrā’) - não deixou de enviar anualmente campanhas militares contra o território inimigo do Norte.

Na verdade, a esta informação sobre o início das obras em Madīna al-Zahrā’, momento em relação ao qual ainda hoje há dúvidas, tem-se contraposto uma outra razão - de cunho mais pessoal - transmitida pelo *sūfī* Ibn ‘Arabī e veiculada por al-Maqqarī, segundo a qual a razão da edificação era uma prova de amor do soberano por uma das suas servas, de nome al-Zahrā’. Mas, mais importante que a razão da edificação é a data do início dos trabalhos; e, embora não haja datações exactas, a

1627. Cf. Lezine, A., *Deux villes d’Ifriqiya : Sousse, Tunis*, Paris, CNRS, 1971, pp. 95-99.

Ifriqiya, Treize siècles d’art et d’architecture en Tunisie, Tunis, Edisud (MWNF), 2000, p. 201.

1628. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 296; trad. pp. 327-328.

1629. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 296; trad. p. 328.

investigação mais recente sobre Madīna al-Zahrā’ propões que o inícios dos trabalhos para a construção desta nova cidade coincide com a adopção do título califal - em 929 - e, portanto, com as campanhas no Ġarb al-Andalus. O que não invalida uma maior dedicação, senão mesmo uma dedicação intensiva de ‘Abd al-Raḥmān III à sua nova cidade, dez anos depois, na sequência do desastre de Simancas e *Khandaq*¹⁶³⁰.

Essas campanhas militares - aceifas, do árabe *al-saifa*¹⁶³¹ - eram levadas a cabo regularmente, cada ano, não sendo necessário, segundo Ibn Ḥayyān, que houvesse qualquer pretexto ou razão necessária para que essas campanhas fossem levadas a cabo; a participação de voluntários para que era fundamental nestas campanhas estivais¹⁶³².

A primeira destas campanhas foi preparada para Março de 940 mas, segundo Ibn Ḥayyān, estando já as tropas preparadas para partir, teria chegado um emissário de Ramiro II com propostas de paz, o que o califa achou prudente aceitar, apesar de estas tropas serem constituídas essencialmente por mercenários; o discurso oficial salienta que o califa quis aliviar o esforço dos cordobeses, depois da derrota junto a Simancas e nos barrancos, dispensando-os de participar na aceifa de 940; porém, é de crer que a derrota do ano anterior e número elevado de mortos entre os “paisanos y voluntarios”¹⁶³³ tenha pesado na decisão de usar mercenários.

(b) O Ġarb sob domínio califal - uma região totalmente controlada?

Normalmente as crónicas apresentam o período respeitante ao período dos califas ‘Abd al-Raḥmān III e al-Ḥakam II como períodos de estabilidade. É a fase de ouro do al-Andalus é o período que se tornará memorável e de referência para gerações posteriores como fase de paz e de prosperidade sob o domínio dos califas de Córdoba.

1630. Sobre as razões por detrás da construção e as novas investigações sobre esta cidade palatina de época califal veja-se Antonio Vallejo Triano, *Madinat al-Zahra, guía oficial del conjunto arqueológico*, Junta de Andalucía, s/l, 2004, pp. 11-13.

1631. Se “saif” significa “Verão”, aceifa pode traduzir-se por “estival”, subentendendo-se que se trata de uma “campanha de Verão”. -

1632. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 297; trad. p. 328.

1633. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.295; trad. pp. 326-327.

Sabe-se de uma campanha em terras do Ġarb ainda durante a fase ascendente de ‘Abd al-Raḥmān III. No mesmo ano, mês e dia em que terá tido lugar a derrota e morte do conde Ramiro filho de Mām̄ma Ṭūta¹⁶³⁴, às mãos de uma aliança em que se encontravam os Banū Razīn, os Banū Dī l-Nūn, bem como tropas tangerinas (4 do mês de šawwāl de 324 H - 25 de Agosto de 936), Ibn Ḥayyān coloca a saída do visir Yaḥyà ibn Ishāq de Badajoz contra “leoneses de ocidente”, concretamente sobre duas fortalezas, identificadas como “.rbgueira y Trancosa”¹⁶³⁵.

Se quanto à primeira das fortificações parece haver dúvidas¹⁶³⁶, a segunda parece corresponder inquestionavelmente a Trancoso. Não seria até de estranhar que a primeira se encontrasse na mesma área geográfica da segunda das fortificações¹⁶³⁷. Mais do que ficar-se a saber que uma das fortificações foi destruída - “queimada” como diz o Muqtabis, talvez por ser parcialmente em madeira. como acontecia com muitas fortificações do norte cristão, é interessante ter em linha de conta que a expedição contra o norte cristão partiu de Badajoz, cidade que passou a ser utilizada como base ou rectaguarda de onde partiam expedições contra um norte cristão que já chegara ao vale do Mondego e que deveria ter em Trancoso uma base de apoio, a sul do Douro, para fazer incursões para sul¹⁶³⁸.

A proposta de que Ortigueira se localizasse mais perto de Trancoso foi apresentada há algum tempo por Luis Molina, apontando para um topónimo perto de Seia¹⁶³⁹. Indo mais longe, aproveitando a sugestão muito interessante de Luis Molina, foi possível encontrar - também perto de Viseu - ou-

1634. Trata-se, provavelmente, de Ramiro Gonçalves, filho da condessa Mumadona - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, 285 e n. 4.

1635. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.258; trad. pp. 285. O texto editado refere as fortificações como ḥiṣn arbiqīra - حصن اربقية - وحصن طرنكوشة - fl.258, ٢٨٢.

1636. Tem sido apontada a localidade galega de Ortigueira como hipótese de localização (*Crónica del Califa ‘Abdarrāḥmān III...*, pp. 285 e proposta de localização na Galiza em p. 439). Ortigueira, localidade junto ao extremo norte da antiga Gallæcia, mais a norte que a conhecida cidade de A Coruña, ou mesmo Lugo, não faz sentido como destino de um ataque imediato a Trancoso; “.rbgueira” do Muqtabis deverá ter de estar próximo de Trancoso.

1637. Ibn Ḥayyān informa que foram conseguidos cativos e saque - *Muqtabis V*, fl.258; trad. pp. 285.

1638. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 231; trad. pp. 357. O inimigo - cristãos do Norte - foi batido em *Artaqīra*, no ano de 337 H / (11 Julho 948 a 30 de Junho de 949). O Bayān não refere onde ficava o local identificado como *Artaqīra*.

1639. Luis Molina, “Las campañas de Almanzor, nuevos datos”, *Al-Qanṭara*, III, 1982, (pp. 467-472), p. 470. A proposta de identificação de Luis Molina vai para Ortigueira, na freguesia de Girabolhos, concelho de Seia, a partir unicamente da consulta do *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, de V. A. C. Amaral Frazão (Porto, 1952, p. 451). Embora “ortigueira” seja um topónimo que pode ser comum, relacionado muitas vezes com cobertura vegetal, detectando-se vários locais, através da cartografia militar portuguesa, vale a pena explorar esta hipótese; a aldeia de Ortigueira, localiza-se a Este de Nelas, na margem esquerda do rio Mondego, a meia-encosta entre a Fraga e leito do Mondego, numa zona não muito afastada de Viseu (Carta Militar de Portugal, 1:25.000, C.M.P., n. 200), o que a poderia converter em local importante sob o ponto de vista estratégico; porém, nada de material se encontrou nos seus arredores ou na própria aldeia que a relacione com esta época. Pode-se apontar um outro caso, o da ribeira de Ortigueira, localizada cerca de 7 a 8 Km a Oeste de Viseu, junto à aldeia de Vil de Soito, a norte da qual se encontra um “castro” (Capela de N. Sr. do Crasto) onde são visíveis muralhas (cf. João Inês Vaz, na sua tese). Existe igualmente um Quinta da Ortigueira junto a Celorico da Beira.

Apesar deste dados, a identificação de Ortigueira com a região vasta em redor de Trancoso não está ainda definitivamente encerrada nem é dada como totalmente segura.

tras Ortigueiras que, uma investigação mais aprofundada poderá confirmar ou não as informações do Muqtabis e do Bayān.

Esta campanha põe em evidência a capacidade reconhecida a Badajoz, pelos estrategas califais, de centro ou base para organização de campanhas contra o norte cristão; ao sul do Guadiana, resguardada de uma possível investida de cristãos do norte (como Évora não estava, pela inexistência de uma linha de água que a separasse fisicamente da chegada de tropas provenientes do Norte), Badajoz (e não Mérida) foi usada, na prática militar, como capital de *ṭagr*, como sede uma fronteira militar, de onde se lançavam campanhas contra inimigos implantados em zonas mais setentrionais.

Em 325 H / Novembro de 936-937 o primeiro califa do al-Andalus teve de fazer face a uma das primeiras rebeldias do seu governo - a de Umayya ibn Ishāq al-Qurāshī al-Marwānī¹⁶⁴⁰, um parente do próprio califa (sobrinho)¹⁶⁴¹ - precisamente a do seu governador (عامله) na cidade de Santarém (مدينة شنترين), cidade e zona claramente identificada como do “extremo ocidente” ou, traduzindo à letra, no ocidente distante¹⁶⁴² (قاصية الغرب)¹⁶⁴³. Este membro da família califal, próximo de um outro rebelde nesta conjuntura - o qā'id Aḥmad ibn Ishāq al-Qurāshī¹⁶⁴⁴ - sabe tirar partido da lonjura das zonas ricas e mais ocidentais do Ġarb al-Andalus.

Não são claras as razões que estão por detrás desta revolta, mas pela gravidade da situação e pela possibilidade de esta situação de rebeldia quando se pretendia pôr termo aos principados locais que se tinham conseguido manter semi-independentes durante longas décadas, leva a que o califa prepare uma resposta imediata para a sufocar. Aliás, esta rebeldia localizada no vale do Tejo - liderada por uma familiar seu e não por qualquer dirigente regional muwallad - é acompanhada de uma “violação de pacto” na região em redor de Talavera¹⁶⁴⁵, o que sugere que o movimento de rebeldia contra o califa, no momento em que ele se dirigia contra a rebelde Saragoça, não sufocara facilmente a rebeldia em algumas zonas a ocidente de Toledo. O próprio Ibn Ḥayyān refere que houve revolta de berberes Nafza - em redor de Talavera - mas que se acabou por tranquilizar “os lugares

1640. O seu nome completo, referido por Ibn Ḥazm, seria Umayya ibn Ishāq ibn ‘Abd Allāh ibn Ishāq ibn Muḥammad ibn Ishāq ibn al-Walīd ibn Ishāq ibn Ibrāhīm ibn ‘Abd al-Malik ibn ‘Umar (al-Qurāshī al-Marwānī) - cf. Elías Terés, “Linajes árabes en al-Andalus (primera parte)”, *Al-Andalus*, XXII, 1957, (pp. 55-112), p. 84 e Elías Terés, “Dos familias marwanies de al-Andalus”, *Al-Andalus*, XXXV-1, 1970, (pp. 93-118), p. 105, citado também por M. Jesús Viguera e F. Corriente, *Crónica del Califa ... (Muqtabis V)*, p. 416.

1641. Cf. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 212.

1642. Cf. Kazimirski, *Dic...*, II, pp. 756-757.

1643. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 267; trad. p. 294.

1644. Sobre esta personagem veja-se Elías Terés, “Linajes árabes en al-Andalus (primera parte)”, *Al-Andalus*, XXII, 1957, pp. 55-112; Elías Terés, “Dos familias marwanies de al-Andalus”, *Al-Andalus*, XXXV-1, 1970, pp. 93-118; cf. M. Jesús Viguera e F. Corriente, *Crónica del Califa ... (Muqtabis V)*, p. 379.

1645. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 267; trad. p. 294.

da Marca Inferior”¹⁶⁴⁶; no caso de Santarém, sabe-se que foram enviadas tropas comandadas pelo cliente e *qā'id* Nağda ibn Ḥusayn, enviado de forma acelerada às margens do Tejo¹⁶⁴⁷.

Pretendendo evitar novas veleidades de insubordinação, o califa manda reforçar as fortificações entre Atienza¹⁶⁴⁸ e Talavera. Vale a pena referir o que diz Ibn Ḥayyān acerca da tarefa que o califa incumbiu a Durrī com o exército que deixou na Marca Média:

“que recorriera los llanos y los caminos de los musulmanes desde Atienza a Talavera, distribuyendo entre ellos a sus hombres y reparando y consolidando las fortalezas, torres y atalayas dañadas con excelente construcción, abundantes provisiones y amplios petrechos, de modo que los musulmanes pudieron recoger sus cosechas (...)”¹⁶⁴⁹.

O que se passa com este território amplo, entre Atienza e Talavera, deve ter sido semelhante ao que se passou em outros contextos e em outras regiões; tropas que recebem, *ad hoc*, a incumbência de reparar fortalezas e não estão equipadas com arquitectos que as concebam *ab initio*. Não são estas tropas, que sabem reconhecer fraquezas estruturais e identificam o que é necessário reparar que têm a incumbência de trabalhar de forma célere num território vasto, que vão utilizar unicamente um aparelho de tipo palatino. Parece que cada caso será um acaso e que cada obra é reparada com os recursos disponíveis no sítio em questão e de acordo com as capacidades dos homens que, nessa dada ocasião se encontram a servir nesse exército; se bem que se não possa excluir à partida a possibilidade de serem usados construtores, pedreiros ou alvanéis locais, arregimentados à força para trabalharem em fortificações ocupadas por estes batalhões deixados na rectaguarda e que, ao saírem de Córdoba, não levavam já a missão clara de se dedicarem exclusivamente à reparação de fortalezas.

Mas a questão da reparação e consolidação de fortificações coloca uma outra questão; a do aproveitamento de materiais e de estruturas mais antigas e, em alguns casos, edificadas por rebeldes, quando não são obras datadas de fases anteriores a 711. Ou seja, há um aproveitamento tácito de obras anteriores e a reparação das mesmas.

O mesmo Durrī comunicará através de uma missiva, com o califa, dando-lhe conta da acção do exército califal no “llano de la Marca Inferior”, ou seja, nas planícies mais ocidentais, onde se refere a existência de **esquadrões locais** que atacavam território inimigo - sem terem baixas - de onde traziam saque, informando que as tropas de Ramiro - nessa conjuntura em redor de 325 H /

1646. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.267; trad. p. 295.

1647. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.267; trad. p. 294.

1648. Sobre esta fortificação, onde se encontra aparelho de “sillarejo” e não restam traços de uma eventual presença de “aparelho califal”, veja-se Antonio Herrera Casado, *Guía de campo de los castillos de Guadalajara*, Guadalajara, AAche Ed., 2000, pp. 73-78; Juan Antonio Chavarría Vargas, “Onomástica árabo-beréber en la toponimia de Castilla-La Mancha: Guadalajara”, *Anaquel de Estudios Árabes*, vol. 18, 2007, (pp. 93-116) , pp. 96, 103-105.

1649. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl.267; trad. p. 295.

936-937 - haviam recuado e que se confrontavam com a dissidência de um dos condes cristãos, identificado como *Maynūra*¹⁶⁵⁰.

Em 326 H / Novembro 937-Outubro de 938 o Ġarb al-Andalus não estava ainda perfeitamente longe dos distúrbios militares. O *qā'id* Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās, que estacionou em Badajoz para atacar o rebelde Umayya ibn Ishāq al-Qurāṣī, que se havia sublevado em Santarém, utilizou a mesma base operacinal - Badajoz - para empreender um ataque a cristãos implantados mais a Norte; Badajoz é na prática, na década de trinta, a verdadeira capital da Marca Inferior¹⁶⁵¹. Esta acção militar dirige-se a território não especificado, mas pode-se aproximar da região em redor de Zamora (e, eventualmente, de outras localidades) na medida em que se refere o envio, ao califa, de “200 cabezas cortadas, de zamoranos especialmente”¹⁶⁵².

Nesta década de trinta, possivelmente na sequência do afastamento das tropas califais do Ġarb al-Andalus e por o domínio califal na região ser superficial e limitar-se a alguns sítios fortificados e cidades, os “leoneses” sentiam que podiam descer com mais confiança em acções militares contra territórios do Ġarb. Deve ser por isso que, estando o califa em Saragoça ou na zona do vale do Ebro, manda o *wazīr* e *qā'id* ‘Abd al-Ḥamīd ibn Basīl com tropas para a zona de Mérida; essas tropas estacionam nessa *kūra* para fazer face a “rebeldes de occidente y los infieles”¹⁶⁵³.

Parece haver, se não cumplicidade, pelo menos simultaneidade na acção de rebeldes do al-Andalus com leoneses. Porém, é possível que as forças destacadas para a zona de Mérida se tenham deparado com algumas dificuldades em segurar o território e fazer face a uma situação militarmente complexa. Deve ser por isso que, depois, o califa ordena coordenação de esforços: o mesmo *wazīr* e *qā'id* ‘Abd al-Ḥamīd ibn Basīl deveria juntar-se às forças do *qā'id* e *wazīr*¹⁶⁵⁴ Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās, para terminar com a acção militar contra os “leoneses”. Ibn Ḥayyān refere que ambas as forças com “tagarinos” - ou seja, gente de fronteira¹⁶⁵⁵ - invadiram território da Ġillīqiyya.

1650. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 273; trad. pp. 301.

1651. Ibn ḥayyān refere que foi o califa que lhe deu a ordem de partida para essa campanha, na companhia de “compañeros e infantes de aquella Marca” - *Muqtabis V*, fl. 289; trad. pp. 318.

1652. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 289; trad. pp. 318; refere-se ainda que foi identificado o guia que servia as tropas cristãs, um “transfuga” que causava problemas ao território islâmico.

1653. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 289; trad. pp. 318.

1654. Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās é indistintamente identicado como *qā'id* e como *wazīr*; sobre esta aparente indefinição dos cargos veja-se M. Meouak, “Notes sur le vizirat et les vizirs en al-Andalus à l'époque umayyade (milieu du IIe/VIIIe - fin du IVe/Xe siècles)”, Separata de *Studia islamica*, Paris, Fasc. LXXVIII (1993), pp. 181-190.

1655. O significado de “tagarino” prende-se com a sua proveniência de zonas fronteiriças; tagarino provém de *taġr*, *fronteira*. Juan Souto utiliza a expressão “arqueologia tagarina” quando se refere ao estudo arqueológico de zonas de fronteira (cf. Juan A. Souto, “Ensayo de estudio Histórico-Arqueológico del conjunto fortificado islâmico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados”, *Anaquel de Estudios Árabes*, I, Madrid, 1990, (pp. 187-201), p. 187. Trata-se de vocábulo com uma vida extensa e que chegará a ser utilizada muitos séculos depois, em circunsntâncias algo diferentes: cf. Bárbara Boloix Gallardo, *Muḥammad I y el nacimiento del Al-Andalus Nazará (1232-1273). Primera estructura del Reino de Granada*, tese doutoral dirigida M. del Carmen Jiménez Mata e E. Molina López, Ed. Universidad de Granada, 2007 (disponível agora em <http://hera.ugr.es/tesisugr/16872241.pdf>), 805 pp. 122 e 147; Frank Mönkemöller, “Un libro alemán del siglo XVII con informaciones sobre Moriscos en Argel, Túnez y Salé”, *Sharq al-Andalus*,

Esta acção militar conjunta de forças de Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās juntas com as comandadas por ‘Abd al-Ḥamīd ibn Basīl e com a participação de forças de fronteira (não especificadas) atingiu uma localidade identificada como *Ġ.rār.š* (^Y.rār.š) em Ibn Ḥayyān¹⁶⁵⁶. Diz-se desta localidade que era uma “fortaleza”, cujos defensores foram mortos ou feitos cativos; a fortaleza, essa, teria sido destruída, arrasada e incendiada, o mesmo acontecendo a casas e alcarias circundantes¹⁶⁵⁷.

O ocidente do al-Andalus deveria estar bastante agitado durante a fase em que o califa estava focado nos assuntos da região em redor e a norte do Ebro. De facto, o envio de tropas sobre a região em redor de Santarém - com a ordem expressa de queimarem etapas, para chegarem rapidamente - parece não ter posto cobro ao estado de insurreição que atingia a região. Aliás, pela necessidade de fazer sair da capital califal, aos 12 de *raġab* (21 de Maio de 938), “río abajo las naves construídas en la orilla cordobesa, hacia el mar de occidente, para combatir a la población de Santarén”¹⁶⁵⁸.

É bem possível que, pelo meios envolvidos, pela necessidade de enviar embarcações com efectivos armados desde a capital do califado, a falta de controle califal se desse também na vizinha cidade de Ulišbūna (Lisboa) ou que, no mínimo, esta cidade não dispusesse de força suficiente para fazer face à revolta que é liderada pelo omíada ‘Umayya ibn Ishāq al-Qurašī mas que envolve também sectores da população.

De facto, só depois de ter deslocado uma força naval considerável, apoiando forças terrestres que foram, enviadas acelaradamente - nas quais dominava, certamente, a componente de cavalaria - é que a região em redor de Santarém passa a ser controlada pelas forças fiéis ao califa de Córdova.

Percebe-se a preocupação do califa de Córdova; o rebelde Quraišita, sobrinho do Califa, fora enviado para Santarém para controlar esta cidade sensível¹⁶⁵⁹, verdadeira Marca / *taġr* a sul de Coimbra e do vale do Mondego controlado pelo rei de Leão, entrara em contacto com Ramiro II e pedira-lhe ajuda, em conivência com a população de Santarém. Porém, as tropas do *wazīr* e *qā'id* Aḥmad ibn Yaḥyà ibn Ilyās e forças comandadas pelo *eunuco maior* Ibrāhīm, entraram em Santarém no ano de 327 H, aos 20 de Janeiro de 939, dando o *amān* à população¹⁶⁶⁰.

Sem se referir quel foi o destino do rebelde Umayya ibn Ishāq al-Qurāšī, é impossível desligar os ataques a territórios mais ocidentais da Ġillīqiyya, antes e depois da tomada de Santarém, desta re-

14-15, 1997-1998, (pp. 463-467), p. 464;

1656. *Ġ.rār.š* - جرارش - é topónimo não identificado. Caso o primeiro *rā'* possuísse diacrítico, poder-se-ia ler (*al*)-*jazares* - há um topónimo semelhante na zona de Múrcia; caso, eventualmente, se tivesse perdido um diacrítico no segundo *rā'* ler-se-ia (*al*)-*jarazes* - junto à cidade da Guarda existe o topónimo Alfarazes, local em altura, onde - antes de surgir a Guarda como cidade - pode ter havido um *habitat* medieval em altura.

Por outro lado, *Ġ.rār.š* poderia, caso faltasse um diacrítico no segundo *rā'*, ser uma má transcrição de *Ġ.rāz.š*; ora, existiu um *Monte Geronzo*, na zona de Montemuro, Cinfães, um dos castelos pertencentes à área territorial da *Civitas* de Anegia, entre finais dos séculos IX e XI - cf. Mário Jorge Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), pp. 199 e 203.

1657. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 289; trad. pp. 318.

1658. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 289; trad. pp. 318.

1659. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 212.

1660. Ibn Hayyān, *Muqtabis V*, fl. 291-292; trad. pp. 321-322.

belião que colocou o ocidente extremo do al-Andalus fora do controle califal e que levou a que se tivessem mobilizado, com celeridade, forças terrestres e forças navais, saídas de Córdova.

Por outro lado, a insubordinação grave protagonizada por Umayya ibn Ishāq al-Qurāṣī em redor de Santarém e as suas ligações com Ramiro II não podem ser desligadas dos acontecimentos que se relacionam com a conhecida e importante batalha conhecida como de Alhândega, *Khandaq* ou batalha de Simancas, encontro militar que terá lugar nesse mesmo ano e que é considerado um momento de viragem¹⁶⁶¹.

Estes acontecimentos e esta fase da História do *Ġarb al-Andalus* reflectem também, em termos de estratégia para a defesa e em termos de opções de carácter militar a ambiguidade que Christophe Picard detectou para toda a zona da fronteira ocidental, ambiguidade que não passa unicamente pela dificuldade em definir quais são as capitais de *ṭagr* mas igualmente ambiguidade de políticas para este território e para a defesa em geral¹⁶⁶². No entanto, após a adesão dos senhores de Coimbra ao partido de Almançor, o papel de Coimbra parece ter-se afirmado - a cidade pode ter ganho novos equipamentos poliorcéticos e o papel de Santarém deve ter-se secundarizado - secundarização que não será definitiva, dado que após 1064 a cidade das margens do Tejo ganhará, de novo importância estratégica no quadro do da *ṭagr al-Ġarb*¹⁶⁶³.

Uma fortificação na via de Santarém para Badajoz - Alter

Em **Alter do Chão**, os vestígios do castelo, recentemente aberto ao público, revela traços no exterior de distintas épocas. A ocupação romana na região é bem conhecida¹⁶⁶⁴, bem como a sua concordância com a Abelterium de época romana, cuja importância ficou recentemente valorizada com um mosaico excepcional acabado de descobrir, em 2009 e datado do séc. IV d.C. A fortificação da vila exhibe aparelhos diversificados e deveria ser feitos um estudo analítico profundo dos seus aparelhos. Na base são visíveis silhares, provavelmente de época romana que pertenceram a uma fortificação que deve ter sido aproveitada durante a Alta Idade Média. A própria entrada principal do

1661. É extensíssima a bibliografia sobre esta batalha. Sem pretender dar uma bibliografia exaustiva, deve ter-se em conta, para estudar este acontecimento e as suas consequências no al-Andalus e nas formações políticas e sociais do Norte peninsular, vejam-se as fontes e bibliografia apontadas pelos editores e tradutores do *Muqtabis V*, em M. Jesús Viguera e F. Corriente (eds.), *Crónica del Califa.....*, p. 323, n. 4. Veja-se ainda Pedro Chalmeta Gendrán, “Simancas y Alhandega”, *Hispania. Revista española de Historia* 36, Madrid, 1976, pp. 359-444; idem, “Después de Simancas-Alhandega, año 328/938-940”, in *Hispania. Revista española de Historia*, 40, Madrid, 1980, pp. 181-198; Pérez de Urbel, Justo, “Simancas y Alhandega, Verbera y Leocaput” in *Homenaje José María Lacarra de Miguel en su jubilación del Profesorado, vol. I, Estudios Medievales*, Saragoça, Ed. Anubar, 1977, pp. 39-47; Bernard F. Reilly, “Alhandega, battle of”, in E. Michael Gerli (Ed.), *Medieval Iberia. An Encyclopedia*, Routledge, 2003, pp. 78-79. Ed. Manzano Moreno, *La Frontera.....*, pp. 361-365, *passim*.

1662. PICARD, Christophe, “Les Marches du Gharb al-Andalus à l’époque omeyyade d’après le Muqtabis d’Ibn Hayyān (IXe-Xe siècles)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 71-76.

1663. *Ibidem*, pp. 74-75.

1664. ISIDORO, Agostinho, *Contribuição para o Estudo da Arqueologia do Concelho de Alter do Chão*, Porto, 1965. Sobre o seu passado, ver também INÁCIO, Ana Calado, *O actual Concelho de Alter do Chão nas Memórias Paroquiais de 1758, A Cidade*, n.º 7 (Nova Série), Portalegre, 1992.

castelo, que se faz através de um arco “gótico”¹⁶⁶⁵ e e uma entrada recta necessita de ser apreciada com detalhe; a entrada é profunda, teve várias fases e não seria impossível que esta silharia tivesse havido, à semelhança com o que se passou com a alcáçova de Mérida, uma reutilização durante a Alta Idade Média de silhares romanos num outro projecto edificativo, de carácter militar.

Porém, uma edificação militar no local da actual Alter do Chão só faz sentido assegurando o controlo do território através de Alter Pedroso; conservam-se aí restos de uma fortificação, em pedra seca, e em mau estado de conservação. A reutilização do local durante a chamada “guerra da Restauração”, no século XVII, modificou a fisionomia de alguns muros mas será possível, no futuro, tentar detectar traços de uma ocupação medieval que não pode ter deixado de aproveitar este espantoso sítio natural de onde se controla um território imenso, desde a zona de Marvão até às proximidades de Elvas, sem deixar de controlar a velha via romana que, pela “ponte formosa” da ribeira de Seda, dirige os viajantes e as tropas para Šantarĩn e para as margens do Tejo.

Mário Barroca que detectou igualmente as características altomedievais de alguns sectores do castelo de Alter do Chão, identifica as obras dessa época como sendo do período califal, concretamente de ‘Abd al-Rahmān III - o que faz sentido, dada a campanha de controlo de Badajoz e de Beja que tem lugar na década de vinte do século X, pelo primeiro califa omíada¹⁶⁶⁶, o que contraria a visão negativa que João de Almeida apresenta desta fase¹⁶⁶⁷. No entanto, é de crer que se conserva algo mais do que as referidas e importantes fiadas de aparelho de tipo califal. A entrada do castelo de Alter é definida por uma entrada longa - que recorda o acesso recto do castelo de Trujillo, mas esse acesso parece mostrar duas fases distintas; surgem duas pequenas câmaras, com “doble mocheta” - ombreira dupla, mas ombreiras que definem câmaras diferentes, correspondendo também a épocas diferentes. A câmara mais recuada e interior parece ser a mais antiga e dasde o pátio do castelo adivinha-se, como ocorre com a entrada do “alcácer” de Mértola, que teve um arco em ferradura, ou ultrapassado, dado que surgem aduelas habituais no início desses arcos¹⁶⁶⁸ (figs. 38 a 43).

Por outro lado, esta entrada profunda, que parece um túnel, que hoje esta inserida numa “torre - porta” teve, certamente, durante o período islâmico outra configuração. Embora sem haver provas, para já, não seria impossível que o sistema de entrada actual pudesse ter resultado de uma entrada em cotovelo e que esse cotovelo fronteira à porta fosse, mais tarde transformado numa entrada recta mas mais complexa. Está por estudar, tal como está por perceber se a cisterna que se conserva no seu interior é ou não de época islâmica. Porém, há um paralelo que pode permitir esclarecimentos futuros. A *puerta de Jerez* das muralhas de Tarifa (Andaluzia) apresenta uma planta que recorda o

1665. Cf. Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal - distrito de Portalegre*, Lisboa, 1943,

1666. Mário BARROCA, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Lisboa, F.C.G., vol. II, 2000, pp. 1722-29.

1667. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. 3, Lisboa, 1948, apresenta o período islâmico de forma negativa, o que está de acordo com a ideologia dominante na fase em que a obra foi concebida.

1668. A pano interior da porta do castelo de Alter lembra uma das faces da Puerta de Jerez de Tarifa, porta que foi “em ferradura” mas que perderá - tal como a porta al Alcáçova de Elvas - esse estrangulamento; e o mesmo poderia ter acontecido em Alter. Para Tarifa há uma reconstituição que, com base na fotografia mostra como seria a porta. Faz sentido o mesmo tipo de projecção para Alter do Chão, não dispensando intervenções arqueológicas, numa qualquer fase futura - cf. Angel J. Sáez Rodríguez, *Tarifa, llave y guarda de toda España*, Mancomunidad del Campo de Gibraltar, Algeciras, 2003, capa e pp. 86-87.

que se passa em Alter do Chão presentemente: uma entrada recta com duas câmaras. Curiosamente o castelo de 'Abd al-Raĥmān III na mesma localidade apresenta duas entradas: a recta é da época de (s. X) mas há uma almóada já em cotovelo¹⁶⁶⁹. Por que razão, então, a entrada da puerta de Jerez não é também cotovelo, como muitas outras entradas almóadas? possivelmente o cotovelo foi modificado em época cristã e tornou-se numa entrada recta. No entanto, há um paralelo com a porta de "Bib Mardum", em Toledo, porta de "duas câmaras"¹⁶⁷⁰ - tal como Alter na actualidade -, com a face interior revelando um arranque de arco muito semelhante ao arco (também aqui na face interior) de Alter do Chão. Só a arqueologia e estudos tipológicos mais aprofundados poderão esclarecer estas hipóteses.

Assim, antes das grande obras levadas a cabo por D. Pedro de Portugal, em meados do século XIV, de que resultou um lápida bem conhecida e estuda por M. Barroca, em que se diz que na "*Era Miléssima: CCC e Noventa V anos XXII dias de Setembro o mui nobre rei Dom Pedro mandou fazer este seu castelo d'Alter do Chão*", houve no local uma fortificação possivelmente já durante século X, fortificação que subsistiu ao longo das duas centúrias seguintes mas que não deve ter dado lugar a nenhum povoado significativo, dado que não é referida na regio nenhuma urbe com relevo.

O aparelho construtivo de fortificação - concebida para ser, intencionalmente, quadrangular e regular - parece por vezes um "soga y tizón" irregular, colocado de forma menos cuidada do que em Évora (o tipo de granito é também diferente); este aparelho acompanha torres pouco salientes: uma quadrangular (calcula-se que, pela simetria, se possa vira encontrar traços de outra no lado poente) e duas torres de ângulo de tipo ultra-semicircular: os paralelos com fortificações do âmbito sírio são evidentes e , uma vez mais se assiste ao convívio entre torres de diferentes diferentes.

E se, até meados do século XII, deve ter apoiado as ligações entre Badajoz / Elvas e Santarém, a fortificação aí existente não conseguirá fazer às milícias de cavaleiros de uma Santarém cristã e aguerrida¹⁶⁷¹. Esta fortificação de zona plana teria de ser, como se disse, apoiada pelo local designado como Alter Pedroso.

1669. cf. TORREMOCHA SILVA, Antonio, e Angel J. Sáez Rodríguez, "Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho", *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp . 194-197.

1670. ZOZAYA, Juan, "¿Fortificaciones tempranas?", *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, 1998, p. 140, fig. 34. Una entrada de câmara dupla, geralmente datada de fase pré-islâmica encontra-se em Idanha-a-Velha - cf. ZOZAYA, "Fortification building in al-Andalus", *Madridrer Beiträge*, band 24 - *Spanien und der Orient in Frühen und Hohen Mittelalter*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, 1996, p. 62, fig.4 - mas deve lembrar-se que Idanha teve também ocupação de Ibn Marwān e as consequências dessa ocupação estão por estudar.

1671. O povoamento ou re povoamento de Alter será estimulado em tempos de D. Afonso II de Portugal, quando o bispo da Guarda outorga o seu primeiro foral (ver Hermínia Vilar, "Uma fronteira entre poderes: as dioceses de Évora e da Guarda no nordeste alentejano", *Revista de Guimarães*, n. 106, 1996, (pp. 152-274) onde se mostra como o território foi estruturado a partir de inícios do século XIII.

(c) O Ġarb face às novas ameaças, em tempos de al-,Hakam II

Como se sabe, sob o califado de al-Ḥakam II surgiram de novo barcos normandos na costa do *Ġarb al-Andalus*. Atacando igualmente território da *Gallæcia* e do que será o Norte de Portugal¹⁶⁷², os normandos voltaram a visitar as costas do *Ġarb*.

O soar do alarme é dado pelo governador de Qaṣr Abī Dānis que, numa missiva, informa o califa da chegada de uma frota de 28 embarcações que já tinha sido detectada no ocidente do al-Andalus¹⁶⁷³. Na sequência de um primeiro aviso, começam a chegar a Córdova outras notícias de que distúrbios causados por esses mesmos “pagãos”, distúrbios que, fica-se a saber, já atingiam a zona em redor de Lisboa¹⁶⁷⁴. Ou seja, as bacias do Tejo e do Sado, onde alguns dos pontos de vigilância mantidos no século IX estariam ainda operativos mas onde outros estariam já, certamente, abandonados voltam a sentir a chegada das naves invasoras do Norte da Europa.

A resposta dada regionalmente foi claramente insuficiente. A notícia de que, ao enfrentar os *mağūs* alguns muçulmanos encontraram o martírio mas que alguns dos invasores também foram mortos, mostra claramente que este “empate técnico” da retórica oficial esconde uma derrota e a clara impotência para fazer face a estes navios. Por isso, o califa ordena que a frota de Sevilha se faça à vela e se dirija para ocidente. E não precisará muito para encontrar navios dos *mağūs*: em Silves, no rio Arade ou “rio de Silves”¹⁶⁷⁵, os barcos saídos do Guadalquivir destroem e derrotam alguns destes *mağūs*¹⁶⁷⁶.

Porém, o memo Bayān dá conta de que a vitória no Arade não significou o fim da pressão dos *mağūs* sobre as costas e, por conseguinte, sobre as costas ocidentais. Os seus ataques, em vários pontos do ocidente deveriam ser constantes e disso faz eco a referência à chegada a todo o momento de “novas provenientes do litoral do ocidente e respeitantes a esses *mağūs*”¹⁶⁷⁷.

Não se referem, aparentemente, os textos à edificação de novas fortificações e postos de vigia para fazer face aos *mağūs*. É possível, pois, que se tenham aproveitado os mesmos locais já fortificados e preparados para a vigilância da costas e da entrada dos estuários principais. Porém, outras medidas são tomadas, uma das quais curiosamente passa por **técnicas de camuflagem**; Ibn Fuṭays procede a alterações na frota do Guadalquivir, pintando-a e “constrói os navios com a mesma forma

1672. Sobre a **ação dos normandos em fortificações do Norte de Portugal** nos anos de 966 e 971 veja-se sobretudo Mário Jorge Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), p. 190, n.11, onde lembra os ataques e pilhagem feitos em 970 a Santiago de Compostela; ver também MACHADO, Luís Saavedra, “Expedições normandas no Ocidente da Hispânia”, sep. do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1931; CHAO ESPINA, Henrique, “Los Normandos en Galicia”, *O Instituto*, n. 126, Coimbra, 1965, pp. 209-245.

1673. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 255; trad. pp. 394; nesta obra transcreve-se *Abī Dānis* e não *Abī Adānis*. Cf. Ch. Picard, *L’océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l’époque almohade*, p. 79.

1674. بَسِيطُ أَشْبُونَةَ

1675. وَاْدَى شَلْبِ

1676. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 255; trad. pp. 394.

1677. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 255; trad. pp. 395.

que os dos *mağūs*”, para que se possam aproximar¹⁶⁷⁸, o que faz crer que as tropas califais acreditavam ter vantagem militar através da abordagem.

E o clima de instabilidade no *Ġarb al-Andalus* é agravado, no seu litoral com o recomeço do ataque levado a cabo pelos *mağūs*, referidos no *Bayān* como *mağūs al-Urdumāniyyin*, ou seja, “magos Normandos”, que regressam ao litoral ocidental nos começos do *ramaḍān* de 360 H / Junho de 971¹⁶⁷⁹. Não se conhecem detalhes da aproximação desta nova frota *viking*, mas para proteger a costa¹⁶⁸⁰ da região ocidental (*ناحية الغرب*) o califa manda partir o seu almirante - ‘Abd al-Raḥmān ibn Rumāhis¹⁶⁸¹ - para Almeria, para armar a sua frota e trazê-la para Sevilla, ponto de reunião das forças navais que se iriam dirigir depois para o *Ġarb*¹⁶⁸².

É bem claro que em termos navais o *Ġarb al-Andalus* não dispunha, nos inícios da segunda metade do século X, de uma força naval constante considerada capaz de fazer face aos navios normandos que entravam sem grandes obstáculos nas bacias do Tejo e do Sado, mas também no rio Arade e, é de calcular, o mesmo deveria acontecer em outras linhas de água não mencionadas nas fontes árabes, a Norte do cabo da Roca, bem como entre e desembocadura do “rio de Setúbal” e a zona do Cabo onde se encontrava a *Igreja do Corvo*¹⁶⁸³.

Interessantes são alguns detalhes do Muqtabis VII acerca das decisões que o Califa ponderou no momento e que podem ser o espelho do tipo de preparação militar que eraa feito no al-Andalus no século X, eplo menos no período de al-Ḥakam II.

A partir de Ibn Ḥayyān fica-se com a impressão de que a resposta califal foi imediata porque as altas patentes militares se encontravam naquele momnto em Córdova; é o que se passa com o almirante ‘Abd al-Raḥmān ibn Rumāhis e o que, igualmente, se passará com Ġālib, que teve uma “conferencia privada” com o Califa por se encontrar na capital também naquele momento. É, então, que se fica a saber que a *aceifa* anual - que se não deixava de realizar - se encontrava preparada e que o Califa acreditava que a mesma deveria ser dirigida não para o destino que estava - calcula-se - programado mas sim para o *Ġarb al-Andalus* - “tanto por terra como por mar”¹⁶⁸⁴ - dadas as capacidades que reconhecia ao referido general Ġālib ibn ‘Abd al-Raḥmān. E, segundo Ibn Ḥayyān, as

1678. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 255; trad. pp. 395.

1679. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 257; trad. pp. 399; veja-se também Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §8, p. 48.

1680. ساحل ج سَوَاحِل , “costa” ou “litoral” - cf. F. Corriente, *Diccionario Arabe- Español*, I.H.-A.C., Madrid, 1977, raiz سَحَل.

1681. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §8, p. 48; o *Bayān* não cita o seu nome.

1682. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 257; trad. pp. 399.

1683. Cf. al-Rāzī e al-Idrīsī são fontes fundamentais para esta questão. Christophe Picard tem tratado detalhadamente este assunto; cf., para além das suas sínteses mais recentes, o trabalho temático intitulado “Les Mozarabes dans l’Occident ibérique (VIIIe-XIIIe siècles)” in *Revue des Études Islamiques*, LI, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1983, pp. 77-88.

1684. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §8, p. 48.

tropas chefiadas por Ġālib partem nesse ano - em meados de Julho de 971¹⁶⁸⁵ - para o Ġarb al-Andalus.

E, apesar da polémica decisão de E. Gracia Gómez ter chamado à parte VII do Muqtabis de Ibn Ḥayyān *Anales Palatinos del Califa de Córdoba al-Ḥakam II, por 'Isā Aḥmad al-Rāzī (...)*", percebe-se que se possa ter dado um título como este, na medida em que, para além de predominância da informação coligida por Ibn Ḥayyān ser originária de 'Isā al-Rāzī', mais importante ainda é o facto de a perspectiva das informações ser quase que unicamente a da vida de corte, do quotidiano palatino, em Córdoba durante o período de cerca de 5 anos, entre 971 e 975. De facto, se não faltam os mínimos detalhes sobre os momentos que antecedem a partida do exército chefiado pelo general Ġālib ibn 'Abd al-Raḥmān¹⁶⁸⁶, nada se sabe sobre o percurso, os locais reforçados, ou onde se confrontaram com vikings, ou as cidades onde terão levado a cabo confrontos, onde terão construído novas fortificações ou reforçado sistemas defensivos pré-existentes.

Porém, outros detalhes permitem clacular que o empenhamento do califa al-Ḥakam II nesta campanha foi grande; dois *fatāls* - altos servidores - do califa organizaram a requisição de víveres nas *Kūral/s* (ou Kuwar) de Rayyu e Šidūna (M. Sidónia) para serem canalizados para os membros da esquadra que se iriam dirigir para o litoral do Ġarb al-Andalus, destinados aos estuários do Arade, Sado ou Tejo¹⁶⁸⁷, não sem antes se ter abastecido em Sevilha e no Guadalquivir¹⁶⁸⁸. Aliás, o empenho que o próprio califa colocou nesta campanha foi reforçado pelo facto de terem chegado a Córdoba embaixadores provenientes de Astorga, como foi o caso dos enviados de *Gundisalvo* Moniz, "cliente" do califa, chegados a Córdoba nesse mesmo mês de Julho, onde davam conta de uma penetração profunda de normandos pelo rio Douro acima e que teria chegado à zona de Santaver¹⁶⁸⁹.

o Ġarb al-Andalus sob al-Ḥakam II - preocupações e medidas do poder central

Embora não haja provas textuais, é possível que tenha sido durante a administração de al-Ḥakam II e concretamente depois da nova vinda às costas do Ġarb de embarcações normandas, pelo menos nos anos de 966 e 971, que se deve ter começado a investir no reforço da capacidade do Ġarb al-Andalus para dar resposta a novas vagas de normandos.

Por um lado, Ġālib surge como edificador de fortificações com construtores locais alguns anos antes, como aconteceu com Madinaceli, onde as crónicas referem textualmente o facto de ter recorri-

1685. Segundo Bayān, as notícias sobre a chegada dos normandos chegam em finais de Junho e as ordens para a partida urgente do almirante 'Abd al-Raḥmān ibn Rumāhis são dadas a 3 de Julho de 971 (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §8, p. 48); 10 dias depois partem de Córdoba as tropas que se encontravam preparadas para partir para a ceifa do ano, desta vez em direcção ao litoral do Ġarb al-Andalus.

1686. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §9, pp. 48-50. Fica-se a saber que o armazém de apetrochos de guerra de onde partiram os materiais para esta campanha estava localizado em Madīna al-Zahrā'; eram três as bandeiras ou insígnias mais importantes, insígnias colocadas em lanças com grande cerimonial, no exterior de uma das portas do *al-qaṣr* da cidade de Córdoba (al-šūdda-Sudda). A partir da saída destas tropas, chefiadas Ġālib, nenhum outro detalhe é dado.

1687. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §12, p. 51.

1688. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §13, p. 51.

1689. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §11, p. 50.

do a edreiros locais¹⁶⁹⁰. Não é, pois, impossível que o mesmo tenha acontecido em outras zonas e que a grande competência que o próprio califa lhe reconhecia se devesse, em parte, à sua capacidade para lidar com forças e recursos locais. O mesmo poderia ter acontecido no Ġarb no ano de 971.

Por outro lado, área em redor de al-Qaṣr (a futura Alcácer do Sal) pode ter-se afirmado nesta conjuntura como centro produtor de madeira vocacionado para a construção naval. Nenhuma das fontes o afirma mas quando, em 997, Almançor mandar construir aqui barcos que se destinam a levar tropas até ao Douro e aí as deixar por forma a chegar depois a Santiago de Compostela, o que se passa é que al-Qaṣr tem já uma capacidade instalada para produção de barcos que não pode ter começado então, a partir do nada. A plantação de madeira adequada para a construção teve de ter iniciada antes e se não o foi antes de al-Ḥakam II não é impossível que tenha sido então, num momento em que se Córdoba deve ter percebido que, necessitando de uma esquadra em Pechina e Almeria, ou seja, na bacia do Mediterrâneo, não convinha estar constantemente a desguarnecer o flanco do levante para fazer face à chegada constante de esquadras de vikings.

É possível que, então, se tivesse criado em al-Qaṣr um *cluster* ligado à construção naval que passasse pela plantação de árvores adequadas à construção de embarcações capazes de enfrentar o Oceano Atlântico. Almançor irá colher do esforço de plantio de árvores nas margens do Sado e em seu redor, mas irá colher porque esse esforço foi feito no mínimo décadas antes da sua iniciativa e, possivelmente, porque embarcações construídas em al-Qaṣr já tinham dado provas de serem sólidas e eficazes.

o regresso da esquadra e do exército no Verão de 971

Em meados de Setembro o perigo normando estava, a crer nas fontes, afastado das costas do Ġarb al-Andalus¹⁶⁹¹. Esta notícia, porém, merece uma atenção mais profunda.

O *Muqtabis* diz que chegou a Córdoba, aos 26 de *dū-l-qa'da* de 360 H¹⁶⁹², a notícia de que a esquadra comandada pelo almirante 'Abd al-Raḥmān ibn Rumāhis regressou a Almeria, “desistindo de navegar com ela em direcção aos *mağūs*”. Refere-se que a esquadra - saída de Almería em direcção a Sevilha - nunca se dirigiu para o “mar setentrional”, ou seja, nunca entrou na fachada ocidental do oceano atlântico, nem entrou em combate com as embarcações normandas. A razão dessa desistência do avanço da armada residiu, segundo o que o *Muqtabis* transmite, no seguinte:

“por se terem recebido contínuas notícias de que haviam sido derrotados e de que, após o seu avanço e progressos pelo mar setentrional, tinham acabado por fugir, deixando-o [o território] completamente, devido à defesa excelente que Deus fez aos muçulmanos”¹⁶⁹³.

1690. Ibn 'Idārī, *Bayān* II, fl. 230; trad. pp. 355.

1691. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §29, pp. 76-77.

1692. O que equivale a 20 de Setembro de 971.

1693. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §29, p. 76.

Esta informação pressupõe várias situações. Por um lado, parece ter havido capacidade de resposta a nível regional, na medida em que as notícias de derrotas parece terem chegado ao Guadalquivir ainda antes da chegada ao Ġarb do exército comandado por Ġālib. O que revela que este exército parece não ter sido fundamental na resolução do problema e que o não faz regressar de imediato; é de supor, então, que o exército de Ġālib tenha coadjuvado as forças já existentes no terreno e que tenha apoiado - de forma que se desconhece - o sistema de defesa existente no litoral do Ġarb. A “derrota” dos normandos, por outro lado, ter-se-ia ficado a dever também, segundo o *Muqtabis*, à *intelligence* dos *mağūs*, ou seja, estes teriam recebido informações acerca das medidas tomadas pelo califa e, por isso, teriam retrocedido¹⁶⁹⁴. De facto, al-Ḥakam II, tal como o fizeram antes outros dirigentes do *al-Andalus*, usava **espões**. No ano de 361 H / 972 são agraciados com pensões Ibn Abī ‘Amrūs “e o seu colega” Sa‘īd, dois muçulmanos que eram enviados a terras dos reis de Leão e que tratavam com condes críticos e que eram especialistas em “trazer notícias suas, espiar as novidades, bem como levar ou trazer cartas em momentos oportunos”¹⁶⁹⁵.

Mais que uma derrota, parece ter havido um fuga ou uma retirada estratégica dos barcos normandos. Mas, também é sublinhar o facto de esses mesmos normandos terem sido capazes de regressar. O silêncio tem também valor, e o *Muqtabis* não refere barcos destruídos ou queimados.

Os louros da campanha dirigida por Ġālib são-lhe nesse mesmo ano atribuídos, por um dos muitos poetas de corte que não faltavam na Córdova de finais do século X, o poeta Muḥammad ibn Šukhays¹⁶⁹⁶.

A acção de Ġālib no Ġarb deve ter sido complexa e não se ter limitado a sua simples persiguição dos barcos normandos. Se a esquadra do almirante ‘Abd al-Raḥmān ibn Rumāhis regressou a Almeria aos 26 de *dū-l-qa‘da* de 360 H¹⁶⁹⁷ sem nunca ter saído do Guadalquivir por ter recebido informações de que o perigo que representavam se tinha afastado. Porém, o regresso das tropas comandadas por Ġālib só se fará 2 de *ṣafar* do ano de 361 H¹⁶⁹⁸; ou seja, as tropas de Ġālib estão mais de dois meses aparentemente pelo Ġarb em manobras militares que não são conhecidas¹⁶⁹⁹. Pelo que diz o *Muqtabis*, não chegou a haver confrontos militares mas isso não impediu que o encontro

1694. En efecto, los Mayūs habían sabido con toda certeza que el Califa al-Mustansir bi-llāh se aprestaba a hacerles frente; que había tomado sus medidas contra ellos; que había enviado en dirección suya al jefe de sus operaciones militares, el caid y visir Ġālib ibn ‘Abd al-Raḥmān, el cual ya había salido por tierra para encontrarse con ellos; que también iban a buscarlos los almirantes, con las escuadras; y que, en fin, se movían contra ellos admirables ejércitos y poderosas armadas. Al oír hablar de unos y otras, los enemigos de Dios no sintieron en sus almas el menor estímulo que los moviese a hacerles frente y a extenderse por las costas en las que había sido advertida su presencia [22 v. *Ġazir* I, 6 a. l.], sino que retrocedieron fugitivos y frustrados en su esperanza de cogér desprevénidos a los musulmanes. «Dios evitó el combate a los creyentes, porque Dios es fuerte y poderoso.» [XXXIII, 25.]

1695. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §58, p. 98.

1696. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §33, p. 83. Sobre o poeta Muḥammad ibn Šukhays vejam-se Janina M. Safran, “Ceremony and Submission: The Symbolic Representation and Recognition of Legitimacy in Tenth-Century al-Andalus”, *Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 58, No. 3 (Jul., 1999), pp. 191-201; da mesma Janina M. Safran, *The Second Umayyad Caliphate: The Articulation of Caliphal Legitimacy in Al-Andalus*, Harvard (Harvard Middle Eastern Monographs, XXXIII), 2000, p. 87; Suzanne Pinckney Stetkevych, *The Poetics of Islamic Legitimacy: Myth, Gender, and Ceremony in the Classical Arabic Ode*, Bloomington: Indiana University Press, 2002, p. 256; (veja-se recensão de Michelle Hartman a Suzanne Pinckney Stetkevych, *The Poetics of Islamic Legitimacy (...)*, in *The American Journal of Islamic Social Sciences (AJISS)*, vol. 21, 2004, n.2, (pp. 118-121), p.120); Suzanne Pinckney Stetkevych refere que só através do *Muqtabis* se conhecem as poesias deste cortesão, especialista em panegíricos.

1697. Ou seja, aos 20 de Setembro de 971.

1698. O dia 2 de *ṣafar* do ano de 361 H equivale a 24 de Novembro de 971.

1699. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §38, p. 88.

entre o general e o califa tivesse sido longo¹⁷⁰⁰. Tudo leva a crer, então, que a campanha de Ġālib ibn ‘Abd al-Raḥmān no Ġarb al-Andalus tivesse sido mais que um simples passeio militar.

Sabendo-se que as suas capacidades iam muito para além da condução de homens em campo de batalha. Ġālib tinha-se distinguido também como capaz de organizar e dirigir a edificação de novas fortificações¹⁷⁰¹.

Não é, pois, impossível que o general tenha decidido - porque foi ele que decidiu, e só depois o comunica ao califa - edificar ou restaurar edificações já existentes na região para poder fazer face, conveniente e eficazmente, a possíveis novas vagas de normandos. Quaisquer que tenham sido as decisões e opções militares de Ġālib no litoral, no *sāhil* do al-Andalus, elas devem ter sido do agrado do califa; de facto, o general - *qā'id* - Ġālib será promovido a *qā'id supremo* e receberá, em simultâneo o cargo de vizir - *wazīr* - aos 30 dias do mês de rabī' I de 361 H¹⁷⁰², ou seja, a 20 de Janeiro de 972, menos de dois meses depois da sua campanha pelo Ġarb al-Andalus, a campanha que precedeu a sua ascensão a tão elevados cargos do zeloso *mawla* do califa¹⁷⁰³.

Normandos nas costas ocidentais no Verão de 972

Os ataques nos Normandos parece terem voltado a adquirir a dimensão que tiveram em 966 e 971, anos em que na segunda metade do século X o regresso dos *maġūs* se tornou mais notado; porém, as fontes falam de mais uma campanha, precisamente no ano a seguir à estadia de Ġālib nos territórios do litoral ocidental.

Diz uma descrição pouco aproveitada do *Muqtabis VII* que no dia 5 de mês do *ramaḍān* de 361 H o califa reunira o seu *conselho privado* (*مجلسة الخاص*, no original), conselho no qual participaram também o seu *mawla* Ziyād ibn Aflah (estrebeiro-mor e inspector do ḥašam - *الخيل الناظر في الحشم*), bem como Hišam ibn Muḥammad ibn ‘Uṭmān, seu *ṣāhib al-šurṭa* (*صاحب الشرطة*, ou seja, seu *intendente de polícia*). Serão estes dois os responsáveis aí nomeados para dirigir a aceifa (*صائفة*) desse ano, a qual será encaminhada para o Ocidente devido “à hostilidade incessante de que os normandos () davam mostras - que Deus os extermine ! (*اهلكهم الله*) - aparecidos aí (*ذلك*) nessa zona”¹⁷⁰⁴.

1700. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, pp. ٦٦ - ٦٧, trad. *Anales Palatinos...*, §38, pp. 88-89.

1701. Sobre Ġālib veja-se Mohamed Meouak, "La biographie de Galib, haut fonctionnaire andalous de l'époque califale: carrière politique et titres honorifiques", *Al-Qantara, Revista de estudios árabes*, Vol. 11, Fasc. 1, 1990, pp. 95-112. Ver igualmente

Meouak, Mohamed, "Hiérarchie des fonctions militaires et corps d'armée en al-Andalus umayyade (IIe/VIIIe IVe/Xe siècles): nomenclature et essai d'interprétation", *Al-Qantara*, Madrid, Vol. XIV, fasc. 2 (1993), pp. 361-392.

1702. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, p. ٦٩, trad. *Anales Palatinos...*, §45, pp. 91-92.

1703. *Zelo e bons serviços* são dois dos principais argumentos para a sua ascensão no aparelho do Estado cordovês - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, trad. *Anales Palatinos...*, §45, pp. 91-92.

1704. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, fl. ١٤٤, p. ٧٨, trad. *Anales Palatinos...*, §٦٤, p. 101.

Depois de feitos os preparativos, a partida dar-se-á no dia 11 desse mesmo mês do *ramaḍān*¹⁷⁰⁵, depois de se terem dirigido ao *al-qaṣr* em Córdova¹⁷⁰⁶, onde receberam as últimas instruções e recomendações, bem como estandartes e insígnias especiais e outros apetrechos¹⁷⁰⁷.

Ibn Ḥayyān não deixa de dar informações sobre a acção e resultados desta campanha de 972. Com um duração menor que a campanha do ano anterior dirigida por Ġālib - em 972 a campanha pouco ultrapassa os dois meses¹⁷⁰⁸ - as tropas percorreram costas ocidentais, “em perseguição dos normandos (الاردمانيين) - que Deus os destrua! - que rondavam pela região”¹⁷⁰⁹. Afirma-se que as tropas chegaram até a “cidade de Santarém”¹⁷¹⁰, cidade classificada como “ponto extremo daquela comarca” (قاصية ذلك الصفع) e que aí recebem notícias de que os normandos já tinham desistido de avançar contra território islâmico, retirando rapidamente ao terem novas da aproximação do exército califal.

Para além das informações claramente propagandísticas e que, seguindo as análises recentes de Janina M. Safran, se inscrevem no processo de construção da legitimidade do califado omíada do ocidente, do segundo califado omíada do *dār al-Islam*, onde se reconhece a combinação de “military strength with dynastic authority, diligent administration, and the cultivation of awe and affection”¹⁷¹¹, há alguma informação relevante. Tudo aponta para que a cabeça de ponte e base operacional de ataque aos normandos no século X, no período de al-Ḥakam II, seja a cidade de Santarém. Parece ser também a partir de Santarém que, através de uma rede viária que está por

1705. Será a 26 de Junho de 972.

1706. Onde, então, se encontrava o Califa, e não em *Madinat al-Zahrā'*.

1707. É referido o facto de o Califa lhes ter dispensado um “pavilhão esplêndido”, ou seja, uma grande tenda para o comando das tropas se poder reunir; referem-se roupas preciosas e espadas ricamente decoradas, mas não há qualquer referência a *máquinas de guerra* ou aparato bélico especial - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, fl. ١٤٤ - ١٤٤ ب, pp. ٧٨- ٧٩, trad. *Anales Palatinos...*, §64, p. 102; é de presumir que o material de guerra estivesse incluído no que normalmente se designa como “apetrechos”; e é possível também que a atenção do “reporter” (no seu sentido etimológico, de *aquele que reporta* um acontecimento) que assistiu a essa partida (a descrição é muito viva e baseada em testemunha ocular muito atenta, que não deixa de referir a curiosidade e participação de muita gente que se aproximou só para ver esta partida (e outras) do seu exército) se tenha detido mais nos aspectos exteriores e coloridos da parada militar - sem deixar de sublinhar a generosidade do Califa - do que nos aspectos técnico-militares da mesma.

Sobre estas paradas de época de al-Ḥakam II veja-se E. E. García Gómez, “Armas, banderas, tiendas de campañas, monturas y correos en los ‘Anales de al-Ḥakam II’ por ‘Isà Razi’”, *Al-Andalus*, vol. XXXII, 1967, pp. 163-179.

1708. Se a asaída de Córdova se deu aos 11 dias de Junho, o seu regresso será a 17 de Setembro desse mesmo ano - 5 de *dū-l-ḥiġġa* (نو الحجة).

1709. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, fl. ٥٢ ب, pp. ٩٢/٩٣, trad. *Anales Palatinos...*, §٨٨, p. 116.

1710. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, fl. ١٥٣, p. ٩٣, trad. *Anales Palatinos...*, §٨٨, p. 116.

1711. Janina M. Safran, *The Second Umayyad Caliphate: The Articulation of Caliphal Legitimacy in Al-Andalus*, Harvard (Harvard Middle Eastern Monographs, XXXIII), 2000, p. 190.

explorar, se enviavam forças para as costas ocidentais - para o *sāḥil al-Ġarb*¹⁷¹² - , para controlar, espiar e vigiar os mares e, certamente, as entradas e estuários dos rios.

Essa actividade de espionagem é claramente assumida e confessada - como já se disse -, e o mesmo *Muqtabis* indica que essas acções de espionagem foram longe; os comandantes das tropas enviadas em 972 ao Ġarb - Ziyād ibn Aflah e Hišam ibn Muḥammad ibn ‘Uṭmān - informam que tinham enviado informadores ou espiões seus para obter notícias dos Normandos e que esses informadores haviam regressado com as mesmas, tendo chegado até Santiago, “ponto extremo do país inimigo, confirmando a fuga” do *maḡūs*¹⁷¹³.

Os espiões enviados até ao Norte, disfarçados não se sabe a o certo de quê, inseridos possivelmente em circuitos comerciais que deveriam existir; passaram além do Mondego controlado pelas forças do reino das Astúrias e de Leão e chegaram sem dificuldades a Santiago, tendo regressado sem dificuldades. Estes agentes do califa de Córdova, certamente bilingues e suficientemente discretos para se poderem infiltrar sem levantar suspeitas no seio das terras controladas pelos senhores cristãos do Norte, trazem informações que ao ultrapassar claramente os limites dos territórios do Ġarb al-Andalus de então, mostram igualmente que a noção de estratégia do califado de Córdova e dos seus agentes não se limita a uma visão redutora e simplista, em que o interesse pela informação termina quando termina o território controlado pelo dār al-Islam. Os dirigentes do al-Andalus sabem que o que afecta o litoral do reino cristão d Norte pode rapidamente cair sobre o seu território, e por isso não hesita em enviar, por uma questão de segurança interna, espiões capazes de sondar o que se passa em toda a faixa ocidental do Mar Tenebroso.

Por outro lado, a falta de combate existente nesta *aceifa* de 972, se se somar à campanha do ano anterior, que se saldou igualmente por uma vitória sem confronto armado, não só mostra que o sistema de vigilância e de resposta funcionou como, por outro lado, pode levar a que se coloque a hipótese de que a campanha de 972 mais não tenha sido que uma continuação da obra iniciada em 971 por Ġālib.

Não é impossível que se tenham então desenhado, durante uma campanha que durou cerca do dobro do tempo da campanha de 972, sistemas de defesa passiva do litoral, com a construção ou restauro de atalaias, pequenas fortificações e postos de controle que funcionassem através da recolha de informações recebidas por marinheiros, pescadores ou mesmo pastores de zonas de falésia (como, por exemplo, a zona entre as actuais Foz do Arelho e S. Martinho do Porto), informações que recebidas e rapidamente conduzidas por cavaleiros a cidades com funções militares mais relevantes (como Santarém, mas também Alcácer do Sal, sem esquecer Lisboa, Sintra e Palmela...) levariam a informação rapidamente ao conhecimento do califa, nas margens do Guadalquivir.

Esta campanha de 972 no Ġarb al-Andalus contra os normandos não tem sido valorizada pelos historiadores que se têm debruçado sobre a época e sobre as campanhas contra os normandos no litoral ocidental do al-Andalus. Recentemente, porém, esta campanha contra os normandos de 972 foi re-

1712. Como se diz textualmente em Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII* , fl. 103, p. 93; a tradução de E. García Gómez - *Anales Palatinos...*, §81, p. 116 - coloca “por las costas del Algarve”, frase que se poderia admitir na década de sessenta, mas que hoje convém rever.

1713. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII* , fl. 103, p. 93; trad. *Anales Palatinos...*, §81, p. 117.

ferida por Jorge Lirola Delgado, ao estudar movimentações navais e ¹⁷¹⁴ e M. Meouak, a propósito da figura de Ziyād ibn Aflaḥ ¹⁷¹⁵.

A acção dos agentes do califa al-Ḥakam II no Ġarb al-Andalus não cessaram com o desaparecimento do Vikings em 971 (e mesmo em 972). Indirectamente, sabe-se que Muḥammad ibn Muṭar-rif “andava pela região do Ġarb” em finais de 973¹⁷¹⁶, num momento em que embaixadores de Elvira - tia paterna e tutora do rei de Leão (*Ġillīqiyya*, no Muqtabis) - depois de chegarem a Córdoba e serem recebidos pelo Califa - encontro que não corre bem¹⁷¹⁷ - acabam por ser recebidos em casa de Ziyād ibn Aflaḥ e, depois, são escoltados de regresso a território cristão¹⁷¹⁸. Ora, porquê a escolha de Ziyād ibn Aflaḥ para receber em sua casas os embaixadores do reino de Leão? Sabe-se que o responsável pela cavalaria califal Ziyād ibn Aflaḥ, um dos homens mais poderosos da Córdoba de então¹⁷¹⁹, tinha estado no ano anterior, em 362 H, no *Ġarb al-Andalus*, um homem que teria ter

1714. Jorge Lirola Delgado, *El poder naval de al-Andalus en la época del califato omeya*, Granada, Instituto de Estudios Almerienses, 1992, p. 259; o problema é que este investigador, que transmite dados importantes inserindo-os no contexto, utiliza infelizmente a expressão dos anos sessenta de E. García Gómez, afirmando que se dirigiu nesse ano de 972 numa aceifa “dirigida al Algarve contra los normandos” (*ibidem*, p. 259).

1715. Há, porém, razões para que não se tenha valorizado suficientemente esta informação. São razões, essencialmente, de tradição historiográfica; mas não é assunto para tratar neste âmbito.

1716. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII* ; trad. *Anales Palatinos...*, §157, p. 186-187.

1717. Segundo o *Muqtabis*, o *qāḍī* dos cristãos de Córdoba Aṣḥab ibn ‘Abd Allāh ibn Nabīl, encarregue da tradução do que discurso dos enviados cristãos, fez uma tradução literal que não agradou ao Califa e a audiência terminou de forma inesperada.

1718. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII* ; trad. *Anales Palatinos...*, §156, p. 185.

1719. Ziyād ibn Aflaḥ tem o seu nome associado a uma das peças mais ricamente decoradas produzidas na segunda metade do século X; trata-se de uma píxide, depositada no Victoria and Albert Museum, em Londres, produzida em Córdoba em 969 - cf. Mariam ROSSER-OWEN, “A Córdoba Ivory Pyxis Lid in the Ashmolean Museum”, *Muqarnas - An Annual on the Visual Culture of the Islamic World*, vol. 16, (pp. 16-31), E. J. Brill, 1999, pp. 19, 20, 23, 26. Sobre esta peça veja-se ainda Francisco PRADO-VILAR, “Circular visions of fertility and punishment: caliphal ivory caskets from Al-Andalus”, *Muqarnas - An Annual on the Visual Culture of the Islamic World*, vol. 14, Brill, 1997, (pp. 19-41), p. 30 e 31 (fig. 13); veja-se ainda Ernst Kühnel, *Die islamischen Elfenbeinskulpturen. VIII-XIII. Jahrhundert*, Berlim, 1971, , pl. XIX, n. 32b e *Marfiles+*.

Ziyād ibn Aflaḥ, que era também Prefeito da Polícia, terá o seu nome mais tarde envolvido numa conspiração falhada para assassinar o jovem e incapaz Hišām II e colocar no trono, em seu lugar, um outro neto de ‘Abd al-Raḥmān III. Sobre este complot veja-se Mariam ROSSER-OWEN, “A Córdoba Ivory Pyxis Lid in the Ashmolean Museum”, *Muqarnas - An Annual on the Visual Culture of the Islamic World*, vol. 16, (pp. 16-31), E. J. Brill, 1999, p. 20; ver tb. M. Meouak, *Pouvoir souverain, administration centrale et élites politiques dans l’Espagne umayyade*, p. 198 e n. 979).

O nome ibn Aflaḥ está associado igualmente a áreas do conhecimento, no al-Andalus: Há referências a um Abū Ibrāhīm b. Aflaḥ al-Rakḥam, que trabalhou na mesquita de Sevilha em 1079. É bem conhecido Ġabir ibn Aflaḥ (أبو محمد جابر بن أفلح), natural de Sevilha, onde nasceu em redor cerca de 1100, morrendo em 1150), foi astrónomo, matemático e inventor, conhecido cno Ocidente com o nome latinizado para Geber, influenciando outros matemáticos e astrónomos europeus posteriores - cf. Victor J. Katz, *The Mathematics of Egypt, Mesopotamia, China, India, and Islam*, Princeton University Press, 2007, p. 4; Van Gelder, G.J.H., “Ibn Aflaḥ : Author of Kitāb Al-Badī’ Attributed To Al-Margīnānī”, *Arabica*, Volume 32, n.3, 1985, pp. 360-361.

Sobre esta família veja-se Mohamed Meouak, “Los Banū Aflaḥ: una hipotética familia de funcionarios y de letrados andaluces”, Separata de *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus*, vol. II, Granada : Consejo Superior de Investigaciones Científicas : Escuela de Estudios Árabes, 1989, pp. 101-117; idem, Mohamed Meouak, *Pouvoir souverain, administration centrale et élites politiques dans l’Espagne umayyade, (IIe-IVe/VIIIe-Xe siècles)*, Helsínquia,

alguma influência ou estar ligado a uma rede com ligações ao *Ġarb al-Andalus*, ou a zonas de fronteira. De qualquer das formas, Ziyād ibn Aflah tinha muito peso em Córdova¹⁷²⁰.

A condução destes embaixadores cristãos às suas terras de origem, às terras de Elvira (tratada como *elche* - العلجة) é feita na companhia de um estudioso de direito islâmico (الميتفقه) e do referido Muḥammad ibn Muṭarrif, que “andava pela região do Ġarb” (بناحية الغرب)¹⁷²¹.

É possível que alguns oficiais califais tivessem nessa conjuntura facilidades de movimento em zonas de fronteira do Ġarb al-Andalus e que controlassem os caminhos de ligação com os territórios do Norte cristão.

Ou seja, o *Ġarb al-Andalus* parece ter um lugar especial nas preocupações do califa, possivelmente devido ao trabalho - de reforço militar da costa, das vias fluviais e possivelmente das fronteiras - iniciado por Gālib, trabalho que deve ter sido continuado por outros homens de confiança do califa al-Ḥakam II. Mas, possivelmente, também por outras razões; continuava a haver alguns focos de discordância - parece haver **xiitas no Ġarb al-Andalus no século X**. Um deles, de seu nome Qāsim, é detectado em Badajoz e daí enviado para Córdova na altura que a cidade do Guadiana era governada pelo vizir Sa‘d ibn al-Ḥakam¹⁷²². Refere-se que a fuga para terras do Ġarb¹⁷²³ tinha favorecido a fuga mas que aí levantara suspeitas¹⁷²⁴.

Academia Scientiarum Fennica, (col. Suomalaisen Tiedeakatemia toimituksia - Humaniora), 1999, pp. 196-198.

Este nome surgirá, curiosamente, em Coimbra, em finais do século XI, onde se conhece um Soleima Aflah, “Importante elemento da oligarquia urbana de Coimbra, do tempo de D. Sesnando” - cf. Leontina Ventura, “As Cortes ou a instalação em Coimbra dos fideles de D. Sesnando” in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, 2006, p. 51; ver igualmente, *ibidem*, pp. 38-39, 44-45 (agradeço à Prof. Doutora Leontina Ventura o envio de um exemplar do seu artigo, prévio à sua publicação); Este Soleima Aflah, aparece no *Livro Preto* transcrito como “Zoleiman Afflah” - LP 28 (1080, Abril, 25); “Zoleman Iben Aflah” - LP 312 (1083, Dezembro, 17); e “Zoleima prolis Aflah” - I 456 (1083, Agosto 8).

1720. Em *šawwāl* de 363 H (Junho de 974) este *mawlā* do Califa continua a ser estropeiro-mor e *sāhib al-ḥašam* (ou seja, responsável pelas tropas mercenárias); na Festa da Ruptura do Jejum este funcionário é colocado junto a Muḥammad ibn Aflah, também *mawlā* do califa (irmão de Ziyād) - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*; trad. *Anales Palatinos...*, §180, p. 197; aliás, após a morte do seu irmão Muḥammad, Ziyād ibn Aflah recebe cargos que ele desempenhava - em Madīnat al-Zahrā’ e na Kūra de Fīrriš - numa audiência longa com o Califa, quando este convalescia - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*; trad. *Anales Palatinos...*, §212, p. 250.

Sobre cf. Ziyād ibn Aflah ver ainda Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*; trad. *Anales Palatinos...*, §203, p. 239.

1721. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*, fl. ب ٨٨, p. ١٤٧; trad. *Anales Palatinos...*, §15٧, p. 186.

1722. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*; trad. *Anales Palatinos...*, §71, p. 111.

1723. A tradução de E. García Gomez “tierras del Algarve” (*Anales Palatinos...*, §71, p. 111) quer dizer “terras do ocidente”.

1724. Maribel Fierro refere esta personagem, num trabalho fundamental para o estudo de movimentos e de personagens ligados a tendências heterodoxas do al-Andalus durante o período omíada; , dizendo que era “un tal Qāsim, que se había hecho asimismo sospechoso de šiísmo (*al-tašrīq*)” - María Isabel Fierro Bello, *La Heterodoxia en al-Andalus durante el periodo omeya*, Madrid, Inst. Hispano-Árabe de Cultura, 1987, p. 158. A autora, porém, dado que era irrelevante para o estudo que levava a cabo, não revela que este heterodoxo estava activo e buscara protecção no remoto Ġarb al-Andalus.

O mais importante, no entanto, parece residir na **capacidade que o Ġarb manifestou de conseguir controlar os movimentos destes vikings** - que atacaram igualmente território cristão, mais a norte - e de avisar atempadamente o poder central do que sucedia. O sistema de vigilância montado no terreno parecia funcionar e os serviços de estafetas e de correios urgentes também.

Esse sistema de vigilância poderia ter passado por um conjunto, por uma malha apertada de torres de vigia e pequenas fortificações na bacia do Tejo, possivelmente também na bacia do Sado e em outras linhas de água, a norte e a sul desta duas acima referidas, capazes de controlar a progressão de invasores, indesejáveis, que tenham conseguido penetrar pelos estuários. Como se sabe e já foi referido, houve ataques de normandos em 844 e, alguns depois, em 859, quando tem lugar, entre outros acontecimentos, o aprisionamento temporário de 246 Sa'dūn ibn Fath al-Surunbaqī, depois resgatado, a sul do Mondego e ataques na zona litoral em redor de Beja - certamente junto da barra do Sado e da Arrábida.

Se já tinha sido montado um sistema de vigilância em meados do século IX, na segunda metade da centúria seguinte as condições - com um califado forte e com um Ġarb mais estável e sem tão fortes focos de rebeldia - são melhores para que se tenha completado a rede de vigilância sobre o litoral ocidental e sul.

A importância militar de Santarém (e região) no século X

As fontes escritas, como foi referido, não identificam todos os locais que foram escolhidos para a vigilância da costa; normalmente limita-se a referir as cidades principais que numa *Marca* ou *Fronteira* coordena e comanda a defesa na região. Para o Ġarb na frase anterior às campanhas de Almançor a capital de Fronteira no Ġarb litoral - *taġr al-Ġarb*¹⁷²⁵ - para fazer face aos normandos é a cidade de *Šantarīn*, situação que acumula com a de sede de uma *kūra*.

As ligações viárias de Santarém com outros territórios não seriam difíceis. Aqui passava a velha via de origem romana em direcção a Coimbra; para sul, por terra e por rio as ligações são fáceis com Lisboa; passando para a margem sul do rio, atinge-se a via - citada por al-Idrīsī, de forma clara - que atinge Badajoz, passando certamente pela ponte romana, ainda hoje utilizada, sobre a ribeira de Seda, por Alter¹⁷²⁶ em direcção à região de Elvas e Badajoz.

A existência de Santarém como base de operações militares parece não colocar dúvidas para o século X. A sua relevância vem de trás; desde o último quartel do século IX, desde a conquista de Coimbra em tempos de Afonso III das Astúrias que a cidade cresceu em termos estratégicos - tornou-se na última grande cidade do al-Andalus na faixa extrema do Ġarb al-Andalus imediatamente a sul da cidade do Mondego que muda de mãos. Quanto a Coimbra, deve dizer-se, terá havido igualmente obras de carácter defensivo - Mário Barroca é o que pensa quando estuda a importante fortificação de Montemor (o-Velho), na medida em que não faria sentido ter deixado desguarnecido essa via fluvial fundamental do ocidente e, como se sabe, só em 878 os asturianos, sob o comando de Hermenegildo Guterres, tomarão posse de Coimbra e do vale do Mondego¹⁷²⁷. No século X

1725. Ch. Picard, *Le Portugal...*, p. 139.

1726. Foi encontrada e publicado recentemente um *dirham* de 'Abd al-Raġmān II encontrado no interior de um dólmen da área de Alter - cf. Jorge de Oliveira, *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter*, Coudelaria de Alter - Universidade de Évora - Ed. Colibri, 2006, p.75

1727. Cf. BARROCA, Mário Jorge, "O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII", in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L.Universidade do Porto, 2005, pp. 111-126. É difícil

cabará à dinastia asturiano-leonesa a defesa do vale do Mondego, retomado só por Almançor que ataca, entre outros, um castelo de Montemor¹⁷²⁸ que parece estar bem mantido.

Já no século X, depois da conquista de Mérida é directamente contra Santarém que as tropas de ‘Abd al-Raḥmān III se dirigem. A intenção e a conjuntura obrigam a pensar numa tática para cortar possíveis auxílios a uma Badajoz ainda rebelde, mas não se pode deixar de pensar na imensa importância estratégica que tinha a cidade que controlava a zona central da Bacia do Tejo e que podia fazer frente aos poderes - religioso, político e militar - cristãos estabelecidos em Coimbra mas que, ao mesmo tempo, podia apoiar Lisboa caso o perigo normando caísse sobre Lisboa e a sua área envolvente¹⁷²⁹.

Na segunda metade do século X, com o regresso do perigo normando, a importância de Santarém e da sua região crescem¹⁷³⁰. A cidade será o centro das operações do general Ġalīb, em 971, e manter-se-á como tal na campanha militar do ano seguinte.

É ainda com al-Ḥakam I que, depois da fase de aceitação do domínio islâmico com ‘Abd al-‘Azīz ibn Mūsā, se faz sentir o peso do poder militar omíada sobre a linha do Tejo¹⁷³¹ e é natural que se tivesse contruído uma mesquita nesses anos; mas não seria impossível que a grande mesquita de que fala o tardio *Dīkr bilād al-Andalus* tivesse sido contruída já por al-Ḥakam II - como sugere, aliás, Sílvio Conde¹⁷³² - neste século X em que a sua importância é maior e há já materiais arqueológicos datados dos séculos X-XI da parte alta de Santarém¹⁷³³. E porquê uma grande mesquita - capaz de deixar memória em séculos posteriores? Não só por a segunda metade do século X ter sido, em artísticos, mais marcante do que a centúria anterior - é a fase, bem conhecida, da am-

de crer que o Mondego não tenha sido visitado por embarcações de vikings; a lonjura de *Qulumriyya* e o seu papel secundário arredam-na das crónicas árabes, o que é também um sintoma de que o controle na região era mais frouxo do que forte e eficaz.

1728. Trata-se de um toónimo - iniciado em Munt - com claras ressonâncias de carácter militar, mas comum em zonas com forte predominância de cristãos (ou, talvez, mais de não arabizados) - cf. MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio, “La terminología castral en el territorio de Ibn Hafsun” in *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Ayuntamiento de Algeciras, 1998, pp. 33-78, p. 41, fig.1 - o mapa aqui apresentado é extremamente completo, pouco mais faltando que a referência a Montemuro (perto de Évora) por onde Geraldo Geraldês andaré no século XII.
1729. Sobre este aspecto, se bem que para cronologias posteriores, vê-se com proveito Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio - Centro de História da Univ. de Lisboa, 2007, pp. 19-21.
1730. Mário Viana, “Santarém e a sua região do domínio árabe ao cristão”, in *Santarém e o Magreb. Encontro secular (970-1578). Catálogo da exposição*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004, pp. 53-59.
1731. Adel Sidarus, “Santarīn / Santarém, fronteira ambivalente islamo-Cristã”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 319-336.p. 321.
1732. - cf. Manuel Sílvio Conde, “Madinat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X-XII)”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 347-382. - p. 361
1733. *Santarém e o Magreb, encontro secular (970-1578), catálogo de exposição*, Câmara Municipal de Santarém, 2004, pp. 99-115; não faltando materiais com características islâmicas que podem ir até ao século XIII - graças certamente aos oleiros mudéjares que se mantiveram em Santarém. Um dinar do século XI, da taifa de Badajoz - opinião de Alberto Canto (*ibidem*, p. 119). Mas também os há, mas menos, datáveis do século IX (*ibidem*).

pliação e embelezamento da mesquita de Córdoba, de tal forma que Almançor, quando decidir ampliar a mesquita se recusará a destruir as obras de al-Ḥakam II - mas também devido ao facto de ter havido ataques ao litoral do *Ġarb* por barcos de *mağūs* e de terem sido enviadas tropas para Santarém nessa conjuntura. ora, é de supor, com a chegada de tropas de Córdoba, numa fase em que o califa era um homem com motivações de carácter religioso, para além de possuir preocupações de carácter artístico (e um tesouro público sem dificuldades), que teve sido então que se tivesse edificado uma mesquita com características marcantes - o que não invalida a existência de mesquitas em fases anteriores.

A importância da cidade no século X é determinante - e haveria, certamente, já mesquitas. O governador (*ʿāmil*) da cidade em 936 é - como lembra recentemente Adel Sidarus - um sobrinho do próprio califa, Umayya ibn Iṣḥāq al-Quraṣī al-Marwānī, a propósito do contacto deste com Ramiro II, a quem pede auxílio contra o tio e califa¹⁷³⁴. Não se sabe nada das zonas amuralhas da Santarém de então; mas é de crer que o sobrinho do califa dispusesse de residência condigna para o seu cargo e o seu estatuto - deveria haver, pois, um *alcácer*, uma zona palatina - que poderia ser já na zona alta - onde não faltam crescentes sinais da arabização de Santarém¹⁷³⁵ - , embora não seja de todo impossível que ainda ocupasse a zona baixa da cidade (Ribeira). Não se sabe se existiria logo nos primeiros séculos do domínio islâmico uma alcáçova em Santarém - ou se teria sido edificada no século X, como algumas outras no *Ġarb* - mas essa hipótese não é descartada pelas arqueólogas que aí escavaram¹⁷³⁶. E não seria impossível que na zona ocidental de Santarém, que se estende por uma

1734. *Muqtabis* V, 264 e 291-292 *apud* Sidarus, p. 321.

1735. É o caso de uma omoplata com inscrições em árabe, encontrada em S. Francisco - *Santarém e o Magreb, encontro secular (970-1578), catálogo de exposição*, Câmara Municipal de Santarém, 2004, p.122; RAMALHO, Maria M., Carla Lopes, CUSTÓDIO, Jorge, “Vestígios da Santarém islâmica- um silo no Convento de S. Francisco”, *Arqueologia Medieval*, n. 7, Mértola / Porto, Afrontamento, 2001, (pp. 147-183), pp. 172 e 174; a tradução da inscrição deveria ser revista.

E não faltam objectos conotados com ambientes luxuosos e requintados, como é o caso do candelabro em bronze proveniente da alcáçova - Cf. *De Scallabis a Santarém*, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Santarém, 2002, p. 206; *Santarém e o Magreb, encontro secular (970-1578), catálogo de exposição*, Câmara Municipal de Santarém, 2004, p. 123. n. 45, peça com enorme semelhança com um candelabro idêntico proveniente de Granada (e exposto no seu Museu De Arqueología).

O capitel com inscrição árabe que durante muito tempo se considerou como sendo de época califal é tardio; de facto, a olho nu se verifica que a inscrição que possuí não é nenhuma variedade de cúfico do século X e apresenta caligrafia de tipo *naskh*, mais comum no al-Andalus durante o período almóada; este capitel foi encontrado no celeiro do antigo paço dos condes de Óbidos; cf. *De Scallabis a Santarém (catálogo)*, p. 199; p. 128, n. 51; um outro capitel, anepígrafo, poderá ser anterior (sec. XI-XII) - cf. *Santarém e o Magreb, encontro secular (970-1578), catálogo de exposição*, Câmara Municipal de Santarém, 2004, p. 128, n. 52.

Sobre silos de época islâmica cf. MENDES, Henrique, PIMENTA, João e VALONGO, António, “Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21- Centro Histórico de Santarém”, *REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia*, volume 5 - 1, Lisboa, 2002, pp. 259-276.

1736. Dentro dos silos ou fossas escavados na alcáçova - não foi possível a definição da função nem a sua cronologia - dados de época islâmica foram repletos em época posterior, mas também anterior à ocupação da alcáçova pelos portugueses. Para além da escassez de informações obtidas a nível das datações da estrutura, depreende-se que houve reformulação espacial (e, eventualmente, funcional) da área da alcáçova ainda dentro dos séculos de domínio islâmico; ou seja, houve ocupação de uma zona da alcáçova em época islâmica ainda antes de esta ter adquirido uma vocação militar muito clara -VIEGAS, Catarina e ARRUDA, Ana Margarida,, “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2:2, Lisboa, 1999, pp. 105-186; mas não se exclui a possibilidade de ter havido em época islâmica, uma atalaia ou sistema de vigilância implantado na área da alcáçova e, só mais tarde, a construção de um recinto

zona plana, se tivesse tirado partido da posição táctica de vigilância que passou a ser ocupada com a capela da Senhora do Monte; e teve aí ou *rābiṭa* ou uma *zawīya* não se sabe ainda, mas tal não contradiz, bem pelo contrário, o reconhecimento da sua posição vocacionada para a vigilância¹⁷³⁷.

O quadro de governadores de Šantarīn ao longo do século X - publicado por Adel Sidarus¹⁷³⁸ - mostra a relevância que a cidade tinha no contexto estratégico e de defesa do al-Andalus durante o período califal¹⁷³⁹. Este interesse estratégico do califado, durante o século X, deve ter contribuído para um conhecimento mais profundo das potencialidades de Santarém e da sua região. Assim, existiu certamente uma fortificação importante na zona alta da cidade, zona a partir de onde não só se controlava o rio e possíveis progressões de barcos inimigos como, igualmente, havia a necessidade de avistar e comunicar com forças amigas que evoluíssem, progredissem ou se aproximassem pela margem esquerda, de forma a fazê-las, eventualmente, atravessar o rio - e o atravessamento do rio Tejo, para quem viesse do interior sul, poderia ser mais fácil e fiável em frente de Santarém do que em frente de Lisboa.

E essas potencialidades não são só as militares. Não será de estranhar que a chegada constante de tropas vindas de Córdoba - que estacionarão em Santarém mas também se deslocarão para zonas várias do litoral - tenha contribuído não só para acelerar o processo de arabização e de islamização mas, igualmente, para tornar mais conhecidos os recursos económicos da região. Assim, não é de estranhar que os geógrafos comecem a referir, precisamente a propósito de Santarém, a sua riqueza nível de recursos marinhos, como é o caso da descrição inserida em *Yāqūt* e em *al-Ḥimyarī* do animal cuja pele ficava nas rochas, assunto tratado recentemente por António Rei.

cavalos no *riba-Tejo*

O conhecimento mais profundo que o califado parece ter do *Ġarb al-Andalus*, sobretudo depois das campanhas contra os normandos em tempos de al-Ḥakam II, leva a que os seus recursos sejam conhecidos e requisitados. De facto, se é ‘Abd al-Raḥmān III que a região ocidental passa a ser controlada, é possível que tenha sido sobretudo em tempos do seu filho que os seus recursos tenham sido mais aproveitados e que a zona mais ocidental, junto ao litoral, tenha sido mais valorizada. Santarém, frequentemente citada revela,, a partir de então, algumas das suas potencialidades.

E, uma delas, são os equídeos. De facto, o Muqtabis VII traz uma **uma informação que tem passado despercebida** - a de que em redor de Santarém se criavam cavalos. Mas, na capital do califado essa riqueza da região em redor do vale do Tejo, nas terras ribeirinhas do Tejo, e nas suas terras baixas, não passou despercebida em Córdoba. Quando al-Ḥakam II na Primavera de 971 manda

militar bem definido e defendido (*ibid.* p. 108-109).

1737. cf. Manuel Sílvio Conde, “Madinat Shantarin. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (‘seculos X-XII)”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, p. 354.

1738. Adel Sidarus, “Santarīn / Santarém, fronteira ambivalente islamo-Cristã”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 319-336, p. 327

1739. Se com a entrada de Coimbra na esfera do controle de Almançor - mais tarde - retira algum protagonismo militar a Santarīn / Santarém, a iniciativa militar de Fernando Magno devolverá a Santarém - mas não imediatamente - protagonismo militar e estratégico; mas serão só os almorvídas a actuar nesse sentido, dado que o último aftácida entregará a cidade a Afonso VI, como se sabe.

sair altos funcionários por várias *kuwar* do al-Andalus em busca de cavalos para uma campanha estival contra os cristãos da *Ġillīqīyya*. Os funcionários considerados mais importantes destacados para requisitar “os cavalos que estavam obrigados a fornecer para serem incorporados no exército ...” foram três: por um lado o almirante e *ṣāhib al-šurṭa al-‘uliyā*¹⁷⁴⁰ Ibn Rumāhis - enviado a zona do Šarq al-Andalus, referindo-se Tudmīr; Valencia e Tortosa -, o *ṣāhib al-šurṭa al-wustā* - enviado a *kuwar* não especificadas “setentrionais e ocidentais” e, por fim, Aḥmad ibn Muḥammad ibn Sa‘d al-Ġa‘farī, identificado também como *ṣāhib al-šurṭa al-‘uliyā*, “enviado a Santarém e seus contornos”¹⁷⁴¹.

Ou seja, nas zonas centrais e ocidentais do al-Andalus a uma cidade que merece ser identificada como podendo (e devendo) fornecer cavalos é Santarém¹⁷⁴²; é uma capacidade instalada que deve vir de tempos passado mas que só deve ter começado a ter nomeada e aproveitamento oficial depois de ‘Abd al-Raḥmān III dominar o Ġarb.

Ora, pode ter sido no contexto das intervenções militares do período de al-Ḥakam II - durante a qual chegam à zona em redor de Santarém muitos mais oficiais e servidores califais do que antes acontecia - que se passa a ter um contacto mais forte com a região, que se tornou relativamente rotineira a ligação entre Córdova e Santarém - ligação essa que deveria passar por uma outra cidade que se tornou ela também um importante ponto estratégico - Badajoz - e que se torna vantajoso ir procurar cavalos a uma região que se já se deveria distinguir pela sua produção cavalar; com a estadia de comandantes militares na área, a produção cavalar do território de Santarém - território que deve ter tido sempre uma relação estreita com ambas as margens do Tejo¹⁷⁴³, deve ter ganho mais projecção.

Se Santarém detinha uma posição privilegiada, de interface entre o poder central - sediado na bacia do Guadalquivir - e toda a zona do litoral do Ġarb, eram junto à costa e em vários pontos da linha do Tejo, do Sado e de outros rios que existiriam pequenas fortificações, torres (*burġ*), atalaias ou

1740. *ṣāhib al-šurṭa* (صاحب الشرطة) corresponde ao cargo de Prefeito / Directo de Polícia. Sobre este cargo e as várias polícias existentes no al-Andalus, no século X., vejam-se E. Lévi-Provençal, “La shurta et ses attributions”, in *HEM*, vol. III, pp. 153-158; Pedro Chalmeta Gendron, El “señor del zoco” in España: Edades media y moderna. Contribucion al estudio de la historia del mercado

Um trabalho recente mostra, com clareza, os diferentes níveis de polícia institucionalizada existente no al-Andalus no século X: Roberto Marín Guzmán, *Sociedad, política y protesta popular en la España musulmana*, Costa Rica, Edição de Editorial Universidad de Costa Rica, 2006, p. 138; agradeço ao Doutor Roberto Marín Guzmán a oferta de um exemplar da sua extensa e importante obra, num encontro que nos reuniu em Córdoba no ano de 2008.

Fora do al-Andalus, para o período medieval é vantajoso ver Hugh Kennedy, “Egypt as a province in the Islamic caliphate, 641-868”, in M. W. Daly, Carl F. Petry (eds), *Islamic Egypt, 640-1517*, vol. I de *The Cambridge History of Egypt*, (pp. 62-85), p. 66; Hugh Kennedy, *The armies of the Caliphs*, pp. 13-14; Irit Bligh-Abramski, “The Judiciary (Qāḍīs) as a Governmental-Administrative Tool in Early Islam”, *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. 35, No. 1, Brill, 1992, pp. 40-71.

1741. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*; trad. *Anales Palatinos...*, § 216, p. 256.

1742. Se a zona do Ribatejo é tradicionalmente reconhecida como sendo uma zona rica em termos de produção de equídeos, essa sua riqueza não tem sido considerada, porém, como tendo também tradições no período islâmico. Na verdade, os geógrafos não fazem menção dessa riqueza quando referem Santarém (cf. A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, volumes 1 e 2).

1743. Sobre o território de Santarém veja-se, embora se debruce sobre o período posterior a 1147, Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio - Centro de História da Univ. de Lisboa, 2007, p. 44, fig. 3.

postos de vigia¹⁷⁴⁴ - onde, em alguns casos, estariam membros voluntariamente unidos num esforço de defesa do território, os *ribāt*¹⁷⁴⁵ - que podiam intercomunicar e fazer chegar, com alguma rapidez, a Santarém, mas também a Lisboa e a Alcácer, mas também a Silves e a *Šantamariyya al-Ġarb* os sinais de alarme.

Não seria impossível que tivesse havido algum sistema de vigilância ou de controle sobre o rio Lis, concretamente onde está o atual castelo de Leiria. O tema é polémico - como se verá adiante - mas há dados de carácter arqueológico que confirmam a hipótese de que o Lis fosse controlado em época islâmica, ainda antes do período almorávida. Há materiais de época islâmica na área do castelo de Leiria, datados do século X e alguns com possibilidade de que sejam do IX¹⁷⁴⁶.

Não sendo impossível que em Alcobaça houvesse já uma fortificação, nada há, para já, que o confirme, apesar de a torre albarrã aí presente não ter ainda sido bem datada e estar inserida numa pequena fortificação - com grandes silhares - cuja tipologia não estranharia para os séculos IX e X; é interessante saber que depois da conquista de Lisboa, que terá lugar em 1147, saíam de Alcobaça navios de carga (“*nauis Alkobacie*”), “com uma carga de sal, que em Alcobaça há em abundância”¹⁷⁴⁷, prova de que a zona ainda estava em condições de fazer sair barcos para alto mar nessa época e que, muito provavelmente, Alcobaça recebia também navios provenientes do alto mar em época islâmica. Pedro Cunha Serra estudou o topónimo e deriva-o do árabe “*Ḥubbāza* ou *Ḥubbāzā*” que significa “malva” e que o autor encontra em outra circunstância¹⁷⁴⁸ (fig. 44-47).

Com um recorte de litoral diferente e mais reentrâncias do que hoje¹⁷⁴⁹, é possível que as memórias e os poucos vestígios de fortificações na lagoa da Pederneira (ainda existente no século XV), a tor-

1744. Veja-se, sobre “fortificações marítimas”, Ch. Picard, "Fortifications et fonctions portuaires sur le littoral atlantique musulman", in *Archéologie islamique*, vol. 6, Paris, 1996, (pp. 45-66) pp. 53 e segs.

1745. Sobre o cuidado que se deve ter ao classificar um local como *ribāt*, veja-se PICARD, Christophe, BORRUT, A., “*Râbata, Ribât, Râbita : une institution à reconsidérer*”, *Chrétiens et musulmans en Méditerranée médiévale (VIIIe-XIIIe siècle). Echanges et contacts*, colloque de Beyrouth, Mai 2002, (coord. Ph. Sénac, N. Prouteau), *Civilisation médiévale*, CESCUM, Poitiers, 2003, pp. 33-65.

1746. Gonçalo Lopes, “Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do castelo de Leiria”, in *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, 2001, (pp. 31-37), p. 33.

1747. Aires A. Nascimento e Saúl A. Gomes, *S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, Didaskalia, 1988, pp. 62-65.

1748. P. Cunha Serra, “Estudos toponímicos”, sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX, Coimbra, 1984, §XLI, pp. 9-10. Haverá, possivelmente, outras hipóteses de explicação, mas estas hipóteses concordam com a visão do cruzado que em meados do séc. XII informará que a área de costa ocidental era conhecida na “linguagem deles” como “bosque” - cf. Carta a Osberno *apud* Manuela Santos Silva, “Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 337-346. p. 344.

1749. J. M. Alveirinho DIAS, Aurora RODRIGUES, Fernando MAGALHÃES, “Evolution of the Portuguese coastline from the Last Glacial Maximum until the present-day”, in *Estudos do Quaternário - Revista da Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário*, n.1, Lisboa, 1997, pp. 53-66.

Deve ver-se, igualmente, o recente e expressivo estudo de DINIS, J. L. et alii, “Natural to Anthropogenic forcing in the Holocene evolution of three coastal lagoons (caldas da Rainha valley, western Portugal)” in *Quaternary International*, 150, 2006, pp. 41-51 (disponível em www.sciencedirect.com), no qual se vê a evolução do recorte da costa nessa região ao longo dos últimos milhares de anos.

re de D. Framondo, mas também de Alfeizerão¹⁷⁵⁰ - onde ainda existem, dentro de propriedade privada, traços de uma fortificação com restos de torres redondas, num plano de matriz regular (fig.48-50).

Sobre Alfeizerão, dizia Jaime Cortesão que “no tempo de D. Manuel ainda o porto podia abrigar oitenta navios de alto bordo, mas no século XVII, mercê do assoreamento, essas vantagens haviam desaparecido totalmente”¹⁷⁵¹. O topónimo deriva, aliás, segundo P. Cunha Serra, de al-Ḥayzurān, “o bambu ou cana de bambu”¹⁷⁵² - seria, então, uma zona de canavial.

Mas uma das descobertas mais sensacionais dos últimos tempos é um vestígio de madeira descoberto em Alfeizerão e que se pensava ser fenício mas que, depois de análises laboratoriais, se revelou se um pedaço de um barco viking¹⁷⁵³. Este vestígio, bem datado por Carbono 14 é um elemento fundamental que não só justifica a necessidade de uma fortificação em Alfeizerão, como comprova que os pequenos portos do litoral, nunca referidos nas fontes escritas produzidas em redor dos ambientes áulicos de Córdoba, também eram visitados por expedições dos “homens do Norte”. É, pois, natural que mais para sul outras enseadas e outros pequenos portos se protegessem e criassem condições de controle sobre o território, sem deixarem de estar em contacto com a capital militar da região - Santarém.

Mais para sul, Atouguia, a futura Atouguia da Baleia ainda hoje conserva alguns muros da sua fortificação, integrados em propriedade privada, com muros em alvenaria e restos de torres quadrangulares, com um enorme poço que parece aproveita silharia aparentemente romana ou com talhe de

1750. Cf. BONIFÁCIO, Luís, “Alfeizerão: notas históricas e arqueológicas”, *Estremadura. Boletim da Junta de Província*, Lisboa. 2ª série, 22, 1949, pp. 359-364; neste curto ms interessante artigo refere-se a “lenda de Alfeizerão” que mantém a memória da conquista de Alfeizerão pelos portugueses. Embora a existência de uma Alfeizerão islâmica no século XII não coloque problemas - nem a existência, então, do seu castelo - não é impossível que a sua ocupação tivesse sido constante durante o período islâmico.

1751. J. Cortesão *apud* V. Rau, *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Ed. Presença, 1984, p. 62).

Veja-se BLOT Maria Luísa Pinheiro Blot, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, IPA (col. Trabalhos de Arqueologia n. 28), 2003, pp. 217 e 218.

1752. P. Cunha Serra, “Estudos toponímicos”, sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX, Coimbra, 1984, §XL, pp. 7-8.

1753. “La varangue d’Alfeizerão mérite d’ailleurs d’être mise en relation avec la trouvaille légendaire d’un « trirème phénicien » citée plus haut. Sauf qu’ici il faudrait peut-être remplacer « phénicienne » par « viking ».” - Francisco J. S. Alves, Maria Luísa P. Blot, Paulo J. Rodrigues, Rui Henriques, João G. Alves, A. M. Dias Diogo e João P. Cardoso, “La valorisation du patrimoine culturel subaquatique au Portugal. Aspects et options stratégiques”. Comunicação ao Quinto Seminário Internazionale ANSER – Comunicare la Memoria del Mediterraneo. Strumenti, Esperienze e Progetti di Valorizzazione del Património Culturale Marittimo (Pisa, 29-30 de Outubro de 2004 - no prelo; consultado em), p. 12.

Existe, na Internet, uma versão em português de um texto semelhante onde se diz que “a caverna de Alfeizerão mereceria, aliás, ser relacionada com o achado lendário de a “trirreme fenícia” acima referida, não fosse o caso de ser necessário substituir “fenício” por “viking”.” - Francisco J. S. Alves, Maria Luísa P. Blot, Paulo J. Rodrigues, Rui Henriques, João G. Alves, A. M. Dias Diogo e João P. Cardoso – “Vestígios de naufrágios da antiguidade e da época medieval em águas portuguesas”, Comunicação ao *Congresso do Mar* (Nazaré, 1 e 2 de Abril de 2005 - no prelo).

Sobre a datação cf. Alves, F., Blot, J-Y., Kermovant, A., Lorin, A., and Matias, J. M., “Sistemas de detecção geofísica em arqueonáutica utilizados em Portugal: os casos do Arade 1, Redoutable e Alfeizerão”, *Geociências*, vol. 5.1, 1990, p. 135.

tradição clássica, em termos de paisagem, controla um imenso vale, onde água chegava no período medieval¹⁷⁵⁴ (fig.52-55).

Mais a sul, Óbidos, cuja lagoa no período medieval penetrava muito mais para o interior, exibe uma fortificação complexa; porém, no seu interior, o castelo, com torres de planta regular, cuja altura uma simples análise visual mostra que foi incrementada em fase tardia, pode corresponder a uma fase islâmica ou ocupar um ponto antes aproveitado pelas suas capacidades esatratégicas. Detectou-se recentemente, em Óbidos, o aparecimento de “cerâmicas islâmicas recolhidas na escavação de emergência efectuada na Cerca Velha em 2004. Tratam-se de cerâmicas comuns domésticas atribuíveis aos sécs. XI e XII, que surgiram numa camada de preparação de pavimento datável do séc. XIII. Apesar de estarem em deposição secundária (fora do contexto original), constituem os **primeiros vestígios de ocupação islâmica em Óbidos.**”¹⁷⁵⁵. Apesar de não concordar com os séculos da chegada dos normandos, a ocupação islâmica nesta zona não deve estranhar. O mar, então deveria estar mais próximo - e os perigos dele provenientes também - do que hoje. A Lagoa de Óbidos chegava, junto da cidade de época romana identificada como Ebuobritium¹⁷⁵⁶, na qual não faltam “abundantes materiais anfóricos, assim como a presença de muitas conchas de espécies aquáticas provenientes de meio marinho ou do ambiente lagunar vizinho”¹⁷⁵⁷. Porém, já no período medieval cristão a situação tinha-se alterado e o porto da zona de Óbido era, como tem mostrado Manuela Santos Silva, a localidade de Salir do Porto¹⁷⁵⁸. A relação de proximidade entre a antiga civitas de *Ebuobritium* e local de implantação de Óbidos, fica claro que a evolução foi no sentido de favorecer a altura. Mas não só. Óbidos ocupa uma posição que claramente faz frente ao rio Arnóia, que faz frente a quem venha do oceano. Tem uma característica defensiva bem vincada, em termos de “táctica passiva”, ou seja, já não é uma *urbs* de cota baixa, junto a um possível ancoradouro, mas sim um núcleo populacional com dimensões que é difícil precisar, no qual a componente defensiva e de alerta para com ameaças que venham do mar - o cabeço ocupado por Óbidos tem

-
1754. Cf. Fernanda Espinosa, "Da actividade marítima portuguesa na Primeira Dinastia" in *Escritos Históricos, Sobre Peniche*, então uma ilha, desconhece-se se teria sido utilizada nestas conjunturas, embora se conheça ocupação pré-histórica e de época romana; pela sua posição, poderia ter servido sobretudo para ponto de apoio dos próprios normandos, mas não há qualquer base segura para o poder afirmar.
1755. *RIO-Revista Informativa de Óbidos* (n. 38, Óbidos, Agosto de 2007), p. 26, onde se refere que as peças agora descobertas serão séculos XI / XII; porém, não será impossível que em outros contextos se detectem materiais anteriores. *Esta revista, disponível n-line*, anuncia que foram descobertas cerâmicas de época islâmica em Óbidos: “cerâmicas islâmicas recolhidas na escavação de emergência efectuada na Cerca Velha em 2004. Tratam-se de cerâmicas comuns domésticas atribuíveis aos sécs. XI e XII, que surgiram numa camada de preparação de pavimento datável do séc. XIII. Apesar de estarem em deposição secundária (fora do contexto original), constituem os **primeiros vestígios de ocupação islâmica em Óbidos.**” (p. 26). Estes dados foram confirmados pela Dr. Isabel Cristina Fernandes.
1756. J. Beleza Moreira, *A cidade romana de Ebuobritium - Óbidos*, Porto, Ed. Minessis - Multimédia, 2002, p. 11. Sobre a navegabilidade da Lagoa até Óbidos na alta Idade Média (*ibidem*, p. 59). Quando aos recursos que envolvem Óbidos, Beleza Moreira lembra que a região era rica não só em caça e pesca mas também em minas de “carvão, gesso e cobre” (p. 59).
1757. Maria Luísa Pinheiro Blot, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, IPA (col. Trabalhos de Arqueologia n. 28), 2003, p. 222.
1758. Manuela Santos Silva, *A Região de Óbidos na Época Medieval : Estudos*, Caldas da Rainha: Património Histórico, 1994, p. 35 e 44.

declives mais abruptos do lado ocidental, ou seja, do lado de onde podem provir perigos aparentemente mais desconhecidos¹⁷⁵⁹ (fig. 57-60).

Ainda a Norte do Rio Alcabrichel o rio Grande ou Ribeira dos Palheiros passa por uma Lourinhã que conserva uma igreja em estilo gótico¹⁷⁶⁰, edificada pouco depois da concessão de Lourinhã - localidade cujo passado romano se conhece - a D. Jordão, um cavaleiro franco que participou, ao lado de Afonso Henriques, na tomada de Lisboa, em 1147. Essa igreja, Santa Maria *do Castelo*, assenta num ponto alto que domina a entrada da ribeira no mar (fig. 56). Os taludes do antigo castelo ainda marcam bem as diferenças de cota do terreno envolvente; a arqueologia, se algum dia aqui intervier, irá detectar certamente uma estrutura defensiva - mas da sua provável ocupação em fases dos séculos de domínio islâmico ainda não há traços.

O contrário se passa com Torres Vedras onde, apesar de escassos, os vestígios de cerâmica existem¹⁷⁶¹. Com uma fortificação muito alterada, mas ocupando um ponto alto natural, resguardado do contacto directo do mar, Torres Vedras controlava também uma zona agrícola muito rica¹⁷⁶². Esta localidade, que ficará ligada à figura de D. Fuas Roupinho, deveria, através das montanhas que rodeiam a localidade, poder contactar visualmente com uma fortificação sobre a qual as certezas são maiores - Sintra.

Šintara ou Sintra é citada pelos fontes históricas e geográficas quer falam do *Ġarb al-Andalus*, sem equívocos. Citada como madīna de pequena dimensão, por Ibn Hawqal, al-Rāzī, pelo contrário, cita-a pela existência de uma fortificação¹⁷⁶³, número que passa para duas, em al-Ĥimyarī¹⁷⁶⁴. O

1759. cf. Beleza Moreira, *op. cit.*, fig. 11, p. 60.

1760. "Igreja Matriz da Lourinhã", *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 16, Lisboa, Edição CD-Rom. Ver ainda Mário Baptista Pereira; *Lourinhã. Contribuições para a sua História*, Lourinhã, 1986 e, do mesmo autor, *Lourinhã. Subsídios para uma monografia*, Lourinhã, 1988.

1761. BUGALHÃO, Jacinta & S. Gomez Martínez, "Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico", in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262 e GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, "La cerámica islámica entre Tajo y Duero", in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 215-220.

1762. É de ver Ana Maria S. A. Rodrigues, *Torres Vedras - a Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Ed. F. C. Gulbenkian, 1995. Falta consultar a obra recente de Carlos Guardado da Silva, *Torres Vedras Antiga e Medieval*, Colibri, 2008.

1763. Veja-se sobre estes considerandos Ch. Picard, *Le Portugal...*, pp. 214-215, embora o autor tenha recolhido dados sobre Sintra em outras pp. e outras obras suas.

1764. al-Ĥimyarī, *Rawḍ...*, fl. 112-113, §102 da trad. de Lévi-Provençal. Essas duas fortificações poder-se-iam localizar em Sintra; uma na zona baixa (onde hoje está a vila) e o outro na serra (onde se encontra o "castelo dos Mouros") ou então o texto refere-se a uma outra fortificação ainda não detectada, da Kūra de Sintra; sem querer dar uma resposta definitiva, deve lembrar-se que Mafra - *Mafora* em alguns textos medievais - teve um castelo de quase nada resta; porém, pela sua posição, entalado entre dois barrancos, cumpre uma função defensiva para as populações locais, está em contacto visual com Sintra e com o mar que lhe fica a Oeste; em suma, deve ter sido um pequeno *ḥiṣn*, ligado estreitamente a Sintra e de onde se poderia controlar a zona próxima à foz do rio Lizandro, zona onde os topónimos de origem árabe não são escassos - cf. GANDRA, Manuel J. (org.), *Mafra, da reconquista ao foral de 1513 (catálogo de exposição)*, Mafra, 1989.

Como António Rei lembrou recentemente, a informação dada por al-Ĥimyarī já é dada por uma das suas fontes

castelo de Sintra, fortificação de planta irregular, em pedra de média dimensão colocadas em fiadas regulares e apoiada com fiadas mais pequenas, é estudado com muito detalhe por Correia de Campos¹⁷⁶⁵ e Pavón Maldonado aproveita essa informação, mostrando que o aparelho construtivo é perfeitamente habitual para o século IX¹⁷⁶⁶ e para fases seguintes (fig. 61-63).

Porém, para Sintra há dados novos e interessantes. A arqueóloga Catarina Coelho, que escavou algumas zonas do castelo detectou cerâmicas de época islâmica que a autora data num intervalo que vai dos séculos IX a XI¹⁷⁶⁷; porém, a autora detecta, igualmente “cântaros” para os quais encontra paralelos com cerâmicas de outras zonas do al-Andalus do séc. XII¹⁷⁶⁸. Ou seja, há indício de uma ocupação do castelo, possivelmente não de forma permanente, mas com ocupações pontuais ou mais dilatadas no tempo, entre os séculos IX e XII¹⁷⁶⁹.

O trabalho da mesma autora tem o mérito adicional de lembrar que o micro-topónimo local São Pedro de Canaferrim tivera uma versão mais arcaica, sob a forma *Calaferrim*¹⁷⁷⁰, forma estudada por José Pedro Machado e identificada como um topónimo resultado da hibridação de *qal'a* com *ferrim*. O topónimo que atesta uma fortificação com alguma importância¹⁷⁷¹ que deveria gerir informação proveniente de outros pontos de observação e canalizá-la para a cidade capital da *kūra*, conjugado com o facto de que surgem materiais arqueológicos que atestam um início de ocupação precisamente no século IX - momento das primeiras chegadas dos vikings - e se estendem - na área escavada - até ao século XI¹⁷⁷², revelam que Sintra deve ter desempenhado neste processo de vigilância sobre o litoral um papel de destaque, mas associada certamente a outras fortificações. Sintra tinha capacidade e posição para ser centro de um “distrito militar” coordenando vários pontos de observação, com capacidade para avisar vários pontos militarizados e fazer chegar reforços ou redistribuí-los com alguma rapidez.

Estes dados são fundamentais dado que é mais um caso, com vestígios bem datados, de uma fortificação em que são usadas as por vezes pouco lembradas torres semi-circulares. Apesar dos restauros profundos do século XIX, mantêm-se não poucos locais com aparelho bem conservado, o que não

privilegiadas: al-Bakrī - cf. António Rei, “Os rostos do poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) - novas leituras”, *Lisboa Medieval - os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, n. 48, p. 69.

1765. CAMPOS, Correia de, *Arqueologia árabe em Portugal*, ed. do autor, 1965.

1766. PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas - Crónicas de viajes por el sur de Portugal*, Madrid, 1993.

1767. Catarina COELHO, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada” in Primitiva Bueno Ramírez, Rodrigo de Balbín Behrmann (eds), *II Congreso de Arqueología Peninsular* (Zamora, del 24 al 27 de septiembre de 1996), Vol. 4, Zamora, 1999, pags. 527-536, = *Revista portuguesa de arqueologia*, Vol. 3, N.º. 1, Lisboa, 2000, pp. 207-226.

1768. idem, *Revista portuguesa de arqueologia*, Vol. 3, N.º. 1, Lisboa, 2000, (pp. 207-226), p. 216.

1769. Catarina Coelho encontrou “panelas” e outras cerâmicas datáveis do século IX.

1770. *Ibidem*, pp. 213-214.

1771. Fortificação que poderia controlar, eventualmente, a exploração de ferro. A *Kūra* de Lisboa produzia antomónio

1772. no grupo III - “cântaros” a autora encontra paralelos com cerâmicas de outras zonas do al-Andalus do séc. XII -C. Coelho, idem, *Revista portuguesa de arqueologia*, Vol. 3, N.º. 1, Lisboa, 2000, (pp. 207-226), p. 216.

dispensa, porém, uma leitura criteriosa dos paramentos, em todo o seu perímetro, o que está por fazer.

A falda virada a sul da serra de Sintra não deveria estar desprovida de pontos de controle de aproximação em relação ao mar. Conhece-se o possível significado de uma Azóia junto ao cabo da Roca (tal como há outra não longe do cabo Espichel, e como faz sentido uma outra Azóia em Santa Iria, a norte de Sacavém controlando o amplo Mar da Palha), mas possível que na zona de Cascais e em *Al-gés* - como recentemente lembrou A. Rei - alguns topónimos tenham a ver com a acção de vigilância sobre a costa e a prevenção de entradas na barra do Tejo¹⁷⁷³. Por outro lado, o território em redor de Sintra, englobando localidades actualmente dentro da área administrativa de Cascais não só têm um carga interessante de arabismos como, recentemente, se começam a revelar dados arqueológicos sobre ocupação em época islâmica¹⁷⁷⁴ - estas populações não podiam estar desatentas em relação a questões de defesa numa costa aberta.

De facto, a entrada fácil da barra do grande rio peninsular pelos barcos dos *mağūs* deve ter obrigado a que se tivessem tomado medidas excepcionais de controle do estuário. E uma das razões, que tem sido ignorada, é o facto de Sintra e Lisboa não comunicarem visualmente entre si; mas, podem fazê-lo por interposta posição. De facto, Sintra, em dias de céu limpo comunica facilmente com a margem sul do Tejo, mesmo com o cabo Espichel (fig.68) e a serra hoje conhecida como da Arrábida; mas, para comunicar facilmente com Lisboa bastar-lhe-ia o contacto com a zona de Almada, de onde o contacto com *Ulišbūna* seria quase que imediato - poder-se-ia fazer uma comunicação fácil por triangulação.

O *Traf* existente na ponta extrema da margem sul do Tejo pode ter estado associado a algum tipo de sistema de vigilância da entrada da barra do Tejo¹⁷⁷⁵. Na barra do Tejo, uma outra localização pode ter desempenhado um papel importante. Sem haver ainda dados no terreno sobre o sítio para o período, a etimologia tratada com cuidado pode dar informações relevantes. Em frente da cidade de Lisboa, na zona que ficará conhecida sobretudo pela sua relação com a exploração mineira - *al-Ma'dān* -, Almada, um topónimo que persiste pode ajudar a perceber o controle cruzado sobre a barra do Tejo: trata-se de Almaraz.

A zona do esporão natural de Almaraz, localizada numa zona alta e de controle sobre o Tejo, com relação visual clara com Lisboa tem ocupação antiga, arqueologicamente atestada¹⁷⁷⁶. Mas, se o sítio

1773. O topónimo Bugio, (estudado?), terá a ver com uma corrupção de *burġiyy*??

1774. Nuno Neto, Paulo Rebelo, Raquel Santos, Tiago Fontes, “Silos islâmicos de Caparide (Cascais): análise estrutural”, *Arqueologia Medieval*, 10. CAM - Afrontamento, Porto, pp. 105-111.

1775. Sobre o significado táctico da palavra árabe “*Traf*” veja-se Ch. Picard, “*Les ribats de la côte du Gharb al-Andalus : une sacralité importée*”, comunicação apresentada em Lleida, 2008, gentilmente cedida pelo conferencista, p. 4.

1776. Diz María Luísa Blot que “O esporão rochoso de Almaraz tem fornecido documentos arqueológicos que confirmam o povoamento do local durante a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. No caso do povoado de Almaraz datável da Idade do Ferro, registaram-se testemunhos de importações directas de produtos de fabrico mediterrânico, com origem no Mediterrâneo Oriental e datáveis do século VII a.C.” ; a relação de lugar com a passagem e a comunicação com Lisboa é clara: “no sopé do esporão de Almaraz que continuou a fazer-se a travessia do Tejo em época romana, verificando-se continuidade nesta utilização desse ponto até à actualidade”, acrescentando que “a ocupação do morro de Almaraz denuncia contactos antigos com rotas marítimas longínquas através de um ponto de contacto com a navegação situado na área actualmente correspondente a Cacilhas” (pp. 246-247). Mas, já antes a mesma autora mostrara, de forma clara a vantagem e espessura histórica da vantagem desse sítio: “no esporão de Almaraz (habitat naturalmente defendido e **em posição de atalaia e de controle das vias de comunicação, incluindo a via fluvial**), estavam em ligação

tem capacidade naturais de atalaís, deve atender-se ao topónimo. Almaraz pode advir de al-maḥris ou al-Maḥras; o verbo حَرَسَ / ḥarasa / significa estar vigilante, estar de guarda; e *maḥras* pl. *maḥāris*, significa precisamente “corpo de guarda”¹⁷⁷⁷. E já P. de Alcalá refere que esta raiz da língua árabe significa “atalayamiento”¹⁷⁷⁸. Muhammad Hassen, no seu estudo sobre “Les Ribat du Sahel d’Ifriqiya” refere a existência, para além do s referidos ribāt, de *maḥris* “enceinte fortifiée, parfois simple corps de garde”, citando um caso em que um *maḥris* era guardado por uma só pessoa¹⁷⁷⁹. Mas, para o *Sahel* do al-Andalus já Ch. Picard tinha assinalado a presença de estruturas desse tipo igualmente em território do al-Andalus¹⁷⁸⁰, não deixando de chamar a atenção de que para os combatentes que procuravam o ḡihād era tanto possível estarem num edifício chamado de ribāt como “hisn, le burj ou le mahras et d’autres lieux, comme refuges des combattants du *ribat*, souvent aux côtés de troupes régulières”¹⁷⁸¹ (figs. 64-66 e 69).

Por este conjunto de razões, pela tradição e capacidade de observação e de comunicação que o local sempre teve, e pela toponímia que denuncia um aproveitamento em época islâmica - mas não conhecida ainda com precisão - não é impossível que em meados do século IX a esporão de Almaraz, em Almada, tivesse sido reaproveitado como local de vigilância da entrada na barra e de triangulação de informação com a acrópole lisboeta¹⁷⁸².

Como se viu, também a margem esquerda do Tejo apresenta topónimos, capacidades e vestígios que poderão ser reveladores de uma ocupação fortemente relacionada com o controle da entrada da barra do Tejo.

Se se optar por buscar um ponto que reúna capacidade de controle sobre a entrada do Tejo, com um recuo de segurança em relação às águas do mar e do rio, e disponha de uma cota de altura suficiente para bargar uma larga extensão de mar e tenha ainda a capacidade de comunicar visualmente com a margem direita do rio - com a zona lisboeta de *Al-cântara* - e ainda tenha ligação visual di-

com os pontos imediatos de contacto com a navegação do estuário, ou seja, a zona da Baixa, no caso de Lisboa, e Cacilhas, no caso de Almada” (*Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Fluvio-Marítimas em Portugal*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia, 2003, p. 235).

1777. J. Cortés, *Diccionario de Ar...*(p. 225).

1778. F. Corriente, *El léxico ... según P. de Alcalá*, p. 43.

1779. M. Hassen, “Les Ribat du Sahel d’Ifriqiya” in *Castrum 7 - Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen Âge: défense, peuplement, mise en valeur*, CASA DE VELÁZQUEZ, 2001, p. 153 - acrescenta, adiante, que pode significar uma simples “torre de observação” (Ib., p. 154).

1780. Ch. Picard, *L’Océan Atlantique...*, p. 91.

1781. Ch. Picard, “Ribats et édifices religieux de l’Islam sur les côtes du Portugal à l’époque musulmane médiévale : islamisation et jihad dans le Gharb al-Andalus”, sob epígrafe Une vocation militaire et religieuse durable mais évolutive (artigo gentilmente cedido pelo autor em formato .doc - no prelo).

1782. Este topónimo surge em outras zonas do solo ibérico, em locais com boa visibilidade, mas nem sempre no litoral; há um Almaraz del Duero e o topónimo surge igualmente na imediações de Coria.

Antecipando a sangrenta *jornada do fosso*, deve referir-se que o emir al-Hakam I, cauteloso, em vez de pressionar para entrar em Toledo, acampou perto da cidade, a oriente dela, “en un lugar llamado Maḥāris”, onde recebeu cordialmente os representantes das principais famílias de toledanos e onde foi convidado a entrar dentro da cidade, alojando-se na referida alcáçova e onde se iniciou o macabro convite que vitimaria muitos dos rebeldes toledanos crentes na doçura do emir. - al-Ḥasan b. Muḥammad b. Mufarriḡ al-Qubbašī, in Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, fl. 93v-94v, trad. pp. 32-33.

recta e desimpedida com o cabo Espichel - mesmo em dias invernosos e de pouca luminosidade - esse sítio é a actual aldeia de Murfacém.

A cavaleiro sobre o “cabo de areia” que é a Trafaria, mas comunicando facilmente também o porto natural - como é o Porto Brandão - e com localidade já conhecida nas fontes de época islâmica como Almada, além de estar implantada num pequeno território com não poucos topónimos relacionáveis com a língua árabe, a própria localidade de Murfacém (fig. 67) exhibe vestígios curiosos. De facto, para além de se terem detectado silos com ocupação de época islâmica, o centro topográfico da aldeia é mercado por uma “capela” em forma de “qubba” que lembra os morábitos norte-africanos. Ao estar em contacto visual com o Cabo Espichel (fig. 68), está também em ligação com a “qubba” aí existente. Assim, e sem poder cair no campo da especulação, esta localidade reúne diversas peculiaridades: pela sua posição táctica, pela sua toponímia já antes relacionada com o período de domínio árabe¹⁷⁸³, rodeada por outros topónimos possivelmente provenientes da mesma época¹⁷⁸⁴, poderia ter desempenhado um papel interessante na prevenção da entrada de navios inimigos e não seria de estranhar que em seu redor se tivesse fixado uma comunidade de voluntários dedicados à defesa das terras do *Islam* e que aí se tivesse afirmado (em data posterior) o culto a - eventualmente - um desses homens, tido como “santo”. Estes possíveis pontos de controle sobre a costa poderiam não estar, eventualmente, fortificados mas deveriam estar articulados em rede com a zona mais próxima de Lisboa - ainda na margem sul - de Almaraz e de Almada, mais próximas ambas de Ulišbūna.

A reforçar a hipótese do valor militar do local está, possivelmente, o próprio topónimo. Tem-se repetido, frequentemente a explicação que é dada por Frei João de Sousa; este clérigo de origem maronita propôs uma explicação que consta da primeira edição da sua obra e que a versão anoatda e aumentada de Frei José de Santo António Moura mantém, relacionado o topónimo com a existência de um “barbeiro”¹⁷⁸⁵.

Sem concordar automaticamente com esta explicação - dado que ficaram por explorar outars soluções consonanticas - há um aspecto que deve ser realçado - Morfaçem ou Murfacém escrevia-se, no século XVIII, “Mofacém”; aliás, ainda na década de vinte do século XX essa grafia era utilizada¹⁷⁸⁶. É essa grafia que autoriza, e bem, Frei João de Sousa, a sugerir uma axplicação a partir das

1783. Murfacém, segundo (*O Arqueólogo Português*, vol. VIII, Lisboa, 1903, p. 215, n. 1) derivaria, segundo David Lopes, de Mul Hacen - remete para *Revue Hispanique*, vol. 9, -tenho em pdf mas não encontro).

1784. A cartografia dá pistas interessantes; uma carta do estuário do Tejo mostra a posição dominante de Murfacém, mas aponta ainda a localização, na orla costeira da margem sul viranda a norte, a Belém, ao vale de Alcântara e Lisboa, os topónimos “banática” (de ben Atica?), Alfanxina (por vezes, em outras cartas, surge Alfanxina, nome também usado no litoral sul, junto a Armação de Pêra, onde se encontra um farol) e “arrábida”, - cf. *Carta chorographica dos terrenos em volta de Lisboa: comprehendendo a principal parte do Tejo adjacente á sua foz*, Lisboa, 18-- (s/ data exacta), disponível em <http://purl.pt/3971/2/P28.html>. Junto à zona da Vigia, localiza-se uma antiga bateria de artilharia implantada na zona conhecida como “Alpena”.

1785. Este é o texto que consta da 11 edição dos *Vestígios da Língua Árabe* (Lisboa, 1789, p. 128) e da redição - sem qualquer modificação - levada a cabo por Frei José de Santo António Moura (Lisboa, 1830, p. 163):

MOFACEM **حسبن** *Mobacen*. Pequena povoação na Província da Estremadura, Patriarcado de Lisboa, junto a Caparica. Significa, Lugar do Barbeiro; derivado do verbo **حسبن** *baçana* fazer a barba. *Chorographia Portug.*

1786. Cf. *Diccionario Universal Ilustrado Linguístico e Encyclopédico*, de Eduardo de Noronha editado em Lisboa entre os anos de 1917 e 1921 por J. Romano Torres, vol. VIII.

consoantes حسن (ḥ-s-n), mas não deixa de ser possível que a tráida de consonântica pudesse ser outra, eventualmente حسن (ḥ-ṣ-n). Assim, se *muḥasan* pode ter a ver com *barbeiro*, já *muḥaṣan* tem uma explicação muito diferente. É da raiz حصن (ḥ-ṣ-n) que provém *ḥiṣn* que significa, precisamente, fortificação.

A conjuntura da implantação deste sistema de vigilância não pode, por ora, ser afirmado com segurança. A presença romana na zona de Almada é bem conhecida no Monte da Caparica - tanto no centro da aldeia como junto ao polo universitário da UNL¹⁷⁸⁷ - e no Porto Brandão. Não seria de estranhar que já existissem, em redor dos actuais Monte e Torre da Caparica sistemas de aviso, de avistamento e de auxílio à navegação, o que não era estranho em outros pontos do Império romano. Essas capacidades e esses mesmos locais podem ter sido reaproveitados em épocas posteriores, com perigos diferentes.

Se estes pontos parecem fulcrais na zona de saída do Tejo para o mar, outros locais estariam preparados para poderem controlar os *mağūs* na medida que a entrada na barra do tejo não deveria ser difícil. É de supor que a boca do rio de Sacavém pudesse dispor, possivelmente na zona ocupada pelo actual forte ou onde está a igreja - perto do local de amarração de uma ponte romana que parece ter aí existido - de uma pequena fortificação. Mais para montante do rio, e quase em toda a sua margem esquerda (dado que a direita é mais porosa e baixa e fácil de aceder - se se descontar o ponto proeminente da Atalaia, entre Montijo e Alcochete, mas do qual não há dados arqueológicos e textuais) há referências a fortificações em Alverca e em Alhandra, ao longo do rio. Essa **colocação de vigias - atalaias** - a controlar pontos sensíveis junto a linhas de água era comum em outros pontos do *al-Andalus*, no século X; em 975 fala-se dessas vigias nas zonas do Ebro¹⁷⁸⁸, mas deveria existir em outras zonas do território do *al-Andalus*.

Na margem norte do Tejo, sabe-se da existência de antigas fortificações em **Sacavém**¹⁷⁸⁹, **Alverca**¹⁷⁹⁰ e **Alhandra**¹⁷⁹¹ (fig.70 e 71). Mais adiante, em povos, a norte de Vila Franca de Xira, foi escavada há alguns anos uma pequena fortificação, em **taipa pouco rica em cal**, em Povos. O castelo de Povos ou , como é mais conhecido, a fortificação que se encontra no local do santuário do Se-

1787. A presença romana, no território da actual freguesia de Caparica, está atestada por vestígios materiais, datados dos sécs. II ao V, concretamente fragmentos de cerâmica de construção (junto ao Mercado do Monte), dois tanques de uma fábrica de salga de peixe (no Porto Brandão), bem como uma necrópole e outros vestígios (terrenos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa). Cf. o trabalho recente de Sandra Assis, “A necrópole romana da Quinta da Torrinha/Quinta de Sto. António – Monte da Caparica (III-V DC):incursão ao universo funerário, antropológico e paleopatológico”, comunicação apresentada às *Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo*, realizadas em Sacavém nos dias 3 a 6 de Abril de 2008 (no prelo).

1788. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII*; trad. *Anales Palatinos...*, §242, pp. 279-280.

1789. Falar-se-á do castelo que aqui existiu, e que controlava a entrada no rio de Sacavém (hoje o Trancão, que comunicava com a zona de Loures e defendia Lisboa como um península) mais adiante.

1790. Onde ainda há vestígios da antiga fortificação - nunca escavada, entre torres construídas nas últimas décadas e, hoje, sem controle sobre o Tejo.

1791. O local do castelo está hoje ocupado por uma igreja que domina claramente o percurso do Tejo; detectaram-se ocupações humanas da Idade do Ferro no seu cabeço.

nhor da Boa Morte, no actual concelho de Vila Franca de Xira, revelou uma estrutura defensiva mas igualmente níveis arqueológicos que podem coincidir com esta época¹⁷⁹²; Povos e área do *Senhor da Boa Morte* possuem uma espantosa capacidade de controle sobre o curso navegável do Tejo, podendo dar sinais e avisos para montante e para jusante do rio (fig.72-74). E mesmo Alenquer, que é referido por Duarte Galvão aquando da fase de conquista de Lisboa e da *Estremadura portuguesa* em meados do século XII como tendo uma fortificação¹⁷⁹³ - fortificação parcialmente demolida no século XIV -, poderia ser defendido nesta conjuntura.

Há, pois, indícios de que se tenha mantido, um sistema, mesmo que rudimentar de controle, de vigilância de rios navegáveis e por onde penetrassem os normandos. Na zona de **Palmela**, detectam-se igualmente, níveis e materiais dessas fases.

Se, a sul do Tejo se reconhece, claramente, essa função a Palmela¹⁷⁹⁴, a “boca” do Tejo não deveria estar desprovida de controle. Palmela possui a capacidade de controlar a barra do tejo e igualmente a do Sado (estando claramente mais vocacionada para esta) tem semelhanças com o castelo de Sintra de onde se controlava o atlântico mas também a barra do Tejo, pela sua capacidade de visualizar um horizonte de 360º tem grande semelhança com a posição de Sintra. Palmela, uma fortificação de rectagurada em relação ao litoral e com a capacidade excepcional de poder “dialogar” com a baía do Tejo e com a do Sado, poderia corodenar uma série de outros pequenos locais - na serra da Arrábida (designação ligada, como se sabe, ao significado de *ribāt*)¹⁷⁹⁵, até Sesimbra e ao ponto de viragem excepcional da região - o cabo Espichel - mas também com a mais modesta Setúbal (então, mais modesta localidade) onde recentemente se descobriram traços de ocupação no outeiro de S. Sebastião, sobranceiro sobre o Sado.

-
1792. Sobre os resultados das escavações do castelo de Povos veja-se Cristina Calais, “A propósito da ocupação muçulmana do Senhor da Boa Morte. Outeiro de Povos - Resultado preliminar das intervenções arqueológicas” in *Cira - Boletim Cultural*, n. 7; Vlia Franca de Xira, 199; Carlos Manuel dos Santos Banha, “As Cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): Estudo Preliminar” in *Cira - Boletim Cultural*, n. 7; Vlia Franca de Xira, 199; Helena Catarino refere igualmente esta escavação. Agradeço à Cristina Calais, actual directora do Museu de Coruche, o facto de me ter acompanhado no local e de, em conjunto, termos pensado a lógica da ocupação do sítio.
1793. Veja-se João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XII - XV)*, Cascais, 1996. Nesta fortificação ainda hoje se mantém uma enorme “couraça” sobre a ribeira de Alenquer; o seu exterior é de época cristã mas o local merece estudo aprofundado, estudo que o autor destas linhas e Jorge de Oliveira iniciaram ainda na década de oitenta, para um trabalho académico.
1794. Cf. Isabel C. Ferreira Fernandes, « A península de Setúbal em Época Islâmica », *Arqueologia Medieval* 7 (Lisboa Encruzilhada de musulmanos, judeus, e cristãos, Outubro 1997), 2001, Porto, pp. 185-196; Isabel C. Ferreira Fernandes, *O castelo de Palmela - do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, éd. Colibri, 2004. Veja-se igualmente Ch. Picard, I.C. Ferreira Fernandes, “La défense côtière au Portugal à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal”, *Archéologie Islamique*, 8-9, 1999, p. 67-94.
1795. Sabe-se, por outro lado, que alguns contrações do litoral norte-africano poderão ser também desta fase, na medida em que são qualificados como “ribat/s” eventualmente resultantes da chegada dos barcos dos vikings a este litoral, concretamente a Arzila.cf. María Dolores RODRÍGUEZ GÓMEZ, “La evolución urbanística medieval de los principales fondeaderos del Habat según los viajeros y otras fuentes: II. Belyuneh, Qsar Segir, Tánger y Arcila” in *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos. Sección Árabe-Islam* , 54, Granada, 2005, pp. 169-201, p. 189. Ver também PICARD, Christophe, “Les défenses côtières de la façade atlantique d’al-Andalus “, *Castrum* 7 . *Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen-Age : défense, peuplement, mise en valeur*, (Roma 23-26 octobre 1996), Roma-Madrid, École Française de Rome, Casa de Velquez, 2001, pp. 163-176.

Por outro lado, não houve nenhum projecto de levantamento arqueológico sistemático nesta região orientado para estruturas defensivas de costa. Mesmo assim, é possível uma abordagem metodológica baseada na prática de uma *Arqueologia do território*, tentando identificar sítios capazes de conter virtualidades que os tornassem eventualmente escolhidos como locais importantes, sob o ponto de vista tático, para poderem ter sido utilizados nessas conjuturas como locais de observação. A existência, concomitantemente, de topónimos sugestivos ou indicativos da existência de antigos locais vocacionados para a observação ou para a defesa, ou a existência de traços desse tipo de construções, mesmo que de épocas posteriores, pode ajudar a propor determinadas hipóteses. Basicamente trata-se de uma interpretação do território e da prospecção de dados de carácter geográfico, histórico-arqueológico¹⁷⁹⁶ ou patrimonial e monumental que possam fundamentar uma proposta de identificação de um sítio com um potencial de ocupação em época islâmica, para fazer face à chegada inesperada de normandos.

É provavelmente nesta conjuntura que o *Ġarb al-Andalus* pode ter sido equipado com um outro tipo de capacidade de resposta - a força naval - sobretudo em locais em que as condições de navegação e relação com o oceano são tradicionais e explicarão o seu desenvolvimento futuro, como é al-Qaşr (Alcácer do Sal)¹⁷⁹⁷.

Se se sabe al-Qaşr começa a ganhar relevo a partir desta época¹⁷⁹⁸, não seria impossível que mais a sul também não se tivesse negligenciado o controle sobre a costa.. É de crer que o porto natural de Sines não tivesse sido desaproveitado mas, apesar da força dos sinais das épocas romana e “visigótica” (com toda a ambiguidade que os materiais arquitectónicos desta época carregam - até ao momento não surgiram sinais de uma ocupação clara em época islâmica¹⁷⁹⁹, nem na ilha próxima conhecida como do Pessegueiro¹⁸⁰⁰; as hipótese que Santiago Macias avança, chamando a atenção para o local de implantação do que será mais tarde conhecido como castelo de Santiago do Cacém, na rectaguarda da linha de costa e avançado em relação à antiga cidade romana que lhe fica próxima, poderá vir a explicar a eventual ausência de uma aposta em Sines; a militarização e o controle do *Sahel* do *Ġarb* não pode ter deixado um vazio entre Alcácer e a Kūra de Silves, dado que as fontes não deixam de referir a existência de medidas tomadas na Kūra de Beja. Mais para sul, as emboca-

1796. A ocupação de locais onde se vigiam as costas ou o mar é difícil. Locais com pequenas guarnições militares, com ocupações parciais dificilmente deixariam vestígios materiais muito palpáveis; deveria ser comum a utilização de recipientes não luxuosos, de recipientes em peles de animais - **odres** - ou ou que mais tarde se vem a chamar no sul de Portugal o “**tarro**” ou mesmo em madeira .

1797. Cfr. Ch. Picard, *I'océan Atlantique...*pp, 50, 52, 56, *passim*.

1798. Os sinais de ocupação de época islâmica surgem já na década de setenta: SILVA, C. T.; [et al.], “Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)”, *Setúbal Arqueológica*, Setúbal. 6-7, 1980-81, pp. 149-218.

1799. Cf. SILVA, C. T.; SOARES, J. (1998), “Para uma arqueologia do castelo de Sines” In CUNHA, M. S.,(ed.), *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 21-44.

1800. SILVA, C. T.; SOARES, J., *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 1993.

duras do Mira- até ao ponto nevrágilco de *Ode-Mira* - ¹⁸⁰¹, de Odeceixe ¹⁸⁰² e a ribeiria de Aljezur é provável que tenham recebido igualmente protecção ¹⁸⁰³; Ch. Picard já sublinhou a sentido que faz esta costa não ter sido esquecida no contexto dos acontecimentos do século IX ¹⁸⁰⁴.

E deve ter sido nestas conjunturas que se começa, do cabo de São Vicente - cuja comunidade monástica colaboraria, certamente, com as autoridades do poder central - até à boca do Guadalquivir, a construir uma série de pequenas fortificações que controlam a chegada de visitante incómodos, agressivos e capazes de progredir por algumas linhas de água, como o Arade ou o Guadiana ¹⁸⁰⁵. A costa sul do Ġarb, nas sequências do avanço para sul dos barcos vikings, e do avanço sobre Silves, reforçará esta cidade, mas não seria impossível que outros locais do litoral: se o Arade é defendido, é possível que o fosse em articulação com a zona mais tarde conhecida como Lagos e o topónimo Alcalá - conhecido devido à existência de uma ocupação pré-histórica - poderia ter mantido este topónimo devido a aí ter existido uma fortificação; Alvor e Albufeira, ambos sobre a costa, são locais em relação aos quais se sabe estarem associados a fortificações - mas referenciadas só para época posteriores. Em redor de *ŠANTAmariyya al-Ġarb* e até à linha do Guadiana as fontes ainda não referem Tavira nem Cacela como locais eventualmente defendidos após 844, mas o sabe que Niebla ¹⁸⁰⁶ sofre - e mesmo o que atinge Sevilha - irá ter reflexos a nível do reforço das defesas passivas dessas localidades e da montagem de vigilância activa numa costa que foi completamente apanhada de forma desprevenida e cujas cidades portuárias e leitos de rios se encontravam sem quaisquer sistemas de vigilância, e totalmente vulneráveis à entrada de embarcações inimigas. A existência de níveis de ocupação numa pequena fortificação, sobreceita ao Guadiana como é o caso do castelo velho de Alcoutim ¹⁸⁰⁷, pode inserir-se, muito provavelmente, nesta política de - pa-

-
1801. Está por fazer, creio, um levantamento sistemático do terreno entre a desembocadura do Mira e o localidade da *Ode...mira* onde, como se sabe, existiu uma fortificação de que quase não quedam vestígios. Porém, não só a memória mas a própria topografia do local atestam a sua relevância, como local a merecer investigação mais aprofundada.
1802. Onde se acaba de saber, em 2008, que foi identificada uma atalaia. Identificada pela Associação de Defesa de Património de Aljezur e a ser estudada pela arqueóloga R. Varela Gomes.
1803. Santiago Macias no seu trabalho recente sobre Méritola (*Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, Mértola, 2006), onde inclui o estudo da *Kūra* de Beja, inclui o estudo do litoral dessa circunscrição territorial e não deixa de referir locais como Sines (abundante materiais de época islâmica), Santiago do Cacém (com uma muralha muito regular controlando o oceano de longe - cf. S. Macias, op. cit, II, p. 67), ligados estreitamente ao litoral. R. Varela Gomes tem em estudo uma atalaia recentemente detectada em Odeceixe, devendo aguardar-se os resultados do mesmo; o já célebre *ribāt* de Aljezur é um local cuja ocupação inicial é, pelas cerâmicas detectadas, anterior a Ibn Qāṣī. Todos estes locais poderão dar, no futuro, informações relevantes para épocas correspondentes aos período emiral e califal.
1804. Ch. Picard, "Ribats et édifices religieux de l'Islam sur les côtes du Portugal à l'époque musulmane médiévale : islamisation et jihad dans le Gharb al-Andalus" (texto .doc apresentado em Jornadas de Aljezur, gentilmente cedido pelo autor: inédito).
1805. Sobre os pontos fortificados do actual Algarve falar-se á adiante com mais detalhe, para evitar repetições.
1806. Cf. Ch, Picard, *L'océan Atlantique musulman* ,... p. 73.
1807. Cf. Helena Catarino, "Fortificações da serra algarvia", *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, pp.207-218; idem, "Cerâmicas omíadas do Ġarb Al-Andalus: resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)", *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º16, Jaén, 1999, pp.113-132. Segundo a autora, - Alcoutim - tem níveis do século IX.

rafraseando um velho ditado - “depois de costa atacada, atalaia instalada”. Poder-se-ia ter adoptado no Guadiana a criação de um sistema de pequenas fortificações - à semelhança da rede do Guadalquivir - nas quais a guarnição teria o seu pequeno oratório¹⁸⁰⁸. Algumas das “atalayas” - **ver o texto árabe para saber quel é a palavra utilizada** - que ‘Abd Allāh ibn Kulayb cita na sua carta ao emir poderiam ser construções simples ou até posições naturais, utilizadas por tropas em vigilância e de onde poderiam comunicar facilmente com outros pontos mais recuados onde se concentrassem forças militares mais numerosas e bem equipadas. Naturais ou edificadas de propósito, o conceito de atalaia existia e foi posto em prática no litoral durante o segundo quartel do século IX, e continuará, para fazer face aos normandos.

Um outro testemunho acerca da chegada dos normandos é o de Mu‘āwiya ibn Hišām al-Šabīnasī, recolhido igualmente por Ibn Ḥayyān¹⁸⁰⁹. Al-Šabīnasī, à semelhança de Muḥammad ibn Aš‘at al-Qurašī, também incide a sua descrição na zona do Guadalquivir, privilegiaando os reflexos da acção dos normandos em redor de Sevilha e de Córdoba, deixando cair, felizmente, referências sobre outras zonas do al-Andalus, com alguma utilidade para compreender o que se teria passado na zona do Ġarb al-Andalus. É este autor que refere que **Sevilha se encontrava sem muralha** quando chegaram os normandos - Lisboa não foi assim apanhada desprevenida. A crónica *Akhbār Mağmu‘a* nada diz acerca da chegada e da acção militar dos *mağūs*, como aliás R. Dozy já tinha referido¹⁸¹⁰. Mu‘āwiya ibn Hišām al-Šabīnasī refere igualmente a permanência dos normandos durante sete dias em Sevilha e o facto de terem sido mobilizados “homens valentes” dos súbditos omíadas das zonas baixas e zonas montanhosas da região de Córdoba, não “militares de carreira” que vieram a ser seleccionados pelas tropas de cavalaria chefiadas por ‘Abd Allah ibn Kulayb ibn Ta‘laba¹⁸¹¹.

O que Ibn Ḥayyān atribui a Ibn al-Qūṭiyya refere igualmente a chegada dos normandos em 230 H “nas costas do ocidente” e a tomada da cidade de Sevilha, nada dizendo mais sobre o Ġarb, onde se não noticiam cidades tomadas¹⁸¹². Foram então contruídas muralhas de Sevilha¹⁸¹³, muralhas que não correspondem ao perímetro de que ainda restam vestígios, muralhas essas cuja urgência na

1808. Helena Catarino detectou uma pequena mesquita ou oratório no *castelho velho* de Alcoutim, cuja datação pode coincidir com o século IX.

1809. Ocupa as páginas 318-321 e 322 da tradução do *Muqtabis II-1*.

1810. Cf. R. Dozy, *Recherches...*, p. 264, n. 1 (veja-se igualmente a tradução espanhola intitulada *Los Vikingos en España*, Madrid, ed. Polifemo, 1987, p. 25, n. 30). R. Dozy esclarece que a referência de P. Gayangos de que a crónica *Akhbār Mağmu‘a* referia os normandos na p. 77 é um equívoco; Dozy esclarece que P. Gayangos deve ter confundido os *Akhbār Mağmu‘a* com o *Ta‘rikh Ifitāḥ al-Andalus* de Ibn al-Qūṭiyya, onde se referem os normandos no “feullet 27” ou “p. 27”; só que aqui deve ter havido gralha, dado que os normandos são referidos - como diz Dozy - em Ibn al-Qūṭiyya, mas a partir da p. 63 do manuscrito e p. 50 da tradução - cf. a edição que Julián Ribera faz do *Ta‘rikh Ifitāḥ al-Andalus*, publicada em Madrid em 1926.

1811. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 187-187v ; trad, p. 319.

1812. Ibn al-Qūṭiyya dá mais destaque à participação das tropas de Mūsà ibn Mūsà ao lado das tropas emirais para as auxiliar; porém, o facto de as tropas deste rebelde - cujos antepassados se colocaram na posição de clientes dos omíadas - actuar “por separado” mostra de que forma os exércitos do al-Andalus eram muitas vezes grandes “mantas de retalhos”; o cronista nem sequer omite o facto de as suas tropas acamparem separadamente sem intencionalmente se misturarem com os contingentes emirais - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 188 ; trad, p. 321.

1813. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 188-188v ; trad, pp. 320-321.

edificação teve de lutar com a construção da mesquita; nem todos os conselheiros do emir consideravam a edificação da muralha como prioritária, afirmando Mu‘āwiya ibn Hišām al-Šabīnāsī que se determinou, consensualmente, levar a cabo ambas as obras com igual afinco¹⁸¹⁴.

Na sequência do ataque nos normandos de 230 H. / 844 o emir ‘Abd al-Raḥmān II mandou (re)construir (*bunyan*) a muralha urbana de Sevilha¹⁸¹⁵. Responsável por esta obra foi o seu *mawlā* de origem síria, chamado ‘Abd Allāh ibn Sinan. Acrescenta Ibn al-Quṭiyya que o nome do arquitecto figura numa inscrição colocada sobre as portas da muralha (*wasmu-hu ‘alā abwabi-ha*)¹⁸¹⁶, supõe-se que acompanhando outras informações que não se conhecem. Pouco se conhece, até acerca da técnica utilizada na construção da muralha sevilhana, excepto o nome do responsável pela obra e a referência a que sua memória - possivelmente associada à do emir (como acontece com as lápides conhecidas de Mérida¹⁸¹⁷) - ficou colocada sobre mais que uma porta do circuito muralhado sevilhano de meados do século IX.

Em suma

O que se acaba de expor é bastante parcelar e incompleto. Mas os trabalhos de Christophe Picard (e, para zonas mais setentrionais, os de Mário Barroca) e uma leitura das fontes acompanhada de uma atenção constante em relação aos resultados dos trabalhos arqueológicos, sem descurar a leitura constante da paisagem omnipresente permite levantar novas hipóteses e, sobretudo, preencher espaços vazios que, com o avançar do tempo e os novos dados de origem arqueológica, serão cada vez mais completos. Algumas possibilidades da toponímia podem também contribuir para preencher as lacunas ainda existentes, lacunas essas que não impedem que se percebe que em meados do século IX, numa primeira fase, e, depois, na segunda metade do século X, se montou uma rede de vigilância e informação que passou pelo envio de destacamentos de gente - não conhecida de forma específica - de Córdova pra o litoral extremo do *Ġarb*. Porém, é possível que grande parte da mão de obra e dos construtores fosse de extracção local. Continua a ser relativamente raro encontrar no *Ġarb al-Andalus* aparelho tipicamente califal - do tipo “*soga y tizón*” - muito regular. O que surge são imitações ou nem isso.

A nível do *Ġarb* extremo, a cidade de Santarém parece desempenhar um papel central, como capital de *kūra* mas também de *taġr* militarizada. Daqui, com os seus cavalos - que agora sabemos que eram apreciados e deveriam ser uma das riquezas maiores da região das lezírias (já então existentes na rica região de *Balaṭa*) - saíam missões em direcção a vários pontos do litoral onde se edificavam pontos de controle com uma arquitectura que - pelos poucos vestígios que ainda se conhecem - não

1814. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, p. 188v; trad, p. 322.

1815. Trabalhos recentes, publicados em Sevilha sobre esta matéria não ignoram estes aspectos técnicos e de autoria; cf. GUERRERO LOVILLO, J.: “La Sevilla musulmana”, en *Historia del urbanismo sevillano*. Sevilla, 1972, p. 33 e CARDOSO BUENO, Diego A.: Sevilla. El casco antiguo. Historia, Arte y Urbanismo. Guadalquivir Ediciones. Sevilla, 2006, p. 43.

1816. Ibn al-Quṭiyya, *Iftitāḥ*, ; (L. TORRES BALBÁS, L., *Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba*, in E. LÉVI-PROVENÇAL, *Historia de España*, V, p. 374 e nota 6). Veja-se igualmente, num artigo de grande relevância Juan A. SOUTO, “La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie VII, H. del Arte, t. 10, 1997,(pp. 11-34), pp. 18-19.

1817. Carmen Barceló, “Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida”, in *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 11.1, Univ. de Jaén, 2004, p. 66.

era única. Porém, não deixa de ser interessante verificar que não são raros, em termos de tipologia das torres, os locais com torres redondas. Num dos casos, Alfeizerãoi, a regularidade do traçado remete para tradições comuns na Grande Síria (como se verá adiante).

Por outro lado, parece ter-se desenhado um sistema de vigilância que, muito provavelmente, não seria em rede mas sim hierarquizado; as atalaias ou pontos fortificados parecem estar montados em função de cidades de pequena ou média dimensão, como Šintara, Ulišbūna e Šantarīn. No entanto, isso não impediria que, em alguns caso houvesse sistemas de contacto em linha, em rede ou, como deve ter acontecido entre a zona de Sintra e Lisboa, através de triangulação que teria pontos de contacto importantes na margem sul do Tejo. E, como já se estudou para a zona em redor de Palmela e da serra conhecida agora como da Arrábida, houve movimentos com contornos religiosos associados a uma vontade de defesa que trouxeram voluntários para este extremo ocidental, com laços e solidariedades fortes - o que remete para a palavra *ribāt*.

Sendo também um assunto que interessa o Estado emiral e califal, é natural que as obras geográficas refiram as vias de comunicação que trazem notícias deste Ġarb longínquo de onde, no século X, chegam a Córdova altos dignitários para participar em cerimónias de Estado¹⁸¹⁸ e de onde também chegam notícias que desagradam ao califa, sobre atitudes reprováveis de alguns dos seus governadores na região; mas, não se sabe se isso tem a ver com as necessidades de defesa e de vigilância.

(d) Almançor e Ġarb

A morte do califa al-Hakam II significa um momento de viragem importante na História do al-Andalus. Viragem não só pela mudança da personagem do califa mas pela mudanças políticas - e militares - profundas que se darão com a subida gradual ao poder de personalidades que, muitos delas, já ocupam cargos importantes duante o período do califa morto.

Convém ter uma ideia das alterações que se deram em Córdova nesse momento. Com 14 ou 15 anos de idade quando se deu a morte do pai, Hišam II aliava a sua juventude a uma grande impreparação para o governação, ao contrário do que acontecera com al-Hakam II - que recebera do seu pai uma preparação e habituação a lidar com questões políticas e militares¹⁸¹⁹.

1818. veja-se Ibn Ḥayyān, *Anales Palatinos...*, § 203, pp. 237-242, onde se descrevem as cerimónias oficiais que tiveram lugar quando se deu a entrada do general Ġālib em Córdova, vindo do Norte de África, em Setembro de 974, na companhia de aliados norte-africanos. Referem-se, entre os muitos participantes nessa recepção protocolar individualidades que participavam com bandeiras e estandartes, em alguns casos ostentando figuração animal, cavalos, águas e muars ricamente ajazados; havia também arqueiros, alguns com arcos ao ombros e, nas mãos, com “vigas, mazas y hachas”, mas também portadores de “arcos cristãos aos ombros”; participaram igualmente indivíduos com lanças e escudos, lanças simples não adornadas, “lanças francas de ferro largo”, capacetes e couraças, espadas com adornos e músicos com instrumentos de sopro e atabales. Nestas **solenidades** participaram representantes de várias *Kuwar*, algumas delas *Kuwar* militarizadas e membros dos *ġund/s*. Participou também “gente” de várias cidades do al-Andalus, **sem faltar o Ġarb**; essa “gente” surge por vezes agrupada, como é o caso da “gente de Beja e de Ukšūnuba”, a que se seguiu “gente de Badajoz e Évora” e “gente de Mérida e seus contornos”, não deixando se de referir, entre muitas outras *gentes* do al-Andalus, “gente de Santarém, Lisboa e Sintra”; a forma como estão agrupadas faz todo o sentido.

1819. As principais fontes sobre a impreparação política de Hišam II e a crise que atinge o seu califado foram apresentadas de forma sistematizada por Peter C. Scales, *The Fall of the Caliphate of Cordoba: Berbers and Andalusis in Conflict*, Brill, (Medieval Iberian Peninsula, Vol 9), 1994, pp. 10-35.

Logo após a morte do califa, houve uma série de movimentações para que Hišām fosse, *de facto*, proclamado e jurado como califa. Movimentações essas que passam pela actuação rápida dos funcionários *ṣiqḷabī* mais próximos do califa que conseguiram manter a morte do califa desconhecida da multidão e, controlando uma força de cerca de 1000 homens, se preparavam para entregar o poder a um irmão do defunto¹⁸²⁰. Esse espaço de tempo teria dado tempo para que Ġa‘far ibn ‘Uṭmān al-Muṣḥafī - então, o *ḥāḡib* - tivesse percebido que havia movimentações para colocar no trono o irmão da califa morto - al-Muḡīra ibn al-Nāṣir. Al-Muṣḥafī pretende neutralizar de imediato o irmão do califa morto e sabe que pode contar com Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir - tutor de Hišām e com uma relação especial com a mãe deste filho do califa morto, a princesa - de origem vasca - Ṣubḥ¹⁸²¹.

Al-Muḡīra ibn al-Nāṣir é avisado da morte do califa e não teria demonstrado interesse em assumir o califado, o que teria satisfeito Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir; Al-Muṣḥafī, porém, não se dá por satisfeito e ordena o assassinato imediato de al-Muḡīra ibn al-Nāṣir, para que Hišām seja proclamado sem quaisquer alternativas de poder e o *ḥāḡib* possa ter à cabeça do Estado um jovem facilmente controlável¹⁸²². Assim acontece e Hišām é proclamado como califa em finais de Setembro desse mesmo ano, recebendo o juramento de fidelidade e o título de al-Mu‘ayyad¹⁸²³. Se os principias dirigentes do poderosos escravos / *ṣiqḷabī*¹⁸²⁴ foram afastados de imediatos por Al-Muṣḥafī e Ibn Abī ‘Āmir, os letrados *fuqahā* teriam seguido a linha de opinião de Ibn Abī ‘Āmir e nele confiado totalmente¹⁸²⁵. Convém realçar que a *bay‘a* ou proclamação formal do novo califa trouxe novidades que convém não ignorar: al-Muṣḥafī é feito *ḥāḡib* (*chamberlán*, “*mordomo*” ou “*camareiro*” do Califa, o mais alto grau do Estado antes do soberano) e Ibn Abī ‘Āmir ascende ao cargo de *wazīr* (ministro)¹⁸²⁶.

1820. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 135. Só os *ṣaqāliba* que se submeteram a Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir continuaram a servir no *al-Qaṣr* califal.

1821. Veja-se, por exmplo E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 408; Laura Bariani, *Almanzor*, Madrid, Nerea Ed., 2003 (obra que agradeço publicamente à autora) dedica a esta relação um capítulo imperdível - cap. 4, pp. 57-62.

1822. A opinião de Mahmoud Makki é ainda mais dura, ao considerar que o ainda *ḥāḡib* Ġa‘far ibn ‘Uṭmān al-Muṣḥafī não passava de “**selfish and short-sighted man**, whose ambition suggested to him that the instalment of a boy like Hishām would result in his becoming guardian to the throne and so place him in comand of the state” - Mahmoud Makki, “The political history of Al-Andalus” in *The Legacy os Muslim Spain*, ed. por Salma Khadra Jayyusi, vol. I, Leiden - New York - Köln, E. J. Brill, 1994, p. 40.

1823. Sobre o juramento de fidelidade ao novo califa veja-se María Luisa Ávila, “La proclamación (*bay‘a*) de Hisam II. Año 976 d.”, *Al-Qantara*, Vol. I, Madrid 1980, pp. 79-114 e M. Meouak, *Pouvoir souverain, administration centrale et elites*, pp. 22-26.

1824. No plural forma-se a palavra *Saqāliba* (árabe: صقالبة).

1825. Cf. Göran Larsson, *Ibn García's shu‘ūbiyya Letter - Ethnic and Theological Tensions in Medieval al-Andalus*, Brill, (col. The Medieval and Early Modern Iberian World, 16), 2003, p. 117, onde cita Hussain Monès (“The Role of Men of Religion in the History of Muslim Spain up to the End of the Caliphate”, in *The Formation of Al-Andalus*, vol. 2 (ed. Maribel Fierro e J. Samsó), Ashgate, 1998, pp. 30-34).

1826. Sobre estes detalhes E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, pp. 402-403.

H. Kennedy considera que Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir (futuramente conhecido como Almançor) se inspira no modelo governatido Buyyída¹⁸²⁷ - que dominava em Bagdade, a partir do momento em que o poder efectivo dos califas abbássidas fraquejou perante as forças do dirigente xiita buyyida - conhecido como - que tomou Bagdade em 945¹⁸²⁸, mas sem destituir o califa, sem suprimir o seu cargo, mas controlando-o apertadamente.

O retrato psicológico e social do algecireño Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir é dado por um descendente de berberes que entraram no al-Andalus na época de Ibn Abī ‘Āmir; trata-se de ‘Abd Allāh, o último dos reis da mais tarde formada Taifa de Granada. Este rei de Granada afirma que Ibn Abī ‘Āmir era dotado aa nível de argúcia e “sedução das gentes simples”¹⁸²⁹. Com estas capaciades e afastando gradualmente da sua frente alguns dos seus mais directos competidores - muitos deles seus antigos aliados - Ibn Abī ‘Āmir irá conseguir, gradualmente, controlar cada vez mais poder nas suas mãos¹⁸³⁰.

Se aquando da morte de al-Ḥakam II o *ḥāḡib* al-Muṣḥafī e Ibn Abī ‘Āmir estão lado a lado, mas este último não tardará a afastar o *ḥāḡib* de origem berbere e alargar o seu poder em Córdova e no al-Andalus. Para isso, contará com uma aliança de peso : Ġālib que, parece, não apreciava a arrogância de al-Muṣḥafī. Mantendo-se Ġālib com um exército forte na Fronteira Média - em Medinaceli - e dirigindo Ibn Abī ‘Āmir as forças que se mantinham em Córdova. Este último ganhou a confiança do velho general e muito prestígio na sequência de uma campanha conjunta que fizeram - em que participaram os dois exércitos (o da Fronteira Média comandaqdo por Ġālib e o de Córdova, sob ordens de Ibn Abī ‘Āmir), em 977, contra não identificado castelo de Mola - campanha pela qual o vizir Ibn Abī ‘Āmir recebeu grandes elogios e que contribuiu para que passasse a ser também *Ṣāḡib al-Madīna*; a aliança que se desenhava incomodou o então *ḥāḡib* al-Muṣḥafī¹⁸³¹ e, em Março de 978, este acaba por ser preso e assim se manterá até morrer cinco anos depois.

Um ano depois, em 979, já Ibn Abī ‘Āmir se preparava para iniciar a edificação de uma nova estrutura palatina - chamada *Madīnat al-Zāhira*, a “cidade brilhante” ou “resplandecente” (المدينة الزاهرة), nome ambigualmente semelhante ao da cidade palatina califal iniciada por ‘Abd al-Raḡmān III - cidade edificada a Leste (*Axarquía*, de شَرْق, “oriente”) de Córdova, onde se aplicaram mate-

1827. H. Kennedy, *Os Muçulmanos ...*, p. 133; o autor dá como exemplo que é dito no Bayān II, pp. 272-273 para fundamentar a sua convicção de que o Ocidente copiava e estava atento ao que se passava no Oriente e que os modelos orientais - apesar da rivalidade Omíada *versus* Abbássida - não eram ignorados no *Ġarb al-Andalus*.

1828. Sobre estes acontecimentos vejam-se Ira Lapidus, *A History of Islamic Societies*, p. 137; André Miquel, *O Islame e a sua civilização*, Lisboa, Cosmos, p. 458;

1829. ‘Abd Allāh ibn Bulluġin al-Zirī al-Ṣinhāġi, *Al-Tibyān*, ed. de Lévi-Provençal e E. García Gómez, *El siglo XI en la 1ª Persona...*, cap. 1, §7, p. 77.

1830. Sobre a entrada de berberes a substituição das tropas tradicionais por berberes, a preferência pelos cavaleiros *zanāta* (muitos deles perseguidos, antes (cerca de 370 H), por Bulluġin ibn Zirī al-Ṣinhāġi, dois quais muitos “se répan dirent dans toute l’Espagne [al-Andalus] et en devinrent les maîtres...” - cf. Ibn ‘Idārī, *Bayān II*, fl. 316; trad. p. 490.

1831. Entre outras razões por que ao ser proclamado *Ṣāḡib al-Madīna*, Ibn Abī ‘Āmir atinge um dos filhos do *ḥāḡib*; al-Muṣḥafī teria ainda tentado aproximar-se do estimado general Ġālib e casar um dos seus filhos com a filha do militar; mas o general “das duas espadas” acabará por dar a sua filha al-Asma ao próprio Ibn Abī ‘Āmir - cf. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 136.

riais e peças de alta qualidade¹⁸³² que rivalizavam com Córdoba e com a cidade palatina de *madīnat al-Zahrā'*¹⁸³³.

Constando que o Califa depositava a sua confiança em Ibn Abī 'Āmir e que se queria manter isolado para se dedicar a assuntos de religião¹⁸³⁴ - atitude tomada como louvável num sociedade em que não faltavam ascetas - o novo homem forte ficou com condições para poder assumir nas suas mãos as principais rédeas do poder.

Estes acontecimentos que aparentemente se circunscrevem a Córdoba têm uma dimensão quer atingir igualmente os territórios mais ocidentais. Como é normal em momentos de viragem, e sabendo-se que o novo califa não é um homem treinado e arrojado, forças cristãs do Norte toma a iniciativa de fazer *raids* em zonas de Fronteira¹⁸³⁵.

Estas iniciativas, aliadas ao facto de Ibn Abī 'Āmir necessitar e forças armadas que lhe fossem pessoalmente fiéis - e as forças tradicionais eram habitualmente fiéis à dinastia e aos omíadas, o que não verdadeiramente o mesmo - levou a que Ibn Abī 'Āmir apostasse em tropas berberes, muitas quais entraram no al-Andalus ainda em tempos do califa al-Ḥakam II, mas trazidas do Norte de África pela sua mão; eram maioritariamente berberes *Ṣinhāġa* (ou *Ṣanhāġa*) e Ibn Abī 'Āmir pagá-lhes-á generosamente¹⁸³⁶.

Na sequência da tentativa fracassada de golpe de Estado e de deposição de Hišām II em 368 H / 979 - na qual estiveram envolvidas várias figuras importantes (como o citado Ziyād ibn Aflaḥ, que se salvou) e alguns seguidores das ideias mu'tazilitas¹⁸³⁷ a figura de Ibn Abī 'Āmir , por dúvi-

1832. Embora *madīna* signifique “cidade”, esta construção desaparecida deveria assemelhar-se mais a um complexo arquitectónico palatino, com uma grande residência, de grandes dimensões que a uma verdadeira cidade; sabe-se que era amuralhada (E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 409); algumas das peças daí provenientes têm merecido estudos detalhados - cf. Torres Balbás, L., “Arte Hispanomusulmán”, in *Historia de España*, dir. Menéndez Pidal, Vol. 5, Madrid, pp. 718-721, fig. 557-558 e 560-561; igualmente *Historia de España*, dir. Menéndez Pidal, Vol. 4, p. 409, fig. 298; KUBISCH N., “Ein Marmorbecken aus Madīnat al-Zahīra im archäologischen Nationalmuseum in Madrid”, *Madridrer Mitteilungen*, 1994, vol. 35, pp. 398-417.

1833. A localização exacta desta nova *cidade* tem sido polémica ao longo dos anos (cf. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 409), mas estudos geomorfológicos recentes apontam para se tenham dado transformações grandes no curso do rio Guadalquivir no último milénio, erosões fortes em alguns casos, e que esteja enterrada, na zona poente de Córdoba, sob uma camada de cerca de 1 metro, na área conhecida como *Arenal* - cf. David Uribealarea e Gerardo Benito, “Fluvial changes of the Guadalquivir river during the Holocene in Córdoba (Southern Spain)”, *Geomorphology*, Volume 100, Issues 1-2, Agosto 2008, pp. 14-31.

1834. Ibn 'Idāri, *Bayān II*, fl. 275-276; trad. pp. 426-429; ver igualmente E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 220-225 e H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 137.

1835. Mahmoud Makki, “The political history of Al-Andalus” in *The Legacy os Muslim Spain*, ed. por Salma Khadra Jayyusi, vol. I, Leiden - New York - Köln, E. J. Brill, 1994, p. 41.

1836. Mahmoud Makki, “The political history of Al-Andalus” in *The Legacy os Muslim Spain*, ed. por Salma Khadra Jayyusi, vol. I, Leiden - New York - Köln, E. J. Brill, 1994, pp. 41-42.

1837. E. Lévi-Provençal, *HEM*, p. 217 °, (Hugh Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 142, n. 21; o conteúdo desta nota não coincide com o assunto em estudo).

Sobre o *Mu'tazilismo*, cf. E.I.2, s.v. Veja-se também Albert Hourani, *A History of the Arab Peoples*, Londres, Faber & Faber, 2002, pp. 63-64 e 166-167; Andrés Martínez Lorca, *Ensayos sobre la filosofía en al-Andalus*, Barcelona, Anthropos, 1990, pp. 40-41; Roberto Marín Guzmán, “La Mu'tazila escuela libre pensadora del Islam. Historia de una

das que se teriam levantado¹⁸³⁸, começou a dar mostra pública de piedade e de rigorismo religioso. É quando decide executar, pela sua mão uma cópia do Alcorão e decidiu expurgar da riquíssima biblioteca de al-Ḥakam II algumas obras consideradas menos ortodoxas¹⁸³⁹, obras que foram queimadas publicamente ou lançadas a poços do palácio.

A partir de 981 entra-se numa nova fase: dá-se a *wahša*, o corte ou ruptura entre o Califa e os seus ministros; tudo passa, desde então, pelas mãos do *ḥāḡib* que é, de facto, o senhor todo poderoso do Estado. E esse corte é também físico: o palácio califal de Córdoba é munido de um sistema de fosso duplo, para separar o Califa das gentes¹⁸⁴⁰.

O final do séc. X no *Ġarb al-Andalus* - de 981 a 996

Depois de se ter desfeito do seu aliado Ġa'far ibn 'Uṭmān al-Muṣḥafī, em 371 H / 981 será a vez de Ibn Abī 'Āmir se enfrentar ao prestigiado Ġālib. Este tinha recebido um outro título, o de *ḏū l-wizaratayn* (o “duplo vizirado”) em 977, estava remetido para a Fronteira em redor de Medinaceli, dependente do novo senhor de Córdoba - por sinal, seu genro. Porém, as muitas alterações - muitas das quais poderiam ir contra as necessidades e opiniões deste velho general cuja idade se aproximava das oito décadas - colocaram Ġālib (velho servidor de três gerações de califas) contra o já então poderoso *ḥāḡib* Ibn Abī 'Āmir. Ġālib, por seu lado, não era também desprovido de ambição¹⁸⁴¹.

Este confronto é útil para perceber o estado de conflito mas também de cumplicidade a que a Península Ibérica estava a chegar, mostrando também de que forma vizinhos inimigos, das espessas áreas de Fronteira se poderiam aliar táctica e facilmente em determinados momentos. Ibn Abī 'Āmir chama para Córdoba forças maioritariamente berberes, de cavalaria, estacionadas no Norte de África e comandadas por Ġa'far ibn 'Ālī ibn Ḥamdūn, forças que atravessam o Estreito e im-

controversia teológica y triunfo del ash'arismo. siglos IX - X”, *Estudios de Asia y Africa*, vol. XXXVIII, 1, 2003, pp. 11-58 (trabalho, como outros, gentilmente cedido pelo autor).

1838. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 407.

1839. ¿Seriam algumas delas apologistas ou escritas por intelectuais seguidores da *Mu'tazila*, intelectuais que haviam cativado, muito antes, o califa abbássida al-Ma'mūn?? Ibn 'Idārī, dá conta desta queima de livros, dizendo que foram vítimas do fogo obras “materialistas e fisosóficas” - cf. *Bayān* II, fl. 315; trad. p. 487-488.

A notícia sobre a destruição desta biblioteca do Califa, considerada a maior em solo europeu no século X, dá-a Ibn Šā'id, *Ṭabaqat al-Umām*, p. 66-67; trad. p. 125-126 (ed. L: cheikho, Beirute, 1912; trad fr. Blahère, Paris, 1935) - cf. nova tradução de Mañllo Salgado: Šā'id al-Andalusī, *Libro de las categorías de las Naciones* (*Kitāb Ṭabaqat al-Umam*), estudo e tradução de Mañllo Salgado, Madrid, Akal ed., 1999, cap. XIII, p. 124; ver ainda Miguel Asín, *Obras Escogidas*, I, p. 120; E. Lévi-Provençal, *HEM*, p. 218, n. 1, onde relaciona esta perseguição com o Masarismo e as ideias de Ibn Masarra (sobre Ibn Massarra cf. M. Asín Palacios, *Abenmasarra y su escuela: orígenes de la filosofía hispano-musulmana*, (Discurso de ingreso en la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas), 1914; sobre o Masarismo e o Mu'tazilismo cf. Miguel Cruz Hernández, *Historia del Pensamiento en al-Andalus*, vol. 1, Sevilla, 1985, pp. 35-61) mas também onde se aponta o facto de Almanzor ter sido certamente pressionado a realizar essa queima pública de livros, acção que não ficará sem continuadores em solo peninsular.

1840. Prova do uso, no século X, pouco atestado para outras construções, de fossos - cf. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 411.

1841. Laura Bariani, *Almanzor*, Madrid, Nerea Ed., 2003, pp. 113-118.

pressionam Córdoba; a estas forças Ibn Abī ‘Āmir agrega mercenários cristãos (gilman) - os homens de Ġālib são, por este motivo, marginalizados.

As razões do choque entre ambos passam pela lenda e por uma narração - contada por Ibn al-Khatīb - em que ambos se confrontam pessoalmente antes de o confronto passar a envolver exércitos. Então, Ġālib, por sua vez, pede ajuda a tropas cristãs, concretamente ao conde de Castela e ao rei de Pamplona. Tendo havido vários choques entre estas tropas, o confronto final tem lugar, a 10 de Julho de 981 (2 de muḥarram de 371) junto ao castelo de “S. Vicente”¹⁸⁴², não longe de Atienza e Medinaceli, saldando-se pela morte acidental de um Ġālib com cota de malha e um capacete dourado mas também de príncipe Ramiro de Pamplona¹⁸⁴³.

Fazendo bom uso da propaganda, apresentando essa campanha como uma vitória também contra os cristãos, é a partir desse momento - no ano de 981 - que Ibn Abī ‘Āmir se auto-atribui o título ou *laqab* de *al-Manṣūr bi-Llāh*, “o vitorioso por Deus”, *laqab* ou título com ressonâncias de soberano e usado antes por um califa ‘abbāsī e pelo terceiro califa fatímida¹⁸⁴⁴.

Em **989 dá-se uma outra conspiração** chefiada pelo “Pedra Seca”¹⁸⁴⁵, que teve a particularidade de ter tido no seu seio a participação de um dos filhos de Ibn Abī ‘Āmir *al-Manṣūr bi-Llāh* ou, simplesmente, Almançor; esse filho dava pelo nome de ‘Abd Allāh. A conspiração deu-se quando Almançor se encontrava numa campanha e o seu filho teve tempo de se refugiar em território cristão¹⁸⁴⁶.

É nesta conjuntura de tensões no seio do poder no al-Andalus, com esta situação de cumplicidades trans-fronteiriças pelo menos na Fronteira Média e de entrada cada vez maior de tropas “especiais” vinda do Norte de África, num momento em que se afirma um poder anómalo no *al-Andalus* - mas não inédito no *dār al-Islam* (com os califas abbássidas nas mãos dos vizires Buyyídas) - que o Ġarb al-Andalus, para o qual as informações escasseiam, segue um rumo aparentemente na linha de continuação do que era habitual em tempos de al-Ḥakam II. Mas as alterações chegarão.

(i) as campanhas de Almançor e o *Ġarb al-Andalus*

ġihād em tempos de Almançor

1842. *Šant Bišant*, provavelmente em - ou junto a - Torrevicente, entre as actuais localidades de Atienza e Gormaz - cf. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 450, n. 48.

1843. E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 414.

1844. O título de *al-Manṣūr* fora utilizado pelo califa abbássida Abū Ġa‘far, conhecido precisamente como *al-Manṣūr*, califa em Bagdade entre 754 e 775 - sobre este califa veja-se Hugh Kennedy, *The Court of the Caliphs, When Baghdad Ruled the Muslim World*, Londres, Ed. Phoenix, 2004, cap. 2 (pp. 11-50), *Manṣūr and his Legacy*. Veja-se também Laura Bariani, *op. cit.*, p. 206.

1845. Trata-se de um membro afastado da família omíada chamado ‘Abd Allāh ibn ‘Abd al-‘Azīz, conhecido como al-Ḥaġar (o “pedra” ou o “pedra seca”, por ser muito avaro).

1846. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 138 e E. Lévi-Provençal, *La España Musulmana ...*, Vol. IV da *Historia de España*, p. 415-416, onde se dão detalhes desses acontecimentos e das suas consequências.

É habitual pôr-se a tónica no *esforço* dispendido durante o período de Almançor na luta contra os cristãos do Norte. Esse *esforço*, tradução muitas vezes dada para fugir à conotação e vulgarização da expressão “guerra santa”, não se inicia com Almançor mas adquire em finais do século X e inícios do XI uma dimensão que não antes tivera e, por isso, é necessário clarificar conceitos e enquadrar no contexto global as acções militares que tiveram lugar no quadro geográfico do *Ġarb al-Andalus*

Os mais de meia centena de ataques levados a cabo por Almançor ao território cristão não tiveram todos eles grande dimensão. No entanto, a propaganda e a encenação levada a cabo aquando da partida e da chegada das tropas ajudava a manter a aura do *ḥāḡib* de Hišām II.

Essa aura e a manipulação da população - sobretudo da capital - era mantida igualmente através do envio de cartas - da frente de batalha - onde se iam anunciando os reveses sofridos pelo inimigo e as vitórias alcançadas pelas tropas comandadas por Almançor, notícias que eram lidas nas mesquitas, sobretudo de Córdova. Por outro lado, num gesto de piedade e que o pretendia manter a par da abnegação dos voluntários para o *ḡiḥād*, sempre se fazia acompanhar de uma mortalha singela para ser sepultado como um mártir em campo de batalha.

A prática do *ḡiḥād* e, sobretudo, a propaganda dessa prática, não impediram o facto de Almançor ter mantido ligações estreitas com senhores cristãos. Para além dos contactos já havidos antes com gentes do Norte (*Šubḥ*, mãe de Hišām II era de origem basca; quando um dos seus filhos, rebelde, fugiu de Córdova, foi para território cristão que fugiu e Almançor negociou a sua entrega), elas continuarão depois e deve lembrar-se que uma das suas esposas era ‘Abda¹⁸⁴⁷, filha do rei de Navarra, Sancho Abarca¹⁸⁴⁸.

- o exército e a marinha em tempos de Almançor

Almançor mostrou-se desde o início da sua administração muito atento a assuntos militares. Esses assuntos passam pela fidelidade das tropas, pela sua força e equipamento e, sobretudo, pela sua lealdade a si mesmo. Tudo isso significava proceder a alterações de fundo, na medida em que o exército, apesar de algumas alterações introduzidas no século X (alterações que, entre outros factores, permitiram as vitórias de ‘Abd al-Raḥmān III), mantinha a velha estrutura herdada do século VIII, sobretudo depois da entrada no al-Andalus das tropas “sírias” comandadas por Balğ.

Almançor vai promover a formação de um exército profissional, sobretudo com elementos alogéneos, sem vínculos a grupos fortes existentes no al-Andalus. Promoveu, então o crescente peso de *ṣaqāliba* e de berberes - berberes que, muitos deles conhecia bem dos meses que este no Norte de África, ainda durante o califado de al-Ḥakam II.

Almançor nunca descurou as relações com o Norte de África próximo. É, aliás, durante o seu governo que se intensificarão de tal forma as relações institucionais com o Norte de África que, para além de Ceuta e de Tânger, o Estado omíada do al-Andalus chega a instalar na cidade de Fez uma

1847. Sobre esta personagem veja-se María Isabel Pérez de Tudela, “Guerra, violencia y terror. La destrucción de Santiago de Compostela por Almanzor hace mil años”, in *En la España Medieval*, n. 21, Universidade Complutense, Madrid, 1998, (pp. 9-28), p. 27, n. 60

1848. Sobre este rei cf. Alberto Cañada Juste, “Un milenario navarro: Ramiro Garcés, rey de Viguera”, *Príncipe de Viana*, Ano 42, n. 162, 1981, (pp. 21-38), pp. 22-26 e, sobretudo, pp. 28 e segs.

administração por si controlada¹⁸⁴⁹. Mas, para o al-Andalus, a face mais visível dessas relações com o Norte de África é a entrada de tropas de origem berbere.

Sabe-se que muitos desses homens norte-africanos eram recrutados em grupos homogêneos na sua origem e cuja homogeneidade e coesão vai continuar no al-Andalus, na medida em que os próprios chefes também vêm; não se trata de contratações individuais, mas sim de grupos coesos, com uma forte identidade e espírito de grupo - a tão tratada e discutida *'aṣabiyya*¹⁸⁵⁰. Porém, o contacto com o al-Andalus revelará algumas dificuldades, na medida em que estes berberes, muitos deles rudes montanheses e criados num espírito tribal rude e eficaz, não se enquadrarão facilmente em ambientes urbanos e sofisticados - como acontecerá em algumas cidades do al-Andalus - e não falavam o árabe, mas sim dialectos *tamazigh*¹⁸⁵¹.

Já tem sido referido que *ṣaqāliba* já existem nos exércitos do al-Andalus desde os tempos do emir al-Ḥakam I; porém, será só no século X que este grupo passará a ter um peso verdadeiramente grande a nível do exército¹⁸⁵². Muitos destes servidores do exército de Almançor eram de origem cristã, “dizendo-se que os melhores provinham de Jilliyya”¹⁸⁵³, ou seja, do noroeste peninsular. Eram comandados por *fatāls* (ou melhor *fityān*).

Os berberes também se encontram desde os tempos de Tāriq no *al-Andalus*. Em termos militares, sabe-se que alguns entraram com 'Abd al-Raḥmān I, outros ainda - provenientes das elites rustâmidas norte-africanos - entram no al-Andalus em tempos de 'Abd al-Raḥmān II mas, será com al-Ḥakm II que - apesar de uma repugnância inicial pelos berberes, pela sua forma de montar e pelos próprios arreios de procedência norte-africana - acaba por recrutar muitos, dos quais não pouco entram no al-Andalus com Muḥammad Ibn Abī 'Āmir (Almançor).

O mesmo Muḥammad Ibn Abī 'Āmir irá reforçar a tendência de formar o exército califal com novos elementos de origem berbere. Em termos tribais essas tropas berberes não eram coesas. Porém, como é de prever, a utilização de destas tropas implica uma contrapartida: pagamento. Se, inicial-

1849. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 143.

1850. Sobre *'aṣabiyya* veja-se *E.I.2*, s.v. “*'aṣabiyya*” (F. Gabrielli), I (pp. 701-702); veja-se a ed. em língua portuguesa de Ibn Khaldun, cuja monumental edição se iniciou em 1958 (ano da edição inglesa de F. Rosenthal): Ibn Khaldun, *Os Prolegômenos*, cap. VII, p. 219 (onde se traduz o conceito por “espírito de clã” e seguintes; veja-se ainda Aziz Al-Azmeh, *Ibn Khaldun: An Essay in Reinterpretation*, Central European University Press, 2003, pp. 28-33, 64-75, *passim*).

1851. Sobre o *tamazigh*, a língua dos *amazigh* (berbere) veja-se “AMAZIĠ”, (Salem CHAKER), *Encyclopédie berbère*, IV, 1987, pp. 562-568. Mais recente e reunindo vários artigos cf. Nait-Zerrad, k., (ed.), *Articles de linguistique berbère. Memorial Werner Vycichl*, 2002, onde ressalta a nível dos reflexos no al-Andalus das línguas berberes o artigo de M. Tilmatine, “Le lexique berbère dans un traité de botanique sévillan du XIIe siècle: la 'Umdat aṭ-ṭabīb”., *ibidem*, pp. 460-487.

1852. Veja-se Mohamed Meouak, “*Saqāliba*”, *eunuques et esclaves à la conquête du pouvoir : géographie et histoire des élites politiques "marginales" dans l'Espagne umayyade*, Helsínquia, Academia Scientiarum Fennica, 2004, 301 p.

Sobre os principais destes *Ṣaqāliba* veja-se igualmente Mohamed Meouak, “Les "marges" de l'administration hispano-umayyade (milieu IIe/VIIIe -debut Ve/XIe siècles) : prosopographie des fonctionnaires d'origine saqlabī, esclave et affranchie”, Separata de *Estudios Onomásticos-biográficos de Al-Andalus : homenaje a José M. Fórneas*, vol. VI (editados por Manuela Marín), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, pp. 305-336.

1853. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 139. Este autor apresenta um quadro bastante completo dos grupos berberes que então entraram no al-Andalus.

mente, a vinda destas tropas era fácil, a necesssidade de assegurar pagamentos estará por detrás de algumas campanhas - para obter saque - mas também de alguns abusos e estara por detrás de alguns dos problemas masi graves do *al-Andalus*, quando o califado entrar em crise e, algum tempo depois, em verdadeiro colapso¹⁸⁵⁴.

As alterações introduzidas - a nível militar - em tempos de Almançor foram ajuizadas negativamente por Abū Bakr al-Turtūšī. De facto, cerca de um século depois, este intelectual e polígrafo considera que quando, antes de Almançor, as terras eram distribuídas aos soldados na qualidade de *muqatta'a*¹⁸⁵⁵, elas as trabalhavam aos lado dos camponeses e os recursos e produções agrícolas não faltavam; porém, depois, com as alterações introduzidas por Almançor, os soldados recebem pré - “estipêndios” ou *‘atā’*¹⁸⁵⁶ - pelo que se aplicavam tributos - *ġibāya*¹⁸⁵⁷ - sobre a terra, tributos que tinham de ser pagos em dinheiro e eram cobrados pelo exército. Esta era a razão pela qual, segundo al-Turtūšī, as tropas pressionavam os povos, arruinavam as gentes e levavam a que muita gente fugisse levando a que, indirectamente, o Estado se enfraquecesse; o que favorecia o “inimigo”¹⁸⁵⁸.

Se a *Lâmpada de Príncipes* de Abū Bakr al-Turtūšī pretende iluminar os Almorávidas no sentido de os afastar desses aspectos da política de Almançor, já o último rei da dinastia zīrī - berbere - de Granada tem, como bem contrapôs Hugh Kennedy, uma visão diferente¹⁸⁵⁹.

Para ‘Abd Allāh ibn Buluggin, descendente desses berberes que entraram no al-Andalus com as políticas de Almançor, a realidade era diferente. Afirmando que o campesinato do al-Andalus não tinha capacidade para lutar contra os cristãos e, muito interessante, que “não era um povo guerreiro”. Assim, o projecto político-militar de Almançor é apresentado como tendo por base a ideia de que uns trabalhariam a terra, contribuindo anualmente “para sustentar as tropas que actuariam em

1854. Sobre a questão do pagamento das tropas vejam-se Pedro Chalmeta, “Concesiones territoriales en al-Andalus hasta la llegada de los Almorávides”, *Hispania*, VI, Madrid, 1975, (pp. 1-90), pp. 66-73.

1855. Sobre *muqatta'a* veja-se *E.I.2*, VII, s.v. *Muqāṭa'a* (C. E. Bosworth).

1856. *‘atā’* - cf. *E.I.2*, I, s.v. (Cl. Cahen)

1857. Um dos trabalhos mais úteis para explicar, em termos monetários e fiscais, o que era a *ġibāya* continua a ser o de P. Chalmeta, “Balance: Renovación-ampliación del cuestionario: Un ejemplo de análisis socio-económico”, *Aragón en la Edad Media*, N.º 9, Univ. Saragoça, 1991, (pp. 315-340), pp. 327-336

1858. Este extraordinário texto de Abū Bakr al-Turtūšī (1059-1130) tem si alvo de vários estudos e comentários. Vejam-se Pedro Chalmeta, “Concesiones territoriales en al-Andalus hasta la llegada de los Almorávides”, *Hispania*, VI, Madrid, 1975, (pp. 1-90), pp. 66-67; Peter Scales, *The Fall of the Caliphate of Cordoba: Berbers and Andalusis in Conflict*, Brill, (Medieval Iberian Peninsula, Vol 9), 1994, pp. 129-130; H. Kennedy, por seu lado, dá a única tradução existente para Português, em *Os Muçulmanos...*, p. 140. Edições do texto de Abū Bakr al-Turtūšī : Muhammad b. al-Walid al-Turtusi, *Siray al-muluk*, (tahqiq Ya`far al-Bayati), Londres, Riade, El rayyes books (Riyad al-rayyis li-l-kutub wa-l-nasr), 1990(**GabEstArabes**); trad. esp. - Abubéquer de Tortosa, *Lâmpara de los príncipes*, traducción española de Maximiliano Alarcón, Madrid, Instituto de Valencia de Don Juan, 2 vol., 1930-1931.

1859. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, pp. 140-141.

sua substituição”¹⁸⁶⁰. Almançor teria criado um sistema de registo das terras - *dīwān* - para as avaliar e apurar “uma quantia colectiva” a ser cobrada pelo Estado para manter as novas tropas.

É impossível deixar de sentir nesta imagem que ‘Abd Allāh dá da sociedade islâmica semelhanças com o modelo social feudal tradicional, onde se encontravam - mas num esquema trinitário - os *bellatores* (os que beligeravam) e os *laboratores* (os que laboravam) - faltam neste discurso do último rei zīrī de Granada a referência a *Oratores*¹⁸⁶¹. Sem o serem, sem se poderem comparar com os clérigos da sociedade cristã feudal, os *fuqahā’*, porém, não estavam ausentes do pensamento do último rei granadino do século XI e não eram faltos de poder e influência.

Se, na perspectiva de algumas elites do al-Andalus, se estavam a substituir as forças andalusís pelos mercenários e forças berberes vindas do Norte de África, os próprios membros dos *ġund/s* também tinham sido - no seu tempo de entrada - elementos alogénios que se instalaram num território a que nada, inicialmente, os ligava. Mas, em finais do século X, os descendentes desses membros dos *aġnād* estavam já perfeitamente integrados na sociedade do al-Andalus.

O que se adivinha desta reforma de Almançor (continuadora, em certa medida, como já se viu, de tendências anteriores), pelas justificações dadas por ‘Abd Allāh - muitas décadas depois de terem sido implementadas -, e pela prosa de al-Turtūšī¹⁸⁶², é que essa política foi fracturante na sociedade do al-Andalus e que tal fractura não se deve ter cingido às zonas centrais do al-Andalus, ou seja, o *Ġarb al-Andalus* não deve ter ficado imune a essas questões e às pressões dos exércitos de recém-chegados, sempre prontos para receber o que lhe fora prometido.

Mas, mais importante, é o facto de as reformas que se foram desenhando ao longo do século X e que culminaram com Almançor terem aniquilado os velhos *ġund/s* originários no século VIII, cujas famílias/elites, se antes participavam orgulhosamente com armas, se transformaram em contribuintes que alimentam um exército de estrangeiros, muitos deles vistos como rudes e grosseiros.

Porém, o povo de Córdova aderiu e sentiu que as vitórias consecutivas eram compensadoras.

(ii) campanhas de Almançor Almançor - campanhas no ocidente¹⁸⁶³

1860. ‘Abd Allāh, *Al-Tibyān ‘an al-hadīṭa al-kadīna bi-dawlat Bani Ziri fi Garnata*, trad. esp. *El siglo XI en la persona. Las «Memorias de ‘Abd Allah, último rey Ziri de Granada, destronado por los almorávides (1090)*, fl. 7a-7b-8, pp. 81-83; cf. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 141.

Sobre o manuscrito de 80 folios *unicum* descoberto na Biblioteca da Mesquita Qayrawiyyin de Fez, por Lévi-Provençal, veja-se um estudo recente em ‘Abd Allāh B. Buluggīn e Amin T. Tibi (Ed.), *The Tibyān: Memoirs of ‘Abd Allāh B. Buluggīn, Last Zīrid Amīr of Granada*, Brill, 1986, pp. 9-10.

1861. Sobre estas três *ordens* veja-se DUBY, G. Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

1862. Claro que, escrevendfo ambos depois da queda do Califado e das abundantes críticas feitas aos berberes e às suas responsabilidades na queda do Califado, tal assunto não tinha morrido na sociedade do al-Andalus do século XI.

1863. Sobre Almançor veja-se Mohamed Meouak, “Histoire de la hiġāba et des huġġāb en el Al-Andalus umayyade (2e/VIIIe-4e/Xe siècles)”, *Orientalia Suecana*, Univ. Uppsala, Vol. XLIII-XLIV (1994-1995), pp. 155-164; Meouak, Mohamed, *Pouvoir souverain, administration centrale et élites politiques dans l’Espagne umayyade, (IIe-IVe/VIIIe-Xe siècles)*, Helsinki, Academia Scientiarum Fennica, (col. Suomalaisen Tiedeakatemia toimituksia - Humaniora), 1999, pp. 52-68; Meouak, Mohamed, “Hiérarchie des fonctions

Pouco se sabe do Ġarb e das elites que o governavam durante os anos de Almançor. Infelizmente, não há para estes anos as listas de nomeações que o Muqtabis V fornece para o período de ‘Abd al-Rahmān III.

Porém, há indícios do que se passava em termos de **autonomia** na região. Certamente que nos postos de governação estariam elementos fiéis não só à dinastia mas, sobretudo, a Almançor e aos ‘āmiri/s em geral - se se levar em linha de conta o período dos seus filhos também eles *ḥuġġāb* de Hišām II. O Ġarb tinha perdido muitas das grandes famílias *muwallad* da região. No al-Andalus nem todas as famílias tinham com peso regional tinham desaparecido com o governo de Almançor; na Marca Superior, os Tuġībī/s, conseguiram manter essa mesma autonomia frente ao governo de Córdoba, tudo fazendo para serem bem visto pelo *ḥāġib* de Hišām II¹⁸⁶⁴.

Seguindo-se a numeração das campanhas a partir da forma como foram elencadas no estudo de Luis Molina, feito na sequência da descoberta e publicação da obra intitulada *Dikr bilād al-Andalus*¹⁸⁶⁵, estudo específico publicado em *al-Qanṭara*¹⁸⁶⁶, pode-se verificar que o ocidente peninsular foi frequentemente fustigado.

Segundo o *Dikr bilād al-Andalus* a primeira dessas campanhas atingiu Baños de Ledesma ou Baños de Montemayor entre Cáceres e Salamanca, na Vía de la Plata, entre Fevereiro e Abril de 977. Entre esse ano e 981 as campanhas não atingem o ocidente¹⁸⁶⁷.

militaires et corps d'armée en al-Andalus umayyade (IIe/VIIIe IVe/Xe siècles): nomenclature et essai d'interprétation”, *Al-Qanṭara*, Madrid, Vol. XIV, fasc. 2 (1993), pp. 361-392.

Não pode deixar de se ver a última grande síntese sobre este período para o território do Ġarb: cf. Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, pp. 53-64, 121-129, *passim*.

1864. Sobre os Tuġībī/s sob o governo de Almançor ver H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, pp. 138-139.

1865. *Dikr bilād al-Andalus - Una descripción anónima de al-Andalus*, (editada e traduzida por Luis Molina.), Madrid, CSIC, 2 vols., 1983.

1866. Luis Molina, “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”, *al-Qanṭara*, II, Madrid, 1981, pp. 209-263; idem, “Las campañas de Almanzor, nuevos datos”, *Al-Qanṭara*, III, 1982, pp. 467-472.

Algumas fontes indicam 52 campanhas, mas Ibn ‘Idārī no seu *Bayān* indica mais uma, sem a especificar. Casos há em que o relato das suas campanhas militares é extremamente sintético, como é o caso de Ibn al-Kardabūs - cf. tradução: Ibn al-Kardabūs, *Historia de al-Andalus (Kitāb al-Iktifā’)*, (ed. de F. Mañllo Salgado), Madrid, Ed. Akal, 1996, pp. 84-85.

1867. As segunda visa Cuéllar / Castelo de Mola - Maio - Junho de 977; a terceira é contra Salamanca (arredores) e castelos de al-Māl e Zanbaq, em Setembro de 977 (faz, então, sentido que a 1ª campanha tenha sido contra zona entre Cáceres e Salamanca - como campanha preparatória de outra) - cf. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Alamnzor*, pp. 68-69. A quarta contra al-Dāliya, na zona de Barcelona - cf. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Alamnzor*, pp. 69-71 (é a primeira como Ḥāġib- e é em 978). A quinta contra Borrell -Outono de 978. A sexta será a segunda de Ledesma (para *Dikr* é a Zamora) - Maio de 979 e sétima visa Sepúlveda, em Julho-Agosto de 979. A 8ª dirige-se para Algeciras - De Setembro de 979 a inícios de 980 (trata-se da condução de tropas que iriam para o Norte de África) e a 9ª é a *campanha de al-Buḥayra* - - campanha da Traição - ġĀLIB contra Ibn A. ‘Āmir - Abril de 980. A 10ª - Al-Muniya - atinge o território entra Calatayud e Saragoça - Outono de 980 (cf. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Alamnzor*, pp. 75-76). A 11ª tem por objectivo *Qalbilis* - Fev. a Março de 981 (possivelmente Canales perto de Toledo - Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Alamnzor*, pp. 76-77) e na 12ª - al-Ma‘afir - Ġālib com ajuda de cristãos derrota forças de Almançor (diferente do que diz o *Dikr...*) - Abril de 981 (Sobre a colaboração de cristãos da fronteira

A décima-quarta campanha de Almançor será a primeira campanha contra Zamora (24 de Agosto de 981 a 17 de Setembro)¹⁸⁶⁸. Dozy e Lévi-Provençal (segundo L. Molina) identificam de forma equívoca as datas desta campanha. L. Molina, na sequência do trabalho de Asencio - quem inicialmente tirou partido dos dados de al-‘Udri - crê que esta campanha teve lugar entre 24 de Agosto (dia da partida de Córdoba) e 17 de Setembro, de 981, ao cabo de 25 dias.

Quanto a estas campanhas e às seguintes convém ter presente o seguinte: em Medinaceli já não havia a figura e a liderança de Ġalib para sustentar as forças cristãs. Aliás, - embora não tenha a ver especificamente com o *Ġarb* - seriam muito interessante tentar perceber se o número de campanhas que Almançor irá fazer não terá a ver com o desaparecimento de Ġalib da Fronteira Média, desaparecimento que dará origem a novas campanhas, o que pode ser desgastante para o *ḥāḡib*, embora não deixe de ser uma imensa fonte de prestígio e de propaganda para si próprio.

A campanha inicial contra Zamora não terá como desfecho a tomada da cidade mas não deixa de colocar várias questões. Almançor percebeu o poder estratégico que tinha a cidade de Zamora. A norte da cidade do Tormes - Salamanca - a cidade de Zamora tinha um poder tático imenso sobre o vale do Douro¹⁸⁶⁹, podendo aí concentrar tropas que, passando Douro, poderiam evolucinar facilmente para Sul. Nesta campanha contra Zamora, de curta duração, custa acreditar que o objectivo seria a ocupação da cidade. Seria possível que se pretendesse destruir os recursos em redor e, sobretudo, reconhecer o terreno e preparar um possível segundo ataque - como virá a acontecer - já com mais ambição. O percurso seguido pelas tropas teria sido por Córdoba - Toledo - Talavera-Plasencia, porto de Béjar - Salamanca e, daí, para Zamora¹⁸⁷⁰; possivelmente, pretendia evitar as difíceis passagens na zona da serra de Gata.

A décima-quinta campanha de Almançor atinge directamente zonas a sul do Douro na parte ocidental da Península Ibérica. É a campanha identificada como sendo contra *Tarankuša* e *B.b.š.r.* O *Dikr* diz que *Tarankuša* (identificada com Trancoso, por Molina e outros autores, embora não seja unânime a hipótese¹⁸⁷¹) foi conquistada pelas armas¹⁸⁷². No caso de *B.b.š.r.* o mesmo *Dikr* refere que Almançor “queimou os seus arrabaldes, apresou os seus habitantes e saqueou as suas riquezas”¹⁸⁷³.

com Ġalib ver Ibn ‘Idāri, *Bayān II*, fl. 299; trad. p. 464). E na 131 Almançor penetra em Calatayud e Atienza, derrotando o seu sogro Ġalib, que é morto -- Maio-Julho de 981. - conhecida com campanha da Vitória (anti-Ġalib) - Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Almanzor*, pp77-78.

1868. - Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Almanzor*, pp. 79-80 - que segue as datas dadas por al-‘Udri.

1869. O grande poder militar de Salamanca é já reconhecido pelo bispo Sampiro, na sua crónica (na qual se dá grande destaque à campanha de 893) - cf. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Almanzor*, pp. 80.

1870. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Almanzor*, p. 81.

1871. Luis Seco de Lucena propôs que *Tarankuša* se identificasse com Tarancueña, pueblo da província de Soria a ocidente da cidade de Atienza e a sul da localidade fortificada de Caracena - cf. Luis Seco de Lucena (J. Castellanos não cita trabalho) e Asencio também.

1872. L. Molina, “Las campañas...”, *Al-Qantara*, II, p. 231. *Dikr* ..., fl. 158, p. 198.

1873. L. Molina, “Las campañas...”, *Al-Qantara*, II, p. 231. *Dikr* ..., fl. 158, p. 198.

L. Molina lembra que esta campanha teria durado 25 dias. Juan Castellanos considera que 25 dias é pouco para ir até **Trancoso e Viseu** (mas mesmo assim considera que seria mais possível ir nesta campanha a Trancoso e Viseu - mas não diz porquê - que a Tarancueña. Segundo al-‘Uđrī, Almançor teria partido a 29 de Outubro e regressado a 22 de Novembro de 981, nesta campanha estranhamente levada a cabo no Outono (mas numa fase que habitualmente é tida como tendo bom tempo) - al-‘Uđrī, citado por Ruiz Asensio¹⁸⁷⁴.

Porém, mais interessante, e possivelmente ainda não devidamente valorizado é o facto de entre a campanha anterior (a 14) e esta contra Trancoso e Viseu (possivelmente) medeia unicamente um mês; a partida para atacar Trancoso teria sido a 29 de Outubro, enquanto que o regresso da campanha anterior teria sido aos 17 dias de Setembro, pouco mais de um mês antes, sempre no ano de 981. Não é impossível fazer estes movimentos de tropas, mas cabe pensar que seriam contingentes diferentes (ou parcialmente); mas também não é impossível crer numa outra possibilidade: a de que alguns contingentes tenham ficado pelas alturas do Douro e que tivessem gradualmente penetrado a ocidente, devastando essas zonas, arrasando as fortificações cristãs mais vulneráveis até chegarem novas “companhias”, ou seja, até chegarem novos companheiros de armas e novos destacamentos - com montadas e soldados não consados, de tal forma que fosse possível, depois de uma acção prévia de devastação, atacar as localidades com melhor capacidade de refúgio na zona - Trancoso e Viseu - mas também, por outro lado, localidades com importância viária muito grande, sobretudo para se conseguir o acesso à margens do Douro no território mais ocidental.

Por tudo isso, é de crer que as campanhas 14 e 15 - seguindo a numeração do mais extensa contida no *Dikr* e seguida por Luis Molina e outros investigadores depois - tenham sido coordenadas e que, a uma primeira se tenham seguido acções militares na região a ocidente de Zamora (zona de fuga de tropas cristãs que socorressem e apoassem a defesa de Zamora), acções essas que iriam facilitar a devastação que se deu na campanha seguinte, contra Trancoso e Viseu.

A 17ª campanha tem lugar em terras uma vez mais ocidentais - o objectivo das tropas de Almançor são as cidades de Toro e de León¹⁸⁷⁵. Foi uma expedição de outono - cronologicamente não seria uma aceifa, dado que se não realizou no Verão. Saindo aos 20 de Setembro, as tropas teriam regressado a 27 de Outubro de 982, 38 dias depois - como asinala al-‘Uđrī¹⁸⁷⁶.

No ano seguinte, em 983, Almançor cai sobre Simancas. A campanha, segundo al-‘Uđrī dura entre 16 de Junho de 983 e 17 de Julho. Ibn Khaldūn, al-‘Uđrī, Ibn al-Khaṭīb e vários anais castelhanos referem esta campanha, na medida em que Simancas e Rueda são tomadas pelas tropas de Córdova¹⁸⁷⁷. Um mês depois da anterior, tem lugar a campanha contra Salamanca - a 19ª - a cidade deve ter resistido, pois o *Dikr* refere que Almançor conquistara os seus arrabaldes. Mas a cidade render-se-á ainda em Setembro de 983¹⁸⁷⁸.

1874. José Manuel Ruiz Asensio, “Campañās de Almanzor contra el reino de Leon (981-986)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, V, Barcelona, 1965, pp. 31-64.

1875. Na 16ª atinge-se Qaštīliya, *Munt Balīq* e há uma progressão até ao território de Gerona - , entre 1 de Junho e 4 de Agosto de 982.

1876. Almançor teria defrontado problemas climatéricos em León (cf. *Historia Silense*, ed. Perez de Urbel), não tendo tomado a cidade; o castelo de Toro teria sido tomado - ver Cf. Ruiz Asensio, *op. cit.*.

1877. Uma síntese com descrição de aspectos militares pode encontrar-se em Juan Castellanos, *op. cit.*, pp. 84-86.

1878. L. Molina, “Las campañas...”, *Al-Qantara*, II, p. 231. *Dikr* ..., fl. 158, p. 198.

Tomada ou não a zona amuralhada, o que é facto é que Salamanca conseguirá reconstruir-se rapidamente deste ataque / conquista que não tem consequências em termos de povoamento, não fomentando colonização ou transferência de populações islamizadas para os territórios vizinhos das latitudes do Douro.

Depois de uma campanha outonal em 983¹⁸⁷⁹, entre 18 de Fevereiro e 11 de Março de 984 terá tido lugar uma segunda campanha contra Zamora (21^a)¹⁸⁸⁰. Campanha feita num momento de crise no reino de León - quando havia rivalidades entre Ramiro III e o seu primo Bermudo II (conhecido como “o Gotoso”, filho de Ordonho III e apoiado por nobreza galaica). As campanhas não têm unicamente objectivos militares - também têm motivações políticas e, simplesmente, de poder.. Almançor teria deixado Zamora depois de ter feito um pacto, pelo qual recebia dos leoneses uma enorme soma; como refere L. Molina, a liberdade de Zamora foi comprada¹⁸⁸¹.

Esta campanha está por detrás de uma fase e interferência forte de Almançor nos assuntos internos da corte asturiano-leonesa, que passa por divisões internas que irão, obviamente, ter reflexos na governação nos seus territórios mais ocidentais até ao vale do Mondego. Bermudo II, já com o apoio de importantes sectores da nobreza galega (fora entronizado em Santiago de Compostela, em 982), consegue tomar a cidade de Leão em 984 e afastará Ramiro III em 985. Este mesmo Bermudo III fará um pacto do Almançor¹⁸⁸², pelo qual se obriga a pagar um enorme tributo e aceita na prática que tropas do al-Andalus fiquem estacionadas em territórios leoneses (sobretudo Zamora, onde ficam tropas berberes mercenárias¹⁸⁸³), criando-se uma situação semelhante a um protectorado. Este aspecto, embora tenha a ver com a zona em redor de Zamora, é importante, na medida em que em tempos de Almançor momentos houve em que estacionaram tropas em zonas setentrionais da península, concretamente junto ao rio Douro. Zamora poderia ter condições para aquartelar essa tropas, mas em outros casos pode ter sido necessário criar essas condições de aquartelamento.

Entre 984 e 984 as campanhas visam outras zonas. A 22^a campanha é contra Sepúlveda¹⁸⁸⁴ (onde Almançor usou almanjaneques) que irá prolongar-se até à região em redor de Barcelona. Decorreu

Ver também Juan Castellanos, *op. cit.*, p. 86, lembra que a cidade três anos depois será de nova atacada.

1879. L. Molina, “Las campañas...”, *Al-Qantara*, II, p. 231. Juan Castellanos, *op. cit.*, p. 87. 20 - Teria sido contra Sacramenia (não longe de Cuéllar), entre 2 de Novembro e 8 de Dezembro de 983. Não se refere a conquista. É um local importante na linha defensiva a que liga com Peñafiel.

1880. Segundo al-‘Udrī teria tido lugar entre 18 de Fevereiro e 11 de Março de 984 (menos de um mês) - al-‘Udrī, *op. cit.*, p. 79.

1881. L. Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 249. Ver também Asencio, *op. cit.*, pp. 52-53 e 63.

1882. Não será o único, numa medida em que Sancho Garcês II de Pamplona também fez um pacto com Almançor. E é na sequência desse pacto que Abda, filha do monarca navarro, casará com Almançor. Cf. Laura Bariani, *Almanzor*, pp. 19 e 130. Por seu lado, os condes de Castela e da Catalunha - respectivamente García Fernández (filho e sucessor de Fernán González e antigo apoiante de Ġālib) e Borrell II, na pactuaram com o senhor forte de Córdova.

1883. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Almanzor*, p. 88.

1884. Ruiz Asencio, *op. cit.*, pp. 52 e 63. Luis Molina reconhece que o mérito de identificação desta campanha como tendo-se iniciado na zona de Segóvia (Sepúlveda) deve-se a Ruiz Asencio - cf. L. Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 249.

entre 25 de Junho e 8 de Setembro de 984¹⁸⁸⁵. Ora, a vigésima-terceira campanha de Almançor tem Barcelona como objectivo (12 de *dū l-ḥiḡḡa* 374 a 3 *rabiʿ I* 375 / 5 de Maio a 23 de Julho de 985, segundo o *Dikr*), campanha que referida em muitas outras fontes de época islâmica¹⁸⁸⁶, pela relevância da tomada desta cidade pelas tropas de Almançor. Para além da possível utilização psicológica dos almanjaneques - que atiravam cabeças de cristãos para dentro da cidade de Barcelona, para desmoralizar as tropas defensoras¹⁸⁸⁷, é importante perceber, em termos do procedimento das tropas de Almançor que algumas campanhas precedem ataques importantes na campanha seguinte. Assim, se passou com Barcelona, “visitada” na campanha 22 e atacada na seguinte. Este tipo de procedimento irá eventualmente dar-se nos territórios contíguos ao Ġarb al-Andalus (uma das razões por que faz sentido que a campanha posterior à de Zamora e, que é identificada como *Tarankuša*, corresponde a Trancoso (e Viseu) é precisamente esta continuidade de algumas campanhas)

Se em Agosto de 985 / *rabiʿ I* 375, Almançor está com tropas em Algeciras (24)¹⁸⁸⁸, no ano seguinte -entre 8 *ṣafar* e 21 *rabiʿ I* 376 / 19 de Junho a 1 de Agosto de 986 - Almançor está de novo no eixo Salamanca, Zamora, León¹⁸⁸⁹ na sua vigésima-quinta campanha, calcorreando, certamente, uma vez mais a importante Via de la Plata. Não se deve ter tratado de uma campanha clássica mas, sobretudo, uma viagem de controle em relação às tropas que estavam estacionadas na zona do Douro e ao “protectorado” que de facto existia na segunda metade da década de oitenta do séc. X, em relação ao reino de Leão.

1885. Juan Castellanos, *Geoestratégia... Las campañas militares de Almanzor*, p. 89.

1886. É referida por Ibn al-Abbār na *Hulla*, II, pp. 311-312, que transmite dados de Ibn Ḥayyān (do perdido *Maṭīn*?) e de Abī l-Fayyād (cuja data da campanha coincide totalmente com a do *Dikr*) - cf. L. Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 249. Ver igualmente Ibn al-Kardabus (ed. Aḥmad Mukhtār al-‘Abbādī (*Historia de Al-Andalus por Ibn al-Kardabus y su Descripción por Ibn al-Sabbat*, Madrid, I.E.I.M., 1971 e ed. Maíllo Salgado (Ibn al-Kardabus, *Historia de al-Andalus*, Madrid, Akal, 1996).

Ver também E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 238; J. Millas Vallicrosa, “Els Textos d’Historiadors Musulmans Referents a la Catalunya Carolíngia” in *Quaderns d’Estudi del Consell de Pedagogia de la Mancomunitat de Barcelona*, Vol. 14, Barcelona 1922, pp. 125-161.

1887. *Dikr bilād al-Andalus*, §159, trad. tomo II, p. 199; Dolors Bramón crê, como outros autores, que são exageradas algumas das informações do *Dikr* sobre a tomada de Barcelona - Dolors Bramón, “Más sobre las campañas de Almanzor”, *Anaquel de Estudios Arabes*, vol. V, Madrid, 1994, pp. 125-128; esta autora considera que “Por lo que respecta a la expedición vigésimo tercera (5 mayo-23 julio 985), dirigida contra Barcelona, hay que añadir a la bibliografía citada por A. Cañada Juste, un estudio de M. Sánchez Martínez, quien concluye que, por más sorprendentes que resulten las noticias del *Dikr* sobre el lanzamiento de cabezas de cristianos al interior de la ciudad por los almanjaneques islámicos, o la de Ibn al-Kardabiis sobre la muerte de Borrell en lucha contra Almanzor, la Crónica de Sant Pere de les Puelles, redactada probablemente entre 1278 y 1283, también se hace eco de ello. En este sentido, y como anota M. Sánchez Martínez, hay que recordar que el autor de la Crónica, según M. Colí i Alentorn, debió tomar estos episodios de alguna leyenda preexistente y sugiere la posibilidad de que hubiese habido un poema narrativo sobre la caída de Barcelona en el 985.” - *ibidem*, p. 127.

Veja-se ainda a tese de Dolors Bramon i Planas, *Nous textos d'historiadors musulmans referents a la Catalunya medieval (continuació de l'obra de J. M. Millàs i Vallicrosa)*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1998, pp. 45 e 292-297 (inédita, disponível recentemente em <http://www.tdx.cat/TDX-0724109-110504>).

1888. cf. E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 263-264.

1889. L. Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 250.

Logo de seguida, na vigésima-sexta - pouco tempo depois da campanha que se centrou no eixo Salamanca, Zamora, León - as tropas de Almançor caem sobre a zona da bacia hidrográfica do **Mondego**. Não é de crer, porém, que o exército que estava nessas cidades tivesse descido pela actual Beira em direcção a Coimbra, dado que o centro do ataque parece ter sido Qubdiyāğša (no *Dikr*¹⁸⁹⁰) ou Qandabakhša (em al-'Udrī), que desde a publicação de Ruiz Asencio se tem identificado, sem dúvidas, com Condeixa. Esta campanha contra Condeixa teria tido lugar entre 3 *ğumādà I* e 7 *ğumādà II* do ano de 376 (11 de Setembro e 15 de Outubro de 986). E o que é curioso é que a campanha seguinte - a vigésima-sétima - contra Coimbra parte de Córdova em 1 *dū l-qa'da* de 376 (4 de Março de 987) e teria regressado, eventualmente, a 6 de *dū l-ħiğğa*¹⁸⁹¹.

E a vigésima-oitava campanha dirige-se, uma vez mais, contra Coimbra, desta vez, a acreditar no *Dikr*, seria em şafar de 377 / Junho de 987, campanha registada também nos *Annales Portucalenses Veteres*¹⁸⁹². Se as crónicas islâmicas apresentam estas campanhas como sendo todas participadas por Almançor e como tendo partido de Córdova, deve ter-se em linha de conta que essa é a visão oficial, a mais prestigiante para o *ħāğib* de Hişām II. No caso destas campanhas consecutivas a numeração sucessiva deve ser vista mais como tendo valor propagandístico do que outro qualquer significado. Não se pretende com isto dizer que Almançor não tenha, de facto, partido essas vezes de Córdova com destacamentos que se tenham dirigido para Condeixa e para Coimbra. Porém, é possível que o *ħāğib* do califa Hişām II tenha sobretudo iniciado, coordenado e dirigido faseadamente ataques e ocupações que seriam, em grande medida, asseguradas por tropas de outra proveniência; e esse outro local poderia ter sido Santarém. Tropas estacionadas nesta cidade da bacia do Tejo e, depois, colocadas mais a norte, poderiam manter a pressão sobre o vale do Mondego - primeiro sobre Condeixa e depois, usando já esta localidade como base, sobre Coimbra, cidade que acabará por ser tomada. E Coimbra é tomada não só devido à pressão militar vinda de Sul - com ou sem a participação constante de Almançor mas, certamente, com a sua participação nos momentos cruciais e mais prestigiantes - mas também devido à pressão que antes se tinha feito nas zonas em redor de Trancoso e de Viseu, ficando a grande cidade do Mondego desprotegida no seu flanco Nordeste.

E, se os aspectos militares não forem suficientes, a crise por que passava, então, o reino de Leão ajudou a dar sucesso às iniciativas de Almançor. O *Gotoso*, que governou até 999¹⁸⁹³, para além de

1890. Luis Molina transcreve, na edição do *Dikr*, Qubdiyāğša (قندياجشة) que foi corrigido, por interpretação de erro em ponto diacrítico, para Qundiyağša (قندياجشة), identificando sem dúvidas com Condeixa - L. Molina (ed.), *Una Descripción anónima de al-Andalus / لمؤلف مجهول، بلاد الاندلس*, [*Dikr bilād al-Andalus*], (Tomo I edição árabe, fl. 159, p. ١٨٨; Tomo II - tradução, fl. 159, p. 199).

1891. L. Molina explica que o texto de al-'Udrī, que dá datas precisas está perdido precisamente a partir desta campanha e na parte do texto em que está a data do regresso - cf. L. Molina, "ls campañas...", *op. cit.*, p. 251.

1892. Cf. A queda de Coimbra em 987 é assim referida: "In Era Tı XXVı Almanzur accepit Colimbrian IIII Kalendas Iulli." - *Annales Portucalenses Veteres*, in *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968, p. 27 *apud* Mário Jorge Barroca, "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)", *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), pp. 191-192; veja-se também Pierre David (éd.), *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècles*, Coimbra, 1947, p. 304.

1893. Cf. Alfonso Ceballos-Escalera y Gila, *Reyes de León, Ordoño III (951-956), Sancho I(956-966), Ordoño IV (958-959), Ramiro III (966-985), Vermudo II (982-999)*, Burgos, editorial La Olmeda, 2000.

enfrentar problemas internos, teve de suportar o seu maior pesadelo, ao qual não soube opôr uma resistência eficaz, foram as campanhas de Almançor. As dificuldades internas do reinado de Bermudo II contribuíram para a perda de controle sobre os territórios entre o Mondego e o Douro, no ocidente peninsular, onde muitos nobres passaram a colaborar com Almançor, e facilitaram a possibilidade de as tropas de Córdoba atingirem a cidade que recebeu o bispado de *Iria Flavia*.

Quando se fala da conquista de Condeixa ou Qundiyaġša (قنديياجشة)¹⁸⁹⁴, por outro lado, deve ter-se em linha de conta de que se deve estar a falar, eventualmente, não da actual aldeia de Condeixa-a-Velha mas, muito provavelmente do sítio arqueológico conhecido como Conimbriga, onde se encontraram vestígios e unidades estratigráficas pós-romanas e mesmo de época islâmica¹⁸⁹⁵, local que ainda hoje exhibe muralhas que devem ter sido ocupadas pelas tropas afectas a Almançor aquando da 26ª. campanha, ou seja, em *ġumādà I* do ano de 376 H / Setembro - Outubro de 986). E, desde o fim do Império romano era não terá sido a sua primeira fase de ocupação e de instabilidade¹⁸⁹⁶.

Mas, os muros então restantes da antiga Conimbriga devem ter mantido tropas - eventualmente mercenários berberes norte-africanos ou / e tropas eventualmente provenientes do território de Santarém¹⁸⁹⁷ - até à Primavera de 987, momento em que se dá o primeiro ataque a Coimbra, correspondente à campanha 27 de Almançor.

Esta ocupação de Condeixa / Conimbriga, tendo em conta não só a campanha 27 mas, igualmente, a aceifa que terá lugar no ano de 377 H / Junho de 987, e que é a campanha 28 do *Dikr*. A ocupação de Condeixa / Conimbriga deve ter permitido um maior controle sobre a margem esquerda do Mondego e contribuído fortemente, pela sua posição, para a conquista de Coimbra, conquista

1894. Sinal evidente de que a conquista de Coimbra por Afonso III das Astúrias conduziu, como seria de esperar, a um controle sobre a área em redor do Mondego em ambas as margens. O recuo do domínio islâmico conduziu, em momento não conhecido, à ocupação da antiga cidade de Conimbriga e ao que se irá tornar em Condeixa (a Velha).

1895. Adriaan de Man, ao estudar materiais arqueológicos resultantes de escavações-de Conimbriga considerava que “é já evidente que a ocupação pós-clássica de Conimbriga teve uma consistência bastante maior do que se supunha até agora”, acrescentando que “deve ter existido uma continuidade medieval com alguma firmeza, mais do que apenas uma série de ocupações sucessivas, se nos focarmos na cerâmica comum.” - Adriaan de Man, “Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 7. número 2, Lisboa, 2004, (pp.459-471), p. 468. O mesmo autor revelou cerâmica “muito tardia, nomeadamente os alguidares de base em disco e cordões digitados, os púcaros de colo recto e canelado, ou as asas puncionadas, presentes em Conimbriga desde finais do século VII mas característicos dos séculos IX e X” para além de ter lembrado o aparecimento de enterramentos de cariz islâmico, inumados em decúbito lateral ainda durante a fase das escavações lavadas a cabo pela equipa luso-francesa liderada por Alarcão e Étienne (na década de sessenta), refere os dados relativos a uma “A necrópole cristã intra-muros recentemente posta a descoberto pela equipa da Universidade Autónoma de Madrid, e datada do século IX” e que é um forte indício da permanência de uma comunidade cristã - Adriaan de Man, “Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga”, *Portvgalia*, Nova Série, Vol. XXVII - XXVIII, 2006 - 2007, p. 64.

1896. Idácio afirma que em 467 o rei dos Suevos dirige-se em pessoa para a Lusitânia (§ 240) e em 468 a cidade de Conimbriga é enganada e “posta a saque. São destruídas as casas juntamente com alguns panos de muralhas” (§ 241), ano de 468; diz-se ainda que “a cidade e a região transformam-se num deserto” *Crónica de Idácio, descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V)*, Ed. de José Cardoso, 2ª ed. Braga, Livraria Minho, 1995.- a destruição de uma muralha pode aniquilar uma cidade – lembra o que acontecerá mais tarde com Évora frente a Ordonho.

1897. Como bem mostra Mário Viana, o território de Santarém ia até cerca de Penela, não muito longe de Conimbriga - Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio - Centro de História da Univ. de Lisboa, 2007, pp. 30-32.

que só se deu à segunda tentativa¹⁸⁹⁸. É de colocar a hipótese de a partir da conquista de Condeixa / Conimbriga o eixo Santarém - Coimbra ter readquirido relevo em termos de comunicações, para abastecimento e reforço da ocupação militar que se deve ter dado na margem sul do Mondego. Aliás, é provável que esse sector sul tenha recebido outras obras de fortificação, que podem ter desempenhado um papel importante para a queda de Coimbra às mãos de Almançor em Junho de 987.

Assim, não seria impossível que locais como **Castelo Viegas**¹⁸⁹⁹ ou **Miranda do Corvo** tivessem recebido ocupação militar nesta conjuntura, onde poderia haver uma atalaia ou uma estrutura fortificada mais complexa, preparando “testas de ponte” para atravessar o Mondego a cair sobre uma Coimbra que teria dificuldades em ser socorrida na conjuntura do difícil reinado de Bermudo II¹⁹⁰⁰.

Estas campanhas mostram, uma vez mais, a importância das terras por onde andou Sa’dūn ibn Ġār / Fath, “conhecido como al-Surunbāqī, e teria eventualmente colocado em evidência alguns locais fortificados relevantes na ligação de Santarém com Coimbra. Assim, é possível que toda a zona junto à serra do Sicó, los locais estratégicos como Alvorge, Alcalamouque e Penela tenham sido usados no mínimo como pontos de apoio numa rota que conduziria contingentes para Norte e poderiam aumentar a pressão, primeiro sobre Condeixa / Conimbriga e, mais tarde, sobre a própria cidade de Coimbra.

Nesta mesma rota de Santarém para Norte deve ter desempenhado sempre papel relevante a localidade conhecida como **Alcanede** - onde se encontra uma pequena fortificação muito alterada e com evidências arquitectónicas mais tardias - mas que está estrategicamente colocada no início de uma caminho que se dirige para a zona serrana que atinge **Porto de Mós**, fortificação onde se evidencia uma clara predominância de vestígios medievais tardios mas onde são visíveis, nas muralhas, traços mais arcaicos.

1898. Resta a saber se a primeira tentativa, iniciada em 1 *dū l-qa’da* de 376 (4 de Março de 987) teria já como objectivo a conquista da própria cidade ou se seria uma cação militar destrutiva e ameaçadora para afugentar as gentes e tornar uma nova campanha - a que veio a ser a 27. - mais fácil para os assaltantes - o que, de facto, veio a acontecer.

1899. Castelo Viegas conhece-se, como freguesia, desde inícios do século XII - desde 1122 - , então chamada Castel Venegas; sabe-se que havia uma torre de defesa e controle do território, no local - taticamente dominante conhecido ainda hoje como "castelo", mas dessa torre não restam vestígios.

1900. Sobre as dificuldades do reinado de Bermudo II veja-se Manuel González Jiménez, o qual, depois de lembrar as lutas de finais do reinado do Ramiro III e a sublevação e proclamação de Bermudo II em terras galegas, afirma que “es sabido que estas disputas dinásticas dieron pie a la decomposición política del reino y al surgimiento de principados territoriales, como el condado de Castilla. También favorecieron las terribles razzias cordobesas, especialmente durante el gobierno del hachib Almanzor que, contando en muchas ocasiones con la colaboración de algunos nobles y hasta de rivales al trono leonés, saqueó a placer todo el valle del Duero, el norte de Portugal y Galicia, desde Burgos hasta Santiago. Vermudo II hubo de aguantar las repetidas e implacables acometidas del caudillo cordobés. También hubo de hacer frente a varias sublevaciones de la nobleza del reino.”- Manuel González Jiménez, “El rey del fin del milenio. Una revisión historiográfica del reinado de Vermudo II (985-999), in *La Península Ibérica en torno al año 1000. VII Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fund. Sánchez-Albornoz, 2001, (pp. 37-61), pp. 39-40; não valendo a pena falar da maldição que lhe teria sido lançada por Ataúlfo - acusado de “crimen pessimum” e ter equacionado a hipótese de se converter ao *Islam* - este aspecto reforça a ideia de que o governo de Bermudo II teve de enfrentar inúmeras dificuldades. - *ibidem*, §6-7, pp. 46-50.

Por seu lado, o local de Alvorge, topónimo que tem toda a aparência de derivar da palavra árabe *al-burġ* - a torre - reúne condições tácticas magníficas para controlar a via que corre no seu sopé e que liga Conimbriga com territórios mais a sul¹⁹⁰¹.

A condução de exércitos, mantimentos e gentes podia ser feita a partir do Vale do Tejo ou mesmo da cidade de Santarém, essencialmente **por duas vias** que, embora assentes numa tradição viária estabelecida em época romana, pode ter-se mantido com algumas alterações.

As tropas para chegarem a Condeixa poderiam seguir a partir da zona de Tomar¹⁹⁰², seguindo para norte, provavelmente, por Alviobeira, Alvaiázere, região de Ansião¹⁹⁰³, passando provavelmente pela localidade conhecida desde o século XVIII como Santiago da Guarda, identificada desde o século XII como Façalamim¹⁹⁰⁴ ou Façalamir¹⁹⁰⁵; daqui seguiria seguindo para Norte para Alvorge¹⁹⁰⁶; aqui, do seu alto, controla-se a zona baixa de Alcalamouque - uma zona rica em aquífero - prosseguindo para zonas setentrionais, atingindo a depressão do Rabaçal.

1901. -Vasco Gil da Cruz Soares Mantas, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Univ. de Coimbra, Coimbra; Faculdade de Letras de Coimbra, 1996, p. 792, lembrando o autor a referência à “estrada de Alvorge” na doação medievá de Ateanha (*ibidem*, p. 826).

1902. Já se apontou a possibilidade de a cidade que se conhece como Tomar já existir em época islâmica. Não faltam, nos últimos anos, os vestígios desses séculos - cf. Salete da Ponte, “Tomar Islâmica do Ġarb al-Andalus: a alcáçova e arredores”, *al-madan II Série*, n. 15, Dezembro 2007 (*al-madan online / agenda electrónica*, só disponível em <http://www.almadan.publ.pt>), pp. 1-6. Salete da Ponte identifica a Tomar árabe com Thamara ou Tamarmá, no seguimento da proposta do Gen. João de Almeida (cf. João de Almeida ALMEIDA, “Monumentos do Concelho de Tomar (cap. XV)”, in *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1946, II, pp. 300-303, (p. 301).

1903. Estranhamente, a área do concelho de Ansião não foi intergada no ainda útil roteiro dos monumentos militares do Gen. João de Almeida - cf. *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1946, II, onde o concelho é, lamentavelmente, ignorado.

1904. Local com ocupação antiga, de época romana, recentemente valorizada e na qual se encontra uma torre medieval implanta junto a estruturas de época romana, significando que é local com uma ocupação de longa duração entre os períodos romano e medieval, tendo recebido na Baixa Idade Média uma torre quinhentista que aproveita estruturas anteriores. Mais tarde, as suas aptidões serão dinamizadas pela família Vasconcelos e Sousa, condes de Castelo Melhor (devo a sensibilização para a importância arqueológica deste local a Adriaan de Man, a quem muito agradeço).

1905. *Façalamim* surge em documentação do século XII sob a forma Fazalamir; surge numa doação feita por D. Sancho I de Portugal, feita a 25 de Abril de 1191, doação precisamente da dízima da herdade régia de *Fazalamir* (mais tarde conhecido como Façalamim) ao mosteiro de S. Jorge de Coimbra - cf. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, vol. 1, Universidade de Coimbra, 1979, n. 51, pp. 82-83; António Caetano do Amaral, Memória V, in *História e memórias da Academia Real das Ciências*, VI, parte II, Lisboa, 1820, p. 14; Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 36.

O topónimo deriva de *Fahş al-Amīr*, *campo do Emir* ou *do governador* - cf. José Eduardo Reis Coutinho, *Ansião/ Perspectiva Global da Arqueologia, História e Arte da Vila e do Concelho*, Coimbra, 1986, p. 181; José Eduardo Reis Coutinho, “Façalamim” in *Munda*, n. 18, Coimbra, GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, pp. 77-85.

1906. Alvorge está implantada a uma cota próxima dos 300 metros (ultrapassa esta cota em alguns pontos da aldeia), controlando o vale para Norte - para a zona de Alcalamouque - mas dando acesso, igualmente às faldas ocidentais da serra do Sicó.

A zona do Rabaçal poderia já ter desempenhado funções táticas importantes frente a Condeixa / Conimbriga quando esta localidade fortificada é tomada por Almançor. De facto, na zona de Rabaçal encontram-se locais que se sabe ter sido ocupados militarmente no século XII, na época do primeiro monarca português, mas nada impede que o valor tático de alguns destes locais tenha sido aproveitado antes, com a colocação de atalaias ou simples postos de vigia que prepararam o avanço das tropas cordobesas para norte. Reconhecem-se fortificações do século XII no Monte de Germanelo (cota de 367 m), Monte Jerumelo (409 m), Monte de Vez (512 m), Ateanha (422 m) e Cabeço de Trás de Figueiró (381 m) em redor deste vale rico, desta “banheira” que, nas palavras de S. Dias Arnaut se encontra «alongada na direcção norte-sul, com cerca de onze quilómetros de comprimento por oito na maior largura»¹⁹⁰⁷, irrigado pelo Rio de Mouros, linha de água com um nome interessante que corre perto de uma antiga via romana, mais tarde conhecida também como “estrada coimbrã”.

Da zona de Rabaçal, o caminho segue para norte em direcção a Fonte Coberta, Alfafar, Penela e, pouco mais a norte, a antiga cidade de Conimbriga - amuralhada - colada a Condeixa-a-Velha. Estes territórios que se atravessam entre Ansião, Alvorge e Penela correspondem ao que se chegou a chamar Terras de Ladeia ou Ledeia¹⁹⁰⁸ e seguem, em grande medida uma via romana bem conhecida¹⁹⁰⁹. O controle sobre Condeixa e Coimbra nas campanhas de Almançor podia ser feito igualmente - numa variante desta primeira hipótese de progressão - a partir de da zona de Tomar por Alburitel e Seiça em direcção a Vermoil, seguindo para Norte em direcção à zona de Redinha¹⁹¹⁰ e daí para a zona de Condeixa - Conimbriga.

A partir de Santarém, a progressão para Norte poderia, igualmente, ser levada a cabo em direcção a Alcanede, colocada estrategicamente numa zona de várzea e controlando a progressão por um vale encaixado até Porto de Mós. Daí, como já foi referido, para Alqueidão¹⁹¹¹ da Serra, S. Sebastião do

1907. Salvador Dias Arnaut, *Região do Rabaçal, A Terra e o Homem*, edição da Câmara Municipal de Penela, Coimbra, 1961, p. 7.

1908. Ladeia corresponde, *grosso modo*, às áreas do actuais concelhos de Ansião, Condeixa, Penela e Soure, segundo os editores do Livro Preto - cf. *Livro Preto - Cartulário da Sé de Coimbra*, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, p. 1069.

1909. Cf. Antonio Rodríguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra, Rubén D. Álvarez Asorey, *Miliários e Outras Inscriciões Viárias Romanas do Noroeste Hispánico. (Conventos Bracarenses, Lucense e Asturicense)*, LUgo, Consello de Cultura Galega, Sección de Património Histórico, 2004, p. 615.

1910. Na vila da Redinha ainda hoje são detectáveis traços da ocupação romana e medieval.

1911. Sobre a etimologia do topónimo Alqueidão que David Lopes relaciona com “...«tenda» e também «acampamento»...”, veja-se, do mesmo autor, “Toponímia árabe de Portugal”, *Revista Lusitana*, XXIV, Lisboa, 1922, (pp. 257-273), pp. 263-264. Trata-se de topónimo muito comum na zona ocidental litoral do Ġarb asl-Andalus e foi estudo de forma integrada com a documentação em que surge referido, por **Pedro Gomes Barbosa**, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992.

Freixo¹⁹¹², a zona estratégica da futura Leiria, controlando possíveis progressões pelo rio Lis e daí para Norte para Vermoil, reegião da futura vila de Pombal, Redinha e Condeixa.

Estas vias terão sido os caminhos lógicos e disponíveis para ter acesso à zona de Condeixa - Conimbriga as forças de Almançor e nenhuma das hipótese exclui a outra, podendo até a progressão ter sido feita em simultâneo, por ambas as vertentes da Serra do Sicó. E a concentração de esforços neste eixo Condeixa / Conimbriga e cidade de Coimbra, teria levado a que se tivesse deixado para outro momento a conquista de um outro local fortificado que, aparentemente, continuará como centro de resistência leonesa - cristã no vale do Mondego: Montemayor, a futura Montemor, que será alvo de campanhas militares autónomas¹⁹¹³.

Para a 29^a campanha não há dados cronológicos seguros mas, pior que sso, é o facto de não se saber qual foi o seu objectivo. As fontes árabes identificam o local como sendo Burbil ou Burtil. Porém, como a 30. campanha terá lugar a partir de Abril de 988 e durará até Agosto desse mesmo ano, ou seja, é uma campanha de longa duração, é de presumir que esta se tenha realizado no Outono de 987. Poderia, eventualmente, ser um prolongamento da campanha que deu como resultado a conquista da cidade de **Coimbra**, com tropas a partirem desta mesma cidade, onde já se teriam criado condições - com uma grande **alcáçova**¹⁹¹⁴ que agora se começa a conhecer bem, com dados arqueológicos - para utilizar Coimbra (e não já só Santarém) como trampolim para expedições para territórios mais a norte.

Uma situação, porém, deve colocar-se. Quando, em 997, as tropas de Almançor avançarem sobre Santiago de Compostela (campanha 48) e desembarcarem no "Porto", avançando pelo Douro acima, tem de se encarar uma realidade: essa progressão da marinha do al-Andalus a partir de al-Qaşr até ao Douro e a sua progressão para montante só é possível com os territórios a Norte de Coimbra já completamente controlados - por conquista ou por pacto e acordo com nobres da região. Não é de crer que as tropas de Almançor que tomaram Coimbra e Montemor tenham permanecido imó-

1912. S. Sebastião do Freixo, zona onde se têm encontrado muitos vestígios de época romana, tem sido identificado, pelo menos desde o século XIX até ao presente, na literatura arqueológica do período romano, como o local da antiga *Collippo* (cf. J. P. Bernardes, *Civitas Collipponensis*, Dissertação de Doutoramento, apresentada a Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 2002; J. de Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, 2008, p. 7; FARLAND H. STANLEY JR. "Geographical mobility in roman Lusitania: an epigraphical Perspective", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 82 (1990), pp. 249-269, item 79 e 119.

1913. E também aqui o aparelho de propaganda se faz sentir de forma clara. Se Almançor vem para a tomada de Montemor a partir de Córdoba, não faz sentido que, como Coimbra já tomada, o grosso das forças não tenha partido de Coimbra e, eventualmente, com tropas vindas do Sul, progredindo a partir de Santarém ou, no mínimo (eventualmente) a partir de Soure - ponto fundamental para atingir o Mondego na zona de Montemor, quando se progride com tropas a partir do sul. Soure é, tacticamente, a base mais importante para atacar Montemor a partir do Sul do Mondego.

Salvador Dias Arnaut (in *Região do Rabaçal, A Terra e o Homem*, edição da Câmara Municipal de Penela, Coimbra, 1961; José Eduardo Reis Coutinho, "Façalamim" in *Munda* (Coimbra), apud Salvador Dias Arnaut.

1914. Sobre as escavações na zona da alcáçova de Coimbra com uma estrutura palatina amuralhada com **torres redondas** cf. Helena CATARINO, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (...)", *op. cit.*, pp. 203-206; fig. 4-6; veja-se também Pimentel, António Filipe, *A Morada da Sabedoria - I. O Paço Real de Coimbra: Das Origens ao Estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Ed. Almedina, 2005 e ainda ALARCÃO, Jorge de, *A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Univ. Coimbra, 2008.

veis no interior das cidades a norte do Mondego - certamente que progrediram para norte até à almejada linha do Douro.

Embora seja tentador ver em Burbil - mas mais em Burtil - eventuais corrupções de Porto, não é impossível que esta campanha mal conhecida e realizada pouco tempo depois da tomada de Coimbra possa ter-se dirigido para norte da cidade do Mondego. Uma outra hipótese se pode colocar, levando em linha de conta os constantes erros encontrados em toónimos que os cronistas ou copistas do al-Andalus mal conhecem. Essa hipótese, aqui formulada pela primeira vez e que necessita de investigação mais aprofundada sugere que Burtil - برتيل - pudesse ser uma má grafia de مرنييل, ou seja *Murnil*, *Mirnil* ou *Marnil*.

Se assim pudesse ter sido, estar-se-ia na presença de um ataque a Marnel, nas margens do Vouga, num intento de dominar o território e as vias fluviais intermédias que conduziriam às margens do rio Douro.¹⁹¹⁵; estas fortificações, em relação às quais não há trabalhos arqueológicos concludentes, poderiam ter existência já no século IX e X, quando o perigo normando que as justifica tinha feito sentir as suas primeiras acções.

O *castrum* de Marnel, implantado no Monte Marnel, onde se localiza a estação arqueológica conhecida como Cabeço do Vouga, estação essa que tem sido identificada com a antiga Taliabriga¹⁹¹⁶, encontra-se em fase de escavação e, se bem que ainda pouca significativa, tem sido encontrados vestígios de presença do período medieval, ainda não datada de forma conclusiva¹⁹¹⁷. Localiza-se junto à antiga via romana que unia Olisipo a Bracara Augusta¹⁹¹⁸ e

1915. - cf. **Leontina Ventura**, que refere a existência, atestada documentalmente no século XI, de um sistema de *castella* e *castra* (Lourel, Santa Eulália, Miranda, Coja, Marnel) “implantados sobretudo ao longo das vias fluviais especialmente a partir de finais do século XI”, entre os quais se encontrava Marnel (para além de Lourel, Santa Eulália, Miranda e Coja) - Leontina Ventura, “Coimbra medieval: a gramática do território” in *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.76, Coimbra, 2000, pp. 17-36, n. 22, onde retira do *Livro Preto* a referência a “*Prope litus maris territorio Colimbriensis discurrente rivulo Vauga subtus castrum Marnel* (*Livro Preto*, doc. 52 (p. 88) e183 (p. 291), 1108 Março 17)”. Sobre Miranda, cf. *Livro Preto*, doc. 249 (de Julho de 1138) (pp. 381-382), onde se referem as “*multas adversitates Sarracenorum*” por que passou o presbítero Aires para construir uma igreja em Miranda (actualmente *do Corvo*).

1916. Sobre esta correspondência vejam-se: A.G. Rocha Madahil, “Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga. Terraço Subjacente à Ermida do Espírito Santo, ou da Vitória”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, 1941, pp. 227-258 e pp. 313-369; A. Souto, “Romanização no Baixo-Vouga (Novo Oppidum na Zona de Talábriga)”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. IX, fasc. 4, Porto, 1942, pp. 283-328; L. Seabra Lopes, “Talábriga: Situação e Limites Aproximados”, *Portvgalia*, nova série, vol. XVI, Instituto de Arqueologia, Porto, 1995, p. 331-343; Vasco Mantas, *A Rede Viária Romana na Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996; L. Seabra Lopes, «Itinerários da Estrada Olisipo-Bracara: Contributo para o Estudo da Hispânia de Ptolomeu», *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 13/15 (1995-1997), pp. 313-346; L. Seabra Lopes, «A Estrada Emínio-Talábriga-Cale: Relações com a Geografia e o Povoamento de Entre Douro e Mondego», *Conimbriga*, vol. 39, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 2000, p. 191-258.

Sobre a polémica da sua possível correspondência com essa antiga *civitas* romana veja-se Jorge de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 1, Lisboa, IPA, 2004, (pp.317-342), p. 325.

1917. Agradeço ao Arqueólogo municipal de Águeda, Dr. Fernando Sousa, a gentileza das informações que me prestou. A referência à ocupação medieval encontra-se igualmente na página Web do sítio arqueológico - http://www.cm-aguada.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=28368.

1918. Luís Seabra Lopes, “Talábriga : situação e limites aproximados”, *Portvgalia*, nova série, vol. XVI, Instituto de Arqueologia, Porto, 1995, (pp. 331-343), fig. 2, p. 342.

administrativamente está na área da freguesia de Lamas do Vouga, no município de Águeda. A Ponte Velha do Marnel¹⁹¹⁹ onde se encontram cantarias e arcos de época romana, faria parte dessa via e seria de crucial importância para prosseguir para Norte e atingir o Douro. Por outro lado, o castro de Marnel foi limite norte do território de Coimbra¹⁹²⁰, e, por isso, enquadrado nesta campanha de Almançor ou em outro momento anterior a 997, o território deve ter sido intencionalmente controlado¹⁹²¹.

Não muito longe, na zona de Lafões, para além dos vestígios de um antigo castelo, muito cobertos pela vegetação, mas onde se encontraram cerâmicas com tipologias comuns em época altomedieval¹⁹²² há referências à fixação da região de Ġassânidas que se teriam convertido ao cristianismo (ou reconvertido? - dado o que se conhece acerca do facto de o antigo reino Ġassânida ter sido acolhedor do cristianismo monofisita); apesar de as fontes serem pouco fiáveis e lacónicas, o assunto foi retomado recentemente¹⁹²³ e a investigação arqueológica no local poderá dar, futuramente, algumas respostas.)

A campanha 30 irá manter as tropas e o próprio Almançor em terras do ocidente peninsular. Trata-se de uma grande campanha contra Zamora e Toro, efectuada entre Abril e Agosto de 378 H / 988, de tal forma significativa que Ibn *Khaldūn* a refere, revelando que a origem desta campanha estava no facto de Bermudo II ter querido, compreensivelmente, sacudir o domínio de Córdova¹⁹²⁴. E na sequência da campanha contra Zamora e Toro, nesse mesmo Agosto de 988 teria havido uma campanha - que o *Dikr* contabiliza como uma campanha nova - e que se dirige contra Astorga; pouco

1919. Classificada como *Imóvel de Interesse Público* pelo Dec. N.º 40 684, DG 146 de 13 de Julho de 1956.

1920. cf. Jorge de Alarcão, num recente estudo sobre a região de Coimbra não incluía zona de Cabeça do Vouga mas reconhece que ignorou “deliberadamente (...) o castro Marnel, nas margens do Vouga, o *mons Alcoba* ou serra do Caramulo, o rio Caima e a área de Alvorge [que] também são, em alguns documentos (*Livro Preto*, n.os 52, 51 e 39 e Livro S., n.º 9), declarados *in territorio Colimbriense*” - Jorge de Alarcão, *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Lisboa, IPA, 2004, p. 7.

1921. Armando Pereira dá os elementos fundamentais constantes dos Anais de Grijó e de Santo Tirso, (transcrevendo de forma útil os documentos mais significativos) sobre o impacto das campanhas de **Almançor** na região em estudo - A. de Sousa Pereira, “A reconquista entre o Douro e o Tejo nos anais monásticos dos séculos XI e XII”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 103-110.

1922. H. Catarino, “Notas sobre o período islâmico na Marca inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na universidade de Coimbra”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, p. 199

1923. Cyril Aillet, “Aux marges de l’Islam: le château des Deux Frères et le dernier des Ghassanides” in Th. Deswarte et Ph. Sénac (dir.), *Guerre, pouvoirs et idéologies dans l’Espagne chrétienne aux alentours de l’an mil: actes du colloque international organisé par le Centre d’Études Supérieures de Civilisation Médiévale Poitiers-Angoulême* (26, 27 et 28 septembre 2002), Brepols, 2005, pp. 25-35.

1924. L. Molina, “las campañas...”, pp. 251-252; Dozy, *Recherches sur l’histoire et la littérature d’Espagne pendant le Moyen-Age*, I, p. 183; E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 240; Ibn *Khaldūn apud Recherches sur ...*, I, p. 100 e apêndice III, (pp. X-XXIV), p. XIV.

mais se sabe desta campanha que se deu a morte de um sábio e voluntário¹⁹²⁵, aos 23 de Agosto desse ano de 378H / 988.

A esta campanha contra Astorga ter-se-ia seguido, segundo o tardio *Dikr*, uma contra Burtīl, local para o qual Luis Molina encontra algumas explicações sempre com base na semelhança fonética deste vocábulo com “Portillo”¹⁹²⁶.

Depois de uma campanha contra Toro (33, no *Dikr*) e de uma outra contra a zona castelhana de Osma e Alcubilla (em meados de 380 H, ou seja, Verão e Outono de 990) (34, no *Dikr*), eis que em finais de 990 (coincidindo com o mês do Ramadão de 380 H) se dá uma campanha contra Montemor. Esta campanha contra *Muntmayūr* coincide perfeitamente, como se sabe, com referências em anais cristãos que referem a chegada de tropas contra Montemor-o-Velho no *dia Quarto das no-nas* de Dezembro de 990¹⁹²⁷.

Montemor, Viseu e as azêmolas de Almançor

Luis Molina assinala duas informações, curiosas, que podem ter a ver com esta campanha. Por um lado, o facto de Ibn al-*Khaṭīb*¹⁹²⁸ afirmar que “cuando al-Munṣūr decidió emprender la algazúa de Montemayor, **compró tres mil acémilas durante siete días** del mês de šawwāl (no indica año)”¹⁹²⁹. Quanto à compra das azêmolas, se a informação é correcta, essa compra ter-se-ia dado ou no ano anterior ao início desta campanha ou durante a própria campanha. Luis Molina interroga-se, e de forma compreensível, sobre a capacidade de previsão de Almançor e da necessidade de comprar azêmolas com cerca de um ano de antecedência; porém, a sua reflexão não encontra explicação para essa compra ser referida por Ibn al-*Khaṭīb* (até porque houve antes uma outra expedição); resta, pois, que a compra tenha tido lugar durante a campanha contra Montemor.

Por outro lado, Luis Molina revela que na margem do manuscrito do *Dikr* surge uma anotação cuja tradução é dada pelo autor: “La frase en cuestión dice: «... y acampó ante la ciudad de ...š.r y la conquistó por la fuerza ... estaba construída con rocas y plomo y era la capital ...». Creemos que se trata de la misma localidad que aparecía en la campaña 15^a, *B.b.š.r*, que hemos identificado con

1925. Ibn al-Faraḍī [*Ta'riḫ `ulama' al-Andalus*], *Kitab Ta'rij `ulama' al-Andalus / Historia virorum doctorum Andalusiae : dictionarium biographicum, ab Aben Alfaradhi scripta...*, ed. Francisco Codera, Madrid, Typographia La Guirnalda, 1891-1892, vol. II, n. 1349, p. 381.

1926. L. Molina, “las campañas...”, pp. 252-254; não seria impossível, dado o laconismo da informação e a ausência de especificação geográfica, que pudesse ser, igualmente, um topónimo como “Portel” ou “Portela”, topónimo comum em zonas onde se afirmará o galaico-português.

1927. Cf. Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècles*, Coimbra, 1947, p. 304 (ver tb. p. 294).

1928. Sobre este autor veja-se Janine Sourdel e Dominique Sourdel, *Dictionnaire historique de l'islam*, p. 370.

1929. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 255; Luis Molina cita a edição Ibn al-*Khaṭīb*, *Kitāb A`mal al-a`lām fī man būyi`a qabl al-iḥṭilām*, (ed. Lévi-Provençal), Beirute, 2. ed., 1956, p. 102 (há uma outra edição: Ibn al-*Khaṭīb*, *Kitāb A`mal al-a`lam*, (ed. Mujtar Al-`Abadi), Rabat, 1964). Sobre esta obra, veja-se Mohamed Meouak, “Ibn al-Jatib y su obra *a`mal al-'alam*: fuentes escritas y valoración historiográfica”, *Al-Andalus Magreb: Estudios árabes e islámicos*, N 7, Cádiz, 1999, pp. 185-200.

Viseu ”¹⁹³⁰; o aparecimento de um segundo manuscrito do *Dīkr* permitiu ler mais claramente este texto:

«*avanzó y acampó ante la ciudad de Mš.r que conquistó por las armas y destruyó. Estaba construída con piedra y había sido capital de los Isbān e de los godos. Luego se encaminó hacia la ciudad de Montemayor, que asedió hasta que sus habitantes se le sometieron*»¹⁹³¹, lembrando que, de facto a cidade de Viseu gozou de grande peso e proeminência, sobretudo quando Ramiro II era senhor do território entre o Minho e a linha do Mondego¹⁹³².

Estas circunstâncias que rodeiam a tomada de Montemor colocam vários problemas e podem levantar diferentes hipóteses. De facto, não faz muito sentido, com outras campanhas de permeio, que Almançor compre tantas mulas ou azêmolas para conquistar Montemor com um ano de antecedência¹⁹³³. Ou há um equívoco na data ou então, aceitando a informação, ela derá de ser valorizada de uma outra forma. Porque, se assim aconteceu, as azêmolas foram compradas durante o cerco a Montemor e, então, poder-se-á pensar se o que se pretende transmitir não será o facto de Almançor adquirir, numa zona que já era conhecida pela qualidade do seu gado cavalari e/ou muar, azêmolas de uma região eventualmente afamada por esse tipo de produção.

Esta possível riqueza das margens do Mondego em gado muar parece não surgir em outra documentação conhecida sobre o al-Andalus. Al-Rāzī fala das riquezas da zona de Coimbra, dos vários castelos que desta cidade dependem, da riqueza das suas várzeas. mas nada refere quanto a animais¹⁹³⁴.

Geógrafos tardios também nada referem. Quanto a al-Ĥimyarī, tardio mas utilizador de informação anterior, tampouco fala da sua eventual riqueza em gado, mas um dos autores que melhor refere a inexpugnabilidade da sua fortaleza¹⁹³⁵.

1930. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, pp. 255-256.

1931. *Dīkr bilād al-Andalus - Una descripción anónima de al-Andalus*, (editada e traduzida por Luis Molina.), Madrid, CSIC, 2 vols., 1983, fl. 160, vol. I, p. 164; vol. II, p. 200.

1932. Cf. Dozy, *Recherches...*, I, 3ª ed., p. 150 (mas pp. 163-164 da 2ª ed) e E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 50. O peso de Viseu, porém, quando Ramiro II nela residiu - antes de ser proclamado rei em 931, depois de o seu irmão Afonso IV ter abdicado - deveria ter sido dominante sobretudo no território a sul do Douro. Sobre Ramiro II, ver sobretudo Justiniano Rodríguez Fernández, *Ramiro II, rey de León*, Burgos, ed. La Olmeda, 1998, pp. 20-21.

1933. Havia, como é de supor, uma hierarquia na utilização de mulas e cavalos, não deixando de haver mulas muito apreciadas e soberanas que as montaram - cf. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis V*, fl. 49; trad. p. 68.

1934. Al-Rāzī in A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, pp. 42-43.

1935. Cf. Ibn Abd al-Mun'im al-Ĥimyarī, [*Kitab al-Rawd al-mi'tar fi Khabar al-aqtar*], *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar fi Khabar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (ed., intro., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938, §151, p. 164; trad. p. 197; cf. A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, pp. 50-51; nesta edição diz-se, por lapso, que “separam-na de Cória **alguns** dias de marcha”; no original e na trad. francesa refere-se, textualmente, “quatro” dias de marcha.

Ibn Sa‘īd al-Maġribī¹⁹³⁶, autor do século XIII, por seu lado, nada revela nível da riqueza em gado da região, mas não deixa de referir as inúmeras fortificações que os cristãos tinham entre a Serra (da Estrela e a foz do Mondego)¹⁹³⁷; Yâqût, apesar de muito rigoroso, pouco diz sobre Coimbra¹⁹³⁸.

Esse tipo de gado encontra-se, porém, frequentemente referenciada em documentação dos séculos da afirmação do Reino de Portugal, a sul do Douro; Robert Durand mostra que “chevaux, ânes et moulets sont presqque partout présents (...)”, revelendo que o preço de uma boa mula pode ultrapassar o de um cavalo¹⁹³⁹ e, em alguns casos, o mesmo autor verificou, embora seja caso único, um testemunho de que o valor de uma mula arreada podia ser cinco vezes o de um mouro¹⁹⁴⁰. Mesmo no século XIII, segundo documentação do Lorrão, o preço de uma mula continua a ser superior ao de um escravo¹⁹⁴¹.

Para a Baixa Idade Média sabe-se que bacia do Mondego tinha produção animal de boa qualidade. Mas Maria Helena da Cruz Coelho, que estudou de forma aprofundada essa região para sobretudo para os finais da Idade Média, revela uma especificidade muito particular da zona de Montemor; se “bois e vacas pastavam nas terras do campo próximo de Coimbra”, por outro lado “nas proximidades de Montemor parece avultar o gado cavalari¹⁹⁴²”; esse mesmo gado cavalari, segundo um trabalho de Jorge Gaspar, referido por M. H. Cruz Coelho, mostra que ainda no século XX os concelhos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Coimbra, eram os que, dentro da área dos distritos de Coimbra e Aveiro, maior quantidade de gado cavalari possuíam¹⁹⁴³. Ou seja, trata-se de

-
1936. Sobre este autor veja-se, obrigatoriamente, António Rei, “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘īd al-Maġhrîbî”, *Medievalista on line*, ano 1, n.º 1, 2005, pp. 1-22.
1937. “A norte da foz do rio, está Coimbra; e a norte da [Cordilheira] fica a cidade de Salamanca, famosa na terra de Portugal, e fim da extensão do Clima VI, cuja longitude é 7120' e a latitude 45I. Entre ela e a cidade de Coimbra, capital da Galiza, são duas jornadas. Ela está a NE do rio. Na Cordilheira da Serra, disseminadas, do oriente de al-Andalus até ao seu ocidente, há muitas fortalezas de nomes não-árabes” - Ibn Saīd al-Maġhrîbî, *Kitāb bast al-ard fî-l-tūl wa-l-‘ard*, Clima VI - Secção primeira, trad. de A. Rei in “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘īd al-Maġhrîbî”, *Medievalista on line*, ano 1, n.º 1, 2005, p. 21.
1938. YĀQŪT - edição: Yâqût, *Mu‘ġam al-buldān*, ed. Beirute, 21 ed., 7 vols., Dār Şādir, 1995 (reedição de 1996), vol. IV, p. 391; traduções: G. ‘Abd al-Karīm, “La España musulmana en la obra de Yāqūt (s. XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus extraído del Mu‘ġam al-Buldān (Diccionario de los países)”, edición y traducción española de G. ‘Abd al-Karīm, *Cuadernos de Historia del Islam*, 6, Granada, Univ. de Granada, 1974, (pp. 60-307), p. 256; A. Rei in “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘īd al-Maġhrîbî”, *Medievalista on line*, ano 1, n.º 1, 2005, p. 11.
1939. Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII Siècles*, F. C. Gulbenkian, Paris, 1982, p. 395.
1940. P.M.H., D.C., doc. 744, pp. 743-744, referido por Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII Siècles*, F. C. Gulbenkian, Paris, 1982, p. 494, nota 58.
1941. Lorrão, m. 10, 37 *apud* Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII Siècles*, F. C. Gulbenkian, Paris, 1982, p. 494, nota 58.
1942. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, II volumes, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, vol. I, p. 251.
1943. Jorge Gaspar, *As feiras de gado na Beira Litoral*, Lisboa, 1970, p. 28, *apud* M. H. Cruz Coelho, *O Baixo*

mais um elemento que mostra que a produção cavalariça nas margens do Mondego, em ambas as margens se projecta na longa duração e chegou ao século XX; esta indicação mostra que, muito provavelmente, já no século X as margens do Mondego e concretamente a zona de *Muntmayūr* era famosas pelos seus equídeos.

É de lembrar que já antes tinha sido referida uma citação do *Muqtabis VII*, mais conhecido por *Anales Palatinos de Al-Hakam II*, no qual se refere a compra de cavalos em Santarém, ou seja, na região em redor dessa cidade. Esta referência reforça a ideia de que o *Ġarb al-Andalus*, ou melhor, a fachada ocidental da península Ibérica apresentava condições que eventualmente se consideravam ótimas para a produção destes animais. Sem ser uma Camargue peninsular, pode-se considerar que as lezírias do Tejo e do Mondego apresentavam condições para produção de animais saudáveis e, eventualmente, considerados muito robustos, de tal forma que a referida transacção de Almançor seria vista, nos meios oficiais cordoveses, como uma decisão avisada e bem tomada.

Porém, a referência adicional a Viseu que é comentada por Luis Molina obriga a considerar outro tipo de hipóteses. De facto, se se pode pensar na compra de azêmolas para levar para a capital do Califado - onde era um animal muito apreciado, dado que o gado muar era usado em trabalhos pesados mas também para transporte pessoal (como continuará a ser em posteriores¹⁹⁴⁴) - também não é impossível que elas se destinassem a carregar riquezas confiscadas no vale do Mondego e poder levá-las para Córdova. Mas, esta menção obriga a que se pense na possível utilização destes animais em acções a desenvolver a partir de Montemor (ou de Coimbra) sobre a cidade de Viseu.

Que acções sobre **Viseu**? Poder-se-ia pensar em carregar apetrechos de guerra para cercar uma cidade com uma muralha possante. No entanto, poder-se-ia também pensar, dadas as novas hipóteses que se têm colocado em relação a sistemas de defesa medievais em Viseu, na possível edificação da construção conhecida como “Cava de Viriato”¹⁹⁴⁵, edificação que poderia ter servido e base para expedições comerciais e ambição.

Mulas - animal importante também no Ġarb al-Andalus

Apesar de não haver referências concretas a mulas e azêmolas da região do Mondego, além desta referência fugaz, elas não faltam em outras fontes. Sem fazer aqui um levantamento de todas essas referências, pode servir como exemplo o olhar atento de Ibn Hawqal, não escolhido por acaso, dado que se trata de um possível “espião” ao serviço dos Fatímidas e que - muito importante - esteve no al-Andalus no século X¹⁹⁴⁶ e escreveu a sua obra depois de 970, ou seja, é praticamente coeva das campanhas de Almançor.

Mondego ..., I, p. 251, n. 1.

1944. Sobre a importância do gado muar no transporte de nobres ou mesmo de “rainhas ou fidalgas” veja-se Carla Silvério, “O tópico dos animais nas memórias cronísticas sobre os reis da dinastia de Borgonha” in *Animalia - Presença e Representações*, Lisboa, Colibri, 2002, (pp. 159-173), p. 164

1945. A argumentação sobre a hipótese de a “Cava de Viriato” poder ser uma construção de época islâmica colocar-se-á mais adiante. Mas é já de referir que a Cava de Viriato, pela centurição do terreno, não se enquadra na planimetria da cidade de Viseu, parece corresponder a outro plano a outro programa construtivo.

1946. Sobre Ibn Hawqal veja-se Jean-Claude Garcin, “Ibn Hawqal, l’Orient et le Maghreb”, *Revue de l’Occident musulman et de la Méditerranée* (ROMM), Volume 35, 1983, pp. 77-91.

Diz Ibn Hawqal que “as mulas - robustas - são de facto a especialidade do país: glorificam-se por isso e sentem por isso vaidade. A criação de muares não tem semelhança com outras regiões, nem sequer com os países reputados como centro de criação de mulas / azêmolas, como Arménia, Arrán, Bab al-Abwāb, Tiflis e Širwān. Os seus animais são, de facto, encorpados, bem constituídos e de boa raça. A maior parte de estas bestas, de aparência agradável e de grande estatura que se vendem a alto preço são originárias de Maiorca, domínio de ‘Abd al-Raḥmān ibn Muḥammad, habitado por muçulmanos”¹⁹⁴⁷. Mais adiante, embora fale das mulas de Maiorca, e das condições excepcionais que essa ilha tinha para a criação desse tipo de gado, Ibn Ḥawqal explica por que razão os muares eram tão apreciados. Diz que para além de terem “passadas elegantes e um trote rápido”, tinham boa saúde, algumas ultrapassavam o preço de 150 dinares por unidade e que gente poderosos do al-Andalus enviava a essa ilha barcos para comprá-las. Mas, além dessas qualidades, tinham uma outra muito apreciada em muares: “mostravam resistência à fadiga e a marchas forçadas”¹⁹⁴⁸.

Apesar do grande apreço que existia no al-Andalus pelos cavalos e a existência de obras que lhes são dedicadas¹⁹⁴⁹, a resistência dos muares era, para acções bélicas, uma característica fundamental. É de suspeitar que, depois das mulas de Maiorca, outras zonas dos *al-Andalus*, possivelmente zonas periféricas gozassem de uma fama não tão grande como a ilha das Baleares, mas igualmente valorizadora desses animais *todo-o-terreno*. Montemor e as margens do Mondego poderiam ocupar uma dessas posições. Resta saber, se as mulas foram enviadas para Córdova, para entrar no “mercado” dos muares de prestígio ou se foram integradas em algum projecto militar que envolvesse a necessidade de usar animais bastante robustos. Aliás, a fama das mulas do al-Andalus prolongar-se-á no tempo e já no século XIII Ibn Sa‘īd dirá que “as mulas [do *al-Andalus*] são fortes e de passo seguro”¹⁹⁵⁰.

No ano de 381 H (Março de 991 a 992) a presença física de Almançor afasta-o dos territórios do Ġarb al-Andalus; esta trigésima sexta campanha levá-lo-á a terras de Vascões e a Navarra¹⁹⁵¹, seguindo-se uma outra que também atingiu a Vascónia e *Gāliš*, campanha essa (n. 37) que estaria na origem da ida da Córdova de Sancho de Navarra em Setembro de 992¹⁹⁵². A trigésima-oitava campanha está por identificar, mas teve lugar em zona de litoral e, pelo nome que o *Dikr* lhe dá, tem a

1947. Ibn Hawqal, [*Kitāb Sūrat al-Ard*], Opus Geographicum, (ed. J. H. Kramers e G. Wiet), BRill, 3 ed., 1967, fl. v^a, p. 114; trad. francesa, p. 114; trad. espanhola p. 67 (as traduções não trazem a correspondência com as páginas da edição).

‘Abd al-Raḥmān ibn Muḥammad, no texto, é o primeiro califa omíada do al-Andalus.

1948. Ibn Hawqal, *ibidem*, fl. v^a, p. 115; trad. francesa, p. 114; trad. espanhola p. 67

1949. É fundamental, se bem que tardio, o que sobre mulas e gado cavalari em geral diz Ibn Ḥudayl; cf. a ed. e trad. de M. Jesús Viguera, *Gala de caballeros, Blason de paladines*, (ed. María Jesús Viguera), Madrid: Editora Nacional, 1977 (tradução francesa do original de *Mukhtar min ‘Ayn al-adab wa-al-siyasah wa-zayn al-hasab wa-al-riyasah*: Louis Mercier (ed.), *L'ornement des âmes et la devise des habitants d'el Andalus - traité de guerre sante islamique*, (reproduction du Manuscrit de M. Nehlil -Tome Ier), Paris, P. Geuthner, 1936-39.

1950. Ibn Sa‘īd *apud* A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, I, p. 92.

1951. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, p. 293 *apud* Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, pp. 256-257.

1952. E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 242-243; Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 257; Ibn Darrağ, *Dīwān*, n. 107, *apud* Luis Molina, *ibidem*.

Gāliš, que ainda hoje se discute, pode corresponder a uma corrupção de Gália - cf. Luis Molina, “Las campañas...”, *op.*

ver com barcos (*al-Marākib*). Não seria impossível que tivesse decorrido no Ġarb - tendo em conta a recente campanha sobre Montemor¹⁹⁵³ ou até a aposta em Alcácer (al-Qaṣr Abī Dānis) que se tornará num centro naval importante) mas nada o confirma com exactidão.

Se nas campanhas 39^a, 40^a e 41^a a área de confrontos parece centrar-se em redor de terras castelhanas e Navarras, na 42^a são Astorga e a própria cidade de León que são o objectivo de Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir, na segunda metade do ano de 384 H (o que cai no intervalo de Agosto de 994 a 4 de Fevereiro de 995)¹⁹⁵⁴. Se a 43^a campanha decorre e inícios de 995 (finais de 384 H) e nela morrerá o conde de Castela, García Fernández, a 44^a atinge Santa María de Carrión¹⁹⁵⁵ e a 45^a campanha dirige-se, em Novembro de 995, contra uma localidade chamada Šant Rū[m]ān¹⁹⁵⁶. Apesar de não faltarem localidades com o nome de San Román - ou São Romão - esta localidade é identificada por Luis Molina com San Román de Hornija (junto à desembocadura do rio com o mesmo nome, no rio Douro, perto de Valladolid) a partir de uma lenda citada por Pierre David, mas à qual este investigador não deu credibilidade¹⁹⁵⁷.

cit., p. 257.

1953. Sobre Montemor há uma informação de Ibn Sa‘id na qual, ao falar da cordilheira - a Šarra, ou serra que separa a Península Ibérica em duas partes, o geógrafo fala de Montemor-o-Velho referindo que daí “zarpan las *buraykā*”-que, como esclarece o tradutor, Juan Vernet, são uma espécie de navia; porém, se os barcos que no *Dikr* são designados como *al-Marākib* são o mesmo tipo dos que em Ibn Sa‘id se designam *buraykā* (ou *al-buraykā*), não prova que a referida campanha tenha tido o Mondego e Montemor como novo objectivo (como terá...) - cf. J. Vernet, “Espania en la Geografía de Ibn Sa‘id al-Magribi”, Tamuda, Tetuão, tomo VI, 1958 (trad.), (pp. 307-326), p. 318; sobre esta referência veja-se igualmente A. Rei in “O *Gharb al-Andalus* em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yāqūt al-Hamāwī e Ibn Sa‘id al-Maghrībī”, *Medievalista on line*, ano 1, nº 1, 2005, p. 21 e nota 7 (tradução muito recente a ter em linha de conta).

Sobre a visão de época islâmica sobre a divisão da Península Ibérica em duas áreas por um sistema montanhoso veja-se Félix Hernández Giménez, “Convencional espinazo montañoso, de orientación Este-Oeste, que los geógrafos atribuyen a la Península Ibérica”, *Al-Andalus*, Vol. 30, n. 2, 1965, pp. 201-276.

1954. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 258-129; Luis Molina revela ser um erro a datação dada pelo autor do *Cartaz / Qirtās* - Ibn Abī Zar‘ coloca esta campanha em 382 H - cf. Ibn Abī Zar‘, *Rawḍ al-Qirtās*, I, p. 73; trad., I, p. 220.

1955. Hoje Carrión de los Condes, sobre o rio Carrión, na região de Tierra de Campos, perto de Palencia, sobre a via que se conhecerá como “Caminho de Santiago”.

Cf. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 259; ver também R. Dozy, *Recherches...*, I, 31 ed., p. 102 e apêndice XV; Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 245.

Sobre aspectos militares desta zona veja-se Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, “La dimensión militar en el occidente altomedieval (siglos V-X): una aproximación a sus raíces tardorromanas y germanas” in Urbano Espinosa Ruiz e Santiago Castellanos (coord.), *Comunidades locales y dinámicas de poder en el norte de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía*, Universidad de La Rioja, Servicio de Publicaciones, 2006, pp. 239-264.

1956. غزاة شنت رو ان - “campanha de S. Rū[m]ān” - Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 227.

1957. cf. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 260; Pierre David, *Études...*, p. 231; Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 246. Há quem considere que seria possivelmente San Román de Entrepeñas, em Santibáñez de la Peña, a norte de Palencia, perto do qual existia um castelo - cf. RUIZ ASENCIO, J.M., “Documentos y Códices altomedievales de San Román de Entrepeñas”, *Actas del I Congreso de Historia de Palencia*, (Castillo de Monzón de Campos, 3-5 Dezembro 1985), II, Palencia, 1987, (pp. 9-50), ver sobretudo pp. 13-34.

Esta campanha contra *Šant Rūmān* teria tido lugar em Novembro de 995, ou seja, em šawwāl de 385 H, o décimo mês do calendário islâmico. O mesmo *Dīkr* coloca em finais desse mesmo ano - finais de 385 H - uma campanha (a 46^a) contra “Galicia y Aguilar, en la que conquistó la ciudad de Aguilar, matando a veinte mil cristianos y apresando a cincuenta mil”¹⁹⁵⁸. Destes dois “locais, o segundo é transcrito como *Aq.lār* - اقلار - correspondendo a *Aqilar*, *Aguilar* ou *Aguiar* - , que tem sido identificada com a localidade de Aguiar do Sousa, desde os trabalhos de Pierre David¹⁹⁵⁹.

A referência a este castelo é algo decepcionante para quem sobe à torres que se conserva e observa uma paisagem agradável mas taticamente pouco clara¹⁹⁶⁰. Por outro lado, escavações arqueológi-

1958. *Dīkr bilād al-Andalus - Una descripción anónima de al-Andalus*, (editada e traduzida por Luis Molina.), Madrid, CSIC, 2 vols., 1983, fl. 163, p. 203; no primeiro manuscrito do *Dīkr* só se lia bem *Aq.lār* (اقلار) - cf. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 261 e, do mesmo autor, “Las campañas de Almanzor, nuevos datos”, *Al-Qanṭara*, III, 1982, (pp. 467-472), p. 469.

1959. Pierre David, *Études...*, p. 294; Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 246; Manuel Fernández Rodríguez, “La expedición de Almanzor a Santiago de Compostela”, *Cuadernos de Historia de España*, vol. XLIII-XLIV, madrid, 1967, p. 349; Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 261.

A *Chronica Gothorum* descreve sucintamente um ataque de Almançor a Aguiar de Sousa em 995: “Era MXXXIII Almanzor cepit Castellum de Aguilar quod est in ripa Sause in Portugalensia provincia.” (*PMH, Scriptores*, p. 9 *apud* Mário Jorge Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), p. 192. Deste castelo resta uma torre, recentemente alvo de uma recuperação patrimonial interessante e de onde se controla parte do curso para jusante do rio Sousa.

1960. Caso não houvesse esta referência na Crónica dos Godos, não seria de excluir a hipótese de que o alvo de Almançor pudesse ser um outro Aguiar em território ocidental.

O autor deste trabalho ao reconhecer a dificuldade de progressão pelas margens do vale do Sousa procurou outros Aguiar que pudessem corresponder a esta campanha (a utilização pelo *Dīkr* do classificativo de *madīna* para Aguiar parece manifestamente exagerado e propagandístico). Se, à partida, a actual localidade de Aguiar da Beira não deveria ser excluída pela sua posição estratégica, mas esta localidade, situada sensivelmente entre Trancoso e Viseu já deveria estar controlada nesta conjuntura de meados da última década de noventa.

Uma outra hipótese que se afigurou interessante seria o velho castelo de **Aguiar da Pena**, implantado em Telões, no cencilho de Vila Pouca “de Aguiar”. Esta fortificação domina e controla um vale imenso que se estende da zona do Peso da Régua até ao nó viário que sempre foi Chaves desde a Antiguidade, vale que acompanha o rio Corgo e que para norte está encaixado entre a serra do Alvão e a zona mineira de Jales; vale esse que parece ter tido uma via antiga pouco conhecida (designada por Colmenero como “*Vía romana Aquae Flaviae - Vila Real - Régua*”) e que poderia ser estratégico para chegar a Santiago de Compostela - por Braga ou por Ourense (sobre estas vias cf. Colmenero, A. Rodriguez; Sierra, S.F.; Asorey, R.A., *Miliários e Outras Inscriciões Viárias Romanas do Noroeste Hispânico. (Conventos Bracarenses, Lucense e Asturicense)*, LUgo, Consello de Cultura Galega, Sección de Património Histórico, 2004, pp. 690-691; esta via é também referida no trabalho de Mário Barroca e António J. Cardoso Morais, *infra*).

No estudo histórico e arqueológico levado a cabo sobre o castelo de Aguiar da Pena, além de se chamar a atenção para a sua enorme capacidade de controle de território, Mário Barroca e António Cardoso Morais assinalam que este castelo, “apoiado por algumas atalaias de vigilância, assegurava o domínio dessa via natural de comunicação através da bacia tectónica Régua - Verín, que desde cedo se tornou um eixo privilegiado para a circulação” (Mário Barroca e António J. Cardoso Morais, “A terra e o castelo - uma experiência arqueológica em Aguiar de Pena”, *Portugália*, Nova Série, vol. VI/VII, Porto, 1985-86, (pp. 35-), p. 35); para além das evidências da ocupação de época romana, não faltam vestígios de época germânica (*ibidem*, p. 37) e os autores lembram o papel que Chaves desempenhou como centro de onde partiram presúrias, no século IX (tal como *Portucale*), bem como o facto de o conde Odoário ter tomado, a partir de Chaves, a iniciativa do repovoar *vicos*, *castella*, *civitates* e *villas* (Torquato de Sousa Soares, “O Repovoamento do Norte de Portugal no século IX”, *Biblos*, Coimbra, XVIII-1, 1942, p. 195, *apud* Mário Barroca e António J. Cardoso Morais, *op. cit.*, p. 37); apesar dos trabalhos arqueológicos levados a cabo por Mário Barroca e António J. Cardoso Morais neste castelo não terem detectado níveis claramente datáveis de época da campanha de Almançor, e de datar de 1091 o documento mais atingido que se refere a Vila Pouca de Aguiar, os autores detectaram

cas levadas a cabo recentemente no sítio, não revelaram níveis arqueológicos contemporâneos de actividade militar no século X¹⁹⁶¹.

O sítio do castelo de Aguiar (pela documentação cristã deverá ser Aguiar de Sousa mas, pela topografia ou pelos eixos estratégicos não seria impossível que fosse Pena de Aguiar), porém, representa em termos das intenções de Almançor um marco importante. Significa - em qualquer das duas hipóteses aqui exploradas, que o dimínio das tropas de Almançor e dos seus aliados já o conduzem às margens do Douro e que há uma clara busca de caminho para norte deste rio, em meados da última década do século X. Ou seja, ao procurar locais onde pudesse atravessar as margens do Douro, que deveria controlar já as principais cidades e locais fortificados a sul - como Viseu e Lamego, mais para o interior, mas também os territórios a norte de Coimbra e do rio Vouga e, por outro lado, pode querer dizer que Almançor já pretendia atingir e controlar os territórios que o conduzirão, dois anos depois, a Santiago de Compostela.

Por outro lado, no caso de Aguiar de Sousa (único para o qual a documentação cristã existe e coincide sensivelmente com as descrições islâmicas), não seria impossível que tal manobra tivesse como propósito evitar uma passagem do rio em frente do Porto pretendendo, antes, contornar a cidade, e envolvê-la a partir do Norte.

A pressão sobre o ocidente ibérico teria levado a uma campanha contra Astorga (47^a, segundo o *Dikr*)¹⁹⁶², depois desta contra *Aq.lār*/Aguiar e a 48^a é a conhecida campanha levada a cabo entre 23 *ġumādà II* e inícios de *šawwāl* 387 H, ou seja, entre 3 de Julho e Outubro de 997, uma campanha que claramente se destacará da grande maioria das campanhas de Almançor e que a tornará presente nas obras de vários compiladores do Mundo Árabe e Islâmico¹⁹⁶³.

uma série de sepulturas antropomórficas na região que demonstram que a região deveria estar, eventualmente a partir da iniciativa do conde Odoário, ocupada e revitalizada. Seria, pois, um obstáculo importante frente a uma cidade de Lamego - em frente do Peso da Régua - controlada por homens afectos a Almançor.

Esse peso estratégico da região onde se insere Aguiar de Pena é expresso pelos autores quando afirmam que “tal como acontece com a Terra de Aguiar, também as origens do Castelo nos escapam. A obra que hoje se ergue data da Baixa Idade Média (...) mas é provável que a penha onde se ergue o Castelo tivesse recebido uma pequena estrutura militar na época da Reconquista, uma vez que esta permitiria a vigilância de um eixo fundamental, ligando Chaves ao Douro e à zona de Lamego. Se ela existiu, não nos deixou quaisquer vestígios” (*ibidem*, p. 58).

1961. Os trabalhos foram conduzidos por Maria Antónia Silva, arqueóloga do Gabinete de Arqueologia e Património do Município de Paredes e a autora, feita a “... *correlação entre a documentação escrita, a estratigrafia e o espólio*” concluiu que é possível “... *apontar uma baliza cronológica de ocupação, da Torre do Castelo de Aguiar de Sousa, entre os séculos XI- XII e finais do século XIV*”, salvaguardando o facto de não se ter chegado à rocha da base a não ser no interior da torre (esta, intervencionada na década de 40 do século XX - cf. Maria Antónia Silva, “Torre do Castelo de Aguiar de Sousa: resultados preliminares de uma sondagem arqueológica”, *Oppidum* (número especial), Lourosa, 2008, (pp. 117- 130), p. 129.

1962. Esta 47^a campanha de Almançor contra Astorga - que consta no *‘Ibār* de Ibn *K̄haldūn* (IV, p. 181) e sobre a qual escreveram Dozy (*Recherches...*, I, 3^a ed., p. 100 e apêndice XIV-XV) e Lévi-Provençal (*HEM*, II, pp. 246) - levanta várias problemas que são esclarecidos por Luis Molina - cf. Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, p. 261.

1963. Todos eles referidos por Luis Molina, “Las campañas...”, *op. cit.*, pp. 261-262; trata-se de Ibn ‘*Idārī*, *Bayān* II, fl. 294-297 (trad. pp. 456-462); Ibn al-Khaṭīb, *A ‘māl...*, pp. 67-68 e al-Maqqarī, *Naḥḥ al-Ṭīb*, I, p. 413.

Apesar de parte da obra de Ibn Ḥayyān estar perdida, al-Fiṣṭālī, um autor magrebino do século XVII, baseia as informações que dá desta campanha - sobretudo sobre a importância da cidade de Santiago de Compostela e sobre a generosidade de Almançor em oferecer roupas ricas - naquele autor - cf. Luis Molina, “Las campañas de Almanzor,

(iii) A campanha contra Santiago de Compostela, em 997

São conhecidos detalhes da preparação desta campanha e tem sido salientada a componente mista desta acção militar que envolveu meios navais e meios terrestres. Quanto aos meios navais sabe-se que é para a preparação da esquadra que levará as tropas até ao Douro que se aposta em Alcácer do Sal.

No entanto, como já apontado, a aposta em Alcácer para construir barcos para serem utilizados na fachada ocidental do Atlântico terá a ver a escolha desse local - possivelmente por passar a reunir competências na concepção de barcos para essa fachada atlântica e, por outro lado, por a cobertura vegetal da zona em redor de Alcácer se ter especializado em madeiras apropriadas para a construção naval. A riqueza em madeira das margens do Sado deve ter sido a razão por que Alcácer recebeu a preferência de Almançor, em vez de Lisboa¹⁹⁶⁴.

Dito de outra forma, a escolha de Alcácer não pode ter sido feita nas vésperas da campanha de 997 e a preparação de Alcácer e do “rio de Setúbal” - Como lhe chamará al-Idrīsī - como estaleiro teve de ser decidida muito antes, provavelmente em tempos de al-Ḥakam II.

Convém ver de que forma esta campanha afecta o *Ġarb al-Andalus*, de que forma o próprio território a moldou e quais as consequências e curto e a médio prazo que trouxe para o ocidente peninsular. A construção de embarcações específicas para navegar na fachada atlântica em Alcácer (futura *do Sal*) dará continuidade a ideias anteriores de criar um centro de construção naval nessa fachada atlântica. Por outro lado, esta campanha parece ser o corolário de campanhas anteriores no *Ġarb al-Andalus*, como as que, de forma continuada e aparentemente programada, caíram sobre Condeixa/Conimbriga, depois Coimbra e Montemor e as campanhas que já antes tinham atingido as regiões de Trancosos e Viseu (que pode ter-se submetido a Almançor de forma não fácil, envolvendo a utilização, eventualmente, de estruturas militares inovadoras. Todas estas campanhas foram certamente seguidas por acções militares que levaram o poder de Almançor às margens do Douro - tomando e controlando os territórios a norte de Coimbra e a norte de Trancoso como, por exemplo, a importante cidade de Lamego (figs.84 - 86).

Se as cidades do Vale do Tejo foram importantes para o avanço para Norte até Coimbra, alimentando o esforço de guerra que levou à recuperação de Coimbra pelo representante do califa de Córdoba, a construção de embarcações em Alcácer (ou, como diz o Bayān, “uma frota considerável havia sido preparada no local chamado Qaṣr AbŪ Ḍānis, no litoral ocidental, frota montada por marítimos e transportou diversos corpos de infantaria, assim como víveres, os aprovisionamentos e as armas”¹⁹⁶⁵) representa um esforço no domínio dos mares ocidentais mas implicou também a de locação de contingentes até esta localidade o rio Sado, contingentes que, depois de embarcados, conseguirão entrar pela barra do Douro e juntar-se a tropas saídas de Córdoba e que se dirigirão para Noroeste.

nuevos datos”, *Al-Qanṭara*, III, 1982, (pp. 467-472), p. 471.

1964. Christophe Picard, *L’océan Atlantique musulman de la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal, Espagne, Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, p. 82.

1965. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 317, p. 492. Veja-se Ch. Picard, *Le Portugal musulman*, p. 124.

O avanço das tropas de infantaria e cavalaria que saem de Córdova faz-se por um trajecto que se encontra estudado desde há algum tempo. Félix Hernández Giménez propôs um percurso pela actual Beira, passando precisamente por Aguiar da Beira¹⁹⁶⁶.

Sabe-se, igualmente que, nos tempos conturbados do reinado de Bermudo II, alguns membros da nobreza leonesa foram seduzidos pela aproximação a Almançor. Seguindo as palavras de Juan Castellanos, houve “numerosos tráfugas de la nobleza leonesa, enemigos declarados del rey Vermudo, que con sus huestes pasaron a engrosar el ejército de al-Mansur”¹⁹⁶⁷.

Se o *Dikr* dá uma descrição quase que telegráfica desta campanha, será sobretudo a partir dos poemas panegíricos de Ibn Darrāğ al-Qastallī¹⁹⁶⁸ e da descrição dita “abreviada” de Ibn ‘Idārī, no *Bayān II*, que se conhecem detalhes.

Ibn Darrāğ al-Qastallī dá a entender que Almançor desejava castigar os cristãos por não pagarem os tributos que tinham sido combinados e a sua vontade de humilhar os cristãos. Sabe-se que Almançor tinha consciência de que a já concorrida Santiago de Compostela era como que uma Meca para os cristãos, uma Meca em solo peninsular, cujos senhores lhe não pagavam os tributos concertados e que estavam não longe do alcance dos seus exércitos.

Conhecem-se detalhes do **roteiro de Almançor para Santiago**. Sabe-se que saindo de Córdova, aos 3 de Julho de 997, passou por Coria (provavelmente antes por Badajoz) e depois parou em Viseu. E, em Viseu, uniram-se-lhe vários condes cristãos que se colocaram ao seu serviço.

É possível que a cidade de Viseu tenha funcionado, nesta conjuntura, como base de rectaguarda, como nó fundamental que assegurava as ligações com as margens do Douro - com a zona de Gaia / Porto, mas também com Lamego e os portos desta cidade nas margens no Douro (como foi o de Penajóia, durante muitos séculos¹⁹⁶⁹) - asseguraria ligações rápidas com Coria, através da Beira,

1966. Félix Hernández Giménez, “Camino de Córdoba hacia Noroeste en época musulmana. Nafza, actual despoblado de vascos; localización segura de los castillos de Viandar y de Abal, y probable de al-Saraf; precisiones sobre la recuperación almohade de Cáceres. (Concluirá)”, *Al-Andalus*, Vol. 32, n. 1, 1967, pp. 37-124; idem, “Camino de Córdoba hacia Noroeste en época musulmana. (Conclusión)”, *Al-Andalus*, Vol. 32, n. 2, 1967, pp. 277-358.

1967. Juan Castellanos, *op. cit.*, p. 125.

1968. Sobre este poeta que tem possíveis origens familiares em Cacela, (nascido em 347 e morto em 422 H (958–1030), vejam-se Teresa GARULO, *La literatura árabe de Al-Andalus durante el siglo XI*, Madrid, Hiperión, 1998; Dmitry FROLOV, “Notes on the history of ‘Arūḍ in al-Andalus”, *Anaquel de Estudios Árabes*, vol. VI, Madrid, 1995, pp. 87-110; Lachica Garrido, Margarita, “Poetas árabes del País Valenciano” in *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, n. 9, (1992-1993), pp. 17-37; ver ainda Salma Khadra Jayyusi, “Andalusī poetry: the golden period”, *The Legacy of Muslim Spain*, (pp. 317-366), pp. 335 e 363; a edição é: Ibn Darrāğ al-Qastallī, *Dīwān*, (Mahmud Ali Maki, ed.), Damasco, Al-Maktab Al-Islami, 2ª ed., 1968 (1ª ed. 1961); tradução: Margarita La Chica Garrido, *Almanzor en los poemas de Ibn Darray* (Ahmad ibn Muhammad Ibn Darray), Saragoça, Anubar, 1979; ver igualmente M. Ali Makki, “La España Cristiana en el Diwan de Ibn Darray”, *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, vol. 30, 1963-1964, pp. 63-104.

1969. Sobre Penajóia como porto natural, no Douro, de Lamego veja-se Orlando Ribeiro, “Entre-Douro-e-Minho”, *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, vol. III, Porto, 1987, (pp. 5-11), p. 6.

Como refere Ch. Picard, “le rio Douro, nous l’avons vu, fut fréquenté par des vaisseaux musulmans à la fin du Xe siècle jusqu’à Penajoia, port de Lamego” - cf. PICARD, Christophe, *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc)*, Paris, Maisonneuve & Larose - Unesco, 1997, p. 54. Sobre a importância portuária de Penajóia vejam-se igualmente Orlando Ribeiro, “Entre-Douro-e-Minho”, *Rev. da Fac. de Letras - Geografia*, vol. VIII, Porto,

passando pelo território de Antaniyya / Idanha (citada por al-Rāzī, bem como o castelo de Monsanto, no século X) e pela pontes sobre o Erges /Eljas e sobre o Tejo em Alcántara e, de Coria, com o vale do Guadiana até Córdoba; mas Viseu permitira igualmente ligações já asseguradas com Coimbra, o vale do Mondego acabado de controlar e, daí, com a velho caminho que conduziria a Santarém e ao Vale do Tejo. Viseu, em termos estratégicos, entre os vales do Tejo e do Douro poderia funcionar como placa giratória e centro capaz de irradiar tropas e de, ao mesmo tempo, poder receber reforços provenientes de vários pontos. Nada se fala de construções para acomodar essas tropas mas, de facto, exceptuando as obras de Madīnat al-Zahīra¹⁹⁷⁰, e outras importantes obras em Córdoba¹⁹⁷¹, pouco mais as crónicas atribuem, em termos de edificações a Almançor o que, sabe-se, é insuficiente, dadas até as recentes descobertas feitas em Coimbra na zona da Alcáçova¹⁹⁷².

uma ponte de barcas

As tropas trazidas por via marítima entraram pela barra do Douro e desembarcaram em local - não especificado - a montante da foz¹⁹⁷³, que poderia ser em frente do Porto ou algo mais a montante do Douro, onde se sabe que existiam também fortificações, como é o caso de traços do “castro” ou

1987, (pp. 5-11), p. 6; idem, *A formação de Portugal*, Lisboa, ICALP, 1987, p. 116.

1970. bn ‘Idārī diz, sobre a cidade palatina mandada construir pelo próprio Almançor, que ele mandou dar uma “grande altura às [suas] muralhas” (bn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 295; trad. p. 458) e que foi congruente num prazo curto. Se se conjugar a grande altura com a rapidez de execução, junto ao Guadalquivir, é de crer que tenha sido **construída em taipa**, técnica já bem testada, então, no al-Andalus.

1971. Vejam-se as referências à ampliação da mesquita de Córdoba e à construção da ponte sobre o Guadalquivir - tantas vezes destruído por cheias -, mas também à construção de uma outra ponte, sobre o rio Genil, em Écija (não longe de Córdoba), em Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 307-309; trad. pp. 476-480.

1972. Os trabalhos arqueológicos levados a cabo em Coimbra nos últimos anos colocaram em evidência vestígios arqueológicos importantíssimos na área do edifício da velha Universidade e evidenciam traços de uma grande construção militar, de planta regular e com predominância de torres circulares, o que, não sendo muito comum na literatura arquitectónica sobre o al-Andalus, tem um claro exemplo - desde há muito conhecido - na Alhafería de Saragoça e em fortificações do *Mašriq*. Vejam-se os trabalhos de Helena Catarino, “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 203-206 e ainda a publicação resultante da tese de António Filipe Pimental, *A Casa da Sabedoria. I O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 157 (aspecto geral das escavações-levadas a cabo na área da universidade, e 158-199, onde não faltam os paralelos com fortificações da área da Grande Síria e um levantamento detalhado.

1973. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 317, p. 294-295; trad. p. 492.

castelo de Crestuma¹⁹⁷⁴, localidade em que havia um mosteiro em época de Ordonho II¹⁹⁷⁵ e que, curiosamente, fica em frente da foz do rio Sousa.

Curiosa é a forma como a marinha e a infantaria de Córdova (certamente com aliados cristãos e possivelmente com mercenários berberes¹⁹⁷⁶) - entretanto chegada - se coordenaram. Diz o *Bayān* que a frota subiu até junto do local onde estavam as tropas de Almançor, junto a um castelo (um castelo implantado na margem direita do Douro) e que a própria frota serviu de “ponte” para a passagem das tropas de uma margem à outra. Ou seja, algures no Douro, junto a um castelo localizado na margem direita, montou-se uma ponte de barcas para o atravessamento das tropas que estavam na margem sul¹⁹⁷⁷.

Não se sabe exactamente onde se montou esta “ponte das barcas”, nem por onde avançaram para norte as tropas que se reuniram em Viseu. Estas últimas poderiam dirigir-se para Norte, em direcção a Lamego ou, pelo contrário, dirigir-se para a zona de Mafamude e Gaia. Este último destino, em frente da cidade de Porto, poderia ser atingido a partir de Viseu por duas vias: ou atravessando junto à serra de Arouca, até junto de Fiães ou Monte de Santa Maria (Feira)¹⁹⁷⁸ ou através de Cabeço do Vouga e daí seguindo para Norte; mas o destino seria o mesmo - a zona de Gaia, onde haveria uma fortificação. Para além da possibilidade da reutilização de uma estrutura ainda existente e Mafamude, não seria igualmente impossível que se tivesse tirado partido das estruturas do castelo de Gaia, onde se detectaram construções tardo-romanas e posteriores¹⁹⁷⁹.

1974. Está referenciado um castelo em Crestuma. Segundo autores que têm acompanhado solidamente a actividade arqueológica de época medieval na região Porto, “há poucos meses, trabalhos de instalação de infra-estruturas realizados nas proximidades do Castelo de Crestuma, sem acompanhamento arqueológico, permitiram detectar níveis estratigráficos com olaria medieval, achado de grande importância...” - António Manuel Silva, Miguel Areosa Rodrigues, Paulo Dórdio Gomes e Ricardo J. Teixeira, “A Arqueologia Medieval e Moderna na Região do Porto”, *Al-Madan*, II série, n. 9, Almada, 2000, (pp. 104-110), p. 106.

Nesta fortificação de Crestuma, muitas vezes identificada localmente como “castro”, já há muito tempo que Carlos Alberto Ferreira de Alemida detectou, como em outros “castros”, ocupações posteriores aos séculos do período romano - Carlos Alberto Ferreira de Alemida, Carlos Alberto Ferreira de Alemida, “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, n. 3, Porto, 1972, (pp. 113-136), p. 119.

1975. Há documentação que refere uma doação do rei Ordonho II ao mosteiro localizado em Crestuma em tempos do bispo D. Gomado - cf. *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1867-1873 (PMH, DC.), n.º 25 (p. 16), datado de 992, documento que igualmente se encontra no Livro Preto da Sé de Coimbra, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999, (*Livro Preto*, n.º 81, pp. 129-131 - e onde, nas confrontações, se refere a *villa de Mahamudi* -); referêcia que se podem encontrar em Jorge de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - I”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7.número 1, Lisboa, IPA, 2004, (pp.317-342), p. 325. Será este castelo de Crestuma, vigilante sobre o Douro, uma das fortificações edificadas por Maḥmud, na centúria anterior?

1976. Sobre a migração de tropas berberes pra o al-Andalus “em grande número” veja-se Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 293, p. ٢٧٢-٢٧٤; trad. p. 455.

1977. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 317, p. 294-295; trad. p. 492. Detalhe técnico-militar referido também por Juan Castellanos, *op. cit.*, p. 128.

1978. Vejam-se vias antigas em Jorge de Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, 4ª ed., Lisboa, P.E.A., 2002, p. 92, fig. 20; veja-se igualmente Mário Saa, *As grandes vias da Lusitânia*, Tomo II, 1960, (mapa final do texto).

1979. De facto, nesta estrutura militar houve escavações arqueológicas recentes tendo-se detectado sobretudo unidades estratigráficas de época romana e romana-tardia; assinalou-se também, claramente, uma unidade

Depois de ter passado o rio Douro a coluna das tropas dirige-se para o Minho. Sem se saber o que aconteceu exactamente com a cidade do Porto¹⁹⁸⁰, se aí tivessem desembarcado poderiam seguir pela antiga via que se incia no sopé do morro da Sé, pelo chamado “rio da Vila, actual Rua do Almada”¹⁹⁸¹, seguindo para Norte; é possível que as tropas de Almançor tenham passado pela zona da Maia atingindo o castelo que aí existia¹⁹⁸², dirigindo-se em direcção ao rio Minho, que passou perto de Tui - Valença¹⁹⁸³, não sem antes alargar alguns caminhos por onde passaram com picaretas que traziam alguns dos seus sapadores, caminhos insuficientes para as suas tropas ou caminhos escolhidos pelos seus informadores¹⁹⁸⁴ para evitar problemas na passagem. Conhecidos são igualmente os detalhes do comportamento do próprio Almançor em Santiago de Compostela, as decisões que tomou em relação ao que deveria ser destruído, pilhado, mas também em relação ao que foi respeitado¹⁹⁸⁵ e trazido para Córdova¹⁹⁸⁶.

estratigráfica correspondente à Baixa Idade Média. Porém, os arqueólogos assinalam uma ocupação intermédia - que não foi possível datar; esse vestígio arqueológico, posterior aos séculos VI-VII, e designado (U.E. 1097) estava “aparentemente associado a buracos escavados em camadas posteriores, formando uma sequência que sugere uma construção contínua, tipo paliçada” - cf. CARVALHO, T. P.; FORTUNA, J. (2000), “Muralha romana descoberta no castelo de Gaia”, *Al-madan*. Almada. 2.ª Série. 9, (pp. 158-162), p. 160; os mesmos autores lembram trabalhos de Gonçalves Guimarães, durante os quais se detectaram cerâmicas da Alta Idade Média (J. A. Gonçalves Guimarães, *Gaia e Vila Nova na Idade Média, Arqueologia de uma área ribeirinha*, 1995, pp. 131 e segs; *ibidem*, p. 158).

1980. É possível que a campanha contra o vale do Sousa visasse assegurar o controle sobre esta cidade. A actividade arqueológica que se tem desenrolado nesta cidade tem posto em evidência a muralha aqui existente durante a Alta Idade Média; cf. António Manuel S. P. Silva, “Rua D. Hugo, 5 - um arqueossítio fundador”, *Al-Madan*, II série, n. 9, Almada, 2000, pp. 136-137, onde se encontrou, entre outros vestígios, “um troço de paramento que parece corresponder à face interna de um amuralhamento dos séculos III-IV, que terá por certo constituído a cerca defensiva da urbe durante a Alta Idade Média” (*ibidem*, p. 136, ou seja, a muralha que as tropas de Almançor encontraram pela sua frente ao chegarem ao Douro).
1981. Armando Coelho da Silva, “Proto-História e Romanização do Porto”, *Al-Madan*, II série, n. 9, Almada, 2000, (pp. 94-103), p. 102; trata-se de importante síntese sobre os trabalhos arqueológicos recentes que ultrapassa o seu título; informações sobre a Alta Idade Média veja-se sobretudo pp. 100-102.
1982. Rui Pinto de AZEVEDO, “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016 (Dois testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o Território Português entre Douro e Ave)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo 14, Coimbra, 1974, pp. 73-93. A contextualização desta campanha no conjunta de todas as outras pode encontrar-se em Soha Abboud-Haggar, “Las aceifas de Almanzor y la reforma del ejército” in J. L. Garrot Garrot (Ed.), *Almanzor un andalusí del año Mil*, pp. 81-93.
1983. Ou Salvatierra - Monção - cf. Juan Castellanos, *op. cit.*, p. 128.
1984. Sobre a importância da espionagem no período *amirī* veja-se cf. BALLESTÍN NAVARRO, Xavier, *Al-Mansur y la “dawla ‘amiriya”. Una dinámica de poder y legitimidad en el occidente musulmán medieval*, Barcelona, Edicions Universitat de Barcelona, 2004., p. 51.
1985. As fontes transmitem o facto de Almançor ter destruído a igreja de Santiago de Compostela mas de não ter profano o túmulo do santo - argumento que será usado mais tarde para tentar demonstrar a superioridade do santo em relação ao *hāğib* do al-Andalus. O *Bayān* transmite a informação acerca do monge que corajosamente permaneceu junto ao túmulo do santo, em relação ao qual Almançor teria ordenado que o deixassem tranquilo - Ibn ‘Idāri, *Bayān* II, fl. 319, Trad., p. 495.
1986. Veja-se uma síntese desses acontecimentos em Mahmoud Makki, “The Political History of al-Andalus (92/711-897/1492)” in Salma Khadra Jayyusi e Manuela Marín (eds), *The Legacy of Muslim Spain*, Brill,

O regresso das tropas triunfantes de Almançor, depois de ter destruído a “Meca dos cristãos”¹⁹⁸⁷, parece ter-se efectuado por outro itinerário. Sabe-se que no regresso para terras do Sul as tropas passaram por Lamego, cuja fortificação “ele [Almançor] tinha conquistado, e onde se despede de todos os condes¹⁹⁸⁸, fazendo-os desfilar - de acordo com a sua categoria - distribuindo-lhe, bem como aos seus soldados, vestes”, das quais 2285 eram sedas bordadas¹⁹⁸⁹.

Não se referem trabalhos de edificação ou de reforço no castelo / fortificação de **Lamego**¹⁹⁹⁰, mas é de crer que “conquistado” significa, nesta conjuntura, “ter controlado”, “ter do seu lado”. Dessa época podem ser alguns vestígios¹⁹⁹¹ que ainda hoje se podem encontrar no local. Lamego, por seu lado, uma cidade com existência em fases pré-islâmicas¹⁹⁹².

Para além da importância que tem a existência de uma **fortificação, então, em Lamego**¹⁹⁹³, alguns outros aspectos se devem ter em linha de conta. A descida das tropas a partir de Santiago foi feita por um caminho diferente. As tropas desceram apresentando-se em Lamego. Por onde vieram? As fontes não são claras, mas pode-se suspeitar que tenham descido por Chaves, pela referida de pressão de Verín que se dirige para as terras de Pena de Aguiar - actualmente concelho de Vila

2000, (pp. 3-87), p. 43; Laura Bariani, *Almanzor*, pp. 227-229.

Um descrição pormenorizada e de útil leitura, pode encontrar-se em E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 246-250 e fig. 10 (trad. esp.: *Hist. de España*, dir. Menéndez Pidal, IV, p. 424.

1987. Como diz Ibn ‘Idārī, “a igreja dessa cidade é para eles o que é a *Ka‘aba* [الكعبة] para nós” (*Bayān* II, fl. 316; trad. p. 491); o mesmo autor sabe da existência de peregrinos que vinham de Roma e de mais longe. Esta opinião sobre Santiago será depois partilhada por outros cronistas árabes; cf. Laura Bariani, *Almanzor*, pp. 228.

1988. القواميس - *Bayān*, II, fl. 319, p. ٢٩٦; tradução p. 495.

1989. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 319; trad. p. 495.

1990. Dados recentes sobre a ocupação de Lamego na Alta Idade Média e a topografia da sua ocupação em Ricardo Teixeira, “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (Séculos IX-XIV)” in I.C. Ferreira Fernandes (ed.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Pamela, 2002, pp. 463-476 - LAMEGO e Tarouca, fig. 5 e 6.

Sobre a relação de cristãos desta zona com Almançor veja-se também A. de Almeida Fernandes, *Portugal Primitivo Medieval*, Arouca, 2001, pp.405 e seguintes; Almeida Fernandes fala mesmo de “almançorianos”, para designar os cristãos estreitamente ligados a Almançor (*ibid.*, p. 407).

1991. Têm sido apontados vestígios no castelo de Lamego que podem corresponder a esta época - cf. Mário Jorge Barroca, “História das campanhas”, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 22-33

Cláudio Torres, Santiago Macias, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 39 e 60 (imagem).

1992. Sobre a História de Lamego encontra-se um síntese actualizada numa tese de mestrado que se debruça sobre aspectos de Lamego e do Douro durante séculos do domínio islâmico - cf. Manuel da Cerveira Pinto, *O Douro no Ġarb Al-Ġandalus - A região de Lamego durante a presença árabe*, Dissertação de mestrado em Património e Turismo sob a orientação de, Vasco Gil Mantas e António Jacinto Rodrigues, Universidade do Minho, 2004, pp. 41-47 - disponível em <http://hdl.handle.net/1822/3001>.

1993. O *Bayān* chama-lhe ḥiṣn laliku (حصن لالِكُه) clara deturpação de Lamiku - *Bayān*, II, fl. 319, p. 296; na tradução, anterior, está já feita a correcção (p. 495).

Pouca de Aguiar. A ter sido assim, o percurso deve ter sido por Ourense e por Chaves, nós viários que Almançor pretenderia conhecer e controlar.

Por outro lado, o facto de se ter despedido dos condes cristãos em Lamego e não mais a sul em Viseu pode querer dizer que alguns desses condes regressariam às terras localizadas a norte da linha do Douro - próxima de Lamego - e que alguns outros ficariam por essas peróximas da linha do Douro, linha cujo controle está claramente nas mãos de aliados do Almançor.

Faz todo o sentido que nesta conjuntura, esperando uma reacção da monarquia leonesa, que se tenha prestado uma especial atenção à linha do Douro. Pelo *modus operandi* do desembarque das tropas vinda de Alcácer no Douro, é de calcular que a margem sul estivesse relativamente bem controlada e com fortificações ou pontos de vigia.

É, pois, possível que se possam integrar neste contexto as estruturas defensivas medievais encontradas no concelho de Resende, perto de S. Martinho de Mouros. Inseridas sobre o local conhecido como *Castro da Mogueira*¹⁹⁹⁴, trata-se de uma estrutura defensiva com claros paralelos com construções *andalusīs*. Por outro lado, locais onde se conserva a tradição de ter havido castelos e que dispõem de uma vista panorâmica sobre o atravessamento do Douro e, ao mesmo tempo, com facilidade de comunicações com Lamego - como é o caso de Armamar - poderiam ter postos de vigia que dessem alertas à principal fortificação na região - Lamego, precisamente.

A expedição que tem por objectivo Santiago mas que atinge basicamente todos os territórios das antigas Lusitania e Gallæcia, - territórios do que depois se conhecerá por Galiza e reino de Portugal - são o corolário de uma fase de ascensão do *ḥāǧib* de Hišām II que precisamente no ano anterior, em 386 H / 996, decidiu que se deveriam dirigir a ele chamando-o sayyid - سيد - título honorífico que se pode traduzir por “senhor” - sabendo-se que a partir de então era habitual as pessoas dirigirem-se a Almançor chamando-lhe “rei generoso” - mālik Karīm¹⁹⁹⁵.

Embora pela negativa, deve-se manifestar uma estranheza nesta campanha - a total ausência de qualquer referência a Braga; as tropas de Almançor passam perto mas não se detêm aí, não a desejam tomar ou pilhar e mantêm claro o seu objectivo: Santiago de Compostela.

1994. O castelo do Castro da Mogueira, em S. Martinho de Mouros, merece tratamento em separado.

1995. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 316; trad. pp. 490-491.

(iv) Um balanço das campanhas

Depois da campanha contra Santiago de Compostela, em 997, Almançor e as tropas de Córdova parece terem voltado al *Ġarb al-Andalus* uma só vez; tratou-se de uma campanha contra Montemor (*Muntmūr*, no *Dikr*¹⁹⁹⁶), campanha que corresponde à 53ª referida pelo *Dikr* e que, tal como a seguinte, que se teria dirigido contra Pamplona (54ª), parece só surgirem no *Dikr* e sem data atribuída¹⁹⁹⁷. Depois desta o nome de Almançor está só ligado a duas mais campanhas, durante a última das quais socumbiu¹⁹⁹⁸.

A propósito da 19. campanha de Almanzor, contra Salamanca, Juan Catellanos faz uma apreciação que, se bem que fruto do procedimento do general em Salamanca, revela muito da sua estratégia geral. Diz Juan Catellanos Gómez que “en nuestra opinión, al-Mansur nunca intentó con sus victorias recuperar el mapa ibérico. Conquistados sus objetivos, se limitaba a destruirlos y desmantelarlos. En muy contadas ocasiones dejó guarnición musulmana para mantener sus conquistas. Muchas fortalezas desmanteladas pudieron ser repobladas por cristianos en función de su importancia estratégica y defensiva. Almanzor no apreciaba, aparentemente, la posesión. Sólo destruía”¹⁹⁹⁹.

Esta apreciação resulta de uma leitura muito linear e próxima das fontes. Porém, é possível tentar ir mais longe e propôr uma nova leitura destes acontecimentos e da estratégia delineada para controlar os territórios acabados de integrar no al-Andalus com as campanhas de Almançor.

Em termos demográficos não há movimentação substancial de populações do sul do *al-Andalus* (nem mesmo dos territórios meridionais do *Ġarb al-Andalus*) para estes territórios acabados de conquistar, ou melhor, acabados de conseguir controlar. Sabe-se que a vitória de Almançor em Santiago de Compostela se deve, em grande medida, à colaboração com condes cristãos que se separaram de Bermudo II.

1996. Trata-se da 53ª campanha, segunda o *Dikr*; ao contrário da referência anterior, aqui o topónimo surge escrito *Muntmūr* - منتمور - e não *Muntmayūr* - Luis Molina, “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”, *al-Qanṭara*, II, Madrid, 1981, pp. 299 e 263.; *Dikr bilād al-Andalus - Una descripción anónima de al-Andalus*, (editada e traduzida por Luis Molina,), Madrid, CSIC, vol. I, 1983, fl. 163, p. ١٩٤, n. 138.

1997. Luis Molina unicamente diz que “nada sabemos de estas dos campañas”, ou seja, as 53ª e 54ª contra, respectivamente, Montemor e Pamplona - cf. Luis Molina, “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”, *al-Qanṭara*, II, Madrid, 1981, p. 263.

Esclareça-se que na 49ª campanha Almançor se teria dirigido a Algeciras (Agosto de 998), a 50ª a Pallars (Abril de 999), a 51ª a Pamplona (da qual também nada mais se sabe) e a 52ª contra Cervera (campanha que teve lugar entre Junho e Outubro de 1000 e sobre a qual se encontram referências em autores como Ibn al-Faraḍī, Ibn al-Khaṭīb e al-Nubāhī - *apud* Luis Molina, “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”, *al-Qanṭara*, II, Madrid, 1981, pp. 262-263); Cervera integra-se actualmente na provincia de Lleida, na Catalunha.

1998. A 55ª campanha referida pela *Dikr* dirige-se a um local identificado como *Bāb.š* (a crónica de ‘Arīb refere um topónimo *Bāy.š*, em Álava), local identificado como Baños na zona da Rioja (cf. Ibn ‘Idāri, *Bayān* II, p. 141; Lévi-Provençal, *HEM*; I, 390); a 56ª campanha terá lugar contra *B.ṭ.ryūš*, identificado tradicionalmente com a região onde se encontra o mosteiro de San Millán de la Cogolla (rioja Alta), com a designação a derivar possivelmente do rio Pedroso (*B.ṭ.ryūš*), rio que passa igualmente pela região riojana (sobre esta localização veja-se também Luis Molina, “Las campañas de Almanzor, nuevos datos”, *Al-Qanṭara*, III, 1982, (pp. 467-472), p. 472).

1999. - Juan Castellanos, *op. cit.*, p. 86.

Algumas localidades parece terem desempenhado um importante papel no controle deste território. Podem-se destacar Coimbra, Lamego e Viseu. A estes pontos que parecem fulcrais deve-se acrescentar Montemor - consolidando pelo norte o controle sobre a bacia do Mondego - Trancoso e certamente que alguma importante fortificação a norte do Vouga para controlar os territórios mais ocidentais a sul da foz do Douro.

Se nada se sabe sobre a ocupação na zona de Gaia e Mafamude (que hoje se confundem como uma cidade) e sem pôr em questão a existência de postos de vigia sobre o Douro - como pode ter sido o caso do castelo de Crestuma - deve ter-se em linha de conta que o castelo de **Santa Maria da Feira** apresenta características que o aproxima de construções *andalusí*s. Pela porta, cuja proposta de reconstituição faz sentido que se possa ter inspirado em construções mais meridionais e não seria impossível que pela planta - regular - pudesse ter havido obras, eventualmente em finais do século X, aquando de uma possível tomada e reforço em tempos da passagem das tropas de Almançor.

Santa Maria de Feira, como se sabe, fora cabeça de uma *civitas* em tempo (ou pouco depois) do reinado de Afonso III das Astúrias e assim aparece em documento de 977, uma vintena de anos antes da campanha de Almançor contra Santiago. Deve ter feito frente às tropas de Córdoba depois da conquista de Coimbra e de Montemor pelas forças de Almançor. Mas, quando em 997 se dá o desembarque das tropas de Almançor no Douro é pouco provável que o castelo da *civitas* de Santa Maria estivesse em condições de lhe fazer frente.

É de crer Almançor tenha regressado para sul também com este castelo controlado. Quanto a obras aqui realizadas as fontes árabes nada dizem, mas não é impossível que alcaides afectos aos *sayyid* de Córdoba tenham modificado - de uma forma cujos contornos só parcialmente se consegue avaliar - a construção militar de origem asturiana²⁰⁰⁰.

Almançor sobrevirá 5 anos à campanha vitoriosa sobre Santiago de Compostela.

Em 392 H / 1002 o cargo de *ḥāḡib* será entregue a seu filho - 'Abd al-Malik- pelo mesmo califa jovem, e o filho preferido de al-Manṣūr receberá o título de al-Muzaffar. No entanto este '*amīrī* não ussumirá o controle do Estado mais que seis anos, acabando por morrer no decurso de uma campanha militar.

Para o período da administração do '*amīrī* 'Abd al-Malik al-Muzaffar conhece-se uma iniciativa que, a nível das fontes escritas, parece inédita. Não tem a ver com o Ġarb, mas não se pode ignorar. O *ḥāḡib* al-Muzaffar decide lançar incentivos para quem quisesse ir ocupar e povoar o castelo de Lleida. Os seus nomes seriam inscritos num *dīwān* e receberiam casa e terras para cultivar. A adesão não foi pequena e este tipo de solução para fortificações e cidades conquistadas parece ter-se ficado por Lleida.

Apesar de muitas vezes se considerar a governação do primeiro filho de Almançor como uma mera fase de continuidade em relação às bases governativas e militares de seu pai, de facto há alterações que irão reflectir-se no Ġarb, directa e indirectamente, podendo conjugar-se até fortificações aí existentes.

2000. O que de influência *andalusí* aí se conhece está sintetizado em Mário Jorge Barroca, "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)", *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), pp. 188-189.

Uma das alterações mais significativas é o facto de com ‘Abd al-Malik al-Muzaffar os *ṣaqāliba* terem passado a assumir um destaque que Almançor, antes, com o peso que tinha dado às tropas berberes, lhes retirara logo após a morte de al-Ḥakam II.

Com al-Muzaffar, Ṭarafa, Wāḍih e outros *ṣaqāliba* voltam a a ter peso militar; e essa alteração irá ter reflexos nas chefias militares que se irão encontrar dentro de pouco tempo no Ġarb²⁰⁰¹. E estes chefes berberes querem sacudir o peso que a tropas berberes haviam adquirido - essas rivalidades, para além de terem levado à morte prematura de alguns deles, ir-se-ão revelar no Ocidente do al-Andalus.

Além de ter gerir problemas de afirmação e de rivalidades e de ter tido alguma propensão para alguns prazeres pouco apreciados numa Córdoba islâmica seguidora da ortodoxia sunta malikita, o novo *ḥāḡib* de Hišām II encontrou em novas campanhas militares um escape para problemas e tensões existentes em Córdoba.

‘Abd al-Malik al-Muzaffar não terá a possibilidade de fazer tantas campanhas como seu pai. Teve o cuidado de usar da propaganda como o seu pai, mas mesmo assim, mesmo com a exaltação dos seus feitos e com as paradas militares que pretendiam impressionar as gentes de Córdoba, estas apercebiam-se de que chegavam a Córdoba menos bens, menos resultado de saque e menos escravos capturados. Ou seja, mesmo antes do início da fase dos reinos de Taifas, a reacção dos reinos cristãos do Norte davam crescentes sinais de mudança.

De entre as várias campanhas que realizou contra o Norte cristão, oito campanhas é o número normalmente apontado²⁰⁰², o *Ġarb* não foi nenhum dos seus objectivos directos. Porém, o território ocidental não ficou imune ao movimento de tropas efectuado nesses anos.

As campanhas de ‘Abd al-Malik al-Muzaffar - oito no total, que o *Dikr* refere simplesmente²⁰⁰³ - tiveram lugar em tempo do rei e menino Afonso V que sucede a Bermudo II aos cinco anos de idade (999-1028). A primeira campanha dirige-se contra Leão - no Inverno de 1002-1003 - e terminará com um acordo feito com enviados de Castela, Pamplona e Saldaña, mas também pelo regresso de uma infante leonesa; esta campanha envolve movimentos de tropas pelo Ġarb como se verá; a segunda, tem como objectivo a região catalã e o condado de Urgel²⁰⁰⁴, a terceira contra Castela no verão de 1004 e a quarta teve como destina a zona de Zomora (em 395 H / 1004-1005), em cujas ruínas havia cristãos estabelecidos e chegando ao castelo de Luna²⁰⁰⁵, a quinta contra Pamplona

2001. Sobre a subida de importância dos *saqāliba* no aparelho militar vejam-se E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 278-279; H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 145.

2002. Ibn ‘Idāri, *Bayān* III, refere a realização de 7 campanhas - cf. Ibn ‘Idāri al-Marrākuṣi, *La caída del Califato de Córdoba y los reyes de Taifas (al-Bayān al-Muḡrib)*, Estudo, trad. e notas por Felipe MAÍLLO SALGADO, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1993, p. 12.

2003. *Dikr*, fl. 164-165, Trad. II, p. 205.

2004. E que estaria na origem de uma batalha de Albesa: Dolors Bramón, “La batalla de Albesa...”, *Anaque...*, vol. VI, 1995, pp. 21-28.

Cf. ANTUÑA M. M., «El canciller de Córdoba Almodáfar y sus expediciones contra los cristianos», *Religión y Cultura*, Madrid, 1931, pp. 181-190; María Jesús VIGUERA, *Aragón musulmán*, 2 a ed., Zaragoza, 1988, 162-169, pp. 259 e 282.

2005. Juan Castellanos, op. cit., pp. 151-152.

(verão de 1005), a sexta contra Clunia no verão de 1007, a sétima contra a região em redor de Burgos (no Outono de 1007) e a última, contra o conde Sancho García, durante a qual ‘Abd al-Malik al-Muzaffar adoece e morre.

Apesar dos poucos dados disponíveis para o *Ġarb al-Andalus*, é possível traçar alguns elementos que ajudem a compreender a pressão militar e o papel de algumas fortificações nesta conjuntura.

De facto, sabe-se que há movimentações logo após a morte de Almançor. Alguns condes cristãos, consideravam que o acordo feito com Almançor tinha cessado automaticamente com a sua morte, como aconteceu com o conde franco de Barcelona; Se o conde Sancho García²⁰⁰⁶ negociou com o general Wāḍiḥ, já a atitude do conde Mendo Gonçalves (ou Menendo González), tutor do jovem Afonso V de Leão foi de tal foram menos clara que ‘Abd al-Malik al-Muzaffar envia para Coimbra tropas, com o fim de evitar um possível descida para sul do Douro de contingentes cristãos, prevenindo um eventual ataque leonês-portugalense sobre terras da Marca Inferior²⁰⁰⁷. As palavras de Lévi-Provençal são elucidatadas:

“La nouvelle de la mort d’al-Mansur n’eut pas moins de retentissement dans l’Espagne chrétienne que dans l’Espagne musulmane. (...) Quant à l’attitude de comte Menendo González, le tuteur du jeune roi de Léon Alphonse V, elle parut suffisamment douteuse à ‘Abd al-Malik pour que celui-ci envoyât, en direction de Coïmbre, une armée musulmane destinée à faire peser une menace sur les terres galiciennes et à prévenir par sa présence une attaque possible de la Marche inférieure d’al-Andalus”²⁰⁰⁸.

Esta movimentação de tropas no *Ġarb* toca Coimbra especialmente mas, sabendo que as notícias são parcas em relação a zonas periféricas do al-Andalus, é de crer que se tenha assistida à penetração de tropas no *Ġarb* - vindas de Córdova - mas possivelmente também à subida para Coimbra de tropas estacionadas mais a sul, eventualmente em Santarém - os peões e os cavalos avançam no tabuleiro, antecipando-se a um possível avanço dos peões, dos cavalos mas também ... dos bispos dos adversários do Norte.

Porém, não é de crer que as tropas tenham ficado unicamente por Coimbra. A capital do Mondego passou a ser, verdadeiramente, desde a sua conquista por Almançor a capital da Marca Inferior; e será reforçada logo após a morte de Almançor, quando alguns condes se vêm desobrigados de manter uma posição de “vassalagem” em relação a um tirano temido mas agora morto. As pressões na linha do Douro devem ter sido notadas e as tropas enviadas para Coimbra devem ter progredido para Norte e, eventualmente, poderão ter enquadrado esquadrões ou contingentes locais que foram destinados a várias zonas de fronteira a norte de Coimbra.

Em termos de fortificações, esta acção militar ordenada pelo ‘amīrī ‘Abd al-Malik al-Muzaffar pode ter tido várias consequências. Podem-se ter reforçado construções militares já existentes. mas não seria impossível que fosse alguma vez provado que locais como Santa Maria (da Feira), a zona

2006. Sobre este conde castelhano cf. Alberto CAÑADA JUSTE, “Nuevas propuestas para la identificación de topónimos e itinerarios en las campañas de Almanzor”, *Anaquel de Estudios Árabes*, IV, Madrid, 1993, (pp. 25-36), p. 35.

2007. E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, p. 284.

2008. E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 283-284.

de Gaia - Crestuma ou até o castelo de S. Martinho de Mouros (Mogueira) tivessem visto crescer estruturas defensivas²⁰⁰⁹.

Por outro lado, esta decisão militar de ‘Abd al-Malik al-Muzaffar teve certamente repercussões na própria cidade de Coimbra. A cidade que se torna a capital de Fronteira Inferior e mais ocidental do *Ġarb* teve certamente as suas estruturas adaptadas para o estabelecimento no seu interior de contingentes afectos a Córdoba, contingentes que em tempos de Almançor poderiam ser sobretudo berberes e que com o segundo ‘*amīrī*’ poderiam ser comandados por *ṣaqāliba*. Fossem quem fossem, algo parece claro, à luz do que se conhece do procedimentows habitual em momentos anteriores em que se verifica o estabelecimento de tropas externas em cidades acabadas de conquistar ou que se tornam bases estratégicas importantes; e o que acontece é, geralmente, a edificação de uma alcáçova, edificada numa zona tacticamente importante da cidade em questão.

Se em Mérida, onde se assitiu à sua primeira afirmação a nível do *Ġarb*, essa construção foi colocada junto à ponte e ao rio - à mesma cota, dado que se trata de uma cidade relativamente plana - no caso de Coimbra, e da da a sua posição sobre um morro, seria natural escolher o topo. E os vestígios encontrados, nos últimos anos em escavações realizadas no local da antiga Alcáçova vão de encontro à hipótese de uma ocupação militar forte - de acordo com programa construtivo coerente, no século X (possivelmente na viragem para o século XI)²⁰¹⁰.

Porém, não deve restar dúvidas de que a cidade de Coimbra viu as suas estruturas defensivas e a sua guarnição reforçada logo após a morte de Almançor, não se ficando pelas tropas aí colocadas na sequência da conquista. Por outro lado, o sector setentrional do *Ġarb al-Andalus* parece ter recebido na fase inicial do governo de ‘Abd al-Malik al-Muzaffar novas guarnições, com militares profissionais, que se estabeleceram na região. Não se sabe até quando permaneceram, mas não seria impossível que ainda aí estivessem tropas profissionais e Córdoba quando a califado de Córdoba entrar em colapso. E o ano de 399 H / 1008 será o momento da viragem.

(v) Fortificações no vale do Mondego

Helena Catarino e Sónia Filipe deram conta, recentemente, dos dados em número crescente que vão surgindo sobre a *madīna Qulumriyya (Qulumbriyya)*. A actividade arqueológica levada a cabo pela autrora e por outras equipas de arqueológicas - a cujos relatórios científicos a autora teve acesso, permite conhecer melhor os séculos de domínio *andalusī* na cidade. As autoras reconhecem a dificuldade em determinar, exactamente, os locais por onde passava muralha, mas não deixam de propor um instrumento fundamental - uma planta - que permite compreender aproximadamente o perímetro que a muralha teria e que envolve cerca de 9 a 10 hectares; muralha onde se conhecem a porta Nova (do séc. XII), mas também a Porta do Sol, a porta de Belcouce (virada para a rua da

2009. Para esta zona a sul do Douro devem ver-se, a nível do povoamento, os trabalhos de Marina Afonso Vieira: “Formas de povoamento rural na região do Alto Paiva (séculos v – x)” in *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología CuPAUAM*, 31-32, Madrid, UnivAutMadrid, 2005-2006, pp. 259-279; idem, *Alto Paiva. povoamento nas épocas romana e alto medieval*, Lisboa, IPA, p. 54, *passim*. Veja-se igualmente Mário Barroca, “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)”, *Portvgália*. Nova Série, 17-18, 1990-1991, pp. 89-136.

2010. cf. António Filipe Pimentel, *A Morada da Sabedoria - I. O Paço Real de Coimbra: Das Origens ao Estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Ed. Almedina, 2005, pp. 126-151.

couraça de Lisboa que desce em direcção ao Mondego²⁰¹¹) e, perto da alcáçova, a Porta da Genicoca que se conhece por um velho debuxo que mostra um arco ultrapassado; para além, bem entendido, da conhecida porta da Almedina, entrada inicialmente recta mas que evoluiu, em fase ainda não bem determinada, para uma entrada em cotovelo simples²⁰¹² (fig. 75 a 79).

Em relação à porta da Almedina, que inicialmente teria uma entrada recta mas de “doble mocheta”, com um compartimento definido por duas portas, deve referir-se que a proposta apresentada por J. Alarcão²⁰¹³ - com uma entrada desencontrada mas que não é um cotovelo com 90° - é muito semelhante, em termos de tipologia, ao chamado “Arco del Cristo”, normalmente considerada como a entrada mais antiga da cerca islâmica de Cáceres²⁰¹⁴, entrada trambém conhecida como “puerta del Río”; o mesmo tipo de entrada encontra-se em Cáceres e em Coimbra, ambas em portas viradas para uma linha de água. **A porta de Almedina** poderia ter tido também - segundo as investigações de Nogueira Gonçalves - um arco em ferradura²⁰¹⁵. A torre albarrã de grandes dimensões que surge num desenho de Baldi não se pode datar no estado actual dos conhecimentos; Alarcão aponta para uma data provável em redor dos séculos XI-XII mas não deixa de sugerir a hipótese de que a dita torre possa ter tido por base um outro edifício mais antigo, mas com existência durante o período islâmico²⁰¹⁶.

Os vestígios de cerâmicas de época islâmica são crescentes e têm-se registado moedas desde o período emiral até à fase almorávida (esta última, como se sabe, não corresponde a uma fase de domínio nesta cidade), mas o que é relevante é a existência de vestígios de uma ocupação continuada, desde o período romano, passando pela fase tardo-romana e por todas as fases do domínio islâmico.

Para além de se confirmar a existência uma *qaşaba / qaşr*, detecta-se a estrutura regular dessa estrutura, uma mais em que dominam as torres semi-circulares - já bem patentes na Grande Síria e na conhecida Aljafería de Saragoça - um tipo de torres que surgem igualmente em outros pontos do Ġarb al-Andalus e cujo estudo profundo está por fazer²⁰¹⁷. O aparelho dominante em Coimbra -

-
2011. Pelo que se conhece da existência de couraças / corachas de época islâmica inicial - como em Calatrava la Vieja - não seria de estranhar que esta rua da Couraça pudesse ter tido a ver com uma *couraça* de fase *andalusī* (a investigar).
 2012. Estes aspectos foram recentemente sistematizados, de forma clara, por Helena Catarino e Sónia Filipe, “Madinat Qulumbriyya: arqueologia numa cidade de fronteira”, *Al-Andalus espaço de mudança - Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp. 73-74.
 2013. ALARCÃO, Jorge de, *A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Univ. Coimbra, 2008, pp. 227-229, figs. 80-84.
 2014. TORRES BALBÁS, Leopoldo, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp. 446-472 (Obra Dispersa I, vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155), pp. 140-141.
 2015. ALARCÃO, Jorge de, *A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Univ. Coimbra, 2008, p. 233, fig. 88.
 2016. ALARCÃO, Jorge de, *A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Univ. Coimbra, 2008, pp. 262-267.
 2017. Este tipo de torres (**semi-circular**) está patente em Alfeizerão (planta da DGEMN), mas também no castelo de Óbidos - reduto de planta regular, que controla uma área antes inundável; o castelo de Palmela (na zona onde se implanta a actual pousada, zona não intervencionada pelos trabalhos exemplares de Isabel Cristina Fernandes) e a face virada a sul da zona da alcáçova de Lisboa (hoje conhecida como castelo de S. Jorge)

“duplo paramento com enchimento central heterogéneo” parece configurar o que F. Valdés chama, por analogia, de *emplecton*²⁰¹⁸ e que parece traduzir-se pela continuação de uma técnica comum em época romana, embora com outra forma de fazer, mais irregular e sem as argamassas mais conhecidas romanas.

O típico aparelho califal, de “soga y tizón” para utilizar a denominação internacionalmente mais conhecida não surge de forma regular, mas há zonas onde ele se adivinha, mas de forma mais irregular, ou, como acontece em Palmela, onde esse aparelho aparece de forma dispersa²⁰¹⁹.

O alcácer da *madīna Qulumriyya*, cujos muros têm uma espessura de cerca de 2,4m, teria sido edificado em época ainda hoje não clara, certamente pelos dados arqueológicos, dentro do período islâmico, mas com as hipóteses oscilando entre o período emiral e o período de domínio de Almançor²⁰²⁰. Para além da semelhança tipológica entre a planta detectada na alcáçoca de Coimbra e a da Aljafería de Saragoça há semelhanças, já apontadas, com outras fortificações do Oriente. Em termos tipológicos não são poucas as semelhanças com a fortificação islâmica, de fase inicial, de ‘Ayla ou Aqaba estudada recentemente por Donald Whitcomb²⁰²¹.

possuem igualmente torres semi-circulares (vulgarmente conhecidas como cubelos) e que colocam alguns problemas. Em Palmela, Isabel Cristina Fernandes, embora aponte para uma maior probabilidade de edificação destas torres já sob domínio da Ordem de Santiago, não exclui a possibilidade de que possam datar de época islâmica, dados os paralelos existentes e cada vez mais aceites - Isabel Cristina Fernandes, *O castelo de Palmela - do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, Colibri, 2004, pp. 247-249; porém, a autora mostra, para além de um conjunto de torres ultra-semicirculares que indicia um projecto específico (as 4 torres não numeradas localizadas na zona Oeste e viradas a nor-noroeste (fig. 292, p. 240) - um *qaṣr*, uma estrutura palatina?) uma outra torre semicircular associada à torre 12, torre essa que muito provavelmente será anterior (ibidem, fig. 304-306 - o aparelho desta torre lembra as torres semicirculares de Archidona -- mas mais projectas para o exterior - que Manuel Acien classifica como de época islâmica - cf. “La fortificación en al-Andalus” en LÓPEZ GUZMÁN, Rafael (coord.): *La arquitectura del Islam occidental*, Barcelona, Lunwerg, 1995, p. 38, fig. 18).

Sintra, com uma ocupação ligada eventualmente ao aparecimento dos *mağus* no século IX também apresenta torres semi-circulares; para além de algumas conhecidas fortificações almorávidas do Norte de África.

2018. Cf. ADAM, Jean-Pierre, *La construcción romana, materiales y técnicas*, León, Ed. de los Oficios, 1996 (orig. franc. ed. A. et J. Picard, 1989), p. 80 e segs.

2019. Isabel Cristina Fernandes, *O castelo de Palmela - do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, Colibri, 2004, pp. 239-241.

2020. Helena Catarino e Sónia Filipe, “Madinat Qulumriyya: arqueologia numa cidade de fronteira”, *Al-Andalus espaço de mudança - Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p.84.

2021. - cf. Donald Whitcomb - The misr of Ayla: Settlement at al-'Aqaba in the early Islamic period, *The Byzantine and early Islamic Near East, II: Land use and settlement patterns*. G. King & A. Cameron, eds. Princeton, Darwin Press, 1994. pp. 155-170 (-> faz lembrar a **qaṣaba de Qulumriyya** - pela forma assumida algumas qaṣaba/s parecem um Mini-Miṣr, como este de Ayla (Aqaba) na Jordânia, com ocupação islâmica datada do séc. VII.). e, do mesmo autor “The walls of Early Islamic Ayla” in H. Kennedy (Ed.), *Muslim Military Architecture*, E. J. Brill, 2006, p.. 72, fig. 5.

Conhecem-se trabalhos vários sobre a ocupação islâmica em **Montemor (o-Velho)** e sobre os achados arqueológicos encontrados nesta localidade situada na margem norte do Mondego. Pertence, porém, a Mário Barroca a melhor sistematização e interpretação sobre a questão e sobre as várias fases de ocupação desta fortificação que se deve ter iniciado em época islâmica, eventualmente como resposta aos primeiros ataques de normandos²⁰²². Sabe-se que haveria uma estrutura militar - eventualmente uma simples torre de sinais, uma atalaia ou *burġ*²⁰²³ - antes de 987, quando Almançor toma Montemor por, certamente, ser um ponto importante: Quem for ao local e perceber a importância estratégica para controlar o acesso ao mar e a capacidade que tem Montemor para “estrangular” Coimbra, a partir do ocidente, percebe que o *hāġib* do terceiro califa omíada sabia o que fazia. E em 1017, quando em Coimbra está um Froila Gonçalves que fora próximo de Almançor, Montemor é tomado por Mendo Luz²⁰²⁴, certamente conhecedor da importância vital desta posição militar sobre a cidade de Coimbra e sabedor da *fitna* em que o califado agonizante de Córdoba se envolvia. Tomado pelo *infanção* Gonçalo Trastemires (filho de Trastemiro *Aboazar*, e neto do *Aboazar* fundador do mosteiro de Santo Tirso) o castelo parece manter-se na posse de cristãos ligados ao norte português ainda antes da queda de Coimbra nas mãos de Fernando Magno. O *Livro Preto* dá conta da importância reconhecida a Montemor e à vizinha zona de Soure - já a sul - e, como se sabe, a zona não será esquecida durante as campanhas levadas a cabo pelo almorávidas.

Mário Barroca que estudou profundamente o castelo detectou seis fases de construção e, pela análise dos paramentos identifica a zona que deve corresponder à “1ª fase”, onde detectou um aparelho, com irregularidades, mas que se insere dentro que Pavón Maldonado chama de “mamposteria de hiladas regularizadas”²⁰²⁵; além disso, ao tentar perceber como seria a entrada para o primeiro recinto murado crê, pelos vestígios existentes e pelo terreno, que haveria uma entrada definida por um cotovelo não canónico - chama-lhe, aliás, “porta em gaveto, com troços de muralha articulados em <” sistema que, facto, lembra o que Rafael Azuar publica sobre o Castillo del Río, em Aspe (Alicante)²⁰²⁶. O que é interessante, igualmente, é que este muro identificado como o mais antigo e datado, por Mário Barroca, de finais do século X ou inícios do XI, comporta três torres regularmente espaçadas, mas nas quais se implantam torres semi-circulares. Ora, esta solução de

2022. Mário Barroca acredita que a *Qal'at Ward* que é citada no texto do *Muqtabis II-1* (fl. 187r; trad. pp. 317-318) possa ser Montemor-o-Velho, na média em que o editor escalreça que *Qal'at Ward* surge em vários documentos e, num deles, corresponde a um Muntmayor de Niebla que L. Molina diz corresponder a Montemor-o-Velho (*Muqtabis II-1*, nota 674); apesar da dificuldade de certeza neste aspecto, não deixa de ser aliciante esta possibilidade e coincide com o que se conhece acerca do empenho em controlar o litoral do *Ġarb* a partir de meados do século IX - cf. Mário Jorge Barroca, “O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 111-126.

2023. Mário Barroca, *op. cit.*, pp. 112-113.

2024. Mário Barroca esclarece a ligação deste Mendo Luz com a nobreza condal portuguesa, dizendo ainda que à frente de Montemor ficará Gonçalo Viegas, ligado aos senhores de Marnel, das *terras de Santa Maria*, controle que se mantém até cerca de 1026.

2025. Mário Barroca, *op. cit.*, p. 116.

2026. Mário Barroca, *op. cit.*, p. 116 e fig. 13.

arquitectura militar com torres semi-circulares, coincide com o que se conhece acerca do tipo de torres detectadas em Coimbra, e do que se conhece em Alfeizerão, em Óbidos, ...ou seja, na zona do extremo ocidental do Ġarb e pode não só ter a ver com a iniciativa de Almançor mas igualmente com o programa, levada a cabo pouco tempo antes, na fase em que os normandos, durante o governo do califa al-Ĥakam II, voltassem a assolar o litoral do Ġarb; se as fortificações do período emiral, do primeiro embate dos *maġūs* ou normandos pode ter passado pela construção de edificações mais simples, fipo Burġ, em época de al-Ĥakam II o programa protecção e controle do litoral pode ter sido melhorado com edificações mais complexas, usando um tipo de torre se ornará conhecida através da Aljafería de Saragoça. O programa construtivo de Montemor deveria comportar estruturas de armazenamento²⁰²⁷ e uma mesquita, a que pertenceriam os vestígios encontrados - e vale a pena estudar a planta da igreja de Santa María do castelo à luz do que se conhece sobre a orientação da *al-qibla*, pelos trabalhos recentes de Monica Rius.

(vi) Cava de Viriato - uma construção de época islâmica?

Cava de Viriato - uma construção de época islâmica?

Para além das referências a localidades que se encontrariam fortificadas nessa fase de finais do século X, como Coimbra, há referências à passagem das topas de Al-Manşūr por Viseu. E, como já se referiu, nos últimos anos foi-se afirmando a hipótese de que a construção octogonal conhecida localmente como Cava de Viriato, possa ter tido ocupação militar também nesta fase, servindo para aquartelar tropas de Almançor durante dessa campanha estival. Porém, ainda dentro da possibilidade de se tratar de uma edificação de época islâmica, subsistem dúvidas de carácter cronológico; Vasco Mantas aponta para uma cronologia da época de Almançor²⁰²⁸ e, posteriormente, H. Catarino coloca, concretamente, duas hipóteses cronológicas: a fase de entrada de tropas de Tāriq e de Mūsā e a fase de Almançor²⁰²⁹. Mais recente, saíu a público uma publicação fundamental para se fazer o ponto da situação no que respeita a conhecimentos e hipóteses possíveis, tendo em conta os dados disponíveis²⁰³⁰ (fig. 80-83).

O facto de o plano da Cava poder ser, eventualmente, uma "importação" oriental sem um percurso claro ao longo da Bacia do Mediterrâneo não nos deve estranhar. Há ao longo da história do Mundo Islâmico uma série de protótipos que nem sempre têm sucesso noutras áreas geográficas - é o caso da Cúpula do Rochedo, em Jerusalém. Havia, certamente, arquitectos com prática no

2027. Sabe-se da existência de silos subterrâneos, em Montemor.

2028. Vasco Gil Mantas, "Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?", *Al-Madan*, 21sér., n12, Almada, 2003, pp.40-42.

2029. Helena CATARINO, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra", in BARROCA, M. J. e FERNANDES, I. C. , *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela – Porto, 2005, (pp. 211-212), p. 202. Porém, a tese de a Cava é uma construção de época romana não morreu: veja-se VAZ, João Inês, "Historiografia das muralhas romanas de Viseu", *Murallas de Cidades Romanas no Occidente do Imperio - Lucus Augusti como Paradigma - Actas*, Lugo, 2007, pp. 715-725.

2030. Filipe Themudo BARATA e José Manuel MASCARENHAS, *Cava de Viriato, História, Paisagem e Património*, Viseu, ViseuPolis, 2008.

Oriente e com "cadernos" de trabalhos nos quais constavam soluções abássidas, as mais prestigiantes então. Por outro lado, é de lembrar que a solução octogonal não foi usada só em Jerusalém e na zona do actual Iraque - ela encontra-se igualmente em fortificações da Arábia e do Irão. No ocidente dos territórios islamizados, sim, só se conhece por ora o caso da impropriamente chamada "Cava de Viriato", mas não é de excluir que, a partir destas trabalhos em solo português se venham a aclarar algumas outras construções do ocidente da bacia do Mediterrâneo.

Não deve causar estranheza o facto os conhecimentos viajarem para tão longe. O Mundo Islâmico foi sempre um mundo que privilegiou a viagem, e a "Peregrinação" a Meca, o "Hağğ", é o expoente máximo dessa viagem. Ibn Battuta é o mais celebrado dos viajantes do Mundo islâmico e não faltam dicionários geográficos e outras descrições que o comprovem.

Será de referir também, em apoio desta teoria que outros arquétipos entraram no *al-Andalus* para além dos que têm a ver com a Arquitectura militar. É o que se passa com as *Qubbas*, monumentos em relação às quais, embora o assunto ainda esteja por estudar aprofundadamente, pode haver fios condutores que cheguem a ligar Bukhara (no actual Uzbequistão) com Ferreira do Alentejo e Beja.

Embora se esperem resultados arqueológicos, é de supor que a tese que advoga uma edificação em época de Almançor tenha mais solidez - até por que havendo - eventualmente - uma ligação a modelos abássidas, o período de Ibn Abī 'Amīr faria muito mais sentido.

Mas quem seriam os arquitectos e os técnicos de obra ligados a este projecto de finais do califado? Viriam de Córdoba ou de fora do *al-Andalus*, acabados de chegar do Oriente com ideias novas?

Octógonos

A construção conhecida como "Cava de Viriato", localizada em Viseu tem suscitado nos últimos anos algumas novas interpretações que colocam a possibilidade de ser poder tratar de uma construção militar de época islâmica.

O momento da sua construção coloca também algumas interrogantes; período emiral ou época de Almançor. A forma octogonal, que pode surgir em várias latitudes, surge igualmente, em territórios do Mundo Islâmico. Não é, pois descabida a possibilidade de que se trate de uma construção balizada entre os séculos VIII e XI.

Falta de trabalhos de carácter arqueológico que possam dar resposta a estas perguntas. Isso não impede que se apontem possíveis paralelos dentro do Mundo Islâmico, paralelos que se possam enquadrar dentro da cronologia disponível. Podem explorar-se duas vertentes da questão: a forma octogonal em si mesma, na arquitectura em geral e a existência da forma octogonal em edificações com carácter militar.

Um das primeiras grandes construções de época islâmica é um octógono. Trata-se o edifício conhecido como a Cúpula do Rochedo - ou *Qubbat al-Şakhra* - e terá sido edificado em tempos do califa omíada 'Abd al-Malik²⁰³¹. No entanto, convém estar precavido para o facto de que, como se

2031. Uma das melhores publicações sobre este e outros edificios de época islâmica inicial continua a ser Creswell - cf. K. A. C. Creswell, *Early Muslim Architecture*, Volume I - *Umayyads*, second edition (2 partes), Oxford 1969, pp. 65-100. Veja-se, do mesmo autor, uma versão abreviada, mas não desprovida de interesse e informação segura: idem, *Compendio de Arquitectura Peleoandalusí* (com apêndice de A. Jiménez), Sevilla, Universidad de Sevilla, 1979, pp. 33-53 e foto 1.

sabe, existirem contruções octogonais, muitas delas de feição religiosa, em fase pré-islâmica, sobretudo edificações para o culto cristão, mas com uma escala e dimensões muito menores²⁰³².

A forma octogonal em si mesma, na arquitectura em geral de época islâmica é o edifício conhecido como a “Cúpula do Rochedo”, em Jerusalém, também ele um edifício com uma enorme carga sagrada. Trata-se de um edifício terminado em 691 estudado detalhadamente por Creswell e que mais recentemente tem sido alvo de estudos por parte de Oleg Grabar²⁰³³.

A forma octogonal é estrutural e está associada a um dos primeiros edifícios verdadeiramente islâmicos, numa fase em que a dinastia dominante - neste caso a Omíada – ainda procurava forma e expressões artísticas que a diferenciasses das demais propostas religiosas.

Na verdade, a forma octogonal, em termos religiosos não foi aquela que vingou, na medida em que mais tarde se vai afirmar e vencer, com a grande mesquita de Damasco, a forma rectangular²⁰³⁴, foram rectangular essa que, na sequência da planta de tipo basilical, que tem a vantagem de poder albergar um grande número de seguidores, de fiéis, que podem assim dar pública mostra não só da sua fé mas, sobretudo, da sua submissão.

Mas, a forma octogonal passou dos edifícios religiosos para construções com outro cariz. Sem entrar em considerações de carácter simbólico ou exotérico, pode lembrar-se que na arquitectura militar, e na decoração de época islâmica executada sobre vários suportes – madeira, estuque, tecidos – o octógono está constatemente presente²⁰³⁵, sem deixar de estar ausente de construções religiosas cristãs nas quais as influências orientais são evidentes²⁰³⁶.

2032. O próprio Creswell deu a conhecer algumas dessas construções pré-islâmicas quando estou as “architectural origins” do edifício de Jerusalém: cf. *Early Muslim Architecture*, Volume I - *Umayyads*, second edition (2 partes), Oxford 1969, pp. 101 e seguintes (vejam-se as plantas da catedral de Boşra (figs 36-38), a igreja da Ascensão em Jerusalém (fig. 41); idem, *Compendio de Arquitectura Peleoandalusí* (com apêndice de A. Jiménez), Sevilha, Universidad de Sevilla, 1979, pp. 53-55. Veja-se igualmente GRABAR, Oleg, *The Dome of the Rock*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts) / Londres, 2006, p. 9 (planta do Haram al-Sharif), p. 65 e 76 Dome, p. 101 (igreja da Ascensão, cerca do Monte das Oliveiras; e Capernaum) p. 103 (edifícios octogonais de Cesereia - segundo K. G. Holum) e 105 (igreja de Kathisma ou *assento* da Virgem, perto de Jerusalém); sobre edifícios de fase pré-islâmica e com planta octagonal em território peninsular veja-se Artemio M. Martínez Tejera, “Arquitectura Cristiana En Hispania Durante La Antigüedad Tardía (Siglos Iv-Viii) (I)”, (pp. 109-187) fig. 14a, p. 158 - disponível em www.pem.ifcs.ufrj.br/Artemio1.pdf e, do mesmo autor, “Reflexiones en torno a la edificación cristiana en la tardo-antigüedad hispana (ss. IV-VII)”, in Jorge López Quiroga (coord.), Artemio Manuel Martínez Tejera (coord.), Jorge Morín de Pablos (coord.), *Gallia e Hispania en el contexto de la presencia 'germánica' (ss. V-VII) : balances y perspectivas*, Editores: John and Erica Hedges, 2006, pp. 109-190.

2033. cf. ETTINGHAUSEN, R., GRABAR, O., *Arte y Arquitectura del Islam 650-1250*, Madrid, Ed. Cátedra, 2ª ed., 1997, pp. 33-41. Veja-se também a obra clássica de Ugo Monneret de Villard, *Introduzione allo studio dell'Archeologia Islamica - Le origini e il periodo omayyade*, Veneza - Roma, ICC, 1968, fig. 11 (planta) e 12 (alçado).

2034. cf. ETTINGHAUSEN, R., GRABAR, O., *Arte y Arquitectura del Islam 650-1250*, Madrid, Ed. Cátedra, 2ª ed., 1997, pp. 44, fig. 11. O mausoléu de Qarraqaan (1093), no Norte do Irão – *ibidem*, pp. 297-299, fig. 283, possui também forma octogonal.

2035. Perdoe-se-me o aparte, mas pode-se recordar que acaba de ser terminado o novo Museum of Islamic Art, em Doha, no Qatar, museu da autoria do conhecido arquitecto I. M. Pei, e no qual o seu *fifth floor* tem, precisamente, uma forma baseada num actógono perfeito.

2036. Como e o caso da Charola do Convento de Cristo, em Tomar, construção posterior (finais do s. XII e s. XIII) e

Um outro aspecto a ter em linha de consideração é a o material de construção – a terra. Embora não seja comum no ocidente no Mundo islâmica haver construções de redutos militares com este formato, em terra, a taipa terrosa era também utilizada. No Oriente, por exemplo, conhecem-se grandes recintos militares feitos em terra – muitas vezes em adobes – como o que se pode encontrar no Turquemenistão, mais concretamente em Merv, classificado como património da Humanidade, pela Unesco²⁰³⁷.

Deve deixar-se claro que a “cava” nunca foi a muralha urbana de Viseu; novos traços desta foram recentemente postos a descoberto, com torres semi-circulares e aparelho “engatilhado” (semelhante ao que existe em alguns pontos da muralha de Évora, sobre os muros dos Lóios e em frente do actual Seminário diocesano) e datados do século III²⁰³⁸.

Uma construção da época de Almançor?

O período de Almançor é caracterizado por uma grande atenção ao que vem do Oriente, às prestígiantes influências e titulaturas com ressonâncias orientais; o seu próprio *laqab* - al-Manşūr - antes usado por um califa de Bagdade; vários pequenos detalhes mostram que o vinha de Oriente despertava-lhe a atenção, como a historieta contada por Ibn ‘Idārī, no *Bayān* II, quando refere a chegada al-Andalus de um joalheiro chegado ao al-Andalus de Adem²⁰³⁹.

A utilização da tática da barcas para atravessar o rio Douro parece ser inovadora em relação a momentos anteriores. Embora se conheçam várias situações de pontes sobre barcas no al-Andalus (embora a mais conhecida seja a ponte que ligava o bairro de Triana com Sevilha, mais tarde, em época almóada)²⁰⁴⁰. Porém parece que em Bagdade havia pontes sobre barcas já em tempos de al-Manşūr, mas o al-Manşūr califa abbássida.

sobre a qual a bibliografia é extensa mas não dispensa estudos futuros. Veja-se uma perspectiva recente em Carlos Emanuel Santos, “A Charola Templária de Tomar – Uma Construção Românica entre o Oriente e o Ocidente”, *Medievalista online*, ano 4, número 4, 2008, onde não faltaam paralelos com outras contruções religiosas dos séculos XI e XII.

2037. cf. Hugh Kennedy, *Mongols, Huns and Vikings*, Londres, Cassel Ed, 2002, pp. 82-83.

2038. - cf. Pedro Sobral de Caervalho e António Cheney, “Muralha romana de Viseu - a descoberta arqueológica”, *Murallas de Cidades Romanas no Occidente do Imperio – Lucus Augusti como Paradigma, Congreso Internacional Conmemorativo do V Aniversario da Declaración da Muralla de Lugo como Patrimonio da Humanidade*, Museo Provincial de Lugo / Deputación Provincial de Lugo, 2005, pp. 729-745.

2039. Ibn ‘Idārī, *Bayān* II, fl. 313, trad. p. 485.

2040. cf. http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/04700624244616662232268/023_653_0004.pdf e http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/047006242446166622322_68_/023653_0005.pdf

Idrisi ao descrever Murcia diz que o acesso à cidade se faz por uma ponte de barcas - cf. *Description...*(ed. de Dozy), p. 236; escavações recentes em Murcia mostram zonas da muralha junto Ao local da implantação deste sistema de ponte que durou até à época de Afonso X (cf. Navarro Palazón, Julio e Ramírez Águila, Juan Antonio, “Sondeos arqueológicos en la glorieta de Murcia”, *Memorias de Arqueologia* 5, Murcia, pp.479-493, 1996, p. 484). A cidade de Orihuela tinha, segundo o mesmo Idrīsī, “un pont de bateaux” (*ibidem*, p. 234).

Esta inovação militar parece fazer-se aqui, nas margens do Douro e, mais tarde, será aplicada a recintos urbanos. Tal como acontece muitas outras vezes e mais tarde, a **engenharia militar** fará obras que depois serão aproveitadas pela engenharia civil²⁰⁴¹.

Ora, parece haver em tempos de Almançor uma utilização frequente de ideias e de técnicas provenientes do Oriente. A solução da ponte de barcas, o *laqab* de *al-manşūr* podem ter sido só alguns dos elementos de inovação por que passou o período de Almançor. Não seria de estranhar que essa ânsia por inovar pudesse ter passado também pela edificação experimental em Viseu de um acampamento octogonal, diferente dos demais.

Sabemos, porém, que os cronistas de então não parece terem recebido muita informação acerca das construções feitas em tempos de Almançor fora de Córdoba. As campanhas militares contaram sobretudo como número, em termos de quantidade e de alvos. Pouco se diz no que respeita a construção, sendo sobretudo salientado o que diz respeito a destruição, controle e afirmação de poder sobre terras e gentes. As edificações valorizadas concentram-se em Córdoba e, em alguns casos no Norte de África. Os cronistas falam do número de campanhas mas negligenciam as táticas e as inovações militares, ofuscados possivelmente por aquilo que de militar se revelou a maior aposta de Almançor com consequências a longo prazo: mais que pontes de barcas, a entrada massiva de tropas berberes!!

Em relação à Cava de Viriato, a ocupação de época islâmica nunca pode deixar de se colocar, a não ser que se possa provar que ela foi edificada já sob domínio leonês ou português, o que é altamente improvável. Mesmo que as desejáveis intervenções arqueológicas venham a provar que se trata de uma construção de época romana, esta construção não pode deixar de se ter tida em linha de conta para o período islâmico.

Porquê? Porque, se já existia em época romana e ainda hoje tem a monumentalidade que se pode observar, então não se pode deixar de colocar a questão de saber que tipo de utilização teve em época islâmica, que tipo de papel militar desempenhou (e em que época dos vários séculos de existência do al-Andalus), de que forma foi eventualmente reutilizado²⁰⁴² - não só pelas tropas de Almançor como, igualmente, durante o período das taifas.²⁰⁴³

2041. Sem ser este o caso, pode lembrar que no Portugal do século XIV esta técnica de ponte sobre barcas será igualmente utilizada; quando D. Fernando parte para o Alentejo acompanhado de ingleses, manda formar uma ponte de barcas para atravessar o Tejo - Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CXXXIV - cf. Maria Ângela Beirante, "Santarém nas crónicas de Fernão Lopes", *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, (pp. 297-310), p. 301.

2042. Reutilizado pelos ocupantes da cidade de Viseu e pelos atacantes da mesma cidade em determinados momentos como, por exemplo, aquando do ataque a Viseu que vitimou, entre outros o rei leonês Afonso V, em 1028, que aí morreu de um tiro de flecha.

2043. Afonso V de Leão e Castela (994-1028), o Nobre, filho de Bermudo II de Leão e Elvira (de Castela, filha de Garcia Sanchez), reinou entre 999 e 1027, sendo o primeiro monarca leonês a usar o título de "rei de Castela". Foi este rei que morreu durante um cerco que colocou em redor de Viseu, devido a um tiro de flecha.

(e) conclusão - Califado

O período califal é uma fase complexa e que no que toca ao *Ġarb al-Andalus* se reveste de matizes variados. Nesta zona tinham-se estabelecido e mantido movimentos de carácter autonomista que tinham conseguido estabelecer dinastias em alguns casos resultantes de uma contestação dura e continuada em relação ao poder central. O expoente máximo dessa contestação teve como centro a cidade de Mérida mas, como se viu, fundar-se-á uma nova capital regional em Badajoz. O primeiro califa omíada do al-Andalus irá, de forma sistemática, conquistar e controlar as cidades e capitais regionais rebeldes, irá depôr algumas delas e reconduzir - sob forte controle - outras. Mas, o poder central irá dispor de um espaço privilegiado nessas cidades - a alcáçova - espaço de afirmação do poder mas também de localização de contingentes militares que controlam a cidade e, daí, a região envolvente.

A distinção habitual entre *qaṣaba* e *madīna* não passa unicamente por ser um modelo da cidade islâmica, como algo que é natural haver em todos os centros urbanos das cidades do al-Andalus e de outras geografias do *Dār al-Islam*; é um modelo que resulta também da afirmação do poder central ou de um poder central aí estabelecido e que se plasma fisicamente na criação de uma zona geralmente topograficamente mais elevada, que não deixa de controlar os pontos vitais da cidade e que é o coração político e militar dela.

Por outro lado, ao ter assumido o controle sobre as zonas antes focos de rebeldia e semi-independência, o poder califal passa a controlar vias de comunicação que favorecem um melhor controle do sãhil desse mesmo *Ġarb*. Parece claro que, com o controle sobre o território antes dirigido pelos Banū l-Ġilliqī o acesso ao vale do Tejo passa a contemplar as vias para Santarém. Assim, quando os *maġūs* surgem de novo na segunda metade do século X, esta cidade ganha importância estratégica acrescida, na medida em que já a tinha, por se encontrar colocada frente a uma Coimbra tomada por forças asturianas na segunda metade da centúria anterior.

Se não há dúvida que se tomaram medidas de protecção do litoral no século IX, depois da primeira chegada dos *maġūs* em 844, é de crer que no século X o investimento na defesa e controle do litoral tenha suprido deficiências iniciais. Assim, é de crer que, com um califado mais interveniente e com os cofres do Estado mais abonados - que deu também para adquirir cavalos numa zona de que antes não se tinha falado a nível da sua riqueza equina -, se tenham melhorado as defesas da costa. O que a arqueologia vem revelando ultimamente e os vestígios existentes que ainda esperam estudos de carácter monográfico incidiam a existência de uma rede de pequenas e medias fortificações - algumas delas onde se optou pela edificação de torres semi-circulares, tipologia de torres muitas vezes ignorada e automaticamente rejeitada por alguns estudiosos - que protegem os estuários ou bocas de rios. Estas fortificações devem ter sido estrategicamente colocados de forma a que, por triangulação, pudessem comunicar facilmente entre si e em rede. A tipologia das fortificações deve ter variado, passando da simples atalaia (*al-talāia*'), ao pequeno *hiṣn*, ao *mahrīs*, sem deixar de haver, em paralelo, um movimento de voluntário que procuram locais de *ribāt*, locais esses posicionados de forma estratégica mas sem uma tipologia contrutiva pré-definida e *standard*.

O período de governo do *ḥāġib* Almançor e do seu sucessor foram especiais, correspondem a uma fase de crescendo de militarização mas serão também, de alguma forma, uma fase de viragem. As aceifas, muita delas com carácter propagandístico evidente, atingem também várias zonas do *Ġarb al-Andalus*; a zoa de Viseu e de Trancoso, a Leste da *Šarra* é atacado, mas há igualmente avanços pelo flanco ocidental, aproveitando a posição formidável de rectaguarda que Santarém podia dar e avançando sobre a bacia do Mondego. A recuperação de Coimbra para o domínio do al-Andalus

passou pelo diálogo e pela colaboração com elites nobres locais e a cidade - bem como a posição chave detida pela fortificação estratégica de Montemor-o-Velho - será fundamental como trampolim para expedições que visam a *Meca* dos cristãos: Santiago de Compostela. Mas essa grande expedição passa por inovações várias no campo militar e por uma preparação cuidada; e opção por construir barcos utilizados neste ataque ao norte galaico em al-Qaṣr deve ter origem - parcial - em investimentos prévios na plantação de espécies arbóreas na região do Sado e na mesopotâmia do Entre-Sado-e-Tejo. Ou seja, Almançor soube tirar partido não só dos cofres de um Estado bem organizado como, igualmente, de uma máquina de controle e reforço do litoral que se começou a montar no século IX e se reforçou no século seguinte, antes do califado de Hišām II. Por outro lado, o período de Hišām II / Almançor pode ter sido rico em inovações no campo da poliorcética: o recurso - conseguido - a pontes com barcas (já atestado, mas não comum e certamente difícil num Douro mal conhecido pelas tropas do sul), a opção por torres semi-circulares numa grande construção militar na acrópole de Coimbra - com claras reminiscências de construções da Síria - leva a pensar se não teria sido também nesta época que se tiria partido à edificação do recinto conhecido como “Cava de Viriato”, na cidade de Viseu, recinto cuja datação está em aberto e que tem clara semelhanças com construções militares de Samarra mas também com edifícios outros de fases anteriores e contemporâneas do *Islam* medieval. Almançor, apreciador do prestígio que advinha das soluções de origem oriental e, ele próprio utilizador de um *apodo* antes usado por um califa abbásida - al-Mansūr - pode ter deixado no Ġarb exemplos dessa busca de soluções já testadas num Oriente, que era fonte de sabedoria e uma referência incontornável para a governação do território mais ocidental do *dār al-Islam*.

(f) Do colapso do Califado à formação de reinos de Taifas no *Ġarb al-Andalus*

Costuma haver uma certa oscilação, de acordo com os autores, sobre a data do fim Califado e da afirmação do período dos reinos de Taifas: entre o biénio de 1008-09, período entre a tomada de posse - como *ḥāḡib* - do segundo dos filhos de Almançor a ter sido nomeado pelo califa Hišām II e o seu assassinato, e o ano de 1031, quando é formalmente extinto o Califado de Córdoba, nesta mesma cidade, após mais de 20 anos de guerra civil²⁰⁴⁴.

2044. Sobre a fase de transição entre o final do califado de Córdoba e a definitiva extinção do mesmo vejam-se Rachel ARIÉ, *España Musulmana (siglos VIII-XV)*, vol. III da *Historia de España*, dir. por Manuel Tuñón de Lara, Barcelona, Ed. Labor, 1984, pp. 26-27; Anwar G. CHEJNE, *Historia de España Musulmana*, Madrid, Ed. Cátedra, 1980, pp. 44-53; Richard Fletcher, *La España Mora*, Madrid, Ed. Nerea, 2000 (trad. de *The Moorish Spain*, 1992), pp. 97-99. Seguir-se-ão sobretudo as seguintes obras: María Jesús Viguera Molíns, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992; idem, “Historia Política” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España* (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, pp. 31-129; Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 2ª ed. 2006 (1ª ed. 2005), pp. 20-40. Continua a ser fundamental a obra de David Wasserstein, *The Rise and Fall of the Party Kings : Politics and Society in Islamic Spain, 1002-1086*, Princeton U.P., 1985, pp. 55-81.

Para se compreender os poderes que se vão afirmar no *Ġarb al-Andalus* a partir de inícios do século XI, convém perceber não a geografia desses poderes mas igualmente a sua tipologia e os actores que (e quando) entram e saem de cena nesta conjuntura complexa, sobretudo os que mais irão influenciar o devir do *Ġarb al-Andalus*.

Os sinais da crise que se iria instalar em Córdoba - porque é, de facto, em Córdoba que tudo começa - surgem antes de 1009. Sem querer aqui fazer uma análise exaustiva e aprofundada sobre as razões que estão por detrás do fim do Califado - tema estudado com profundidade por Peter Scales²⁰⁴⁵ - deve lembrar-se que, ainda em tempos do *ḥāġib* ‘Abd al-Malik al-Muzaffar tinha havido tentativas abortadas de conspiração em Córdoba²⁰⁴⁶.

A morte de ‘Abd al-Malik al-Muzaffar conduz o seu irmão ‘Abd al-Raḥmān - a quem alguns acusaram de responsáveis pela morte do irmão - ao posto de *ḥāġib*, que antes fora também do seu pai. ‘Abd al-Raḥmān ibn Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir passará à História como “Sanchul” (*Šanġul*) ou Sanchuelo, devido ao facto de a sua mãe ser filha de Sancho Abarca de Navarra²⁰⁴⁷.

Porém, os acontecimentos precipitam-se rapidamente. Tomando posse aos 16 *ṣafar* de 399 H / 20 de Outubro de 1008, acabará morto aos 3 de *raġab* desse mesmo ano / 3 de Março de 1009. O terceiro *ḥāġib* de Hišām II consegue que o califa o reconheça como sucessor designado de si mesmo (através de um documento redigido para o efeito), recebendo o *laqab* de al-Ma’ mūn. Qurayšitas e clientes poderosos dos omíadas perceberam o que estava em causa e tirarão partido do afastamento do *ḥāġib* ‘Abd al-Raḥmān ibn Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir de Córdoba, quando este decide apressadamente fazer uma campanha contra o Norte cristão nesse Inverno (partiu de Córdoba em Janeiro de 1009). Aproveitando o seu afastamento da capital, estala aí uma revolução - em *Ġumādā II* / Fevereiro de 1009 - que passou pela deposição do califa e pela entronização, como novo califa, de um primo do deposto (Muḥammad II) que recebe o *laqab* de al-Mahdi bi-Llāh, que organiza uma milícia a quem é permitido tomar de assalto a cidade/palácio dos três ‘*amirís*, a cidade palatina de Madīna al-Zahīra. Avisado do sucedido, regressa a Córdoba, não sem perder uma série de homens que o abandonam. Procura refúgio num convento das serranias a norte de Córdoba, na companhia de García Gómez, o conde cristão de Carrión que o não abandonou; aí serão presos e acabarão executados, em Março de 1009²⁰⁴⁸.

Córdoba pós-‘*amirī*

Porém, a mudança de poder em Córdoba não trouxe estabilidade. O desaparecimento de ‘Abd al-Raḥmān ibn Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir (*Šanġul*), o afastamento do califa Hišām II e a escolha de um nova califa - Muḥammad II al-Mahdi bi-Llāh -, omíada este também, não terminará com os en-

2045. Peter C. Scales, *The Fall of the Caliphate of Cordoba - Berbers and Andalusis in conflict*, E. J. Brill, 1994,

2046. Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 21 ed. 2006 (11 ed. 2005), pp. 20-21; María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España* (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 32.

2047. Veja-se, por exemplo, Hugh Kennedy, *Os Muçulmanos...*, p. 147 (no ocidente ibérico seria preferível usar a designação *Sanchiinho*).

2048. Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 21 ed. 2006 (11 ed. 2005), pp. 24-25.

frentamentos, por algumas atitudes, verifica-se que chegara para muitos a hora de ajustes de contas... Além de ter conseguido perder o apoio, mesmo de alguns omíadas, uma das atitudes políticas que é tomada pelo novo califa é a expulsão de militares *ṣaqāliba*; muitos destes procuram refúgio numa zona periférica (no *Šarq*) e aí se irão afirmar mais tarde. Por outro lado, algumas das tropas que este novo califa licencia colocar-se-ão ao lado de um outro omíada que a aproveita, um neto de 'Abd al-Raḥmān III, de seu nome Sulaymān, e conseguirão o apoio do conde Sancho García de Castela (a troco da entrega de castelos na linha do Douro), derrotando a 5 de Novembro de 1009 o desorganizado exército do incapaz califa substituto de outro incapaz, que foi Hišām II²⁰⁴⁹.

O deposto Muḥammad II refugia-se em Toledo e fica sob a protecção do general Wāḍiḥ. Em Maio de 1010 (šawwal 400) este general aproxima-se de Córdova com cerca de 40.000 homens, dos quais cerca de 1/4 seriam “francos” (maioritariamente catalães) e que derrotam as tropas de elite berberes do recém-empossado Sulaymān, recolocando em Córdova Muḥammad II al-Mahdī bi-Llāh²⁰⁵⁰. Este califa manter-se-á em Córdova durante os meses de Junho e Julho de 1010 mas a elite dos *ṣaqāliba*, que controla Córdova, irá eliminá-lo e colocar em seu lugar o califa Hišām II, que regressa e nomeará o general *ṣaqāliba* Wāḍiḥ como seu *ḥāḡib*.

Porém, os berberes apoiam um outro omíada que fora nomeado califa - Sulaymān - controlam *Madinat al-Zahrā'* (a poucos km da capital onde está Hišām II) e cidades aa sul de Córdova. É neste contexto que Wāḍiḥ, pressionado pelos castelhanos e com dificuldades nos arredores de Córdova, entrega aos cristãos do Norte localidades como Gormaz, San Esteban, Clunia e Osma²⁰⁵¹. É de reter esta medida é importante, na medida em que a entrega de castelos estratégicos a cristãos não é iniciada, como se poderia pensar, pelo *Ġarb al-Andalus*, onde algumas fortificações, em momentos posteriores passarão para mãos de origem setentrional.

A situação em Córdova torna-se mais tensa, Wāḍiḥ é morto mas mesmo depois as tropas de *ṣaqāliba* instaladas em Córdova vão resistindo à pressão de Sulaymān e dos berberes, mas em Maio de 1013 a capital do Califado capitula e é saqueada por tropas berberes; o califa Hišām II desaparece nesse momento (possivelmente assassinado), e morrem alguns membros da elite califal, como Ibn al-Faradī.

O omíada Sulaymān é recolocado como califa e manter-se-á no poder entre Maio de 1013 e Junho de 1016. Esta fase da governação será fundamental para perceber o processo de formação do que se virá a chamar como “Taifas”. Este califa, Sulaymān al-Musta‘īn, concedeu (*a'ta*) aos berberes que o apoiavam o domínio sobre algumas zonas do al-Andalus onde estavam estabelecidos. Essa repartição de domínio não foi definitiva, ficou sujeita a alterações e parece ter reconhecido a afirmação de alguns poderes já existentes, ou seja, teria reconhecido alguns governos regionais que entretanto se tinham afirmado, na sequência do caos que tomara conta de Córdova.

2049. Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 21 ed. 2006 (11 ed. 2005), p.26. Veja-se também E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 310.

2050. Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 21 ed. 2006 (11 ed. 2005), p. 27.

2051. Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 21 ed. 2006 (11 ed. 2005), p. 29; E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 316-317; Cf. David Wasserstein, *The Rise and Fall of the Party Kings : Politics and Society in Islamic Spain, 1002-1086*, Princeton U.P., 1985, pp. 198-199.

O período que medeou entre 1009 e 1013 permitiu, de facto, que determinadas elites controlassem o poder nas suas mãos em regiões afastadas de Córdoba, poderes esses que este califa - consciente das suas fragilidades - acabará por reconhecer. Por outro lado, como se viu, são sobretudo forças ligadas a berberes recém-entradas no al-Andalus e *ṣaqāliba* que alternam no poder em redor de Córdoba. E no Ġarb?

As fontes escritas de época islâmica que escrevem sobre esta conjuntura centram, como seria de esperar, os seus relatos no que se passa na capital do Califado²⁰⁵². Não se sabe, pois, com exactidão, quando se afirmam as forças que estarão na origem dos chamados “reis de Taifas”²⁰⁵³. Sabe-se desta divisão do poder, feita pelo califa Sulaymān al-Musta‘īn “entre os chefes das tribos berberes”²⁰⁵⁴; mas, uma vez mais, o que se passou em redor de Córdoba pode ter ofuscado os processos de “autonomia” de zonas mais afastadas e menos conhecidas pelos cronistas que deixaram testemunhos destes acontecimentos, tendo o califa “ratificado”²⁰⁵⁵ poderes que já se tinham afirmado no terreno.

Deve ter sido, pois, durante o califado de Sulaymān al-Musta‘īn que se criaram condições para solidificar ou criar poderes também no Ġarb al-Andalus, os quais se irão manifestar sobretudo em redor de Badajoz, Mértola, Faro e Silves, sem esquecer Sevilha.

No caso de Badajoz, o poder é assumido por um *ṣaqāliba*, de seu nome Sābūr; em Santa Mariyya do Occidente (Faro) afirma-se pelo contrário, um membro da elite andalusī, Sa‘īd ibn Hārūn, enquanto que em Silves o poder fica nas mãos de ‘Īsā ibn Muzayn, um *qādī*, possivelmente de “linhagem árabe”²⁰⁵⁶; em Mértola, por seu turno, o poder fica nas mãos de um membro de famílias regionais, Ibn Ṭayfūr, que se terá também apoderado de Beja e sobre o qual os cronistas de Córdoba pouco escrevem²⁰⁵⁷. A data da afirmação destes poderes pode calcular-se mas não é obrigatório

-
2052. Sobre as fontes disponíveis para esta época veja-se, obrigatoriamente, Luis Molina, “Historiografía”, in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, pp. 3-27.
2053. A expressão “reis de Taifas” corresponde a uma tradução literal de *mulūk al-Ṭawā’if* (ملوك الطوائف), nome dado, em geral aos detentores de poderes, a nível regional no al-Andalus, ao longo do século XI, depois da morte de ‘Abd al-Rahmān ibn Muḥammad Ibn Abī ‘Āmir *Šanḡul*. Para o processo de desaparecimento do califado omíada e da tentativa de afirmação de um califado *ḥammudī*, bem como da implantação dos reinos de Taifas deve ver-se a obra fundamental de María Jesús Viguera Molíns, Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII), Madrid, Ed. Mapfre, 1992, pp. 25-44.
2054. Ibn ‘Idāri, *Bayān* III, pp. 113-114. María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 34.
2055. María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 34.
2056. María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 35.
2057. A família dos Banū Ṭayfūr aparece ligada tradicionalmente ao Ġarb e ao longo de várias gerações; há um Ibn Ṭayfūr Al-Baṭalyawsī, que foi médico e filósofo, (Badajoz, sécs. X-XI); no século XIII, surgirá um Ibn Ṭayfūr al-Mārtulī: Abu l-Walid/Abu ‘Amr Ibn Ṭayfūr al-Mārtulī al-Baḡī (possivelmente natural de Mértola ou Beja, 2ª metade do séc. XII - ... após 1233), poeta, possivelmente descendente do antigo rei da Taifa de Mértola (sobre estes dois literatos cf. *Biblioteca de al-Andalus*, vol. V, ns 1256 e 1257).

que tenha havido simultaneidade, nem que essas afirmações se tenham feito sem tensões e reacções.

A falta de informações sobre detalhes destes problemas regionais tem a ver também com o facto de que a situação na capital do Califado não se estabilizou com o segundo período do califado de Sulaymān al-Musta‘īn. Este mesmo califa atribui o domínio sobre as cidades de Ceuta e de Tânger a dois guerreiros de origem magrebina, tradicionalmente aliados nos omíadas no século X mas de origem idrissida²⁰⁵⁸. Porém, as divisões profundas por que passava o al-Andalus levava a que cada grupo procurasse o “seu” califa. O *ṣaqāliba* que governava Denia procurou firmar o seu poder através da proclamação de um infante omíada que teria chegado do Egipto ao al-Andalus - ‘Abd Allāh al-Mu‘aytī; por seu lado, *Khayrān*, senhor *ṣaqāliba* de Almeria procurou legitimar-se através dos idrissidas que estavam em Ceuta e Tânger.

E, assim, entre Junho e Julho de 1016 afirma-se em Córdova um novo Califa, não-omíada, de origem norte-africana, remotamente de origem Idrissida; chamava-se ‘Alī ibn Ḥammūd, governava Ceuta, atravessou o Estreito e tomou Córdova onde teria assassinado, pelas suas próprias mãos, o então califa Sulaymān al-Musta‘īn, acusando-o da morte do califa Hišām II...²⁰⁵⁹ ‘Alī ibn Ḥammūd é aceite por muitos senhores do poderes regionais do al-Andalus, e inicia uma dinastia califal geralmente designada por “califas Ḥammūdīs”, mas enfrentou a oposição de alguns *ṣaqāliba* (ou coligação “andalusí-eslava”) do *Šarq al-Andalus* que arvoraram um descendente dos omíadas (‘Abd al-Raḥmān IV al-Murtaḍā), morrendo ambos em 1018²⁰⁶⁰.

Ao primeiro califa Hammūdī sucede-lhe o seu irmão al-Qāsim ibn Ḥammūd al-Ma‘mūn, entre 1018 e 1021, que procurou entendimento com os rebeldes *ṣaqāliba* do Levante (*Šarq al-Andalus*) mas em vão: o seu sobrinho, porém, Yaḥyà ‘Alī ibn Ḥammūd é aceite califa por alguns berberes estabelecidos no sul do al-Andalus, perto do Estreito de Gibraltar, e governará sobretudo a zona de Algeciras - Málaga.

Córdova, ficando sem califa aí a residir, acaba por perder também o apoio militar dos *ṣaqāliba* do Levante e decidem proclamar como califa um apagado omíada, Hišām ibn Muḥammad ibn ‘Abd al-Malik ibn ‘Abd al-Raḥmān III (bisneto, portanto, do primeiro califa omíada do al-Andalus), irmão do falecido ‘Abd al-Raḥmān IV al-Murtaḍā; este Hišām (Hišām III al-Mu‘tadd) só dois anos e meio depois deixa Alpuente, onde estava, para entrar numa decadente Córdova, mas a “torpeza” da sua governação leva os cordobeses a destituí-lo aos 30 de Novembro de 1031 e a expulsar da ci-

Sobre a afirmação destas Taifas no *Ġarb al-Andalus* veja-se também M. Makki, p. 53.

2058. Os idrissidas são considerados descendentes do Profeta Muḥammad e como dinastia o seu fundador apresentou-se como xiita Zaydita ; porém, o aparecimento dos Fatímidas nos Norte de África, aproximou a família Idris dos omíadas do al-Andalus. Sobre os Idrissidas vejam-se Charles-André Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord, des origines à 1830*, 2ª ed. Payot, Paris, 1994 (1ª ed. 1931), pp. 376-380, *passim*; *E.I.2*, s.v. *Idrisside* .

2059. María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 36; Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 2ª ed. 2006 (1ª ed. 2005), pp. 33-34.

2060. ‘Alī ibn Ḥammūd será morto por alguns de seus criados e ‘Abd al-Raḥmān IV al-Murtaḍā morre em confrontos com berberes Ziri/s.

dade de Córdoba todos os omíadas que ainda lá estivessem²⁰⁶¹ - é o fim formal do Califado de Córdoba²⁰⁶².

Por outro lado, os acontecimentos que perturbaram a antiga capital do emirado e califado omíada quase que monopolizaram as atenções dos que escreveram sobre esta conjuntura; pouco se sabe dos processos de formação de poderes no longínquo e excêntrico Ġarb e, dadas as movimentações tropas nas zonas centrais de um califado em desagregação, pouco ou nada se sabe acerca das opções tácticas nas fortificações que, pouco mais de uma década antes, tinham sido tomadas por Almançor na linha do Douro, assim como pouco se sabe do papel militar e estratégico que foi representado, nestas décadas conturbadas, por cidades do litoral, como Coimbra, Santarém, Lisboa ou mesmo Alcácer e Silves, ou por cidades com uma tradição de mando como, por exemplo, Mérida ou Badajoz. Porém, essas nebulosas vão aclarar quando se estabeleceram alguns poderes claros em algumas destas e de outras cidades do *Ġarb al-Andalus*.

Infelizmente para o período de Almançor não há, para o Ġarb - incluindo cidades como Badajoz ou Mérida - referência à existência de inscrições epigráficas, como há para outras regiões do al-Andalus, excepto uma pequena inscrição encontrada perto de Cáceres e relativa a uma obra de iniciativa individual²⁰⁶³.

2061. Ainda se tentou afirmar como califa um tetraneto do primeiro califa, de seu nome Umayya, mas sem sucesso. Sobre estes acontecimentos terminais do califado de Córdoba vejam-se E. Lévi-Provençal, *HEM*, II, pp. 338; David Wasserstein, *The Rise and Fall of the Party Kings : Politics and Society in Islamic Spain, 1002-1086*, Princeton U.P., 1985, p. 48 e nota 67; Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, Málaga, Ed. Sarriá, 2ª ed. 2006 (1ª ed. 2005), pp. 37-40.

María Jesús Viguera transmite o texto de Ibn Ḥayyān sobre esta ocorrência - cf. María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España* (dir. de Menéndez-Pidal), coordenado por María Jesús Viguera Molíns, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, p. 37.

2062. É importante ter em linha de conta a precisão que fazem Pierre Guichard e Bruna Soravia, quando afirmam que o que é extinto é o califado de Córdoba e não a instituição “califado”, dado que esta é obrigação colectiva (*farḍ kifāya*) da comunidade, como seria lembrado pelo grande jurista que foi al-Māwardī - أبو الحسن علي بن محمد بن حبيب البصري الماوردي (conhecido no Ocidente europeu, devido à sua *Kunīya*, como “Alboacen”) - cf. Pierre Guichard e Bruna Soravia, *Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, p. 38. Al-Māwardī, curiosamente, é contemporâneo destes acontecimentos.

2063. Cf. Juan Souto Lasala, “Las inscripciones constructivas de la época del gobierno de Almanzor”, *Al-Qanṭara*, XXVIII 1, enero-julio de 2007, (pp. 101-142), pp. 109-110, 122-123 e 132. A referida lápide é, nas palavras de Juan Souto, um “documento epigráfico de una iniciativa constructiva — concretamente, una reforma o reparación — por parte de un mecenas particular, rural y pobre, lo que se deduce de sus caracteres externos e internos, pues la inscripción en cuestión contrasta en varios aspectos con los epígrafes oficiales andalusíes de la época” (*ibidem*, p. 109); o edifício em causa é mesquita de «Las Paredes», na localidade de Logrosán, província de Cáceres; Sophie Gilotte, autora de uma dissertação sobre a região, deu a conhecer esta inscrição, que apresenta escrita cursiva num suporte algo tosco, e que faz lembrar algumas inscrições que aparecerão em Noudar - cf. Gilotte, S., González, A., y Souto, J. A., “L’Inscription d’époque omeyyade de la mosquée de ‘Las Paredes’ (Logrosán, Cáceres, Espagne)”, *Archéologie Islamique*, vol. 10 (2000), pp. 55-64.

5. - As Taifas e o *Ġarb al-Andalus*

Quando morre Almançor e lhe sucede, como *ḥāğib* de Hišām II, o seu filho ‘Abd al-Malik começam a surgir sinais de instabilidade mas nada do que se produzirá a partir de 1009. A grande Fitna conduzirá não só a um período de anarquia de cerca de duas décadas mas também ao desaparecimento da centralidade cordovesa e ao aparecimento de pequenos Estados conhecidos como *Mulūk al-Ṭawā’if* ou *reinos de Taifas*.

O aparecimento destes “reinos” é gradual, não está programado e, também por isso, colocar-se sempre a questão da legitimidade destes poderes que emergiram sem coincidirem exactamente com as *kuwar* existentes. E, em alguns casos a legitimidades destas dinastias advém do controle sobre a força das armas, mas em outros são elites locais de extracção diferente que, em alguns casos é proveniente da classe dos *qādī’s*.

Tradicionalmente e seguindo os sempre úteis trabalhos de Terrasse e Torres Balbás, são atribuídas a esta fase algumas inovações de relevo, com as portas em cotovelo (presentes em Granada, no *Arco de la Pesas* e na *puerta Monaita*). Poder-se-ão confrimar para *Ġarb* essas datações? Por outro lado, com centralidades diferentes e problemas de controle de território dentro do espaço *andalusī*, como será feita guerra e quais as preocupações básicas e fundamentais destas novas dinastrias em termos de defesa e de controle do território. Que tipo de conflitualidade armada se instala no al-Andalus no século ? Quem são os principais inimigos destas Taifas?

As Taifas e o *Ġarb*

Não se pode nem se pretende fazer aqui uma História dos Reinos de Taifas. Porém, para se perceber o que irá acontecer no *Ġarb al-Andalus*, a curto e a médio prazo, não se pode deixar de perceber quais eram os actores mais importantes durante esta época específica do al-Andalus, nem se deve deixar de a enquadrar no contexto internacional que se vivia no momento.

As lógicas defensivas do período califal manter-se-ão? Com a divisão ou, se se quiser, com o estilhaçar do al-Andalus em vários territórios a necessitar de legitimidade, e com as novas “fronteiras”, agora entre Estados de matriz islâmica, há novas construções no *Ġarb* ou há, pelo contrário, um renovar da guerra de movimento? As preocupações dos novos Estados - sobretudo do que virá a ocupar a maior parte do *Ġarb al-Andalus* - estão viradas mais para o norte cristã ou para os outros reinos de Taifas rivais? E inovações poliarcéticas, serão detectadas?

Cerca de 945 o califado abbássida apresentava fragilidades que permitiram que, de facto, a governação passasse a estar nas mãos dos emires Buyid, ou Buídas, circunstância que se irá agravar a partir de 997. De facto, o califa fatímida Al-Qādir (القادر) terá de enfrentar dificuldades acrescidas quando Mahmud de *Ġazna* se impuser na zona oriental do Império Abbássida e, de forma independente, avançar sobre territórios dos actuais Afeganistão, Paquistão e Índia.

Em zonas geograficamente mais próximas os Fatímidas controlam, a partir do Egipto, um área extensa que abarca a Grande Síria, chegam a dominar as cidades santas de Meca e de Medina. Ao

avançarem para Oriente, a partir de 969, e fundarem a cidade do Cairo (**al-Qāhira**), onde instalaram a sua capital, os Fatímidas deixaram os territórios da Ifriqiyya governadas pelos seus aliados Ziridas (الزيريون ou بنو زيري), uma dinastia berberes do grupo Sinhağa que se irá tornar cada vez mais independente, desligar do xiismo e cujos dirigentes se aproximarão do al-Andalus.

É perante um *Dār al-Islam* fragmentado, com pequenos principados independentes - como os Ziridas no Norte de África - que os reinos de Taifas se vão confrontar. Por outro lado, embora sem se ter consciência das suas implicações, é nesta conjuntura que governará o califa fatímida al-Ḥākim, califa jovem (assumiu o califado em 996 com 11 anos²⁰⁶⁴ e morrerá 1021) promotor das ciências - criador de uma *dār al-‘ilm*, دار العلم, e conquistador de territórios na Síria aos Abbássidas (o império dos Fatímidas chegará nos anos do seu governo a Alepo); o califa al-Ḥākim, porém, é mais conhecido por, em 1009 - no mesmo ano do fim do período ‘*amirī*’ no al-Andalus - autorizar a destruição da Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, destruição que foi um catalizador para o que virá a ser a Primeira Cruzada. Por outro lado, o seu desaparecimento, numa noite de Fevereiro de 1021, dará origem ao aparecimento do movimento religioso “mahdista” dos chamados Druzos²⁰⁶⁵.

Em suma, é numa fase conturbada do Islão na própria Bacia do Mediterrâneo que, depois da afirmação de um califado aparentemente sólido, o *al-Andalus* ficará dilacerado pela divisão e surgirão os Reinos de Taifas.

TAIFAS -uma visão geral²⁰⁶⁶

Os chamados “reinos de Taifas” têm sido estudados nos últimos anos de acordo com o tipo de dinastia que se afirma em cada território. Os detentores do poder nestes territórios serão identificados muitas vezes como *mulūk* (reis) - designação que não aparece “oficialmente”²⁰⁶⁷ - mas alguns deles,

2064. Esta califa fatímida usará o *laqab* de al-Manṣūr; ou seja, usá-lo-á em simultâneo com Almançor no al-Andalus, durante alguns anos.

O seu nome completo era الحاكم بأمر الله المنصور بن العزيز بالله بن المعز لدين الله معز الفاطمي sendo normalmente conhecido por al-ḥākim bi-amr Allāh, الحاكم بأمر الله, com o *laqab* al-Manṣūr, المنصور.

Foram vários os dirigentes no al-Andalus que usaram o epíteto de al-Manṣūr ou Almançor. Ibn Ḥazm refer no seu *Naqt al-‘Arūs* os que surgiram no al-Andalus e em outros territórios do Mundo Islâmico até ao século XI. Inclui, depois Muḥammad ibn ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn Abī ‘Āmir al-Mu‘āfiri, vários reis de Taifas incluindo, no caso do Ġarb, Sabūr e ‘Abd Allāh ibn Maslama “conocido como al-Aftas, reyes de Badajoz en al-Andalus”.

2065. Sobre este califa fatímida veja-se, pela facilidade de consulta e por se tratar de texto de um especialistas da história dos Fatímidas: Farhad Daftary, “Hakem be-Amr Allah”, *Encyclopaedia Iranica*, Vol. 11, pp. 572-573, ed. Ehsan Yarshater, Nova Iorque, 2003 (disponível também em http://www.iis.ac.uk/view_article.asp?ContentID=104798), artigo que fornece bibliografia actualizada.

2066. Uma lista completa e de fácil acesso do Reis de Taifas no al-Andalus pode encontrar-se em Clifford Edmund Bosworth, *The New Islamic Dynasties: A Chronological and Genealogical Manual*, Edinburgh University Press, 2004, pp. 14-15.

2067. cf. Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, p. 68; este trabalho recente não mascara as dificuldades existentes para definir com exatidão o que eram os rei de Taifas: “el apelativo de «soberano» que estaríamos tentados de aplicarles es con todo rigor inapropiado ya que no pretendían realmente la «soberanía» de un *rey* (*malik*, término que nunca aparece oficialmente) y menos el de un califa”.

tentando equiparar-se às funções desempenhadas por Almançor e pelos seus filhos, e sabendo que não têm legitimidade para se intitularem califas, chamam-se a si próprios, por vezes *ḥāḡib*²⁰⁶⁸.

Assim, surgem territórios que têm à sua frente berberes “novos” ou berberes “megrebinos”²⁰⁶⁹, basicamente territórios governados por berberes que entram no al-Andalus nas últimas décadas, por via das políticas de al-Ḥakam II e, sobretudo, de Almançor, taifas essas que se estabelecem em Granada, Carmona, Arcos (mais tarde, Arcos *de la Frontera*), Ronda e Morón. Málaga e Algeciras, nas mãos de Ḥammūdī/s são, de alguma forma, reinos deste dimensão também²⁰⁷⁰. Taifas de dirigidas por *ṣaqāliba*²⁰⁷¹ afirmam-se sobretudo no Levante, em Valencia, Tortosa, Denia e Almería, mas também em Badajoz, numa fase inicial (como se verá, detalhadamente, mais adiante)²⁰⁷².

Formam-se alguns outros principados²⁰⁷³ que têm à sua frente famílias estabelecidas há mais tempos em solo ibérico, dinastias que se podem caracterizar como “andalusi/s” e que são dirigidas por famílias que normalmente se afirmam como sendo “árabes”. Essas famílias de dirigentes estavam há muito tempo estabelecidas no al-Andalus (ou mesmo de aqui originárias) e algumas delas apresentavam genealogias que as pretendiam fazer passar por árabes. Podem citar-se, dentro desta categoria, as taifas de *Šanta Mariyya* de Albarracín (Banū Razīn) e *Šanta Mariyya* do Ocidente (*al-Ġarb*), Alpuente (Banū Qāsim), Córdoba (depois da supressão do seu califado, e por alguns autores apresentada como uma república²⁰⁷⁴ mas onde se afirmarão os Banū Ġahwār) e, mais para ocidente, as de Silves (Banū Muzayn), Huelva-Saltés (Banū Bakr), Niebla (Banū Yaḥsūb) e Mértola (Ibn Ṭayfūr) - cf. fig. 87.

Alguns casos merecem algumas palavras mais; são os casos de Saragoça, Sevilha, mas também Toledo²⁰⁷⁵ e, mais tarde, Badajoz. Em Saragoça dominarão, dando sequência a um poder que de facto

2068. Como acontecerá, por exemplo, com os árabes Tuḡībī/s de Saragoça, mas também no *Ġarb al-Andalus*, com Sābūr, a partir de Badajoz - cf. Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, pp. 47-52 e 68).

2069. A expressão berberes “novos” é a preferida por María JesúsViguera Molíns, (“Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, p. 39 e segs), enquanto que berberes “megrebinos” é usada preferentemente por Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, pp. 42-43).

2070. Cf. María JesúsViguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, pp. 40-42.

2071. Como lembra María JesúsViguera, *ṣaqāliba* trata-se de um plural de *ṣiqḷabī* ou *ṣaqḷabī*, muitas vezes traduzido por “eslavos” estes ex-escravos “brancos”.

2072. María JesúsViguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, pp. 54-69; Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, pp. 42-43).

2073. Embora não costume aparecer nas literaturas científica, a designação de “principado” parece ao autor desta dissertação a que melhor se pode utilizar com finalidades didácticas a estes pequenos Estados. A dimensão de “reinos”, se bem que mais próxima do étimo *mulūk*, pode sugerir semelhanças com o mundo cristão medieval, e mascarar a riqueza e variedade destas formações políticas.

2074. Cf. M. Makki, “The political History...”, in *The Legacy of Muslim Spain*, p. 52.

2075. Sobre esta *taifa* veja-se Bárbara Boloix Gallardo, “La Taifa de Toledo en el siglo XI: aproximación a sus límites y extensión territorial”, in *Tulaytula: Revista de la Asociación de Amigos del Toledo Islámico*, n. 8, 2001, pp. 23-57.

vem de trás, os Tuğibī/s, ou Banū Tuğīb dominam a zona do Ebro desde o século X²⁰⁷⁶, com consentimento califal e continuam a ter nas suas mãos um poder administrativos e militar que, *de facto*, já detinham. Em Sevilha, afirma-se a família dos Banū Abbād, aparentemente com uma origem árabe genuína²⁰⁷⁷ e proveniente de um elite ligada ao exercício de funções jurídico-religiosas, descendentes de *mawālī/s* omíadas de procedência oriental²⁰⁷⁸.

No caso de Toledo, o governo da cidade e do território em seu redor foi entregue a vários dirigentes até que, depois de 409 H / 1018, se afirmará na cidade a família dos Dū l-Nūn, uma família de Fronteira que se destacava já no século X, família de origem berbere há muito estabelecida no al-Andalus (na região de *Santabariyya*, ou Santaver), arabizada, e que tentará passar por árabe genuína. Situação semelhante será a que se vive em Badajoz, como se verá, dado que é a formação estatal que mais território administrará no Ġarb al-Andalus na fase inicial do século XI.

Os inícios do Reino Taifa de Badajoz

Depois de se perceber o processo de queda do Califado de Córdoba, convém perceber como se desenham os poderes no Ġarb al-Andalus durante esse período conturbado e cheio de zoans ainda muito nebulosas.

O território ocidental do al-Andalus, incluindo a Fronteira mais a sul, a al-Ṭagr al-Ġawfī, ficará nas mãos de Sābūr, um *ṣaqāliba* que foi investido nas funções de *fatā*²⁰⁷⁹ dos escravos negros militarizados (*‘abīd*) do califa al-Ḥakam II²⁰⁸⁰, escravos esses que deveriam estar colocados no Ġarb al-Andalus. Apontam-se a este Sābūr capacidades militares mas nenhuma competência governativas, razão por que teria agregado ao seu serviço um berbere de uma família havia muito tempo se tinha estabelecido entre Córdoba e o vale do Guadiana, de seu nome ‘Abd Allāh ibn Muḥammad ibn Maslama al-Afṭas. Será este ‘Abd Allāh b Muḥammad ibn Maslama al-Afṭas que tomará conta

2076. María Jesús Viguera, *Aragón musulmán*, Saragoça, 1988, pp. 119-145; 259 e ainda pp. 281-282.

2077. O poeta natural de Silves, Ibn Ammar, que tantos serviu os Abbáidas de Sevilha, quando os tentar diminuir num poema seu não deixa de os considerar árabes - cf. Henri Peres, *Poésie andalouse en Arabe classique*, apud Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, p.45.

2078. Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, pp. 43-44.

2079. Em termos etimológicos um *fatā* é um jovem; porém, o termo é usado significando essencialmente alguém, gertalmente de origem escrava, que desempenhava funções ao serviço de um Estado islâmico ou apoiando ou assessorando algum seu membro com mais dignidade; no Mundo cristão medieval seria apelidado, eventualmente, de *pajem*.

2080. Sābūr al-‘Āmirī esteve ao serviço de Fā’iq, um dos principais *ṣaqāliba* de al-Ḥakam II. Este Fā’iq (ou Rā’iq) era irmão de Ṣubḥ, mulher de al-Ḥakam II e mãe do futuro califa - cf. Maribel Fierro, "Mawālī and Muwalladūn in al-Andalus (Second / Eight-Fourth/Tenth centuries)", in *Patronate and Patronage in Early and Classical Islam (Islamic History and Civilization)*, (Ed. Monique Bernards e John Nawas), Brill, 2005, (pp. 195-245), p. 197; veja-se também Cristina Parteaaroyo, "Los tejidos de al-Andalus, entre los siglos IX al XV (y su prolongación en el siglo XVI)", in *España y Portugal en las rutas de la seda - Diez siglos de producción y comercio entre Oriente y Occidente*, Universitat de Barcelona - Unesco, 1996, (pp. 58-73), pp. 60-61; Xavier Ballestín Navarro, *Al-Mansur y la "dawla ‘amiriya"*. *Una dinámica de poder y legitimidad en el occidente musulmán medieval*, Barcelona, Edicions Universitat de Barcelona, 2004, p. 116.

de todos os poderes, assumindo os que ainda estavam nas mãos de Sābūr - que se presume serem sobretudo poderes militares -, logo depois da morte deste em 413 H / 1022²⁰⁸¹. A falta de participação da “sociedade civil” nestes acontecimentos e a sua acomodação a uma situação de domínio por parte de elites militares “estrangeiras” já foi comentada a propósito de situações similares vividas no Šarq al-Andalus²⁰⁸².

Estes Banū l-Aftas eram provenientes de *Faḥṣ al-Ballūt*, zona que, como o próprio nome indica - faḥṣ al-Ballūt (Bullūt) significa *campo de Bolotas*, “montado” - é uma zona de onde predominava o montado, zona localizada a noroeste de Córdoba e habitualmente identificada com a actual zona de Valle de Pedroches, embora se prolongasse para a região de Almadén, zona de fácil ligação com a bacia hidrográfica do Guadiana, uma zona rica em criação de gado. Esta família provinha de um ramo de berberes Miknasa²⁰⁸³ e a vida semi-nómadas que muitos grupos berberes levavam explica o paarecimento de grupos berberes Miknasa (e não só) em outras zonas da região, mais próximos de Badajoz²⁰⁸⁴. Pertencer a um grupo clânico árabe daria a esta família dos Banū l-Aftas uma legitimidade muito maior; e, por isso, não é de estranhar que Ibn Ḥayyān - citado por Ibn al-Khaṭīb - tenha acusado os Banū l-Aftas de tentarem aparecer como árabes tuġibī/s²⁰⁸⁵.

Porém, o princípio dinástico que se estava a impor-se no al-Andalus e que era comum em outras dinastias implantadas em outros pontos do dār al-Islam poderia ter sido aqui também implantado. De facto, aos filhos de Sābūr desagradou a tomada de poder por parte de ibn Maslama al-Aftas e reagiu, resistindo na cidade de Lisboa.

Interessante é a posição que Lisboa parece ter desempenhado como local da afirmação da resistência dos filhos de Sābūr. Estes seus dois descendentes - ‘Abd al-Malik e ‘Abd al-‘Azīz - eram ambos menores de idade. O primeiro teria governado durante alguns anos e teria sido depois substituído pelo irmão. Em termos militares, é de crer pelo menos parte dos ‘*abīd* que se encontrava ao serviço de Sābūr se tivesse mantido fiel aos seus filhos, em Lisboa. Aliás, parece ter sido essa fidelidade da elite militar negra que lhes facilitou a chegada ao poder e a sua manutenção durante alguns anos. Assim, não será de estranhar que para alojar a manter essa elite militar se tenha, nesse início do século XI, valorizado uaa área militar por excelência, muito provavelmente a zona conhecida como **Alcáçova**, zona certamente já aproveitada militarmente em fases anteriores que mas

2081. Sābūr morreu a 10 *ša‘bān* de 413 H / 8 de Abril de 1022, como consta da sua lápide sepulcral, que se encontra no Museu Arqueológico de Badajoz. Ver também María JesúsViguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, p. 71.

2082. “En los emiratos en proceso de formación en el *Xarq*, los *saqaliba* ostentaban el monopolio de la fuerza armada, como los grupos militares beréberes en el sur. Pero es preciso tener en cuenta también la ausencia de motivaciones propiamente políticas de los elementos de la sociedad civil, que no aspiraban al ejercicio del poder, conformándose con el que ejercían los dos grupos militares “extranjeros” - P. Guicard e B. Soravia, *op. cit.* p. 66.

2083. Cf. Helena de Felipe, *Identidad y Onomástica de los Beréberes de al-Andalus*, Madrid, CSIC, 1997, pp. 316-317, *passim*.

2084. Cf. Bruno Franco Moreno, “Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X)1”, *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 12-1, Jaén, 2005, (pp. 39-50), p. 41-47.

2085. Ibn al-Khaṭīb, *A‘māl*, 182, apud María JesúsViguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, pp. 72, 84 e 117, n. 166.

que, nesta conjuntura pode ter ganho novo vigor, como zona militar, por excelência, de uma Lisboa que se afirma como cidade-Estado, como uma pequena Taifa ou, usando as palavras de María Jesús Viguera, como uma “sub-Taifa”²⁰⁸⁶.

Esta situação de independência ou quase de Lisboa parece ter terminado em grande parte devido a um déficit político dos filhos de Sābūr. De facto, se ‘Abd al-Malik ibn Sābūr ainda governou durante alguns anos, a subida ao poder do seu irmão - ‘Abd al-‘Azīz ibn Sābūr - levou alguns habitantes de Lisboa a solicitar a sua entrada na obediência de ibn Maslama al-Aftas, pedindo ao senhor de Badajoz que lhes enviasse um governador capaz e que substituísse o referido ‘Abd al-‘Azīz ibn Sābūr.

E a entrega do poder a um aftácida far-se-á, aparentemente, sem grande agitação. O senhor de Badajoz envia como governador para Lisboa o seu filho Muḥammad, casado com uma filha de Sābūr. Esta solução do tipo “evolução na continuidade”, passou também pela saída voluntária e livre do ex-governador para Córdova - cidade esta que se estava a tornar num recipiente de ex-governantes de Taifas caídos em desventura. Lisboa e a bacia do Tejo passariam a estar, desde então, estreitamente ligados à Taifa de Badajoz, se bem que com oscilações.

Outras Taifas no Ġarb

Assim, na década de vinte e inícios da década de trinta do século XI o Ġarb al-Andalus encontra-se repartido por vários pequenos Estados que gravitam em redor de cidades como: Badajoz (e, de alguma forma, Lisboa), Taifa que controla território até às margens do Douro e que assumiu as conquistas recentes levadas a cabo nos finais da centúria anterior por Almançor; Mértola, pequeno Estado instado em Mértola por Ibn Tayfūr e que pode ter controlado Beja durante algum tempo; mais a sul, fixa-se uma sede de poder em *Santa Mariyya* do Ocidente (*al-Ġarb*), numa região antes conhecida como Uksūnuba, onde o poder fica nas mãos dos Banū Hārūn²⁰⁸⁷, enquanto que em Silves se afirma na administração da cidade e do seu território a família dos Banū Muzayn²⁰⁸⁸, família ligada ao clã árabe dos *Awd* e com tradição a nível da administração e da justiça²⁰⁸⁹.

No geral, trata-se de Taifas que administraram os territórios com tacto, com prudência e contribuindo para o desenvolvimento e bem estar dos territórios onde se implantaram²⁰⁹⁰ e da *Umma* em geral, mas conseguindo também, em troca, a *bay‘a*²⁰⁹¹, o reconhecimento público de fidelidade por parte dos seus “governados”.

2086. María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. vol. VIII/1 da Historia de España, p. 69.

2087. Cf. M. Makki, “The political History...”, in *The Legacy of Muslim Spain*, p. 53.

2088. Os Banū Muzayn afirmam-se cerca de 404 H / 1013 - María Jesús Viguera Molíns, “Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. vol. VIII/1 da Historia de España, p. 71.

2089. Abdulwahid Dhanun Taha, *The Muslim Conquest and Settlement of North Africa and Spain*, Routledge, 1989, p. 125.

2090. Cf. P. Guichard e B. Soravia, *op. cit.*, pp. 66-67.

2091. Sobre o significado de *bay‘a* (بَيْعَة), veja-se *E.I.2*, I, (E.Tyan).

Porém, não se pode esquecer um outro participante, e cada vez mais influente, na administração de territórios no *Ġarb al-Andalus*; trata-se da **Taifa de Sevilha**, que se afirma na primeira metade da década de vinte do século XI²⁰⁹² e que se interessará pelos territórios mais a ocidente da península Ibérica; esta é, aliás, de todas as Taifas a que irá demonstrar maiores capacidades expansivas e alargar mais facilmente o seu território, tomando, conquistando, controlando, engolindo gradualmente outras Taifas mais pequenas. A Taifa de Sevilha surge algures na década de vinte²⁰⁹³ em torno do prestigiado *qādī* Isma'īl ibn 'Abbad que se conservava no cargo desde os tempos de Almançor e que o viu reconhecido mesmo nos tempos em que os califas Ḥammūdīs se estabeleceram na cidade. O exercício dessa função judicial passa para o seu filho Muḥammad (Abū-l-Qasim Muḥammad b Isma'īl b Abbad) e Sevilha parece ter sido dirigida durante vários anos por um conselho de notáveis²⁰⁹⁴, tendo os Banū Abbād o “vizirado duplo” (Dū l-Wizaratayn) dado pelos Ḥammūdīs, de quem mais tarde se irão afastar, aclamando alguém em 427 H / 1035 como se fosse o califa Hišām II²⁰⁹⁵, ao que parece assassinado em 1016..., expediente através do qual o abbávida será feito *ḥāḡib*, à semelhança do que o “mesmo” Hišām II fizera a Almançor - desta forma a dinastia de Sevilha coloca-se como a única legítima sucessora das funções outorgadas a Almançor, não se arrogando a posição de califa mas ligando-se à figura política e militar mais prestigiada do *al-Andalus* nas últimas décadas (cf. nota 2036).

Este prestígio e legitimidade que os abbávidas de Sevilha e os seus acólitos souberam fabricar irá repercutir-se política e militarmente no *Ġarb al-Andalus*, como se verá, sobretudo com 'Abbad ibn Muḥammad ibn 'Abbad (433 H / 1041 - 461 H / 1068-69) e a capacidade de manipular a legitimidade através de califas com uma existência teórica terá paralelos, mais tarde, em outras longitudes do *Dār al-Islam*²⁰⁹⁶. Os abbávidas de Sevilha vão-se munir de exércitos compostos essencialmente por “milícia servil o mercenária de *'abid* y de *gilman*”²⁰⁹⁷ que, se bem que não tenha dado resultados muito palpáveis contra a Taifa aftácida de Badajoz, irá conseguir, este exército terá sucessos militares no *Ġarb al-Andalus*, terminando com algumas Taifas que irá integrar sob a sua administração.

2092. Uma síntese sobre esta taifa encontra-se em Benaboud, M'hammad, *Sevilla en el siglo XI : el reino abbadi de Sevilla (1023-1091)*, prólogo de Manuel González Jiménez e glossário por Rafael Valencia, Sevilha, Ayuntamiento de Sevilla, 1992.

2093. David Wasserstein (cf. Guichard+Soravia, p. 69) considera que pode ter surgido, tal como a de Toledo, depois dos “anos confusos”, por volta de 1026 - P. Guichard e B. Soravia, *op. cit.*, p. 69.

2094. P. Guichard e B. Soravia falam de um triunvirato - *op. cit.*, p. 70.

2095. Aclamação que consta do *Bayān III* e da *Crónica Anónima*.

2096. Algo semelhante acontecerá quando os mamelucos - como mostra D. Wasserstein - usarem a mesmo método, legitimando-se no Cairo de meados do século XIII - concretamente em 1258 - através de um califa abbássida inexistente - dado que o califado abbássida foi extinto nesse mesmo ano.

2097. A palavra *gilman* (*ḡilman*) é um plural de *ḡulam* e significa “rapaz”, “jovem”, embora o termo se aplique normalmente a jovens com capacidade e ligados a actividades militares.

(a) A campanha de 1034-irrelevante ou decisiva?

Teve lugar em 1034²⁰⁹⁸ um acontecimento que merece alguma atenção acrescida e que atravessa militarmente o território do *Ġarb*.

Apesar de já estar instalado um clima de rivalidade entre Abbáidas e Aftácidas²⁰⁹⁹, utilizando Ibn al-Aftas grupos tribais berberes - havendo “em cada cidade um grupo deles”²¹⁰⁰ - contra os abbáidas, o dirigente de Sevilha, Ismā‘il decidiu fazer uma campanha militar contra terra inimiga cristã, tendo para esse efeito feito um acordo prévio com o senhor de Badajoz.

A necessidade do acordo é natural: os abbáidas para penetrarem em território cristão, teriam de, antes, entrar em áreas controladas pelo senhor da Taifa de Badajoz ou da Taifa de Toledo, Fica-se a saber que o objectivo que o senhor da Taifa de Sevilha pretendia atingir eram territórios a norte dos espaços controlados por Badajoz.

Por razões que são desconhecidas, as tropas de Abū-l-Qāsim Muḥammad ibn Ismā‘il ibn ‘Abbād - no seu regresso de uma campanha cujos frutos se desconhecem - enfrentam-se com tropas de Ibn al-Aftas. Deste confronto sabem-se alguns dos resultados: o senhor de Badajoz teria exterminado o seu exército de uma forma tal “que não se ouviu [falar] de [nada] parecido”²¹⁰¹, tendo cristãos caído também sobre as tropas de Sevilha, matando igualmente muitos. Porém, Ismā‘il ibn ‘Abbād conseguiu escapar, abandonando o seu exército e, com um grupo de seguidores fiéis, passando por dificuldades extremas, conseguiu atingir a cidade de Lisboa, “nos confins dos seus [de Ibn al-Aftas] domínios, nas margens do mar oceano”²¹⁰².

Esta campanha, que Ibn ‘Idārī apresenta como uma das principais razões que estão por detrás da inimizade entre os Banū Aftas e os Banū ‘Abbād revela outros aspectos interessantes.

Por um lado, parece ser, depois de formalmente fechado o Califado de Córdoba, um “reavivar” dos ataques contra o Norte cristão²¹⁰³ mas pode-se pensar que deve ter sido algo mais do que isso. Ao querer seguir a práticas das campanhas contra o Norte cristão, quando os ‘abbáidas de Sevilha não tinham fronteira com esses territórios, o *qādi* sevilhano Ismā‘il ibn ‘Abbād estava a assumir-se como o continuador das campanhas de Almançor. Se Ibn al-Aftas inicialmente deixou passar o

2098. A campanha é referida por Ibn ‘Idārī, no *Bayān*, como tendo ocorrido em 425 H, o que equivale ao período que medeia entre 26 de Novembro de 1033 e 15 de Novembro do ano seguinte; assim, é de presumir que os acontecimentos tenha caído já dentro do ano de 1034.

2099. Ibn ‘Idārī, *Bayān* III, fl. 202-203 (cf. F. Maíllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 171).

2100. Ibn ‘Idārī, *Bayān* III, fl. 203 (cf. F. Maíllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 171).

2101. Ibn ‘Idārī, *Bayān* III, fl. 203 (cf. F. Maíllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 172).

2102. Ibn ‘Idārī, *Bayān* III, fl. 203 (cf. F. Maíllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 172).

2103. Hugh Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 161.

exército de Sevilha, atitudes deste ou a consciência de que esta campanha era estrategicamente a favor de uma legitimação que os abbāidas procuravam, mostrando-se como os únicos verdadeiros sucessores e continuadores dos *hāğib/s* ‘āmiris²¹⁰⁴, ou seja, esta campanha poderia pôr termo, a longo prazo às aspirações dos que se tinham arvorado também eles como herdeiros do califado. Em termos militares, por outro lado, parece ter sido mal preparada e confiante de que tudo seria como dantes, ou seja, que seria como a propaganda de Almançor e do seu filho sempre fizeram crer nas margens do Gaudalquivir.

Por outro lado, a fuga para Lisboa coloca algumas questões. Parecendo que não há dúvidas de que a escapatória de Ismā'il ibn 'Abbād é a cidade de Lisboa²¹⁰⁵, cidade que deveria pertencer aos Banū Aftas²¹⁰⁶.

É de crer que o senhor de Sevilha, que se sebe ter chegado a Lisboa num estado de penúria extrema, tenha entrado nela eventualmente disfaçado ou incógnito e que, acolhido por alguém da sua confiança, a tenha abandonado eventualmente por via marítima, dado que as tropas aftácidas não o conseguirão capturar e ibn 'Abbād conseguirá chegar são e salvo a Sevilha²¹⁰⁷.

Na derrota das tropas de Sevilha parece haver uma complementaridade de acção por parte das tropas de Badajoz e, seguidamente, de um segundo ataque levado a cabo por cristãos. Sem com isto se querer dizer que houve coordenação nos ataques, parece, pela descrição dada pelo *Bayān*, que o ataque dos cristãos teve lugar pouco depois do primeiro embate violento com as tropas de Badajoz.

Por todos estes elementos - pelo atravessamento do território da Taifa de Badajoz, pelo ataque por estas tropas mas também por cristãos pouco tempo depois, e pela fuga em direcção a Lisboa -, é

2104. Ismā'il ibn 'Abbād, segundo o *Bayān*, encenou a sua assunção do cargo de novo *hāğib*; o senhor de Sevilha teria tomado um tal *Khalaf ibn Huşri*, parecido fisicamente com o califa Hişām II que, detrás de uma cortina, se dirigia aos sevilhanos e dizia “que tinha convertido Ismā'il ibn 'Abbād em seu *hāğib*” (Ibn 'Idāri, *Bayān III*, fl. 200, trad. *Crónica Anónima...*, p. 169); a realização de uma campanha contra o Norte cristão - como Almançor, *hāğib* ele também de Hişām II, até à sua morte em 1002 - seria o corolário desta encenação.

2105. Chegou a colocar-se a hipótese de que o destino fosse outro; F. Maíllo esclarece que os textos editados de Ibn Bassām e de Ibn 'Idāri têm transcrito *al-Uşbūna*; mas, como observou H. R. Idris, no manuscrito original de Ibn 'Idāri vem transcrito *al-Uşūna*, o que levou este autor a pensar que se pudesse tratar de *Uksūnuba*, ou seja, Faro - cf. F. Maíllo (ed.), *Crónica Anónima...*, p. 172, n. 920; H. R. Idris, “Les Aftasides de Badajoz”, *Al-Andalus*, vol. XXX, pp. 279-280 e nota 10; F. Maíllo mostra, de forma convincente, de que não se deve tratar de *Uksūnuba* dado que isso implicaria uma perseguição das tropas de Sevilha pelas de Badajoz que entraria em território da Taifa de Sevilha (a zona de Beja, concretamente) e a entrada em território de outra Taifa (cf. F. Maíllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 172, n. 920).

Outros argumentos se podem juntar, como é o facto de nesta conjuntura se usar para designar a zona em questão a expressão *Şanta Mariyya al-Ġarb* e não tanto já a designação de *Uksūnuba*.

2106. O texto do *Bayān*, ao referir que Ismā'il ibn 'Abbād se refugiara nos “confins dos seus domínios” não clarifica qual é, então, o “senhor” de Lisboa, acreditando F. Maíllo que o texto se referisse ao domínio do Aftácida (cf. F. Maíllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 172, n. 920).

De facto, depois da saída de Lisboa dos filhos de Sābūr, a cidade do Tejo foi entregue a um dos filhos de Ibn al-Aftas e não faria sentido que o mesmo Ibn al-Aftas permitisse que tropas de Sevilha atravessassem o seu território se lhe tivessem tomado Lisboa.

2107. O mesmo Ibn 'Idāri, refere no seu *Bayān* que Ismā'il ibn 'Abbād, quando se viu atacado pelo exército afecto ao reino de Badajoz, fugiu com um grupo de próximo seus e que teve de comer as carnes dos seus cavalos para poder sobreviver e chegar a Lisboa - Ibn 'Idāri, *Bayān III*, fl. 203, trad. *Crónica Anónima...*, p. 172.

provável a campanha de Ismā'īl ibn 'Abbād visasse território a norte da actual Beira. Embora não se saiba qual era o destino exacto desta campanha - e se o tinha muito claro desde a sua partida - não seria de excluir a hipótese que se pretendesse retomar, possivelmente só em parte, o percurso da prestigiosa campanha contra Santiago de Compostela, talvez a que mais prestígio deu a Almançor, prestígio esse que o senhor de Sevilha certamente pretendia alcançar para melhor poder afirmar o seu poder e a sua influência num momento em que o califado de Córdova tinha sido formalmente extinto. Atacado por tropas de Badajoz a sul do Douro, algumas tropas cristãs terão avançado rapidamente - galgando o Douro, ou sendo mesmo contingente dos cristãs que sempre se mantiveram a sul do mesmo, entre os quais se encontraram nobres que pactuaram com Almançor - destruindo o que restava do exército sevilhano. Assim, "encostado" geograficamente ao ocidente, Ismā'īl ibn 'Abbād encontra escapatória por Lisboa, uma Lisboa onde não faltariam, eventualmente, descontentes com a subordinação aos aftácidas de Badajoz, capazes de ajudar uma fuga para Sevilha que seria, certamente, bem remunerada no destino²¹⁰⁸.

Porém, se esta campanha foi autorizada a passar por território aftácida para atacar territórios a norte da actual Beira, não seira impossível que o seu destino confessado fosse diferente dos objectivos atacados. Teria sido mesmo possível que as tropas de Sevilha não tivesse sequer cruzado o Douro²¹⁰⁹.

Uma outra campanha pode ter sido fundamental na decisão de avançar com tropas para esta zona: a incursão de Afonso V das Astúrias e Leão que cercou a cidade de Viseu, em 1028²¹¹⁰, onde acabou por ser morto por um tiro de flecha desferido pelas tropas fiéis a um califado ainda não extinto mas numa área controlada por forças afectas a 'Abd Allāh ibn Muḥammad ibn Maslama al-Aftas. Não seria, pois, impossível que a campanha organizada pelo senhor da Taifa de Sevilha se tenha intrometido em territórios que o senhor de Badajoz considerava serem da sua exclusiva responsabilidade.

Mas, há mais acontecimentos que se podem coordenar com esta campanha de 1034. Nesse mesmo ano, Gonçalo Trastemires toma Montemor (o Velho)²¹¹¹ e entrega-a aos cristãos; deve-se deduzir, como faz Jorge de Alarcão, que "entre 1017 e 1034, a vila foi de novo ocupada pelos Muçulmanos"²¹¹², mas algumas outras considerações - acutilantes - merecem um novo olhar.

2108. Controlando os abbáidas a região em Beja, a Kūra de Beja, não seria verdadeiramente necessário que fosse levado até Sevilha para estar em território que lhe fosse fiel; bastaria que uma embarcação o levasse até à zona de Sines - identificado por Cláudio Torres como *Marsa Ḥāšim* (como antes se referiu), local que se sempre dispôs de boas condições portuárias e onde se manteve ocupação humana durante a Alta Idade Média.

2109. Sobre estes detalhes veja-se também Jorge de Alarcão, Jorge de Alarcão, *In territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Lisboa, IPA, 2004, p. 28. A razão desta suposição reside em alguma documentação - do Mosteiro de Vacariça - que refere o facto de Montemor (o Velho) estar nas mãos de Mendo Luz em redor do ano de 1017 e a vila ter sido confirmada a Gonçalo Viegas por Afonso V de Leão (PMH, DC., n. 549; L. G. Azevedo, *História de Portugal*, Lisboa, Edições Bibliion, vols. II (1939), pp. 119-120), o mesmo Gonçalo Viegas que controlava, em 1017, a villa de Ourentã.

2110. Este acontecimento é referido em várias crónicas, entre elas a Crónica dos Godos - vejam-se *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*, I, pp. 5 e seguintes; «História dos Godos» in Alfredo Pimenta (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I: Anais e Crónicas, Lisboa, Livraria Sá da Costa («Clássicos Sá da Costa»), 1948; pp. 22 - 24.

2111. *Chronica Gothorum*, in *P.M.H., Scriptores*.

2112. Jorge de Alarcão, *In territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*,

Refere o mesmo J. Alarcão que “talvez Gonzaga de Azevedo tenha razão ao supor que os Cristãos perderam Montemor em 1026, por ocasião da investida de Abu al-Kasim Mohamede”²¹¹³. Ora, este “Abu al-Kasim” não é outro senão Abū-l-Qāsim Muḥammad ibn Ismā'il ibn 'Abbād que, com a publicação e tradução do *Bayān* se sabe que realizou uma campanha, sim, mas em 1034. Tudo o mais é extremamente válido e, se se exceptuar a necessidade desta correcção, a argúcia de Gonzaga de Azevedo e a valorização que deste raciocínio é feito por J. Alarcão não perdem importância actualidade. De facto, o avanço de Gonçalo Trastemires sobre Montemor (o Velho) nesse mesmo ano de 1034 ganha novos contornos, ao poder ser relacionado com a derrota das tropas de Abū-l-Qāsim Muḥammad ibn Ismā'il ibn 'Abbād de Sevilha. Sem poder garantir que as tropas de Sevilha possam ter sido derrotadas por tropas afectas aos aftácidas, estacionadas em Viseu ou em Coimbra, e eventualmente esmagados também pelos homens comandados por Gonçalo Trastemires (um senhor da Maia²¹¹⁴) e empurrados para sul não muito longe da linha do Mondego, a coincidência temporal destes acontecimentos faz com que se possa pensar que tenham estado relacionados. E, nesse contexto, faria sentido que a fuga de Abū-l-Qāsim Muḥammad ibn Ismā'il ibn 'Abbād, eventualmente derrotados não muito longe da linha do Mondego²¹¹⁵, se processasse para Lisboa.

Lisboa, IPA, 2004, p. 28.

2113. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. 1939, p. 121.
2114. Trata-se do segundo senhor da Maia, filho de Trastamiro Aboazar. Sobre esta família veja-se José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 210.
2115. J. Alarcão apresenta de forma sintética e fundamentada elementos sobre esta conjuntura: “Desse período de domínio cristão em Montemor, concretamente, de 954, data a doação de Rodrigo Abulmundar ao mosteiro de Lorvão: *villa et domos nostros in Mons Maiore, vineas et terras et in campo de Mons Maiore nostras terras* (PMH, DC., n. 68). O mesmo documento prova que Rodrigo Abulmundar tinha bens em Tentúgal. A tenência do castelo reconquistado por Almançor foi confiada a um conde cristão que todavia se pusera do lado dos Muçulmanos: Froila Gonçalves, filho de Gonçalo Moniz que havia sido conde da Coimbra reconquistada pelos Cristãos.

A colaboração de Froila Gonçalves com os Sarracenos e o seu senhorio de Montemor estão recordados no documento PMH, DC., n. 242, que refere, ao mesmo tempo, a expulsão de Froila Gonçalves da vila por Mendo Luz antes de 1019, talvez em 1017, ano em que vemos o rei de Leão, Afonso V, em Montemor”, referindo ainda que “não foi a Mendo Luz que o castelo foi entregue, mas a Gonçalo Viegas (PMH, DC., n. 549)” - Jorgfe de Alarcão, *In territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Lisboa, IPA, 2004, p. 111.

Ver igualmente A. H. de Oliveira MARQUES, A. H., *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista*. (volume II da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Editorial Presença, p. 263 e Pedro A. de Azevedo, “O Castello de Santa Eulalia”, in *O Archeologo Português*, Lisboa : Museu Ethnographico Português. - Séria 1, vol. 13, n. 1-6 (Jan.-Jun. 1908), pp. 67-75, onde muitas destas informações são dadas.

Sem deixar de lembrar que Montemor - o -Velho pode ter sido retomada por tropas seguidoras do qādī sevilhano Abū al-Qasim Muḥammad ibn 'Abbad (o primeiro dos abbádidas), em 1026, numa expedição que atingiu a zona fortificada conhecida como os *Dois Irmãos*, identificados como a zona de Lafões (cf. Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, vol. II, 1939, pp. 121-122 - já referido também por Ch. Picard), refere-se que Gonçalo Trastemires da Maia retoma Montemor em 1034, em tempos de Bermudo III (no que concordam o *Chronicon Conimbricense* (PMH, *Scriptores*, p. 4, col. 1) e a *Chronica Gothorum* (PMH, *Scriptores*, p. 9).

Questiona-se J. Alarcão, mais adiante: “ Mas terão os Cristãos conservado a vila até à reconquista definitiva de Coimbra em 1064? O documento 49 do L.P., datado de 1095, deixa crer que o castelo foi a certa altura abandonado e

Parece claro que os movimentações de tropas cristãs no sector norte do *Ġarb al-Andalus* não são pequenas pouco tempo depois da queda do Califado de Córdoba.

Porém, as consequência desta campanha vão mais longe. Esta parece ter sido a única réplica ou tentativa de emular as campanhas de Almançor - e foi um fracasso. É também neste momento que tropas cristãs pela primeira vez batem tropas de um rei de Taifas, se bem que este se encontre fora dos seus domínios. E, por outro lado, fica clara a divisão que irá caracterizar o período das Taifas, com tropas de uma “facção”, de uma Taifa do al-Andalus a atacarem tropas de outra facção que tinha como objectivo uma campanha fundamentada no *Ġihād*, campanha que parece inserir-se num programa propagandístico em redor da figura da dinastia abbáçida de Sevilha que quer tirar partido do vazio criado com a extrinção formal do califado de Córdoba.

Para os cristãos do Norte, este momento pode ter sido interpretado como um momento de viragem. Esta campanha foi repelida e os seus participantes não foram unicamente derrotados; foram exterminados, pelas tropas de Badajoz, sim, mas também pela tropas cristãs do Norte. Parece, pelo menos no flanco ocidental, não haver mais campanhas do sul contra o norte. O momento será de viragem e de maior confiança na sorte das armas das gentes setentrionais, numa fase em que o al-Andalus se encontra dividido e com dificuldades em justificar a legitimidade dos seus dirigentes. Esta campanha da iniciativa de Sevilha em 1034 terá contribuído para dar ânimo às formações do Norte cristão e não será preciso esperar muito para que se dêem avanços cristãos para sul do Douro no ocidente peninsular.

se converteu numa selva e covil de feras (segundo os dizeres do documento). Parece à primeira vista difícil aceitar este abandono, porque a posição era estratégica e porque, em 1057, o mosteiro da Vacariça é dado como sito no território de Mons Maior (L.P.,n. 110, embora no mesmo ano o mesmo mosteiro seja dito em território colimbriense, L.P.,n. 88). A hipótese de um abandono do castelo pelos Cristãos depois de 1057, tão próximo da data da reconquista de Coimbra, não se nos afigura muito convincente. Mas o testemunho do doc. 824, por outro lado, não se pode ignorar.” - Jorge de Alarcão, *ibidem.*, p. 111.

(O doc. referido por J. Alarcão é o documento n. 824 dos *PMH, DC*)

Alarcão mostra bem como a posse do castelo de Soure pelos muçulmanos foi efectiva²¹¹⁶. e que

2116. “E Soure, onde o presbítero João havia edificado um mosteiro que, em 1043, doa a Vacariça (L.P., n.0 84), seria posição na posse dos Cristãos? Teriam estes também o castelo de Penacova? Na *Vida de Martinho de Soure* (Nascimento, 1998, p. 226-227) diz-se (devendo dar-se atenção ao facto de a biografia ter sido escrita por volta de 1150): “Das antigas ruínas (de Soure) nada mais (há) aqui a salientar que as paredes de uma construção de fortaleza de há muitos anos que documentos dos antigos afirmam ter sido um mosteiro de regulares. A esta fortaleza, pois, e a este local tão ameno acudiram grupos de homens dispostos a viver segundo leis definidas. À custa de intenso trabalho levantaram um castelo a que deram o nome de Soure. Ao verificar-se, porém, longos anos depois, por auxílio da graça divina, a restauração da cidade de Coimbra, realizada admiravelmente por Fernando, o mais valoroso rei das Espanhas, também o castelo de Soure foi libertado dos infieis ismaelitas juntamente com outras povoações a si associadas nos confins das suas terras”.

Se, do texto transcrito, se deve concluir que os Muçulmanos tinham Soure em 1064, também nos parece dever depreender-se que, anteriormente, os Cristãos se tinham aí congregado em torno de um mosteiro e de um castelo. Não nos parece impossível que, na década de 1040, aquando da doação do mosteiro sourense ao da Vacariça, Soure fosse uma posição cristã em ligação com Montemor.

Quanto ao castelo de Penacova, existente pelo menos em 1036, não sabemos quem é

*que, nessa data, nele imperava. Se acaso os Cristãos, no período de 1017 a 1057, dominaram Soure, Montemor e um território que incluía Vacariça, não-de ter perdido essas posições antes de 1064, se fizermos fé no testemunho da *Vida de Martinho de Soure*. Ou, pelo menos, não-de ter perdido Soure. Mas um documento de 1095 deixa-nos pensar que terão perdido também Montemor. Trata-se do documento n.0 824 dos PMH, DC., no qual se diz que o castelo de Montemor foi doado por Afonso VI ao cônsul D. Sesnando e que se achava então abandonado e convertido numa “selva” e em covil de feras desde os tempos em que os Sarracenos o haviam destruído, tendo sido restaurado pelo mesmo D. Sesnando.*

A interpretação deste documento não deixa, porém, de suscitar dúvidas. Em primeiro

*lugar, a “selva” e o “covil de feras” podem corresponder a um topos literário, pois a *Vida de**

Martinho de Soure, referindo-se ao ataque dos Muçulmanos a Soure, em 1117, e à destruição

que do castelo fizeram os sourenses antes de fugirem para Coimbra, diz que durante sete

anos ficou despovoado e se tornou covil de feras: per septem igitur annorum curricula ferarum cubacula depopulatum existens... Por outro lado, não é muito credível que os Sarracenos, tendo retomado Soure e Montemor por volta de 1057, tenham deixado desguarnecido o castelo desta última vila, que era uma posição estratégica importante.

A interpretação alternativa de o castelo de Montemor ter ficado abandonado a partir de

1064, isto é, a partir da data da reconquista de Coimbra (data em que o castelo de Montemor,

se acaso se achava em poder dos Muçulmanos, terá sido reconquistado), também oferece

dúvidas, pela mesma razão da sua importância estratégica.

Tudo ponderado, não se nos afigura inteiramente inviável que, de 1017 a 1057, Soure e

Montemor tenham sido posições cristãs; que, por volta de 1057, Soure e Montemor tenham

sido reconquistadas pelos Sarracenos; que, em 1064, tenham sido retomadas por Fernando

Magno; e, finalmente, que D. Sesnando tenha decidido fortalecer o castelo de Santa Olaia,

tendo os de Montemor e Soure ficado abandonados até que, no tempo de Afonso VI (isto é,

depois de 1071-1072), foram restaurados e novamente guarnecidos de tropas. Aliás, relativamente ao castelo de

essa ocupação se estendeu a zonas próximas, mesmo na margem norte do Mondego²¹¹⁷.

(i) Confrontos internos

Os problemas relacionados com a legitimidade dos pequenos Estados ou poderes que se afirmaram consumiram grande parte ds preocupações destes reinos. Centrando as preocupações no *Ġarb al-Andalus*, terminou a fase de expansão territorial que caracterizou a fase *'amirí*, sobretudo com Almançor, e a preocupação residia sobretudo em manter o controle sobre as zonas controladas e fazer face a outros poderes vizinhos que pudessem tornar-se rivais.

Daí a questão da legitimidade ser fulcral. Cada “rei” de um Taifa pretendia demonstrar-se como legítimo, em nome de um Califa real ou, em alguns casos, fictício²¹¹⁸, sempre um califa afastado e cuja possibilidade de controlar os poderes exercidos fosse simplesmente teórico. Com especial repercussão no Ocidente deve ter sido o facto de em Sevilha se ter proclamado, em 427 H /1035 Hišām II, para muitos um falso califa, na medida em que o verdadeiro Hišām II deveria estar já morto. No entanto, esse ano de 1035 é um ponto de viragem bastante importante. Os Ĥammūdī/s que se tinham afirmado como califas e que na década de trinta dominavam a zona em redor de Málaga e Algeciras aproximavam-se de Sevilla e tomaram a cidade de Carmona. É neste ano de 1035 que Sevilla joga a cartada de Hišām II - para alguns já morto - diminuindo, assim, a legitimidade dos Ĥammūdī/s e acabando por os derrotar muito perto de Sevilha nesse mesmo ano; esse acontecimento é importante, na medida em que a partir daí a dinastia de Sevilha está muito mais disponível para alargar o seu território, a a reforçada Taifa de Sevilha não deixará de o fazer.

Apesar de um dos Ĥammūdís ter morrido frente a Sevilha em 1035, isso não impediu que outros membros da família se proclamassem califas, chegando a haver em meados do século XI quatro personagens - incluindo o falso Hišām II de Sevilha e um ĥammūdī de Ceuta (Idrīs II) - a proclamar-se como califas, tendo-se detectado então possíveis influências xiitas e uma **crecente influência norte-africana** pelo menos no sul do al-Andalus²¹¹⁹.

Soure, é o que diz a Vida de Martinho de Soure (Nascimento, 1998, p. 226-227): “A verdade é que só longos anos já decorridos, sob o poder do rei Afonso, através do governador, o alvazir Sesnando Abenaamir, que então governava com espírito industrioso a cidade de Coimbra e o município de Montemor, começou a ter lugar a reedificação (do castelo de Soure)”.

Jorge de Alarcão, *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, IPA, col. *Trabalhos de Arqueologia*, n. 38, pp. 29-30.

2117.

- “Não nos podemos esquecer que em Emide (actual Buarcos) terá existido uma aldeia muçulmana; mas, expulsos dela os Sarracenos, D. Sesnando tê-la-á repovoado; e poderá ter instalado também Lamasma (Murtinheira?) e Tavarede” - Jorge de Alarcão, *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, IPA, col. *Trabalhos de Arqueologia*, n. 38, pp. 30-31.

2118. Essa questão é muito clara no caso da emissões monetárias, nas quais figura um *imām* real (como no caso dos Tuġġibī/s de Saragoça que acolhem o fugido califa Hišām III e o “usam” nas suas moedas) - embora em alguns casos já morto quando as moedas são cunhadas - ou um *imām* fictício.

2119. Sobre estes aspectos, parcialmente derivados de investigação recente de Bruna Soravia, vejam-se P. Guichard e B. Soravia, *op. cit.*, pp. 77-79.

Sobre os califas Ĥammūdís veja-se Manuel Acién Almansa, “Los Hammudíes, califas legítimos de occidente en el

A Taifa abbádida de Sevilha e o *Ġarb al-Andalus*

Ibn Maslama al-Aftas irá conseguir pôr de pé um dinastia que, desde 1002, chegará até quase ao final do século XI. Sem fazer uma História desta dinastia, de que há já exemplos²¹²⁰, pretende-se perceber essencialmente as vertentes políticas e militares desta dinastia.

Durante a década de vinte pouco mais há registar que o envio de um dos filhos de ibn Maslama al-Aftas para Lisboa, onde irá tomar o posto de ‘Abd al-Malik ibn Sábūr como governador. É de presumir que tenha ido com forças militarizadas no seu séquito e que a zona da acrópole da cidade de Lisboa tenha recebido um guarnição renovada. Não se conhecem, infelizmente, referências a obras nas defesas passivas da cidade e, nessa conjuntura, não se adivinhavam novos perigos na entrada da barra do Tejo.

Na década de trinta do século XI a tensão crescerá na s zoans de fronteira entre as áreas de influência Badajoz e de Sevilha; a posse pela cidade de Beja - cidade que se encontraria parcialmente arruinada²¹²¹ - será um elemento decisivo para que o ambiente entre ambos os Estados se deteriore. A penetração do domínio de Sevilha no que será, mais tarde, o Baixo Alentejo não só irá conduzir à anexação de Mértola e, mais tarde, de Šanta Mariyya al-Ġarb e de Šilb como criará entre a Beja abbádida e a Évora aftácida uma tensão permanente ao longo do século XI.

Sabe-se que as muralhas da cidade de Badajoz foram reforçadas nesta conjuntura²¹²², mas é provável que atenção especial tenha sido dada, igualmente, às defesas passivas da cidade de Évora que, sabe-se, tinham sido reforçadas em 914, ou seja, cerca de um século antes. Não seria de estranhar que se tivesse dado especial ênfase à construção de estruturas para aquartelamento de tropas de contingentes militares, que poderia ter passado pela construção ou melhoramento de uma “alcáçova”²¹²³.

siglo xi”, Carlos Laliena Corbera, Juan F. Utrilla Utrilla (Eds.), *De Toledo a Huesca: Sociedades Medievales en transición a finales del siglo XI (1080-1100)*, 1998, pp. 45-59.

2120. Sobre o reino de Taifas de Badajoz veja-se Manuel Terrón Albarrán, *El solar de los Aftásidas: aportación temática al estudio del reyno moro de Badajoz - siglo XI*, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 1971;
2121. Cf. María JesúsViguera Molíns, “Historia Política” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 84; sobre a progressiva decedência da cidade de Beja, sobre o “*inexorável apagamento de Beja (uma decadência que já começava a desenhar-se com toda a nitidez em finais do século IX)*” veja-se Santiago Macías, “Islamização no território de Beja — reflexões para um debate”, *Análise Social*, vol. XXXIX (173), Lisboa, 2005, (pp. 807-826), p. 820.
2122. Sobre o reforço das muralhas de Badajoz nesta fase vejam-se María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 47 e Fernando Valdés, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168.
2123. Sobre a existência de uma “alcáçova” em Évora, na área conhecida como rua da Freiria de Cima e Freiria de Baixo veja-se Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1995, pp. 44-45. Terá de se ver, igualmente, uma última e esclarecedora síntese em Hermínia Vilar e Hermenegildo Fernandes, “O Urbanismo de Évora no período medieval” in *Monumentos*, n. 26, Lisboa, 2007, pp. 6-15. Estão em fase de publicação trabalhos fundamentais de Vale-Flores, a quem agradeço os dados fornecidos.

Porém, os dados documentais , mas também a topografia do terreno e a implantação desta zona da cidade em frente do anfiteatro natural que mira os campos que conduzem a Elvas e a Badajoz, capital da antiga Taifa, fazem da zona o local

Em meados da década de quarenta sucede-lhe Abū Bakr Muḥammad ibn ‘Abd Allāh al-Muẓaffar (1045-1067/8), filho do anterior. Apesar de o aftácida al-Muẓaffar ser um homem culto e de se ter dedicado sobretudo a assuntos de âmbito literário - tendo composto uma obra enciclopédica em 40 volumes, que é dada por perdida mas que ainda estava referenciada em Marraquexe no século XII, e que é conhecida pelo seu nome, *al-Muẓaffarī* - o período de mais de vinte anos em que governou grande parte do Ġarb al-Andalus está recheado de acontecimentos de carácter militar²¹²⁴.

Em tempos de al-Muẓaffar os conflitos sobre os quais as fontes de época islâmica mais se debruçam são os que opuseram este dirigente aos das Taifas de Sevilha - continuando um constante interrompida momentaneamente quando Abū-l-Qāsim Muḥammad ibn Ismā‘il ibn ‘Abbād foi autorizado a avançar para norte através de território *aftasí* - e de Toledo (sobretudo a partir de 1046²¹²⁵), ou seja, aos poderes islâmicos vizinhos com quem fazia fronteira e cujo crescimento mais temia.

Esta última razão estaria por detrás da ajuda que deu a Ibn Ṭayfūr de Mértola e, depois, a Aḥmad b Yaḥyà al-Yaḥsubī Tāy al-Dawla, o rei da Taifa de Huelva, qualquer deles senhores de Estados ocidentais que, na perspectiva de Badajoz, deveria ser conveniente manter para evitar os desejos expansionista de Sevilha. Este mesmo problema com a Taifa de Sevilha deve ter sido o que levou o segundo senhor aftácida de Badajoz a entrar numa aliança com outros poderes berberes que se tinham afirmado em outras partes do al-Andalus, como era o caso dos ḥammūdī/s de Málaga e de Algeciras e o rei Bādīs da Taifa de Garnada²¹²⁶.

Sevilha e os castelos a ocidente

A expansão da Taifa abbávida de Sevilha parece ter-se processado inicialmente à custa do território controlado por Ibn Ṭayfūr a partir de Mértola, território que, tal como acontecia com as demais Taifas, não tinha contornos bem definidos mas que ocuparia parte da *Kūra* de Beja e do que hoje se designa como Baixo Alentejo²¹²⁷.

Avançando provavelmente pelo corredor de Aracena e Aroche, as tropas de Sevilha conseguem tomar Mértola em 436 H / 1044, tomada sobre a qual não há detalhes. Importante é registar que a tomada de Mértola significará a chegada do domínio de Sevilha à fachada Atlântica ocidental do *Ġarb al-Andalus*, na medida em que essa conquista deve ter estado ligada a um reforço do controle do território em redor de Beja - cidade onde nascera pouco anos antes, em 1039-40²¹²⁸, o filho do

propício para a implanrtação de um *qaṣr* em época islâmica. Se alguma vez forem levadas a acabo escavações arqueológicas na importante área, de tradição palatina, do Páteo de S. Miguel, não deixarão, certamente, de surgir dados sobre os muitos séculos de ocupação *andalusī*.

2124. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 84.

2125. Como assinala María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 84.

2126. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 85.

2127. Sobre Mértola, a Taifa liderada por Ibn Ṭayfūr e a *Kūra* de Beja veja-se Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. 1, Mértola, 2006; veja-se igualmente María Jesús Viguera, “Historia política”, *Historia de España*, VIII - 1, pp. 101-102.

2128. Cf. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*,

abbávida al-Mu‘tadid (conhecido como al-Mu‘tamid²¹²⁹) - e do litoral ocidental onde se encontra, por exemplo, a localidade portuária de Sines, provavelmente a que antes se designava como Marsa Ḥašim, como defende Cláudio Torres. Beja deve ter sido uma peça importante dos abbávidas para conquistar a cidade de Mértola.

O domínio de Sevilla sobre territórios a ocidente do Guadiana deve ter implicado, certamente, em termos de obras de defesa passiva a utilização ou construção e apetrechamento de algumas fortificações estratégicas. Parecendo ser a linha de penetração principal a via através de Aracena, deve ter havido especial cuidado, senão mesmo obras de adaptação e reforço de estruturas já existentes em fortificações como Aroche, Mas também em Aracena e, já sobre a linha do Guadiana, faria sentido controlar eventualmente Serpa e Moura; Serpa, concretamente, seria vital para preparar tropas que se destinassem a atacar e ocupar Beja e Mértola e, numa segunda fase, como ponto de apoio fundamental para controlar os territórios a ocidente do Guadiana.

A partir do momento em que a Taifa abbávida de Sevilha domina o que será mais tarde o Baixo Alentejo faz todo o sentido ter pontos de apoio a sul desse território. Para além de Mértola e de um eventual fortificação em Almodôvar²¹³⁰, o controle desse território poderia passar pelo controlo sobre Marachique, o local conhecido arqueologicamente como Castro da Cola, onde algumas cerâmicas estudadas apontam para conologias pré-almóadas. A linha de defesa²¹³¹ a sul da serra algarvia poderia passar, mais a ocidente, por Odemira, sobre o rio que, depois de cruzado, abria as portas aos caminhos sobre Odeceixe e o vale de Aljezur, já no território de Silves.

Mértola, por seu lado, associadas estreitamente (sobretudo mais tarde) a Alfájar de Peña, permitiriam pressionar os territórios a sul; Sevilha, com esta pressão de norte para sul e com a pressão que exercia a partir do vale do Guadalquivir, facilmente tinha os reinos de Niebla mas também, os de Santa Maria de do Ocidente (dos Banū Hārūn) e, mais tarde, o de Silves, na sua mira e com o tempo asfixiados. Mértola era, pois, uma peça vital nas mãos dos abbávidas para poder conquistar, depois, o território do actual Algarve (o mesmo que al-Idrīsī nomeará como *Al-Faġar*....)

Porém, a utilização do território do actual Baixo Alentejo como plataforma para avançar sobre outros territórios do sul, sobre outros reinos de Taifas, tinha um problema: os domínios dos Banū Aftas de Badajoz, localizados basicamente a norte da serra do Mendro. Daí, possivelmente, a importância militar de Beja ainda no século XI - cidade onde em 1040 nascerá o rei-poeta al-Mu‘tamid - cidade que faria sentido poder coordenar-se, nesta conjuntura, com Moura, cidade esta outra na rectaguarda da margem esquerda do Guadiana e de onde poderiam avançar expedições militares sobre Évora - passando o mesmo rio - ou para Norte, sobre o território de Badajoz.

É neste contexto que faria sentido haver locais de vigilância inseridos na zona da serra conhecida como “do Mendro”, que poderiam ser no sítio da fortificação parcialmente em taipa que se encon-

Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 139.

2129. Nascido em Beja; também ele com um *laqab* honorífico, antes usado por um califa abbássida do século IX.

2130. Topónimo que por si significa a existência de um aglomerado populacional “redondo” - cf. Frei João de Sousa, *Vestígios da Língua Árabe*, p. 60.

2131. Não se utiliza aqui a expressão “linha de defesa” como um conceito militar fechado e próprio da fase da pirobalística e da guerra de artilharia. Trata-se, sim, de fortificações que poderiam até nem ter comunicação visual umas com outras mas que, através de estafetas a cavalo, poderiam comunicar facilmente uma com a outra em curto espaço de tempo.

tra aqinda na parte da “vila velha” de Portel, não negligenciando, eventualmente, locais como os que se conhecem como S. Bartolomeu do Outeiro ou Alvito, embora nestes casos os locais em questão seja mais favoráveis para os controladores de Évora, ou seja, os aftácidas.

A zona de “fronteira” entre territórios controlados por aftácidas e abbáidas pode ter passado também por uma linha onde se encontram fortificações com ocupação islâmica como é o caso de Noudar, ou outros como Cumbres Mayores²¹³², Cumbres de San Bartolomé e Santa Olalla de Cala, cumeadas estas que separam claramente dois territórios e onde as fortificações conhecidas mais tarde como “banda gallega” na Baixa Idade Média poderiam ter sucedido em, alguns casos, a pontos fortificados ou de vigilância em relação a avanços do reino aftácida vizinho.

Taifas menores no Ġarb e a cronologia do avanço sevilhano

A apetência dos abbáidas pelo *Ġarb al-Andalus* não se ficou por Mértola. Sete anos depois, os abbáidas de Sevilha puseram fim à Taifa de Huelva - Saltés (443 H / 1051-52)²¹³³ e o avanço para ocidente foi continuado com a integração, dois anos depois, da Taifa de Niebla (em 445 H / 1053-54)²¹³⁴. Poucos anos depois, cairá o Estado criado pelos Banū Hārūn em Faro²¹³⁵ (Šanta Mariyya al-Ġarb)²¹³⁶, queda que passou pelo uso da força, em 449 H / 1057-58²¹³⁷.

O recurso à força das armas, mas também às emboscadas e aos assédios com máquinas de guerra parece ter sido a norma dos exércitos dos abbáidas de Sevilha. É o que a *Crónica Anónima* diz acerca da forma como terminaram as Taifas de Huelva - Saltés (dos Banū Bakrī), mas também a de Šanta Mariyya al-Ġarb (Faro). No caso da taifa de Silves, sabe-se que a capital dos Banū Muzayn foi assediada e tomada pela força embora a data desse acontecimento tenha levantado dúvidas²¹³⁸, haja confusão entre vários membros desta família e se coloquem problemas de compatibili-

2132. Aí se localiza uma fortificação, em alvenaria, com torres quadrangulares e semi-circulares, atribuída a Sancho el Bravo, como parte do sistema defensivo da chamada “Banda Gallega”, ou seja, de defesa em relação a Portugal; não seria impossível que tivesse havido uma estrutura de vigilância anterior.

2133. Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, p. 326).

2134. Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, p. 327).

2135. Em documentação da Baixa Idade Média surge grafada como *Farom* e *Faarão*.

2136. A Taifa dos dos Banū Hārūn, em *Šanta Mariyya al-Ġarb*, teve dois dirigentes: Sa'id, (desde cerca de 1018 a 1041-42) e Sa'id ibn Muḥammad al-Mu'tasim (a partir de 433/444H 1041-42).

2137. Pierre Guichard e Bruna Soravia (*Los reinos de Taifas. Fragmentación política y esplendor social*, p. 327).

2138. A *Tā'riḫ mulūk al-Ṭawā'if*, escrita em finais do período almorávida data de 455 H / 1063 o fim da dinastia dos Banū Muzayn de Silves (cf. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas*, §13, p. 35; o *Ṭarṣī' al-akhbār* de Al-'Udrī, anterior e contemporâneos desses acontecimentos, data de 444 / 1052-53 o fim da Taifa de Silves (cf. Al-'Udrī, *Ṭarṣī' al-akhbār*, Madrid, 1965; trad. (Rafael Valencia: “La cora de Sevilla en el Ṭarṣī al-ajbār de Aḥmad b. 'Umar al-'Udrī”, *Andalucía Islámica - Textos y Estudios*, Granada, vol. 4-5 (1983-86), p. 137).

Assim, dadas as informações mais fidedignas de Al-'Udrī e as precisões de M. J. Rubiera Mata e de Rafael Valencia, F. Maíllo Salgado segue a seguinte proposta cronológica para os dirigentes da família dos Banū Muzayn da Taifa de Silves:

‘Īsà ibn Abī Bakr al-Muzaffar (404 H / 1013-14 - 432 / 1040-41)

dade cronológica sobre eles²¹³⁹. Por isso, num trabalho de profundamente didático e que não mascara as dificuldades, María Jesús Viguera apresenta as duas soluções mais plausíveis, uma com cinco dirigentes e com o domínio da região pelos abbáidas de Sevilha numa primeira vez em 1052-53 e definitivamente só a partir de 1063²¹⁴⁰, ou então uma outra possibilidade de sucessão dinástica mais simples mas também mais curta temporalmente²¹⁴¹.

A acção militar de Sevilha contra as Taifas do Ġarb

O primeiro senhor de **Huelva (*Ūnba*) e Saltés (*Šaltīš*)**, que foi ‘Abd al-‘Azir al-Bakrī²¹⁴² é apresentado na *Crónica Anónima* como bom administrador das terras que tinha à sua guarda mas que acabará por ser perturbado pelos abbáidas de Sevilha, com ataques que só terminaram quando entregou o poder aos abbáidas²¹⁴³.

O pequeno reino criado em redor **Niebla (*Labla*)** foi visado também pelos abbáidas de Sevilha que carregaram com a cavalaria ainda em tempos do segundo *sultanato*, exercido por ‘Izz al-Dawla²¹⁴⁴. Tendo abdicado no seu irmão, o terceiro e último senhor de Niebla teve de sofrer diversas pressões dos abbáidas, pagar o “preço do sangue” de soldados que tomaram do campo adversá-

Muhammad ibn ‘Īsà al-Nāšir (432 H / 1040-41 - 440 / 1048-49)

‘Īsà ibn Muhammad al-Muẓaffar Abū l-Ašbāġ (440 H / 1048-49 - 444 / 1052-53)

(cf. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas*, p. 35; María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 151).

2139. Cf. M. J. Rubiera Mata, “Algunos problemas cronológicos en la biografía de al-Mu‘tamid de Sevilla: la conquista de Silves y el matrimonio de Rumaykiyya”; *Actas de las Jornadas de Cultura Árabe e Islámica (1978)*, Madrid, 1981, pp. 231-236.

2140. Segundo esta possibilidade, teriam sido dirigentes da Taifa de Silves os seguintes senhores:

‘Īsà ibn Muhammad (morto em 1040-41)

Muhammad ibn ‘Īsà ‘Amīd al-Dawla (morto em 440 H / 1048-49)

‘Īsà ibn Muhammad ibn Muzayn al-Muẓaffar (440 H / 1048-49 - 1051-532 ou 1054)

Muhammad ibn ‘Īsà al-Nāšir (ou antes de ‘Amīd al-Dawla?); (entre 1054 e 1058?)

‘Īsà ibn Muhammad al-Muẓaffar (1058-1063)

(cf. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 150).

2141. Esta é, basicamente a solução publicada por a sequência dada por P. Guichard e Bruna Soravia, *op. cit.*, p. 328, diferente da que apresentam na mesma obra na p. 80 (e que segue a proposta publicada por Maíllo). Coincide esta solução, com Três dirigentes, com a antes apontada por F. Maíllo.

2142. Trata-se do pai do famoso geógrafo Abū ‘Ubayd al-Bakrī, autor do *Kitāb al-Masālik wa l-Mamālik*, aqui usado nesta dissertação.

2143. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas*, § 15, p. 37. Sobre esta dinastia veja-se María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, pp. 145-146.

2144. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas (Tā’riḫ mulūk al-Ṭawā’if)*, §17, p. 39.

rio, sofreu devastações (embora tenha também respondido, contra-atacando zona do Aljarafe sevillano) mas acabou por entregar o poder a al-Muṭadid²¹⁴⁵.

O governo da cidade de **Šanta Mariyya al-Ġarb** foi confiado a um tal Sa‘īd ibn Hārūn, provavelmente de origem muwallad e proveniente da região em redor de Mérida, em tempos do califa Sulaymān al-Musta‘in, cerca de 407 H / 1016; ter-se-ia mantido no poder, em Faro, até 433 H / 1041-42. Será o seu filho, Muḥammad ibn Sa‘īd ibn Hārūn, que lhe sucederá, conseguindo manter o poder durante cerca de 10 anos²¹⁴⁶; segundo a *Crónica Anónima* o senhor da Taifa de Sevilha trouxe-lhe “combates, matanças e guerras”. A situação deve ter-se mantido durante muito tempo e de forma cada vez mais insuportável, até que o segundo e último dos Banū Hārūn negociou a sua rendição e a sua condução segura até Sevilha, onde se aposentou voluntariamente²¹⁴⁷.

Parece ter havido por parte dos abbáidas de Sevilha contra *Šanta Mariyya al-Ġarb* uma constante tática de desgaste, que pode ter conduzido os senhores de *Šanta Mariyya al-Ġarb* / Faro à edificação de várias fortificações ou pontos de vigia (atalaias) em redor da cidade ou até em zonas mais próximas de serras por onde se pudesse processar a entrada dessas tropas (Seria Salir um desses casos?), bem como ao reforço ou boa manutenção das muralhas da própria cidade de *Šanta Mariyya* / Faro. Aliás, parece claro que as tropas dos abbáidas de Sevilha nunca conseguiram tomar a capital deste pequeno Estado, sinal de que as suas defesas passivas deveriam estare em bom estado de conservação nessa conjuntura e com portas, altura de muros e conservação dos mesmos capazes de aguentar o embate das tropas enviadas de Sevilha ou localidades mais próximas de onde partissem esquadrões de cavalaria²¹⁴⁸.

2145. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas (Tā’riḫ mulūk al-Ṭawā’if)*, §18, pp. 40-41. Sobre esta dinastia ver María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, pp. 143-144.

2146. O *santareno* Ibn Bassām data de 449 H / 1057-58 o fim desta Taifa de Faro - *apud Bayān* III, p. 215 (cf. F. Maíllo (ed.), *Crónica Anónima...*, p. 37, n. 54).

2147. Esta solicitação é semelhante ao que acontecera em tempos de ‘Abd al-Raḥmān III, quando Córdoba recebeu grande quantidade de ex-rebeldes que receberam *amān* do Emir e primeiro califa.

Sobre a Taifa de *Šanta Mariyya al-Ġarb* e a família dos Banū Hārūn fejam-se também Dozy, *Histoire des Musulmans d’Espagne...*, II, 2ª ed, III, p. 54 e David Lopes, *Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1911, pp. 78-79. Ver ainda Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, cap. V; veja-se, do mesmo autor, sobretudo para as zonas de litoral Ch. Picard, *L’océan Atlantique musulman de la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal, Espagne, Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, pp. 105-108, *passim*.

Os senhores da **Taifa de Faro** são os seguintes:

Sa‘īd ibn Hārūn (cerca de 1018 - 1041-42)

Muḥammad ibn Sa‘īd ibn Hārūn (433H/1041-42 - 443 H / 1051?)

(cf. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 148 e F. Maíllo (ed.), *Crónica Anónima...*, p. 36.

2148. Não há referências à cavalaria a atacar a cidade de Faro; porém, pelo *modus operandi* utilizado pelos abbáidas contra Huelva - Saltés e pelo que se verá acerca dos dados relativos a Silves, os ataques parece terem sido feitos sobretudo com tropas a cavalo. Não há qualquer referência à aproximação de tropas chegadas por via marítima, saídas do Gaudalquivir ou de outra qualquer zona navegável e contralada pelos abbáidas.

Quanto a Silves, diz a *Crónica Anónima / Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if* que Abū l-Aṣḃāḡ ('Īsà ibn Muḥammad al-Muzaffar) quando sentiu a desordem existente na sua região - e fruto, certamente, de acontecimentos que se deram a seguir à fragmentação do Califado - “organizou a cidade [de *Šilb* - Silves] e consolidou as suas defesas”²¹⁴⁹, ou seja, parece ter havido no segundo quartel do século XI obras de reforço ou mesmo de construção de muralhas, de portas ou de reforço dos sistemas defensivos pré-existentes na cidade de Silves.

Esta reacção, de construir muralhas ou de as reforçar ou melhorar, deve ter sido seguido em muitas outras cidades da região, para além de Silves. Diz-se ainda que em Silves Abū l-Aṣḃāḡ “agrupou os homens dela [cidade de Silves] e repartiu entre eles as riquezas”²¹⁵⁰. É possível que se se esteja perante a formação de um Conselho de notáveis, um *maḡlis*, no qual entrariam os representantes das famílias mais influentes, interessadas na governação da cidade e em evitar situações de caos e anarquia.

Mais adiante, refere-se que “mobilizou as suas tropas e manteve-se firme e constantemente em guarda contra al-Mu'taḏid, ao mesmo tempo que lhe se pôs a enviar oferendas”²¹⁵¹. Mais que a desconfiança em relação a Sevilha e as suas tropas, o que se adivinha é que os dirigentes de Silves contavam unicamente com as suas tropas, com os homens arregimentados regionalmente pelos senhores da *Khaṣṣa* de Silves e que, e isso deveria fazer toda a diferença, não dispunham das tropas mercenárias - muitas delas de origem norte-africana - de que dispunham os sevilhanos. Silves está claramente à defesa e tem receio de dar passos em falso; deve dispor de um exército reduzido e inexperiente e parece confiar sobretudo no que de mais forte possui - as suas muralhas renovadas.

Porém, a mesma crónica refere que as pressões militares de Sevilha não cessaram e que as tropas de al-Mu'taḏid desgastavam constantemente o território de Silves. Esta fase de desgaste parece revelar a existência de bases usadas por essas tropas para atacar o território de Silves. Seguindo a datação - duvidosa, não se pode esconder - proposta pela *Crónica Anónima dos Reies de Taifas* estes acontecimentos teriam tido lugar ainda na década de quarenta, ou seja, antes da incorporação de Faro nos domínios dos abbáidas de Sevilha, mas já depois da conquista de Mértola por estes. É provável, pois, que as vias de penetração usadas para atacar interesses silvenses fossem a partir das zonas de Ourique, Marachique eventualmente Odemira, tendo de passar pela serra de Monchique. Assim, neste quadro, faria sentido que os Banū Muzayn de Silves e os seus apoiantes controlassem fortificações ou pontos de vigia que pudessem controlar as planuras do Baixo Alentejo e, ao mesmo tempo, poderem comunicar visualmente com Silves. E há pelo menos um ponto onde essa dupla capacidade é possível; trata-se do lugar de Alferce, onde se encontra uma fortificação - bastante destruída - onde se têm realizado trabalhos de carácter arqueológico e que têm dado materiais de época islâmica²¹⁵².

Apesar de escassas, as fontes de época islâmica podem dar elementos sobre aspectos militares do fim dessas Taifas e sobre a o exercício da força no sul do *Ġarb al-Andalus* no século XI.

2149. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas (Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if)*, §11, p. 33.

2150. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas (Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if)*, §11, p. 33.

2151. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas (Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if)*, §11, p. 33.

2152. Mathieu Grangé, *Matériaux et problématiques archéologiques pour une histoire de la «transition» entre Antiquité Tardive et Haut Moyen Âge - Données préliminaires sur la dynamique des réseaux d'habitats dans les concelhos actuels de Monchique (Algarve) et Odemira (Alentejo), Portugal, V-XII siècles*, Mémoire de DEA, sob direcção de Ch. Picard, Paris, Paris 1 Panthéon - Sorbonne, 2005, terceira parte, §2, pp. 93-142.

Parece não haver dúvida qde que um dos reis de Silves (al-Muzaffar) foi morto nos exteriores de Silves em 1052-53 ou 1063²¹⁵³ e com ele muitos homens²¹⁵⁴.

A tomada de Silves é descrita com algum pormenor pela mesma *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas* (*Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if*), que refere o facto de as tropas de Sevilha terem devastado os campos do território de Silves com cavalaria²¹⁵⁵ e destruindo as suas produções²¹⁵⁶, o que atingiu populações de Silves e de outras localidades²¹⁵⁷. Mas, mais interessante é o facto de se saber que, depois de destruir os arredores da cidade e de enfraquecer gradualmente, é dado um ataque final à suas muralhas; ataque no qual se utilizam **máquinas de guerra** (*al-majaneques*), enquanto que ao mesmo tempo que em outro ponta do recinto se usam sapadores para **minar** a muralha²¹⁵⁸. O membro dos Banū Muzayn que a governava é preso no seu palácio a (*al-Qaṣr*) e morto por al-Muṭadid, pai dos que será o grande poeta que celebrará a mesma cidade de Silves²¹⁵⁹.

O que está em causa são puramente questões de poder; não se trata de *Ġihād* contra infiéis ou ímpios, dado que os Banū Muzayn por os cronistas são celebrados como tendo origem árabe, com gente culta e cultivadora da língua árabe e como sendo descendentes de um comentador do *Muwattā'*²¹⁶⁰ do *imām* de *Madīna* Mālik ibn Anas²¹⁶¹, o jurista que está na origem do *madhab* malikita, um dos quatro sunitas mais conhecidos e o que veio a ser oficializado no al-Andalus, no século IX ainda em tempo dos emires omíadas.

guerra em redor de Évora em 442 H / 1051

2153. Ibn al-Khatīb, *A'māl*, p. 209, *apud* Marís Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, p. 150.

2154. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas* (*Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if*), §11, p. 33.

2155. Essa cavalaria não deveria vir de Sevilha, mas estar estacionada a norte da Serra de Monchique ou já em território do que fora a Taifa de Šanta Mariyya al-Ġarb, o que não quer diz que fosse exactamente em Faro, mas possivelmente em locais fortificados já mais próximos de Silves.

2156. A *Crónica Anónima* refere que estas tropas cortaram os “aprosionamentos de carvão e de lenha” - *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas* (*Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if*), §13, p. 35.

2157. Localidades próximas e que abasteceriam a cidade, certamente do alfoz de Silves.

2158. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas* (*Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if*), §13, p. 35.

2159. *Crónica Anónima de los Reyes de Taifas* (*Tā'riḵh mulūk al-Ṭawā'if*), §13, p. 35; esta crónica refere que se tratava de 'Īsā ibn Muḥammad ibn Sa'īd ibn Muzayn al-Muzaffar (§13, pp. 34-35).

No caso de Silves não se dão pormenores técnicos sobre a forma como a muralha foi minada; casos há em que se faz referência ao uso de “nafta” para fazer pegar o incêndio.

2160. Veja-se a edição de <http://www.usc.edu/schools/college/crcc/engagement/resources/texts/muslim/hadith/muwatta/>, da autoria de 'A'isha 'Abdarahman at-Tarjumana ou 'A'isha Bewley.

2161. Cf. *E. I.2*, vol. VI, s.v. (J. Schacht); veja-se Ignác ou Ignaz (Isaac Yehouda) Goldziher, *Le Dogme et la Loi dans l'Islam : Histoire du développement dogmatique et juridique de la religion musulmane*, Editions de l'Eclat, red. de 2005, pp. 217-218, *passim*.

Este *crescendo* de tensão entre Sevilha e Badajoz dá origem a um embate entre tropas de ambos os lados - em campo aberto - nos arredores de Évora, em šawwal de 442 H / Primavera de 1051. Mas antes, outros choques se deram nesta área ou algures entre Badajoz e Niebla. Na sequência do corte de relações entre os - antes amigos e aliados - senhores de Badajoz e de Niebla, tropas a cavalo de al-Muzaffar decidem atacar o senhor de Niebla; este pede auxílio a al-Mu'taḍid de Sevilha (filho de Abū-l-Qāsim Muḥammad ibn Ismā'il ibn 'Abbād, morto em 1042) e dá-se um choque entre dois exércitos, em local não especificado, mas onde os cavaleiros aftácidas foram derrotados, morrendo cerca de 150²¹⁶². Na sequência desta derrota as tropas vencedores, mas sobretudo os homens de Ibn 'Abbad (comandados por Ismā'il, filho de al-Mu'taḍid), “dirigem-se a Évora”²¹⁶³.

Entretanto, al-Muzaffar, frente à recente coligação de tropas de Sevilha e de Niebla, obtém o apoio de Iṣḥāq ibn 'Abd Allāh al-Birzālī, de Carmona, que lhe envia tropas sob o comando do seu filho. Segundo o Bayān, as tropas - de cavalaria - de ambas as facções encontraram-se “sem preparação nem ordem, e foi derrotada a cavalaria de Ibn al-Aftas”²¹⁶⁴. Nesse choque de cavalarias de variadas proveniências tombou o então governador da cidade de Évora, que era um parente do senhor da Taifa de Badajoz, um seu tio paterno chamado 'Ubayd Allāh al-Kharrāz. Como o rei da Taifa de Badajoz se teve de refugiar no interior da própria cidade de Évora, é de presumir que o pelega tenha tido lugar nas suas imediações ou algures no seu *alfoz* e que as suas muralhas estivessem, então, capazes de nem evitar uma tentativa - que parece não ter sido tentada - de a tomar.

Sobre estes acontecimentos o Bayān utiliza informação retirada de Ibn Ḥayyān; diz este que os abbáidas teriam ocupado alguns castelos antes administrados pelos senhores de Badajoz e que se meou a destruição pelos campos das terras deste reino²¹⁶⁵. Destes acontecimentos de 1051 podem retirar-se alguns dados que ultrapassem a factologia. Por um lado, em termos militares as fortificações são mais o “pano de fundo” que o palco onde decorrem os acontecimentos; não há cidades importantes tomadas - houve sim pequenas localidades fortificadas - mas há constantes movimentos de cavalaria. porém, se as cidades não são tomadas é porque, de facto, estão bem guarnecidas e bem defendidas. As cidades do Ġarb - incluindo certamente a decadente Beja onde nascera o rei-poeta al-Mu'tamid em 431 H / 1039²¹⁶⁶ - não podiam ter nestes meados do século XI as suas defesas desguarnecidas e mal mantidas.

2162. Ibn 'Idārī, *Bayān* III, fl. 235; trad. p. 196.

2163. Ibn 'Idārī, *Bayān* III, fl. 235; trad. p. 196. O que faz supor que o primeiro choque, onde as tropas de Sevilha e Niebla chegam a decapitar cerca de 150 cavaleiros afectos aos aftácidas, não terá tido lugar muito longe desta cidade que - deveriam calcular os vencedores -, deveria estar desprevenida com tamanha perda de guerreiros.

Sabe-se que alguns dos cavaleiros do aftácidas tinham uma preparação militar que rondava a nulidade; em alguns casos arrematavam-se camponeses, desde que tivessem uma mula que pudessem montar - cf. Ibn Bassām, *Dakhīra*, I (1), p. 387 *apud* Manuela Marín, “El Ejército”, in María Jesús Viguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 223.

2164. Ibn 'Idārī, *Bayān* III, fl. 235; trad. p. 196. Ibn 'Idārī refere que o senhor de Badajoz tinha chamado tropas de várias partes dos seus territórios; provavelmente seriam de cidades ou povoações (*qaryas*) da região entre Tejo e Guadiana, mas mesmo assim pressupõe uma razoável capacidade de aviso e de comunicação.

2165. Ibn Ḥayyān *apud* Ibn 'Idārī, *Bayān* III, fl. 211; trad. p. 177.

2166. Cf. Pierre Cachia, “Andalusy Poetry: the golden period” in Salma Khadra Jayyusi, Manuela Marín (eds.), *The Legacy of Muslim Spain*, Leiden, E. J. Brill, 1994, (pp. 317-366), p. 357.

das “escravas cantoras” à perda de território a sul do Douro

Todas estas preocupações e o cuidado com os movimentos dos vizinhos que governavam retalhos do extinto califado desviavam a atenção dos senhores de Badajoz dos movimentos dos cristãos que estavam a Norte do Douro, bem como dos descendentes dos que se tinham colocado do lado de Almançor, a sul desse mesmo rio.

Essa cegueira ou desinteresse pelo que se passava em relação aos territórios mais setentrionais e mais ocidentais do reino Taifa de Badajoz depreendem-se da reacção que o rei de Badajoz Abū Bakr Muḥammad ibn ‘Abd Allāh al-Muẓaffar teve após a pesada derrota que lhe foi infligida em redor de Évora pelas tropas de Sevilha. Em vez de se tentar reorganizar militarmente ou de se dedicar aos restantes territórios que lhe obedeciam e aí reforçar e solidificar o seu poder, a sua atitude - que surpreendeu inclusivamente os seus contemporâneos - foi inesperada; para *afogar* as suas mágoas, este dirigente enciclopedista e amante da arte e do *adab*, mandou emissários a Córdova para que lhe comprassem “escravas músicas com as quais estivesse, afastando com isso as decepções da sua alma”²¹⁶⁷.

Procurando esquecer os infortúnios do passado, o rei de Badajoz não evitou decepções futuras e nessa mesma década de cinquenta começará a perder o domínio sobre fortificações implantadas a sul do Douro. O seu descuido levou-o a ignorar o peso do novo rei de Castela (desde 1035, depois da morte de Sancho III de Navarra e I de Castela) que irá assumir igualmente a coroa de Leão (a partir de 1037), e de seu nome Fernando I; as divisões no norte peninsular, com Sancho III de Navarra a invadir o território de Bermudo III de Leão e a obrigar o monarca leonês a recuar - depois de perder cidades fundamentais como Astorga, Leão e Zamora - para o ocidente galaico, depois de o seu pai - Afonso V, pai de Bermudo III - ter sido derrotado em Viseu, podem ter feito crer que o rei Fernando de Castela se iria manter unicamente interessando em afirmar os seus direitos; sobretudo depois de, em 1037, derrotar e afastar definitivamente o seu cunhado Bermudo III do seu caminho, numa batalha na disputada região de Tierra de Campos²¹⁶⁸.

Porém, Fernando I promove movimentos militares para sul do Douro e o senhor de Badajoz parece estar militarmente adormecido. E não é muito depois do desastre na região de Évora que os homens de Fernando de Castela e Leão atacam território a ocidente da serra da Estrela. Em 1055, é tomada Seia, onde se conhece o local de implantação de um antigo castelo²¹⁶⁹. Badajoz parece não ter reagido; evoluindo militarmente para Norte, as tropas de Fernando Magno, para além de terem tomado castelos que antes pertenceram a Dona Flâmula²¹⁷⁰, dois anos tomam a cidade de Lamego, em

2167. Ibn ‘Idārī, *Bayān III*, fl. 212; trad. de F. Mañlo (*La caída...y los Reyes de Taifas*, pp. 177-178) e de María Jesús Viguera (“Historia Política” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 85).

2168. Trata-se da conhecida *Batalha de Tamarón*; veja-se num estudo recente de Georges MARTIN, *La Invención de Castilla (Rodrigo Jiménez de Rada, Historia de rebus Hispaniae, V), Identidad patria y mentalidades políticas*, (pp. 1-16), p. 14, disponível em http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/11/32/84/PDF/LA_INVENCI_N_DE_CASTILLA.pdf; veja-se também Alfonso Sánchez Candeira, *Castilla y Leon en el siglo XI. Estudio del reinado de Fernando I*, (Edic. de Rosa M. Montero Tejada), Madrid, Real Academia de la Historia, 1999, p. 96.

2169. Cf. Foto aérea da **cidade de Seia**, com o local de implantação do seu antigo castelo de que parece não restarem restos. Veja-se também Gen. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. 1, pp. 329-333, onde o autor reproduz desenhos da fortificação da autoria do Padre José Quelhas Bigotte (autor da *Monografia de Seia*, Seia, Ed. Autor) mas que devem corresponder à cerca e torre de menagem edificada a partir do século XII. Cf. L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 1939, p. 2.

2170. Trata-se de Dona Flâmula Rodrigues, e os castelo tinham antes sido doados pela referida Dona Flâmula ao

1057, criando um frente que vai da serra da Estrela ao Douro e que, desde Leste passa a pressionar os territórios mais a ocidente. O ano seguinte traz novas conquistas para os homens de Fernando Magno; segundo a Crónica *Gothorum* (muitas vezes conhecida também, depois das obras de Flórez, como *Chronicon Lusitano*) em 1058 é tomada a cidade de Viseu e completa-se o controle sobre a zona em redor de Lamego, com a tomada de castelos como S. Martinho de Mouros (sobre a linha do Douro, na sua margem direita e não muito longe de Lamego) e ainda Travanca e o castelo de Penalva e ainda outros castelos²¹⁷¹. Mário Jorge Barroca mostra com clareza como as fortificações que antes pertenciam ao Mosteiro de Guimarães lhes são devolvidas pelo monarca de Castela e Leão, mas tem o cuidado de salientar o facto de serem mais as fortificações que o mosteiro passa a deter.

Terronho e Marialva, ao serviço dos aftácidas?

Pode-se presumir que algumas dessas fortificações possam ter sido edificadas ou reforçadas no período que medeia entre a tomada destes castelos pelas tropas de Almançor e a sua recuperação em tempos de Fernando Magno. Como Mário Barroca assinala, surge pela primeira vez uma referência ao castelo de *Terrenio* (que equivale actualmente à localidade de Terrenho, na área do concelho de Trancoso, cerca de 15 Km a norte desta localidade)²¹⁷². O “Monge de Silos” especifica ainda um castelo de Tarouca, (a sudeste de Lamego, junto a uma via para Trancoso) e o castro de Santa Justa, mas já no período medieval conhecido com o nome que ainda mantém: Marialva²¹⁷³.

Mosteiro de Guimarães

2171. *Chronica Gothorum* in *PMH, Scriptores*, pp. 9-10; cf. «História dos Godos» in Alfredo Pimenta (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I: *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa («Clássicos Sá da Costa»), 1948; pp. 22 - 24.

A sucessão destes acontecimentos e as suas implicações militares, estratégicas e castelológicas encontram-se em Mário Jorge Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), pp. 193-194.

A *crónica Gothorum* refere a conquista de um outro castelo “Geisam”; M. J. Barroca não o identifica com nenhuma localidade conhecida, reconhecendo a dificuldade do assunto; na tradução de Alfredo Pimenta é identificado com Seixa; porém, não faz sentido que corresponda à moderna Seixa, perto de Alburitel, na zona de Ourém, muito a sul de uma Coimbra ainda não conquistada.

Sobre estas conquistas no contexto do reino de Badajoz vejam-se também Manuel Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana (Badajoz 713-1248)*, Badajoz, 1991, pp.104-110.

Cf. María JesúsViguera Molíns, “Historia Política” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 85.

2172. Parece não estar ainda identificado o local desta fortificação. Em Terrenho, porém, há uma elevação, de onde se divisa uma área muito grande, que poderia ter tido uma pequena fortificação. Por outro lado, cerca de 4 Km mais a norte, na localidade de Torre de Terrenho, segundo um testemunho do século XVIII, ainda havia a tradição da existência de uma “...antiga torre que dizem ser *athalaya dos Mouros*”, os quais, por tradição se diz tinha a sua villa ou domicilio em hum sítio que hoje chamam o crasto que fica do dito lugar da torre, para a parte do nascente huma breve distância, será a décima parte de huma legoa, de cuja villa se não acha no prezente tempo alguns vestígios; somente da dita torre existem ainda hoje os alicerces” (abade Manuel Cardoso em 1732, segundo <http://www.cm-trancoso.pt/trancoso/torredoterrenho.htm> (consultado em Set.2008).

2173. Mário Jorge Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), p. 194 ; Veja-se igualmente L. Gonzaga de Azevedo, *História de*

Gonzaga de Azevedo traz uma informação interessante acerca da procedimento de Fernando Magno para com estes castelos; tê-los-ia mandado destruir²¹⁷⁴. Esta decisão parece evidenciar que se tratava de fortificações consideradas como úteis para assegurar o domínio islâmico e antes usadas por guarnições fiéis a Badajoz (e, antes ainda, a Almançor); isso não impediria que viessem, alguns deles a serem reutilizados.

Um caso curioso, é o topónimo por que veio a ficar conhecido o castelo antes denominado de *Santa Justa* ou, como refere Gonzaga de Azevedo, *São Justo*²¹⁷⁵; passando a ser conhecido como Marialva²¹⁷⁶, o seu nome tem dado ligado a várias lendas²¹⁷⁷; porém, a sua etimologia poderá ser explicada tendo a conta a sua função militar e a sua utilização, como posto militar de fronteira, no quadro dos territórios ocidentais do *al-Andalus*. Possivelmente cristianizado com o nome de um santo cristão, não é impossível que a componente “maria...” do topónimo se possa relacionar com o vocábulo árabe *mariyya*²¹⁷⁸, existente e já estudado em alguns casos como *al-Mariyya* (origem do topónimo Almería) e que, associada à função de vigilância, tem habitualmente uma torre ou um recinto militar²¹⁷⁹. Haveria, pois, até à conquista do local durante as campanhas de Fernando Magno, um posto de vigilância ao serviço dos poderes estabelecidos em Badajoz (e, possivelmente, antes em Córdova) no “castro” cristianizado com o nome de Santa Justa ou São Justo mas que irá manter, localmente, uma designação onde se mantém preservado subliminarmente um vestígio linguístico da sua função de vigilância.

Portugal, tomo III, 1939, p. 3; o “monge de Silos” é o autor da crónica conhecida como Silense; veja-se também *España Sagrada*, vol. XVII, pp. 310-311 (na edição usada por Gonzaga de Azevedo é pp. 318-319).

2174. “O rei mandou-os arrasar todos ou quási todos” - L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 1939, p. 3.
2175. L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 1939, p. 3.
2176. Cf. Mário barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), p. 194.
2177. Basta consultar um acessível Dicionário Corográfico ou efectuar uma busca através da moderna Internet para se encontrarem referências à mítica “Maria Alva”, uma *moura* que estaria na origem da povoação.
2178. Em termos de dicionários-de Língua Árabe vejam-se F. Corriente, *A dictionay of Andalusí Arabic*, Brill, 1997, p. 197; ver ainda *Vocabulista in Arabico*, p. 119; Pedro de Alcalá, p. 84. Como o topónimo Almería, que procede do árabe *andalusí المرية al-Mariyya*, de *مرأى mara'à*, que significa “mirador”.
2179. É extensa a bibliografia sobre a etimologia do topónimo Almería; vejam-se, entre muitos outros, Domínguez Bedmar, M., Muñoz, M. M., & Ramos, J. R., “Madinat al-Mariyya. Estudio preliminar de las cerámicas aparecidas en sus atarazanas”, *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid 1987., pp. 567-578; Roberto Marín Guzmán, *Sociedad, política y protesta popular en la España musulmana ...*, p. 67 (obra que agradeço ao autor). Pode encontrar-se discussão em redor deste topónimo em Miquel Barceló, “Loquella barbarica (II)”, in *Faventia*, n. 22/1, Barcelona, 2000, (pp. 87-110), pp. 103-104.

Poder-se-ia acrescentar o caso de *María* de Huerva, localidade que se encontra a sul de Saragoça e que se sabe possuía um castelo e cuja etimologia não coloca dúvidas: ver Juan A. Souto Lasala, “De nuevo sobre musulmanes y mudéjares en el valle del Huerva (Zaragoza): consideraciones en torno a los topónimos "Novells", "María" y "Cadrete"”, *Aragón en la Edad Media*, N.º 6, 1984, pp. 7-18, pp. 10-12; o autor mostra que é designação que não se usa unicamente sobre a costa; ver ainda do mesmo autor “El poblamiento del término de Zaragoza (siglos VIII-X): los datos de las frentes geográficas e históricas”, *Anaquel de Estudios Árabes*, N.º 3, 1992, pp. 113-152, pp. 137-138. A *crónica da conquista do Algarve* refere igualmente uma “torre marya”, sobre a qual algumas palavras surgirão mais adiante mas que tinha, igualmente, funções especiais de vigilância.

De onde provinham exactamente as tropas do rei castelhano-leonês Fernando quando atacaram Seia, e restantes terras da futura “Beira”? As crónicas não são explícitas.. Pode-se calcular que viessem que Leste, mas tampouco há muitas informações acerca de cidades fortificadas como Salamanca, Zamora²¹⁸⁰ ou mesmo a mais próxima Ciudad Rodrigo antes desta mesma época. A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, que se inicia com uma súplica sobre os feitos de Fernando Magno, destaca a sua acção sobretudo em Coimbra, nada referindo acerca daquelas localidades²¹⁸¹.

Quem eram os defensores destes castelos que Fernando Magno vai tomar? Infelizmente, as crónicas árabes nada esclarecem sobre as guarnições e as chefias militares que se mantinham nestas fortificações da fronteira setentrional do reino aŧtácida. No entanto, não seria de estranhar que algumas tropas fossem mercenários que facilmente se passassem para um inimigo que as seduzisse e lhes pagasse de forma mais interessante. Não seria impossível também que uma parte dessas guarnições pudesse ser assegurada por guerreiros locais que colaborassem com os poderes mais fortes e dominantes no momento. No caso de Coimbra, o caso é diferente, dado que se sabe quem comandava o contingente que defendia a cidade do Mondego em nome da dinastia estabelecida em Badajoz.

Porém, ainda antes de se dar a tomada de Coimbra por Fernando Magno, tem lugar um interessante encontro no meio das águas do Tejo. Segundo o Bayān, a pressão de Fernando Magno sobre a “fronteira” controlada por Badajoz teria sido causada pela exigência do pagamento de Tributos (*itāwa*) a que o aŧtácidas se negava. A conquista dos castelos do que virá a ser a “Beira” teria sido feita com um contingente que ultrapassava os “dez mil cavaleiros” acompanhados de mais do dobro do número em peões²¹⁸². Deslocando-se tropas de Fernando Magno a direcção a Santarém (ainda antes de ter tomado Coimbra), al-Muzaffar Ibn al-Aŧas dirige-se também para a mesma cidade, onde chega antes do rei cristão e encontra os habitantes angustiados de tal forma que os santarenos, pelas informações que tinham da força das hostes de Fernando Magno, lhe confessam: “tínhamos já pensado entregarmo-nos ao inimigo se não chegavas, tendo em conta a nossa debilidade para nos defendermos”²¹⁸³.

2180. Não foi possível ainda consultar as actas dos congressos sobre a História de Zamora - alguns dos volumes dedicam-se ao período relativos à História Medieval e Moderna.

2181. *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, ed. de Luis Charlo Brea, Madrid, Akal Ed, 1999, § 1 e 2, pp. 25-26.

2182. Ibn ‘Idārī, *Bayān III*, fl. 238 (cf. F. Maŧllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 198).

2183. Ibn ‘Idārī, *Bayān III*, fl. 238; F. Maŧllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 198. Esta informação é interessante na medida em que se tem dicutado se Santarém, à luz do que dirá mais tarde al-Idrīsī, teria ou não muralhas. O texto de Ibn ‘Idārī não é esclarecedor a não se que a auto-avaliação dos santarenos era negativa em termos de capacidade de defesa.

Al-Idrīsī dirá que “Santarém est une ville bâtie sur une montagne très-haute. Du côté du midi se trouve un grand précipice. Cette ville n’a point de murailles, mais au pied de la montagne est un faubourg bâti sur le bord du fleuve” - al-Idrīsī, *Déscription de l’Afrique et de l’Espagne*, ed. de Dozy e De Goeje, 1968, fl. 186, trad. p. 225.

O texto afirma claramente a cidade alta não estava munida de muralhas (o que não invalida a existência de um equívoco na escrita); porém, ao referir-se ao arrabalde. nada se diz sobre a existência ou não de obras de carácter defensivo; o mesmo se deve dizer da zona da Alcaçova onde haveria, certamente, um recinto defensivo. A referência e omnipresença do “precipício” de Santarém pode ter a ver com o topónimo Alfange que quase sempre é relacionado com Alange e com o significado de “serpente”; explicação que se dará mais adiante.

Fernando Magno manda então a al-Muzaffar Ibn al-Aftas emissários, à cabeça dos quais vai um “conde”. Tem, então, lugar o encontro, no meio das águas “no rio de Santarém”, com o rei de Badajoz numa barca e o conde estrangeiro (*‘ilġ*²¹⁸⁴) montado a cavalo com água até “peito do seu cavalo”²¹⁸⁵. Aí, no meio das águas do Tejo, depois de uma longa e dura negociação, ficou estabelecido que se faziam tréguas e que o rei de Badajoz se comprometia a pagar uma soma de 5.000 dinares²¹⁸⁶ cada ano.

controle do Mondego antes da tomada de Coimbra?

Nada se diz acerca do eventual reforço das defesas passivas na região em redor de Santarém, do território entre esta cidade e Coimbra ou na própria Coimbra ainda na posse dos Aftácidas. Faria sentido que tivesse havido obras de reparação de pontos frágeis, de reforços de muralhas ou da colocação de vigiase / ou atalaias. Mas, da descrição que al-Idrīsī faz de Santarém é de crer que não se tenham levado a cabo obras de vulto para defesa da cidade alta de Santarém. Embora não se sabia exactamente por onde vieram estes enviados de Fernando Magno, percebe-se que não tiveram dificuldade em chegar a Santarém e não seria de estranha que, embora sem controlarem ainda Coimbra, poderiam ter facilidades em conseguir atravessar o Rio Mondego.

Como se viu, em 1034 o castelo de Montemor (o Velho) tinha sido tomado por Gonçalo Trastemires da Maia²¹⁸⁷ e não se sabe quando terá voltado a ser perdido. Jorge de Alarcão que tem dedado grande atenção recentemente à Alta Idade Média na bacia do Mondego e em Coimbra mostra que há dificuldades no que toca à ocupação do castelo de Montemor. Embora se deva corrigir a data

2184. Sobre esta palavra, muito utilizada nas crónicas para designar os cristãos do norte, ou cristãos “estrangeiros” ou “bárbaro não muçulmano”, mas muitas vezes com o sentido de “incivilizado”; sobre esta palavra que originará o vocábulo Elche (com a conotação de “renegado”), veja-se Eva Lapiedra Gutiérrez, *Cómo los musulmanes llamaban a los cristianos hispánicos*, Alicante, Generalitat Valenciana, 1997, pp. 189-247 e 366-367.

2185. Ibn ‘Idārī, *Bayān III*, fl. 238 (cf. F. Mañillo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 198).

2186. *Dinār* é palavra que entrou no vocabulário árabe não só no al-Andalus possivelmente por via de uma variante oriental do latim *denarius*, é a moeda de ouro corrente no al-Andalus. Sobre a moeda no al-Andalus a bibliografia é extensa; vejamos, sobretudo, F. Codera y Zaidín, *Tratado de Numismática Árabe-Española*, Madrid, 1879 (reimpressão Librería Paris-Valencia, 1985); VIVES Y ESCUDERO, A., *Monedas de las dinastías árabe-españolas*, Madrid, 1893; veja-se o manual recente de A. Medina Gómez, *Monedas hispano-musulmanas*, Toledo, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos. Diputación Provincial de Toledo, 1992. Sobre o século XI veja-se sobretudo o clássico estudo de George C. Miles, *Coins of the Spanish Mulūk al-Ṭawā’if*, Hispanic Numismatic Series Monograph, Number III, American Numismatic Society, New York, 1954 e a recente síntese de Alberto Canto García, “La moneda” in *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, pp. 273-297; para o Ġarb, sem ser uma bibliografia extensa, veja-se Alberto Canto García, “Numismática islâmica en la Baja Extremadura”, in *Historia de la Baja Extremadura*, Badajoz, 1986, pp. 603-622; José Rodrigues Marinho, “Islamic (The) Coins in the Portuguese Territory”, in MARQUES, Mário Gomes (ed.), *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area [I]: An International Symposium* (Santarém, Maio 1984), Santarém, Instituto Politécnico de Santarém, 1984, pp. 295-305.

2187. Trata-se do Segundo Senhor da Maia - cf. José Mattoso, *Identificação de um País*, I, p. 177; idem, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. ; idem, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 51; era filho de Trastamiro Aboazar, primeiro Senhor da Maia e de Dórdia Osóres; a onomástica desta família tem um elemento da onomástica árabe medieval, mais concretamente uma *Kuniya* - composta, como normalmente, por dois elementos: *Abū* e outro (*Naṣr?*). Deve ver-se, igualmente A. de Almeida Fernandes, *Portugal Primitivo Medieval*, Arouca, 2001, pp. 81-82.

dada por Gonzaga de Azevedo para a campanha o senhor de Sevilha no norte do Ġarb (foi em 1034 e não em 1026), a zona em redor de Montemor deveria estar nas mãos dos cristãos e é possível que assim tenha permanecido mais alguns anos. Quando se dá conquista, por Fernando magno dos castelos da Beira, há uma referência à conquista de um castelo em “Geisa” ou “Ceisa”²¹⁸⁸.

Embora faça mais sentido que este castelo se situe no território entre o Mondego e o Douro, como os demais aí enunciados, tem-se apontado a possibilidade de “Geisa” se tratar de Ceisa ou Seiça. A crónica dos Godos refere que Fernando Magno teria conquistado um castelo em *Geisam*²¹⁸⁹; castelo que Gonzaga de Azevedo identifica com “Ceiça”²¹⁹⁰.

Se a identificação que Alfredo Pimenta fará, mais tarde, com Seiça não faz militarmente muito sentido, já a hipótese de Gonzaga de Azevedo merece mais atenção. Dadas as manobras militares cristãs que antes conseguiram contornar Coimbra e controlar Montemor, não seria impossível que se tivesse controlado a zona litoral imediatamente a sul da barra do Mondego. Ceiça, que ficará conhecida por ainda exibir vestígios importantes de arquitectura religiosa cristã, pode ter tido uma fortificação tomada nesta conjuntura, numa acção que visasse passar a ter Coimbra controlada e apertada em termos militares. Mas, não há memória de ter havido uma fortificação no local, embora entre o local do Outeiro e a ribeira de Seiça se encontrem cotas elevadas com aptidão para controlar o curso do Mondego e até o litoral; mas uma tal acção pressupunha uma acção bastante audaz e uma excepção ao que parece ser uma ocupação metódica dos territórios entre Douro e Mondego, audácia essa que passava pela criação de um ponto de apoio a sul do Mondego numa fase em que os exércitos de Fernando magno talvez já não tivessem muita dificuldade em chegar às suas margens próximas da foz.

Tendo controle sobre a zona de Montemor, convém lembrar que os portugalenses (e, por sua via, a monarquia castelhana-leonesa) controlavam outrora castelos a norte de Montemor e junto ao litoral. É o caso do “castro de Cesar” em Terras de Santa Maria²¹⁹¹. Os *Annales Portucalenses Veteres*, na edição de Pierre David, esclarecem que a vitória cristã sobre as tropas islâmicas em Cesar em redor de Santa Maria teria sido em 1035²¹⁹² e que nessa conquista de Cesar teria sido aprisionado o “rei Cémia”.

2188. “...rex Domnus Fernandus cepit civitatem Viseum, post ea Geisam, et S. Martinum de Mauris, et Travanca, et Penalviam...” - *P.M.H., Scriptores*: pp. 9-10 (coluna direita), *apud* Mário Barroca, p. 194.

2189. *P.M.H., Scriptores*, pp. 9-10 (tata-se da *Chronica Gothorum*), *apud* M. Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, (pp. 181-203), p. 194.

2190. L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, III, 1939, p. 3.

2191. José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira - A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, edição Ed., 1989, p. 125.

2192. Informação dada por J. Mattoso, L. Krus, *O Castelo e a Feira*, p. 125 ; cf. *Chronica Gothorum*, em 1045 (Era de 1083 - *P.M.H. - Scriptores*, p. 9).

Se Montemor não tivesse sido perdido²¹⁹³ significava que os portrucalenses poderiam controlar, muito provavelmente, a faixa litoral entre as fozes do Douro e do Mondego, contando com o apoio do referido castro de Cesar, que deveria ser fortificação importante para albergar o que os Annales denominam um “rei”.

Onde seria esta fortificação identificada como “Cesar”? A poucos Km a Leste de Santa Maria da Feira existe, já na área concelhia de Oliveira de Azeméis, uma pequena localidade chamada hoje precisamene “Cesar”²¹⁹⁴. Cesar poderia ser o nome por que era conhecida, pelos ocupantes afectos ao al-Andalus, a região depois conhecida como Terras de Santa Maria. Teria ficado o nome Cesar como resíduo dessa época? Embora Mattoso, Krus e Aguiar apontem uma origem latina para este topónimo (não difícil de justificar) não seria impossível que este topónimo resultasse da distorção de um outro - *qasr*). Será uma fortificação diferente da demais ou uma outra designação de construção já conhecida? Não seria impossível que se tratasse de uma designação utilizada pelos ocupantes - *andalusī/s* - e que viesse a ser substituída por uma outra, posteriormente. Dada a proeminência da figura que nela estava estabelecida - uma figura dependente de Badajoz, com poder (em árabe “*mulk*”) atribuído, razão por que seria conhecido por “*mālik*” (rei) ? Nesse caso, poder-se-ia pensar na eventualidade de “cesar” ser uma má grafia de “qesar” ou “qasar”, possível dicção local de “qasr”, um al-céçar ou melhor, “al-cácer”, uma fortificação com alguma dignidade que albergasse um governador de um posto de Fronteira avançada que poderia, eventualmente, coincidir com uma fase inicial de uma fortificação na qual se têm encontrado traços de influências *andalusī/s* - o castelo de Santa Maria da Feira²¹⁹⁵. Será nesta fase de meados do século XI que a fortificação com traços de época islâmica do local mais tarde conhecido como Terras de Santa Maria.

César e a fortificação próxima, conhecida hoje como castelo de Santa Maria da Feira, estão junto a estruturas castrejas com ocupações continuadas. Perto de Cesar e de da futura Santa Maria, fica o fortificado Monte Calvo (com ocupação romana) e Fiães (que pode ter correspondido à antiga Langóbriga) e de onde seguia uma via (aparentemente secundária em época romana e que se confirma como usada na Alta Idade Média) para Viseu; e esta região, como o mostram bem J. Mattoso,

2193. Questão que resta sem resposta e à qual Jorge de Alarcão coloca dúvidas e interrogações bem fundamentadas - “a vila [de Montemor] seria reconquistada em 1034 por Gonçalo Trastemires da Maia (Chronicon Conimbricense e Chronica Gothorum, em PMH, Scriptores, respectivamente: 4 e 9), sendo rei Bermudo III. Mas terão os Cristãos conservado a vila até à reconquista definitiva de Coimbra em 1064? O documento 49 do *Livro Preto*, datado de 1095, deixa crer que o castelo foi a certa altura abandonado e se converteu numa selva e covil de feras (segundo os dizeres do documento).

Parece à primeira vista difícil aceitar este abandono, porque a posição era estratégica e porque, em 1057, o mosteiro da Vacariça é dado como sito no território de Mons Maior (*Livro Preto*,

n. 110, embora no mesmo ano o mesmo mosteiro seja dito em território colimbriense, *Livro Preto*,

n. 88). A hipótese de um abandono do castelo pelos Cristãos depois de 1057, tão próximo

da data da reconquista de Coimbra, não se nos afigura muito convincente. Mas o testemunho

do doc. 824, por outro lado, não se pode ignorar.” - Jorge de Alarcão, *op. cit.* p. 111.

O referido “doc. 824” é dos *P.M.H.* e foi reeditado no *Livro Preto* - doc. 49, datado de 1095.

2194. cf. *Carta Militar de Portugal*, escala 1: 25.000 - *CMP* n. 154.

2195. É abundante a bibliografia sobre o castelo de Santa Maria da Feira. Veja-se Mário Barroca, *na Nova História Militar de Portugal*, p. e, do mesmo autor, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, pp. 188 e 199.

L. Krus e A. Aguiar Andrade, estará relacioanda com nobresa portugalense estreitamente ligada à realza leonesa dos séculos IX e X²¹⁹⁶.

Havendo, nos anos em que se conquista Viseu e os castelos entre esta cidade e o Douro, um domínio efectivo já na zona das Terras de Santa Maria e Montemor a controlar uma sector da linha do Mondego e do seu acesso a sul, ter-se-ia tentado e conseguido, nesse mesmo ano, tomar alguma localidade a sul de Montemor? Caso esta Ceiça corresponda a Seiça (a sul do Mondego, no actual concelho da Figueira da Foz) ou à localidade com semelhante nome na zona de Ourém, compreende-se por que razão, no dizer do Bayān os habitantes de Santarém já pensavam em se render à tropas de Fernando magno, e só o não fizeram quando chegou o “rei” de Badajoz (presume-se que com força militar) - é por que forças armadas fiéia ao monarca castelhano-leonês passavam facilmente o Mondego e pouco os detinha até aos campos do Tejo.

Essa posição de quase entrega aos cristãos de Fernando Magno poderia ter a ver com a existência de algaras ou campanhas de “castigo” sobre as zonas da bacia do Tejo²¹⁹⁷, ataques que ainda não tinham chegado à fase de assédio ou conquista mas que desgastavam já o território e a população de Santarém que, é bom lembrar, ainda antes da tomada de Coimbra por Fernando Magno já se sentiam suficiente insegurança para equacionar a opção pela rendição.

Por outro lado, a incapacidade de actuar sobre os territórios a Norte do Mondego estão bem patentes no resultado desse encontro realizado nas águas do Tejo: os aftácidas perderam os castelos a Norte de Coimbra e ainda se prestam a pagar párias a Fernando I.

Faria sentido nesta conjuntura ter postos de vigia em locais por onde pudessem penetrar essas forças e chegarem a terrenos abertos do território de Santarém; poderiam estar materializados no terreno com atalhas ou pequenas fortificações e fariam sentido nos acessos naturais por ambas as faldas da serra do Sicó e poderiam estar em locais como Leiria, Alcanede, mas também mais a norte, em Soure.

1064 e a tomada de Coimbra

Mas a cidade de Coimbra não irá permanecer muitos mais anos sob controle indirecto de Badajoz. Em inícios de Julho de 1064²¹⁹⁸ a grande cidade do Mondego cai em mãos de Fernando Magno.

Não se sabe se a ida do senhor de Badajoz a Santarém trouxe algum reforço das estruturas defensivas das cidades que ainda controlava no sector mais ocidental do Ġarb al-Andalus. O que se sabe é

2196. José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira - A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, estampa Ed., 1989, pop. 120-125.

2197. Aquilo que García Fitz chama de campanhas de “desgaste” ou de “castigo” - cf. - Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, Universidad de Sevilla, 1998, sobretudo o seu cap. 1, *passim*.

2198. Mário Barroca lembra que a data exacta de tomada da cidade foi 9 de Julho: “Este extraordinário momento militar, que se arrastou por 8 anos, anunciou a investida final contra a cidade de Coimbra, que seria tomada em 9 de Julho de 1064 pelas forças leonesas de Fernando Magno: “Era M. C. II, VII Idus Iulii accepit Fernandus Rex Colimbriam.” - Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, ed. de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968: p. 27 *apud* Mário Jorge Barroca, “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, p. 194.

que Coimbra será tomada, não pela força das armas dos conquistadores, não pela incapacidade das suas estruturas de defesa mas, simplesmente, porque - segundo o Bayān - houve um acto de traição. A cidade foi sitiada e não foi tomada militarmente, o que pode querer dizer que as suas muralhas estavam em bom estado de conservação e capazes de aguentar o assédio que encontravam pela frente.

Porém, os leoneses-castelhanos seguem um outro caminho para entrar na cidade. Há contactos secretos entre os homens de Fernando Magno e o *qā'id* de Coimbra, de seu nome Rānduh. Esclarece o Bayān que este Rānduh era um “*‘abīd* de Ibn al-Aftas”, ou seja um escravo²¹⁹⁹ com funções militares ao serviço do senhor da Taifa de Badajoz. O *qā'id* de Coimbra negocia a sua saída da cidade; diz o Bayān:

“Rānduh falou secretamente com Fernando [para] que lhe desse o *amān* a ele próprio e à sua família e que se passaria para ele [Fernando] a partir da cidade de noite. Então, o maldito deu-lhe o *amān* e passou-se o maldito [Rānduh, neste caso] secretamente para o exército dos cristãos”²²⁰⁰.

Apesar da presença de uma força que não podia ser pequena de Fernando Magno, os habitantes da Coimbra de então, possivelmente confiantes em muralhas bem construídas e numa força militar considerável e bem equipada, preparam-se para luta; mas, então, intervém o factor surpresa que muda completamente o rumo dos acontecimentos:

“Ao amanhecer as gentes da cidade já tinham feito os preparativos para a luta; então, disseram-lhe os cristãos: «Como nos podeis combater, se o vosso chefe está connosco?» A gente da cidade não tinha conhecimento daquilo e quando o não encontraram, ficaram a saber que a informação era certa. Pediram ao estrangeiro (*ilġ*) o *amān*...”²²⁰¹.

A perda da chefia de topo acaba por ser suficiente para a população propor um acordo com Fernando Magno; sem ter do seu lado o comandante²²⁰² que se passou para o campo inimigo a população de Coimbra considera não ter capacidade de resistência. Esta situação ilustra, eventualmente, o grau de dependência que as populações urbanas passaram a ter dos contingentes, estranhos a elas na maioria dos casos, que ocuparam as cidades e se ocuparam dos assuntos militares, depois das chamadas reforças militares de Almançor. De facto, essas reformas, nas bem conhecidas palavras do último rei da Taifa de Granada, trouxeram “a al-Andalus, aquellos señores, guerreros y soldados beréberes de cuyo espíritu militar y valor [Almançor] tenía noticia” ao mesmo tempo que, ao declarar

2199. Normalmente traduzido como “escravo”, *serviam* nos exércitos e muitos deles eram negros. Sobre os *‘abīd* vejam-se M. Meouak, *Pouvoir souverain, administration centrale et elites*, p. 248 (remetendo para o artigo de R. Brunschvig in *E. I. 2*, vol. I, pp. 25-41).

Ver também Manuela Marín, “El Ejército”, in María JesúsViguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, pp. 193-225, pp. 195-198; sobre este *‘abīd* Rānduh (ou Ibn Rānduh) cf. Manuela Marín, “El Ejército”, p. 200; veja-se ainda Ibn al-Khatīb, *A'lām*, p. 184. Não foi possível ver Andrew Handler, “The 'abid under the Umayyads of Cordova and the muluk al-tawa'if,” in *Occident and Orient: A Tribute to the Memory of Alexander Scheiber*, Budapeste e Leiden, 1988, pp. 229-238.

2200. Ibn 'Idārī, *Bayān III*, fl. 239; trad. p. 198.

2201. Ibn 'Idārī, *Bayān III*, fl. 239; trad. p. 199.

2202. O comandante / *qā'id* e *‘abīd* Rānduh ainda regressará a Badajoz e apresentar-se-á perante al-Muzaffar; depois de lhe terem censurado a atitude, cortar-lhe-ão o pescoço - Ibn 'Idārī, *Bayān III*, fl. 239; trad. p. 199. Rānduh é identificado também como *ġulām*, ou seja, “oficial”; sobre este cargo - *ġulām* - veja-se Manuela Marín, “El Ejército”, in María JesúsViguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 195; sobre este *‘abīd* Rānduh (ou Ibn Rānduh) p. 195.

campanhas de *ġihād* contra o norte cristão, os “súbditos de las tierras de al-Andalus se declararon, sin embargo, incapaces de participar en ellas”²²⁰³.

A capacidade combativa das populações do al-Andalus tinha diminuído, dependendo de guerreiros de origem exterior. Não é de estranhar, neste quadro, que as populações de Coimbra se apressem a solicitar um pacto de rendição. Muito provavelmente estaria a tentar repetir situações que já antes tinham ocorrido em outros lugares. Há uma referência curiosa na *Monarquía Lusitana*, na sua parte terceira, onde se relata que “hum rey de Lamego a quem os Reys de Leão sogeitarão por força de armas (ou descendente daquelle que em tempo del Rey Dom Fernando perdera o dominio daquellas terras) tributario do Conde Dom Henrique, & seu vassalo, se rebellu neste anno & com exercito de infieis entrou pellas terras de Christãos fazendo grandes males”. Acrescenta o mesmo autor que o conde se deslocou desde Guimarães e que encontrou o referido exército de infiéis comandado por um importante muçulmano de Lamego “em hu~s valles junto de Arouca”²²⁰⁴. Mais do que dar importância ao episódio em si, o que parece poder retirar-se desta informação é o facto de que quando se dá a tomada de Lamego por Fernando Magno ficaram muçulmanos em redor dessa cidade, senão mesmo dentro dela, muçulmanos esses que devem ter pactado com o monarca castellano e conservado uma série de regalias até, pelo menos, esta fase de desafio à autoridade do conde de origem borgonhesa. Logo, os sitiados de Coimbra, deveriam saber que os muçulmanos de Lamego devem ter-se rendido, pouco antes, com condições não muito desfavoráveis.

Porém, a resposta de Fernando Magno não é favorável a uma rendição da cidade. Sabedor, - possivelmente através das informações que lhe são dadas pelo antigo comandante das tropas de Coimbra, agora em seu poder - de que os mantimentos na cidade seriam escassos, e havendo um pedido da população do interior da cidade para que lhes fosse dada a graça do *amān*, mesmo assim as tropas de Fernando magno preferem a via do ferro que a via da saída negociada:

“Pediram ao estrangeiro (*ilġ*) o *amān*, o que não lhes foi concedido. Tinham-se esgotados as suas provisões, e o inimigo de Deus sabia isso e então esforçou-se por combatê-los até entrar nela por assalto; em consequência, foram mortos os homens e postos em cativeiro crianças e mulheres”²²⁰⁵.

Não há notícias de que de outras partes do *Ġarb* ou do *al-Andalus* em geral se preparassem exércitos para socorrer a cidade do Mondego, praticamente isolada na margem norte deste rio²²⁰⁶. Parece que o lado das tropas de Fernando Magno pretendia, a todo o custo, uma saída exclusivamente pela via do manejo das armas; essa saída agradaria a quem quisesse exercitar o uso das armas, permitiria saquear a cidade, obter escravos e, eventualmente, abriria rapidamente espaço para novos colonizadores.

A perda de Coimbra como cidade do al-Andalus será comentada por muitos cronistas posteriores e não impedirá que, mesmo muito mais tarde, as compilações posteriores continuem a dedicar pági-

2203. ‘Abd Allāh, *Al-Tibyān*, fl. 7, trad. esp. *El siglo XI en la...*, p. 82.

2204. A. Brandão, *Monarquía Lusitana*, terceira parte, p. 39.

2205. Ibn ‘Idāri, *Bayān III*, fl. 239; trad. p. 199.

2206. A toma de Coimbra por Fernando Magno foi vista como uma grande “calamidade” por todo do al-Andalus - Manuela Marín, “El Ejército”, in María Jesús Viguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 216.

nas a esta cidade do Mondego²²⁰⁷; mas o al-Andalus e o reino de Badajoz em particular resignara-se perante a perda de Coimbra²²⁰⁸.

Continuando o ambiente de divisão e de rivalidades entre os vários rtes de Taifas, as crónicas que se debruçam sobre o al-Andalus nada mais dizem sobre o que se passa no Ġarb al-Andalus depois da perda de Coimbra, em Julho de 1064. Cerca de uno a meio depois morrerá Fernando Magno (em Dezembro de 1065), depois de três décadas de um reinado que marcará a História peninsular; cerca de dois anos depois, em 460 H (11 de Novembro de 1067 a 30 de Outubro de 1068) morrerá al-Muzaffar.

Ao morrer, Fernando Magno repartiu os seus territórios pelos seus três filhos e duas filhas; se a García foi dado o reino da Galiza (incluindo o condado portugalense), a Sancho (II de Castela) foi entregue o reino de Castela, reservando para Afonso o reino de Leão, passando a ser o VI desse nome²²⁰⁹; à suas filha Urraca deixou a cidade de Zamora e a Elvira a de Toro. Esta repartição irá, como é bem sabido, dar origem a confrontos entre as forças dos três irmãos.

Poder-se-ia pensar na existência de um compasso de espera no processo que ficará conhecido como “reconquista”, a conquista de territórios do sul ibérico que eram governados pelos poderes fragmentados do al-Andalus e que os cristãos do Norte consideravam pertencer-lhes e deles terem sido privados desde o século VIII²²¹⁰.

2207. Cite-se como exemplo, o caso de al-Ĥimyarī que a cita como fazendo parte de i, salientando, entre outros aspectos, a sua posição estratégica, a solidez e inexpugnabilidade das muralhas com três portas, a riqueza do seu território, a proximidade do mar e a presença de azenhas nas margens do Mondego - Al-Ĥimyarī, *Kitāb al-rawd al-mi'tār fī khabar al-aqtār*, ed. e trad. E. Lévi-Provençal, *La Peninsule Ibérique au Moyen Âge d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Ĥimyarī*, Leiden, E. J. Brill, 1938, §151, fl. 164, trad. p. 197; ver também edição de A. Bortes Coelho, *Portugal na Espaha Árabe*, vol. I.

2208. A traição do comandante da guarnição - *Rānduh* - de Coimbra é posta em paralelo, por Manuela Marín, com a um outro acto de traição ocorrido em outra cidade fortificada de Fronteira - Barbastro (não confundir com Bobastro) - onde a traição aí é atribuída a um habitante, aventando Manuela Marín a hipótese de estar perante um *topos*, justificativo da derrota (Manuela Marín, “El Ejército”, in María Jesús Viguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 209). Depois de perda a cidade de Coimbra, Rānduh dirige-se para Badajoz, não foge; não é impossível que se desconheçam detalhes fundamentais da forma como Coimbra caiu em mãos de Fernando Magno ou que o próprio Rānduh se tenha dirigido ao acampamento cristão com uma intenção outra daquela que depois é comunicada; mas se Rānduh se tornou no “bode expiatório” da queda de Coimbra ou no seu mais directo responsável é difícil apurar.

2209. Sobre estes três monarcas e respectivos reinos veja-se Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065–1109*, Princeton University Press, 1988 (2^a ed., University of Pennsylvania Press, 1998), capítulos 2-4; também disponível em libro.uca.edu/alfonso6/alfonso.htm.

2210. Sobre a “Reconquista”, a sua definição e polémica em redor do conceito a bibliografia é extensa. Vejam-se, sobretudo tendo em conta o período do século XI, José Mattoso, «Reconquista cristã», *Dic. de História de Portugal* (várias edições); este mesmo autor disserta sobre aquilo a que chama um dos “equivocos historiográficos” no cap. “Portugal no reino Asturiano-Leonês” in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Circ. de Leitores, pp. 475-478. Veja-se ainda Luís Krus, “Tempo de Godos e Tempo de Mouros: as memórias da Reconquista” in *O Estudo da História*, Lisboa, , 1986-7, pp. 59-74 (com reedição em *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Ed. Patrimonia, 1994, pp. 103-127).

As discussões em torno do conceito de “reconquista” são fundamentais em obras como as de REILLY, Bernard F., *Cristãos e muçulmanos: a luta pela Península Ibérica* (trad. portuguesa de *The contest of Christian and Muslim Spain*), Lisboa, Teorema, 1998; Bishko, Charles Julian, 1975. *The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095–1492* in *A History of the Crusades*, vol. 3: *The Fourteenth and Fifteenth Centuries*, edited by Harry W. Hazard, (University of Wisconsin Press).

Santarém, uma Santarém pouco confiante nas suas capacidades militares, passa a ser a cidade cabeça da Fronteira frente a uma Coimbra onde se instala uma nova geração de governantes, à frente da qual está Sisnando Davides (ou Davidis)²²¹¹. Sisnando que, apesar de natural de Tentúgal, não é, como se sabe, um desconhecedor dos assuntos internos do al-Andalus; durante vários anos serviu os abbáidas de Sevilha.

Porém, se há problemas a nível dos reinos de Galiza, Leão e Castela, o reino Taifa de Badajoz atravessou problemas de carácter “dinástico”, relativos à sucessão de al-Muzaffar, morto em 1067-68. Este deixa dois filhos com interesses no poder: Yaḥyà ibn Muḥammad (também conhecido, tal como o seu avô, como al-Manṣūr), cujo nome já aparece associado ao de seu pai em moedas aftácidas (onde aparece como *ḥāḡib*) datadas de 455 H / 1063 e um outro irmão, ‘Umar ibn Muḥammad, que era governador em Évora²²¹².

Em 461 H / 1068-69 os dois irmãos enfrentavam-se; Yaḥyà ibn Muḥammad pede auxílio ao rei da Taifa de Toledo para fazer valer os seus direitos, enquanto que ‘Umar ibn Muḥammad a partir de Évora contacta o fronteiro território da Taifa de Sevilha e pede o obtém do rei de Sevilha, al-Mu‘tamid²²¹³.

Detalhes deste enfrentamento - de que os reis cristãos tiraram partido - não se conhecem, mas sabe-se que ‘Umar (que usará o *laqab* de al-Mutawakkil, um *laqab* com ressonâncias abbássidas²²¹⁴), que inicialmente pretendia uma divisão do reino de Badajoz²²¹⁵, acabará por ficar com o controle

Dos muito volumes da HISTORIA DE ESPAÑA fundada por Ramón Menéndez Pidal dois deles têm o elemento “reconquista” no seu título (precisamente os volumes 6, “Los comienzos de la reconquista (711-1038)” e 9, “La reconquista y el proceso de diferenciación política”. Polémico e recente, deve ver-se Alexander Pierre Bronisch, *Reconquista und Heiliger Krieg - die Deutung des Krieges im christlichen Spanien von den Westgoten bis ins frühe 12. Jahrhundert*, Münster, Aschendorff, 1998 (há edição espanhola).

2211. Sobre a figura de Sisnando vejam-se Ramón Menéndez Pidal e Emilio García Gómez, “El conde mozárabe Sisnando Davidiz y la política de Alfonso VI com los Taifas”, *Al-Andalus*, vol. XII - 1, Madrid - Granada, 1947, pp. 27-41;

José Mattoso, *História de Portugal*, I, pp. 557-562; Gonzaga de Azevedo, III, pp. 4-37, *passim*; Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 125; Cyrille AILLET, “Entre chrétiens et musulmans : le monastère de Lorvão et les marges du Mondego (878-1064)”, *Revue Mabillon*, 15 (t. 76), 2004, pp. 27-49; Leontina Ventura, “Coimbra medieval. 1. A gramática do território”, in *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Comissão Científica do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Editora Ausência, Coimbra, 2002, pp. 23-40 (formato doc. generosamente enviado pela autora).

2212. María JesúsViguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 85.

2213. Em 1069 al-Mu‘tamid sucederá ao seu pai e tornar-se-á no senhor da Taida de Sevilha - que se estende por ocidente e domina os territórios do Ġarb, incluindo a Andévalo e a zona próxima de Beja.

2214. Um dos califas abbássidas usou o *laqab* de al-Mutawakkil; 821 – 861, tendo sido califa entre 847 e 861); Ġa‘far al-Mutawakkil governou sobretudo a partir da cidade de Samarra.

A principal fonte sobre o seu governo é al-Ṭabarī -Al-Tabari, *The History of Al-Tabari*, (SUNY Series in Near Eastern Studies) Vol 34 (*The Incipient Decline: The Caliphates of al-Wathiq, al-Mutawakkil, and al-Muntasir A.D. 841-863/ A.H. 227-248*), trad. e notas de Joel L. Kraemer, N. York, 1989; este califa introduziu o uso de signos distintivos amarelos para os *ahl al-dimma* (cristãos e judeus) e está associada à construção da grande mesquita de Samarra com uma almenar / minarete exterior de planta circular, semelhante a um zigurate.

2215. Cf. María JesúsViguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia*

sobre todo o território da Taifa e afastar o seu irmão, possivelmente em 1072, mas depois de uma guerra fratricida que desgastou as terras e as gentes em redor de Badajoz.

‘Umar al-Mutawakkil transferir-se-á de Évora para Badajoz mas deixará o governo da cidade onde o seu pai o colocara com governador a um seu filho (al-‘Abbās), mantendo a tradição familiar, revelando que Évora é, de facto, a segunda cidade dos seus domínios.

As divisões internas dentro da própria família minaram o poder e desviaram as suas atenções de aspectos defensivos em relação aos cristãos do Norte. Por outro lado, a afirmação das dinastias das Taifas do século XI passava também pela necessidade de emular o califado desaparecido e de manter aceso o prestígio cultural desse mesmo califado, reivindicando a legitimidade de lhe suceder. ‘Umar al-Mutawakkil protegeu poetas e intelectuais, ele próprio foi um homem culto e um mecenas e na sua casa de campo, na sua *al-munya*²²¹⁶ chamada *al-Badī*, *almunya* que se localizava nos arredores de Badajoz e que de alguma forma talvez pretendesse assemelhar-se ao que tinham sido as residências palatinas exteriores a Córdova de *Madīnat al-Zāhrā*’ e de *Madīnat al-Zāhira*. E por aqui terão passado importantes poetas de então, como o *yāburī* / eborense Ibn ‘Abdūn e outros como al-Faṭḥ ibn Khaqan²²¹⁷.

A aposta na cultura, na literatura e num prestígio em todo o al-Andalus por via dessa vertente acabou por desfavorecer a protecção das fronteiras; e as perdas de território continuam. Se a al-Muzaffar fora tomada toda a região entre o Douro e o Mondego, ‘Umar al-Mutawakkil assiste à progressão de Afonso VI para sul, galgando a serra de Gata e tomando a importante cidade de Coria, no ano de 1079. Passando a controlar a cidade de Coria, Afonso VI passava a estar perto da linha do Tejo e da ponte e fortificação de Alcántara; além disso, não tendo nesta fase Cáceres a força militar que passará a ter mais tarde (com os almóadas, quando se definir o recinto maioritariamente em taipa de que ainda se pode ver o perímetro), a própria cidade de Badajoz passa a ficar vulnerável. Afonso VI passa a dispor de uma boa base, ligada a Salamanca e à forte Zamora pela velha *vía de la Plata*, para poder intensificar os ataques em direcção ao sul; não faltará muito para que apareça perto de Badajoz.

A perda de Coria não fez ‘Umar al-Mutawakkil concentrar-se mais nos assuntos internos do seu Estado, antes pelo contrário. No ano seguinte, na sequência na continuação da agitação e anarquia que se fazia sentir em Toledo, onde o *Dū I-Nūnida al-Qādir* não conseguia manter a ordem. Através de um agente ao seu serviço - um tal *Yūsuf ib al-Kallās* - ‘Umar al-Mutawakkil consegue tornar-se senhor de Toledo²²¹⁸. Porém, em vez de ter conseguido, através desta união de Badajoz com Toledo formar um Estado suficientemente forte que fizesse frente a um Afonso VI de Leão e Castela já recuperado das divisões surgidas após a morte do seu pai, o que vai acontecer é o contrário²²¹⁹. O deposto al-Qādir consegue o apoio de Afonso VI e ‘Umar al-Mutawakkil compreende que

de España, p. 85.

2216. Trata-se de uma “residência de campo” que dará origem a *almunya* e, em português, a *almuinha* ou *almoínha* (muitas vezes deturpado como *alminha*).

2217. Sobre poetas e poesia - e a sua importância - durante o período dos reinos de Taifas veja-se, sobretudo, Teresa Garulo, *La literatura árabe de al-Andalus durante el siglo XI*, Madrid, Hiperion, 1998.

2218. sobre a intervenção de al-Mutawakkil em Toledo veja-se a síntese de Juan Antonio Pacheco Paniagua, "‘Umar al-Mutawakkil ibn ai-Aftas de Badajoz, Rey de Toledo: Crónica de un poder efímero", in *Simposio Toledo Hispanoárabe*, pp. 61-73.

2219. Sobre a luta de Afonso VI com os seus irmãos e reis de Castela e da Galiza, veja-se Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, Princeton University Press, 1988 (2ª ed.,

é preferível abandonar Toledo, o que faz em Abril de 1081, não sem antes ter pilhado muitas das riquezas que tivera à sua mão em Toledo²²²⁰.

Entretanto, dentro do territórios que a Taifa de Badajoz ainda governa há sinais de descontentamento crescentes. Sem se saber a data exacta, sabe-se que houve uma sublevação na cidade de Lisboa. ‘Umar al-Mutawakkil enviou aos lisboetas uma carta conciliadora e um novo governador²²²¹.

A situação parece ter-se tornado insultentável, com pressões constantes por parte de Afonso VI (e possivelmente não só a partir da recém-conquistada Coria, embora as fontes sejam relativamente mudas). Parece ter sido a consciência da incapacidade de fazer frente a Afonso VI que teria levado ‘Umar al-Mutawakkil a tomar uma iniciativa inédita: enviar o seu *qādī*, Abū l-Wālīd al-Bāġī, a uma “ronda” por várias capitais de Taifa, no sentido de conseguir uma unidade perdida que pudessem fazer frente à crescente ousadia dos homens armados de Afonso VI, iniciativa de que não retira resultados positivos²²²².

Será um acontecimento ocorrido no centro peninsular que despoletará uma mudança brusca no rumo que acontecimentos levavam em solo peninsular. Depois de anos de instabilidade interna, a cidade de Toledo é tomada por Afonso VI de Leão e Castela, aos 10 muḥarram de 478 H / 25 de Maio de 1085, na sequência de um pedido de ajuda por parte de al-Qādir, no ano anterior, pedido que o moanra aproveitou para montar um assédio em redor de Toledo que se rendeu mediante um pacto que garantia uma série de direitos e regalias aos habitantes da Toledo vencida. E nesse mesmo ano caíam outras localidades fortificadas do reino de Toledo, como *Maġrit* (Madrid), Talabīra (Talavera) e Aledo.

Porém, os reis das principais Taifas perceberam claramente que o que caía em 1085 não era unicamente uma cidade e algumas fortificações em seu redor. Caía, pela primeira vez um reino de Taifas, caía a cidade que fora o símbolo da unidade do Godos, a capital do reino tomado pelas tropas de Ṭāriq. Toledo era o espelho em que outros reis de Taifas viam o que os esperava; a História parecia que estava em *rewind* e os cristãos contavam com o auxílio de cada vez mais “francos” / *ifranġ* que atravessavam os Pirinéus a caminho de um santuário de Santiago cada vez mais concorrido e muitos ficavam ao serviço do rei de Leão e de Castela, ele mesmo casado com princesas “francas” como Inês de Aquitânia e, desde 1081, com Constança de Borgonha.

Perante a conquista de Toledo alguns dos principais reis de Taifas conseguem, o que é inédito, pôr-se de acordo e procurar uma via para pôr termo aos avanços de Afonso VI.. Essa solução não passará por encontrar uma solução interna, mas por procurar fora do al-Andalus a resolução das suas dificuldades internas. ‘Umar al-Mutawakkil de Badajoz e al-Mu‘tamid de Sevilha parece terem sido os primeiros (seguidos depois por ‘Abd Allāh, de Granada) a dirigir cartas a Yūsuf ibn Tāšufīn

University of Pennsylvania Press, 1998), capítulo 5.

2220. María Jesús Viguera Molíns (ed.), Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, p. 86.

2221. Trata-se de Ibn Khira (ou Ibn Khayra) que, apesar de ter conseguido, aparentemente, acalmar a situação, acabará afastado do cargo.

2222. Sobre esta iniciativa veja-se María Jesús Viguera Molíns (ed.), Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. VIII/1 da Historia de España, p. 86.

(يوسف بن تاشفين), o soberano dos al-murābiṭūn (المرابطون) que tinham implantado um poder crescente no Norte de África, no Mağrib. ‘Umar al-Mutawakkil enviará o seu *qāḍī* Abū Ishāq ibn Muqānā a Ceuta para entrevistar-se com o próprio Yūsuf ibn Tāšufīn²²²³. Porém, sabe-se que não há unanimidade em relação a quem teve a iniciativa de chamar os Almorávidas²²²⁴.

Em suma, pode-se considerar que desde meados da década de 40 do século XI - desde a conquista de Mértola pelos Abbādidas - até meados da década de sessenta (com a conquista de Silves eventualmente nessa década) o sector sudoeste do *Ġarb al-Andalus* viveu fases de instabilidade e de tensão.

Os chamados Reinos de Taifas não têm, à partida, um território clara e historicamente bem definido. Não há fronteiras tradicionais entre esses vários poderes que se conseguem afirmar. A rivalidade e conflitualidade entre Taifas é constante, bem como os problemas de definição de território. Falta uma liderança, necessária, clara para os territórios e poderes que se afirmam neste al-Andalus dividido.

Os enfrentamentos internos irão debilitar os reinos de Taifas face a um Norte cristão onde algumas dirigentes percebem que surgiu um momento que não se pode desaproveitar para conquistar território. Esta parece ser uma fase de reforço de fortificações - as cidades são reforçadas, mas certamente também outras pequenas fortificações são levantadas ou mantidas.

Não deixa de ser tentador fazer um paralelo com a conquista ou controle do *Ġarb al-Andalus* feita cerca de uma centúria antes pelo então já califa ‘Abd al-Raḥmān III. A integração do *Ġarb* na obediência em inícios do século X parece ter sido desenhada de forma mais inteligente, melhor planeada, notando-se sobretudo uma grande diferença: o omíada ostentava uma legitimidade e um nome com uma espessura que lhe dava outra aceitação.

A Cavalaria é decisiva. Em todos os conflitos que se desenrolam ao longo do século XI a cavalaria está omnipresente. No caso das intervenções dos abbādidas sobre os pequenos reinos de Taifas de Mértola, de Šanta Mariyya al-Ġarb e mesmo no caso dos conflitos entre os reinos de Badajoz e de Sevilha. Em alguns casos os principais choques entre estes contingentes têm lugar em campo aberto ou nas imediações das fortificações e as tropas arregimentadas vão montadas, quase sempre a cavalo, mas podem ir também em muares, animais muito comuns e apreciados no al-Andalus, muares montados por gentes que da guerra pouca experiência tinham.

Parece que nos confrontos militares se encontram essencialmente dois tipos de combatentes: de um lado, mercenários, alguns dels de origem norte-africana, dando continuidade a uma prática que se inicia no século X, ainda antes de Almançor e, do outro lado, gentes locais que montam a cavalo que podem ter algumas armas, mas cuja preparação militar está próxima da nulidade.

2223. Cf. María Jesús Viguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 113.

2224. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 106.

O peso que a cavalaria tinha no *al-Andalus* - e concretamente no *Ġarb al-Andalus* - leva a que o *santareno* Ibn Bassâm quando se refere às tropas aftácidas as denomine “al-*khayl al-al-aftasiyya*”, a *cavalaria aftácida*²²²⁵, embora uma parte dela tivesse uma preparação e eficácia diminutas.

Sabe-se que a bacia do Guadalquivir era uma zona de criação de cavalos, zona que abastecia em grande medida as hostes de Almançor. Mas, não se deve ignorar uma outra zona, menos conhecida dos cronistas, a zona em redor de Santarém²²²⁶; se as ilhas do Guadalquivir produziam grande quantidade de cavalos, as mesmas ilhas - *ğazīra/s* ou *lezīrias* do Tejo deveriam estar para o *Ġarb* como Guadalquivir estava para as cidades de Córdova e Sevilha²²²⁷.

Mas, evidentemente, que havia outras zonas onde o gado cavalariço seria criado, embora com menos expressão numérica e onde, possivelmente, as características dos cavalos árabes de “sangue puro” vindos do Oriente e criados cuidadosamente em Córdova pelos omíadas estariam menos presentes²²²⁸.

(b) 1085 e a conquista de Toledo

O ano de 1085 é um ano fulcral na História peninsular. Com a conquista de Toledo em 1085, a influência franca que já se fazia sentir no reino passa a ser crescente, mas sobretudo nessa cidade, na velha capital goda. Jean-Pierre Molénat cujo estudo sobre a região de Toledo é axaustivo e modelar, mostra como a influência franca começa em Toledo logo após a sua conquista. Para além da chegada e implantação gradual na cidade de militares e de comerciantes - estes, sobretudo, estebelecidos no chamado *Rabaḍ al-Ifranğ* - os clérigos assumem posição de destaque de tal forma que o autor não hesita em afirmar que “ce sont bien les ecclésiastiques qui sont les mieux connus, à commencer par les archevêques d’origine française qui monopolisent le siège archiepiscopal pendant près d’un siècle avec Bernand de Sédirac (1086-1224), (...). Mais les clercs transpyrénéens colonisent également à cette époque le chapitre cathédral de Tolède comme les autres sièges épiscopaux, à tel point que l’on a pu évoquer un vaste réseau de népotisme gallican”²²²⁹. A influência franca, clara e forte no centro peninsular, sentir-se-á igualmente em zonas mais ocidentais do Península Ibérica, nesses finais do século XI²²³⁰.

2225. Ibn Bassâm, *Dakhīra*, I (1), p. 387 *apud* Manuela Marín, “El Ejército”, in María Jesús Viguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 220. Veja-se também Ibn ‘Idārī, *Bayān III*, fl. 234-235; trad. pp. 195-196.

2226. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII (Anales Palatinos...)*, antes citado.

2227. Cf. Manuela Marín, “El Ejército”, in María Jesús Viguera Molíns (ed.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, vol. VIII/1 da *Historia de España*, p. 194 e al-Ḥimyarī, *Rawḍ..* (trad. *La Péninsule Ibérique ...*), pp. 24-28.

2228. Sobre a criação de cavalos no al-Andalus vejam-se os artigos publicados na obra colectiva intitulada *Al-Andalus y el Caballo*, Ed. El Legado andalusí - Lunsveg, 1995; como fonte escrita coeva - mas tardia - deve ver-se a já citada edição de Ibn Ḥudayl, *Gala de caballeros, Blasón de paladines*, (ed. María Jesús Viguera), Madrid: Editora Nacional, 1977.

2229. Jean-Pierre Molénat, *Campagnes et Monts de Tolède du XIIe au XVe siècles*, Madrid, Casa de Velázquez, 1997, p. 58. Agradeço ao autor, cujo contributo para esta dissertação foi muito para além do simples apoio, a oferta de um exemplar desta obra indispensável.

2230. José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. Ensaio sobre as origens de*

O ano de 1086 reforça a viragem do ano anterior e traz mais ingredientes para a mudança que se opera em solo peninsular e que atingirá também os territórios ocidentais. Aliás, o principal encontro militar desse célebre ano de 1086 terá lugar no *Ġarb al-Andalus*.

No acordo de entrada dos Almorávidas no al-Andalus estava um pedido muito concreto: que os abbádiadas deveriam ceder aos norte-africanos a cidade de Algeciras, para se tornar base e porto de evacuação das tropas ao serviço dos Almoravidas. Esse pedido, que alarma um dos filhos de al-Mu'tamid, é cumprido²²³¹. Os Almorávidas entram em Algeciras em Julho de 1086²²³². Depois de recebido por uma delegação sevilhana, as tropas almorávidas, com as dea Sevilha de al-Mu'tamid e com contingentes de Garanda²²³³ à frente dos quais estava 'Abd Allāh, dirigem-se para Badajoz.

Ainda hoje há incertezas acerca da razão da posição no terreno de Afonso VI nesta conjuntura e por que razão Afonso VI avançou sobre Badajoz²²³⁴. O rei de Leão e de Castela tem as suas tropas a sul da serra de Guadarrama e sabe-se que Coria tinha sido já conquistada pelo monarca leonês²²³⁵. As tropas dos almorávidas, juntamente com contingentes enviados e capitaneados por alguns *Mulūk al-Tawā'if* dirigem-se para a cidade de Badajoz, não longe da qual já se encontram tropas de Afonso VI²²³⁶.

O encontro militar entre ambos os exércitos terá lugar num local que será designado por Zallāqa nas fontes árabes, enquanto que as fontes e a historiografia que se debruçam sobre a sociedade feudal e maioritariamente cristã falem de um local denominado Sagrajas ou Sacralias²²³⁷.

Portugal. 1096-1325, vol., II - Composição, Lisboa, ed. Estampa, 1985, p. 30.

2231. Era governador de Algeciras al-Rādī, um dos filhos de al-Mu'tamid, que irá abandonar a cidade.
2232. Segundo a *Rawd al-Qirtās*, que afirma uma data exacta do mês de *rabi' I* de 479, equivalente a 3 de Julho de 1086. V. Lagardère, *Les Almoravides...*, p. 110, n. 25, que dá as datas fornecidas por outros autores, algumas das quais perfeitamente equivocadas. Cf. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista ...*, p. 33, com pequenas diferenças.
2233. Este contingente atrasa-se e só atinge as tropas almorávidas em Šariš (actual Jerez de los Caballeros, nas província de Badajoz, muito próximo do Portugal).
2234. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almorávides, Almohades y Benimerines)*, (1ª ed, Madrid, 1956), Ed. Fac-símile, Ed. Universidad de Granada (col. Archivum), 2000, p. 44.
2235. Segundo a obra *al-Hullal al-Mawšiyā*, teria sido na sequência da perda desta cidade que pela primeira vez um rei de Taifas (neste caso, al-Mutawakkil) teria recorrido a Yūsuf - cf. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista ...*, p. 28.
2236. É do *Rawd al-Mi'tār* que vem a informação de que as tropas muçulmanas vão ao encontro de Afonso VI - cf. V. Lagardère, *Les Almoravides...*, p. 115 e, do mesmo autor, *Le vendredi de Zallaqa*, cap. "la journée", pp. 79-89.
2237. Veja-se por exemplo, Julio Valdeón, "Castilla y León" in *Historia de las Españas Medievales*, Barcelona, Ed. Crítica, 2002, pp. 141-174, p. 145. Porém, nota-se uma utilização maior do topónimo de origem árabe - Zallāqa - por vezes com variantes, como Zallaca ou Zalaca - cf. H. Kennedy, *Os Muçulmanos...*, e Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, Universidad de Sevilla, 1998, *passim*.

A posição das tropas almorávidas e dos três *Mulūk al-Tawā'if* que participam (Badajoz, Granada e Sevilha) estavam situadas muito próximo de Badajoz. É 'Abd Allāh, a única testemunha presencial que fala sobre o acontecimento, que o afirma, dizendo que a confiança das tropas muçulmanas era grande dado que, entre outros factores, tinham atrás, como protecção de rectaguarda a fortificação de Badajoz²²³⁸.

Onde é Zallāqa?

Tem havido vários estudos sobre o local do campo de batalha e sabe-se qual o zona onde teriaa decorrido o confronto em campo aberto; apesar de ter cerca de meio século, o estudo feito por Huici Miranda continua a ser útil nos dias de hoje²²³⁹ e trabalhos posteriores de Manuel Terrón juntam detalhes interessantes²²⁴⁰.

Tem havido, no entanto, autores que têm proposto uma localização do campo de batalha mais afastado de Badajoz. Na sequência das transcrição, pelos *Annales Complutenses*, de “fuit illa arrancada in Badalozio, id est Sacralias” e de o tradutor que inclui esta informação nos *Anales Toledanos* primeiros a ter transformado em “arracaron moros al rey don Alfonso en Zagalla”, o local da batalla foi identificado como sendo Azuaga, tanto por Solano de Figueroa²²⁴¹ como por Martínez y Martínez²²⁴², historiadores com produção sobre a região extremeña.

A localização de Zallāqa junto a Badajoz é atestada por várias fontes; uma delas é a *Crónica dos Godos*, dado que diz que a local da batalha foi “*ad faciem civitatis*”. E A. Huici Miranda lembra que Ibn Šāhib al-Salā, quando refere o socorro que Fernando II de Leão leva a Badajoz, contra Afonso Henriques, esse socorro vai até Zallāqa “en las inmediaciones de la ciudad, y el gobernador almohade sale a recibirlo”²²⁴³.

Porém, a designação de *Zallāqa* não consta do único testemunho presencial do acontecimento - o livro de *Memórias* do último rei Zīrī de Granada - aparecendo em autores e obras posteriores. Como o topónimo não se manteve na região muitos mais séculos, nem surge décadas ou poucos séculos depois em documentação medieval, é possível que *Zallāqa* tenha sido nome atribuído pelas

2238. 'Abd Allāh, TIBYAN; trad. El siglo XI en 11 persona. Las “memorias” de 'Abd Allah, último rey Zirí de Granada, destronado por los Almorávides (1090), trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid, Alianza ed., 1980, fl. 43a, § 49, p. 202. Ver também V. Lagardère, *Les Almoravides...*, p. 115.

2239. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almorávides, Almohades y Benimerines)*, (11 ed, Madrid, 1956), Ed. Fac-símile, Ed. Universidad de Granada (col. Archivum), 2000, pp. 17-82. Opinião partilhada por F. García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, pp. 288-310.

2240. Manuel Terrón, *Historia de la Baja Extremadura, Badajoz*, Centro de Estudios Extremeños, 1986, pp. 377-385; idem, *Extremadura Musulmana (Badajoz 713-1248)*, Badajoz, 1991, pp. 120-131.

2241. É autor Juan Solano de Figueroa y Altamirano (autor que viveu no século XVII, foi arcebispo de Medellín, Familiar del Santo Oficio, e Cónego Penitenciário da Catedral de Badajoz e cronista) da *Historia eclesiástica de la ciudad y obispado de Badajoz*, 8 vols., Badajoz, editada no século XX, (1929-1935).

2242. Matías Ramón Martínez y Martínez, autor de uma ainda hoje útil *Historia del Reino de Badajoz durante la dominación musulmana*, 21 ed., Dip. Prov. de Badajoz, 2007.

2243. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas...*, p. 81 (onde reproduz as informações que constam da *Chronica Gothorum*, a que chama - na sequência da tradição de Flórez, o *Lusitano*; Ibn Šāhib al-Salā, *Al-Mann bī-l-Imāma*, fl. 132.

tropas que participaram, nome que pode ter a ver com características morfológicas do local ou com os acontecimentos em si²²⁴⁴. A. Huici deve ter razão quando dá razão à Informação de Yaqūt, que relaciona esse nome com “terreno relbaladizo”, acreditando que esse era o nome que se dava à zona inundada e de cotas baixas que se encontrava e se encontra a norte da cidade na margem norte da cidade²²⁴⁵.

A batalha

Não faltam pormenores acerca da forma como decorreu esta batalha mas também são muitas as dúvidas que ainda subsistem, dada a disparidade das fontes e, em muitos casos, o facto de algumas informações só surgiram em fontes tardias e não em que presenciou os acontecimentos, como ‘Abd Allāh que sobre elas escreveu. Como bem mostrou Huici Miranda e foi continuado por outros autores, como V. Lagardère, as informações que constam das fontes árabes são discordantes e quanto

2244. Ocorreu no decurso da concepção desta dissertação o autor interrogar-se sobre a razão desta designação, do facto de o nome que surge nas fontes cristãs ser outro - Sagrajas / Sacrálias - e de não ter permanecido no local, além de que não consta no *Tibyān*.

Apesar de a questão necessitar de investigação futura e de ser necessário, para este efeito consultar obras onde pode ter sido dada alguma explicação - podem encontrar-se dados interessantes consultando os dicionários de Língua Árabe.

Ressalta na palavra a raiz trilítera Z-L-Q; com uma duplicação do *lām* intermédio, parece ser uma forma II. Esta raiz está relacionada com situações “escorregadias”. O Dicionário de Kazimirski dá para a esta raiz (زَلَقَ) o significado de “glisser sur un terrain glissant” para a forma I, ou “se trouver mal a son aise dans un lieu, et s’y ennuyer au point de le quitter pour changer de place”; para a forma II, indica-se, entre outros significados semelhantes, “raser (la tête)”, “rendre lisse, glissant” ou “avoir son arme, etc., toujours bien affilée, la repasser souvent...” (Tomo I, p. 1006); Dozy, no seu *Supplément...* (Tomo I, p. 600), acrescenta para a forma II o significado de “glissement” para تزليق, palavra derivada de uma forma II. No Árabe falado no al-Andalus o significado é semelhante; se Pedro de Alcalá não o refere (cf. F. Corriente, *El léxico árabe andalusí según P. de Alcalá* (Ordenado por raíces, corregido, anotado y fonémicamente interpretado), Madrid, Universidad Complutense, 1988), já o Vocabulista indica para a raiz ZLQ (registando *mazāliq* e *zallāqah*) significados como “hacer resbalar” ou “resbaladero” (F. Corriente, *El léxico árabe andalusí según el “Vocabulista in arábico”*, Madrid, Universidad Complutense, 1989, p. 139) e o Glossário de Leiden dá significados como “resbalo”, “acción de resbalar”, “diarrea” e “resbaladero” (F. Corriente, *El léxico árabe estandar y andalusí del “Glosario de Leiden”*, Madrid, Universidad Complutense, 1991, p. 89); em síntese, F. Corriente liga esta raiz ao significado de “to slip ...to cause to slip” mas também o de “diarrhoea” (Federico Corriente, *A Dictionary of Andalusí Arabic*, Brill, 1997, p. 232).

Deve reconhecer-se que Miguel Asín e Huici Miranda já se tinham referido à questão do significado da palavra Zallāqa. Têm posições diferentes; enquanto Asín relaciona al-Zallaqa com Azuaga, localidade acastelada situada a algumas dezenas de Km de Badajoz, Huici Miranda já tinha proposto uma relação deste topónimo com o significado de “terreno resbaladizo”, na sequência do que diz Yaqūt - cf. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almorávides, Almohades y Benimerines)*, (1ª ed, Madrid, 1956), Ed. Fac-símile, Ed. Universidad de Granada (col. Archivum), 2000, pp. 80-82.

2245. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista ...*, p. 82.

Para Azuaga faltam dados relativamente à sua ocupação em época islâmica mas para a fase imediatamente posterior deve consultar-se Juan Luis de la Montaña Conchiña, “Poblamiento y ocupación del espacio: el caso extremeño (siglos XII-XIV)”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LX. Número II Mayo-Agosto, Badajoz, 2004, pp. 569-596 e Enrique Rodríguez-Picavea Matilla, “La incorporación de una villa de la Baja Extremadura al dominio cristiano: Azuaga en los siglos xiii-xiv”, *Cuadernos de Historia Medieval Secc. Miscelánea*, 1. Madrid, Univ. Autónoma, (1998), (pp.133-145), pp. 139-140, em <http://www.uam.es/departamentos/filoyletras/hmedieval/especifica/cuadernos/miscelan/1998-1/06.pdf> (consultado em Janeiro de 2009).

mais tardias, mais ricas em detalhes surgem essas informações. Sem se pretender fazer um novo e repetitivo ponto da situações sobre todas as fontes que referem a Batalha, devem apontar-se os dados essenciais e mais importantes desse encontro militar.

O exército que resultou da união dos contingentes trazidos pelos almorávidas, mais as tropas de Sevilha os de Badajoz e os cavaleiros que saíram tarde de Granada mas que alcançaram as tropas almorávidas em Šariš, eram isso mesmo: uma união de contingentes armados que estavam reunidos pela primeira vez e que não tinham uma preparação conjunta nem um sentido de corpo. Porém, conseguem tomar-se iniciativas tácticas importantes; enviaram-se atalhias (espíões) de noite ver o que se passava no campo inimigo (já localizado nas proximidades de Badajoz), na terça-feira que antecedeu a encontro²²⁴⁶. Há, depois, distintas tradições sobre a escolha do dia da batalha, mas atendendo a testemunhos vários e ao facto de ‘Abd Allāh de Granada referir claramente que houve uma combinação para que a batalha tivesse lugar numa dada data, levam a não duvidar de tal acontecimento²²⁴⁷.

Pelas “memórias” de ‘Abd Allāh sabe-se que Afonso VI teria criticado os muçulmanos por se colocarem de forma resguardada muito próximos da cidade de Badajoz²²⁴⁸. As descrições de mais credíveis dão a entender que a iniciativa do ataque pertenceu a Afonso VI, que teria escolhido a Sexta-feira, dia de festividade para os muçulmanos - ao contrário do que se combinara - sendo considerado como traidor e falto à palavra dada²²⁴⁹.

2246. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista ...*, p.45.

2247. Sobre a Batalha de *zallāqa* nas Memórias de ‘Abd Allāh veja-se ‘Abd Allāh ibn Buluġġin ibn Bādīs al-Zirī [TIBYAN], *El siglo XI en 11 persona*. Las “memorias” de ‘Abd Allah, último rey Zirí de Granada, destronado por los Almorávides (1090), trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid, Alianza ed., 1980, fl. 43a-43b, §49, pp. 202-203.

2248. ‘Abd Allāh ibn Buluġġin [TIBYAN], *El siglo XI en 11 persona*. Las “memorias” de ‘Abd Allah, último rey Zirí de Granada, destronado por los Almorávides (1090), fl. 43a-, §49, p. 202.

2249. Detalhes das descrições - e suas variantes - sobre estes aspectos podem encontrar-se em A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista ...*, pp. 45-48; o *Rawḍ al-Mi‘tār*, escrito mais tarde, não considera que Afonso VI tenha atacado por surpresa.

Os poetas são parcios em informações precisas: o santareno Ibn Bassām, que é coevo dos acontecimentos, para além de dar aspectos literários relacionados com esta vitória, salienta a vitória como uma “vingança” de Yūsuf e pouco mais diz; outro contemporâneo, o poeta Ibn Labbāna (in Al-Maqqarī, *Analectes*, II, p. 598) dá uma informação curta e sem detalhes da batalha.

A. Huici expõe os exageros que se encontram no *Kitāb al-Iqtifā’* de Ibn al-Qardabūs (pp. 51-52), os equívocos no Muġib de ‘Abd al-Wāhid al-Marrākušī (obra do s. XIII), as notícias “estranhas” do *Kāmil* de Ibn al-Aṭīr (s. XIII), a descrição longa do *Rawḍ al-Mi‘tār* de ‘Abd al-Mun‘im al-Ḥimyarī (pp. 55-57), uma apreciação sobre o *Rawḍ al-Qirtās* que, entre várias irregularidades, aponta que no confronto havia do lado de Afonso VI 80.000 cavaleiros e 200.000 peões (pp. 57-59). Sobre Ibn Khallikān e a sua obra *Wafayāt al-a‘yān* (datada de 672 H / 1274) destaca-se a informação de que os almorávidas teriam aportado camelos (comentar-se-á mais adiante) e destaca o equilíbrio do relato de Ibn ‘Idārī, relato (que parece ter sido terminado em 1299) onde se faz eco das desconfianças dos almorávidas mesmo em relação aos andalusí/s, equilíbrio que mostra não existir na Ḥulal al-Mawšīyya (de 1381) e justifica por que Ibn Khaldūn - então ao serviço dos almóadas *ḥafṣī/s* de Tunes (anti-almorávidas) surge tão lacónico a propósito desta batalha e de vitória almorávida/andalusí, na sua monumental obra o *Kitāb al-‘Ibar* (de inícios do último quartel do s. XIV) - A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista ...*, pp. 48-66.

Ver igualmente Vincent Lagardère, *Le Vendredi de Zallāqa, 23 octobre 1086*, Paris, L’Harmattan, 1989. (23 de Outubro de 1086, Uma Sexta-feira que equivale a 12 de raġab de 479)

Ibn ‘Idārī dá algumas notas importantes que fazem sentido com antecimentos passados e futuros; diz este autor que ambos os lados perderam homens²²⁵⁰, não exagerando as perdas do lado afonsino e que a vitória do lado muçulmano, que não esteve segura desde o início, se deveu a um “envolvimento” tático; por outro lado, a informação de que o acampamento dos almorávidas estava separado dos dos andalusī/s²²⁵¹ é um sinal de clara divisão entre as gentes do al-Andalus e os rigorosos malikitas norte-africanos.

A. Huici tem o mérito de, para além de conhecer, estudar e citar os textos ter tido a vontade, fundamental, de conhecer o território onde se deram os acontecimentos. E, em 1949, Ambrosio Huici dirigiu-se a Badajoz para conhecer, *in loco*, o terreno da Batalha, o terreno onde se encontra a “dehesa de Sagrajas”²²⁵² - lezíria entre o Xévora / Gévora e o Guadiana -, nome que se conserva, ao contrário de Zallāqa. Depois de observar o terreno, Huici Miranda faz vários considerandos que merece serem tido em conta e edita um mapa da zona que ainda hoje é muito útil²²⁵³. O autor critica alguns exageros de crónicas e denuncia como claras invenções algumas das afirmações feitas.

À luz das observações feitas *in loco* por A. Huici, por autores posteriores e pelo autor deste estudo - que visitou a região várias vezes - é possível valorizar ainda mais o testemunho de ‘Abd Allāh e, no nosso posto de vista, aproveitar mais dados e ser mais complacente com a Crónica dos Godos / *Cronicón Lusitano*. Porquê? Por um lado, o facto de as Memórias de ‘Abd Allāh não referirem o nome Zallāqa faz todo o sentido se se aproveitar o que diz a Crónica dos Godos, onde se afirma que Afonso VI - ajudado por cristãos do outro lado dos Alpes e por “francos” - “invadiu/atacou o castelo e as linhas dos sarracenos”, além e que foi até onde estava a tenda do “rei Yūsuf”, tenda que estava rodeada por um trincheira ou fosso²²⁵⁴. Como se podem compatibilizar estes dados? Ora, parece não haver dúvidas de que as tropas de Afonso VI passaram o rio Guadiana²²⁵⁵; logo, a batalha - e aí pode-se conceder a A. Huici que talvez seja um exagero que tenha durado até à noite - não foi de curta duração e, mais importante que isso, não se travou unicamente nos campos de Sagrajas / Zallāqa mas igualmente na margem sul do Guadiana (abrangeu ambas as margens), chegando junto às muralhas de Badajoz e à tenda de Yūsuf que, previsto que demonstrou ser, não deveria ter a sua tenda rodeada por fosso numa zona baixa, com o alcáçova de Badajoz - nas mãos dos seus aliados recentes - a cavaleiro da sua tenda, e numa cota mais elevada. Logo, os combates não se dão **exclusivamente** em Sagrajas / Zallāqa, embora deva ter sido aí, nesses terrenos baixos e mais alagadiços que as tropas de Afonso VI e a da coligação abbādidā-aftācidā-zīrī e almorávida travaram os combates decisivos e se deve ter dado o “envolvimento” final que fez com que as tropas afonsinas *res-vassem* - num terreno que deveriam conhecer mal, terreno cujas características as tropas de Badajoz (conhecedoras do local) podem ter aproveitado e ajudado a aproveitar - e tivessem de debandar com grandes perdas. O primeiro embate pode ter resultado da iniciativa de Afonso VI, que teria

2250. Ibn ‘Idārī indica que do lado de Afonso VI estariam 60.000 homens, o que não deixa de ser exagerado mas menos que em outros autores.

2251. O autor refere que entre ambos os acampamentos medeavam duas milhas e que essa separação era devida à existência de desconfiança do lado almorávida.

2252. A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, p. 65.

2253. A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, pp. 68-69; ver mapa p. 69.

2254. *Crónica dos Godos*, referente a Era de 1125.

2255. Dado que A. Huici Miranda aceita - *op. cit.* p. 68.

com algumas tropas cruzado o Guadiana e atacado posições inimigas junto à própria cidade de Badajoz²²⁵⁶

Esta matização que se faz à observações de A. Huici Miranda não retiram o mérito do estudo interessante que este autor elaborou, estudo concomitante das fontes e do terreno - o primeiro a fazê-lo com muita argúcia - e não pretendem encerrar a questão, dado o volume de dúvidas que ainda se pode levantar.

Os cuidados tácticos de Yūsuf podem avaliar-se pelo facto de se dizer na Crónica dos Godos (ou *Cronicón Lusitano* como lhe chama A. Huici, seguindo Flórez) que tinha a zona da tenda defendida por vala ou fosso, parece claro, até pela descrição da Crónica dos Godos, que o arraial almorávida estava separados dos contingentes dos vários *Mulūk al-Tawā'if*²²⁵⁷.

Por outro lado, as muralhas então existentes em Badajoz parece estarem em bom estado de conservação e terem desempenhado um papel de defesa passiva sem problemas.

A importância dos sons no contexto desta batalha é desvalorizado por A. Huici. O autor considera exagerados os efeitos nas tropas cristãs das referências ao uso de tambores e atabales, por parte dos almorávidas nesta batalha, sons que teriam assustado as tropas inimigas e que são referidos em alguns autores mais tardios²²⁵⁸. Os sons com efeito militar passam também pela eventual presença de camelos na Batalha de Zallāqa. Como já se referiu, Ibn Khallikān na obra *Wafayāt al-a'yān* (já do s. XIII) afirma - a partir de dados de um escritor de Baeza, que morreu em Tunes em 1255²²⁵⁹ - que os almorávidas teriam participado com camelos e que esses animais teriam sido um *factor surpresa* decisivo no resultado da batalha, pois os cristãos - e sobretudo os seus cavalos - nunca se teriam confrontado com camelos a blaterar nas charneças do Guadiana.

Os outros autores não referem camelos nesta batalha e mesmo as “memórias de ‘Abd Allāh” ignoram a entrada destes animais no al-Andalus nesta campanha dos Almorávidas. Porém, como assinala o próprio A. Huici, camelos já antes tinham entrado em solo ibérico; Almançor tinha algumas centenas nas terras de Múrcia e na batalha de Cutanda, ferida em terras de Aragão em 1120 (em Calamocha, na região de Teruel), as tropas de Afonso I o Batalhador de Aragão terão capturado várias centenas de camelos aos muçulmanos²²⁶⁰; no assédio a Aurélia (Oreja), ano de 1139 (o da famosa batalha de Ourique) as tropas almorávidas de socorro terão levado “magnas turbas camelo-

2256. Será a colina da alcáçova de Badajoz - ou as que lhes estão próximas na margem sul do Guadiana, a colina que A. Huici classifica de “imaginária” e que surge em algumas fontes árabes? - cf. A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, p. 71.

2257. A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, p. 70.

2258. A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, p. 72; já antes Isidoro de la Cagigas chamara a atenção para a necessidade de dar pouca importância ao possível uso de tambores por parte dos almorávidas, ao contrário do que fizera Menéndez-Pidal (em *La España del Cid*, 4ª ed, I, pp. 335-336).

2259. Ibn Khallikān diz na sua obra *Wafayāt al-a'yān* o que consta na obra de Abū l-Ḥaġġāġ Yūsuf ibn Muḥammad al-Anṣārī - natural de Baeza falecido em Tunes nesse ano de 653 H/1255 - obra chamada *Taḍkirat al-‘āqil wa tanbih al-ġāfil* que, por sua vez, a toma de um tal Ibn al-Sayrafi - cf. Huici, *Las grandes batallas...*, p. 59 e nota 1.

2260. Alberto Cañada Juste, “La batalla de Cutanda (1120)”, in *XILOCA*, vol. 20, 1997, pp. 37-47; O rei de Aragão foi ajudado por Guilherma da Aquitânia e, na sequência dessa sua vitória conquistará aos almorávidas as fortificações de Calatayud e Daroca.

rum...”²²⁶¹. É de crer que, pela ausência de referências em muitas crónicas que referem esta batalha que os camelos, se estiveram presentes, tenham tido uma grande expressão numérica; não é impossível, porém, que nesta batalha ou em momentos posteriores eles tenham sido utilizados pelos almorávidas que se devem ter apercebido do efeito de surpresa que causariam em alguns cavalos ou cavaleiros, razão para que estivessem presentes em batalhas havidas alguns anos depois.

O uso de camelos pelos almoprávias ou por alguns desses almorávidas, deveria ser algo mais que um *topos*; por alguma razão, o rei de Sevilha al-Mu‘tamid teria dito, quando o alertram para o perigo de chamar os almorávidas em seu auxílio, que preferia ser cameleiro do que porqueiro (entre os cristãos)²²⁶². Como se sabe, camelos haveria já no al-Andalus antes da chegada dos Almorávidas, mas outra coisa é ter a certeza de que já os havia no Ġarb e, mais do que isso, saber se antes tinham ou não sido utilizados em cenário de guerra; o que, convém lembrar, tampouco se sabe para o caso da Batalha de Zallāqa, onde a referência ao efeito dos camelos só é valorizada por um dos cronistas mas desde então tem sido muito difundida²²⁶³. Porém, levados ou não para Badajoz e usados em Zallāqa, parece não haver dúvidas que estes animais entrarão - de novo - no al-Andalus com os Almorávidas e que estarão próximos de cenários de guerra, o que parece não ter acontecido antes; são, embora sob a forma quadrúpede, mais um elemento a juntar à internacionalização que surge nesta fase²²⁶⁴.

Porém, sabe-se que esta batalha é, em termos militares, um caso único pela conjugação de vários factores. É um caso de uma batalha que teve lugar num local e num momento relativamente bem combinado, dado que houve antes troca de correspondência entre os dirigentes máximos de ambos os campos²²⁶⁵. Por outro lado, é um caso não muito comum de “confrontação directa em campo aberto”²²⁶⁶ que, como demonstra García Fitz, pode ter maus resultados quando é uma peça de uma estratégia e tem lugar em território inimigo²²⁶⁷.

É clara a confiança na vitória que as tropas do al-Andalus tinham. Depois de décadas de uma dinâmica de perda e de derrotas, a coligação com as tropas vencedoras - e capazes, no Norte de África,

2261. *Chronica Imperatoris*, II, p. 339 (ed. d.o próprio A. Huici) *apud* A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, p. 59, nota 2.

2262. al-Ĥimyarī, *Rawḍ al-Mi‘tār*, §84, fl. 85, trad. p. 106.

2263. Cf. Emilio García Gómez, *Poemas arabigoandaluces*, Madrid, 1980, p.36.

2264. Não deixa de ser curioso o facto de as fontes árabes referirem um sonho que Afonso VI tivera com um “elefante”; certamente uma invenção, é no entanto, mais um elemento que reforça a ideia de que a Península Ibérica via chegar ao seu solo não só gente nova, mas também muitas outras entidades novas (animais, roupagens, novas formas de combater), que vão chocar com outras gentes novas, vindas de terras a Norte dos Pirineús, estas outras do lado de Afonso VI.

O sonho do elefante diz respeito a um animal, embora não deixa de ser curioso que sensivelmente na mesma época se tenha experimentado uma máquina de guerra chamada, precisamente, de “elefante” (cf. nota 2210).

2265. Ver V. Lagardère, *Les Almoravides...*, p. 117.

2266. Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, Universidad de Sevilla, 1998, p. 288.

2267. Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, Universidad de Sevilla, 1998, pp. 306-307.

de integrar grupos antes divergentes - dos almorávidas dava aos combatentes do al-Andalus uma confiança na vitória que os fez não vacilar numa luta em campo aberto²²⁶⁸. Por outro lado, parece que as tropas de Afonso VI, com uma dinâmica de vitória constante, deveriam confiar igualmente na vitória e podem ter avaliado estes norte-africanos como outros quaisquer berberes, com os quais já antes tinham combatido (como em Badajoz, ou Granada, por exemplo).

Essa confiança dupla na vitória é o que está por detrás de muitos confrontos directos em campo aberto como este²²⁶⁹. Os guerreiros saarianos, habituados a combater africanos infiéis, nunca tinham visto um cristão. Muitos destes, por seu lado, nunca tinham visto camelos. O próprio ‘Abd Allāh refere que os almorávidas, que nunca tinham entrado no al-Andalus e nunca tinham visto um cristão, não os conseguiam distinguir dos seus “aliados” das Taifas do al-Andalus²²⁷⁰, o que pode significar muito não tanto a nível de feições físicas, mas sobretudo a nível de roupagem, armas, tipos de montadas e, em alguns casos, a nível da própria expressão oral.

Embora a batalha em si pouco tenha trazido a nível territorial, e o *Islam* pouco tenha ganho com esta intervenção, perceber-se-á mais tarde que foi um marco muito importante em termos de afirmação da ortodoxia e do fortalecimento do poder dos almorávidas; foi o princípio do fim dos *Mulūk al-Ṭawā’if* e esta batalha que será aproveitada por vários intelectuais ao serviço dos almorávidas que imaginarão factos não acontecidos para sublinhar a acapacidade dos almorávidas - inclusivamente a o poder de Yūsuf para fazer parar tormentas no atravessamento do Estreito de Gibraltar - frente ao um al-Andalus onde dominavam senhores ímpios e militarmente incapazes²²⁷¹.

A Batalha de Zallāqa - um balanço

A importância e o peso que teve na História medieval peninsular a Batalha de Zallāqa varia de acordo com os autores e mesmo com as épocas. Sem querer fazer um balanço da historiografia que se debruçou sobre este encontro militar, pode dizer-se que para muitos autores esta batalha, que decorreu em frente de Badajoz, em terrenos visíveis do alto das muralhas de Elvas, teve importância muito grande.²²⁷² Visões mais recentes consideram que esta batalha não passou de um episódio²²⁷³, na medida em que quase tudo ficou, em termos territoriais, na mesma - o exército vitorioso não tentou sequer lançar-se sobre Toledo num momento em que Afonso VI estava fragilizado.

2268. Essa confiança é expressa por ‘Abd Allāh de Granada - cf. *Tibyān*, § 48-49, pp. 201-202.

2269. Cf. Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, Universidad de Sevilla, 1998, pp. 330. Este mesmo autor lembra, porém, que em outras ocasiões o confronto poderia dar-se mesmo quando um dos beligerantes não o desejava mas se encontrava numa posição de não evitar (*ibidem*, p. 334) - mas este não era o caso de Zallāqa.

2270. ‘Abd Allāh de Granada - cf. *Tibyān*, § 49, p. 201.

2271. Um desses textos onde se exageramos feitos de Yūsuf foi publicado na década de cinquenta: E. Lévi-Provençal, Emilio García Gómez, Oliver Asín J., “Novidades sobre la batalla llamada de al-Zallaqa (1086)”, *Al-Andalus*, Vol. XV - 1, 1950, pp. 111-156. Uma crítica ao valor do texto dado a conhecer no artigo anterior está em A. Huici, *Las Grandes Batallas...*, pp. 77-80.

2272. - É o caso de Huici Miranda; cf. *Las Grande Batallas*, pp. 76-77.

2273. - Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI - XIII)*, Universidad de Sevilla, 1998, p. 308.

Pensando exclusivamente no *Ġarb al-Andalus*, quais serão as consequências desta batalha? Gonzaga de Azevedo considera que a Batalha foi importante, na medida em que cria um compasso de espera no avanço de Afonso VI. Mas, como diz García Fitz, a vitória em Zallāqa não é aproveitada pelos muçulmanos e depois desta vitória quase tudo fica como dantes. No entanto, para muitos muçulmanos os almorávidas são tomados por salvadores face a um Norte cristão cada vez mais audaz e bem equipado militar e ideologicamente.

Em termos gerais, deve reconhecer-se que na Batalha de Zallāqa as tropas de Afonso VI, que investiram com confiança, acabaram por *resvalar* nestes terrenos mesmo em frente da cidade de Badajoz, cidade que, dada a proximidade a que já se encontravam as tropas castelhano-leonesas poderia não sobreviver muito tempo em mãos dos Aftácidas, a não ser que pagasse pábias.

Se em termos gerais peninsulares, a batalha é sobretudo um momento de estagnação - às tropas de Afonso VI é travado imediatamente o avanço para sul (avanço que pára, durante algum tempo) - mas a coligação ganhadora não sabe ou não quer tirar partido de uma vitória que só aparece retumbante nas fontes mais tardias.

Para os territórios ocidentais, parece significar um momento de desafogo para as pressões cristãs sobre a linha do Guadiana, por outro lado, a incapacidade de o Estado aftácida se reformar e conseguir fazer face ao inimigo cristão mas também à força da ortodoxia malikita, levará a médio prazo a que os almorávidas sejam vistos como os únicos capazes e legítimos governantes do al-Andalus, levando os aftácidas, num gesto desesperado para manter a dinastia, a oferecer uma fatia do seu território para tentar conseguir um apoio militar cristão que não chegará a tempo para salvar al-Mutawakkil e alguns dos seus filhos.

A médio prazo, os resultados de Zallāqa irão, a nível do *Ġarb*, reflectir-se na sua extremidade ocidental, nas áreas ocupadas pelas localidades de Santarém, Sintra e Lisboa e trarão, com a intervenção directa de D. Raimundo de Borgonha, mais ingredientes para a internacionalização das participações numa luta que oscilará durante décadas.

De Zallāqa à afirmação dos Almorávidas

Assistir-se-á a uma **segunda entrada de Yūsuf ibn Tāšufīn** no al-Andalus em 1088, na sequência do avanço militar dos cristãos, sobretudo no Levante, onde se sentiam pretrações na zona de Múrcia (onde antes se localizava a antiga Tudmir), depois da conquista de Alledo pelos castelhanos; serão gentes do Levante - de Valencia, de Lorca e de Murcia que chamarão, pela segunda vez Yūsuf, que entra em Algeciras em meados de 1088.

Nesta ocasião o almorávida proclama formalmente o *ġihād*, incitando todos os *Mulūk al-Ṭawā'if* a nela participarem e, curiosamente, faz-se uma demonstração de “material de guerra”; em Almería é

apresentada uma “máquina de assédio” com forma de proboscídeo²²⁷⁴, como testemunha o rei de Granada ‘Abd Allāh²²⁷⁵.

Aledo forneceu ao almorávida a possibilidade de perceber, *in loco*, que os *mulūk al-Ṭawā’if* não se tinham afastado do clima de rivalidades e divisões internas, bem como perceber que os ‘*ulamā*’ e *fuqahā*’ do al-Andalus os apoiavam e que, depois da estrondosa vitória em Zallāqa, depositavam esperanças na intervenção almorávida²²⁷⁶.

Quando **Yūsuf ibn Tāšufīn entra pela terceira entrada** no al-Andalus (em 483 H / Março de 1090 a Fev. de 1091) parece ter já decidida a sorte dos *mulūk al-Ṭawā’if*. Com o apoio dos principais ‘*ulamā*’ (علماء) e *fuqahā*’ (فقهاء) malikitas do *al-Andalus*, os almorávidas, defensores de um *Islam* malikita, e próximos dos ensinamentos do contemporâneo al-Ġazālī²²⁷⁷ (embora este não fosse malikita), iniciarão uma nova fase da vida do *Al-Andalus*, a que o *Ġarb* não ficará imune.

Yūsuf ibn Tāšufīn consegue que se sejam redigidos e divulgados uma série de textos - petições, actas dos próprios califas abbássidas, *fatwa*s, cartas de sábios respeitados como o próprio al-Ġazālī. Entre esses documentos, que María Jesús Viguera especifica com clareza²²⁷⁸, está uma petição do ‘*alīm/ ulema* sevilano Abū Muḥammad ibn al-‘Arabī ao califa abbássida al-Mustazhir para que fosse reconhecido a Yūsuf ibn Tāšufīn o direito de governar não só o Maġrib mas também *al-Andalus*,

2274. O século XI, o séculos destes primeiros *Mulūk al-Ṭawā’if* é um século de interesse pelas novidades tecnológicas no al-Andalus (veja-se, como exemplo, o toledano falecido em Sevilha Abū Ishāq Ibrahim Ibn Yahyā al-Zarqallū (ou Zarqālī), mais conhecido como Azarquiel, astrónomo, ourives e construtor de astrolábios; com obra publicada: *Los Tratados de Construcción y Uso de la Azafea de Azarquiel*, Ed. por Roser Puig Aguilar, Madrid, Cuadernos de Ciencias del Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1987) mas é também o século de criadores e homens de ciência no *dār al-Islam* como, por exemplo, Ibn al-Haytham (m. 1039), pioneiro em áreas da Física e outras ciências mas sobretudo da óptica, e Al-Biruni (m. 1048), que era versado nas áreas da astronomia, geodesia e mecânica.

Sobre ciência no século XI, para além dos muitos trabalhos de Juan Vernet, cf. Juan Vernet Ginés, Julio Samsó, “Panorama de la ciencia andalusí en el siglo XI”, in *Actas de las Jornadas de Cultura Árabe e Islámica (1978)*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1981, pp. 135-163.

Vejam-se também José María Millás Villacrosa, “Sobre la valoración de la ciencia arábigo-española de fines del siglo X y principios del XI”, *Al-Andalus*, Vol. XII - 1, Madrid - Granada, 1947, pp. 199-210

Juan Vernet, M. A. Catalá, “Un ingeniero árabe del siglo XI: al-Karayī”, in *Al-Andalus*, vol. XXXV-1, Madrid - Granada, 1970, pp. 69-92.

2275. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 172.

2276. Esta aliança táctica entre almorávidas e *fuqahā*’ está bem estudada por autores como María Jesús Viguera, Pierre Guichard e nas obras de V. Lagardère; uma visão mais geral, e abrangente em relação ao Mundo Islâmico em geral, do prestígio e proximidade entre estas suas funções, veja-se o que Louise Marlow chama “the sword and the pen”, em Louise Marlow, *Hierarchy and Egalitarianism in Islamic Thought*, (Cambridge Studies in Islamic Civilization), Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 168-172.

2277. Trata-se de Abū Hāmid Muḥammad ibn Muḥammad al-Ġazālī (1058-1111), pensador, jurista, teólogo e sūfī sunita que, entre as muitas obras que publicou (algumas delas em *farsi*) se destaca, pelo ataque que faz a aspectos da filosofia, o livro *A incoerência dos Filósofos* (cf. ed. em inglês de “Tahāfut al-Falāsifa”, *Incoherence of the Philosophers*, Lahore, Pakistan Philosophical Congress, 1963,) que originará uma réplica por parte de Ibn Rušd (Averróes) intitulada *A Incoerência do Incoerente* (“Tahāfut al-Tahāfut”).

2278. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, pp. 173-174.

reconhecimento que surge numa carta oficial de 491 H / 1098, carta reforçada por uma outra do vizir abbássida Muḥammad ibn Ġahīr, bem como uma petição do mesmo *ulema* sevilhano ao sábio al-Ġazālī, com a respectiva resposta e ainda uma missiva do próprio al-Ġazālī ao dirigente almorávida, documentos todos estes reforçados por uma carta de al-Ṭurtūšī, que vivia em Alexandria, na qual reconhecia legitimidade à acção interventiva dos almorávidas em solo *andalusi*²²⁷⁹.

Ou seja, para além de uma intervenção directa dos almorávidas no solo do *al-Andalus*, assiste-se igualmente a uma intervenção - indirecta - de pensadores de outras partes do *dār al-Islam*, de califas do Oriente e de ilustres emigrados - como al-Ṭurtūšī, que vivia em Alexandria - que com as suas cartas reconheciam legitimidade à acção interventiva dos almorávidas em solo *andalusi*. O fim dos *mulūk al-Ṭawā'if* parece ser uma questão de tempo. Mas, o que se pode salientar é que de vários quadrantes do Mundo Islâmico se pretendia reconhecer a acção dos almorávidas no *al-Andalus* como legítima.

Esta terceira campanha em solo peninsular Yūsuf ibn Tāšufīn será a primeira feita sem antes ter sido convidado por “estadistas” do *al-Andalus*. ‘Abd Allāh, pressionado por Afonso VI pagar párias para não ser atacado e o facto de ter pactuado com o rei cristão será fatal para o fim da sua governação, dado que para pagar tem de recorrer a impostos não canónicos, perdendo o apoio dos *fuqahā'* e dos almorávidas²²⁸⁰. Escudado por *fuqahā'* magrebinos e pelos juristas de própria Granada, Yūsuf ibn Tāšufīn dirige-se a essa cidade e aprisiona o rei de Granada em Setembro de 1090; apesar do pedido de ajuda, nenhum outro *Mulūk al-Ṭawā'if* o quis ajudar militarmente e ‘Abd Allāh ibn Buluggīn ibn Bādīs. Com o senhor de Granada cairá igualmente o de Málaga²²⁸¹.

Os reis de Sevilha e de Badajoz congratulam-se com as medidas do almorávida, procuram-no e tentam a via da lisonja, felicitando Yūsuf ibn Tāšufīn, mas fazem-no mais por medo que por convicção. Yūsuf tinha recebido *fatwā's* que o autorizavam a actuar contra quem pactuasse com infiéis e contra quem lançasse impostos extraordinários não previstos no Lei islâmica²²⁸² - e isso atingia igualmente os senhores destas duas Taifas. Yūsuf ibn Tāšufīn regressa ao Norte de África mas não largará a base que tem - oferecida - na cidade de Algeciras e deixará no *al-Andalus* um seu familiar, o seu **primo Sīr ibn Abī Bakr**, a quem será confiada a tarefa de pôr fim aos *Mulūk al-Ṭawā'if* já sentenciados por não seguirem um caminho recto dentro dos preceitos islâmicos ortodoxos e malikitas.

2279. Sobre estas cartas veja-se María Jesús Viguera Molins, “Las cartas de al-Ġazālī y al-Ṭurtūšī al soberano almorávid Yūsuf ibn Tāšufīn”, *Al-Andalus*, XLII, 1977, pp. 341-374. Numa das cartas al-Ġazālī é claro no reconhecimento dos almorávidas, desde que nos *minbar/s* ds mesquitas do *al-Andalus* se reconheça o califa de Baġdad como *Imām*.

Sobre o significado de *Imām*, que entre as várias acepções da palavra tem a de “guia” da comunidade islâmica, veja-se *E. I. 2*, vol. VII; s.v., *Imāma* (W. Madelung) e H.A.R. Gibb e J. H. Kramers (Eds.), *Shorter Encyclopædia of Islam*, 4ª reimpressão, Leiden - N. York - Colónia, E. J. Brill, 1995, pp. 165-166.

2280. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 126.

2281. Em Outubro de 1090.

2282. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 127-128.

Sîr ibn Abî Bakr vai coordenar diferentes vectores da acção militar dos almorávidas dentro do al-Andalus. Passando a controlar também Tarifa, além de Algeciras, assegurando “testas de ponte” fortes que ligassem as suas tropas com o Norte de África, Sîr ibn Abî Bakr encaminha o contingente principal do exército almorávida contra Sevilha, enquanto que um outro se dirige contra Córdova (com Abû ‘Abd Allâh ibn al-Ĥāġġ no comando), um outro contra Ronda (sob ordens de Ġarûr) - todos estes em territórios da Taifa de Sevilha, que tem três cidades cercadas em simultâneo - um um quarto destacamento, comandado por Abû Zakkariyyâ’ ibn Wasinû, cair sobre Almería. Esta última cidade rendeu-se e o seu dirigente foi para o Norte de África, deixando a Taifa nas mãos dos Almorávidas; já antes ‘Abd Allâh ibn Buluggîn ibn Bâdîs tinha sido detido e levado para o Norte de África, para Āġmât²²⁸³.

Em Setembro do ano seguinte é a vez de al-Mu‘tamid de Sevilha (cidade que resiste durante algumas semanas ao exército de Sîr ibn Abî Bakr) ser aprisionado pelo almorávida e de ser levado para o Norte de África²²⁸⁴. A decisão de ‘Umar al-Mutawakkil, bem conhecida, passa por fazer “jogo duplo”²²⁸⁵ para tentar resistir: por um lado colabora com os almorávidas na deposição de al-Mu‘tamid²²⁸⁶ mas, por outro, não querendo ter um inimigo a Norte caso a pressão almorávida se torne insuportável, cede território a Afonso VI de Leão e Castela.

Essa cedência é a continuação lógica da conquista de Coimbra em 1064; ‘Umar al-Mutawakkil abre as portas das três principais cidades que ainda detinha no ocidente extremo, a norte de Coimbra: as cidades de Santarém, Lisboa e Sintra, em 486 H / 1093-94²²⁸⁷. Estas cidades serão tomadas por D. Raimundo²²⁸⁸, genro de Afonso VI e em Santarém ficará como governador Soeiro Mendes, senhor de Maia, governador de Santarém e da fronteira. Mas esta entrega das cidades da bacia do Tejo vai ser fatal para al-Mutawakkil e alguns dos seus súbditos vão justificadamente chamar os almorávidas, aos quais é franqueada a entrada em Badajoz na Primavera de 487 H / 1094²²⁸⁹.

2283. ‘Abd Allâh ibn Buluggîn ibn Bâdîs al-Zirî, TIBYAN - tradução: El siglo XI en 11 persona. Las “memorias” de ‘Abd Allah, último rey Zirî de Granada, destronado por los Almorávides (1090), trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid, Alianza ed., 2 ed. 1980, p. 38.

2284. Terá o mesmo destino que o rei de Granada, ‘Abd Allâh ibn Buluggîn - Āġmât, onde vivirá até 1095.

2285. Reilly, *King Alfonso VI*, p. 235 e n. 12 *apud* María Jesús Viguera (“Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. vol. VIII/1 da Historia de España, p. 86. Esta expressão é usada também por Hady Roger Idris, “Les Aftasides de Badajoz”, *Al-Andalus*, XXX, 1965, (pp. 277- 290), p. 288.

2286. Hady Roger Idris, “Les Aftasides de Badajoz”, *Al-Andalus*, XXX, 1965, (pp. 277- 290), p. 288; María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 176.

2287. Cf. Ch. Picard, *L’océan Atlantique musulman...*, p. 113.

2288. Sobre esta “tomada de posse” das três fortificações e cidades nas historiografia portuguesa, vejam-se José Mattoso, nota crítica n. 17 à “Introdução” à História de Portugal de Alex. Herculano, I, p. 257 e Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, pp. 64-65.

Veja o mapa com o domínio cristão no flanco ocidental peeninsular em A. de Almeida Fernandes, *Portugal Primitivo Medieval*, Arouca, 2001, p. 221.

2289. Sobre a dificuldade em determinar a data (fevereiro ou Abril desse ano) veja-se María Jesús Viguera (“Historia Política” in Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI, vol. vol. VIII/1 da Historia de España, p. 86.

‘Umar al-Mutawakkil será morto pelos Almorávidas - mas só em 1095 ou 1096²²⁹⁰ - bem como alguns dos seus filhos (um deles al-‘Abbās, que antes fora governador de Évora, até data não determinada). Porém, um dos seus filhos, al-Manšūr, fugiu para uma fortificação - *ḥiṣn Šanğāš*), identificado com Montánchez, acabando por dirigir-se para território de Afonso VI, a quem se entrega, acabando por se converter ao cristianismo.

Santarém, Lisboa e Sintra oscilaram entre mãos de cristãos e de muçulmanos em pouco espaço de tempo. Pouco tempo depois de estas cidades terem sido tomadas pelos homens de Afonso VI o exército de Sīr ibn Abī Bakr retomarà essas cidades e a fronteira voltará, em termos muito gerais, a estar onde teria ficado após a conquista de Coimbra de 1064.

Sīr Abū Bakr toma a cidade de Lisboa em 1094 depois de se ter assegurado do controle sobre Badajoz mas o domínio total e seguro dos almorávidas sobre a linha a norte do Tejo onde se destacavam as cidades de Lisboa, Sintra e Santarém²²⁹¹ - só se efectivará em 504 H /1111²²⁹².

Porém, haverá aqui também que contar com o choque que pode ter causado as duas alterações de posse que se passaram com estas cidades, nas quais se instalaram tropas e gentes não habituais; por um lado, a chegada dos cristãos não só à bacia mas também, de repente, à foz do Tejo e, pouco tempo depois, a chegada de tropas que em grande parte deveria ser constituída - a de Sīr ibn Abī Bakr²²⁹³ - por guerreiros rudes saarianos, muitos deles com a aparência estranha, mesmo par as gentes do al-Andalus, de se apresentarem velados²²⁹⁴ e com armas algo diferentes.

Que aconteceu às tropas de Afonso VI que ocuparam as cidades abertas por al-Mutawakkil? Terão abandonado voluntariamente as cidades, com receio da tropas almorávidas, cuja fama em Zallāqa fora determinante para fazer sair tropas cristãs insuficientemente preparadas para enfrentar estes contingentes saarianos?? Seja como for, as tropas cristãs deixaram Lisboa, Sintra e Santarém, retrocedendo para as fronteiras de 1064, ou seja, outorgando a Coimbra um peso estratégico muito grande, mas também fazendo de todo o território entre a linha do Mondego e a do Tejo, basicamente entre Coimbra e Santarém, uma espessa área de conflito latente e de pressão constante.

Apesar da perda do controle sobre estes territórios, a Afonso VI de Leão e Castela não faltavam apoios internacionais fundamentais para não só fazer face a alguns reveses - depois de Zallāqa - mas igualmente para montar um cenário de recuperação territorial. Casado com duas princesas nascidas a norte dos Pirinéus - embora estes seja só os seus dois primeiros casamentos, mostramde que

2290. As fontes não são concordantes a este nível.

2291. Cf. Ibn Abī Zar‘, texto p. 105, trad. p. 165 *apud* Ch. Picard, *L’Océan Atlantique...*p. 113. Jacinto Bosch Vilá chega a referir a entrada das tropas de Sīr na cidade de Évora, nesse mesmo ano, o que faz todo o sentido, dada a importância desta urbe no conjunto do Estado *aftasī* e a sua posição fundamental para atingir a linha do Tejo e as cidades da faixa litoral do Ġarb - cf. *Los Almorávidas*, p. 188.

2292. Cf. Ch. Picard, *Le Portugal Musulman...*, p. 88.

V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, p. 133. Ver também Pascal Buresi, *La frontière entre chrétienté et Islam ...*, p. 315.

2293. Yūsuf ibn Tāšufīn entrará duas vezes mais no al-Andalus mas as campanhas em que participa não abrangem o Ġarb al-Andalus.

2294. Sobre o aspecto “velado” dos almorávidas e os reflexos que essa aparência passou a ter, mais concretamente em Sevilha, veja-se o tratado de Ibn ‘Abdūn, E. Lévi-Provençal, *Séville musulmane au début du XIIIe siècle. Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers Traduit avec une introduction et des notes*, (1^a ed, Paris, 1947) 2^a ed. Paris, Maisonneuve & Larose, 2001, §9 e 56

forma era crescente a influência trans-pirinaica em solo do Norte peninsular, para além da bem conhecida influência crescente da Ordem de Cluny. Nos finais do século XI o território peninsular é um território de choque entre duas sociedades e dois desígnios diferentes.

Porém, a divisão entre os campos não é tão clara e maniquista como se pode pretender a uma primeira vista. Como se sabe, os os rigorosos malikitas Almorávidas numa fase tardia tiveram também cristãos ao seu serviço. É bem conhecida a figura de Reverter e dos seus homens que chegaram a estar ao seu serviço no Norte de África e sabe-se igualmente que alguns desses mesmos cristãos edificaram, em terras norte-africanas fortificações para as forças almorávidas, como o conhecido castelo de Amergo²²⁹⁵.

Yūsuf morre aos 80 ou 90 anos (depende os biógrafos, ou melhor, das fonte) em 500 H / 1106, deixando um império e uma herança grande, conseguindo equilibrar a influência do imlam com a do amir, numa primeira fase e, depois, um equilíbrio com a grande influência dos *'ulamā'* e *'fuqahā'* malikitas, ao mesmo tempo que se reconhecía no al-Andalus, embora de uma forma imperceptível, o califado abbássida de Bagdade²²⁹⁶.

Almorávidas no Ġarb al-Andalus

A grande figura do controle do Ġarb al-Andalus pelos Almorávidas será Sīr ibn Abī Bakr.

Este general de Yūsuf era seu primo; era filho de um irmão da mãe de Yūsuf, primo pelo seu lado materno (os ramos dos Banū ABī Bakr e dos Banū Fāṭima²²⁹⁷ eram primos pelo lado materno do dirigente almorávida do Norte²²⁹⁸).

Sīr passa a governar Badajoz em 487 H / 1094 e tomará Santarém em 1111²²⁹⁹. A tomada de Santarém pelos Almorávidas coloca algumas dificuldades. Bernard Reilly consegue mostrar com cau-

2295. Sobre Reverter veja-se, em muitas obras recentes que o citam François Clément, "Reverter et son fils, deux officiers catalans au service des sultans de Marrakech", *Medieval Encounters*, n. 9 -1, Brill, Leiden, 2003, pp. 79-106; Jacinto Bosch Vilá, *Los Almorávides*, pp. 224-231, *passim*.

Sobre as fortificações militares edificadas em Marrocos por tropas e cavaleiros cristãos de origem peninsular veja-se Henri Terrasse, "Forteresse almoravide d'Amergo", *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, Vol. 18, N.º 2, 1953, pp. 389-399e, igualmente, Patrice Cressier, "La fortification médiévale islamique au Maroc : éléments de bibliographie", *Archéologie Islamique*, 5, 1995, pp. 163-196 e Sergio Martínez Lillo, "La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso", in LÓPEZ GUZMÁN, Rafael (ed.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg, 1995, pp. 147-163.

2296. Uma apreciação geral e equilibrada desta personagem pode ver-se em V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 149; veja-se também pp. 151-167.

2297. Este ramo estará sobretudo na zona de Saragoça e., depois, em Valencia.

2298. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 172-173 mostra as ligações familiares deste dosi ramos de parentes de de Yūsuf ibn Tāšufīn.

2299. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 173.

telas que deve ter havido um confronto de tropas de Sîr com tropas Leonesas-Portugalenses possivelmente ainda em 1084:

*“Despite these exploits the year was to end with a major Christian defeat in the far west. There the Murâbit governor of Sevilla, Sir, had followed up his conquest of Badajoz with a campaign in central Portugal, in the course of which he seems to have retaken Lisbon itself. Our source for what followed is the "Historia Compostelana" whose author, writing thirty-five years later, describes a Portuguese expedition in which Diego Gelmírez took part as a young man. An army of Galicians led by Count Raymond was surprised and surrounded in its camp near Lisbon by a Muslim force and suffered great casualties”*²³⁰⁰. E, acrescenta: “While the date of this calamity is not supplied it must have been in the latter part of November 1094. A charter of Count Raymond to the church of Coimbra put him there on November 13, 1094, together with a large concourse of Galicians including his alfêrez his majordomo, and Diego Gelmírez, who confirmed as the count's notary”²³⁰¹. Acrescentando que o rei e o exército régio não foi envolvido.²³⁰².

Pelo que se sabe do desastre das tropas leonesas-portugalenses, chefiadas por um franco e com a participação de Diego Gelmírez, a cidade de Lisboa teria sido perdida pelos homens de Afonso VI, mas é possível que Santarém não tivesse sido.

Assim sendo, é possível que esta cidade tivesse funcionado durante algum tempo como “baluarte” avançado do reino de Leão e Castela junto ao Tejo. E que Santarém tenha só sido tomada pelos Almorávidas no ano de 1111. E, embora as crónicas só citem as fortificações urbanas mais relevantes, como Lisboa e Santarém, o papel de pontos fortificados de menor relevo - mas igualmente úteis e necessários numa fase de movimento de tropas, adivinha-se como fulcral - como poderiam ser, eventualmente, Alenquer e Sacavém, ambas na grande via de origem romana, entre ambas as cidades; porém, as crónicas são ávaras a nível desses dados e mesmo a nível de outras vantagens e recursos do território, como é o caso da sua riqueza mineira, fundamental para armas e outros usos²³⁰³.

Os tempos são de mudança. Ibn Bassam ao sair de Santarém quando a cidade cai nas mãos dos leoneses-portugalenses-francos, parece ter seguido à letra a primeira premissa do poema de Ibn al-Gassâl, poema que revela a apreensão com que estavam muitos habitantes do al-Andalus :

“Oh gente do al-Andalus ! esporeai as vossas montadas.
porque permanecer aqui é um erro;
a roupa vai-se desfiando/rompendo (primeiro) pelas pontas

2300. *España Sagrada*, vol. 20, p. 360.

2301. *PMH, Diplomata*, pp. 484-85.

2302. Bernard Reilly, *The Kingdom of León-Castilla under Alfonso VI*, Princeton University Press, 1988, pp. 244-245 (também disponível em <http://libro.uca.edu/alfonso6/alfonso.htm>).

2303. Veja-se a possibilidade de a localização de Ossumo, citada por Al-Razi, poder estar relacionada com as minas do Suímo, perto de Belas - cf. Luís Miguel Duarte, “A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese)”, in *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular, Leão, Fundación Hullera Vasco-Leonesa*, 1996, (pp. 67-90) pp. 77-78 (= *Rev. da Fac. de Letras*, Porto, § 5.2, pp. 91-92).

e vejo que a roupa da península se desfia pelo centro.

Estamos entre um inimigo que de nós não se aparta;

Como é que se pode viver com a serpente dentro do cesto?”²³⁰⁴

Se esta apreensão tem a ver com o avanço de Afonso VI sobre Toledo, de facto o “tecido” do al-Andalus começa também a perder-se pelas “pontas”; e no caso de Santarém, Lisboa e Sintra, são “pontas” de que o usuário se desfaz voluntariamente, pensando que assim consegue manter o resto da sua *roupa* territorial

Em termos internacionais a Batalha de Zallāqa surge *entalada* entre dois acontecimentos, ocorridos fora de solo peninsular, também eles com projecção internacional grande. Por um lado, a Batalha de Manzikert que, em 26 de agosto de 1071, oporá forças do basileus Romano IV Diógenes às tropas turcas seljúcidas, comandadas por Alp Arslan²³⁰⁵; a derrota bizantina é interpretada como o princípio do fim do Império Romano do Oriente e como uma porta aberta para a colonização da Anatólia por turcos. O turco seljúcida Alp Arslan - seguidor de Toghrul-Beg²³⁰⁶ no restabelecimento do sunismo (em 1055, este sultão seljúcida tinha tomado Bagdade, passando a controlar o califa abbássida) atacando os seguidores dos fatímidas do Cairo, combatia o emir de Alepo (pró-fatímida) mas acaba por tomar também a fortaleza de Manzikert e cercar Edessa (territórios bizantinos). A reacção diplomática e militar do *basileus* é desastrosa e o próprio imperador é capturado pelos turcos seljúcidas; apesar de libertado e de se comprometer a pagar tributos turcos, o *basileus* é afastado do poder em Constantinopla e o império enfraquecer-se-á.

Se este acontecimento da década de setenta pouco reflexo pode ter tido - imediatamente - no al-Andalus é mais um sinal de enfrentamentos que envolvem a movimentação de tropas dentro da bacia do Mediterrâneo; e no caso de Manzikert não faltaram normandos do lado das tropas bizantinas.

Porém, um sinal de grande mudança em termos da “internacionalização” de determinadas tensões, tem a ver com o avanço militar em direcção ao Oriente que se inicia no ano de 1096, dez anos depois de Zallāqa: trata-se do início do processo que se conhecerá pelo nome de Cruzadas.

Sobre a internacionalização no Ġarb lembre-se o que Pedro Barbosa diz acerca do quotidiano na zona de Coimbra até ao fim do governo de Sesnando: “Sesnando morre em 1091 Agosto 25, e a situação parece equilibrada até à chegada dos francos a essa cidade [Coimbra], muito mais aguerridos e imbuídos de um espírito de cruzada mais violento do que aquele que existia entre populações que se conheciam, se respeitavam e mantinham entre si trocas comerciais”²³⁰⁷.

2304. Ibn al-Gassāl, transcrito por al-Maqqarī (*Analectes*, II, p. 672, *apud* A. Hui Mirnda, *Las Grandes Batallas...*p. 19).

2305. Sobre Alp Arslan, sobrinho e sucessor de Toghrul-Beg, veja-se *E. I. 2* e PICARD, Christophe, *Le monde musulman du XIe au XVIe siècle*, coll. Campus Histoire, SEDES, 2000 (rééd. 2002), pp. 32-41.

2306. Sobre Toghrul-Beg (tb. TughrilBeg) veja-se *E. I. 2*, s.v. Ver igualmente PICARD, Christophe, *Le monde musulman du XIe au XVIe siècle*, coll. Campus Histoire, SEDES, 2000 (rééd. 2002), pp. 32-39.

2307. - Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrária na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, p. 64.

(c) 1086 - a internacionalização do conflito

A internacionalização do conflito - de 1086 ao final do séc. XI

A entrada dos almorávidas em solo peninsular é um dos elementos, um dos contributos para que a luta que se tornara clara com Fernando Magno e se intensifica com Afonso VI venha a adquirir na “cena política internacional” da época uma dimensão maior do que a que tinha à partida.

Como parece ter ficado claro em capítulos precedentes, não é só com a chegada da fase Almorávida que se dá a chegada de influências e de elementos humanos de origem norte-africana ao al-Andalus; já antes acontecera e, sem necessidade de recuar para fases pré-islâmicas, logo no início do século VIII se assistiu à chegada de populações provenientes do Norte de África.

Porém, a chegada dos Almorávidas e a vinda, depois, dos Almóadas significará um corte, em muitos aspectos, com o passado e a ligação ao Norte de África marcará muito mais acentuadamente a História dos povos peninsulares e da própria Península Ibérica, indo muito para lá da época que se pretende estudar.

Também já se observou que o califa al-Ḥakam II, inicialmente desfavorável e crítico em relação a influências e maneios de alguns cavaleiros mercenários de origem norte-africana mudou, como se pode ver por um testemunho de 971²³⁰⁸, de opinião e a entrada de cavaleiros berberes no al-Andalus reforçou-se a partir de então. Entrada essa bem presente nos exércitos de Almançor, nas suas campanhas e, segundo opiniões, como a de Ibn Ḥayyān, esses mesmos norte-africanos não desempenharam um papel menor no período da Fitna, sem esquecer que algumas das Taifas tiveram, como a de Granada, dinastia originárias a partir de famílias dirigentes destes norte-africanos.

Também se deve lembrar que ainda em tempos de Almançor entraram no al-Andalus norte-africanos desejosos de aí fazer o *Ġihād*. No entanto, gentes do *al-Andalus* não nutriam por estes mercenários grande simpatia. Havia a chamada *nufra ṭabīʿiyya*²³⁰⁹, o que então era dito como uma “repulsa natural” por estes guerreiros rudes. Porém, as relações entre o al-Andalus e o Magrib nunca desapareceram ao longo do século XI; com as Taifas, a estreiteza das relações prossegue, com califas e *ḥammūdies* no sul do al-Andalus mas também em Ceuta e Tânger (embora, depois, Ceuta seja dominada em finais da centúria por Suqūt, um berbere Bargawāṭa²³¹⁰, até à chegada dos Almorávidas, já no último quartel desse mesmo século XI²³¹¹).

2308. Sobre este aspecto e a valorização indicativa desta data veja-se María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 157.

2309. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 158.

2310. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 161.

Sobre os Bargawāṭa e as suas especificidades de minoria religiosa que havia traduzido o Alcorão para *tamazigt* veja-se V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 30-34.

2311. A conquista de Ceutra pelos Almorávidas passa, como mostra María Jesús Viguera (*Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes*, Mapfre, 1992, p. 162), por duas fases: uma primeira conquista, em 1077 e o controle definitivo, assegurado só a partir de 1084; mas é realçar que, quando se dá a tomada de Toledo por Afonso VI, está fresca na presença dos *Mulūk al-Ṭawāʾif* mas também de muitos do que não acreditavam nestes, a

Quem são os almorávidas? - uma explicação necessária

O movimento almorávida surge associado a uma confederação de berberes do grupo *Šinhāġa* (ou *Šanhāġa*), confederação dentro da qual tinha um papel especial a tribo Lamtūna. Os *Šinhāġa* são referidos por Ibn Ḥawqal - que dá um a relação dos principais clãs a que estão ligados - e al-Bakrī, pouco depois, situa-os entre os territórios do Islam e o “território dos Negros”, referindo que vivem essencialmente da criação de gado; porém, refere igualmente que a vida nómada favorece o tráfico comercial ao longo de zonas do Saara ligando cidades como Siġilmāssa e o Gāna, ocupando vários lugares fortificados²³¹² e estendendo-se os Lamtūna entre as bacias dos rios Dar‘a e Senegal²³¹³, embora se encontrem outros grupos *Šinhāġa* mais a Norte, entre o rio Dar‘a e a zona do Estreito de Gibraltar²³¹⁴.

O Magrebe Extremo, o mais próximo do oceano Atlântico - *Maġrib al-Aqṣā* - foi durante séculos, convém ter presente, uma zona - como muitas outras zonas periféricas - onde se cruzaram várias tendências heterodoxas como fases de maior penetração da ortodoxia sunita; para além de Idríssidas e Fatímidas, os antes citados Bargawāta, os Baġaliyya xiitas e outras seitas²³¹⁵ encontraram terreno fértil e espaço disponível nesta região, onde nos primeiros séculos do *Islam* escasseiam os grandes centros de cultura. Porém, neste espaço, o choque de convicções e a fluidez das fronteiras favoreceram o aparecimento de fortificações, em relação às quais não faltam referências em autores como os já referidos Ibn Ḥawqal e al-Bakrī²³¹⁶.

As origens do movimento almorávida parece estarem numa peregrinação feita por magrebinos *Šinhāġa* (da tribo Ġuddāla) aos lugares santos do Islão, peregrinando a Meca e regressando de forma compassada, adquirindo novos conhecimentos em Qayrawān; procurando aí quem possa instruir a sua tribo - de cuja ignorância em matéria de *Islam* têm consciência os peregrinos, aperfeiçoados num dos mais importantes centros de estudos e cultura do Norte de África - não conseguem ninguém que queira deixar o conforto e os livros de Qayrawān, mas é-lhes recomendado que contactem um estudioso estabelecido no Sūs, o qual escolhe um orientador para estes berberes desejosos de espalhar um Islam ortodoxo no seio da sua tribo; o escolhido é ‘Abd Allāh ibn

chegada dos Almorávidas - constantemente vencedores - à cuspide do Norte de África.

2312. Veja-se V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 17-19.

2313. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, mapa s/n p. 20.

2314. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, mapa s/n p. 23.

2315. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 29-43.

2316. Nestes dois autores abundam as referências a fortificações dando-se, em alguns casos, indicações sobre as técnicas de construção utilizadas.

Yāsin, ele também um berbere *Šinhāġa*. Com os ensinamentos de ibn Yāsin junto dos Ġuddāla começa o movimento que será conhecido por *almorávida*.

A formação deste mesmo ibn Yāsin parece ter passado também pelo al-Andalus e o Bayān faz eco da sua vontade de unificar todos as tribos berberes, mas também da consciência de que cada tribo só obedeceria ao seu chefe e dificilmente aceitaria um poder acima do dirigente máximo tribal²³¹⁷. Ibn Yāsin percebe que a unificação só poderá ser pela via da força; os Ġuddāla tentam dominar os Lamtūna pela força mas fracassam; mas Ibn Yāsin, que deixara os Ġuddāla depois da morte do seu chefe, irá instalar-se depois junto destes mesmos Lamtūna²³¹⁸ e será com estes que as suas ideias de lançar um esforço colectivo de purificação e de acção (*ġihād*) irão ter sucesso.

No seio da família dos Banū Turġūt (dentro dos Lamtūna) irão surgir os líderes que dirigirão os Almorávidas²³¹⁹. Se se colocar a acção dos Almorávidas unicamente no seio do al-Andalus ter-se-á, eventualmente, que os Almorávidas uma visão parcial e limitada; é necessário colocar a acção dos almorávidas numa sequência de procedimentos e práticas que se iniciam no Norte de África. De facto, os almorávidas (ainda na fase de uma direcção bicéfala, com ibn Yāsin) desde cedo se dedicam à prática intencional de *ġihād*, contra outras tribos berberes, por não seguirem um *Islam* ortodoxo ou por não estarem islamizadas. Esta prática estava estritamente ligada à aplicação da justiça, ao recebimentos de impostos (estritamente legais dentro da *šarī'a*²³²⁰, dentro do “caminho”, da Lei) e está atestada para o período em redor de 1054²³²¹. E terá sido nesta conjuntura que “devant la valeur et l'héroïque résistance qui'ils manifestèrent, Ibn Yāsīn leur donna le nom d'al-Murābiṭūn”, lembrando V. Lagardère que o testemunho desse heroísmo, presente tanto em Ibn 'Idārī, como na Ḥulal al-Mawšiyā²³²² - obra atribuída recentemente a Ibn Simak -, autores que insistem “sur le fait qu'Ibn Yāsīn les appela *al-Murābiṭūn*, en voyant leur grande résistance et leur valeur contre les polythéistes, sans jamais faire mention d'un quelconque *ribā'*”²³²³. O que não impedirá que alguns ou-

2317. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 48.

Veja-se também Jacinto Bosch-Vilá, *Los almorávidas*, ed. facsímil, Granada, 1990 (1ª ed., 1956), pp. 103-107 e 118-120.

2318. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 51 e seguintes. O autor mostra até que ponto a descoberta do chamado *Bayān Almorávida* (*Bayān IV*) esclareceu pontos que no *Rawḍ al-Qirtās* (a obra a que David Lopes chama o *Cartaz*, atribuída a Ibn Abī Zar` al-Fāsī,) estavam fantasiados.

2319. Veja-se a genealogia, a partir do *Bayān IV*, em V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 53-54 e quadros pp. 55-57.

2320. Cf. *E. I.* 2, s.v. *sharī'a*; ver também H.A.R. Gibb e J. H. Kramers (Eds.), *Shorter Encyclopædia of Islam*, 4ª reimpressão, Leiden - N. York - Colónia, E. J. Brill, 1995, s.v. *sharī'a*, pp. 524-528.

2321. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 58.

2322. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 58.

2323. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 58.

tros autores insistam na ligação dos *al-Murābiṭūn*, com a existência de um *ribāṭ* que ninguém consegue localizar com precisão²³²⁴.

Porém, como se sabe a própria palavra *ribāṭ* pode ter várias acepções - mesmo no árabe *al-fuṣḥā* de hoje - e etimologicamente a raiz R-B-Ṭ, que pode significar “lieu, attache”, mas também “édifice solide”, “engagement”²³²⁵. E, como é bem conhecido, é da raiz **R-B-Ṭ** que se forma a palavra - *MuRāBiṬūn*.

Teria sido a partir de meados do século, em redor de 1054, que a acção dos Almorávidas se desvia das zonas semi-desérticas e olha mais para Norte, para as zonas mais ricas e mais povoadas das cidades mais setentrionais e cada vez masi próximas do Estreito.

Em 447 / 1055, os seguidores iniciais dos Almorávidas, guiados por Ibn Yāsīn, viram-se para Siġilmāssa, onde alguns se queixavam do governador e dos berberes Zanāta que aí dominavam; os milhares de camelos do governador são roubado, este é derrotado e morto e a cidade, depois de pedir o *amān* aos almorávidas, abre-lhes as portas; dos bens tomados pelos vencedores. Separa-se o 1/5 legal, suprimem-se os impostos não-canónicos, mas também se partem os instrumentos musicais e os recipientes de vinho. Apesar de esta não ter sido a conquista definitiva de Siġilmāssa pelos Almorávidas²³²⁶, o seu programa de acção está já bastante bem claro, a nível da execução de acções estritamente ortodoxas dentro do *madhāb* malikita, interpretado de forma rígida.

Depois de se assegurar do oásis de Tafilālt e de dominar o vale do Sūs, há expedições contra o território dos Maṣmūda e Ibn Yāsīn consegue convencer estes mesmos Maṣmūda a reconhecer o chefe dos Lamtūna como Amīr /Emir e aderir à reforma dirigida por Ibn Yāsīn. Lamtūna e Maṣmūda estão unidos (o contrário era o que se passava, no mesmo momento, no al-Andalus) e é tomada a cidade de Aġmāt²³²⁷. Conseguir a adesão dos berberes Zanāta e dos Bargawāṭā será mais difícil e dará origem a lutas

A conquista da zona Norte do actual Magrebe caberá não directamente ao dirigente máximo do Almorávidas - Abū Bakr ibn‘Umar, que ficará, tal como o líder espiritual Ibn Yāsīn, em Aġmāt - mas ao primo de Abū Bakr ibn‘Umar, de seu nome Yūsuf ibn Tāṣufīn (ou Tāṣfīn)²³²⁸.

2324. Se, por um lado, Ibn ‘Idārī, a *Ḥulal al-Mawṣiyya* de Ibn Simāk e mesmo Al-Bakrī ligam o nome *al-Murābiṭūn* unicamente à bravura demonstrada pelos seus companheiros, autores outros, como Ibn Abī Zar‘ (Qirtās) e Ibn Khaldūn (*Histoire des Berbères*) e autores posteriores a partir dos seus testemunhos insistem na existência de um *ribāṭ* original - sobre estes testemunhos cf. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāṣfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 58-60.

2325. A. de Biberstein KAZIMIRSKI, *Dictionnaire Arabe-Français*, Beirute, Librairie du Liban, s/d (reedição de Maisonneuve, Paris, 1860), Tomo I, s.v. رباط p. 807; veja-se também o significado de “atar, amarrar; liar” ou “vincular / unir a “ dado à forma verbal ربط - cf. CORRIENTE, Federico, *Diccionario Árabe-Español*, 1ª ed., Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1977, p. ٢٧٧. Sobre os sentidos de *ribāṭ*, entre eles o de “lien” (ligação, união) cf. R. Dozy, *Supplément aux dictionnaires arabes*, 3 éd., Leyden-Paris, 1967, Tomo I, p. 501.

2326. Sobre o regresso de Ibn Yāsīn ao deserto e a recuperação e massacre dos Lamtūna estacionados em Siġilmāssa pelos Zanata, veja-se V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāṣfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 62-64.

2327. Sobre a importância do casamento do dirigente almorávida Abū Bakr ibn‘Umar com a “princesa” de origem maṣmūda Zaynab bint Ishāq al-Nafzawīyya, celebrada pela sua beleza, nobreza e poderes (mágicos até) cf. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāṣfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 72-73.

2328. O *Rawḍ al-Qirtās*, (trad. pp. 270-272) porém, apresenta Yūsuf ibn Tāṣufīn como emir independente do seu primo - *apud* V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāṣfīn (1039-1106)*, Paris,

Seja como for, Yūsuf ibn Tāšufīn ganha experiência no Norte do Mağrib, cercando Qal‘a Mahdi ibn Tabālā e, mais tarde, a cidade de Fez²³²⁹.

Quando o dirigente almorávida Abū Bakr ibn‘Umar (que se dedicará ao *ğihād* nas zonas sub-saarianas, até ao Ġāna²³³⁰) deixa a direcção da expansão dos movimento almorávida para Norte nas mãos do seu primo Yūsuf ibn Tāšufīn²³³¹ este último teria entre 40 e 50 anos e, como saariano que sempre será, manterá ao longo da sua vida o hábito de usar vestes de nómada norte-africano, usando roupa de rude lã.

O jogo de espelhos e de trocas que sempre houve entre o Magrebe o e o *al-Andalus* torna-se claro e talvez mais intenso a partir desta conjuntura. Se emires e califas do *al-Andalus* tinham uma “guarda pessoal” composta intencionalmente por elementos alogéneos, alguns deles de origem norte-africana, Yūsuf ibn Tāšufīn “faz” também uma guarda pessoal (ḥašām) na tradição dos califas omíadas, adquirindo para o efeito 2.000 escravos negros e “encomendando” no al-Andalus uma 150 *a‘lāğ* (um plural fracto de *‘ilğ*²³³²), guarda mista a cavalo, fundamental ao seu serviço²³³³.

A luta dos almorávidas contra um islão mal seguido não se inicia no al-Andalus mas antes começa ainda no Mağrib onde não faltavam heterodoxias, uma das quais o *ibadismo*, seguido por muitos berberes Zanāta²³³⁴.

Na década de setenta começa o avanço para cidades mais a Norte: Salé (Salā) é tomada em 466 H / 1073 (sem luta e com *amān* dado à população, seguindo a prática do Profeta Muḥammad) e a entrada dos Almorávidas em Meknés (do nome da tribo Miknāsa) é igualmente negociada. Com estas vitórias, Yūsuf ibn Tāšufīn é pressionado para usar um título honorífico; não querendo usar o de Amīr al-Mu‘minīn (título califal de “Príncipe dos Crentes”, entã usado pelos califas sunitas de Bag-

L’Harmattan, 1989, p. 73.

2329. A tomada de Fez está recheada de dúvidas; como refere V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 73.

2330. Circuitos de ouro e de sal que alguns séculos mais tarde relacionarão reinos da Península Ibérica com o Norte de África começam a ter alguma importância nesta conjuntura - cf. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 86-87.

2331. Deixa a direcção do movimento mas, como Abū Bakr ibn‘Umar se dirige para o deserto (deixando Marraquexe em 463 / 1071), deixar-lhe-á também a sua mulher, a nobre Zaynab bint Ishāq al-Nafzawiyya, de quem antes se divorcia para que se possa casar - passado o tempo legal de espera - com Yūsuf ibn Tāšufīn (ou Tāšfīn) ibn Ibrāhīm ibn Turğūt.

2332. Sobre *‘ilğ*, com o significado de “estrangeiro”, “incivilizado”, grosseiro e brutal (fazendo uma síntese do que diz Dozy nos *Suppléments...*) deve ver-se Eva Lapiedra Gutiérrez, *Cómo los musulmanes llamaban a los cristianos hispánicos*, Alicante, Generalitat Valenciana, 1997, pp. 189-190.

2333. Cf. *Bayān IV*, 57; *Ḥulal*, pp. 37-38.

2334. Cf. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 88. Sobre o início do movimento almorávida e as características militares dessas mesma fase veja-se Lagardère Vincent, “Esquisse de l’organisation militaire des Murabitun, à l’époque de Yusuf b. Tasfin, 430 H/ 1039 à 500 H/1106” in *Revue de l’Occident musulman et de la Méditerranée*, N°27, 1979, pp. 99-114.

dade) prefere ser identificado pelo de Amīr al-Muslimīn²³³⁵. Fez (*Fās*), pelo contrário, resistirá durante sete dias mas os dois sectores acabarão por sucumbir no oitavo dias de cerco; mas mais importante e grande valor simbólico é o facto de o Almorávida ter decidido mandar destruír as muralhas que separavam as “duas cidades” - ainda hoje materializadas a través dos dois antigos bairros com as suas antigas mesquitas - *Qayrawaniyya* e *Andalusiyya* - e tornou a muralha numa só, fazendo outras construções - os almorávidas ainda no Norte de África, davam valor e importância aos equipamentos urbanos necessários a uma cidade de matriz islâmica: mesquitas, mas também banhos, moinhos e azenhas e *funduqs*²³³⁶. Tlemcen será tomada sem combate, em 468 / 1075²³³⁷, continuando a tomada de locais fortificados no Mağrib Central e citam-se, depois, muitos castelos tomados na zona controlada pelos Ġumāra, avançando depois sobre Tânger, cuja região (incluindo Ceuta) estava sob o domínio de Suqūt ibn Muḥammad al-Bargawāṭī.

A tomada de poder pelos Almorávidas em Tânger e, depois, em Ceuta mostra de alguma forma, por antecipação, o que se iria passar no al-Andalus. As duas cidades seguidoras da heterodoxia dos Bargawāṭī /s serão combatidas e implantar-se-á a ortodoxia malikita; Ceuta, aliás, com uma intensa vida de corte, com poetas de nomeada, parecia um reino de Taifas como os dos al-Andalus²³³⁸ resistirá alguns anos mais que Tânger, caindo aparentemente só em 470 H / 1077-78, com a junda de barcos da Taifa de Sevilha, entre uns quais se destacava uma embarcação especial, muito grande²³³⁹. O assédio a Ceuta é feito, pois, por terra (com tropas almorávidas) e mar (com barcos sevillanos) e aí os andalusī/s tiveram oportunidade de contactar com a forma de actuar militarmente da confederação saariana, e assistindo ao fim de uma dinastia regional não-ortodoxa, no ano de 476 H / 1083.

Para além da pequena fortificação edificada inicialmente em Marraquexe, não se limitam, no Norte de África, a tomar fortificações pré-existentes. Sabe-se que construíram uma outra fortificação - Tāgrārt - uma fortificação de caminho, para agrupar tropas que se vão lançar à conquista dos territórios orientais, mais concretamente as regiões de Orão e Argel.

2335. *Al-Ḥulal al-Mawšīyya*, p. 43 apud Lagardère, p. 91.

2336. Sobre estas estruturas a bibliografia é extensa para o al-Andalus; em termos gerais vejam-se D. e J. Sourdrel, *La civilisation de l'Islam classique*, Paris, Arthaud, Grandes Civilisations, 1968, pp. 361-378; Albert Hourani, *A History of the Arab Peoples*, Londres, Faber & Faber, 2002 (1ª ed. 1991), pp. 109-129 (há trad. portuguesa parcial, Albert Hourani, *O Mundo Árabe, de Maomé ao Império Otomano*, Lisboa, Reader's Digest (tradução, revisão e prólogo de F. Branco Correia), 2004, cap. 7, pp. 98-113.

2337. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 93 apresenta as diferentes versões sobre esta conquista.

2338. cf. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 96-97. Na tomada de Tânger não se citam armas sofisticadas, referindo-se o uso de arcos e flechas e lanças - cf. V. Lagardère, *Les Almoravides...*, p. 97.

2339. É Ibn Bassām que fala com pormenor do apoio naval prestado por al-Mu'tamid a Yūsuf ibn Tāšufīn; Ibn Bassām viveu em Sevilha, depois de deixar a sua Santarém natal.

Se os barcos de Sevilha intervêm na conquista de Ceuta pelos Almorávidas - o que parece pressupor um dívida de gratidão dos almorávidas para com al-Mu'tamid - significa também que entre ambas as margens do Estreito as relações não arrefeceram - e tenderão a aumentar.

E esse não arrefecimento terá igualmente o contributo de Afonso VI. Depois de peripécias na recepção dos tributos que lhe eram devidos e que al-Mu'tamid não teria podido entregar ao intermediário judeu Ibn Šālīb que para o efeito se deslocara a Sevilha acompanhado de cavaleiros cristãos²³⁴⁰, Afonso VI decide vingar-se e, numa célebra demonstração de força e poder militar, avança para sul e penetra no al-Andalus na Primavera de 1083, conseguindo chegar até à ponta extrema sul de Tarifa com os seus cavaleiros, regressando sem nada ter sofrido.

Esta suprema humilhação que, normamalmente, quando se desce à enumeração dos detalhes se fica pela referência à passagem das tropas de Afonso VI pelo bairro de Triana²³⁴¹, na margem esquerda do Guadalquivir em Sevilha - onde se juntam os dois contingentes que, separadamente, Afonso VI fizera avançar para sul - e pela chegada ao extremo sul da Península, em Tarifa, afectou também territórios do Ġarb al-Andalus. De facto, o mesmo al-Ĥimyarī que refere estes dados, especifica que um dos contingentes passou pela *kūra* de Beja²³⁴², zona que foi pilhada à medida que ia sendo atravessada e que, depois de ter passado por Niebla, os contingentes afonsino se juntaram em face da cidade de Sevilha²³⁴³ para depois, juntos os dois contingentes, se dirigirem para o humilhante passeio militar que, tendo por destino a localidade mais a sul do território peninsular, e também aquela que mais próxima está do Norte de África, um Norte de África onde possivelmente nesse mes mo ano de 1083 o poder dos Almorávidas se cimenta com a tomada de Ceuta.

E será dois anos depois, com os rudes, ortodoxos e vencedores Almorávidas malikitas dominando o Mağrebe, pondo aparentemente fim às divisões excistentes, com uma aparência de grande solidez militar e doutrinal, que Afonso VI entra triunfalmente na cidade de Toledo.

2340. Cf. A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almorávides, Almohades y Benimerines)*, (11 ed, Madrid, 1956), Ed. Fac-símile, Ed. Universidad de Granada (col. Archivum), 2000, p. 21.

2341. Este detalhe na identificação de Triana com Sevilha que, para muitos, é redundante dado que Triana é sempre identificado com o bairro da outra margem de Sevilha, é uma pequena homenagem ao bairro - também "da outra margem" - que, como o mesmo nome, existe na vila de Alenquer.

2342. O texto não refere de onde vinham as tropas afonsinas que atravessaram o território da *Kūra* de Beja e que, antes, teriam de passar por territórios aftácidas. Como se reúnem em Sevilha, é de crer que o trajecto tenha sido através dos velho percurso por Serpa, Aroche e Aracena. Teriam descido o Andévalo até chegarem às margens do rio Tinto. Cf. al-Ĥimyarī, *Rawḍ...*, §84, fl. 85, trad. p. 105. Veja-se também A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas ...*, p. 25.

Esta passagem de Afonso VI pelas terras a sul do Tejo e a chegada a Triana, frente a Sevilha, não mais deixará a memória dos nobres guerreiros do Norte. Um bisneto de Afonso VI, Sancho I de Portugal repetirá a proeza, numa outra conjuntura - em 1178 -, passando também por Beja (cf. Maria João Violante Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 16, 286, *passim*), e tendo possivelmente presente esta façanha de Afonso VI. Mas, também, possivelmente, Afonso Henriques, como se verá adiante.

2343. Em Triana, frente a Sevilha, as tropas estancaram e os sangues ferviam; os sevilhanos não ousaram combater as tropas de Afonso VI, mas estes tampouco tentaram aproximar-se da cidade.

(d) Conclusão - Taifas

Durante o século XI assistiu-se a uma luta constante dentro do espaço *andalusī*. As diferentes dinastias não cessaram de se hostilizar mutuamente. Para o caso do *Ġarb al-Andalus* sabe-se que as expedições militares e os assédios foram frequentes; nem sempre resultaram numa primeira abordagem mas, gradualmente, alguns protagonistas saem de cena e os poderes existentes estendem-se por novos territórios; é o que se passa com a dinastia da taifa de Sevilha que, controlando desde cedo a cidade de *Bāġa*, utiliza-a para pôr fim ao pequeno reeino independente de Mértola, acaba com a Taifa sediada na cidade hoje conhecida como Faro (cuja datação da porta da vila, com uma entrada em cotovelo que tipologicamente pode enquadrar-se nesta fase, mas para a qual faltam dados mais concretos que a simples comparação tipológica) e põe fim, de forma dura, à Taifa de *Šilb*.

A capacidade da taifa de Sevilha levou-a a penetrar em confins mais setentrionais do *Ġarb*, numa campanha, em 1034, que em nada contribuiu para a estabilidade no ocidente do al-Andalus. Se Lisboa se vê a sua importância estratégica reconhecida - até pelo poder militar que a sua região deveria deter - não se identificam grandes obras nesta fase; o aproveitamento de estruturas herdadas do califado parece ter sido o mais habitual. Porém, já no caso de Évora, cidade que se assume claramente como a segunda cidade da Taifa de Badajoz, como cidade-residência de alguns membros da família, deve ter havido um reordenamento do seu espaço interno, que deve ter passado pelo aproveitamento de uma *qaṣaba* provavelmente já existente e a sua adaptação - mesmo que parcial - a *qaṣr*, a zona palatina; mas será a arqueologia que poderá dar respostas, dado que se as fontes falam de *munyaḥs* de recreio do aytácidas, nada referem sobre modificações no interior de uma *Yābura* que se terá desenvolvido mas cujo perímetro amuralhado - fortemente renovado em 914 - se manteve, certamente, sem grandes modificações estruturais.

Os problemas internos do *al-Andalus*, as lutas intestinas e a busca da legitimação através de interesses diversos conduziu a erros fatais de má avaliação sobre o que se passava no Norte cristão. E, possivelmente, tomaram-se por seguras as aquisições territoriais feitas em tempo de Almançor. Se o reino asturiano-leonês passou por dificuldades internas em tempos de A(lfonso V e de Vermudo III, a subida ao poder da casa de Pamplona, na pessoa de Fernando I (ou Fernando Magno) trará nova atitude em relação aos territórios a sul do rio Douro. Seia, Viseu, Lamego e, por fim, Coimbra (em 1064) cairão e não se sente uma reacção do rei da Taifa de Badajoz, Muḥammad ibn 'Abd Allāh al-Muḏaffar, que morrerá cerca de dois anos depois. Os problemas que surgirão entre os herdeiros - Yahyà b Muḥammad al-Manṣūr e o seu irmão 'Umar b Muḥammad al-Mutawakkil (em Évora, até 1072) - favorecem a cimentação do avanço cristão sobre a linha do Mondego. E este mesmo al-Mutawakkil não hesitará, mais tarde, em entregar ao genro de Afonso VI as cidades de Santarém e de Lisboa- que passam a conhecer por dentro - para tentar aliviar a pressão sobre a sua dinastia e a sua família. Mais do que construir ou promover melhorias poliortóticas nas suas fortificações, mais do que investir na espionagem - sempre praticada no al-Andalus - sobre os reinos do Norte, a dinastia do *Ġarb* que tinha fronteiras com o norte cristão perde castelos e território e cede outros quando se sente desesperada.

Mas, antes da cedência de Santarém e Lisboa, alguns dos reis de Taifas que pagavam *párias* aos reis cristãos do norte - invertendo a situação do que se passava na centúria anterior - toma uma decisão que marcará o futuro da História do al-Andalus e do extremo ocidental do *dār al-Islam*: pedirão ajuda à nóvel dinastia, de matriz malikita, que se afirma no Magrebe mais ocidental: os Almorávidas. E, se estes entraram numa primeira e inolvidável ajuda, participando numa das mais importantes batalhas em campo aberto havidas em terras do Ġarb al-Andalus, a sua intervenção não ficará por aí. Como se verá.

6. - Almorávidas - e o novo quadro militar

A entrada dos Almorávidas no alAndalus poderia ter sido um acontecimento sem grandes consequências. Possivelmente era isso mesmo que pretendiam os reis que taifas que convidaram Yūsuf a entrar e o conduziram à vitória em Zallāqa, em 1086. Possivelmente, desejariam que não fosse necessário que voltassem ou que o fizessem somente quando necessário. A entrada de tropas berberes no al-Andalus já antes se tinha processado. Fora, aliás, assim, que se estabelecera a dinastia Zīrī em Granada.

Porém, os almorávidas acabarão por ficar e por dominar politicamente o al-Andalus. Que consequências isso acarreterá para o Ġarb al-Andalus? Em termos militares e de defesa quais serão as alterações introduzidas no ocidente? Há mudanças em termos táticos? Sentir-se-ão alterações em termos poliorcéticos? Há novos tipos de fortificações? Quais as prioridades militares durante a fase de domínio almorávidas? Depois de uma fase em que a Taifa - sobretudo a de Badajoz - cedeu facilmente territórios ao norte cristão, haverá algum centro urbano ou fortificação especialmente concebida para ter um papel especial na fronteira com o norte cristão?

Almorávidas - os acontecimentos

Em finais do século XI os territórios do al-Andalus ficam unidos política e militarmente a uma dinastia que tem a sua origem, as suas mais importantes referências e a sua principal capital no Norte de África. Apesar de terem escolhido uma cidade do al-Andalus como sede do seu poder e como cabeça da governação do al-Andalus - *Išbiliyya* - os almorávidas nunca perderão a ligação preferencial às suas raízes norte-africanas, mesmo quando começarem a surgir problemas político e militares no próprio solo norte-africano.

Querendo construir uma sociedade islâmica pura, lutando contra todas as formas de heterodoxia, e desejando recuperar as terras conquistadas pelos reis de Leão e Castela e outros monarcas cristãos, os almorávidas vão estimular no al-Andalus vários *esforços* no sentido de retirar práticas não previstas da Lei islâmica, ou seja, na via e práticas legais (*šariʿa*), no al-Andalus, passando a ser mais constantes as referências ao *ġihād*, referências que não faltam em apoiantes e conselheiros dos almorávidas como al-Ġazālī e al-Ṭurtūšī²³⁴⁴. Aliás, os Almorávidas quando entram no al-Andalus têm já garantido o apoio dos sábios e defensores do malikismo ortodoxo.

Por outro lado, trata-se de uma dinastia formada a partir de um contacto com núcleos sunistas do Oriente e do Norte de África e que os dirigentes almorávidas criam, pelo menos nominalmente, uma ligação estrita com Bağdade, cujo califa reconhecem como o seu.

A popularidade imediata dos almorávidas - ainda com a administração de Yūsuf ibn Tāšufīn - residiu, para além da vitória de Zallāqa, no recuo em relação aos impostos não-canónicos - os *mağārim* (ou *mukūs*) - voltando os muçulmanos a pagar unicamente a esmola legal (*zakāt*) e o dízimo (*ʿuṣr*)²³⁴⁵. Embora não esteja directamente ligado à descida geral nos impostos que recaíam sobre

2344. Veja-se, sobre estes apoios, V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 181.

2345. H. Kennedy, *Os muçulmanos ...*, p. 195; V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 201-219. **Sobre fontes escritas para o período almorávida no**

os muçulmanos, sabe-se que os sultões almorávidas levavam uma vida relativamente simples e de aparência modesta e que modestos eram também os *prés* pagos dos seus soldados

Por outro lado, deve ter-se em linha de conta o facto de que o fim ao pagamento de páreas aos cristãos poupou o dispêndio de verbas mas a reacção cristã não se esperará muito - em vez de esperar pela chegada das páreas, a tomada das cidades pelos cristãos permitir-lhes-á - sobretudo a partir da conquista de Saragoça por Afonso de Aragão - chegar directamente à fonte desses rendimentos.

A governação almorávida deu sinais de mudança após a morte de Yūsuf ibn Tāšufīn. O seu filho, ‘Alī ibn Yūsuf, filho de uma cristã, foi um dirigente ausente, passando longas temporadas no Norte de África. Segundo H.Kennedy, esteve no al-Andalus durante quatro vezes: em 1107, para organizar a administração e para dirigir o *ġihād* - em expedições estivais - em 1109 e 1117 (esta contra linha do Mondego); finalmente, em 1121 na sequência de distúrbios sucedidos em Córdova, entre o contingente almorávida aí estacionada e a população enfurecida²³⁴⁶. Sabendo-se que ‘Alī ibn Yūsuf governou até 1143, é de pensar nas consequências do desinteresse directo a que votou o al-Andalus nos mais de vinte anos derradeiros da sua administração.

Até cerca de 1117 - ano que culmina com a expedição contra Coimbra - o poder almorávida no al-Andalus manteve-se estável e com uma dinâmica de resposta ao norte cristão (embora sem grandes conquistas excepto a recuperação de Valencia). Com ‘Alī ibn Yūsuf em Marrocos,, o al-Andalus ficou governado directamente pelo seu irmão Tamīm - estabelecido em Granada - enquanto que os flancos ocidental e oriental ficaram sob a alçada de militares com provas dadas: al-Ḥaġġ numa Valencia acabada de controlar e, por outro lado, Sīr ibn Abī Bakr em Sevilha mas com alçada sobre o Ġarb.

Os almorávidas mantinham-se distanciados e distintos das populações, com pouco apoio local, embora respeitados (talvez mais, temidos) e, por isso, muitas vezes imitados na forma de se apresentarem. O tratado de hişba de Ibn ‘Abdūn²³⁴⁷ faz-se eco da diferenciação sentida com a passagem dos dignatários almorávidas pelas ruas de Sevilha e do “engenho” de alguns sevilhanos (e o mesmo não se passaria em outras cidades do al-Andalus?) que se pretendiam fazer passar membros da dinastia que pusera fim ao reis de Taifas:

“Il importe que le port du voile de visage (*litham*) soit réservé uniquement aux Sinhadja, aux Lamtuna et aux Lamta; en effet, les mercenaires et les miliciens berbères de couleur, ainsi que ceux qui n’ont pas à se voiler, portent le litham au milieu de la population pour lui inspirer de la crainte; grâce à ce voile, ils se permettent de nombreux abus contre la morale, en profitant de la terreur qu’ils inspirent. Cette question devrait être posée au gouvernement (car ce sont gens sans scrupules), en sorte que le voile de visage constituât le signe distinctif des Almoravides, qu’il y a lieu de traiter avec honneur et respect ou dont il faut satisfaire les besoins ; en effet, si les miliciens berbères ou les mercenaires portent le voile et modifient leur aspect extérieur, on aura tendance à

Ġarb veja-se - M. J. Viguera-Molins, “Los almorávidas en torno al Tajo: apuntes sobre fuentes y síntesis”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 147-150.

2346. H. Kennedy, *Os muçulmanos ...*, p. 197.

2347. Não se confunda com Ibn ‘Abdūn, poeta natural de Évora.

les considérer comme des gens d'un milieu social élevé, et l'on s'empressera de leur marquer estime et considération, alors qu'ils n'en sont pas dignes.”²³⁴⁸

É importante sublinhar esta diferença e a alteridade existente entre almorávidas e habitantes do al-Andalus, na medida em que muitas vez se tem a ideia - dicotómica e maniqueísta -- de que as oposições se faziam unicamente entre um norte cristão agressor e um sul islamizado colocado sempre numa posição defensiva. Na verdade, registaram-se várias sublevações de populações *andalusī* s contra os novos senhores, uma das quais a de Córdoba de 1121, em Março desse mesmo ano, precisamente na sequência de distúrbios que envolveram um *‘abīd* - um membro da guarda negra - durante a festa dos Sacríficos, envolvendo uma mulher; Ibn al-Athīr dá conta como se organizou rapidamente em Córdoba uma milícia (com a apoio de *fuqāhā*), que acabou por saquear o palácio e destruir as casas dos almorávidas, levando estes a abandonar a cidade e, por outro lado, a não se evitar o envolvimento do próprio *amīr al-Muslimīn*, que acabará por negociar com os habitantes - exaltados e aguerridos - da própria cidade de Córdoba²³⁴⁹.

Porém, como já assinalara H. Kennedy, a esta revolta pode não ter sido alheia a perda, três anos de Saragoça. Esta cidade, capital de uma taifa, a única durante muito tempo a não ser dominada e controlada directamente pelos almorávidas, acaba por ser tomadas por estes em 1110, depois da morte de Aḥmad al-Musta‘in em Valtierra, numa expedição em que tentava, com uma reacção militar, fugir aos que o criticavam por também pagar párias as cristãos de Aragão. Se a tomada de Saragoça pelos almorávidas em 1110 pode ter sido interpretada como uma vitória do islão malikita contra mais um dirigente de uma Taifa com políticas ambíguas, na verdade põe fim a equilíbrios sensíveis²³⁵⁰ e, oito anos depois, o rei Afonso I de Aragão não só toma esta cidade como, dois anos volvidos, o mesmo “Batalhador” ocupa Calatayud e Daroca²³⁵¹; os Almorávidas não só não conseguiram conquistar a capital da Taifa de Toledo como, no ano a seguir à incapacidade de tomarem Coimbra, acabam por perder Saragoça e começam a perder o controle sobre o vale do Ebro.

Depois da perda de Saragoça, em 1118, e das de Calatayud e Daroca, em 1120, o mesmo Afonso I de Aragão chega às portas de Valencia, onde derrota um exército com muitos “escravos negros”; começam a desenhar-se efeitos colaterais da descida tão rápida dos aragoneses e do soçobrar dos almorávidas que defrontam problemas internos no Norte de África: as minorias do al-Andalus começam a ser vistas como “colaboracionistas” dos reinos cristãos do Norte; como lembra H. Kennedy, o qāḍī Abū l-Walīd ibn Ruṣd (avô do que será o famoso pensador ibn Ruṣd, o Averróis

2348. Veja-se o Tratado de Ibn ‘Abdūn em Évariste Lévi-Provençal (Ed.), *Séville musulmane au début du XIIe siècle. Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers Traduit avec une introduction et des notes*, Paris, 1947 (reedição Maisonneuve & Larose, Paris, 2001, com “avant-propos” de Christophe PICARD), §56, p. 54.

2349. Ibn al-Athir (Atīr), *Al-Kāmil fī l-Ta’rīkh* (ed. Tornberg), vol. X, p. 558, apud H.. Kennedy, *Os muçulmanos...*, pp. 207-208.

2350. Segundo a *Hulūl al-Mawṣhiya*, um dos três conselhos que Yūsuf teria dado ao seu filho pouco antes da sua morte era o de manter o reino de Taifas de Saragoça nas mãos dos Banū Hūd, como “tampão” contra o avanço dos cristãos - os restantes iam no sentido de evitar problemas com as populações do Atlas e tratar bem a população de Córdoba (*Hulūl al-Mawṣhiya*, p. 67 apud H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 206); esta tradição, eventualmente forjada, apresenta três objectivos complementamente falhados por ‘Alī ibn Yūsuf.

2351. Cf. H. Kennedy, *Os muçul...*, pp. 199 e 205. Sobre o domínio almorávida e o seu fim em Aragão veja-se M. Jesús Viguera, *El Islam en Aragón*, pp. 69-71.

dos latinos) sustentava que *dīmmīls* tinham quebrado o pacto firmado com os muçulmanos²³⁵². Há, na sequência dessa tomada de posição, moçárabes desterrados para o Norte de África, propriedades e igrejas moçárabes tomadas e confiscadas, e alguns moçárabes (mas também judeus) procuram apoio junto dos monarcas do Norte. Nestes anos anteriores à acções de Afonso henriques sobre Santarém e Coimbra e à tentativa de recuperar as relíquias de um santo querido dos “moçárabes” (como foi S. Vicente), há um extremar de posições e traços de desintegração de uma sociedade *andalusī* na qual cabiam os grupos religiosos minoritários conhecidos como *dīmmīls*; todas estas mudanças terão efeitos indirectos mas inequívocos na sorte das armas no *al-Andalus*.

Os Almorávidas eram, mesmo na cidade de Córdova, uma minoria - especializada na guerra e bem armada, sem dúvida - incapaz, mais de três décadas passadas sobre o sucesso obtido na batalha de Zallāqa, de ter construído um tecido social homogéneo com a população do *al-Andalus*. Porém, apesar de entrarem “em perda”, os almorávidas ainda conseguem reorganizar-se - em torno dos **Banū Ġānīyya, ramo feminino parente de Yūsuf ibn Tāsufīn**, que se manteve actuante sobretudo na zona *Ġarq al-Andalus* mas que, com o eclodir da liderança de Ibn Qāsī no *Ġarb al-Andalus*, deslocaram forças para ocidente²³⁵³. Esta opção táctica permitiu suster o avanço cristão para sul durante algum tempo mas não irá impedir que surjam iniciativas que vão ter paralelo *Ġarb*; uma intervenção ofensiva de milícias urbanas de Toledo chegou às portas de Sevilha e conseguirá mater o governador Abū Ĥafṣ - este tipo de iniciativas repetir-se-á, no ocidente, sobretudo com o protagonismo das milícias implantadas numa outra cidade também ela protegida por um rio: a Santarém posterior a 1147 e o mesmo rio Tejo.

Porém, será a situação crítica em que os almóadas colocam a dinstia almorávida que irá levar ao desaparecimento deste a abrirá caminho não só às iniciativas dos reis cristãos mas, igualmente, ao aparecimento de soluções alternativas de poder surgidas no seio da sociedade *andalusī*, e que se conhecem muitas vezes como fase das Segundas Taifas ou segundo período de Reinos de Taifas.

Exército almorávida

Força e confiança foram qualidades atribuídas no *al-Andalus* ao exército almorávida. Se há muitas vezes a tentação de ver o exército almorávida como diferente da manta de retalhos que eram alguns dos contingentes do *al-Andalus*, não se pode perder de vista que, na origem, as forças almorávidas, tal como se formaram no Norte de África, eram igualmente uma “confederação” de várias tribos: *Lamtūna*, *Massūfa*, *Ġuggala*, *banū Wāriṭ*, mas também *Lamta*, *Ġazzūla* e alguns *Maṣmūda*, sobretudo os de zonas baixas²³⁵⁴. Em 448 H /1056-57, antes da divisão entre os efectivos que seguirão para sul com Abū Bakr e os que ficarão com o seu primo Yūsuf (cerca de 1/3 dos efectivos), o exército almorávida tinha cerca de 30.000 homens, sobretudo montados em camelos. O *Rawḍ al-Qirtās* dirá que Yūsuf terá cerca de 40.000 homens, o que, sendo manifestamente exagerado, também terá de ser parcialmente aceite na medida em que Yūsuf aumentará o número dos seus

2352. H. Kennedy, *Os muçul...*, p. 211.

2353. H. Kennedy, *Os muçul...*, p. 212.

2354. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 187; Lagardère Vincent, “Esquisse de l'organisation militaire des Murabitun, à l'époque de Yusuf b. Tasfin, 430 H/1039 à 500 H/1106”, *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée - REMM*, N°27, 1979. pp. 99-114.

apoiantes e efectivos, à medida que avance para Norte. Por outro lado, como já se viu, Yūsuf ibn Tāšufīn criará uma tropa especial - Hašam - com cerca de 250 cavaleiros estrangeiros e 2.000 negros, montados a cavalo; no caso dos cercos a Tânger e Ceuta, Ibn Abī Zar‘ refere a participação de um contingente de 12.000 cavaleiros e ainda 20.000 Zanāta e Mašmūda²³⁵⁵. O rei ‘Abd Allāh de Granada, uma testemunha presencial, refere que os primeiro contingente almorávida que desembarca no al-Andalus, em 1086, tinha cerca de 500 soldados²³⁵⁶ - mas não refere quando contingentes atravessaram...

Já em Zallāqa, se al-Kardabūs aponta para 12.000 soldados almorávidas, o *Mu‘ğib* de ‘Abd al-Wāhid al-Marrākušī²³⁵⁷, posterior, refere 20.000 combatentes. Al-Ĥimyarī, por seu turno, somente diz que o número de soldados muçulmanso era inferior aos 40.000 cavaleiros que ele afirma estarem com Afonso VI. Lagardère, pelo número de cavaleiros que Yūsuf enviará a Velencia (4.000 cavaleiros segundo a *al-Hulal al-Mawšīyya*) e pelo número que acompanhará um dos seus comandantes - ‘Abd Allāh b. Fāṭima - (1.500 cavaleiros), calcula que em Zallāqa ao lado de Yūsuf estariam cerca de 4.000 a 5.000 homens²³⁵⁸. Porém, com o estabelecimento dos almorávidas no al-Andalus, o número de tropas de cavalaria pode ter subido²³⁵⁹. O mesmo autor revela a progressiva preferência dos almorávidas pelo cavalo, à medida que evoluíam para Norte, o que é natural e se adequa às exigências ecológicas das regiões que passam a dominar.

H Kennedy reconhece que é impossível saber ao certo qual seria o número de combatentes almorávidas no al-Andalus, mas não deixa de referir que Yūsuf teria instuído o seu filho no sentido de manter cerca de 17.000 soldados a cavalo no al-Andalus, dos quais os colocados mais a ocidente seriam 4.000 estacionados em Sevilha²³⁶⁰: destes, muitos poderiam entrar facilmente Ġarb, mas não deixa de ser curioso o facto de não se mencionar nenhuma cidade militarmente muito relevante a ocidente de Sevilha (dado que as restantes são Córdova, Granada e o Šarq (certamente em redor de Valencia)²³⁶¹.

2355. *Rawḍ al-Qirtās*; veja-se a edição recentemente reeditada em Marrocos, trad. de Auguste Beaumier, Rabat, ed. de La Porte, 1999, pp. 127-133,

2356. *Tibyān*, fl. 42b-43b, § 48-49, trad. pp. 201-203.

2357. ‘Abd al-Wāhid al-Marrākušī, *al-Mu‘ğib fī talkhīs akhbār al-Mağrib* (ou *O admirável acerca da narração de notícias do Magrebe*, redigido em 621 - 1224); sobre este autor veja-se PONS BOIGUES, Francisco, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos árabe-españoles (800 - 1450 A.D.)*, 2ª ed. Amesterdão, Philo Press, 1972 (reedição da 1ª ed., Madrid, 1898), p. 413; edição do texto árabe por Dozy e tradução francesa por M. Fagnan (Argel, 1893); edição espanhola de A. Huici Miranda, *Kitāb al-Mu‘yib fī taljīs ajbār al-Mağrib*, Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. IV. Tetuán, 1955; há uma reedição árabe recente, publicada pela *Dar al-Faryani*, Cairo, 1994.

2358. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 189.

2359. Lagardère lembra que em 495 H / 1101-02 uma das obrigações impostas a herdeiro ‘Ali foi a de equipar 1.000 cavaleiros em Córdova, e em Granada, 4.000 no Šarq e 7.000 em Sevilha (cavaleiros que serviriam também para chegar à zonas do Ġarb - cf. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 190.

2360. Número que se aproxima dos cerca de 4.000 ou 5.000 que teriam estado presentes em Zallāqa, número possivelmente considerado adequado para ficar estacionado em zonas ocidentais do al-Andalus.

2361. V. Lagardère, *Le Vendredi de Zallaqa*, p. 44; cf. *Al-Ḥulūl al-Mawšīyya*, p. 57; ver igualmente H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 200.

O que não tem colocado dúvidas é o carácter eminentemente urbano dos contingentes almorávidas no al-Andalus; é nas cidades - e nas principais de cada região - que estas forças ficam estacionadas²³⁶².

O peso da cavalaria não excluía o uso de infantaria, bem como de “especialistas militares”, para não lhes chamar tropas de elite; é o caso - de que falam as fontes, mas que existiriam em outras ocasiões anteriores - de carpinteiros, alvanéis e outros, sobre os quais a *al-Hulal al-Mawšiyya* fala com clareza²³⁶³. Se algum deste pessoal pode ter vindo do norte de África, já no caso dos *almanjaneques* parece que os almorávidas nos seus primeiros tempos no al-Andalus tiveram de recorrer a especialistas - que os havia - do al-Andalus, bem como a sapadores, especialistas ambos que serão um contributo sobretudo do al-Andalus²³⁶⁴.

Apesar de algumas vitórias - como a famosa havida contra Afonso VI, em Uclés, na qual morrerá o filho do monarca e de Zaida, de seu nome Sancho, em 501 H / 1108, vitória que abrirá as portas para Toledo, na medida em que os castelhano-leoneses irão abandonar Cuenca e Uclés²³⁶⁵ - nem mesmo a morte de Afonso VI (em Junho de 1109) levará à recuperação de Toledo; apesar do sucesso do ataque a Talavera, **Alvar Fáñez resistiu em Toledo** e, como sintetisa H. Kennedy, “mais uma vez, estava bem patente a sua incapacidade na guerra de cerco”²³⁶⁶.

Estas acções militares devem ser postas em paralelo com a acção militar almorávida contra Coimbra em 1116-1117. Se alguns autores dizem que ‘Alì atravessou o Estreito e “conquistou Coimbra”²³⁶⁷, acto a que sucederia o seu abandono pelas tropas almorávidas, é de crer que essa campanha militar tenha sido mais um fracasso da guerra de cerco empreendida pelos almorávidas. Podem ter tomado pontos fortificados do alfoz ou território de Coimbra, como Santa Eulália, Soure ou Miranda, mas não chegaram a entrar na zona da *madīna*, não chegaram a tomá-la verdadeiramente, limitando-se a devastar a zona em redor. A médio prazo, esta campanha, que contou com a participação do próprio ‘Alì ibn Yūsuf, foi um fracasso e o *canto do cisne* da curva ascendente dos Almorávidas no al-Andalus: O próprio ‘Alì ibn Yūsuf só voltará ao al-Andalus quatro anos depois, em 1121, para pôr cobro a distúrbios que colocavam Córdova a ferro e fogo e que levavam os próprios muçulmanos do al-Andalus a revoltarem-se contra as suas tropas; o Ġarb, já sem homens da envergura militar de um Sīr, estava vulnerável às iniciativas de leoneses e portugueses.

2362. Veja-se o que diz, neste sentido, H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 200.

2363. *al-Hulal al-Mawšiyya* a propósito de Aledo; referido também por V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, 1989, p. 193.

2364. Os *Qalā'id al-'Iqyān* do poeta al-Faḥ ibn Kḥāqān referem, para além de outras obras, a existência de sapadores; *apud* Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 194.

Há poemas deste poeta al-Faḥ ibn Jaqān (ou Khaqān) em H. Peres, *El esplendor de al-Andalus (la poesía andalusí en el siglo XI)*, Madrid, ed. Hiperion, 1983.

2365. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 198.

Veja-se também Pascal Buresi, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique du Tage à la Sierra Morena (fin XIe – milieu XIIIe siècle)*, Paris, Publibook, 2004, pp. 43-44.

2366. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 198.

2367. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 199.

Apesar das insuficiências, há indícios de que entre 1117 e 1147 teriam tido lugar obras de reformulação e de fortalecimento das muralhas de Lisboa e de Santarém; a presença de 'Alì ibn Yūsuf na região pode ter sido um catalizador dessas obras de defesa passiva nas cercas urbanas e em outras fortificações de menor dimensão na margem norte do Tejo (e, eventualmente, na margem sul, onde se contava com Almada e com uma fortificação como Palmela²³⁶⁸ que tem guarnição militar em 1147).

Em relação a Almada deve dizer-se, aliás, algo que só se entende perfeitamente quando se pisam aquelas terras - as terras de de Almada, Banática e, especialmente, Murfacém: desde esta margem sul do rio Tejo é possível fazer triangulação visual entre Lisboa e Sintra; ou seja, se de Lisboa não se atinge visualmente o castelo de Sintra, Almada - por seu lado - tem a virtude de poder receber (em dias claros, evidentemente) sinais de Sintra e poder retransmiti-los imediatamente para Lisboa; Murfacém tem a capacidade adicional de poder comunicar com o cabo Espichel (tal como Sintra); no entanto, a mesma Almada, por seu turno, atinge facilmente Palmela e Azeitão (bem como desfiladeiro de Coima-a-Velha) de forma visual, bem como a parte alta de Sacavém e a zona da Atalaia (na fronteira entre Montijo - antiga *Aldeia Galega do Ribatejo* - e Alcochete); todas elas zonas onde se têm detectado vestígios arqueológicos de povoamento próximo às zonas de implantação de postos de vigia²³⁶⁹.

Armas e Almorávidas

Segundo V. Lagardère, que tem o mérito de ter estudado as armas usadas por almorávidas em vários cenários de guerra, destaca-se o uso de lanças (rumḥ), de dardos (mizraq - mazārīq)²³⁷⁰ e espadas (sayf) de diversos tipos; podia-se usar picos longos (*qanā* ou *qanā ṭawīla*, longa) que, segundo Lagardère, era mais longa que as usadas no Egipto e na Grande Síria e se aproximaria, em comprimento, à lança chamada 'Asal, de tal forma longas eram que permitiam dissuadir cargas de cavalaria²³⁷¹.

O arco era uma arma comum, também no al-Andalus²³⁷². A defesa era feita com escudos (daraq), de que havia diversos tipos e a protecção pessoal podia ser completada com "couraças" (*durū'*),

2368. Não faltam, em Palmela, testemunhos desta fase da ocupação islâmica e da posterior ocupação portuguesa - cf. I. C. Ferreira Fernandes, "Palmela no período da *reconquista*", in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L.Universidade do Porto, 2005, pp. 311-325.

2369. Cf. J. Bugalhão / S. Gomez Martínez, "Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico", in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L.Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262. Lisboa, que mostram materiais arqueológicos destas épocas em Torres Vedras, Vila Franca, Loures (Frielas), Cascais, Sesimbra, Sintra - cf. fig. 2 .

2370. Ibn Khallikān dá detalhes do tipo de madeira africana com que eram feitos os melhores dardos - cf. Lagardère, p. 198.

2371. Lagardère, *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 197.

2372. Sobre o uso do arco e flechas veja-se Antoine Boudot-Lamotte, BOUDOUT-LAMOTTE, A., *Contribution à l'étude de l'archerie musulmane - Principalement d'Après le Manuscrit d'Oxford Bodléienne Huntington 264*, Damasco, Institut Français de Damas, 1968, onde se publica um texto medieval de Mārdī ibn 'Alī al-Ṭarsūsī; ver ainda F. Vree, "Contribution à l'étude de l'archerie musulmane - notes complémentaires", *Arabica*, n. 17 - 1, 1970, pp. 47-68.

feitas de forma semelhante a cotas de malha que também existiam e das quais fala Ibn al-Sayrafī , autor contemporâneo dos almorávidas²³⁷³; as referidas “cotas de malha” poderiam ter várias camadas e parece terem-se generalizado entre os almorávidas só depois de terem entrado no al-Andalus²³⁷⁴.

Nos exércitos almorávidas o desfraldar de bandeiras e estandartes tinha um significado especial e fazia parte de um ritual próprio sendo frequentemente acompanhado pelo rufar de tambores (*tubūl*). Seguindo uma tradição que vinha de séculos anteriores, as campanhas militares no al-Andalus ir-se-ão dar sobretudo em época estival, o que não impediu algumas excepções, como foi o caso de uma intervenção almorávidas contra Lisboa²³⁷⁵.

Técnicas de combate

V. Lagardère faz eco do poder dos camelos em assutar os cavalos cristãos, numa situação de batalha²³⁷⁶. Yūsuf, particularmente, não separava radicalmente a infantaria da cavalaria; mas mantinha à parte a sua guarda pessoal, a sua tropa de elite, como reserva táctica²³⁷⁷.

Praticando a táctica da emboscada - táctica antiga e comum a outras culturas - os almorávidas também combatiam em linha (embora inicialmente a táctica do *Karr wa Farr* fosse usada). Diz Lagardère que o combate em linha é preconizado no Alcorão²³⁷⁸.

2373. Sobre Abū Bakr al-Sayrafī , poeta mas também cronista e secretário natural de Orihuela, ao serviço dos Almorávidas cf. P. Guichard e Yassir Benhima, “al-Sayrafī ” in *Biblioteca de Al-Andalus*, vol. V, F. Ibn Tufayl, s.v.; Delfina Serrano, “Dos fetuas sobre la expulsión de mozárabes al Magreb en 1126”, *Anaquel de Estudios Árabes*, n. 2, 1991, (pp. 163-182), p. 174, n. 75.

2374. Quem o afirma é V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 199. A partir desta afirmação, pode-se colocar , como hipótese, o facto de tanto combatentes dos exércitos das Taifas e cristãos usarem cotas de malha e de esse ser uma das razões or que os almorávidas declararam que não distinguiam os seus aliados dos cristãos - possivelmente pela semelhança da sua apresentação em campo de batalha.

2375. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 199 - em 1095.

2376. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 200.

2377. V. Lagardère (*ibidem* p. 201), lembra que j’á Ibn Hawqal refere a prática da excitação dos camelos , prática também seguida, certamente, pelos Şinhāġa .

2378. É claro no cap. LXI, como se pode comprovar pelas três traduções em inglês (061.004): YUSUFALI: Truly Allah loves those who fight in His Cause in battle array, as if they were a solid cemented structure.
PICKTHAL: Lo! Allah loveth them who battle for His cause in ranks, as if they were a solid structure.
SHAKIR: Surely Allah loves those who fight in His way in ranks as if they were a firm and compact wall. (disponível em <http://www.usc.edu/schools/college/crcc/engagement/resources/texts/muslim/quran/061.qmt.html>)

A tradução do Alcorão proposta por M. Arkoun diz: “*Il aime ceux qui combattent en ordre dans son sentier, et qui sont fermes comme édifice solide*”. - tradução quiçá mais alegórica - *Le Coran*, trad. de Kasimirski, com cronologia e prefácio por Mohammed Arkoun, Paris, Garnier-Flammarion, 1970, sourate LXI, p. 433.

Al-Bakrī é dos que referem, para além da cavalaria e da infantaria (bem protegida com escudos), o uso de camelos (sem especificar onde) e o uso de picas compridas, bem como o combate em linhas: uma primeira com soldados armados com lanças, dardos e defendidos com escudos; uma segunda, onde dominávamos arqueiros e, num terceira linha, dominava e esperava a cavalaria; porém, separada destes cortpos, havia ainda a tropa de choque e de elite²³⁷⁹.

Uma vez mais em termos gerais, os Almorávidas usaram também técnicas de assédio; praticaram-no, no Norte de África²³⁸⁰, no caso de Fez, de Tânger e, é bem conhecido, o cerco - por terra e por mar - a Ceuta. No al-Andalus, nem sempre correrá bem, como foi o caso de Velencia (com a chegada de contingentes inimigos que levam ao levantamento do cerco) ou na campanha de Aledo, onde faltam máquinas de guerra adaptadas às circunstâncias.

Aliás, só se ouve falar de almanjaneques em operações militares no al-Andalus; o que leva a que se deva considerar que, se o al-Andalus aprendeu e ganhou com os Almorávidas, o inverso é também verdade, a começar pela vitória em Ceuta, com a ajuda dada pela marinha sevilhana. E no caso do cerco de Aledo - di-lo o rei ‘Abd Allāh de Granada - o pessoal especializado (ferreiros e carpinteiros) para construir os *almajaneques* e uma *‘arrāda*²³⁸¹ tiveram de vir de Murcia.

O *Šarq al-Andalus* - possivelmente devido aos contactos mais fáceis com ideias provenientes do Levante do Mediterrâneo - parece ter tido contacto com um maior *Know-how* a nível das máquinas de guerra. É também no Levante que será apresentada uma nova máquina de guerra, um “elefante”²³⁸², dado a conhecer por Ibn Šumādiḥ e que pretendia cuspir fogo (*qabas nār*) mas cuja apresentação pública não resultou como era desejado²³⁸³.

No caso da guerra por mar, os Almorávidas, inicialmente nada familiarizados com as águas e necessitados de apoio naval sobre Ceuta - apoio dado por Sevilha, acabam por se familiarizar com a necessidade de ter embarcações capazes e prontas²³⁸⁴. Yūsuf rapidamente quer ser autónomo e controlar as deslocações em meio aquoso. Não é de estranhar que comecem a olhar cedo para as imensas reservas de madeira da região do Rif e outras zonas de bosque ao longo da costa norte-africana, não deixando de tirar proveito dos arsenais já existentes²³⁸⁵.

2379. Ver V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 202-203.

2380. Houve outros casos de assédio a sul de Fez; mas pouco importantes para perceber o que acontecerá no *Ġarb al-Andalus*.

2381. Sobre estes instrumentos veja-se também *E. I. 2, I*, p. 679.

2382. Não deve ter a ver com o elefante do sonho de Afonso VI.

2383. referido no *Tibyān*; ver também V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p.204.

2384. Para logo em Tânger e, sobretudo, mais tarde em Ceuta, quando têm de recorrer ao empréstimo.

2385. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, pp. 205-207, onde praticamente só se trata da marinha no Norte de África. Entre os arsenais existentes, conte-se o importante localizados em al-Qaṣr Abū Dānis - Alcácer (cf. Christophe Picard, “Les arsenaux musulmans de la Méditerranée et de l’océan Atlantique (VIIe-XVe siècle)”, *Chemins d’outre-mer. Etudes sur la Méditerranée médiévale offertes à Michel Balard*, 2 vol., Paris, Publications de la Sorbonne, II pp. 691-710

Em geral, tendo em conta a sua evolução até ao estreito de Gibraltar e mesmo a sua entrada no al-Andalus, os Almorávidas denotam uma grande capacidade de atenção e de avaliação das realidades e uma capacidade interessante de adaptação aos novos territórios que passam a dominar. Por outro lado, há uma enorme capacidade de reutilização das construções miliatres com as quais se deparam, uma capacidade de “reciclagem” ou seja, capacidade de integrar antigas fortalezas num novo “ciclo” político e militar.

instabilidade no Norte de África

Um ano antes da revolta da população de Córdoba contra atitudes prepotentes dos almorávidas já o movimento almóada dava sinais de descontentamento no Norte de África. De facto, em 1120, aquele que será o fundador do movimento almóada, Ibn Tūmart, regressava ao seu território de origem²³⁸⁶, depois de ter passado algum tempo no Oriente²³⁸⁷.

Este membro da tribo berbere Maṣmūda, montanhese do Atlas, nascido cerca de 1080, terá ainda nos seus primeiros tempos de pregação de uma nova visão reformado do *Islam*, na qual se afirma a inequívoca unicidade de Deus (Tawḥīd - توحيد)²³⁸⁸ razão por que os seguidores deste movimento serão conhecidos como al-Muwaḥḥidūn (الموحدون), o que significa “unitários”.

Logo que regressa ao grande Maḡrib, Ibn Tūmart passa a ser acompanhado por um discípulo, de seu nome ‘Abd al-Mu’min (عبد المؤمن) - natural de Bugia (Bougie em francês²³⁸⁹, بجاية em árabe), no litoral da actual Argélia.

As novas doutrinas que Ibn Tūmart difunde são aceites junto da sua tribo e dos montanhese do Atlas, dando um cariz religioso à luta contra os almorávidas - Ṣinhāġa - das planícies. Aliás, as fricções com o poder dos almorávidas-Ṣinhāġa começa pouco tempo depois da sua chegada e bem perto da capital - Marraquexe. Em 1124, os seguidores de Ibn Tūmart - os almóadas²³⁹⁰ - já controlavam Tīnmal (também Tin Mal ou Tinmel), localidade alcandorada junto às montanhas do Atlas, somente a cerca de 100 Km a sul de Marraquexe.

Será na década de 40 que a situação se irá tornar insustentável em Marraquexe, com as pressões das forças fiéis aos almóadas, de tal forma que o emir ‘Alà manda chamar o seu filho Tāṣufin - então governador do al-Andalus e estabelecido em Granada - para o auxiliar no Norte de África. Apesar do empenhamento do mercenário cristão Reverter e das forças almorávidas, as posições de

(um dos muitos artigos cedidos pelo autor).

2386. Ibn Tūmart - أبو عبدالله محمد ابن تومرت - teria nascido, entre 1078 e 1081, . Réformateur musulman d'inspiration soufiste, il meurt en 1130 avant d'avoir pu réaliser son projet de prendre Marrakech aux Almoravides. Après sa mort, son disciple `Abdul-Mu'min devint le 1er calife du mouvement des Almohades fondé par son maitre (الموحِدون al-muwaḥḥidun, les monothéistes) ou Banū `Abd al-Mū'min (بنو عبد المؤمن banū `abd al-mū'min).

2387. Alguns dizem que teria estudado junto de Ibn Ḥazm (um defensor da visão “literalista” ou *ẓāhirī* - ظاهرى - do Alcorão), no al-Andalus; mas este morrerá em 1064...

2388. O *Tawḥīd* é um princípio fundamental da religião islâmica, mas não esteve desprovido de polémica; Mu'tazilistas, Aṣ'aritas, ṣūfis e xiitas tiveram e discutiram muitos pontos de vista sobre esta questão.

2389. Cidade que se tornará famosa pela sua produção de “velas”, em cera de produção própria e de grande qualidade.

2390. Passar-se-á a utilizar esta forma da Língua Portuguesa, embora alguns autores escrevem com a presença de um “h” - almóadas - o que se aproxima do Espanhol e da aspiração da palavra em árabe.

‘Alì são frágeis em redor de Fez, acabando o emir por morrer em 1143. O poder almorávida estilhaça-se no Norte de África - com a morte de Reverter em finais da primeira metade de 1144 e a do próprio Tāšufin ibn ‘Alì menos de um ano depois²³⁹¹. O poder almorávida está em queda abrupta no Norte de África e já não tem nenhum dirigente da família governante no al-Andalus; os governantes cristãos saberão tirar partido da situação - em Março de 1147, no mês em que os homens de Afonso Henriques encostavam furtivamente escadas às muralhas de Santarém, combatia-se sangrentamente - almóadas contra almorávidas - pelo controle de Marraquexe²³⁹².

Sobre o fim dos Almorávidas e o seu desaparecimento - mais demorado, dado que nas ilhas Baelares ir-se-ão manter - deve ver-se uma ainda útil obra de Francisco Codera, reeditada com uma apresentação e actualização de Marís Jesús Viguera²³⁹³, autora de um “magnífico prólogo”²³⁹⁴.

(a) Os Almorávidas no Ġarb na viragem para o s. XII

Almorávidas e a conjuntura portugalense (até 1128)

A Europa do século XI vive uma fase de “surto demográfico”, que não só fornece filhos segundo para a nobreza, muitos dos quais procuram fortuna através do uso das armas ou entrando na carreira eclesiástica, como fornecerá igualmente gente de trabalho que facilitará o desenvolvimento da sociedade feudal²³⁹⁵.

Por outro lado, esse mesmo surto atingia igualmente o território a norte dos Pirinéus, de onde muitos filhos segundos virão para a Península tentar a sua sorte. Sabe-se mesmo que muitos entrarão em solo peninsular na sequência da derrota cristã na Batalha de Zallāqa. A vinda de borguinhões - muitos deles que entrarão na península com Eudo I duque da Aquitânia e sobrinho da rainha Constança de Leão e Castela - e especialmente de tolosanos - como, entre outros, Roberto, conde de Toulouse - que entrarão depois do desastre de 1086²³⁹⁶.

2391. Tāšufin ibn ‘Alì morre em Março de 1145.

2392. Cf. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*p. 210.

2393. Francisco Codera, *Decadencia y desaparición de los almorávidas en España*, (ed. de María Jesús Viguera Molins), Pamplona, Urgoiti Editores, 2004; agradeço a *Doctora* María Jesús Viguera Molins a oferta, prévia, do seu texto.

2394. Nas palavras da *reseña* que a esta obra é feita por Delfina Serrano; cf. *Al-Qantara*, núm. XXVII / 2.

2395. Sobre estes aspectos veja-se A. H. de Oliveira Marques, “Um tempo entre cristãos e muçulmanos”, in Portugal em definição de fronteiras - do Condado Portucalense à Crise do século XIV, (coord. de M^l Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), vol. III da Nova História de Portugal (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 13.

2396. Marcelin Defourneaux, *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siècles*, Paris, PUF, 1949, pp. 143-144, *apud* A. H. de Oliveira Marques, “Um tempo entre cristãos e muçulmanos”, n Portugal em definição de fronteiras - do Condado Portucalense à Crise do século XIV, (coord. de M^l Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), vol. III da Nova História de Portugal (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques),

Esses contactos levarão ao noivado de Raimundo de Borgonha (filho quarto de Guilherme I de Borgonha) com Urraca, filha de Afonso VI, logo em 1087. Quando Raimundo e Urraca se casarem, em 1090 ou 1091 já está na península, entre outros, um seu primo de nome Henrique, filho-quarto e irmão de Eudo I de Borgonha mas também de Hugo que se tornara monge em Cluny²³⁹⁷. Ou seja, Henrique de Borgonha já está na península Ibérica quando for chamado a tomar posse de Santarém, Lisboa e Sintra, oferecidas por al-Mutawakkil de Badajoz, em 1093, em troca de apoio militar caso o aperto almorávida se torne insuportável. É o que vai acontecer, mas o apoio leonês não chegará a tempo de salvar a cabeça do último rei da dinastia dos aftácidas.

Em 1093, D. Raimundo toma posse dessas cidades a sul de Coimbra mas a tarefa não parece ter sido fácil. E, na última década do século XI os territórios do ocidente ibérico ficam nas gradualmente sob alçada directa de familiares do detentores do poder central; em alguns casos são os primos que dirigem os movimentos no terreno. É o caso de Sîr ibn Abî Bakr **sobrinho e cunhado** de Yûsuf ibn Tâšufîn²³⁹⁸ que pode ter recuperado Lisboa ainda em 1094 e de D. Henrique de Borgonha²³⁹⁹, **primo** de D. Raimundo que, possivelmente um ano depois²⁴⁰⁰ de Raimundo ter tomado as referidas cidades e ter sido presenteado com o feudo ou tenência leonesa na Galiza, recebe o governo conjunto dos territórios dos antigos condados portugalense e conimbricense, sabendo-se que nesse ano abrangia territórios entre “*a flumine mineo usque in tagum*”²⁴⁰¹, embora não se saiba até que zona do Tejo - provavelmente até à *kûra* de Santarém. A indefinição que se vivia na zona da em redor da bacia do Tejo deve ter levado a que entre as linhas do Tejo e do Mondego a guerra e a fortificações de locais importantes tivesse sido uma constante em finais do século XI e nos primeiros anos do século XII.

A geografia dos domínios das zonas controladas por cada um dos beligerantes nesse território - uma outra *Extrema dura* peninsular - é mal conhecida. Porém, se os almorávidas, certamente com apoio regional, controlavam Lisboa é possível que se tenha desenhado alguns novos locais fortifi-

Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 15.

2397. Vejam-se Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, Porto, p. 89.

José Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983, pp. 24-26.

2398. Sobre as relações de parentesco entre ambos cf. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 201 e quadro da p. 344. Deste Sîr ibn Abî Bakr, que esteve, entre outras regiões, algum tempo no ocidente do al-Andalus, são descendentes - por via de uma sua filha - os *Banū Fâtima*. Curiosamente, o topónimo Fátima registar-se-á posteriormente na mesma região, mais concretamente, no território entre Santarém e Coimbra, onde Sîr ibn Abî Bakr desenvolveu actividade militar.

Sîr ibn Abû Bakr morre em 507 H /1113-1114, perto de Sevilha, segundo o *Bayân* - cf. Ibn ‘Idârî , *Bayân Almorávida*, (trad. A. Huici Miranda), p. 134.

2399. Sobre D. Henrique ver H. Barrilaro Ruas, “Henrique, conde D.”, in *Dic. de Hist. de Portugal*, (dir. Joel Serrão), s. v.

2400. Em 1095 ou 1096.

2401. Cf. a referência a uma unidade de governação entre os rios Minho e o Tejo, em 1097, detido pelo “genero” de Afonso VI, numa carta de venda datada desse ano em *PMH, Diplomata et Chartae*, doc. n.º DCCCXLIX, (de 9 de Abril de 1097,) pp. 504-505. Veja-se igualmente *Livro Preto*, doc. 509, pp. 683-684; os editores do Livro Preto, que referem os historiadores que dão relevância à referência mais meridional citada neste documento, são cautelosos, afirmando que provavelmente em 1097 o território controlado pelos cristãos iria até Santarém (*Livro Preto*, pp. 684, nota a).

cados (ou reforçados e aproveitados locais com ocupações anteriores) nesta fase em que Lisboa e Santarém estavam em mãos diferentes. Faria sentido que locais como Alenquer, Arruda²⁴⁰² e eventualmente a zona onde se encontra o castelo da fortificação mais tarde conhecida como Vila Verde dos Francos desempenhassem nessa conjuntura um papel importante, marcando um linha de separação entre as duas cidades da bacia do tejo, a partir de 1094 postas, muito provavelmente, em mãos diferentes.

A perda de Santarém e da sua região recoloca, sensivelmente a fronteira onde estava em tempos dos pós 1064, ou seja, posterior à tomada de Coimbra por Fernando Magno e da sua governação por Sesnando²⁴⁰³. Não se pode garantir que a fronteira tenha ficado onde estava antes de as cidades e circunscrições (kuwar) de Santarém, Lisboa e Sintra terem sido entregues por al-Mutawakkil a Afonso VI mas significa que o imenso território que medeia entre Coimbra e Santarém passou a teatro de guerra e a zona instável sob o ponto de vista dois poderes (fig. 91-97).

Toda a região onde se encontram Alcobaça, Leiria, Porto de Mós, a futura Tomar, mas também Penela, a zona atravessada pela serra de Sicó, e mesmo a bacia do Mondego - onde se encontram Montemor, Santa Eulália, Soure, a região onde se construirá o castelo de Pombal, todo esse território passa por uma fase de grande tensão militar e não se pode pensar que só as forças cristãs terão capacidade e interesse em construir pontos fortificados e em controlar as principais vias de comunicação (fig. 98-100).

Vatalandi - fossado e contra-fossado?

É no quadro deste aumento de tensão que se terá dado a batalha, desfavorável para os portucalenses - a chamada de *Vatalandi*, como lhe chama a *Crónica dos Godos* (que a data da Era de 1148, ou seja, de 1110²⁴⁰⁴) e que foi alvo de um estudo detalhado por Barrilaro Ruas - e desferida perto de Santarém, mas em local desconhecido, derrota que pode ter sido sentida pelo próprio Henrique, conde Portucalense²⁴⁰⁵.

2402. Um castelo existente em Arruda, possivelmente existente nesta fase, será doado à ordem de Santiago, já no reinado de D. Sancho I - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, vol. 1, Universidade de Coimbra, 1979, n. 14, pp. 22-23.

2403. Sobre **Sisnando** ver o levantamento exaustivo feito por A. de Sousa Pereira, “A reconquista entre o Douro e o Tejo nos anais monásticos dos séculos XI e XII”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, p. 110, n. 43.

2404. “Quando os Cristãos queriam ali levantar as suas tendas e descansar, de repente, uma multidão de Sarracenos, de Moabitais e de Árabes, tendo-lhes chegado aos ouvidos o reduzido número daqueles, caem sobre eles e, encontrando-os despercebidos, mataram muitos deles, tendo ali ficado mortos Soeiro Fromariguiz, pai de D. Nuno Soeiro, que os comandava e Mido Cresconiz, pai de D. João Mido.” - *Crónica dos Godos; Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tom 11 (Historia e memórias), Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1831.

2405. Cf. Henrique Barrilaro Ruas, “A data do desastre de Vatalandi”, *Revista Portuguesa de História*, tomo 4, Coimbra, 1949, pp. 361-373.

Este “infortúnio de Vatalandi” é revelador de duas disposições existentes na zona entre Coimbra e Santarém nos inícios do século XII. Os cristãos de Coimbra têm arrojo e pensam conseguir obter despojos - *fossando* a terras ainda sob “soberania” almorávida - e eventualmente fazer conquistas. Por outro lado, em determinados momentos as atalaias ou *sistermas de informação* montados e ao serviço dos poderes sediados em Santarém que, voltava a funcionar como capital de uma *taġr*, mas onde haveria igualmente forças dispersas por outros pontos de vigilância, eventualmente fortificados, que poderiam reagir à penetração de forças hostis. É o que pode ter-se dado em Vatalandi, lugares antes de Santarém - para quem provinha de Coimbra e pretendia desestabilizar os territórios agora governados por almorávidas temidos mas possivelmente também considerados como desconhecidos da região.

De facto, este aspecto do desconhecimentos da região, se foi pensado, deveria ter fundamento; porém, tudo leva a crer que as forças regionais *andalusijs* se devem ter apressado a agradar aos novos senhores, agora que a dinastia de Badajoz tinha pura e simplesmente desaparecido.

A nível das vias de comunicação, como já se viu, com os avanços - embora alguns deles tenham sido previamente acordados - das forças cristãs fizeram-se, uma vez mais, através de dois grandes eixos Sul-Norte com uma existência centenar: por um lado a o avanço de Afonso VI pela velha *Vía de la Plata*, quando conquista Coria e se aproxima de Badajoz e, mais a ocidente, o avanço negociado das forças sob o comando de D. Raimundo sobre as cidades do vale do Tejo utilizando, sensivelmente, a área atravessada pela velha via de Lisboa a Braga (ou *Olisipo - Bracara*).

De 1106 a 1109 - uma nova governação / geração em Leão e Castela

Em inícios do século XII têm lugar alterações a nível do protagonismo político e militar na Península Ibérica, em geral. Yūsuf ibn Tāšufīn morre em 1106. As preocupações dos francos Raimundo e Henrique, face à preferência de Afonso VI pelo seu jovem filho varão Sancho (filho de Zaida), levam a que assinem (com apoio clunicense) o chamado *Pacto Sucessório*, em 1105, pacto que será letra morta: Raimundo morre em 1107 e o jovem Sancho Afonso morre na Batalha de Uclés às mãos dos Almorávidas em Maio do ano seguinte; o velho monarca de Leão e Castela morre na antiga capital dos Banū Dī l-Nūn em Julho de 1109.

O xadrez geo-político nos territórios e reinos cristãos sofre mudanças. D. Urraca, filha legítima de Afonso VI, tendo a aocidente o condado portugalense governado pela sua irmã Teresa e por Henrique de Borgonha, casa em segundas núpcias com Afonso I de Aragão. Em termos práticos, no que toca ao ocidente ibérico e *ġarb al-Andalus*, quer dizer que durante algum tempo D. Henrique está interessado em combater ora do lado de Afonso I de Aragão, ora do lado de sua cunhada e soberana (anos de 1110-1112)²⁴⁰⁶.

Os interesses de Henrique de Borgonha parece estarem mais no território do condado portugalense e em outras geografias mais a Leste como Zamora e não tanto nos territórios do *Ġarb* mas a sua

2406. A. H. de Oliveira Marques, “Um tempo entre cristãos e muçulmanos”, in Portugal em definição de fronteiras - do Condado Portugalense à Crise do século XIV, (coord. de M^a Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), vol. III da Nova História de Portugal (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 20.

vida teria terminado em 1112²⁴⁰⁷ e caberá a D. Teresa a tarefa de continuar com a autonomia do condado portugalense, agora viúva e com um filho - Afonso Henriques - com poucos anos de idade²⁴⁰⁸.

Almorávidas ao ataque em 1111

O domínio almorávida que passa a haver em Santarém em 1111, um domínio efectivo e forte desta cidade - com controle assegurado já sobre Sintra e Lisboa - não passará unicamente por uma estratégia defensiva mas também por acções ofensivas.

Apesar da pobreza extrema das fontes árabes sobre o que se passa no *Ġarb al-Andalus* - se com a capitalidade em Córdoba não eram muitas as notícias sobre o *Ġarb*, agora que a capital principal está em Marraquexe as referências ao *Ġarb* remetem geralmente para o norte-africano²⁴⁰⁹ quando se trata de conjunturas e acontecimentos de grande relevância - é possível perceber que entre 1111 e 1116 decorreram alguns anos durante os quais os agentes do poder almorávidas prepararam o assalto a Coimbra, tentando recuperar a cidade que algo mais que um século antes uma das campanhas de Almançor tinha reintegrado no al-Andalus.

Não é possível que a campanha dos *murabitūn* sobre o Mondego e Coimbra tivesse sido executada sem as forças almorávidas se terem assegurado da existência de pontos de apoio mais próximos do objectivo. Santarém é, claramente nesta conjuntura uma capital de *taġr*²⁴¹⁰, mas não era certamente a fortificação ou a localidade mais setentrional controlada pelos almorávidas; dispunham, seguramente, de pontos de vigilância activos mais a norte - na margem direita do Tejo. E esses apoios eram fundamentais por questões de controle das vias, e por uma outra necessidade fundamental para poder lavar a cabo acções em profundidade contra as zonas controladas por Coimbra - por questões de logística (cavalos e material diverso usado nesse avanço), fundamental durante um processo de tentativa de avanço territorial, uma outra “reconquista”, uma “reconquista” de que menos se fala (dado que perdedora), mas que visava - tal como acontecia com as forças cristãs do Norte - retomar territórios que consideravam perdidos; e a memória da recuperação de Coimbra por Almançor não se perdesse. Dos almorávidas esperava-se o regresso aos tempos áureos das vitórias a norte. É D. Teresa que vai ter de gerir os embates com os Almorávidas depois de 1111, para além

2407. Como se sabe, a *Crónica dos Godos* data de 1114 a morte do conde - cf. *Annales Port. Veteres* (ed. Pierre David).

D. Henrique morreu em Astorga, aos 22 de Maio de 1112, no mesmo ano em que S. Bernardo entra no mosteiro de Cister; cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 275.

2408. Afonso Henriques nasceu em 1109 - José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p.275; o local de nascimento, identificado durante muitos anos com Guimarães, pode ter sido a cidade de Viseu - cf. A. de Almeida Fernandes, *Viseu, Agosto de 1109, nasce D. Afonso Henriques*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu, 1993 (reimpresão: Fundação Mariana Seixas, 2007) e J. Mattoso, *op. cit.*, p. 275.

2409. No Magrebe existe um outro *Ġarb*, razão por que, alguns séculos mais tarde se falará dos *Algarves de aquém e além mar em África*.

2410. Cf. Christophe Picard, “Les Marches du Gharb al-Andalus à l’époque omeyyade d’après le Muqtabis d’Ibn Hayyān (IXe-Xe siècles)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 71-76.

de ter de fazer face a disputas entre sedes episcopais - sobretudo a oposição do arcebispo de Braga à restauração da diocese de Mérida²⁴¹¹.

A internacionalização do próprio destino das monarquias do norte cristão é tal que, como a aproximação entre D. Urraca e Afonso I de Aragão punha em perigo o futuro de Afonso Raimundes, as “forças pró-francesas ... conseguiram que o papa nomeasse como seu legado na Península o próprio abade Pôncio de Cluny, que, de facto, veio à Hispânia no Verão de 1113 e excomungou todos os que apoiavam a união dos soberanos de Leão e Castela”²⁴¹².

povoamento e controle islâmico a norte de Santarém

Para poder ter esse apoio a Norte de Santarém, seria necessário haver populações islamizadas e dispostas a ajudar os novos poderes que se tinham afirmado no *Ġarb*; deveriam ser também populações que acreditassem que a sua participação ou apoio em acções militares sobre o norte cristão lhes permitiria afastar os fossados que os cristãos faziam, com todas as consequências sociais e económicas.

Sinais desse povoamento foram detectados em vários estudos prévios. No caso da região em redor de **Tomar**, os trabalhos de Manuel Sílvio Alves Conde colocam várias hipóteses, com suporte documental exaustivo que merece muita atenção bem como, sobre **Santarém**, os trabalhos de Maria Ângela Beirante e, mais recentemente, os de Mário Viana e os recentemente publicados, fruto de uma reunião científica sobre o rico passado medieval de Santarém, aportam novos dados sobre uma região na qual o seu passado de época islâmica começa a ser debatido e não meramente publicado sem discussão.

Na zona da chamada “Estremadura Central”, zona de faixa litoral extensa, entre os rios Lis (a Norte) e Sisandro (a Sul) os trabalhos de Pedro Gomes Barbosa, embora se dediquem à fase pré-islâmica recebem do autor um interesse e uma atenção constante para todos os indícios que possam constituir elementos de ligação com épocas anteriores. Estes seus trabalhos, conjugados com estudos fundamentais de Manuela Santos Silva e de Saúl A. Gomes serão a moldura geral que se utilizará para aprofundar conhecimentos sobre esta região.

Pedro Gomes Barbosa encontra vários indícios de um povoamento continuado na região antes de estes territórios da “Estremadura Central” serem integrados no reino de Portugal. Pela análise cuidadosa e ponderada da toponímia e pelas referências em fontes cronísticas, o autor crê que não

2411. Então ainda uma cidade do *Ġarb al-Andalus*, em mãos almorávidas, entregue a Santiago de Compostela gerida por Diego Gelmírez (ou Xelmírez), tornado também arcebispo, em 1120, por via das antigas prerrogativas emeritenses, com alçada sobre as dioceses de Salamanca e de Coimbra; veja-se, por exemplo, A. H. de Oliveira Marques, “Um tempo entre cristãos e muçulmanos”, *op. cit.*, p. ; José Mattoso, José Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983, p. 50.

2412. J. Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983, p. 47.

pode ter havido um vazio populacional como por vezes se refere, tomando à letra afirmações que constam de algumas fontes, a quem interessava que esse vazio tivesse existido²⁴¹³.

De facto, não se entende o desastre de Vatalandi, a pressão sobre Coimbra em 1116-1117 e mesmo sobre Soure se não houver núcleos de onde partam ataques ou apoiem outros que venham eventualmente de Santarém. Embora esta cidade fosse a capital da Fronteira na região a ocidente do Tejo - na sua margem direita - Santarém teria de contar com outros pontos fortificados, pontos de observação, locais que em termos logísticos forneçam apoio e informem de movimentos da cavalaria inimiga proveniente de Coimbra.

Neste contexto, faria todo o sentido que os muçulmanos que nos iníciso do século XII, sob domínio almorávidas, têm a sua base principal e base de rectaguarda em Sanatrém, dispusessem de pontos fortificados em locais como, por exemplo, Alcoçaba, Leiria, mas também Tomar, Alcanede (fig. 89), Porto de Móis, Torres Novas e Alvorge²⁴¹⁴.

Nesta conjuntura, as cidades de Coimbra e de Santarém são os dois “reis” que, no tabuleiro que é o imenso território entre o Tejo e o Mondego, se encostam cada um a seu lado mas não deixam de dispor dos seus peões, mais pequenos e atentos, adiantados e prontos a avançar.

Almorávidas contra Coimbra - 1116-1117

É, pois, em tempos de D. Teresa que se dá a pressão almorávida sobre o Mondego. Essa pressão não se podia dar e ser feita com algum sucesso sem que os andalusí/s e as forças almorávidas tivessem controle sobre locais fortificados de “etapa” intermédios. Ou seja, as tropas que atacam Coimbra - mas também outras localidades a sul do Mondego - não podiam estar a sair constantemente de Santarém; haveria, certamente, locais fortificados intermédios de onde partiam os ataques sobre a margem sul e, depois, sobre a Norte do rio Mondego.

Sabe-se que são conquistados alguns castelos a sul do Mondego; é o caso de Soure²⁴¹⁵, mas também Miranda do Corvo e o castelo - hoje quase imperceptível - de Santa Eulália, já na margem norte do Mondego, perto de Montemor.

Nas campanhas almorávidas contra Coimbra²⁴¹⁶, nos Verões de 1116 - 1117, são poucos os dados “técnicos” militares disponíveis. O pouco que as fontes árabes dão e as (discretas) informações for-

2413. BARBOSA, Pedro Gomes, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992; BARBOSA, Pedro Gomes, *Documentos, lugares e homens : estudos de história medieval*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

2414. Sobre torres em Alvorge e Ateanha veja-se Mário Barroca, *Nova História Militar de Portugal*, 2003, pp. 43 e 103-104. Veja-se também as primeiras pp. do interessante estudo de Maria Helena da Cruz Coelho, “O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de Trezentos”, in *Estudos de História de Portugal* - vol. 1, *Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 177-240.

2415. Sobre a tomada de Soure e acções militares na região durante o período Almorávida veja-se *Vita Martini Sauriensis*, in Aires Augusto Nascimento (ed.), *Hagiografia de Santa Criz de Coimbra : vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa : 8), Lisboa, Ed. Colibri, 1998, §2, pp.226-227.

2416. “Finally, in 1117 ‘Alí himself led an expedition in the west wich crossed the Tagus and took Coimbra. However, the city was abandoned after a few days...” Hugh Kennedy, *Muslim Spain and Portugal* (h’á trad.

neçadas pelas fontes cristãs não falam de apetrechos ou de técnicas que se sabe serem usadas em época omíada com alguma regularidade; é o caso das “contra-cidades” ou cidades de assédio e dos almajaneques. Face a uma Coimbra que se mantinha bem fortificada - senão mesmo com as suas defesas passivas reforçadas - as tropas almorávidas não atingem o objectivo de tomar a grande cidade do Mondego, embora tenham atravessado o rio para a sua margem norte.

O castelo de Santa Eulália, implantado nessa mesma margem Norte do Mondego, e mais a jusante do rio que o de Montemor (o-Velho) poderia ter uma função muito precisa: a de servir de base de apoio a tropas chegadas por via marítima. Não havendo para jusante do Mondego nenhum grande centro urbano (não existia, como se sabe, a recente Figueira da Foz), não seria de estranhar que Santa Eulália concentrasse e distribuísse forças chegadas por via marítima, além e acolher as que a travessariam ao rio - vindos da margem sul - provenientes precisamente da zona de Soure, e que poderiam seguir pela margem esquerda do rio Arunca, pela zona onde hoje se encontra Carvalhal da AZÓIA, até chegar em frente de Santa Eulália.

O castelo de Santa Eulália, uma estrutura que, a avaliar pela área ocupada, teria essencialmente uma função de controle, vigilância e apoio a tropas provenientes de sul ou vindas por mar²⁴¹⁷, ainda hoje tem no sopé de uma colina de cota mais baixa, vestígios arqueológicos de ocupações pré e proto-históricas e é visitável uma pequena capela dedicada a S. Oláia (corrupção de Eulália)²⁴¹⁸.

Se a pressão almorávida sobre Coimbra fracassou, parece não ter havido impedimento suficiente para conseguir chegar sem problemas a essa cidade, o que pode ser um sinal de que as vias para chegar ao Mondego estavam controladas, tanto pela velha estrada que passa a Leste de Sicó, na zona de Alvorge e Alcalamouque, como a ocidente da dita serra, na zona onde, se encontram Alcobaga e o rio Lis.

Na verdade, nesta fase de grande pressão sobre Coimbra faria ter a sul do Mondego senão um sistema de fortificações - e é duvidoso que os almorávidas tenham tido tempo de estudar e estabelecer um verdadeiro sistema defensivo ou de cerco à grande cidade do Mondego - pelo menos que tivessem ocupado alguns pontos tácticos importantes. Assim, faria sentido que tivessem, eventualmente, ocupado se não as disponíveis muralhas de Conimbriga, que pudessem ter ocupado zonas tácticas importantes como Castelo Viegas, o importante local onde se encontram vestígios da chamada Torre de Bera (Almalaguês, 9 Km a sul de Coimbra - perto de Conimbriga e de Alcabideque - e com um impressionante poder de controle sobre o arco entre o vale do Mondego e a serra da Lousã); quanto a Penela, local tacticamente importante, Mário Barroca detectou vestígios do período de Sisnando e, até por isso, o local deve ter tido ocupação pró-almorávida durante a fase de avanço almorávida sobre Coimbra²⁴¹⁹.

portug.), 1996, p. 174. A tomada da cidade tem de ser matizada.

2417. Onde não se pode entrar, dada a densidade do carrascal existente na zona. Veja-se o debuxo publicado por João de Almeida, *Roteiro do Monumentos Militares portuguesas*, II, p. 154.

2418. Sobre Santa Eulália vejam-se ainda Santos Rocha, *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, vol. 1, Figueira da Foz, 1904, pp. 84-86, 105, 125, 147-149 (sobreposição de várias épocas, com especial atenção para a fig. 4 da p. 148); Pedro A. de Azevedo, “O Castello de Santa Eulalia” In *O Archeologo Português*, Lisboa, Museu Ethnographico Português. - Série 1, vol. 13, n.º 1-6 (Jan.-Jun. 1908), pp. 67-75 (trabalho este ainda hoje fundamental para compreender o sítio), Jorge de Alarcão, *In Territorio...*, IPA, n. 38.

2419. É fundamental ver-se, sobre estes tópicos o premiado estudo de Mário Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 31-39 (= Portugalia, Nova Série, XI-XII, 1990-91, pp. 89-136). Esta obra é importante igualmente para conhecer aspectos construtivos de Sisnando, alvazil de Coimbra que travou conhecimento directo com Almutamide de

Pela sua posição, imediatamente a sul do rio Lis, a existência de uma atalaia ou pequeno reduto fortificado no cabeço onde se encontra o castelo de **Leiria** (fig. 101-105) faria todo o sentido, não só pelo seu valor tático, como igualmente por poder concentrar forças proveniente da zona de Alcobça e receber as que viessem de Santarém, com o objectivo de apoiar avanços de militares para Norte, em direcção aos campos do Mondego.

A pressão sobre o Mondego será seguida por graves divergências entre as duas irmãs; D. Teresa terá de refugiar-se em terras mais a norte, em Lanhoso, em redor de 1120, quando tropas de D. Urraca entrarem em território portugalense; o dever de vassalagem é reconhecido pela irmã mais nova no ano de 1121. Nesta nova fase, as ligações com a Galiza serão mais fortes: Teresa recebe de sua irmã o senhorio de Ourense e a influência da família nobres dos Trava nas terras a sul do Minho faz-se sentir mais fortemente. Esse vigor faz-se sentir primeiro através de Bermudo Peres de Trava²⁴²⁰ e, depois, com o seu irmão Fernão Peres, filhos do tutor de Afonso Raimundes, de seu nome Pedro Froilaz de Trava.

Fernão Peres de Trava terá tido um papel activo na região de Coimbra, que lhe deram vantagens patrimoniais²⁴²¹. Mas, importante para ter em conta a força - ou a sua ausência - dispendida na luta contra as forças almorávidas deve dizer-se que o condado portugalense, com a subida de peso de Fernão Peres de Trava, passou por divisões internas que deve ter impedido um contra-ataque contra as forças islâmicas que controlavam o *Ġarb* a sul de Coimbra.

Em 1126 morre a rainha D. Urraca e o reino de Leão e Castela coroa um novo monarca: Afonso Raimundes torna-se Afonso VII. O soberano, porém tem de primeiro “arrumar a casa” ou seja, resolver assuntos internos antes de pensar em iniciativas contra o território islâmico; ou seja, controlar uma Castela mais próxima do reino de Aragão e, depois, ocupar-se do condado mais isolado que se encontra a ocidente - o condado Portugalense. Se, em 1127, tropas de Afonso VII e de Diego Gelmírez se dirigem a Guimarães para controlar o infante filho de Teresa e de Henrique de Borgonha, no ano seguinte (1128) as tropas deste mesmo infante derrotam, nas proximidades, em S. Mamede, as fiéis à sua mãe. E, assim, em Junho desse ano - o condado portugalense passam a ter, com o fim da influência dos Trava e a deposição de D. Teresa, uma nova liderança. A luta contra os territórios a sul do condado Portugalense controladas pelos almorávidas entrarão numa nova fase.

E como exemplo desse início de uma nova fase pode referir-se a entrada em cena das Ordens Religiosas-Militares: em 1127 ou 1128 entrará a Ordem do Templo e algum tempo depois será a vez de se estabelecer a Ordem do Hospital²⁴²². A primeira receberá e será posta à prova através do castelo

Sevilha mas igualmente com o rei de Granada ‘Abd Allāh, como este refere nas suas memórias, realçando as suas capacidades - cf. *Tibyān*, fl. 30b, § 36, p. 158.

2420. Depois de ter separado de D. Teresa, acabará por esta favorecer o seu casamento com a filha (e irmã de Afonso Henriques) Urraca Henriques, em 1121 - cf. A. H. de Oliveira Marques, “Um tempo entre cristãos e muçulmanos”, *op. cit.*, p. 21.

2421. Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, ; Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla under Queen Urraca, 1109-1126*, (disponível em THE LIBRARY OF IBERIAN RESOURCES ONLINE, <http://libro.uca.edu/urraca/urraca.htm>)

2422. A. H. de Oliveira Marques, “Um tempo entre cristãos e muçulmanos”, *op. cit.*, p. 23.

de Soure, a sul do Mondego, na *frente* de guerra; a segunda recebe responsabilidades, mas então ainda só na *rectaguarda* - o Mosteiro de Leça do Balio, a Norte do Douro²⁴²³.

Em síntese, pode dizer-se que a conjuntura por que passou o *Condado Portucalense* e as dificuldades internas do reino de *Leão e Castela* permitiram que o domínio almorávida pudesse facilmente atingir o vale do Mondego, galgando até à margem norte. Porém, também aqui, também no *Ġarb* ficariam patentes as dificuldades da “guerra de assédio” empreendidas pelos almorávidas. As “defesas passivas” de Coimbra - parte herdada de época de Almançor, mas certamente com obras levadas a cabo sob a gestão de Sisnando, dos seus seguidores e eventualmente sob a governação de D. Teresa - conseguirão garantir a posse desta cidade nas mãos dos portucalenses.

A afirmação de Afonso Henriques, depois da fase em que o condado portucalense passou pelas mãos de sua mãe e de membros da família Trava, fará com que entre em cena uma nova geração de gentes do Norte, de guerreiros - apoiados já em ordens religiosas-militares - que não desperdiçarão momentos de crise do poder almorávida ou de hesitações na condução da defesa por parte dos poderes estabelecidos no *Ġarb al-Andalus*.

(b) Almorávidas e Afonso Henriques (1128-1147)

2423. Sobre a implantação no ocidente ibérica das Ordens Religiosas-militares a literatura é vasta. Para além historiadores como Alexandre Herculano e Gonzaga de Azevedo, vejam-se as varias e fundamentais actas dos encontros organizados em Palmela (vejam-se desde *As Ordens Militares em Portugal, Actas do I Encontro Sobre Ordens Militares*, Ed.: Câmara M. de Palmela, 1991 até *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental, Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005; vários volumes de *Militarium Ordinum Analecta*, dir. por L. Adão da Fonseca), de obras de síntese e de teses, podem ver-se dados fundamentais sobre esta temática - inseridos na diacronia que ora se analisa - em obras de José Mattoso, como o incontornável *Identificação de um País*, vol. II, pp. 163-165; veja-se também Maraia Alegria Marques, “As etapas do crescimento do reino”, *Nova História de Portugal*, vol. III, pp. 37-49; para além dos inúmeros trabalhos de Ayala Martínez, veja-se a interessante perspectiva de Ricardo Izquierdo Benito, “El espacio de las Órdenes Militares; planteamientos para un análisis arqueológico”, *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 1, Univ. de Castilla La Mancha, 2000, pp. 33-56; não pode deixar de se ver a Introdução de Luís Filipe Oliveira, na sua dissertação *A COROA, OS MESTRES E OS COMENDADORES: - As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*.(Dissertação para obtenção do grau de doutor no ramo de História, especialidade de História Medieval), Univ. do Algarve, Faro, 2006 (inérita; cópia em pdf, cedida pelo autor). Como síntese, veja-se Alain Dumerger, *Chevaliers du Christ. Les ordres religieux-militaires au Moyen-Âge (XIe-XVIe siècle)*, paris, Seuil, 2002, sobretudo pp. 17-28 e 48-66 (onde se dão detalhes sobre a especificidade peninsular).

A aposta no avanço para sul é clara quando Afonso Henriques confirma - em 1129 ou 1130²⁴²⁴ - a doação de Soure aos Templários - esta parece ser a plataforma necessária, a sul do Mondego (na zona de Montemor e Santa Eulália), para progredir em direcção a territórios controlados pelos Almorávidas e andalusí/s do Ġarb.

Com Soure assegurada e aproveitando uma conjuntura de menos pressão almorávida, as forças de Afonso Henriques progredem para sul, tendo o cuidado de progredir por ambas as faldas da serra do Sicó; por um lado, fazendo de **Leiria uma fortificação fulcral no avanço pelos territórios junto ao litoral (em 1135)** e, por outro, pelo interior, pela vertente oriental da dita serra, avançando para sul de Coimbra, controlando a zona de Condeixa e progredindo no sentido meridional, através de fossados, devastando o território então conhecido como Ledeia - em cuja acção se distingue o alferes de Fernão Cativo (1134 ou 1135), acções às quais se junta o próprio Afonso Henriques (1137-1138)²⁴²⁵.

Nas terras entre Penela (fortificada pelo menos no século XII) e Tomar serão ocupados locais com valor táctico importante, como o castelo de Germanelo, nos inícios da década de 40, fortificação essa que terá contribuído para quebrar o ímpeto do avanço das forças almorávidas durante a conjuntura do ataque almorávida a Soure, ataque preparado a partir de Santarém²⁴²⁶.

Sabe-se que alguns ataques levados a cabo em época islâmica em conduzidos também por via marítima, chegando os ataques à zona do foz do Mondego, como o que atinge Lavos, a sul da actual Figueira da Foz, em data não especificada²⁴²⁷.

Como se sabe, a sucessão de ataques levados a cabo por tropas ao serviços dos almorávidas até junto das margens do Mondego levaram D. Terese e Afonso Henriques a entregar as terras de Soure aos Templários. A doação foi feita em 1128 por D. Teresa e conformada em Março do ano seguinte pelo seu filho. A pressão portugalense /portuguesa sobre o Ġarb al-Andalus deve ter aumentado a partir de 1131, quando Afonso Henriques resolve fixar-se em Coimbra - uma cidade em crescimento e que no tempo de Afonso Henriques já atingia 8 paróquias urbanas²⁴²⁸ - e se faz rodear de uma elite de seguidores e colaboradores fiéis, como Fernão Peres Cativo²⁴²⁹ e com um apoio muito forte junto dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz.

2424. Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um reino”, in Portugal em definição de fronteiras - do Condado Portucalense à Crise do século XIV, (coord. de M^l Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), vol. III da Nova História de Portugal (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 26.

2425. Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um reino”, *op. cit.*, p. 26. Sobre eremitas em Portugal nos seus primórdios veja-se MATTOSO, J., “Eremitas portugueses no século XII”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa:, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, pp. 103-145. Sobre *Ledeia* ver Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera*, Coimbra, 1939.

2426. Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um reino”, *op. cit.*, p. 26.

2427. *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*, Avelino Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques (eds), Coimbra, 1989, p. 130, *apud* Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um reino”, *op. cit.*, p. 26. Sobre estes ataques da marinha almorávida ao litoral veja-se Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos. II. As póvoas marítimas*, 1979, pp. 37-52 e, sobretudo, Ch. Picard, *L’Océan Atlantique Musulman*, pp. 341-360,

2428. Cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 105. *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, vol. 1, pp. 51-53.

2429. Cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, pp. 75-79.

Batalha de Ourique

Em 1139, datada de 25 de Julho (dia de Santiago Apóstolo), é colocada uma das batalhas mais importantes do alicerce do mito fundador do reino de Portugal - a Batalha de Ourique. Batalha tornada mito, pode não ter passado de um fossado cuja localização ainda hoje coloca dúvidas; nas fontes escritas de época islâmica esta mítica vitória tornada “milagre” não tem sido encontrada. Alguns autores localizam a batalha a sul do Sado (junto da actual vila de Ourique), outros no Ribatejo (junto da actual Vila Chã de Ourique), perto de Leiria (latitude por onde andavam disputas territoriais nessa conjuntura), mas também em territórios mais afastados, como Oreja, zona então alvo de acção militar por parte de Afonso VII²⁴³⁰.

Não deixa de ser interessante verificar que a lenda e “milagre” de Ourique, que se sabe ter sido forjada alguns séculos depois, em que o futuro rei de Portugal tem contacto com o “divino” coincide cronologicamente com outras formas de aproximação à realidade divina: é o período de Ibn Tūmart e, no *Ġarb al-Andalus*, é a fase final de fermentação e apresentação da prática *ṣūfī* de Ibn Qāsī, herdeira em grande medida de Ibn Massara, mas também outros *místicos* e de [Abū Ḥāmid ibn Muḥammad] al-Ġazālī (أبو حامد محمد بن محمد الغزالي) que procuravam a união com o Deus único, o que poderia ser sentido como havendo necessidade, do lado cristão, de haver sinais de tipo epifânico que superassem a credibilidade da via mística de matriz islâmica²⁴³¹.

Ná década de trinta são claros os sinais de que os reinos cristãos do Norte já tinham ultrapassado a fase de recuo e passado para uma fase de ofensiva militar em relação ao al-Andalus. Mas as alterações também se faziam sentir em relação a outros territórios do *Dār al-Islām*. Em 1095, dez anos depois da tomada de Toledo por Afonso VI, é proclamada a Primeira Cruzada pelo papa Urbano II. Os sucessos, no Oriente ocorridos entre 1095 e 1099 nos territórios da Palestina, nesta fase de actividade da Primeira Cruzada são fonte de ânimo para o mundo obediente ao Papa de Roma. Os cruzados passam por insucessos militares em 1101, na Anatólia, e por uma derrota pesada em Harran (em 1104), mas todos estes sucessos não são comparáveis com o peso que terá a perda de Edessa, em finais de 1143; ou seja, o movimento de avanço cristão está motivado.

No contexto peninsular surgem acções militares ousadas: sabe-se que um dos Laras, Rodrigo González de Lara, conhecedor da Fonteira a sul de Toledo e, depois, governador desta cidade, empreende uma correria atingindo Sevilha de perto, em 1132, matando o então governador almorávida da

2430. Sobre esta localização vejam-se L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, IV, Lisboa, 1942, pp. 211-218; Augusto Botelho da Costa Veiga, “Ourique – Val de Vez”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, tomo II, 1943, pp. 495-499; António Brásio, “Ainda e sempre o problema de Ourique” in *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Lisboa, 1977, pp. 35-49; a hipótese de localizar o “milagre” de Ourique em Oreja é já colocado por Francisco Recreio, *A Batalha de Ourique e a História de Portugal de A. Herculano. Contraposição crítico-histórica*, Lisboa, 1854-56 (obra dividida em seis partes e algo desorganizada).

2431. Sobre a construção do “milagre” de Ourique vejam-se: Alexandre Herculano, o autor da “desconstrução histórica do milagre de Ourique” (na expressão do eborense Luís Carmelo, “O milagre de Ourique ou um mito nacional de sobrevivência” in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carmelo-luis-Ourique.pdf> (18 p.), p. 2.) , mas também Lindley Cintra (Luís F. Lindley Cintra, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, in *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1957, 52 p.) e José Mattoso (Um síntese sobre este aspecto em José Mattoso, “As Três faces de Afonso Henriques” in *Penélope*, n.º 8. Lisboa, 1992, pp. 25-42. Algumas das linhas mais recentes sobre esta batalha podem encontrar-se em José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Círculo de Leitores, 2006, pp. 112-118, *passim*), Ana Isabel Buescu (Ana Isabel BUESCU, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987.) e ainda Luís Carmelo.

cidade de Sevilha²⁴³². Em 1133 é o próprio Afonso VII que entra em território almorávida, numa campanha que dura cerca de 4 meses²⁴³³, mostrando-se um digno sucessor de Afonso VI.

As revoltas no al-Andalus começavam a sentir-se e era claro que já tinha passado a fase ascendente dos almorávidas, mostrando-se estes incapazes de fazer face a pressões cristãs cada vez mais audazes. Por outro lado, a força crescente que o movimento almóada já tinha no Norte de África, não impediu que Tašufīn ibn ‘Alī ibn Yūsuf passasse o Estreito para Norte, em 1138, para fazer face à instabilidade que já se senti em alguns pontos do al-Andalus²⁴³⁴.

Tal como os poderes islâmicos sabiam que Afonso Henriques deixava Coimbra e ia para a Galiza, também estas deslocações eram, certamente, conhecidas pelos cristãos, e pesavam nas decisões políticas e militares que se tomavam em seguida. É neste contexto, de um poder almorávida que está a dar sinais de se desmoronar e sem perder a memória das vitórias obtidas durante a Primeira Cruzada que, na década de trinta, os poderes cristãos dão cada vez mais mostras de audácia militar.

Apesar do espesso mito que ainda dodeia a famosa Batalha de Ourique, os trabalhos recentes de José Mattoso lançam novas hipóteses, pela reinterpretação das fontes conhecidas - sobretudo a *Chronica Gothorum* ou *Annales D. Alfonsi* e dados provenientes da *Vita Theotonii*. É aqui que surge uma importante chave para esclarecer os acontecimentos de 1139, separando os acontecimento de um mito que se criou em redor de uma parte dos acontecimentos. É José Mattoso que relaciona as informações dadas na *Vita Theotonii* a propósito da Batalha em Ourique com uma expedição levada a cabo por Afonso Henriques contra os arredores de Sevilha²⁴³⁵; expedição na qual o Afonso Henriques traz consigo para Coimbra centenas de homens, mulheres e crianças, muitos dos quais eram cristãos, eram *ḍīmmīs* no al-Andalus e são identificados como “moçárabes”, pelo que, aquele que virá a ser um santo coimbrão, “obrigou o rei a libertá-los, por serem cristãos”²⁴³⁶.

Mas, em termos militares, esta campanha e o que pode ter sido o seu epílogo - nos *campos de Ourique* - ganham novo realce com esta interpretação de J. Mattoso.

Afonso Henriques terá resolvido fazer uma campanha sobre a região de Sevilha: já o seu avô - Afonso VI - fizera uma e ganhara uma fama inesquecível. O feito de Rodrigo González de Lara sobre os campos em redor de Sevilha deram-lhe, igualmente, prestígio acrescido; no ano seguinte, Afonso VII faz uma entrada militar pelos campos do Guadalquivir. D. Afonso Henriques, parece ter seguido o mesmo padrão enobrecedor - apresentando-se com os seus homens em frente da gran-

2432. Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VII, 1126-1157*, University of Pennsylvania Press, 1998, cap. 2, p. 40.

2433. *Chronica Adefonsi Imperatoris*, (*Cronica Del Emperador Alfonso VII*, ed. de Maurilio Pérez González, León, Universidad de Leon, 1997, p. 184.

2434. Como é o caso da revolta liderada por “Sayf al-Dawla”, Zafadola ou Safadola, (não o responsável por importantes obras na alcáçova de Aleppo - no séc. X, sob domínio nominal abbássida - , dirigente celebrado pelo poeta al-Mutanabbī - cf. Andras Hamori, *The Composition of Mutanabbi's Panegyrics to Sayf Al-Dawla*, Brill, 1997), mas sim o descendente dos Banū Hudd, e aliado nesta conjuntura de monarcas cristãos.

2435. *Vita Theotonii* (ed. de Aires A. Nascimento), § 17, pp. 176-177, cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques...*, p. 117.

2436. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, p. 117. O texto medieval é bastante elucidativo e humano no que respeita ao cuidado que houve com esta gente trazida à força, e pela intansigência de Teotónio face a um rei que actuava com os modos da guerra (§17, p. 177).

de cidade do Guadalquivir. José Mattoso - na sequência dos trabalhos de Augusto B. Costa Veiga - aposta na localização histórica da batalha de Ourique no que é hoje o Baixo Alentejo²⁴³⁷.

O que fica claro é que a Fronteira do *Ġarb al-Andalus* - apesar da capacidade militar que está alojada em Santarém - é extremamente porosa, e que grandes contingentes podem entrar em território nominalmente *andalusi* e regressar a território cristão sem grandes dificuldades. A coincidência cronológica com a campanha de Afonso VII contra Oreja não apresenta dificuldades; já J. Mattoso mostrou que faz todo o sentido atacar a bacia do Guadalquivir quando o poder almorávida tem de fazer face a problemas militares agudos em outras paragens²⁴³⁸.

Considerando o ataque a Oreja mais grave que a algara de Afonso Henriques, é de crer que o governador de Córdoba deixasse a uma segunda linha de gente armada a tarefa de sacudir e afastar o perigo do príncipe português. Não seria de estranhar que os vários “reis” que Afonso Henriques defronta em Ourique fossem não verdadeiramente reis mas “governadores” de cidades ou de territórios militarizados. Essa tradição de chamar “reis” a senhores governadores de cidades poderia advir do período dos “reis” de Taifas, dos *Mulūk al-Ṭawā'if*, período durante o qual se pode ter generalizado a utilização do título de “rei” aos senhores que implantaram dinastias em várias cidades - como Badajoz, Mértola, Šanta Mariyya al-Ġarb, Silves, mas também Lisboa (com os filhos de Sabūr) e até eventualmente - nas perspetivas cristãs - Évora, onde durante muito tempo fixaram residência familiares dos Banū al-Aḫṭas.

Mas, ainda uma outra hipótese se pode colocar: a que se tenha identificado foneticamente “reis” com “*ra'is*”, “senhor”, alguém que está “à cabeça”²⁴³⁹ de um castelo ou circunscrição territorial. Os “*ra'is*” de um determinado lugar podem ser intencionalmente tomados pela sua paronímia, fonética, claramente enaltecida do feito militar de Afonso Henriques. Sempre foi um mistério a figura do “rei Esmar” que se defrontou com Afonso Henriques em Ourique. Recentemente, Mário Barroca propôs que se identificasse esta figura - que já tem passado por mítica - com a uma personagem concreta do período almorávida: seria uma forma abreviada de identificação com o governador almorávida de Córdoba, nessa conjuntura, que se chamava al-Zubayr ibn ‘Umar²⁴⁴⁰.

Um Zubayr ibn ‘Umar al-Mulattīn, foi governador de Córdoba (que não entre 1131 e 1138, momento em que Córdoba é governada por Tašufīn ibn ‘Alī) durante o período almorávida²⁴⁴¹; e deixou o seu nome ligado a construções palatinas em Córdoba²⁴⁴². Esta hipótese não colide, curiosa-

2437. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 117.

2438. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 118.

2439. A palavra “*ra'is*” ou “*al-ra'is*” significação precisamente “cabeça”; está na origem de palavras semelhantes entre si, como “*arraís*” - aquele que vai à cabeça de um barco ou de uma tripulação e “*rês*”, nome ainda hoje usado para designar “cabeça” de gado.

2440. Mário Barroca, *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, 2003, p. 43, onde se refere Abu Muhammad al-Zubayr [sic] b. ‘Umar, *apud* José Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 118

2441. - cf. Virgilio Martínez Enamorado, “Los Almorávides, creadores de un arte común”, in *Mauritania y España, una historia común...*, p. 119

2442. - cf. D. Fairchild Ruggles, *Gardens, Landscape and Vision in the Palaces of Islamic Spain*, Pennsylvania State University Press, 2002, p. 128.

Sobre al-Zubayr ibn ‘Umar al-Lamtunī ver Juan Antonio Chavarría Vargas, “Antropónimos árabes en la toponimia de

mente, com a possibilidade de os “reis” que Afonso Henriques teve de defrontar fossem governadores e/ ou comandantes militares de algumas cidades que, depois de alertadas (o que pode ser um indício de que o sistema de informação militar funcionava relativamente bem perto da bacia do Guadalquivir), fizeram sair os seus contingentes.

Seja como for, em termos militares, e na perspectiva de um *Ġarb* sob administração almorávida, algumas reflexões se podem fazer. As tropas provenientes do condado portugalense penetram com facilidade em território islâmico, em zona identificada com precisão, em zona favorável e a alguma distância de Santarém²⁴⁴³, dado que as tropas ou contingentes pró-almorávidas não os devem ter incomodado. As tropas cristãs souberam evitar e contornar cidades que as incomodassem o que, aliado ao facto de as tropas almorávias estarem concentradas com um problema militar específico, punha a nú as fraquezas do *Ġarb* e do al-Andalus em geral para fazer face a iniciativas audazes de senhores do norte.

O regresso da região de Sevilha pode ter passado por um atravessamento eventualmente a sul de Serpa (para evitar Beja?) e seguida em direcção aos campos de Ourique, com tantos prisioneiros? Porquê para esta zona? Para evitar Beja? Pretenderiam seguir mais para Sul e surpreender Silves? O objectivo seria a tentativa de apropriação das relíquias de S. Vicente, num momento em que a coluna vertebral do exército almorávida estava noutras paragens e quando com Afonso Henriques vinham tantos “moçárabes”, cujo sofrimento a *Vida de S. Teotónio* talvez dramatize demais²⁴⁴⁴, enaltecendo as virtudes do Santo?

Por outro lado, a expedição afonsina de entrada em terras do Guadalquivir e a vitória sobre um mosaico de tropas islâmicas que o atacaram - possivelmente de forma desorganizada e impreparada - mostraram a Afonso Henriques e aos seus seguidores que os territórios a sul do Tejo (da linha do Tejo que ainda não dominavam) não era inacessíveis. E, um outro aspecto deveria ser relevante nestas expedições: deveriam servir para avaliar as estradas, o tipo de edificações militares, de cultivos e riquezas que se poderiam encontrar no sul islâmico. Mesmo sem serem tomadas, algumas localidades seriam avaliadas pelos olhos sagazes dos que conseguiam identificar pontos fortes e pontos fracos das várias *mudun* e *qurà* por onde passavam.

Resposta almorávida em 1140 - o contra-ataque

A audácia afonsina que tentou, possivelmente, emular a iniciativa inédita do seu avô contra o vale do Guadalquivir terá uma resposta dada pelos almorávidas no ano de 1140. A resposta almorávida parece ter sido uma resposta complexa: por terra e por mar; exército e marinha, dir-se-ia hoje.

Por mar, há poucos detalhes, mas uma informação deveras importante: trata-se do dircuso feito pelo bispo de Porto aos cruzados que chegam a esta cidade, em 1147, cruzados aos quais é mostrada

Catilla - La Mancha: Ciudad Real”, in *Tulaytula*, vol. 7, Toledo, 2001, (pp. 51-74), p. 68.

2443. Segundo José Mattoso, “as suas tropas atravessaram o Tejo fora das linhas almorávidas, talvez a leste de Santarém, e durante mais de um mês” - J.. Mattoso, *D. Af. Henriques*,, p. 118.

2444. *Vita Theotonii* (ed. de Aires A. Nascimento), § 17, pp. 176-177, cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*..., p. 125, onde se refere um outro relato da entrada de Afonso Henriques em Coimbra, regressado de uma expedição, de uma “entrada” em território *sarraceno*.

a necessidade de colaborarem na tomada de Lisboa. Nesse momento é referida a acção dos “sarracenos” que teriam causado destruição na própria cidade do Porto e entre outras acções - e à semelhança do que fizera Almançor em Santiago - teriam levado os sinos de algumas igrejas.

Partindo de Lisboa ou de outras cidades do litoral do al-Andalus - partindo de cidades que se não conhecem com pormenor, entre as quais deveria estar Lisboa, possivelmente al-Qaṣr ou até Sevilha²⁴⁴⁵ - , essas embarcações poderiam ter actuado em simultâneo com a acção terrestre da qual os dados são mais concretos.

Concentrados em Santarém - com homens provenientes pelo menos de Badajoz e de Évora - os contingentes fiéis à diastia almorávida devem ter seguido para Norte tanto pela fixa litoral como pelo corredor de Tomar - Alvorge, Alcamouque²⁴⁴⁶ - Germanelo²⁴⁴⁷. No caso da subida pela faixa litoral sabe-se que tomaram Leiria, onde teriam causado elevada mortandade, acabando por aprisionar o alcaide do castelo - Paio Guterres²⁴⁴⁸. Avançando para Norte de Leiria, as tropas almorávidas atingem Soure e o vale do Mondego.

No entanto, sabe-se também que houve ataques na década de 40 levados a cabo por tropas almorávidas para norte de Tomar, possivelmente ao longo do Nabão, (ao longo da serra de Alvaiázere) em direcção à zona de Alvorge , terras de Façalamim e Ledeia, Penela e Miranda do Corvo (e a já referida torre de Bera²⁴⁴⁹). Este sector, porém, recebeu do monarca português atenção especial, nesta difícil conjuntura, com o objectivo de fixar populações. Afonso Henriques mandou construir castelos em Germanelo²⁴⁵⁰, na zona de Ansião e em Alvorge²⁴⁵¹. E Germanelo recebeu foral, entre 1142

2445. Sobre o Ġarb na conjuntura de 1140, veja-se Cf. Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 89.

2446. A ribeira de Alcamouque (nome que surge em doações a Santa Cruz de Coimbra, datadas do século XII), rio Seco (porque quase assim fica no Verão, no que se assemelha a linhas de água do sul. aos *wād/s* das zoans mais meridionais do Ġarb al-Andalus e mesmo do Norte de África) ou dos Mouros corre entre Alcamouque e Fonte Coberta, segue sensivelmente paralelo à antiga via romana indo, depois, até Condeixa, contornando e defendendo naturalmente a antiga Conímbriga; juntando-se a norte ao rio Anços, acaba por lançar as suas águas no Mondego.

Sobre esta região veja-se José Eduardo Reis Coutinho, *ANSIÃO - Perspectiva Global Arqueológica, Histórica e Arte da Vila e do Concelho*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1986.

2447. Sobre Germanelo veja-se Salvador Dias Arnaut, “O Castelo de Germanelo” in *Anais - Academia Portuguesa de História*, 21 série, vol. 28, Lisboa, 1982, pp. 233-256.

2448. À semelhança do que acontecia frequentemente com dirigentes militares e, em geral, elites dos exércitos inimigos, eram aprisionados para se conseguir - para além da desmoralização das tropas adversárias - obter com essas capturas grandes somas pelo seu resgate. Era prática levada a cabo por ambas as partes e, no caso de Paio Guterres, há uma tradição de Santa Cruz De Coimbra que refere o seu posterior ingresso como professo no mosteiro - cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 139.

2449. Bera - origem árabe?? Dozy recolhe *bār* (بـار) como podendo ter o mesmo significado de *būr*, ou seja, "terre élevée entre deux sillons", dando-lhe P. de Alcalá o significado de "tierra non labrada" (Dozy, *Suppl.*, vol. I, p. 126); Tudo aponta para uma zona não cultivada mas de cota elevada; no caso presente de Bera, é claramente adequada à vigilância.

2450. Cf. Arnaut, op. cit.; Mário Barroca, *Nova História Militar*, p. 43.

2451. Notícia relativa ao ano da Era 1180 - *Chronica Gothorum* (ed. P.M.H., *Scriptores*, pp. 7-17) / *Annales D.*

e 1144²⁴⁵². E segundo a *Chronica Gthorum*, os ataques almoravidas - vindos da linha do Tejo, sobre a região eram constantes, na Era de 1180 (1142 d. C.)²⁴⁵³.

Este território de Ledea - Façalamim (possivelmente de *Fahş al-amir*) tem, pelos menos, ainda hoje dois locais chamados de Alqueidão (o que pode denotar estruturas de povoamento) e foi um corredor fundamental; fundamental para pressionar Coimbra e, depois, fundamental para que os portugueses pudessem chegar à linha do Tejo; porém, a ocidente da serra do Sicó a chave seria Leiria, sobre o estratégico rio Lis.

Essas incursões e depredações constantes não seriam certamente levadas a cabo sempre a partir de Santarém e, muito menos, com exércitos de Badajoz e de Évora estacionados contantemente na região. É muito provável que a sul destas terras do Sicó, já banhas pelo curso superior do Nabão, houvesse uma ou várias bases / fortificações de onde partissem ataques de tropas ao serviço dos poderes islâmicos. A terem existido esses locais, há duas hipóteses a ter em linha de conta: as localidades conhecidas mais tarde como Torres Novas e, sobretudo, Tomar (não seria impossível que viessem igualmente contingentes da zona da Sertã - nessa zona a Leste destes territórios há referências a um castelo e materiais de época islâmica).

Estas terras muito ricas da “banheira” banhada pela ribeira de Alcalamouque, protegida pelos pontos altos de Alvorge, Ateanha²⁴⁵⁴ e Germanelo, onde se localizavam terras de algum senhor poderoso em época islâmica - Façalamim - *Fahş al-Amīr*?) - foram fortemente disputadas mas devem ter sido sobretudo algaras que devem ter sido levados a cabo. A proximidade de Coimbra e o facto de Afonso Henriques já dispor de bases a sul do Mondego devem ter favorecido o domínio na região; as forças islâmicas eventualmente estacionadas a sul (em redor de Tomar? Sertã?) não devem ter

Alfonsi (ed. Blöcker-Walter, p. 155);

Data de 1141 a doação, por parte de D. Afonso Henriques, da herdade do Alvorge ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; a primeira referência a Façalamim (em redor da actual Santiago da Guarda) consta dessa doação.

2452. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 140. O foral de Germanelo consta do *Livro Preto*, fl. 222, doc. 577. Ateanha, hoje pequena localidade da freguesia de Alvorge, encontra-se a uma cota superior a Alvorge *elle-même*; “Alvorge (291 m), onde havia uma Torre de defesa e Monte Alvão (349 m). A Nascente, também de Norte para Sul, as elevações que melhor se destacam na paisagem são a do Castelo do Rabaçal (no Monte do Germanelo, a 367 m), Monte **Jerumelo** [Germanelo] (409 m), Monte de Vez (512 m), **Ateanha (422 m)**, onde existia outra Torre defensiva e Cabeço de Trás de Figueiró (381 m). Em termos morfológicos era *uma espécie de banheira*, como escreve Salvador Dias Arnaut “alongada na direcção norte-sul, com cerca de onze quilómetros de comprimento por oito na maior largura” -(in *Região do Rabaçal, A Terra e o Homem*, edição da Câmara Municipal de Penela, Coimbra, 1961, p. 7. O fundo dessa “banheira” era maioritariamente constituído pelo campo do Rabaçal, irrigado, a meio, pelo Rio de Mouros que, desde o Alvorge, corre na direcção Sul-Norte, próximo da antiga via romana, de que a “estrada coimbrã” era, na Idade Média, uma fiel continuadora.”

2453. *Chronica Gothorum*, ed. Alfredo Pimenta, p. 36, linha 14 e seguintes.

2454. A cota de Ateanha é a mais elevada da zona, superior à de Alvorge e de Jerumelo ou Germanelo. No sopé de Ateanha encontra-se a localidade de Aljazedo a cerca de 2 Km a ocidente desta localidade e monte encontra-se o topónimo “Chão de Ourique” (*C.M.P.*, folha 263), uma das hipóteses aventadas para uma batalha debatida; os arabismos nesta região são muitos ainda e denotam, certamente uma ocupação intensa em época islâmica e que pode ter passado, certamente, pela existência de comunidades de cristãos; é o que pode ter acontecido com o topónimo **Almoſter** - localizado, em zona de serra, a poucos Km a Ocidente de **Alvaiázere** (*C.M.P.*, folha 287), e que se não pode confundir com idêntico topónimo localizado a sul de Santarém - e que pode necessitar de atenção mais aprofundada.

recebido apoios suficientes e não deve ter havido condições o povoamento islâmico que existiu na região.

Mas as razões do fracasso *andalusi* na região devem prender-se sobretudo com os acontecimentos que afectaram o poder almorávida no Norte de África e no al-Andalus. Ao avançar a década de 40 o poder almorávida vai caindo e não deve ter sido prestada suficiente atenção e pressão militar em zonas limítrofes do Império almorávida. É a própria *Chronica Gothorum* que o reconhece, referindo-se a eles quando trata dos ataques ainda na Era de 1180 (1142)²⁴⁵⁵.

A crise dos Almorávidas foi, de facto, um alívio para as forças cristãs e para a afirmação de Afonso Henriques como monarca de um reino novo. Aliás, a própria *Chronica Gothorum* dá a entender que os muçulmanos de Santarém e de Lisboa lhe passaram a pagar tributo - contrafeitos mas como necessário para manter a sua autonomia²⁴⁵⁶.

Esta informação merece crédito. E merece ser conjugada com o dado da *Quomodo / De Expugnatione Scalabis* onde se refere que Afonso Henrique manda um enviado - Mohab - informar que as tréguas tinham terminado. Conjugando ambas as informações percebe-se que poderiam ser tréguas a troco do pagamento de párias. Mas, mesmo com uma paz negociada, a troco de dinheiro - da boa moeda almorávida -, as referidas cidades não descuraram a defesa e fortificaram as suas cidades. Devem ter percebido que a trégua era, unicamente, uma forma de adiar um ataque iminente.

Combates e forais

As acções dos cristãos portugalenses são, pelo que se conhece da documentação, mais consequentes. Para além de acções militares, usa-se uma arma fundamental para consolidar os ganhos territoriais: a concessão de cartas de foral.

Os forais são armas, e de longo alcance. Com eles, é possível contribuir para a fixação de populações, aproveitamento de recursos, transferência de populações de onde a densidade é já maior para terras disponíveis para serem aproveitadas por gentes irrequietas, com espírito de iniciativa, sede por terras e bens e capacidade de risco; favorecendo o que virá a ser conhecido como “cavalaria-vilã”, alguns forais fornecem gente disponível para empunhar as armas e com cavalo preparado para a guerra, em territórios *da frente*.

Assim, estas medidas de fossado são acompanhadas por avanços territoriais e pela fortificação de determinados pontos, junto ao quais - com a outorga de “cartas de foral” - se estabelecem vilãos capazes e preparados para manejar armas e guerrear a cavalo.

2455. *Chronica Gothorum*, ed. Alfredo Pimenta, pp. 36(linha 28)-37 (linha 21). Uma tradução de divulgação (“Portal da História”) diz: *Pelo mesmo tempo levantaram-se os Ismaelitas contra os Moabitas, isto é, os Andaluzes contra os Árabes* [“Per idem temporis insurrexerunt Hismaelite aduersum Moabitas, id est, Andeluces aduersos Arabes...”], e expulsaram-nos das suas cidades e castelos. Chegara já efectivamente o tempo em que o Senhor haveria compaixão do povo cristão e afastaria deles a sua ira que sobre eles lançara no tempo do rei Rodrigo, por causa dos seus pecados e mandara contra eles os Sarracenos, para que destruíssem os Cristãos e ocupassem a sua terra. Agora, porém, o Senhor amerceou-se e tornou-se propício ao seu povo cristão, afastou dele a sua ira e lançou a sua espada entre os Ismaelitas e Moabitas, isto é, Andaluzes e Árabes, para aniquilar o seu reino e destruir o seu poder e força, que contra os Cristãos prevaleciam.(...)

2456. *Chronica Gothorum*, ed. Alfredo Pimenta, pp. 37 (linha 27)-38 (linha 2).

A outorga destes *estatutos locais* que são dos forais e o seu cumprimento pelos poderes instituídos criará uma situação de confiança nos mesmos. O positivismo das cláusulas e a casuística que permite que o foral de uma localidade tenha diferenças, especificidades diferentes de uma outra, é muito diferente do tipo de direito que vigora em zonas onde a legislação segue o direito de inspiração divina, igual para todos e sujeito à interpretação que lhes é dada pelos *'ulamā'* e *'fuqahā'* de cunho malikita.

Cada um destes forais - e já há forais outorgados no século XI ²⁴⁵⁷ - funcionará como uma bloco de betão que dificilmente se conseguirá arredar do local onde for colocado, desde que tenha uma moldura humana disponível. Não se implanta uma utopia que se pretende universal e baseada na palavra de Deus transmitida ao último dos Profetas, mas sim uma normativa ideal para *aquele* local, aquela vila ou cidade.

Ao estudar o processo da “reconquista” não só mas com especial inciência na Catalunha, Flocel Sabaté afirma que “El gran atractivo de las campañas militares no es el botín conseguido sino la ocupación del territorio, por los mecanismos que genera, al dar lugar a una estructuración concreta del espacio que permitirá establecer unas vías permanentes de obtención de renta y de asentamiento de jurisdicción a través de los derechos inherentes al establecimiento de los distintos castillos termenados y cuadras. La estructuración del territorio ocupado, aunque invoque la necesidad de defenderse ante los peligros de frontera, responde al modelo feudal”²⁴⁵⁸.

E afirma o mesmo autor, mais adiante, que “*El asentamiento de importantes villas sobre el territorio arrebatado a la frontera impone la segmentación entre pecheros y caballeros, con el rápido ascenso de éstos en la adquisición de renta, propiedad y representatividad colectiva, lo que en realidad contribuye a una específica vía de feudalización, a partir del dominio ejercido sobre el territorio por el concejo, que se afianzará a modo de señorío colectivo*”²⁴⁵⁹.

Esta dinâmica feudal gera desigualdades, como ficou salientado; há uma clara divisão entre cavaleiros e não cavaleiros - peões, como se poderá chamar em terras mais ocidentias. Mas apesar das diferenças sociais, este sistema gera povoamento e, apesar das diferenças sociais, supõe a existência de ganhos para todos os grupos sociais que participem no processo de ocupação de novas terras. Do lado andalusí procuraram-se várias soluções de legitimidade para a sociedade de matriz árabe-islâmica. Os reinos de Taifas não conseguiram afirmar-se como continuadores do vigor do período califal; o recurso aos almorávidas supôs a tentativa de emulação de Almançor mas também a reposição do malikismo ortodoxo. Mas o enfraquecimento dos almorávidas, com a afirmação de uma nova proposta política e ideológica - com os *al-Muwahhidūn* -, desnudou a fraqueza das bases militares da dinastia dos Sihāġa: os centros urbanos do al-Andalus não tinham uma “cavalaria vilã” composta de elites locais autónomas capazes de empreender iniciativas militares e de aguentar investidas pesadas de tropas inimigas, ao contrário do que se passará em cidades e vilas de fronteira do lado cristão, nas quais se darão privilégios aos que sejam cavaleiros, podendo transmitir “honra de cavalaria (honorem militis) à viúva e prevista a sua transmissão a um

2457. Afonso VI tinha outorgado um foral a Santarém em 1095 - cf. Pedro Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p. 18, n. 9 (com pequeno erro tipográfico).

2458. Flocel Sabaté, “FRONTERA PENINSULAR E IDENTIDAD (SIGLOS IX-XI I)”, in Esteban Sarasa Sánchez (Coord.), *Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII*, Saraçoça, INST: Fernando el Católico, C.s.i.c, 2007, (pp.47 -95) p. 88.

2459. *Ibidem*, p. 91.

filho que com esta permaneça em casa”²⁴⁶⁰; além de que existem cerimónias e momentos para a consagração de novos cavaleiros locais que devem intervir em terras islâmicas²⁴⁶¹. A ausência ou lonjura do monarca e de grandes figuras da nobreza não tem como consequência imediata quebras na capacidade de defesa e de intervenção militar. Forais e milícias concelhias são duas armas sem paralelo do lado islâmico. Ao contrário, o Al-Andalus não investiu em estruturas defensivas deste tipo; a médio e a longo prazo as estruturas municipais e cavalaria vilã darão um contributo decisivo em momentos de fraqueza e de hesitação das forças - por vezes impressionantes- que tentam manter o al-Andalus vivo.

O Médio Tejo e Tomar- região e local estratégicos em época islâmica?

A chegada de tropas cristãs às margens do Nabão não foi fácil - com uma derrota das tropas cristãs, com pormenores mal conhecidos, num fossado havido até às margens deste rio em 1137²⁴⁶² - o pode significar que na zona da localidade mais tarde conhecida como Tomar deveria haver uma concentração de forças significativa, capaz de derrotar as forças vindas de norte, o que poderia ser materializado através de uma fortificação, a sul do rio, controlada por forças muçulmanas²⁴⁶³.

2460. Sobre a capacidade das milícias militares a bibliografia, desde o século XIX, é extensa. Sem fugir à geografia do contexto sobre o qual se está a falar veja-se o exemplo de Santarém, em Mário Viana, “Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XIII”, in *Arquipélago - História*, 2ª série, IX, 2005, pp. 577-598, p. 580.

2461. Luís Filipe Oliveira, “Os cavaleiros de carneiro e a herança da cavalaria vilã na Estremadura. Os casos de Arruda e de Alcanede”, *Medievalista on line*, ano 1, número 1, 2005, 18 p. (disponível em www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista).

2462. Sobre esta campanha veja-se Manuel Sílvio Alves Conde, “Os forais tomarenses de 1162 e 1174” in *Revista de Guimarães*, nº 106, 1996, pp. 193-249 (disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG106_10.pdf), p. 7 e nota 22 (“evenit infortunium super christianos in Tomar”, diz a *Chronica Gothorum*, cf. *Monarquia Lusitana*, Parte III, 4ª ed., Lisboa, 1973, escritura I, fl. 273. M. Sívio Conde lembra que se trata da primeira referência ao topónimo “Tomar” (= *P.M.H., Scriptores*, p. 12).

O mesmo Sílvio Conde lembra que sobre este acontecimento se deve ver Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. I (Ed. Bertrand, com notas de José Mattoso), pp. 417-418 (vejam-se os argumentos de J. Mattoso a favor de uma única destruição do castelo de Leiria, em 1140 - “Notas críticas ao Livro II, [6], pp. 603-604; Luís Gonzaga de Azevedo, *Hist. de Portugal*, IV, pp. 169-174; José Mattoso, “1096-1325”, *Hist. de Portugal* (dir. de J. Hermano Saraiva), p. 69.

2463. - Salete de Ponte, “Tomar islâmica do Gharb al-Andalus” in *Al-Madan electrónica* (adenda XIII- [<http://www.almadan.publ.pt>]); Salete da PONTE, Rui FERREIRA e Judite MIRANDA; “Intervenção arqueológica no Castelo de Tomar” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, pp. 423-438; Salete de Ponte implanta - como se tem vindo a fazer - o castelo de Ceras em Alqueidão, freg. de Alviobeira; cf. “Acheugas para Carta Arqueológica - Tomar”, *Portugália*, Nova Série, vol. XVI, 1995, (pp. 291-309), p. 292, §5. Porém, deve salientar-se que estas acheugas, para além da *Carta Arqueológica de Tomar* (da autoria de Carlos Batata e de Paulo Arsénio) mostram uma grande densidade de ocupação romana na região, passando pela existência de muitos traços de vias (estradas) e de pontes; por outro lado, a quantidade “castros romanizados” é não só um indício de uma forte ocupação da região durante os séculos de domínio romano como, pelo facto de a investigação ainda ser inicial, poderão surgir - futuramente - indícios da utilização destas zonas castrejas por eventuais ocupações altomedievais (cujas cerâmicas se podem confundir, eventualmente, com cerâmicas medievais manuais); por outro lado, hoje não faltam exemplos de

Valerá a pena também ter em linha de consideração a hipótese de ter havido “tropas” estacionadas fiéis aos almorávidas em outra fortificação da zona - o castelo de Cêras, fortificação da qual pouco se sabe e que será doada (o que pode significar que era uma posição militar usada em época islâmica) aos Templários em 1159²⁴⁶⁴. Segundo documento coligido por Frei Francisco Brandão, Tomar será edificado onde nada antes existiria, mas o documento transcrito dá detalhes interessantes; diz-se, textualmente, que “*no tempo que os Arabes ßenhorearão Portugal, dêrão nome de Tomar, ou Thomar com aspiração, como eles uzão, & fundada despois a Villa, & Castello retiuerao o nome*”²⁴⁶⁵. José-Augusto França, em trabalho recente, resume os dados conhecidos e oficiais sobre a fundação de Tomar, adicionando-lhes tonalidades telúricas e esotéricas²⁴⁶⁶.

Porém, a designação “Tomar” pode ter, de facto, a ver com a língua árabe. O árabe (tal como outras línguas semitas) tem uma raiz trilítera T-M-R com un T enfático (“Thomar com aspiração”, deve corresponder a " ط " e não ao " ث " linguodental, na medida em que os outros fonemas não têm variantes. Ora a raiz Ṭ-M-R corresponde a significados como “*ramener la terre dans la cavité, comblé (...) enterrer*”; na sua forma II pode ter a ver com “*enfermer le blé dans un silo*”²⁴⁶⁷, valor que lhe é dado pelo Vocabulista in Arabico. Claro que existe a forma طومار (Ṭūmār) que, e seguindo ainda Dozy “*dans la collection arabve des canons (man. de l'Escorial), signifie le tomus regius,*

materiais originalmente romanos reutilizados em estruturas de época islâmica. Há, igualmente, referências a povoados com ocupação tardo-romana e medieval e a vestígios de uma fortificação - com arruamentos visíveis - em Fungalvaz (Assentiz).

2464. O local onde se encontrava esta fortificação localiza-se na freguesia de Alviobeira, dentro da área administrativa do Concelho de Tomar.

É muito interessante verificar que a linha de água que corre em Alviobeira ainda tem alguns açudes para aproveitamento da mesma, havendo a tradição, erudita bem-entendido, de que esses açudes serão de época romana. Sem querer confirmar ou negar essa suposição, não deixa de se sentir no local uma certa semelhança com açudes e sistemas hidráulicos de tipo *andalusi* - como os que foram estudadas para as zonas levantina e granadina por Malpica Cuello, A. Bazzana, Partrice Cressier e Miquel Barceló - havendo a possibilidade de a arqueologia, um dia, poder mostrar se houve em todo este eixo entre Condeixa / Conimbriga e Tomar, que passa pelas ribeiras de Alcalamouque, ribeira de Ceras, utilização dessas obras na Alta Idade Média.

2465. *Monarquia Lusitana*, TOMO 6, Livro XIX, cap. XI, p. 323; parte desta informação foi transmitida por LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa... / composta por D. Luiz Caetano de Lima...* - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. : il. ; 29 cm <http://purl.pt/403> - vol. I, pp. 193-194.

2466. “*A opção de Tomar veio depois de o Mestre ter recebido as ruínas do castelo de Ceras (Castrum Caesaris, se supõe), junto à ribeira deste nome e, depois, do lugar de Alviobeira, a duas léguas para norte-nordeste. Impunha-se fundar ali, ou por ali, um forte castelo que, com outros em vizinhança, na Cardiga ou no ilhéu de Almourol, defendesse o acesso de Coimbra, pelo vale que subia de Santarém: seria ele em Ceras ou em Tomar, considerado seu território, por razões exactas que se ignoram, mas nas quais o rio muito provavelmente terá influído. Outras não deixam, todavia, de ser evocadas, de muito diferente categoria, ligadas à vida lendária do Templo.*

E seria assim que o sítio de Tomar se verifica ser ponto de cruzamento de acreditadas forças telúricas, caras aos Templários, e encontra-se na linha que, em relação ao Meridiano de Paris, forma um ângulo de 34°, significativo nos esquemas das construções da Ordem, correspondendo à diagonal da relação 2/3 que se observa na constelação de Gémeos, signo templário por excelência.” - José-Augusto França, *Tomar - Tomar Revisited*, Editorial Presença, col. Cidades e vilas de Portugal, n. 18. Lisboa, 1994, pp. 11-12.

2467. Dozy, *Suppl.*, vol. II, p. 59.

celui que les rois visigoths ont présenté aux conciles", de acordo com os estudos de Simonet²⁴⁶⁸, mas não faz sentir aplicá-la neste contexto. O *Vocabulista in Arabico* aplica-a, de facto, com o sentido de "ensilar" e "ensilado de cereales" ("at-Ṭamār") lembrando que esta raiz está relacionada com *maṭmar*, (de onde *mazmorra* e o port. *masmorra*)²⁴⁶⁹. Federico Corriente combina esta informações com as de outros dicionários relativos às formas dialectais do *al-Andalus*²⁴⁷⁰.

Assim, há algumas probabilidades de que a zona ocupada actualmente pelo castelo dos templários e pelo convento de Cristo, a zona alta e que controla sensivelmente a norte - o rio Nabão tenha sido ocupada militarmente, pelo menos nas fases mais tardias da ocupação islâmica, e que essa ocupação tenha tido uma componente táctica importante: fornecer víveres, fazer parte de uma cadeia de abastecimento de contingentes que poderiam avançar sobre o vale do Mondego. A função dos eventuais silos que aí se encontravam - a arqueologia revelou recentemente dados sobre ocupação islâmica²⁴⁷¹ (impensável, para alguns há uns anos, e que contradiz o discurso habitual que valoriza um nascimento de Tomar só com Gualdim Pais) mas ainda não revelou silos em grande quantidade, como ocorre em outros locais. Convém ter esperança na continuidade dos trabalhos arqueológicos na zona do chamado "castelo dos Templários", tendo em conta os achados recentes mas igualmente algumas outros aspectos como, por exemplo, a necessidade de estudo urgente da porta da Almedina (em Tomar, não a de Coimbra), também conhecida como Porta do Sangue, uma estrada recta, com esquema 1 - 1 - 1 (torres - porta - torre), semelhante a estradas rectas como a da alcáçova de Mérida ou a porta da alcáçova de Elvas, com um aparelho diferente do restante, gualdiano, onde predominam as torres semi-circulares de pequena dimensão; o estado de incrível abandono em que se encontra esta porta pode, caso se façam trabalhos cuidados, revelar dados interessantes para as fases mais recuadas da ocupação do local²⁴⁷². As escavações arqueológicas levadas a cabo em Tomar na área defensiva alta (o chamado "castelo dos Templários", designação a necessitar de

2468. Dozy, *Suppl.*, vol. II, p. 60.

2469. *Vocabulista in Arabico*, madrid, 1989, p. 194

2470. F. Corriente, *A Dictionary of Andalusí Arabic*, (TMR), p. 334.

2471. Vejam-se os trabalhos de Salette da Ponte (al-Ma'daan electrónica) e publicados em Palmela e BATATA, Carlos Batata, *As origens de Tomar - carta arqueológica do concelho*, Tomar, 1997, pp. 101-105. Apesar de os indícios apontarem para uma ocupação clara na fase almorávida registou-se o achado de uma moeda de 711 sobre o antigo *forum* de Tomar o que, aliado ao facto, referido por Carlos Batata, de não terem surgido níveis de cinzas - ou seja, destruição violenta - mostra que parece ter havido passagem de forças afectas ao al-Andalus no século VIII e uma ocupação aparentemente militar na zona alta, em fase tardia (Carlos Batata, *As origens de Tomar - carta arqueológica do concelho*, Tomar, 1997, p. 109); num outro estudo a autora dá detalhes: a referida moeda surgiu num "nível superficial do Forum romano" e é um "dirham de prata" batido no "Sijistan no ano 92", ou seja, batida no Irão (leitura de José Marinho) - cf. Salette da Ponte, "Necrópole medievais de Tomar", *Arqueologia Medieval*, vol. 5, p. 49 e n.17. No mesmo artigo (p. 50) a autora refere que a zona da **porta do Sangue é pré-gualdiniana**, no que concordamos totalmente, bem como no que refere sobre a possível necrópole de época islâmica.

2472. Faria sentiu que o muro em que se encontra implantada a porta da alcáçova se prolongasse de forma recta, indo de encontro à zona do castelejo onde se encontram não poucos vestígios de época tardo-romana; os restantes muros apresentam aparelho bem diferente. Veja-se a obra fundamental de Sílvio Conde, *Tomar medieval, o espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 28-47; não deixe de ser a planta da cerca amuralhada do chamado "castelo dos Templários", de Lacerda Machado, *ibidem*, p. 69, SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Santarém*, Lisboa, 1949.

ser matizada, algum dia) mostram traços de estruturas defensivas, de casas, de latrinas, de cerâmicas e outros objectos do quotidiano, embora as datações dadas ainda sejam demasiado genéricas²⁴⁷³.

O castelo de Ceras, localizado normalmente na zona de Alviobeira (a norte de Tomar) - doado mais tarde a Gualdim Pais, mas que não foi necessário para a estratégia templária²⁴⁷⁴ -, poderia ser um ponto avançado (em relação a rectaguada próxima em Tomar e uma base de comando na capital de taġr (em Santarém). Perto de Alviobeira, o sítio identificado como *Alqueidão* de Ceras apresenta “uma estrutura rectangular murada”, havendo igualmente restos de casas e cerâmicas, entre as quais algumas vidradas; é local que pode revelar ocupação desta fase de militarização do território entre o vale do tejo e o do Mondego; o território (como todo o que envolve Tomar, Ferreira do Zêzere e Mação) é riquíssimo em recursos mineiros, o que não é irrelevante²⁴⁷⁵. Por outro lado, a Gruta do Caldeirão, também em Tomar²⁴⁷⁶ revelou cerâmicas vidradas que necessitam de estudo mais atento mas que podem revelar ocupações desta fase; a ocupação de grutas - como as existentes em Lapas (junto em Torres Novas) abrem perspectivas para estudar ocupações de tipo troglodítico, como em Granada e em outros pontos do al-Andalus (mas também no Norte cristão) que não são de desprezar. Aliás, já Sílvio Conde alertara para a riqueza da região em toponímia que se pode realcionar com a presença de focos de arabização, apontando a possibilidade de o topónimo Alcanena poder derivar da fixação de árabes relacionadas com a tribo dos Kināna²⁴⁷⁷.

Porém, não seria impossível que houvesse uma rectaguada, mais perto da linha do Tejo, para apoio militar de uma possível base militar em Tomar. A ter assim acontecido, não seria impossível que essa função tivesse sido atribuída a Torres Novas. Nesta localidade foram encontradas - em contexto desconhecido²⁴⁷⁸ - três *dirhams* datados, respectivamente, de 781, 794 e 813 D.C.²⁴⁷⁹ e,

-
2473. Cf. Salete da Ponte e Judite Miranda, “Castelo Templário e Convento de Cristo: ocupação paleocristã e muçulmana, por Salete da Ponte e Judite Miranda”, *Al-Madan*, 21 série, n. 7, Almada, pp. 175-177 e PONTE, Salete da PONTE, Rui FERREIRA e Judite MIRANDA, “Intervenção arqueológica no Castelo de Tomar”, *Mil Anos de Fortificações...*, pp. 423-438. As datações atribuídas referem sempre um intervalo entre os séculos VIII e o XII; o continuação dos estudos poderá levar a uma datação mais precisa, que é necessária.
2474. Sobre este castelo e a documentação afonsina que se lhe refere, bem como sobre as suas edições veja-se Sílvio Conde, *Tomar Medieval*, pp. 39-40, nota 39. Veja-se, do mesmo autor, M. Sílvio Alves Conde, “Fronteira, guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo entre muçulmanos e cristãos (séculos IX-XIII)”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 43-52.
2475. Carlos Batata, *As origens de Tomar - carta arqueológica do concelho*, Tomar, 1997, p. 233.
2476. SILVA, Ana Raquel Mendes da, “A cerâmica medieval da Gruta do Caldeirão, Tomar - primeira abordagem” in Carlos Batata, *As origens de Tomar - carta arqueológica do concelho*, Tomar, 1997, pp. 313-319.
2477. Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, 2 vols., Cascais, Ed. Patrimónia, 2000., p. 367. Deve lembrar que a tribo Kināna era uma das mais importantes de Meca, relacionada com o Profeta; alguns Kināni/s, mais tarde, seguiram o partido de ‘AlŪi e de Fátima... ; cf. *E. I.* 2, vol. V, s.v., “Kināna”, (W. M. Watt).
2478. Estão expostas no Museu Municipal. Foram lidas há já alguns anos e, ao contrário do que tem sido publicado, parece que não foram encontradas na *villa romana* de Cardílio (a poucos Km de distância), mas sim em Torres Novas (informações recolhidas em 2009, no Museu Municipal).
2479. Cf. João Carlos Lopes (org.), *TURRES, núcleo permanente de história do concelho*, Museu Municipal de Torres Novas, s/d, p. 4.

mais recentemente, foram detectadas cerâmicas²⁴⁸⁰. Por outro lado, o castelo, que se encontra a sul e perfeitamente envolvido por uma linha de água - o rio *Almonda* rio ao qual se liga a ribeira do *Alvorão* (que vem sensivelmente de Norte, de Lapas), tem uma tradição antiga de ter passado por mãos islâmicas. De facto, é um *interface* ideal entre a bacia do Tejo e a via que - desde pelo menos época romana - segue a Leste ao longo da serra de Minde e Aire, em direcção a Norte. Apesar de muitas obras que conservação - e modificação - por que passou a fortificação de Torres Novas, é possível identificar, para além das obras do século XX, duas fases anteriores, mas o estudo monográfico deste castelo está por fazer. Porém, é possível verificar que a entrada principal da fortificação, a que está virada a sul, apresenta um sistema de entrada em cotovelo, terminado numa torre de flanco²⁴⁸¹. Não é possível, neste momento, sem dados arqueológicos, datar esta entrada, mas pela tipo de cotovelo, exterior, e apoiado numa torre, tem paralelos com o *Arco de la Pesas* e a *Puerta Monaita* de Granada, datada ambas do período das Taifas do século XI. Não seria impossível que este sistema defensivo da porta principal do castelo de Torres Novas pudesse datar ainda da fase islâmica, eventualmente, desta fase de tensão militar entre Santarém e Coimbra, durante o período de domínio almorávida, formando uma linha clara com Tomar a norte e o vale navegável do tejo a sul; mas os dados existentes são, por ora, escassos para uma datação precisa, em relação a esta Turruš cuja conquista por Afonso Henriques é habitualmente colocada depois da expedição vitoriosa sobre Santarém²⁴⁸².

Mais que em termos militares, a força dos cristãos do Norte e concretamente de Afonso Henriques contra as tropas fiéis aos Almorávidas, estava no apoio activo a políticas de povoamento em territórios da frente de luta contra os poderes do al-Andalus ou perto dela. A concessão de forais a Miranda do Corvo (19 Novembro 1136), a Penela (Julho 1137)²⁴⁸³, para além da colocação dos templários na frente de Soure, assegurava um intervenção activa nos eixos mais importantes de

2480. S. Gómez Martínez, “La cerámica islámica entre Tajo y Duero”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 215-220.

2481. Vejam-se as plantas publicas por João de Almeida, *Rot. Mon. Mil.*, II, ; Artur Gonçalves, *Tôres Novas, subsídios para a sua história*, T. Novas, 1935, planta geral entre pp. 41-42; veja-se também a foto da p. 44, onde se indica o olocal onde, fazendo parte do sistema de entrada em cotovelo, se encontrava uma torre que foi derrubada com o terramoto de 1755 (garbosamente alteada pela ex-DGEMN, no século XX). Foi no exterior desta fortificação que se encontrou uma “celada” de uma armadura medieval, datada do século XII-XIII (ibidem pp. 32-33 e 51; ver igualmente M. Barroca e Gouveia Monteiro, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 247-248. Perspectivas do estado em que se encontrava o castelo e a vila, comparando com a actualidade, podem encontrar-se em *Torres Novas - mudanças do século*, Torres Novas, 2004, pp. 12, 17, 26-45 e foto aérea do interior da capa e contracapa.,

2482. *Monarquia Lusitana*, parte 3, livro X, cap. 33, coloca a conquista de Torres Novas e de Abrantes, classificadas como “ambas muyto fortes em o sitio, fermeza de muros e castellos”; Duarte Galvão refere igualmente a conquista de Torres Novas, por Af. Henriques (*Cron. Afonso henriques*, cap. XI e XII). O santareno Luís Montês Matoso, nas suas *Memórias para a História de Torres Novas*, refere estas tradições sobre a existência de uma Torres Novas *andalusi*, tradições e informações veiculadas por obras já citadas mas também por Duarte Nunes de Leão - cf. Luís Montês Matoso, *Memórias para a História de Torres Novas [1745-46]*, Torres Novas, 2008, (fl. 12-12v, do original) , pp. 66-68.

2483. *Documentos Régios*, 156 e 159; *apud* J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 109. - cf. *PMH, Leges et Consuetudines*, pp. 373-374 (também em *Livro Preto*) e 374-376.

penetração para sul e para a bacia do Tejo. O alcaide escolhido por Afonso Henriques (para Leiria) era homem muito considerado a nível de capacidades militares - Pelágio Gutteres (*Pelagium Guterriz*)²⁴⁸⁴ - que, possivelmente, acompanhou obras de construção militar levadas a cabo em Leiria.

Esta política de fomento do povoamento tem de ser coordenada com actos de guerra e de intimidação das populações ou guarnições estabelecidas a sul de Condeixa e Penela. É o caso do conhecido fossado de Ladeia; fossado, ou incursão militar - semelhante a uma *algara* - que destruindo, afastando gentes fiéis aos poderes estabelecidos no al-Andalus, muito provavelmente mandados e mantidos a partir de Santarém, ou da zona onde se encontram as localidades mais conhecidas como Torres Novas e Tomar. Daí a importância da chamada “presúria de Fernão Cativo”, um acto de prender ou tomar terras e que, como aconselha José Mattoso, deve esta presúria ter sido antecedida por um ou vários *fossados*.

Estes avanços dos portugueses para sul, pelo “corredor” de Alvorge - Alcalamouque²⁴⁸⁵ (junto à localidade mais tarde nomeada Santiago da Guarda, Ansião) - levaram os poderes fiéis aos almorávidas a preparar **uma grande expedição em 1140**, atacando posições portuguesas a sul de Coimbra.

A posse de informações sobre o inimigo é fundamental para decidir de um momento ou de outro para lançar um ataque. A zona entre Coimbra e Santarém deve ter sido sempre porosa em termos de movimentação de gentes das mais variadas ocupações e mesteres que se movia com algum à-vontade. Tal como os cristãos escolhem os momentos que avançar com as suas forças, o mesmo fazem os poderes almorávidas.

E, em 1140, Afonso Henriques vai para Norte, para perto do Minho; os almorávidas caem, então, sobre o vale do Mondego. Diz a Crónica dos Godos (ou veja-se *Annales D. Alfonsi*):

*“Na Era de 1178 [1140] duodécimo ano do seu reinado, o rei Esmar, sabendo que o rei D. Afonso estava além de Guimarães, na região da Galiza, perto de Tui e que ali estava ocupado em certos negócios que não podia resolver facilmente, incitado pelo conselho de um seu governador que estava em Santarém, de nome Auzecri, tendo juntado uma multidão [de soldados] de Badajoz e de Évora e de Santarém, chegaram de repente e inesperadamente acometeu o castelo de Leiria e incendiou-o, tendo morto alguns soldados aí e levando outros consigo. Também capturou Paio Guterres, a quem o castelo tinha sido confiado.”*²⁴⁸⁶

2484. *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis* in Monica Blöcker-Walter, *Alfons I. von Portugal*, Zúrique, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, p. 163 (*Era 1173*).

2485. Este topónimo apresenta na sua constituição o elemento *alcala-*; muito provavelmente deriva da existência de uma fortificação importante na zona - uma *al-qa'á*.

2486. *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis* (consta da edição da *Chronica Gothorum*) in Monica Blöcker-Walter, *Alfons I. von Portugal*, Zúrique, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, p. 154, *apud* José Mattoso, D. Af. Henriques..., p. 110 (com ligeiros aditamentos à tradução que J. Mattoso apresenta, mas seguindo a edição do texto latino feito por Monica Blöcker-Walter).

A *Chronica Adefonsi Imperatoris* confirma estes dados, acrescentando detalhes sobre os derrotados e a comoção causada por esta acção de “moabitas e agarenos”²⁴⁸⁷, o que leva a supor que tenham participado não só tropas *andalusijs* mas igualmente almorávidas.

Significa que os poderes estabelecidos em Santarém e, mormente, o seu governador *Auzecri* (Abū Zakariyyā’²⁴⁸⁸) não só estavam atentos, como ainda em 1140 tinham capacidade de mobilização de forças provenientes de outras cidades do *Ġarb al-Andalus* (como Évora e Badajoz) e de preparar expedições que, pela crónica referida, tomaram os ocupantes destas terras a sul do Mondego desprevenidos.

O alvo principal da acção militar almorávida foi a posição do castelo de Leiria. Apesar de implantado a sul do Lis esta fortificação edificada de raiz (sem aproveitar estruturas anteriores ?) por Afonso Henriques foi, no dizer da crónica, “incendiado”; sem isto querer dizer que fosse estruturalmente feito de madeira, é possível que - como é comum em estruturas defensivas medievais da época - e muito comum a norte dos Pirinéus, algumas estruturas - coberturas, balcões, etc... - fossem acabadas com madeira. Fosse como fosse, o que parece claro é que as tropas almorávidas destroem, queimam, tomam cativos e parecem crer que dessa forma, conseguem afastar os avanços para sul. Não há uma política almorávida de contra-ocupação de terras, nem medidas tendentes a estimular o avanço demográfico - se possível fosse - para Norte.

Conjugando as diferentes fontes cristãs - portuguesas e leonesas²⁴⁸⁹ - disponíveis José Mattoso aponta possíveis erros de data e propõe correcções que explicariam os acontecimentos desta época de uma outra forma: em Dezembro de 1135 os homens de Afonso Henriques iniciariam a edificação do castelo de Leiria; na Primavera de 1136, Afonso Henriques vai à Galiza mas ainda nesse ano teria tido lugar o Fossado de Ledeia e em Novembro desse ano - depois do dito “fossado” - concedia foral a Miranda (do Corvo); nesse Inverno de 1136-1137 Fernão Cativo inicia a presúria, precisamente depois de “ter sido preparado o terreno” com um (só um?) fossado. De facto há sinais de mais tentativas de avançar para sul e empurrar as populações ou as guarnições - fiéis aos almorávidas - que ainda de encontravam e Leste da serra de Sicó e, algum tempo depois, depois dessas pressões militares / Algaras ou fossados os cristãos sofrem um “infortúnio” na zona de Tomar, onde alguns são mortos e outros presos²⁴⁹⁰. A reacção almorávida não se fez esperar e assiste-se a uma contra-ofensiva que se dirige contra objectivos bem definidos pelos almorávidas e que se consideram serem os locais de onde partiam os ataques cristãos que os aproximavam cada vez mais da bacia do Tejo - esses objectivos são Leiria e Coimbra.

2487. José Mattoso apresenta tradução para português da *Chronica Adefonsi Imperatoris* (D. Af. Henriques, p. 110); veja-se também *Cronica Del Emperador Alfonso VII*, ed. de Maurilio Pérez González, León, Universidad de Leon, 1997, § 79-80 e 84. A crónica refere que o exército andalusi era composto de “moabitas y agarenos”, o que pressupõe a existência de tropa mista.

2488. Sidarus propõe uma solução credível para o problema, que parecia irresolúvel, de saber quem era o governador *Abzechri*, citado nas fontes cristãs - seria **Yahyà ibn Ġāniya**, de *Kunya Abū Zakariyyā’*, que ainda era parente de Yusuf ibn Tāšufīn - Adel Sidarus, “Santarīn / Santarém, fronteira ambivalente islamo-Cristã”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, (pp. 319-336), pp. 325-327.

2489. Neste caso a referência é à chamada *Chronica Adefonsi Imperatoris*, ainda hoje dada como anónima - cf. *Cronica Del Emperador Alfonso VII*, ed. de Maurilio Pérez González, León, Universidad de Leon, 1997, p. 21.

2490. José Mattoso, *D. Af. Henriques...*, p. 111.

José Mattoso coloca um hipótese inovadora e diferente da interpretação clássica. A de que teria havia ataque a Leiria e ameaça a Coimbra como reacção “a quente” aos avanços cristãos por ambas as faldas da serra do Sicó e que, se assim fosse, a incursão de Afronso Henriques que desemboca na conhecida Batalha de Ourique, seria uma resposta, uma réplica levada a cabo após a ida para o Norte de África do dirigente almorávida e filho do emir dos Almorávidas, em inícios de 1138, para combater os almóadas que já colocavam problemas à dinastia almorávida no Norte de África²⁴⁹¹.

No entanto, a *Chronica Gothorum / Annales D. Alfonsi Portugallensium regis* refere um ataque almorávida sobre Leiria e Coimbra, mas em 1140, depois da humilhação sofrida em terrenos mais meridionais e que podem ter passado por uma derrotas nos campos de Ourique.

As crónicas existentes, porém, têm levado a considerar como fruto dos avanços cristãos pela zona de Alvorge - Ledeia - Ansião e, a ocidente, pela zona litoral onde se estabelece o castelo de Leiria (sobre ou não pré-existências) e a acção que culminou em Ourique a reacção dura dos almorávidas contra Leiria e a bacia do Mondego. Alexandre Herculano, como lembra José Mattoso, teve um aposição mais conciliadora e complexa, aceitando duas campanha militares contra Leiria, uma em 1137 e outra em 1140²⁴⁹².

De qualquer das formas, a partir da *Chronica Gothorum* pode-se compreender que os socorros para chegarem à margem direita do Tejo tinham de vir de Évora e de Badajoz, das duas importantes cidades dos eixo mais relevante do período das Taifas aftácidas e que se devem ter mantidos como cidades com guarnições importantes; talvez mais Badajoz, claramente capital e rectaguarda da Fronteira sobre a velha Via de la Plata e, possivelmente, com mais recursos militares que Évora mas, também pela sua posição chave, Badajoz não poderia dispensar todas as suas tropas e desguarnecer o eixo viário que para Norte liga Badajoz com Coria e com a Serra de Gata de onde poderiam espreitar contingentes vindos de Salamanca.

Assim, em 1140 os almorávidas - capitaneados pelo citado Esmar (identificado como al-‘Umar²⁴⁹³) caem inesperadamente sobre Leiria e sobre Coimbra nesse ano de 1140, acção militar sobre a qual as crónicas islâmicas não dão pormenores. A capacidade militar almorávida irá acumular algumas vitórias nas expedições castigadoras contra o avanço português para sul do Mondego. Ainda em 1144 - ano em que o próprio poder almorávida dá sinais de queda iminente. A alteração de poderes que se dá no Norte de África vai ser vital para a retomada do avanço para sul dos homens de Afonso Henriques.

2491. José Mattoso, *D. Af. Henriques...*, p. 111.

2492. Não seria impossível que tivesse havido duas campanhas; possivelmente uma reacção “a quente” como acima se referiu, depois da derrota que os cristãos sofrem perto de Tomar e uma segunda campanha - neste caso, uma grande campanha - envolvendo forças de diversas proveniências e não só os contingentes estacionados em Santarém, grande campanha essa que teria tido lugar em 1140, depois, precisamente, do fracasso da reacção de 1137 que nem sequer conseguirá impedir a passagem de tropas que se dirigem muito mais para sul, desacreditando as capacidades militares de Santarém e tornando necessária a intervenção e a participação de tropas de outras cidades do *Ġarb al-Andalus*.

Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Tomo I, Livro II, pp. 427 e 443.

2493. Cf. M. Barroca, *Nova História Militar*, 2003, p. 43; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, p. 111. A proposta de identificação de Esmar com um Omar (ou ‘Umar) ou Ismael já está em Alexandre Herculano - Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Tomo I, Livro II, p. 433; cf. Nota Crítica de J. Mattoso, p. 605, onde se recorda que David Lopes preferia reconhecer em Esmar uma corrupção de Ismael.

Mas, de vitória em vitória, chegará à derrota final: Santarém, nessa mesma década de quarenta, será tomada numa acção militar invulgar, em 1147, mas num momento em que a própria dinastia almorávida tinha sossobrado.

(c) | A posição e o castelo de Leiria

A edificação de um castelo em Leiria, por iniciativa de D. Afonso Henriques não coloca dificuldades. Embora muito ainda esteja por conhecer, há trabalhos vários e uma extensa e detalhadíssima monografia recente²⁴⁹⁴ de grande valor que espelham o que se sabe acerca das várias fases de utilização desta importante fortificação, desde 1135.

Sabe-se que ele será tomado por tropas muçulmanas em 1140²⁴⁹⁵ mas é retomado pouco tempo depois por Afonso Henriques, e que terá sofrido obras mais tarde²⁴⁹⁶. Pode pensar-se que em 1135, quando Afonso Henriques inicia a edificação do castelo a zona, uma eventual localidade com populações islamizadas ou até eventuais restos de uma construção militar estivessem desocupados, que tivessem sido previamente abandonados ou até propositadamente destruída uma fortificação que ainda ali existisse. Essas circunstâncias ajudaria a perceber por que razão se diz que a zona estava deserta²⁴⁹⁷ - deserta nessa conjuntura, o que não quer dizer que uma dezena ou uma vintena de anos antes estivesse já igualmente abandonada. Por outro lado, se houvesse ainda populações islamizadas na região a edificação do castelo por D. Afonso Heenriques seria ainda mais difícil e maior valor teria o seu feito, ao ter de enfrentar gente eventualmente hostil nas imediações.

Porém, a possibilidade de ter havido um ponto fortificado ou um simples aproveitamento do mesmo local em época anteriores para controle de passagem tem mais dificuldades. Até ao momento parece não ter surgido nenhuma referência nas crónicas e nas obras de geógrafos que se debruçam sobre o al-Andalus que se refira a Leiria. Manuela Santos Silva mostra de forma fundamentada como se pode ser céptico em relação à possibilidade de ter havido ocupação em época islâmica da zona onde se implanta a cidade e castelo de Leiria²⁴⁹⁸.

2494. Saúl A. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 21 edição (revista e ampliada; 1ª ed. Leiria, CML, 1995), Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004. Esta monografia completíssima republica os textos das crónicas que se referem a Leiria num extenso, completo e muito útil Apêndice Documental de quase 200 páginas.

2495. José Mattoso explicou a dificuldade de duas expedições, uma em 1137 e outra em 1140.

2496. D. Sancho I manda fazer-lhe obras, ano de 1190 e seguem-se ampliações novas obras ao longo de toda a primeira dinastia.

2497. Um descrição do que poderia ser a desolação da região entre Coimbra e Santarém é dada por Saúl António Gomes: “No equilíbrio de poderes e credos, de uma Estremadura meridional e tagana muçulmanizada, e de uma bacia mondegua cedo reconquistada pelos coroados de Oviedo e León, o espaço da futura Leiria, “locus vastae solitudinis”, “quondam silvam”, “terra deserta”, como o definem diplomas autênticos e crónicas monásticas, permanecia fronteira e estrema não ocupada”. - “O priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria do Século XII à criação da Diocese”, in *Catedral de Leiria. História e Arte* (Ed. de Virgolino Jorge), Leiria, Diocese de Leiria-Fátima, 2005, (pp. 13-33), p. 15.

2498. , “Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 337-346.- Manuela Santos Silva,

No entanto, convém matizar as informações aqui dadas, acrescentando outros topónimos que, mesmo assim devem ser lidos com precaução: é o caso dos muitos “alqueidões” existentes em redor de Santarém não só referidos nas fontes mas também na toponímia; é o caso da conhecida referência a milhares de aldeias que rodeavam Santarém dada a riqueza trazida pelo Tejo. Embora falte um trabalho de prospecção séria na região para definir padrões de povoamento no território ou Kura de Santarém, é de supor que as zonas povoadas se localizassem junto às margens do Tejo e dos seus inúmeros afluentes, atingindo as zonas - hoje menos húmidas - de Alcanede e Rio Maior (sintomaticamente assim chamada esta localidade).

No entanto, há referências onde se podem encontrar indícios de ocupação anterior.

Pedro Gomes Barbosa, que estudou questões em redor da possibilidade de ter havido povoamento continuado entre os domínios muçulmano e cristão na Estremadura Central, para além de citar a convicção de José Mattoso de que teria havido uma continuidade ocupacional entre ambas as fases²⁴⁹⁹, Pedro Barbosa, apoiado em considerações de José Mattoso, explica por que razão “era de se esperar” que a *Chronica Gothorum* e a carta de doação do eclesisático de Leira ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra são unânimes em falar de ermamento nessa região²⁵⁰⁰.

Mas não deixa de lembrar que outros documentos, mais tardios mas aparentemente mais descomprometidos, apresentam um visão diferente. É o caso das chamadas *Chronicas breves e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*; estas obras são mais tardias, “mas muito provavelmente apoiam-se em tradições claustrais ou em escritos perdidos”²⁵⁰¹ e dão uma informação diferente sobre a edificação de obras militares em Leira.

Aí se diz que “o castello de leyrea era dos sarraziis, e corriam a terra ataa coimbra. E faziam muyto mal al christaaos em soyre e em pombal...”²⁵⁰². A crer nesta descrição, trata-se de acções militares que, se fossem levadas a cabo por tropas cristãs do Norte seriam provavelmente apelidadas de *fossados*. Pela descrição destas acções militares, nas quais se refere que estes contingentes de *sarracenos* “corriam a terra”, leva a que se deve colocar a hipótese de que o local que os cristãos chamarão de Leiria deveria ter no alto da sua colina uma estrutura defensiva, possivelmente de pouca qualidade arquitectónica, onde se abrigariam cavaleiros e montadas utilizadas nestas acções de depredação para Norte, “ataa coimbra”, como se diz, fustigando

“Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 337-346. p. 341

2499. José Mattoso, “A cidade de Leiria na História Medieval de Portugal”, in *Ler História*, n. 4, Lisboa, 1985, p. 4, *apud* Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, p. 69 (=José Mattoso, “A cidade de Leiria na história medieval de Portugal”, in *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 95-114)

2500. Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, p. 71; *idem*, Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, pp. 26-27.

2501. Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p. 27.

2502. *Chronicas breves e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, publicado em *P.M.H., Scriptores*, vol. I, p. 24; veja-se em recente edição de Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, *Crónicas breves e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, 2000 (com tradução).

localidades onde haveria populações maioritariamente cristãs e apoiantes dos poderes estabelecidos na referida cidade do Mondego.

O facto de ainda hoje haver no castelo de Leiria uma entrada conhecida como **Porta da Albacara**, porta que apresenta uma entrada algo esquinada - quase em cotovelo - nada prova em relação à sua datação. ou melhor, em relação à sua concepção e datação original. Não seria impossível que a arquitectura militar coimbrã, sobretudo depois do estabelecimento de Sisnando na cidade do Mondego tivesse assimilado formas e esquemas tácticos do al-Andalus, na medida em que o alvazil de Coimbra - e que depois foi para Toledo - era ele próprio o profundo conhecedor da sociedade meridional e estivera em Sevilha. Assim, não seria impossível que alguns dos seus homens fossem responsáveis pela aplicação no Mondego e mais a sul, de formas de arquitectura militar evoluídas e pudessem causar dificuldades às tropas que conheciam as suas capacidades tácticas. As portas da Almedina²⁵⁰³, a antiga e desaparecida porta da **Genicoca** (nome popular na centúria de 18) ou de Ibn Bodron²⁵⁰⁴ - porta destruída no século XVIII mas de que restou uma imagem que mostra uma entrada com arco em ferradura (ou arco ultrapassado) aparentemente sem alfiz mas que dá a entender também que a arquitectura da porta apresentava uma ultrapassagem de 90 graus no arco em ambas as faces do muro²⁵⁰⁵ -, esta última com um arco em ferradura ou ultrapassado de clara inspiração islâmica, se não era originalmente da fase islâmica (reformas de Almançor??) poderiam ter resultado de obras “moçárabes”, ou seja, obras levadas a cabo em fase Sessandina ou pouco posterior.

Ora, não seria impossível que alguns das concepções poliorcéticas afonsinas (para além das pré-afonsinas) partilhassem ainda de interesse pelo desenho militar de origem *andalusi* - como se verá na região com a porta da Traição do castelo de Penela²⁵⁰⁶, uma porta posterior, com um cotovelo

2503. Cf. Leontina Ventura, "A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval", *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1980.

2504. Nome que aparece citado em documento do ano de 1094 e que corresponde ao local posteriormente conhecido como “da Genicoca” (cf. *P.M.H., Diplomata et chartae*, doc. 807 - “*corte habet iacentia inter portam de iben Bodron et illa alkazoua*”; igualmente em Livro Preto, doc. 385); curiosamente, mas por mera coincidência, houve um poeta, de seu nome Ibn Badrun, natural de Silves. Jorge de Alarcão estuda também esta porta em trabalho muito recente: *Coimbra: a montagem do cenário urbano* (op. cit), pp. 110-114.

2505. Não seria impossível que se tratasse de arco de época de Almançor senão mesmo, eventualmente anterior. Veja-se Jorge Larcher (*Castelos de Portugal*, n. II. Distrito de Coimbra, Coimbra 1935,).

Pela razão da existência da antiga porta de Ibn Badrun / Genicoca faria sentido que a **porta** com arco - também ele duplo - em ferradura que pertenceu ao **palácio episcopal de Coimbra** - hoje Museu Machado de Castro) e que comumente se classifica como “moçárabe” (A. H. de Oliveira Marques, *O “Portugal” Islâmico*, vol. II da *Nova História de Portugal* (dir. J. Serrão e A. H. de O. Marques), vol. II, Lisboa, 1993; A. F. Martins, “A Porta do Sol, contribuição para o estudo da cerca medieval coimbrã”, *Biblos*, vol. XXVII, 1951, pp. 321-359; Simões, Augusto Fellipe, *Relíquias da Architectura romano-bizantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, Lisboa, 1870 (falta); C. Torres e S. Macias, *O Legado islâmico em Portugal*) pudesse, eventualmente, ter feito parte de alguma estrutura defensiva ou mesmo de uma estrutura palatina de época islâmica e que, mais tarde, se tivesse aproveitado e inserido em obras palatinas posteriores. Só este arco merece - para além de intervenção arqueológica cuidada - uma análise mais cuidada do ponto de vista arquitectónico e da sua volumetria (o que ultrapassa os objectivos deste trabalho), devendo ter em linha de conta a existência de “doble mocheta” comum a outras portas de época islâmica, sobretudo posteriores ao século X; é de referir que já se começa a questionar a datação tradicionalmente atribuída a esta construção (cf. artigo de C. Torres sobre “Porta do Paço Episcopal” in <http://www.museumwnf.org>).

2506. cf. Jorge Neves Larcher, *Castelos de Portugal*, n. II. Distrito de Coimbra, Coimbra 1935, p. 369; Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra, Lisboa Academia de Belas-Artes, 1952; veja-se ainda Mário Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo*

inserido na própria torre (possivelmente do s. XIII), como surge de forma clara nas muralhas almorávidas- almóadas de Niebla.

O facto de esta porta ter lápidas romanas reutilizadas²⁵⁰⁷ no embasamento das torres que a definem tem paralelos com muitas outras construções de época islâmica, como acontece, por exemplo, em Juromenha, em Porto de Mós ou mesmo, mais tarde, numa das esquinas da almenara (ou minarete) da grande mesquita almóada de Córdoba (conhecida mais tarde como *Giralda*), mas trata-se unicamente de um procedimento antigo que, através da utilização de pedras resistentes nas esquinas, pretende dar solidez a edifícios que devem suportar pesos importantes.

Albacara é um claro arabismo, bem estudado e que não coloca quaisquer dúvidas e que, quando utilizado em contextos militares no al-Andalus tem sido relacionado com a existência de recintos para proteger o gado²⁵⁰⁸. De facto, faria sentido que as tropas fiéis aos Almorávidas que teriam utilizado o morro onde se veio a edificar o castelo de Leiria que todos conhecem estivesse equipado não só com um recinto para os cavaleiros e um sistema de vigilância, mas igualmente - dado que as razzias que eram feitas sobre os territórios a norte do Lis eram *corridas* - feitas certamente com montadas - deveriam ter um espaço próximo onde os animais estivessem recolhidos e pudessem pastar e descansar, próximo dos seus cavaleiros.

No entanto, esta entrada, que ainda hoje se mantém e de Saúl António Gomes dá a conhecer detalhes e fotografias antigas de grande valor²⁵⁰⁹, apresenta um sistema de entrada recta, com um ritmo muito clássico, que parece ter por base a proporção 1 - 1 - 1; ou seja, três espaços, três larguras semelhantes para, respectivamente, uma torre, uma porta e uma outra torre, com a entrada ladeada por duas torres. Paralelos no mundo das fortificações do al-Andalus não lhe faltam. Podem apontar-se semelhanças na Porta da Alcáçova em Elvas ou até na entrada principal da alcáçova de Mérida²⁵¹⁰.

O tipo de acções militares levadas a cabo por estas tropas que assolavam - no dizer das *Chronicas breves* a região de Soure e Pombal - levou o “arcediogo dom tello” a tentar defender-se com “humm muro em caramanchões a redor da igreja e claustra”²⁵¹¹. Não se trata de um dispositivo de

Românico (Séc. IX a XII), Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p. 19.

2507. Cf. Saúl A. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2ª edição (revista e ampliada; 1ª ed. Leiria, CML, 1995), Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, pp. 111-114; o autor considerava que estas lápides podem ter vindo da estação romana localizada em S. Sebastião do Freixo, local que em documentação do século XII (1142) surge com o nome de Palácio Randulfo (*ibidem*, p. 114).
2508. Possível reminiscência de uma antiga *albacar*, recinto para manter gados, sobretudo os cavalos dos guerreiros aí instalados, em época não conhecida com precisão.
2509. Saúl António Gomes, Saúl A. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2ª edição (revista e ampliada; 1ª ed. Leiria, CML, 1995), Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, pp. 30 (fig. 15 - porta da “Albacara” cerca de 1910), 109 (fig. 56 - porta da “Albacara” cerca de 1929) e p. 110 (fig. 57 - porta da “Albacara” vista do interior cerca de 1930).
2510. Juan Zozaya, “Fortification building in al-Andalus”, *Madridrer Beiträge*, band 24 - *Spanien und der Orient in Frühen und Hohen Mittelalter*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, 1996, pp. 55-74.
2511. *Chronicas breves e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, publicado em *P.M.H., Scriptorum*, I, p. 24; veja-se também Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, p. 71; idem, Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”,

defesa para fazer face a um grande exército de ocupação ou a ataques com *almajaneques*, mas mais adequado (tanto quanto possível...) à defesa contra cargas de cavalaria.

Porém, apesar de fazer sentido, nada se pode garantir quanto à edificação deste e outros dispositivos de defesa passiva em Leiria. Pelo tipo de acções que aqui se deveriam desenrolar, com ocupações de contingentes do Ġarb eventualmente com elementos almorávidas, nada obrigaria a uma construção imponente e com aparelho muito cuidado, e muito menos “áulico”. Utilizando a pedra existente na região e, eventualmente, mão de obra servil ou prisioneiros de guerra, o aparelho de construção seria definido a partir da matéria prima existente e da mão de obra disponível - muros numa alvenaria de pedra possivelmente ligada com argamassa de cal (já que a região é rica em calcários). Pela descrição, parece haver unicamente acções militares, não havendo indícios de uma política colonizadora que pudesse fazer frente - em termos demográficos ao avanço cristão.

Quando poderia, então, ter havido ocupação, por forças islâmicas, do local onde se encontra esta fortificação? Se houve mesmo uma ocupação em época islâmica do alto onde hoje está implantado o castelo de Leiria, tal não significa - obrigatoriamente - que essa eventual construção tenha sido erguida sob domínio almorávida. Poderia ter sido reocupado um local com pré-existências de uma atalaia ou de **pequena fortificação de controle sobre o Lis, erguida em fase pré-almorávida.**

Porquê? Com que finalidade e em que épocas? Embora não se saia do campo da mera especulação, não se pode deixar de correr esse risco, não perdendo de vista que se podem abrir novas perspectivas ou hipóteses de olhar para este ponto estratégico de outra forma. Há duas razões para se valorizar a posição da colina onde se encontra o castelo de Leiria em fase pré-afonsina. Uma delas é a presença de normandos ou *maġūs* no litoral ocidental, no século IX e, mais tarde, com al-Hakam II. Sabe-se que se mandou fazer, a partir de Santarém, uma série de postos de controle do litoral ocidental (e nas margens do Tejo, por onde penetraram); não se sabe exactamente onde eram esses postos de vigia do litoral e de controle da penetração dos rios, mas, à partida, não se pode excluir a hipótese de que se tenha edificado num ponto estratégica da margem do Lis um desses pontos de controle e vigia sobre possíveis barcos dos *maġūs* que, descendo da bacia do Mondego, e depois de passarem uma zona extensa de areal, dessem com os penedros - depois (e hoje) identificados como Pedrógão - encontrando a foz do rio Lis, e por aí decidissem penetrar. A outra circunstância tem a ver com a fronteira²⁵¹² que passa por essa zona durante o período que medeia entre a conquista de Coimbra por Afonso III e a entrada nessa cidade das tropas fiéis a Almançor. Ou seja, entre 878 e 376 H / Junho de 987. Durante esses mais de cem anos a capital extrema da Fronteira no Ġarb foi Santarém, mas essa cidade teria de possuir pontos de controle de vias e de vigia a norte e junto à zona de atravessamento de uma linha de água - o rio Lis - que abre as portas para um acesso mais fácil sobre Santarém.

Faz sentido que tivesse sido aproveitada a posição onde hoje se encontra o castelo de Leiria, posição essa que poderia ser materializada no terreno com uma torre - *burġ*, *mariyya* ou *al-ṭalaya* - , um pequeno reduto defensivo com muros ou muretes que delimitassem o espaço de uma pequena albacara para dar pasto às montadas que se utilizassem na subida de um morro íngreme, seguro e

Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p.27.

2512. Aspectos essenciais sobre a definição de conceitos em redor de “fronteira” e a forma difusa como ela era sentida e vivida e “guerra de fronteira” encontram-se em P. Gomes Barbosa, “Guerra de presúria, fossado e algará. A fronteira na reconquista portuguesa (da segunda metade do século IX a inícios do XII)”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L. Universidade do Porto, 2005, pp. 91-102.

com um bom horizonte visual, sem permitir que esses animais escapassem ou fossem tresmalhados.

Especificamente para o período almorávida, faz sentido que Leiria tivesse possuído, durante alguns anos, uma pequena fortificação, atalaia²⁵¹³ ou uma simples posição da linha da frente do Ġarb al-Andalus sob administração almorávida, que deveria reportar em termos de rectaguarda com Santarém, mas deveria estar ligada a pequenos núcleos de povoamento mais a sul onde a densidade de toponímia que entra no quadro dos arabismos faz desconfiar de um povoamento - que poderia ser de populações maioritariamente de credo cristão, mas arabizadas até um certo grau. Só assim se percebem alguns topónimos como Azóia - com um exemplo a sul de Leiria - mas também Aljubarrota e a própria Alcobaça, além de vários *alqueidões* e outros topónimos que Pedro Barbosa trata com as máximas cautelas, dada a escassez de elementos disponíveis e a falta de intervenções arqueológicas que possam confirmar estas hipóteses.

O detalhe da informação é completado com outros dados que mostram como este ponto estratégico fundamental foi sucessivamente mudando de mãos. Lembra a crónica que Afonso Henriques - que mais tarde conquistará “aos mouros” a cidade de Lisboa, Santarém, Leiria, Alenquer, Óbidos e Torres Vedras, “*com todos outros lugares da estremadura*”, *alguns anos antes “tomou o castello de leyrea mouros, e despoys elRey Ismar abuzuy tomou o dito castello de leyrea, e foi prezo paaio goterrez conigo de santa cruz. E depois tomou o dicto castello elRey dom affomso...”*²⁵¹⁴.

Acrescenta a mesma crónica detalhes interessante - retirados de uma outra obra - sobre o chefe adversário de Afonso Henriques. Diz uma das crónicas que “*conta a estoria que quando el Rey dom affomso conprio XXIII.º anos de sua hidade que entom tomou aos mouros leirea e torres nouas a elRey ismar, que era rey da estremadura, e andava entom a era em mil anos*”.

Não se pode data a construção do castelo de Leiria do período islâmico com base na existência de lendas. Mas, não deixa de ser curioso que em Leiria se tenham mantido tradições populares que fazem referência à presença de “mouros” em Leiria. Num dos casos, trata-se de **uma lenda relativa a um mouro ancião e à sua filha Zara** que chegem ao castelo já depois de este ter sido construído por Afonso Henriques. Mas um outra lenda, a de Albarach” é mais complexa e interessante; trata-se de um cavaleiro, alcaide de Leiria, “homem de singular esforço, e destresa militar” e com “fama de valeroso capitão” que acaba por ser capturtado pelo conde D. Henrique; tentando fugir sem o conseguir, apesar de ter aliciado com imensas riquezas um soldado cristão, o antigo alcaide de Leiria passa a conviver com com frade - confessor do Conde - que o converte ao cristianismo; passa pelo convento de Santa Marinha (do Douro) e acaba fundando uma ermida numa zona só e inóspita - em *Masseiradão*; porém, o eremita decide descer para um mosteiro do vale, juntando-se a ele outros religiosos, o que trará fama e crescimento ao referido mosteiro de Maceiradão²⁵¹⁵. Embora não passe de uma descrição legendária, surgem tópicos interessantes que

2513. Posição defendida por Pedro Barbosa; este historiador reconhece que a zona em redor de Leiria estaria pouco povoada antes da sua ocupação por Afonso Henriques, mas tem fortes indícios de que não estaria despovoada em época islâmica - cf. “Leiria e a contenda entre Santa Cruz e a Sé de Coimbra: nótuas para um estudo”, *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua região*, vol. 1, Leiria, 1995, (pp. 267-277), pp. 268-269.

2514. *Chronicas breves e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, publicado em *P.M.H., Scriptores*, II, p. 25; veja-se também Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, p. 71; idem, Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p.27.

2515. Fr. Antonio da Purificação Portuense, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos*

podem ser reflexo de comportamentos nomais na época: a existência de tropas do al-Andalus temidas e respeitadas, reconhecendo-se valor aos chefes adversários; a conversão, que se pode dar em ambos os sentidos, e que no caso vertente é a de um muçulmano aos cristianismo, mas também a preferência - inicial - deste neoconverso pela via eremítica, vida e via que era comum em alguns pontos do *dār al-Islam* e, concretamente, no al-Andalus e no Norte de África almorávida²⁵¹⁶. Mas mais; esta opção de um homem de armas pela vida eremítica surge quase em simultâneo com a opção de vida de um Ibn Qāsi, ligado também ao afastamento do mundo e - neste caso, depois - ao uso de armas para fazer valer as suas ideias.

Não há informação de índole arqueológica que possa conjugar-se com estas informações textuais disponíveis. Por outro lado, Pedro Barbosa mostra com clareza que há duas tradições não concordantes sobre a fundação do castelo de Leiria mas explica as circunstâncias que devem ter estado por detrás da necessidade de considerar como terra erma o território em redor de Leiria²⁵¹⁷. Interpretando as referências textuais a “frecuentes incursiones” levadas a cabo por contingentes militares islâmicos sobre a zona do vale do Mondego, Pedro Barbosa considera que seria mais provável que tais ataques partissem de muçulmanos “da região a sul de Leiria (zona de Óbidos - Alcobaça), e não aos de Santarém”, embora admita com toda a razoabilidade que quando as crónicas se referem a “Santarém” se estão a referir à região²⁵¹⁸, ao fim e ao cabo, à *kūra* de Santarém. Embora trabalhando no campo das hipóteses, e não ignorando de que há também indícios - poucos e frágeis, mas há - de ocupação humana na região de Obidos e Alcobaça em época islâmica, é colocar a hipótese de que Leiria tenha funcionado, pelas facilidades de comunicação com Santarém mas também com a zona de Óbidos²⁵¹⁹ e Alcobaça, como local de concentração de

Eremitas de S. Agostinho de Hippona e principal Doutor da Igreja..., Parte II, Lisboa, 1656, Livro V, Título II, pp. 76v-78 *apud* Saúl A. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2ª edição (revista e ampliada; 1ª ed. Leiria, CML, 1995), Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, pp. 63-64.

2516. Sobre eremitas, e a via mística no al-Andalus veja-se, entre muitos outros, Félix Pareja, *Islamología*, vol. II, cap. XIV, *passim*; Pablo Beneito Arias, *Los Nombres de Dios en la Obra de Muhyi-L-Din Ibn Al-Árabi - Tesis Doctoral*, (Dirigida por la Dr. M. Jesus Viguera), Departamento de Estudios Arabes e Islamicos, Universidad Complutense de Madrid, 2 tomos, 1996, cap. 1.
2517. Não vale a pena reproduzir toda essa argumentação e as tradições historiográficas - riquíssimas - em redor desta questão; veja-se Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, pp. 72-79; idem, Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, pp. 28-30.
2518. Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p.27; idem, *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, pp. 67 e seguintes.

A posição de Santarém como peça fundamental como rectaguarda das acções almorávidas contra o Norte é já reconhecido por P. Barbosa - cf. Pedro Gomes Barbosa, “Estratégias de formação do património fundiário de Santa Maria de Alcobaça no termo de Santarém (séculos XII a inícios do XIV)”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 107-116. - **p. 107.**

2519. Veja-se foto do castelo de Óbidos em inícios do séc. XX em Gabrirel Pereira, *Estudos Diversos*, Univ. de Coimbra, 1934, p. 408. *RIO-Revista Informativa de Óbidos* (n. 38, Óbidos, Agosto de 2007), p. 26 on-line, anuncia que foram descobertas cerâmicas de época islâmica em Óbidos: “cerâmicas islâmicas recolhidas na escavação de emergência efectuada na Cerca Velha em 2004. Tratam-se de cerâmicas comuns domésticas atribuíveis aos sécs. XI e XII, que surgiram numa camada de preparação de pavimento datável do séc. XIII. Apesar de estarem em deposição secundária (fora do contexto original), constituem os **primeiros vestígios de**

contingentes, defendido pelo Lis - que poderiam vir de Santarém mas também dessa zona Oeste de Alcobaça e mais do sul - para partir daí empreender ataques sobre o vale do Mondego.

Assim, pela própria geografia da região, verifica-se que a Ocidente das serras de Candeeiros e do Sicó, Leiria é o ponto que melhores condições reúne para poder concentrar tropas provenientes dessas duas áreas. A própria topografia do castelo ajuda sobretudo as tropas provenientes do sul. É o próprio Saúl A. Gomes quem o diz, ao afirmar que “o curso de água, aqui, [em Leiria] dificultava tentativas de quem quisesse atacar a partir do norte, para atingir as muralhas da vila alta, desempenhando um papel auxiliar defensivo que os anteriores lugares [Ourém, Porto de Mós e Pombal] não conheciam”, para acrescentar mais adiante que “Leiria tinha ainda a vantagem do seu monte amuralhado ser bastante íngreme dos lados norte e ocidental, não permitindo acessos nessas vertentes”²⁵²⁰. Esses lados ocidental e norte são, precisamente, os lados que dão cara, durante a fase em que o domínio islâmico se fazia exercer - de alguma forma - na região, às possíveis entradas de cristãos de Coimbra e de normandos. Leiria, a sul de Coimbra e a norte de Santarém era o único local com esta dúbia capacidade, num morro estrategicamente único, e que seria muito estranho os poderes islâmicos instalados em *Šantarīn* não terem percebido as suas virtualidades. Apesar de tudo, está-se ainda no campo das hipóteses, mas de hipóteses que vale a pena aprofundar.

Esta posição de Leiria era, como já foi defendido, um dos melhores locais para atacar o vale do Mondego, o que colocava em sobressalto os institutos religiosos que procuravam frutificar em Soure e que se viam constantemente atacados por cavaleiros, por *latrunculi*, vindos do sul²⁵²¹.

Pode dizer-se ainda sobre Leiria que apresentava vantagens por ser uma pequena fortificação adaptada ao terreno e que uma pequena guarnição deixaria, muito provavelmente poucos vestígios no terreno, a não ser eventualmente algum exemplar da boa moeda almorávida ou outros vestígios em metal inadvertidamente caídos. Tropas a cavalo raramente viriam munidas de recipientes em cerâmica; privilegiariam, certamente, os odres, ou os alforjes para trazerem alimento. No entanto, todas estas conjecturas foram de alguma forma apoiadas pelo aparecimento de vestígios materiais recentemente detectados no castelo de Leiria, vestígios esses que foram classificados como pertencendo aos séculos IX-X²⁵²². Esta proposta de datação coincide com a existência, eventual, no local, de ocupação que visasse a defesa contra os *maġūs*. Mas, pela acumulação de dados até a nível da micro-toponímia - como é o caso da *porta da albacara* - é de pensar que uma primeira

ocupação islâmica em Óbidos.” - Estes achados, ainda inéditos foram confirmados por via oral, com a Dr. Isabel Cristina Fernandes que organiza, precisamente em Óbidos, o *II Simposio sobre Fortificações*, em 2010.

2520. Saúl António Gomes, “Sobre a Fundação Undecentista de Leiria”, in *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua região - Actas*, (1991), vol. I, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1995, p. 229.

2521. Sobre os *sarracenorum latrunculis* cf. *Vita Theotonii*, in Aires Augusto Nascimento (ed.), *Hagiografia de Santa Criz de Coimbra : vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa : 8), Lisboa, Ed. Colibri, 1998, § 24, pp. 182 (ou *P.M.H., Scriptores*, pp. 59-62); veja-se a argumentação de Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p. 30.

2522. Cf. Gonçalo Lopes, “Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do castelo de Leiria”, in *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, 2001, (pp. 31-37), p. 33 e 36. É de toda a justiça agradecer ao autor, antigo aluno da Universidade de Évora, a oferta de um exemplar do catálogo onde o seu importante contributo foi publicado. Gonçalo Lopes já tinha antes publicado cerâmicas de época islâmica detectadas em outras zonas de Leiria.

fortificação, eventualmente, de iniciativa omíada, tenha sido edificada para fazer face a penetrações de normandos pelas margens do rio Lis e que essa mesma fortificação se tenha mantido - possivelmente sem grande manutenção ou ampliação - e que estara de tal forma degradada que a obra de Afonso Henriques vem a ser apresentada como uma fundação. As obras portuguesas podem ter mantido uma parte da estrutura inicial mas ter alterado ou demolido outras áreas como, eventualmente, um oratório ou uma necrópole.

Em suma, a posição do castelo de Leiria poderia ter aproveitado um posto de vigia concebido em época emiral/ califal para controlar possíveis penetrações de normandos e ter sido reutilizado ou revitalizado, para fins militares, como base estratégica para lançar ataques contra territórios a norte do Lis, sobretudo contra o vale de Mondego e, em determinados momentos, contra Coimbra. Mas deve ter sido sobretudo uma base com carácter militar não tendo os almorávidas, aparentemente, investido em colonizar a zona, o que concorda com uma certa visão de solidão²⁵²³ a que estavam votados muitos campos da região, sobretudo a norte do Lis.

(d) Conclusão - almorávidas

Como e bem sabido, a morte do emir almorávida ‘Alī ibn Yūsuf ibn Tašfīn em 1143 precipita os acontecimentos de forma abrupta. Se já havia sinais de “decadência” e de mediocridade na governação anterior (que passa também pela incapacidade de os *ulemas malikitas* darem respostas cabais e rápidas aos problemas inesperados que iram surgindo na governação, onde tinham grande influência), Tašfīn ibn ‘Alī - o filho que lhe sucede - não irá conseguir fazer reverter a situação; partindo para o Magrebe, para lutar contra almódas em ascensão, acaba por morrer frente a estes em Fevereiro de 1145²⁵²⁴.

Mas, como se sabe, já a revolta se tinha iniciado no *Ġarb al-Andalus*; Ibn Qasī já se tinha pronunciado e iniciado um movimento de ant-almorávida a que outros se sucederão²⁵²⁵. Ibrāhīm ibn Tašfīn ibn ‘Alī e o seu tio Iṣḥāq ibn ‘Alī ainda exerceram o poder - não sem divisões no seio da família dirigente - mas essa tentativa de segurar a dinastia nem sequer teve efeito no *al-Andalus*.. O poder almorávida caiu e no *Ġarb* as reacções não se fazem esperar - tanto do lado dos *andalusīs* como do lado dos reinos cristãos.

O balanço que se pode fazer sobre o domínio almorávida pode começar pelo fim. Entrando a dinastia em colapso o mesmo acontecerá ao vigor posto na defesa dos postos principais e estratégicos do *Ġarb al-Andalus*. É claro que dinastia de origem norte-africa nunca se misturou efectivamente com a sociedade do al-Andalus e manteve-se à parte. A defesa estava-se cometida e quando a di-

2523. É a visão defendida por Saúl A. Gomes (*vide infra*).

2524. M. Jesús Viguera, “Los almorávidas - Historia política”, *História de España* (Menéndez Pidal), vol. VIII-II, p. 59.

2525. P. Buresi, *La Frontière...*, pp. 48-49.

nastia cai e são necessários reforços para salvar o poder dinástico no Mafrebe a defesa no Ġarb - e em outros pontos do al-Andalus - entra em crise e cae num vazio. Também no Ġarb não se sabe onde passa exactamente a fronteira mas sabe-se que se na parte oriental do Ġarb a cidade de Coria já tinha caído em poder dos leoneses em 1142 - depois de uma tentativa gorada e de um assédio longo - mas que Trujillo se mantinha no *al-Andalus*. Quanto ao sector mais ocidental sabe-se que depois de décadas de combates os dois grandes pilares não tinham mudados de mãos: Coimbra, os campos do Mondego e até zonas a norte do vale de rio tinham sido várias vezes atacados mas o domínio islâmico não se voltará a afirmar na antiga *Qulumriyya* e, a sul desta cidade a grande cidade de Fronteira frente ao norte cristão é *Šantarīn*.

Pouco se alterou no ocidente, se se exceptuar a recuperação inicial das cidades e *Kuwar* de Lisboa e Santarém. No entanto, por informações que se conhecem sobretudo a partir das descrições referentes às futuras tomadas de Santarém e de Lisboa é possível dizer que deve ter havido um reforço substancial em algumas muralhas urbanas: as mesmas Santarém e Lisboa devem ter tido as suas muralhas revitalizadas: no primeiro caso fala-se de fossos preenchidos e de obras de amuralhamento e no segundo caso, pela dificuldade na tomada é de calcular que a cidade durante o período almorávida (e, possivelmente, algo de força apressada, depois da conquista de Santarém) tenha cuidado das suas defesas passivas e se tenha preparado para um ataque - até por que ainda nessa mesma década de 40 fora visitadas por uma nova expedição de origem setentrional. Ainda em relação a Santarém ver-se-á que as defesas de algumas portas - como a de Atamarma, de Manços e a porta de Leiria devem ter sido profundamente reformuladas nessa fase (e não na fase de semi-anarquia e de desmilitarização que se seguiu ao colapso da dinastia dos velados). **Em termos de** arquitectura militar, é difícil encontrar uma constância, um estilo inconfundível que se possa atribuir unicamente ao período do domínio desta dinastia norte-africana e parece terem existido diferentes soluções aplicadas - o que pode ter passado pelo ensaio de soluções novas ou as adequadas ao local em causa. Por outro lado, se a guerra de cerco não foi executada com mestria pelos exércitos almorávidas, a nível da defesa passiva tanto Lisboa como Santarém parece terem sido dotadas de sistemas defensivos novos (fig. 106-121).

Além disso, é muito provável que outros pontos fortificados estratégicos de que se falará mais detalhadamente mais adiante - como Tomar (fig. 122-123), Torres Novas (fig. 124-125) mas também Alcanede - tenham sido reforçados militarmente a nível de defesas passivas e com pequenas guarnições. Esse reforço de algumas fortificações secundárias pode até ter sido estimulado na sequência das campanhas que está por detrás da célebre “batalha de Ourique”: ficou patente que as defesas almorávidas eram porosas, deixavam passar facilmente as tropas cristãs e não seria impossível que estas e outras fortificações implantadas em zonas de passagem - como as três acima referidas - cumprissem esse desígnio.

Mas a queda da dinastia arrastará esses locais para a inoperância ou quase. A tensão e coordenação existente entre os vários pontos fortificados de distintas hierarquias cairá e as forças cristãs do norte, organizadas e oportunas, cairão sobre os principais pontos-chave da dinastia nas zonas de Fronteira: por isso não estranha que no ano de todas as conquistas - 1147 - caiam Calatrava, Almería e Baeza²⁵²⁶ mas também Santarém e Lisboa.

Pelo Ġarb, porém, manter-se-á a esperança numa governação claramente distinta da que os almorávidas e *ulemas* malikitas mantiveram de pé até meados do século XII.

2526. Cf. P. Buresi, op. cit., pp. 49-51 e 317.

7. - As “segundas Taifas” e as perdas no flanco mais ocidental do *Ġarb*

Ainda a dinastia almorávida tentava sobreviver e já o estandarte da revolta era levantado no *Ġarb al-Andalus*. Mas, além disso, haverá outros protagonistas; Afonso Henriques de Portugal e Afonso VII de Leão e Castela tomarão igualmente a iniciativa. Com a participação de calveiros francos, mas também - sobretudo no caso português - de cruzados, de cavaleiros dos concelhos e ordens religiosas militares recentes, como os Templários, os cristãos do Norte não desperdiçarão a queda da dinastia almorávida.

Sobre Ibn Qasī muito se tem escrito ultimamente sobre os aspectos místicos da vida e da sua obra; tem-se escrito também sobre as suas ligações com determinados locais de *ribāṭ*. Mas, sem esquecer esses aspectos, convém ver de que forma tentou afirmar-se política e militarmente.

Por outro lado, como reagirão Santarém e Lisboa às pressões de que vão ser alvo. Quais as suas capacidades e novidades no campo militar? Porque caíram ou, pelo contrário, como foi possível terem aguentado tão longo assédio?

(a) Segundas Taifas ou segundo período de Reinos de Taifas

O ataque do grupo de origem religiosa, movimento cujos aderentes são conhecidos como al-Muwaḥḥidūn (الموحدون), os “unitários”, fundado por Ibn Tūmart e que, nos anos vinte do século XII, já se fazia sentir perto de Marraquexe, sobretudo junto dos montanheses do seu grupo tribal - os Maṣmūda, do Atlas - fez com que o poder Almorávida no al-Andalus se enfraquecesse nessa mesma década e que surgissem no seio da própria sociedade do al-Andalus alternativas de poder, algumas delas baseadas também em novas propostas, novos caminhos a serem trilhados, em que os aspectos políticos, militares e religiosos (*dīn*) andavam de mãos dadas.

O *al-Andalus* - e o *Ġarb*, particularmente - é palco de confrontos entre *andalusiīs* descontentes e membros dos contingentes de soldados “velados” que assumiam atitudes muitas vezes agressivas para com as populações locais, o que pode estar na origem de uma célebre inscrição de Badajoz que refere um seu *cidadão* “morto injustamente pelos Velados”²⁵²⁷.

O segundo período de Taifas é habitualmente dado como tendo **iniciado em 1143**; porém, para o *Ġarb al-Andalus* e para o *al-Andalus* em geral tentar-se-ão compreender as dinâmicas dos acontecimentos e da conjuntura, sem atender exageradamente à cronologia, por vezes variável de autor para autor .

As alternativas ao poder almorávida surgem habitualmente a partir de três tipos de origem: alguns chefes miliares do próprio *al-Andalus* (descontentes com o condução militar sobretudo a partir de 1118), alguns *qādīs* (de famílias *andalusiīs*, descontentes com o rumo e a prática seguido pelos

2527. Cf. E. Lévi-Provençal, *Inscriptions Arabes d’Espagne*, Leiden - Paris , 1931, peça n. 45, pp. 56-57.

contingentes almorávidas aqui estacionados e sem um controle estreito pelo poder central) e dirigentes religiosos que defendem uma sociedade diferente da proposta pela via malikita.

É a partir desta última vertente de alternativa de poder que irá surgir uma das mais importantes alternativas ao poder definhante dos almorávidas no *Ġarb al-Andalus*; trata-se de Abū l-Qāsim Aḥmad ibn al-Ḥusayn al-Qasī²⁵²⁸.

Se “foi Alexandre Herculano quem primeiro conferiu o merecido destaque político e religioso a Ibn Qasī, dedicando-lhe algumas páginas da sua *História de Portugal*, chegando a dele fazer aliado de D. Afonso Henriques”²⁵²⁹ e David Lopes²⁵³⁰ retomou e completou o estudo sobre Ibn Qasī, nos últimos anos sobretudo com os novos rumos das Historiografia, sobretudo a partir da década de setenta, o assunto foi retomado e desenvolvido em perspectivas mais latas.

Ibn al-Qasī, nascido no seio de uma família com peso na região e ilustrada, começou a criar uma alternativa ao poder dos almorávidas na fase de “decadência” - seguindo a ainda útil expressão de F. Codera - destes e está próximo das ideias do almeriense Abū l-‘Abbās ibn al-‘Arīf²⁵³¹ (este por sua vez discípulo de Ibn Barraġān), com quem se relacionou e de quem terá recebido influências²⁵³², numa conjuntura em que todo o *dār al-Islam* discutia, acaloradamente por vezes, as ideias e as obras de Abū Ḥamid al-Ġazālī (...- 1111)

Abū l-Qāsim Aḥmad ibn al-Ḥusayn al-Qasī é um *ṣūfī* (صُوفِيّ), está ligado a uma cadeia de mestres seguidores do sufismo, da via do *taṣawwuf* - تصوّف - de uma via gnóstica dentro do *Islam*, via para-

2528. Biografia de Ibn Qasi: Artur G. de M. BORGES; “Ibn Qasi, rei de Mértola e mahdi luso-muçulmano”, *Arqueologia Medieval*, Porto - Mértola, n. 1, 1992, pp. 209-215.

De Ch. Picard veja-se “Ribats et édifices religieux de l’Islam sur les côtes du Portugal à l’époque musulmane médiévale : islamisation et jihad dans le Gharb al-Andalus” e “Regards croisés sur l’élaboration du jihad entre Occident et Orient musulman (VIIIe-XIIe siècle) : perspectives et réflexions sur une origine commune” (no prelo) e ainda Sobre Ibn Qasī escreveram ainda PICARD, C. (1997), *L’Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l’Époque Almohade*. Paris: Maisonneuve et Larose; e, do mesmo autor, PICARD, C., *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe Siècle)*, Paris: Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 93, 94.

Sobre Ibn Qasi deve ver-se ainda David Raymond Goodrich, *A “Sufi” revolt in Portugal Ibn Qasi and his Kitāb khal’ al-na’layn*, Columbia Doctoral Dissertation, 1978 (há exemplar em Évora).

2529. Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia*. volume 7. número 1, Lisboa, 2004, p.483.

2530. (1910, p. 92); de David Lopes vejam-se também as suas páginas da *História de Portugal* (ed. de Barcelos), Tomo 1

2531. Sobre este “místico” *andalusí* (1088-1141) veja-se o trabalho clássico de Miguel Asín Palacios, "El místico Abu-l Abbas Ibn al-'Arif de Almeria y su Mahāsīn Al-Mayālis", in *Boletín de la Universidad de Madrid*, vol. III, Madrid, 1931, pp. 441-458: Asín Palacios descobre, neste seguidor do *tasawwuf*, influência de Ibn Masarra cruzadas com tendências neo-platónicas. (da sua obra há traduções em França e Espanha - Ibn al-'Arīf, *Mahāsīn al-majālis*, ed. crítica e trad. francesa, Geuthner, París, 1933; Ibn al-'Arīf, *Mahasin al-machalis*, ed. Sirio, Málaga, 1987).

2532. De Ibn Barraġān veja-se `Abd al-Salam b. `Abd al-Rahman Ibn Barrayan, *Sarh asma' Allah al-husnà: (comentario sobre los nombres más bellos de Dios)*, ed. crítica e estudo por Purificación de la Torre, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (col. Fuentes árabe-hispanas, 24), 2000.

lela e por vezes malquista pelos agentes e dirigentes de uma sociedade que preferiu o *madħab malikita*.

Ibn Qasī é citado pelo grande Ibn ‘Arabī, chegando a ser incluído no grupo dos seus “mestres luso-árabes” como, talvez excessivamente, lhes chamou J. D. Garcia Domingues²⁵³³. Se como for, *ṣūfī/s* do seu tempo reconheceram nele sobretudo capacidades a nível da gnose, do do *taṣawwuf*. Claude Addas, que retoma o conhecimento sobre três cartas escritas entre Ibn al-‘Arif e Ibn Qasī, nas quais aquele reconhece a Ibn Qasī “intelligence, erudition and mastery of the spiritual sciences”²⁵³⁴; porém os autores árabes nem sempre dele expressam uma visão positiva²⁵³⁵.

Na primeira metade do século XII, o *Ġarb al-Andalus* parece ser, como zona periférica que nunca deixou de ser, procurada por quem pretendia apostar an via da gnose; para além de Ibn qasī, al-Mundīr procurara também a via do recolhimento, havendo nos confins da região um importante *ribāt* perto de Aljezur²⁵³⁶, sobre a vastidão do mar, mas havendo também instalações favoráveis a prática do sufismo em outras zonas mais próximas de Silves²⁵³⁷.

2533. J. D. Garcia Domingues, “Os mestres luso-árabes de Ibn ‘Arabī”, in Félix M. Pareja Casañas (ed.), *Orientalia Hispanica*, vol. I, Pars Prior, Leiden, E. J. Brill, 1974, pp. 297-304, p. 303.

Sobre as ideias e práticas de Ibn Qasī e o movimento dos *muridīn* no *Ġarb al-Andalus* veja-se A. Rei (cf. António Rei, “AZÓIAS / ARRÁBIDAS NO GHARB AL-ANDALUS E O MOVIMENTO DOS MURIDÎN - subsídios para a sua identificação espacial”, in *XARAJIB*, n.º 2, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2002, pp.53-61 (agradeço a António Rei e à Dr.ª Ana Mira a oferta de exemplares desta revista), sem esquecer obras de referência sobre este e outros movimentos messiânicos da mesma época (cf. Tilman Nagel, “Le Mahdisme d’Ibn Tūmart et d’Ibn Qasī : une analyse phénoménologique”, *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée* [recentemente em linha], n.º91-92-93-94 - Mahdisme et millénarisme en Islam, juillet 2000, pp. 125-136; Michael Brett, «Le Mahdi dans le Maghreb médiéval : l’élaboration de la légitimité almohade», *ibid.*, pp. 93-106. No tempo dos messianismos islâmicos - séc. XII, havia também tendência messiânicas judaicas - cf. Mercedes García-Arenal, “messianisme juif aux temps des *mahdi-s*”, in Maribel Fierro (éd.), *Judíos y musulmanes en al-Andalus y el Magreb. Contactos intelectuales*, Madrid, Collection de la Casa de Velázquez n.º 74, 2002, pp. 211-231).

2534. Claude Addas, “Andalusī Mysticism and the rise of Ibn ‘Arabī”, in Salma Khadra Jayyusi, Manuela Marín (Eds.), *The Legacy of Muslim Spain*, (pp. 909-933), p. 923. Há uma obra recentemente publicada em Portugal em torno de Ibn Qasī e da sua obra, *Khal’ al-na’layn*, de: cf. Adalberto Alves, *As sandálias do Mestre, em torno do sufismo de Ibn Qasī nos começos de Portugal*, Lisboa, Hugin Ed., 2001.

2535. O mesmo Claude Addas refere críticas de Ibn ‘Arabī à obra de Ibn Qasī, o livro *Khal’ al-na’layn*, bem como o facto de autores como Ibn al-Abbar e Abū Muḥammad ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākuṣī o considerarem como tendo “frank aversion to Ibn Qasī, who is seen by one and all as a charlatan and a cunning, ambitious opportunist” - *ibidem*, p. 925 e nota 92.

2536. Sobre este *ribāt* descoberto há não muito anos e que tem sido escavado recentemente vejam-se os trabalhos de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, “O *ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 7, N.º. 1, Lisboa, I.P.A., 2004, pp. 483-573 (também publicado em: idem, *O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve)*, Município de Aljezur, 2004); idem, “O *ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 - sector 1”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, N.º. 2, Lisboa, I.P.A., 2005, pp. 471-533; idem, “O *ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados das escavações arqueológicas no sector 3 (2003/2004)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 9, N.º. 2, Lisboa, I.P.A., 2006, pp. 329-352.

2537. Sobre a existência não de uma mas de mais *ribāt/s* ocupados nesta época por Ibn Qasī mas também por al-Mundīr e, eventualmente, outros gnósticos *andalusī/s* veja-se António Rei, António Rei, “AZÓIAS / ARRÁBIDAS NO GHARB AL-ANDALUS E O MOVIMENTO DOS MURIDÎN - subsídios para a sua

Versados numa visão gnóstica do Islão que, no caso do al-Andalus, existia subterraneamente, pelo menos desde Ibn Massara e que dará origem ao grande mestre Ibn ‘Arabī, Ibn Qasī liderou a insurreiçāo contra os almorávidas desde início da década de 40 e, numa zona periférica, longe da acçāo directa dos exércitos cada vez mais frágeis dos almorávidas, pode difundir as suas ideias de uma sociedade islâmica nova. Essas propostas novas, acabam por coincidir com ideias semelhantes que circulavam na margem sul do Estreito de Gibraltar, através de Ibn Ṭūmart que, esse, tinha estado no Oriente e aí contactara com al-Ġazzālī: no al-Andalus e no Magrebe partilhava-se a esperança em novas propostas para as sociedades islamizadas.

Ibn Qasī tem um projecto de poder mas parece não ter um projecto de construção de novas fortificações. Se o seu poder e a sua influência pode ter passado pela construção de espaços ligados à oraçāo e ao retiro, a nível de espaços fortificados a sua atitude e acçāo parece revelar-se sobretudo numa acçāo de controle de pontos chave e de cidades do Ġarb já existentes. Essa acçāo passou pela divulgaçāo da sua mensagem e pela criaçāo de uma rede de seguidores e aliados.

Essa acçāo anti-Almorávida de Ibn Qasī já se detecta de forma clara em 1142²⁵³⁸ e torna-se mais clara após a morte de ‘Alī ibn Yūsuf (1106-1143) ele também, curiosamente, um homem do seu tempo, um simpatizante de ideias “ascéticas”²⁵³⁹.

Entre os seus aliados e seguidores contava-se vários membros de elites regionais, como al-Mundīr que a ele está ligado desde a década anterior. Este é também um homem da regiāo com um passado ligado à vida ṣūfī e muito provavelmente ele - e não Ibn Qasī - ligado ao ribāt da Arrifana de Aljezur²⁵⁴⁰.

A cronologia das acções de Ibn Qasī na fase de afundamento dos Almorávidas foi sistematizada recentemente num trabalho aprofundado de Adel Sidarus mas não deixa de colocar ainda algumas dúvidas e incertezas. Em Agosto - Setembro de 1144 (Ṣafar ربيع الأول I - H 539) produz-se o levantamento: Ibn Qasī proclama-se Mahdī e seguem-se movimentações de carácter militar:

identificaçāo espacial”, in *XARAJIB*, n.º 2, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2002, (pp.53-61), §2, onde conclui, pela análise das fontes disponíveis que é possível indentificar não uma mas “três azóias / arrábidas, que estiveram ligadas ao movimento dos ‘Muridīn”. O autor debruça-se sobre os dois espeços principasi, na medida em que envolvem as figurtaas de Ibn Qasī e al-Mundīr e o terceiro espaço é, de facto, diferente, na medida em que é até identificado como “Ḥiṣn Arkuš”.

2538. María Jesús Viguera, “taifas Post-Almorávidas” in *Historia de España* (Menéndez Pidal), VIII-II, Madrid, Espasa-Calpe, 1997, p. 67; veja-se igualmente María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, p. 189.

2539. Cf. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, pp. 180 e 186; veja-se igualmente *Mu’ğib* que diz de ‘Alī ibn Yūsuf que era “noble de alma, alejado de la injusticia y se le podía contar entre los ascetas y ermitaños antes que entre los reyes y dominadores” - Abū Muḥammad ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākuṣī, *Kitāb al-Mu’ğib fī talkhīṣ akhbār al-Mağrib*; usou-se a seguinte ediçāo: A. Huici MIRANDA (trad. castellana e ed.), *Kitāb al-Mu’yib fī taljīṣ ajbār al-Mağrib - Libro de lo admirable en el resumen de las noticias del Magrib*, vol. IV de Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, Tetuán, Editora Marroquí, 1955, fl. 122, trad. p. 127; este autor nasceu em Maraquexe, no ano de 1185.

2540. Sobre este aspecto vejam-se Adel Sidarus, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de Afonso Henriques”, *Actas do Congresso - 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997, vol.2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, (pp.247-268), p.257, n.32; ver ainda o citaado trabalho de António Rei, “AZÓIAS / ARRÁBIDAS NO GHARB AL-ANDALUS E O MOVIMENTO DOS MURIDĪN - subsídios para a sua identificaçāo espacial”, in *XARAJIB*, n.º 2, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2002, (pp.53-61), §2.

tropas afectas a a Ibn Qasī tomam Marachique e sacodem desse local a guarnição almorávida²⁵⁴¹; um dos seus aliados, Muḥammad Ibn Yaḥyà al-Šaltīsi (*o Saltesense*, ou *o de Saltés*, localidade do litoral sul do Ġarb), conhecido como Ibn al-Qābila, conseguirá tomar o castelo de Mértola e nesse mesmo ano, Ibn Qasī entrará solenemente nessa localidade - tomada por acordo, sem necessidade usar armas, sinal claro do vazio de poder militar então existente no Ġarb al-Andalus. Ibn al-Mundīr controla Silves e Ibn Wazir - que inicialmente estará com este movimento - aceita o *Mahdī* em Évora e avança, tal como Ibn al-Mundīr, sobre a cidade de Beja que cai nas suas mãos. O *Mahdī* proclamado no Ġarb al-Andalus entrega o governo de Beja a Ibn Wazir (que já controla Évora) e o governo de Silves a Ibn al-Mundīr, pouco tempo depois (em Outubro / Rabī' II ربيع الآخر أو ربيع الثاني) desse mesmo ano).

As acções tomadas e a rede de cumplicidades existentes com outros dirigentes da região - como al-Mundīr - fazem crer que possivelmente esta rede se teria começado a organizar na segunda fase do governo de ‘Alī ibn Yūsuf quando, depois da revolta ocorrida em Córdoba em 1121 grande parte do al-Andalus toma consciência da fragilidade das tropas almorávidas, da distância a que se encontra o poder - em Marraquexe, com uma extensão familiar em Granada.

(1) Marachique no contexto da época

O “castro” da Cola parece ter nesta fase de conflito agudo, entre Beja e a serra de Monchique, um dos seus momentos de maior actividade militar. Hoje parece não haver dúvidas de que o sítio conhecido até há algumas décadas como N^a Sr^a da Cola - e arqueologicamente identificado como "castro" da Cola - corresponde à Marjiq /*Marġiq* de época islâmica, designação que perdurou até à Baixa Idade Média.

O território em redor deste local tem ocupação pré-histórica, até à Idade do Ferro. Os trabalhos arqueológicos foram iniciados por Abel Viana em 1958 e prolongaram-se pela primeira metade da década seguinte, sempre no intuito de encontrar uma ocupação lusitano-romana. As escavações, contudo, foram gradualmente revelando uma "acrópole" fortificada cuja construção teve lugar em época islâmica, em fase ainda não determinado com toda a segurança.

Essa muralha define um recinto semelhante a uma alcáçova, que ainda teve ocupação militar, episódica, no século XV. A entrada da fortificação faz-se num cotovelo simples, como surge em muitas fortificações do *al-Andalus*, sobretudo a partir do século XI. O aparelho construtivo dominante é a alvenaria de xisto local, unida em muitos casos com uma argamassa terrosa. Em alguns pontos da fortificação detectam-se paredes com aparelho de tipo "espinhado", ou seja, uma variante tardia do "*opus spicatum*"²⁵⁴².

No interior dessas muralhas são visíveis, para além de uma pequena cisterna (estruturada em xisto

2541. A tradução de H. Kennedy indica “castelo de Monchique” (*Os muçulmanos...*, p. 217) mas deve tratar-se certamente do local então conhecido como Marachique, e actualmente mais conhecido como “Castro da Cola”, localizado no Concelho de Ourique.

2542. As muralhas que se observam actualmente foram, em grande parte “erguidas” na década de sessenta. Muito do que se vê resultou do amontoar das pedras extraídas das escavações, criando um cenário que justificava a aplicação das verbas na escavação. Porém, detectou-se, em níveis inferiores, a muralha original.

Há *opus spicatum* também em La Villeta, fortificação rural estudada por S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), p. 105.

da região²⁵⁴³), traços de urbanismo. Pela sua planta, é possível constatar que algumas das casas se organizavam em torno de um pátio central²⁵⁴⁴. Na área do "castro" foram encontradas lápides com inscrições funerárias de época islâmica²⁵⁴⁵. As cerâmicas exumadas datam, maioritariamente, da fase das Taifas para diante (séculos XI-XIII)²⁵⁴⁶, o que coincide com os acontecimentos desta conjuntura.

No exterior da alcáçova têm-se detectado construções, o que configura a possibilidade de ter havido ocupação humana na vertente que desce para o rio Mira e para a ribeira do **Marchicão** - hidrónimo que se mantém como uma reminiscência do velho nome deste local. Além disso, muito recentemente detectou-se ocupação de época islâmica em outras estações arqueológicas das imediações²⁵⁴⁷ o que mostra uma avolumar de uma ocupação que só agora se começa a perceber; além de se detectaram vestígios de "época visigótica" que, adicionando `à grande tardiçãõ do culto mariano, pode indiciar a permanência no local de uma comunidade cristão sob domínio político islâmico.

É comum nesta época e em outros sítios do *al-Andalus* aproveitar locais com este tipo de implantação, nos quais se tira partido das condições de defesa e dos recursos proporcionados pela conjugação de duas linhas de água. Esta fortificação, sem desaparecer, parece ter perdido relevância militar para os almóadas e para a lógica dos Banū l-Wazīr, depois do desaparecimento dos almorávidas e de Ibn Qasī.

Entretanto, a fase de movimento de tropas prossegue e em Novembro desse mesmo ano Ibn al-Mundīr avança com tropas sobre as zonas de Niebla (onde contou com o apoio do governador Yūsuf ibn Aḥmad al-Biṭrūḡī, *um andalusī*)²⁵⁴⁸, Saltés, Huelva, Tejada e Ḥiṣn al-Qaṣr (a actual Aznalcázar) e Sevilha mas os sinais de fraqueza deste movimento começam a tornar-se evidentes: Ibn

2543. A cisterna de Cola - *Marḡiq* lembra muito o que S. Gilotte refere acerca das cisterna rurais que estudou na região de Trujillo - cf. S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), pp. 128-132

Gabriel Pereira visitou o local, em finais do século XIX, e descreveu a cisterna do povoado, mas não se apercebeu da entrada acotovelada; do seu passado islâmico não transparece nada, mas as suas palavras não deixam de ser interessantes - Gabriel Pereira, *Notas d'Archeologia* - cap. intitulado "As ruínas da Colla", Évora, 1879, pp. 22-25

2544. Numa campanha de limpeza do sítio, com alunos da Universidade de Évora, foi possível detectar casas organizadas em torno de um pátio central, semelhantes às do bairro islâmica de Mértola e às encontradas recentemente no castelo de S. Jorge, em Lisboa.

2545. O estudo da necrópole da Cola - *Marḡiq* poderá beneficiar muito do que S. Gilotte diz acerca das necrópoles islâmicas rurais - S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), pp. 327-330.

2546. Há também materiais posteriores, o que é explicável, dado que o local foi sede concelho, a partir do século XIII, havendo ocupação contínua até ao séc. XIV.

2547. É o que se passa em Fernão vaz, zona antes só conhecida pelas suas antas; os vestígios islâmicos sobrepõem-se aos da Idade do Ferro - cf. Virgílio Correia (ed.), *Roteiro - circuito da Cola*, IPPAR, 2002; S. macias, *op. cit.*, vol. II, p. 72.

2548. Sobre o papel de Yūsuf ibn Aḥmad al-Biṭrūḡī nas terras a Leste do Guadiana e em redor do rio Tinto e da sua relação com o movimento de Ibn Qasī, veja-se Alejandro García Sanjuán, *La Huelva Islámica, una ciudad del occidente de al-Andalus, (siglos VIII-XIII)*, Univ. de Sevilla e Ateneo de Sevilla, 2002, pp. 88-90.

al-Mundir é derrotado frente a Sevilha e o *eborense*²⁵⁴⁹ Ibn Wazir é preso por Ibn Qasī em Mértola²⁵⁵⁰ durante algum tempo - durante esse intervalo de tempo mal conhecido o governo de Beja é entregue a Abū Tālib al-Zuhri²⁵⁵¹ - regressando depois a Beja e acabando por, algum tempo depois, juntar Badajoz aos seus domínios (o que mostra o prestígio e / ou força que detinha no eixo Évora - Elvas (não citada no quadro destes acontecimentos) - Badajoz.

Em inícios de 1145 o *qāḍī* de Córdoba (Ibn ḥamdīn), o *qāḍī* da antiga capital califal, proclama-se “soberano supremo”, o que põe em perigo as pretensões so Mahdī do *ġarb*²⁵⁵²; Ibn Qasī tenta ser reconhecido mas a acção de *Sayf al-Dawla*²⁵⁵³, o último dos Banū Hūd de Saragoça²⁵⁵⁴, agora senhor de Rueda del Jalón, faz gorar as suas expectativas.

Porém, Ibn Qasī está atento ao que se passa na cena política internacional mas também “regional”: Tašufīn ibn ‘Alī morre em 1145, sucedendo-lhe Ibrahim, seu filho mas ainda uma criança; Ibn Qasī decide actuar, juntar outra vez os seus aliados²⁵⁵⁵ mas os acontecimentos que se lhe seguem não lhe são completamente favoráveis: Ibn al-Wazir não comparece à chamada e e Ibn al-Mundir que Ibn Qasī manda contra o senhor de Évora é aprisionado por este na cidade de Beja - está-se em Abril de 1145, e de de Beja para Norte controla Ibn Wazir²⁵⁵⁶; Ibn Qasī detém Mértola e territórios a sul a a Leste. O *Ġarb al-Andalus* não é atravessado por uma fase de construção mas as edificações de carácter militar e a cavalaria dos vários intervenientes parecem estar muito activas nesta conjuntura.

-
2549. Expressão aqui usada, tendo em conta a cidade que será central no seus domínios e a nível da afirmação do seu poder; não há provas de que tenha verdadeiramente nascido em Évora, nem prova do contrário.
2550. Mértola que é designada como *qal‘a*, talvez não por não ser uma cidade - uma *madīna* - mas pela sua intrínseca capacidade militar; o mesmo texto dá detalhes interessantes acerca da Mértola de então, ao explicar quer Ibn Qasī, em Mértola, depois de ter recebido a homenagem dos seus apoiantes e de ser proclamado o seu poder (cerimónia da *da‘wa*), “dirigiu-se à *qasaba* (da *qal‘a* de Mértola) e instalou-se no seu *qaṣr* (palácio)” - Ibn al-Abbar, *al-Hulla al-Siyara’* (ed. de Husayn Monés), Cairo, 1963, II, pp. 197-999 *apud* P. Guichard, *L’Espagne et la Sicile Musulmanes aux XIe et XIIe Siècles*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2000, p. 217); ver tb. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo...* Veja-se igualmente V. Lagardère, *Les Almoravides. Le Djihād Andalou (1106-1143)*, Paris, L’Harmattan, 1998, pp. 233-235.
2551. Cf. M. Telles Antunes, Adel Sidarus, “Mais um quirate cunhado em Beja em nome de Ibn Qasī e Abu Talib Al-Zuhri (Alcaria Longa - Baixo Alentejo)”, in *Arqueologia medieval*, N.º 2, Porto- Mértola, 1994 , pp. 221-222.
2552. Diga-se em abono da verdade, que esta fase foi fértil em candidatos com “pretensões soberanas”, como foi o caso de Ibn Hūd, também conhecido como Safadola / Zafadola; é também desta fase da História do al-Andalus o famoso Rei Lobo, de seu nome Ibn Mardaniš, de origem *muwallad* e que será dos poucos “reis” a resistir à penetração dos almóadas em solo *andalusi* - sobre estas duas personagens veja-se María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, respectivamente, pp. 194-195 e 196-198.
2553. Literalmente, “espada do Estado”, um título honorífico; *Sayf al-Dawla* era muitas vezes transcrito nos docs. cristãos como *Zafadola* ou *Safadola*...
2554. Cf. Salma Khadra Jayyusi, Manuela Marín(ed.), *The Legacy of Muslim Spain*, p. 1041.
2555. Apetece dizer que Ibn Qasī decidiu *contar espingardas*, mas a expressão é demasiado anacrónica para que possa figurar no corpo do texto; *contar espadas* já faria sentido mas ele sabe que não conta com a “espada do Estado” ou *Sayf al-Dawla*.
2556. Ibn Wazir opta, então, por reconhecer o *qāḍī* de Córdoba como soberano.

Ibn Qasī, no entanto, não desiste de aproveitar o vazio de poder e sabe-se que há moedas cunhadas em inícios de 1146 / Rajab رجب - Sha'aban شعبان de 540 H na área de Múrcia²⁵⁵⁷. Porém, os movimentos militares nos Ġarb são-lhe adversos: segundo a Hulla²⁵⁵⁸, Ibn Wazir - que controla Évora e Beja - avança para sul e acaba por tomar Mértola e Silves; deveria havia uma “milícia de Évora”²⁵⁵⁹ com a qual Ibn Wazir sabia poder contar, que lhe permitia não só as conquistas para sul, como igualmente, a tomada de Badajoz, cidade com a qual Évora tinha tradicionalmente relações estreitas.

Perante esta avanço de Ibn Wazir com as suas tropas sobre os territórios de origem de Ibn Qasī - Silves e Mértola - este toma uma decisão que irá afectar e ser decisiva para o devir do *al-Andalus*: desloca-se ao Norte de África e **solicita uma intervenção militar dos almóadas**, então seus aliados contra uma dinastia almorávida em declínio.

Em termos de alianças, os outrora aliados Ibn Qasī e Ibn Wazir estão em campos opostos em 1146; enquanto Ibn Qasī aposta no chamamento para o al-Andalus da nova dinastia, ainda numa fase ganhadora, dos Almóadas, Ibn Wazir, por seu lado, recolhe o perseguido qāḍī de Córdova - Ibn ḥamdīn²⁵⁶⁰ - em Badajoz (*qāḍī* de Córdova que tinha sido expulso dessa cidade por Ibn Ġaniya²⁵⁶¹) , circunstância que não impedirá Ibn Wazir de reconhecer nominalmente a autoridade dos almorávidas ainda nesse ano de 1146²⁵⁶².

Convém recordar que Abū Ġa'far Ibn ḥamdīn chegou a pedir auxílio a Afonso VII de Leão e Castela para fazer face aos Almorávidas; o referido Zafadola aproximou-se também dos monarcas

2557. Sobre as moedas cunhadas com menção a Ibn Qasī veja-se ; M. Telles Antunes, Adel Sidarus, “Moedas árabes de Beja invocando Ibn Qasī. Nova leitura e interpretação histórica”, in *Nummus*. Porto, 2 .a série. 14-15, 1991-92, pp. 25-38.

2558. Ibn al-Abbar, *Kitāb al-Hulla al-siyāra'*, ed. H. Mu'nis, vol. I, Cairo, 1963, p. 271, *apud* A. Sidarus, Adel Sidarus, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de Afonso Henriques”, *Actas do Congresso - 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997, vol.2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, (pp.247-268), p.262.

2559. Sem querer entrar em polémicas sem sustentação documental, não deixa de ser curioso o facto de que as forças com que contava Ibn Wazir poderem sugerir a existência de corpos militarizados semelhantes ao que a documentação cristã conhece como “milícias concelhias”; estes operacionais de Évora e de localidades envolventes (como poderia ser, eventualmente, a localidade conhecida ainda em tempo sde D. Pedro como “Alcalá”, localizada a sul de Évora, onde se detactam restos de uma antiga fortificação, com materiais arqueológicos à superfície, onde se refere que os “os moradores d **alcala** termo de alcaceuas de euora” foram privilegiados pelo rei, em 1360 (*Chancelaria de D. Pedro*, fl. 41v, doc. 424, p. 170); a designação de “alcalá” e a sua persistência até ao século XIV é um indicio de uma possível fortificação de apoio à segurança de Évora, uma *qal'a* que poderia apoiar acções sobre Beja ou acautelar avanços militares a partir desta cidade - situação que se colocaria nesta conjuntura mas tampouco seria impossível que já aqui houvesse ocupação no séc. XI, na fase de confronto entre aftácidas e abbávidas de Sevilha.

2560. Cf. M. Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, pp. 190 e 192-194.

2561. Este Ibn Ġaniyya é um dos poucos almorávidas qque ainda tem acção militar no al-Andalus “continental”, na medida em que os almorávidas irão sobreviver dsurante algfumas décadas mais nas Baleares - cf. María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, pp. 200-201.

2562. Esse reconhecimento está atestado em moedas, então cunhadas - cf. M. Telles Antunes, Adel Sidarus, “Fracção de dinar de ibn wazir de Évora invocando o emir almorávida Ishaq ibn'Ali : significado histórico e político” in *Nummus*, 2a Sér., 14-15, Porto, 1992, pp. 41-48.

cristãos, a quem presenteou generosamente²⁵⁶³; não se poderá estranhar, então, o pacto que se sabe ter existido em 1147, quando os habitantes de Lisboa pediram ajuda a Ibn Wazir que se escusa, lembrando o pacto que tem com o rei dos portugueses.

Afonso Henriques não deveria estar desinformado destas divisões; habitualmente diz-se que o primeiro monarca português aproveitou, em 1147, o declínio dos Almorávidas para conquistar Santarém e Lisboa; é verdade, mas as suas informações não se deveriam limitar a essa circunstância; ele deveria igualmente saber que o Ġarb estava em polvorosa, havia agitação militar a sul do Tejo e que os dois grandes líderes do Ġarb - Ibn Qasī e Ibn Wazir de Évora estavam em campos opostos e - um solicitando apoio aos almóadas e o outro segurando-se ao pouco que sobrava dos almorávidas - seria pouco improvável que se aliassem; o destino de Santarém e de Lisboa devem ter tido muito a ver com estas divisões no Ġarb e com o complexo xadrez político de então.

A *tariqa* - místico e homem de armas

Artur Goulart de Melo Borges fala de uma falta de “estratégia adequada”²⁵⁶⁴; talvez se possa acrescentar que o místico Ibn Qasī revelou constantes faltas de capacidade militar - capacidade que ele quis deter e que não era habitual estar associada a um dirigente da via gnóstica do *Islam*. Adel Sidarus chama a atenção não só para alguns rasgos de originalidade do movimento liderado por este *ṣūfī* do Ġarb mas chega a vincar “o carácter *sui generis* do seu movimento muridínico com a militarização da vida mística, desconhecida na Hispânia muçulmana de então”, acrescentando que nessa conjuntura só a *tariqa* de Ibn Qasī dispunha de um *ribāṭ* e que os seus seguidores seriam os únicos a “praticarem golpes de mão e tentarem derrubar o poder “iníquo” pela força das armas”²⁵⁶⁵.

Embora não se possam comparar movimentos e organizações tão diversas como a *tariqa* de Ibn Qasī e as Ordens religiosas-militares (como os Templários ou Hospitalários), não faltam exemplos, diversos bem entendido, em que a religião e a fé andam de braço dado com a utilização das armas dentro do *dār al-Islam* nestas centúrias.

Para além da concomância, em termos temporais, do movimento do muridīn de Ibn Qasī e o dos *al-muwaḥḥidūn* (almóadas) é possível encontrar no Oriente da Bacia do Mediterrâneo movimentos com os quais se possam traçar paralelos. A mais extrema de todas e que tinha uma matriz que hoje se costuma apelidar de “terrorista” a seita xiita septimana dirigida por Ḥasan al-Sabbāḥ - seita fiel a Nizār, um fatímida distinto do que ocupava o poder no Cairo - para além de usar substâncias aluci-

2563. Cf. Avinoam Shalem, “Jewels and Journeys: The Case of the Medieval Gemstone Called al-Yatima”, *Muqarnas*, Vol. 14, E. J. Brill, 1997, pp. 42-56, p. 42, onde se refere uma jóia valiosíssima com que Sayf al-Dawla presenteara o rei Afonso VII, jóia que mais tarde viajou para França, acabando por ser oferecida a um mosteiro.

Sobre Zafadola ibn Hūd veja-se M. Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, p. 190.

2564. Artur Goulart de Melo Borges, “Ibn Qasi, Rei de Mértola e Mahdi Luso-Muçulmano”, *Arqueologia Medieval*, n. 1, Porto, C. A. M./Afrontamento, 1992, pp. 209-215.

2565. A. Sidarus, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de Afonso Henriques”, *Actas do Congresso - 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997, vol.2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, (pp.247-268), p. 257.

nogénicas para obter um controlo total sobre os seus operacionais²⁵⁶⁶ - também tomaram fortalezas, algumas delas quase inacessíveis²⁵⁶⁷ - como foi o castelo de Alamūt, a sul do Cáspio, chegando a formar um Estado com base em Maysaf (de onde atacavam Damasco e Alepo)²⁵⁶⁸; Ḥasan al-Sabbāh e os *nizaritas*²⁵⁶⁹ protagonizaram alguns dos assassinatos políticos mais importantes de então, sendo o mais notório de todos o do ministro e grande estadista que foi Nizām al-Mulk²⁵⁷⁰, em 1092.

Entrada dos almóadas

Uma das grandes diferenças em relação a outros movimentos onde se conjugam religião e uso de meios militares é o facto de bem cedo Ibn Qasī ter tido consciência da sua incapacidade em gerir homens de armas e de ter recorrido aos almóadas.

A ida de Ibn Qasī ao Norte de África dá os seus frutos: tropas almóadas entra no al-Andalus em Muḥarram محرم de 541 / Junho de 1146, exército no qual participa o próprio Ibn Qasī. Esta é uma fase de recuperação de territórios, na medida em que Ibn Qasī recebe de volta Mértola e Silves - estabelecendo-se no celebrado Palácio das Varandas ou Balaustradas²⁵⁷¹, preferindo deste modo re-

-
2566. Os seus seguidores eram conhecidos como *ḥašīšiyūn*, “por el uso de brebajes de *ḥašīš* (cânhamo indio = marihuana)” razão por que o nome por que eram conhecidos deu “origen a la palabra europea «asesino» (assassin)” - Claude Cahen, *El Islam. I - Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio Otomano*, Historia Universal Siglo XXI, vol. 14, Madrid, 4. ed, 1976 (trad. do originl alemão, *Der Islam*, Frankfurt am Main, 1968), p. 283.
2567. Sobre as fortalezas dos “Assassinos” nizaritas de Ḥasan al-Sabbāh veja-se Peter Willey, *Eagle’s Nest, Ismaili Castles in Iran and Syria*, I. B. Tauris / The Institute of Ismaeli Studies, Londres, 2005; embora a realidade política e regional seja completamente diferente da do al-Andalus, esta obra espelha a importância de fortificações de rectaagura dos Nizaritas, não deixando de analisar aspectos económicos que permitiam o sustento quotidiano das comunidades que obedeciam a Ḥasan al-Sabbāh, bem como a grupos xiitas da Síria; em algumas destas fortificações é também possível reconhecer a existência de um recinto superior diferenciado, uma alcáçova - cf. pp. 132-133, fotos 8 e 15, fig. 6, p. 161, fig. 7, p. 175, fig. 8, p. 196, *passim*.
2568. Embora Ibn Qasī preparasse ataques para Leste - para Sevilha, por exemplo - a partir de Mértola, o paralelo é abusivo e não se pode considerar, apesar de algumas semelhanças que o Ġarb mais ocidental funcionasse para Sevilha e Córdoba como uma espécie de Daylam (Cáspio sul) em relação à Síria e a Bagdade.
2569. Sobre os nizaritas no século XI mas também no século seguinte, quando surge o “velho da montanha” (como lhe chamaram os cruzados, embora o seu verdadeiro nome fosse Rašīd al-Dīn Sinān) - veja-se Christophe Picard, *Le Monde Musulman du XIe au XVe siècle*, Paris, Sedes, 2000, p. 124 (obra - mais uma - cuja gentil oferta, pela editora, muito agradeço ao autor). Como o autor lembra, é do ramo xiita fatímida nizarita que surgirá, muitos séculos depois, o *Ismaelismo* seguidor de um *Aga Khan*, uma dos ramos mais pacíficos dentro do Mundo Islâmico.
2570. Descrever numa nota os contornos do homem e do estadista que foi Nizām al-Mulk é impossível. Diga-se, de passagem, que ministro - vizir ou wazir - dos sultões seljúcidas Alp Arslan e Malik Xá (Malikshah), protector de al-Ġazzālī, fundador da instituição chamada *madrassa* e foi o autor de uma dos mais célebres manuais de boa governação, um verdadeiro “espelho de príncipes”, escrito em *farsī* e chamado *Siyāset Nāme* (veja-se a edição francesa (traduzida do persa): Nizam al-Mulk, *Traité du Gouvernement*, Paris, Sindbad, 1984); sobre Nizām al-Mulk veja-se D. e J. Sourdel, *La Civilisation de l’Islam Classique*, Paris, Arthaud, 1983, p. 470; Christophe Picard, *Le Monde Musulman du XIe au XVe siècle*, Paris, Sedes, 2000., pp. 14, 40-42, *passim*.
2571. O palácio indenticado como Šarāġīb - شراجيب - pode ser traduzido como “balaustrada”, “espèce de balcon”, ou varanda; mas o mais interessante é que se trata de uma palavra de dialecto sírio (Dozy, *Suppléments ...*, I.

sidir numa cidade mais meridional, ligada pelo Arade ao Atlântico²⁵⁷² e aos seus então aliados - os Almóadas - e, por outro lado, mais resguardado do seu anterior aliado e então rival, Ibn Wazir.

Se as conquistas do exército almóada se iniciam pelo Ġarb mais extremo, não se ficam por aqui; os almóadas tomam Sevilha - sob as ordens do general Barrāz ibn Muḥammad al-Masūfī - (para uns aos 12 Ša'aban شعبان e- 17 de Janeiro de 1147, mas para outros autores tomada é só em Janeiro de 1148, depois de as tropas terem invernado em Mértola²⁵⁷³), participando nessa tromada Ibn Qasī, mas também Ibn Wazir e outros dirigentes do al-Andalus dando, de alguma forma, legitimidade à acção. Interessante é verificar que a intervenção almóada no al-Andalus foi anterior à própria tomada e controle sobre Marraquexe - situação que irá trazer algumas fragilidades à posição dos almóadas sobre o *ġarb al-Andalus*²⁵⁷⁴.

De facto, se os almóadas tomam Marraquexe aos 18 Shawwal 541 H - 23 de Março de 1147, nos meses seguintes (entre Abril e Junho desse mesmo ano de 1147 ou 1148) os almóadas são atacados e expulsos de Sevilha, momento que coincide com o movimento de al-Māssi - movimento *mahdist* também ele e que põe em causa a afirmação dos almóadas tanto no Norte de África como no al-Andalus - situação aproveitada magistralmente por Afonso Henriques e por Afonso VII e que favorecerá as conquistas de Calatrava, de Santarém, de Lisboa e de Almería (esta de forma efímera e não definitiva), a que se seguirá, no final do ano de 1148 a conquista da Suda de Tortosa (a antiga طرطوشة) por Ramon Berenguer IV, conde de Barcelona e Ribagorça, a que se seguirão, em 1149, Lleida e Fraga.

De facto, além da revolta de al-Massi (também conhecido como al-Hadi, com origem em Salé), os almóadas irão defrontar-se com muitos movimentos de cariz messiânicos no Norte de África²⁵⁷⁵ - para além do seu e do dos muridīn de Ibn Qasī - o que atrasará a sua afirmação Norte de África e no al-Andalus²⁵⁷⁶.

p. 742; o que evidencia as profundas relações de gosto com o Oriente da Bacia do Mediterrâneo, neste “Mediterranean Atlantic”; sobre esta palavra veja-se também F. Corriente, *El léxico árabe andalusí según el “Vocabilista in Árábico”*, Madrid, Univ. Complutense, 1989, p. 163, s.v. ŠRJB.

2572. Ibn Qasī parece sentir-se mais à vontade na zona litoral sul do Ġarb, o actual Algarve mas também os seu aliados de Huelva, Niebla e Saltés, o que corresponde, basicamente, à zona conhecida como o “Mediterranean Atlantic” - cf. David Abulafia, “Mediterraneans”, in William Vernon Harris (ed.), *Rethinking the Mediterranean*, Oxford University Press, 2005, (pp. 64-93), p. 81.

2573. Cf. Marís Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las Invasiones...*, p. 218; ver tb. Huici Miranda, *Historia Política del Imperio Almohade*, I, p. 146, onde se referem os problemas de incompatibilidade de datas fornecidas por fontes e autores diferentes.

2574. A acção militar sobre Silves, Mértola e Sevilha acabam por, geograficamente, cair dentro do Grande *ġarb al-Andalus*.

2575. Al-Bayḍaq dá fé desses movimwentos - cf. Al-Baydhaq (Abû Bakr Ibn 'Alî al-Sinhâdjî), *Histoire des Almohades*, texto e tradução por É. Lévi-Provençal, « Documents inédits d'histoire almohade », Paris, Geuthner, 1928, pp. 180-183; edição árabe: Akhbâr al-mahdi Ibn Tūmart wa-bidāyat dawlat al-Muwaḥḥidīn, ed. 'Abd al-Wahhab b.Mansur, Al-Ribât, Dar al-Mansur li-l-taba'a wa-l-wiraqa, 1971 (parece haver uma edição argelina: Kitāb Akhbâr al-mahdī ibn Tūmart, Argel, al-Mu'assasa al-Waṭaniyya li-l-Kitāb, 1982.

2576. Sobre os movimentos messiânicos no ocidente do Mundo Islâmico vejam-se Halima Ferhat, “Littérature eschatologique et espace sacré au Maroc: Le cas de Massa”, *Studia Islamica*, No. 80, Paris, Maisonneuve & Larose, 1994, pp. 47-56; Mercedes García Arenal, “Mercedes Garcia-Arenal, “La conjonction du sufisme et du sharfisme au Maroc: Le Mahdi comme sauveur”, REMMM, n° 55-56, Villes au Levant - Hommage à

Mas, a fragilidade dos almóadas em 1147-48 em ambas as margens do Estreito - os problemas em Sevilha têm lugar entre Abril e Junho - não favorece unicamente os soberanos das formações políticas cristãs; Ibn Wazir teria aproveitado o novo vazio de poder para se estabelecer, então com o “soberano supremo”, apesar de ter perdido a cidade de Badajoz (controlada por Ibn al-Hağğām²⁵⁷⁷, vindo de Algeciras), o que deve ter contribuído para reforçar o seu poder e a sua força em Évora (sendo-lhe conveniente - com adversários em Badajoz e com Ibn Qasī a sul - ter uma aliança com Afonso Henriques). Todas estas alterações, por vezes muito rápidas, favorecem os movimentos de cavalaria, mas não são propícios a grandes obras de fortificação, antes a reparações.

Por outro lado, a posição de Ibn Wazir em Évora - com adversários em Badajoz e um Ibn Qasī de quem já fora aliado mas também adversário, a sul - não lhe permite entrar em aventuras militares; Ibn Wazir não estava verdadeiramente em posição de poder auxiliar os *lišbuniyy* / lisboetas atacados por Afonso Henriques: a sua posição além-Tejo perigaria substancialmente (para além de que deveria ter acautelado a sua posição com o referida tratado com o monarca português).

Só em 1148 entrará no al-Andalus um segundo exército almóada, embora sem ter causado a queda aos poderes afirmados no al-Andalus. Esta entrada, porém, trará alterações eventualmente inesperadas, na medida em que se tomam medidas prosecutórias contras as comunidades *dīmmī*s: os judeus do al-Andalus (e os do Norte de África, como os de Tânger) são obrigados a converterem-se.

Só três anos depois, após o dirigente máximo almóada, ‘Abd al-Mu’min, ter derrotado os que, no Magrebe, lhe poderiam fazer frente, é que se virará, já então em 1150, para o al-Andalus. Antes, porém, o soberano dos “unitários” solicitará aos dirigentes do al-Andalus que se dirijam a Salé a prestar-lhe “homenagem”²⁵⁷⁸, ou melhor, a submeterem-se a uma cerimónia de bay‘a (بَيْعَة); Ibn Qasī recusa-se a vergar-se perante o dirigente almóada. Percebendo que a sua posição se tornava extremamente frágil e que o seu poder estava a prazo, ter-se-ia aproximado de Afonso henriques²⁵⁷⁹.

Entretanto, o poder almóada vai-se estendendo pelo al-Andalus e muito especialmente pelo seu flanco ocidental. No ano de 1150 os almóadas recuperam o domínio sobre Sevilha e tomam Niebla, Šanta Mariyya al-Ġarb e, apostando num outro vetor de penetração, tomam a cidade de Badajoz também em 1150²⁵⁸⁰.

André Raymond, 1990, pp. 55-56.

2577. -María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, p. 19; Muḥammad Ibn al-Hağğām, chega a cunhar dinares em 1148.

2578. Expressão usada por Adel Sidarus para, claramente, tornar a expressão bay‘a (بَيْعَة); inteligível por um grande leque de autores. Sobre o significado de bay‘a no Mundo islâmico Medieval cf. *E.I.2*, s.v.; ver ainda Patricia Crone

2579. Ibn Qasī seguiu, afinal, a via também antes seguida - no Ġarb - por Ibn wazir: um pacto com Afonso henriques; porém, este não foi bem aceite ao líder dos muridīn, dos “noviços”.

2580. Veja-se o trabalho recente e muito útil de María Jesús Viguera, “Las reacciones de los andalusíes ante los Almohades”, in P. Cressier, M. Fierro e L. Molina, *Los Almohades: problemas y perspectivas*, vol. II; Madrid, CSIC / CASA DE Velázquez, pp. 705-735, p. 728. (É de toda a justiça agradecer a oferta de um exemplar desta obra - *Los Almohades: problemas y perspectivas*, e, 2 vols., a Maribel Fierro, a quem devo o envio de outros trabalhos, em suportes vários).

E nesse Verão de 1151 Ibn Qasī é assassinado na sua residência palatina, na cidade de Silves²⁵⁸¹; Silves e todo o al-Andalus entrarão numa nova fase, uma fase que deixará traços ainda hoje bem marcantes tanto nesta como noutras cidades do al-Andalus.

Em suma, Ibn Qasī teve um projecto de assumpção de poder; Ibn Qasī tentou e conseguiu assumir o poder mas parece não ter um projecto geral para a governação do Ġarb ou, se se quiser, para governar exclusivamente o *Ġarb al-Andalus* - as suas ambições deveriam ser mais vastas. mas, o seu movimento não passa do ocidente peninsular. É um movimento e um projecto político claramente diferente e de ruptura com o malikismo e os almorávidas. Se se aproxima do almóadas parece ser por razões táticas, mas a semelhança entre ambos será fatal. E a sua aproximação a Afonso Henriques ditará o seu destino. Em termos militares, contudo, não revelou grandes capacidades e o seu nome não está ligado a inovações nesse campo. Tirou partido das existências mas não foi um edificador.

(b) A tomada de Santarém - *Quomodo*

Sem se pretender fazer uma análise detalhada e profunda do documento que continua a ser fonte principal sobre a forma como se processou a conquista de *Šantarīn* por Afonso Henriques e pelos seus homens em 1147, o *Quomodo sit capta*, “poema em prosa” e obra possivelmente de um clérigo ilustrado e bem informado²⁵⁸², os detalhes da operação militar pela qual Santarém foi capturada por Afonso Henriques não pode ignorar esse documento de excepcional importância, nem outros que o completam e lhe dão espessura, como é o caso da Vida de S. Teotónio.

Porém, mais do que relatar a forma como a conquista se processou, interessa sobretudo tentar encontrar explicações que esclareçam as fragilidades da defesa santarena, em 1147, face a um ataque

2581. Os detalhes desse assassinato são bem conhecidos; vejam-se Ch. Picard, *Le Portugal Musul...*, . pp. 91-100, *passim*; María Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, p. 191; J. Mattoso, “A crise muçulmana do séc. XII (1151)” in R. Carneiro, A. Teodoro de Matos, J. Mattoso (coord.), *Memória de Portugal - O Milénio Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 86-87.

2582. Texto que se encontra no *códice alcobacense 415*, guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa, publicado por Alexandre Herculano em *Portvgaliae Monvmenta Historica*, Scriptorum, 1856, pp. 93-95. Há uma tradução, rica em anotações, de José Henriques Barata, *Fastos de Santarém, I - De Expugnatione Scalabis*, Coimbra Editora, Coimbra, 1947, pp. 19-34.

Há uma tradução de Alfredo Pimenta incluída na obra *Fontes Medievais Portuguesas, Anais e Crónicas* (selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta), Lisboa, Liv. Sá da Costa, vol. I, 1982, pp. 93-106.

Sobre a sua autoria há basicamente três opiniões: para Alexandre Herculano o seu autor seria um monge de Alcobça; para José Mattoso o autor seria alguém que teria presenciado os acontecimentos ou recebido directamente de um participante os elementos recolhidos e transmitidos (J. Mattoso, *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, II, p. 75), enquanto que para Lindley Cintra o autor seria um crúzio de Coimbra, apoiando a sua argumentação sobretudo no facto de haver “pontos de contacto muito claros” entre esta obra e a *Vita S. Theotonii* - cf. Lindley Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344* (edição crítica do texto português por L. F. L. Cintra), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. I, 1951, p. 392-395. Sobre a *Quomodo* ver também L. F. L. Cintra, “A lenda de Afonso I, Rei de Portugal (Origens e evolução)”, *ICALP Revista*, 16 - 17, (Lisboa,1989), pp. 64-78.

sui generis. Há um elemento que ainda hoje se mantém inexplicável em relação às estruturas defensivas de Santarém: é o facto de al-Idrīsī afirmar que a cidade de Santarém não possuía muralha.

É claro, pelo papel de *taġr* que a cidade desempenhava em fases anteriores que seria impossível que não dispusesse de defesas passivas e de zonas vocacionadas para a actividade militar, capazes de suportar investidas de inimigos e com capacidade para gerir apetrechos de guerra que eram enviados para territórios mais a norte, ainda uma décadas antes..

Porém, há um aspecto que já tem sido ventilado por vários investigadores e que merece ser lembrado. Tem-se apontado a hipótese de que Santarém representa um caso de cidade aberta, com a zona “civil” sem defesas amuralhadas, mas com uma zona militar, separada, essa bem preparada em termos militares²⁵⁸³; ou seja, uma cidade com uma alcáçova separada do restante tecido urbano.

Esta explicação, que não contradiz casos idênticos em outras zonas do mundo islâmico, explicaria a observação do geógrafo de Ceuta e ainda deixa em aberto duas hipóteses de explicações sobre a zona urbana não defendida a que se referia al-Idrīsī; poderia tratar-se da zona alta a sul da igreja medieval do Alporão, em redor das posteriores igrejas de Marvila e de S. Salvador - onde se têm encontrado vestígios materiais de ocupações de época islâmica - mas também se poderia o dito geógrafo estar a referir à zona baixa da cidade, junto ao rio, zona de trabalho e de trocas feitas ao longo da grande estrada que sempre foi o rio Tejo, a zona urbana conhecida como Ribeira de Santarém²⁵⁸⁴.

Há, de facto, uma explicação que pode ser considerada híbrida e que contempla a possibilidade al-Idrīsī não se ter enganado em relação à muralha e de, por outro lado, ela existir em outro ponto; e é bom recordar o que Ibn Bassam disse da sua terra natal²⁵⁸⁵. De facto, se o geógrafo tivesse permanecido unicamente na parte ribeirinha de Santarém, sem ter ido à zona alta da cidade, poder-se-ia ter referido unicamente à ribeira de Santarém como não muralhada - essa possibilidade deixaria permitiria encarar a possibilidade de já existir ou estar em execução a muralha na cidade alta, muralha onde se encontrarão, mais tarde, portas como a que virão a ser conhecidas como “porta de Manços” e “porta de Atamarma”.

A construção ou início de construção de muralhas urbanas em Santarém durante o período almorávida tem suporte nas fontes escritas islâmicas, embora não especificamente sobre esta cidade. Sabe-se que os almorávidas lançaram um imposto especial para permitir a edificação de construções militares, de forma a fazer face ao cada vez mais agressivo e audaz perigo das incursões cristãs, com ou sem conhecimento régio.

2583. Sobre a topografia das cidades islâmicas medievais e da sua relação com a alcáçova, veja-se C. Mazzoli-Guintard, *Villes ...*, pp. 322-323.

2584. Escavações lavadas a cabo há alguns anos por Ana Arruda e Catarina Viegas, “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol., 2, 2, pp. 105-186, onde se encontraram materiais com uma cronologia “centrada na primeira metade do século XII” (ibid., p. 184), bem como fossas e silos para armezamento, embora as autoras refiram dificuldades de definição de funcionalidade (ibid. p. 108).

2585. Ibn Bassam, um bom conhecedor do Ġarb e é ele próprio que descreve a sua cidade natal - Santarém - como “a fortaleza mais ocidental do Ġarb al-Andalus” - cf. Amin Tibi, “Ibn Bassām Al-Shantarīnī e a sua antologia literária Al-Dhakhira”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, p. 16 - uma cidade desse *longíquo (qāsiyat) Ġarb*. Ibn Bassam que morrerá nmo mesmo ano que Santarém será tomada por Afonso Henriques.

Santarém, colocada numa zona estratégica, acabada de recuperar após ter tido as suas portas franqueadas a Afonso VI pelo último rei da taifa aftácida de Badajoz, não podia deixar de cuidar da sua defesa. As populações aí estabelecidas conheciam o recinto militar, separado fisicamente - a alcáçova, que vira de séculos anteriores e que, pelas instabilidade dos terrenos como se tem percebido nas últimas décadas, pode ter passado por diferentes remodelações e reconstruções durante todo o século do período islâmico - mas deveriam almejar ter as suas casas defendidas por uma cerca urbana.

Há mais um argumento para defender um programa de obras militares na Santarém de época almorávida. Como a cidade passou por mãos cristãs durante alguns anos, tendo sido no seu interior um contingente de tropas convidadas a tomar posse - tropas comandadas por D. Raimundo - os “segredos” das defesas passivas de Santarém passaram para as mãos dos cristãos leoneses - portugueses - francos, os quais passaram a conhecer onde se encontravam as cisternas, as portas e os sistemas de abertura e de ferrolho das entradas das muralhas, os seus pontos mais débeis, etc... Os almorávidas, com a atenção que passaram a prestar às muralhas e com as verbas disponíveis para aplicar em obras de defesa militar, devem ter reformulado as muralhas de Santarém - se não fizeram igualmente com Lisboa e com Sintra²⁵⁸⁶.

Por isso, sem as fontes o dizerem de forma clara e mesmo com o testemunho difícil de assimilar dado por al-Idrīsī é de encarar a possibilidade de ter havido um programa de reformulação militar em Šantarīn, programa que pode ter passado por alterações nos sistemas de entrada e de muralhas da alcáçova mas que também pudesse ter passado por início e obras numa cerca urbana edificada na cidade alta.

A colina onde se encontra implantada a Alcáçova dispõe de um horizonte visual extraordinário; de aí se avista um vasto percurso do rio Tejo para jusante, em direcção à cidade de Lisboa e, em frente, dominantam as terras férteis de Almeirim e o início dos caminhos que conduzem às cidades de Évora e de Badajoz e à velha estrada que unia Emerita com Scalabis. O leque de horizonte que se avista sensivelmente para Norte abrange os campos ricos que vão até à Azinhaga, chegam às bandas da Chamusca e lobrigam, ao longe, o cabeço onde se implanta o local conhecido como Chões de Alpompe - com ocupações da Idade do Ferro e de época romana republicana - mas também divisam uma imensidão de campos que se estendem até às serranias da zona de Minde e de Alcanena.

2586. **Sobe a ocupação islâmica em Sintra** veja-se Catarina Coelho, “A ocupação islamica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada” in Primitiva Bueno Ramírez, Rodrigo de Balbín Behrmann (eds), *II Congreso de Arqueología Peninsular* (Zamora, del 24 al 27 de septiembre de 1996), Vol. 4, Zamora, 1999, pags. 527-536, título e conteúdo que teve outra edição - idem, *Revista portuguesa de arqueologia*, Vol. 3, N.º 1, Lisboa, 2000, pp. 207-226. - no grupo III - **“cântaros” a autora encontra paralelos com cerâmicas de outras zonas do al-Andalus do séc. XII -C.** Coelho, idem, *Revista portuguesa de arqueologia*, Vol. 3, N.º 1, Lisboa, 2000, (pp. 207-226), p. 216

A mesma autora encontra materiais cerâmicos e circunstâncias toponímicas (Calaferrim) que apontam para uma ocupação de **Sintra já no século IX** - o que vai de encontro à hipótese da constiruição de uma rede de fortificações ao longo do litoral ocidental do *Ġarb al-Andalus* no século IX, para fazer face à chegada do Vikings.

O horizonte visual que se tem da alcáçova permitiria avistar ao longe a chegada de uma grande exército e ter tempo de para a defesa. Porém, se se detectaria um grande exército - algo que os cristãos que ocuparam Santarém com a permissão de al-Mutawakkil de Badajoz lhes deu- já mais difícil seria dar com uma pequena coluna de cavaleiros difarçados e semi-ocultos, como acontecerá em 1147...

obras militares almorávidas em Santarém?

Essas eventuais obras de época almorávida podem ter deixado alguns testemunhos - dos quais nem todos se conservam - a nível da arquitectura.

A alcáçova, onde se encontram vestígios de ocupações importantes do período do romano mas onde os traços de ocupação do sítio recuam pelo menos até à Idade do Ferro²⁵⁸⁷, mantêm-se vestígios interessantes numa das portas (porta de Santiago). Essa entrada apresenta um percurso muito alterado mas onde ainda se detectam traços de um sistema de cotovelo simples, traços esses só parcialmente materializados ainda no local.

Grande parte do perímetro das muralhas na zona que actualmente é conhecida como a das portas do Sol, grande parte da muralha tem sofrido quedas, deslizos e derrube de muros. Além, disso, como se sabe toda a área foi tornada zona turística e as “portas do sol” que actualmente são um vestígio do que foi, em tempos, um cartão de visita de Santarém, correspondem em grande medida a obras de consolidação, construção e restauro levados a cabo durante o Estado Novo. Porém, faz sentido que a actual Porta do Sol seja uma abertura continuadora de uma outra existente sensivelmente no mesmo local, ou melhor, na mesma direcção, virada para o rio, para a grande via de comunicação, para a parte da cidade encostada à água do Tejo e para os campos férteis que são igualmente o local dos caminhos que se dirigem, desde muito antes, para Badajoz, para Évora e para Mérida, pelo que fazia sentido que essa porta seja a continuação de uma abertura que deveria ter existido também em época islâmica.

Há, por outro lado, referências a uma torre - a *torre do Bucho* - que teria existido na alcáçova, no seu lanço virado para a parte alta da cidade, torre que já não existe. Tratar-se-ia de uma torre posante que pode ter sido, em termos de implantação no terreno, uma torre desligada fisicamente da muralha, ou seja, uma torre albarrã.

Se assim aconteceu, não é de excluir, à partida a possibilidade de ter sido uma torre desse tipo. É de lembrar que têm sido detectadas torres albarrãs - um tipo de torre que é mais comum e se generaliza com a dinastia dos almóadas - em fortificações do al-Andalus datadas de fases pré-almóadas²⁵⁸⁸. No entanto, também nada obsta a que a referida construção tenha sido edificada em fase posterior.

A implantação de uma alcáçova no alto de uma colina separada de uma cidade implantada em zona mais baixa tem paralelos inclusivamente com cidades do Médio Oriente que, tal como Santarém, tiveram ocupações anteriores. Embora com as devidas distâncias, podem citar-se casos extremos, bem conhecidos, nas quais a alcáçova fortificada está claramente separada do tecido urbano ocupando, como seria de esperar, uma colina com cota muito mais elevada. São os casos de Alepo,

2587. Catarina Viegas e Ana Arruda, (*vide infra*).

2588. Exemplos de torres albarrãs pré-almóadas podem encontrar-se, por exemplo, em Calatayud - cf. Juan Souto, “Ensayo de estudio Histórico-Arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados”, *Anaquel de Estudios Árabes*, I, Madrid, 1990, pp. 187-201.

com uma estrutura defensiva que ocupa um planalto elevado que se destaca da área urbana envolvente. Pode citar-se, mais para Oriente, o caso da alcáçova da actual cidade de Irbil, Erbil ou Arbil (أربيل; a Arbela dos textos gregos)²⁵⁸⁹, cerca de 75 Km a Leste de Mosul (a antiga Ninive), cidade antiga localizada no actual Curdistão iraquiano. Por outro lado, a cidade de Aleppo, apresenta uma tipologia de alcáçova semelhante a Irbil, que, com as ocupações sucessivas sobre um ponto estratégico, onde entroncam diversas vias. Esta implantação faz lembrar, igualmente, a fortificação do castillo de Alcalá, em Puebla de Mula²⁵⁹⁰.

A conquista de Santarém por Afonso Henriques.

José Mattoso na clarificante biografia do primeiro monarca português mostra como a tomada de Santarém está bem intrincada com a conquista de Lisboa e com a internacionalização, ou melhor, o grande leque de entidades influentes exteriores ao reino de Portugal que se encontraraõ envolvidas no projecto de conquista de Lisboa.

J. Mattoso traça um perfil historiográfico completo da questão, mostrando que há razões para reabilitar perspectivas de Frei Bernardo de Brito e de outros historiadores até L. Gonzaga de Azevedo, levando em linha de conta trabalhos recentes e profundos H. Livermore²⁵⁹¹ e de J. Phillips, defendendo que houve um envolvimento directo ou “participação directa de São Bernardo na preparação da conquista de Lisboa” - o papel de João Peculiar no aconselhamento do monarca português terá sido vital²⁵⁹² -, pelo que uma parte - pelo menos uma parte - dos cruzados que se dirigiam em 1147 à Terra Santa, no âmbito da pregação lançada para uma Segunda Cruzada²⁵⁹³, tinham

-
2589. Irbil, Erbil ou Arbil, localizadas entre os dois *Zab* (os dois rios, conhecidos como *Grande Zab* e *Pequeno Zab*) foi centro de culto da deusa Ishtar (VII a. C.), cabeça de uma satrapia persa, foi governado por Arménios e Partas, destruída por Caracala e ocupada por Sassânidas. É um local com ocupação constante ao longo dos tempos que reconheceram, na região e na sua posição formidável - como em Scalabis / Šantarîn / Santarém - um factor importante e não desperdiçável.
2590. Miguel Rodríguez Llopis, “Repercusiones de la política alfonsí en el desarrollo histórico de la Región de Murcia”, in M. R. Llopis (coord.), *Alfonso X - Aportaciones de un rey castellano a la construcción de Europa*, Murcia, 1997, (pp. 173-200), p. 197.
2591. Este historiador propõe que se atribua ao “presbítero e cruzado anglo-normando Raul” a autoria da conhecida *Carta a Osberno*, e não Ranulfo de Glanville, Raul que desempenharia na expedição a função acrescida de emissário de S. Bernardo - cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 168.
2592. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 170.
2593. O causa imediata estava na perda de Edessa, em Dezembro de 1144, quando a cidade foi tomada pelo *atabeg* Zenġi, o que motivou a Bula do papa Eugénio III - a bula *Divina Dispositione* - documento que é revisto em 6 de Abril de 1147 (Edessa fora tomada pelos cristãos após a morte de Zenġi; mas Nūr al-Dīn ibn Zanġi retoma a cidade em 1146), no ano em que terão lugar as conquistas de Santarém, Lisboa mas também de Almeria, no Levante - cf. Charles Julian Bishko, “The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095-1492”, in Harry W. Hazard (ed.), *A History of the Crusades*, vol. 3: *The Fourteenth and Fifteenth Centuries*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1975, pp. 409-410 (disponível em *LIBRO*).

Sobre a Segunda Cruzada e toda Conjuntura internacional que então se vivia, na Europa, no Levante do Mediterrâneo e também nos estados peninsulares será interessante ver (o que não foi possível) Jonathan Phillips, *The Second Crusade: Extending the Frontiers of Christianity*, Yale University Press, 2007.

por missão já previamente definida - como igualmente o já sabia, provavelmente, o Bispo do Porto, bem como alguns ccónegos de Coimbra - entrar em combate pela conquista de Lisboa²⁵⁹⁴.

Não sendo necessário traçar um percurso da posição da conquista de Santarém na tradição historiográfica em Portugal²⁵⁹⁵, convém ter em atenção que se usará essencialmente o texto conhecido como *De expugnatione Scalabis* e a Crónica de 1419 onde se incluem dois relatos, um dos quais o *Quomodo sit Capta*, recentemente editado²⁵⁹⁶. Infelizmente, para o caso de Santarém não há testemunho dos vencidos, como acontece para outros territórios que foram do al-Andalus²⁵⁹⁷.

Fazendo um balanço dos acontecimentos militares do ano de 1147, verifica-se que nesta conjuntura de implusão dos almorávidas, algumas das mais importantes acções e sucessos militares dos reinos cristãos do Norte têm por base o elemento surpresa. É o que se passa com Calatrava a Velha, tomada se surpresa, no início desse ano de 1147 pelo primo do monarca Afonso VII, táctica que vai ser reutilizada no final do ano - fora de época, dado que o Inverno não era a habitual *saison* das conquistas - táctica que, como lembra José Mattoso²⁵⁹⁸ terá um Geraldo Sem Pavor um seguidor modélico.

A cidade não caíu por falha das muralhas mas por incúria na defesa e pela claro fracasso de um sistema de atalaias e de informação no território da Kūra. Afonso Henriques e os seus homens conseguiram passar sem serem detectados ou, se o foram, sem ter havido preocupação em denunciar a sua aproximação e intuítos possíveis²⁵⁹⁹.

man.hu?²⁶⁰⁰

-
2594. Sobre estes aspectos veja-se J. Mattoso, D. Afonso Henriques..., pp. 167-171. Ver igualmente Phillips, Jonathan, "Ideas of Crusade and Holy War in *De expugnatione Lyxbonensis* (The Conquest of Lisbon)", *The Holy Land, Holy Lands, and Christian History*, ed. R.N. Swanson, (Studies in Church History - 36), Woodbridge: Boydell, 2000, pp. 123-141; opinião contra o envolvimento de S. Bernardo tem Alan Forey, ("The Siege of Lisbon and the Second Crusade", Portuguese Studies, Modern Humanities Research Association, Vol. 20 - 1, 2004, pp. 1-13), com argumentação que J. Mattoso considera não convincente.
2595. Há um trabalho específico e claro sobre esse tema; ver Armando de Sousa Pereira, "A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa", *2.º Congresso Histórico de Guimarães - Actas do Congresso*, Câmara Municipal de Guimarães, vol. V, 1996, pp. 297-324. (Muito agradeço à Câmara Municipal de Guimarães o envio, diligente e gratuito, das Actas que solicitei, necessárias para este trabalho).
2596. Aires do Nascimento, "O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos Mouros (a. D. 1147)", in *Actes del X Congrès Internacional de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval*, ed. Rafael Alemany, Josep Lluís Martos, Josep Miquel Manzanaro, Alicante, 2005, pp. 1217-1232 (ed. de texto latino *Quomodo sit capta Santaren ciuitas* e estudo literário).
2597. Embora diga respeito a uma época posterior, veja-se a importância de uma obra como a *Nubdat al-Asr* em José Enrique López de Coca, "La conquista de Granada: el testimonio de los vencidos" in *Norba, Revista de Historia*, vol. 18, Cáceres, Univ. Extremadura, 2005, pp. 35-50.
2598. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 171.
2599. Sobre a **astúcia de Afonso Henriques** - cf. Pedro Gomes Barbosa, "Estratégias de formação do património fundiário de Santa Maria de Alcobaça no termo de Santarém (s.éclos XII a inícios do XIV)", *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 107-116. **p. 108.**
2600. - Eva Lapiedra, que estudou a utilização deste e outras expressões em fontes escritas do al-Andalus (*op. cit.*,

Pedro Barbosa explica de uma forma inovadora a integração de Santarém na coroa portuguesa. Evitando, propositadamente, chamar-lhe conquista, opta por “chamar-lhe ocupação”²⁶⁰¹. Esta nova hipótese baseia-se numa informação contida no *De Expugnatione Scalabis*, segundo a qual Martim Mohab foi enviado por Afonso Henriques²⁶⁰². Pedro Barbosa creê que o envio deste muito provável moçárabe a Santarém não teria tanto a ver com facto de comunicar aos poderes islâmicos que controlavam a cidade que dentro de 3 dias as tréguas - antes acordadas - estariam terminadas, mas mais do que isso: “talvez avisar os moçárabes escalabitanos que se preparava o ataque cristão, e pedir auxílio para a empresa”²⁶⁰³ ou até ultimar combinações secretas que já tinham sido iniciadas.

Esta hipótese repousa sobre uma outra extremamente interessante; a de que haveria um comunidade de moçárabes em *Šantarīn* / Santarém, comunidade que funcionaria como uma espécie de “quinta coluna” de Afonso Henriques na cidade. Sabe-se bem que no século VIII os cristãos se mantiveram nas *Kuwar* de Santarém e Coimbra. Há, no entanto, a questão de saber se ainda haveria ou não, em meados do século XII, cristãos em Santarém.

Embora se saiba que houve problemas com algumas comunidades cristãs durante o período em que se exerceu o poder almorávida²⁶⁰⁴ nem todas as comunidades desapareceram, havendo razões para crer que as comunidades implantadas em zonas periféricas terão sofrido menos com sanhas persecutórias de vários tipos e em diversas épocas. Era, pois, totalmente possível haver cristãos em Santarém desejosos de sacudir um poder opressor - qualquer que ele fosse - e que cedesse a promessas

pp. 82-113) explica que o termo *naṣārā* “es utilizado tanto para los cristianos del norte como para los *dhimmīs*” (*op. cit.*, pp. 82-112).

2601. Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p. 18; a extensa e rica nota 9 (pp. 18-19) explica a possibilidade de ter havido colaboração do interior de Santarém, que facilitasse a entrada na cidade. **Pode ter havido conviência do interior** da urbe; a facilidade na tomada de Santarém, uma cidade que dispunha de um sistema defensivo recente e que, pelas descrições, não apresentava sinais de deterioração (como a Évora de 913...) , excepto a inadequado encosto de olarias aos muros de defesa, legitima a pergunta que se tem feito sobre a rapidez desta conquista por comparação com os quatro meses necessários - com cruzados vindos por mar - para tomar Lisboa.

2602. *P.M.H., Scriptores*, p. 92, col. 2

2603. Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p. 19; n. 9.

2604. Cf. Ch. Picard, “Les Mozarabes dans l’Occident ibérique (VIIIe-XIIe siècles)” in *Revue des Études Islamiques*, LI, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1983, pp. 77-88; e, do mesmo autor, mas centrado no caso de Lisboa, “Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisboa”, *Lisboa Encruzilhada de musulmanos, judeus, e cristãos, (Outubro 1997), Arqueologia Medieval* 7, 2001, pp. 89-94; sobre moçárabes no período almorávida veja-se igualmente Jean-Pierre Molenat, “Minorités en miroir: mozarabes et mudéjars dans la Péninsule Ibérique médiévale”, in M. Filomena Lopes de Barros e Hinojosa Montalvo (Eds.), *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica. Períodos medieval e moderno*, Évora, Cidehus - Colibri, 2009, pp. 279-290.

Vincent Lagardère, “Communautés mozarabes et pouvoir almoravide en 519 H/1125 en Andalus”, in *Studia Islamica*, No. 67, Maisonneuve & Larose, 1988, pp. 99-119.

tentadores de Afonso Henriques, embarcando em colaboracionismo com a sua entrada furtiva numa noite de 15 de Março de 1147²⁶⁰⁵, num momento em que a guarnição militar nada supeitava.

Além do mais, sabe-se que um Mem Ramires que acompanhava Afonso henriques conhecia bem todas as entradas e saídas do “opidum” e sabia que oss sentinelas eram poucas e estariam sonolentas - esta traçado o objectivo da missão. O *opidum* era o objectivo; mas aqui *opidum* não corresponde, na prática, ao que se julgava poder significar ou, então, não passa de um artifício literário. Porque, na prática os assaltantes terão entrado pela zona urbana e o ataque não é desferido sobre a zona de uma alcáçova que, em 1147, se adivinha desprovida de interesse e de força militar²⁶⁰⁶.

Em 1147 a tomada da alcáçova de Santarém, era suficiente para fazer cair o que restava de poder islâmico em Santarém e, aparentemente, a norte de Lisboa. As bases de apoio local e regional deveriam ser extremamente frágeis na região.

Por outro lado, se o que se diz na Crónica de 1419 - na parte conhecida como *Quomodo sit capta*²⁶⁰⁷ - é verdade e os atacantes de Santarém dizimaram os habitantes da mesma (provavelmente se esteja a referir aos defensores, e mesmo assim pode ser um “recurso literário”²⁶⁰⁸) é provável que membros de outros pontos fortificados da região em redor de Santarém - se ainda os houvesse - tivessem escapado para Lisboa.

Santarém, provavelmente com complicitades do interior, é tomada na calada da noite por um pequeno batalhão de “comandos”, de homens especialmente escolhidos por Afonso henriques que tomaram parte numa missão arriscada mas, muito seguramente, com apoios no interior, provavelmente por parte de cristãos, avisados ou saídos do adormecimento com o envio a Santarém do já referido Martim Mohab²⁶⁰⁹.

A toponímia da conquista

A *Crónica de 1419* que faz referência a obras de movimentação de terras e de enchimento de fossos e de esboroamentos. Tudo isto indica que houve necessidade de fazer face à topografia original do terreno, mas desconhece-se o local exacto dessas alterações topográficas. Essas obras de reforço das estruturas defensivas de Santarém - posteriores às informações obtidas por al-idrīsī? - poderiam

2605. Sobre o apuramento desta data como a da tomada da cidade veja-se o trabalho intenso do *scalabitano* Joaquim Veríssimo Serrão, *Ensaio Histórico - sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos mouros em 1147*, Santarém, Tipografia Silva, 1947.

2606. O *De expugantione - Quomodo* - fala de muralhas de Santarém e não da Alcáçova! Ângela Beirante, no seu trabalho fundamental sobre Santarém, considera que a entrada de Afonso Henriques se teria dado na zona da alcáçova.

2607. cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*,,p. 171.

2608. cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*,,p. 172.

2609. Seguindo a proposta de Pedro Barbosa, proposta que segue hipótese já apontada por José Mattoso (*História de Portugal*, dir de J. Hermano Saraiva, tomo 2, Lisboa, 1983, p. 73) e que é reforçada recentemente - cf. cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*,,p. 172.

A crónica de Cister refere a conquista de Santarém por Afonso Henriques e veicula a tradição de uma conquista da vila e não da alcáçova - Livro III, cap. XIX.

datar da fase de uma Santarém necessitada de ser forte, numa fase em que desempenhava um papel fundamental na luta, sob domínio almorávida - contra o avanço portucalens / português a partir de Coimbra. Uma Santarém de onde também partiriam campanhas de cavalaria contra os avanços dos cristãos para sul do Mondego, expedições em que a componente da cavalaria de Santarém - e a fama dos campos de Santarém a nível da produção cavalares chegava às margens do Guadalquivir²⁶¹⁰. Aliás, a capacidade de os **muçulmanos lutarem a cavalo** - e não só em redor de Santarém - não deveria ser dispicienda. Revelaram capacidade de recuperação de territórios em várias fases e a sua capacidade deveria ser tal que o facto de alguns serem **cavaleiros** ficou lembrado nas próprias fontes cristãs²⁶¹¹. Assim, será de esperar que uma parte da cerca defensiva de Santarém possa ter sido definida sob domínio almorávida. Não estranharia que pudessem ser dessa fase alguns troços importantes da sua muralha bem como as portas - ou as últimas alterações poliorcéticas das mesmas - de **Atamarma e de Manços**.

Porquê *Atamarma*? De facto, o verbo “marmara” pode estar associado ao significado de “amargo”. *Atamarma*, refere a *De expugantione / Quomodo sit capta*, refere essa acepção. Porém, pode-se ir mais longe. David Lopes²⁶¹², opina por “mãe de água” e o mesmo J. Henriques Barata consultou vários arabistas espanhóis sobre este topónimo²⁶¹³. Vale a pena reter a opinião de David Lopes, na medida em que a referida forma verbal pode conduzir às duas acepções²⁶¹⁴.

Há colaboradores de Afonso Henriques que sabem árabe, e este era utilizado e falado na Santarém do século XII; porém, não é impossível que o soubessem de forma suficiente mas superficial. Não seria impossível que o nome “Tamarma” ou “Atamarma” fosse aplicado não tanto pela qualidade das águas (amargas?) mas mais pelo facto de ele ter um percurso murmurante - talvez pela existência de pequenas quedas de água ou pelo roçar da folhagem pela margem, característica que pode ter mudado, alguns séculos depois, com a construção da belíssima e gótica *Fonte das Figueiras*.

Este equívoco com os nomes árabes - comum e fácil de se dar - pode estar também por detrás da explicação do topónimo Alfange com um ofídio; é o texto do *De expugantione / Quomodo sit capta* Este micro-topónimo tem sido explicado como tendo a ver com “serpente” e alguns autores põem-no em paralelo com Alanje (Extremadura espanhola)²⁶¹⁵. Custa a crer que a existência de ofídios ou a semelhança com eles esteja por detrás da explicação de todos estes topónimos.

2610. Como surge claro na referência que o *Muqtabis* faz à necessidade de o poder cordovês recorrer a “cavalos de Santarém”, das lezírias e campos do Tejo, no século X.

2611. *Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente*, ed. Alfredo Pimenta, in *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 2ª ed., 1982, (pp. 141-146), onde se refere que depois das conquistas feitas por D. Afonso Henriques “*ficarõ hũus poucos de mouros: e erãõ caualeyros*” - p. 144.

2612. David Lopes, *apud* J. Henriques Barata, *op. cit.*, .p. 33.

2613. : **Josep Millàs i Vallicrosa** considera que significa “possivelmente, coisa amarga” e **Ángel González Palencia**, embora se pronuncie favoravelmente a um significado próximo de “amargo”, “a título de mera conjectura, propõe o sentido de «murmúrio»” - J. Henriques Barata, *op. cit.*, p. 33.

2614. - cf. Julio Cortés - verbo “marmara” - مَرْمَرٌ - com o significado de “ser amargo”, pôr-se amargo irritar-se; porém a a forma II - تَمَرَمَرٌ - “tamarmara” significa “murmurar” (J. Cortés, *Diccion.*, p. 1069).

2615. - cf. Alfredo Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 96; Manuel Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana*, p. 412.

Fica claro também que as informações obtidas do interior podem fazer muito mais por um objectivo militar que uma grande campanha. E, neste caso, as forças que controlavam a alcáçova foram traídas pela novidade; o habitual eram os “fossados”, as algaras, as penetrações profundas em território inimigo como a campanha que levaria Afonso Henriques às portas de Sevilha e a Ourique. Os defensores de Santarém se estavam à espera de alguma acção militar levada a cabo por Afonso Henriques seria, certamente, dentro de um quadro de privisibilidade a que esta campanha nocturna, conhecida de um grupo restrito próximo do monarca²⁶¹⁶, de verdadeiros “comandos” medievais, escapava completamente. Um ataque “clássico”, previsto, preparado, com a alcáçova disposta a resistir poderia não ter dados os resultados que foram obtidos. Haveria, no mínimo, resistência - e preparação para a mesma - que não chegou a existir. E Santarém, que passará por uma fase de adaptação a novos poderes e pode ter desempenhado um papel de rectaguarna na campanha que se segue - o cerco a Lisboa nesse mesmo ano de 1147.

O essencial que se pode reter desta conquista é que a conjuntura de completo desmoronamento do poder dos almorávidas abriu as portas aos avanços de investidas cristãs, com tácticas inovadoras ou, no mínimo, inesperadas que soubram tirar partido das debilidades dos adversários; situação que se verificou em várias longitudes do al-Andalus, dado que houve conquistas importantes no centro peninsular - Calatrava la Vieja, a antiga Qal‘at Rabāḥ, قلعة رباح - nas margens do Mediterrâneo - Almería e nas margens do Tejo e numa das principais bocas de entrada no Oceano - a cidade de Lisboa.

Por onde vem Afonso Henriques para tomar Santarém?

No percurso do monarca português que dá a referida fonte há uma referência a **Alfatar** - e há um Alfatar em Fonte Coberta - perto de Penela; José Henriques Barata identifica Alfatar precisamente ness zona, “freguesia de Podentes, junto à estrada de Condeixa a Penela”²⁶¹⁷. **Chornudelos** será a actual Dornelos, perto de Soure²⁶¹⁸; a ser assim, significa que o rei mudou de caminho e preferiu descer pela zona de Leiria (e não por Ledea - Alvorge - Ateanha - sinal de instabilidade na região?) a caminho de Abdegas - identificada com Ourém²⁶¹⁹; e a serra de **Albardos** - tem sido identificada com a serra de Candeeiros ou de Minde.

Hoje há uma zona serrana conhecida como Serra de Alvados - dentro da areas serrana conhecida como serra de Aire e Candeeiros - entre Porto de Mós, Alqueidão da Serra e Alcaria (a norte) e o arco onde se encontram Minde, Alcanede, Monsanto e Alcanena (de *Kināna*? sensivelmente a sul). Não fica claro se as tropas de Afonso henriques passaraam pela zona do castelo de Alcanede (não se sabe se existiria e se, eventualmente, estava abandonado) ou se preferiram evitar esse caminho entre Porto de Mós e Alcanede - caminho fácil mas encaixado enre montanhas e sujeito - por isso - a emboscadas.

2616. Veja-se o que José Mattoso diz acerca do facto de cónegos regrantes de Coimbra saberem desta acção e de ter havido orações públicas - J. Mattoso, *D. Af. Henriques,,*, p. 172.

2617. Barata, José Henriques, *Fastos de Santarém, I - De Expugnatione Scalabis*, Coimbra Editora, Coimbra, 1947, pp. 19-34. op. cit., p. 31.

2618. - J. Henriques Barata identifica esta localidade com Dornelos, junto a Soure (p. 31).

2619. J. Henriques Barata, p. 31; cf. os trabalhos de Saúl A. Gomes, mormente a sua última obra sobre Ourém.

É a sul de Ourém, Fátima e Porto de Mós que Afonso Henriques faz a *revelação*... O **Monte Ebraaz** localizava-se perto de Pernes - J. Henriques Barata, identificou vários topónimos “Braz” nas zona de Pernes (“Vau Braz” e “Casal Braz”) não longe de uma ermida dedicada a S. Miguel²⁶²⁰. **Monte Iraz** “corresponde ao actual planalto de S. Bento”, nas arredores de Santarém²⁶²¹; é o local onde está o Liceu Sá da Bandeira, e os conhecidos jardins do Miradouro de S. Bento -- local de onde se devisaria muito bem a cidade amuralhada. **Alcúdia** - zona da cidade que teria de corresponder a uma parte alta. Alcúdia é o que quer dizer, precisamente²⁶²². Seria Alcúdia a zona alta da cidade, a nova zona urbanizada na parte alta, por oposição à parte baixa de Santarém. a zona da Ribeira, também conhecida em algumas fontes cristãs como Seserigo??²⁶²³

Será unicamente a zona do que se tornará, mais tarde, no bairro da Mouraria da Baixa Idade Média e que hoje é definida *grosso modo* pelas ruas Luís de Camões, 15 de Março e Calçada de Mem Ramires²⁶²⁴.

ataque às muralhas da madīna ou da qaṣaba??

O texto da *Quomodo*, tão rico em detalhes, pormenores e localizações concretas - tanto antes como na própria cidade de Santarém - não faz qualquer referência a uma *alcáçova*²⁶²⁵.

Este é um problema grave, na medida em que, conjugando a informação de al-Idrīsī de que a cidade não disporia de muralha com a força que sempre é referida para o local, bem como o papel que a cidade desempenhava e desempenhou durante várias fases, como verdadeira rectaguarda da taĠr contra uma Coimbra ocupada por cristãos - a partir de Afonso III das Astúrias e, mais tarde, desde 1064, com a conquista de Fernando Magno - não poderia deixar de haver um forte reduto na zona alta conhecida dese o período medieval cristão como “alcáçova”²⁶²⁶. Herculano via na manobra de

2620. - J. Henriques Barata, p. 32.

2621. - J. Henriques Barata, p. 32.

2622. Veja-se, /boletimfilologia/12/pag229_265.pdf - GERHARD ROHLFS, “Aspectos de toponimia española”, *Boletim de Filologia*, vol. 12, 1951, pp. 229-265, p. 255 - disponível em http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/lingua/boletimfilologia/12/pag229_265.pdf.

2623. Sobre Seserigo, cf. J. Henriques Barata, *op. cit.*, p. 34.

2624. Nomes que os *scalabitanos* souberam dar a esta área, relacionando-os com estes acontecimentos medievos.

2625. Se se pensar em termos negativos, pode-se verificar que não é só a alcáçova que é ignorada neste texto; não se faz qualquer referência (ao contrário do que se passa na Crónica de 1419 e na Crónica de Duarte Galvão) ao governador de Santarém e não há referências a edifícios de época islâmica. A expedição deve ter contado com a ausência de clérigos - que ficaram a orar, na rectaguarda, em Coimbra, pelo sucesso da operação - até por que não se refere qualquer conversão de mesquita ao culto cristão... Apesar destas ausências, a *Quomodo* continua a ser uma fonte indispensável para estudar este tema e que ainda pode melhor explorada, em termos militares, do que aqui se se consegue apresentar.

2626. cf. Mazzoli-Guintard, *Villes...*, sobretudo o cap. III. Deve ver a perspectiva dinâmica da alcáçova, com a vantagem de geograficamente estar próxima do território em estudo, de Sophie Gilotte, “Émergence et déclin de la structure urbaine musulmane en Estrémadure centre-orientale”, in *Le château et la ville - espaces et réseaux (VIe-XIIIe siècles) [Castrum 8]*, Casa de Velázquez - E. Fr. de Rome, Madrid, 2008, (pp. 71-88), pp. 75-77, onde se faz uma observação fundamental que - embora se aplique a *Turġila* (Trujillo) - vai de encontro à crescente importância militar e estratégica de Santarém: “la qaṣaba doit s’entendre comme une augmentation qualitative de l’importance de la ville ...”. Veja-se aind, sobre alcáçovas, de cronologia semelhante, no Norte de África, TOURI, A., BAZZANA, A., CRESSIER, P.; “La qaṣaba de *Shafshâwan*”,

Gonçalo Gonçalves de controlar o caminho ou azinhaga “da esquerda” que vinha de Seserigo um claro indício de que o que estava a ser tomado por Afonso Henriques era a Alcáçova²⁶²⁷.

Ora, de facto vêm e vinham de Seserigo / Ribeira (e agradeço aos santarenos com quem troquei impressões as informações que me foram dadas) caminhos para a Alcáçova, mas também para o local da antiga Porta de Atamarma. Aliás, um dos melhores passeios que se podem fazer de Santarém - a pé - para o rio Tejo - consiste em sair da antiga Mouraria (onde ainda hoje há referência a oleiros), descer pelo local da antiga porta de Atamarma, continuar até à *Fonte das Figueiras* (onde está uma linha de água bem *murmurante* no Inverno) e, atravessando a actual Estrada Nacional, seguir em direcção à igreja medieval de Santa Cruz, na parte alta da Ribeira. Aliás, pela própria inclinação do terreno o socorro vindo da ribeira chegaria mais facilmente à Porta de Atamarma que à alcáçova, implantada em cota mais elevada e mais difícil de alcançar. Porém, qualquer dos recintos amuralhados poderia ser atingido por socorro vindo da Ribeira²⁶²⁸.

Há um outro aspecto neste documento que faz pender - no ver do autor destas linha - para o lado do núcleo urbano o alvo da acção militar de surpresa dos comandados por Afonso Henriques; quando é posta na sua boca a indicação de que não deve “haver contemplações com idade ou sexo”, ordenando que “morra a criança ainda de peito e o velho carregado de dias, a donzela e a velha decrépita”²⁶²⁹, indicação que pela sua crueza pode ter um valor dramático de estilo ²⁶³⁰, no entanto, indica claramente uma zona urbana residencial e não uma área de alcáçova onde poderiam estar petrechos de guerra e tropas ou guarnições onde prevalecesse claramente o sexo masculino.

O objectivo parece ser, pois, o recinto urbano e, com este objectivo tomado a cidade estaria, aparentemente, nas mãos de Afonso Henriques. O texto refere que Afonso Henriques e os seus homens deixam Monte Iraz e seguem pra a referida porta, atravessando uma fonte²⁶³¹. O objectivo, para onde se dirige o conhecedor Mem Ramires e a coluna de homens da frente é a zona da porta de Atamarma e, depois, um pouco mais acima, a *Alcúdia*. Pela sua etimologia, alcúdia parece significar uma zona alta. Poderia ser designação aplicada a toda a zona alta, a toda a madina nova implantada na zona alta, ou eventualmene só a zona da futura Mouraria, não longe das zona ainda hoje marcada toponimicamente pela existência de olarias.

Castrum 3. Guerre, fortification et habitat dans le monde méditerranéen au Moyen Âge, 1988, pp. 153-162.

Sobre Tujillo a mais recente síntese pertence a S. Gillote - S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), pp. 136-156.

2627. - Cf. Alex. Herculano, *Hist. de Portugal*, tomo I, livro II, p. 480 e segs. Opinião seguida pelo estudo aprofundado de Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, pp. 29-32.

2628. Esta informação da *Quomodo* tem importância a outro nível; ao temer-se a chegada de socorros para os habitantes a partir do “**arrabalde**” significa que ele existia e deveria ser mais que um simples conjunto de casas humildes de pescadores.

2629. *Quomodo*, trad. Aires, p. 1231. Havia “**cobertura**” **divina** para esta acção, como o proprio texto refere (*ibidem*).

2630. como quer Mattoso, na recente biografia sobre D. Af, Henriques.

2631. Coincide muito aproximadamente com a medieval e gótica Fonte das Figueiras. Não seria impossível - dado que se sabe que existia aqui uma fonte em época islâmica neste declive, que a Fonte das Figueiras aproveitasse sistemas hidráulicos ou condutas de época islâmica (ou até anteriores, reaproveitadas nos séculos anteriores ao XII).

As olarias deveriam colar-e, como uma espécie de *cintura industrial* exterior à muralha urbana de Šantarīn; a colocação de algumas indústrias em zonas exteriores, apartadas das zonas residenciais e onde o regime geral dos ventos afastasse os fumos do interior das cidades está bem claro em alguns *tratados de ħisba* desta mesma fase, como é o célebre **Tratado de Ibn ‘Abdūn**²⁶³², tratado concebido para ser aplicado na Sevilha de época almorávida, na capital do Império e, por isso, modelo para outras cidades²⁶³³.

As muralhas almorávidas de Santarém

Como já se referiu, o geógrafo al-Idrīsī refere que Santarém não possuía muralhas. E o que se passa em 1144-1145 é semelhante à situação vivida pelos santarenos em tempos dos Aftácidas quando se encontraram cercados pelas tropas de Fernando Magno, que se aproximou da cidade exigindo o pagamento de Tributos (*itāwa*), situação que levou al-Muzaffar Ibn al-Aftas a dirigir-se também para a mesma cidade, cujos habitantes já pensavam entregar-se ao rei cristão “... tendo em conta a nossa debilidade para nos defendermos”²⁶³⁴.

Por outro lado, em relação ao século anterior, Ibn Hawqal diria que Santarém era uma cidade moderna, recente; embora não se saiba se se referia à zona da Ribeira ou à zona alta da cidade, tudo leva a crer que tenha havido investimento urbanístico na cidade durante o período califal durante o século X.

Esse investimento no urbanismo da Santarém do século X parece não ter passado pela construção de uma muralha que defendesse a zona urbana. Possivelmente tal se devesse ao que antes passara em Sevilha e que muitos emires e califas temiam - que as muralhas servissem os interesses de populações revoltosas.

Na primeira metade do século XII, porém, a situação tinha mudado. Com uma Coimbra na posse dos cristãos, mais aguerridos e audazes, com uma ocupação, alguns anos antes por D. Raimundo, por consentimento do último rei da Taifa aftácida de Badajoz, Santarém necessita de estruturas defensivas novas para fazer face ao perigo cristão do Norte e não havia em Córdova ou em Sevilha

2632. Tratado de Ibn ‘Abdūn em Évariste Lévi-Provençal (Ed.), *Séville musulmane au début du XIIe siècle. Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers Traduit avec une introduction et des notes*, Paris, 1947 (reedição Maisonneuve & Larose, Paris, 2001, com “avant-propos” de Christophe PICARD).

2633. **Tratado de Ibn ‘Abdūn**, (ed. Lévi-Provençal com “avant-propos” de Christophe PICARD) §116, p. 73.

2634. Sobre este acontecimento veja Ibn ‘Idārī, *Bayān III*, fl. 238; F. Mañllo (ed.), *La caída...y los Reyes de Taifas*, p. 198. A angústia dos santarenos poderia ter a ver com a incapacidade de se defenderem por não disporem de muralha capaz de os defender.

Al-Idrīsī dirá que “Santarém est une ville bâtie sur une montagne très-haute. Du côté du midi se trouve un grand précipice. Cette ville n’a point de murailles, mais au pied de la montagne est un faubourg bâti sur le bord du fleuve” - al-Idrīsī, *Description de l’Afrique et de l’Espagne*, ed. de Dozy e De Goeje, 1968, fl. 186, trad. p. 225.

O texto afirma claramente a cidade alta não estava munida de muralhas (o que não invalida a existência de um equívoco na escrita); porém, ao referir-se ao arrabalde, nada se diz sobre a existência ou não de obras de carácter defensivo; o mesmo se deve dizer da zona da Alcaçova onde haveria, certamente, um recinto defensivo.

A referência e omnipresença do “precipício” de Santarém pode ter a ver com o topónimo Alfange que quase sempre é relacionado com Alange e com o significado de “serpente”; explicação que se dará mais adiante.

quem temesse, eventualmente, a construção de uma muralha em Santarém. Os tempos tinham mudado; não havia rebeldes regionais que quisessem evitar subordinar-se ao poder dos omíadas; havia, agora sim, receio do poder militar e de acções de surpresa levadas a cabo por cristãos do Norte. Sabemos, aliás, que os almorávidas criaram uma contribuição nova, para fazer face à necessidade de construir muralhas. Deve ter sido neste quadro que Santarém - mas também Lisboa (sobretudo da tomada desta última por surpresa) e outros locais - se vai dotar de uma estrutura de defesa passiva nova.

Como se resolve o problema advindo do facto de al-Idrīsī referir que Santarém não tinha muralhas? Tanto quanto se sabe, este geógrafo nascido em Ceuta e bisneto de Idris II, rei da taifa de Málaga, viveu entre 493 H/17 Nov 1099 a 5 Nov 1100 d. C. — 560 ou 561 H 18 Nov 1164/27 Out 1166²⁶³⁵. Estudou em Córdoba e em 1138 estava na corte de Roger II, em Palermo. Alemany²⁶³⁶ sustenta que al-Idrīsī deve ter estado em solo peninsular na década de trinta, o que coincide com a sua ida para Palermo no final dessa década. Sabe-se que entregou a Roger II da Sicília, para quem trabalhou, a sua obra máxima - *Kitāb Ruġar* - o Livro de Rogério - antes de 1154, ano em que morreu o rei normando da Sicília. Não se sabe exactamente em que ano ou anos esteve al-Idrīsī no al-Andalus e quando esteve em Santarém; ou quando esteve em Santarém quem o informou, dado que não é completamente seguro que al-Idrīsī - que esteve no al-Andalus - tenha estado presencialmente em Santarém.

Tudo leva a crer, então, que a obra máxima de al-Idrīsī tenha sido escrita com informações anteriores a 1138. Ou seja, durante grande parte da década de trinta Santarém estaria sem muralha. Em 1138, com cerca de 28 anos de idade, o geógrafo sai do al-Andalus e parece não ter voltado. Em que contexto - partindo do princípio de que a informação de al-Idrīsī é correcta - teria a muralha sido construída?

Sabe-se que dois anos depois, em 1140, depois da expedição de Afonso Henriques a Sevilha e a Ourique, se inicia uma série de expedições almorávidas contra Leiria e contra a bacia do Mondego. E, por outro lado, sabe-se que em 1147 as muralhas estão construídas e são tomadas só por uma acção militar muito especial, nocturna e rápida - tipo “comando” medieval camuflado. Logo, há um intervalo de cerca de 10 anos, entre 1138 (ou antes) e 1147, durante o qual se realizaram obras de amuralhamento em Santarém.

Há mais dados importante sobre a sua edificação mas também sobre as suas capacidades militares; não nas fontes árabes, mas nas cristãs. Segundo a *Quomodo sit capta Sanctaren ciuitasa rege Al-*

2635. Para conversão das datas utilizou-se inicial a obra com tabelas de equivalência de Manuel Ocanã. Depois, por facilidade de utilização foi o utilizado o conversor do *Orientalisches Seminar*, Zürich, distribuído pela *Universität Zürich*, Zürich, disponível em <http://www.unizh.ch/>; deve dizer-se que inicialmente foi testado com trabalhos fiáveis, como os os da Prof. María Jesús Viguera, que habitualmente datas os acontecimentos com grande rigor, e provou ser totalmente fiável.

2636. ALEMANY BOLUFER, J., “La geografía de la Península Ibérica en los escritores árabes”, *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su reino*, IX (3-4), 1919, pp. 109-172; X (1-2), 1920, pp. 1-29.

*fonso comitis Henrici filio*²⁶³⁷ - publicada por Alexandre Herculano sob o nome *De Expugnatione Scalabis*²⁶³⁸.

Que se sabe da construção desta muralha de Santarém??

A *Quomodo* traz detalhes de obras levadas a cabo em Santarém, sob domínio almorávida que são informações únicas e reforçam a importância desta crónica. como justamente faz José Mattoso. Refere a crónica a ocupação da cidade durante o governo de *Ciro*²⁶³⁹, “rei dos Moabitais e bem assim com AbZecri, que ao longo de quase trinta e quatro anos teve nas mãos o seu governo: havia ele levantado muralhas, trincheiras e torres (...)”²⁶⁴⁰.

Mas mais importante que *Ciro* ou *Sîr ibn Abû Bakr*, para Santarém é fundamental reter a personagem deste *AbZecri*, (por *Abuzacri*, um governador da cidade) com um *Kunya* que seria, possivelmente, *Abû Zakrî*, que tem feito correr muitas tinta²⁶⁴¹.

O poder almorávida em *Šantarîn* - possivelmente o *qādî* - leva a cabo obras de edificação de muralhas. O *Quomodo* refere a construção de “muralhas, trincheiras e torres, pelo lado ocidental, que toma o nome de *Alplan*, pois, em comparação com o precipício que há em toda a volta, parecia uma planície”²⁶⁴². Há, pois, um projecto de edificação de uma muralha que tira partido de zonas naturalmente planas e onde se edificam - e é pena não se referirem os materiais de construção - muralhas e torres. Mas, o sistema defensivo urbano passava igualmente pela implantação de trincheiras, palavra que deve designar uma *cava*, *cárcava* ou *fosso*²⁶⁴³, eventualmente associada a um antemuro ou barbacã.

2637. Seguiu-se a nova edição e tradução da *Quomodo sit capta Sanctaren ciuitas a rege Alfonso comitis Henrici filio* da autoria de Aires A. do Nascimento, “O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos Mouros (a. D. 1147)”, in *Actes del X Congr s Internacional de l’Associació Hisp nica de Literatura Medieval*, ed. Rafael Alemany, Josep Lluís Martos, Josep Miquel Manzanaro, Alacant / Alicante, 2005, pp. 1217-1232.

2638. *P.M.H., Scriptores*, pp. 93-95.

2639. Trata-se de *Sîr ibn Abû Bakr*, comandante do exército almorávida, parente dos dirigentes almorávidas e que morreu em 14 de Outubro de 1113 / 507 H, em *Aġmat*. segundo o *Bay n*, trad. p. 134.

2640. *Quomodo sit capta Sanctaren...*(ed. Aires do Nascimento), p. 1229.

2641. Sobre esta personagem veja-se o trabalho recente que retoma as dúvidas e pol micas em redor deste nome, em Adel Sidarus, “Shantar n / Santarém, Fronteira ambivalente Islamo-Cristã”, in *Santarém Na Idade Média*, (*Actas do colóquio 13 a 14 de Março 1998*), Santarém, C. M. S., 2007, (pp. 319-335), pp. 325- 327- livro gentil e preocupadamente oferecido pelo autor deste artigo; Adel Sidarus identifica-o com *Yahy  ibn Ġ niya* (governador almorávida), cuja *kunya* era, efectivamente, *Ab  Zakariyya*’ .

2642. *Quomodo sit capta Sanctaren...*(ed. Aires do Nascimento), p. 1229. É interessante a explica o da forma o do vocábulo: *al + plan*;   impressionante a forma fácil como se explica a forma o deste vocábulo santareno e como, possivelmente de forma popular, se assimilava e evoluía regionalmente o processo de arabiza o, com estes mecanismos, relativamente bem conhecidos, de *maquilhagem* linguística.

2643. O uso de **fossos** em fortifica es de época islâmica era comum na arquitectura de época islâmica. Há exemplos em fortifica es de várias épocas e são bem evidentes os postos a descoberto recentemente em Calatrava la Vieja (cf. *Mil Anos de Fortif.*); continua ser útil ver-se L. Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulm...*, pp. 543-549; Pavón Maldonado, na sua obra monumental sobre *Fortificaciones...*, não d  relevo a estas “estruturas negativas” que são os fossos.

A obras da muralha almorávida de Santarém foram, porém, mais complexas. Houve também movimentação de terras, não se limitando os idealizadores e construtores desta obra defensiva a ter em conta o contorno natural do terreno - fizeram-se terraplanagens e modificações a nível da geomorfologia dos terrenos. É a mesma fonte que o diz, ao afirmar que a “planície” de *Alplan* tinha esse nome “já que encheu até cima, a modo de promontório, os antigos declives com terra transportada aos ombros por cativos”²⁶⁴⁴. Sem máquinas, o enchimento e novelamento de uma parte de Santarém e, de crer, a construção das muralhas deve ter passado pelo uso de gentes capturada em campanhas militares. Afonso Henriques e os seus homens sabiam do que falavam; deveriam estar em posse de relatos de antigos cativos, depois resgatados ou fugidos e que relataram como se executaram as ditas obras.

Quando foram tomados esses cativos?

Não se sabe exactamente em que momento se iniciaram as obras, mas a *Quomodo* inclui-a claramente nos 34 anos da governação de Abū Zakrī, o que cai perfeitamente dentro da primeira metade do século XII. Não seria impossível que grande parte das obras tivesse sido levada a cabo numa conjuntura em que a disponibilidade de cativos fosse maior. Pode-se pensar, por exemplo, na fase que se inicia com as campanhas almorávidas de 1140, campanha que atingiram Leiria - onde são feitos cativos, um dos quais é o alcaide do castelo, aí colocado por Afonso Henriques - , mas também os ataques contra Soure - e pode-se lembrar o infortúnio de S. Martinho de Soure; de facto, segundo a *Vita Martini Sauriensis* este religioso de Soure, numa acção militar de iniciativa andalusí/almóada em 1144 que atingiu essa vila da bacia sul do Mondego, “foi capturado com quase todos eles [cavaleiros “professos no templo de Salomão em Jerusalém”, ou seja, Templários] e levado para o castelo [“in Scalabi castris menia”] de Santarém que então estava em poder da gente nefanda dos pagãos”²⁶⁴⁵.

Segundo a *vida de Martinho de Soure*, o santo entrava nas masmorras de Santarém - sem a isso ser obrigado²⁶⁴⁶ - dando consolo espiritual aos cristãos que aí estavam aprisionados e “amarrados com grilhões”, para evitar que caíssem na tentação - que não deveria ser muito rara - de adoptarem as práticas islâmicas. Porém, é de crer que nem todos os cristãos passassem os dias aprisionados; estariam aí os mais rebeldes ou aqueles para os quais se esperavam compensações avultadas trazidas pelos agentes especializados em transaccionar cativos - os *alfaques*.

2644. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1229.

2645. *Vita Martini Sauriensis* in Aires Augusto Nascimento (ed.), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra : vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa : 8), Lisboa, Ed. Colibri, 1998, §11, pp. 240-241; ver também p. 249, n. 38.

2646. Pelo que diz a *Vita Martini Sauriensis* poder islâmico da Santarém dessa conjuntura não mantinha aprisionado um religioso cristão e permitia a entrada de orientadores espirituais nas “masmorras fétidas” de Santarém.

Por outro lado, o “perigo” de os cativos de deixarem islamizar não deveria ser pequeno, levando o cónego a actuar por sua iniciativa conta conversões que, em grande medida, poderiam ter como fito diminuir os padecimentos de um prisioneiro.

São Martinho de Soure acabará *transferido* para Évora - sem se saber por que razão - de onde segue para Sevilha e, depois, para Córdoba, cidade onde morre, aos 31 de Janeiro de 1145 - cf. *Vita Martini Sauriensis* in Aires Augusto Nascimento (ed.), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra : vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa : 8), Lisboa, Ed. Colibri, 1998, p. 249, n. 42, onde se esclarece que esta data concorda com a que consta no *Livro das Kalendas*.

É muito provável que muitos dos cativos das acções militares levadas a cabo entre 1140 e 1144 tivessem participado em trabalhos forçados levados a cabo em obras públicas na *madīna* Šantarīn. Não se pode provar que esses cativos de Soure ou os aprisionados no castelo de Leiria (um dos quais era o seu antigo alcaide, depois libertado) trabalhassem nas muralhas, mas é possível pensar que os cativos feitos nesses primeiros anos da década de 40 do século XII fossem trazidos para Santarém para deles se retirar proveito, o qual em parte poderia advir da sua força física - ou seja, alguns podem ter trabalhado ainda numa muralha nova em Santarém.

Em suma, algumas campanhas militares levadas a cabo pelas tropas islamizadas estacionadas em Santarém nos primeiros anos do século XII (depois de ter sido recuperada das mãos das tropas de Afonso VI) até 1144 - ano da última grande campanha e que atingiu Soure²⁶⁴⁷ -- devem ter fornecido mão-de-obra para trabalhar nas terraplanagens²⁶⁴⁸ levadas a cabo no planalto onde se encontra a zona de Marvila e do Alporão e devem ter transportados materiais para a construção da muralha nova e, muito provavelmente também da própria Porta de Atamarma e, eventualmente, de outras como a de Manços.

As terraplanagens deixaram, propositadamente, alguns grandes declives abruptos, que tiveram aproveitamento defensivo e que, pela designação dada - Alhafa, significando “o medo” - servia de protecção mas igualmente como zona de onde “eram precipitados aqueles que haviam sido condenados por sentença de morte, de tal modo que partiam a coluna cervical e os seus corpos se espalhavam pela ribeira do Tejo”²⁶⁴⁹.

Esta cidade que, no dizer da *Quomodo*, “não é grande ... nem pequena para ser posta à mercê de poucos”, apresentava ainda uma zona “de abismo”, zona conhecida como “*Alhanse*, ou seja, cobra, pois não se pode ali chegar de modo algum senão por desvios e alguns meandros”²⁶⁵⁰ - é zona que conduz ao bairro hoje conhecido como Alfange²⁶⁵¹.

2647. *Vita Martini Sauriensis* in Aires Augusto Nascimento (ed.), §11, pp. 238-9.

2648. Valerá a pena ter em linha de consideração o facto de o bairro islâmico do castelo de “Jorge” em Lisboa e o bairro da alcáçova de Mértola estarem implantados também em terrenos nivelados e preparados previamente. No caso de Santarém, é desejável que a Arqueologia venha a encontrar provas desta regularidade, a qual tem paralelos em outros lugares do *al-Andalus*, como Granada, Siyāsa (Cieza), para não falar da cidade modélica que foi a califal *madīnat al-Zahrā*.

2649. cf. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1229. Não se encontrou, por ora, nenhum caso perfeitamente igual a este aqui relatado. É conhecido o caso, semelhante, de Toledo, em tempos de al-Hakam I, em que cabeças de *muwallad* descontentes foram atirados ao fosso da estrutura palatina toledana (Cristina de la Puente, “Cabezas cortadas: símbolos de poder y terror. Al-Andalus ss. II/VIII-IV/X” in M. Fierro e F. García Fitz (Eds.), *El cuerto derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, Madrid, C.S.I.C., 2008, pp. 321-322); porém, não é de estranhar, dado o que M. Stickland chama de “complexity and diversity of the treatment of the vanquished in the Iberian Peninsula...” - cf. M. Stickland, “The vanquished body: some comparisons and conclusions”, *id.*, p. 533.

2650. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1229.

2651. O topónimo *Alfange* tem sido tradicionalmente identificado com base na semelhança fonética com Alhange, pensando-se que tem a ver com “cobra”. Este micro-topónimo tem sido explicado como tendo a ver com “serpente” e alguns autores põem-no em paralelo com Alanje (Extremadura espanhola) - cf. (Alfredo Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 96; Manuel Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana*, p. 412). Custa a crer que a existência de ofídios ou a semelhança com eles esteja por detrás da explicação de todos estes topónimos. Ora, se se tiver em linha de conta a própria língua árabe pode dar uma explicação para este topónimo, talvez valha a pena explorá-lo. De facto, a raiz *h-n-j* - حـنـجـ - está na origem de verbos como *Hanaja* que, segundo Biberstein-Kazimirski, significa “**faire incliner, faire pencher ou aller en biais**” (*Dic.*

Para além desses aspectos, a riqueza de Santarém, verdadeira ou imaginária²⁶⁵², numa conjuntura de mudança de poderes no al-Andalus, levaram Afonso Henriques a arriscar uma acção militar invulgar; com **doze escadas** feitas apressadamente - das quais só **duas** serão usadas e com a quebra das **trancas das portas** - a partir do interior²⁶⁵³ - a cidade é tomada na calada da noite. A facilidade da operação da tomada de Santarém, a entrada *furtiva*²⁶⁵⁴ na cidade foi feita através de duas escadas, com a abertura posterior de uma porta (a de Atamarma, embora o *Quomodo* não o diga explicitamente). O plano original previa, precisamente, o rebentamento das “trancas das portas”²⁶⁵⁵ dessa porta e perturbar os habitantes.

O texto da *Quomodo* deixa entender, de forma evasiva, que a cidade estaria mal apetrechada a nível de combatentes, ou seja, que teria uma guarnição (se a tivesse) mal apetrechada. No discurso / revelação que Afonso Henriques faz aos seus homens em “*Ebráz*, no alto de Pernes ter-lhes-ia dito o seguinte:

“... *que o ímpeto dos que entrarem sirva para perturbar tanto os que estão desarmados como os que estão a dormir. Por amor de Deus, disse-me: haverá alguma dificuldade em matar gente **desmunida** e mal dormida?*”²⁶⁵⁶

De facto, nunca se faz referência a uma reacção de um governador ou de uma guarnição que tivesse saltado de repente da alcáçova, a cerca de 1.000m de distância²⁶⁵⁷.

Os graves problemas por que passava o al-Andalus, em geral, com o sossobrar do poder Almorávida e a entrada já no al-Andalus de contingentes almóadas - novo poder, aliás, já referidos no texto da *Quomodo* sob a designação de *Mozamida*²⁶⁵⁸ - poderia ter emagrecido enormemente a força das ar-

Arabe-Français, tomo I, p. 501); a evolução do “H” para “F” é comum na passagem de algumas palavras do árabe andalusí para as línguas romances. Mas, ainda persistem dúvidas.

2652. A planura e fertilidade dos campos, a a riqueza em peixe e boas águas, bem como “as areias de ouro” (equívoco com Lisboa?), para além de equipararem as informações de Afonso Henriques às transmitidas por al-Idrīsī ou, mais tarde, por al-Ĥimyarī (sancionando e avaliando a qualidade da informação prestada pelos geógrafos árabes), revela intuítos mais prosaicos por parte deste monarca; a riqueza em gado também não é esquecida - cf. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1229.
2653. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1230.
2654. São várias as crónicas que reconhecem, posteriormente, a forma como a cidade foi tomada sem mascararem a procedimento; mesmo alguns documentos o fazem, como a Doação de Palmela aos cavaleiros de Santiago, referido por Aires do Nascimento, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra : vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa : 8), Lisboa, Ed. Colibri, 1998, p. 249, n. 39.
2655. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1230.
2656. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1230.
2657. Sabe-se que a alcáçova foi reparada no século XIV, em fase fernandina (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. LXXXVIII, numa fase em que o Formoso preferia os paços existentes junto à porta de Leiria - Maria Ângela Beirante, “Santarém nas crónicas de Fernão Lopes”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 297-310. p. 300. A Alcáçova estava “çercada sobre si” ou seja, **separada** da restante Santarém a nível de fortificação - Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. XXX - Maria Ângela Beirante, “Santarém nas crónicas de Fernão Lopes”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 297-310.p. 304.
2658. Não é fácil a equivalência deste nome - *Mozamida* - com Almóada ou al-Muwahhid.. A explicação, dada por J. henriques Barata, que relaciona este nome com *Mosumdas*, uma deturpação de Maşmuda parece credível - cf.

mas contidas numa Santarém dentro da qual não se sabe muito bem quem mandava em meados (dia 15) desse mês de Março de 1147 (o equivalente a 10 *šawwal* 541 H).

A acção começa com uma escada sobre uma olaria de tecto pouco firme e a subida de Mem Ramires e de um jovem de nome Mogueime - nome recuperado recentemente em termos literários²⁶⁵⁹ - num primeiro pelotão, com poucos homens.

A dificuldade em datar determinadas estruturas militares no al-Andalus é patente para muitos arqueólogos, historiadores da Arte (neste caso, da Arquitectura). Um exemplo recente está nas escavações feitas junto de um tramo mal conhecido mas importante do sistema defensivo de Córdoba, a muralha da Ajerquía (*Axarquía*) desta cidade. Detectam-se elementos para datar do século XII tramos desses muros, mas não foi honestamente possível saber se se trata de obra inequivocamente de origem almorávida ou já almóada²⁶⁶⁰. Embora, sem ter sucesso, estas obras demonstram que os almorávidas tentaram fazer desta cidade a verdadeira capital de *taġr* da zona mais ocidental do Ġarb al-Andalus.

capacidade e equipamento militar de uma cidade de Fronteira no Ġarb

As fontes de época islâmica nada dizem acerca da capacidade e equipamento militar existente nas suas cidades de *taġr*, de Fronteira. Possivelmente comparado com o que existira na Córdoba califal, sobretudo no tempo de um Almançor, quando a capital do califado tinha um exército preparado para expedições estivais mas também capazes de sair outros momentos. Revelar capacidades menores em cidades sob domínio de uma taifa ou dos almorávidas seria expor-se, em alguns casos, desnecessariamente à fúria dos retratados por uma avaliação negativa por comparação com momentos áureos das façanhas militares do al-Andalus.

Porém, há fontes do lado cristão que revelam detalhes importantes a ter em linha de conta. É o caso da *Quomodo sit capta* que faz uma avaliação da força militar da Šantarín nas vésperas da sua tomada por Afonso Henriques. Diz este texto *sui generis* que é “facto inverosímel que a cidade de

J. Henriques Barata, *Fastos...*, p. 33.

2659. Este nome, praticamente esquecido durante séculos, foi recentemente recuperado por um *nobel* ribatejano que o colocou, porém, em outro contexto, em outra cidade das margens do Tejo, mas na mesma época, no mesmo ano. José Saramago, num romance intitulado *História do Cerco de Lisboa*, publicado nos anos noventa, onde sobressai o casal *Mogueime - Ouroana* (um outro casal como *Baltasar e Blimunda*), surgindo igualmente a figura de Mem Ramires, mas no contexto da tomada de Lisboa por Afonso Henriques. Sobre estas personagens de Saramago veja-se Miguel Real, “Saramago: la ficción como sentido de la Historia”, in *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 660, Madrid, A.E.C.I., 2005, pp. 7-14; veja-se ainda Horácio Costa, *Apontamentos sobre a cidade saramaguiana* (disponível em [http://www.lettras.ufmg.br/cesp/textos/\(2002\)06-Apontamentos.pdf](http://www.lettras.ufmg.br/cesp/textos/(2002)06-Apontamentos.pdf)) e Maria Cristina Vianna Kuntz, *A metaficção historiográfica em História do Cerco de Lisboa*, (em [http://www.lettras.ufmg.br/cesp/textos/\(2002\)07-A%20metaficcao.pdf](http://www.lettras.ufmg.br/cesp/textos/(2002)07-A%20metaficcao.pdf)).

2660. Os trabalhos arqueológicos “obtidos en la A.A.P. realizada en el solar nº 11 de la Plaza de la Lagunilla” de Córdoba documentam “una ocupación plurisecular desde una fase prealmohade hasta nuestros días. Destaca la aparición de un tramo de la muralla del XII que supondrá la reorganización del espacio de la zona septentrional de la Axerquía.” - Santiago Rodero Pérez, *Resumen de nuevos datos para el conocimiento de la muralla islámica de la Ajerquía en su tramo septentrional: a.a.p. en la Plaza de la Lagunilla, nº 11, Córdoba*, ArqueoCórdoba.

Santarém ... é das mais **bem fortificadas e que é inexpugnável**²⁶⁶¹. Apesar de esta afirmação poder estar algo exagerada e dilatada, por forma a aumentar o valor de Afonso Henriques e da elite que teve o privilégio de o seguir secretamente até Santarém, é de crer que em geral a afirmação se possa tomar por justa - pela posição estratégica do local e pelas acções que daí partiam.

Mas, a sua força residia também no número; no número de homens armados que aí estavam estacionados²⁶⁶², nessa cidade base de rectaguarda logo a sul dos montes da Serra de Aire e Candeeiros, para norte das quais começa o território disputado do Entre Tejo e Mondego, zona de algaras, fossados, presúrias mais ou menos estáveis e onde não faltam as manchas de toponímia a atestar uma arabização ainda hoje mal conhecida. Embora sem ser um tampão totalmente eficaz contra penetrações cristãs em território islâmico a sul do Tejo (não evitou, por exemplo, a campanha afonsina contra Sevilha e de que resultou a Batalha de Ourtiq), era uma atalaia e base constante que deve ter desempenhado um papel dissuasor importante e pode ter impedido outras ousadias tamanhas.

Para completar a imagem de força de Santarém, a mesma fonte informa que a cidade possuía “todo o género de máquinas”²⁶⁶³, **máquinas de guerra** (subentende-se) para enfretar o poder cristão do Norte mas certamente também para fazer face a outros invasores que visitas indesejáveis que em tempos passado tinham entrado no território ou nas costas do território de Santarém.

Parece claro que todo o discurso é feito no sentido de valorizar a acção de Afonso Henriques e dos seus *comandos*, ou seja, dos homens por comandados; mas, de facto, o texto da *Quomodo sit capta Sanctaren* não se esquece de referir que Afonso VI só a conseguiu tomar “fazendo-a capitular pela fome”²⁶⁶⁴.

As portas de uma Santarém capturada

Esta questão, parecendo de somenos importância, tem uma relevância maior do que se pode pensar, na medida em que se trata de uma construção aparentemente nova, sem reutilizar estruturas pré-existentes e que pode reflectir a forma de contruir de uma fase que ainda hoje está envolta em dificuldades de compreensão - como é a arquitectura militar de época almorávida?

A fonte escrita mais credível é, sem dúvida, o anónimo *Quomodo sit capta Sanctaren*, pouco posterior à acção militar de 1147, mais preciso e menos *contaminado* com adições ou interpretações elaboradas *a posteriori*.

No entanto, persistem muitos dúvidas: estaria a alcáçova, antes isolada, ligada à muralha com corredor murado, semelhante ao que mais tarde se encontra a ligar, em Málaga, o *Generalife* e a Alcáçova de Málaga? Seria a porta Atamarma uma entrada recta como a Porta do castelo de **Trujillo** ou teria tido - como já acontecia mesmo em fase das Taifas -, um cotovelo, entretanto alterado

2661. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1228.

2662. “... é inexpugnável com uma multidão de homens...” - *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1228.

2663. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1228.

2664. *Quomodo sit capta Sanctaren*, (trad. Aires do Nascimento), p. 1228. Os editores afirmam o que, de facto, se sabe pelas fontes de época islâmica; o Bayān afirma que a cidade foi entregue pelo último senhor aftácida de Badajoz a Afonso VI. Porém, não se sabe que este detalhe é falso ou se houve, de facto, alguma resistência dos *šantarīnīs* às tropas fiéis a Afonso VI, em 1093.

em fase posterior?? Afonso Henriques parece entrar pela porta sem dificuldade; na verdade as fontes escritas tão ricas em detalhes, não referem qualquer dificuldade ou percurso sinuoso na porta. Por outro lado, o rei é colocado a ajoelhar e a orar no interior da porta; a dar crédito à *Quomodo sit capta Sanctaren*, a entrada deveria ser funda e escura, com ambiente propício à oração.... poderia ser recta, como mostra a imagem da porta do s. XIX, e funda como portas medievais conservadas em **Mahdia (Tunísia), Trujillo e no Cairo**.

Ora, as escavações levadas a cabo há alguns anos em Santarém, revelaram uma porta de Atamarma recta e, segundo os trabalhos arqueológicos levados a cabo, é indiscutível a sua origem em época islâmica²⁶⁶⁵. O facto de se encontrar numa zona de forte pendente pode ter obstado a que se tivesse desenhado uma entrada em cotovelo, bastando uma entrada recta, em profundidade.

porta de S. Manços

Porém, se esta entrada é recta, Santarém não deixa de ter entradas em cotovelo. Virada sensivelmente a sul, a zona da **porta de S. Manços**, hoje muito alterada, revelada ainda no traçado viário, uma entrada que parece ter sido acotovelada, mas com um cotovelo diferente, na medida em que se desenharia para o interior e não para o exterior da fortificação. O estudo monográfico sobre as muralhas de Santarém, revela uma entrada cujo cotovelo se revelava mas só dentro da área fortificada, como acontece com algumas fortificações norte-africanas de fase almorávida e mesmo posteriores. Por outro lado, a actividade arqueológica, que ainda não incidiu especificamente sobre o sistema de entrada mas que intervencionou a área em seu redor, revelou uma grande quantidade de materiais e artefactos de época islâmica, com especial para as fases tardias. É no exterior desta porta que se encontrou a maior necrópole - em áreas escavada - até identificado em território português com inumações de época islâmica (em estudo, pelo antropólogo da C. M. de Santarém, a quem agradeço os dados revelados), inumações que poderão ser, em grande parte, da fase final do domínio islâmico, embora não esteja afastada a possibilidade de a necrópole ter continuado a ser usada já sob domínio português, pela comunidade “mudéjar”.

A Porta de Manços em Santarém, de que hoje restam pouquíssimos vestígios, apresenta uma estrutura de aparente entrada recta. No entanto, o levantamento efectuado por Mário de Sousa Cardoso, no seu estudo sobre as muralhas de Santarém, apresenta uma entrada curiosa: se bem que do exterior a entrada pareça recta, depois de franqueada a entrada é necessário efectuar um “cotovelo” para poder penetrar no tecido urbano. Trata-se, a partir deste estudo - e que se encontra ainda plasmado no tecido urbano - de uma entrada num cotovelo desenvolvido no interior.

Esta solução de entrada angulosa não é a mais comum no *al-Andalus* mas há uma solução semelhante em Toledo. O levantamento que Juan Zozaya faz da *bāb al-Qanṭara* (porta da ponte) em Toledo²⁶⁶⁶ mostra uma entrada ladeada por duas torres desenvolvendo-se, no interior do recinto, uma câmara rectangular com uma abertura lateral; trata-se de uma entrada em cotovelo mas com o coto-

2665. cf. Mário Cardoso, “A porta de Atamarma”, *Mil Anos ...*, pp. 819-823.

2666. Cf. Clara Delgado, “La estructura urbana de Toledo en época islámica”, in *Regreso a Tulaytula - Guía del Toledo islámico (siglos VIII-XI)*, Toledo, 1999, p. 53, fig. 25 (reproduzida também em PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. II: Ciudades y Fortalezas, C.S.I.C., Madrid, 1999, p. 501, fig. 3. Veja-se o sistema desta entrada no estudo de Juan Zozaya “Fortification building in al-Andalus”, *Madridener Beiträge*, band 24 - *Spanien und der Orient in Frühen und Hohen Mittelalter*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, 1996, (pp. 55-74), p. 66, fig. 10.

velo desenvolvido no interior. É uma solução bem documentada em fortificações norte-africanas do século XII²⁶⁶⁷.

A existência de uma entrada acotovelada, com o cotovelo a desenvolver-se para o seu interior, tem antecedentes em Toledo e paralelos coevos e posteriores no norte de África almorávida e pós-almorávida. pode corresponder a uma fase intermédia deste tipo de entradas²⁶⁶⁸. Pode-se apontar, igualmente, semelhanças numa entrada de Gibraltar onde, numa das entradas, há cotovelos internos, mas aparentemente do exterior ser uma entrada recta ladeada por duas torres existem na Gibraltar almóada²⁶⁶⁹.

Uma outra porta destas muralhas, **a porta de Leiria**, poderia ter tido, segundo o mesmo estudo sobre as muralhas de Santarém, uma outra entrada em cotovelo. Embora essa possibilidade esteja por provar e não seja evidente no local, há claros indícios da existência de uma muralha, para além da alcáçova, de defesas de época islâmica na parte alta da cidade. No entanto, as escavações levadas a cabo, há poucos anos, na zona da Ribeira de Santarém, se revelaram uma muralha - que é ainda visível parcialmente - nessa zona junto ao rio, mostram que ela deverá ser posterior ao fim do domínio islâmico. Se Idrîsî diz que Santarém não tem muralha, pode estar a referir-se à zona baixa da cidade.

Mário Sousa Cardoso para além de estudo dedicado às muralhas de Santarém tem um outro sobre esta “porta de Leiria”. Aqui apresenta as medições que constam do Tombo do Paço e que foram transcritas pelo erudito santareno Zaferino Brandão; a possibilidade de comparar estas medidas com a porta do Capitel de Badajoz (cuja última fase é do período almóada, posterior à conquista de Santarém) levou o autor a pensar que a planta em cotovelo desta porta badajozense se adequava à explicação da entrada medieval da “porta de Leiria”²⁶⁷⁰; só que o desenho da “porta de Leiria” e da torre dos Misteres que apresenta não esclarece essa semelhança e não coincide com o que actualmente existe na igreja de N^a Sr^a da Piedade²⁶⁷¹. Porém, a hipótese não deixa de ser aliciante, mas serão necessários estudos de carácter arqueológico para a comprovar ou não esta possibilidade - até por que, com esta ou outra dimensão, com esta ou outra organização espacial, não seria impossível que nesta zona da muralha, uma porta de acesso fácil que convinha proteger numa fase de movimento fácil de tropas provenientes do vale do Mondego, houvesse uma entrada organizada em cotovelo - sistema já conhecido no al-Andalus em fase almorávida.

Não se conhece nenhum couraça / *coracha* em Santarém. A explicação pode estar no uso preferencial de sistemas de **poços e de cisternas**; são referidos constantemente em documentação medie-

2667. PAVÓN MALDONADO, Basilio, Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana, vol. II: Ciudades y Fortalezas, C.S.I.C., Madrid, 1999, pp. 510 (porta principal de Chella - Rabat) , p. 513 (“Bāb Dakaken”, em Fez Jdid e “Bāb Chorfa”, em Fez Bali) 517 e p. 517 (1 - Marraquexe e 2 - bāb Larissa (al-Arisa); a porta de Alcácer Ceguer (“bāb Sabta” (porta de Ceuta) n. 4.1 apresenta o mesmo esquema de entrada).

2668. Os vestígios existentes e os arrumamentos que se mantêm poderão dar frutos, mais tarde, através de trabalhos arqueológicos que confirmem, ou não, esta hipótese.

2669. cf. TORREMOCHA SILVA, Antonio, e Angel J. Sáez Rodríguez, “Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 169-268., p.188.

2670. Mário Sousa Cardoso, “A portas medieval de Leiria. Estrutura e denominação”, *Santarém na Idade Média: actas do colóquio (13 e 14 de Março, 1998)*, Santarém, C. M. S., 2006, pp. 85-100.

2671. *Ibidem*, figs. 5 e 6.

val²⁶⁷² e ainda recentemente em escavações que estão em execução em frente do Teatro Rosa Damasceno e do do edifício do antigo Banco de Portugal aparecerem mais cisternas pequenas, que devem estar em estudo mas que, pela dimensão que apresentam, - vistas do edifício do *Círculo Cultural Scallabitano* - lembram as que se encontram em Granada no bairro de Albaicín. Porém, das torres visíveis no estudo de Cardoso - visíveis nas aguarelas de Baldi - não seria impossível que algumas dessas torres projectadas para o exterior da cortina de muralha virada sul fosse uma cou-raça / coracha; mas não ficaram traços na toponímia.

Publicou-se há alguns anos uma imagem de um troço de muralha em taipa que se encontra junto da entrada do edifício da antiga Junta e Assembleia Distrital de Santarém, troço de muro esse que tronca na conhecida **Torre das Cabaças** - torre tardia, mas que apresenta uma zona maciça, na base, zona que tem de se atravessar para atingir a parte alta, actualmente utilizada como zona expositiva. Junto a esse troço de muro há ainda vestígios de uma antiga porta, possivelmente de muralha, da qual se conserva parte de uma ombreira. Não seria impossível que se tratasse de um troço da muralha almorávida e que a própria torre das cabaças assentasse nessa muralha ou que o seu aspecto actual resultasse de capeamento e revestimento de uma estrutura anterior, eventualmente herdeira das muralhas almorávidas. Só a actividade arqueológica o poderá esclarecer.

O estudo sobre as muralhas de Santarém mostra a existência de **torres albarrãs**²⁶⁷³ na vertente sul que onde se encontrava porta de Manços. Sem serem perfeitamente iguais às torres albarrãs que se conhecem em fases posteriores, não seria impossível que estas albarrãs, posteriormente redefinidas e alteradas, pudessem datar de época islâmica, ou seja, pudessem ser da fase da construção da muralha de época almorávida.

Por outro lado, nos últimos anos assistiu-se a um aumento exponencial sobre a informação de índole arqueológica proveniente de Santarém. Sendo possível, para a zona alta da cidade, encontrar artefactos que atestam uma ocupação pelo menos dos séculos X ao XII (embora se saiba a dificuldade que há em identificar e classificar ainda alguns materiais anteriores).

Em termos de defesas passivas, o que se conhece das suas várias portas, onde há exemplos de entradas em cotovelo, mas também, como no caso da porta de Atamarma, de entradas em linha recta (em túnel), predominando a construção em alvenaria ligada com cal, mas onde não faltam traços do uso de taipa rica em cal²⁶⁷⁴, fazem de Santarém quase que um mostruário de técnicas contrutivas que só sondagens arqueológicas cuidadas ajudarão a melhor compreender e valorizar.

Obras futuras no tecido urbano de Santarém, poderão fornecer dados - como os que estão a surgir nas escavações que decorrem nas chamadas *Portas do Sol* - de enorme importância para a datação da muralha santarena mas também para compreender as formas de construir de um império que se estendeu pela península Ibérica e pelo Norte de África e que tirou partido de um imposto especil-

2672. Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980.

2673. Parcialmente visível no desenho de Baldi, que foi aproveitado no estudo de Cardoso.

2674. cf. F. Branco Correia, "Abū Yaq'ūb Yusuf (1163)", in R. Carneiro, A. Teodoro de Matos, J. Mattoso (coord.), *Memória de Portugal - O Milénio Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 92-93. O troço de muralha em que era visível a taipa no seu interior está, desde há alguns anos, rebocado e não se pode estudar com mais detalhe.

mente vocacionado para obras de carácter militar -o *ta'tib* - que pode ter contribuído para obras em Santarém e outras fortificações do *Ġarb*.

Apesar de dispor de uma muralha nova, Santarém não deixa de cair nas mãos de cristãos em poucos anos., num momento em que deveria dispor de uma muralha nova. Esta circunstância, porém, a de concentrar a defesa na construção de muralhas, numa defesa de tipo passivo, terá sido alterada em época almorávida ou manter-se-á como já era sob domínio almorávida??

alvenarias de fiadas regulares em Santarém - características e paralelos

Uma dessas torres, junto ao parque de estacionamento da Empis, apresenta uma torre que se projecta muito para o exterior da cintura de muralhas. Poderia ser da fase da edificação da muralha almorávida. O aparelho de construção neste troço de muralha é em alvenaria com pedra de média dimensão, em fiadas relativamente regulares, ligadas com argamassa. É um tipo de aparelho que é comum em fortificações consideradas habitualmente de época cristã. Porém, a tipologia das construções de época almorávida não é única e não é difícil encontrarem-se paralelos desta época em fortificações norte-africanas.

Esse tipo de aparelho surge, por exemplo, na fortificação de **Tasgimut** - localizada a cerca de 25 Km a sudeste de Marraquexe²⁶⁷⁵. Mas não é só Tasgimut que apresenta semelhanças com construções do al-Andalus em alvenaria. É bem conhecido o caso da fortaleza de **Amergo**, edificada cerca da cidade de Fez, em época almorávida por cristãos ao serviço destes. Esta fortificação apresenta um aparelho de alvenaria ligada por argamassa, com fiadas regulares de pedra de média dimensão²⁶⁷⁶. Durante muito tempo esta fortificação foi considerada um caso único e um exemplo de intromissão tecnológica ocidental cristã no Norte de África almorávida.

Um estudo antigo mostra Amergo²⁶⁷⁷ como um caso raro de fortificação feita por cristãos no Norte de África²⁶⁷⁸. Hoje o que se sabe sobre Amergo é mais relativizado mas é um dos casos das muitas fortificações desta época que foge aos paradigmas em relação aos quais tem havido muita dificuldade em rebater; ou seja, é possível que muitas das fortificações construídas com alvenarias de fiadas regulares possam TAMBÉM datar de época islâmica, mormente do período almorávida. Sobre estas dificuldades de datação em fortificações que fogem à norma, diz Manuel Acíén:

2675. Cf. Ahmed Tahiri, "Los Almorávides en el Magreb", in V. Martínez Enamorado e F. Vidal Castro (Eds.), *Mauritania y España, una Historia común - Los Almorávides unificadores del Magreb y Al-Andalus* (S. XI-XII), Granada, El Legado Andalusi, 2003, (pp. 180-193), p. 180; Patrice Cressier e Larbi Erbatí, "Note sur la forteresse almoravide du Tasgimut" in *Archeologie Islamique*, n.os 8-9, Paris, Maisonneuve et Larose, 1999, pp.55-66; ver também P. Cressier, "Apuntes sobre Fortificaciones islámicas en Marruecos", *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, p. 131.

2676. Cf. Ahmed Tahiri, "Los Almorávides en el Magreb", in V. Martínez Enamorado e F. Vidal Castro (Eds.), *Mauritania y España, una Historia común - Los Almorávides unificadores del Magreb y Al-Andalus* (S. XI-XII), Granada, El Legado Andalusi, 2003, (pp. 180-193), p. 189.

2677. Cf. "Amergou" (Amergô) in (G. Camps), *Encyclopédie Berbère*, Tomo IV, 1987, pp. 589-590.

2678. Henri Terrasse, *La forteresse almoravide d'Amergo*, in *Al-Andalus*, Madrid, vol. XVIII - 2, Madrid - Granada, 1953, pp. 389- 399.

“Aparte de estas cercas bien datadas, **las fortificaciones menores almorávides resultan de difícil identificación**, habiéndose dado incluso interpretaciones muy contradictorias para una de sus obras más señeras, como es la norteafricana de Amergo.”²⁶⁷⁹.

E acrescenta Manuel Acién: “ Por tanto, es muy posible que algunas de las abundantes fortificaciones que se suelen datar como de época almohade correspondan a la primera mitad del s. XII, pues contamos con la constancia textual de la apropiación y remodelación por parte del gobierno almorávide de antiguos *huṣūn* de las comunidades rurales, como el *hiṣn* de los Banū Baīr (Benamejī), que a continuación pasó a manos de un usurpador, el cual lo mantuvo con ayuda cristiana hasta la llegada de los almohades”²⁶⁸⁰.

Além disso, é possível também encontrar paralelos e semelhanças contrutivas com a fortificação “marroquina” de Zagūra, na região de Draa, região ligada aos inícios do movimento almorávida, cujos vestígios impressionantes mostram não só uma imensa muralha vazia mas um aparelho semelhante a várias fortificações presentes do ocidente andalusī, incluindo troços em alvanaria das muralhas de Santarém²⁶⁸¹. Curiosamente, o que Sergio Martínez Lillo diz sobre Zagora - “en esta fortificación de Zagūra encontraremos ya el uso de puertas en codo conviviendo con las de acceso directo, así como el uso de torres de planta cuadrangular con otras de tipo semicircular”²⁶⁸² - poder-se-ia aplicar, sem modificação ao que se encontra em Santarém. Porém, este tipo de aparelho construtivo, com pedras de características irregulares, niveladas muitas vezes com pedras de pequena dimensão, encontra-se presente em várias construções do Ġarb al-Andalus e a sua datação tem sido difícil²⁶⁸³; este mesmo tipo de aparelho surge aplicado em fortificações da zona de Granada,

2679. - Manuel Acién Almansa, “La Fortificación en al-Andalus”, *Archeologia Medievale*, XXII, EDIZIONI ALLI INSEGNA DEL GIGLIO, 1995, (pp. 7-36), p. 13 (o mesmo texto foi publicado igualmente, com o mesmo título em *La Arquitectura del Islam Occidental*, Lunwerg ed., Barcelona, 1995, pp. 29-41.

2680. - *Ibidem*, p. 13.

2681. Sergio Martínez Lillo, "La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso", in LÓPEZ GUZMÁN, Rafael (ed.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg, 1995, (pp. 147-163), pp. 147-149.

2682. *ibidem*, p. 149.

2683. É o caso do castelo de Seda, a ocidente de Alter do Chão. Embora esta fortificação não seja refertida nas fontes de época islâmica, o local pode coincidir com um topónimo referido por al-Idrīsī e que se encontrava numa das vias fundamentais de abastecimento e de ligação de Santarém com o poder central - a via que ligava a cidade com Badajoz com Lisboa (via Santarém). Segundo a última ds obraas de al-Idrīsī descobertas - o *Uns al-muhaġ wa-rawd al-furaġ* - um dos caminhos de Badajoz para Santarém (e por aqui se deveria fazer grande parte da ligação de Santarém o poder almorávida, sediaddo no Guadalquivir - se bem que a ligação por Évora - via Coruche (onde há materiais de época islâmica - não seria de estranhar) e Lisboa passa por um lugar referenciado como *Qanṭarat Šayba* (قنطرة شيبية \ ٤٤٤). Este local é tratado detalhadamente pelo editor do texto mas, seguindo os especialistas espanhóis em percursos não chega a identificá-lo (AL-IDRĪSĪ, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII, según “Uns al-muhaġ wa-rawd al-furaġ”* (*Solaz de corazones y prados de contemplación*), estudo, edição, tradução e anotações de Jassim Abid Mízal, prólogo de M. J. Viguera, Madrid, C.S.I.C., 1989, texto p. 50, trad. p. 82, anotac. p. 175 - §168). Idrīsī afirma que está a duas etapas de Badajoz e a uma de Santarém; para o local de *Marġ al-Abāliš* (prado dos Diabos) - identificado entre Badajoz e a referida Ponte de Šayba - já o autor deste texto tinha proposto que se lesse como *Marġ al-Albīš* (prado de Elvas) na sua Tese de Mestrado. Esta ponte ficaria localizada a ocidente de Badadoz (e de Elvas) e perto de Santarém, na margem esquerda do Tejo. Ora, localiza-se precisamente nessa zona uma ponte romana que ainda hoje é utuilizada diariamente por todo o tipo de veículos automóveis; trata-se da estrada nacional n. 369, que parte de Alter do Chão em direcção a Vila Formosa (e, daí, o nome por que a ponte é conhecida - ponte da *Vila Formosa* - cf. Alarcão); porem, a ponte deixa deixa perto de si a localidade de Seda e o próprio nome da ribeira é, precisamente, ribeira de Sêda. A redução do diptongo não é difícil de entender; mais difícil será

onde a percentagem de argamassa é variável e o tipo de pedra varia também, mas sem deixar de se manter a tipologia de assentamento²⁶⁸⁴; fiadas de pedras irregulares de médio tamanho, regularizadas por fiadas de pedras mais pequenas, sobre as quais assenta uma nova camada do primeiro tipo, tudo ligado com argamassa.

As dificuldades do local levaram a que os almorávidas - que não conseguiram desalojar estes novos rebeldes, portadores de uma mensagem religiosa diferente - tivessem contruído algumas novas fortificações na região²⁶⁸⁵. Entre estas ainda pouco conhecidas fortificações, destaca-se a de Tāšgīmūt²⁶⁸⁶, onde se mantêm de pé troços da muralha; esta mostra, nas torres, um aparelho em alvenaria - com pedra irregular mas colocada em fiadas regulares ligadas por argamassa, aparelho que não difere do que se encontra em muitas fortificações ibéricas e do ocidente peninsular, particularmente²⁶⁸⁷; os panos de muralha, por seu lado, exibem um aparelho de argamassa “surmonté de tabiya”, aparelho que lembra, em termos de opção na verticalidade dos aparelhos, o que se pode ainda hoje encontrar no que resta do perímetro da muralha da vila de Portel²⁶⁸⁸. Como refere P.

compreender a diferença entre “d” e “b”, mas não é um equívoco impossível. De qualquer das formas, é de reter um aspecto: a ponte mantém as suas qualidades viárias desde o período romano até aos nossos dias; não é, pois, de crer que esta estrutura fosse contornada e desperdiçada nas ligações entre Badajoz e Santarém. Faria todo o sentido que, ao longo dessa via, também as estruturas de Alter do Chão.

2684. Malpica Cuello, A., *Poblamiento y castillos en Granada*, Junta de Andalucía, El legado Andalusi, Lunwerg, 1996, cap. VI-2, fig. 6, 8, 10-14, 25-27, passim (muitos exemplos em catálogo, com exemplos da Alpujarra e Almuñecar). Ver também P. Cressier e Larbi Erbat, “Le pouvoir dans ses mur. Villes et fortifications dans le Maroc du haut Moyen Âge”, *Castrum 8. Le château et la ville.. Espaces et réseaux (VI-XIIIe siècles)*, Casa de V. - E. Fr. Rome, 2008, pp. 283-297 (figs. 3 e 7).
2685. A construção dessas fortificação pelos almorávidas, para fazerem face aos almóadas, é referida por al-Bayḍāq, ed. de Evariste Lévi-Provençal, *Documents Inédits d'Histoire Almohades - Fragments manuscrits du "Legajo" 1919 du fonds arabe de l'Escorial*, Paris, 1928, pp. 218-221.
2686. Sobre a fortificação de Tāšgīmūt vejam-se os trabalhos de Yassir Benhima, “L’habitat fortifié au Maroc médiéval: éléments d’un bilan et perspectives de la recherche”, in *Archéologie islamique*, vol. 10, 2000, pp. 79 – 102; Yassir Benhima, “Fortifications étatiques et fortifications communautaires au Maroc à l’époque almoravide”, in Isabel C. F. Fernandes (ed.), *Mil anos de fortificações na Península Iberica e no Magreb (500–1500)*, Palmela - Lisboa, 2002, pp. 259–271.

Veja-se, particularmente, Patrice CRESSIER e Larbi ERBATI, “Note sur la forteresse almoravide du Tāšghîmût”, *Archéologie Islamique*, vol. 8-9, 1998-99, pp. 55-66 mas, igualmente, Patrice CRESSIER, “Apuntes sobre la fortificación islámica de Marruecos”, *I Congreso internacional. Fortificaciones en al-Andalus. Actas*, Algeciras, 1998, pp. 129-145 (livro de Actas cuja oferta muito agradeço a A. Torremocha Silva, organizador do congresso em causa). Do mesmo autor, é de ver um ponto da situação recente do mesmo Patrice Cressier, em “Urbanisation, arabisation, Islamisation au Maroc du Nord: quelques remarques depuis l’Archéologie”, Catherine Miller, «Aguade, Jordi, Cressier P. et A. Vicente (eds.), *Peuplement et Arabisation au Maghreb Occidental. Dialectologie et Histoire*, Madrid-Zaragoza, Casa de Velázquez - Universidad de Zaragoza, 1998, (pp. 27-38), p. 29, onde o autor caracteriza o aparelho usado em Tāšgīmūt . Tāšgīmūt que, segundo al-Bayḍāq, teria sido construído por Maymūn ibn Yāsīn - mas Yassir Benhima lembra que Ibn al-Abbār identifica Maymūn ibn Yāsīn al-šanḥāḡī como um especialista do *ḥadith* e das ciências jurídicas em geral e não tanto um construtor - Yassir Benhima, “Fortifications étatiques et fortifications communautaires au Maroc à l’époque almoravide”, in Isabel C. F. Fernandes (ed.), *Mil anos de fortificações na Península Iberica e no Magreb (500–1500)*, Palmela - Lisboa, 2002, p. 261.

2687. É o caso de Freixo de Numão, mas também, Portel - cf. **imagens**
2688. Sobre a hipótese de o muralha da “vila velha” de Portel poder ter tido origem em época islâmica apresentaram-se ideias preliminares; cf. F. Branco Correia, “Fortificações muçulmanas em Portugal - alguns apontamentos” in *Arqueología Medieval Española - II Congreso*, Tomo II, Madrid, 1987, pp. 501-509.

Cressier, se há “berberidade”²⁶⁸⁹ nesta construção, ela está mais na iniciativa política de fazer a construção do que nos aparelhos utilizados para a edificação.

De facto, sabe-se que muitas das fortificações edificadas pelos poder almorávida em redor de Marraquexe foram executadas por um tal al-Falākī al-Andalusī, homem que acumulava raras capacidades, dado que antes de dirigir obras nos Norte de África, parece ter sido salteador de caminhos no al-Andalus (na zona de Sevilha), tendo a sua pena comutada em prestação deste tipo de serviços no Norte de África²⁶⁹⁰. Além deste andalusī, sabe-se que o poder almorávida passa a ter ao seu serviço **Reverter** - nobre catalão, mas então já mercenário ao serviço dos almorávidas em território africano - que, apesar de cristão, comandava uma tropa de elite que servia os ortodoxos malikitas almorávidas²⁶⁹¹.

Pode-se considerar que o papel de gente do *al-Andalus*, ou melhor, da península ibérica na edificação de fortificações estatais para os almorávidas no Norte de África foi importante²⁶⁹², o que parece querer revelar que, embora haja obras almorávidas no al-Andalus sob o domínio almorávida, a influência norte-africana a nível da concepção das construções e da nível das técnicas não parece ter sido grande, além de que parece ter-se dado mais no sentido da peninsular para o Norte de África e não tanto em sentido inverso.

Por outro lado, nos vestígios que ainda se conservam de fortificações com ocupações de época almorávida, são visíveis aparelhos diferenciados mesmo no Norte de África, não longe de Marraquexe, como é o caso das fortificações de Tigmī-n-ugllig e Agdair-u-znag²⁶⁹³, a fortificação de Nul

2689. Patrice Cressier, em “Urbanisation, arabisation, Islamisation au Maroc du Nord: quelques remarques depuis l’Archéologie”, Catherine Miller, «Aguade, Jordi, Cressier P. et A. Vicente (eds.), *Peuplement et Arabisation au Maghreb Occidental. Dialectologie et Histoire*, Madrid-Zaragoza, Casa de Velázquez - Universidad de Zaragoza, 1998, (pp. 27-38), p. 29.

2690. Hugh Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 209.

Sobre al-Falākī al-Andalusī veja-se Yassir Benhima revela que este indivíduo consta dos relatos de Ibn al-Qaṭṭān, da *al-Hulal*, mas não surge na obra de Ibn al-Bayḍāq - cf. Yassir Benhima, “Fortifications étatiques et fortifications communautaires au Maroc à l’époque almoravide (1V-12' s.)”, Isabel C. F. Fernandes (ed.), *Mil anos de fortificações na Península Iberica e no Magreb (500–1500)*, Palmela - Lisboa, 2002, (pp. 259–271), p. 260.

2691. É extensa a bibliografia sobre **Reverter**; para além da referência que lhe faz H. Kennedy (*Os muçulmanos...*, p. 209) veja-se Jacinto Bosch-Vilá, *Los Almorávidas*, ed. fac-símile, Granada, 1998, cap. IV, p. 253 e seguintes; Viguera, María Jesús, *Historia de España (Menéndez Pidal)*, vol. VIII**, pp.

há referências em Moulay Driss SEDRA, “LA FONDATION DU RIBĀ‘ DE TAZA”, *Al-Andalus - Magrebe*, vol.14, Cádiz, 2007, (pp. 203-223), p. 211; Miquel Barceló, “Loquella barbarica (II)”, in *Faventia*, vol. 22/1, Bracelon, 2000, (pp. 87-110), p. 97.

2692. A construção da fortificação de Tāṣgīmūt por Maymūn ibn Yāsīn al-Ṣanhāḡī (como no-lo diz al-Bayḍāq) - um homem das ciências do *ḥadīth*, como revela Yassir Benhima - é duvidosa; o erudito esteve na reeferida fortificação mas não parece ter estado *tecnicamente* ligado à sua execução.

Ainda sobre Tāṣgīmūt vejam-se imagens do seu aparelho em Sergio Martínez Lillo, “La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso”, in LÓPEZ GUZMÁN, Rafael (ed.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunewerg, 1995, pp. 147-163.

2693. Muṣṭafá Nā‘imī, *La dynamique des alliances ouest-sahariennes: de l’espace géographique à l’espace social*, Editions MSH (Maison des sciences de l’homme), col. Mediterranee-Sud, numéro 5, Paris, 2004, p. 161 e

Lamta (Agwaudir Asrir)²⁶⁹⁴, onde domina a pedra de média dimensão, calçada com pedra miúda e, no interior, pedra pequena argamassada.

Em **Amergo**, estudado por H. Terrasse, e em Zagora, local fortificado estudado por Meunié e Charles Allain²⁶⁹⁵, a possível influência de trabalhadores de origem ibérica e a presença de técnicas da mesma proveniência já foi equacionada²⁶⁹⁶, dado que se encontra um aparelho com o qual facilmente se encontram paralelos em fortificações com alvenarias com fiadas de médias dimensões, com camadas niveladas com a colocação de pedras pequenas - nas faces exteriores - , encontrando-se argamassa com pedras irregulares no interior. Mas, as parecenças com o mundo ibérico medieval cristão passam igualmente pela utilização de torres semi-circulares; mas, neste caso, como já se sabe tem havido tendência - não certa - para atribuir sempre à iniciativa das sociedades de matriz nortenha e cristã as torres semi-circulares. Torres Balbás assinala essas parecenças, dando fé das semelhanças de aparelho entre muralhas da Granada islâmica e as da conhecida cidade de Ávila²⁶⁹⁷.

As características próprias das fortificações de época islâmica foram estudadas recentemente por Sergio Martínez Lillo²⁶⁹⁸ mas, num trabalho recente, Malpica Cuello lembra o facto de Manuel Ación ter detectado - muito recentemente - este tipo de aparelho em muitas outras longitudes ao longo da bacia do Mediterrâneo²⁶⁹⁹

Sobre esta temática deve ter-se em conta o que diz Malpica Cuello:

“Tanto por la disposición de los mampuestos como por algunos motivos decorativos se aproximan a los paramentos nazaríes documentados en la época central del reino. Asimismo se encuentran en las murallas torres de planta semicircular que aparecen también, según hemos visto, en Granada. Estas formas constructivas se han relacionado con las obras cristianas de la Península. Así lo señala Torres Balbás aunque refiriéndose a las murallas de la ciudad granadina: «...en las fortificaciones cristianas del siglo XI –Ávila y Loarre, por ejemplo– es corriente el empleo de esas torres, que más tarde, en el siglo XII, se encuentran en las fortalezas almorávides y en algunas al-

imagens hors-texte VI, VII e X.

2694. Muṣṭafá Nā'imī, *La dynamique des alliances ouest-sahariennes: de l'espace géographique à l'espace social*, Editions MSH (Maison des sciences de l'homme), col. Mediterranee-Sud, numéro 5, Paris, 2004, p. 161 e imagens hors-texte VIII, IX e XI.
2695. Charles Allain (Ch) & Jacques Meunie (J.), "La forteresse almoravide de Zagora", *Hespéris*, 1956, vol. XLIII, fasc. 2, pp. 305–325.
2696. Henri Terrasse, "Forteresse almoravide d'Amergo", *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, Vol. 18, N.º 2, 1953, pp. 389-399.
2697. TORRES BALBÁS, Leopoldo, "El alminar de la iglesia de San José y las construcciones de los zres granadinos", *Al-Andalus*, VI, Madrid - Granada, 1941, (pp. 422-446), pp. 442-443.
2698. Sergio Martínez Lillo, "La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso", in LÓPEZ GUZMÁN, Rafael (ed.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunverg, 1995, pp. 147-163.
2699. ACIÉN ALMANSA, Manuel, "La fortaleza de Amergo. ¿Otro ejemplo de influencia andalusí en el Magreb?", in *De la sociedad islámica a la feudal. Veinte años de al-Andalus. Homenaje a Pierre Guichard*, no prelo, citado por Antonio Malpica Cuello, "Las fortificaciones de la frontera nazarí-castellana" in *Patrimonio Histórico Andaluz, Boletín*, n. 36 - *Arquitectura militar en tierras del interior de Andalucía*, Sevilla, 2006, (pp. 216-224), p. 220 (também disponível em http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/portal/Productos/Textos_e/index.jsp?pag=/portal/Contenidos/Textos_e/2001/boletin36/).

*mohades de Marruecos (Amergo, recinto de Tremecén, etc.)»²⁷⁰⁰. Pero tal relación no es clara ni parece que deba de pensarse en un préstamo a través de los mercenarios cristianos llegados al N de África. Puede deberse a una tradición propiamente islámica, que va desde Oriente hasta Occidente, como ha puesto de manifiesto Acién. Sea como fuera, es claro que las **construcciones en mampostería** se impusieron a partir del siglo XIV en el reino nazarí.”*

Em geral, pode dizer-se, que durante o período almorávida dominou o uso de aparelhos com argamassas e pedra, sendo esta trabalhada de forma muito menos perfeita que a cantaria, de origem clássica. No entanto, não se pode excluir o uso da taipa - material de construção cujo uso está atestado para a fase emiral (atestado do ponto de vista arqueológico e documental) - mas certamente taipas ainda sem o uso e a sistematização que se tornarão um *standard* na fase almóada.

As muralhas do *ta'tīb* - o imposto da mudança?

Todas estas obras de defesa e amuralhamento, muitas delas de época almorávida - como parece acontecer em Santarém -, podem ter resultado da aplicação, durante esse período, de um imposto especial - o *ta'tīb*. Este imposto, que foi uma inovação dos Almorávidas, será um motor que acelerará a (re)construção de cercas amuralhadas e, em alguns casos, levará ao início de obras.

Parece ser a partir do seu aparecimento que se estimula a construção de grandes circuitos amuralhados. Para alguns, será devido a este imposto que os almóadas, mais tarde, irão colher os frutos de uma dinâmica construtiva muito intensa²⁷⁰¹.

Em síntese, pode-se dizer que é perceptível, desde a afirmação dos almorávidas no *Ġarb al-Andalus*, que há um grande interesse em tomar posse da região que está na margem norte do Tejo e que as forças *andalusīs* e almorávidas fazem todos os esforços - sobretudo em tempos de *Sīr* - para retomarem *Lišbūna* e *Šantarīn*. Esta última adivinha-se como a cidade principal, em termos estratégicos, e base de onde partem vários vectores em direcção ao Norte, sobretudo em direcção ao rio Lis, à zona de Soure, de Montemor-o-Velho e Santa Eulália e às margens do Mondego e, a Leste da serra dos Candeeiros e do Sicó, a via que passa por uma Tomar onde se detectaram evidentes vestígios de presença islâmica desde cedo, passando eventualmente por apoio tático em redor de Torres (*Novas*, como será conhecida mais tarde), em direcção a Alvorge, e Ledeia por onde, inicialmente, havia condições (com eventuais apoios militares em Conimbriga, Penela (?), Castelo Viegas e torre de Bera) para atingir um outro flanco do grande objectivo da bacia do Mondego - a cidade de Coimbra. Ironicamente, as eventuais obras miliatres apoiadas por Almançor e as desenhadas em tempo de Sisnando (vindo de Sevilha) contribuíram para impedir a tomada da cidade de Coimbra pelo exército almorávida, exército esse que mais do que uma vez dará provas de fraquejar na guerra de assédio.

2700. O autor cita TORRES Balbás, , 1941, pp 442-443.

2701. Sobre o *ta'tīb* e as suas consequências a nível da edificação de muralhas vejam-se: Torres Balbás, *Ciudades Hispanom...*p. 478; P. Gurriarán Daza e Angel J. Sáez, “Tapial o fábricas encofradas en recintos urbanos andalusíes” in *II Congreso Ciudades Internacional "La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb"*, 2002, Ed. Fundación El Legado Andalusi, (pp. 561-625), p. 605.

a) Entre o Tejo e o Guadiana - indícios

Embora quase tudo esteja por fazer, há indícios de que se deve dar uma atenção redobrada a nível de pequenas fortificações entre Santarém e Badajoz; ou, dito de outra forma, entre as linhas do Tejo e do Guadiana. É uma zona vital e que ao ligar aquelas duas cidades assegura uma parte das mais substanciais comunicações entre o poder sediado no Guadalquivir e o Ġarb extremo.

Já se referiu o caso de Seda e da sua possível equivalência com Qantarāt Šayba (قنطرة شيبية ١٤٤). Este local é tratado detalhadamente pelo editor do texto mas, seguindo os especialistas espanhóis em percursos não chega a identificá-lo²⁷⁰². Idrīšī afirma que está a duas etapas de Badajoz e a uma de Santarém; para o local de *Marġ al-Abāliš* (prado dos Diabos) - identificado entre Badajoz e a referida Ponte de Šayba - já o autor deste texto tinha proposto que se lesse como *Marġ al-Albīš* (prado de Elvas) na sua Tese de Mestrado. Esta ponte ficaria localizada a ocidente de Badajoz (e de Elvas) e perto de Santarém, na margem esquerda do Tejo.

Bem perto, em Alter do Chão mantiveram até aos nossos dias materiais e indício de uma forte romanização²⁷⁰³ mas o castelo, que utiliza importantes silhares dessas origens (com silhares romanos reaproveitados), deve ter tido ocupação de época islâmica. Além disso, bem perto, na área da Coudelaria de Alter, foi encontrado um dirham - cf. **monografia da Coudelaria**, da autoria de Jorge de Oliveira); as características arquitectónicas de Alter, associadas à impressionante capacidade de vigilância de Alter Pedroso, bem como aos indícios de época islâmica detectados no cabeço de Vaiamonte (embora não sejam visíveis traços de torres²⁷⁰⁴), que domina o território de Marvão / Ammaya, os indícios de pequenas fortificações e de ocupação do território não são poucos. Além disso, os trabalhos de escavação e de prospecção levados a cabo por André Carneiro na zona de Fronteira e de Cabeço de Vide têm detectado vários locais com ocupação islâmica. Porém, a uma questão ainda não se pode responder: teria Seda - a vila amuralhada - já uma fortificação em época islâmica? O aparelho construtivo, com pedras de média dimensão apoiada com pedra menor, tanto pode ser de época islâmica como poderá ser obra posterior. Das portas e sistemas de entrada, nada se conserva. As torres parecem posteriores, mas não seria impossível que aqui - tal como em Avis - houve um pequeno povoado eventualmente já defendido (com uma fortaleza-refúgio, um pequeno *hišn* ?).

Por outro lado, Sobre **sobre Avis** há dados recentes; Ana Ribeiro, ao comentar a recente “Carta Arqueológica de Avis”, sem desconhecer as referências textuais de época islâmica a *Abis* (em Ibn Hawqal), refere que “a presença islâmica na região revela-se apenas na toponímia”; porém, mesmo

2702. AL-IDRĪSĪ, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII, según “Uns al-muħay wa-rawd al-furay” (Solaz de corazones y prados de contemplación)*, estudo, edição, tradução e anotações de Jassim Abid Mizal, prólogo de M. J. Viguera, Madrid, C.S.I.C., 1989, texto p. 50, trad. p. 82, anotac. p. 175 - §168.

2703. É de lembrar que recentemente foi descoberta uma necrópole, em Alter (na rua da Misericórdia), uma necrópole com inumações datadas como “tardo-romanas” - sinal de continuidade de povoamento na região depois da queda do Império romano do ocidente - cf. Jorge Antónińo e Marta Pinto Reis, “necrópole tardo-romana de Alter do Chão”, *Al-Madan*, 12, pp. 179-180.

2704. Mas, como já foi observado num território *ecologicamente* não muito diferente, as torres não são indispensáveis em fortificações rurais - cf. S. Gilotte S. Gilotte, *L’Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), p. 117.

ao lado desta afirmação, surgem fragmentos de cerâmica com aplicações plásticas sobre as quais se imprimem digitalizações e bordos com decoração ondulantes²⁷⁰⁵, formas que surgem também em cerâmicas de época islâmica e cuja cronologia pode apontar para os dois últimos séculos da presença islâmica na região. Pode dizer-se que a *madīna Šantarīn* era alimentada por vias que partiam de Badajoz, vias que deveriam chegar à zona das actuais Chamusca, pela ribeira de Sôir²⁷⁰⁶, ou a Almeirim, locais de onde se procederia à aproximação a Santarém.

Deve acrescentar-se que se detecta aparelho em espinha, ou “*opus spicatum*” em paredes da fortificação medieval cristã²⁷⁰⁷: mas não é impossível que os “freires de Évora” tivessem tirado partido de uma construção militar prévia, construção essa que deve ter sido profundamente alterada e ampliada (se não mesmo demolida) pelos freires que estarão na origem da Ordem de Avis, uma ordem militar. Tal como em Calatrava, não seria impossível que se tivesse tirado partido de uma fortificação prévia. Não é impossível que uma leitura mais atenta de alguns materiais arqueológicos menos chamativos e ricos e uma análise *arqueológica da arquitectura*. imensa, não estudada e que se vai degradando em Avis, possa vir a revelar novidades num local que não deve ter sido desprezado, tento em conta a sua capacidade táctica de controle sobre um território muito vasto.

Aliás, este território entre Santarém e Évora e entre Santarém e Elvas nunca foi devidamente prospectado de forma a tentar encontrar vestígios do período islâmico. Mas há alguns indícios. Um deles é o local identificado como o local da Vila Velha de Fronteira. Aí, as escavações levadas a cabo recentemente revelaram indícios de ocupação de época islâmica; o sítio tem imensas semelhanças topográficas com o *castelo velho das Hortinhas*²⁷⁰⁸ para onde a literatura arqueológica apontava uma vez mais para ocupações da Idade do Ferro. Mas os possíveis vestígios não se ficam por aqui; André Carneiro, que tem publicado os resultados das suas prospecções²⁷⁰⁹, mostra que também na zona de Cabeço de Vide não faltam indícios de ocupação de época islâmica; e sobre Vaiamonte, já na área de Monforte, não há dúvidas sobre a presença do período islâmico, embora falte afinar as cronologias de ocupação; quase imperceptíveis, ainda há poucos anos se lobrigavam vestígios de muros no cabeço de Vaiamonte²⁷¹⁰.

As referências à ocupação islâmica neste lugar está muito mal conhecida mas pode afirmar-se, sem dúvidas, que ela existiu. O cabeço de Vaiamonte é bem conhecido da literatura arqueológica, mas sobretudo devido à sua ocupação de época calcolítica ou, como durante algum tempo se disse, Eneolítico. Trabalhos recentes têm tentado pôr em relevo as ocupações dessa época e Vaiamonte sempre está presente nos trabalhos arqueológicos sobre essa fase da Pré-História²⁷¹¹. SE a Proto-

2705. Ana Ribeiro, “Uma Primeira Leitura da Carta Arqueológica de Avis”, *Al-madan online adenda electrónica*, III Série (16) | Dezembro 2008, pp. 9-10.

2706. - derivado de *sūr*?

2707. como acontece no Castro da Cola, em alguns troços do castelo de Seda (por estudar arqueologicamente) e em algumas fortificações rurais estudadas por S. Gilotte.

2708. **Alandroal** - cf. Manuel Calado, *Carta Arqueológica do Alandroal*,

2709. (*Carta Arqueológica do concelho de Fronteira*, obra que agradeço ao autor).

2710. - António Maria Cunha, *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*, Monforte, Câmara Municipal de Monforte, 1985, p. 59 e fig. 15 e 16.

2711. Rui Boaventura, *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): Uma recuperação possível de velhos e novos*

História que tem sido a fase mais valorizada e bem estudada²⁷¹², foram publicados dados sobre a ocupação do sítio em época islâmica, dados que recentemente foram lembrados²⁷¹³. A ocupação parece ter passado pelo período emiral, há vários elementos que apontam para uma ocupação mais longa no tempo. D. Frei António Brandão relaciona Vaiamonte com lutas entre “mouros” e a Ordem de Avis e há mais indícios de uma ocupação tardia. De facto, é possível que esta localidade de Vaiamonte, que terá tido um povoado fortificado na coroa do seu monte seja uma das que Yāqūt al-Ḥamawī refere, concretamente a que identifica como Bayyān, um dos *iqlim/s* dependentes de Badajoz. Diz Yāqūt al-Ḥamawī que o referido *iqlim* se chamava *Munt Bayyān*²⁷¹⁴; ora, não é impossível que se tenha dado uma mudança na ordem dos factores, ou melhor, uma mudança na ordem das palavras identificadoras do local; ou seja, o que surge na obra do oriental Yāqūt al-Ḥamawī dos séculos XII-XIII, sob a forma *Munt Bayyān* poderia ser conhecido - nessa altura ou posteriormente - como *Bayyān Munt*²⁷¹⁵.

dados, Lisboa, I.P.A., 2004.

2712. - C. Fabião, "O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)", *A Cidade. Portalegre*, Nova série, n.11, 1996, pp. 35-84

2713. "No sítio arqueológico do Cabeço de Vaiamonte, com importante ocupação proto-histórica, encontraram-se, para além de várias peças em cerâmicas (hoje nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa), sete dirhams emirais (MARINHO, José Rodrigues (1983), «Uma prática singular em moedas do emirado do Ândalus», in *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. I, Lisboa, (pp. 347-374), p. 350)", referido por Santiago Macias, "Islamização no território de Beja — reflexões para um debate", *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, (pp. 807-826), p. 811 e n. 12.

S. Gilotte refere a “intemporalidade” de algumas das fortificações que estudou numa zona particular da Estremadura espanhola; sábia observação esta, de quem percebeu que os recintos de uma época pré-histórica tardia podem receber ocupações em outros momentos e não cristalizam, com uma única ocupação, à espera dos arqueólogos contemporâneos - cf. S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), p. 133 .

2714. Yāqūt al-Ḥamawī, *Mu'ğam...*, vol. I, p. 518; *apud Fuentes Árabes de Extremadura*, p. 64 que afirma que o topónimo em causa não fora ainda identificado.

2715. Yāqūt al-Ḥamawī indica ainda que leva a *nisba* desta localidade Qāsim ibn Muḥammad ibn Sayyār al-Bayyānī, que foi *mawlā* de Hišām ibn 'Abd al-Malik e que teria morrido em 298 H /910, o que curiosamente, coincide com a fase final do emirado, cronologia atribuída a um grupo de moedas encontradas no cabeço de Vaiamonte, como já foi referido, moedas que não têm forçosamente que ver que este *mawlā* que não deveria viver na altura na localidade.

(c) 1147 - entre a escalada de Santarém e o cerco de Lisboa

A tomada de Santarém será o primeiro grande passo cristão para Sul - na faixa ocidental do *Ġarb al-Andalus* - depois da conquista de Coimbra por Fernando Magno, a 9 de Julho de 1064, quase um século antes. Lišbūna e os poderes que aí estavam estabelecidos passaram, de repente, a estar encurralados; não há fuga nem apoio possível vindo do Norte.

Entre Santarém e Lisboa os locais fortificados que já existiam podem ter sido reforçados ou outros terem sido edificadas. É possível que algumas das fortificações referidas nas *Crónicas Breves de Coimbra*, como é o caso de Alenquer²⁷¹⁶, Mafra²⁷¹⁷ ou Torres Vedras tivessem recebido algum tipo de atenção durante esta nova fase em que os poderes estabelecidos em Lisboa e os implantados em Santarém são inimigos. Nada nas crónicas árabes refere essas pequenas fortificações ou postos de vigia. Porém, indirectamente, é possível aflorar algumas hipóteses.

Sacavém, localidade estrategicamente colocada à entrada da linha de água de que leva o seu nome, é localidade citada nas fontes islâmicas, ligada a eruditos e letrados e a sua posição à entrada de uma linha de água que até ao século XIX chegava quase até Loures, tornava necessário manter dispositivos de controle à sua entrada.

Pode ter existido uma pequena fortificação ou torre de vigia na zona onde hoje se encontra a igreja matriz. E, como se sabe, Francisco de Holanda apresenta um desenho de uma ponte com silharia que, pelas imagens, parece ser de origem romana e que uniria ambas as margens da ribeira de Sacavém ou Trancão. A ter existido a referida ponte, a sua origem seria romana e faria parte do traçado da via Olisipo - Bracara; tendo chegado ao período da Renascença, significa que conseguira atravessar toda a Idade Média e ser utilizada durante os séculos de domínio islâmico no *Ġarb*.

2716. *Chronicas breves e memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, publicado em P.M.H., *Scriptores*, II, p. 25, col. 2; veja-se também Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, p. 71; idem, Pedro Gomes Barbosa, “Leiria e a defesa dos campos de Coimbra”, *Documentos, Lugares e Homens - Estudos de História Medieval*, Lisboa, Cosmos Ed., 1991, p.27. Sobre Alenquer na Idade Média deve ver-se João Pedro Ferro, *Alenquer medieval (sécs. XII-XV)*, Lisboa, 1989.

2717. A referência a um castelo de época islâmica em Mafra coincide com a memória da existência de uma fortificação no local. O que hoje é visível é pouco e mesmo alguns dos muros que se considera pertencerem ao castelo poderão ser unicamente feitos com pedras retiradas desse castelo (cf. GANDRA, Manuel J. (org.), *Mafra, da reconquista ao foral de 1513 (catálogo de exposição)*, Mafra, 1989. pp. 14, 16). Porém, há vestígios de uma defesa militar em alvenaria e a topografia do terreno é muito sugestiva: encaixada entre duas linhas de água (dois rios: “um chamado Gordo, outro dos Couros, que correm de Nascente a Poente” - §4 das Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra, ANTT: *Memórias Paroquiais*, v. 22, maço 28, pp. 177-186, figs. 2-14), que correm de forma profunda, a “vila velha” de Mafra controla visualmente o oceano e está numa posição de rectaguarda em relação à foz do rio Lizandro. A referência ao topónimo “almada” (lugar habitado com 5 fogo; §5 das *Memórias paroquiais*) no séc. XVIII, poderá ser indício de riqueza mineira, mas de época não especificada. Mafra, a futura Mafra, poderia ser o local do assentamento de uma pequena comunidade com uma fortaleza-refúgio (um pequeno *ḥiṣn*?) mas possivelmente coordenado com o castelo Sintra, com quem o contacto visual é muito fácil e de onde se controla Mafra.

(Mafra tomada primeiro para “asfixiar” e fazer cair Sintra? É o que depreende do discurso da *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* - cf. [ÇINTRA] - *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal (Cron. de Afonso Henriques)*, Acd. Port. Hist., cap. XXII e XXVI). O rei português teria tardado seis anos nestas várias conquistas que, muito provavelmente, passaram por negociações feitas *in situ*.

Uma fortificação em Sacavém faria já sentido no século IX, no momento em que os normandos penetraram no “mar da Palha” e poderiam penetrar em muitos dos seus afluentes e esteiros com as embarcações que possuíam; faria sentido, igualmente, por exemplo, no momento em que Lisboa e Santarém oscilam entre as mãos dos leoneses e a dos Almorávidas que vêm recuperar as cidades entregues por al-Mutawakkil a Afonso VI. Na conjuntura de pós-conquista de Santarém por Afonso Henriques, a existência de uma fortificação em Sacavém - ou uma atalaia de aviso - faria todo o sentido; é de lembrar que depois da tomada de Santarém, Lisboa está encurralada em termos militares e que Sacavém pode ter feito parte de uma “linha” ou ter jogado o seu papel isoladamente. Mas, em termos de território, franquear a ribeira de Sacavém, significava ter acesso a Lišbuna sem grandes problemas.

O primeiro a aludir a esta tradição foi o monge cisterciense de Alcobaça, Frei António Brandão, na sua *Monarquia Lusitana*²⁷¹⁸ – afirmando basear-se numa tradição, já velha, recolhida entre as gentes de Sacavém; também Miguel de Moura, nas suas inéditas Memórias da Fundação do Mosteiro de Sacavém²⁷¹⁹, alude a essa lenda existente entre os sacavenenses, que mandou averiguar quando desejou erigir o Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém, no lugar da antiga ermida da Senhora dos Mártires, em 1577.

Contudo, não há quaisquer provas históricas que corroborem a existência de facto deste combate; as fontes coevas da conquista (como a conhecida Carta do cruzado inglês Randulfo ao clérigo Osberto de Baldreseia – a moderna Bawdsey, no Suffolk –, a qual relata em pormenor a expugnação da cidade), não fazem qualquer alusão a este embate às margens do rio de Sacavém. Alexandre Herculano, por seu lado, não dá crédito a esta possibilidade e este acontecimento é comumente tido como sendo lendário, pelo menos com os contornos com que foi descrito.

Considerada lendária ou nem sequer sendo referida por muitos historiadores, não é impossível que o assunto se venha a colocar, caso a arqueologia venha a revaliar os elementos que estão em falta mas que fazem sentido para a época e apra a conjuntura: a ponte romana de que ficou uma ilustração²⁷²⁰, e restos de uma fortificação eventualmente associados a níveis arqueológicos de meados do século XII; mas, tais elementos não estão ainda disponíveis.

2718. *Monarquia Lusitana*, Terceira Parte, fls. 170 - 171. **António Brandão** refere a “batalha de Sacavém” que teria sido travada por tropas afonsinas, junto à desaparecida ponte romana. Essa referência é baseada em tradições locais que se foram revestindo de contornos míticos. Essas tradições referem uma luta entre as tropas afonsinas que se dirigiam para Lisboa e um contingente que tentaria nesta “posição” militar estratégica impedir o avanço sobre Lišbuna.

2719. Miguel de Moura - um homem do século XVI que servira D. Sebastião e que servirá igualmente Filipe I de Portugal (Felipe II de Espanha) - fala destes acontecimentos.

2720. A ilustração consta da obra de Francisco de Holanda, *Da Ciência do Desenho*, [Lisboa, Livros Horizonte, 1985 (1ª ed. 1571)]. Gabriel Pereira regista também a referência à ponte romana de Sacavém - Gabriel Pereira, *Estudos Diversos*, Univ. de Coimbra, 1934, p. 395-396.

A ocupação de Sacavém em época islâmica está atestada por Yāqūt²⁷²¹. Este geógrafo “sírio” de origem bizantina refere Sacavém, ao falar do místico Taytal ibn Isma‘īl, chamado al-Šaqabāni, ou *o Sacavenense*²⁷²². Aí teria edificado um *ribāt*, para propagar a fé e para a prática do *ġihād*. A carga da prática mística na zona está relacionada também com Santa Iria de Azóia, então conhecida sob a forma al-Zāwiya al-Taytal, ou Azóia de Taytal²⁷²³.

Em suma, Sacavém era uma localidade bem posicionada estrategicamente na foz de um afluente do Tejo, terra com uma espessura histórica grande, onde arabização e islamização se tinham instalado e lançado raízes - com um literato (sem o peso de um Ibn Bassam de Santarém, mas o que mostra a bacia do Tejo com intelectuais de projecção no todo *andalusi*); a sua posição, num dos mais importantes eixos de comunicação de acesso a Lisboa (como ainda hoje...), deveria passar pela existência de um reduto e de uma guarnição que deveriam estar preparados para dificultar uma progressão fácil de Afonso Henriques sobre Lisboa; não é impossível que a tradição popular - transmitida por Miguel de Moura e por António Brandão - tivesse algum fundo de verdade. Miguel de Moura não só refere as dificuldades de Afonso Henriques como indica o nome do alcaide *andalusi* que se entregou ao rei de Portugal - de seu nome “Bezai ou Baffay Zaide”, tendo-se depois convertido²⁷²⁴.

Não muito longe, um outro topónimo pode estar de alguma forma relacionado com pontos com função militar. É o que se poderia passar com **Alcoelha**. A arabização da zona das lezírias do Tejo é bastante forte entre Lisboa e Santarém e, concretamente, na zona de Xira. Sem deixar aqui um levantamento topónimo - já iniciado - mas que não tem acbimento aqui, convém simplesmente recordar que na zonas das lezírias, em redor de topónimos parcialmente arabizados como Alpriate ou Albecetim (Albacetim) surge o topónimo **Alcoelha**, zona e lezíria que durante o período medieval cristão pertencerá ao concelho de Santarém²⁷²⁵. É topónimo que surge cedo na documentação

2721. As suas principais obras são o *Mu‘ġam al-Udaba’* (معجم البلدان), ou Biografias de Homens Sábios - *cl sacavenense*), uma colectânea de biografias dos homens mais importantes do seu tempo, e o *Kitāb Mu‘ġam al-Buldan* (Livro dos Países), obra concluída em 1228, com informações relativas à história, geografia e etnografia das nações por que viajou (viagou ou recolheu).

Parece haver uma ocupação continuada no local de Sacavém, dado que não faltam exemplos de dados para o período romano - Luís da Silva Fernandes, “Inscrições Romanas do Termo de Loures”, *Máthesis*, 12, 2003, (pp. 27-55), pp. 44-48.

Yāqūt vem do siríaco Hyakinthos ou “*corundum*” porque eram cativos de muito valor (o *corundum* vermelho é conhecido normalmente como *rubi*- cf- “Yaqut” in Josef Walled Meri (ed.), *Medieval Islamic Civilization, An Encyclopedia*, II, pp. 869-870.

2722. Veja-se o artigo de A. Rei em <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>.

2723. Assunto já abordado por Helena Catarino, “O Castelo de Povos (apontamentos para o período islâmico em Vila Franca de Xira)”, in *Catálogo da Exposição Senhor da Boa Morte : Mitos, História, Devoção*, ed. da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 43-51.

2724. Cruz, Bernardo da, 1541-1579, O.F.M.; Moura, Miguel de, 1538-1600, (co-autor), *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura escripta por ele mesmo*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840, p. 184. Desconhece-se a fonte desta informação, mas é importante não ignorar este dado que refere a existência não de uma simples “força de interposição” mas de uma fortificação com seu alcaide na boca do rio de Sacavém - actualmente conhecido pela designação, pouco simpática, de Rio Trancão.

2725. Cf. *Livro de Bens de D. João de Portel*, fl. 27, *passim*; este topónimo consta do *Livro das Lezírias d’El-Rei Dom Dinis*, ed. de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2003, §48, p. 155. Há um

medieval portuguesa. Embora seja usado numa zona de lezíria e, portanto, de terras baixas, está em zona por onde poderiam eventualmente progredir barcos normandos que - sabe-se - subiam facilmente muitos rios; não seria impossível que Alcoelha fosse corrupção de um topónimo antigo como “alcolea” (comum na actual Andaluzia ou “alcoleia”); se assim, fosse, estar-se-ia perante um claro arabismo - *al-qulay‘a*, diminutivo de *al-qal‘a* -, ou seja, uma pequena fortificação, eventualmente de controle e vigia de subida do Tejo por parte de barcos que conseguissem penetrar e subir pelo Tejo acima.

Conhecem-se e foram sistematizadas com clareza as fontes que dão dados sobre a conquista de Lisboa, mas nada se sabe acerca de uma possível reacção defensiva - em termos de território de Lisboa - por parte dos poderes estabelecidos na cidade da foz do Tejo, no sentido de dificultar o avanço para Sul de tropas cristãs a partir da nova base de Afonso Henriques - a recém-conquistada Santarém. É possível que os defensores de Lišbūna tenham virado as suas atenções sobre o Norte, como origem única de possíveis perigos, reforçando posições já existentes ou edificando novas.

As posições junto a linhas de água, como Alenquer, Sacavém, Alcoelha ou outros poderiam ter ganho importância táctica nesta fase de pressão; poderiam receber apoios possíveis só de chegar por via marítima - de outras cidades do litoral de um al-Andalus em convulsão - ou fluvial - das localidades ou cidades que tivessem acesso rápido à margem sul do Tejo; poderiam, igualmente, assegurar uma possível fuga para o estuário do Tejo

Porém, a chegada dos cruzados, por via marítima, cortando o acesso para o Atlântico, alguns meses depois, não será o que os dirigentes da cidade de Lišbūna mais desejavam e sufocará todas as esperanças num apoio por via marítima - só restará, como se irá ver, apelar a um possível apoio vindo de *Yābura*.

(d) A Lisboa de 1147

Sobre Afonso Henriques e o seu percurso até Lisboa:

“E auia grã vōtade de d’struir a mezuita de mafomed’ e de leuãtar a sancta cruz do nosso senhor Jesu Christo e a vitoria da santa igeia de Roma. Este rey dom afonso reynou de dezoyto annos: e conquistou toda a estremadura des Coimbra em diante: de guisa que os mouros nom ouuerom colheyta nenhũa na estremadura: saluo Lixboa: E quando veeo a idade de quarenta ãnos apanhou todas suas cōpanhas verdadeiros christãos: e veeo se deytar sobre Lysboa: e cercoua todo ē redor no mes de junho: de guisa que os mouros nō podiã ētrar nē sair da cerca da dita cidade”²⁷²⁶.

A chegada a Lisboa de gente no Norte da Europa no século XII não tem lugar unicamente, como se sabe, em 1147. Houve expedições anteriores, como aquela que refere o ataque a Lisboa, em redor de 1109, “por cruzados noruegueses que se dirigiam à Terra Santa, chefiados pelo rei Sigurg”, expedição geral citada pela relevância da referência ao facto de a cidade de Lisboa ser apresentada

Albaceite e Alcanice (de *al-Kanisa*?) junto a Vila Franca de Xira.

2726. *Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente*, ed. Alfredo Pimenta, in *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 21 ed, 1982, (pp. 141-146), p. 142

como “metade cristã e metade pagã” mas a partir de onde só há “pagãos”, ou seja, não-cristãos²⁷²⁷. Mesmo na década de 40 houve uma outra acção militar que atingiu a cidade de Lisboa, como se verá; mas o ano de 1147 será crucial a nível do *Ġarb al-Andalus* e para o futuro do reino português.

(i) O cerco e assédio à Lišbūna de 1147

A mudança que se operou em Lisboa em 1147 fez correr muita tinta e continua a interessar muitos investigadores de vários países (fig. 128-145).

Este não é o momento para fazer uma monografia sobre a ainda hoje conhecida como “tomada de Lisboa aos mouros” ou mesmo sobre a “cerca moura de Lisboa”²⁷²⁸; por isso, não será de estranhar que muitos dos detalhes importantes que os textos coevos transmitem - sobretudo o *De Expugnatione Lyxbonensi* - sejam ignorados, dado que se referem mais à relação do rei português com os cruzados e as autoridades clericais presentes., e essa temática tem recebido destaque muito grande nos últimos tempos²⁷²⁹. As questões em redor da Lisboa que acaba, do seu sistema defensivo e do choque de armas serão o ponto principal. Porém, apesar de o centro das atenções estar nas muralhas e no sistema defensivo da última fase da Lisboa islâmica, será necessário, por vezes, referir aspectos da conjuntura, dos contornos cada vez mais claros da Lisboa islâmica²⁷³⁰ e dos seus últimos dias, bem como argumentos e de atitudes dos vencidos perante o desafio que se lhes colocava.

2727. Luís Saavedra Machado, “Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurgo da Nouega (1109)”, *O Instituto - Revista científica e literária*, vol. 111, Coimbra, 1948, pp. 205-247; cf. Saúl António Gomes, “Grupos Étnico-Religioso e Estrangeiros” in *Nova História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1996, p. 344.

Veja-se também Jaime Ferreira Alemparte, *Arribada de Normandos y Cruzados a las Costas de la Península Ibérica*, Madrid, S.E.E.M., 1999, p. 63.

2728. Sobre “**mouros**” veja-se Nevill Barbour, “The significance of the word Maurus, with its derivatives Moro and Moor and of other terms used by medieval writers in latin to describe the inhabitants of muslim Spain”, *Sep. IV Congresso Estudos Árabes e Islâmicos*, (Coimbra, Lisboa, 1968), Leiden, E.J. Brill, 1971, 15 pp. Não se pode ignorar o trabalho - síntese fundamental - de Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e espaços de mouros : a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

2729. Maria João Violante Branco, “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico”, *Actas do 21º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1997, pp. 121-137.

2730. Sobre *Lišbūna* ou a Lisboa islâmica têm surgido nos últimos anos vários trabalhos, de índole diferente e reuniões científicas especializadas: sem querer e sem poder ser exaustivo, devem ter-se em linha de conta **aportações de** A. H. de Oliveira Marques, José Luís de Matos, A. Borges Coelho, Maria João Branco, Cláudio Torres, Ch. Picard, Hermenegildo Fernandes, Maribel Fierro, António Rei, Adel Sidarus; devem ver-se ainda os catálogos das exposições *Lisboa Subterrânea* (M.N.Arq.) e *Ġarb*. A *Revista Portuguesa de Arqueologia* e *Arqueologia Medieval* publicaram artigos e mesmo volumes sobre esta fase da história da cidade. Há obras recentes de Pedro Barbosa e prevê-se para muito breve a abertura de núcleos arqueológicos relevantes na área do castelo; aliás, a contribuição dos trabalhos de cariz arqueológico tem sido vital para o avanço dos conhecimentos sobre esta fase da História de Lisboa.

Deve lembrar-se que durante as décadas anteriores a cidade de Lisboa - e a Península Ibérica em geral - passou por mudanças. A cidade foi entregue pelo último rei da Taifa almorávida de Badajoz - al-Mutawakkil - a Afonso VI, como já foi referido, passou por vicissitudes várias ainda hoje mal conhecidas com a chegada dos almorávidas e a recuperação da cidade para a administração islâmica. Sabe-se, também, que a cidade foi atacada em 1142²⁷³¹ por normandos, piratas não enquadrados numa acção com contornos religiosos.

(ii) actividade arqueológica

Nas últimas duas décadas a actividade arqueológica começou a ser levada a cabo de forma sistemática em obras levadas a cabo no tecido da cidade actual e em locais para os quais se previam grandes trabalhos públicos. Os dados recolhidos permitem já fazer alguns pontos da situação com resultados importantes²⁷³². Jacinta Bugalhão apresentou topografia dos locais com ocupação de época islâmica e verifica-se que várias eram as colinas em que havia ocupação, incluindo as colinas onde se irão implantar os cruzados.

Sobre a operação militar em si há, entre muitos escritos aos longos dos anos, um recente que merece ser visto com atenção e tomado como sério, apesar de surgir integrado numa colecção que, pela grande quantidade de gravuras e imagens pode ser tomado como superficial e destinado unicamente a divulgação. Como contém uma reflexão séria e baseada na documentação disponível, será utilizado²⁷³³.

Hoje sabe-se que a campanha contra a cidade de Lisboa se começou a desenhar depois da vitória do esquadrão com caíu sobre Santarém em Março desse mesmo ano, chefiado por Afonso Henriques.

Esta operação será bastante diferente da que atingiu Santarém. Com muitos mais homens, de diferentes proveniências, chegados por terra e por mar, Lisboa só cairá - não como Santarém, em me-

2731. Sobre esta acção cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, p. 175. *A Crónica dos Godos / Annales D. Alfonsi* (ed. Blöcker-Walter) coloca na Era de 1178 este acontecimento de crucial importância - a tentativa frustrada de tomada de Lisboa, em 1142, cinco anos antes da tomada definitiva de 1147. Diz a Crónica: “*Naquele tempo, vieram inesperadamente alguns navios da região das Gálias, cheios de homens armados que tinham feito o voto de ir a Jerusalém; Tendo chegado ao porto de Gaia e entrado no Douro, o rei soube disso e alegrou-se, pois eram cerca de setenta, e com eles estabeleceu um acordo para irem até Lisboa, eles por mar, e ele por terra, com o seu exército, para cercarem [a cidade], na esperança de agradar a Deus entregar-lha nas suas mãos. Tendo, pois, feito um pacto, eles por mar e o rei por terra, com seu exército, vieram até Lisboa e cercaram-na e atacaram-na, mas não puderam vencê-la porque não chegara ainda o tempo de cair nas mãos dos cristãos, mas assolaram os arredores e arruinaram muitas vinhas e queimaram casas e provocaram uma grande destruição naquela terra. Vendo, porém, que não se podia tomar rapidamente nem mesmo demorando muito tempo, mesmo que estivesse cercada todos os dias, porque era bem defendida e tinha muitos habitantes, e nessa altura tinha toda a espécie de bens em abundância, abandonaram-na. O rei, com o seu exército regressou à sua terra, e os navegantes continuaram a sua rota, pois queriam ir até Jerusalém.*” - trad. de José Mattoso, *D. Af. Henr.*, p. 141 - em latim nos *P.M.H. e Annales D. Alfonsi* (ed. Blöcker-Walter), p. 155.

2732. Jacinta Bugalhão, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, comunicação ao *VI Encontro de Arqueologia de Silves, O Ġarb al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23-25 de Outubro de 2008, no prelo.

2733. Pedro Gomes Barbosa, *Lisboa - 1147 - A Cidade Reconquistada aos Mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.

nos de um dia - passados cerca de 4 meses. Não será aqui se analisarão todos os aspectos militares e sociais que estão por detrás desta campanha, mas será necessário ter em conta alguns factores.

A *Lišbūna* ou *Ulišbūna* e 541-42 H / 1147 é uma cidade é crise. O fim do regime almorávida, a indefinição que então se instalou, entradas recentes de inimigos pela barra do Tejo - como se verá - a queda fácil da antes forte e militarizada Santarém devem ter pesado muito no ânimo e nas decisões dos seus governantes e dos seus habitantes.

É de crer que as autoridades que governavam *Lišbūna* / *Ulišbūna* calculassem que, dada a conjuntura de divisão que se vivia no al-Andalus - após a derrocada dos Almorávidas e numa fase em que a nova dinastia dos Unitários já tentava controlar igualmente o al-Andalus - o domínio sobre Lisboa estava condenado a partir do momento em que entre o Mondego e a curso final do Tejo só Lisboa e Sintra resistiam à capacidade de avanço para sul dos homens de Afonso Henriques.

No caso de Lisboa, não serão, neste caso, só os seus homens que se envolverão na tentativa de conquista. Os cruzados que se dirigem para o Oriente, numa segunda vaga, depois da queda de Edessa às mãos de Nūr al-Dīn, em Novembro de 1146. Destes cruzados, alguns estariam concertados São Bernardo e receptivos ao pedido que lhes é formulado quando se acolhem durante alguns dias na cidade do Porto, local onde são ainda mais motivados para participar num assédio a Lisboa²⁷³⁴.

Tudo indica que os *lišbuniyy* não tivessem sido apanhados desprevenidos. Ao cair Santarém, é possível que se tenham tomado medidas no sentido de preparar uma defesa que se calcularia ter de vir a ser necessária. Mas não só Lisboa, eventualmente também Sintra, onde uma expedição não conseguirá penetrar.

Para conhecer a forma como Lisboa se defendeu e conseguiu reagir ao ataque será necessário recorrer a fontes de origem cristã; embora haja reacções e lamentos - de origem árabes e hebraica - em relação à perda, as fontes escritas “meridionais” (islâmicas e hebraicas não referem pormenores de aspecto militar ou mesmo político sobre a perda de Lisboa; infelizmente não se conhecem reacções de moçárabes a esta conquista).

A vantagem das fontes cristãs é o facto de serem provenientes de testemunhas oculares e participantes no assédio e no percurso que a ele conduziu. Para além da carta atribuída a Arnulfo (mas também a Quodequino ou Vinando) de Lahnstein, “variantes de um só relato, feito por um cruzado

2734. Sobre a acção de São Bernardo junto de alguns cruzados para ajudar Afonso Henriques a conquistar Lisboa veja-se J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, pp. 167-169, onde o autor lembra que se deve a L. Gonzaga de Azevedo o mérito de ter chamado a atenção para o papel de S. Bernardo na acção contra Lisboa.

alemão”²⁷³⁵, de que se usou a edição de Vieira da Silva²⁷³⁶. No caso do *De Expugnatione Lyxbonensi* utilizou a recente edição de Aires A. Nascimento²⁷³⁷.

De facto, depois de o bispo de Lisboa explicar como esta acção se enquadrava dentro do conceito coevo de “guerra justa”, os cruzados passam a discutir a *recompensa justa* para o seu esforço²⁷³⁸. Estes, só depois de negociar a sua participação, sabendo exactamente o que iriam ganhar com a exposição do seu corpo e o uso das suas armas, levantam âncora do Porto e dirigem-se - de alguma forma como mercenários - para Lisboa²⁷³⁹. O empenhamento dos cruzados na tomada de Lisboa deve ter tido muito a ver com o ganho, *la ganancia*, de cada um; terem direito a receber - caso a cidade fosse conquistada - “todo o saque que quisessem, assim como dos prisioneiros e seus resgates”²⁷⁴⁰, ficando o rei dos portugueses com o que restasse, deve ter contribuído enormemente para um empenhamento muito grande por parte dos “cruzados”.

(iii) A chegada dos beligerantes a Lisboa

A chegada dos cruzados a Lisboa por vias marítima foi faseada, com alguns cruzados a chegarem alguns dias depois. Quando chegam os cruzados que trazem D. João Peculiar -depois de 12 dias de viagem a partir do Porto - já Afonso Henriques se encontrava nas imediações da cidade. Os acampamentos dos sitiantes são colocados em três pontos distintos, estrategicamente implantados em re-

2735. Cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 174. Veja-se também Susan B. EDGINGTON, “The Lisbon Letter of the Second Crusade”, *Historical Research - The Bulletin of the Institute of Historical Research (HR)*, Volume 69, Issue 170, Institute of Historical Research, 1996, pp. 328 - 339; a autora conclui que “that the original letter was sent by a priest, Winand [ou Vinando], to the archbishop of Cologne”. Edição a se teve acesso só recentemente.

2736. J. Augusto de Oliveira (ed. e trad.) e A. Vieira da Silva (prefácio), “Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem / Carta de Arnulfo a Milão Bispo dos Morinos” in *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco*, 2ª ed, Lisboa, C.M.L., 1936, pp. 113-118.

2737. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas) e Maria João Branco (introd.), *A conquista de Lisboa aos mouros : relato de um cruzado*, (col. Obras clássicas da literatura portuguesa. Literatura medieval ; 96), Lisboa, ed. Vega, 2001.

2738. É interessante verificar o quão diferente é, nesta fase, a sociedade islâmica do sul - onde o saque e a repartição de bens de vencidos está fixada pela prática do Profeta - a sunna - enquanto que do lado dos cristãos do Norte a participação de contingentes cujo objectivo é uma

2739. Como tem sido salientado, os flamengos, os mais próximos de S. Bernardo, entraram mais cedo que os demais, em acordo com Afonso Henriques. Alguns “cruzados” de Hastings e de Northampton - com experiência adquirida na qualidade de “piratas” durante a expedição de 1142 - colocaram mais dificuldades, mostrando-se mais interessados em chegarem rapidamente à Terra Santa - cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 175.

Veja-se o caso de Guilherme Vítilo, já conhecedor de Lisboa, onde estivera cinco (ou sete?) anos antes e que ficará em Lisboa e participará no assédio de 1147 depois de ser assegurado o pagamento dos seus “honorários” (“*stipendiis*”) - cf. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas) pp.. 88-89.

2740. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 175.

da cidade²⁷⁴¹. E é em Lisboa que se ultimam as negociações - pela primeira vez com o monarca português - e que alguns cruzados renitentes decidem alinhar com a tentativa de tomar Lisboa.

O bispo **D. João Peculiar tentou obter a rendição da cidade**, através de um discurso cujo teor é transmitido. Porém, já no Porto se deveria calcular que os habitantes de Lisboa não se iriam render. Discurso e resposta interessantes, na medida em que o passado da cidade é chamado à colacção. **A quem pertence de direito a cidade de Lisboa?**

(1) As máquinas do cruzados

Os cristãos tinham consigo especialistas na construção *in situ* de máquinas de guerra. Sabe-se que um especialista de Pisa (associado ao contingente dos germânicos) dirigiu a montagem de algumas destas máquinas. Mais concretamente, sabe-se de acordo com o *De Expugnatione Lyxbonensi* que colonienses e flamengos “montam um *suíno*²⁷⁴², um *ariete*²⁷⁴³ e “os nossos” [os anglo-normandos] uma torre móvel de 95 pés de altura²⁷⁴⁴; construíram-se igualmente *balistas*²⁷⁴⁵ e *torres de assédio* em madeira. Quanto a estas, com alturas de 83 e 95 pés, atingiam alturas superiores aos 20 metros²⁷⁴⁶.

(2) Argumentos e contra-argumentos

A argumentação sobre a legitimidade da posse sobre Lisboa é feita em três actos: depois de uma *abertura* no sentido de se iniciarem negociações sobre o futuro da cidade de Lisboa, o primeiro acto discursivo pertence ao arcebispo de Braga.

2741. José Augusto de Oliveira, *O cerco de Lisboa em 1147; narrativa de um glorioso feito conforme os documentos coevos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938, pp. 134-139; veja-se o trabalho mais recente e graficamente interessante de Pedro G. Barbosa, *Lisboa - 1147 - A cidade reconquistada aos Mouros*, p. **

2742. Sobre o *suíno* ou *vinea* veja-se a nota de Aires do Nascimento ao texto do *De Expugnatione Lyxbonensi* (ed. Aires Nascimento), p. 168, nota 133.

2743. *Ibidem*, p. 168, nota, 133; veja-se também J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 176.

2744. *De Expugnatione Lyxbonensi*, (ed. Aires Nascimento), p. 107.

2745. Os cruzados de Colónia e da Flandres usam 5 balistas (“*V fundis*”) - *De Expugnatione Lyxbonensi*, (ed. Aires Nascimento), pp. 106-107.

2746. Mário Barroca faz as contas e encontra as seguintes dimensões: os cruzados normandos e ingleses construíram uma *torrim ambulatoriam* com 83 pés (*De Expugnatione Lyxbonensi* (ed. Aires Nascimento), pp. 114-115), ou seja, 25 metros; a feita, antes, pelos companheiros de R(aul), tinha 95 pés (*De Expugnatione Lyxbonensi*, pp. 106-107), o equivalente a 28 metros e meio - cf. Mário Barroca, “Armamento Medieval” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Círculo de Leitores, 2003, (pp. 122-147), p. 147 (sobre as torres de assalto em geral - vantagens e fragilidades - deve ver-se toda a informação das pp. 146-147).

Do lado do sitiados, surgem no alto das muralhas de Lisboa os que são escolhido para dialogar com os sitiadores: “o próprio alcaide com o bispo e as principais personalidades do burgo”²⁷⁴⁷. Sobre quem eram estas personagens tem havido dúvidas e não há uma solução concludente²⁷⁴⁸.

Num discurso sobre o qual valerá um dia fazer uma estudo mais aprofundado pela riqueza das alegações - e que passa pela memória dos que passou em cerca de 3 séculos e meio (o que coincide com a chegada de ‘Abd al-Rahmān I), ou mais, de ocupação ilegítima, o arcebispo solicita a colocação do **castelo em mãos cristãs**²⁷⁴⁹, podendo os habitantes de Lisboa permanecer nos seus “assentamentos tão antigos [e] que viva cada um segundo os seus costumes...”²⁷⁵⁰.

A réplica de dentro da cidade foi dada por um ancião, não deixando de criticar as sucessivas descidas de cristãos do Norte para tentarem tomar Lisboa, deposita na “vontade de Deus” a solução do conflitos, mas recusando-se a entregar o poder a cidade às tropas acabadas de chegar, só por que a cidade antes fora dos que as reclavam com as armas nas mãos. “Nenhuma muralha é inexpugnável contra as disposições da Sua vontade” - remata o ancião, com uma alusão que poderia vir de uma praticante de uma confraria *ṣūfi*²⁷⁵¹, aparentemente imune a táticas de desestabilizaçãodos adversário, à base de “ameaças e vozeria de bárbaros”, como ele afirma²⁷⁵².

A terceira e última intervenção, a do bispo João Peculiar, a que menos carga religiosa parece ter tido, para além de uma mostrar a profunda diferença de mentalidades que estavam em confronto, tenta mostra por que razão o “valor próprio” se pode sobrepor e ganhar ao esperar “pelo acontecer dos factos”²⁷⁵³. João Peculiar conhecia bem os seus adversários.

2747. “ipso ciuitatis alcai[d]e super murum cum episcopo et primiceriis ciuitatis ...” - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), fl. 134, p. 92.

2748. A grande dúvida tem a ver a com o facto de se colocar a hipótese de que o que aparece identificado como “bispo” poder ser o representante máximo, sim, mas não da comunidade cristã de Lisboa, ou seja, se era um bispo moçárabe ou se como “bispo” se identificara uma *‘ulamā*. Sobre a comunidade *ḍimmi* cristã de Lisboa veja-se PICARD, Christophe, “Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisboa”, *Arqueologia Medieval* 7 (*Lisboa Encruzilhada de musulmanos, judeus, e cristãos*, - Outubro 1997), 2001, pp. 89-94.

Sobre este “bispo” veja-se J. Augusto de Oliveira,, “O bispo de Lisboa” in *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco*, 21 ed, Lisboa, C.M.L., 1936, pp. 122-134; veja-se ainda Aires do Nascimento, *A Conquista de Lisboa...*, p. 173, nota 196, onde em nota sintética infforma que não seria de estranhar a existência de um bispo cristão na Lisboa de 1147, mas que “não há, porém, outras outras informações relativas à organização de presumível comunidade cristã que se encontrava dentro da cidade”.

Sobre o “mouro” como “o Outro” mas também, por vezes como alguém parecido, familiar aos cristãos, veja-se Josiah Blackmore que refere relações de “familiarity and sameness” - cf. Josiah Blackmore, “Imagining the Moor in Medieval Portugal” in *Diacritics*, Volume 36, n.ºs 3-4, The Johns Hopkins University Press, 2006, pp. 27-43.

2749. “*solum uestri munimentum castris in manus nostras tradite*” - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), p. 94.

2750. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 94-95.

2751. Em árabe صُوفِيّ .

2752. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 96-99.

2753. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 98-99.

(iv) Como um cruzado vê Lisboa

“É riquíssima e bastante próspera a vossa cidade”²⁷⁵⁴; assim, reconhece o arcebispo de Braga aos então ainda habitantes de Lišbūna, num diálogo que mantém com os representantes da cidade, colocados no alto da muralha.

A opinião do cruzado R[aul] é semelhante. Convém perceber como era a cidade e a região na qual se enquadrava uma muralha prestes a ser assediada. Numa descrição que concorda em muitos aspectos com al-Idriṣī que aí tinha estado só alguns anos antes, o cruzado R[aul] refere a riqueza do Tejo e do “mar da palha”, a nível de peixe e de moluscos mas também o celebrado ouro que era encontrado no seu leito - como escreveria aqueloutro que nesse anos já se encontrava ao serviço de Roger II da Sicília. Não fala de um castelo em Almada, mas não deixa de referir essa localidade e a sua riqueza em frutos - a uva, os figos, a romã - mas também os cereais e o mel; quanto a fortificação na margem sul do Tejo refere o castelo / *castrum* de Palmela²⁷⁵⁵.

A riqueza descrita não se fica por aqui; diz-se que a cidade era, igualmente, “a mais rica e opulenta em provisões de toda a África e de grande parte da Europa”. onde, para além da riqueza em “produtos do solo”²⁷⁵⁶, era também forte a nível de metais: “tem ouro e prata e nunca faltam produtos de ferro”. O cruzado refere igualmente as riquezas da zona de Sintra onde, para além da pureza das águas - e dos limões - se informa que o gado cavalari é abundante, correndo a crença que o clima sintrense favorecia a cópula das éguas que, “atacadas pelo cio”, se tornavam muito fecundas²⁷⁵⁷ - o que, conjugando com a informação de tempos de al-Ḥakam II que refere a procura de cavalos na região de Santarém, leva a crer que o território em redor de Santarém mas também a península de Lisboa e os ricos prados e *almargens* em redor de Sintra eram propícios e famosos pela criação de gado cavalari, durante séculos vários de domínio islâmico.

A cidade assim tão rica, em recursos da região e em comércio e transformação de produtos, teria, segundo o mesmo cruzado, cerca de 60.000 famílias; informações recolhidas mais tarde junto do alcaide da Lisboa islâmica dava como existentes dentro da cidade “154.000 homens” - incluindo membros das elites de Almada, Palmela e Sintra, bem como membros das famílias fugidas de Santarém a poós a sua tomada por surpresa em Março desse mesmo ano - não contando com mulheres e crianças. Mostrando um claro contraste entre as sociedades mais fortemente militarizadas do Norte cristão²⁷⁵⁸ em relação a sul islâmico urbano e comercial, o cruzado R. estranha o facto de que

2754. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), p. 95.

2755. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 76-77.

2756. Citam-se, mais concretamente, produtos “das árvores quer das vinhas”, mas também os pastos, figos, muitos pastos e riqueza em caça (aves e coelhos), além da referência à extracção de sal - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 76-77.

2757. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 76-79.

2758. Sobre a militarização das sociedades do Norte cristão, por comparação com o sul islâmico masi afastado do contacto diário com as armas, convém lembrar o muito que se tem dito - desde o século XI (plasmado nas Memórias de ‘Abd Allāh, o último rei *zīrī* de Granada) - sobre as reformas militares de Almançore e a entrega a mercenários do exercício das funções guerreiras a partir de finais do século X; veja-se James F. Powers, *A Society Organized for War: The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*, University of California Press, 1988 (cf. LIBRO); sobre o peso das funções guerreiras nas sociedades cristãs é de ver Pascal Buresi,

com tantos homens só houvesse “15.000 de armas”. Com um número tão baixo de homens armados, qual é a tática utilizada, para repelir o ataque? Segundo o relato do cruzado R., saíam unicamente armados “com lanças e escudos”, revesando-se, de acordo com um “plano estabelecido pelo alcaide”²⁷⁵⁹.

Para a zona da actual Baixa confluíam duas ribeiras que existiam aquando do cerco a Lisboa, em 1147: as ribeiras de Arroios (e é sintomático o nome) e a linha de água do vale de Andaluz, havendo pontes de passagem destas ribeiras na zona onde hoje se cruzam, sensivelmente, as ruas Áurea e de S. Julião²⁷⁶⁰.

(v) Quem era e o que é o alcaide?

Não se sabe exactamente quem era o alcaide da cidade de Lisboa nesse ano de 1147. Mas, o mais importante será esclarecer de quem se falava quando se refere o “alcaide”. No português medieval - e não só - não é raro haver confusão entre os vocábulos *alcaide* e *alcalde*. O primeiro costuma ser a transcrição de *al-qa'id*, e corresponde a comandante militar, a um general; pelo contrário, a palavra *qāḍī* ou *al-qāḍī* costuma dar alcalde em castelhano mas também surge este vocábulo, por exemplo, nos Foros de Castelo Rodrigo²⁷⁶¹, significando alcalde (do árabe قاضي, *qāḍī*), "juiz", a quem pode ser cometida a função de governo de uma cidade ou *Kūra*²⁷⁶².

Parece não haver dúvidas que a personagem que é designada como “alcaide” é, de facto, um *qāḍī*, um governador da cidade e não um general. Aliás, parece claro que quando o cruzado R. se queixa das atrocidades cometidas por alguns cruzados, enquanto o cortejo vitorioso se dirigia para a alcáçova e desfraldava a bandeira com a cruz, a casa do “alcaide” estava a ser atacada - “aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa”²⁷⁶³ - o que quer dizer que a casa do referido “alcaide” não era na alcáçova, era, certamente, numa outra zona intramuros da cidade. Não seria impossível que houvesse até em Lisboa uma *dār al-Imāra*, uma residência oficial do governador da cidade, herdada de épocas de esplendor passadas como, por exemplo, o século XI, em que Lisboa foi capital de uma pequena Taifa ou, como outros preferem chamar-lhe de uma sub-Taifa.

2759. “... solum armaturam XV milium habebant in lanceis et scutis, et cum hiiis egrediebantur ad inuicem, sicut ex indicto principis constitutum fuerat” - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), p. 78.

2760. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*, Lisboa, 21 ed., 1939, p. 25

2761. Cf. Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo; P.M.H., Leges et Consuet.* (Costumes e Foros), p. 852; ver igualmente J. Marques, “Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis: alguns aspectos”, *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 10, 1993, Porto, Universidade do Porto, pp. 69-90.

2762. Ridha Hadi Abbas, *Los cadies y el cadiazgo en al-Andalus desde la conquista hasta el reino nazarí (92-635/717-1237)*, Tese Doutoral (não consultada), Granada, Univ. de Granada, 1980; um exemplo, embora granadino, da actuação dos *qudā* nesta época encontra-se em RACHID EL HOUR, “EL CADIAZGO EN GRANADA BAJO LOS ALMORÁVIDES: ENFRENTAMIENTO Y NEGOCIACIÓN” in *Al-Qantara*, XXVII - 1, Madrid, 2006, pp. 5-23; ou ver Juan Martos Quesada, *El mundo jurídico en Al-Andalus*, pp. 53-56.

2763. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 138-139.

A *dār al-‘Imāra* (دار العِمارة) poder-se-ia traduzir à letra como “Casa da Governação”. Normalmente, localizava-se perto da mesquita maior da cidade. Tudo leva a crer que os cruzados “rebeldes” se dirigiram para o centro civil e mercantil da cidade, enquanto Afonso Henriques e os cruzados que cumpriram o que antes fora determinando, e se dirigiram para a alcáçova. Embora haja poucos dados disponíveis, valeria a pena tentar explorar uma possibilidade de localização de uma eventual *dār al-‘Imāra* de meados do século XII em Lisboa - na zona do Limoeiro²⁷⁶⁴.

A “carta de Arnulfo” esclarece claramente qual era a função do “alcaide”, quando refere que se trata de “o governaador deles”²⁷⁶⁵. De facto, no local onde se encontra o edifício ainda hoje conhecido como antiga cadeia do Limoeiro - e onde funciona o actual Centro de Estudos Judiciários - é citado desde muito cedo nas fontes escritas portuguesas. Seguindo o trabalho inultrapassado de A. Vieira da Silva, o edifício do Limoeiro foi no século XIV uma construção palatina ocupada, entre outras personalidades, por D. Pedro I e por D. Leonor Teles. Terá sido neste paço que o Conde Andeiro recebeu os mortais golpes do Mestre de Aviz, futuro D. João I, quando aqui residia Leonor Teles. Mas, o mesmo Vieira da Silva coloca, ao de leve, a hipótese de no Limoeiro ter existido uma grande edificação “para moradia dos governadores ou de algum magnate mouro no tempo do domínio muçulmano”²⁷⁶⁶, estrutura palatina essa que se deveria implantar sobre a própria muralha, aproveitando a estrutura defensiva antiga, à semelhança do que acentecerá, mais tarde, na estrutura palatina conhecida como Alhambra, em Granada²⁷⁶⁷. Esta hipótese deve ter sido posta dado que, de facto, é estranho que tenha havido um paço no Limoeiro, usado por monarcas portugueses da Primeira Dinastia - como foi o caso de D. Dinis e de D. Fernando, que aí residiram²⁷⁶⁸ - quando nada refere a sua construção; foi, em inícios do século XV, residência de príncipes da casa real²⁷⁶⁹. É possível, pois, que se trate de um paço resultante da reutilização e adaptação de um espaço de eleição de época islâmica.

2764. *dār al-Imāra* - não tem obrigatoriamente um local fixo de localização mas, em muitos casos, como em Córdova, não costuma estar longe da mesquita. cf. R. Hillenbrand, “‘Anjar and Early Islamic Urbanism” in Gian Pietro Brogiolo, Bryan Ward-Perkins (Ed.), *The idea and ideal of the town between late Antiquity and the early Middle Ages*, Brill, 2003, pp. 59-98 pp. 75-80; «Dar al-Imara» (JIMÉNEZ 1979??: 481-3) - HERNÁNDEZ, F., 1979, La alcazaba de Mérida, en K.A.C. CRESWELL, *Early Muslim architecture*, II, 197-207.

2765. *Carta de Arnulfo a Milão bispo dos Morinos (Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem)* - José Augusto de Oliveira (ed. e trad.) in *Conquista de Lisboa aos Mouros - 1147 - Narrações...*, 2ª ed., Lisboa, 1936, (pp. 113-118), p. 117 (veja-se igualmente “Carta de Arnulfo” in Alfredo Pimenta (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 2ª ed, 1982, (pp. 133-140), p. 139); o texto original diz “Alchaida princeps eorum” (ed. José Augusto de Oliveira, p. 117).

2766. A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, p.168.

2767. No caso do Alhambra, o que se pode apreciar de época islâmica data, em grande medida, do período naṣrī, mas já antes havia estruturas defensivas e habitacionais nesse espaço separado da cidade de Granada.

A. Vieira da Silva, extremamente atento, deve ter razão quando identifica troços da antiga muralha, “muito retocada e disfarçada”, em paramentos verticais de prédios e fachadas com entrada pela rua do Limoeiro - A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, p.171.

2768. A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, pp.168-169 e cliché entre ambas as páginas.

2769. Fernão Lopes chama-lhe paço “dos infantes” - *Crónica de D. Fernando*, apud A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, p.169.

Foi também Casa da Moeda. Alterações de vulto parece ter sofrido com D. Manuel I, sendo de presumir que tenha adaptado ao gosto manuelino (manuelino-*mudéjar*??) triunfante²⁷⁷⁰. Era, pois, uma construção forte, bem localizada no meio da cidade - sem ser na zona alta, dominante, mas também mais ventosa, nem na zona buliçosa da beira-rio - perto do centro religioso, entre as portas Férrea e do Sol, sobre a “cerca moura” e dominando igualmente o Tejo. Não muito longe estaria a mesquita principal da cidade, e esta proximidade soe acontecer entre mesquita e *dār al-‘Imāra*. Não seria impossível que o palácio usado por monarcas da primeira dinastia tenha resultado da adaptação ou aproveitamento de estrutura palatina pré-existente, o que arqueologicamente não foi ainda explorado. Por outro lado, não seria impossível que a estranha - e nunca explicada convicentemente - designação de Limoeiro nada tenha a ver com a existência de uma árvore de que não deveriam faltar exemplares na cidade mas antes, possivelmente, de uma corrupção popular de *al-Imāra*; (essa casa ou palácio da *al-Imāra* poderia ser compreendida como *Limara* ou *Limaira*, podendo ser associada ao que da mais inteligível surgia no imaginário dos novos ocupantes da cidade - o Lim(o)eiro).

O facto de a cidade de Lisboa, em 1147, ser governada por um **alcaide - que seria um *qādī* - vai de encontro ao que acontecia, então, no al-Andalus**; como lembra H. Kennedy, o governo das cidades do al-Andalus sob o domínio dos Almorávidas era “uma parceria entre o governador militar almorávida e o *qādī* andaluz”²⁷⁷¹.

Se até o domínio almorávida se manter em funções se encontram três grande áreas chefiadas por grandes *qādīs* - estabelecidos em Córdova, em Múrcia e, mais virado para ocidente, em Sevilha - a fragmentação que se deu com a queda desta dinastia - o surgimento do período muitas vezes conhecido como de “Segundas Taifas”, a partir de meados da década de quarenta do século XII, condiziu à autonomização dos *qādīs* de cada cidade do al-Andalus, *qādīs* (ou *qudat*) que muitas vezes tinham funções de alçada sobre o exército, sendo conhecidos como *qādī al-ğund*²⁷⁷².

Aliás, a própria dinastia dos banū ‘abbād, de Sevilha, iniciou-se a partir de uma família de *qādīs* que se mostraram capazes de governar a cidade de Sevilha, durante a *Fitna*.

(vi) Uma Lisboa preparada desde 1142?

Tudo leva a crer que as muralhas de algumas cidades do Ġarb, pelo menos Lisboa e Santarém, cidades que tinham passado para a posse dos cristãos com a doação de ‘Umar ibn Muḥammad al-Mutawakkil das cidades de Santarém e Lisboa (e Sintra) a Afonso VI, tenham tido obras de construção ou de melhoramento ds suas estruturas defensivas²⁷⁷³.

2770. A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, p.170.

2771. H. Kennedy, *Os muçulmanos...*, p. 203; deve ler-se “andaluz” como *andalusi* ou, como alguns autores portugueses mais recentemente usam, “andalusino”.

2772. Juan Martos Quesada, *El mundo jurídico en al-andalus*, Madrid, Ed. Delta-Publicaciones Universitarias, 2005, pp. 56-57; o autor adverte que não se deve confundir a função de *qādī al-ğund* com a de *qādī al-aškar*.

2773. Ordonho III, em 953 - coincidindo com o governo de ‘Abd al-Raḥmān III al-Nāšir (929-961) - penetrou muito para sul e conseguiu chegar até junto de Lisboa; embora não tenha tomado a cidade - e provavelmente não seria esse o seu objectivo - é provável que desde então se tenha reforçado o sistema defensivo da cidade e em seu redor. Mas, este nao seria o único momento propício para tal.

A recuperação dessas cidades pelos almorávidas deve ter passado por obras de carácter defensivo. No caso de Santarém, pela principal e mais fiável fontes disponível - *Quomodo sit capta...* - fornece detalhes interessantes. No caso de Lisboa, deve ter-se em linha de conta dois dados importantes: a tentativa de tomada de Lisboa de 1142 e a dificuldade na sua conquista em 1147.

A *Crónica dos Godos / Annales D. Alfonsi* (ed. Blöcker-Walter) coloca na Era de 1178 (1140 a. D.) um acontecimento de crucial importância - uma tentativa frustrada de tomada de Lisboa, alguns anos antes da tomada definitiva de 1147²⁷⁷⁴.

José Mattoso relaciona esta campanha com uma informação que consta da carta de R[aul] a Osberno ou Osberto, conhecida como *De Expugnatione Lyxbonensi*. Aí se refere uma campanha na qual tinham participado uns tais Guilherme Vítulo “que ainda ansiava por arremetidas e matanças de pirataria” e o seu irmão Randulfo que, com homens de Northampton e de Hastings, “cinco anos antes tinham ali [em Lisboa] estado para porem cerco à cidade de Lisboa”²⁷⁷⁵, piratas e cruzados que conheciam bem as riquezas que circulavam pelas costas da península Ibérica e do Norte de África, riquezas mais apetitosas que as que se deveriam encerrar em Lisboa. Segundo erste testemunho, a tentativa de tomada de Lisboa teria sido em 1142.

Qual a fonte que está certa? A *Crónica dos Godos* ou *Annalees D. Alfonsi* (ou *Chron. Lusitano*, para Flórez) que a localiza em 1140 ou a *De Expugnatione Lyxbonensi* que afirma que Guilherme Vítulo tinha estado em Lisboa para a cerca “cinco anos antes” da expedição de 1147? Seria “cinco anos antes” uma expressão redonda para significar algo como “há cerca de cinco anos”?

Se se tiver em linha de conta a reacção violenta almorávida contra a linha do Mondego, contra Soure e Coimbra, campanha que é seguida por outras até cerca de 1144, como se sabe pela *Vita Martini Sauriensis*, percebe-se melhor a razão da rápida resposta dos exércitos almorávidas. Depois da acção contra o Guadalquivir e de Ourique, em 1139, e de no ano seguinte, ter tido a audácia de se aproximar de Lisboa - por terra e por mar (com cruzados ou piratas) - já se lê melhor a tentativa de empurrar o mais possível para o Norte as hostes afonsinas, tendo recorrido os almorávidas - nas palavras do bispo do Porto - a ataques por mar até ao Douro, de onde levaram so sinos de algumas igrejas.

Assim, faria muito sentido que esta tentativa ainda algo impreparada, e fruto dos ímpetos da expedição anterior pelos campos da antiga Bética e pelos campos de Ourique, se tivesse lançado, no ano de 1140, contra uma Lisboa que estivera nas mãos de D. Raimundo imediatamente antes das expedições continuadas de Almorávidas.

Pensaria possivelmente Afonso Henriques que, tomando Lisboa, conseguiria mais facilmente obter a queda ou a entrega de Santarém, em seguida?? É possível, dado que enviando destacamentos a partir do Norte e passando a controlar a foz do Tejo, a cidade de Santarém poderia acabar por cair...

2774. - trad. de José Mattoso, *D. Af. Henr.*, p. 141 - em latim nos *P.M.H.* e *Annales D. Alfonsi* (ed. Blöcker-Walter), p. 155 - transcrita 43 notas atrás.

2775. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas) e Maria João Branco (introd.), *A conquista de Lisboa aos mouros : relato de um cruzado*, (col. Obras clássicas da literatura portuguesa. Literatura medieval ; 96), Lisboa, ed. Vega, 2001, pp. 84 (texto latino) e 85; cf. J. Mattoso, *D. Af. Henriques...*, p. 141.

Porém, desta expedição de 1140 ou 1142 contra Lisboa podem retirar-se vários elementos importantes. Esta é a primeira - e não a última - em que se tenta cercar e tomar Lisboa por terra mas sempre com apoio por mar.

Nessa expedição os homens de Afonso Henriques e os cruzados - piratas “cercaram-na e atacaram-na” mas não a conseguem tomar. Como é avaliada a cidade aos olhos dos seus atacantes? Para além de se mostrar uma cidade com campos ricos com vinhas, o texto refere que “**queimaram casas** e provocaram uma **grande destruição**”, o que pode significar que o ataque atingiu arrabaldes, tendo atingido casas não protegidas pela muralha. Quanto a esta, não é refertida directamente, mas diz-se que a Lisboa de 1140 ou 1142 “era **bem defendida** e tinha **muitos habitantes**” - uma cidade aparentemente rica, dinâmica e com uma muralha e bom estado de conservação, de tal forma que os atacantes decidem voltar para traz ou seguir o seu caminho, dado terem ficado impressionados com o bom estado dos seus muros.

Além disso, a cidade aparecia diante dos seus olhos como muito habitada (e, deve lembrar-se, ainda não recebe os habitantes que em 1147 para ela se dirigem vindos de Santarém) e com “**toda a espécie de bens em abundância**”, ou seja, capaz de aguentar um assédio duradouro.

As casas que foram destruídas muitas delas poderiam ser dos arrabaldes que encostavam ao exterior da muralha. Não seria impossível que, dada a surpresa da chegada nos inícios da década de 40 das tropas portuguesas, os lisboetas de então tivessem decidido fechar sobre si algumas casas ou as mais expostas, formando como que uma carapaça com os muros exteriores das casas dos arrabaldes a criar um obstáculo *amuralhado*, no sentido de dificultar uma nova acção militar contra os arrabaldes.

(vii) as defesas da cidade de Lisboa

Para conhecer as muralhas da Lisboa islâmica - sobretudo a do século XII, dado que não se dispõe de dados claros para época anteriores - será necessário conjugar os dados das fontes escritas com os elementos encontrados no terreno.

Tendo sido uma das cidades que mais se modificou ao longo dos séculos - sobretudo desde o século XII - tendo passado por vários tremores de terra documentados e por obras de valorização das suas muralhas, com critérios que não eram muito questionados na década de 40 do século XX mas que se sabe não tiveram um acompanhamento científico credível, é difícil - a não ser com os resultados dos trabalhos arqueológicos recentes - alguns dos quais em fase de publicação - muito parciais, não tendo havido ainda um estudo de “arqueologia da arquitectura” em toda a sua extensão, não é fácil definir com precisão quais os trabalhos exactos que se realizaram durante os séculos de domínio islâmico nos seus panos de muralha.

Por outro lado, Lisboa apresenta vantagens em relação a outras cidades, na medida em que para esta cidade há muitos trabalhos que se debruçaram sobre as suas muralhas, alguns dos quais se tornaram, merecidamente, clássicos sobre a matéria.

Trabalhos recentes, de âmbito arqueológico, revelam que em alguns troços a muralha conhecida habitualmente como “cerca moura” tem alicerces romanos, o que poderia desfazer a tradição de que a sua origem é “moura”, ou seja, de época islâmica. Ora, para a chamada “cerca moura” - aquela que era a murada da madina - tem havido um certo equívoco; se alguns lhe chamaram de

“cerca moura” por a consideraram de origem islâmica, o certo é que deve ser entendido a expressão a como sendo a muralha que já existia em época moura, a que era usada nessa época até 1147 - e que continuou em uso durante algum tempo. De facto, e à semelhança do que aconteceu com outras cidades de época islâmica - como Córdova, ou Mérida e muitas outras - as muralhas de época romana tardia não deixam de ser usadas pela simples razão de que eram de época romana; se existem e são úteis, continuam a ser utilizadas. E o que se passa com muralhas passava-se com outros edifícios que - como é patente no relato da destruição de Évora por Ordonho II em 913 - se mantinham de pé e recebiam novas utilizações. E, se isso se passava no al-Andalus, igualmente ocorria na Grande Síria e na *Ifriqiya*, onde grande obras públicas romanas recebiam novas funções ou - como ocontecia com alguns aqueductos, como o que abastecia Cartago, funcionaram durante o período medieval, durante algum tempo.

Não havia razões para que a muralha romana de *Olisipo* não servisse a cidade que passou a ser grafada como Ulišbūna ou Lišbūna, para que fosse mantida, cuidada e reparada; e, eventualmente, ampliada no sentido de servir outros tempos e outras necessidades, fazendo face a outros inimigos com uma poliorcética distinta.

Alguns textos produzidos em língua árabe fornecem informação fundamental para conhecer alguns aspectos das muralhas e do sistema de defesa passiva da cidade de Lisboa. Porém, os relatos das testemunhas presenciais - do lados dos cruzados e portugueses - dão igualmente dados importantes para conhecer esses sistemas defensivos, que vão para além da chamada “cerca moura”, muralha principal da cidade ou muralha da madina. Combinando os textos de ambas as procedências - até por que não diferem, em alguns caos, muito no tempo - será possível atingir-se um melhor grau de conhecimento acerca das formas usadas pelos habitantes de Lisboa para repelirem este novo e decisivo ataque de 1147.

carta de R[aul] a Osberto

Se para se conhecerem as portas da muralha de Lisboa no século XII a melhor fonte é, sem dúvida, al-Ĥimyarī²⁷⁷⁶ que as indicará e nomeará, a carta do cruzado dá detalhes interessantes sobre a sua muralha. Diz este que Lisboa se localiza “no topo de um monte redondo (...) cujas muralhas descem em socalcos até à margem do rio Tejo, dele ficando separadas apenas por um pano de muralhas que assentam no chão”²⁷⁷⁷. O mesmo autor dá pormenores acerca do urbanismo da cidade, referindo a estreiteza das ruas, excepto a “dos mercadores”²⁷⁷⁸.

2776. al-Ĥimyarī (*Kitāb al-Rawḍ al-mi`ṭār fi Khabar al-aḡṭār*) -os dados relativos a Lisboa, estão publicado, em português, por A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*; porém, por questões de aparato crítico, continua a ser preferível ver a ed. de E. Lévi-Provençal, *La Pen. ib.*, fl. 16, §13, trad. pp. 22-23; al-Ĥimyarī refere, em termos de arruamentos, a famosa *rua dos Aventureiros*, rua que estava perto da porta de Alfama: fl. 17. p. 23.

Al-Idrīsī, por seu lado, anterior a al-Ĥimyarī refere, igualmente, a famosa *rua dos Aventureiros*, e os acontecimentos com eles relacionados, para além de dados fundamentais sobre a Lisboa prévia `à` conquista afonsina - cf. Al-Idrīsī, *Opvs Geographicvm (Nuzhat al-muštāq ...)*, (ed. de Dozy), fl. 184-185, pp. 223-224.

2777. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas) , pp. 76-77.

2778. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas) , pp. 78-79.

(viii) A qualidade das muralhas de Lisboa - (segundo Arnulfo, Duodechino e Anónimo)

A chegada a Lisboa parece ter impressionado muitos cruzados. O testemunho da imponência das suas muralhas e da antiguidade das mesmas está patentes nas descrições atribuídas a Arnulfo e Duodechino; mas não deixa de ser curiosa a afirmação que liga determinadas informações e a *mémoria* da origem de Lisboa com uma possível recolha feita a partir de “histórias de sarracenos”. Na *Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem* diz-se que “Esta cidade [Lisboa], conforme contam as histórias dos sarracenos, foi edificada por Ulisses depois da destruição de Tróia e, construída sobre um monte, é pela estrutura admirável das suas muralhas e das suas torres, inexpugnável por forças humanas”²⁷⁷⁹. Esta apreciação coincide com o que Lisboa diz al-Ĥimyari, num texto que se tornou por fazer referências não só à qualidade das muralhas mas, igualmente, à referência às portas que, nesse texto, são descritas como cinco²⁷⁸⁰.

(ix) A defesa dos arrabaldes

Quando se fala dos sistema defensivo da cidade de Lisboa e de outras cidades fortificadas é habitual a referência dirigir-se para a zona amuralhada, mas para aquela defendida exclusivamente pela muralha tradicionalmente conhecida em Lisboa como “cerca moura”.

Porém, se se atentar no que diz o cruzado R[aul] será possível encontrar traços de outros tipos de defesa passiva postos em prática pelos habitantes de Lisboa, defesas essas que parecem estranhas aos olhos dos cruzados que participam no ataque a Lisboa em 1147.

2779. *Carta de Arnulfo a Milão bispo dos Morinos (Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem)* - José Augusto de Oliveira (ed. e trad.) in *Conquista de Lisboa aos Mouros - 1147 - Narrações...*, 2^a ed., Lisboa, 1936, (pp. 113-118), p. 114 (veja-se igualmente “Carta de Arnulfo” in Alfredo Pimenta (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 2^a ed, 1982, (pp. 133-140), p. 137).

Informação com o mesmo teor se encontra na chamada “Carta de Duodechino”, publicada também por Alfredo Pimenta (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Ed. Sáda Costa, 2^a ed, 1982, (pp. 124-130), p. 12 e ainda, mas mias sucintamente, não sdeixa de se dizer no “Relatório Anónimo” - publicado igualmente por Alfredo Pimenta, *ibidem*, (pp. 131-132) - “quae civitas, sicut tradunt hystoriae Sarracenorum, ab Ulixee [sic] post excidium Triae condita, mirabibli structura tam murorum quam turrium super montem humanis viribus insuperabilem fundata est”.

As semelhanças entre os conteúdos destes três textos - a *Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem*, o Relatório Anónimo e a Carta de Duodechino - levam José Mattoso a afirmar de forma sintética, recentemente, que estes três textos mais reduzidos que a carta de R. a Osberto são “três cartas muito mais curtas que representam variantes de um só relato, feito por um cruzado alemão” - cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 173. Por, de entre estes três textos a *Carta de Arnulfo* não ser a mais curta e ter a vantagem de haver mais edições e estar traduzida, usar-se-á preferentemente.

2780. al-Ĥimyari, *Kitāb al-Rawḍ al-mi`ṭār fi Khabar al-aqtār*, (de E. Lévi-Provençal), *La Pen. ib.*, §13, fl. 16, trad. p. 22. As portas referidas são: a ocidente, a porta principal, que se encontrava embelezada com arcos sobre colunas de mármore, uma outra entrada - a porta de Al-*Khawkhā*, porta *do postigo* ou de *Alfofa*, como se chamará depois - a porta do Mar a sul (*bāb al-Baḥr*), a porta da Fonte Termal (*bāb al-Hāmma*; mais tarde, de Alfama) e a porta do Cemitério (*bāb al-maqbara*), a Leste; para além da *al-qaṣaba*. Estes aspectos são desenvolvidos adiante.

Diz R[aul] que “os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a mode de bairros recortadas nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeada”²⁷⁸¹.

Mais adiante, no momento de luta acessa num dos arrabaldes da cidade de Lisboa, o mesmo cruzado afirma que “os nossos pegam em armas, enquanto os inimigos se vão infiltrando nos arrabaldes, travando os nossos a entrada com pedras atiradas do telhado das casas que formavam uma cerca à maneira de muralha em toda a extensão. Os nossos, por sua parte, procuravam por todos os lados aberturas acessíveis, se é que as havia por algum sítio, e rechaçam os inimigos até meio do arrabalde no lugar em que este se cinge ao declive do monte na muralha”²⁷⁸².

Sem ser uma verdadeira muralha, uma muralha “isenta” definida estrutural e intencionalmente como muralha, construída com a intenção de envolver uma cidade ou até mesmo um arrabalde, em Lisboa tem-se um exemplo de uma outra técnica defensiva que consiste em usar as paredes exteriores das casas - certamente que estreitamente unidas entre si - como muralha intransponível de um determinado bairro²⁷⁸³. Os vários bairros implantados extramuros estão com o que enquistados, rodeados por casas que se fecham sobre si mesmas e que viram para o exterior paredes despidas, altas e fortes, tornando-se uma verdadeira muralha, uma carapaça protectora desse mesmo bairro.

E, entrando desses arrabaldes, não eram fácil, dada a estreiteza das ruas, encontrar a saída, tanto mais que algumas dessas saídas estavam por detrás de simples portas que se poderiam tomar por portas de casas; é o cruzado R. que diz que foi difícil a alguns “darem com um caminho de escapatória disfarçada por debaixo das portas”²⁷⁸⁴.

(x) As portas da muralha de Lisboa

O cruzado R. refere operações militares em três portas da muralha, mas afirma com clareza que são as que estão “frente a nós”²⁷⁸⁵, nunca chegando a afirmar que havia unicamente essas portas; as demais - que deveriam duas outras entradas - não são referidas, dado que o que aí se passava só deveria estar acessível visualmente a flamengos e colonenses²⁷⁸⁶. E houve, sabe-se, operações a decorrer em outros locais, em outras entradas, que estavam fora do alcance da sua observação ou do seu conhecimento.

2781. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 78-79.

2782. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 100-101.

2783. Veja-se também José Augusto de Oliveira, *O cerco de Lisboa em 1147; narrativa de um glorioso feito conforme os documentos coevos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938, p. 133

2784. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 102-103.

2785. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 104-105.

2786. Veja-se o mapa de operações, extramente claro e didáctico, em Pedro Gomes Barbosa, *Lisboa - 1147 - A cidade reconquistada aos Mouros*, p. 42 e badana interior da contracapa.

As portas que R. controla são “duas laterais e uma frente ao mar”. Pela sua localização e pela proximidade a que se encontrava do contingente de Afonso Henriques, as portas que observada são a “do Mar” e duas portas que estavam implantadas do lado ocidental da muralha.

Quando se der a saída dos habitantes de Lisboa em direcção ao exílio, o mesmo cruzado R[aul] referirá três portas que serão aquelas por onde sairá a população²⁷⁸⁷. Não sendo possível que não houvesse saídas para um tão extenso lado da muralha - onde, aliás, existia um outro arrabalde - há outras hipóteses de explicação para a referência, uma vez mais a três portas: as do lado nascente poderiam estar entaipadas ou ter sido decidido, por questões de controle de segurança, que a saída se faria unicamente pelo lado que dá para a zona da actual “baixa”, pela porta grande; a *Porta de Ferro*; resta, obviamente, a hipótese de que o cruzado esteja a dar - uma vez mais - um relato presencial e testemunho pessoal, relatando o que vê passar-se diante dos seus olhos.

Uma descrição pormenorizada das portas da cerca islâmica de Lisboa encontra-se em al-Ĥimyarī, que refere as portas das muralhas de Lisboa?. É, pois, possível tentar a equivalência entre a **nomenclatura das portas da cerca “moura”**, e já depois de ter sido integrada no reino de Portugal.

Assim, a porta que surge em al-Ĥimyarī como a maior das portas, que se abre na zona ocidental, “sobrepugada por arcos (*hanāyā*) sobrepostos, que recaem sobre colunas de mármore, elas mesmas assentes em bases marmóreas”²⁷⁸⁸, deve corresponder à conhecida Porta de Ferro ou Porta Férrea. Trata-se, certamente, de uma grande porta que, a avaliar pela descrição da sua decoração, deveria ser de grande beleza e monumentalidade. A decoração à base de arcos sobrepostos lembra a técnica de construção da grande *sala hipóstila* que é o interior da mesquita de Córdoba, mas tem também semelhanças com a *puerta vieja de Bisagra de Toledo*²⁷⁸⁹.

Apesar de al-Ĥimyarī não dar um nome específico a esta grande porta ocidental, preferindo descrever as suas particularidades decorativas, não seria impossível que ela fosse igualmente conhecida como **porta férrea**; de facto, há várias cidades e fortificações do al-Andalus onde existiam portas com este nome, em árabe *bāb al-Ĥadīd*²⁷⁹⁰. Porquê “porta férrea”? A designação tem a ver não com o material de que é feita a porta, mas o tipo de revestimento e refoço que tem. São vários os exemplos de **portas chapeadas a ferro** no al-Andalus²⁷⁹¹.

Ainda do lado ocidental o cruzado R. refere uma outra porta - trata-se da porta de Alfafa, do árabe *al-Khawḵha* (tb. grafado como *Hawḥa*) e que significa sensivelmente “postigo”²⁷⁹², tratando-se de um acesso de menores dimensões por comparação com a entrada principal da cidade. Vieira da

2787. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 140-141.

2788. al-Ĥimyarī, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

2789. imagem da porta de Bisagra de Toledo - paralelos em Pavón Maldonado e Clara Delgado (*op. cit.*).

2790. Para o território do al-Andalus L. **Torres Balbás** dá vários exemplos, lembrando as cidades do al-Andalus em que há portas com este nome.

2791. Cf. Torres balb’s, *Ciudades...*, No caso da muralha de Ukšūnuba, *vide* cap. anterior (s. X).

2792. Sobre o significado de **Alfafa** veja-se notas de E. Lévi-Provençal em al-Ĥimyarī, *La Péninsule...*, trad. p. 22, nota 2. David Lopes trata este micro-topónimo que surge em outras muralhas do *al-Andalus* - como é referido por L. Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*. Há uma porta com o mesmo nome em Málaga, recentemente restaurada, em taipa, dentro da qual funciona uma agradável e bem fornida livraria.

Silva dá a conhecer o facto de que ainda em 1652 o publicista Luís Marinho de Azevedo, falecido nesse ano, referir ainda muitas das portas medievais, uma delas a de Alfofa²⁷⁹³. Descrições gerais e não muito precisas quanto a detalhes da “cerca moura” se podem encontrar na *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, do padre Nicolau de Santa Maria²⁷⁹⁴.

A **terceira porta** que o cruzado refere é a chamada porta do Mar, localizada no troço de muralha mais perto do mar e que chegou a ser batido pela ondulação do Tejo²⁷⁹⁵. Esta porta é igualmente referida por al-Ĥimayari, que lhe dá o mesmo nome - *bāb al-baħr* - informando que as ondas batem na muralha quando está a preia-mar²⁷⁹⁶.

Viradas para o lado oriental da cidade de Lišbūna havia igualmente duas entradas rasgadas na muralha. Al-Ĥimayari refere-as com clareza. A grande vantagem de al-Ĥimayari é o facto de informar quais as portas que se encontram implantadas na face oriental da muralha; essas portas são da **porta da Fonte Termal - bāb al-Ĥamma - ou seja, a porta de al-Ĥamma**, topónimo que evoluirá para uma forma que foneticamente seria próximo de *Al-Fama* (Alfama) que o mesmo al-Ĥimayari informa localizar-se “não longe da fonte termal situada próxima do mar (sic)”²⁷⁹⁷; o mesmo autor

2793. AZEVEDO, Luís Marinho de, *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em sanctidade, armas, & letras...*, Lisboa, 1652, Livro I, cap. XXVIII, p. 78 (col. 2) e, para as muralhas em geral, p. 149, embora este autor se esfoce por provar que Lisboa está indelevelmente ligada a Ulisses.

2794. P. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, Parte II; Lisboa 1668, livro VIII, cap. I, n. 18, p. 108, *apud* A. Vieira de Silva, *A Cerca Moura...*, pp. 46-47.

2795. Cita Aires do Nascimento, sem comentários, a afirmação de José Felicidade Alves de que “a porta férrea, a que se alude no texto, não é de identificar com a Porta de Ferro (actual Largo de Santo António da Sé), mas a que depois se chamou Porta do Mar (actualmente Arco Escuro).” - afirmação de J. Felicidade Alves in *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147: carta de um cruzado inglês que participou nos acontecimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, nota 45.

2796. al-Ĥimayari, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

2797. al-Ĥimayari, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

informa que as termas de águas termais têm águas quentes e frias e são cobertas com abóbadas²⁷⁹⁸; as águas quentes são de origem natural, como esclarece al-Idrīsī²⁷⁹⁹ - “banhos quentes”²⁸⁰⁰.

Ainda virada para Leste ou Oriente estava uma outra porta, a “**porta do Cemitério**” - ou *bāb al-Maqbara*²⁸⁰¹ - cemitério que poderia estar implantado entre a zona exterior do Pátio de D. Fradique e a zona da Graça²⁸⁰².

Muitos autores têm utilizado a descrição dada pelo cruzado R[aul] a Osberno / Osberto seguindo com exactidão o que consta da carta. Porém, valerá também a pena ter em linha de conta não só que é dito mas o que, em alguns casos, estranhamente não é referido. E a descrição do cruzado não refere combates junto às portas. Diz, sim, que os habitantes de Lisboa saíam pelas portas mas que conseguiam - muitos deles - a elas voltar: “era-lhes fácil [aos habitantes de ... e refugiado em Lisboa] sair e voltar. Pelo contrário, a nós, tornava-se difícil enfrentá-los.”²⁸⁰³ Algo se passava junto às portas que dificultada aos cruzados uma aproximação a estas; os **habitantes de Lisboa defen-**

2798. A cobertura com abóbadas é normal em banhos de época islâmica, pelo menos nos mais tardios que se têm encontrado em contexto arqueológico e muitos dos quais se podem visitar ainda em localidades como Sevilha, Córdoba, Ronda. Mesmo os banhos construídos já sob domínio cristão mas seguindo ainda os modelos *andalusi's* seguem esse modelo. *Sobre os “banhos quentes” em Lisboa, veja-se De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 76-77.

Sobre **banhos no al-Andalus** vejam-se (para além da síntese de Pavón Maldonado): *Baños en país valenciano* (salvaguardando o facto de que os *Baños del Almirante*, em Valencia, são de época cristã, pouco posteriores à conquista da cidade por Jaime I); veja-se MANZANO MARTOS, R. , “El baño termal de Alhama de Granada”, *Al-Andalus*, Madrid - Granada, XXIII, 1958, pp. 408-417; veja-se ainda sobre banhos termais Jorge A. Eiroa Rodríguez, “LOS BAÑOS DE FORTUNA: UN EJEMPLO DE TERMALISMO MEDIEVAL EN LA REGIÓN DE MURCIA” in *Miscelánea Medieval Murciana*. Vol. XXIII-XXIV, 1999-2000, pp. 8-29 e como um melhores trabalhos, graficamente muito didáctico, sobre a estrutura dos banhos no al-Andalus, José Manuel LÓPEZ OSORIO e J. M. TORRES CARBONELL, “El análisis estratigráfico del baño árabe de Churriana de la Vega (Granada): síntesis del conocimiento como base del proyecto de restauración”, in *Arqueología de la Arquitectura*, n. 5, C.S.I.C., Madrid/Vitoria, 2008, pp. 187-206.

2799. “ Au centre de la ville sont des sources d'eau chaude en hiver comme en été.”- al-Idrīsī, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Reinhart P. A. DOZY e Michaël J. de GOEJE (Eds), Amsterdão, Oriental Press, 1969, p. 184.

2800. Sobre os banhos termais no al-Andalus veja-se o trabalho recente de P. Cressier, “Le bain termal (*al-ḥamma*) en *al-Andalus* – l'exemple de la province d'Almería” in *La Maitrise de l'Eau – paysages, pratiques et techniques*, Madrid, Casa de Velázquez, 2006, pp. 149-208 - embora não faça referência a Lisboa (cf. Fig. 1, p. 153) é um trabalho útil pela informação prestada para uma zona também ela de litoral, como Almería.

2801. al-Ḥimyarī, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

2802. Sobre a zona de implantação do cemitério (ou cemitério, dado que se sabe ter existido igualmente uma comunidade judaica também em Lisboa) deve ver-se, de Santiago Macias, o artigo “Necrópoles do Ġarb al-Andalus: ponto de situação”, apresentado ao *61º Congresso de Arqueologia do Algarve*, Silves, (2008), (no prelo), onde se apresentam os dados disponíveis para Lisboa e que coincidem com o que as fontes escritas referem.

2803. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 104-105.

dem-se com disparos de **setas**²⁸⁰⁴, com **balistas** e servem-se de **pedras** que arremessam aos seus atacantes²⁸⁰⁵.

Antes ainda de cruzados e o rei de Portugal terem chegado a um acordo sobre o ataque a Lisboa e todos os contornos e consequências da operação, num a ataque de cruzados a um arrabalde, os habitantes de Lisboa parece terem tentado a tática da emboscada (ou cilada), nesse arrabalde; mas os cruzados foram cautelosos²⁸⁰⁶.

A balista parece ser a arma ofensiva mais sofisticada que existia em Lisboa - dando crédito ao relato de R, crédito que deve merecer. De facto, a balista é uma das poucas armas sofisticadas da época que poderia ser operada do alto das muralhas da Lisboa de então. Esta arma - a **balista** - parece ter sido aquela que mais feriu as tentativas dos cruzados e tropas de Afonso Henriques tomarem a cidade.

A **carta de Arnulfo** refere o uso pelos defensores de Lisboa de “**manganelas e com as setas**”²⁸⁰⁷. Este mesmo documento refere também a **escavação, pelos cruzados, da muralha** através de “certo engenho”²⁸⁰⁸.

A carta de Arnulfo não deixa de referir o **uso de fogo por defensores da cidade**, para queimarem os engenhos dos cruzados, fogo causado pelo lançamento a partir do interior de “azeite inflamado”²⁸⁰⁹ - configura esta descrição o que habitualmente é descrito como “fogo grego”. Os **ataques “à pedrada”** eram também usado pelos defensores, chegando a causar baixas mortais entre os cruzados²⁸¹⁰.

O lançamento de projecteis incendiários está atestado no al-Andalus pelo menos desde o século IX.. A chegada dos *maġūs* às costas do al-Andalus e o seu ataque a cidades da “borda de água” no século IX levou a que se tivesse começado a utilizar o “fogo grego” como tática defensiva tanto em terra como em meio líquido. No caso de Lisboa, e do litoral ocidental em geral, sabe-se as expedições de normandos se prolongaram para além do século IX. Além disso, é o próprio cruzado R. que refere a participação na expedição de 1147 de cruzados com tirocínio na actividade pirática alguns anos antes, alguns dos quais já conheciam Lisboa de outras viagens. Esses ataques a Lisboa

2804. Sobre o uso de arcos no Mundo Islâmico medieval, sobretudo no “Médio Oriente” veja-se Mārdī ibn 'Ali al-Tarsusi e Boudot-Lamotte, Antoine (ed.), *Contribution à l'étude de l'archerie musulmane, principalement d'après le manuscrit d'Oxford Bodléienne Huntington no 264*, Damasco, Institut français de Damas, 1968, obra que contém texto árabe e tradução francesa desta obra de uma dos mais importantes tratados sobre armas no Mundo Islâmico medieval, precisamente Mārdī ibn 'Ali al-Tarsusī.

Sobre a ballista ver FERNANDO QUESADA SANZ, “reseña” in *Gladius*. vol. XXIV, Madrid, 2004, p. 272, nota 1 e SOLER DEL CAMPO, A., “Guerra y armamento hacia 1200 d.C.” in Juan Zozaya (ed.), *Alarcos'95. El fiel de la balanza*, Toledo, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1995, pp. 129-145.

2805. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 100-101.

2806. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 80-81.

2807. *Carta de Arnulfo*, p. 137 (ed. Alfredo Pimenta), havendo a referência a essas “manganelas” de Lisboa na p. 136; na ed. José Augusto de Oliveira, referem-se esses “magnellis” (p. 115).

2808. *Carta de Arnulfo*, p. 136 (ed. Alfredo Pimenta).

2809. *Carta de Arnulfo*, p. 136 (ed. Alfredo Pimenta).

2810. *Carta de Arnulfo*, pp. 136-137 (ed. Alfredo Pimenta).

no século XII, de que o de 1147 não foi o primeiro, devem ter feito sentir a necessidade de haver sempre em Lisboa, em *almazém*²⁸¹¹ de guerra, material inflamável - nafta - para fazer face a arremetidas contra a cidade; este é mais um elemento que prova que a Lisboa pós-almorávida de 1147 estava preparada em termos de defesas passivas e tinha equipamento e apetrechos militares eficazes para enfrentar ataques.

A **componente psicológica** sempre esteve presente nos enfrentamentos armados. E no de Lisboa de 1147 não esteve ausente. “Escárnios e improperios”, bem como insultos e insinuações sobre o quee estariam a fazer as esposas dos cruzados durante a sua longa ausência eram lançados de dentro das muralhas para atormentar os cruzados²⁸¹², eram palavras rosnadas “entre os dentes” contra os cruzados. A guerra verbal passava igualmente por insultos ou críticas de cariz religioso; a crença em Jesus como “Deus e filho de Deus” era atacada pelos residentes na cidade, o que mostra que chegou a haver tempo e ocasião para disputas de carácter teológico; a descrição do cruzado R. é verosímil e as críticas feitas pelos muçulmanos são as que habitualmente se fazem aos cristãos, bem como a perspectiva alternativa que os muçulmanos têm de Jesus - e que o cruzado transmite com toda a abertuda - a de um Jesus, filho de Maria, “profeta entre os maiores”²⁸¹³.

Porém, se havia que guerreasse com armas de cariz teológico, outros afrontavam as crenças dos cruzados com gestos obscenos, como alçarem “para os nossos [homens] o sinal da cruz e cuspidolhe limpavam com ele as partes traseiras da sua fealdade e, por fim, urinando sobre ela...”²⁸¹⁴.

Houve tempo para diálogos frequentes entre os de dentro e os de fora das muralhas - tempo para discussões de carácter teológico²⁸¹⁵, tempo para insultos mútuos, tempo para convencimento da parte adversa. Exclama o referido cruzado, como que responsabilizando os moradores da cidade pelas consequências da intervenção armada, intervenção que - como quase sempre - originou abusos e mortes desnecessárias perpetradas por alguns cruzados: “quantas vezes por nós foram instados, quantas vezes lhes foram caucionados os seus direitos e bens, com a condição de saírem livremente da cidade para onde quisessem ou lhes foi admitido que ficassem em posse plena de tudo, desde que nos entregassem a fortaleza da cidade!”²⁸¹⁶

2811. Antes de se ter decidido - erradamente - que a palavra correcta para identificar os depósitos de material de guerra era *armazém*, por aí estarem guardadas armas, a palavra *almazém* era usada em Português, à semelhança de *almacén*, em castelhano, com já refere Rafael Bluteau. Cf. Maria Filomena Gonçalves, “Oratório requerimento de palavras portuguesas, agravadas, desconfiadas e pertendentes: uma perspectiva da dinâmica lexical nos alvares do Iluminismo” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. II, Univ. do Porto, 2005, p. 628 (on-line).

2812. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 104-105.

2813. Os muçulmanos de Lisboa sugere que se tome “*Mariae filium*” como Profeta “*inter optimos*”, como consta do texto latino - cf. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), fl. 136v, p. 104 (trad. p.105).

2814. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 104-105.

2815. Estas discussões não era específicas de confrontos entre cristãos e muçulmanos. Veja-se, quanto à guerra e **formas como almóadas combateram os almorávidas no al-Andalus** veja-se Nevill Barbour, “la guerra psicológica de los almohades contra los almorávides”, in *Boletín de la Asociación de los Orientalistas Españoles*, II, 1966, pp. 117-130.

2816. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 106-107.

(xi) Ataque e defesa

Para além das escaramuças iniciais, o ataque a Lisboa começa a 1 de Julho de 1147²⁸¹⁷. O início das hostilidades é iniciado com o arremesso de pedras, do exterior para dentro da cidade.

Embora sem o especificar, o cruzado R refere que uma das formas para distinguir os opositores eram as armas; essas eram diferentes²⁸¹⁸. Pode-se estranhar o facto de não se referirem as roupas; mas se pensar que uma das formas de os atacantes se apropriarem mais facilmente de roupagens ricas que conseguissem pilhar era, precisamente, vestirem-nas, percebe-se que em determinadas circunstâncias fosse difícil distinguirem-se uns de outros²⁸¹⁹.

Um dos arralbes é abandonado e portugueses e cruzados não só cercam a cidade por terra como, igualmente, por mar - usando para o efeito “oito batéis no rio com gente armada frente à cidade para ficarem de vigia”²⁸²⁰.

(xii) O assédio duro

Esta fase de guerra de palavras parece ter tido lugar na fase anterior à entrada em acção das máquinas de guerra e e tácticas militares puras.

Embora o seu campo de visão habitual não abarcasse a zona de operações onde estavam colocados os flamengos e os colonialenses, o cruzado R. dá a conhecer os movimentos militares dos cruzados do lado oriental da cidade. Do lado ocidental e do oriental montam-se máquinas de guerra. Os flamengos e colonialenses montam máquinas de diferentes tipologias - “um *suíno*, um aríete e uma torre móvel”²⁸²¹, do lado oriental, enquanto que na frente ocidental uma torre móvel de 95 pés de altura.

Os flamengos e colonialenses dispunham, igualmente, de outras armas - as balistas. Com estas, - tratava-se de “cinco balistas”²⁸²² - avançam sobre muralhas e torres do lado oriental da cidade mas os resultados foram decepcionantes; desconhecendo o terreno em que se moviam, uma das máquinas de guerra - a torre - ficou atascada em terreno pouco firme, sendo “fustigada” pelas balistas dos assediados, acabando incendiada e inutilizada. A torre foi queimada porque os projecteis lançados pela balista eram, certamente, **incendiários**²⁸²³; o carácter incendiário do que os atacados arremes-

2817. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 98-99.

2818. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 100-101.

2819. O cruzado R. reconhece que muitos, em vez de tentarem atingir objectivos militares, se dedicaram à pilhagem, ao “saque”. que deveria passar pelo roubo, entre outros bens apreciados, de roupagens e jóias ou *alfaias* ricas - cf. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 102-103.

2820. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 102-103.

2821. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 106-107.

2822. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 106-107.

2823. Sobre a utilização no Mundo Islâmico medieval do “fogo grego” e de projecteis incendiários em geral veja-se Carole Hillenbrand, *The Crusades, Islamic Perspectives*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1999, pp.

savam para o exterior está atestado pelo mesmo cruzado quando, mais adiante, refere que a máquina - a torre móvel - inglesa que estava localizada entre a Porta Férrea e “a torre” foi atacada a partir da Porta Férrea (se desta porta é possível atacar a torre inglesa é porque a porta esta de alguma forma esquinada ou permitia um certo ângulo de ataque para zonas laterais - é argumento para que possa ter sido **torre albarrã**) diz que os “mouros” - que eram uma “multidão inacreditável, por cima das muralhas”²⁸²⁴ - traziam consigo para destuir o engenho dos cruzados “lenha com pez, estopa e azeite com substâncias incendiárias de toda a espécie”²⁸²⁵.

A referência a pez, ou alcatrão, tem semelhanças funcionais com a nafta; esta utilização e está atestada no al-Andalus e em outros territórios do *dār al-Islam*.

Em termos de fracasso táctrico, deve referir-se igualmente a tentativa de os cruzados escavarem minas, ou galerias subterrâneas para tentarem atingir as muralhas ou mesmo ultrapassarem-nas e ter acesso ao interior da cidade; sabe-se que os cruzados de Colónia fracassaram por cinco vezes²⁸²⁶ na construção de túneis.

É interessante verificar que se montam máquinas para conseguir altura e atingir o topo das muralhas - de um e outro lado das muralhas - e, além disso, refere que essas máquinas se aproximam de

528-529.

Embora os trabalhos de **Carole Hillenbrand** se debruçem geralmente sobre o Médio Oriente e, neste caso, sobre territórios onde se fez sentir a acção militar dos cruzados, é possível encontrar paralelos interessantes com o al-Andalus. Esclarecendo que o termo deriva do facto de a *Naft* ter sido usada inicialmente por bizantinos contra tropas árabes, a mesma autora esclarece que “by the middle of the seventh century the Muslims were also throwing Greek fire”; referindo que essa táctica militar era usada também em batalhas navais, a mesma autora mostra que “Greek fire was used to great effect by the Muslims on land, in attacking and defending citadels and walled towns”; a mesma autora transmite uma “receita” para fabricar nafta, da autoria do tratadista al-Tarsusi (Carole Hillenbrand, *The Crusades, Islamic Perspectives*, p. 528).

Os paralelos entre o Oriente e o al-Andalus são interessantes e parecem adaptar-se ao que se passava em Lisboa em 1147; referindo-se ao que se passava entre cruzados e poderes islâmicos durante as cruzadas - o que coincide com a acção militar de 1147 - a autora refere “the development of *naft* as a vital aspect of siege warfare seems to have been the favoured Muslim response to the problem of dealing with the Frankish siege machines, namely the *burj* [a “torre”, como em Lisboa] and the *dabbaba*. *Naft* proved effective against the wooden siege machines of the Franks...”, mas era de pouca eficiência em situações ofensivas contra as fortificações, em pedra, dos cruzados - cf. Carole Hillenbrand, *The Crusades, Islamic Perspectives*, p. 529.

Sobre o uso de material incendiário no al-Andalus é de ter em conta T. B. Irving, “Celtas, Magos o Normandos en la Primera Crónica General”, *AIH, Actas III*, 1968, pp. 461-472, p. 468, disponível em http://cvc.cervantes.es/obref/aih/pdf/03/aih_03_1_053.pdf

Nafta será usada igualmente, mais tarde, por tropas dos reinos cristãos, em terra mas sobretudo no mar - cf. José Manuel Rodríguez García, “La Marina Alfonsí al Asalto de Africa, 1240-1280. Consideraciones Estratégicas E Historia”, in *Revista de Historia Naval*, vol. 85, Madrid, 2004, (pp. 27-55), p. 40.

Já anteriormente se havia referido a existência e o armazenamento de *nafta* na Sevilha omíada.

2824. *De Expugnacione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127.

2825. “admota lignorum materia cum pice et lino et oleo et omnimodis ignium fomentis” - *De Expugnacione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127.

2826. *De Expugnacione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 108-109.

torres e de muros; em termos de aproximação a portas, sabe-se que foram colocadas balistas frente à porta férrea²⁸²⁷...

(xiii) A viragem

O momento de viragem no rumo que estão a tomar os acontecimentos no assédio a Lisboa dá-se quando são interceptadas cartas, denunciando fraqueza e necessidade de ajuda aos que estavam cercados em Lisboa. De facto, foram interceptados “correios” que tentaram chegar à margem esquerda do Tejo e que deveriam, segundo a interpretação dos cruzados, tentar atingir o castelo de Palmela, para conseguir ajuda²⁸²⁸.

As cartas, várias e todas elas interceptadas, estavam escritas em árabe e destinavam-se a várias personalidades. Aquela a que é dado mais destaque é a que era destinada a “*Abbati Machumato Eburensium regi*”²⁸²⁹. Embora se possa partir do princípio de que a reprodução que R. faz desta carta é próxima do conteúdo da mesma - o formulário, desta carta mereceria uma análise mais profunda, comparando com cartas coetâneas, mas as referências feitas, inclusivamente a lunações, levam a crer que esteja próxima da realidade - na missiva argumenta-se com a exiguidade da muralha da cidade para poder conter e proteger tanta gente que aí estava e tenta-se seduzir os potenciais aliados com a garantia de que os atacantes não eram “muitos nem aguerridos”²⁸³⁰. Para além de outras cartas de conteúdos mais privados e pessoais, em alguns casos estava estampada a confissão de que as reservas alimentares de Lisboa eram não muito risonhas²⁸³¹.

Se estas informações deram “ânimo” aos cruzados e portugueses, a chegada de uma resposta do “rei de Évora aos habitantes de Lisboa”²⁸³² contribuiu para encher de ânimo novo os atacantes de

2827. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 114-115.

2828. Para quem conhece bem a região, seria pouco provável que em Palmela se desconhecisse o que se passava sobre a cidade de Lisboa. Se, alguns séculos mais tarde, Fernão Lopes refere comunicações com “almenaras de fogo” entre Palmela e Lisboa, na segunda metade do século XIV, comunicações deste tipo seriam igualmente possíveis no século XII. Porém, cartas para destinatários com peso político e militar e capazes de despoletar uma contra-ataque aos cruzados teriam um efeito completamente diferente. Porém, com a cidade de Santarém já nas mãos de Afonso Henriques, com Alameda a ser atacada pelos cruzados e com uma esquadra a bloquear Lisboa e a controlar o “mar da Palha”, seria muito difícil fazer chegar a esta cidade auxílio poderoso e eficaz, a não ser - eventualmente - através de uma grande esquadra que pudesse partir de Sevilha ou do Norte de África, zonas onde o recente e crescente poder almóada não estava ainda firmemente implantado.

2829. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 108-109.

2830. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 108-111.

2831. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 110-111.

2832. “*Rex Eburensium Lyxbonensibus*” - cf. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 110-111.

Lisboa. Garantindo os eborenses que não poderiam quebrar “as tréguas” que tinham com o rei de Portugal, deixam os habitantes de Lisboa (e os aí refugiados) entregues ao seu destino²⁸³³.

(xiv) acções militares nos arredores - povoamento e defesa

Sabe-se que alguns contingentes de cruzados, enquanto parte sitiava Lisboa, atacaram e pilharam localidades dos arredores. Porém, nem sempre essas acções foram fáceis. No caso de um ataque a Sintra, o cruzado R. refere que trouxeram um produto de pilhagem qualificado como “grande”²⁸³⁴, mas não conseguiram tomar o castelo; segundo a cruzado teria sido a “configuração do terreno” que impedira que lhe colocassem cerco e eventualmente o tomassem²⁸³⁵. Sintra em 1147 tinha uma fortificação em ponto elevado, de difícil acesso, e não há referências a uma segunda fortificação na zona baixa.

Almada foi também visitada por cruzados, aparentemente para pescarem. Foram atacados por habitantes instalados na zona e, depois de terem perdido alguns homens (mortos mas também capturados por gentes da localidade), decidem retaliar. Embora a descrição do cruzado R. não o refira, é possível que aos resultados positivos da reacção dos muçulmanos de Almada tenha a ver com facto de estarem apoiados por uma fortificação - o castelo de Almada (*al-Ma’dan* ou *al-Ma’din*, fortificação igualmente referida por al-Ĥimayārī²⁸³⁶). Esta fortificação é referida algumas décadas antes por al-Idrīsī que explica o nome desta fortificação pelo facto de estar perto da zona onde se recolhiam as palhetas de ouro que o Tejo arrastava e depositava nas suas imediações²⁸³⁷.

Nessa operação teriam sido mortos “mais de quinhentos mouros, trazendo cerca de duzentos cativos e mais de oitenta cabeças”²⁸³⁸, com o que regressaram a Lisboa. Pela reacção emotiva dos habitantes da cidade, esta operação lavada a cabo na margem sul deve ter contribuído para diminuir o ânimo e a capacidade de resistência psicológica dos habitantes que resistiam intramuros²⁸³⁹.

2833. Esta decisão mostra também a grande capacidade de manobra de Afonso Henriques: conquistara Santarém nesse ano e conseguira um pacto ou tréguas com Évora; tendo os almóadas ainda numa fase de instalação no *al-Andalus*, os rei de Portugal, dispondo de tropas de cruzados tinha, em termos geo-políticos a cidade de Lisboa isolada e com poucas possibilidades de se manter.

2834. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 110-111.

2835. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 110-111.

2836. al-Ĥimayārī, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. pp. 22-23.

2837. al-Idrīsī, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Reinhart P. A. DOZY e Michaël J. de GOEJE (Eds), Amsterdão, Oriental Press, 1969, p. 184.

2838. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 112-113.

2839. Segundo o cruzado R[aul], alguns lisboetas *lišbuniyy*, ao verem as cabeças exibidas nas pontas das lanças dos cruzados saem da cidade pedindo esses mesmos troféus - prática que se detectara no *al-Andalus* alguns séculos antes. Pelo “pranto e clamor prolongado” que se prolongou dentro das muralhas e se estendeu pela noite fora - segundo a mesma fonte -a prática de carpir os mortos, prática que se conhecia em outras partes do

(xv) Minas e armadilhas

Uma visão que muitas vezes é esquecida da cidade e da muralhas da Lisboa islâmica é o facto de ter sido necessário recorrer a minas para tentar entrar no seu interior e derrubar a muralha. Quer isto dizer, que a muralha da Lisboa islâmica - que não é mesmo que dizer a “muralha islâmica” de Lisboa - estava bem cuidada e mostrou-se preparada para resistir a um ataque de grande envergadura, como o que enfrentou em 1147.

Apesar de - com dificuldade- terem conseguido tomar os arrabaldes, os cruzados não se sentem suficientemente seguros para se aproximarem das portas e decidem fazer minas. As minas têm como objectivo ultrapassar as muralha e entrar no interior da zona murada, surpreendendo os cercados; mas, por outro lado, também servem para tentar chegar perto dos muros de defesa para conseguir fazê-lo cair.

Ao fim de várias semanas de assédio sem resultados práticos palpáveis, é decidido fazer um “fosso subterrâneo entre a Torre e a Porta de Ferro”; o objectivo é dito: deitar “abaixo a muralha”²⁸⁴⁰. O que é a “torre”?? Tudo leva a crer que se trata de uma construção paralelipipédica que se destacava das demais. Deveria, ser, certamente, a grande torre que se encontrava no extremo terminal da muralha descendente que partia da Porta de Ferro (ou porta férrea) até à torre, destacada da muralha e que se prolongava para o rio como um esporão, que se encontrava no local onde hoje está - sensivelmente - a rua dos Bacalhoiros²⁸⁴¹, torre que, tudo leva a crer que seja aquela que mais tarde será conhecida como “torre da Escrevaninha”²⁸⁴².

Porém, o próprio cruzado revela que o túnel estava acessível a receber uma resposta dos lisboetas e que estes replicam, causando danos graves aos cruzados²⁸⁴³. A inutilidade desta mina leva a que se decida bater a muralha de Lisboa nesta zona com **duas balistas**; assim, com “fogo cruzado” de uma balista colocada perto da porta de ferro e com outra colocada “junto à margem do rio” essa cortina da muralha é batida, tendo sido disparados - segundo números do cruzado R. - “cinco mil pedras”²⁸⁴⁴.

A construção de minas não foi abandonada e, foi iniciada pelos cruzados de Colónia e da Flandres uma nova mina junto à “muralha da parte mais alta do castelo”, mina que tinha cinco entradas, feita

al-Andalus, era seguida igualmente nas margens do Tejo.

2840. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 112-113.

2841. Cf. A. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa Estudo histórico descritivo*, Lisboa, (1^a ed., Typographia do Commercio em Lisboa, 1899) 2^a ed. (refundida, ampliada e completada), 1939, Estampa III.

2842. Esta torre, a da “Escrivaninha” não deixa de fazer parte de várias obras de Alexandre Herculano; sobre o local onde se tentou este túnel ver A. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa Estudo histórico descritivo*, Lisboa, (1^a ed., Typographia do Commercio em Lisboa, 1899) 2^a ed. (refundida, ampliada e completada), 1939, p. 108; idem, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, p. 187; e notas ao *De Expugnatione Lyxbonensi*, (ed. trad. e notas de Aires do Nascimento), nota 148, p. 170.

2843. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 112-115.

2844. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 114-115.

em menos de um mês²⁸⁴⁵. Deve ter sido nessa zona próxima do castelo que os habitantes da cidade sentiram cair um troço de muralha que - segundo o cruzado R. - teria cerca de 30 côvados de dimensão ou - como diria o testemunho de Duodequino - 200 pés ou cerca de 60 metros; acontecimento quer teria tido lugar no dia 16 de Outubro²⁸⁴⁶. A técnica para deitar abaixo a muralha parece ter sido a colocação de lenha numa zona em que a muralha foi “descalça” ou , pelo menos atingida por uma galeria que atingiu uma zona onde foi possível deixar madeira a arder possivelmente com alguma outra substância que evitasse o seu apagamento²⁸⁴⁷.

Pela descrição dada, a muralha caída deve ter sido entre as portas mais tarde designadas como “do Sol” (possivelmente a que surge designada em al-Ĥimyarī como *bāb al-Maqbara*, a porta do Cemitério.

A queda da muralha não trouxe consigo a possibilidade automática de uma entrada fácil por parte dos atacantes. O cruzado R. refere que os *lišbuniyy* correram a colocar “uma barreira de cancelas”, possivelmente tapumes feitos com os mais variados materiais que servissem **tapar o rombo na muralha**, o que revela que houve capacidade de improvisado e de resposta; porém, a própria disposição do terreno não permitiu que os cruzados tivessem tirado um imediato proveito do derrube que tinham conseguido provocar; o cruzado R. refere que “embora a muralha tivesse ruído, a configuração do terreno impedia-lhes a entrada pelo simples aterro existente”²⁸⁴⁸.

Que se passava no terreno que não permitiu que os atacantes tivessem conseguido tirar grande proveito do derrube que conseguiram fazer com bastante engenho e trabalho? Que “aterro existente” era esse que dificultava o ataque? Pode tentar-se uma explicação para esta situação. A construção da muralha pode ter partido de uma situação de nivelamento inicial dos terrenos que, desde então passaram a a ter destinos diferentes; os terrenos que passam a ficar no exterior sofrem muitas vezes - por razões de origem natural - processo de escorrimento e de depósito em zonas mais baixas; no interior, pelo contrário, a as construções sucessivas, as reconstruções, os processos de entulhamento de construção sucessiva sobre camadas antrópicas anteriores, conduz a uma subida de cota no terreno do interior da muralha. Se, eventualmente, para um habitante do interior bastava subir um lanço de vinte o degraus para atingir o parapeito da muralha , o declive ou diferença de cota em relação ao exterior da muralha deveria ser muito mais acentuado. Assim, é de crer que a queda da muralha tenha deixado terra à vista, terra ou contruções que ficaram sem apoio lateral, mas manteve-se - eventualmente, também - uma diferença de cota entre os solos - o do exterior e o do interior amuralhado - diferença de cota que impedia os atacantes de conseguirem tirar partido imediato da sua façanha.

Esse “aterro” que o cruzado refere é, em termos arqueológicos, extremamente interessante, numa medida em que é prova da existência de sobreposição de camadas, eventualmente de “unidades estratigráficas” que se foram acumulando ao longo de séculos, desde a construção da muralha - sinal da sua antiguidade e de acumulação e depósitos contínua. Assim, sendo, seria **mais um talude que o aterro**, ou um talude resultante de aterros e compactações sucessivas, durante séculos no

2845. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 114-115.

2846. Vejam-se as notas de Aires Augusto Nascimento em *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), nota 153, p. 170. O desmoronamento provocado teria tido lugar perto das Portas do Sol.

2847. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 114-115.

2848. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 116-117.

interior da zona protegida pela muralha; a cintura de muralha funcionava, de alguma forma, não s̃o como cintura mas como uma cinta que aperta e segura as terras e construções implantadas intramuros.

Esta informação pode conlugar-se com os trabalhos arqueológicos recentes sobre Lisboa onde, para epanto de muitos se tem revelado que a “cerca moura” afinal não é de origem “moura” ou “árabe”. De facto, nenhuma fonte sobre o al-Andalus revela ou fala da construção - *ab initio* - de uma muralha em Lisboa, durante o período islâmico. Porém, como se sabe, a mudança de dinastia ou a entrada de tropas e contingentes islâmicos na península Ibérica não pressupõe, automaticamente, um programa de obras gigantesco com a construção de uma série de novas fortificações. Claro que a *Ulišbūna* ou *Lišbūna* sofreu ataques de piratas normandos a partir do século IX, ataques que se foram sucedendo e que deram origem, certamente, a novas edificações de carácter defensivo. Porém, no caso de Lisboa, tendo herdado da Antiguidade Tardia um perímetro amuralhado de grande qualidade, as novas gerações ocupantes de Lisboa conservaram, repararam, e, em alguns casos, devem ter criado apêndices defensivos que aperfeiçoassem a boa muralha que herdaram dos séculos correspondentes à fase da Antiguidade Tardia. Terão sido obras para dar resposta a atacantes de tipo, comportamento e tácticas diferentes. por outro lado, eventuais alterações na perfil da praia em frente de Lisboa e a necessidade de cobrir os flancos da muralha devem ter lavado a construir esporões torreados para uma melhor eficácia no controle sobre os inimigos que se aproximavam das muralhas.

Assim, é de crer que tenha sido a partir do século IX, em fase não definida ainda, que se devem ter edificado as torres salientes da muralha e que se mostram claramente posteriores e classificáveis dentro do tipo torre albarrã. A essas obras terão sido feitas obras de protecção das portas. Mas que simples operações de *tuning*, embelesando as entradas principais da muralha, deve ter havido especial com a **defesa das próprias portas**. Se se valorizarem os silêncios das fontes escritas, para além de se dar o devido relevo ao que elas dizem, verificar-se-á que não houve importantes combates junto às portas da Lišbūna de 1147²⁸⁴⁹, o que pode querer dizer que estas eram / estavam suficientemente bem protegidas para não serem um alvo fácil dos atacantes.

Do interior da cidade tentav-se repelir o inimigo com o que o cruzado R. descreve como disparo de “setas (sagittarum) incessantes e violentas”²⁸⁵⁰. Estas não são, porem, a única forma de os habitantes da cidade se defenderem - arremessavam igualmente matérias inflamáveis²⁸⁵¹ e pedras²⁸⁵², recorrendo a fundas²⁸⁵³.

2849. Na verdade, o cruzado R. não dá informações muito relevantes e detalhadas sobre o que se passou na frente oriental da cidade, mas não deixa de referir a muralha que é derrubada e pelos detalhes que acostuma dar, não se vislumbra a possibilidade de ter sido mesmo junto a uma porta.

2850. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 116-117.

2851. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127; *ibidem*, pp. 128-129.

2852. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 116-117; fala-se em “chuva insuportável de pedras” lançadas dos muros da cidade; *ibidem*, pp. 126-127.

2853. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127.

(xvi) O ataque final e a arquitectura da muralha

A “torre” - uma albarrã?

O desfecho do ataque a Lisboa parece ter-se dado na zona entre a Porta Férrea e a construção a que o cruzado R. designa como “a torre”. Não é que não houvesse outras torres - tanto na muralha como na alcáçova - mas esta torre distinguia-se das demais que estavam diante dos seus olhos - era uma torre saliente da muralha e, certamente, com dimensões bastante superiores às pequenas torres que reforçavam a muralha mas que se deveriam salientar pouco desta. É “a torre” a que ele se refere estava junto ao rio na face do muro onde se encontrava a “Porta Férrea”.

Sobre esta torre dirá ainda que “os nossos besteiros e frecheiros repeliram da dita torre os inimigos que não conseguiram aguentar o ritmo das setas, pois a torre ficava a descoberto pela parte posterior que está voltada para a cidade”²⁸⁵⁴. Esta descrição da “torre” é preciosa e essencial para se perceber a diferença entre esta torre - ou melhor, este *tipo* de torre - e as demais que se encontravam inseridas no perímetro amuralhado.

A referência ao facto de que a “parte posterior que está voltada para a cidade” revela - com clareza - que a torre não se encontrava encostada à muralha mas, isso sim, destacada da mesma - era uma torre avançada a partir da muralha -, grande - na medida em que se irão colocar aí engenhos para contra-atacar os cruzados. Tudo leva a crer que se tratava de um tipo de torre a que se vem a chamar “torre albarrã”, uma das primeiras a serem descritas em documentação textual.

Grande parte do ataque dos cruzados colocados do lado ocidental da cidade sobre os habitantes de Lisboa, decorre em redor dessa torre. Tudo leva a crer que esta não seria a única torre albarrã da “cerca moura” de Lisboa, esta era a que estava a ser observada pelo cruzado R., mas junto à porta de *al-Ĥamma* (alfama) e na zona mais alta da Alcáçova - hoje vulgarmente conhecida como castelo e até por vezes com castelejo - havia outras duas torres salientes da muralha da Alta Antiguidade: uma na zona da porta de Alfama / *al-Ĥamma* e outra na vertente do alcáçova para a ribeira que desce de Arroios. Na Lisboa pré-almóada havia torres albarrãs que partiram da muralha da Antiguidade Tardia e que eram inovações, estas sim verdadeiramente “mouras” à muralha mais antiga de onde partiam para o exterior.

No caso desta torre albarrã - a “torre”, como lhe chama o cruzado R. - ela tem uma particularidade que não está completamente desligada das outras torres que se encontram destacadas da muralha - é uma torre que se acerca a zonas de água. No caso desta torre, ela não só serve para flanquear e controlar atacantes mas, por estar muito perto da água, poderia eventualmente ser utilizada para que houvesse acesso à água, talvez não para abastecimento - no caso vertente - mas para controlo da possível chegada de barcos inimigos.

É, de qualquer das formas, uma construção exterior à muralha original e que desta se destaca de tal forma que a sua parte traseira está separada da muralha. Tem todos os elementos habitualmente presentes nas torres denominadas como torres exteriores ou albarrãs²⁸⁵⁵.

2854. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127.

2855. A palavra albarrã deriva do árabe *barrānīyy*, com o significado de “exterior”.

a “Porta Férrea” - uma entrada em cotovelo?

A *Porta Férrea*, como diz o cruzado R., “está voltada para a torre”²⁸⁵⁶. Sabe-se que a dita porta estava na linha de muros que conduzia à dita torre saliente da muralha; porém, o autor ao dizer de que a porta está “voltada para a torre” e, ao mesmo tempo, sabendo-se que não teria havido ataques directos à Porta Férrea²⁸⁵⁷, é de calcular que a dita *Porta Férrea* tivesse uma tal configuração que tornasse difícil o seu controle por parte dos atacantes da Lisboa andalusí. Pode-se pensar, logo, na hipótese de ter havido um sistema de acesso em cotovelo que permitisse não só as fáceis sortidas dos “mouros” da cidade - com regresso sem grandes dificuldades - como, por outro lado, dificultassem a vantagem da utilização das torres - feitas pelos cruzados - sobre as portas. Porque, se a torre se coloca a derrubar uma entrada em cotovelo, divergente da entrada da muralha em 90 graus, entrão é uma verdadeira perda de tempo e de esforço, na medida em que se pode destruir a porta mas não se consegue, com isso, obter o acesso ao interior da cidade.

Não seria pois, impossível que a Porta Férrea tivesse um “artifício”²⁸⁵⁸ que dificultasse a sua tomada, que levasse a que a porta em si nunca tivesse sido um objectivo prioritário e que, como diz o cruzado R[aul], estivesse “voltada para a torre”.

Alguns elementos trazidos por A. Vieira da Silva mostram que há a possibilidade de que se possa reinterpretar a entrada da Porta Férrea de outra forma, mas partindo dos dados inestimáveis dados pelo próprio Vieira da Silva. Na verdade, a linha de muralha que desce da zona da alcáçova, passa pela porta da Alfofa e poderia descer junto à actual rua do Correio-Velho, encontra a Porta Férrea algo reentrante. Ora, esse tipo de disposição favoreceria um ataque frontal a essa mesma porta. Por outro lado, prolongado para sul a linha de muralha que desce - eventualmente - pela face da rua do Corieo Velho, esse prolongamento passaria frente à entrada directa na cidade, mas produziria um outro acesso, com um ângulo de 90°, que seria possível topograficamente e, por outro lado, concordaria com uma leitura literal do que diz textualmente o cruzado R. Não seria, pois, impossível que o alinhamento da rua da Padaria - da antiga rua da Padaria, anterior ao terramoto (como mostra A. Vieira da Silva) - correspondesse à linha exterior do pano de muro da saliência de uma porta em cotovelo, com a sua câmara interior. Uma abertura, em cotovelo, para o rio, não só permitiria um controle mais apertado da entrada na cidade, mas também uma defesa mais eficaz da porta e, ao mesmo tempo, não impedia que a Porta Férrea tivesse a decoração que lhe é atribuída por al-Ĥimyarī, decoração essa que poderia estar na sua face angulada em relação a muralha ou na entrada principal, a entrada que dava acesso directo à *madīna*.

Este tipo de torre avançada em relação à muralha revelou potencialidades durante muitas semanas, permitindo “fogo cruzado” com a Porta Férrea, mas não conseguiu evitar que os cruzados se man-

2856. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127 - “*ad portam ferream que turrim respicit*”.

2857. Pelo colocação do cruzado R., se os tivesse havia ele certamente os teria referido, a não que fossem três fracassos que não fosse conveniente confessar - de qualquer das maneiras, a conclusão a tirar é simples - o acção dos cruzados à dita porta era difícil; ela não se deixa atingir e tomar facilmente.

2858. Embora esta expressão não se use em Lisboa usar-se-á, mais tarde, em Elvas para designar portas ou entradas em cotovelo que dificultam e complicam o acesso ao seu interior.

tivessem no local, socorrendo-se, entre outros engenhos de um “cattus Waliscus”²⁸⁵⁹, sob o qual muitos se protegeram dos projecteis que eram lançados da torre e da porta.

rendição

A causa imediata que provocou o pedido de rendição reside na capacidade que os cruzados de manterem uma das torres de pé, apesar de bastante fustigada a partir do interior das muralhas e da “torre”, conseguirem fazer subir homens e baixar “a ponte”.

O precioso óleo de Roque Gameiro sobre a tomada de Lisboa em 1147 tenta mostrar esse acontecimento e o protagonismo parece pertencer a essa torre gigante que se aproxima de uma Lisboa com casario branco e gente nas torres que ladeiam a Porta Férrea. Apesar das muitas críticas que se poderiam fazer a esta tentativa de reprodução desse dia em que Lisboa irá mudar de mãos - críticas a nível da altura das muralhas, da falta de arrabaldes ou da clara falta da “torre” saliente na extremidade sul, junto à praia - esta pintura é extremamente útil para ilustrar esses acontecimentos. É trazida aqui à colacção para tentar interpretar uma passagem do texto de *De Expugnatione Lyxbonensi*; esta descrição refere que a rendição da cidade se deu quando a “ponte já [estava] içada uns dois côvados”²⁸⁶⁰; como se pode interpretar esta referência? Partindo da aguarela de Roque Gameiro²⁸⁶¹, é possível verificar que na face virada para as muralhas, na da “abordagem”, está colocada a “ponte”, mas essa “ponte”, implantada no lado esquerdo da composição pictórica, apresenta uma ponte, sim, mas uma “ponte” que tomba, como que um partoló de navio. Sem que o objectivo seja criticar a falta de rigor histórico milimétrico de Roque Gameiro, é possível aproveitar a sua composição única para perceber que a referida “ponte” deveria ter um eixo sensivelmente a meio da torre e que, de uma posição tombada, a “ponte” deveria ser levantada - possivelmente com cordas e roldanas. Ou seja, possivelmente ao contrário da forma como Roque Gameiro ilustrou este acontecimento e da forma como funciona um portaló de um *ferry*, a “passadeira” de acesso às muralhas poderia ser “içada” num momento que teria de ser calculado com rigor para que desse verdadeiramente acesso à muralha e não ficasse a alguma distância da mesma, ou até perto de mais, o que poderia impedir o movimento de subida da referida “ponte”.

Fosse qual fosse o funcionamento da “ponte”, o que é relatado afirma é que ainda a “ponte” não está colocada e os habitantes da cidade, ao sentirem que os atacantes estão prestes a ter acesso às muralhas, “depões as armas, baixam os braços e suplicam tréguas”, tréguas que pelo menos cheguem ao dia seguinte²⁸⁶².

Parece claro que os habitantes da cidade de Lisboa, que até então tinham conseguido afastar e rechazar os intrusos, não desejam lutar corpo-a-corpo. Embora as razões possam ter sido várias, parece claro que há uma viragem precisaemnte no momento em que os inimigos e as suas armas estão prestes a entrar na “sua” cidade. Esse não desejo pela luta corpo-a-corpo pode ter várias explicações; por um lado, pode significar que a estatura ou a corpulência de alguns cruzados - talvez mais que a dos portugueses - aliada, eventualmente, ao uso de armas diferentes - como é dito na

2859. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 126-127.

2860. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 128-129.

2861. Essa aguarela que serve de capa à mais recente edição da *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas, Lisboa, 2001).

2862. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 128-129.

carta do cruzado R. - e mais poderosas, pode ter originado, desde o início, uma avaliação da força adversária tal que se pretendesse afastá-los d Lisboa mas sempre desejasse não ter de os enfrentar frente-a-frente. Sem pôr em causa esta possibilidade, é de equacionar uma outra hipótese; a de que no interior de Lisboa não havia, nesse Verão / Outono de 1147 - um verdadeira exército capaz de enfrentar os guerreiros fortemente motivados (e espiritualmente acompanhados) para tomar a cidade de Lisboa, apesar das divisões e rivalidades internas existentes. Lisboa parecia não ter uma guarnição de mercenários nem tropas de um poder central que se tinha esfumado no meio de uma crise grave no Norte de África. E, uma vez mais, é impossível lembrar as alterações produzidas em tempos de Almançor, quando o exercício da defesa ficou nas mãos de tropas profissionais e mercenárias. Embora não se possa dizer que a queda de Lisboa se deva às políticas militares de Almançor, não deixa de ser possível na suas opções políticas como causadoras, a longo prazo, de um desinvestimento das próprias comunidades locais na sua defesa mais activa e não deixar a defesa repousar unicamente nas defesas passivas, em muralhas bem construídas, bem mantidas e taticamente evoluídas - com limitações - mas sem a capacidade de surpreender taticamente os inimigos. Porém, a fase de desunião e de expectativa em relação ao novo poder almóadas não propiciou o envio de ajudas de outras áreas do al-Andalus - *Lišbūna* foi abandonada à sua sorte e os seus habitantes perceberam que não poderiam terçar armas com esta coligação de oponentes.

Nessa mesma noite, os habitantes de uma Lisboa cansada fisicamente e possivelmente cansada de esperar apoios que nunca chegarão de outras partes do al-Andalus, depois de entregar reféns ao rei de Portugal²⁸⁶³, resigna-se e concorda em entregar a cidade ao rei português e, por outro lado, “o ouro, a prata e outros haveres dos habitantes da cidade” nas mãos dos cruzados²⁸⁶⁴. As negociações e as discórdias entre os atacantes são duras e, se o narrador do *De Expugnatione Lyxbonensi* tem razão no que diz, então os representantes da cidade de *Lišbūna* que são tomados com reféns ter-se-iam dado conta de que muitos dos seus atacantes não passavam de “corruptos, desleais, sem piedade, cruéis (...)”²⁸⁶⁵.

A importância táctica da Alcáçova é colocada em evidência na fase inicial da ocupação da cidade pelos cruzados aliados de Afonso Henriques. A “fortaleza do castelo superior” / “superioris castrī” seria ocupada com cerca de 300 homens, enquanto os habitantes da cidade entregavam todos os seus bens; depois de serem “espoliados, todos seriam mandados em paz para fora da cidade”²⁸⁶⁶.

2863. Esta relação preferencial dos sitiados com o rei de Portugal inimigo mas também “conhecido” de longa data, com quem odiólogo seria certamente mais fácil do que com cruzaod sdo norte da Europa poucoa ahabituados a determinados protocolos e formularios de tratamento, com uma ética diferente da daqueles que só tinham vivido em outras paragens da Europa, deu azo a discórdias e a vozes que apresentavam o rei de Porugal - possivelmente por estar a habituado a negociar com gentes e poderes do sul islâmico - como traidor aos interesses de cruzados - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 130-131.

A prática da entrega de reféns encontra-se documentada no al-Andalus ainda em período emiral; era um tipo de “caução” ou “garantia” que deveria ser praticada em territórios do sul islâmico mas também em territórios e com poderes do Norte cristão. Alguns cruzados vêem com maus olhos o tratamento não hostil que o rei português dá aos reféns que lhe são entregue pela cidade de *Lišbūna* e a benevolência com que os trata - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 134-135.

2864. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 130-131.

2865. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 134-135.

2866. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 136-137.

Parece ter sido na alcáçova que teve lugar a humilhação quase final da entrega dos bens aos novos donos da cidade, antes do abandono dessa mesma cidade, sem nada²⁸⁶⁷.

A entrada dos conquistadores da cidade de Lisboa dá-se não sem problemas. Porém, segundo diz o *De Expugnatione Lyxbonensi* o cortejo principal entra (pela *Porta Férrea*?) e será na **alcáçova** que uma bandeira com um cruz será desfraldada, enquanto Afonso Henriques “dá a volta a pé pelas **muralhas do castelo cimeiro**”, o que mostra haver, claramente, um circuito (que “dá a volta”) amuralhado independente no topo da acrópole da Lisboa islâmica, uma *qasaba*.

Parece ter sido nesse momento solene em que os conquistadores se entregam a manifestações solenes de orações de louvor trinitário que - segundo R. - “os colonienses e os flamengos” teriam, desviando-se do que fora acordado entre todos, apostados em saciar a sua sede de pilhagem, cometendo uma série de actos condenados pelos próprios conquistadores desejosos de cumprir o acordo feito com os vencidos²⁸⁶⁸.

Essas atitudes desrespeitadoras dos colonienses e os flamengos passam pelo muitas vezes referido assassinato do “bispo da cidade”²⁸⁶⁹, expressão que parece corresponder à figura cimeira de uma existente comunidade moçárabe no interior da cidade de Lisboa. De facto, embora se faça **menção à destruição, nos arredores de Lisboa, de igrejas dedicadas a vários mártires de Lisboa**, não é de crer que de Lisboa tivessem desaparecido por completo *ḍimmī's* de culto cristão. Nas zonas rurais envolventes devem ter persistido pequenas comunidades cristãs, algumas delas atestadas por topónimos como Alcainça, mas esses exemplos são pouco elucidativos do que deveria ser o quotidiano pluriconfessional da Lisboa *andalusi* até 1147. Mais peso poderá ter a certeza de que havia nessa Lisboa uma **comunidade judaica** que também se mostra descontente com a conquista, possivelmente por ter sofrido não a só a perda de bens mas igualmente as humilhações que o cruzado R. atribui a flamengos e a colonienses²⁸⁷⁰.

A passagem de Lisboa para as mãos dos cristãos parece ter sido manchada pela cupidez, “roubo” e violação - por parte de alguns grupos - dos “princípios de solidariedade firmada por juramento de fidelidade” levados a cabo por alguns cruzados²⁸⁷¹. Porém, embora leve quase 5 dias a esvaziar-se de gente, a carcaça da cidade de Lisboa e o seu território são abandonados por gentes maioritariamente ligadas a ofícios e tradições urbanas que, quase seguramente, terão atravessado o Tejo, caminhando para outros destinos, não conhecidos.

2867. É dado um tratamento de excepção ao alcaida de Lisboa e ao seu genro, os únicos autorizados a saírem com bens, o que não deixou de motivar protestos entre quem, entre os cruzados, queria uma égua - aparentemente puro sangue árabe - do próprio alcaide.

2868. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 138-139.

2869. O cruzado R. refere tratar-se de um “ancião de muitos anos” que foi degolado “contra o direito divino e humano” - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 138-139.

2870. Sobre a comunidade judaica da Lisboa *andalusi* deve ter-se presente o que Samuel Schwatz deu a conhecer sobre o lamento de um judeu se Lisboa a propósito da queda de Lisboa, em 1147 - “A tomada de Lisboa : conforme documento coevo de um codice hebraico da Biblioteca Nacional”, *Boletim Municipal*, 55, Lisboa, Oficinas Graficas da C.M.L., 1953.

2871. O texto do *De Expugnatione Lyxbonensi* parece, por vezes, uma explicação sobre determinados excessos cometidos por alguns cruzados, as causas próximas de uma conquista que pode ter sido envolta em má fama, mais que o relato de uma vitória sobre uma cidade islâmica.

A mesquita *al-ġami'a* da Lišbūna tinha “sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas”; é possível que a tradução “abóbadas” possa querer dizer “coberturas” - que poderiam ser com telhado - com acontecia na grande mesquita omíada de Córdoba, que serviu de modelo durante muito tempo para o al-Andalus; apesar de se tratar de uma construção iniciada (apesar de ter sido edificada sobre o local de uma antiga igreja dedicada a S. Vicente) no século VIII, as sucessivas modificações por que passou até à ampliação de Almançor nos finais do século X mantiveram a estrutura de construção muito semelhante ao que era o projecto inicial²⁸⁷². Esse mesmo modelo, com “naves” cada uma delas com a sua cobertura, em telha, própria ver-se-á mais reproduzida e mantida tarde na mesquita almóada de Mértola²⁸⁷³. A mesquita de Lisboa deveria seguir de perto essa arquitectura *andalusí* cujo protótipo está em Córdoba²⁸⁷⁴.

(xvii) Cai o sistema defensivo da envolvente de Lisboa

Como se sabe - e deve ter acontecido com Santarém - a queda de Lisboa arrastou a queda de outras fortificações a si estreitamente ligadas. O castelo de **Sintra**²⁸⁷⁵, que antes chegara a resistir a uma tentativa dos cruzados, entregou o castelo - sem resistência - aos novos senhores de Lisboa. Almada, por seu lado, já tinha passado a ser controlada pelos cruzados, não havendo detalhes sobre o que teria acontecido ao seu castelo. Palmela (para além de Almada, como já se disse), em estreito contacto visual com Lisboa e controlando, igualmente, a entrada e saída da bacia hidrográfica do rio Sado, é abandonado pela guarnição que aí se mantinha; o cruzado R. chega a referir uma expedição militar de Afonso Heenriques - que deve ter percorrido as terras da região habitualmente

2872. Sobre a Mesquita de Córdoba continua a ser útil utilizar o extenso trabalho de L. Torres Balbás, *Historia de España* (Menéndez Pidal), vol. V; de carácter geral e útil é o trabalho de Basilio Pavón Maldonado, “La mezquita aljama de Córdoba de 'Abd al-Rahman I, la ampliación de 'Abd al-Rahman II y las actuaciones de Muhammad I”, *Anaquel de Estudios árabes*, Univ. Complut. Madrid, N.º 12, 2001, pp. 595-630; um dos muitos estudos mais recentes, acompanhado do estado da questão sobre os contrutores deste edifício, encontra-se em A. Momplet Mínguez, “¿Quién construyó la mezquita de Córdoba? ”, publicado na revista *Goya: Revista de arte*, N.º 294, Madrid, 2003, pp. 145-15 e ainda Susana Calvo Capilla, “Las primeras mezquitas de al-Andalus a través de las fuentes árabes (92/711-170/785)”, *Al-Qantara*, Vol. 28, Fasc. 1, 2007, pp. 143-179 e ; ver também como este edifício se enquadra na resta construção do al-Andalus e da Pen. ibérica em geral, em Rafael Cómez, *Los constructores de la España medieval*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2001 (há uma 3ª Ed., 2009), sobretudo o seu cap. II.

2873. Sobre a mesquita de Mértola vejam-se o trabalho de Joaquim Ferreira Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *Mértola Mesquita \ Igreja Matriz*, C.A.M., 2002, onde se contêm os dados e aporções do estudos anteriores mais relevantes, ou seja, os de Christian Ewert e de L. Torres Balbás. Santiago Macias tem síntese recente.

2874. Esta mesquita tinha mais que as 5 naves existentes em Badajoz (segundo María Cruz Villalón e Fernando Valdés) e menos que as 11 iniciais em Córdoba; mesquitas com 7 naves, no al-Andalus, havia em Zaragoza (em fase inicial) mas também em Tudela e Almería (cf. Susana Calvo, “Las Mezquitas de pequeñas ciudades y núcleos rurales de al-Andalus”, in *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones - Anejos*, madrid, 2004, X, (pp. 39-63), p. 41); esta mesquita de Lisboa era, claramente uma mesquita principal ou aljama, ja que, como afirma Susana Calvo, nas aljamas o “ número de naves era igual o superior a cinco” naves (*ibidem*) .

A mesquita pelo menos no período de assédio parece ter funcionado não só para apoio e guia religioso da comunidade islâmica mas igualmente para apoio dos crentes a outro nível - apoio a doentes e repouso dos mortos - situações não habituais em mesquitas. Sobre a mesquita e as suas funções veja-se *E.I.2*, “masdjid”, (Johannes Pedersen).

2875. Cf. Catarina Coelho, já citada.

conhecida como Península de Setúbal - e refere-se textualmente que “o castelo de Palmela foi abandonado pela sua guarnição e foi tomado pelo rei já sem ninguém”²⁸⁷⁶.

Estas deveriam ser as fortificações mais importantes da região em redor de Lisboa, as que se destacariam na paisagem envolvente e a ela ligadas - como no-lo diz o cruzado R. - mas houve certamente outras fortificações de menores dimensões e possivelmente ligadas a estas fortificações de segunda linha - em relação a Lisboa - que caíram igualmente em mãos dos cruzados e dos portugueses, tendo sido tais as perdas que - nas palavras de R. - “abateu-se o terror sobre os mouros aos quais ia chegando a notícia deste acontecimento”²⁸⁷⁷.

O sistema defensivo andalusí pós-almorávida parecia estar altamente dependente das cidades, das cabeças de circunscrição, ou *kūra*; como se verificou, a queda de Lisboa, arrastou consigo a entrega de Sintra e de Palmela, locais nos quais houve consciência de que seria inglória a resistência; Almada já teria caído, desconhecendo-se, nesse caso o papel que pode ter desempenhado o seu castelo, que não é citado pelo cruzado R. Estas não seriam as únicas fortificações a cair, mas das menos importantes estrategicamente as fontes escritas pouco falam - como poderiam ser os casos de Mafra, Alenquer, Arruda e Sacavém, não sendo de excluir a hipótese de, na península de Setúbal ter havido outros locais fortificados para além de Almada e Palmela, como Coima-a-Velha e Sesimbra²⁸⁷⁸.

Frei António Brandão, na Terceira Parte da *Monarchia Lusitana*, Lisboa, 1960, Livro X, cap. XXVI, p. 229, dá informações que pouco acrescentam ao que diz Nicolau de Santa Maria, embora traga sobre Sacavém informações interessantes²⁸⁷⁹; no seu capítulo XXVII, diz que os mouros da “Estremadura” teriam organizado uma coligação de tropas para auxiliar a Lisboa cercada; esse acontecimento teria levado Afonso Henriques a levantar tropas que tinha estacionadas no cerco de Lisboa para impedir o avanço dessa tropas islâmicas da região e que se encontravam sobre **Sacavém**²⁸⁸⁰.

Algumas dessas defesas existentes ainda em redor de Lisboa seriam as continuadoras, eventualmente, do sistema montado a partir de meados do século IX, quando se dá a chegada dos Vikingos. António Rei num trabalho recente e muito meticoloso retoma o interesse pela toponímia de origem árabe da Estremadura²⁸⁸¹ e propõe novas explicações para alguns topónimos da região. De entre os muitos topónimos estudados ressaltam alguns que apontam para a existência de vários locais fortificados na linha de costa junto à foz do Tejo²⁸⁸². Esses pontos fortificados podem conjugar-se com

2876. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 140-141.

2877. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 140-141.

2878. Cf. Luís Filipe FERREIRA e Luís Jorge GONÇALVES, “O Castelo de Sesimbra - Um castelo de fronteira marítima” in I.C. Ferreira Fernandes (ed.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Pamela, 2002, pp. 385-388 e Isabel Cristina Fernandes, *O Castelo de Palmela*, pp. 54-59; em Coima-a-Velha, local visitado pelo autor desta dissertação nos inícios da década de oitenta, existiam muros em alvenaria de cal e restos de uma cisterna, também em alvenaria; do local não se vê nem Palmela nem Sesimbra, mas tem contacto visual com Lisboa e Almada, para além de controlar o vale fundamental que dá acesso ao “portinho” da Arrábida; hoje o acesso ao local é muito difícil.

2879. Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana* Terceira Parte, Lisboa, 1960, Livro X, cap. XXVI, p. 229.

2880. Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana* Terceira Parte, Lisboa, 1960, Livro X, cap. XXVI, p. 231 (col. 2).

2881. cf. Mário Guedes Real, “Toponímia árabe da Estremadura”, in *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, série 2, Lisboa, 1945, n. 9, pp. 137-153; n. 10, pp. 289-303.

2882. António Rei, “Ocupação Humana no Alfoz de Lisboa durante o período Islâmico (714-1147)”, *Actas do, Nova*

os dados que apontam para uma maior vigilância da costa a partir da chegada dos *mağūs* no século IX e nos séculos posteriores.. É provável que, melhor ou pior mantidas, essas fortificações e pontos de vigia se tivessem mantidos ao longo dos séculos do domínio *andalusi* até à chegada dos últimos “*mağūs*”, os que acabarão por ter um papel decisivo na tomada da cidade de Lišbūna, em 1147.

O choque das tropas afonsinas com tropas andalusies em Sacavém, que surge em testemunhos tardios, não tem recolhido muita credibilidade. Nesse recontro, segundo uma lenda, o comandante das tropas islâmicas ter-se ia convertido. Apesar de a este acontecimento ser habitualmente dada pouca credibilidade, será interessante conjugá-lo com a informação do cruzado R. segundo a qual na fase do cerco a Lisboa em que foram detectados os pedidos de ajuda ao “rei de Évora”²⁸⁸³, o rei de Portugal “dispensou o exército inteiro dos seus, com excepção de um reduzidíssimo número de cavaleiros e oficiais da sua casa”²⁸⁸⁴, o que parece ter estranhado o autor desta carta.

Sem se poder garantir total credibilidade ao testemunho do que se passou sobre Sacavém e sem poder garantir que a dispensa das tropas que estavam estacionadas em Lisboa teve directamente a ver com este avanço de tropas islâmicas na zona de Sacavém²⁸⁸⁵, é de colocar a hipótese de que forças fiéis ao *qā'id* de Lisboa tivessem tentado - entre Santarém e Lisboa - manobras que Afonso Henriques considerasse serem potencialmente perigosas e necessitassem de atenção pronta; razão por que poderia ter colocado alguns dos seus homens estacionados em redor de Lisboa numa missão que fosse enfrentar tropas fiéis ao poder islâmico que ainda se mantinha numa Lisboa cercada.

Se as cartas que se destinavam a Évora foram capturadas - não todas, dado que mais tarde foi detectada uma resposta - não seria impossível que outras tivessem passado. Porém, dada a proximidade e os meses de cerco, é óbvio que as localidades em redor - Sacavém, Sintra, Palmela e, eventualmente, Arruda, Alenquer, Mafra, ...- se davam conta da situação apertada em que estavam os habitantes de Lisboa.

(xviii) Efeitos colaterais do cerco fome e abundância - desuniões *de facto*

Alguns habitantes de Lisboa iam-se entregando aos cruzados, procurando salvar a vidas e obter alimentos²⁸⁸⁶. A fome - que deveria atingir parte mas não toda a população²⁸⁸⁷ -, essa, deu origem a

Lisboa Medieval, pp. 25-42, pp. 24-26, indícios toponímicos interessantes que reforçam a hipótese de ter havido em redor de Lisboa vários pontos de atalaia ou vigilância que se coordenavam com a cidade e, sobretudo, com a zona da alcáçova; ver também Adel Sidarius e António Rei, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes, in *Arqueologia Medieval*, vol. 7, Mértola - Afrontamento, 2001, pp. 37-72.

2883. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 108-109.

2884. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 110-111.

2885. Frei António Brandão refere a existência de um castelo em Sacavém, possivelmente fronteiro à ponte que teria existido - *Monarchia Lusitana* Terceira Parte, Lisboa, 1960, Livro X, cap. XXVI, p. 231 (col. 2).

Era natural de Sacavém um literado que Yāqūt cita no seu **Mu'ğam al-Buldān**.

2886. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 112-113.

2887. Segundo o cruzado R. foram encontrados, depois de a cidade de Lisboa ter sido tomada pelos cruzados e

cenar pouco edificantes com os carenciados²⁸⁸⁸. Porém, de um outro problema se deram conta os cruzados - o do enterramento dos que iam morrendo intra-muros; com os almocávares ou necrópoles situadas tradicionalmente numa cidade islâmica no exterior da cidade, as famílias e autoridades da uma cidade privada da possibilidade de enterrar tradicionalmente os seus mortos faziam-se sentir de tal forma que os cruzados - mesmo a partir do exterior - se apercebiam desse drama social²⁸⁸⁹.

A fome, porém, parece não ter sido generalizada. Havia gente com fome mas também se encontraram muitos alimentos guardados - em grande quantidade - após a cidade ter sido tomada. A **carta de Arnulfo** diz, aliás, com clareza, que **“interea Sarraceni civitatis, que alimentis abundabant, suis concivibus egentibus alimenta adeo subtrahebant, ut quamplurimi eorum fame morentur, quidam autem eorum canes et catts non abhorrebant devorare”**²⁸⁹⁰.

A fome de alguns e a necessidade de dar caçada a animais domésticos²⁸⁹¹ mostra que não era só no campo dos atacantes que havia divisões. É provável até que a possível separação entre uma *khassa* rica e poderosa e uma parte substancial da cidade - a classe popular, mais modesta e dependente - a *'amma*²⁸⁹², fosse muito vincada, dando origem à fome e vontade de rendição aos atacantes por parte de alguns mais desfavorecidos - o querer entregar-se ou colaborar com os atacantes poderia ser a razão por que a carta de Arnulfo refere que alguns foram “lapidados pelos seus concidadãos”²⁸⁹³. Não seria de estranhar que uma certa falta de solidariedade interna tivesse contribuído para divisões internas, punições de alguns “traidores” que se encontravam dentro de muros - como refere a *carta de Arnulfo* - abrindo caminho, essas divisões internas, a uma rendição ao fim de 4 meses de penúria crescente para muitas famílias e indivíduos que se encontravam no interior da cidade.

saqueada, “em fossas cerca de oito mil cargas de trigo e de cevada, enquanto as de azeite eram de uns doze mil sextários” - *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 140-141; vejam-se igualmente notas 198 e 199.

2888. Os cruzados percebendo-se de que os habitantes da cidade de Lisboa se esgueiravam de noite para poderem roubar alguns figos com que matar a fome, colocaram uma rede disfarçada, com a qual capturaram alguns “mouros”, como se fossem raposas capturadas com armadilhas - cf. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 114-115.

2889. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 114-115.

2890. *Carta de Arnulfo*, p. 115 (ed. José Augusto de Oliveira; ver também ed. Alfredo Pimenta, p. 137).

2891. Ficou-se que a saber que, apesar de o cão não ser um animal muito apreciado nas cidades islamizadas - há hadith/s atribuídos ao Profeta que manifestam pouco agrado pelos cães - estes animais e os gatos eram comuns em Lisboa, em 1147.

2892. A dicotomia social entre a *khassa* -elite - e a *'amma* - as “massas” populares foi interpretada mais recentemente de outra forma; Blichfeldt (1989-1990, pp. 14-20) considera a hipótese de *khassa* poder ter o significado teológico de “those who could understand the sunna”, significando *'amma* os demais, “o Outro” - Jan-Olav Blichfeldt (“Khassa and 'amma. On Slogans, Concepts and Social Settings in Islamic History”, in *Orientalia Suecana*, Vol. XXXVIII-XXXIX, 1989-90, pp. 14-21) *apud* Göran Larsson, *Ibn García's Shu'ūbiyya Letter*, pp. 76-77, n. 60.

2893. *Carta de Arnulfo*, pp. 115-116 (ed. José Augusto de Oliveira; ver também ed. Alfredo Pimenta, *op. cit.*, p. 137). Alguns teriam recebido o baptismo - sinal de conversão ou de retoma de cultos familiares?

Essa divisão social é muito clara quando, por exemplo, se dão condições completamente diferentes ao alcaide de Lisboa e ao seu genro, a quem é permitido que saiam da cidade com os seus bens, ao contrário do que fora negociado para a restante população.

Há, pois, uma clara separação entre uma minoria poderosa que ocupa o topo da pirâmide social e uma *‘amma* que, em momentos de dificuldades, passa por dificuldades grandes e por fome, enfraquecendo uma sociedade que vai perdendo, em meados do século XII, terreno e cidades importantes.

(xix) Caracterizando as muralhas de Lisboa

Os arrabaldes estavam preparados para um ataque. Além disso, embora fosse habitual a existência de silos subterrâneos, o cruzado R. dá uma prova da utilização desses mesmos silos subterrâneos, em zona rochosa de arrabalde, cheios de alimentos - o que poderia ser devido a uma situação normal mas também a reservas alimentares que não foram recolhidas no interior da cidade atempadamente e, embora eventualmente disfarçadas, foram encontradas pelos cruzados com “ perto de umas cem mil cargas de trigo e de cevada, de milho e de legumes [ou leguminosas, como favas, lentilhas...?] provisões que eram para a maior parte da cidade”²⁸⁹⁴.

Para além das torres (albarrãs) nos flancos - albarrãs de flaqueamento - não há nos textos dos cruzados que participaram no assédio qualquer referência a muralhas mal cuidadas. A muralha deveria estar em bom estado de conservação. refere-se uma zona amuralhada alta - ou seja, a zona da alcáçova, que já deveria ter a muralha com torres semicirculares que se vê no local a distinguir bem os espaços da alcáçova e o da madina.

A entrada em cotovelo que se vê ainda hoje no acesso à zona da alcáçova está muito modificada, adaptada para a pirobalística mas não deixa de ser uma entrada acotovelada; não houve ainda trabalhos arqueológicos na zona mas não seria impossível que esse percurso acotovelado pudesse ter sido semelhante ao que ainda hoje se encontra na Puerta de las Pesas em Granada - aí em taipa - e que tem sido datado do século XI, do período da taifa zīrī granadina.

Não há referências a uma barbacã. O crescimento urbano de Lisboa, com vários arrabaldes no exterior da sua muralha devem ter impedido a construção de uma barbacã.

Uma das torres que se projecta para um arroio que desce da zona conhecida - precisamente - como Arroios e passa pelo Regueirão dos Anjos e segue até à zona Baixa da cidade, pode ter funcionado como torre de rio, possivelmente para aceder a zona onde fosse fácil obter água. Porém, faltam os estudos arqueológicos e arquitectónicos para essa torre e para a cortina a que está associada. Essa torre esteve ligada à chamada cerca fernandina, construída já na Baixa Idade Média. Porém, se se observar bem, a linha que parte desta torre não está orientada perfeitamente com a direcção tomada pela cerca fernandina; são dois projectos diferentes, dois momentos diferentes (a muralha e torres fernandinas são, em grande media em taipa, aproveitando - eventualmente - os aluviões dessa

2894. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 104-105.

zona baixa que durante séculos era atravessada por águas) e distintas tipologias de torres. Porém, os construtores da cerca fernandina souberam tiurar partido de uma torre anterior e dela continuar com uma cortina útil para defender uma cidade que, no século XIV, muito tinha crescido.

Em alguns pontos, como na zona da rua dos Bacalhoeiros, a espessura da muralhas varia entre cerca de 2 e 2,5 metros de espessura²⁸⁹⁵. Que características da muralhas se podem encontrar nessa documentação incluídas no tombos estudados por Viera Silva?

Em relação à **Porta de Alfofa** há indícios de que seria uma entrada algo difícil. Em documentação de 1677 pretende-se pôr fim a alguns constrangimentos causados pela configuração destas portas. Esse assunto vai à câmara de vereação de Lisboa de 1677 e a câmara consulta o rei; entre as “dificuldades” que o convento de Santo Elói apresenta à Câmara de Lisboa está “a serventia das portas da Alfofa, que é o mais principal do dito convento”, porta que apresentava dificuldades de acesso²⁸⁹⁶. Numa “Consulta da câmara a el-Rei em 29 de Noivembro de 1677” essas dificuldades surgem de forma mais concretas; diz-se que “Senhor — Por consulta de 12 de fevereiro d'este anno fez este senado presente a V. Alteza a necessidade que havia, de **facilitar a serventia** que vae do convento de Santo Eloi para as portas de Alfofa, para a qual offereciam boa occasião as minas que ficaram do incêndio das casas em que vivia o dr. Belchior do Rego de Andrade, com a qual consulta foi V. Alteza servido conformar-se por resolução do mesmo dia. Para esta serventia ficar na forma conveniente é **necessário que se faça um arco em as portas de Alfofa, que saia direito á Costa do Castello**, porque pela mesma porta de Alfofa, que hoje é serventia, fica uma **volta muito apertada e em uma ladeira** muito áspera, com que os coches e liteiras não poderão passar sem perigo e trabalho ; e como em direitura da mesma serventia ficam umas casas que rendem cinco mil réis, pelas quaes se pôde fazer a **serventia direita**, com a capacidade e formosura necessária (...)”²⁸⁹⁷.

Parece, pois, claro, que a Porta de Alfofa, até 1677, era um porta que colocava problemas de acesso; esse acesso era em ladeira, ou seja, tinha de se subir (ou descer; de qualquer das formas era em plano inclinado) e era complicado para quem se deslocava em veículos. Mas, o facto de se dizer que era “**em uma ladeira** muito áspera” indica que o acesso se fazia de forma paralela em relação à muralha. Por outro lado, a querer fazer-se um arco, pode querer dizsr que se pretende romper - a direito - a muralha ou o sistema complicado da porta ao qual se encostaam casas que rendem “cinco mil réis” e se poderiam derrubar, abrindo-se assim um acesso directo.

Esta descrição aponta para a possibilidade de que a referida entrada se fizesse por declive rente à muralha que depois se tivesse que - eventualmente - tornear num ângulo difícil para determinados veículos do século XVII. Se o nome ALfofa aponta para um porta com pequenas dimensões - possivelmente por contraposição com a *Férrea* -, estas desrição sugere a presença de uma porta “em cotovelo”; o rompimento de uma “**serventia direita**” parece uma clara alusão à necesssidade de quebrar uma entrada em ângulo.

2895. A. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, p. 60.

2896. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. VIII, p. 179 e seguintes.

2897. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. VIII, p. 249; A. Vieira da Silva (*A cerca moura*, p. 66) dá a conhecer e transcreve parte deste documento.

A “confusão” de que Vieira da Silva fala quando se refere as medidas que, em 1755, se dão desta entrada se for aliada à informação, antes dada, de que o duque de Cadaval tinha “mais uma casa por cima do arco das portas de Alfofa, tendo passadiço por cima d’elle para a rua que vai para o arco do Mira”²⁸⁹⁸ sugere uma disposição tortuosa na zona e, por outro lado, a existência de “uma casa cima do arco” não deixa de sugerir um espaço quadrangular ou rectangular sobre o qual se implanta a dita casa, o que podeira corresponder, eventualmente, à câmara interna de uma “entrada em cotovelo”.

Também a **Porta Férrea** coloca questões interessantes. Junto a esta porta havia um “postigo velho” no que fora a sua barbacã”; diz o mesmo documento - de 1470 - que associado à barbacã está uma “torre que tem acima do dito postigo”²⁸⁹⁹. A. Vieira da Silva localiza a Porta Férrea cuja planta, como Vieira da Silva mostra, era complexa. Consciente da complexidade desta entrada, Alexandre Herculano, no seu romance histórico *O Monge de Cister*, diz que esta entrada “constituía uma espécie de quadra, rota de dous lados”²⁹⁰⁰; é possível que esta descrição romanceada se tivesse baseado em documentos como um de 1475 que afirma existirem casas “entre ambas as portas do (sic) ferro, todas do funda acima”²⁹⁰¹.

Também a disposição da Porta Férrea (Sobre esta **Porta Férrea**, ver **Jorge Bráunio** - desenho) colocava problemas e obrigava a demolições. Já no reinado de D. Manuel I se manda que na dita porta se proceda a derrubes ou, mais concretamente, “que a porta de Ferro se derrube e abra aquella serventia de todo, assim de cima da dita porta como das ilhargas d’ella de maneira que de dentro e de fora fique todo despejado”²⁹⁰². Mas, essa destruição não foi levada a cabo. Sabe-se, até, “que havia casas por cima do vão da passagem” pertença de um tal Luiz Francisco de Assis, em 1755 e, além disso, conhecem-se essas medidas; “a casa sobre o vão do arco tinha 8m, 14 X 5m,94, incluindo a grossura das paredes”²⁹⁰³. A referida porta era não só monumental a nível da decoração original mas igualmente a nível das suas dimensões. O *Santuário Mariano* dizia, em 1707, que a Porta Férrea tinha cerca de 6,6 metros de comprimento²⁹⁰⁴. Sabe-se ainda que, aparentemente, desde o século XV, existe uma capela dedicada a Nossa Senhora da Consolação sobre a face interior desta porta, virada para igreja de Santo António²⁹⁰⁵. No reinado de D. Dinis o rei tem “sotão e so-

2898. A. Vieira da Silva *A cerca moura*, pp. 68-69.

2899. A.N.T.T., *Estremadura*, Liv. VIII, fl. 28v; citado por A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p.81; Vieira da Silva relaciona esta descrição com as torres e muralha sob os n.s 16 e 17 na sua planta.

2900. Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, cap. XIX, *apud* A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, p. 84.

2901. A.N.T.T., *Estremadura*, Liv. XI, fl.115v; cf. A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p.85.

2902. - A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p. 86.

2903. Havia ainda duas outras casas, mas uma estava sobre “o encosta da parte do norte” e a outra casa “sobre o encosto do arco da banda do sul com as dimensões de , respectivamente, 2,93 X 2,53 e 2,86 X 2,53 metros - cf. - A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p. 86.

2904. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Tomo I, 1707, p. 239 *apud* - A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p. 86.

2905. - A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p. 87; ver ainda A.N.T.T., *Estremadura*, liv. IV, fl. 192v.

brado ... sobre a porta de ferro inda para a Sé” ficando-se a saber que nesta conjuntura associada a esta porta estava, pelo menos, uma torre²⁹⁰⁶. Nas paredes desta porta não faltavam lápides romanas reutilizadas²⁹⁰⁷.

Pelas dimensões das casas que se encontravam sobre “o vão da passagem” mas também pelo comprimento - 6,6 metros - que é noticiado em 1707 é possível pensar em várias soluções para tentar compreender a organização espacial desta entrada.. É de presumir que se trate de uma porta originariamente pré-islâmica. Porém, pela existência de uma casa “sobre o vão do arco [com] 8m, 14 X 5m,94”, esta dimensão abre a hipótese de que possa ter havido - eventualmente edificada ou concebida em época islâmica - uma câmara inferior ou “vão”, sobre a qual estaria implantada a dita “casa”. Não se fala em percursos sinuosos mas, simplesmente, em dificuldades de acesso. Pode-se pensar na possível existência de uma porta “em cotovelo” e as dimensões do vão são compatíveis com essa hipótese, mas não há provas suficientes para sustentar essa hipótese com segurança. Por outro lado, poder-se-ia pensar numa entrada recta, muito comprida e com vários obstáculos, com virá a ser a muitas vezes modificada Porta da fortificação tunisina de Mahdīa. Neste caso, trata-se de uma entrada em linha recta, mas suficientemente funda para que se possam colocar sérios obstáculos à progressão de tropas invasoras, dificultando a eficácia de máquinas de guerra.

Se como for, este acesso da muralha, para além da dificuldade advinda do facto de ter portas chapeadas a ferro - trabalho que deveria ter grande qualidade, a tal ponto que essa característica ficou indelevelmente ligada a essa entrada - o facto de ter um vão tão espaçoso permitiria organizar - com ou sem cotovelo - uma defesa mais cerrada e eficaz.. Por alguma razão, não há notícia de os cruzados terem tentado franquear esta entrada; a sua solidez e / ou o seu percurso e acesso difícil (eventualmente acotovelado em 1147 - característica que pode ter desaparecido algum tempo depois) levaram as tropas atacantes de 1147 a procurar atacar outros pontos da muralha. Por outro lado, essa sua solidez e força não coincide com a proposta de implantação desta estrutura que é dada por A. Vieira Silva²⁹⁰⁸; a sua posição reentrante é um convite ao ataque. Poderia, porém, ser assim, caso tivesse existido um muro fronteiro a essa porta, ligado à muralha que desce aproximadamente pela rua do Correio Velho. Dessa forma, o prolongamento desse muro poderia formar um acesso acotovelado que poderia ter sido um forte factor dissuasor de ataques a esta porta em 1147; mas, se assim fosse, poder-se-ia classificar como uma porta “em cotovelo”; o que pode ter acontecido sem excluir a força estrutural da entrada recta que se teria conservado durante mais tempo e poderia ser herdeira de trabalhos de defesa pré-islâmicos.

Fazia, pois, sentido que tivesse existido em frente da porta Férrea um prolongamento da muralha que desce aproximadamente da rua do Correio Velho (Vieira Silva reconhece ser difícil definir com precisão por onde passava, neste sector, a muralha) e que formaria um acesso acotovelado em frente de uma “porta férrea” devedora em grande medida de épocas pré-islâmicas às quais se poderiam ter associado embelezamentos feitos já sob domínio islâmico. O referido “prolongamento da muralha” definidor de um cotovelo pode ter sido construído no século XI ou já nos inícios do XII na fase conturbada pós-afática, numa conjuntura em que a cidade muda frequentemente de mãos e é várias vezes atacada, prolongamento esse que - a ter efectivamente existido - se revelou eficaz em

2906. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. IV, fl. 97 (Era de 1361) - *apud* A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p. 99.

2907. - A. Vieira da Silva *A cerca moura*, pp. 88-91. É comum haver reaproveitamento imediato deste tipo de materiais em época tardo-romana ou já islâmica (como acontece, por exemplo, com a *hişn* / alcáçova de Mérida).

2908. A. Vieira da Silva *A cerca moura*, Estampa IV (n.º 18-19 - muralha - e 20 - entrada da “porta férrea”).

1147 mas completamente desnecessário a partir do momento em que se constrói a “cerca fernandina”.

Junto à “torre” referida por R. deveria haver uma outra entrada da muralha, conhecida por Porta do Mar, nas centúrias posteriores, mas dela pouco mais se sabe. Porém, é importante lembrar que, se ela não é referida nas descrições da tomada de Lisboa em 1147, não deixa de ser identificada por al-Ĥimyarī, que a identifica como *bāb al-baĥr*, a “porta do mar”²⁹⁰⁹, acesso que deve ter sido praticamente isolado durante os meses do assédio, assédio esse que, é bom lembrar, desenrolou-se nas imediações. Estudada igualmente por Vieira da Silva, esta porta localizava-se no local que - após a construção da “cerca fernandina” - passou a ser conhecido como porta velha do mar - *porta maris vetus* - para a distinguir de uma porta Nova do Mar - *Porta noua Maris* - que é já identificada em representações do século XVI²⁹¹⁰. A porta do mar de origem islâmica corresponde ao local actualmente conhecido como “Arco Escuro” e deve ter ficado muito adulterado não só com a abertura da Porta Nova do mar mas também com as alterações que se deram nesta zona com as construções surgidas após o Terramoto de 1755²⁹¹¹.

Na fachada oriental da muralha de Lišbūna deveria haver uma outra entrada a norte da Porta de Alfama; trata-se da entrada designada como “porta do Sol” nas fontes medievais cristãs, porta que conduz à zona conhecida como Limoeiro e que deveria em época islâmica ter uma ligação reactivamente directa com a “porta férrea”. Esta porta poderia ser a que, em al-Ĥimyarī, é identificada como *bāb al-maqbara*, ou seja, “porta do cemitério”²⁹¹². No cerco a Lisboa de 1147 o exército de Colonenses e de Flamengos dominava esta porta. Uma vez mais, sem se poder afirmar qual era exactamente o dispositivo defensivo desta porta, a solidez e a preparação desta entrada para enfrentar um assédio deu resultados; por aqui nenhum atacante conseguiu penetrar. A plataforma que existe em frente desta porta, no chamado Largo das Portas do Sol - sempre no plural - poderia permitir um sistema de entrada em cotovelo mas não há dados que suportem esta possibilidade.

Entre estas portas e o perímetro da alcáçova parece ter existido uma outra entrada. Essa entrada localizava-se na zona onde se encontra o chamado Palácio Belmonte²⁹¹³. Entre as Portas do Sol e este local a “cerca velha” mantem-se em grande medida, com um traçado sinuoso, onde se encontram torres de planta quadrangular de pouca saliência e, já na zona do próprio palácio, uma torre que parece triangular mas que, de facto, apresenta já uma secção pentagonal mas com pouca saliência²⁹¹⁴.

2909. al-Ĥimyarī, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

2910. Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 112. Imagens ilustrativas do estado desta antiga porta podem encontrar-se na mesma obras de Vieira da Silva, *clichés* de entrepágina, entre pp. 111-112 e 112-113.

2911. Se, no Tombo de 1573 ainda é designada como Porta do Mar, em documentação de 1755 já surge designada como “beco que vai para a rua das Canastras” - cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 113.

2912. al-Ĥimyarī, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

2913. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, Estampa IV, nº 82.

2914. Torres de planta pentagonal surgem em fortificações pré-medievais, no Baixo Império romanos. Uma dos melhores exemplos encontra-se na antiga Ancyra, a actual Ankara ou Ancara, em cujo fortificação se mantêm ainda pelos menos duas cortinas com este tipo de torres, se bem que muito próximas umas das outras formando uma linha cerrada e pontiaguda de torres, que atravessou, com utilidade militar, todo o período bizantino e mesmo islâmico-turco. Torres pentagonais de maiores dimensões surgirão também sob domínio islâmico e

Esta zona de ligação da “cerca velha” com a Alcáçova junto ao palácio Belmonte comunica também com o chamado Pátio de D. Fradique²⁹¹⁵. Vieira da Silva, que estudou com detalhe também esta zona, e tentou sobrepôr plantas da Lisboa do s. XIX com plantas prévias ao terramoto de 1755, afirma de forma directa que é uma zona “muito difícil de explicar”²⁹¹⁶.

No entanto, é possível tentar explorar alguns dos pequenos indícios que são dados. Diz A. Vieira da Silva que o Palácio Belmonte “tinha à frente um corpo saliente, **uma pequena praça de armas, que é o andar por baixo do terraço, contíguo à torre pentagonal**”²⁹¹⁷. É, pois, possível pensar na existência de uma câmara no exterior do palácio e junto à referida torre pentagonal, câmara exterior essa que era definida por “um corpo saliente”. Esta descrição configura a existência de uma antiga entrada definida por um espaço delimitado, muito semelhante às câmaras que se formam nos complexos arquitectónicos de algumas das “portas em cotovelo”.

Como? Essas “portas em cotovelo” tinha, de facto, na sua frente um “corpo saliente”, um muro paralelo à cortina da muralha principal e um outro, perpendicular, que une esta primeira com a cortina principal; este conjunto de muros em “L” unidos à muralha numa das extremidades e com uma torre ou bastião mais forte na outra extremidade (associada a uma porta), formam um sistema de entrada protegida em cotovelo. Pela descrição das estruturas já muito transformadas de que A. Vieira da Silva dá fé²⁹¹⁸, há muitas probabilidades de que aqui estivesse, em 1147, uma estrada em cotovelo²⁹¹⁹.

Sobre a **porta de D. Fradique**, diz Eduardo Freire de Oliveira, que dela fala, *en passant*, quando descreve a “cerca velha”: “A *cerca velha* — assim a denominavam depois do anno de 1375 — ou muralha da fortificação de Lisboa, tal como parece que ella existia no século XII, em que a cidade foi conquistada aos mouros, e cuja linha polygonal é de crer que não tivesse sido alterada no de-

algumas, já da fase “gótica” podem encontrar-se, por exemplo, no castelo de Sabugal (cf. João de Almeida, *Roteiro...*, vol II); no castelo de Coimbra havia também uma torre deste tipo e com este número de faces (como refere e estudo **J. de Alarcão, 2008**, op. cit.).

Esta torre, porém, pelas suas escaças dimensões deve ser bastante antiga. Vieira da Silva revela que esta torre é maciça mas que no seu topo tem um compartimento de planta octogonal (*A cerca moura de Lisboa*, p. 181). Sem querer que esta característica - a presença de um octógono - signifique uma ligação obrigatória com o período islâmico, deverá haver acompanhamento em possíveis obras que se venham realizar no local para poder identificar o momento da construção desse compartimento.

2915. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, Estampa IV, n.ºs 80-82. Sobre a origem deste nome - D. Fradique - *ibidem*, p. 187.

2916. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, Estampa IV, p. 181.

2917. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, Estampa IV, p. 182.

2918. A. Vieira da Silva (*op. cit.*, pp. 182-183) refere ainda os “dois pátios de D. Fradique”, o que pode corresponder à existência de um pátio exterior à muralha - associado à entrada em cotovelo - e um pátio localizado em zona interior da cintura amuralhada, o que pode corresponder a uma área livre de construção, junto a portas de muralhas, o que é comum no período islâmico.

2919. O corredor abobadado e muito longo que hoje faz a ligação entre as zonas interna e externa à cerca da muralha de época islâmica parece ter sido concebido ou, pelo menos, parece ter ganho o seu aspecto actual depois de 1755 - cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura*, p. 189.

*correr dos tempos que succederam áquella famosa victoria dos defensores do Evangelho sobre os supersticiosos sectários do Alcorão, nascia de junto da porta da Alcáçova, e estendendo-se até ao actual pateo de D. Fradique, ia n'essa altura fechar com os muros da alcáçova e com elles se incorporava pela parte de fora de outra porta que n'elles houve e que deitava para o Chão da Feira. Esta porta é geralmente classificada como de **origem mourisca** e designada pelo nome de porta de D. Fradique, designação que só lhe poderia ser dada desde os últimos tempos da dominação filippina*²⁹²⁰.

Alguma razão haveria para que esta porta fosse classificada como “de origem mourisca” mas o autor não adianta detalhes ou fundamentos para a dita classificação. Muito provavelmente, quem a visitava ou por ela passava encontrava nela características construtivas (ou decorativas?), eventualmente semelhantes a entradas de época islâmica de fortificações extremeñas ou andaluzas, que levavam a apontar para uma atribuição construtiva ao período de domínio islâmico. Essa atribuição a uma “origem mourisca”, porém, poderia ter a ver com o já referido “corpo saliente” ou “**pequena praça de armas**”, como diz Vieira da Silva, o que poderia corresponder a uma entrada em cotovelo, eventualmente iniciada por um arco ultrapassado²⁹²¹.

Os apêndices

Partindo do princípio de que grande parte do perímetro da “cerca moura” (ou “cerca velha” como é designada no século XIV) é de origem romana, tudo leva a crer que esta cerca estivesse dotada de prolongamento defensivos - feitos em época posterior - que serviam de defesa das cortinas principais e permitiam uma aproximação de possíveis atacantes pelos flancos.

Destas torres salientes, a que se saliente de imediato é aquela que é protagonista na descrição do cruzado R., junto da qual decorrem acontecimentos militares relevantes. Esta torre foi de tal forma importante que chegou a ser descrita pelo referido cruzado como “a torre”.

Porém, é de crer que que, até pela semelhança formal e pela localização idêntica, houvesse pelos menos duas outras torres deste tipo. Uma delas numa das extremidades da cerca, junto à ribeira, na zona onde se implantará o bairro que ficará conhecido como Alfama - nome que muito provavelmente já existiria, até pelo seu significado - e uma terceira, ligada estrategicamente à alcáçova, e controlando o acesso à ribeira proveniente de Arroios, além de que, eventualmente, poderia servir para garantir um abastecimento de água, autónomo do resto da cidade, para o bairro da alcáçova.

A importância táctica destas três torres é reconhecida por vários autores, devendo-se destacar, pela sua qualidade e dedicação específica à tomada de Lisboa de 1147, o trabalho recente de Pedro G. Barbosa²⁹²². Com funções tácticas semelhantes, convém caracterizar cada uma delas, embora haja

2920. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. VIII, p. 180.

2921. Não faltariam exemplos para quem, no século XVII ou XVIII, qualificasse esta porta de “mourisca”; bastava ter viajado por Coimbra - onde encontraria ainda a porta da Genicoca - ou por Elvas - porta da Alcáçova - por Faro - porta da Vila ou por muitas cidades fortificadas dos reinos da coroa de Espanha com presença *andalusí* para ficar com termos de comparação e atribuir uma qualificação de “mourisca”.

2922. Pedro Gomes Barbosa, *Lisboa - 1147 - A cidade reconquistada aos Mouros*, p. 42 e **badana interior da contracapa**.

dificuldades em, pelas muitas alterações ocorridas em Lisboa desde então, conseguir caracterizá-las a nível construtivo e de aparelhos.

Albarrãs do tipo das que aparecem em Lisboa, colocadas na extremidade de um esporão, de um lanço de muralha com torres de apoio²⁹²³, podem ajudar a melhor datar torres semelhantes com é o caso da torre albarrã de **Trujillo** ou como as torres albarrãs da **Alcáçova de Badajoz**, de que a de Espantaperros é o expoente máximo - mas posterior, como se verá.

No caso da Alcáçova de Badajoz, estas torres que se dirigem para o rio - e que, por isso, são normalmente classificadas como torres couraça / coracha - têm sido datadas do período das obrtas almóadas na alcáçova. Pela sua semelhnça com Lisboa, não seria impossível que essas couraças / corachas de Badajoz pudessem ser algo anteriores. Tanto mais que se sabe existem couraças / corachas em fortificações de época islâmica mas em fases anteriores ao período de domínio almóada. - é o caso de Calatrava, onde foram detectadas 4 corachas pré-almóadas.

A torre do cruzado R.

A torre que ficaria no alinhamento da muralha que descida da Porta Férrea para o rio - “**a torre” do cruzado R.** - desapareceu, mas sabe-se que era uma torre “aberta na face voltada para a cidade”²⁹²⁴; parece ter sido a que, mais tarde, e pela suas dimensões avantajadas, se chamou de “torre das Escrivantina”²⁹²⁵ e de momento não há razões para duvidar da localização proposta por A. Vieira da Silva²⁹²⁶.

Por outro lado, **a torre que desce a partir da Alcáçova** e aponta para a zona baixa da cidade onde corria o arroio proveniente de ... Arroios, sofreu modificações em meados do século XX, o que significa que os dados que se podem obter no terreno não são completamente fiáveis, embora o local de implantação e a sua orientação não tenham colocado problemas. Esta torre da Costa do Castelo está ligada à alcáçova por um caminho de ronda largo, implantado no seu topo, e com uma sucessão de escadas; no topo da torre não se encontra nenhum orifício que sugira, actualmente, a existência de um poço, que pode ter existido. O aparelho construtivo é de alvenaria, onde predemina os calcáreos da região ligados com argamassa de cal. Esta torre, se bem que mas tarde ligada à chamada “cerca fernandina” mantêm com esta uma ligação que não é completamente recta se se tomar como pontos de partida o topoi da alcáçova e as torres claramente fernandinas localizadas na zona conhecida como Largo de Martim Moniz - são dois momentos de concepção, dois momentos

2923. cf. Vieira da Silva, *A Cerca Moura*, Estampa III.

2924. Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 104.

2925. Esta sua nova função e a possibilidade de que a “torre das Escrivantina” tenha sido a primeira a receber a função de guardar os Tomos dos reino, colocam a torre onde se desenrolou um dos pontos mais quentes do ataque à Lisboa islâmica, ironicamente, como o possível local que pôde ter guardado as primeiras memórias do novo reino que decidirá fazer de Lisboa a sua cidade principal.

Sobre a possibilidade de a Torre do Tombo ter nascido nesta torre de construção islâmica associada à muralha de origem tardo-romana de Lišbūna, veja-se A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 108.

2926. Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 104.

de construção: o muro que liga a alcáçova com a torre da Costa do Castelo é claramente posterior à muralha tardo-romana de Olisipo e deve ter sido concebido em época islâmica (em momento não conhecido com precisão), tendo servido mais tarde para receber a ancoragem de um novo circuito - o que veio a ser conhecido como “cerca fernandina”.

A terceira destas torres é a que se encontra, actualmente, junto à igreja de S. Pedro de Alfama, razão por que é conhecida como **Torre de Alfama** ou, também, de S. Pedro²⁹²⁷; das três é a que apresenta um estado de não adulteração eventualmente mais elevado e, pela sua proximidade em relação ao rio, pode contribuir para melhor compreender como ser a torre desaparecida deste trio de torres salientes. Trata-se de um torreão de grandes dimensões e oco - dado que chegou a ser usado como prisão, no século XV. Associada a esta torre este uma entrada da cidade, conhecida como porta de Alfama - “*portam de Alfama*”²⁹²⁸ - ou, no século XV designada como “porta da barreira” por, possivelmente, estar associada esta entrada e uma barbacã; esta porta de Alfama era defendida no reinado de D. Afonso III, por “*turrem et cubelum*”²⁹²⁹; pela utilização de dois vocábulos distintos, é de crer que as torres em causas tivessem tipologia diferente, uma delas certamente maior que a outra. A. Vieira da Silva que estudou com detalhe dos dados disponíveis para tentar caracterizar esta porta e, mesmo, para a implantar com exactidão, reconhece que é muito difícil caracterizar esta abertura da muralha²⁹³⁰.

Porém, sabe-se que existia na Lisboa *andalusī* uma *bāb al-ḥamma*, uma porta dos Banhos que corresponde, certamente, à porta que será conhecida como “de Alfama”, nome que surge não por tradução, mas por alteração fonética de da palavra árabe que designa dos banhos - *al-ḥamma*²⁹³¹.

Torres salientes da muralha propiciam o surgimento de entradas em cotovelo e não seria difícil “acotovelar” estas entrada em 1147 - ou alguns anos antes - para dificultar o seu acesso ou a sua tomada por atacantes - que não faltaram nos inícios do século XII; porém, deve reconhecer-se que faltam os dados topográficos e que ainda não se realizaram escavações arqueológicas no local que possam esclarecer o tipo de entrada que existia na Porta de Alfama e as alterações que foram sendo introduzidas.

Em termos gerais, porém, o que ressalta deste conjunto de torres é o facto de todas elas estarem separadas da muralhas por uma cortida longa e que as aproxima de pontos de água, embora não seja de crer que se destinassem todas elas ao abastecimento de água à cidade. Essa função pode ter estado atribuída, eventualmente, à que se orienta para a linha de água descendente de Arroios, podendo

2927. Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 160; o autor refere a “*turris sancti petri*” em doc. de 1263 (Era de 1301) in A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 67.

2928. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 67.

2929. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 67.

2930. “Não nos ficaram descrições pormenorizadas, nem vistas, nem dados topográficos que nos permitam marcar exactamente no mapa de Lisboa a porta de que estamos tratando, nem a muralha que dela começava para norte” - A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 164; uma imagem do local onde se encontraria a porta, em *cliché* de inícios do século, sem viaturas que impeçam uma visão mais desafogada pode encontrar-se na imagem s/n colocad entre pp. 164-165.

2931. Sobre a origem da palavra **Alfama** vejam-se David Lopes e José Pedro Machado; Frei João de Sousa também lhe dedica uma linhas, no seus *Vestígios*...

eventualmente receber água através de níveis freáticos ou poço interno que actualmente não é visível, e, desta forma, abastecer a alcáçova. Por outro lado, a torre de Alfama, ligada estreitamente à existência de um manancial de água termal - o que também contribuiu para a localização nas suas proximidades dos banhos principais da cidade islâmica²⁹³² -, parece ter tido uma função onde se aliava o seu valor táctico-militar (pela sua proximidade com a praia) com a de, em tempo de paz, poder controlar águas com características únicas e que fossem úteis para a cidade. Por fim, a “torre” do cruzado R. parece ter desempenhado sobretudo funções tácticas²⁹³³, funcionando como um braço avançado que dificultava a aproximação à cerca de atacantes que se deslocassem em navios. Aliás, essa função táctica não desapareceu com o fim do domínio islâmico em Lisboa; em 1294 D. Dinis manteve essa torre com funções defensivas acitvas, devido à possível acção de piratas²⁹³⁴ que entrassem pela barra do Tejo, o que mostra o valor que esta característica da arquitectura andalusí se manteve mesmo depois do desaparecimento do poder islâmico no Ġarb.

Em suma, pode-se considerar que se trata de **torres de tipo albarrã**, torres salientes da muralha e a esta unidas por uma cortina, um tipo de torre diferente do que habitualmente se conhece pelas albarrãs mais tardias, unidas muitas vezes unicamente por um passadiço - como se verá de forma mais clara para períodos mais tardios. Porém, parece claro que algumas destas torres estavam ligadas ao controle de fontes de água potável, pelo que poderiam ser, em alguns dos casos o que se pode designar como “couraças”, ou seja, torres, ligadas estreitamente ao controle da água²⁹³⁵.

Deva salientar-se o facto de ser relevante o facto de se encontrarem torres albarrãs - associadas a uma cortina longa - algumas das quais com função de acesso ou defesa de pontos de água, o que as pode classificar dentro da categoria das albarrãs especialmente vocacionadas para o controlo da água - como é o caso das couraças - no *Ġarb al-Andalus* em fase claramente pré-almóada, momento em que estes sistemas contrutivos se vão generalisar.

Para além destas grandes albarrãs ligadas à muralha antiga por cortinas de muralha de dimensões apreciáveis, não é impossível que tenham existido torres albarrãs implantada também de forma exterior à muralha, mas com um grau de separação menor que a torre de Alfama, a da Escrivaniinha ou a da Costa do Castelo. Sabe-se que “se despegou da muralha, por descaimento do terreno” uma torre na zona da rua da Adiça, perto do muro que se encontra sob o edifício do Limoeiro; pelas con-

2932. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 152.

2933. Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, pp. 102-103. Esta torre tinha dimensões não conhecidas de forma exacta, mas deveriam ser bastantes maiores que as das demais torres da muralha da cerca moura: cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 110.

2934. Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 106.

2935. Cf. sobre as Couraças, como estrutura defensiva que defende linhas de água e é constituídas por um ou vários panos de muralha com torres, podem e devem ver-se R. Ricard, “Couraça-coracha” in *Al-Andalus*, vol. XIX, Madrid 1954, pp. 149-172; do mesmo autor, “Nouveaux et brefs compléments sur “couraça-coracha””, *Al-Andalus*, Vol. 26, N^o 2, 1961, pp. 466-467; ver ainda, de C. Gozalbes Cravioto, autor que tem trabalhado tema com detalhe, -“La coracha del castillo de Santopitar (Málaga). Notas sobre la función y definición de la coracha en las fortificaciones hispano-musulmanas”, in *Sharq Al Andalus*, n^o 6., Alicante .pp. 161-171; ver igualmente B. Pavón Maldonado, *Tratado de arquitectura hispanomusulmana: Agua*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 365-388 (onde, infelizmente, mistura “couraças” de época islâmica com as já de construção cristã); L. Torres Balbás (*Ciudades...*) e Luis de Mora-Figueroa (no seu *Glosario de arquitectura defensiva medieval*) dão detalhes sobre este tipo de construções. Rosa Varela Gomes trata, para Silves, destes sistemas ligados em simultâneo à água e à defesa.

frontações das casas que se encontravam junto a essa torre sabe-se que essas casas “partem com terra firme e piçarra que está debaixo de uma torre da cidade, a qual está afastada do muro por correr a dita torre e se afastar do muro”²⁹³⁶. A implantação de uma torre que está afastada da muralha, afastamento que, por ser na rua da Adiça, actual calçada de S. João da Praça; não deveria ser muito grande, sugere a existência de uma torre isenta, eventualmente ligada à muralha por um passadiço superior, o que sugere um tipo de torre albarrã diferente, menso separada do amuralha que as três torres que antes se referiram - a da Costa do castelo, a “torre” (futura da Escrivantina?) do cruzado R. e a torre de Alfama.

Se assim for, então, em Lisboa já existiam, em 1147, torres albarrãs “de cortina”, ou seja albarrãs ligadas à muralha por muros longos (algumas das quais se podem classificar como couraças, dado que surgem ligadas também à função de controlo das águas) e, eventualmente, torres albarrãs implantadas junto ao muro da “cerca velha”, ligadas a este muito provavelmente por um passadiço curto, à semelhança do que se verifica em Mérida.

De qualquer das formas, há fortes indícios de que algumas das características que aparecerão, mais tarde, associadas à arquitectura militar do período almóada - como as portas em cotovelos, associadas a torres albarrãs e a couraças - tenham já feito a sua aparição no *Ġarb al-Andalus* em fase anterior, embora sem a organização orgânica que se conhecerá bem o período de domínio almóada.

Barbacãs - de porta ou em todo o perímetro??

Há sinais, como já revelara A. Vieira da Silva²⁹³⁷, da existência de uma barbacã em redor da “cerca moura” de Lisboa. Ela é referida em 1255 na zona da Porta do Mar²⁹³⁸, em 1260 na zona sudeste da cerca²⁹³⁹, mas também junto à porta férrea - em 1383²⁹⁴⁰ e em 1470²⁹⁴¹; em 1497 refere-se a “barbacana antiga da dita porta de Alfama e, em 1540, sabe-se que existiam casas entre o muro (ou muralha) e a barbacã na “rua que vae para a porta de Alfôfa”, casas essas que estão encostadas ao “muro

2936. *Tombo das propriedades foreiras à Camara desta muy insigne cidade de Lixboa...*, liv. 2, fl. 325-326, apud A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, p. 168.

2937. A. Vieira da Silva *A cerca moura*, pp.191-192.

2938. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 2, fl. 8v.

2939. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 42. Trata-se de zona próxima a “palatium” do rei, provavelmente, na zona do Limoeiro.

2940. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 97v.

2941. A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 8, fl. 28v.

velho antigo”²⁹⁴²; aliás, sabe-se que existia barbacã junto às escadinhas de S. Crispim, no século XV²⁹⁴³.

Pelo exposto, verifica-se que não faltavam exemplos da existência de barbacã em redor da muralha da “cerca moura”. Porém, na maior parte dos casos a presença desta barbacã é referida junto à portas: porta de Alfafa, porta do Mar, porta Férrea e porta de Alfama. É de crer que estes pontos mais vulneráveis fossem aqueles que tivessem uma maior protecção. Porém, não se pode excluir à partida uma outra leitura possível, mas que só a Arqueologia poderá comprovar ou não: a de que estas barbacãs de portas possam ter correspondido uma evolução de sistemas em cotovelo frente às entradas directas dessas portas; dito de outro modo, que a zona exterior de uma entrada acotovelada fosse interpretada - ou eventualmente alterada - para poder ser tomada como uma barbacã junto a uma porta. Na verdade, não seria impossível que o acrescento em “L” feito no exterior de uma entrada recta - acrescento esse que tornaria essa entrada numa “porta em cortovelo” - fosse interpretado como uma barbacã.

Seja como for, detecta-se um cuidado especial na protecção das portas da “cerca moura” de Lisboa, cuidado esse que, aliado aos elementos antes enunciados, parece mostrar que a cerca tardo-romana de Olisipo não foi simplesmente mantida mas, antes, reforçada e adaptada às necessidades da poliocrécica das centúrias seguintes, estando atenta às evoluções sentidas em outras zonas do al-Andalus, o que a tornou capaz de - sem ter havido a surpresa que Afonso Henriques conseguiu aplicar em Santarém - resistir a um cerco duro e duradouro. E, seria importante saber se já então existia uma torre pentagonal “em proa” no cruzamento das actuais ruas de S. Mamede o do Correio Velho

²⁹⁴⁴.

As profundas alterações por que passou a cidade de Lisboa depois de 1147, o seu grande crescimento, a sua promoção a capital de um reino e de um Império que fez dela ponto de paragem obrigatório entre cidades da Europa do Norte e, por outro lado, territórios e mares mais ao sul com os quais já tinha, aliás, ligações estreitas nos séculos da sua integração no al-Andalus ²⁹⁴⁵ trouxeram profundas alterações ao seu tecido urbano, tecido esse que, já em finais do século XIV assitirá à construção de uma nova cerca - a “cerca fernandina”²⁹⁴⁶ - que entronca com a “cerca Moura” mas torna desnecessário parte do perímetro da muralha tardo-romana, mas que se revelou operativa e funcional sob domínio islâmico e durante a fase inicial do domínio português.

2942. A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 40, fl. 210v; dão-se as medidas desta casa: tinham de comprimento 20 varas e meia e, de largura (em princípio, seria o espaço entre a muralha e a barbacã; mas, como a medida é feita a partir do interior da casa, não dá garantias de que corresponda exactamente à distância entre a muralha e barbacã.

2943. A. Vieira da Silva *A cerca moura*, p.72

2944. Interpretação a partir de planta de Tinoco de 1650; há torres pentagonais nas muralhas do Oriente e conhecem-se “torres em proa”, mas de fases tardias, em Algeciras e em Gibraltar; não se pode garantir, por esta imagem, que esta seja de época islâmica. A. Vieira da Silva *A cerca moura*, pp.77-78 e Estampa IV. Ao falar-se da Silves almóada o tema das “torres em proa” será aflorado.

2945. Cf. Ch. Picard, *Le Portugal musulman*, pp. 239-241, *passim*; idem, *L'Océan Atlantique*, pp. 254-257.

2946. Sobre este muralha é ainda de grande utilidade recorrer ao estudo do mesmo A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, (1ª ed, Lisboa, 2 vols., Câmara Municipal, 1948-1949; 2ª ed, Lisboa, CML, 1987).

Porém, especial destaque se deve dar aos efeitos da actividade sísmica na cidade e na região em seu redor. Sem esquecer os efeitos terríveis do Terramoto de 1755, deve lembrar-se que mesmo durante o período medieval²⁹⁴⁷ esta mesma cidade sofreu vários sismos que provocaram estragos avultados; a informação para o século XIV é particularmente rica a esse nível. Ora, esses sismos aliados ao crescimento da cidade e à criação de uma nova e mais vasta cerca facilitaram o desaparecimento ou encobrimento de importantes sectores da muralha conhecida como “cerca moura”.

(xx) Barbacãs e fosso??

Há indícios de que existiriam estruturas defensivas complementares da muralha herdada do Baixo Império romano. A principal fonte que refere a conquista de Lisboa por Afonso Henriques e pelos cruzados em 1147 - *De Expugnatione Lyxbonensi* - não refere a existência de estruturas defensivas colocadas em frente da muralha, excepto os bairros de arrabalde, onde os combates foram difíceis.

Porém, não é impossível que em alguns pontos pudesse haver estruturas avançadas que pudessem dificultar o avanço das tropas invasoras.

Há uma referência interessante na “carta de Arnulfo”; diz-se que, para além da habilidade técnico-militar de um cidadão pisano, um outro indivíduo fez “enormes escavações por debaixo do muro da cidade”; mais tarde, no dia de S. Miguel, “saem de surpresa [combatentes do interior da cidade de Lisboa] e combatem connosco **sobre o fosso**, até ao cair da tarde”²⁹⁴⁸. Tratar-se-ia de um verdadeiro fosso em redor da muralha ou em redor de um sector da muralha, ou “fovea” / “fosso” corresponde a obras de sapa, levadas a cabo pelos cruzados?

A existência de fosso está atestada em cidades do al-Andalus desde muito cedo, para além de que era comum igualmente em fortificações de épocas anteriores. Não seria de estranhar que em determinados sectores da muralha esta pudesse ter estado rodeada por fossos, dificultando, sobretudo, o avanço das máquinas de guerra dos cruzados. Aliás, as “pontes” das torres de assalto serviam precisamente para dar alcance e possibilitar a entrada nas muralhas de “passageiros” que subissem à torre a partir de zonas mais afastadas, ultrapassando fossos ou barbacãs.

2947. Sobre os sismos e os seus efeitos na Lisboa medieval vejam-se, entre outros, FONSECA, Luís Adão da Fonseca, “Lisboa Medieval e o seu termo”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Lisboa 94 / MNA, 1994, pp. 86-91; Carlos Fabião, “Ler as cidades antigas: arqueologia romana em Lisboa”, *Penélope*, n. 13, Lisboa, 1994, pp. 147-162.

2948. *Carta de Arnulfo*, p. 116 (ed. José Augusto de Oliveira, onde o texto latino diz “in festo sabti Michaelis circa horam tertiam latenter exeuntes, nobiscum usque ad vesperam **super foveam** pugnam continuabant”; ver também ed. Alfredo Pimenta, *op. cit.*, pp. 137-138).

(xxi) PORTA DE MARTIM MONIZ - dúvidas e hipótese

Para além das referidas portas da cerca urbana, da *madīna*²⁹⁴⁹, a *qaṣaba* deveria ter um acesso autónomo, como acontece frequentemente em outros recintos deste tipo, no *al-Andalus*²⁹⁵⁰. Pode ter sido a uma porta da Alcáçova que se acabou por associar o nome de uma personagem cujos gesto está, em grande medida, ligado à lenda: Martim Moniz.

Sem querer retomar as polémicas e a carga mítica que ainda hoje está ligada a esta personagem de guerreiro muito próximo a Afonso Henriques,

A entrada em cotovelo, algo estranha, que hoje se pode apreciar na zona da alcáçova só se poderá esclarecer com o prolongamento das escavações arqueológicas levadas a cabo na Alcáçova para o exterior da muralha que, na zona da porta, parece ser essencialmente uma construção do século XX²⁹⁵¹.

(xxii) Uma reflexão sobre a Lisboa de 1147

Na Lisboa acabada de sair de vários séculos de um domínio islâmico que passa por fases várias parece desenhar-se de forma clara o sistema *qaṣaba* e *madīna* com *rabad*²⁹⁵². Completando e dando coerência a este quadro, acontecia, como numa qualquer cidade do *al-Andalus*, que o cemitério se localizava no exterior das muralhas, tal como o refere o testemunho de R.²⁹⁵³.

A separação entre a *qaṣaba* e a *madīna* está clara em vários autores, concordando o cruzado R. com os geógrafos árabes que falam de Lisboa. Al-Idrīsī diz que “cette belle ville qui s'étend le long

2949. De entre os tipos de topografia que apresenta e sistematiza C. Mazzoli-Guintard, Lisboa pode enquadrar-se entre o tipo “ville à acropole” - *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, P.U.R., 1996, p. 322, fig. 2.

2950. Exemplos de **alcáçovas com portas próprias e distintas da tipologia dominante nas portas das muralhas da *madīna*** podem encontrar-se em outras fortificações.

2951. Sobre o cuidado que se deve ter na datação das portas de época almorávida - para o caso norte africano - deve ver-se P. Cressier, “Les portes monumentales urbaines almohades symboles et fonctions” in *Los Almohades*, C.S.I.C., 2005, p. 152; apesar do título, o autor compara portas de diferentes épocas e é útil mesmo para o *al-Andalus*. Muito modificada ou deslocada, não deixou de haver, atestado por documento de 1258, uma porta que se chamava - já então, como demonstra Alfredo Pimenta - de Martim Moniz - A. Pimenta, *op. cit.*, pp. 151-152; veja-se igualmente, *ibidem*, pp.153-157. Veja-se imagem interiro desta porta, ainda anterior às obras levadas a cabo durante o Estado Novo, em José Augusto de Oliveira, *O cerco de Lisboa em 1147; narrativa de um glorioso feito conforme os documentos coevos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938, entre páginas 190-191. Agradeço às Drs. Ana Gomes e Alexandra Gaspar, e ainda ao Dr. João Pimenta as informações que me deram, durante visitas que efectuei à escavações do castelo de S. Jorge, acerca dos níveis arqueológicos encontrados e sobre os dados então encontrados e que aponta por uma construção dos paramentos exteriores das muralhas junto à porta denominada de Martim Moniz, como sendo obras do século XX, eventualmente do Estado Novo.

2952. De entre a muita bibliografia sobre este sistema veja-se C Mazzoli-Guintad, *Villes d'Andalus*, pp. 96 e segs.

2953. *De Expugnatione Lyxbonensi* - Aires Augusto Nascimento (ed. trad. e notas), pp. 100-101.

O almocavar da Baixa Idade Média, em Lisboa, localiza-se nas faldas do Monte da Graça, descendo para a zona que mais tarde dá pelo nome de Largo do Intendente - Cf. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, Parte II, p. 127.

du fleuve, est **ceinte de murs** et protégée par un **château fort**. ”²⁹⁵⁴; al-Himyarī faz eco dessa mesma distribuição espacial e forma de organização da cidade; refere este autor que a cidade “possède des remparts et une citadelle bien defendue”²⁹⁵⁵.

O **arrabalde que se defende com urbanismo fechado** e casas que apresentaam para o exterior muros fechados, qual carapaça que pretende evitar que os atacantes nele penetrem. É uma “muralha” de recurso, um tipo de defesa passiva mal estudado no al-Andalus.

Lisboa, apesar de melhorias à estrutura defensiva herdeira, em grande medida, das muralhas do Baixo Império, melhorias a nível de algumas estruturas de flaqueio e, eventualmente a nível da protecção das portas, não era uma cidade de guerreiros e fortemente preparada e motivada para a guerra. É o próprio cruzado R. que diz aque era uma cidade muito rica e populosa mas com poucos homens armados.. As suas defesas passivas não foram suficientes para ultrapassar a força dos atacantes, força que cresceu quando se perceberam que o interior da cidade passava por dificuldades não percebidas antes.

Porém, a essa Lisboa pós-almorávida de 1147 faltou algo perfeitamente fatal para pudesse ter outra hipótese de não cair nas mãos dos seus vizinhos do Norte - faltou-lhe a solidariedade de outras cidades do al-Andalus e o envio de contingentes dispostos a lutar. Mas, numa conjuntura de divisão, de um al-Andalus sem um símbolo de unidade interna, com a afundamento de uma dinastia norte-africana cujo governo se foi degradando e com a afirmação de um projecto novo em termos políticos, militares e religiosos - os almóadas - os dirigentes do al-Andalus tantavam evitar envolver-se em conflitos e preferiam esperar para ver. A resposta dada pelo senhor de Évora é uma prova da atomização dos poderes no al-Andalus e uma prova de que cada território só podia depositar esperanças em si mesmo e esperar que a vontade divina lhe fosse favorável.

(e) O Ġarb a sul do Tejo após a morte de Ibn Qasī

A morte de Ibn Qasī em 1151 trouxe consigo relocalizações de carácter político e militar no Ġarb al-Andalus. Ibn al-Mundir teria ficado a assegurar o poder em Silves, mas esta cidade é tomada, algum tempo depois, por Ibn Wazir que a controla em 1156²⁹⁵⁶; Ibn al-Mundir segue, então, para Sevilha, onde é colocado ao serviço dos Almóadas, acabando por seguir para as margens do Bou Regreg, mais concretamente para a cidade de Salé. Entretanto, Ibn Wazir controla também Mértola, em 1157²⁹⁵⁷. Também já em 1155 Ibn Wazir se dirigira ao Norte de África - neste caso, a Marraquexe - solicitando ajuda militar para poder controlar os territórios do Ġarb - atacados por cristãos -

2954. al-Idrisī, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Reinhart P. A. DOZY e Michaël J. de GOEJE (Eds), Amsterdão, Oriental Press, 1969, p. 184.

2955. al-Himyarī, *La Péninsule...*, fl. 16, p. §13, trad. p. 22.

2956. J. Mattoso, *D. Afonso henriques*, p. 203.

2957. J. Mattoso, *D. Afonso henriques*, p. 203.

que directamente governa²⁹⁵⁸ - mas numa situação de obediência em relação ao dirigente almóada, ‘Abd al-Mu’min ibn ‘Alì (1094 - 1163) (عبد المؤمن بن علي), o primeiro califa almóada, antigo braço direito e sucessor no movimento de Ibn Tūmart.

De que avanços cristãos se queixaria Ibn Wazir? A chave pode estar na *Crónica dos Godos / Annales D. Alfonsi* quando se refere que o castelo de Alcácer fora tomado - segundo este testemunho em 1158 (Era de 1196) “no dia de S. João Baptista”, adiantando que já “anteriormente lhe pusera cerco por duas vezes ajudado por grande número de navios que vieram das partes do Norte”. Porém, como J. Mattoso mostra, a conquista definitiva de Alcácer - porto por excelência de Yābura, Baṭāliyawas e Mārida²⁹⁵⁹ - por Afonso Henriques coloca problemas; contradiz o que, de facto diz Ibn al-Abbār, que coloca essa conquista em 1160. Porém, as investigações de Abdallah Khawli mostram que - como J. Mattoso justamente lembra - ‘Alì al-Wahibi, líder de uma Tavira que na prática funcionava como república semi-independente (à semelhança do que acontecerá, mais tarde, com o caso melhor conhecido de Salé), embora aí reconhecesse nominalmente o poder dos almóadas. tal não é suficiente; a pressão a que deve ter sido sujeito leva este homem do mar - com ligações a Tavira e Alcácer mas de uma orinda de Lisboa²⁹⁶⁰ - a optar por aceitar governar al-Qaṣr. Aqui teria feito um pacto com Afonso henriques e terá a mesma sina que Ibn Qasī - será morto por pactuar com Ibn Arrik e a cidade cairá nas mãos de Afonso Henriques - segundo a *Crónica dos Godos* sem ajuda dos cruzados -, pelas armas, em 1160²⁹⁶¹.

Na fase de início de intervenção almóada do al-Andalus, antes ainda de uma afirmação incontestada no todo andalusī, os almóadas tomam duas decisões em relação ao Ġarb que, se a curto prazo

2958. Cf. Adel Sidarus, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de Afonso Henriques”, *Actas do Congresso - 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997, vol.2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, (pp.247-268), p. 257.

2959. Sobre Alcácer como porto destas cidades *andalusijs* vejam-se os muitos trabalhos de Ch. Picard: *L’Océan Atlantique...*, pp. 214-289, 461-474, *passim*; idem, *Le Portugal Musulman*, pp. 194-196, *passim*; idem, “L’évolution des localités de l’Algarve du XIe au XIIIe siècle”, *Cahiers d’histoire*, 37/1, pp. 3-21; PICARD, Christophe, “La « piraterie » musulmane sur l’océan Atlantique”, *Qurtuba*, 3, 1998, p. 159; ; idem, “Les arsenaux musulmans de la Méditerranée et de l’océan Atlantique (VIIe-XVe siècle)”, in *Chemins d’outre-mer. Études d’histoire sur la Méditerranée médiévale offertes à Michel Balard*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2004, (pp. 691-710), p. 695, 703; PICARD, Christophe, I.C. Ferreira Fernandes, « La défense côtière au Portugal à l’époque musulmane : l’exemple de la presqu’île de Setúbal », *Archéologie Islamique*, 8-9, 1999, p. 67-94. Vejam-se ainda dados de carácter arqueológico em Carvalho, A. Rafael, Faria, J., e Ferreira, Marisol A., *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Ġarb Al-Andalus (Séculos VIII-XIII)*, Alcácer do Sal, C.M.A. do Sal, 2004 e CARVALHO, António Rafael Carvalho, Joao Carlos Faria, Antonio Manuel Cavaleiro Paixão, “Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli”, *Arqueologia medieval*, n. 7, Campo Arq. de Mértola / Afrontamento, Porto, 2001, pp. 197-209.

2960. Trata-se de um verdadeiro líder de marinheiros e marítimos de alguns dos portos mais importantes *andalusijs* do Atlântico - cf. Abdallah Khawli, “Le Ġarb al-Andalus à l’époque des Secondes Taifas (539-552 / 1144-1157)”, In *Arqueologia Medieval*, vol. 7, Afontamento / CAM, 2001, pp. 23-35, p. 30.

2961. Será que a informação da tomada de Alcácer por Afonso Henriques em 1158 - dada pela *Crónica dos Godos* - corresponde mais a uma “tomada de posse” de uma cidade que se coloca sob a protecção do rei dos portugueses, sem o uso de armas? Será que a reacção anti-afonsina em al-Qaṣr permitiu que a cidade aguentasse mais dois anos (até 1160) sem ter sido conquistada pelas armas?

podem ter parecido positivas, acabarão por dar resultados pouco concretos, senão mesmo negativos.

Por um lado, depois do pedido de Ibn Wazir para um intervenção no al-Andalus - Ibn Wazir que claramente se mostra como um substituto mais fiável de Ibn Qasī, sem aspirações a nível de condução “espiritual” da comunidade - os almóadas entram com um exército que, de Sevilha, se dirige a Badajoz - onde recebe reforços e, certamente, guias - avançando para Norte, até Qanṭara al-ṣayf - Alcántara - passa a ponte sobre o Tejo, deve ter passado a ponte seguinte - também ela de origem romana - sobre O Erges / Eljas - dentro no território de *Antaniyya* (antiga Egítania) que nem sequer é referido - certamente pelo estado de abandono e decadência a que tinha chegado - penetram no território que ficará conhecido como “Beira” e atacam a zona de Trancoso ²⁹⁶².

Este ataque a Trancoso, de que resultou destruição de campos, aprisionamento e morte de gentes, é valorizado no *Bayān*. Pode ter sido uma tática bastante inteligente, atacando a zona de Trancoso - local de onde possivelmente partiriam ataques contra as terras a norte de Badajoz - mas foi também inteligente na medida em que aliviava a pressão sobre territórios a sul do Tejo fazendo, indirectamente, crer a Afonso Henriques que o avanço para sul era secundário, dado que mesmo a norte do Mondego havia territórios vulneráveis. Porém, esta campanha foi inconsequente e ficou, unicamente, como uma vitória no *curriculum* das tropas almóadas, não tendo sido inserida esta campanha numa estratégia mais vasta.

Por outro lado, em 1156 a figura de Ibn Wazir, líder destacado no *Ġarb al-Andalus* depois do assassinato de Ibn Qasī, em 1151, apesar de se ter mostrado submisso em relação aos almóadas parece ter incomodado a nova dinastia norte-africana. Podia estar, eventualmente, pelas cunhagens de moeda que se conhecem e pela ostentação - materializada epigraficamente - que poderia estar a exibir, era capaz de estar a ir contra a modéstia que, em termos morais, os almóadas gostavam de propagar. Assim, em 1157, Ibn Wazir é afastado do *Ġarb* ²⁹⁶³ e são nomeados governadores, em sua substituição, um governador para a região - que será Ya‘qūb ibn Ḡanūn al-Khazraḡī - e os governadores para as cidades de Beja e de Silves, respectivamente, ‘Umar ibn Timsālīt e Maymūn ibn Ḥamdūn ²⁹⁶⁴, qualquer deles um *Hāfiẓ*, o que significa que a preferência parecia não ir para competências em termos militares ²⁹⁶⁵.

2962. cf. Ibn ‘Idārī, *Bayān IV - Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades* (trad. Huici Miranda, 1963, pp. 305-306; Huici Miranda, “Un Nuevos Fragmentos de «al-Bayan al-Mugrib»” in *Al-Andalus*, XXIV, 1959, (pp. 62-84), pp.- 67-72.

2963. Cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques....*, p. 202.

2964. Cf. Adel Sidarus, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de Afonso Henriques”, *Actas do Congresso - 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997, vol.2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, (pp.247-268), p. 258 - é o quadro; ver também Huici, *Al-Andalus*, XXIV, 1, p. 74 e 84** *Bayān Almóada* trad. 1953, , p. 11.

2965. Um *Hāfiẓ* (حافظ قرآن ou também حافظ) é alguém que tenha memorizado o Alcorão e que seja tido como um “guardião” do texto sagrado e e da mensagem divina; é, em muitos momentos, alguém muito venerado, mas sem capacidades militares específicas.

Naõ confundir com Al-Ḥāfiẓ, o décimo-primeiro califa fatímida, que governou no Cairo até 1149 (por isso, quase contemporâneo destes acontecimentos).

Os almóadas estão a apostar claramente numa “linha dura” (só que em termos de rigor religioso, dentro da ideologia almóada), colocando em postos de governação regionais indivíduos completamente fiéis e desconfiados de líderes regionais - não só de Ibn Qasī, já morto - mas também de um Ibn Wazir que se mostrava fiel mas que já tinha pactuado com Afonso henriques, com Ibn al-Mundir e também com o líder de Tavira que se tinha passado para Alcácer do Sal - gente ambígua, tal como ambíguo era também muitas vezes visto o mesmo Afonso henriques, na perspectiva de alguns cruzados, desgostosos da sua pouca agressividade em relação aos “mouros” de Lisboa e também de Alcácer.

Esta saída de Ibn Wazir do *Ġarb al-Andalus*²⁹⁶⁶ e a colocação na região de indivíduos completamente fiéis à dinastia e impregnados dos ideais religiosos específicos dos almóadas, mas sem qualquer conhecimento da região que iam administrar, pode ter conduzido e contribuído para uma degradação das relações com elites regionais.. O desconhecimento que estes governadores tinham da região pode ter aberto as portas à acção, poucos anos depois, de milícias concelhias e de Geraldo Sem Pavor²⁹⁶⁷.

Obras de Ibn Wazir em Évora. Conserva-se uma lápide, estudada, e que refere a existência de obras levadas a cabo em Évora, por Ibn Wazir, obras que não são especificadas na lápide conservada²⁹⁶⁸. Porém, não seria de admirar, dada a forma como Ibn Wazir acaba por colaborar com o impé-

2966. Sobre estas movimentações é necessário ver Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos — a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*, Lisboa dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.

2967. Artur Goulart de Melo Borges, “Duas inscrições árabes inéditas do Museu de Évora”, *A Cidade de Évora*, XLI-XLII, 1987, n. 67-68 (1984-85), pp. 21-32; A. Huici Miranda, “Un nuevo manuscrito de Al-Bayān al-MuĠrib”, *Al-Andalus*, vol. 24, Madrid - Granada, 1959, pp. 63-84.

2968. Uma síntese de divulgação, interessante e fundamentada, sobre esta questão pode encontrar-se em Jerónimo Páez López, *Itinerario cultural de Almorávides y Almohades*, El Legado Andalusi, pp. 232.233 e para a discussão sobre a existência em Évora de uma *qaṣaba* ou *qaṣr*.

Este Itinerário fala de uma *qaṣaba* (p. 233) mas, de facto, **os textos referem habitualmente um *qaṣr***; mesmo nas primeiras referências disponíveis sobre a Évora já portuguesa, as referências vão habitualmente de encontro à existência de uma estrutura mais palatina que iminentemente militar; essa tendência ou opção pode ter tido origem ainda em inícios do século X. Talvez não fosse bem acolhida uma estrutura militar - do tipo *qaṣaba* - na Évora de 914 - acabada de entregar por Ġilliqī a um seu aliado - al-Surunbāqī - quando essas mesmas deveriam ser tomadas como estruturas ignominiosas, normalmente construídas pelo poder central de Córdoba para dominar as cidades, nelas introduzindo e aquartelando contingentes de ocupação. Aliás, se al-Surunbāqī tivesse edificado uma *qaṣaba* essa atitude não poderia ter sido interpretada como ofensiva em relação aos seus aliados de Badajoz?

Pelo contrário, a edificação de uma estrutura mais residencial - o que não implica descuidar as muralhas da cidade - coadunava-se com a relevância da família dos al-Surunbāqī e não implicava um acto de arquitectura hostil frente aos Ġilliqīs, seus aliados.

Essas estruturas palatinas e a malha e tecido urbano em que se entregavam devem ter sido - algumas décadas (do período califal não há notícias sobre a construção de uma alcáçova em Évora como há para Beja) - depois aproveitadas pelos aytácidas de Badajoz que fizeram desta cidade a sua segunda urbe - cf. Ch. Picard, “La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman Ibn Yunus al-Jilliki (fin IXe siècle)” in *Revue des Études Islamiques*, XLIX, fasc. 2, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1981, pp. 215-229..

O que se passa na zona eventualmente palatina do *qaṣr* de Évora sob domínio almorávida não é conhecido, mas o estabelecimento de Ibn Wazir nesta cidade - que não está isento de obras de arquitectura de índole não conhecida com rigor - pode ter passado por razões de carácter económico, de apoio social mas também eventualmene pela reutilização de uma zona palatina (que necessitaria, certamente, de obras de adaptação a novas funções e de acordo com estéticas diferenciadas das que - eventualmente - teriam sido a opção de uma corte de uma dinastia muwallad

rio almóada anscente e a vontade de defender uma Évora que consegue controlar Badajoz mas que depois perda a cidade e a posição de Ibn Qasī a sul, com quem as relações não são sempre fáceis, que essas obras sejam de carácter defensivo ou “protector” da comunidade. A utilização da outra face de inscrição²⁹⁶⁹ datada da fase de “refundação” de Évora pelos Ġillliqī/s e por al-Surunbaqī levam a crer que tenha sido uma obra semelhante à inicial em função mas capaz de ofuscar e de inaugurar em Évora uma nova Era - função que essa lápide inicial tinha tido; estaria, muito provavelmente associada e uma estrutura palatina, na zona que parece ter estado sempre - desde a fundação romana - reservada ao poder e onde poderia ter existido uma ou várias edificações de prestígio e sede de poder - *Qaṣr* ou/e a *dār al-Imāra* - que tenha sido então edificada ou melhorada, procurando muito provavelmente ultrapassar em prestígio o *palácio das varandas* do antigo aliado Ibn Qasī, por este ocupado em Silves. Todo o arco urbano intramuros que vai do Actual palácio do Conde Basto, passando pela zona conhecida como **Pátio de S. Miguel - onde se encontra uma torre muito modificada**²⁹⁷⁰ mas com silharia antiga aproveitada, e evolui em direcção à zona onde se encontra o Convento (hoje Pousada) dos Lóios e ao paço da Casa de Cadaval (onde se encontram estruturas torreadas muito modificadas - uma delas com **capitéis do período árabe**²⁹⁷¹ - em “favo de abelha”- reutilizadas numa das torres²⁹⁷² - corresponde à área que, depois da integração de Évora na coroa portuguesa corresponde, *grosso modo*, à zona do “alcaçer velho” - este mais perto do palácio dos condes de Basto e da rua da Freiria - e do “alcaçer novo” que estaria sensivelmente contíguo, mas na mesma zona da cidade²⁹⁷³, zona de cota elevada, protegida pela velha e sólida muralha²⁹⁷⁴ e de comunicação visual fácil com os caminhos que se dirigem para Badajoz²⁹⁷⁵.

(como foi a de al-Surunbaqī).

Estes parágrafos necessitam, obviamente, de comprovação arqueológica. ver *Monumentos* - Hermínia Vilar e Hermenegildo Fernandes.

2969. Artur Goulart de Melo Borges, “Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora”, *A Cidade de Évora*, n. 67-68 (1984-85), pp. 21-32; veja-se também idem, Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, (Cláudio Torres, Santiago Macías eds.), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 222 (Catálogo, n.º 272).
2970. Actualmente transformada em observatória metereológico.
2971. Formalmente parecem muito semelhantes a capitéis existentes no Museu Nacional de Arqueologia e que David Lopes deu a conhecer - “O domínio Árabe”, *História de Portugal* (ed. de Barcelos) p. 515, inferior direito.
2972. Sobre estes capitéis veja-se C. Torres e Santiago Macia, *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, 1998, Fundação Círculo de Leitores, p. 125, figs. 87-88. Desconhece-se a proveniência exacta destes capitéis, mas tem-se posto a hipótese de terem pertencido a uma estrutura com forte peso e importancia oficial - uma mesquita ou palácio, do período califal ou algo posterior, dado o que se conhece acerca do aproveitamento de estruturas de épocas precedentes.
2973. Sobre a fase inicial da Évora na coroa portuguesa veja-se Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG-JNICT, 1995, pp. 44-45.
2974. Sobre as muralhas de Évora vejam-se Miguel Pedroso de Lima, *O Recinto Amuralhado de Évora*, Évora, Ed. Estar, 1996; Carmen Balesteros, Jorge de Oliveira e Élia Marques, “As muralhas de Évora: aspectos problemáticos do seu sistema defensivo”, *A Cidade de Évora*, II Série, vol. 2, 1996-97, pp. 67-72.
2975. Destacando-se no horizonte a silhueta de Évora-Monte onde pode ter existido uma atalaia ou ponto de vigia, hoje completamente alterado ou destruído por obras também, elas de carácter miliatr, mas tardias; Évora-Monte é o *interface* necessário para visualizar a área de Estremoz e, daí, o caminho mais fácil para Elvas e

Em relação à muralha de Évora, porém, há que fazer uma outra reflexão; não há traços de uma renovação técnica ou de inovações no campo da poliorcética. A muralha parece ter servido, com pouca inovações, durante todo o período islâmico e parece não ter havido uma nova cerca, apesar de hoje ser já muito claro que havia arrabaldes no exterior dessa muralha nos séculos XI e XII; as escavações arqueológicas que se têm realizado na área em redor do actual Teatro Garcia de Resende e mesmo escavações recentes (inícios de 2009) na rua Serpa Pinto revelam o aparecimento constante de materiais de época islâmica posteriores ao século X²⁹⁷⁶.

No entanto, se esses traços de renovação não existem, isso não significa que não tenham existido. Há uma situação que parece anómala; trata-se do arco de Santa Isabel, descoberto e preservado em parte aquando da arealização de obras que, em última instância, condiziram à construção da actual estação de Correios de Évora; trata-se de uma entrada recta, que deveria ter sido concebida originalmente com uma torre de cada um dos lados²⁹⁷⁷. Porém, apesar de esta porta estar equipada com ranhura para grelha - sistema de defesa de porta que se sabe existir já em Roma, a entrada é muito ampla e recta. Não seria impossível que tivesse existido um sistema de cotovelo, implantado em frente da porta já em época islâmica, e que tivesse sido destruído ou incorporado no edifício que aí se construiu, em época posterior²⁹⁷⁸ (fig. 146-149).

Esta lápide é um claro sinal dos tempos; pretende dar destaque à acção governativa de Sidray Ibn Wazir, no momento em que se tinha tornado **independente no eixo Évora - Beja** e depois também em Badajoz, emulando de alguma forma a desaparecida formação política iniciada por Sabūr e mantida pelos aftácidas, até estes terem sido eliminados, precisamente, pelos almorávidas. Ibn Wazir deveria, muito provavelmente, querer apresentar-se como digno sucessor dessa dinastia de Badajoz que tradicionalmente fizera de Évora a sua segunda cidade. Mas, muito provavelmente, desejaria ir mais longe, e tinha argumentos para isso na medida em que dominava igualmente a cidade de Beja onde, a avaliar pela ausência de lápides - até ao momento - não parece ter dado tanta atenção.

Ibn Wazir não deixou de ter, igualmente, moedas mandadas por si cunhar e que revelam o seu programa político²⁹⁷⁹.

Badajoz.

2976. Escavações realizadas na Praça Joaquim António de Aguiar, em Évora, revelaram uma grande dispersão de vestígios arqueológicos, tendo sido descobertas “ossadas em redor da antiga Igreja de São Domingos” e “dois novos silos [além de outros identificados antes frente ao Teatro Garcia de Resende com material de época islâmica] donde foi possível recolher material cerâmico do século XI” - cf. http://www2.ipa.min-cultura.pt/pls/dipabuild_ficha?xcode=150718&type=T&pagetitle=Trabalhos

2977. Uma das torres está parcialmente assinalada, no lado esquerdo da entrada, com obra recente que indica, aparentemente, o local da antiga torre.

2978. Esta é uma hipótese que só a Arqueologia poderá comprovar. De qualquer das formas, fazia sentido que esta porta tivesse tido, até pelo menos à construção da cerca Nova um sistema de cotovelo ou uma barbacã que impedisse uma entrada fácil e frontal, numa porta tão ampla e, dessa forma, não “oferecida” a qualquer inimigo.

2979. Vejam-se M. Telles Antunes, Adel Sidarus, “Fracção de dinar de ibn wazir de Évora invocando o emir almorávida Ishaq ibn'Ali : significado histórico e político” in *Nummus*, 2a Sér., 14-15, Porto, 1992, pp. 41-48.

Veja-se ainda M. Telles Antunes, Adel Sidarus, “Novo exemplar de quarto de dinar de Ibn Wazir invocando o emir

Será a *Sidray Ibn Wazīr* que os *lišbuniyy* tentarão recorrer, para que os ajudem contra Afonso Henriques e os cruzados que atacaram a cidade de Lisboa em 1147²⁹⁸⁰ „, mas numa fase em que este não pode, em termos estratégicos, abrir uma nova frente de hostilidades.

Neste período da chamada Segundas Taifas ou Taifas pós-Almorávidas afirmam também poderes em outros locais que se irão afirmar alguns deles durante muito pouco tempo - como foi o caso de Labīd ibn ‘Abd Allāh, em Santarém, a partir de 1144 (a cidade será tomada, de forma algo inesperada, por Afonso Henriques em 1147), mas também ‘Umar ibn Abī Tūṭ numa pequena cidade que começará surgir cada vez mais citada a partir do século XII - Tavira -, além de Muḥammad ibn ‘Alī ibn al-Ḥaġġām em Badajoz (que retira a Ibn Wazir que chegara a conquistá-la), e ainda o já citado Yūsuf al-Biṭruġī em Niebla²⁹⁸¹.

É na sequência da “decadência” do regime almorávida e da fragilidade dos “reinos” ou pequenos Estados das Segundas Taifas que surgem iniciativas dos reinos cristãos que vão fazer recuar a Fronteira do Ġarb; no caso dos territórios imediatamente a sul de uma Coimbra sobre a qual já se não exerce pressão vai assistir às acções militares sobre as cidades de Šantarīn e de Lišbuna. Porém, como é bem sabido, há uma concomitância de desaires contra o al-Andalus que se estende a outras longitudes peninsulares; **no mesmo ano de 1147** é tomada Calatrava, em território manchego, por Afonso VII de Leão e Castela , mas os avanços dos cristãos não se ficaram por aí - esse é igualmente o ano da conquista da cidade de Almeria²⁹⁸², conquista que é mais um exemplo de “internacionalização do conflito” em solo ibérico, na medida em que o lado do mesmo Afonso VII surgem genoveses que participam no assédio organizado entre Agosto e Outubro desse mesmo ano²⁹⁸³ e de que resultou uma vitória - de curta duração, dado que a cidade será recuperada pelos muçulmanos em 1157 - que ficará plasmada no célebre *Poema de Almeria*²⁹⁸⁴.

É clara a função da muralha como *interface* para a negociação. No século XII torna-se patente uma outra vertente da muralha que sempre existiu - a muralha como cintura vedante de um espaço que se quer tomar mas onde também se pode negociar. Exemplos não faltam para o século XII: nego-

almorávida Ishaq ibn ‘Alī”, *O Arqueólogo Português*

2980. Em muitos outros autores veja-se A. Borges Coelho, *TÓPICOS PARA A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO E DAS IDEIAS NO GHARB AL-ĀNDALUS*, Instituto Camões, Coleção Lazúli, 1999, p. 57

2981. Sobre estes dirigentes deste período de Taifas pos-Almorávidas veja-se M. Jesús Viguera, *Los Reinos de Taifas y la Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre Ed., 1992, pp. 190-191.

2982. Sobre a riqueza de informação arqueológica proveniente, nos últimos anos, desta cidade veja-se CARRIÃO BARRIONUEVO Lorenzo ; MORALES SANCHEZ Rosa, “El urbanismo de la Almeria islamica : Nuevos datos desde la arqueologia”, *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos en Madrid*, vol. 32, Madrid, 2000, pp. 29-98.

2983. Jonathan P. Phillips, *The Crusades, 1095-1197*, Pearson Education, 2002, p. 70.

Sobre a simultaneidade cronológica da tomada de Almería e das de Santarém e de Lisboa veja-se Marcel Paiva do Monte, “Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147” in *Medievalista* [Em linha]. N.º 5, (Dezembro 2008), (Direc. José Mattoso), Lisboa, IEM, disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

2984. Se estes aspectos veja-se Glenn Edward Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, cap. IV, pp. 47-51, disponível em THE LIBRARY OF IBERIAN RESOURCES ONLINE. - <http://libro.uca.edu>

ceia-se junto às muralhas de Lisboa, em 1147 e antes de Alcácer ter sido tomada em 1160 também parece ter havido negociações. Mas essas negociações dão-se igualmente quando os dois oponentes são muçulmanos de obediências diferentes: entre o *rā'is* de Tavira e o comandante das forças almóadas (Ibn 'Aṭīyya), entre o senhor de Mértola - Tašfīn al-Lamtūnī - e as forças almóadas, em 552 H / 1157²⁹⁸⁵.

(f) Conclusão

A fase entre o domínio das dinastias Almorávida e Almóada é uma fase complexa. O *Ġarb al-Andalus* é um dos berços de movimentos anti-malikitaas e anti-Almorávidas. Ibn Qasī protagoniza um desses movimentos, de base *ṣūfī*, mas o seu movimento e a sua governação terão curta duração. Marca, no entanto, o início da fase de contactos com uma nova dinastia proveniente do Norte de África - os “unitários” ou *al-Muwahhidūn*, os almóadas. Mas é também sinal da incapacidade de um movimento de iniciativa local, com poucos homens e uma máquina militar frágil poderem ter sucesso.

E, enquanto o movimento Almóada não conseguir afirmar-se completamente no al-Andalus, o rei de Portugal consegue, de forma completamente diferente, proceder a duas conquistas fundamentais para o futuro do reino e fragilizadoras do al-Andalus: as conquistas de Santarém e de Lisboa. Duas cidades que, conquistadas no mesmo ano, reagiram de forma diferente. O vazio deixado pelos almorávidas não foi preenchido capazmente em Santarém, uma cidade de Fronteira, fundamental face a Coimbra - apoiada por Soure, Penela, Leiria e outras fortificações - onde a defesa é incipiente em 1147. A saída das tropas almorávidas deixou a cidade *sem Norte* e com uma defesa para a qual as obras de poliorcética recente nas suas muralhas não são suficientes. De facto, as obras nas muralhas de Santarém não conseguirão deter um pequeno grupo coeso de cavaleiros, nobres e rei, apoiados por clérigos. As muralhas não são suficientes para deter movimentos audazes e de surpresa. No caso de Lisboa, cidade que adivinha o seu destino após a queda de Santarém, a defesa é muito mais activa. A resistência é longa e a maquinaria de guerra aparece de forma activa; a complexidade, boa conservação e sofisticação das suas muralhas foram fundamentais para que tivesse resistido tantos meses. A *Lišbuna* desse Verão de 1147 (542 H) era, de facto, uma cidade preparada para um assédio longo mas, nos momentos mais agudos, não receberá apoio de outras cidades do *Ġarb* - por terra e por mar não lhe chega o apoio necessário e as fortificações que a apoiam em redor acabarão por se entregar depois da sua queda - a queda das grandes cidades arrasta para o mesmo destino as fortificações menores..

A entrada dos Almóadas não se fará sem apoios: os Banū Wazir, estreitamente ligados a Évora, estarão ao lado da nova dinastia. Mais a sul, em redor de Tavira, afirmam-se poderes específicos na região. O *Ġarb al-Andalus* quase já só existe a sul da linha do Tejo e a governança dos almóadas não se adivinha fácil.

2985. Cf. Huici Miranda, “Un nuevo manuscrito...”, *Al-Andalus*, XXIV-1, p. 75.

8. - ALMÓADAS - a afirmação de uma dinastia

Sabe-se que as ideias do fundador e criador do movimento almóada, Ibn Tūmart, começaram a ser divulgadas pouco depois do seu regresso de uma viagem ao Oriente; e esse conjunto de ideias atacava o Estado almorávida²⁹⁸⁶. Os almoadas conseguem, gradualmente, tomar pontos chave aos almorávidas no Norte de África e em Março de 1147 tomam a capital de fundação almorávida - a cidade de Marraquexe (fig. 150). Mas antes deste ano fundamental - ano da tomada de Calatrava, Almería e Baeza, mas também de Lisboa e de Santarém - já os almoadas tinham contactos no al-Andalus e, concretamente, no Ġarb também.

Como se irá ver os Banū Wazīr, estreitamente ligados a Évora e ao que será o “Alentejo” mantiveram contactos com esta dinastia e saberão, com muto tacto e diplomacia, capitalizar influência e poder na região. Mas, é mais uma dinastia africana, de origem magrebina. Em termos estratégicos será uma continuação da dinastia almorávida? Manter-se-ão as mesmas tácticas, as mesmas soluções poliorcéticas e do mesmos desígnios militares? De que forma a nova organização almóada, de que forma a sua doutrina se plasma no terreno e de que forma encara a região do Ġarb al-Andalus e as perdas territoriais que se deram?

Por outro lado, esta dinastia estará implantada no al-Andalus até cerca de meados da centúria seguinte; é muito tempo. De que forma evoluirá o seu pensamento táctico e de que forma responderá aos acontecimentos que lhe surjam pela frente?

Tendo como base principal da sua doutrina a “unicidade divina”, as crenças que os diferenciavam do malikismo estão hoje melhores conhecidos, conhecendo-se as suas obras propagandísticas e tendo-se estudado essas suas especificidades doutrinárias²⁹⁸⁷, que em alguns casos passam por recuperar princípios caros a algum tipo de xiismo – como é o caso da importância do conceito e da figura do *mahdī*; lembre-se que o xiismo teve representantes vários durante alguns séculos no Norte de África, como é o caso das dinastias idrissida e fatímida) e a importância dada ao Imāmato – com um *Imām* impecável, mas com uma sequência diferente da habitualmente seguida pelo xiismo; além disso, seguindo nesse aspecto o que já tinha sido defendido por Ibn Ḥazm, contrariavam a doutrina do *taqlīd*, ou seja, da obediência cega à autoridade, além de conceitos próprios dos *mu‘tazilītas*²⁹⁸⁸.

2986. cf. *E. I.2*, s. v. “al-Muwaḥḥidūn” (p. 801, ed. eng. - M. Shatzmiller).

2987. cf. M. Asín palacios, “Orígen y carácter de la revolución almohade”, *Obras Escogidas*, Tomo II-III, Madrid, 1948, pp. 3-12; *E. I.2*, s. v. “al-Muwaḥḥidūn” (M. Shatzmiller).

É de grande utilidade ter em consideração as páginas que dedica a este tema Hugh Kennedy, *Os muçulmanos na Península Ibérica*, pp. 223-227.

2988. cf. M. Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones mágébicas*, pp. 207-209; Anwar C. Chejne, *Historia de España Musulmana*, Madrid, Cátedra, 1974, p. 77.

Para perceber as capacidades e incapacidades que os almóadas irão revelar é necessário revelar a sua estrutura de poder. Os almóadas possuíam uma organização interna rígida e de tipo piramidal, no topo encontrava-se a *Ġamā'a*, a “Assembleia”, da qual fazia parte o dirigente máximo e 10 - “os Dez” – (ou, por vezes, 12) elementos que constituíam este “conselho” superior directivo; abaixo deste conselho estavam os “cinquenta”, conselho hierarquicamente inferior e no qual entravam membros destacados das tribos norte-africanas do núcleo original dos almóadas; na escala hierárquica encontravam-se imediatamente abaixo gentes das tribos do núcleo almóada – com a tribo Harga (zona de Sūs) á cabeça -, abaixo dos quais se encontravam, então, os servidores do aparelho militar e da governação – o *Makhzān* - e abaixo dos quais se encontravam outros servidores do aparelho do Estado almóada²⁹⁸⁹. Esta estrutura a que o mahdī Ibn Tūmart deu vida foi continuada por ‘Abd al-Mu’min, o seu fiel seguidor (e originário da zona em redor de Tlemcen) e que lhe sucedeu a pós a morte²⁹⁹⁰ assumindo, ao que parece o título califal (o que rompe claramente com a política almorávida de reconhecimento do califado abbássida de Bagdade, este já sob “protecção” dos turcos seljúcidas), embora normalmente use o título de amīr al-Mu’minīn.

A morte e derrota de Tāšufīn, em Orão, em 1145, abriu caminho ao fim do Estado almorávida, com a tomada de Fez e a conquista de uma Marraquexe que ainda resistiu ao cerco durante cerca de 9 meses (entre Junho de 1146 e março de 1147) – os almóadas dão mostras de conseguir fazer “guerra de cerco”. Se no norte do Estreito, a actividade do general almorávida Yaḥyá ibn Ġāniya retardou o passo sobre o *al-andalus*, a partir de meados de Junho as comunicações entre ambos os territórios ficam nas mãos dos almóadas.

(a) Primeiros exércitos almóadas no al-Andalus

A ida de Ibn Qasī ao Norte de África, em meados de 1145, depois das desventuras que teve no Ġarb, são o rastilho para a entrada de vários exércitos ao serviços da dinastia nascente, exércitos que entram ainda antes da tomada de Marraquexe – o primeiro dos quais é comandado por Barrāz ibn Mu’hammad al-Masūfī (sucederam-se contingentes comandados por Mūsā ibn Sa’īd e ‘Umar ibn ‘Sāliḥ al-‘Sinhāġī).

O Ġarb al-Andalus foi a primeira região a conhecer os novos exércitos; Barrāz entra em Jerez (de la Frontera) - (fig. 253-7), progredindo para Niebla (evitando, inicialmente, desgastar-se em Sevilla) e toma Mértola; daqui segue para Silves – que entrega a Ibn Qasī – avança sobre Beja (passando provavelmente, nesse percurso, por *Maršīq*) e controla Badajoz, arrastando consigo sucessivas submissões ao poder almóada. Os problemas do almóadas no Norte de África com a sublevação messiânica de al-Massi, favorecem progressões militares de Afonso VII, atacando Ibn Ġāniya em Córdova – sabendo que era um general almorávida já sem apoios institucionais e políticos no Norte de África. Este porém, negociou com os almóadas, retira-se para Granada e mesmo

2989. M. Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones mabébies* , pp. 209-210.

2990. Al-Bayḏāq, *Ta’rikh...*, p. 85.

uma segunda investida do rei de Leão e Castela não teve sucesso diante das muralhas de uma Córdova em cuja defesa participam, entre outras, tropas “ocidentais” de Niebla²⁹⁹¹ (fig. 258-59).

Em 545 h / 1150 têm lugar as deslocações ao Norte de África das delegações que deveriam reconhecer a supremacia almóada; vão, como se sabe, Sīdrāy ou Sīdrātī ibn Wazīr (então à cabeça de Évora e Beja), al-Ḥaġġām, senhor de Badajoz, Āmil ibn Muḥīb que controlava Tavira²⁹⁹², al-Bitruġi de Niebla²⁹⁹³ e - o único que não provem verdadeiramente do Ġarb - Ibn ‘Azzūn de Jerez e Ronda; mas, como se sabe, ibn Qasī falta à chamada e não se dirige a terras norte-africanas²⁹⁹⁴.

Os contactos e as submissões do *Ġarb al-Andalus* foram, numa primeira fase, fundamentais para a expansão dos almóadas pela península Ibérica. Porém, a tomada de territórios começa por zonas mais próximas do Norte de África: Málaga cai em poder dos almóadas em 1153 e Granada um ou dois anos depois²⁹⁹⁵. A tomada de posse do *Ġarb* começará de seguida.

‘Abd al-Mu’min nunca deixou de dar a conhecer, no al-Andalus, as vitórias que ia tendo no Magrebe, mas a sua presença, em termos físico no al-Andalus foi esporádica, se se retirar a sua entrada em Gibraltar, em 1160, onde recebeu as homenagens dos seus “súbditos” *andalusijs*, os panegíricos dos poetas do al-Andalus que não faltaram à chamada e onde acompanhou as obras de edificação da cidade propriamente dita de Gibraltar²⁹⁹⁶, cidade que os almóadas quiseram tornar numa base permanente de apoio ao seu domínio no al-Andalus. Alguns anos antes da sua vinda a Gibraltar, ‘Abd al-Mu’min tinha colocado o seu filho Abū Ya‘qub Yūsuf como governador na cidade de Sevilha, embora na década de cinquenta do século XII o domínio almóada sobre o al-Andalus esteja longe de ser alcançado – Ibn Mardaniš (o “rei Lobo”) e o seu sogro Ibn Hamušġ mantiveram-se independentes na década de 50 e em 1159 controvam Jaén (onde o governador almóada se lhes rendeu) e em 1158 e 1159 tomaram, respectivamente, Écija e Carmona, importantes cidades da bacia hidrográfica do Guadalquivir. Sem querer estar a debitar datas de conquistas sucessivas, é tão-somente importante referir que durante a década de 50 do século XII os almóadas tinham no Ġarb co-

2991. Cf. Viguera, *Los Reinos taifas...*, p. 219.

2992. Al-Baydaq refere não este Āmil ibn Muḥīb mas sim ‘Umar ibn Abī ‘Tū’t Walġū’t – como senhor de Tavira: Al-baydaq, *ta’rikkh*, pp. 125-126, *apud* Viguera, *Los Reinos taifas...*, p. 220; mas acrescenta que foi executado por um dos *sayyids*, razão por que – eventualmente – outras fontes citam um outro *tavirense*.

2993. Sobre estes acontecimentos vejam-se os trabalhos de Alejandro García Sanjuán; cf. “Huelva Almohade en las fuentes escritas” in Magdalena VALOR PIECHOTTA, José Luis VILLAR IGLESIAS e José RAMÍREZ DEL RÍO (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 35-55), pp. 37-39.

2994. - Viguera, *Los Reinos taifas...*, p. 220.

2995. –Cf. Viguera, *Los Reinos taifas...*, pp. 220-221.

2996. Sobre obras almóadas em Gibraltar veja-se, sobretudo para aspectos construtivos e com referências a descobertas muito recentes em termos de vestígios destas muralhas, A. Torremocha Silva e Angel J. Sáez Rodríguez, “Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 169-268 (obra que muito agradeço a Antonio Torremocha, oferecida aquando do congresso sobre Castelos realizado em Palmela, em 2000); ver ainda Antonio Torremocha Silva, “Las fortificaciones almohades en la provincia de Cádiz”, *Los Almohades, su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el sur de al-Andalus*, Sevilla, Univ. de Sevilla e Junta de Andalucía, 2004, (pp. 103-122), pp. 106-109.- (fig. 276)

locados alguns homens de confiança e defrontavam problemas militares graves nas vizinhanças de Córdoba e não longe de Sevilha, cidade esta que tiunham escolhido como “capital”.

O atravessamento do Estreito de Gibraltar, em 1160, feito por ‘Abd al-Mu’min não tinha como objectivo acompanhar unicamente a edificação de Gibraltar, mas também, ajudar o seu filho - Abū Ya‘qub Yūsuf, na difícil tarefa de governador²⁹⁹⁷, a partir de Sevilha de um al-Andalus que só parcialmente controlavam. As dificuldades a Leste de Sevilha esplicam o descurar de atenção dos almóadas sobre o que se passava no Ġarb e ajudam a explicar as “aproximações” de Afonso Henriques com o “ra’is” de al-Qaṣr (proveniente de Tavira) em redor de 1158 e a tomada de Alcácer por Afonso Henriques precisamene em 1160²⁹⁹⁸ e as preocupações de Abū Ya‘qub Yūsuf, filho de ‘Abd al-Mu’min e governador em Sevilha desde 1155²⁹⁹⁹.

Gibraltar, apesar das dificuldades de estudar a cidade edificada de base pelos almóadas nesse local, deve ter sido o modelo do que serão obras posteriores em outros locais do al-Andalus; não só por se ter decidido construir uma cidade de raiz mas também por que se parecem cruzar em Gibraltar vontades (vontades que podem passar por projectos urbanísticos e arquitectónicos) de origem norte-africana com técnicos e executantes *andalusijs*, na medida em que são convocados “todos los obreros, entre albañiles, yeseros, carpinteros y alarifes de tos el país de al-Andalus que estaba bajo gobierno de de los Almohades, y les urgiera a acudir a Gibraltar”³⁰⁰⁰; outras zoans do al-Andalus ficarō para depois, mas Gibraltar deve ter sido um imenso *chantier* onde se vō cruzar saberes do Norte de África e do al-Andalus – a afinação dos procedimentos arquitectónicos e de obras ficarão, muito possivelmente, para obras posteriores, como as que terrão lugar no Ġarb e nos grandes projectos da Sevilla almóada.

No entanto, apesar de estar dada a nota da diferença doa almóadas em relação aos almorávidas – com um projecto arquitectónico de tipo “imperial” que começa no al-Andalus com a edificação de uma cidade-base nova, as grandes obras defensivas no al-Andalus vão ter de esperar alguns anos. Se essas obraas vão demorar, o envio de mais tropas fica assegurado a partir dessa entrada de ‘Abd al-Mu’min, em 1160: Abū ‘Haf’s (Abū ‘Haf’s ‘Umar Īntī) ficou no al-Andalus para defender Córdoba e Yūsuf ibn Sulaymān fixou-se no al-Andalus com homens a apetrechos de guerra para re-

2997. Sobre esta *visita* de dois meses veja-se Viguera, *Los Reinos taifas*, pp. 226-227.

2998. J. mattoso, *D. Afonso Henriques*, 205-206; tomada de Alcácer que teria, em 1160, sido conseguida após dois meses de cerco, sem os sitiados terem recebido apoio de outras cidades do al-Andalus.

2999. Abū Ya‘qub foi feito governador almóada em *Išbiliya* pelo seu pai e aí desempenhou essas funções entre 1155 e 1162 (ano em que o substitui) - cf. Mi Jesús Viguera, “La ciudad almohade de Sevilla”, *VIII Centenario de la Giralda (1198-1998)*, Córdoba, 1998; veja-se também Magdalena Valor Piechotta e M. Ángel Tabales, “Urbanismo y Arquitectura Almohades en Sevilla” in Patrice Cressier, María Isabel Fierro, Luis Molina (eds.), *Los almohades: problemas...*, p. 200, n. 34. (J. Mattoso quando se refere a este governador de Sevilha e - depois - califa, refere “Ibn S’aid”). Huici Miranda refere que Ya‘qub foi enviado como governador para Sevilha, pelo seu pai, no ano de 551 H (o que corresponde *grosso modo* a 1156) - cf. A. Huici Miranda, *Historia Política del Imperio Almohade*, TOMO I, pp. 176 e 182. Sobre os primeiros anos da Sevilha almóada veja-se María Jesús Viguera Molíns, “Al-Andalus y los Almohades” in Manuel González Jiménez (coorden.), *Sevilla 1248: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León*, (Sevilla, 1998), Sevilha, 2000 , pp. 21-32.

3000. Cf. M. Jesús Viguera, *Hechos Memorables de Abū l-‘Hasan, sultán de los Benimerines*, madrid, 1977, p. 435, nota 112, apud . M. Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas*, p. 226.

forçar Sevilha e fazer frente aos homens de Ibn Mardaniš em Carmona³⁰⁰¹, bem como doutrinação religiosa e moral segundo os princípios almóadas³⁰⁰² – uma vez mais os territórios a ocidente de Sevilha ficaram esquecidos e as preocupações só se virarão para aí depois de se resolverem os problemas com que Sevilha e os almóadas se defrontavam mais a Leste – o que deixa o caminho facilitado a Afonso Henriques e às iniciativas das cavalaria-vilãs e de Geraldo.

No início da década de sessenta os almóadas continuariam a ter problemas a Leste de Sevilha; apesar de terem conseguido tomar a cidade de Carmona a Ibrāhīm Ibn Hamušk, este consegue o apoio dos judeus da região de Garnada – eram muito fortes em Lucena e na própria cidade de Granada – e toma a Qaşaba vermelha (*al-ḤAMRĀ'*); as tropas almóadas enviadas para tentar recuperar Granada foram derrotadas, em 1162, e um dos filhos de 'Abd al-Mu'min teve dificuldade em escapar nesta primeira acometida contra Granada; o domínio almóada em inícios da década de sessenta tinha ainda “pés de barro”. Com todos os problemas militares centrados a nascente de Sevilha, na admira que as poucas forças almóadas ainda implantadas no interior do al-Andalus se centrassem nas dificuldades sentidas em redor de Granada, no ano de 1162.

Por essa razão, nesse mesmo ano de 1162, um novo contingente é envidado desde o Norte de África; trata-se de exército gigante de cerca de 20.000 homens – cavalaria e infantaria – que atravessou o Estreito e, com uma preparação estratégica prévia, consegue ocupar ponto mais elevados que a própria colina da Alhambra e derrotam as tropas *andalusi's* de Ibn Hamušk e Ibn Mardaniš. É de reter um aspecto que deve pesar em futuras intervenções militares almóadas – um exército pesado como este foi vitorioso; e este modelo repetir-se-á³⁰⁰³. Ibn Mardaniš será igualmente derrotado em 1165, em Múrcia, mas esse revês não o impedirá de se manter-se activamente anti-almóada até inícios da década de setenta, tendo até tido iniciativas relevantes a nível da construção militar³⁰⁰⁴.

3001. Cfr. *Mu'ğib*, p. 159 *apud* Viguera, *Los Reinos de Taifas y*, p. 227.

3002. M. J. Viguera, *Los Reinos...*, p. 227-229.

3003. cf. Viguera, *Los Reinos...*, p. 230-231; veja-se da mesma autora “Las reacciones de los andalusíes”, in P. Cressier e M. Fierro, L. Molina, *Los Almohades: problemas y perspectivas*, II, p. 710.

3004. – Sobre “Arquitectura Mardaniši” veja-se Julio Navarro Palazón, Pedro Jiménez Castillo “Arquitectura mardaniši”, in Rafael López Guzmán (Ed.), *La arquitectura del islam occidental*, Barcelona, Lunwerg, 1995, pp. 117-137.

(b) O Ġarb dos Ḥuffāz - a fase pós-Ibn Qasi e Ibn Wazir ³⁰⁰⁵

Como já foi referido, em 1157, Ibn Wazir é forçado a afastar-se do *Ġarb*³⁰⁰⁶ e, em sua são substituição, são nomeados governadores estreitamente ligados aos almóadas e sem quaisquer ligações ou conhecimentos prévios com a região. Trata-se de Ya‘qūb ibn Ġanūn al-Khazraġī, para o Ġarb e de ‘Umar ibn Timsālit colocado em Beja e de Maymūn ibn Ḥamdūn que vai para Silves³⁰⁰⁷. Estes dois últimos governadores de cidades amuralhadas são ḥuffāz³⁰⁰⁸ (no singular, dir-se-ia um Ḥāfiẓ), o que significa que deveriam ter uma predisposição maior para os assuntos da moral e para assegurar a implantação do caminho religioso defendido pelos almóadas; embora tivessem experiência militar, é de crer que não estivesse no campo da estratégia puramente militar o seu ponto forte.

Sabe-se que ‘Abd al-Mu’min colocava muita importância nos aspectos da prática religiosa. Em 551 H, ano da colocação do seu filho Yūsuf em Sevilla, vemos o califa a desenvolver esforços continuados “para corregir la perversión y el desvío de la ortodoxia y cómo ha convocado a todas las cabilas y las ha excitado a la lectura del Alcorán y al estudio del *tawḥīd*...”³⁰⁰⁹. Mais adiante o mesmo hirtoriador lembra que o próprio Rawḍ al-Qirtās refere que o califa ‘Abd al-Mu’min enviara “cartas

3005. Trata-se de حَفَاط (ḥuffāz), plural fracto de حافظ (ḥāfiẓ), guardião ou recitador do texto sagrado, do Alcorão, mas que na prática eram verdadeiros altos funcionários do regime; Émile Fricaud lembra, pela sua actualidade, que Roger le Tourneau lhes chamava “énarques”, ou seja, *ENArcas*, expressão que fazia sentido numa França em que as *Grandes écoles*, como a *École Nationale d'Administration* (ÉNA) formavam a *nata* da administração. Está aceite taambém o plural حَفَاطَة .

Hugh Kennedy, para além de reconhecer que “as práticas de designação dos Almóadas são extremamente confusas”, indica que “por regra (...) o título de *ḥāfiẓ* era normalmente conferido a comandantes militares ou civis; o título *ṭālib*, em contrapartida, era atribuído a figuras não militares de entre as classes religiosas” (Hugh Kennedy, *Os muçulmanos na Península Ibérica*, pp. 233-234); de facto, os *ḥāfiẓ/s* (ou melhor, *ḥuffāz*) tinham “delegação de competências” em termos militares mas, e para além de a titulação apelar para outras competências, outra coisa era ter verdadeira formação e vontade de conhecer o território e o inimigo, para poder combatê-lo eficazmente.

3006. Cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, p. 202.

3007. Cf. Huici Miranda, “Un Nuevo Fragmento de «al-Bayan al-Mugrib»” in *Al-Andalus*, XXIV, 1959, pp. 74 e 84; Ibn ‘Idārī, *Bayān Almóada* (trad.) 1953, p. 11.

3008. Cf. Adel Sidarus, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de Afonso Henriques”, *Actas do Congresso - 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997, vol.2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, (pp.247-268), p. 263- quadro; ver também Huici, *Al-Andalus*, XXIV, 1, p. 74 e 84, *Bayān Almóada* trad. 1953, , p. 11.

3009. A. Huici Miranda, *Historia Política del Imperio Almohade*, I, p. 176.

escritas a los t̄alibes³⁰¹⁰ del Andalus y del Magreb, ordenándoles proscibir lo reprobable y quemar los libros de jurisprudencia aplicada, y dedicarse al Alcorán y al Ḥadīṭ ”³⁰¹¹.

María Jesús Viguera mostra como era preocupação dominante do califa ‘Abd al-Mu’min formar religiosamente os jovens - com potencial de futuros dirigentes - não só do Magrebe como também do al-Andalus: “ en tiempos aún del primer califa ‘Abd al-Mu’min, que muere em 1163, se llevaron a Marrakech, para ser adoctrinados en el credo almohaade a cierto número de jóvenes, precisamente de Sevilla, además de otros de Córdoba, Fez y Tremecén...”³⁰¹², lembrando que é Ibn al-Qaṭṭān que refere a ida desses “jóvenes de corta edad de Sevilla, Córdoba, Fez y Tremecén a su Alta Corte para instruirles y hacerles memorizar el Corán y los hadices del Profeta”³⁰¹³ - tendo ido, segundo mesmo cronista 50 desses jovens: acenta Ibn al-Qaṭṭān que esses jovens aprendiam “los libros de la doctrina almohade (tawḥīd), y aprendérselos de memoria, y también los libros del *Muwattā’* del *imām* (...) y los libros de Muslim (...) durante seis meses...”³⁰¹⁴, o revela profundas preocupações de cariz doutrinário nesta conjuntura - preocupações que passam por questões em redor de inovações (*bid‘a* - algo que se tornará repreensível, e originará obras escritas) que se cometiam no campos das orações, e que passavam pelas invocações (*du‘ā’*)³⁰¹⁵, mas alguma desatenção em relação aos aspectos militares, se se exceptura a campanha rápida - que poderá ser excepção, nas medida em que lembra as *aceifas* do tempo de Almançor - contra a zona de Trancoso.

A preocupação com aspectos de doutrina e o afastamento de líderes regionais bons conhecedores das especificidades do *Ġarb al-Andalus* irá precipitar a perda de cidades que irão ser tomadas, muitas delas pela iniciativa de aventureiros e possíveis conhecedores da região, mais, eventualmente, que os próprios governantes.

Alcácer (fig. 154-159) que foi várias vezes atacada pelos portugueses e cruzados e tomada 1160 (com referências a uma tomada em 1158) é um dos primeiros grandes fracassos da política almóada no *Ġarb*, negligenciando os aspectos militares, privilegiando questões político-religiosas e revelan-

3010. Etimologicamente um *t̄alib* (conhece-se, habitualmente, o plural *t̄aliban*) é um estudante, geralmente de ciências religiosas; no caso do Império Almóadas eram uma espécie de corpo dos “companheiros” iniciais, de seguidores fiéis - ou comissários - do “regime” almóada - cf. *Itinerario Cultural de Almorávides y Almohades*, p. 388 e, sobretudo o trabalho de Émile Fricaud, “La place des talaba dans la société almohade mu’minide” in *Los Almohades, problemas y perspectivas...*, Tomo II, pp. 525-545, onde são descritos com “doctrinaires officiels du régime” (p. 525).

Para uma fase posterior, dentro do período de domínio almóada é de ver Émile Fricaud, “Les talaba dans la société almohade (le temps d’Averroès)”, *Al-Qanṭara*, XVIII -2, Madrid, 1997, pp. 331-387.

3011. *Rawḍ al-Qirṭās* (carta datada de 550 H, o que corresponde a 1155) *apud* Huici Miranda, *Historia Política del Imperio Almohade*, I, p. 177.

3012. M. J. Viguera, “Las reacciones de los Andalusíes...”, in *Los Almohades, problemas y perspectivas...*, Tomo II, pp. 718-719.

3013. Ibn al-Qaṭṭān, *Naẓm al-Ġumān* (ou Yumān), ed. de Makki, Tetuão, s/d (há edição posterior, de Rabat, 1968, e uma edição de Beirute, 1990), traduzido por M. J. Viguera, *op. cit.*, in *Los Almohades, problemas...*, Tomo II, pp. 718-719.

3014. Ibn al-Qaṭṭān, *Naẓm al-Ġumān* (ou Yumān), *apud* M. J. Viguera, *op. cit.*, in *Los Almohades, problemas...*, Tomo II, p. 719. Sobre este cronista veja-se A. Rodríguez Figueroa, s.v. IBN QATTAN, ABU MUHAMMAD, *Biblioteca de al-Andalus*, volume IV, § 960.

3015. Cf. V. Lagardère e mais recentemente M. J. Viguera, “Las reacciones de los Andalusíes...”, in *Los Almohades, problemas...*, Tomo II, pp. 721-723.

do falta de tacto político para enfrentar situações de rebeldia - como era o caso da república (...?) de Tavira cuja prática (heterodoxa, muito possivelmente) foi transeferida para al-Qaṣr e, depois de uum pacto com Afonso Henriques, acabou por ter a mesma sorte de Ibn Qasī una anos antes.

Ainda em relação ao fim da “**república**” de Tavira, dirigida por ‘Alī al-Wahibi (ou ‘Alī al-Wuhaybī) - uma verdadeira república de piratas que chegava a atacar as costas do Norte de África³⁰¹⁶ - só cai nas mãos dos almóadas depois de dois meses de cerco, mas não cai com uma vitória retumbante. De facto Ibn ‘Aṭīyya cercou Tavira nos meses de Muḥarram e Ṣafar de 552 H (meados de Fevereiro a Abril de 1157, segundo Huici Miranda) e o cerco só é levantado depois de o líder dos lobos do mar de Tavira ter formalmente reconhecido o califado almóada e de invocar o seu nome na *khutba* das orações das Sextas-feiras³⁰¹⁷; e o líder de Tavira acabará por ir para al-Qaṣr. De qualquer das formas, Tavira teria já nessa ocasião muralhas capazes de suportar um assédio sério de dois meses - o que não obasta que os almóadas, depois de se terem feito senhores da cidade as não tivessem reparado ou mesmo ampliado. Segundo outras fontes, Ibn Ṣāhib al-Ṣalā concretamente, o rebelde de Tavira chamava-se ‘Abd Allāh ibn ‘Ubbayd Allāh - foi atacado pelos almóadas que utilizaram como base de ataque o “castelo” de Cacela / *Castala*, de onde fustigaram este pirata que fazia sentir a sua acção mesmo nas costas do Norte de África, com um exército numeroso, desde 546 H (Abril de 1151 a Abril de 1152) “até finais de 563 H”³⁰¹⁸ (termina a 17 de Outubro de 1167). Tavira, e o território em seu redor, será governda por Zakariyā’ ibn Yaḥyà ibn Sinān - filho de um dos Cinquenta - a partir de 1167³⁰¹⁹.

Em 1157 cairá também Mértola, não já com Ibn Wazir no seu interior, mas com a cidade do Guadiana a ser controlada, no momento da entrada das tropas almóadas, por Taṣfīn al-Lamtūnī, que se rendeu se dar luta e depois de ter negociado ee recebido garantias vantajosas, aos 18 Ġumādā de 552 H / 28 de Junho de 1157³⁰²⁰. A persistência dessa política rígida almóada, posta em prática pelos seus agentes na regiões, favorecerá, por outro lado, a queda de Beja, dois anos depois.

3016. Cf. A. Huici Miranda, “Un nuevo manuscrito de «Al-Bayān al-Muġrib»”, *Al-Andalus*, XXIV - 1, Madrid - Granada, 1959, pp. 74-75.

3017. A. Huici Miraanda, “Un nuevo manuscrito de «Al-Bayān al-Muġrib»”, *Al-Andalus*, XXIV - 1, Madrid - Granada, 1959, p.75.

3018. Ibn Ṣāhib al-Ṣalā, *Al-Mann bī l-Imāma*, fl. 367-368, trad. p. 134. A incongruência dos nome se das datas já fora notada por Huici Miranda, (“Un nuevo manuscrito del Bayān...”, *Al-Andalus*, XXIV-1, p. 68), onde o autor faz notar que Ibn Khaldūn - que já dera conta do problema - refere os dois nomes, e que Ibn al-Khatīb o identifica como al-Wuhibī (A‘māl al-A‘lām, p. 285), além de que F. Codera o nomeia como Wasinī (Huici, *ibidem*, p. 68, n. 2.).

3019. Huici Miranda, *Historia política del Imperio Almohade*, tomo I, pp. 240, 280 e 284 **verificar**; cf. V. Lagardère, “Appropriation des terres, maîtrise des eaux et paysages agraires dans le district (iqlīm) de Silves (Xe-XIIIe siècles), in P. Cressier (ed.), *La maîtrise de l'eau en al-Andalus. Paysages, pratiques et techniques*, Madrid, Casa de Velázquez, 2006, p. 82.

3020. Cf. Huici Miranda, “Un nuevo manuscrito...”, *Al-Andalus*, XXIV-1, p. 75. Cf. J. Mattoso, Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 203.

(c) Perda de Beja em 1162

Esta atenção dos almóadas para Leste de Sevilla em 1162 favorecerá as iniciativas de alguns cavaleiros portugueses -

– não é de estranhar, pois, que as forças afectas a Afonso Henriques, que após a tomada de Alcácer em 1160 não sentira dificuldades de maior no extremo ocidental peninsular, tentassem e conseguissem progredir para Beja, cidade que tomada (e abandonada) nesse ano de 1162³⁰²¹.

A tomada de Beja no início do Inverno de 1162 revela que a sua guarnição não era suficiente para deter aventuras de cavaleiros cristãos; nada se sabe do estado em que se encontrava então a sua muralha mas a facilidade da entrada dos homens de Santarém - chefiados possivelmente por Fernão Gonçalves³⁰²² - pode ser indício de que não estariam nas melhores condições nem teriam um contingente numeroso e bem equipado; em suma a nova administração almóada nesta fase não consegue ser eficaz militarmente. Apesar de esta acção dos portugueses sobre Beja ter sido um sucesso, os cavaleiros de Santarém só ficam na cidade de onde era natural o cronista Ibn Šāhib al-Šalā durante cerca de quatro meses³⁰²³. Mais importante que a sua permanência é a decisão que é tomada antes de Beja ser abandonada: para além de despovoada, as muralhas da Beja islâmica terão sido arrasadas.

Não se sabe exactamente em que consistiu esse arrasamento, mas é de calcular que a cidade, que já dava mostras de perda de influência e de “inexorável apagamento”³⁰²⁴, tenha sofrido duramente com esta ocupação que se deve ter limitado a viver à custa dos recursos existentes, dado que se não tentou colonizar a cidade e a região envolvente³⁰²⁵.

-
3021. A tomada de Beja, em 30 de Novembro de 1162, é iniciativa da cavalaria-vilã santarena - cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, p. 279; creio que não se sabe se esta cavalaria partiu de Santarém - evitando então a cidade de Évora - ou se se tratou de expedição de santarenos mas saídos de mais perto - como poderia ser uma sortida feita a partir de Alcácer, cidade acabada de conquistar, passando eventualmente pelo Torrão e por Odivelas.
3022. J. Mattoso coloca a hipótese de, com os dados disponíveis, a expedição ter sido preparada em Coimbra (*D. Af. Henriques...*, p. 215); é perfeitamente possível e não invalida que em Coimbra se tenha percebido que o controle sobre Alcácer dava imensas oportunidades estratégicas e possibilitada expedições militares para sul e para Leste.
3023. Concretamente, quatro meses e oito dias - Cf. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, p. 216.
3024. S. Macias, “Islamização do território de Beja - reflexões para um debate”, *Análise Social*, XXXIX, n. 173, Lisboa, 2005, (pp. 807-826), p. 820.
3025. Santiago Macias refere a tentativa almóada de repovoamento de 569 H / Agosto de 1173 a 1174 (S. Macias, “Islamização do território de Beja - reflexões para um debate”, *Análise Social*, XXXIX, n. 173, Lisboa, 2005, p. 823); porém, deve ter havido movimentações no sentido de reocupar a cidade e deve ter havido gente que tenha regressado - ou novos ocupante - dado que se sabe que a cidade é de novo atacada por portugueses, em 1172. Sobre a tomada de Beja pelos portugueses em 1172 vejam-se: J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 216; A. Botelho da Costa Veiga, “Três temas históricos - século XII”, *Anais - Academia Portuguesa de História*, serie II, vol. 7, Lisboa, 1956, pp. 241-246; A. Botelho da Costa Veiga, “A data da conquista de Beja”, *Anais - Academia Portuguesa de História*, serie II, vol. 7, Lisboa, 1956, pp. 247-262; veja-se ainda A. Huici Miranda, “Un nuevo manuscrito de «Al-Bayān al-MuĠrib»”, *Al-Andalus*, vol. 24, Madrid - Granada, 1959, pp. 63-84), p. 72.

(d) Geraldo Sem Pavor - acções militares em tempos de Abū Ya‘qub Y‘usuf

A morte de ‘Abd al-Mu‘min, ocorrida em 1163, um ano depois da tomada de Beja por quatro meses, deve ter favorecido os planos de avanços sobre outras cidades do Ġarb al-Andalus.

De facto, embora não seja imediato, surgem acções, sem participação directa do rei (como foi o caso da tomada de Beja em 1162) nas quais se destaca claramente uma personagem: Geraldo Sem Pavor. Sobre esta personagem, muito se tem escrito. Sem ser o momento para lhe fazer uma biografia - havendo até uma recente que vem colmatar lacunas importantes³⁰²⁶ - é de lembrar as acções e a metodologia deste conquistador que já foi comparado a Rodrigo Díaz de Vivar, o Cid³⁰²⁷ ou سيد .

J. Mattoso chama a atenção para o facto de Ibn Šāhib al-Šalā colocar as acções de Geraldo imediatamente a seguir à tomada de Beja em 1162, sugerindo uma relação de “continuidade”³⁰²⁸ entre as acções de *antes* e já da *era* de Geraldo - cuja participação no assalto a Beja não pode ser provada, mas não seria impossível ou até improvável. Curiosamente, as suas acções parece só terem lugar depois da morte de ‘Abd al-Mu‘min - terá havido mudanças nas chefias militares na região, abrandamento na vigilância, ou tudo é mera coincidência?

Geraldo, nascido não se sabe onde³⁰²⁹, foi um guerreiro que acreditou e mostrou a importância da iniciativa privada face ao peso do Estado... Ele e um bando de seguidores, um pequeno contingente de malfeitores e “ladrões” concebiam e atacavam cidades, que tomavam, diminuindo o poder do ascendente e hierarquizado Estado almóada e enriquecendo - em termos territoriais - o Estado criado por Afonso Henriques, que parece ter adquirido a cidade de Évora³⁰³⁰.

Tanto quanto se sabe as suas conquistas começaram com **Trujillo** - tomada em 15 de Abril de 1165 - seguida da tomada no mesmo ano de **Évora** - em Setembro ou já princípios de Outubro, transaccionada com D. Afonso Henriques, pouco depois; mas, nesse mesmo ano voltou aos territórios a norte de Badajoz e tomou **Cáceres** - ainda fracamente defendida, dado o facto de as grandes obras almóadas não se terem ainda iniciado.

3026. Armando de Sousa Pereira, *Geraldo Sem Pavor, um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162 - 1176*, Porto, Fronteira do Caos Ed., 2008, obra que muito agradeço ao autor; entre as vantagens desta síntese está a cronologia, rica e pormenorizada,, dedicada ao período que medeia entre 1162 e 1176 (pp. 89-96).

3027. Cf. David Lopes, "O Cid português: Geraldo Sempavor (Novas Fontes Árabes sobre os seus Feitos e Morte)", *Revista Portuguesa de História*, 1, 1941, pp 93 - 111.

3028. J. Mattoso, *D. Af. Henriques*, p. 216.

3029. Cf. Armando de Sousa Pereira, *Geraldo Sem Pavor, um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162 - 1176*, Porto, Fronteira do Caos Ed., 2008, p. 43 (obra gentilmente oferecida pelo autor).

3030. Sobre a existência de uma compensação monetária envolvida na entrega de Évora - «vendeu-a» - a Afonso Henriques veja-se J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 217.

No ano seguinte, em 1166, mais abonado com o pagamento que teria recebido do rei de Portugal, um Geraldo possivelmente melhor armado e com mais homens a colaborar nos seus empreendimentos, ataca, com o romper da Primavera, **Montánchez, Serpa e Juromenha** (fig. 151-153), tomadas em Março e Abril desse ano³⁰³¹. As suas acções ter-se-iam estendido a **Monfragüe, Santa Cruz e Lobón**, podendo ainda ter tomado outras pequenas cidades ou simples fortificações como **Moura, Alconchel**³⁰³² e eventualmente **Monsaraz**, sobretudo na sequência do controle assegurado sobre **Serpa**³⁰³³.

A *escada* revelou ser uma das “armas” mais eficazes, na poliorcética do século XII, contra algumas das cidades do *Ġarb al-Andalus*. Se Afonso Henriques as tinha usado contra Santarém - e, como se viu, não foram precisas todas as feitas - Geraldo irá aprimorar e generalizar o uso desta técnica. Deslocando-se com leveza e facilidade, com um “exército” ligeiro e que se deslocava com facilidade na calada da noite, era também por estas horas que normalmente atacava as povoações, cujas guranções, depois de neutralizadas, eram obrigadas a dar o sinal de que tudo estava bem, sossegando as populações, e deixando o campo livre ao ataque de Geraldo e dos seus homens, não sem antes darem o seu “grito imenso e execrando” com que assinavam o início das suas operações³⁰³⁴.

A área em que se deram estas conquistas coincide em grande medida com a área onde no século IX se tinham manifestado desejos autonomistas fortes por parte dos *muwallad* de Mérida, correspondendo, como já foi visto, a zona tradicionalmente dependente de Badajoz³⁰³⁵. A facilidade destas conquistas é reveladora do estado de desorganização interna de que o Estado almóada dava mostras e da incapacidade de a elite almóada - *huffāz* e *talaba* - de fazer face a tácticas para as quais não estavam preparados, a deficiência a nível das comunicações entre vários locais - que não davam alerta pela passagem deste grupos ligados a Geraldo e permitiu este descabro. Geraldo que ‘é’ apresentado por Frei Bernardo de Brito como sendo “amigo” dos mouros do Alentejo e “o consentirão viver dentro em suas comarcas”³⁰³⁶. **A muralha de Évora**, de época islâmica, teria características po-

3031. J. Mattoso, *D: Afonso Henriques*, p. 217; o autor utiliza as fontes árabes disponíveis.

3032. Moura, Serpa e Alconchel são referidas como cidades conquistadas por Geraldo, na *Era 1204*, pela *Chronica Gothorum*.

3033. Para esta lista mais vasta, veja-se o que, de forma cautelosa, diz Armando de Sousa Pereira, *Geraldo Sem Pavor*, p. 50.

3034. Ibn Šāhib al-Šalā, *Al-Mann bi-l-Imāma*. Edições: ‘Abd al-Malik ibn Šāhib al-Šalā, *Tar’ikh al-mann bi-l-imama alā l-mustad’a fin : bi-an ya’ala-hum allah a’imatan wa-ya’ala-hum al-narizim* = (*The history of the Moroccan Empire in Maghrib, Andalusian and Ifriqiya*), extracted, edited and introduced from the [Oxford] ms. by Abdul Hadi Attazi, Beirute, Dar al-Andalus li-l-Tiba’ a wa-l-Nasr, 1964; nova edição: ‘Abd al-Malik b. Sahib al-Sala (*ta’lif*); ‘Abd al-Hadi al-Tazi (*tahqiq*), *Al-mann bi-l-imama : ta’rikh bilad al-Magrib wa-l-Andalus fi `ahd al-muwahhidin I*, Beirute : Dar al-Garb al-Islami, 1987.

Tradução completa, da parte conhecida, em língua europeia: Ibn Šāhib al-Šalā, *Al-Mann bil-Imāma*, (estudio preliminar, tradução e índices por Ambrosio Huici Miranda), Valencia, Anubar, 1969, (Textos medievales; 24); tradução parcial portuguesa: Ibne Sāhibe Açalá, tradução de David Lopes, “O Cid português: Geraldo Sem Pavor”, *Revista Portuguesa de História*, t. 1, 1941, pp. 93-109; republicado em A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, I, pp. 277-283.

3035. Cf. J. Mattoso, *D: Afonso Henriques*, p. 217.

3036. *Crónica de Cister*, Livro V, p. 606. **Giraldo** era tido por “amigo” dos mouros do Alentejo e “o consentirão viver dentro em suas comarcas”; o mesmo cronista refere que Giraldo e seus homens controlavam o castelo de “Montemouro” (Montemuro) e que entrou sem dificuldade em Évora - é dada uma descrição permonorizada

liorcéticas que agora se desconhecem? Não é impossível, dado que, segundo a crónica do eborense Christovão Rodrigues Acenheiro, D. Fernando de Portugal terá mandar destruir grande parte da “cerca velha”³⁰³⁷.

A situação foi de tal forma inesperada para Afonso henriques, que é na sequência da “oferta” de Évora que teve de fortificar **Coruche** ou - dado que se trata de uma localidade onde houve ocupação islâmica³⁰³⁸ - requalificar uma fortificação eventualmente já aí existente, no local ainda hoje conhecido como “castelo” onde está implantada a igreja de Santa Maria do Castelo. Essa fortificação de Coruche permitia-lhe ter um *relais*, um ponto de apoio fundamental, um canal que comunicasse com Évora e que deveria ser, claramente, Santarém, pela facilidade de comunicações, maior facilidade de atravessamento do Tejo e proximidade com Coimbra, então cidade fundamental do reino, mais que uma Lisboa conquistada havia pouco mais de uma dezena de anos.

Para recriar uma Taifa, faltava a Gertaldo tomar a cidade de Badajoz e pode-se dizer que o tentou. Tentou-o não só pelo que se sabe da acção militar sobre essa cidade, acção na qual contou com um Afonso Henriques que se deixou convencer que a conquista de Badajoz era fácil e que a Geraldo nunca lhes aconteceria ir de vitória em vitória até à derrota ... quase certa.

(e) O assédio a Badajoz e a resposta almóada

Sabe-se que a conquista de Badajoz era o objectivo principal de Geraldo e que a cidade era cobiçada por Afonso Henriques: nesta tomaada o rei português empenha-se pessoalmente. Por outro lado, a grande cidade da margem esquerda do Guadiana parecia estar, ao contrário das outras cidades, preparada para não ser uma presa tão fácil como o tinham sido todas as outras cidades e fortificações tomadas rapidamente por Geraldo, pelo seu bando de “ladrões” e pelas escadas eficazes que transportavam.

O assédio a Badajoz foi amadurecido e refere-se que **Juromenha** foi o local escolhido para preparar ataques a Badajoz e ter a cidade sob controlo. Indo ao local, percebe-se porquê. De Juromenha não se consegue visualizar a cidade de Elvas a cerca de duas léguas de distância mas, a partir do ponto mais alto do castelo de Juromenha é possível ver ao longe a mancha do casario e a alcáçova da cidade de Badajoz.

desta conquista e das reflexões de Giraldo antes de a fazer.

3037. O que hoje se vê da **muralha de Évora** pode corresponder a uma parte das características que possuía em finais do século XIV - não se pode com isso dizer que tudo o que desapareceu tenha sido obra de época islâmica - não se pode esquecer que a Ordem de Avis pode ter implantado inovações que tenham igualmente sido destruídas na fase fernandina : “E despoys , era de mil e quatrocentos e dezoito, maódoou este Rei derribar a cerqua velha d'Evora , que era a mylhor couza d'Espanha” - Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, publicada em *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1824, (pp. 1-364) p. 146.

3038. Há materiais cerâmicos de época islâmica encontrados recentemente em escavações arqueológicas realizadas em Coruche - cf. Fernando Branco Correia, *Coruche Medieval*, Veja-se também Hermenegildo Fernandes, “Quando a Além-Tejo era “fronteira”: Coruche da militarização à territorialização”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, C. M. Palmela - Colibri, 2005, pp. 451-483.

Depois destas conquistas de Geraldo, de 1165 e 1166, estava montado um imenso arco em redor de Badajoz, asfixiando-a taticamente. Há a acrescentar a conquista de Alcántara, nesse mesmo ano de 1166, por parte de Fernando II de Leão³⁰³⁹. Ora, os sucessos militares de um Geraldo estreitamente ligado a Afonso Henriques - o que leva muitas vezes a que se faça deste Geraldo um herói “português” - e o sucesso de conquistas tais como a de Trujillo, Cáceres e Montánchez, todas elas localidades a norte da pequena linha montanhosa formada pelas serras de San Pedro, sierra de Montánchez e início da sierra de Guadalupe³⁰⁴⁰, linha que forma um arco e que impedia qualquer veleidade de avançar de Coria ou Alcántara para sul, era completamente contrária à vontade de rei de Leão, que mantinha aspirações em relação à grande cidade que tinha sido capital da Taifa aftácida.

Sobre o ataque de Geraldo e dos seus homens e do que secedeu a Afonso Henriques persistem algumas dúvidas; convém, pois, ver com algum detalhe de que forma os almóadas responderam a este ataque. Os almóadas vão querer defender a cidade e, quanto às aventuras de Geraldo alimentam a mesma vontade que os leoneses - deve ser neutralizado; o envolvimento de Afonso Henriques, *himsel*, conduz a um redobro na resposta. Por outro lado, a circunstância de o Estado de Fernando II se encontrar entalado pelo do irmão e pelo de um Afonso Henriques que está a dar cobertura à asfixia expansiva a que Fernando II estaria votado, levam a este a perceber que tem toda a vantagem em entender-se com os Almóadas. Estes, por sua vez, depois de terem passado por uma fase de doutrinação forte, uma fase em que a utopia de uma sociedade islâmica extripada dos males que a corroiam por dentro foi dominante, começam a cair na *Realpolitik*³⁰⁴¹ e acabam por começar a dialogar com cristãos e a aceitar alguns ao seu serviço - à semelhança da tão criticada colocação de Reverter ao serviço dos Almorávidas - como foi caso de Fernando Rodríguez de Castro, “o castelhano”³⁰⁴².

O ano de 1169 será decisivo para Badajoz, trará consequências importantes para Portugal e Leão, mas não será de menor importância para a afirmação do poder almóada no al-Andalus. E será em redor de Badajoz, o *hot spot* de 1169, que tudo girará.

Os homens de Geraldo conseguem entrar na cidade e nessa acção são secundados pelas tropas de Afonso Henriques. Porém, se parece ter sido fácil penetrar na *madīna*, os atacantes não conseguirão penetrar na alcáçova, topograficamente mais alta e com uma posição próxima ao Arroyo Rivillas. A alcáçova não deve ter sido cercada pelos atacantes, o que lhe permitirá receber apoio do exterior, mormente apoio leonês, a partir da zona baixa de Zallaqa. Confiantes - possivelmente - que um domínio prolongado na *madīna* conduziria à submissão da guarnição almóada, esta estava de facto confinada a uma alcáçova que deveria ter muros e portas já sólidos em 1169 - antes, pois, das gran-

3039. Fernando II de Leão era filho de Afonso VII; este deixou ao seu filho Sancho o reino de Castela (e Toledo) e a Fernando o reino de Leão (e Galiza), onde reinará até 1188. Sobre a conquista de Alcántara em 1166 veja-se Feliciano Novoa Portela, *La Orden de Alcántara y Extremadura (siglos XII-XIV)*, Mérida, Ed. Reg., de Extremadura, 2000, p. 29.

3040. Cf. *Mapa Provincial - Cáceres*, Ministerio de Fomento, Instituto Geográfico Nacional, 1: 200.000, madrid, CNIG, 4ª ed. 1998.

3041. Anacronismo, bem datado do século XIX e muito usado no XX, mas que, com as devidas distâncias, faz sentido nestas circunstâncias.

3042. Pascal Buresi, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule ibérique*, p. 216; A. Huici, *Historia política del Imperio Almohade*, I, p. 272. Veja-se a referência ao desejo deste cavaleiro de “hacerse servidor del Amīr al-Mu’minīn” em Ibn Šāhib al-Šalā, *Al-Mann bī l-Imāma*, fl. 369, trad. p. 135.

de obras que serão levadas a cabo pelos mesmos almóadas - mas não deixou de ter contactos pelo exterior. De facto, é referido que se destrói uma parte da espessa muralha da alcáçova para que a ajuda leonesa possa entrar.

Na Badajoz de 1169 parece haver uma clara diferença entre uma muralha urbana vulnerável e facilmente tomada pelos homens de Geraldo e, por outro lado, uma alcáçova que estes, mesmo com a ajuda das tropas afonsinas, nunca conseguirão tomar. Não se conhecem com exactidão os dispositivos defensivos da alcáçova para este ano de 1169, mas conseguiram sustentar as acometidas de Geraldo e permitirão uma resposta que terá como resultado a captura de Afonso Henriques e o seu “desastre” mas também a neutralização de Geraldo que deverá entrar numa série de conquistas a Fernando Rodríguez de Castro, entre elas Trujillo, da qual este último ficará como “senhor”.

(f) A alcáçova de Badajoz em 1169

A alcáçova de Badajoz foi alvo de um dos estudos mais aprofundados de Leopoldo Torres Balbás. Tornou-se num trabalho quase modelar, onde se cruzam aspectos históricos, epigráficos e arquitectónicos faltando, porém a Arqueologia que ainda não tinha feito a sua aparição de forma bem vinculada, como faria sobretudo na partida década de oitenta do século XX (fig. 160-165).

Este trabalho foi durante décadas aceite como quase intocável mas, entretanto, com o interesse que o al-Andalus despertou em termos históricos e arqueológicos e com o despertar para o interesse pelas questões do Património, surgiram trabalhos que, sem retirarem interesse e necessidade de consultar a obra de Torres Balbás, relativizaram-na. Os trabalhos que Fernando Valdés realizou em Badajoz, precisamente desde a referida década de oitenta, tornam imprescindível a sua consulta.

Em ambos os trabalhos, de Torres Balbás e Fernando Valdés se encontram referências a obras realizadas na alcáçova de Badajoz durante o período de domínio almóada, salientando-se as características arquitectónicas desta época. L. Torres Balbás salienta a existência dos dois recintos - alcáçova e muralha da *madīna* - já em séculos anteriores³⁰⁴³, e salienta a tomada, por Geraldo, da *Madīna* de Badajoz, tomada que é secundada por Afonso Henriques e que termina no “desastre” bem conhecido nas suas variantes descritivas e nas suas consequências. Mais, ainda, o autor salienta a realização de obras nas defesas de Badajoz nos tempos de Abū Ya‘qub Yūsuf (558-580 H / 1163-1184)³⁰⁴⁴.

Fernando Valdés, que tem dedicado vários fundamentos a esta cidade e às suas muralhas, tem a grande vantagem de ter realizado escavações arqueológicas dentro e fora da alcáçova³⁰⁴⁵. No trabalho mais recente (*Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999) encontram-se re-

3043. L. Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, 1941, pp. 168-216 (Obra Dispersa I, vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 236-275), p. 170.

3044. L. Torres Balbás, *IBIDEM*, p. 178.

3045. De entre os muitos trabalhos de Fernando Valdés Fernández vejamos: “Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz” in *Castrum 3, Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge*, Casa de Velázquez e École Française de Rome, 1988, pp. 143-152; idem, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168; o autor reuniu numa só obra alguns dos seus trabalhos mais representativos: Fernando Valdés Fernández, *En torno al Badajoz Islámico - Trabajos sueltos de Arqueología andalusí*,

flexões que resultam dos trabalhos parcelares anteriores e constitui, aparentemente, o trabalho mais recente sobre as muralhas de Badajoz - incluindo a alcáçova.

Sem querer explorar a imensa riqueza contida sobre as obras almóadas nas muralhas de Badajoz, o que interessa é tentar perceber se em 1169 essas obras já estavam iniciadas ou mesmo concluídas. Segundo F. Valdés, ao falar do que considera ser a terceira etapa de construção da alcáçova de Badajoz:

*“Entre todas las fases arquitectónicas de la ciudadela batalyusí la que resulta más notoria por lo espectacular de sus elementos arquitectónicos es, sin duda, la mandada realizar por el segundo de los califas almohades, Yusuf I (1163 – 1184), en el 1169. La creciente tendencia expansiva de los reinos de Portugal, Castilla y León y la actividad en el solar de la actual Extremadura del caudillo Giraldo Sem Pavor explican bien no sólo las obras aquí analizadas, sino las acometidas en un corto lapso de tiempo en las actuales Cáceres, Trujillo, Mérida y en muchos otros lugares menos documentados”*³⁰⁴⁶. Mais adiante o mesmo autor afirma que

*“Sobre la base del recinto existente en Badajoz hacia mediados del siglo XII los poliorcetas andalusíes dirigieron sus esfuerzos a mejorar el abastecimiento de agua, a reforzar los accesos a los puntos débiles del recinto y, finalmente, a ampliar el espacio cercado de la propia alcazaba, para dar cumplimiento cobijo a los ejércitos y contingentes itinerantes. Una de las instalaciones que parece haberse ampliado fue la propia mezquita de la alcazaba”*³⁰⁴⁷.

Todas estas obras em 1169, durante o próprio assédio é impossível. O que é possível é que algumas obras se tivessem iniciado ou que as obras herdadas pelos almóadas fossem suficientes para aguentar a tomada da cidade por Geraldo e por Afonso henriques e que, depois, se tivessem tomado medidas para fortalecer e melhorar um sistema que já tinha dado sinais de ter alguma qualidade construtiva. Porém, continua-se sem se saber ao certo quais eram os elementos da poliorcética almóada já construídos nesse ano de 1169 e que teriam conseguido sustentar ou conter as acometidas de Geraldo e de Afonso Henriques.

Um trabalho recente sobre aspectos de técnica construtiva das das fortificações almóadas do al-Andalus refere, entre muitas outras, as importantes obras almóadas em Badajoz, referindo que os trabalhos de Fernando Valdés determinaram com exactidão quais as obras que são do período almóada, mas sem apontar uma cronologia mais fina, classificando-as unicamente como “almóadas”³⁰⁴⁸. Mas a dúvida persiste: estavam ou não já realizadas, estavam a meio ou não as obras que impediram a entrada das tropas de Geraldo? A alcáçova que não foi tomada por Geraldo já tinha recebido melhoramentos ou ampliações feitas pelos almóadas ou foi ainda o traçado pré-almóada que conseguiu, mesmo assim, dar conta do recado, ou seja, sustentar o ataque? Terá havido, cumulativamente, obras almóadas anteriores e posteriores à conquista da cidade (mas não da alcáçova) de 1169?

Diputación de Badajoz, 2001.

3046. Fernando Valdés Fernández, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp.155-156.

3047. *Ibidem*, p. 157.

3048. Apesar de ser desejável poder determinar, de futuro, o que é anterior e posterior a 1169, essa falta não tira mérito ao excelente trabalho de Rafael Azuar, "Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados", in Patrice Cressier, María Isabel Fierro e Luis Molina (eds.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Casa de Velázquez, 2005, (pp. 123-147), p. 129.

Do que parece não restar dúvida é que 1169 correspondeu a um momento álgido do domínio almóada no al-Andalus e que é sobretudo a partir desta vitória - com apoio leonês, lembre-se - que se vai entrar na fase das grandes obras almóadas. Por isso, pelo programa de obras que começa a ter lugar depois deste ataque - se se exceptuar o caso da construção da cidade Gibraltar - o ataque de Geraldo a Badajoz e a resistência da sua alcáçova parece terem sido um momento marcante na viragem para um programa de edificação, reforço e melhoria - com a introdução de um sistema defensivo passivo até então único no al-Andalus - das fortificações do al-Andalus. Na verdade, é pouco provável que Geraldo tenha atacado Trujillo, Cáceres e Serpa - só para citar alguns exemplos - com as fortificações de época almóada que depois se poderão encontrar nesses locais. O complexo arquitectónico que se conhece para a Cáceres³⁰⁴⁹ almóada (fig. 166-173) dificilmente seria tomado facilmente por Geraldo; as obras que vão ter lugar no *Ġarb al-Andalus* sob domínio almóada parecem ser sobretudo uma resposta ao perigo dos cristãos em abstracto, mas também uma resposta a sucessos - concretos - de Geraldo, de um Geraldo que voltará a estar ao serviço dos almóadas, alguns anos depois³⁰⁵⁰.

Alguns destes comboios levavam víveres para Badajoz, mas deveriam levar também igualmente gente e artefactos para reconstruir e melhorar as muralhas que Geraldo conseguira transpor. Que se conhece das muralhas da *madīna Baṭalyaws*? L. Torres Balbás no seu estudo que se tornou clássico sobre a Badajoz indica de forma clara que está estudando o período almóada e, especificamente, a alcáçova; embora, de facto não deixe de referir dados sobre restantes aspectos da cidade e, concretamente, a muralha da sua *madīna*.

Ora a muralha da *madīna* de Badajoz poderá ser melhor conhecida no futuro depois da muito recente descoberta de uma planta / plano militar de Badajoz de 1645, de pouco depois do início das hostilidades entre a nova dinastia de Bragança e a coroa espanhola. Essa planta, que se mantinha ignorada num dos arquivos do reino da Suécia, foi dada a conhecer há pouco tempo e recentemente publicada. Para além dos inúmeros detalhes sobre a forma como o sistema abaluartado se foi adaptando às estruturas militares da época da neurobalística, dá valiosas informações sobre a alcáçova e as muralhas urbanas de Badajoz, muralhas urbanas essas que são as que - aproximadamente- Geraldo e Afonso Henriques conheceram e que, sem os detalhes que agora se conhecem, Torres Balbás não olvidou³⁰⁵¹. Esta imagem mostra, pois, muita da obra da época almóada, embora o que se possa dizer ainda seja preliminar. Observando esta imagem sueca - cuja importância tem sido reconheci-

3049. Cf. Leopoldo Torres Balbás, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp. 446-472 (reeditado em: *Obra Dispersa I*, vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155). O clássico trabalho de TORRES BALBÁS deve ser completado com as investigações recentes levadas a cabo no terreno por Samuel Márquez Bueno, em colaboração, e de que resultaram dados novos; veja-se Pedro Gurriarán Daza, Samuel Márquez Bueno, “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 10-1, Jaén, Universidad de Jaén, 2003, pp. 57-118; Pedro Gurriarán Daza, Samuel Márquez Bueno, *Cáceres: una punta de lanza almohade frente a los reinos cristianos*, Cáceres, 2006 (obra enviada por Samuel Márquez, a quien quiero agradecer).

3050. É bem conhecido o que diz Ibn Šāhib al-Šalā - no seu *Al-Mann bī l-Imāma* - sobre a tomada de Badajoz em 1169; (trad. de Huici Miranda, pp. 137-146).

3051. L. Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, 1941, pp. 168-216 (*Obra Dispersa I*, vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 236-275), p. 169; o autor refere que pela “confusa descripción que de ella hizo Rodrigo Dosma (1533-1599) en la segunda mitad del siglo XVI, debía de seguir aproximadamente las líneas interiores de la actual, uniéndose con la alcazaba...”; seguindo ainda a descrição de Dosma, que refere «arcos y caballeros salidizos torreados» Torres Balbás conclui que deveria haver - na muralha almóada entretanto desaparecida (sobretudo pelas obras feitas depois de 1640...) - torres albarrãs, destruídas para construir uma muralha abaluartada preparada para a pirobalística.

da sobretudo pelos historiadores do período moderno - verificar-se, de imediato que, para além de se confirmar o que se sabia sobre a alcáçova, no perímetro da muralha da *madīna* é visível um elevado número de torres albarrãs³⁰⁵². Pela dimensão da obra de Badajoz, compreende-se o empreendimento de carácter defensivo - em grande medida de fase almóada - em redor de Badajoz (e que envolveu, como se sabe, também Elvas e outros locais fortificados).

Quando se escreve sobre a tomada de Badajoz por Geraldo e dos sucessos que se deram em seguida normalmente refere-se o que o destino - e a imprudência - reservaram a Geraldo e ao rei português³⁰⁵³, referem-se as vitórias dos almóadas e de uns leoneses que defendiam espaço para futuras conquistas mas raramente ou quase nunca se fala de outros protagonistas: os habitantes de Badajoz.

A Arqueologia e as fontes escritas nada dizem sobre as inclinações e as vontades das populações da cidade. Porém, não deixa de ser verdade que parece haver uma clara separação entre as forças almóadas, refugiadas na alcáçova e dos habitantes da cidade que parece não terem reagido contra o ocupante / conquistador Geraldo? Aliás, resta saber quem, na perspectiva dos habitantes de Badajoz, seria o ocupante indesejável: se o conquistador “free-lancer” se os almóadas que se mantiveram na alcáçova. Não seria de estranhar que, numa fase - a almóada - em que há perseguições aos *dlimli/s* que, eventualmente, uma parte da população de Badajoz estivesse do lado dos ladrões do Geraldo contra o poder eventualmente considerado como opressor dos almóadas refugiados na alcáçova.

Dito de outro modo, não seria impossível que em Badajoz - e eventualmente em outros locais por si conquistados - para além das altas escada de que fala Ibn Şāhib al-Şalā, *no seu Al-Mann bī l-Imāma*, houve outro tipo de ajudas, que poderiam ser as populações locais desejosas de sacudir a opressão veiculada pela ideologia almóada; é provável que tanto sucesso militar de Geraldo fosse devido em parte à colaboração das gentes da região. para quem não quisesse reconhecer esse tipo de ajuda do interior, as escadas - comprovadamente eficazes em Santarém - poderiam ter passado a ser desculpabilizadoras da impopularidade de um regime que se mostrou muito duro inicialmente - no al-Andalus mas também no Norte de África³⁰⁵⁴.

3052. Carlos M^l Sánchez Rubio y Rocío Sánchez Rubio (eds.), *Badajoz en el Krigsarkivet. El hallazgo de la visión más lejana*, Badajoz, Ayuntamiento de Badajoz, 2003; a planta, com pormenor, está igualmente disponível em <http://www.riksarkivet.se/default.aspx?id=7764#Badajoz>

3053. Sobre a importância dos acontecimentos ocorridos em Badajoz, a sua “manipulação” e o seu reflexo das crónicas portuguesas veja-se Isabel de Barros Dias, “CRONÍSTICA AFONSINA MODELADA EM PORTUGUÊS: UM CASO DE RECEPÇÃO ACTIVA”, in *HISPANIA. Revista Española de Historia*, Madrid, 2007, vol. LXVII, núm. 227, (pp. 899-928), pp. 921 e segs.

3054. Sobre os massacres perpetrados pelos almóadas no Norte de África cf. A. Huici, *Historia política del imperio almohade*, I, pp. 78-81, 140-144

(i) Geraldo como homem de Fronteiras

Identificado como “Ġillīq” ou seja, “galego” ou Galaico-português como normalmente corresponderia em termos geográficos, o seu passado prévio à sua notoriedade como conquistador de cidades do Ġarb foi evidenciado e aclarado recentemente através de um trabalho meticuloso de Eva Lapiedra. Aí se refere, na sequência de trabalhos de David Lopes, que a fonte principal para conhecer a figura deste homem continua a ser a obra de Ibn Šāḥib al-Šalā, *o Al-Mann bī l-Imāma* de que se conserva uma parte, havendo também informações adicionais em Ibn ‘Idārī, no *Bayān V* - que pode corresponder à parte ainda não descoberta do *Al-Mann bī l-Imāma*, bem como algumas informações - curtas - em al-Bayḍaq³⁰⁵⁵.

Eva Lapiedra desenvolve o seu trabalho em redor da forma como Geraldo é tratado por Ibn Šāḥib al-Šalā; este chama-lhe “ily” - *ilġ* - explicando a autora que o termo, que David Lopes traduz como “renegado”³⁰⁵⁶ e Huici por “estrangeiro”, corresponde a “dos sentidos textuales principales y opuestos entre sí, el de dirigente o cristiano principal, por un lado, y el de esclavo, por otro”³⁰⁵⁷, notando a autora que, entretanto, publicou tese doutoral sobre esta temática, que predomina o segundo sentido. Lembrado que através da prática do *ġihād* se obtinham muitos escravos usados em funções bélicas, a mesma autora, embora sem recorrer à clássica obra de Patricia Crone³⁰⁵⁸, trás à colacção a referência de Ibn Hawqal sobre os mamelucos turcos e o uso no ocidente islâmico de escravos “francos” e “galegos”, referindo a observação de al-Mas‘udī, no século X, segundo a qual os segundos eram preferidos pela sua “coragem e audácia”³⁰⁵⁹. Reconhecendo que Geraldo poderia ser um desses escravos-guerreiros, a mesma autora salienta o facto de no texto de Ibn Šāḥib al-Šalā se indenfiarem as acções de Geraldo sempre com o verbo “ġādara” - غدر - o que se traduz por “trair”. Conclui, com cautelas, que Geraldo poderia ter sido um desses escravos ou servidores guerreiros, de que não faltavam exemplos no al-Andalus e em outras partes do mundo islâmico medieval, podendo-se acrescentar que, inclusivamente, que os mamelucos irão formar uma dinastia de escravos militares e dirigentes durante vários séculos³⁰⁶⁰. Conclui a autora que a forma verbal “ġādara” - غدر - pressupõe a existência de um acordo que se quebra. Logo, antes de se colocar ao serviço de Afonso Henriques, Geraldo já estaria ao serviço de alguém no *al-Andalus*, alguém que a autora não identifica porque, na verdade, as fontes não o referem.

3055. Eva Lapiedra, “Giraldo Sem Pavor, Alfonso Enríquez y los Almohades”, in F. Díaz Esteban (Ed.), *Bataliús - El reino Taifa de Badajoz*, Madrid, Letrúmero, 1996, pp. 147-158.

3056. D. Lopes, “O Cid Português”, *op. cit.*, p.p. 93-111.

3057. Eva Lapiedra, “Giraldo Sem Pavor, Alfonso Enríquez y los Almohades”, in F. Díaz Esteban (Ed.), *Bataliús - El reino Taifa de Badajoz*, Madrid, Letrúmero, 1996, pp. 148.

3058. Patricia Crone, *Slaves on Horses*, cap. 1; veja-se igualmente Michael Bonner, *Jihad in Islamic History. Doctrines and Practice*, Princeton Univ. Press, 2006, pp.6-9 e 87-91.

3059. Eva Lapiedra, *op. cit.*, p. 150.

3060. Sobre os Mamelucos veja-se *E.I.2*, vol. VI, s.v. “Mamlūks” (P. M. Holt). Os aspectos militares das dinastias de Mamelucos têm dado origem a muitos trabalhos; em geral, veja-se James Waterson, *The Knights of Islam, The wars of the Mamluks*, 1ª ed., Londres, Greenhill Books, 2007, sobretudo o seu capítulo 5 que versa sobre a montagem da máquina de guerra dos Mamelucos. Carole Hillenbrand (*The Crusades. islamic perspectives*, reprint de 2006) e Riley-Smith (*The Oxford illustrated History of the Crusades*, pp. 240-242 e 246-250) trazem não poucos dados sobre aspectos militares dos Mamelucos.

Esta clarificação de Eva Lapiedra permite, conjugando as datas disponíveis, apresentar uma hipótese que, para já, é impossível de provar. Tendo em conta o aparecimento de Geraldo logo após a tomada de Beja pelas tropas provenientes de Santarém - o que não impediria, como já foi referido, que tivessem partido de Alcácer, para esta acção - e que muitas das cidades que Geraldo consegue tomar, possivelmente por que já as conhecia e sabia quais os seus principais pontos fracos, são cidades e fortificações próximas a cidades que chegaram a ser administradas por Ibn Wazir, é de colocar a hipótese de que este guerreiro e os seus sompanheiros, tratados também de forma pouco simpática por algumas crónicas cristãs - “ladrões” - chama-lhes a *Chronica Gothorum*, possivelmente por que se guardava memória de façanhas suas do lado de dirigentes do al-Andalus, na qualidade de mercenários ou guerreiros profissionais ao serviço de um senhor regional ao serviço de quem estiveram, contra terras ou tropas cristãs. Com a saída de Ibn Wazir do Ġarb e a chegada dos **Huffāz** almóadas estranhos à região e pouco diplomatas com as hostes que teriam encontrado no Ġarb³⁰⁶¹, não seria impossível que estas tropas de cristãos - *naṣārā* - ao serviço dos poderes islâmicos tenham ficado na região e se tenham sentido livres após a conquista de Beja ou após a saída de Ibn Wazir da região, Ibn Wazir que, lembre-se, chegou a ter pacto com Afonso Henriques e que deveria ter ao seu serviço “homem de mão” que fizessem a ponte com os cristãos do Norte.

Esta hipótese - por provar, como já foi referido - explicaria o seu profundo conhecimento da uma série de fortificações e cidades, o profundo conhecimento dos caminhos e da região em questão, o domínio de vários idiomas, o profundo conhecimento que Ibn Ṣāhib al-Ṣalā - um *bejense*, lembre-se - tinha desta personagem e a clemência com que foi recebido - de volta - pelos almóadas (na qualidade de “sumiso y obediente, para ser un esclavo servidor y hacer daño a sus hermanos los cristianos”³⁰⁶²), ao serviço de quem se colocará (uma “segunda Oportunidade”) até, descontente uma vez mais, ter dado mostras de manter contactos com Afonso Henriques e tendo sido morto não só por isso mas, como lembra Eva Lapiedra, após ter fugido³⁰⁶³.

Tendo tido, por razões ainda desconhecidas e sobre as quais se pode também especular, estado muito próximo das milícias de Santarém (presentes nas tomadas de Beja e de Évora), Geraldo é

3061. Geraldo ameaça veementemente o poder do ḥāfiẓ Abū Yaḥyà, filho do xeque Abū Ḥafṣ, governador de Badajoz - cf. Eva Lapiedra, *op. citr.*, p. 153.

3062. Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān V*, pp. 130 / 13-14 *apud* Eva Lapiedra, *op. cit.*, p. 154; a autora dá igualmente o texto em arábico.

3063. Eva Lapiedra, *op. cit.*, p. 156. A sua morte teria ocorrido entre 569 e 571 H (entre 1174 e 1176), embora al-Bayḍāq a date de pouco depois de 571 H / 1176; estas informações também se encontram em Eva Lapiedra.

verdadeiramente um homem de Fronteira e de fronteiras várias³⁰⁶⁴ e, poderia ter sido, eventualmente, ter sido apoiado por alguns grupos urbanos do Ġarb descontentes com os senhores almóadas.

Em suma, a acção de Geraldo põe a nu a incapacidade de os almóadas, numa primeira fase, de controlarem muitas cidades e fortificações do Ġarb, a incapacidade de manterem um sistema de informação e de controle das vias.

(ii) o acesso à água - A *Kūrāġa* de Badajoz

A **água** aparece ter sido uma preocupação básica e imediata, sentida aquando do ataque de Geraldo a Badajoz. Os textos de Ibn Šāhib al-Šalā e de Ibn ‘Idārī (que deve ter aproveitado as informações do primeiro) são unânimes a esse respeito. A grande preocupação foi a construção de um poço aberto dentro da área da alcáçova.

Diz Ibn Šāhib al-Šalā:

“Nesse ano, durante a estância do defunto xeque [šaykh] Abū Ḥafṣ em Córdova, dirigiu-se o seu filho - o ḥāfiẓ ilustre Abū Yaḥya - como governador da cidade de Badajoz (...). Mandou-lhe o poder excelso escavar um poço dentro da alcáçova da cidade de Badajoz, à qual conduziu a água do rio, prevenindo-se para o que se temia [a nível] de ataques e assédios. Foi para ela [Badajoz] com uma tropa famosa e numerosa de almóadas e de soldados *andalusijs*, e instalou-se nela e consolou os habitantes da sua tristeza anterior e tranquilizou-a, e esforçou-se em escavar um poço com mineiros / sapadores e trabalhadores e é o [poço] conhecido entre o povo como *Kūrāġa*³⁰⁶⁵, trouxe a água até ele, fortificou-se a alcáçova e confirmaram-se nela as almas e a segurança”³⁰⁶⁶.

3064. Felipe Themudo Barata, “A actuação de Geraldo Sem Pavor no quadro das sociedades de Fronteira no século XII”, *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1997, pp. 361-369 onde, além de uma visão abrangente sobre o assunto se colocam problemas práticos da actuação de Geraldo em locais próximos a Évora com os quais o seu nome tem sido associado, como o conhecido “castelos do Geraldo”, local com ocupação humana de épocas anteriores.

Porém, não deixa de ser curioso que exista, na zona de Trujillo, vincada na toponímia, a memória de um tal Geraldo; de facto, F. Hernández Giménez refere a existência de uma “Cabeza de Geraldo” na zona envolvente de Trujillo, cidade que sentiu também o seu *ferro* - cf. F. Hernández, “Los caminos de Córdoba hacia el Noroeste en época musulmana”, in *al-Andalus*, vol. XXXII, Madrid - Granada, 1967, p. 303. Sobre esta situação de Geraldo como “homem de fronteira”, veja-se Armando de Sousa Pereira, *Geraldo Sem Pavor, um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162 - 1176*, Porto, Fronteira do Caos Ed., 2008 (já citado), obra na qual esta vertente é constante.

3065. Trata-se da voz romance que corresponde ao que será a palavra *Couraça* (em portug.) ou *Coracha* (em castell.); sobre esta palavra veja-se Ricard RICARD, “Couraça et coracha”, *Al-Andalus*, vol. XIX, Madrid-Granada, 1954, pp. 150-172 (reeditado em *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, pp. 465-492.; Robert Ricard, “NOUVEAUX ET BREFS COMPLÉMENTS SUR “COURAÇA-CORACHA””, *Al-Andalus*, vol. XXVI - 2, Madrid - Granada, 1961, pp. 466-467.

3066. Ibn Šāhib al-Šalā, *Al-Mann bīl-Imāma*, trad. p. 149.

Quando se refere que “fortificou-se a alcáçova” o que se pretende dizer é que com a obra do poço a alcáçova ganhou força³⁰⁶⁷. O abastecimento de água, essencial e possivelmente um dos pontos fracos da fortificação sentido pelos assediados aquando do ataque de Geraldo (que poderia conhecer igualmente esse ponto fraco da alcáçova) parece ser a preocupação fundamental das tropas que saem de Córdoba, para aguentar possíveis assédios e poder, então, fazer face a outras obras também necessárias.

Fernando Valdés conhece esta afirmação do Bayān e comenta-a:

“Sobre la base del recinto existente en Badajoz hacia mediados del siglo XII los poliorcetas andalusíes dirigieron sus esfuerzos a mejorar el abastecimiento de agua, a reforzar los accesos a los puntos débiles del recinto y, finalmente, a ampliar el espacio cercado de la propia alcazaba, para dar cumplido cobijo a los ejércitos y contingentes itinerantes.

Una de las instalaciones que parece haberse ampliado fue la propia mezquita de la alcazaba. Sin duda el recinto urbano fue objeto de atenciones semejantes pero apenas sabemos nada de él. El problema de la aguada y el de la ampliación septentrional de la cerca, al que ya se ha aludido, se hallan íntimamente ligados, por cuanto ese aumento de extensión lo forzaron la propia topografía del terreno y la posición de la fortaleza respecto al río Guadiana. Aunque un texto habla de una kuraý a, identificándola con un pozo – hasta la fecha no se ha sacado a la luz ninguno capaz de certificar tal afirmación –, es innegable, a juzgar por las evidencias materiales, la erección de dos largos muros o corachas, seguramente finalizados en sendas torres, que descendían hasta el río y acotaban un gran espacio al que se salía por los dos portillos aún visibles junto a sus muñones. Así se solucionaba el problema del agua necesaria para los servicios domésticos y aun para las necesidades del ganado. Para el acopio de agua potable hubo de excavar o de ampliarse un gran aljibe en el mismo lugar donde hoy se halla la llamada Casa de las Aguas, junto al Museo Arqueológico”³⁰⁶⁸.

Esta texto é fundamental para perceber o que era conhecido como *Kūrāġa* em meados do século XII no *Ġarb al-Andalus*. No caso de Badajoz, o que em finais da década de sessenta define uma *Kūrāġal* Couraça é o acesso à água através de um poço. Fernando Valdés diz, e com razão, que é inegável a existência dos muros que se dirigiam para o Guadiana e que formavam a “Coracha” mas, mesmo que se conceda que há um equívoco no texto, é de estranhar que se duvide da existência de um Poço, ou melhor, que se ponha em causa a sua construção pelos almóadas, pelo facto de que se conhece o conceito de “Coracha” ou “Couraça” como um esporão (ou mais de um) que se dirige para yuma zona de controle de água.

Não é improvável que, numa primeira fase, os almóadas tenham decidido obter água através da construção de um poço. O mesmo já tinha sido executado em Mérida, no século IX. O mesmo se verá no “poço-cisterna” de Silves. Sem pôr em causa e edificação das “corachas” com esporão para o rio ainda pelos almóadas, não seria impossível haver no caso de Badajoz dois tempos em termos de abastecimento de água para a alcáçova:

1 - através de um poço, aberto logo após a tentativa frustrada de tomar a alcáçova, de Geraldo e Afonso Henriques. As obras a levar a cabo para se construir uma couraça são, segundo se depreen-

3067. O texto de Ibn ‘Idārī, *Bayān* IV, pp. 413-414 é muito semelhante e quase que seguramente retirado Ibn Šāhib al-Šalā.

3068. Fernando Valdés Fernández, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168.

de da fonte escrita, obras de perfuração e não obras de construção de um qualquer sistema torreado como se verá mais adiante³⁰⁶⁹.

2 - um sistema de abastecimento novo (o poço deixou de ter água? era insuficiente? desmoronou-se?), feito a partir de dois esporões torreados que retiravam a água do leito do rio, projectando-se para o exterior da alcáçova.

Essas incapacidades podem ter a ver igualmente com questões de pagamento de homens de guerra. É o Bayān que faz eco de uma situação vivida em Beja, em 1172 e, segundo a qual o desvio das verbas com que se deveria pagar a guarda da cidade teria sido fundamental na facilidade com que a cidade veio a ser tomada pelos homens do Geraldo.

(g) Almóadas no *Ġarb* - o rescaldo do ataque a Badajoz

O ninho de Juromenha

Ao conseguirem sacudir Afonso Henriques e Geraldo de Badajoz - sucesso que teve de contar com a ajuda de Fernando II al-Babūs, ou seja, O Baboso, os almóadas devem-se ter dado conta das suas fragilidades a nível da poliorcética e devem ter tomado consciência de que era necessário levar a cabo um plano coerente a inovador a nível das defesas passivas de cidades e fortificações em geral. Mais; devem ter gizado planos no sentido de recuperarem cidades e fortificações vitais para continuarem a assegurar o domínio dos territórios que coube aos almóadas poderem administrar no al-Andalus.

A **pressão sobre Badajoz** não cessou com a saída de Geraldo e Afonso Henriques da cidade. Sabe-se que em março de 1170 atacou Badajoz a partir da sua base Juromenha e que no ano seguinte esses ataques prosseguem. A partir de Juromenha, num local fortificado com vista sobre a cidade do Guadiana e controlando uma das zonas mais favoráveis para o atravessamento deste rio³⁰⁷⁰, o que lhe permitia atacar e neutralizar combóios de socorro enviados de Sevilha para Badajoz, Geraldo não cessa de querer tentar reentrar na cidade de Badajoz, uma cidade que está a receber apoio do poder almóada, de Sevilha e onde deveriam estar a decorrer obras que impedissem Geraldo ou outro qualquer líder-soldado temerário de tentar nela entrar.

Beja - da destruição a uma reconstrução necessária

Sem conseguir tomar a cidade de Badajoz, reforçada pelos almóadas a partir do momento em que a recuperam, em 1169, atacado em Juromenha, o guerreiro parece ter-se virado para sul e, em 1172, toma a cidade de Beja (tomada, é de recordar, por cavaleiro de Santarém, dez anos antes), num momento em que o califa almóada está com o seu pesado e lento exército na zona de Aspe, Villena, Orihuela e Múrcia³⁰⁷¹. Porém, a tomada de Beja acaba por não ter grandes resultados em termos

3069. Para a *Kūrāġal*/Couraça ou Coracha ligada à existência de torres vejam-se as referida obras de R. Ricard e ainda:

3070. Sobre as facilidades de atravessamento do Guadiana junto a Juromenha cf. F. Branco Correia, "Espaços fortificados de época e influencia islâmica na margem direita do curso médio do Guadiana" in DÍAZ ESTEBAN, F (Ed.) *Bataliús*, Madrid, 1996, (pp. 77-88), p. 80.

3071. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., pp. 278-279.

de avanço do processo da “reconquista”: os almóadas vão querer recuperar a cidade e alimentam planos de a reconstruir.

Embora as fontes o não digam de forma clara, a cidade de Beja deve ter sido visto como fundamental para a afirmação do poder dos almóadas no *Ġarb al-Andalus*. **Beja deveria ser fundamental tanto em termos defensivos como ofensivos.** Na primeira metade da década de setenta Beja era uma peça fundamental para poder sustentar o avanço do reino de Portugal para sul; como Évora e com Alcácer nas mãos dos homens de Afonso Henriques e do seu filho - o futuro Sancho I - que assumirá mais responsabilidades militares após o *acidente* de Badajoz, só com o controle sobre a zona de Beja se poderá evitar que os portugueses possam ter acesso fácil à zona serrana que dá acesso a *Šanta Mariyya al-Ġarb* e a Silves; o controle sobre Beja possibilitaria igualmente uma maior facilidade em cruzar o Guadiana e em ter acesso fácil a Sevilla. Por outro lado, em termos ofensivos, a posse e o povoamento de Beja se fosse conseguido poderia permitir - em conjugação com Badajoz e com a muito ignorada (nesta conjuntura) cidade de Elvas³⁰⁷² - poderia permitir lançar ataques sobre duas cidades recentemente perdidas- Évora e Alcácer - e fundamentais para cimentar o poder almóada no *Ġarb*.

Em **1172 a cidade de Beja** é outra vez atacada por cavaleiros afectos ao rei de Portugal e em 1174 o califa almóada decide povoá-la³⁰⁷³ - estes acontecimentos estão relatados por Ibn ‘Idārī, referindo-se pormenores da sordidez de alguns membros da governação almóada o que teria originado motins. Porém, é importante realçar que se refere a existência na Beja de 1172 de uma **Alcáçova**, alcáçova que não se revê no actual castelo onde, aliás, as intervenções arqueológicas quase não tocaram, mas que é citada em fase almóada, como se verá.

Beja deve ter passado por um plano de construção amplo. A notícia é dada com destaque, o que mostra que era importante para a propaganda almóada; como tinha recebido destaque as fundações de Gibraltar - *madīnat al-Fath*³⁰⁷⁴ - e de Rabat - Ribāṭ ou *Rabāṭ al-Fath*.

Pelo destaque que é dado a esta notícia e de crer que os almóadas tivessem feito grandes planos para Beja e não estranharia que a muralha a reparar fosse a prévia - embora de grande perímetro, seria mais fácil e rapidamente erguida do que uma muralha de concepção nova e com menor perí-

3072. Numa dissertação de Mestrada tinha-se defendido que Elvas deve ter jogado um papel importante no apoio à cidade de Badajoz nesta conjuntura e deveria ser um ponto fundamental para quem controlasse Badajoz para poder almejar voltar a controlar territórios na vertente ocidental da bacia hidrográfica do Guadiana. É de recordar que Geraldo não tomou a cidade de Elvas - por a considerar desnecessária ou por ter considerado difícil ou mesmo impossível de tomar. Seja como for, Elvas deve ter continuado a ser controlada pelo detentores do poder na alcáçova de Badajoz e seria, certamente, uma peça fundamental na estratégia almóada de se reaproximar da bacia e das cidades do Tejo e mesmo do Sado.

Cf. F. B. Correia, *Elvas na Idade Média*, (inédita), cap. 2.1.5.

3073. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayan al-mugrib fi akhbar al-Andalus wa-l-Magrib. Qism al-muwahhidin*. Ed. M. I. Kattani, M. ibn Tawit, M. Znayber e ‘A. Q. Zamama, Beirute / Casablanca, 1985 (Bayan V ou *Bayan almóada*). Continua a ser útil a tradução de Huici Miranda : Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, 2 tomos. (Vol. II e III da *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*), Tetuão, 1953-54, Tomo I, p. 8-9 e, sobretudo, pp. 19-23. Ver ainda S. Macias, “Islamização do território de Beja - reflexões para um debate”, *Análise Social*, XXXIX, n. 173, Lisboa, 2005, (pp. 807-826), p. 820.

3074. Sobre as fortificações e a edificação da cidade de época islâmica - sobretudo a fase almóada - em Gibraltar veja-se Darren Fa e Clive Finlayson, *The Fortifications of Gibraltar - 1068-1945*, Osprey Publishing., 2006. pp. 11-16.

metro. Por outro lado, muralhas de grande perímetro em época almóada não era inédito; isso vai-se verificar também, em termos de al-Andalus, na Sevilha almóada.

De facto, a partir de 1174 há obras a decorrer em **Beja**; essas obras parece terem início pela alcáçova e, só depois de a guarnição ter um recinto próprio para si, então se inicia a recuperação da própria muralha, muralha essa que estava arruinada e era de **grande dimensão**³⁰⁷⁵.

Este aspecto da dimensão da muralha de Beja é de enorme importância, na medida em que o perímetro da muralha de Beja em época islâmica tem causado muitas dúvidas aos investigadores. Sabe-se que as chamadas **portas de Évora**, onde se encontram materiais romanos reaproveitados dão mostras de terem sido modificadas e não houve trabalhos arqueológicos que confirmem a sua permanência no local sem modificações eventualmente recente; por outro lado, as chamadas portas de Avis, com silhares também aparentando serem de época colocam esse mesmo tipo de questão.

Essas dúvidas levaram recentemente Santiago Macias a levantar uma outra hipótese sobre as muralhas de Beja. Segundo este autor, as referidas muralhas deveriam ter tido um perímetro muito mais reduzido do que habitualmente se pensa, não passando pelas referidas portas de Avis nem fazendo do seu perímetro a entrada que há muitos séculos é conhecida como portas de Moura³⁰⁷⁶.

Ora, os textos do período islâmico quando se referem à muralha que vai ser reparada pelos almóadas qualificam-na de “grande”, têm a percepção de é verdadeiramente uma muralha eventualmente excessiva para o tamanho da cidade ou para o número dos habitantes. Mas, qual é a atitude? A resposta parece, apesar da sua grande extensão, repará-la e não conceber um perímetro novo e eventualmente mais defensável. Tomam no século XII, tudo leva a crer, uma decisão semelhante às que tinham sido tomadas desde o século VIII, ou seja, aproveitar os perímetros fortificados pré-existentes e reforçá-los ou pelo menos mantê-los (embora se possa lembrar o estado de lamentável descuido em que estava a muralha de Évora, em 913...). Assim, é de crer que o perímetro da muralha tardo-medieval possa coincidir em certa medida com a muralha herdada de época islâmica; espera-se que futuros trabalhos arqueológicos possam esclarecer esta divergência em relação à hipótese - arrojada e positivamente polémica - de Santiago Macias.

Por outro lado, quanto à possibilidade de o actual castelo poder coincidir - pelo menos em parte - com a alcáçova de época islâmica já citada (e é de lembrar que já se refere uma *qaşaba* em Beja desde tempos do primeiro califa omíada, o mesmo Santiago Macias chama a atenção para os trabalhos arqueológicos de Conceição Lopes, na qual se identificaram “níveis não revolvidos da II Idade do Ferro e do período romano” acrescentando que foi possível determinar que “a muralha medieval cristã assentou noutra mais antiga, sem que seja possível determinar se se trata de uma estrutura tardo-romana ou islâmica”³⁰⁷⁷. Também aqui é possível que futuras intervenções possam aclarar a ocupação -ou não - do local durante a fase islâmica e a possível reutilização de materiais ou mesmo de estruturas de épocas anteriores em programas defensivos de época islâmica. como se conhece em Mérida mas também, em Sevilha, na sequência dos recentes trabalhos nas suas muralhas e na zona do Alcázar e da sua envolvente³⁰⁷⁸.

3075. Ibn ‘Idārī, *Bayān*, apud Jerónimo Páez (Ed.), *Itinerario cultural de Almorávides y Almohades*, p. 480.

3076. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, pp. 135-145.

3077. Santiago Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, I, p. 144; II, fig. 1.14 a 1.16.

3078. Miguel Ángel Tabales Rodríguez, *El Alcázar de Sevilla - Primeros estudios sobre estratigrafía y evolución constructiva*, Sevilla, 2002, pp. 122, 283-291, com especial atenção às plantas topográficas que mostram de

Se com a tentativa de revitalização de Beja o almóadas pretendem ultrapassar um vazio, a sul da serra do Mendro, já mais a sul a aposta parece ser sobretudo em Silves, cidade cujas muralhas são reforçadas. A grande frente urbana e militar que parece desenhar-se no *Ġarb al-Andalus* ou que parece ter sido pensada paara a região, parece ter sido concebida com base em três cidades: Badajoz, Beja e Silves. Destas três, a que se revelou um fracasso em termos de revitalização parece ter sido Beja.

Se Silves vai jogar um papel fundamental na zona mais meridional do *Ġarb al-Andalus*, já mais a norte a cidade que vai ter de gerir as pressões cristãs provenientes de Lisboa, de Santarém e de Alcácer e de uma *enigmática* Évora onde pouco se conhece do seu quotidiano nos anos subsequentes à sua tomada por Geraldo, em 1165, essa cidade é Badajoz.

Com ligações viárias fáceis com Sevilha mas, sobretudo, com Córdova³⁰⁷⁹, capaz de - na ligação e relação estreita que mantém com Elvas - intervir nos territórios a ocidente do Guadiana e de neutalizar o ninho de Geraldo - mas não de imediato - em Juromenha - Badajoz irá ser capaz de liderar e servir de base para a recuperação de territórios para Norte, em direcção à linha do Tejo. Assim, Badajoz vai ser fundamental para o ataque sobre Talavera, em 1173 (??); no ano seguinte, em 1174, terá lugar não só a tomada, pelas forças almóadas, de Cáceres e de Alcántara mas também a subida - pela via de la Plata - para norte da serra de Gata, chegando aos territórios de Ciudad Rodrigo (em Setembro de 1174).

Se esta fase de avanço militar almóada parece imparável, não deixa de haver uma resposta que chega a ser alarmante para os almóadas; D. Sancho I de Portugal, recuperando ideias e acções militares - neste caso, um *fossado* - de dirigentes cristãos anteriores (um dos quais o seu pai) comanda uma expedição contra a amrgem oposta de Sevilha; Triana treme com a chegada das tropas do futuro Sancho I no Verão de 1178, mas em termos territoriais nada de relevante traz esta demonstração de força e emulação de Afonso Henriques.

O início da década de 80 traz consigo iniciativas militares almóadas que se aproximam cada vez mais do ocidente extremo do *Ġarb*, surgindo iniciatiavas, por terra e por mar, que pisam terrenos e sulcam mares cada vez mais afastados de Sevilha. Assim, em 1180, uma esquadra almóada aproxima-se do cabo Espichel ou teria ido mesmo mais além³⁰⁸⁰, nos inícios do Verão; a reacção portuguesa, comandada por Fuas Roupinho, é derrotada em batalha naval junto à cidade de Silves.

No ano seguinte, em 1181, é a vez de os almóadas avançarem por terra para ocidente de Badajoz e de cercarem Évora³⁰⁸¹, que não conseguem tomar. Porém, parece que o objectivo estava já traçado e

que forma as fases turdetana, mas sobretudo a romana, *omeya* e taifa se entrecruzaram.

3079. Cf. Félix Hernández Giménez, “La Kūra de Mérida en el siglo X”, *Al-Andalus*, XXV, 1960, p. 63 e seguintes; veja-se também Manuel Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana (Badajoz 713-1248)*, Badajoz, 1991, Apendice IV, pp. 335 e segs.

3080. A expedição poderia ter a chegado a “Porto de Mós”. Sobre esta expedição e toda a conjuntura veja-se Ch. Picard, *Le Portugal Musulm*, p. 114.

3081. O contingente almóada é chefiado por Ibn Wanudín.

não se ficava pela velha Yābura; com a destruição que os almóadas fazem em Coruche, tudo leva a crer que a política almóada pretendia chegar mais longe.

Destruindo o castelo de Coruche - no final da Primavera de 1181 - podia-se pretender cortar as linhas de abastecimento de Santarém para Évora, tornando a captura desta cidade mais fácil, ao isolá-la e asfixiá-la. Porém, a guerra de cerco também aqui pareceu não resultar³⁰⁸². Mas, a destruição de Coruche poderia ter um outro objectivo: o da terra queimada entre Évora e Santarém, por forma a favorecer a concretização de um projecto que parece já ter sido gizado então - o da tomada de Santarém pelos almóadas, desidério que alguns possivelmente alimentariam. não só pela recuperação de uma importante cidade para o Islão - a pátria de Ibn Bassām - mas também para neutralizar um dos principais locais de onde partiam expedições contra as terras de além-Tejo - Santarém.

(h) 1184 - Campanha contra Santarém - (um fracasso anunciado?)

Simbolicamente ou não, a partida das tropas do Norte de África para se iniciar a campanha contra Santarém teve lugar pouco tempo depois de ter sido terminada a nova grande mesquita *al-ġam‘a* (ou aljama) de Sevilla; mesquita cujas obras se iniciaram em 567 H / 1172 e cujo *terminus* teve lugar em finais de Abril de 1182³⁰⁸³.

A **campanha militar almóada sobre Santarém**, em 1184, é uma das mais bem estudadas das campanhas dos almóadas³⁰⁸⁴ e tem recebido interesse recente por parte dos investigadores³⁰⁸⁵. A campanha contra Santarém, em 1184, é o culminar de vários ataques levados a cabo pelos cristãos do ocidente e pelo facto de nem com a derrota e o recuo dos portugueses, em 1169, os ataques contra o sul islâmico não tenham cessado. A importância estratégica de Santarém é tal - bem como a facilidade que daí de se tem para chegar às terras do sul - que será de Santarém e não de Lisboa que no reinado de Afonso Henriques se empreendem as campanhas contra Beja.

A campanha começa a ser preparada ainda em 1183, no Norte de África. Em 17 de Maio de 1184, as tropas almóadas (sobretudo contingentes de Maşmūdas e árabes) cruzam o Estreito e iniciam a sua marcha “lenta” para Norte: a 7 de Sevilha saem de Sevilha e só aos 21 desse mês deixam as

3082. Sobre a dificuldade de os almóadas cercarem eficazmente as cidades que pretendiam tomar veja-se P. Buresi, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique: du Tage à la Sierra Morena...*, pp. 121-124.

Vários trabalhos de García Fitz têm, igualmente, lembrado esta debilidade das forças do al-Andalus mas também de algumas debilidades, do lado cristão, perante o mesmo tipo de situações.

3083. O arquitecto foi Aḥmad Ben Baso. O alminar ou torre da mesquita só se terminará alguns anos depois; as obras foram interrompidas em 1184 e só retomadas a partir de 1188, sob a orientação do arquitecto ‘Alī al-Gumarī (cf. Antonio E. Momplet Míguez, *El arte hispanomusulmán*, pp. 120-121).

3084. Huici Miranda continua a ser a referência para estes acontecimentos.

3085. Ver J. Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, pp. 144-148.

portas de Badajoz³⁰⁸⁶. A pompa, o formalismo e a lentidão - que se pagará cara - deste exército não é inédita; o mesmo já se tinha registado na campanha de Huete (em 1172), campanha durante a qual o califa, em vez de se concentrar nas actividades militares, preferia promover discussões de carácter teológico - o que explica em grande medida o insucesso dessa campanha³⁰⁸⁷.

A incapacidade de montar um cerco a Santarém, e a falta de sagacidade para avaliar as defesas da cidade e definir os pontos fracos sobre os quais atacar, levam os santarenos a reagir e as tropas almóadas têm de levantar o cerco a 2 de Julho; o atravessamento do Tejo, de regresso á margem sul é desorganizado e o califa é deixado para trás - acaba por ser ferido num contra-ataque dos audazes santarenos e dessa ferida morrerá algures entre o Tejo e Odiana. A sua morte é abafada e escondida do contingente que batia em retirada; o seu filho Abū Yūsuf Ya‘qub é aceite ainda em marcha, aos 30 de Julho e a sua proclamação será ratificada aos 10 ou 11 de Agosto de 1184, em Sevilha, depois de cerca de um mês de marcha entre Santarém e Sevilha³⁰⁸⁸.

A morte de um califa almóada no regresso de uma tentativa frustrada de recuperar Santarém, deixará o Ġarb à mercê da iniciativa dos reinos cristãos, de Leão e de Portugal. A médio prazo, favorecerá a acção de Sancho I de Portugal, cinco anos depois, sobre Silves.

Porém, a curto prazo, a monarquia passará por mudanças, com a morte de Afonso Henriques, em finais de 1185. A 4 de Julho de 1187, o Mundo Islâmico é positivamente surpreendido com a vitória de Saladino na *Batalha de Hattīn* (ou *Hittīn*) - معركة حطين - na qual as tropas de Saladino conseguiram vitória - junto ao Tiberíades - que lhes abriria as portas de Jerusalém. A consternação, no mundo ocidental, porém, não impediu a reacção, e em 1189 um Sancho I mais firme na sua posição como rei³⁰⁸⁹, retirará Silves, por algum tempo, ao domínio dos almóadas no al-Andalus; uma Silves, que era, já então, possuidora de um sistema defensivo complexo.

Fontes escritas falam sobretudo das obras levadas a cabo nas grandes fortificações e não em obras defensivas de segunda linha. Parece não haver referências a locais como Serpa, Moura, Noudar e outros locais.

Alcácer deve ter recebido grandes obras mas só depois de recuperado pelos almóadas - depois de 1191. Porém, embora posicionada como uma capital de *taġr*, como uma base de Fronteira³⁰⁹⁰, a sua acção mais que ofensiva e preparadora de novas acções contra o Norte cristão, al-Qaṣr preparação

3086. Cf. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., pp. 280-281.

3087. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., p. 277.

3088. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., p. 284.

Detalhes sobre esta campanha e a sua importância para o reino de Portugal encontram-se, para citar um só trabalho recente e fundamental, em J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, pp. 266-269.

3089. Sobre os primeiros anos de Sancho I de Portugal veja-se Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

3090. Sobre estes aspectos vejam-se as reflexões fundamentais de Hermenegildo Fernandes em “Fronteiras e Reconquista”, in *Portugal Islâmico - os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, pp. 269-276; ver igualmente Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos - a sociedade de Fronteira no Sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras de

essencialmente para a defesa passiva, para aguentar a força de um poder cristão que não se avaliava como pequeno. Mas, a posição de al-Qaṣr acabará por, pelos menos em termos terrestres, ser pouco aproveitada - e é difícil saber se o seu reforço se deveu a uma aposta forte unicamente nas suas inegáveis capacidades navais.

(i) SILVES, em 1189, cerco e resistência numa cidade preparada

Os detalhes desta façanha militar extravasam, em muito, os aspectos meramente políticos e militares do lado dos críticos que acometeram esta cidade, a que então era mais ocidental cidade do al-Andalus. De facto a fonte escrita descoberta e editada por Costanzo Gazzera, em 1840, em Turim, conhecida por *De Itinere Navali de eventibus de que rebus peregrinis Hierosolymam petentibus MCLXXXIX fortiter*, reeditado em 1844 por João Baptista da Silva Lopes, acompanhado de uma tradução, contém informações fundamentais para se perceber o sistema defensivo de uma cidade portuária em que os almóadas apostam³⁰⁹¹. Esta última edição foi utilizada por Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda e republicada no vol. IV da *Historia do Exército Portuguez*³⁰⁹²; e, mais recentemente, por Alfredo Pimenta; usar-se-á esta última edição³⁰⁹³ mas em coordenação com a edição, cuidadosa, de Charles Wendell David.

Esta descrição é rica em detalhes a nível dos acontecimentos e dos percursos, mas igualmente a nível da arquitectura (civil e militar) e das atitudes dos *šilbiyy* perante o ataque que tiveram de enfrentar no Verão de 1189, durante cerca de mês e meio e durante o qual não receberam ajuda de nenhuma outra cidade do al-Andalus. Em muitos aspectos o que se passa em Silves assemelha-se ao que, em 1147, se passara com Lisboa. Percebe-se que a cidade dispunha de um sistema defensivo de que faziam parte outras pequenas fortificações como Alvor - local em relação ao qual se tem colocado a hipótese de derivar de *al-burġ* -, onde restam vestígios de um pequeno recinto defensivo de planta sensivelmente quadrangular, mas também se menciona uma defesa na zona do Carvoei-

Lisboa, em 2000 (inérita), cap. “No Gharb interior: problemas e disfunções”.

3091. *Relação da derrota naval, façanhas, e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189 - Escrita em latim por hum dos mesmos cruzados*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844.
3092. Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia do Exército Portuguez*, Tomo Iv, pp. 347 e segs.
3093. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 159-185.

Há uma edição intitulada “Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium, AD. 1189”, editada por Charles Wendell David, in *American Philosophical Society*, n. 81, 1939, nr. 5, pp. 591-676 (já possível de consultar através de GoogleBooks - http://books.google.pt/books?id=kVQLAAAAIAAJ&pg=PP5&lpg=PP5&dq=Proceedings,+%22American+Philosophical+Society%22+vol.+81,+1939&source=bl&ots=9C5jsUQI5v&sig=Aznt-MdmKpK7W_5OygiTPIw5U&hl=ptPT&ei=3nnbSfngMaOgM9KP0MII&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2#PPA619,M. (texto latino comentado em pp. 610-642).

ro³⁰⁹⁴, não longe do que foi Porches Velho³⁰⁹⁵, na zona onde se mencionará a “torre de Estômbar”, na centúria seguinte³⁰⁹⁶ e, eventualmente o “castelo Belinho”³⁰⁹⁷. Pode-se acrescentar, com reservas, o local de Ferragudo: esta pequena enseada natural, à entrada do rio Arade, em frente do que será Portimão exhibe, no seu alto, uma atalaia que aparenta ser tardia mas que controla a costa atlântica e a entrada no rio, para além de um pequeno castelo, tardio igualmente, junto à barra do rio; mas são muitas as coincidências posicionais favoráveis e não seria de estranhar que se viesse a detectar ocupação de época islâmica neste local - dominando uma cota elevada e com uma enseada agradável - localizado à entrada do rio que conduz a Silves (fig. 195-207) .

A própria *Relação* refere que “quatro semanas antes” tinham saído de Lisboa 55 embarcações de cruzados que, ao dirigirem-se para o Mediterrâneo, tinham destruído o castelo de Alvor - uma das várias fortificações então existentes na linha da costa sul do Ġarb, defendendo possíveis avanços pela linha de água próxima, a ribeira de Odiáxere e o rio de Alvor (que se divide nas ribeiras da Torre e do Farelo)³⁰⁹⁸. A destruição desse castelo - que deveria ser uma pequena defesa costeira e de atalaia edificada possivelmente depois da chegada dos normandos às costas do al-Andalus, no século IX - trouxe consigo a morte de cerca de 5600 pessoas e dessa fortificação - e de outros locais em seu redor - só restavam, então, ruínas e desolação³⁰⁹⁹.

Porém, os campos em redor de Silves são descritos como bem cultivados, mas já abandonados - as populações peri-urbanas, avisadas, ter-se-iam protegido intra-muros, em Silves. A mesma des-

3094. Cf. Ch. Picard, “Les défenses côtières de la façade atlantique d’al-Andalus “, *Castrum 7 . Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen-Age : défense, peuplement, mise en valeur*, (Roma 23-26 octobre 1996), Roma-Madrid, École Française de Rome, Casa de Velzquez, 2001, pp. 174-175.

3095. Cf. CORREIA, F. Branco, “Considerações sobre testemunhos e técnicas arquitectónicas do período muçulmano em monumentos militares portugueses” in *I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses* (Vila Viçosa, Out. 1982). Lisboa: Património XXI, 1982. vol. 1, pp. 83-87 - não seria impossível que Porche adviesse de Borġ < de *burġ*; Rosa V. GOMES, *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb*, Trab Arq., 23, pp. 133-136.

3096. Já quadro da conquista do Algarve, de meados do século XIII, por Paio Peres Correia.

3097. Rosa V. GOMES, *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb*, Trab Arq., 23, pp. 122-123.

3098. C.M.P. -- 1/ 25.000, n.ºs 594 e 603.

3099. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 160-161.

Seguindo, o percurso da Ribeira das torres - sintomaticamente chamada “da torre” - encontra-se a zona de *Alcalar*, famosa pelos monumentos pré-históricos aí existentes. Porém, o apelativo “alcalar” parece ter origem em *al-Qal’a* (Helena Catarino já referiu este topónimo, entre outros existentes em Portugal, com a mesma possível origem). Uma prospecção arqueológica mais intensa poderá vir a revelar a existência de uma possível fortificação (da fase inicial da ocupação islâmica, como pretende Manuel Acién que sejam as *qal’a/s*?) mais para o interior que, eventualmente, pode ter sido substituída por outra mais costeira, melhor posicionada sobre a costa, como aconteceu, por exemplo, com a dupla Pechina - Almeria (suplantando esta última localidade, depois do século X, a primitiva cidade marinheira).

Apesar de tudo, investigações recentes no Norte de África registam o aparecimento de toponimos do tipo *al-Qal’a* junto ao litoral, mas algo para o interior (tal como Alcalar no actual Algarve), mas para as épocas mais tardias (sécs. XIII e XIV) - cf. “torres de alcalá” no vale de Bānū Būfrāh em Abdelatif El Boudjay, “Prospection d’archéologie médiévale dans la vallée de Beni Boufrah (Rif, central, Maroc) Premiers résultats”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tomo 32-1, 1996 (pp. 319-334) p. 323, fig. 2. Esta possível investigação sobre as *qilā* e *ma’qil* deverá contar com o útil trabalho de Yassir Benhima, “La défense des communautés rurales au Maroc (13e-14e siècles): évolution du peuplement et enjeux politiques”, *Al-Andalus - Magreb*, vol. 10, Cádiz, 2002-2003, pp. 25-40, sobretudo p. 34 e segs.

crição esclarece - como se sabe - que o contingente de cruzados seria apoiado por contingentes do rei português, vindas por terra - aparentemente sem terem encontrado dificuldade de avançar entre Alcácer e Silves, com uma Beja em que o projecto de revitalização almóada fracassou por completo³¹⁰⁰.

O cruzado anónimo faz uma apreciação das defesas passivas da cidade; diz que possui “grande fortaleza”³¹⁰¹. A cidade parece estar preparada para este ataque e, num primeiro momento, parece saber responder. Para além de defesas passivas, de muralhas em relação às quais não se refere má conservação, há tropas de cavalaria que saem e tentam bater os cruzados e do alto dos seus muros, os defensores da Silves almóada usam maquinaria de guerra - “trabucos”³¹⁰², com os quais atiravam pedras. Mas, o mais interessante da descrição do autor anónimo da *De Itinere Navali* é a descrição do conjunto urbano e do sistema defensivo aí montado. A *Šilb* almóada era defendida por muralhas e por fossos.

(i) Os recintos

A nível das muralhas, do sistema defensivo, o cruzado que participa na tomada de Silves, em 1189, refere que a cidade possuía, então, **quatro recintos** de carácter defensivo (embora o mesmo autor dê outros detalhes que ultrapassam esta sistematização inicial). Esses quatro recintos seriam - usando a nomenclatura dada a conhecer pelo cruzado autor do *De Itinere Navali* - o *Rovale*, a *Almedina*, *Alcay* e a *Coirasce*, todos eles “*nomes apelativos e não próprios, pois em toda a parte que por estas terras ha localidades nas cidades, dão-lhes os mesmos nomes assim os infieis, como os christãos*”.

Destes nomes identificativos, de carácter urbano e que ultrapassava crenças, o que ficava mais perto dos atacantes era o *Rovale ou Rovalle*³¹⁰³: trata-se de uma transcrição aproximada do que em árabe clássico será o *Rabaḍ*, o que em línguas ibéricas surge traduzido como *arRabal* ou *arRabalde*. No caso de Silves, ao contrário do que se verificava na Lisboa de 1147, em que os arrabaldes se auto-defendem com as casas a formarem a própria muralha, uma espécie de muralha improvisada, na Silves de 1189, o arrabalde - seria um, ou a zona de arrabalde estava toda englobada e defendia por uma única cintura - estava completamente defendido. A mesma descrição afirma que dos espaços murados, “o maior” era a Almedina³¹⁰⁴, nome comum no ocidental ibérico, como a própria fonte reconhece - o que torna perfeitamente compreensível a sua utilização em latitudes mais a norte,

3100. Peregrinos bretões associaram-se ao assédio a Silves - *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 162.

3101. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 164.

3102. *Ibidem*, p. 164; o texto original em latim refere “*balista*”, como a arma usada no interior da cidade.

3103. *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 619

3104. Diz o texto que “a maior [das zonas muralhadas] estava no monte e davam-lhe o nome de Almedina” - *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 166.

como era - e é - o caso de Coimbra. Tudo leva a crer que as muralhas dispunham de ameias bem mantidas³¹⁰⁵.

Interessante é a descrição que é feita da Couraça / Coracha ou, usando o termo aplicado a Badajoz - onde deve ter havido equívoco por parte do fornecedor de informação a Ibn 'Idārī ou uma particularidade local, dado que aí o termo *Kūrāġa* é aplicado ao poço. A Couraça, em Silves, tal como aparecerá definido em outras fortificações, é um complexo defensivo ligado à protecção e defesa de águas tacticamente importantes para a subsistência da cidade. A Couraça não é só uma torre, nem é aqui nome dado a um poço, é um sistema torreado - uma muralha autónoma - que, nesta caso particular, protege um “canal”; sistema que se generalizará sob domínio almóada mas que surge já em fases anteriores, mas não sistematicamente³¹⁰⁶.

A referência que é dada vai mais longe. A Couraça “amarrava” estruturalmente à parte alta da cidade³¹⁰⁷ (de forma aparentemente semelhante ao que depois se encontrará em Montemor-o-Velho) e “desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das aguas, e hum cerco rio chamado Arade ou Drade”³¹⁰⁸. Era uma de grande envergadura, de carácter hidráulico, não só por preteger e estar associado a um canal - uma acéquia ou asseca (nome que não é referido) - mas também por que o texto refere um detalhe interessante: a água do canal e do Arade abastecia “d’agua em abundância a cidade superior”, o que significa aque teriam de ser utilizados sistemas de elevação de água, certamente complexos³¹⁰⁹ e envolvendo possivelmente rodas hidráulicas³¹¹⁰.

3105. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. X, p. 23.

3106. Manuel Acién assinala uma “coracha” na Granada da época das Taifas do século XI - cf. Manuel Acién, “La fortificación en al-Andalus”, *Archeologia Medievale*, XXII, 1995, (pp. 7-36), p. 12.

3107. “et super conductum IIIor turres ita ut superior civitas inde aquis habundaret, et hec munitio **corrasce** dicitur” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 620.

3108. O texto em latim é mais claro; diz *Widradi* e *Widloc* que estão pelos modernos Arade e Odelouca - cf. *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 620.

3109. Sobre hidráulica *andalusī* a bibliografia existente é extensa; vejam-se Miquel Barceló, H. Kirchner e C. Navarro, *El agua que no duerme: fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí*, Granada, Sierra Nevada 95/ El Legado Andalusí, 1996; aspectos técnicos particulares podem encontrar-se em Carmen Trillo San José, “El agua en al-Andalus: una explicación social de los espacios irrigados” e J. Guillamón Álvarez, “Sistemas hidráulicos del Levante peninsular”, artigos publicados em Aguiló, M., (ed.), *Ingeniería hispanomusulmana. XII curso de verano de ingeniería civil*, Toledo, 2003, bem como os estudos clássicos e fundamentais de Thomas Glick: GLICK, THOMAS F. “Las técnicas hidráulicas antes y después de la conquista”, in *En torno al 750 aniversario: antecedentes y consecuencias de la conquista de Valencia*, Valencia, Generalitat - Consell Valencià de Cultura, 1989, pp. 53-71; ver ainda GLICK, Thomas F, “La transmisión de las técnicas hidráulicas y de regadío del mundo islámico al mundo hispánico: difusión y síntesis” in GARCÍA-ARENAL, Mercedes (coord.) *Al-Andalus allende el Atlántico*, Granada: El Legado Andalusí, 1997, pp. 222-233. O trabalho de síntese de B. Pavón Maldonado sobre a água e as suas múltiplas vertentes e utilizações é um auxiliar precioso - cf. B. Pavón Maldonado, *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. I: Agua, C.S.I.C., Madrid, 1990. Algumas destas técnicas perduram mesmo depois da mudança de mãos - cf. HINOJOSA MONTALVO, José. “El aprovechamiento hidráulico en el reino de Valencia durante la Edad Media” in *Cuadernos de Historia de España*, 2006, vol.80, pp. 25-54. Os aspectos específicos da Arqueología hidráulica *andalusī* podem encontrar-se em: Helena Kirchner, Carmen Navarro, “Objetivos, métodos y práctica de la arqueología hidráulica” in *ARQUEOLOGÍA Y TERRITORIO MEDIEVAL*, vol. I, Jaén, Universidad de Jaén, 1993, pp. 159-182.

3110. Embora a referência a rodas hidráulicas possa fazer recordar, de imediato, as rodas gigantes do Orontes, em Homs (na Síria) ou a roda (associada a uma nora) existente em Tomar, nos centros urbanos andalusís havia sistemass hidáráulicos complexos mas menso vistosos; um bom exemplo de como se tem investigado nesta

O quarto recinto é referenciado de forma algo estranha: “abaixo da primeira era o castello que se chama **Alcay**”³¹¹¹. Não faz sentido que esta fortificação mais pequena (*Alcay* será corrupção de *al-cafr* (alcácer) ou de *Alcafova*?) estivesse colocado numa posição inferior. Aliás, a dificuldade em explicar este vocábulo levou a Rosa Verela Gomes, que estudou como ninguém a alcáçova e a medina de Silves em termos arqueológicos, não tenha podido aclarar esta questão que ainda é insolúvel³¹¹².

Porém, já no século XIX Alexandre Herculano lhe tinha dedicado algumas linhas, que ainda hoje são úteis. Diz o grande historiador que “a almedina ou cidade antiga, coroada da sua kassba ou castello, tomava a coroa de um monte, em cuja raiz se estendia uma chã/ planície pela margem direita do rio, na qual estava assentada a parte mais vasta da povoação, o arrabalde, que por si só representava uma grande cidade”³¹¹³. A identificação de *Alcay* / *Alcaz* com uma alcáçova é justificada por Alexandre Herculano num erro de cópia: “Esta phrase do anonyino é demasiado obscura. Provavelmente houve erro na cópia. Parece deve ler-se : Super primam (scil. civitatem) castrum Alcay dicebatur. O que é certo é que no systema militar daquelle tempo a alcáçova (al-kassba) sempre campeava sobre a almedina, porque era o logar mais forte. É isto mesmo o que a respeito de Silves nos provam os restos das antigas fortificações”³¹¹⁴.

área encontra-se em Calatrava la Vieja; esta cidade parece ser uma das fortificações onde, pela existência também de Couraças, se coloca a hipótese de ter havido sistemas complexos de subida das águas para a fortificação. Veja-se Manuel Retuerce e Juan Zozaya (1992): “Un sistema defensivo hidráulico autónomo: Calatrava la Vieja” *III Congreso de Arqueología Medieval Española.*, Oviedo, 1989. Tomo II. pp. 353-359. (mesmo assim, sobre o Orontes vale a pena ver o projecto pluri-disciplinar de PHILIP Graham; JABOUR Farid; BECK Anthony; BSHESH Maryam; GROVE James; KIRK Alastair e MILLARD Andrew (Graham Philip, Farid Jabour, Anthony Beck, Maryam Bshesh, James Grove, Alastair Kirk and Andrew Millard), “Settlement and landscape development in the Homs Region, Syria: Research questions, preliminary results 1999-2000 and future potential” in *Levant*, vol. 34, Amman, Council for British Research in the Levant (CBRL), 2002, pp. 1-23.

3111. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 166. O texto editado diz “Item sub primum castrum alcaz [sic] dicebatur” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David) , p. 620. O editor anglófono não tem dúvidas de que deve corresponder a “alcácer” - *ibidem*, p. 620, n. 155.
3112. Cf. Rosa Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*; IPA, *Trabalhos de Arqueologia*, vol. 23; idem, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, IPA, *Trabalhos de Arqueologia*, vol. 35; idem, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, IPA, *Trabalhos de Arqueologia*, vol. 44 (volumes cujo envio muito agradeço à autora e que, mais recentemente, também se podem consultar *on-line*).
3113. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, III, 81 ed., p. 172 (verif.) nota 2
3114. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, III, 81 ed., p. 172 (verif.) nota 2. Charles Wendell David não contesta a possibilidade de ter havido um erro de transcrição - “the manuscript may indeed be corrupt” - mas crê que o “alcácer” poderia corresponder a uma zona de torre grande - a albarrã: “If this great tower was the alcaçar or if the author supposed it to be such, the passage offers no particular difficulty” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David) , p. 620, n. 156 - o que o autor não deixa claro é que, dessa forma, a cidade seria apresentada como não tendo alcáçova; e, por outro lado, Charles Wendell David assume que a grande torre - de que se falará em seguida, e *Alcaz/Alcay* têm uma relação directa, o que o texto não deixa claro - a grande torre é o “item” seguinte da descrição dos sistema defensivo, não uma parte ou componente estreitamente ligado a *Alcay*.

A descrição que al-Idrīsī faz de Silves não refere nenhuma alcáçova mas tampouco diz que a cidade é desprovida desse recinto defensivo; salienta, porém, o carácter forte das suas muralhas, no conjunto³¹¹⁵. No entanto, o mesmo texto, mais adiante refere, por contraposição, uma visão mais clássica e dicotómica da cidade islâmica, com a complementaridade entre dois espaços autónomos, a *alcáçova e a medina*³¹¹⁶, aqui expressos pela expressão “*civitatem et castrum*”³¹¹⁷.

A seguir, de imediato, à descrição de Alcaz / Alcaz, surgem um outro *item*; trata-se de uma torre, a única que tem honras de tratamento em separado - a torre *Alvierana*³¹¹⁸ ou *Alverana*³¹¹⁹; trata-se, como Charles Wendell David identifica, uma torre albarrã, ou seja, uma torre exterior à muralha, que se distanciava desta e que, dessa forma, como o próprio texto do cruzado mostra, uma torre para controlar pelos flancos os atacantes.

As **torres albarrãs** costumam ser apresentadas como uma das características mais comuns nas fortificações de época almóada, não faltando exemplos de fortificações desta época em que elas surgem habitualmente³¹²⁰. Quando qualquer estudioso desta época pretende dar um exemplo de cidade

3115. “Silves, jolie ville bâtie dans une plaine, est entourée d'une forte muraille. Ses environs sont plantés en jardins et en vergers ; on y boit l'eau d'une rivière qui baigne la ville du côté du midi, et qui fait tourner des moulins. La mer Océane en est à trois milles du côté de l'occident. Elle a un port sur la rivière et des chantiers. Les montagnes environnantes produisent une quantité considérable de bois qu'on exporte au loin. La ville est jolie et l'on y voit d'élégants édifices et des marchés bien fournis. Sa population ainsi que celle des villages environnants se compose d'Arabes du Yémen et d'autres, qui parlent un dialecte arabe très-pur ; il savent aussi improviser des vers, et ils sont tous éloquents et spirituels, les gens du peuple aussi bien que les personnes des classes élevées. Les habitants des campagnes de ce pays sont extrêmement généreux ; nul ne l'emporte sur eux sous ce rapport.” - pp. 179-180.

3116. Sobre esta dicotomia e as diversas formas como se articulavam, nas cidades do al-Andalus, veja-se Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d'Al-Andalus l'Espagne et le Portugal à l'Époque Musulmane (VIIIe. Xe. siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996.

3117. *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 628; veja-se também a edição *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo, (Facsimile da edição de Lisboa : Academia das Ciências, 1844, ed. João Baptista da Silva Lopes; com um estudo de Manuel Cadafaz de Matos), Lisboa - Távola Redonda / Silves - Câmara Municipal de Silves, 1999, pp. 204-205 (Facsimile da edição de Lisboa, 1844, pp. 32-33) - edição que devo à generosidade da edilidade silvense.*

3118. Na edição de Pimenta, p. 166.

3119. “Item una magnis turris erat in rovalle, et habebat viam ad almedinam, id est muro quodam testudinato, ita ut de ea videre posset quid exterius muro almadine accideret, et impugnantes murum a tergo ledi possent a turri, et e converso; et hec **alve[6v]rana dicitur**” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), pp. 620-621.

3120. Sobre as torres albarrãs em época almóada vejam-se os trabalhos clássicos de Henri Terrasse (TERRASSE, Henri, *Les forteresses de l'Espagne Musulmane*, Madrid, Imprenta y Editorial Maestre, 1954) e, sobretudo TORRES BALBÁS, Leopoldo, “Las torres albarranas”, *Al-Andalus*, VII, 1942, pp. 217-220 (Obra Dispersa I, vol. 2, pp. 116-120).

No caso de Portugal, estas torres começaram a ser estudadas a partir de trabalhos de José Luís de Matos, devendo assinalar-se o trabalho sobre Loulé (MARTINS, Isilda Maria Pires; MATOS, José Luís de, “Muralhas de Loulé” in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 31 ser., vol. 5 (1971), pp. 227-247; reeditada em Loulé). Outros trabalhos têm referido esse tipo de torres em época almóada: F. Branco Correia, “Considerações sobre testemunhos e técnicas arquitectónicas do período muçulmano em monumentos militares portugueses” in *I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses* (Vila Viçosa, Out. 1982). Lisboa: Património XXI, 1982. vol. 1, pp. 83-87; F. B. Correia, e M. Cristina Veiga, “Paderne e Salir: duas fortificações do período muçulmano” in *Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses* (Lisboa, Jun. 1983). Livro do Congresso. Lisboa: Património XXI, 1984. pp. 105-112; F. Branco

do *Ġarb al-Andalus* rica em torres albarrãs, geralmente o exemplo de Silves é o que ocorre mais facilmente. Por outro lado, esta cidade dispõe de um estudo minucioso das torres albarrãs conservadas e das que foram surgindo - a partir de trabalhos arqueológicos sistemáticos e continuados - nos últimos anos e que se podem observar³¹²¹.

Porém, nos últimos tempos a ideia tradicional que incluía a torres albarrãs unicamente no período almóada começou a ser abalado; surgiram dados que apontam para a existência de torres distanciadas da cortina principal em fortificações datáveis de épocas anteriores³¹²², como aconteceu em Calatayud, na sequência dos trabalhos de Juan Souto. A sua tese sobre Calatayud - inédita³¹²³ - revelou torres deste tipo em épocas bem recuadas, dentro do quadro do al-Andalus³¹²⁴, embora haja também que tenha encontrado paralelos longínquos entre este tipo de torres e outras formalmente semelhantes no Egipto faraónico³¹²⁵. Por outro lado, é de recordar que ainda se coloca o problema da datação das albarrãs de Mérida, perfeitamente adossadas ao recinto omíada inicial, maciças, em silharia que reaproveita materiais e *spolia* romanos, diferentes das que dominarão durante o período almóada, e

Correia, “Fortificações muçulmanas no Algarve: estado da questão e perspectivas” in *4º Congresso do Algarve. Textos das comunicações* (Fev. 1986). [Silves]: Raca Club, 1986. vol. 1, pp. 97-102.

Helena Catarino, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica”, *Al-‘Ulya*, Loulé, n. 6, 1997-1988, 3 volumes; Helena Catarino, “Arqueologia medieval islâmica no Algarve: Alcoutim, Salir e Paderne”, in *Encontro de Arqueologia do Algarve: Boletim Informativo*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, 1990, pp. 123-129.

3121. A melhor descrição destas torres e dos sistema defensivo de Silves pertence a Rosa Varela Gomes e aos seus diversos trabalhos; salientem-se as edições do IPA, resultantes da sua dissertação de Doutoramento, antes citadas.
3122. Um dos trabalhos iniciais que abala as certezas anteriores deve-se a Juan Zozaya, (recentemente homenageado em Mértola, com um volume de obras a si dedicadas lançado em Évora, no Dep. de História - Palácio do Vimioso), “Islamic Fortifications in Spain: Some Aspects”, in BLAGG, T. F.C., JOMES, R. F. .3. y ICEAY, S. A., eds., *Papers on Iberian Archeology*, n. 193 de BAR (*British Archaeological Reports*) - *International Series*, BAR, Oxford, 1984, pp. 636-673 - A Juan Zozaya é difícil saber como agradecer as obras oferecidas e os ensinamentos recolhidos nas escavações do castelo de Gormaz (Soria).
3123. Juan Antonio Souto Lasala, *El conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza) - Ensayo de estudio histórico-Arqueológico*, (Tese de licenciatura inédita); Madrid, 1983.
3124. Sobre as fortificações de Calatayud veja-se Juan Antonio Souto, “Sobre la génesis de la Calatayud islámica”, *Aragón en la Edad Media*, VIII (Zaragoza), 1989, pp. 675-695; idem, “Ensayo de estudio histórico-arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados”, *Anaquel de Estudios Árabes*, 1 Madrid, Univ. Complutense, 1990, pp.187-201; idem, “La construcción de/en al-Andalus omeya: fortificaciones (y otros elementos) a la luz de varias fuentes escritas”, in Isabel Cristina Fernandes (Ed.), *Mil anos de fortificações*, Palmela / Colibri, 2002, pp. 77-81. (agradeço as Juan Souto a lista de trabalhos seus, para eu poder escolher todos os que desejava, e serem-me enviados, como aconteceu, prontamente). O autor publicou, mais recentemente, uma síntese dos seus trabalhos, que recupera informação da tese inédita: Juan A. Souto, *El conjunto fortificado islámico de Calatayud*, Saragoça, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2006.
3125. Leonardo Villena, “Antecedentes y paralelismos de la Fortificación Ibérica en el Oriente Próximo”, in *El Castillo Medieval Español - La fortificación española y sus relaciones con la europea*, Madrid, Centro de Estudios Aramón Areces, 1998, pp. 131-151.

que levam Juan Zozaya³¹²⁶ a apontar a possibilidade de que sejam omíadas - possibilidade que nesta dissertação atrás se reforçou.

Porém, há algo nesta descrição que merece reflexão. O autor da *De Itinere Navali ...Silviam...* não refere as muitas torres albarrãs que ainda hoje se erguem na cidade do *Widradi* - Arade; refere, sim, **uma** torre albarrã - bem destacada da muralha e com funções táctica de flanqueio - o que recorda o dispositivo existente na Lisboa pós-almorávida, de 1147 e se pode apreciar, em termos de planta - para esta última cidade - nas plantas publicadas por Pedro Barbosa. Porém, não deixa de lembrar, igualmente, a torre de Espantaperros (Badajoz), cuja data de edificação não se conhece.

Este dado é de extraordinária importância, na medida em que - se se tomar à letra esta descrição - é possível que na Silves de 1189 ainda não houvesse a profusão de torres albarrãs que - eventualmente mais tarde - foram contruídas e implantadas ao longo das cortinas, muitas das quais ainda hoje se podem ver. Assim, a Silves de 1189 estaria equipada com uma grande albarrã, à semelhança do que os portugueses já conheciam de Lisboa e - eventualmente - só a partir de 1191 um novo projecto de arquitectura militar iria dotar a cidade de Šilb de um conjunto impressionante de muitas torres albarrãs³¹²⁷; a outra hipótese de explicação seria a existência de uma torre albarrã que se destacaria de tal forma das demais que mereceria um tratamento especial e a honra de ser a única a ser apelidada como “albarrã”, uma “albarrana de flanqueo” para utilizar a expressão usada por Mora-Figueroa³¹²⁸.

Este texto, um espantoso *retrato* de uma fortificação almóda de finais do século XII, abre hipóteses de estudo sobre a evolução da poliorcética islâmica no al-Andalus e, como se verá faz sentido à luz das investigações que têm sido levadas a cabo nas actuais Andaluzia (sobretudo em Sevilla) e na Extramadura espanhola (sobretudo os trabalhos recentes sobre Cáceres, onde se encontram várias albarrãs e Badajoz onde se destaca a torre de Espantaperros).

É de crer que se tratasse de uma torre albarrã aqui citada fosse menos evoluída que a octogonal de Badajoz (da Atalaya ou de Espantaperros) e possivelmente mais próxima das existentes na Lisboa pós-almorávida. Se se tratasse de uma albarrã polifacetada, como a de Badajoz - e como a que mais tarde, surgirá em Sevilha, a Torre del Oro - bem como de outras que surgem à semelhança destas, é provável que o autor da descrição o referisse, dada a sua atenção em relação aos mínimos detalhes das muralhas - e mesmo da arquitectura civil - de Silves, em 1189.

Ainda em relação às torres, deve referir-se que o texto do *De Itinere Navali* refere a existência de **torres estavam próximas umas das outras**³¹²⁹. Especto tem grande relevância, na medida em que se considerou durante muito tempo que a grande proximidade entre as torres era um sinal de anti-

3126. Juan Zozaya, “La fortificación islámica en la península ibérica: principios de sistematización”, in *El Castillo Medieval Español - La fortificación española y sus relaciones con la europea*, Madrid, Centro de Estudios Aramón Areces, 1998, (pp. 23-44), §16, p. 35.

3127. Para o seu estudo detalhado deve ver-se Rosa Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa, IPA -Trabalhos de Arqueologia 35, 2003, sobretudo o seu cap. 2.

3128. Luis de Mora-Figueroa, “La torre albarrana. Nota sobre su concepto, funcionalidad y difusión en la Europa occidental cristiana” in *III Congreso de Arqueología Medieval Española* (actas : Oviedo, 27 marzo - 1 abril, 1989), Tomo II, Universidad de Oviedo, 1992, (pp. 52-62), p. 52; o autor define a função táctica destas torres como “un flanqueo / envolvente estático, preferentemente en las zonas perimetrales más vulnerables a la agresión”; apesar de se tratar de um artigo relativa a torres albarrãs já de época cristã - e em Portugal há vários exemplos - o mesmo conceito pode ser aplicado a este tipo de torres - “albarrãs de flanqueio” - pouco estudo para a sociedade do al-Andalus.

3129. *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 621; ed Pimenta, pp. 167-169; *A cidade de*

guidade³¹³⁰ - não seria impossível que houve torres pré-almóadas ainda em funções, mas é interessante verificar que, depois das obras dos anos setenta do século XII, se mantiveram torres próximas umas das outras.

Portas em cotovelo

As portas do sistema defensivo não são identificadas uma a uma, nem se conhecem os seus nomes. Porém, a mesma descrição apresenta a principal característica comum a todas elas: “as entradas pelas portas eram de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente seriam escalados os muros do que entraria alguém por ellas”³¹³¹.

Parece não haver dúvida de que na Silves de finais do século XII os sistemas de entradas em cotovelo dominavam e estavam presentes em todas as portas da muralha. A descrição, porém, na esclarece se se tratava de estradas acotoveladas inseridas no interior de torres - como ainda hoje se pode observar em Niebla - ou se se trata de sistemas mais complexos que, sem dispensar a presença de torres, está associado a torres projectadas para o exterior e a entradas complexas, “em baioneta”, com cotovelos sucessivos (o que a literatura espanhola especializada chama de “recodo”). Aliás, na mesma região, ainda hoje se encontram exemplos desse tipo de entradas, tortuosas, exemplos que em alguns casos se podem observar parcialmente *in loco* e que, em outros casos, ficaram testemunhos na iconografia dos séculos seguintes.

Há portas em cotovelo datadas do século XI; é o caso das *puerta Monaita* e *puerta de los Pesos*, ambas em Granada³¹³², embora não deixe de haver acesso acotovelado na cidade palatina de Madīnat al-Zaġrā'. Apesar de na Península Ibérica estas entradas sejam normalmente conhecidas pela sua designação em castelhano - *codo* ou *recodo* - e pela sua tradução imediata em português - cotovelo - elas tinham uma designação pela qual parece terem sido - no Oriente - conhecidas: *bašūra*, nome pelo qual eram conhecidas no mundo abbássida oriental, no século VIII³¹³³. Porém, a sua origem foi considerada polémica durante muito tempo; Creswell coloca precisamente na Bagdade abbássida as primeiras portas deste tipo. Porém, Torres Balbás já as identifica antes, em fortificações bizantinas do norte de África - como Anastasiana ou Tignica (na actual Tunísia) - casos que Creswell considerava serem acrescento de época islâmica em fortificações originalmente bizantinas³¹³⁴.

Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo, p. 16 - [188].

3130. Cf. Henri Terrasse, *Les forteresses de l'Espagne Musulmane*.

3131. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 166.

A edição do texto em latim diz “introitus portarum ita angulosi et tortuosi erant” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 620.

3132. Sobre estas portas a bibliografia e obras de referência é já extensa; cite-se o trabalho que continua a ser referência, o de Torres Balbás, Leopoldo: “Las puertas en recodo en la arquitectura militar hispanomusulmana”, *Al-Andalus XXVI*, 1960, pp. 419-441.

3133. Cf. David Nicolle, identifica a *bašūra* com “bent entrance” - David Nicolle, *Saracen Strongholds AD 630-1050: The Middle East and Central Asia*, Oxford, Osprey Publishing, 2008, p. 21.

3134. K.A.C. Creswell, *Early Muslim Architecture*, Tomo II; Oxford, 1940, pp. 26-29; ver igualmente K.A.C.

Estas entradas tortuosas em cotovelo, para além de se poderem projectar para o exterior (como se verá em Elvas ou em Badajoz, por exemplo), podem ser uma evolução de acessos definidos por panos de muralha desencontrados que, dessa forma, formam entradas também acotoveladas, como é o caso da conhecida Porta do Rio, em Mértola, porta que não seria impossível que pudesse datar dessa fase recuada - datação que tem sido proposta para a conhecida estrutura que liga a muralha ao rio e que é geralmente conhecida como Torre do Rio³¹³⁵. Estas entradas definidas por *panos de muralha desencontrados*, como acima se referiu, não surgem, porém, exclusivamente em fortificações de época recuada; é de lembrar que a única entrada do castelo de Paderne apresenta um sistema de acesso deste tipo. Gormaz tem, igualmente, uma entrada - a menos conhecida - deste tipo³¹³⁶.

No caso de Silves, as entradas deveriam estar, desde as campanhas pelas quais passou ibn Timsālit, em fase de construção e de “acotovelamento” - processo pelo qual deveriam ter passado outras fortificações da zona - como Faro, Albufeira, e ainda outras. Este processo de definição de entradas acotoveladas não pode, a nível do *Ġarb al-Andalus*, passar sem se referir a núcleo fundamental de entradas existentes na muralha “almorávida”-almóada de Niebla, cujas entradas em cotovelo - em número elevado - se encontram, em muitos casos, inseridas em torres³¹³⁷.

Creswell, *Compendio de arquitectura paleoislámica*, Cádiz, 1979.

Vejam-se ecos desta polémica em B. Pavón Maldonado, “Datos para una cronología de la arquitectura militar de Sharq al-Andalus : las puertas de la alcazaba de Denia y sus paralelos y la fortaleza de Chera (Valencia), *Sharq al-Andalus*, vol. 10-11, 1993-94, p. 552.

Sobre estas fortificações norte africanas deve ver-se Denis Pringle que, de facto, representa várias dessas entradas com cotovelo simples, colocando a hipótese de que sejam de outra época que não a bizantina - PRINGLE, Denis, *The defense of Byzantine Africa from Justinian to the Arab Conquest. An account of the military history and archaeology of Africa provinces in the sixth and seventh centuries*, B.A.R. International Series. Oxford, 1981, Tomo I, p. 399 (em trabalho mais recente o mesmo autor refere “bent entrance” em várias construções do Médio Oriente, mas de época posterior - cf. Denys Pringle, *Secular Buildings in the Crusader Kingdom of Jerusalem: An Archaeological Gazetteer*, Cambridge University Press, 2009, pp. 10, 32, 43-44, 54 e 79 - consultado electronicamente).

3135. Cf. Santiago Macías, *Mértola, o último porto ...*, vols. I e II.

3136. Este castelo mostra uma porta califal de entrada recta, conhecida sobretudo pela elegância das linhas do sua porta de entrada recta com alfiz. Porém, para além desta, orientada a Sul, existe uma outra, menos visível porque é formada por dois lanços de muralha desfazados, propiciando esta porta com entrada acotovelada, porta de época islâmica mas muito modificada no século XIV, como refere Juan Zozaya, porta há muito tempo entaipada. Trata-se, de um sistema de entrada igual à “porta do rio”, que se encontra nas muralhas de Mértola. Cf. Juan Zozaya, “Evolución de un Yacimiento; el castillo de Gormaz”, in Andrés Bazzana (Ed.), *Guerre, fortification et habitat dans le monde méditerranéen (Castrum 3)*, Volume 3, Madrid - Roma, Casa de Velázquez, École française de Rome, p. 174; a porta do rio de Mértola tem paralelos com Gormaz mas também com o castelo de Alhama de Murcia - cf. Ramírez Águila, Juan Antonio y Baños Serrano, José, “ESTUDIO DESCRIPTIVO DEL CASTILLO DE ALHAMA DE MURCIA”, *ArqueoMurcia > Revista ArqueoMurcia > nº 2*, 2004, disponível em <http://www.arqueomurcia.com/revista/n2/articulo.php?id=3> - fig. 4 e 11).

3137. Pérez Macías, J. A. *et alii*, “Las murallas de Madàna Labla (Niebla, Huelva)”, in *Actas I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus* (Algeciras, 1996), Algeciras, Ayto. de Algeciras, 1998, pp. 347-352; veja-se igualmente Pérez Macías, J. A. *et alii*, “Niebla, de *Oppidum* a *Madina*”, *Anales de arqueología cordobesa*, vol. 11, 2000, pp. 91-122, onde se reconhece que “la actual ciudad amurallada corresponde a la ciudad de los siglos XII y XIII, siglos en los que se llevó a efecto un vasto programa de reforma urbana, que incluyó el trazado de la nueva muralla de tapial, que en definitiva suponía un notable incremento de la superficie de la ciudad. Sus límites en este momento seguirían siendo a grandes rasgos los de la ciudad romana”; o mesmo estudo mostra, com base em evidência arqueológica, que as muralhas de Niebla são maioritariamente uma obra de época almóada que não deixa de reutilizar materiais de época romana (nas

(ii) Os fossos

Os fossos deveriam estar, em 1189, em bom estado de conservação, dado que são apresentados como um obstáculo constante à colocação de escadas - uma vez mais - por parte dos assaltantes. Os fossos não são simplesmente referidos; o mais interessante, e que mais relevo dá a este documento, é o facto de referir que o próprio **fosso tem água**, e água profunda - o que mostra o estado de boa conservação dos fossos e a sua estreita ligação a sistemas hidráulicos que canalizavam a água para eles; na tradução portuguesa afirma-se que os cruzados e os portugueses chegaram “aos muros armados de escadas passando os fossos sem embargo da profundidade da água”³¹³⁸. O fosso atingia também a zona alta da cidade³¹³⁹, fosso - “profundo e alcantilado”³¹⁴⁰ - que os cruzados tentavam preencher, muitas vezes sem sucesso, dado que do alto era lançado fogo eficazmente, dado que queimavam os ramos e paus que aí eram lançados para o entulhar. A existência de fossos era comum em outras fortificações do al-Andalus; Calatrava la Vieja conserva ainda o seu fosso; Santarém teve fosso na parte alta da cidade e em Évora a persistência do topónimo *Alcárcova* na toponímia local, no exterior da muralha, escavado na década de oitenta pelo IPPAR, tendo-se confirmado a existência de uma fosso entulhado em época cristã.

fundações); segundo trabalhos arqueológicos de 1975, “las torres macizas, sin cámaras superiores, corresponderían a un primer momento, mientras las torres con cámaras superiores serían ya almohades, de la 2.ª mitad del siglo XII. A la fase almohade corresponderían también las dos torres octogonales de la zona del río, que sólo encuentran paralelos en las murallas de Jerez de la Frontera, Badajoz, Cáceres, y Sevilla.” (*ibidem*, p. 117); não pode deixar de se ver ROLDÁN CASTRO, Fátima, *Niebla musulmana (siglos VIII-XIII)*, Huelva, Dip. de Huelva, 2ª ed. 1997, pp. 239-254, onde se recolhem dados sobre outros investigadores.

As muralhas de Niebla conservam cerca de 40 torres e destacam-se as portas/torres *de Sevilla*, del *Embarcadero* (no zector Este), a da *Agua* (virada a suL), a *puerta del Buey* (sudoeste) e, virada a Norte, a do *Socorro*; as portas del Buey e de Sevilla apresentam decoração que tem sido apontada como semelhante a que se conserva no chamado *ribat* de Monastir, na actual Tunísia (s. XI-XII).

3138. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 169; “et ultra fossatum reptans, nec profunditatem aquarum declinans, ad murum venit:” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), pp. 621-622
3139. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 175.
3140. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 170.

(iii) A defesa activa

Do alto dos muros de Silves eram lançadas pedras, algumas delas através de máquinas de guerra³¹⁴¹. A contra-ofensiva irá passar também pela utilização de “estopa, azeite e fogo” sobre os atacantes e os seus engenhos, medida que produzia efeitos contra-atacantes³¹⁴². Se os cristãos usavam minas, os assediados sabiam fazer contra-minas³¹⁴³; num dos casos sabe-se que os atacantes foram afugentados através de “huma grande torrente de fogo, para que d’antemão tinham ajuntado matérias próprias que fizeram arder”, o que foi usado no quadro de uma acção de contra-minagem³¹⁴⁴. Esta descrição, que lembra o chamado “fogo grego” de que os muçulmanos tinham conhecimento, mostra que também em termos de “defesa activa”³¹⁴⁵ a Cidade de Silves estava preparada, em 1189, para enfrentar um assédio que adivinhavam possível e provável.

As defesas da Silves islâmica usavam balistas; num dado momento os atacantes tinham em acção quatro máquinas de guerra - uma dos cruzados e três de D. Sancho I - e a resposta veio do interior através também de **quatro máquinas de guerra**³¹⁴⁶.

Uma fragilidade era clara na Silves de 1189 - a **água**. Apesar de terem uma Couraça, a crer no que diz a descrição do *De Itinere Navali*, a falta de água teria sido um factor determinante na rendição da cidade. A avaliar pela descrição do *De Itinere Navali*, os poços existentes em Silves como eventualmente o “poço-cisterna” - ou eram insuficientes, ineficazes ou, então, o comando de defesa da cidade usava a água essencialmente como elemento tático, colocando agua nos fossos como, indirectamente, o *De Itinere Navali* refere.

3141. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 169.

3142. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 172.

3143. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. IX, p. 22.

3144. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 177.

3145. Cf, para este conceito García Fitz, Francisco García, “Fortificaciones, fronteras y sistemas defensivos en el al-Andalus, siglos XI al XIII”, in *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, 1998, pp. 269-280.; do mesmo autor, é de ver “Guerra y fortificaciones en contextos de frontera. Algunos casos ibéricos de la Plena Edad Media”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, pp. 519-531.

3146. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 176; *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David) , p. 626.

(iv) Fases da tomada de Silves

Os detalhes da conquista são conhecidos³¹⁴⁷. Ms, deve lembrar-se que o *De Itinere Navali* refere a chegada de tropas do rei de Portugal, de forma faseada e o manuseamento por portugueses e por cruzados de máquinas de guerra, uma delas um “ouriço”, cujos detalhes de construção são dados³¹⁴⁸.

Os atacantes, aos quais não faltavam arqueiros e besteiros³¹⁴⁹ capturaram inicialmente o arrabalde³¹⁵⁰, tomaram a estrutura da Couraça “bem torrejada”,³¹⁵¹ apostam em minar as muralhas e chegam a retirar pedras de cunhal de uma torre, o que é um detalhe da construção da mesma, embora um detalhe inconclusivo³¹⁵². O controle sobre a Couraça, “pela qual se provião abastadamente sem perigo d’aguas com que eram por muitas cousasw bem refresquados, detreminou sobre Conselho, e acordo bem consirado de poer loguo suas forças em cobrar ha couraça...”, acrescentando mais adiante que “*ha torre [uma das torres do sistema da Couraça] que estava sobre hum grande poço de muita aguo doce...*”³¹⁵³.

A sede vai ser, como muitas vezes acontecia, o factor decisivo na viragem do assédio de Silves. A fuga de gente do interior da cidade e a informação de no interior se padecia de sede, vai ser um factor fundamental que leva a que se mantenha um assédio que se chegou a pensar levantar, desistindo da captura da cidade³¹⁵⁴. Talvez mais do que a chegada de “mouros” (*dīmmī/s?*) com pendões trazidos do interior da cidade e de outros desertores³¹⁵⁵. A falta de água ou a existência unicamente de “água salobra”, determinará a viragem nos acontecimentos e a rendição da cidade.

3147. Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 118-141.

3148. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 170 e seguintes.

3149. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. VIII.

3150. Cf. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. VIII.

3151. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. X.

3152. Há torres em taipa que possuem - como em Juromenha - grandes blocos nos cunhais, tal como nas alvenarias; por este detalhe é impossível saber como seria contruída maioritariamente a torre - sobre a construção da fortificação de Juromenha veja-se CORREIA, F. Branco e PICARD, Ch., “Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha - primeiros resultados” in *Arqueologia Medieval*, vol. I, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp. 71-89; CORREIA, F. Branco, “Juromenha, Elvas e Alandroal; algumas reflexões em torno de fortificações islâmicas e cristãs do curso médio do Guadiana”, *Cira*, nº 7, Vila Franca de Xira, 1998, pp. 111-128.; CORREIA, F. Branco, “Materiais de época visigótica de Juromenha (Alentejo)” in *Actas da IV Reunião d’Arqueologia Cristiana Hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, 1995, pp. 493-498.

3153. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. X, p. 23; esta descrição lembra o “poço-cisterna” encontrado nos finais da década de setenta.

3154. Esta é hipótese que, segundo o autor do *De Itinere Navali* o rei de Portugal chegou a colocar; aliás, os portugueses não são muito bem referidos neste texto, como já fora notado - cf. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 176.

3155. É assim que o texto, sem rodeios, os nomeia - cf. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 174.

De facto, segundo o texto do *De Itinere Navali*, no dia 1 de Setembro os habitantes da cidade começaram a gritar do alto das muralhas, pedindo para tratar com “*El Rei de entregar a cidade e o castello*”³¹⁵⁶, desejando sair com todo o que lhes pertencesse - entra-se na fase das negociações. Não se vai entrar no detalhe desta fase, durante a qual os cruzados exigem ficar com bens dos derrotados, desejando permitir que eles saiam mas somente com a roupa que levam no corpo; nem explicar por que razão os cruzados irão partir desgostosos com D. Sancho I, um monarca cristão com uma propensão estranhamente benévola para com os “infiéis”. O interessante é que só, quando a cidade está prestes a render-se, se faz referência a um elemento da sua defesa passiva, a uma torre em concreto - a *Burgæ Mariæ*.

(v) *Burgæ Mariæ* - hipótese e relevância de uma torre

Vários autores se referem a esta construção mas, aparentemente, até ao momento não se têm proposto explicações para esta construção referenciada no *Ġarb al-Andalus*, na Silves de 1189, mais concretamente. J. B. Silva Lopes não tenta explicar a expressão³¹⁵⁷ e Alfredo Pimenta também a não comenta³¹⁵⁸. No entanto, a edição de Charles Wendell David do *De Itinere Navali ...Silviam* não deixa a questão olvidada. Este último editor considera, numa nota ao texto que “apparently the author has misunderstood, and given a fanciful interpretation to, the Moorish name of the tower which had been all but successfully underminad”³¹⁵⁹; este autor, ao não ser, provavelmente, arabista, não tentou interpretar a expressão, considera-a uma má compreensão do autor do texto do *De Itinere Navali*, mas não passou por cima da questão, não a ignorou, fazendo de conta que não existia³¹⁶⁰.

3156. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 178.

3157. *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, (Facsimile da edição de Lisboa : Academia das Ciências, 1844, ed. João Baptista da Silva Lopes; com um estudo de Manuel Cadafaz de Matos), Lisboa - Távola Redonda / Silves - Câmara Municipal de Silves, 1999, pp. 206-207 (Facsimile da edição de Lisboa, 1844, pp. 34-35).

Veja-se a utilização, pouco conhecida, de textos árabes sobre a conquista de Silves, em 1189, de David Lopes, “Cercos de Silves” in *O Archeologo Portuguez*, n.1, Lisboa, 1895, pp. 274-279.

3158. *De Itinere Navali* (trad. *Relação ...*) ed. A. Pimenta, “A Conquista de Silves” in *Fontes Medievais da História de Portugal*, p. 178.

3159. Charles Wendell David, *op. cit.*, p. 628, n. 279.

3160. O texto latino transcrito por J. B. Silva Lopes e por Charles Wendell David tem ligeiras diferenças. Por isso é preferível apresentar ambos:

“Convenimus ergo ut Sarraceni tantum cum una veste exirent, et omnia mobilia haberemus, et rex urbem. Et huic pactioni oportuit paganos obedire, quia siti defecerunt et victos cavee urgebant, quia quedam turris magna quam Burge Marie dicunt, id est turrim Marie, ruinosa erat propter caveam, sicut etiam vicinus murus.” - *De Itinere Navali ...Silviam* (ed. Charles Wendell David), p. 628;

“Convenimus ergo ut Saraceni tantum cum una veste exire, et omnia mobilia haberemus, et rex urbem; et huic pactioni

Slaughter, que tem um trabalho muito interessante sobre a conquista de Silves em 1189, refere esta torre, esta mesma designação - seguindo Charles Wendell David - mas nada adianta quanto a esta torre, à designação e ao seu possível significado³¹⁶¹. O texto refere, claramente, que se trata de uma torre grande ou, pelos menos, com dimensões superiores às demais. E é precisamente por se saber que se trata de uma torre que é possível avançar com uma explicação para esta designação.

O primeiro elemento da expressão - *Burge* ou *Burgæ* - indica com grande grau de certeza que se trata de uma torre, ou seja, é a transcrição da palavra árabe - بُرْج - que significa simplesmente “torre”. Trata-se da palavra que forma *al-Burġ* e que está na origem de topónimos como, muito provavelmente Alvorge. O mesmo vocábulo poderá estar também na origem - sem o artigo inicial - *al-* de Porches, dado que é frequente o *bā'* - dado que em árabe literal não existe “p” - ter evoluído para “p” e original *Porġ* e, daí, eventualmente, Porches onde, de facto, existiu uma fortificação provavelmente de origem islâmica³¹⁶².

Sabendo-se que بُرْج , *burg*, *burġ* ou *burj* significa “torre”, é de explicar o que significa o segundo elemento. *Mariyya* pode confundir-se facilmente com a Virgem e com a designação de alguma localidade como em *Šantamariyya al-Ġarb*. No entanto, a palavra pode ter outro significado e ser aplicada em outras circunstâncias. Pegue-se no nome, tão conhecido, de uma das cidades fundadas durante o domínio islâmico na península Ibérica - Almería.

A cidade de Almería começou por ser um ponto de vigia, de controle sobre o Mediterrâneo, ao serviço dos marinheiros de Pechina, cidade localizada em posição mais resguardada. Até sensivelmente ao século X a cidade da região era Pechina (*Baġġāna*) e *al-Mariyya* o seu ponto e posto de vigia sobre a costa³¹⁶³. Sabe-se, pois, que a origem etimológica de Almería está em *al-Mariyya* - المرية ,

oportuit paganos obedire, quia siti defecerant et victus universe urgebant : quia quædam turris magna quæ Burgæ Mariæ dicitur, in turri marie ruinosa erat propter caveam, sicut etiam vicinus murus.” - J. B. Silva Lopes (Ed.), *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, (...) p. 35.

3161. John E. Slaughter, “The Conquest of Silves: A Contemporary Narrative”, in *The Journal of the American Portuguese Cultural Society*, Vol. 2 (1968), pp. 25-51.

3162. Sobre a existência em *Porches Velho* de uma fortificação diz Estácio da Veiga que “ainda era grande povoação antes do terremoto de 1755 lhe ter prostrado duzentos e trinta oito prédios de casas e quando do seu mui nomeado castello ainda estavam de pé robustas muralhas. Tudo isso caiu, como tudo cáe; o que era grande e opulento é hoje pequeno e pobre. Ficou-lhe o nome e a fama. O esquecimento se encarregará de apagar esses restantes vestígios.” - Estácio da Veiga, *Antiguidades do Algarve...*, 1886, vol. II, p. 376. (Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos prehistoricos (1886)). Rosa Varela Gomes sintetiza os conhecimentos actuais sobre esse local e o seu passado pré-português - “A importância desta fortificação perviveu, tendo sido cedida por D. Afonso III, em 1250, ao seu chanceler D. Estêvão Eanes, nos seguintes modos: “O Castelo de Porches e todo o património a ele circunscrito, tal como estava quando sob o domínio sarraceno, com todos os seus termos, montes, fontes, pastos, campos, prados, vinhas, figueiredos, olivais e direito sobre todo o peixe proveniente do seu limite marítimo” (Botão, 1989, p. 13, 14; Oliveira, 1912, p. 54, 55, 72).” - *Shilb*, cap. II, pp. 133-135.

Sobre *Porche Velho* deve ver-se o que dizia João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. III, pp. 443-444.

Veja-se também Fátima Botão, *Silves, capital de um reino medievo*, Silves : Câmara Municipal de Silves, 1992, pp. 13-14.

3163. É fundamental ver, para compreender esta relação entre as duas localidades Christophe Picard , *L'océan Atlantique musulman ...*, pp. 504 e segs. Vejam-se também E. Lévi-Provençal e os muitos trabalhos de um estudiosos que se tem debvruçado particularmente sobre esta - *sua* - região: Jorge Lirola Delgado,

Vejam-se também os trabalhos de Lorenzo Cara Barrionuevo (entre os quais L. Cara Barrionuevoet alii, “ Arqueología

utilizado no árabe *andalusí* e derivado da raiz árabe مرأى (mara'á), que significa sítio de vigia, de observação ou de controle, neste caso para proteger o acesso à cidade de Pechina, com ocupação desde as fases iniciais do al-Andalus³¹⁶⁴.

Não é Almería um caso único a nível da utilização desta palavra, como se pode comprovar com o caso, por exemplo, de María de Huerva. localidade que se encontra a pouco mais de uma dezena de Km de Saragoça, para sul, em posição de controle viário, destacando-se na paisagem³¹⁶⁵. Deve citar-se também o caso de “*Mariyyat Balliř/Torre del Mar o la ciudad de Vélez*”, na zona mala-gueña, estudado por Virgilio Martínez Enamorado³¹⁶⁶.

Tudo leva a crer, então, que o cruzado não se enganou na referência que faz. Ao contrário do que opina Wendell David, não houve equívoco, e esta designação é mais uma prova, da fiabilidade do autor desta descrição, conhecida abreviadamente como *De Itinere Navali*³¹⁶⁷.

Tudo leva a crer que se tratava de uma torre maior que as demais - a sua maior dimensão está referida no texto do cruzado. Por outro lado, esta torre foi atingida pelos trabalhos dos sapadores dos conquistadores, ou seja, estava ligada ao perímetro da muralha. Porém, pela sua designação e pelo seu tamanho extra-ordinário, deveria ser uma torre de vigilância, e control de actividades bélicas e de controle da paisagem circundante. Deveria ter uma função semelhante ao que surge no mundo da poliorcética cristã com a designação de “torre de Homenagem” ou, simplesmente, de Menagem.

Ora, o uso deste tipo de torres no al-Andalus tem sido um **assunto quase tabu**. Tem-se por estabelecido que só existem, no al-Andalus, torres que se assemelham às torres de Menagem em época nařrī, ou seja, só a partir de meados do século XIII. É conhecida a torre de Menagem do Alham-

urbana e historia de la ciudad. El caso de Almería medieval” in Cara, L., ed., *Ciudad y territorio en al-Andalus*, 2000. E ainda Miquel Barceló, “Loquella barbarica (II)”, in *Faventia*, n. 22/1, Barcelona, 2000, (pp. 87-110), pp. 103-104.

Um dos volumes do Instituto *Egípcio de Estudios Islámicos de Madrid* é dedicado a Almería, encontrando-se aí vários artigos sobre a cidade na sua fase andalusī.

3164. Sobre esta fase em Pechina veja-se ACIÉN ALMANSA, Manuel e MARTÍNEZ MADRID, Rafael, “Cerámica islámica arcaica del Sureste de Al-Andalus”, in *Boletín de Arqueología Medieval*, nº 3, Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid, 1989, pp. 123-135.

3165. Esta “*mariyya*” aparece citada por Ibn Ḥayyān (Muqt, V), em 935 e passou com funções de controle para mãos cristãs - Ledesma Rubio, María Luisa “La Carta Puebla de María de Huerva otorgada por Alfonso el Batallador” in *Estudios de la Edad Media de la Corona de Aragón*, Vol. IX, Zaragoza, 1973, pp. 455-462 (fotoc.).

3166. V. Martínez Enamorado, “Y al-Dājil arribó a al-Andalus... En torno al desembarco de ‘Abd Al-Raḥmān I en la playa de Burriana /Biṭruḥ Riyāna”, *AL-QANTARA*, vol. XXVII 1, Madrid, 2006, (pp. 199-210), p. 202. Veja-se, do mesmo autor mas, neste caso, sobre nomenclatura aplicada a fortificações, contemplando esta e outras formas (MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio), “La terminología castral en el territorio de Ibn Hafsun” in *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Ayuntamiento de Algeciras, 1998, pp. 33-78.

3167. A Crónica de Dom Sancho I, de Rui de Pina não refere esta torre, acentuando as tintas sobre a “couraça” e a importância da sua tomada (cap. X), porém, a descrição da luta pela posse da cidade é de uma riqueza que merece ser retomada e reaproveitada, em algum outro momento.

bra de Granada e não se duvida que seja de época islâmica (e a chamada torre de Vela) e o mesmo acontecia na Málaga naṣrī³¹⁶⁸.

Porém, não seria de estranhar que os arquitectos do al-Andalus tivessem já reconhecido as vantagens de terem nas fortificações mais meridionais torres de miores dimensões que permitissem uma maior visibilidade sobre o terreno e sobre o conjunto do perímetro fortificado de uma cidade. A existência de espionagem técnica-militar não era assunto virgem no al-Andalus; é bem conhecido o caso do rei da Taifa de Granada que resolve verificar as inovações militares existentes num fortificação que os seus homens acabem de tomar, e quer ver com os próprios olhos essas novidades do campo da poliorcética³¹⁶⁹.

São conhecidas torres de grande dimensão para a época almóada; Rafael Azuar, num trabalho recente refere a importância da recentemente recuperada torre almóada do castelo “de la Atalaya” em Villena, no Ṣarq al-Andalus, torre dentro da qual se destaca uma imponente abóbada decorada de época, precisamente, almóada³¹⁷⁰.

No caso da *Burge Marie* de Silves, que não se tem localizado nem documentado arqueologicamente, mas que poderá surgir - a nível, eventualmente, de alicerces - em trabalhos futuros, pode ter sido, dado o estado de degradação em que se encontrava, derrubada e ter-se optado, depois de 1191, por um novo sistema defensivo - um sistema defensivo almóada II - que prescindiu desse tipo de torres e as votou ao esquecimento, pelo menos no Ġarb (até notícia em contrário), até terem sido recuperadas pelos arquitectos do reino naṣrī de Granada, na centúria seguinte. Porém, uma hipótese, não comprovada ainda, se pode colocar. Pelas suas dimensões e pelo facto de se saber que a torre *Burge Marie* estava inserida na cortina muralha dos sistema defensivo da Silves de 1189, não seria impossível que se viesse a considerar que poderia coincidir com a torre da alcáçova popularmente conhecida como torre de Aben Mafon, ou seja, uma torre eventualmente refeita, de grande base mas já não tão alta e que é identificada pelo nome que teve o último governador de Silves que, mais tarde, se veio refugiar em territórios a Leste do Guadiana³¹⁷¹.

3168. Cf. Acién Almanza, Manuel, “La torre del homenaje de la Alcazaba de Málaga. Secuencia, estratigrafía, medición e interpretación” in *AA.VV.: Arqueología del Monumento*. Granada, 1999, pp. 173-203. (são as actas dos III Encuentros de Arqueología y Patrimonio celebrados em Salobreña, entre 13 e 16 de outubro de 1992.).

3169. - cf. *Tibyān*, fl. 29b, §34, trad. p. 156; trata-se do castelo de Belillos, cujas “melhorias defensivas” quis ver com os seus próprios olhos.

3170. Rafael Azuar Ruiz, “Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados” in *Los almohades: problemas y perspectivas*, (ed. Patrice Cressier, María Isabel Fierro, Luis Molina), tomo I, pp. 130-131.; cf. Luis Ferre de Merlo, “Bóvedas nervadas en el Castillo de Villena (Alicante)”, in *Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, (Sevilla, 26-28 octubre 2000), eds. A. Graciani, S. Huerta, E. Rabasa, M. Tabales, Madrid - SEdHC / Univ. Sevilla, Junta de Andalucía, COAAT Granada, CEHOPU, 2000, pp. 303-307.

3171. Cf. António Castro Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249), o segundo reino*, Lisboa, Tribuna, 2003, p. 56. Aben Mafom é a versão popular de Ibn Maḥfūz, último governador de Silves e que, mais tarde surge referenciado na zona de Niebla.

Este último governador de Silves está ligado a lendas na zona de Silves (R. V. Gomes, *Shilb*, Trab. de Arqueologia 23, p. 151.) mas igualmente em redor de Niebla (Ladero Quesada, Miguel Ángel, *Niebla, de reino a condado. Noticias sobre el Algarve andaluz en la Baja Edad Media*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1992, p. 33).

Esta personagem surge reflectida nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, o Sábio - cf. Joseph F. O'Callaghan, *Alfonso X and the Cantigas de Santa Maria: A Poetic Biography* (col. Mediaeval Mediterranean), E. J. Brill, 1998, p.

Quem seria o *Qā'id* que defendia Silves e comandava as tropas do seu interior? identificado como Albamus (ou Albanus) no texto do *De Itinere Navali*, não há ainda certezas sobre quem era. Charles Wendell David faz um estudo exaustivo das hipóteses de explicação do nome, não deixando de referir a hipótese - arrojada então - de Alexandre Herculano que considerava que deveria tratar-se de um *'Abd Allāh* ou *Abū 'Abd Allāh* e; com base nas informações dadas por Ibn Khaldūn, pelo Bayān (aqui ainda identificado como Anónimo de Madrid y Copenhague) e por Hui-ci, considera que deveria tratar-se de um filho de Abū Ḥafṣ 'Umar ibn 'Alī al-Zannag (ou Zanaga ou da tribo dos Ṣinhāḡa), ou seja do filho de um dos primeiros seguidores do Mahdī Ibn Ṭūmart³¹⁷².

(vi) pontes andalusīs no *Ġarb*

O texto do *De Itinere Navali* não refere a existência de uma ponte. Porém, não é impossível que a actual ponte velha de Silves pudesse datar da fase final do domínio islâmico - possivelmente posterior a 1191. De facto, conhece-se muito pouco acerca das pontes no *Ġarb al-Andalus* em época islâmica. Muitas das pontes herdadas de época romana deveriam continuar em utilização mas outras devem ter sido contruídas então.

Entre os casos que mereceriam uma análise mais profunda, para além da hipótese de Silves, está a ponte que se encontra na ribeira de Santarém, conhecida como ponte de Alcorce mas também a ponte, quase imperceptível que se encontra perto do castelo de Paderne. A divulgação, nas obras de carácter mais acessível, de de época islâmica com arcos ultrapassados - vulgo , em ferradura - fez crer que as pontes de época islâmica teriam de ser obrigatoriamente com arcos desse tipo. Feliz-

106; a cantiga reflete o custo à Virgem, em *Šantamariyya al-Ġarb*, culto partilhado por gente de vias montesístas diferentes:

" Desto direi un miragre que fezo en Faaron a Virgen Santa Maria en tempo d'Aben Mafon, que o reino do Algarve tii'aquela sazón a guisa d'om esforçado, quer en guerra quer en paz. En aquel castel avia omagem, com'apres'ei da Virgen mui gloriosa, feita como vos direi de pedra ben feagrada é, com'eu de cert'achei, na riba de mar estava escontra ele de faz. Bem do tempo dos christãos a subim y estar, e fosende os cativos yan sempre a orar; e Santa Maria'a vila de Faaron nomear por aquesta razon foron. Mas o povo malvaz dos mouros que y avia ouveram gran pesar en e no mar a deitaron sannudos com grande pesar desden; mas gran miragre sob'esto mostrou a Virgen que tem o mundo'en seu mandamento, a que soberba desfaz. Ca fez que niun pescado nunca poderon prender enquanto'aquela omagem no mar leixaron jacer. Os mouros, pois viran esto, forona dali erger e poserona no muro ontr'as ameas en az. Des i tan muito pescado ouveram des enton y que nunca tant'y ouveron per com'a mouros oy dizer e aos crischãos que o contaram a mi; poren loemos a Virgen en que tanto de ben jaz." (C. S. M., 183, (1) 593-594).

Ver tb. Fátima Roldán Castro, "Ibn Mahfuz en Niebla", *Anaquel de Estudios Árabes*, Vol. 4. Madrid, 1993, pp. 162-177 e idem, *Niebla Musulmana (Siglos VIII-XIII)*; Huelva, Diputación Prov, Huelva. 1997, pp. 73 e segs.

Há referências a este dirigente de meados do século XIII em *Crónica da Conquista do Algarve* e Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso III*, cap. IX (como *Abenafaam*); o *Livro do Acenheiro* - não consultado - mas referido por Alex. Herculano (Hist. Portug.) refere-o igualmente o cronista eborense conhecido como Acenheiro: cf. Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, publicada em *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1824, in cap. XIII, p. 82 (chama-lhe *Abomaffom*); a mesma crónica refere, igualmente, um Abemfora, como chefe militar em Tavira (*ibidem*, p. 81).

Sobre o significado de Mahfūz ("guardado por Deus") veja-se Elías Terés, "Antroponimia Hispanoárabe reflejada por las fuentes Latino-Romances", *Anaquel de Estudios Árabes*, I, Madrid, 1990, §85, p. 163

3172. Charles Wendell David, *op. cit.*, p. 628, nota 282.

mennte hoje trabalhos científicos recente têm vindo mostrar que as pontes construídas no al-Andalus não teriam de ter essa característica³¹⁷³, o que facilitará investigações futuras.

A ponte antiga existente am *Alcantar...ilha*, poderia trata-se de uma ponte pequena, com eventuais origens em época romana, mas, como outras pontes com um passado de vários séculos sob domínio islâmico, a sua ponte deveria ter traços de época *andalusī*.

(vii) O assédio a Silves e a resposta da região

O texto do *De Itinere Navali* refere que a o assédio cristão a Silves, em 1189, encheu os corações dos habitantes da região de pavor e que muitas localidades a fortificações foram abandonadas pelos seus ocupantes. Assim, aconteceu, entre outras com Albufeira, cujo traços da fortificação quase que desapareceram, mas que ainda subsistiam no século passado. Além de pavor, outro aspecto se pode colocar e, aparentemente, não foi tratado; os almóadas não tentam socorrer a cidade; não há nenhum exército ou esquadra que se atreva a socorrer a cidade, a alguns dias só da capital *andalusī* do poder almóada, a cidade de Sevilla.

A queda de Silves foi acompanhada pela posse sobre outras fortificações, alguma das quais foram doadas a institutos religiosos, como o de Alcobaça³¹⁷⁴. Entre os locais fortificados estavam a destruída Alvor (fig. 240-245), mas também Monchique (Alferce?³¹⁷⁵).

3173. Sobre uma ponte *andalusī* que, a uma primeira vista poderia ser de uma outra qualquer época, veja-se o excelente trabalho de Ángel Manuel HERNÁNDEZ CARDONA e de Eleuterio NAVARRO HERRERÍAS, “Un puente andalusí sobre el río Llobregat / An Andalusian Bridge over the Llobregat River”, *Anaquel de Estudios Árabes*, vol. 18, Madrid, 2007, pp. 137-155 (volume que, entre muitos outros, devo à Doctora María Jesús Viguera, a quem muito agradeço). Sobre pontes no al-Andalus deve ver-se igualmente B. Pavón, *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. I: Agua, C.S.I.C., Madrid, 1990.

3174. José Marques, “A presença da Igreja na História militar portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras : História*, série II, vol. 08, 1991, (pp 9-27), p. 17.

3175. Esta fortificação, onde recentemente Mathieu Grangé tem levado a cabo trabalhos arqueológicos com resultados muito interessantes, estava na linha de progressão das forças portuguesas que chegaram por terra e que iam chegando - segundo o texto do *De Itinere Navali* - por fases. Alferce, um castelo que tem uma particularidade muito interessante e que é facto de ser dos poucos pontos altos da serra de Monchique de onde consegue ter contacto visual com Silves e, em simultâneo, vislumbrar e dominar os campos de Ourique, ou seja, as terras do sul do Alentejo, é um ponto táctico fundamental, um *interface* entre os modernos Alentejo e Algarve, e fazia todo o sentido ter sido tomado e controlado - era o local mais indicado, para quem calcorreou a serra de Monchique para ter uma garantia que controlasse Silves e a foz do Arade e, em simultâneo visse chegar ajudas provenientes de uma Alcácer conquistada algumas décadas antes. Sobre os outros pontos controlados então pelos homens de D. Sancho I veja-se A. C. Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249), o segundo reino*, Lisboa, Tribuna, 2003, p. 43.

(viii) O *Ġarb al-Andalus* no pós-1189

Para o *Ġarb al-Andalus* pode-se pensar num pré e num pós-1189. A resposta que os almóadas vão dar à perda de Silves em 1189 vai trazer - e não só para o *Ġarb* - repercussões muito grandes em termos militares; a nível das campanhas mas igualmente na consciência que se vai ter de que será necessário investir em termos de defesas passivas e na modernização, ou melhor, na busca de soluções novas em termos defensivos para fazer face ao avanço dos cristãos do Norte. Se a investimentos em estruturas defensivas é por si suficiente para sustentar esse avanço, isso é outra questão, e a resposta só será dada muito mais tarde.

Há uma resposta imediata à perda de Silves. Estando o califa Abū Yūsuf Ya‘qub, durante os anos 1186-1188 empenhado em lutas nos territórios no Norte de África - Bugía e Tunis³¹⁷⁶ - e, em 1189, contra acções militares dos Banū Ġaniyya, após a perda de Silves a reacção vai no sentido de dar mais atenção a um al-Andalus que tinha sido colocado um pouco à margem das preocupações primeiras do poder almóada.

Em 1190 é nomeado um novo governador de Sevilla³¹⁷⁷ e o califa prepara uma campanha na qual participará. Em Abril desse ano de 1190 desembarca em Tarifa e, antes de se dirigir para ocidente, faz uma curiosa visita às ruínas de Madīna al-Zahrā³¹⁷⁸, ao que resta da grande cidade palatina dos omíadas - fantasma permanente das dinastias que lhes sucederam no al-Andalus. Não esquece, porém aspectos tácticos fundamentais antes de entrar em terras dominadas pelo rei de Portugal: se já tem tréguas assinadas com o reino de Leão, vai fazê-las com Castela, antes de entrar em Portugal³¹⁷⁹.

Em termos tácticos, Abū Yūsuf Ya‘qūb é superior e militarmente mais inteligente que o seu pai: em Sevilha vai repartir as tropas e ataca - o leva o *ġihād*, como citam as fontes - em duas frentes. O seu primo - o Sayyid Ya‘qūb, filho do seu tio Abū Ḥafṣ - comandará as tropas que se apresentam diante de Silves, aos 6 de Junho de 1190³¹⁸⁰, enquanto o califa acompanhará o exército que se dirige ao curso médio do Tejo, a norte de Santarém.

3176. Cf. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., p. 288. Veja-se Evariste Lévi-Provençal, *Un recueil de lettres officielles almohades, Hesperis*, xxviii, Rabat, 1941, cartas XXXi-XXXIII, pp. 61-64.

3177. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., p. 289. Uma lista de governadores em época almóada nas várias cidades do al-Andalus, pode encontrar-se em P. Buresi, “La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique”, pp. 148-151 (p. 149 para Sevilla).

3178. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 158.

3179. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, pp. 155-157; María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes: Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992., p. 289.

3180. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 158.

Em Silves as tropas enviadas, por terra e por mar, atacam a cidade com almajaneques³¹⁸¹, de forma intermitente e , enquanto isso, as tropas com o califa avançam para o Tejo.

O atravessamento do “além-Tejo”³¹⁸² pelas tropas almóadas deve ter sido feito já com o Junho muito avançado - como reconhece Huici Miranda - na medida em que o mesmo *bayān* indica que os portugueses tinham tido tempo de recolher as colheitas desse ano³¹⁸³. O califa almóada não quis cair no erro de tentar tomar - outra vez - a cidade de Santarém. O objectivo é dito se forma clara - o objectivo era “asolar el pais de Ibn al-Rink”³¹⁸⁴ y llegar hasta la región de Coimbra”³¹⁸⁵.

De facto, as tropas almóadas conseguem atravessar o Tejo³¹⁸⁶, atacam e terão destruído o castelo de *Turruš*, quase que seguramente Torres Novas³¹⁸⁷, localidade que terá de ser repovoada algum tempo depois³¹⁸⁸. A campanha não foi um sucesso; Tomar - “bem defendida” como é dito na carta oficial almóada - vê os seus campos devastados , os cultivos destruídos e houve construções incendiadas, mas a fortificação (esse, sim, em cota mais elevada que o de Torres) não foi tomada. Porém, e

3181. Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 158.

3182. Na perspetiva de quem vem do sul, o *Além-Tejo* são as terras a Norte do Tejo; nas perspectiva almóada seriam as zonas Além-Guadiana ou, utilizando uma feliz expressão caída em desuso, “Antre-Tejo-e-Odiana” .

3183. Huici Miranda em Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 157, n.2 de p. 156.

3184. Está mais que explicado que esta é uma fórmula habitual nos textos da Época para designar não só Afonso Henriques mas os seus descendentes que não deixam de ser, eles também, descendentes de Henrique de Borgonha.

3185. Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 162. Veja-se M. João Branco, *D. sancho I*, que também o refere.

3186. Huici Miranda chega apontar os locais prováveis do atravessamento - Huici Miranda, in Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, pp. 160-161, n. 2.

3187. Veja-se a argumentação sobre esta hipótese na mesma nota - Huici Miranda, in Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, pp. 160-161, n. 2. Huci Miranda lembra que os detalhes desta tomada - algo exagerados - constam de uma carta oficial (carta oficial n. 34 do califa almóada ao habitantes de Ceuta) - cf. H. al-Allaoui e P. Buresi, “La chancellerie almohade” in *Los Almohades*, (Ed. M. Fierro e P. Cressier), Madrid, Casa de Velázquez-C.S.I.C, Tomo II, pp. 477-503.

Evariste Lévi-Provençal, *Documents inédits d'histoire almohade*, Paris, Ed. Geuthner, 1928, e ainda Evariste Lévi-Provençal, *Un recueil de lettres officielles almohades*, *Hesperis*, xxviii, Rabat, 1941, pp. 1-80. (texto árabe publicado em E. Lévi-Provençal, *Trente-sept lettres officielles almohades*, (Collection des textes arabes), Rabat, l'Institut des Hautes Etudes marocaines, t. X, 1941 - trata-se, no caso vertente, da carta XXXIV, pp. 64-66. Há uma recolha de cartas almóadas publicadas recentemente em Marrocos, por Ahmed Azzaoui, em 1995, obra não consultada.

Vale a pena ver ainda Roger Le Tourneau, *The Almohad Movement in North Africa in the Twelfth and Thirteenth Centuries*, Princeton, Princeton University Press, 1969.

3188. Porém, pela descrição que a carta oficial faz, implantando *Turruš* no alto de um “piton élevé” faz lembrar mais Tomar - localidade também ela alvo nesta campanha - ou até a não citada Abrantes (sobre esta localidade deve ver-se o trabalho monográfico de Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval*. Séculos XIV e XV, Abrantes, 1988) que, apesar da cronologia, não deixa de ser útil. Ver ainda Sílvio Alves Conde, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, (2 vols), 2000.

como já foi dito, de cerca de Tomar / *Tūmar*³¹⁸⁹ foram enviadas várias expedições - “des pointes almohades étaient lancées dans toutes les diréctions et y exécutaient de hardis coups de main”³¹⁹⁰, o que vai de encontro ao que Pedro Barbosa e outros autores defendem quanto a uma expedição almóada sobre Alcobaça nessa conjuntura. Porém, além de destruição e terem conseguido estimular os portugueses a edificarem novas construções militares, os almóadas pouco mais conseguem com esta campanha, na qual, uma vez mais, são desnudadas as dificuldades em manter uma rectaguarda bem organizada e assegurar o abastecimento das tropas - ao fim de 43 de campanha, as tropas almóadas regressam a Sevilla; uma vez mais, a pompa e a solenidade tentam mascarar as fraquezas e incapacidades³¹⁹¹.

(j) Os almóadas no pós-Alarcos (1195)

A vitória almóada em Alarcos vai permitir à dinastia almóada acumular recursos e dispor de um exército mais experiente, vitorioso e livre de perigos durante alguns anos. Essa nova situação e conjuntura que então se abre criará as condições para lançar um programa de construções - não só mas também de carácter militar - que irá modificar a face de muitas das cidades e fortificações do *al-Andalus* e do Norte de África³¹⁹².

(i) *Ġuzz* no *Ġarb*

Uma das novidades no campo militar desta campanha, pelo menos no *Ġarb*, é a utilização dos *Ġuzz*. Provenientes do Médio Oriente, passando pelo Egipto³¹⁹³, começaram a ser usados em campanhas militares no ocidente do Mundo Islâmico com os almóadas. Quem eram, afinal? Os *Ġuzz* são tropas muitas vezes apelidadas de “turcas”, e que correspondiam a uma novidade em termos militares introduzidas como uma “inovação” que pretendia, tal como alguns elementos no campo da poliorcética, trazer a vitória do *Islam* aos territórios do *al-Andalus*; daí, a forma ostensiva como

3189. O *Bayān* indica *Tāman* mas, como Huici mostra, trata-se de erro fácil de explicar em termos caligráficos; está طمان em vez de طومر ; nas cartas oficiais almóadas encontra-se طومر .

3190. Evariste Lévi-Provençal, *Un recueil de lettres officielles almohades, Hesperis*, xxviii, Rabat, 1941, XXXIV, p. 65.

3191. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 162. Relevante é o facto de terem entrado, pela primeira vez no *Ġarb al-Andalus*, contingentes de *Ġuzz*, ao serviço dos almóadas.

3192. cf. Pascal Buresi - obra recente e representa em grande medida o mais recente ponto da situação sobre uma zona relativamente próxima mas também diferente da que aqui se vai tratar e cujas perspectivas são interessantes e merecem ser tidas em conta. O conhecimento que o autor tem desta obra foi em parte obtido a partir da *reseña* que redigiu e recentemente publicada - cf. F. Branco Correia, in *Al-Qantara*, XXVIII 2, Madrid, 2007, pp. 528-533.

3193. Cf. Vincent Lagardère, *Campagnes et paysans d'Al-Andalus (VIII-XVe s.)*, p. 48.

foram apresentados em Sevilha, precisamente como um acto de propaganda, como “un espectáculo que fascinaba las miradas y pasmaba las mentes y los pensamientos”³¹⁹⁴.

Como se sabe, os *ġuzz*, a que se associaram árabes de tribos do deserto (os Banū Hilal) que avançaram para ocidente e que combateram para os almóadas, eram arqueiros famosos e combatiam a cavalo, montando “a la gineta”. na verdade, muitos deles eram de origem Curda / Kurd³¹⁹⁵ (como o próprio Saladino). Jean-Pierre Molénat lembra que os *ġuzz* começaram por ser aliados dos almorávidas Banū Ġāniyya³¹⁹⁶, antes de - e depois de perdoados³¹⁹⁷ - entrarem ao serviço dos almóadas que tentam fazer deste novo corpo de elite uma das suas armas na luta pela posse do *al-Andalus*.

Estes *Ġuzz* aparecerão também em outros cenários de guerra, como na célebre batalha de Alarcos, em 1195³¹⁹⁸, um dos momentos altos da acção militar dos almóadas no *al-Andalus*. Contra uma *Society Organized for War*³¹⁹⁹ os almóadas parece tentarem obter credibilidade como *Dinasty Prepared for Ġihād*, e a utilização destas “topas especiais” parece ser não só uma manobra de propaganda e de convencimento junto das populações afectas a si da crença numa vitória futura, como uma forma de atemorizar as sociedades cristas do Norte com a chegada destas tropas desconhecidas, sortindo o mesmo efeito que, segundo alguns, teriam tido os camelos na batalha de Zallaqa - vitória no curto prazo...

Em 587 H / 1191 desenha-se uma continuação da pressão militar almóada sobre o *Ġarb*³²⁰⁰. Atacando outra vez a linha do Tejo e evitando, uma vez mais, a cidade de Santarém - de má memória - o contingente almóada dirige-se às margens do Sado e do Tejo. A velha *al-Qaṣr*, defendida com fossos. O ataque a que foram sujeitos os almóadas com “as pedras e as flechas” remete para a utilização de arqueiros cristãos mas também para a utilização de armas de guerra - balistas? - por parte dos defensores de Alcácer. Mas esta - tal como a de Silves, mal consumada - foi também uma campanha que envolveu forças navais; o califa esperou a chegada dos seus navios e de petrechos de guerra - os 14 almajaneques colocados em redor de Alcácer farão a diferença; e é o *Bayān* que diz que o ataque final que conduzirá à sua rendição, cerca de um mês depois do seu início, se consuma a partir de 10 de Junho de 1191.

A recuperação de Alcácer pelos almóadas - agora renomeada, pela *vitória* conseguida, *Qaṣr al-Faṭḥ* - terá a curto e a médio prazo uma importância muito grande. Permite não só ter uma base segura - com acesso por terra e por mar - para prosseguir os ataques para mais junto da linha do Tejo. O que irá conduzir ao ataque a Palmela³²⁰¹ - cujos defensores se renderom, a que se teria seguido a sus des-

3194. Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 162.

3195. Jean-Pierre MOLÉNAT, "L'organisation militaire des Almohades", in *Los Almohades: problemas...*, (pp. 547-565), p. 553.

3196. Jean-Pierre MOLÉNAT, "L'organisation militaire des Almohades" (pp. 547-565), p. 553.

3197. Huici Miranda, *Historia política ...*, pp. 333 e 337.

3198. Jose Maria Martínez Val, “La Batalla de Alarcos”, pp. 114-119; ver igualmente P. Buresi, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique*, pp. 124 e 160.

3199. Cf. a obra de James F. Powers.

3200. Ibn ‘Idāri, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 170 e segs.

3201. Cf. Isabel Cristina Fernandes, *O Castelo de Palmela, Palmela*, pp. 40-46; Ch. Picard, *Le Portugal...*, pp.

truição³²⁰² - mas também outras destruições, das quais a mais importante³²⁰³ parece ter sido a do arrasamento do castelo de Almada; a velha fortificação, que pode ter sido uma peça importante no controle da entrada da barra do Tejo desde o século IX, castelo que o Bayān descreve como tendo tido “esplendor y magnificencia”, teria pura e simplesmente desaparecido³²⁰⁴.

Com o controle assegurado sobre o rio Sado e com uma acção pouco mais que propagandística sobre a barra do Tejo - onde Almada é destruída mas nada é construído em seu lugar³²⁰⁵, deixando a vale do Tejo totalmente nas mãos dos homens do rei de Portugal - estão então reunidas condições - que não havia em 1190 - para apertar o cerco a Silves. Alcácer será uma peça fundamental na asfixia sobre Silves. (*nota* - Caso o califa almóada tivesse pensado em, com o controle sobre Alcácer virar-se sobre Évora, cidade enigmática nestes anos, e o futuro do Ġarb desenhar-se-ia, eventualmente, de outra forma). Mas, a posse da cidade de Silves era também um perigo iminente sobre a costa africana, sobre a *sua* costa e sobre todo o Golfo de Cádiz³²⁰⁶ e tornava-se urgente a sua captura.

Assim, cerca de duas semanas depois da tomada de al-Qaṣr - entregue não a um *sayyid* almóada mas um membro da elite regional, a um dos Banū Wazīr³²⁰⁷ - a cidade de Silves estava cercada e isolada do resto do reino; o Bayān lembra claramente que a Silves não chegavam aos sitiados notícias dos seus - a guerra psicológica foi fundamental no devir do controle de D. Sancho I sobre esta cidade; mais que os fossos preenchidos, os projecteis lançados, o isolamento do defensores da Silves fiel a Sancho de Portugal, conduziu-os à negligência. A se a noite favoreceu os audazes que tomaram Santarém com pouco mais que uma escada, será também a noite que irá ser fatal para os defensores de Silves, a acreditar no Bayān³²⁰⁸.

109-110.

3202. Também al-Ĥimyarī, com diferenças de detalhe, refere estes acontecimentos; cf. Ibn Abd al-Mun'im al-Ĥimyarī, [*Kitab al-Rawd al-mi'tar fi Khabar al-aqtar*], *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar fi Habar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (ed., intro., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938, §96, p. 131.
3203. É possível que o castelo de Coia (a Velha, hoje propriedade particular) tenha sido igualmente tomado nestas operações - cf. Isabel Cristina Fernandes, *op. cit.* Em visita efectuada nos inícios da década de oitenta, o autor deste trabalho pode ver ainda muros de alvenaria e restos de uma cisterna (**FOTOS**); esta fortificação controla um acesso para o porto natural do “portinho” da Arrábida.
3204. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 170.
3205. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār ...*, p. 170 e Ibn Abd al-Mun'im al-Ĥimyarī, [*Kitab al-Rawd al-mi'tar fi Khabar al-aqtar*], *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le Kitab ar-rawd al-mi'tar fi Habar al-aktar d'Ibn 'Abd al Mun'im al-Himyari / texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (ed., introd., trad., por E. Lévi-Provençal), Leiden, Brill, 1938, fl. 108, §96, p. 132.
3206. Sobre as ligações estreitas e antigas entre o litoral sul do Ġarb al-Andalus e o Norte de África veja-se Ch. Picard, *L'Océan Atlantique...*, pp.
3207. Cf. Abdallah Khawli, “la famille des Banu Wazir dans le Garb d'Al-Andalus aux XII et XIII. Siècles”, in *Arqueologia Medieval*, n° 5, Porto, Afrontamento, 1997, pp. 103-115. Veja-se também P. Buresi, *op. cit.*, pp. 156-157.
3208. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p.

Os pormenores da saída dos portugueses de Silves são conhecidos; pedido o *amān*, o califa ter-lhes-ia dado dez dias para saírem, depois de Sancho I lhes ter autorizado a rendição³²⁰⁹; sabe-se que o bayān refere, neste conjuntura a existência de uma *qaṣaba* - entregue pelos cristãos aos almóadas aos 20 de Julho de 1191³²¹⁰. A (re)tomada de Silves pelos almóadas neste ano de 1191 encerra o capítulo da intervenção rápida do poder almóada no Ġarb al-Andalus³²¹¹. Se esta foi uma fase de movimento³²¹², o recuo da fronteira até uma zona muito indefinida em redor da linha do Tejo, permite que o califa passe de novo ao Norte de África, em inícios de Outubro desse mesmo ano de 1191, depois de algumas semanas passadas em Sevilha, capital do poder almóada no al-Andalus.

Porém, o mote para esta nova fase é dado pelo *Bayān* de Ibn ‘Idārī quando este refere, logo após o fim desta campanha, que o califa almóada apostou na renovação da *qaṣaba* chamada al-Mahdiyya - em Rabāt al-Faṭḥ³²¹³ e desejou edificar nos arredores de Sevilha uma residência fortificada, para apoiar o esforço de ġihād, a fortificação de *ḥiṣn al-Faraġ*³²¹⁴, na zona hoje conhecida como San Juan de Aznalfarache³²¹⁵, em posição de controle sobre o Guadalquivir, em frente de Sevilha³²¹⁶.

171.

3209. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 171.

Ibn al-Aṭīr dá uma notícia mas mais curta destes acontecimentos - cf. Ibn al-Aṭīr, *Annales du Maghreb & de l’Espagne*, Elibron, Classics, 2006, (Ed. árabe tomo XII, 37), trad. Fagnan p. 608.

3210. Ibn ‘Idārī, *ibidem*; em al-Ḥimyarī não encontro referências à alcáçova - op. cit., fl. 108, §96, p. 132.

3211. Sobre estas campanhas é ainda fundamental consultar as obras que Huici Miranda dedicou à zona ocidental da Península Ibérica - cf. HUICI MIRANDA, Ambrósio HUICI MIRANDA, “Los Almohades en Portugal” in *Anais (Academia Portuguesa de História)*, II série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 12-51; idem, Ambrósio, “Las campañas de Ya‘qūb al-Mansūr en 1190 y 1191” in *Anais (Academia Portuguesa de História)*, II série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 55-74.

3212. Vejam-se os mapas, muito úteis, exceptos pequenos detalhes, de A. C. Henriques, *op. cit.*, pp. 46-47.

3213. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 175. O *Bayān* esclarece que o apodo dado a esta fortificação tem a ver com *Mahdiyya*, na actual Tunísia, cidade que fora, entre outros aspectos, fundamental na estratégia de afirmação do poder fatímida.

3214. Nome que, curiosamente - e como assinala Huici Miranda - reflecte o nome de uma construção de Alepo- cf. Huici in Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, Tomo I, p. 177, nota 1.

3215. As obras da linha 1 do Metro de Sevilla puseram a descoberto, de forma inesperada, muito recentemente, vestígios da almóadas do *ḥiṣn al-Faraġ*, bem como outros fenícios, romanos, ... Emoras as escavações só se tenham iniciado em inícios de 2008 e não haja resultados finais, pela relevância destas escavações, onde se detectaram vestígios de grandes obras públicas datadas com grande precisão, é útil consultar o “avance oficial” divulgado pelo Ayuntamiento de San Juan: cf. <http://www.sanjuandeznalfarache.es/sanjuan/L80/descargas/Uno/Id/K1255/Anexo+III+-+Patrimonio+Historico+Artístico.pdf> (pp. 3-8). Veja-se também Magdalena Valor Piechotta, *Sevilla Almohade*, Málaga, Ed. Sarriá, (1ª ed. Maio de 2008), pp. 218-221 (obra que muito agradeço à autora e à editora). Há já resultados interessantes sobre esta muralha em taipa: Francisco Javier Alejandro Sanchez, Juan Jesús Martín del Río, “Caracterización Analítica de la Muralla de Tapial Almohade de San Juan de Aznalfarache (Sevilla, España)” in *Construir con Tierra Ayer y Hoy*. (V Siacot - Seminario Iberoamericano de Construcción con Tierra y I Seminario Argentino de Arquitectura y Construcción con Tierra), n. 5. Mendoza (Argentina), Zeta Editores, 2006, pp. 119-120; neste caso, é uma taipa muito porosa com elevada presença de cal e sem gesso.

3216. cf. María Jesús Viguera Molins, «Espacio y construcciones en textos almohades» in Magdalena VALOR

Em suma, como se verá, o novo califa aposta na arquitectura para apoiar a dinastia, para a promover e como capaz de segurar os seus territórios. Se o seu pai já tinha dado sobejas provas de apoiar a realização de grandes obras públicas - sobretudo em Sevilha - mas também no campo militar, o califa Abū Yusuf Ya‘qūb faz das obras públicas em fortificações uma das suas principais políticas. Reflexos dessa política chegarão igualmente a um *Ġarb* onde se promoverão obras para sustentar os avanços de leoneses e portugueses.

(k) Fortificações estatais almóadas no *Ġarb* - características e evolução

Embora as defesas passivas sejam unicamente uma componente da guerra entre o sul islamizado - neste caso entre um sul dominado pela dinastia almóada - e um norte cristão, dividido em várias monarquias próximas umas das outras e onde se faz sentir a acção de reinos cristianizados do Norte de Europa, tendo por detrás a forte, atenta e cimentadora figura do Papa de Roma, são um dos elementos ainda visíveis na paisagem do ocidente ibérico, de outras zonas peninsulares e, convém lembrar, um traço tecnológico e patrimonial que liga os territórios meridionais da península ibérica com um Norte de África onde não convém ter em linha de conta as fronteiras actuais herdadas de fases anteriores de “proteccionismos” e de ocupações - há vestígios de época almóada (e não exclusivamente) no actual Marrocos mas também, por exemplo, na Tunísia.

Porém, essas defesas passivas são, além das grandes campanhas (que originaram algumas das “grandes batallas de la reconquista”) um dos métodos mais usados e preferidos pelos almóadas para se afirmarem no al-Andalus, sustentarem e avançarem dos cristãos do Norte e servirem de base a campanhas e incursões para norte. Além disso, como se tem dito, à arquitectura militar de época almóada têm sido apontadas novidades e rasgos inovadores. Depois o percurso que se fez pelas fases anteriores, convém verificar se, de facto, esses rasgos se encontram.

A maioria dos trabalhos sobre arte e arqueologia de determinadas fases da História de Al-Andalus tratam determinadas épocas ou fases políticas como compartimentos mais ou menos estanques com características próprias e diferentes das fases anterior e posterior e sempre com determinadas especificidades que as distinguem das fases com as quais confronta. Assim, fala-se de “arte califal”, “arte almorávida”, “cerâmica califal” ou “cerâmica almóada”.

Esta adjectivação tem muitas vezes grande utilidade a ajuda a compreender determinadas particularidades que surgem numa determinada época ou que se acentuam numa determinada fase. Podem, porém, por vezes impedir ou dificultar a predisposição para sentir diferenças - por vezes, de pequena monta - existentes dentro de uma mesma época. Ou seja, a existência de fases, de modas, de modelos que podem ser alterados dentro de uma mesma fase política, a qual não tem de coincidir exactamente com estilos e práticas construtivas.

PIECHOTTA, José Luis VILLAR IGLESIAS e José RAMÍREZ DEL RÍO (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 17.

Estes considerando prévios têm a ver com o facto de que as análises sobre as fortificações almóadas partem de trabalhos geralmente com algumas décadas, com grande qualidade, realizados por não historiadores. É o caso dos ainda muito úteis trabalhos de Leopoldo Torres Balbás e de B. Pavón Maldonado. São trabalhos que aproveitam as aporções dos textos históricos mas que se centram nos monumentos, nas construções em si mesmas e, fruto também da época, nem sempre as inserem nos contextos históricos; a visão, interessante, necessária mas insuficiente do arquitecto está sempre presente. Porém, pela sua solidez e pela clareza da informação, serão sempre de consulta obrigatória.

Estudar as obras levadas a cabo pelos almóadas no *Ġarb al-Andalus* coloca sempre alguns problemas. Por um lado, as fontes de época islâmica tratam do tema sempre de forma indirecta, na medida que o objectivo central das informações prestadas é sempre a valorização das obras dos dirigentes almóadas. Porém, através da leitura atenta de algumas dessas obras é sempre possível encontrar referências a obras mandadas fazer por algum dos dirigentes almóadas. Leopoldo Torres Balbás, o madrilenho que se deixou a apaixonar pela Alhambra³²¹⁷ e que a tentou restaurar segundo espírito da Carta de Atenas, esteve sempre atento às informações que as fontes escritas e ver-se-á que a leitura dos seus escritos continua e continuará a ser fundamental para esclarecer dados desta e de outras épocas.

A escassez de informações sobre obras levadas a cabo a ocidente de Sevilha - e mesmo para esta grande cidade do Guadfalquivir as fontes nem sempre são generosas - obriga a tentar interpretar até ao máximo qualquer pequeno detalhes que surja nesses mesmos textos.

Há um outro problema que se deve não escamotear. Embora não se possa aplicar a todos os investigadores, dá-se o caso de que a maioria dos arqueólogos continua a citar unicamente os textos e os artigos consagrados como “clássicos”, o que leva a que por vezes se passem décadas em torno das mesmas citações, sem se recorrer às fontes “originais” se sem se tentar contextualizar essas mesmas informações bem como, dado que têm surgidos algumas fontes recentemente, completar os dados antes disponíveis com outros ainda não tão divulgados³²¹⁸.

O panorama tem mudado mais recentemente, e têm surgido trabalhos recentes onde se tenta, de forma equilibrada, dosear as informações arqueológicas com uma atenção cuidadosa prestada às fontes escritas; em sinal contrário, o mesmo tem felizmente acontecido, e os historiadores das últimas gerações estão muito atentos ao dados, objectos do quotidiano e datações seguras que a Arqueologia lhes pode, muitas vezes, fornecer.

Claro que, e vale a pena lembrar, dar-se-á preferência ao estudo das grandes fortificações, as que surgem, normalmente, em meios urbanos. As fortificações rurais têm merecido estudos diferenciados e de grande qualidade³²¹⁹.

3217. Alfonso Muñoz Cosme, “Leopoldo Torres Balbás” in *Mus-A - Revista de los Museos de Andalucía*, n. 7 (LA ARQUEOLOGÍA Y LOS MUSEOS), Sevilha, 2007, pp. 133-137. A mais recente biografia de Torres Balbás é da autoria de Carlos Vélchez Vélchez, *Leopoldo Torres Balbás*, Granada, Editorial Comares, 1999.

3218. É o caso dos dados respeitantes à existência de torres albarrãs mais arcaicas: o já citado caso de Calatayud e o de Calatrava - sobre este cf. : M. Retuerce Velasco, “Documentación arqueológica de la ciudad almohade de la meseta: Calatrava”, *Actas Congreso Batalla de Alarcos*, Ed. Univ. de Castilla La Mancha, 1996, p. 214. Sem esquecer o que se disse sobre Alcobaça, Mérida e Lisboa.

3219. Vejam-se, sobretudo os variados trabalhos de Helena Catarino, para a zona do Alto Algarve Oriental (muito se encontra na obra monumental de Helena Catarino, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados”, al-‘Ulya, n.º 6, 3 volumes, Loulé, 1997-1998; mas há trabalhos adicionais e mais recentes que, para este tema é necessário ter a linha de consideração.); para zonas mais

Deve reconhecer-se que ainda hoje se colocam problemas de datação e polémicas férteis em relação à datação de algumas destas obras de carácter defensivo. De facto, tem-se discutido recentemente se as muralhas em taipa de Sevilha são de origem almorávida ou serão já de concepção inteiramente almóada, e ainda hoje há dúvidas sobre a datação de obras fundamentais de época almóada, construções fundamentais como as muralhas de Cáceres e a alcáçova de Badajoz³²²⁰. Se para Sevilha, Cáceres e Badajoz as dúvidas subsistem, o que se pode esperar de outras fortificações mais a ocidente, sobre as quais as informações são menos claras?

O que se irá tentar, como metodologia, é cruzar informação proveniente das fontes de época islâmica, com dados provenientes de algumas fontes cristãs e utilizar dados que alguma iconografia pode fornecer. Sem se poder, para já, chegar a conclusões, é possível, porém, tentar obter outro tipo de informações que permita ter uma percepção mais alargada da presença militar de época almóada no ocidente peninsular. Mais que tentar obter conclusões ilusoriamente definitivas, tentar-se-á obter alguns tipos de avanços, de forma segura, como etapa para novos trabalhos que se debrucem especificamente sobre esta época, época afamada pelas suas construções de carácter civil, religioso mas também militar - de um e outro alado do Estreito.

Ora, para o período almóada detecta-se a existência de obras realizadas com um espaçamento de anos bastante grande, dentro de uma mesma fase política. Uma análise mais atenta poderá vir a revelar diferenças - subtis, quiçá - a nível da métrica, do tipo ou composição das argamassas ou até a nível do espaçamento das torres. Alguns sítios, pela relevância da informação necessitam de um tratamento detalhado, pela sua relevância e pela existência de fontes escritas que esclarecem determinados aspectos da sua construção - deve referir-se Beja mas destacam-se no *Ġarb* as obras de fortificação levadas a cabo em Badajoz e em Silves, para além de não se poderem esquecer as informações provenientes de Sevilha³²²¹.

Os dados recolhidos a propósito destas cidades permitirá apontar alguns grandes vectores acerca do que se teria passado em locais também relevantes como Elvas (estudado em grande medida - (fig. 174-183), Juromenha, Moura, Serpa, Alcácer, Faro e outros. Porém, há um sítio e uma ano que é fulcral a nível da compreensão do *antes* e do *depois* a nível das defesas de cidades sob administração almóada: a descrição conhecida como *De Itinere Navali* deverá ser tido como um marco fundamental para a compreensão das obras que os almóadas foram capazes de contruir e de aperfeiçoar numa fase ainda inicial; é uma boa radiografia das fortificações urbanas de iniciativa central de finais do século XII - sem se referirem as grandes esquecidas desta dissertação, as fortificações rurais, intencionalmente guardadas para outra abordagem - nas quais se encontram muitos dos traços considerados como estereótipo das fortificações almóadas³²²².

ocidentais veja-se Luís Filipe Oliveira - "Uma fortificação islâmica do termo de Silves: o castelo Belinho", *Arqueologia Medieval*, n.º 6, pp. 39-46, Porto, 1999 - bem como M. Grangé que tem estudado a zona de Monchique e que foi motivo de uma dissertação académica, já citada.

3220. Cf. Alcáçova de Badajoz - Ch. Picard, *Le Portugal musulm...*, p. 124. Sobre a importância das muralhas almóadas, mas na zona manchega, nesta mesma conjuntura, cf. Pascal Buresi, *La Frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique*, 2004, p. 160.

3221. Um síntese dos conhecimentos, de há poucos anos, pode encontrar-se em Magdalena Valor, "Las fortificaciones de Sevilla", *Mil anos de fortificações...*, Palmela, 2002, pp. 319-324.

3222. a variedade de construção até à chegada dos almóadas está magistralmente expressa através de um quadro

(i) Obras e novas construções - finais do século XII e s. XIII - o poder almóada e o *Ġarb* no pós-1195

As obras públicas a serem levadas à prática pelos almóadas - obras a terminar e outras a partir de então iniciadas - terão uma fase de grande impulso a partir de 1195.

O grande acontecimento desse ano é a conhecida Batalha de Alarcos cujas origens próximas são conhecidas. No momento em que estava a terminar o pacto feito entre almóadas e castelhanos, Afonso VIII de Castela esta a levar a cabo a fortificação e o povoamento de *الأرجل*, localidade que se conhecerá por Alarcos mas, em simultâneo, o bispo de Toledo (Martim López de Pisuerga)³²²³ resolve avançar militarmente em território do al-Andalus - no território da bacia hidrográfica do Gaudalquivir - numa fase em que o califa almóada defrontava alguns problemas no Norte de África. A resposta do califa almóada não se faz esperar, e em Junho de 1195 ja tinha a travessado o Estreito e estava em Córdoba, onde aos cerca de 300.000 homens que tinha ao seu serviço se juntaram homens de um Pedro Fernández de Castro (“ um dos mais poderosos ricos-homens castelhanos [que] passara ao serviço do amir de Marrrocos por discordias que tivera com Afonso VIII”³²²⁴, desejoso de vingar a perda dos territórios que antes tinham sido confiados a seu pai, Fernando Rodríguez de Castro).

São bem conhecidos também os detalhes da batalha³²²⁵ e as perdas de vidas mais conhecidas³²²⁶, mas o que de mais relevante vai ser explorado é a fase de relativo desafogo económico que o Império almóada vai obter, a partir de 1195, uma parte do qual proveniente de resgates elevados que os cristãos irão pagar. E, por outro lado, a vitória almóada em Alarcos, irá permitir levar a cabo campanhas militares mais audazes, associadas a edificações de carácter militar.

As tropas do califa almóada - visto como um segundo Saladino - depois da vitória em Alarcos não tomam só Calatrava la Vieja (perto de Alarcos) e Caracuel. No ano de 1196 avançam para o ter-

de S. Gillote - *L'Estrémadura Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles) : le peuplement et formes d'Habitat aux marges d'Al-Andalus*, Thèse de Doctorat (Univ. de Paris IV - Sorbonne), 2 vols., 2004, p. 106. O trabalho desta investigadora tem o grande mérito de mostrar e explicar de forma clara tipos pouco chamativos de fortificações - geralmente rurais; é um trabalho fundamental para um tipo de abordagem que terá de se fazer também em territórios mais ocidentais.

3223. Feito arcebispo de Toledo havia pouco anos; suceder-lhe-á no cargo o famoso Rodrigo Ximénez de Rada (1209-1247) .

3224. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tomo II, Livro III, p. 74

3225. Cf. Alarcos 1195; *Las Españas Medievales*, Julio Valdeón Baruque; Luis Adão da Fonseca; Luis Suárez Fernández .

cf. Ibn Khaldūn, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique* , (Ed. de Slane), Tomo II, p. 213.

3226. Entre os mortos conraram-se os bispos de Ávila, Segovia e de Sigüenza (Guadalajara), o Mestre santiaguista (Sancho Fernandes de Lemos), Gonçalo Viegas (dos Freires de Évora), o wazir almóada Abū Yaḥyā ibn Abī Ḥafṣ (sobre esta personagem e a razão por que os seus descendentes passaram a ser conhecidos como “os filhos do Mártir” em Tunis - Ibn Khaldūn, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique* , (Ed. de Slane), Tomo II, pp. 285-286) e ainda o comandante do contingente dos Banū Marīn.

ritório localizado entre - *grosso modo* - Toledo e Badajoz, mais concretamente contra Santa Cruz, Montánchez e Trujillo - localidades que Geraldo chegara a tomar - e que ou se rendem ou são abandonadas às tropas almóadas. A cidade de Plasencia - um importante baluarte leonês sobre a margem direita do Jerte - cai nas suas mãos, embora por pouco tempo. Os almóadas chegam a acolocar em frente de Toledo, também em 1196, por cerca de 10 dias - mas uma vez mais a “guerra de cerco” improvisada e os problemas de aprovisionamento impedem melhores resultados por parte das tropas norte-africanas³²²⁷.

A esta campanha seguir-se-á uma campanha pelas terras de Talavera, Madrid, Toledo. Alcalá; Guadalajara, Cuenca e Alarcón³²²⁸. Mas o mais importante, é que a fase de pós-Alarcos se é seguida por novas campanhas e algumas conquistas, em termos geo-estratégicos e de ocupação do terreno é necessário reforçar militarmente determinados sítios e melhorar fortificações pré-existentes. E, determinadas fortificações, das quais pouco se falava até então, começam a ser referida e recebem importantes obras: é o caso de Cáceres, mas não será o único.

De facto, depois da queda de Alcácer e de Silves, em 1191, e das conquistas resultantes da vitória almóada em Alarcos estão reunidas as condições para que se levem a cabo esses reforços no campo das defesas passivas. Com o califa e o seu principal exército no Norte de África durante temporadas largas, a fortificação de muitas cidades e de pontos estratégicos pode ter parecido solução para eternizar a dinastia em tritório do al-Andalus.. Mas, muitas das características aparecerão igualmente no Norte de África, fazendo da arte e arquitectura militar almóada uma arquitectura que estreitou ainda mais as relações entre Norte de África e al-Andalus.

Sobre **Cáceres** paira o mesmo tipo de anátema que cobre muitas das outras fortificações do Ġarb, do al-Andalus e período medieval em geral - a falta de documentação que possa datar com exactidão o momento da construção de determinadas fortificações³²²⁹. Torres Balbás passa em revista os dados disponíveis sobre esta cidade, chamando a atenção para a existência de uma fortificação romana prévia e de o seu nome - *Qās.r.š* - ser provavelmente derivado de *Cæsarina*, um dos nomes da expressão romana por que era conhecida³²³⁰. Torres Balbás, ainda com dados pouco seguros e num trabalho pioneiro, destacava as características fundamentais desta fortificação: considera que esta conjunto datável dos “años finales del siglo XII y en los primeros del siguiente”³²³¹.

3227. Cf. P. Buresi, op. cit.,

3228. María Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones....*, pp. 290-292.

3229. Valdés Fernández, Fernando, “La fortificación islámica en Extremadura: resultados provisionales de los trabajos en las alcazabas de Mérida, Badajoz y Trujillo y en la cerca urbana de Cáceres”, *Extremadura arqueológica*, N.º 2 (I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)), 1991 , pp. 547-558.

3230. Leopoldo Torres Balbás, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp. 446-472 (Obra Dispersa I , vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155), pp. 124 e segs.

Sobre a fase inicial de Cáceres sob domínio islâmico veja-se Cáceres - María A. Pérez Álvarez, *Fuentes árabes de Extremadura*, Cáceres, 1992 e ainda Félix Hernández Giménez, “Camino de Córdoba hacia Noroeste en época musulmana. Nafza, actual despoblado de vascos; localización segura de los castillos de Viandar y de Abal, y probable de al-Saraf; precisiones sobre la recuperación almohade de Cáceres. (Concluirá)”, *Al-Andalus*, Vol. XXXII, n. 1, 1967, pp. 37-124.

3231. Leopoldo Torres Balbás, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp.

Recentemente, os trabalhos levados a cabo por Samuel Márquez Bueno em colaboração com Pedro Gurriarán põem evidência novos dados e novas hipóteses sobre esta fortificação. Um trabalho recente de Samuel Márquez Bueno (com a colaboração de Pedro Gurriarán Daza ³²³² sobre as muralhas de Cáceres, trabalho que aproveita muita da informação e da relação traçada por Torres Balbás - acertadamente - entre os recintos de Badajoz e de Cáceres, vai mais longe. Sem deixar de referir a possibilidade de ter havido - neste caso em Cáceres - obras em 1169 ou pouco tempo depois, os autores dão relevo às campanhas almóadas posteriores à vitória em Alarcos (1195).

Tendo revisto por completo a muralha cacereña, os autores detectaram aspectos que Torres Balbás não tinha ainda encontrado. Depois de passarem em revista as várias de ocupação islâmica em Cáceres, consideram que após 1195 havia mais condições para se poderem lavar a cabo obras profundas em Cáceres³²³³.

Recapitulando e revendo os momentos mais prováveis para que fossem levadas a cabo grandes obras em Cáceres, dizem os autores:

*“es evidente la improbabilidad de que las obras de reforma almohade de la cerca cacereña fuesen llevadas a cabo antes de 1165, dada la especial coyuntura que sufría el occidente andalusí; además, ninguna intervención fortificadora tan temprana ha sido atestiguada en este territorio ni por la arqueología ni por las fuentes. Sólo tenemos una fecha más o menos concreta para las obras de reforma de la alcazaba de Badajoz y su recinto general, presumiblemente realizadas entre 1168 y 1169 con carácter de urgencia tras los acontecimientos antes reseñados. Esta circunstancia no justifica intervenciones coetáneas en otros recintos próximos. En cualquier caso, la fecha de 1174 aparece como término post quem para la construcción de las nuevas defensas cacereñas. En el periodo que abarca hasta 1196 no creemos probable que se emprendiera una obra de tal magnitud, al haber constituido Cáceres, junto con Alcántara, una plaza musulmana prácticamente aislada y rodeada por enclaves de frontera enemigos, los cuales no son recuperados hasta ese último año. Al margen de tales argumentos, también conocemos la debilidad militar del reino leonés, que no se encontró durante esas décadas en condiciones de realizar grandes campañas militares”*³²³⁴.

446-472 (Obra Dispersa I, vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155), p. 136.

3232. Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 10-1, Jaén, Universidad de Jaén, 2003, p. 100. SoBre Cáceres veja-se também Leopoldo Torres Balbás, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp. 446-472 (reeditado em: *Obra Dispersa I*, vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155).

3233. “Tras la victoria de Alarcos, en 1195, y durante dos años consecutivos, 1196 y 1197, al-Mansur y su ejército realizarán sendas campañas militares, más aparatosas que efectivas, en las que se eliminará la avanzada cristiana en tierras extremeñas. Así, en la primera se conquistarán Montánchez, Santa Cruz, Trujillo y, posiblemente, Majadat al-Balat, restableciéndose la frontera en la zona del Tajo correspondiente a la actual Extremadura. El califa regresará definitivamente a África en 1197, con treguas firmadas con Castilla, León y Portugal, que garantizarán la paz más duradera conseguida entre almohades y el conjunto de reinos cristianos. Lo suficiente como para permitir a los Unitarios refortificar varios de los enclaves en su poder, los recientemente recuperados y los ya dominados años atrás. Realmente, hasta ese momento no se produce una conjunción de condiciones políticas y militares tan propicias como para poder acometer una reforma edilicia de tal envergadura” - Samuel Bueno, *op. cit.*, pp. 99-100.

3234. - *ibidem*, p. 100.

Rematando a reflexão resultante dos trabalhos levados a cabo em Cáceres e do achado de uma nova epígrafe que lança luz sobre a construção desta muralha, os autores do novo estudo sobre Cáceres colocam uma nova hipótese de intervalo cronológico:

“Por todo ello, proponemos una nueva hipótesis sobre la cronología de la cerca cacereña.

Tomaremos para ello un margen temporal comprendido entre 1196, fecha de la campaña que recupera las principales plazas extremeñas al sur del Tajo, y los inicios de la primera década del siglo XIII, debido al rápido declive que experimenta el poder almohade a partir de entonces, y que coincide con la falta de importantes expediciones militares antes y después de la derrota de las Navas de Tolosa. De este modo, la desaparición de las grandes y costosas levas califales anularía la necesidad funcional propuesta para la última obra islámica de Cáceres”³²³⁵.

O trabalho de Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza vem de encontro à proposta feita neste trabalho de valorizar **em termos regionais** a referência que é feita pelo *Bayān* de Ibn ‘Idārī à nomeação de Abū Yahyà ibn Abī Sinān, alargando para fora do marco urbano as suas instruções no sentido de proceder à correcção dos males das muralhas que lhe estavam confiadas³²³⁶. Ou seja, a fase de **inícios do século XIII** é ainda - muito provavelmente - uma fase de construção de obras de grande envergadura, levadas a cabo pelos almóadas mas supervisionadas regionalmente, pelo menos em zonas do *Ġarb*, pelos governadores das cidades de que dependem.

A “capital” no *al-Andalus* das dinastias de lamorávidas e almóadas - Sevilla - fará desta cidade um ponto fulcral a nível de obras públicas que servirão de referência para o que se venha a fazer em territórios outros do *al-Andalus*, não deixando de deixar a sua impronta no norte de África.

Além disso, embora mal conhecido, Sevilla funcionará também de alguma forma como cidade-escola onde se formarão gerações de arquitectos e mestres de obra que deixarão obra e influência em outras fortificações, chegando ao *Ġarb al-Andalus*.

A nível das fortificações as muralhas que Sevilha ainda ostenta e que se conhecem através de trabalhos arqueológicos e uma vastidão de estudos de alto valor científico tornam necessário falar desta cidade que muitos geógrafos que falam do *al-Andalus* colocam também no *Ġarb*, no ocidente, por referência a Córdova. A datação das muralhas de Sevilha esteve durante muitos anos envolta em polémica, salutar polémica em redor da sua construção. De facto, durante muito tempo o seu perímetro murado foi considerado como datando de época almorávida, com acrescentos ou modificações já de época almóada³²³⁷.

3235. - *ibidem*, pp. 101-102.

3236. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, 2 tomos. (Vol. II e III da *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*), Tetuão, 1953-54, tomo I, p. 228.

3237. Um dos artigos em que se assume masi claramente esta posição é o de ‘Abdel ‘Azīz Salem, “Obras almohades en la muralla almorávide de Sevilla”, in *Revista del Instituto Egípcio de Estudios Islámicos de Madrid*, vol. XX, Madrid, 1979-80, pp. 173-181. O autor, consciente da polémica que envolvia a datação dessas muralhas afirmava “sin la menor duda, que toda la muralla de Sevilla, excepto el sector del Guadalquivir y la coracha añadida más tarde en el año 1220, data de época almorávide” (*ibid.*, p. 175). Mas os testemunhos eram pouco consistentes e a arqueologia encarregar-se-ia de trazer argumentos novos.

A relação dos governantes almóadas não foi sempre fácil e chegou a haver momentos de tensão³²³⁸. Aliás, os almóadaas irão introduzir alterações radicais na Sevilla de então³²³⁹, alterações essas que passam não só pelas defesas mas igualmente pela construção de uma enorme mequista que irá, num processo complexo, substituir a velha mesquita de Ibn ‘Adabbas³²⁴⁰ e pela criação de alcáçovas onde as elites almóadas estarão separadas dos sevilhanos³²⁴¹.

Alguns investigadores defenderam que a **muralha de Sevilha** pudesse ter sido definida em época almorávida e só terminada em período almóada; este pensamento é o que parece dominar actualmente em relação a uma das grandes muralhas do *Ġarb*, a de **Niebla**³²⁴² que pode ter sido iniciada com a primeira das dinastias norte-africanas e só terminada sob domínio almóada³²⁴³ - muralha na qual se encontram interessantes portas em cotovelo inseridas em torres³²⁴⁴.

Recentemente, não se tem apagado a polémica ininteressante, salutar mas infundada sobre a datação a atribuir a algumas fortificações, ou grandes recintos defensivo construídos muitos deles em taipa.

3238. María Jesús Viguera Molins, «Espacio y construcciones en textos almohades» in Magdalena VALOR PIECHOTTA, José Luis VILLAR IGLESIAS e José RAMÍREZ DEL RÍO (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, (pp. 9-24), p. 11 e 16-17.

3239. cf. J. Bosch-Vilà, *La Sevilla Islámica (712-1248)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1984, pp. 295-314.

3240. J. Ramírez del Río, “Notas acerca de las reformas urbanísticas en la Sevilla almohade”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 29; mostra-se a importância que a mesquita tinha a nível da administração dos “bens de mão morta” e a importância para o controlo da cidade.

O artigo de J. Ramírez del Río tem o grande mérito de, entre outros aspectos, salientar a forma como a especulação imobiliária ia de mão dada, muitas vezes, com a o crescimento urbano e a edificação de muralhas (pp. 32.33).

3241. María Jesús Viguera Molins, «Espacio y construcciones en textos almohades» in Magdalena VALOR PIECHOTTA, José Luis VILLAR IGLESIAS e José RAMÍREZ DEL RÍO (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 17, onde se mostram razões para a hostilidade entre andalusí/s e almóadas e para a substituição do *Qaṣr* por uma *Qaṣaba*. Sobre as dúvidas que ainda se colocam em relação ao termo *Qaṣr* veja-se Juan Zozaya, “Las fortificaciones de al-Andalus” in *Al-Andalus, Las Artes Islámicas en España*, Ed. bl Viso., Madrid / The Metropolitan Museum of Art, NY, 1992, (pp. 63-73), p. 68.

Veja-se também, sobre este processo de *alcaçovamento*, J. Ramírez del Río, “Notas acerca de las reformas urbanísticas en la Sevilla almohade”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 26. Veja-se ainda Pierre Toubert, “Le castrum et la cité. Le castrum dans la cité” e CRESSIER, Patrice e ERBATI, Larbi, “Le pouvoir dans ses mur. Villes et fortifications dans le Maroc du haut Moyen Âge”, *Castrum 8. Le château et la ville.. Espaces et réseaux (VIe-XIIIe siècles)*, Casa de V. - E. Fr. Rome, 2008, respectivamente pp. IX-XII e pp. 283-297.

3242. Além dos trabalhos clássicos veja-se sobre Niebla, A. García Sanjuán, *Evolución histórica y poblamiento del territorio onubense durante la época andalusí (siglos VIII-XIII)*, Huelva, UnIV. de Huelva, 2003, p. 275. Aspectos técnico-construtivos sobre as muralhas de Niebla encontram-se em *Niebla : informe diagnóstico del conjunto Histórico*, Junta de Andalucía, 1991, profundamente ilustrado de forma esclarecedora. Ver também *Mértola e Niebla / Niebla y Mértola*, Mértola - Niebla, Campo Arq. de Mértola / Campo Arq. de Niebla, 2006.

3243. Alejandro García Sanjuán; cf. “Huelva Almohade en las fuentes escritas” in Magdalena VALOR PIECHOTTA, José Luis VILLAR IGLESIAS e José RAMÍREZ DEL RÍO (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 35-55), p. 44.

3244. Cf. B. Pavón Maldonado, *Tratado de arquitectura hispanomusulmana.II: Ciudades y Fortalezas*, pp.

Esta questão não era mascarada por Manuel Acién que, há poucos anos, dizia : “... es muy posible que **algunas de las abundantes fortificaciones que se suelen datar como de época almohade correspondan a la primera mitad del s. XII**, pues contamos con la constancia textual de la apropiación y remodelación por parte del gobierno almorávide de antiguos *ḥuṣūn* de las comunidades rurales, como el *ḥiṣn* de los Banū Baīr (Benamejí), que a continuación pasó a manos de un usurpador, el cual lo mantuvo con ayuda cristiana hasta la llegada de los almohades”³²⁴⁵. Embora neste caso se trate de pequenas fortificações o mesmo se pode dizer acerca de recintos de maior, nos quais o não é impossível que a concepção e início da obra de deva a dirigentes de uma dinastia e a sua finalização fique a dever-se à nova dinastia que se afirma em meados do século XII no Norte de África e, depois, no al-Andalus³²⁴⁶.

No entanto, no caso de Sevilha, tem-se arrastado durante décadas a polémica sobre se as suas muralhas são de origem almorávida ou almóada: Sem querer entrar na polémica e gerar mais indecisão, deve lembrar-se que, pela relevância dos seus muros, pela presença de uma série de elementos técnicos e formais fundamebntiaas que surgem em outras fortificações do al-Andalus, para as quais não há datações seguras, dadas pelas fontes, escritas, a datação da principal cidade do al-Andalus - tanto no período almorávida como no almóada - não é uma questrão menor, nem pode interessar exclusivamente a arqueólogos ou historiadores do país vizinho; deve interessar também a quem trabalha sobre os territórios que foram o sector mais ocidental do al-Andalus; por outro lado, se Sevilha pode dar elementos de compreensão para o que se encontra no Ġarb, o inverso também é verdadeiro; as fortificações das zonas mais ocidentais, e as fontes que a elas se referem podem esclarecer pontos nebulosos e polémico sque ainda se mantêm.

Em meados do século XX L. Torres Balbás . baseado na informação sobre o lançamento do já referido novo imposto almorávida para reparar muralhas - o *ta‘ṭīb* - e uma referência de uma parte

3245. - Manuel Acién Almansa, “La Fortificación en al-Andalus”, *Archeologia Medievale*, XXII, EDIZIONI ALL’ INSEGNA DEL GIGLIO, 1995, (pp. 7-36), p. 13 (o mesmo texto foi publicado igualmente, com o mesmo título em *La Arquitectura del Islam Occidental*, Lunwerg ed., Barcelona, 1995, pp. 29-41), p. 13.

3246. Sobre a datação das muralhas de Niebla, partilho a opinião, sensata, M. Acién que em grande medida se baseia no raciocínio de Torres Balbás (*vide infra*) e que aponta para a possibilidade de a obra ter sido iniciada ainda em fase almorávida (tal como Alfonso Jiménez,, *Huelva Monumental*, Huelva 1980, p. 23, *apud* Fátima Roldán), embora sem duvidar da pesa influência - e trabalho - do período almóada. Juan A. Pérez Macías, como já vimos acredita num início só em época almóada (J. A. Pérez Macías *et alii*, “Niebla, de *Oppidum* a *Madina*”, *Anales de arqueología cordobesa*, vol. 11, 2000, pp. 91-122. Pavón Maldonado segue em grande medida Chueca Goitia, considerando a muralha de época das primeiras Taifas (s. XI) - cf. “Miscelánea de Arte y Arqueología Hispanomusulmana I”, *Al-Qantara*, I, 1980, pp. 411-412; o mesmo autor mantém a cronologia das Taifas mas já alarga ao séc. XII a cronologia das portas de Niebla, em obra mais recente - cf. PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. II: Ciudades y Fortalezas, C.S.I.C., Madrid, 1999. pp. 484-489.

O mesmo Basilio Pavón, em trabalho específico sobre a cidade e a região insiste no seculo XI como data da concepção das suas muralhas; o que é curioso é o facto de o investigador não dar muito crédito aos trabalhos arqueológicos e o facto de utilizar Juromenha como argumento de datação: “las torres de tapial con zócalos y esquinales de sillares de Niebla se asemejan bastante a algunas del castillo portugués de Juromenha, cioncidiendo unas y otras, además, en las dimensiones en planta. Juromenha se cita ya en el siglo XI” - Basilio Pavón, *Arquitectura islámica y mudéjar en Huelva y su provincia*, Huelva, Dip. de Huelva, 1996, p. 19. Ora, convém recfordar que Juromenha é, de facto, referida no século XI mas já o é antes. Além disso, retiraram-se das suas muralhas em taipa algumas cerâmicas tardias, o que Basilio Pavón não refere; as muralhas de Juromenha reutilizam silhares romanos, mas isso também acontece em construções posteriores, como a própria almenara da mesquita almóada de Sevilha, a conhecida Giralda (cf. Ch. Picard e F. Branco Correia, “Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha - primeiros resultados” in *Arqueologia Medieval*, vol. I, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, p. 85 e fig. 20-21).

então ainda não publicada do *Bayān* de que ‘Alī ibn Yūsuf teria construído muralhas em várias cidades do *al-Andalus*, entre as quais Sevilha, pensa que é credível que essas muralhas hoje ainda visíveis datem dessa época³²⁴⁷. Pela comparação com outros locais fortificados em época almóada, porém, como Badajoz e Cáceres, foi ganhando força a tendência que considerava esta e muitas outras fortificaçãoe em taipa, como sendo almódas; de tal forma que muitos invstigadores se interrogavam sobre se os almorávidas tinham edificado alguma fortificação, ou mesmo algo durante as décadas do seu domínio no al-Andalus. A necessidade de chamar a atenção para os almorávias como edificadores, levou Rafael López Guzmán a redigir um artigo onde se chamava a atenção para as edificações de almorávidas - edificações militares, mas também palatinas e religiosas - trabalho no qual se voltava a colocar a datação das muralhas de Sevilha dentro do período almorávida, mas com uma nuance interessante; as muralhas teriam sido iniciadas e termiandas em época almorávida, “no obstante, cuando en el período almohade se realiza la barbacana, las murallas fueron también restauradas”³²⁴⁸. Porém, a grande aposta na Arqueología urbana em Sevilha estava só a começar.

Esta questão levantou discussão e Magdalena lembrou os trabalhos recentes de Sergio Martínez Lillo³²⁴⁹ - sobre fortificações almorávidas do Norte de África - para mostrar que os almorávidas construíam com técnicas de alvenaria; porém, como lembra R. Azuar, no al-Andalus as execuções de obra não têm de ser idênticas³²⁵⁰ e documenta-se o uso da taipa em fases anteriores.

Mas, nos últimos anos, as escavações realizadas na cidade de Sevilha têm aberto novas perspectivas. De facto, o que a moderna arqueologia tem mostrado é que a cerca que ainda hoje se vê, maioritariamente em taipa, foi concebida em época almóda e fez parte de um gigantesco plano de amuralhamento _ com vários sectores - na cidade de Sevilha, havendo parte da cidade conquistada ao rio. Tabales Rodríguez mostra claramente que o período almóada corresponde a uma fase de corte com os períodos anteriores, fase que se inicia em 1147 mas que se intensifica com os califas almódas que mais ligação terão com o Ġarb mais ocidental - Abū Ya‘qub Yūsuf e os seu filho Abū Yūsuf Ya‘qub (conhecido - também - como *al-Manṣūr*, sobretudo depois da sua vitória em Alarcos)³²⁵¹.

3247. L. Torres Balbás, “El arte de al-Andalus bajo los Almorávides”, in *Al-Andalus*, XVII-2, (pp. 402-433), p. 413.

3248. Rafael López Guzmán, “La arquitectutra de los Almorávides”, in Rafael López Guzmán(ED.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg Ed (col. Unesco, 95) /El Legado Andalusi, (pp. 107-116), p. 114.

3249. Sergio Martínez Lillo, “La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso” in Rafael López Guzmán(ED.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg Ed (col. Unesco, 95) /El Legado Andalusi, (pp. 147-163).

3250. Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), p. 61.

3251. Miguel Ángel Tabales Rodríguez, “Algunas notas sobre fábricas murarias almohades en Sevilla”, *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 77.

Rafael Azuar, embora considere que o assunto ainda continua polémico³²⁵², dá início a uma série de trabalhos analíticos de grande qualidade sobre aspectos contrutivos do período almóada³²⁵³, contribuindo para o esclarecimento e o enriquecimento do conhecimento sobre as obras de época almóada, incluindo Sevilha, e deixando importantes pistas para melhor conhecer os vestígios deixados no Ġarb. Embora sem se possuir uma datação exacta para todos os locais dentro da cidade, é possível compreender todas as características básicas da construção militar almóada de Sevilla - algumas das quais são especificidades que não se encontram sempre no Ġarb.

A nível da técnica de execução irão dominar o tijolo (*ladrillo*) e a taipa. Antes de ver com detalhes alguns dos aspectos que rodeiam cada uma destas técnicas no Ġarb al-Andalus convém reter alguns aspectos importantes e que têm a ver as técnicas e os materiais usados nas construções. Como realça Rafael Azuar, há uma série de indícios que apontam para um desaparecimento gradual da construção em silharia no al-Andalus, desaparecimento que é bem patente no século XII. Este aspecto tecnológico é fundamental; pegando nas suas palavras “todo ello confirma, en este siglo XII, la desaparición de la cantería en la construcción, con todo lo que supone; es decir, inexistencia de canteras y de circuitos de transporte y acarreo de las mismas; reaprovechamiento de sillares procedentes de derribos próximos o de las viviendas anteriores”, acrescentando que “igualmente es evidente que no existen canteros y por tanto no hay especialistas en la talla de la piedra, remitiéndose a una simple operación de aparejamiento de piedras o mampuestos en la fábrica”³²⁵⁴, acrescentando que esse desaparecimento de profissionais ligados à cantaria já era patente no tratado de *ħisba* de Ibn ‘Abdūn³²⁵⁵, que não os refere.

Este mesmo fenómeno vai-se encontrar no Ġarb al-Andalus, onde as fortificações que surgem neste século são normalmente construídas com confragens de inertes - sobretudo a taipa, mas também o tijolo mas em menor percentagem - e as alvenarias com a cal como agregante.

Porém, não se pode esquecer que, nessa mesma centúria, nos territórios mais a norte ou naqueles em que se impõe o poder cristão o trabalho em cantaria se mantém não faltam exemplos, a nível, por exemplo, dos edifícios religiosos. Orlando Ribeiro, porém, já mostrou como diferentes zonas da fachada atlântica peninsular têm tradicionalmente técnicas diferentes de construção³²⁵⁶. Porém, neste caso, o percurso da História do al-Andalus mostra que, se se tiver em linha de conta a reutilização

3252. Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), p. 61

3253. Deve completar-se o trabalho acima referido com um outro do mesmo autor: Rafael Azuar Ruiz, “Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados”, in *Los Almohades; problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC / casa de Velázquez, 2006 (pp. 123-148).

3254. Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), p. 62.

3255. Cf. Tratado de Ibn ‘Abdūn em Évariste Lévi-Provençal (Ed.), *Séville musulmane au début du XIIe siècle. Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers Traduit avec une introduction et des notes*, Paris, 1947 (reedição Maisonneuve & Larose, Paris, 2001, com “avant-propos” de Christophe PICARD): ou edição espanhola com trad. de Emilio García Gómez, *Sevilla a comienzos del siglo XII el tratado de Ibn ‘Abdūn* (de Ibn ‘Abdun al-Tujībī), 1. ed. Madrid, Moneda y Crédito, 1948.

3256. Veja-se, entre outros, Orlando Ribeiro, *Geografia e civilização: temas portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

de materiais de épocas anteriores - como por exemplos, muralhas herdadas de época romana, silharia reutilizada na *qasaba* de Mérida - que passa também pela utilização constante de *spolia*³²⁵⁷, há de facto um caminhar para um abandono gradual da construção em silharia ou cantaria a partir da segunda metade do século X (o que coincide com a construção da grande construção palatina de Madīna al-Zahrā') e que se utilizam outras técnicas, uma das quais a taipa.

(ii) Badajoz - alcáçova e algo mais

Pela sua posição privilegiada no território do Ġarb, por ter havido obras feitas na sequência de ataques de Geraldo e pela sua posição de frente contra territórios já tomados pelos reinos cristãos de Leão e de Portugal - Badajoz reúne informações em número e em relevância capazes de esclarecer o percurso de outras construções militares técnica e historicamente com ela relacionáveis.

Uma das obras de referência obrigatória ainda hoje é o trabalho, clássico de Leopoldo Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”³²⁵⁸s. Todos os trabalhos posteriores ainda - e bem - continuam a prestar as merecidas homenagens a esta obra. Além disso, o próprio trabalho, tem o cuidado de enquadrar Badajoz no conjunto de obras datadas de época almóada, fazendo especial manção às cercas de Cáceres e de Sevilha.

Leopoldo Torres Balbás não engana quando intitula o seu trabalhos como “La Alcazaba almohade de Badajoz”; de facto, embora se continua muitas vezes a *tomar a nuvem por Juno*, este excelente trabalho não trata das muralhas de Badajoz - sobre as quais muito pouco se continua a saber e sobre as quais falta um trabalho específico - mas unicamente da sua alcáçova, onde as obras militares de época islâmica perduraram mais que no circuito da *madīna*; porém, não deixa de referir essas muralhas³²⁵⁹, não visíveis e, portanto, que o arquitecto não deixou de referir mas não tratou, por as não poder medir e / ou observar .

Em trabalhos recentes F. Valdés Fernández tem afinado algumas das afirmações de L. Torres Balbás acentuando a historicidade do local, mostrando que a alcáçova almóada é o resultado de sobreposições de trabalhos também de épocas anteriores, da sobreposição de obras de épocas diversas, dentro dos séculos de domínio islâmico³²⁶⁰. Valdés realizou trabalhos arqueológicos, sobretudo

3257. Sobre este aspecto veja-se María Jesús Viguera Molins, «Espacio y construcciones en textos almohades» in Magdalena VALOR PIECHOTTA, José Luis VILLAR IGLESIAS e José RAMÍREZ DEL RÍO (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 18; ver ainda, para outras regiões onde se regista o mesmo fenómeno, Michael Greenhalgh, “Spolia in Fortifications: Turkey, Syria and North Africa”, in *Ideologie e Pratiche del Reimpiego nell'Alto Medioevo*, (Proceedings of the XLVI Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo), Spoleto, Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1999, pp. 785-935.

3258. Leopoldo Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, Madrid - Granada, 1941, pp. 168-216 (Obra Dispersa I, vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 236-275).

3259. *Ibidem* pp. 168-169; o autor reconhece que, embora não sejam visíveis, havia torres albarrãs na muralha urbana.

3260. De entre os muitos trabalhos de Fernando Valdés Fernández vejam-se: VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, “Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz” in *Castrum 3, Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge*, Casa de Velázquez e École Française de Rome, 1988, pp. 143-152; Valdés Fernández, Fernando, “La fortificación islámica en Extremadura: resultados provisionales de los

no interior da alcáçova e num bairro adjacente, mas não se conhecem dados sobre a muralha urbana, a da madina.

O excepcional artigo de L. Torres Balbás, que privilegia o período almóada - o que deu a configuração quase final ao recinto da alcáçova, crê que deveria ter havido obras após 1169, mas que pode ter havido também obras durante a expedição almóada de 1173 - a que, referida por Ibn Şāhib al-Şalā, indica o envio de provisões para Badajoz³²⁶¹. Caracterizando, medindo, observando como ninguém as características das muralhas, das suas portas - em cotovelo, semelhantes às portas *Monaita* e *de los Pesos* de Granada (tradicionalmente datadas do período das Taifas do século XI, desde os trabalhos de L. Torres Balbás³²⁶²) e às de Niebla (posteriores, possivelmente de época almorávida), mas com “pátio intermédio” - o autor encontra na torre de Espantaperros (ou da Atalaya) características que a tornam antecedente da torre del Oro, de Sevilha - datada de 1220-1221³²⁶³.

Os trabalhos posteriores, reconhecendo o grande mérito dos escritos de L. Torres Balbás, seguem-no e tentam encontrar aspectos que se possam aperfeiçoar ou retirar dele os muitos ensinamentos que tem para dar. Os trabalhos de Fernando Valdés são os que, até pelo facto de este arqueólogo ter realizado escavações no terreno, mais se tem interessado pelo tema. Num trabalho da década de oitenta denuncia a caracterização de “almóada” ou melhor, a exclusividade desta época como res-

trabajos en las alcazabas de Mérida, Badajoz y Trujillo y en la cerca urbana de Cáceres”, *Extremadura arqueológica*, N.º 2 (I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)), 1991 , pp. 547-558; Fernando Valdés, “Las Almenas en las fortificaciones andalusíes del SO Peninsular anteriores al siglo X”, in *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España*, Madrid, Asociación Española de los Amigos de los Castillos, 1985, pp. 165-168; Valdés Fernández, Fernando, “La alcazaba de Badajoz: nuevas perspectivas cronológicas”, *Estudios de historia y de arqueología medievales*, n. 5-6, Universidad de Cádiz, 1985-1986, pp. 333-344; Valdés Fernández, Fernando, “Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz”, in *Castrum 3 - Guerre, fortification et habitat dans le monde méditerranéen*, 1988, Casa Velazquez - E.F.R. (Madrid, 24-27 novembro 1985), 1988, pp. 143-152; Valdés Fernández, Fernando, “El arrabal oriental de Badajoz: bases para su cronología”, *Actas de las II Jornadas de Cultura Árabe e Islámica*, (1980), 1985, pp. 553-564; Fernando Valdés Fernández, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTEBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168. O aparecimento recente, num arquivo militar sueco, de uma nova planta da cidade, repleta de torres albarrãs irá, certamente, redesenhar os espaços com interesse para perceber a ocupação de Badajoz na sua fase almóada.

3261. Leopoldo Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, Madrid - Granada, 1941, pp. 168-216 (Obra Dispersa I , vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 236-275), pp. 178-179.
3262. L. Torres Balbás data-as de uma segunda fase das Taifas: “En esta supuesta segunda etapa de obras debidas a la iniciativa de los reyes berberiscos de Granada ya no se encuentra el aparejo a sogas y asta, ni el almohadillado. Prosigue la construcción de muro de tapia, si bien con argamasa mezclada a tierra arcillosa y grava de río -muros del Bañuelo, Torre del puente del Cadí; (...) pero las puertas -*Monaita* y *arco de los Pesos*- la mampostería sustituye a la piedra labrada. Cuando ésta se usa en arcos o paramentos -las puertas citadas y el arco del Puente del Cadí- sigue aún cortándose en estrechas lajas, pero sin labra de resalto ni ordenación a sogas y asta. El arco de los Pesos inaugura en nuestro país las entradas en recodo. También es novedad su arco agudo, y lo es asimismo **la disposición de la Puerta de Monaita, por abrir a un patio intermedio y no directamente al interior de la ciudad**” - “El alminar de la iglesia de San José y las construcciones de los Ziríes granadinos”, *Al-Andalus*, vol. VI, Madrid - Granada, 1941, (pp. 422-446), p. 443. A existência de portas em cotovelo a abrir para um “*patio intermédio*” antes de se franquear outra porta que dê acesso à cidade, vai generalizar-se no período almóada, embora haja - como em Niebla - situações intermédias.
3263. Leopoldo Torres Balbás, “La Torre del Oro, de Sevilla”, *Al-Andalus*, Vol. II, 1934, pp. 372-373 (Obra Dispersa I , vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 31-32).

ponsável pela edificação do referido recinto³²⁶⁴; Valdés considerará que em 1169 os sistema defensivo da alcáçova de Badajoz já deveria estar concluído e que não teria havido mais obras³²⁶⁵.

Fernando Valdés num trabalho posterior e fundamental para compreender as várias etapas da vida das muralhas de Badajoz - incluindo a fase cristã, com algumas modificações a nível do detalhe introduzidas por Alfonso X - conclui que a “terceira etapa” de obras nesta *qaşaba* - a etapa almóada, de “todas las fases arquitectónicas de la ciudadela batalyusí la que resulta más notoria por lo espectacular de sus elementos arquitectónicos es, sin duda, la mandada realizar por el segundo de los califas almohades, Yusuf I (1163 –1184), en el 1169”³²⁶⁶.

Porém, tem passada despercebida uma referência que consta da parte almóada do Bayān, uma referência curta e que indica, simplesmente, que em **600 H / 1203-04** “Abū Yahyà ibn Abī Sinān fué nombrado gobernador de la ciudad de Badajoz y de su región y se le mandó ocuparse de sus murallas y de corregir sus males”³²⁶⁷. A incubência, especial, que este novo governador recebe em relação a Badajoz não é clara; não se pode dizer com toda a clareza se se trata da muralha da *madīna* de Badajoz, se das muralhas de Badajoz como região, incluindo, eventualmente, obras em outras fortificações. Não seria impossível que este governador tenha dado especial cuidado a Badajoz mas que a sua acção, depois de cuidar desta cidade fundamental, se tenha estendido a outras fortificações da área de influência desta cidade, da sua “região militar”. Assim, é de crer que as obras em taipa³²⁶⁸ que se encontram, por exemplo, em Elvas e em Juromenha, ou até obras em Cáceres, também tivessem sido intervencionadas nesta conjuntura³²⁶⁹.

Em Badajoz - e possivelmente em zonas militarmente sensíveis na zona de influência governativa - houve obras de carácter militar nos primeiros anos do século XIII - quais, não se sabe exactamente. Mas, em termos arquitectónicos é até possível que dentro do próprio período almóada tenha ahvido obras diferentes - eventualmente complementares - em fases disitintas.

Essa análise não foi feita, mas pode-se, desde já, alertar-se para essa possibilidade. Pode colher-se um exemplo: Badajoz. Sabe-se que se realizaram obras importante logo após o ataque e tomada de *madīna* por Geraldo e por Afonso Henriques; os dirigentes almóadas levam a efeito obras, a começar pela necessária “Couraça” que permitia o abastecimento contínuo de água para a alcáçova. Porém, as obras durante a fase de domínio político e militar almóada não se ficaram por aí; em **600**

3264. F. Valdés Fernández, Fernando, “La alcazaba de Badajoz: nuevas perspectivas cronológicas”, *Estudios de historia y de arqueología medievales*, n. 5-6, Universidad de Cádiz, 1985-1986, pp. 333-344.

3265. *Ibidem*, p. 338.

3266. F. Valdés Fernández, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168.

3267. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib* (trad. Huici), Tomo I, p. 228.

3268. Obra construtiva que L. Torres Balbás considerava sere “hecha precipitadamente, sin esmero alguno” - cf. Leopoldo Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, Madrid - Granada, 1941, pp. 168-216 (Obra Dispersa I, vol. I, Madrid, Instituto de España, 1981, pp. 236-275), p. 273.

3269. Esta pequena referência que não consta do famoso texto de L. Torres Balbás sobre a alcáçova de Badajoz, veio a ser do conhecimento do autor mais tarde; ele utiliza-o, mas sem reequacionar a problemática geral das obras levadas cabo em Badajoz - é um simples apontamento - , num trabalho também fundamental, mas de características mais gerais: cf. L. Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*, 21 ed., 1985, p. 481, n. 18.

H (10 de Setembro de 1203 a 28 de Agosto de 1204) Abū Yahyà ibn Abī Sinān “foi nomeado governador de Badajoz e da sua região e foi-lhe ordenado que se ocupasse das suas muralhas e as reparasse dos seus males”³²⁷⁰. Não é impossível que esta ordem, na qual se refere Badajoz, se dirigisse igualmente a fortificações das suas imediações.

Assim, em Badajoz recebe, só para o período almóada programas de obras - diferenciados mas também complementares - nos anos de 1169 (e ano ou anos imediatamente seguintes) e, algumas décadas depois, em 1203-1204. Estas últimas parecem serem, se se tomar à letra o que consta das instruções recebidas pelo novo governador - Abū Yahyà ibn Abī Sinān³²⁷¹ - , obras de reparação de obras anteriores, de desgaste ou deterioração das construções, mas não é impossível que se tenham levado a cabo inovações no campo da poliorcética.

Por exemplo, não serão desta época algumas das torres albarrãs em taipa ou mesmo a torre conhecida popularmente como de Espantaperros (ou torre del Apendiz)? Se se tiver em linha de conta esta ordem do poder central referente a obras a levar a cabo em Badajoz (entenda-se como região de ...) e a datação que se conhece para a torre del Oro, em Sevilha - 1220- 1221³²⁷² - é de crer que a torre octogonal de Espantaperros faz sentido que tenha sido edificada alguns anos antes de 1220, dado que se sabe que a octogonal de Badajoz serviu de modelo à dodecagonal sevilhana.

Assim, embora se labore unicamente no campo das hipóteses, é de crer que a torre de Espantaperros, obra almóada em Badajoz, tenha sido edificada provavelmente mais perto de 1203 do que 1169.

(iii) TAIPA

Esta técnica de construção, com terra à qual se podem juntar outros materiais como pedras, fragmentos de cerâmica, cal (comum em certas épocas e para determinadas funções) de que resulta - juntando água - uma massa que é pisada e compactada, costuma ser apresentada como a grande técnica construtiva do período almóada. Há razões para que tal seja feito e que assim tenha acontecido mas é necessário tomar algumas cautelas e fazer algumas precisões.

3270. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, 2 tomos. (Vol. II e III da *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*), Tetuão, 1953-54, tomo I, p. 228.

3271. Não se confunda com Sinān, um janíssaro de origem cristã grega que se tornou no grande arquitecto do Império Otomano do XVI, e que deixou o seu nome ligado à edificação de obras - pontes, mesquitas, banhos, *caravansarais* - como a mesquita Suleymanie (cf. J. M. Rogers, *Sinan*, Oxford Centre for Islamic Studies / I. B. Tauris, 2007, pp. 48-85, particularmente p. 78 para a referida mesquita.

3272. A Torre del Oro - de *burg al-Dahab* - foi construída, entre 1120 e 1221, por ordens do então governador de Sevilha, Abū l-‘Ulà’.

Sabe-se hoje que a taipa é uma técnica construtiva muito antiga e utilizada na bacia do Mediterrâneo desde muito antes da chegada do *Islam* à Península Ibérica. Não faltam exemplos e construções em taipa no ocidente peninsular em época romana³²⁷³, bem como em zonas do Levante³²⁷⁴.

Sabe-se também que a técnica da taipa não se incia no al-Andalus só com os almóadas; já existe antes. No caso do *Ġarb al-Andalus* deve destacar-se a pequena e pouco conhecida fortificação sobranceira ao Tejo, em Povos (V. F. de Xira), datável do século IX e, como exemplo de outra região, Plá d'Almatá de Balaguer, zona escavada por Giralt e com uma datação que pode ser anterior³²⁷⁵. No entanto, a taipa usada e divulgada pelos almóada é de tal forma diferente que se

3273. Rogério Carvalho e Clara Vaz Pnto, “A ESTAÇÃO ROMANA DA BARRAGEM DA MARATECA - CASTELO BRANCO” in *Portugália*, Nova Série, Vols. XIII - XIV, Porto, 1992/93, (pp. 289-294), p. 292; Maria Filomena Barata, “As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos romanos” in *Rev. Port. de Arqueologia*, n. 2-2, Lisboa, 1999, (pp. 51-68), p. 58.

3274. Pedro López Elum, *Los castillos valencianos en la Edad Media - materiales y técnicas constructivas*, Tomo II, Valencia, Generalitat Valenciana, 2002, pp. 156-171.

3275. Cf, J. E. García, J. Giralt, A. Lorient, J. Martínez, “La gènesi dels espais urbans andalusins (segles VIII-X) Tortosa, Lleida i Balaguer”, *L'Islam i Catalunya*, Lunwerg, ed., Barcelona, 1998, pp. 137-166; Carme Alòs Trepal et alii, “El Pla d'Almatà (Balaguer, la Noguera): primeres aportacions interdisciplinàries a l'estudi de les sitges i els pous negres de la Zona 5”, in *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 16-17, 2006-2007, (pp. 145-168), p. 146.

ver tb. Pedro Gurriarán Daza e Ángel J. Sáez, “Tapial o fábricas encofradas en recinto urbanos andalusíes” in *II Congreso Internacional por Congreso Internacional La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb*. (1999 : Algericas), ed. Fundación El Legado Andalusi, 2002, (pp. 561-625), p. 593.

Taipa construída sobre uma “cama” de alvenaria simples encontra-se em *Madīna Ilbīra*, (Elvira) não longe de Granada, local que está em vias de escaavação - cf. “ tapial sobre mampostería” no artigo de Ángel GONZÁLEZ ESCUDERO, “Las técnicas constructivas de Madinat Ilbira”, relatório preliminar em <http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/articulos.asp?ref=104> (Publicado el 25/09/2008).

Esta técnica embora lembre o aparelho do **castelo de Portel**, é bastante diferente; a alvenaria serve unicamente de alicerce para assentamento da taipa. As semelhanças grandes com a técnica presente nas muralhas de Portel encontram-se em exemplos de Tlemcen (ou Tremecén) e na descrição que Sergio Maertínez Lillo faz de Tagrart (Tlemcen - تلمسان) - cf. Sergio Maertínez Lillo, “La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso” in Rafael López Guzmán(ED.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg Ed (col. Unesco, 95) /El Legado Andalusi, (pp. 147-163), pp. 150-151. (sobre a relação de proximidade entre Tagrart e o pequeno agadir que estava próximo, o que está na origem de Tlemcen veja-se Louis Piesse, *Itinéraire historique et descriptif de l'Algérie*, Paris, Hachette, 1862, p. 241. Mas continua a haver taipa construída sobre base de alvenaria no século XIV, embora possa ter aproveitado obras de épocas anteriores (almorávidas) - cf. Ricardo Córdoba de la Llave, “Aportaciones arqueológicas al conocimiento de las técnicas de construcción de la Córdoba bajomedieval”, in *Actas del Primer Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, (Madrid, 19-21 septiembre 1996), eds. A. de las Casas, S. Huerta, E. Rabasa, Madrid: I. Juan de Herrera, CEHOPU, 1996, p. 153, fig. 3 (onde se tratam as muralhas de taipa de Córdoba do sector da Ronda del Marrubial que, para alguns é de época cristã mas para outros autores a datação deve recuar para o período almorávida - cf. Jesús Zanón, *Topografía de la Córdoba Almohade a través de las fuentes árabes*, Madrid, CSIC, 1989).

convencionou chamar-lhe “taipa militar”³²⁷⁶, e na qual a alta percentagem em cal marca a diferença em relação a outros tipos de taipa mais terrosa³²⁷⁷.

É bem conhecida a técnica para levantar muros com taipa; com “taipais” de madeira, unidos por travessas e com uma altura que se vai tornar um *standard* - entre os cerca de 85 e 90 cm - o que equivale a cerca de dois côvados³²⁷⁸, que recebemos inertes - misturados com carbonato de cálcio e água -, onde a massa é vertida, batida e se deixa secar até um determindo ponto até que os taipais são retirados e colocados adiante, continuando coma construção.

Sem grande especialização, de forma rápida e barata, melhor quando há boa cal disponível, a construção pode avançar a bom ritmo e não estar dependente da disponibilidade de pedreiras ou do fornecimento de pedras provenientes por vezes de locais distantes. Equipas que se podem deslocar com facilidade, podem construir com relativa rapidez e deslocar-se para outra fortificação passadas alguns dias ou semanas. A própria execução em taipa pode combinar-se - e fá-lo desde muito cedo como em Plá d’Almatá (Balaguer) - com muros em pedra, alvenarias ou cantarias. Os trabalhos de finalização das obras em taipa podiam ser feitos após a saída dos colocadores dos taipais e dos pisadores. Se houve um desaparecimenmto dos alvanéis, como supõe R. Azuar³²⁷⁹, os técnicos ligados à

3276. Pelo seu carácter acedémico e por ter sido uma dissertação debruçada sobre aspectos técnicos da construção em taipa deve ter-se em linha de conta J. A. Trindade Chagas, *O Castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante o domínio almóada*, Dissertação de Mestrado em "Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico" apresentada na Universidade de Évora, 1995 (inédita) e do mesmo autor “Castelo de Alcácer do Sal – salvaguarda e autenticidade”, *Arquitectura de Terra em Portugal (Earth Architecture in Portugal)*, Argumentum, Lisboa, 2005, pp. 220-225; ainda, neste importante volume sobre no campo da arquitectura veja-se Patrícia Bruno, “taipa militar - fortificações do período de domínio muçulmano” in *Arquitectura de Terra em Portugal*, pp. 39-44 e H. Catarino, “A Arquitectura de taipa no Algarve Islâmico. As escavações nos castelos de Salir (Loulé) e de Paderne (Albufeira)”, in *Arquitectura de Terra em Portugal*, pp. 138-144.

veja-se ainda Correia, F. B., "Fortificações muçulmanas no Algarve – estado da questão e perspectivas", *4º Congresso do Algarve*, vol. I, Silves, 1986, pp. 97-102; Helena, Catarino, H., "Escavações arqueológicas nos castelos de Salir e Paderne", *5º Congresso do Algarve*, vol. I, Silves, 1988, pp. 35-38; H. Catarino, "O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica", *Arqueologia Medieval*, vol. 3, Porto, 1994, pp. 73-87; A. Carvalho, Faria, J., e Ferreira, M., *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Ġarb Al-Andalus (Séculos VIII-XIII)*, Alcácer do Sal, 2004.

3277. Sobre a importância da cal na taipa e nas alvenarias vejam-se os trabalhos da engenheira Maria Goreti Margalha, docente da Universidade de Évora, como, por exemplo “O Uso da Cal nas Argamassas Tradicionais”, in *Arquivo de Beja*, volume V, série II, Beja, 1995, pp. 101-129, idem, “Cal como consolidante em alvenarias”, *Arquitectura de Terra em Portugal*, 2005, pp. 68-73 e a sua tese, de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, apresentada à Universidade de Évora, intitulada “O uso da cal nas argamassas no Alentejo”, 1998.

3278. Trata-se do côvado comum e não do raššašī; cf. F. Hernández Giménez, *El codo en la historiografía árabe de la Mezquita Mayor de Córdoba. Contribución al estudio del monumento*, Madrid, Imp. y Ed. Maestre, 1961, pp. 9- 51; Joaquín Vallvé, “Notas de metrología hispano-árabe - El codo en la España musulmana”, *Al-Andalus XLI*, Madrid - Granada, 1976, pp. 339-354; Antonio Naval Mas, “Las medidas de los materiales como metodología de datación de las construcciones antiguas (construcciones árabes y medievales)”, in *Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, A Coruña, 22-24 octubre 1998, eds. F. Bores, J. Fernández, S. Huerta, E. Rabasa, Madrid: I. Juan de Herrera, SEdHC, U. Coruña, CEHOPU, 1998, pp. 343-348.

Em Portugal é de António Rei o melhor estudo de sistematização da questão.

3279. Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus”, in *Los Almohades - su*

construção em taipa, esses, viram a procura aumentar, inclusivamente a nível das construção não militares³²⁸⁰.

No caso de Sevilla encontra-se uma ligação estreita entre a construção almóada e o uso do tijolo³²⁸¹. Porém, se é possível encontrar traços de tijolo em alguns aspectos decorativos das construções almóadas de Badajoz e de alguns traços em Elvas, o **tijolo** parece estar mais ausente em Cáceres e em outras fortificações do Ġarb em taipa. É fácil perceber que a construção em tijolo é de mais fácil execução que em cantaria, mas requer mais tempo e outras condições que a taipa - tem de haver argila, moldes (como a confragem da taipa) mas tempo de secagem e de transporte, além de que tem de ser ligada com argamassa. Não é de estranhar que o tijolo que se imponha em Sevilha mas isso não faz dele uma característica comum a todas as outras zonas sob domínio almóada³²⁸². Não seria até de estranhar que o pouco tijolo detectado nas muralhas islâmicas de Elvas fosse proveniente de Baṭalyaws...

Apesar das diferenças em relação a Sevilla, o que se passava na grande cidade almóada é fundamental. Deve ter sido a grande escola onde se formaram os dirigentes de obra de muitas fortificações de época almóada no ocidente do al-Andalus. Mais do que olhar para as técnicas usadas em Sevilla - a taipa e o tijolo maioritariamente - há que ver, e creio que isso não tem sido tido em linha de consideração, a capacidade de adaptação aos desafios, a capacidade de adaptação às circunstâncias. Ben Baso ou Aḥmād ibn Baso tem sido apontado como o grande arquitecto desta fase da História de Sevilha - a fase almóada. Aḥmād ibn Baso trabalhou em Gibraltar³²⁸³, com construções maiorita-

patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), p. 63.

3280. Cf. S. Macías, *Mértola Islâmica*, p. 74 e segs.

3281. Rafael Azuar Ruiz, "Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus", in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), pp. 64-67. Vejam-se os múltiplos trabalhos de Magdalena Valor e tenha-se presente a construção da mesquita almóada de Sevilha, de que resta o *sahn* e a famosa torre almenara - a *Giralda* - em tijolo mas com base em pedra. É de lembrar também o grande aqueduto almóada, conhecido como *Los caños de Carmona*, ainda parcialmente visível na cidade de Sevilla, bem como os restos da estrutura palatina almóada conhecida como palácio da *Buhayra*, ou *Albufera*.

Vale a pena ter em consideração o trabalho de Phillipe Araguas, *Brique et Architecture dans l'Espagne Médiévale (XIIe-XVe siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2003; embora cronologicamente abranja o século XII, o trabalho é assumidamente centrado no mundo medieval cristão e, assim, o que se diz sobre o período islâmico é reduzido, referindo-se ao aparecimento tímido do *tijolo / ladrillo / brique* já no século XI, sob domínio Taifa, mas não deixa de se salientar a sua grande aplicação em algumas obras almóadas; pp. 128-130.

3282. Rafael Azuar Ruiz, "Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus", in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), pp. 64-65. Os dados fornecidos, sobre o *ladrillo*, pelo autor são importantes mas há uma generalização que tem de ser mais matizada.

O tijolo aparecerá, porém, mais claramente, nas edificações mudéjares - Évora, Água de Peixes, Sempre Noiva ... sítios que merecem investigação e estudo integrado, pelo muito que ainda se não sabe.

3283. A.. Torremocha Silva e Angel J. Sáez Rodríguez, "Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho", *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 169-268 (obra que muito agradeço a Antonio Torremocha, oferecida aquando do congresso sobre Castelos realizado em Palmela, em 2000); A. Torremocha Slva, "Las fortificaciones almohades en la provincia de Cádiz", *Los Almohades, su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el sur de al-Andalus*, Sevilla, Univ. de Sevilla e Junta de Andalucía, 2004, (pp. 103-122), pp. 104-105; Darren Fa, *The Fortifications of Gibraltar - 1068-1945*, Osprey

riamente em taipa, construiu em Sevilha com tijolo e iniciou a edificação da torre almenara da grande mesquita (Giralda) com base em pedra³²⁸⁴. A formação dada aos arquitectos e construtores almóadas deve ter passado pela elasticidade de procedimentos e pela capacidade de olhar em redor e perceber qual seria a metodologia e a técnica mais apropriada para executar o trabalho em menos tempo possível; porém, se um dos métodos dominou, esse foi o da taipa. E, com a taipa, não se construíram unicamente muros, mas igualmente **torres** e outros elementos do sistema defensivo. Queixava-se, na segunda metade do século X, o califa al-Ḥakam II de que trabalhos nas fortificações do Norte de África demoram muito e que tardava a sua finalização; com a taipa, a demora parece ser menor e não se encontram queixas deste tipo³²⁸⁵.

A utilização da cofragem de taipa permite construir de forma ortogonal, resultando muros e torres habitualmente quadrangulares; mas também poligonais e , o que é mais raro, redondas³²⁸⁶ - embora normalmente tal aparência seja dada pela acção de agentes físicos, como o vento, que arredondam superfícies originalmente rectas e definidas por taipais ou caixotões de taipa em madeira perfeitamente rectilíneos.

Se durante muito tempo se pensou que o período almóada era aquele em que apareciam pela primeira vez couraças, torres albarrãs, torres poligonais, taipa militar e barbacãs³²⁸⁷, hoje sabe-se, apesar das muitas dúvidas que ainda subsistem, que não é assim. Durante o período de vigência da dinastia almóada parece ter-se desenhado uma gramática de construção, com as suas regras próprias a nível da arquitectura militar, que combina elementos que já se encontram em momentos anteriores - como as couraças ou as torres albarrãs e mesmo alguns tipos iniciais de portas em cotovelo - para dar origem a um programa de obras que, sem deixar de saber adaptar-se às características regionais, irá conseguir conjugar de forma sábia várias características de épocas anteriores e impulsioná-la através, sobretudo do uso de uma taipa muito rica em cal³²⁸⁸ e que , por ser feita com terras de cada localidade, pode adquirir tonalidade diferentes segundo as terras e os materiais com que é feita. Se

Publishing, 2006, pp. 11-12.

3284. Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 57-74), p. 64;
3285. Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII* ; trad. *Anales Palatinos...*, §100, p. 135; os *qā'id/s* (القوَاد) que estão em Tanger são repreendidos por demorarem na edificação de fortificações em **Tânger**. No mesmo ano em que isso acontece - 362 H (ou seja, Out. de 972 a 973) - parte para o Norte de África uma comissão para inspeccionar a situação no Norte de África (sobretudo em **Arzila**) - Ibn Ḥayyān, *Muqtabis VII* ; trad. *Anales Palatinos...*, §102, p. 136.
3286. Um exemplo de torre que se afirma ser circular originalmente, encontra-se na Argélia, Em Tlemcén, na Bāb al-Qarmadīn - Sergio Martínez Lillo, “La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso” in Rafael López Guzmán(ED.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg Ed (col. Unesco, 95) /El Legado Andalusi, (pp. 147-163). p. 56, foto inferior esquerda, s/n.
3287. Ideia veicula sobretudo através dos trabalhos de Henri Terrasse, L. Torres Balbás e F. Chueca Goitia, trabalhos que merecem continuar a ser visitados e tidos em consideração.
3288. Como a que acaba de ser analisada muito recentemente - com cal e muito porosa - nas muralhas descobertas em Aznalfarache, ao construir-se uma linha de Metro de Sevilla - cf. ALEJANDRE SANCHEZ, Francisco Javier & MARTÍN DEL RÍO, Juan Jesús, “Caracterización Analítica de la Muralla de Tapial Almohade de San Juan de Aznalfarache (Sevilla, España)” in *Construir con Tierra Ayer y Hoy*, Mendoza - Argentina, Zeta Editores, 2006, pp. 119-120.

a taipa é o material de eleição, não deixa de ser usada a pedra em algumas construções e em algumas zonas mais críticas dessas construções militares.

Em geral, embora não seja aplicada universalmente, a taipa surge em muitas fortificações que passam por modificações ou até por fundação de época almóada. Se ela foi utilizada em época pré-almóadas - e os textos são claros a esse nível - e surge em fortificações do século IX - como em Povos, junto a V. F. de Xira e do século X, em Aljustrel - está presente em grandes obras levadas a cabo por almóada, em locais sobre os quais as fontes escritas não falam mas onde a arqueologia recente tem marcado com clareza as balizas cronológicas.

É o que se passa em Elvas, onde o estudo feito mostrou que a taipa apresenta as mesmas características morfológicas da que se encontra em Badajoz; sabe-se - inclusivamente - que em termos métricos as zonas de parapeito onde se encontram os merlões têm as mesmas dimensões das que se encontram - para o período almóada, em Sevilla. E, neste particular, não são só as muralhas de Sevilha que ajudam a estudar a de Elvas, como as desta última cidade podem ajudar ao debate e à controvérsia que tem havido sobre a datação das muralhas de Sevilha.

Os estudos recentes levados a cabo em Cáceres mostram que há sempre algo que está por fazer e que se podem encontrar novos dados sobre as várias fortificações - neste caso, inscrições elaboradas sobre a taipa, com a utilização de argamassa, o que mostra de que forma o programa da propaganda almóada passava pela manipulação da palavra escrita sobre papel e encadernada, mas também pela epigrafia e pela sua exibição ostensiva nas paredes das muralhas construídas pela nova dinastia dos al-Muwahhidūn³²⁸⁹.

No caso de Juromenha, os estudos levados a cabo com Christophe Picard permitiram, com trabalhos arqueológicos e estudos da taipa, verificar que se encontravam na “massa” da taipa algumas cerâmicas que já se enquadram nas fases finais do domínio islâmico, apontando para a realização de grandes obras em taipa - que aproveitam materiais e estruturas anteriores, em alguns casos silhares romanos e *spolia* que podem ter sido colocados com funções ainda não esclarecidas. Os desenhos de Duarte d’Armas mostram torres desenhadas com técnica usadas por este autor para - na perspectiva que se vem defendendo há anos - identificar torres e obras em taipa. Mas, mais: na planta que Duarte d’Armas faz desta fortificação é localizada uma porta que, pelo desenho, tem um percurso em cotovelo e que na vista tiraada da “banda do sull” é identificada como “porta falsa”³²⁹⁰.

Essa entrada não é visível actualmente mas em seu lugar esta implantada uma torre - virada para o Guadiana - que sofreu modificações reforços sob administração portuguesa e, sobretudo, após 1640; essa entrada foi anulada, deve ter sido entaipada e actualmente não se percebe através da leitura dos paramentos. Por outro lado, a cota no interior foi alteada e hoje caminha-se aa um nível

3289. Estas novidades de época almóada podem articular-se com o que diiz Rafael Azuar Ruiz, “Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados”, in *Los Almohades; problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC / casa de Velázquez, 2006, pp. 123-148; mas, no caso de Cáceres, são aspectos *em a* arquitectura militar”. De qualquer das formas, estes exemplos acentuam o peso de carácter simbólico nesta arquitectura e lembram o que, sensivelmente no mesmo momento, acontecia no Mašriq, onde também se encontram inscrições com carácter simbólico, como as que, associadas a outro tipo de iconografia, se encontram em Alepo, no Cairo, ... - cf. Nasser Rabbat, “The militarization of taste” in Hugh Kennedy (ed.), *Muslim Military Architecture in Greater Syria - from the coming of Islam to the Ottoman Period*, Brill, Leiden-Boston, 2006, pp. 84-105.

3290. Duarte d’Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 22.

mais elevado. porém, se foram levados a cabo trabalhos arqueológicos nessa zona (zona sensível que pode perigar a estabilidade da igreja que lhe está contígua) não será impossível que se venha a identificar essa entrada, eventualmente entulhada - dado que a torre que Duarte d'Armas desenha está no mesmo local, mais reforçada e “mascarada”.

Em termos tipológicos esta entrada em cotovelo inserida numa torre lembra e tem paralelos claros com as muralhas de Niebla, muralhas que têm sido datadas de época almorávida³²⁹¹. Será interessante verificar, algum dia, se em Juromenha se encontram paralelos com as torres-porta de Niebla.

Aroche mostra também ainda vestígios de taipa, para além de uma porta bem conservada³²⁹². O mesmo se encontra em Magacela, e a Leste de Zafra, em estreita ligação com os caminhos que conduzem a Córdoba, as fortificação de Reina (Llerena)³²⁹³ e Montemolín mostram igualmente o forte investimento dos almóadas em fortificações construídas maioritariamente em taipa, cuja importância táctica, a controlar territórios e a apoiar linhas de abastecimento direccionadas para o *Ġarb*.

Sem querer repetir já dados já dados a conhecer em outras ocasiões, convém referir alguns dados da métrica da taipa identificada com esta época. Regista-se taipa com a predominância do “módulo de dos codos (=,85/90 con longitudes no superiores a los 2,25/50” e com uma qualidade e rigidez sem paralelo em época anteriores³²⁹⁴. Mas o que Tabales mostra também, recentemente, e esse trabalho está por fazer em muitos ou quase todos os locais do al-Andalus, é que a taipa de época almóada aparece associada - em Sevilha - a valas de pouca profundidade (excepto casos singulares, como é o caso da almenara da mesquita, depois conhecida como Giralda) e à ausência de “sapatas salientes” (como as que, por exemplo, se encontram nas torres de época *Ġillīqī* / omíada em Évora, herdadas do período romano)³²⁹⁵; seria interessante comprovar, tecnicamente no *Ġarb* - mas também no Norte de África - estas características da forma de construir de época almóada em redor de Sevilha, dado que esta é uma das épocas de maiores trocas entre construtores e técnicos de obra do al-Andalus e do Norte de África .

Deve salientar-se que a utilização de aparelho em “taipa militar”, uma variante de construção em terra pisada que contém uma grande percentagem de cal, colocada em cofragens com uma altura sem grandes variações³²⁹⁶.

3291. L. Torres Balbás, Fátima Roldán Castro e Alejandro García Sanjuán têm mantido esta datação para as portas desta muralha, portas semelhantes entre si mas sem haver duas perfeitamente iguais.

3292. Cf. S. Macias, *Mértola Islâmica*, II, p. ; Antóni Rei, “O *Gharb al-Andalus* em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: *Yâqût al-Hamâwî* e *Ibn Sa'îd al-Maghribî*”, *Medievalista on-line*, 1, p. 4.

3293. Agradeço à Doctora María Jesús Viguera todas as informações relativas a contactos e publicações relacionadas com Llerena e mais concretamente com a importância da fortificação de Reina, a *Regina* do tempo do império romano.

3294. Miguel Ángel Tabales Rodríguez, “Algunas notas sobre fábricas murarias almohades en Sevilla”, *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 88.

3295. Miguel Ángel Tabales Rodríguez, “Algunas notas sobre fábricas murarias almohades en Sevilla”, *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 88.

3296. F. Branco Correia, “Fortificações muçulmanas no Algarve - estado da questão e perspectivas” in *4º Congreso do Algarve - Textos das comunicações*, vol. 1, Racial Clube, 1986, pp. 97-99.

(iv) Torres

As torres, como se sabe há muito tempo, podem ser quadrangulares, ou poligonais. Mas, mais, a sua implantação pode variar: podem estar implantadas sobre a própria parede da muralha, em contacto directo coma cortina ou muro defensivo principal, ou podem estar destacadas dessa mesma muralha e unidas a ela por um passadiço superior, uma pequena ponte que liga a torre destacada à muralha e no meio do quel é habitual encontrar-se uma pequena abertuda para controle ou tiro vertical. As torres, quando se encontram pegadas à muralha são, habitualmente, de planrta quadrangular, embora haja casos de torres poligonais “imperfeitas”, ou torres de grande dimensão com chanfro - por isso o serem por vezes chamdas de “chanfladas” - como acontece em Sevilha.

As torres poligonais estão geralmente destacadas dos muros e unidas a estes por uma cortina. São, na prática, torres albarrãs (do árabe barrānī , exterior) que funcionam como torre de flanqueio, destacando-se bastante das cortinas ou muralhas para poderem permitir o acesso a zonas tacticamente sensíveis. Quando polígonais, são-no geralmente sob a forma de octógonos, embora possa haver torres com um número deiferente de lados. A mais conhecida pelo seu número de faces e pela sua dimensão é a conhecida Torre del Oro, ainda hoje um dos *ex-libris* de Sevilha, junto ao Guadalquivir; é uma das poucas torres bem datadas - sabe-se que foi mandada contruir por ordem do governador almóada de Sevilha, Abū l-‘Ulā, e que as obras decorreram entre 1220 e 1221; sabe-se igualmente que o seu aspecto original não é exactamente o que ostenta hoje³²⁹⁷. Algumas destas torres poligonais albarrãs têm sido classificadas como “couraças”, na medida em que surgem associadas à defesa de pontos de controle de água - mas a documentação de época islâmica não as classifica obrigatoriamente como *Kawraġa*³²⁹⁸.

Esta torre parece ser o corolário de uma série de torres anteriores de que há vários exemplos no Ġarb al-Andalus e no ocidente ibérico em geral (mas não exclusivamente). A mais célebre é a torre de Espantaperros, ligada umbilicalmente à alcáçova de Badajoz, torre octogonal bem estudada por Torres Balbás, por Fernando Valdés e uma referência de muitos outros investigadores.

Poligonais albarrãs encontram-se igualmente em Cáceres; é o caso da torre popularmente chamada de “redonda” e de uma outra a torre Desmochada.

Incluída também na zona habitualmente conhecida como *Ġarb*, a fortificação de Niebla é habitualmente citada a propósito das suas fortificações habitualmente datadas como sendo de época almorávida (sem se duvidar, geralmente, da sua *carga* almóada forte) e na qual se destacam entradas em cotovelo insertidas no interior de torres. Porém, apesar de desaparecida, houve também uma alta

3297. O último corpo, também dodecagonal, é obra do reinado de Pedro I e o corpo superior, com aparência de mudéjar é de 1760, e é resultado das obrtas então levadas a cabo e devidas a um acontecimento que muito afectou esta e outras contruções de Sevilha: o terramoto de Lisboa de 1755. Sobe esta contrução há uma extensa bibliografia que passa por trabalhos de L. Torres Balbás, Chueca Goitia e B. Pavón Maldonado; veja-se, mais recente, M. J. Viguera, “El último siglo de la Sevilla islámica: 1147-1248” e M. Valor Piechotta e J. Ramírez del Río, “Sobre la cronología de las murallas”, ambos incluídos em *Sevilla Almohade*, Sevilla - Rabat, 1999, respectivamente, pp. 19-23 e 27-39.

3298. É o que se passa com a *Torre del Oro*, habitualmente tido como *couraça* (*coracha*) mas que na documentação almóada é identificada como torre de *atalaia*, torre de vigilância (vigilância... sobre as águas, dado que controlava uma cadeia dde ferro que cortava o Guadalquivir, unindo-se essa caderia com uma outra torre, implantada já no bairro de Triana).

torre poligonal em taipa a que Basilio Pavón chama a “torre del «Oro» de la cerca de Niebla”³²⁹⁹, pela semelhança com a próxima geograficamente de Sevilha; porém, em termos meramente formais, pela sua altura e aparente falta de compartimentos internos assemelha-se mais à de Espantaperros de Badajoz.

Como se mostrou no caso de **Elvas**³³⁰⁰, esta cidade recebeu obras de fortificação durante o período almóada, embora haja obras militares anteriores. Foi identificada a quase totalidade do perímetro da alcáçova, onde se detectam vestígios da sua ocupação e possível concepção em época islâmica. O Arco do Miradeiro ou Porta da Alcáçova - com a sua entrada recta definida por duas torres maciças que ladeavam um arco que no século XIX ainda apresentava um formato “em ferradura” – bem como os muros que estão virados para Badajoz parece corresponderem a uma fase inicial, fase relacionável com os movimentos *muwalladūn* na região e com o posterior controle pelos omíadas).

Ainda se encontram antigas torres da Alcáçova inseridas em casas particulares³³⁰¹ - maciças, paralelipédicas, de planta quadrada, havendo traços de uma antiga barbacã. Parte do perímetro da alcáçova é construído com taipa muito rica em cal - “taipa militar”: isso acontece, entre outros locais, junto à Porta do Templo e na face virada a norte, junto à Calçadinha do Castelo, na Encosta da Riba Fria.

Uma planta publicada pela ex-DGEMN, em 1948, assinala uma estrutura implantada dentro do chamado “Meio baluarte do príncipe”³³⁰². Essa estrutura não é visível na actualidade³³⁰³ mas, sob o ponto de vista formal, parece indicar uma torre albarrã que se deve ter detectado durante essas obras³³⁰⁴.

A “Porta do *Temple*” ou “Templo”, virada sensivelmente a sudoeste, está ladeada por troços de muralha em que predomina a taipa³³⁰⁵ e apresenta, apesar de parcialmente restaurado, o sistema de entrada em cotovelo como, aliás, é visível na iconografia dos séculos XVIII e XIX³³⁰⁶.

3299. B. Pavón, Tratado..., p. 387, f. 6.

3300. F. Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, dissertação de Mestrado, Lisboa, 1999.

3301. - Trata-se do nº 10-A da Travessa da Alcáçova. Se a parte superior da torre estivesse transformada num pequeno compartimento, o corpo inferior seria completamente maciço.

3302. - *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 54, *O Castelo de Elvas*, s/l, 1948, fig. 1.

3303. - Não é visível nas plantas militares consultadas, dos séculos XVIII e XIX.

3304. - Há paralelos com esta situação com Silves. Cf Rosa Varela Gomes, “Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves”, *Xelb*, I, Silves, C.M.S., 1988, fig. 1.3, p. 24.

3305. - Esta porta, que, na fase inicial do domínio cristão, parece ser só conhecida como “*porta do templo*”, passa a ser conhecida também por porta “*dos Santos*”, “*do Trem*” ou “*do Trempe*”, consoante os autores. Teria sido por aqui que os Templários teriam penetrado durante a conquista de Elvas, no reinado de D. Sancho II (Cónego Aires Varela, *Theatro das Antiguidades D’Elvas com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua Comarca*, (prólogo de António Thomaz Pires), Elvas, 1915., pp. 2 e 54).

3306. - Várias plantas militares de inícios do século XIX, identificam-se claramente esta porta e o seu percurso “em cotovelo”. Vejam-se G. E. A. E. M. (Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, da Direcção dos Serviços de Engenharia, do Estado-Maior do Exército), n.ºs 1664 (planta de 1819), 1665 (cópia de 1867 da planta de 1819), 1497 (anterior a 1825) e 7647 (planta de 1819).

Foi possível definir grande parte do traçado da antiga *madīna* de Elvas³³⁰⁷. De facto, é possível encontrar troços de muralha onde a taipa – apesar das muitas modificações – é ainda visível e no edifício do actual Centro Cultural, conserva-se um pequeno núcleo de muralha em taipa, com seteiras, e coroado por merlões, cujas medidas são iguais às das muralhas almóadas de Sevilha³³⁰⁸.

No caso de Elvas – e outras fortificações da raia - os desenhos de Duarte D’armas dão informações importantes. Mostra, concretamente, merlões quadrados (como os de taipa que se encontram actual Centro Cultural) na maioria das torres mas também, numa torre octogonal (possivelmente de época islâmica), merlões com capeamento piramidal, o que é comum em fortificações de época islâmica³³⁰⁹. O mesmo desenhador régio é fundamental para estudar as torres eventualmente deixadas em época islâmica – dado que trata de forma diferenciada torres de distinto aspecto. De facto, os seus desenhos levam a concluir da existência de torres poligonais – como poderá ser o actual Arco da Encarnação³³¹⁰ – mas também uma torre plurifacetada que se encontram na rua João Pereira de Abreu. Ou seja, há indícios suficientes para crer que houve em Elvas importantes obras nos períodos emiral e / ou califal (possível fase da fundação de Elvas) mas que a cidade – assim lhe chama al-Idrīsī - no período almóada recebeu importantes obras de carácter militar (muralhas e, possivelmente, um poço mais tarde conhecido como *de Alcalá* - de que se falará adiante), mas também a nível religioso, obras executadas possivelmente poucos anos antes de ser integrada na coroa portuguesa.

Mais a sul, em **Tavira** - uma zona em que a presença islâmica não se resume ao contexto urbano³³¹¹, mas de onde surgem cada vez mais testemunhos materiais dos séculos de domínio islâmico³³¹²,

3307. - O perímetro do recinto amuralhado da *madīna* é de cerca de 1300 metros, perímetro cerca de 2,5 a 3 vezes menor que o da vizinha capital aŧácida. Esta, segundo Torres Balbás, apresentava no século XII uma extensão de 75 ha, uma muralha cujo perímetro se situaria entre os 3.000 e os 4.000 metros, o que permitiria albergar uma população de cerca de 26.000 habitantes; cf. L. Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*, p. 106; *Idem*, “Extensión y demografía de las ciudades hispano-musulmanas”, *Studia Islamica*, 3, pp. 35-39, este último citado por Fernando Valdés Fernández, “Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz” in *Castrum 3, Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge*, Casa de Velázquez e École Française de Rome, 1988, p. 148.

3308. - Cf. -L. Torres Balbás, “La Alcazaba de Badajoz”, *Obra Dispersa I*, I, pp. 272 (*Al-Andalus*, VI, 1941, pp. 200). Este conjunto arquitectónico apresenta frestas que cronologicamente se inserem em época posterior.

3309. - Ambos os casos são visíveis na “*vista tirada da banda do sul*”. Merlões sobrepujados por remates piramidais podem observar-se, por exemplo, no caso das muralhas islâmicas de Sevilha (L. Torres Balbás, “Barbacanas”, *op. cit.*, XVI, 1951, pp. 464, 465 e fig. 11).

3310. - Tudo leva a crer que o lado interior da fortificação, actualmente refeito e liso, tivesse sido alterado já sob domínio cristão.

3311. Cf. Luís Filipe Oliveira, “Os Castelos do Leitejo: Um alcácer islâmico na serra de Tavira”, *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Faro, 7 e 8 Novembro de 1996), Promontoria Monográfica 1, Faro, 2004, pp. 257- 263.

3312. Veja-se Jaquelina CANAVEIRO e Sandra CAVACO, “Casas Islâmicas da Cerca do Convento da Graça de Tavira: Notícia Preliminar”, in *Arqueologia Medieval*, 9, Ed. Afrontamento - Campo Arqueológico de Mértola, 2005, pp. 77-82; nao faltam exemplos dos testemunhos crescentes provenientes de Tavira, no catalogo, *Tavira, território e poder*, M. N. A / C. M. T., 2003, pp. 299-311.

identificou-se uma torre, também ela destacada da muralha, actualmente recoberta de alvenaria e por essa mesma posição, semelhante em termos posicionais à torre de Espantaperros de Badajoz. Está esta torre inserida num conjunto amuralhado que necessita um trabalho continuado de acompanhamento arqueológico de Arquitectura. Tem passado despercebido que a cidade de Tavira tem um conjunto amuralhado que deve ter tido origem parcial em época islâmica, muito provavelmente na sua fase final. De facto, é possível ver que no interior de muros cujo exterior é em alvenaria bem argamassada, pelo contrário o seu interior, o seu “miolo” apresenta em muitos locais taipa rica em cal - *taipa militar*. Além disso, em Tavira é possível encontrar na Encosta da Bela Fria, virado a Norte (nome semelhante ao de Elvas, com a mesma exposição solar), troços de muralha em taipa, com orifícios de descarga da compressão das águas acumuladas e ainda com troços de barbacã em taipa - encontrados em visita efectuada há poucos anos³³¹³. Esses troços de muro, configuram a tipologia típica das muralhas de época almóada da fase final, na qual já aparecem barbacãs. É possível também encontrar, tal como em Juromenha e Niebla, zonas da muralha onde a pedra e a taipa se sobrepoem. Porém, a investigação deve ser levada a cabo no sentido de verificar se há, ou não, contemporaneidade entre muralha e barbacã³³¹⁴. Além, disso, deve registar-se que há um enorme declive logo abaixo da barbacã que não foi possível apurar em que momento foi feito; pode, eventualmente, ser um resto de fosso, neste caso implantado em frente da barbacã. Nesta zona da Bela Fria (antes *Villa Frigida*)³³¹⁵ havia ainda em início do século XVII uma linha de água, o que permite ficar a saber que a Tavira de época islâmica era praticamente uma península, com defesas naturais extraordinárias³³¹⁶. Nesta *Tabīra* cujos contornos se conhecem cada vez melhor³³¹⁷ e de onde tem surgido vestígios significativos - como o famoso Vaso de Tavira - muito recentemente, foi noticiada a identificação, em muros da cidade, de vestígios de parte de uma ombreira que deve ter pertencido a uma porta da cerca defensiva urbana, junto às margens do Rio Gilão, a porta de Alfeição³³¹⁸; este estudo de Luis C. Paulo mostra que, apesar da existência de uma lápide do reinado de D. Afon-

-
3313. Escavações levadas a cabo pelo arqueólogo Manuel Maia tornaram mais visível e compreensível uma barbacã que já antes era perceptível - cf. M.Maia, “A barbacã da muralha de Tavira”, *Xelb*, n. 6, Silves, 2006, pp. 41-50; M. Maia e M. Maia “As muralhas medievais e post medievais de Tavira”, *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro, (acção-Piloto de cooperação Portugal-Espanha-Marrocos)*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002, pp. 66-80; algumas notas também em F. Branco Correia, “Fortificações urbanas do período islâmico no Algarve”, *Ibidem*, p. 87. Veja-se igualmente, embora haja já mais dados, M. Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira” in *Tavira, território e poder*, M. N. A / C. M. T., 2003, pp. 157-162.
3314. Da existência desta barbacã demos conhecimento aquando da realização, em Tavira, de um encontro sobre Centros Históricos de Época islâmica, tendo o local sido calcorreado por vários dos participantes; mais recentemente, o arqueólogo Manuel Maia tem recolhido dados na zona e acompanhado trabalhos arqueológicos que confirmam a existência da barbacã e têm posto a nu novos troços; porém, a “recuperação” recente das muralhas nesta zona deprimada da cidade torna hoje mais difícil perceber os muros originais no meio de alguns dos remendos do século XXI.
3315. Cf. L. Fraga da Silva, *Tavira romana*, Campo Arqueológico de Tavira, 2005, disponível em <http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/TavRom.pdf>
3316. Henrique Fernandes Sarrão, “História do Reino do Algarve”, in: *Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, 1983, pp. 166-167 (obra redigida em 1607).
3317. Sobre a importância de Tavira vejam-se Ch. Picard (entre elas, podem destacar-se *L’océan Atlantique musulman*, pp. 357-369 e *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*, pp. 144-145, *passim*) e Abdallah Khawli, “Tavira islâmica - novos dados sobre a sua História”, *Tavira, território e poder*, M. N. A / C. M. T., 2003, pp. 131-146.
3318. Luís Campos Paulo, “A Porta Muçulmana do Alfeição (Tavira)”, *Al-Madan*, II série, n.º 12, 2003, pp.

so III³³¹⁹ reclamando a autoria da edificação da dita porta, não ser´a impossívél que o rei portugueses tenha unicamente introduzido alterações ou benfeitorias numa porta que, pelo tipo de arco em ferradura que indicia, deve ter sido obra estatal do al-Andalus³³²⁰.

No caso de Silves há memória de ter existido uma torre plurifacetada, octogonal, junto à Porta da Azóia, na face sensivelmente virada norte³³²¹.

Reforçando a presença de torres poligonais em recinto amuralhados comprovadamente de época islâmica em zonas próximas ao *Ġarb al-Andalus* pode-se atentar no que se encontra em **Jerez de la Frontera**. Nesta conhecida cidade andaluza, na zona ocidental, mas já muito perto de Cádiz, sabe-se que os almóadas levaram a cabo obras militares de vulto. Apesar de a muralha urbana, maioritariamente em taipa ter desaparecido, conhecem-se alguns dos seus detalhes e as características principais das mesmas³³²². Jerez apresenta uma grande torre poligonal, inserida no circuito da sua alcáçova, octogonal, com uma planta e uma altura semelhantes à torre de Espantaperros mas com aberturas, a nível superior, que a aparentam com a *torre de la Plata de Sevilha*³³²³. A torre que se percebe, mal ainda, na zona Nordeste da muralha de Alcácer e que parece, a uma primeira vista, como quadrada, observada mais de perto sugere a possibilidade de que possa ser poligonal³³²⁴; mas só uma limpeza do local poderá ajudar a esclarecer esta hipótese dado que o acesso é difícil.

197-198.

3319. Sobre a lápide ver Mário Barroca, “Inscrição da porta de Alfeiçãõ da Muralha de Tavira” in *Tavira, território e poder*, M. N. A / C. M. T., 2003, pp. 314-315.

3320. Em outras obras o período islâmico este tipo de portas não tem de aparecer forçosamente; portas raramente com arco em ferradura tem paralelos com o que S. Gilotte estudou na zona envolvente de Trujillo - S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), p. 123

3321. Rosa Varela Gomes, “A arquitectura militar muçulmana” in *História das fortificações portuguesas no mundo* (dir. de Rafael Moreira), p. 37; idem, “Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves”, *Xelb*, n.º 1, Silves, 1988, pp. 35 e 38.

Por mera curiosidade, creio que ainda não se sabe se a porta tinha este nome por perto haver uma *zawiyya* ou se o nome da porta de refere a *Halq al-Zawiyya*, nome que parece corresponder à actual cidade de Lagos.

3322. Cf. A. Torremocha, “Fortificaciones almohades de la provincia de Cádiz” n *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, (pp. 103-122), p. 113.

3323. Cf. Basilio Pavón Maldonado, *Tratado de arquitectura hispanomusulmana.II: Ciudades y Fortalezas*, Madrid, CSIC, 1999, pp.

Veja-se M. Jesús Viguera (coorden.), *El reino nazarí de Granada (1232-1492) - política, instituciones, espacio y economía*, vol. VIII-III da *Historia de España* (Menéndez Pidal), Madrid, Espasa-Calpe, 2000, p. 509.

3324. Cf. A. Rafael Carvalho et alii, *Alcácer do Sal islâmica*, fig, s/n p. 83.

- Duarte d'Armas - uma testemunha precisa

Porém, há um documento de impressionante importância para retratar as fortificações da fronteira de Portugal no início do século XVI mas que tem igualmente uma grande relevância para conhecer alguns detalhes e vestígios de técnicas e testemunhos de época andalusí em áreas dos territórios que formarão mais tarde parte do território de Portugal mas também da zona raiana do reino de Leão e Castela. Trata-se do *Livro das Fortalezas* de **Duarte d'Armas**, obra cujo original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que tem tido várias edições³³²⁵.

É possível, através desta obra, encontrar testemunhos de construções - não só e carácter militar - nas quais são ainda visíveis traços que podem corresponder a construções datáveis do período islâmico. Aliás, esta mesma obra tem sido utilizada, com sucesso, como um dos melhores testemunhos da mesquita de época almóada construída em Mértola³³²⁶. Porém, a importância do testemunho das imagens de Duarte d'Armas não se fica pela mesquita; o mesmo desenhador dá testemunho da chamada “torre do rio”, bem como de uma entrada acotovelada - mas sem necessidade de recorrer a uma torre e inserida naturalmente no perímetro amuralhado - a *Porta do Rio*, antes referida.

Porém, já tinha sido utilizada em outras construções. Alguns trabalhos sobre o castelo de Juromenha mostraram que esses desenhos mostravam traços da fase *andalusí* dessa construção militar. Para além de localização de torres regularmente espaçadas e do sugestivo desenho de uma torre plurifacetada, semelhante a outras torres de época islâmica - como as que se encontram em Badajoz e em Cáceres - detectaram-se outros traços que podem eventualmente coincidir com obras de época islâmica, como é o caso de uma torre com uma entrada em cotovelo inserida na própria torre - situação que não foi possível comprovar no terreno dado que a fortaleza de Juromenha foi alvo de sucessivos restauros e adaptações à pirobalística, que alteraram profundamente a morfologia de alguns sectores desta fortificação desde o século XVII - a partir de 1640.

Por outro lado, o autor desta dissertação utilizara já em 1999 as imagens de Duarte d'Armas sobre **Elvas** para mostrar como, através dessas duas vistas panorâmicas da cidade, era possível através delas encontrar traços das muralhas de época andalusí em Elvas mas, igualmente, elementos que ilustravam a existência de uma torre *al-manara*, de uma torre de uma mesquita que ainda é referida no século XVIII em Elvas, torre a partir de então desaparecida mas que corresponde ao local da igreja de Santa Maria da Alcáçova. Essa construção, a nível das dimensões e das proporções apresenta características que a aproxima de outras mesquitas de época almóada.

Mas a importância de Duarte d'Armas no caso de Elvas não se fica pela torre *al-manara*. Como já foi referido, os desenhos de Duarte d'Armas, contêm outros detalhes que remetem para a existência de obras importantes durante os séculos de domínio islâmico e, em especial, para a última das suas fases, o período almóada³³²⁷.

3325. Utilizar-se-á a edição ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2ª ed.). Lisboa: Edições Inapa, 1997.

3326. Cf. Joaquim Boiça e M. Fátima, Maria de Fátima Rombouts BARROS, “A Mesquita- Igreja de Mértola”, *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura – Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, (1999), pp. 341-365; MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio; BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima, *Mértola mesquita/Igreja Matriz*, Mértola, Edição do Campo Arqueológico de Mértola, 2002.

3327. Grande parte do que aqui se apresenta já fora apresentado publicamente no *I Simposium sobre Castelos Raianos de Portugal e Espanha*, (Portalegre-Badajoz, Outubro de 1984) sob o título “Possíveis

Algumas fortificações do período almóada apresentam nas torres fiadas paralelas de tijolo³³²⁸. Delectam-se, por exemplo, em Badajoz e em desenhos de Duarte d'Armas relativos a Badajoz; mas encontram-se também em Torres de Sevilha, junto da porta da Macarena; mas encontra-se também em Écija e em Jerez de los Caballeros³³²⁹. Continua a ser utilizada nas fortificações mudéjares, já de época cristã, sobretudo em terras dos reinos de Leão e Castela³³³⁰. Ora este elemento decorativo não tem nada de funcional e é mais um elemento de prestígio e de afirmação de poder da dinastia almóada.

De facto, não faltam exemplos e uma extensa bibliografia sobre “portas monumentais” em recintos militares de época almóada. Conhece-se bem a gramática decorativa desta fase da História do al-Andalus³³³¹ mas pouco mais se sabe acerca das possíveis razões que estarão por detrás de arranjos decorativos presentes em fortificações de época almóada. Em trabalho relativamente recente Juez Juarros estuda os “símbolos de poder” presentes na arquitectura do al-Andalus³³³². O que se preetende simplesmente apontar é a possibilidade de que este tipo de listas paralelas colocadas sem função militar aparente nas torres de muralhas de época almóada possa ser também uma forma de exibir esse poder tendo, eventualmente, uma referência longínqua e que se encontra numa cidade também ela símbolo de poder - Constantinopla.

Se se atentar nas muralhas da cidade imperial fundada por Constantino, mas cujas muralhas são posteriores, a sua construção é em *opus mixtum* o que dá às suas muralhas e torres uma aparência especial³³³³. Não seria impossível que - tal como aconteceu - em época omíada - também na segun-

características muçulmanas em castelos desenhados por Duarte D'Armas”, comunicação que, como as demais aí apresentadas do lado português, nunca viram publicação.

3328. É raro no *Ġarb*. De facto, o *Tijolo, ladrillo / brique* faz uma aparição muito discreta no *Ġarb* como, aliás, na zona estudada por S. Gilotte, *L'Estrémadure Centre-Orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*, (Thèse), p. 98-99.
3329. Cf. Basilio Pavón, *Tratado*...., pp. 353, f. 4, 366, f. 5-66, p. 367, f. 2, p. 370, f. 2, 4 e 5, p. 386, f. 5, p. 387, f. 1-3.
3330. Cf. Basilio Pavón, *Tratado*...., pp.375 (Madrigal da las Altas Torres); 379 (Alcalá de Guadaira (entre Sevilha e Carmona) - fortificação islâmica mas com restauros posteriores, como me revelou o arqueólogo Enrique Luis Domínguez Berenjeno, que teve a amabilidade de me acompanhar e de revelar os resultados das escavações lavadas a cabo nesta fortificação nos últimos anos) e surge em variada miniaturas das Cantigas de Santa María.
3331. Cf. L. Torres Balbás, “arte Almohade, Arte Nazarí, Arte Mudéjar” in *Ars Hispaniæ*, vol. IV, Plus Ultra, Madrid., pp. 15 e seghs; María Teresa Pérez Higuera, “El Arte” in *Historia de España* (dir. M. J. Viguera), vol. VIII-**, pp. 635-699.
3332. Juez Juarros, Francisco, *Símbolos de poder en la arquitectura de Al-Andalus*, Tesis Doctoral, Madrid, 2003, Texto completo disponible en la URL Oficial: <http://www.ucm.es/BUCEM/tesis/19972000/H/0/H0044901.pdf>; texto acedido em Abril de 2009).
3333. Sobre as muralhas de Constantinopla, onde não faltam torres plurifacetadas (algumas octogonais como a de Espantaperros, de Jerez e outras) como nas muralhas de época almóada, veja-se o clássico trabalho de Alexander van Millingen, *Byzantine Constantinople, The walls of the City and Adjoining Historical sites*, (1ª ed, Londres, John Murray, 1899), Elibron Classics, 2005 (ver sobretudo alçados das muralhas de Teodósio II, em pp. 106-107); ver igualmente Stephen Turnbull, *The Walls of Constantinople AD 324-1453*, Londres, Osprey Ed, 2004, pp. 20, 26 31. Uma das torres poligonais - a octogonal - cf. p. 20. A torre “chanfrada” visível no sector entre as porta de Ouro e a porta de Belgrado é semelhante a uma das torres do sector sevilhano junto à porta da Macarena (tema a ver com detalhe, em próxima oportunidade).

Vejam-se resultados na fortificação islâmica- parcialmente em taipa com uma torre octogonal, semelhante à de Jerez -

da metade do século XII se buscassem, de forma mitigada e reinterpretada, valores e elementos prestigiantes à velha cidade imperial, mas suficientemente diferentes para que se não tomasse a obra por bizantina. “Byzantine architecture was of crucial importance to the development of early Islamic architecture and later the architecture of the Ottoman Empire”, afirma Andrew Petersen³³³⁴; porém, não seria impossível que a influência distante de Constantinopla, chegasse ao al-Andalus, sob a forma de inspiração, alguns séculos depois de haver mestres bizantinos a trabalhar no *mihrāb* da mesquita de Córdoba e de a Aljaferia de Saragoça ter sido concebida com base em modelos comuns no Oriente³³³⁵.

Duarte d’Armas dá pistas interessantes sobre a existência e o estado de conservação de vestígios de época islâmica. É o caso de da informação que dá sobre a fortificação, em altura, junto à actual **Alcoutim**, da fortificação conhecida como “castelo velho” e que, depois das escavações levadas a cabo por Helena Catarino durante muitos anos, revelou uma fortificação de época islâmica, implantada numa zona de controle do curso do rio Guadiana³³³⁶. Mas, não deixa de dar detalhes interessante a nível da construção de paramentos especiais da construção que, em alguns casos, têm paralelos com fortificações de outras zonas do al-Andalus. E, concretamente, dá informações de carácter iconográfico que podem corresponder a torres albarrãs poligonais.

Implantadas na margem esquerda do Guadiana há três fortificações que merecem uma atenção detalhada: **Moura** (fig. 186-187), **Serpa** (fig. 184-185) e **Noudar** (fig. 189). São imagens a partir das quais datações são difíceis, mas não é impossível detectar traços da ocupação *andalusī* nestas fortificações.

No castelo de **Noudar**³³³⁷ ainda eram visíveis no início da década de oitenta partes da muralha que deixavam ver o interior em taipa, numa taipa que incluía muita pedra pequena da região. O restauro posterior ocultou essas características mas os trabalhos arqueológicos revelaram muitos dos vestí-

in Bellido Márquez, Tania, “La muralla medieval de Marchena. Análisis arqueológico”, in *Rómula*, n. 7, 2008, pp. 299-330; não foi possível ver Juan Luis Rave Prieto, *El Alcazar y la muralla de Marchena*, Ayuntamiento de Marchena, 1993.

3334. Andrew Petersen, *DICTIONARY OF ISLAMIC ARCHITECTURE*, Routledge, 1999, p. 43.

3335. Jean-Claude David, “Ayyubid Palace Architecture in Syria” in Stefano Bianca (Ed.), *Syria - Medieval Citadels Between East and West*, (pp. 51-70), Aga Khan Culture, 2007, p. 53.

3336. Helena Catarino, “Arqueologia medieval no Algarve Oriental. Os castelos de Alcoutim”, *Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana. Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste*, Huelva, 1994, pp.657-671; idem, “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica - povoamento rural e recintos fortificados”, *Al-Ulyā*, n.6, 3 vols. Trat-se de uma fortificação com ocupação emiral até ao período as Taifas e que teria desaparecido fruto de revoltas da fase das Segundas Taifas.

3337. O interesse por esta fortificação foi despertado, em grande medida por um trabalho que é justo recordar: Adelino de Matos Coelho, *O Castelo de Noudar - fortaleza medieval*, Barrancos, 1986.

gios da ocupação de época islâmica, incluindo lápides epigrafadas^{3338 3339}. Pensa-se que o interesse em época islâmica pode ter começado pelo controle de vias de penetração, possivelmente ligando a zona de Sevilha e do Andévalo com o Ġarb. Na verdade, tem-se colocado a hipótese de o topónimo ter origem na raiz árabe³³⁴⁰ e que tema ver com a raiz نظر que tem os significados abaixo referidos e remete para o acto de observar³³⁴¹. Controlando uma via, ligado a uma possível *qarya*³³⁴², existiu uma pequena construção militar em taipa, de época ainda não determinada e que foi adaptada pelos reis portugueses, mais tarde, para muro da alcáçova³³⁴³. Durante a fase em que os Banū Wazir controlam, entre outras zonas, a área em redor da margem esquerda do Guadiana, esta fortificação deve ter sido de segunda linha e de importância secundária - não recebeu, aparentemente, os mesmos cuidados elementos de carácter militar que se encontraram em Moura e Serpa.

A fortificação de **Moura** tem sido estudada detalhadamente por **Santiago Macias** e a ele pertencem os trabalhos mais úteis para compreender o passado islâmico desta localidade. Tendo começado por um agregado populacional já existente no século X³³⁴⁴ - *Mawra* - “castello da provincia [كـوـرة] de Beja”. Pouco mais se sabe a partir das fontes documentais, excepto que, no período das Taifas, no s. XI, al-Mu‘taḍid mandou fazer uma “almenara”, ou melhor, uma torre para chama-

3338. Sobre Noudar cf. Miguel Rego, M., “Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar”, *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 1994, pp. 37-53; Miguel Rego, M., “A ocupação islâmica de Noudar”, *Arqueología Medieval*, nº 8, Porto, Afrontamento, 2003, pp. 69-82. S. Macias apresenta uma planta fundamental com os achados localizados; pelo que se conhece de algumas fortificações rurais estudadas por S. Gilote na região envolvente de Trujillo não seria estranho que a muralha classificada como cristã - mas que envolve áreas onde há materiais islâmicos -, fosse também de época islâmica (fase final?) - cf. *Mértola*, II, p. 62.

3339. BORGES, Artur Goulart de Melo Borges, "Inscrições árabes de Noudar", *Arqueologia Medieval*, nº2, Porto, Afrontamento, 1993, pp.215-217.

3340. Miguel Rego, M., “Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar”, *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 1994, p. 39, refere-se o verbo “nadara” e o “substantivo Nadar”, hipótese de Abdallah Khawli (*apud* M. Rego) e que vem no seguimento de trabalhos de Joaquim da Silveira.

3341. Cf. Dozy, *Suppl.*, II, pp. 685-687; ver tb., duas obras que contêm léxico do árabe peninsular: Pedro de Alcalá, *op. cit.*, p. 203 e *Vocabulista in Arabico*, pp. 304-305.

3342. Os dados encontrados apontam para uma ocupação segura entre os séculos X e XIII - Miguel Rego, M., “Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar”, *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 1994, (pp. 37-53), pp. 43-44.

3343. Um dos desenhos de Duarte d’Armas, o da “banda de sull” mostra uma zona com torres de tipologia diferente, sem sinais de pedras nos cunhais, o que deve pretender mostrar a existência de tipologias construtivas diferentes, equivalentes eventualmentne às fases islâmica e posterior.

Um dos testemunhos mais interessantes da Noudar tardo-medieval e moderna está em Pedro A. de Azevedo, "Auto d'uma posse do Castelo de Noudar e Inventario do que la existia no sec. XVI", *O Archeologo Portuguez*, 11 série, nº5, Lisboa, 1900, pp.146-151.

3344. Ibn al-Faradī (I, p. 395, *apud* David Lopes), contemporâneo de Almançor, esta localidade, como um “castelo da circunscrição de Beja”, para finais do s. X, - cf. David Lopes, *Os Árabes nas obras de Alex. Herc.*, 1911, p. 67; cf. Santiago Macias, “ Moura: um Projecto de Investigação em Arqueologia Medieval e Moderna”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Nº. 7, 1992, (pp. 127-134), p. 127.

mento à oração, até por que se conhece esta decisão através de uma lápide que se encontra em Moura e qual se gravou na segunda linha الصومعة³³⁴⁵, termo que se aplicava no al-Andalus a torres *almenara*, ou minaretes de mesquitas³³⁴⁶. É de supor que tenha havido obras de fortificação em Moura durante o período almóada. Essa suposição, que não assenta em informações escritas, reside sobretudo na tipologia de duas torres existentes mas também a partir de alguns dados, difíceis de comprovar, de Duarte d'Armas que se apresentarão em seguida.

Como Santiago Macias já assinalou, há essencialmente em Moura duas torres em taipa. Uma delas, de grandes dimensões, projectaando-se para o exterior mais que a mais tardia torre de menagem, tem planta rectangular e tem a particularidade - comum em construções militares de época almóada, de possuir restos das **linhas feitas em argamassa de cal** que criam separações na obra de tal forma que se cria a ilusão, ao longe, de que se trata de grossa silharia; essa particularidade encontra-se na face distal em relação à muralha. É uma particularidade da arquitectura militar desta época e que, só para citar trabalhos mais recentes e bem fundamentados, tem sido estudada por Rafael Azuar³³⁴⁷. Pelo catálogo feito com este tipo de carácterísticas - para o caso de Portugal, com base em Basilio Pavón e de forma um pouco apressada - catálogo dos sítios onde aparece esta técnica e análise dos resultados, R. Azuar conclui que é técnica quer deve ter aparecido depois de 1172³³⁴⁸. Assim, pela data proposta por Rafael Azuar e pelos trabalhos de POedro Gurriarán é possível apontar uma fase almóada - ligada também ao peso dos Banū Wazir na região - para esta torre³³⁴⁹.

3345. A. R. Nykl, “Algunas inscripciones árabes de Portugal”, *Al-Andalus*, V, Madrid, pp. 401-403 e fig. 4-6; Nykl crês que a inscrição pode datar de 444H / 1052.

Sobre esta inscrição cf. Artur Goulart de Mello Borges, “Epigrafia Árabe no Gharb” in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, p. 231; ver tb. Labarta, A. e Barceló, C., “Inscripciones Árabes Portuguesas: Situación Actual”, *Al-Qantara*, Vol. VIII, Madrid, CSIC, 1987, pp.395-420; ver ainda P. Cressier, “Chapiteaux islamiques du Portugal (traditions, créations, importations)”, in BARROCA, Mário Jorge e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / F. L.Universidade do Porto, 2005, pp. 175-194, figs. 14-15.

Ver ainda S. Macias, Santiago Macias, “Moura: um Projecto de Investigação em Arqueologia Medieval e Moderna”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, N.º 7, 1992, (pp. 127-134), p. 128; Santiago Macias, S., “Moura na Baixa Idade Média: elementos históricos e arqueológicos”, *Arqueologia Medieval*, n 2, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 127-157.

3346. Cf. Dozy, *Suppl.* I, pp. 845; o autor lembra que pode também ter o sentido de “cellule ou ermitage”, além de que no al-Andalus se pronunciava صومعة. A mesma palavra pode ser utilizada para significar “silo”.

3347. Rafael Azuar Ruiz, Francisco José Lozano Olivares, María Teresa Llopis García, José Luis Menéndez Fueyo, “El falso despiece de sillería en las fortificaciones de tapial de época almohada en Al-Andalus” in *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica* (14 a 17 de septiembre de 1994), Palencia, 1998, pp. 481-512; tema retomado em Francisco José Lozano Olivares, José Luis Menéndez Fueyo, Rafael Azuar Ruiz, María Teresa Llopis García, “El falso despiece de sillería en las fortificaciones de tapial de época almohade en el Al-Andalus” in *Estudios de historia y de arqueología medievales*, N.º 11, Cádiz, 1996, pp. 245-278; a problemática foi actualizada e resumida em Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas...”, *Los Almohades*, pp. 67-70.

3348. Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas...”, *Los Almohades*, pp. 68. Veja-se também Pedro Gurriarán Daza e Angel J. Sáez Rodríguez, “Tapial o fábricas encofradas en recintos urbanos andalusíes”, in *II Congreso Internacional «La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb»*, Algeciras, 2002, (pp. 561-625), pp. 603-615.

3349. O que não impede a existência de fases anteriores a que os trabalhos almóadas se tenham sobreposto.

A outra torre, muito mais pequena, e situada na cortina norte do recinto amuralhado, foi unida por obras da DGEMN à muralha em alvenaria. Esta torre, muito mais pequena que a primeira pode ter sido - eventualmente - uma torre albarrã³³⁵⁰; se o perímetro da muralha medieval de Moura corresponder ao perímetro da sua fase final ialâmica - período almóada -, o que não se sabe dado que a presença da taipa não é constante, mas pode estar em níveis inferiores ainda não encontrados, então a ligação feita pela obra da DGEMN não tem suporte arqueológico e, como a torre está adiantada em relação à muralha medieval (que pode assentar sobre a islâmica), então esta torre poderá ser uma albarrã³³⁵¹ - assemelhando-se a Silves onde na frente norte também se implantaram em época almóada uma série de torres albarrãs, (mas não tão salientes como as albarrãs que flanqueio).

Pela sua extraordinária dimensão, pela extraordinária projecção para o exterior em relação à muralha, não seria de estranhar que a grande torre em taipa militar, localizada na zona onde - mais tarde - se vai implantar uma entrada acotovelada que recebeu obras manuelinas, fizesse parte de uma entrada também ela em cotovelo.

Além disso, a vista de Duarte d'Armas de Moura tirada da banda do Leste mostra duas torres desenhadas de forma intencional a não se colocarem pedras nas esquinas e com várias linhas verticais, semelhantes ao que acontece no caso de Elvas, em que se quis mostrar a existência de torres poligonais: Se se poder dizer, pelo desenho, se eram ou não torres destaçadas da muralha, Duarte d'Armas desenha duas torres, claramente polifacetadas e muito provavelmente em taipa - não têm os desenhos de pedras. Esse tipo de torres, como se viu, surge frequentemente em época almóada.

Além disso, a imagem do mesmo Duarte d'Armas tirada da "banda do Oeste"³³⁵² apresenta intencionalmente uma torre muito singular - uma torre na qual a meia altura se desenha um arco ultrapassado. É um arco muito alto que, partindo próprio desenho, parece ter sido parcialmente entaipado e no qual se manteve aberta uma porta. Ou seja, retirou-se a monumentalidade que o arco tinha originalmente mas manteve-se alguma funcionalidade nessa torre³³⁵³.

coabitação de torres quadrangulares e circulares?

No caso de Moura pode deixar-se um pequeno tópico: as torres redondas. Normalmente quando se aborda o estudo de Moura e mesmo de outras localidades tem havido - em toda a Península Ibérica - a tendência para atribuir automaticamente ao período medieval cristão essas torres. A uma delas está ligada a Lenda da alcaidessa Salúquia, nome que - ele mesmo - aparece associado a um tipo de torre específico, torre de vigilância, muito mal conhecido³³⁵⁴. Não seria impossível que houvesse

3350. Santiago Macias revela como esta torre albarrã escapou à sua destruição, numa fase em que a muralha de Moura - sobretudo as zonas em taipa - foi desmantelada para se fabricar salitre a partir dos seus muros - Santiago Macias, "As muralhas medievais de Moura", *Arquivo de Beja* (21 Série), n.º 3, Beja, 1986, pp. 253 - 268, pp. 257, 262 (fig. 7) e 265.

3351. Esta hipótese é viável pelo perímetro da muralha que Santiago Macias localiza numa planta muito detalhada, que tem publicado - cf. Santiago Macias, S., "Moura na Baixa Idade Média: elementos históricos e arqueológicos", *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 127-157, mapa 1, p. 133.

3352. Veja-se também S. Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, tomo II, pp. 30-33.

3353. Trata-se da torre que se localizava, seguindo a perspectiva deste desenho, por detrás da "porta da vila".

3354. Colocou-se a hipótese de ter havido uma *saluqiyya* em Elvas - cf. F. B. Correia, *Elvas na Idade Média*.

coabitação de torres de tipologias diferentes e nao seria estranho que se viessem também aqui a verificar a existência de torres circulares construídas em época islâmica.

Essa coabitação de torres de diferentes tipologias acontece na Aljaferia, com uma grande torre quadrangular - a torre del Trovador - inserida num conjunto em que dominam as torres circulares; a torre del Trovador de Saragoça é datada do período das Taifas, quando o restante circuito é ligeiramente anterior³³⁵⁵. Também no castelo de Aljezur (fig. 246 e seguintes) se assiste a essa coabitação; aí só se detectaram duas torres, uma de cada tipo. Recentemente, também Manuel Acién refere a propósito das grandes torres circulares de Almeria, que elas podem ser de época islâmica; e não se pode ignorar o que se conhece a nível das torres circulares da alcáçova de Coimbra, e que pode ter tido reflexos em outros pontos fortificados do Ġarb al-Andalus. É uma questão que fica, porém, ainda em aberto. Por outro lado, o aparelho de pedras irregulares apoiadas por fiadas de pequena dimensão³³⁵⁶, aparelho que se pode encontrar em outras fortificações no al-Andalus, tem também, como o demonstram os estudos recentes de Sergio Martínez Lillo, semelhanças com aparelhos de fortificações norte-africanas datadas de época almorávida³³⁵⁷, embora se trate de aparelhos com uma facilidade de execução que permite a sua perduração no tempo.

(v) Serpa

Serpa, como se sabe, está estreitamente ligada aos Banū Wazir - um dos filhos do antigo senhor de Évora e de Beja governou Serpa. Pouco se sabe desta localidade até ao século X, mas a partir do século XI o poder do abbáidas, ao exercer-se também na Kūra de Beja deve ter ganho importância estratégica, como ponto fundamental na margem esquerda do Guadiana - possivelmente uma *qarya*

3355. No interior desta imensa torre quadrangular de Saragoça existe uma cisterna que apresenta semelhanças com que, no período almóada surge em Cáceres, dentro do actual palácio de la Valletas e Museu da cidade de Cáceres; a influência da cisterna de Cáceres a partir da de Saragoça não seria impossível (e não sei se está estudado). Sobre a Aljafería, a datação dos vários sectores dos seus muros e a cisterna da Torre del Trovador veja-se José Luis Corral Lafuente, *Zaragoza musulmana (714-1118)*, vol 5 de *Historia de Zaragoza*, Saragoça, Ayuntamiento de Zaragoza, 1997, pp. 63-69.

3356. Santiago Macias, "As muralhas medievais de Moura", *Arquivo de Beja* (21 Série), nº 3, Beja, 1986, p. 263, fig. 9.

3357. Sergio Martínez Lillo, "La continuidad de la arquitectura beréber en el Magreb. Ciertos ejemplos en lo militar y religioso" in Rafael López Guzmán(ED.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona, Lunwerg Ed (col. Unesco, 95) /El Legado Andalusi, (pp. 147-163), p. 149; trata-se da muralha de Amergo, já estudada por Henri TERRASSE, *La forteresse almoravide d'Amergo*, in *Al-Andalus*, Madrid, vol. XVIII - 2, Madrid - Granada, 1953, pp. 389- 399; veja-se também do mesmo autor TERRASSE, Henri, *Les Forteresses de l'Espagne Musulmane*, Madrid, Imprenta y Editorial Maestre, 1954.

associada a um local de vigilância em cota alta³³⁵⁸, antes de passar para a zona de Beja e a margem direita do mesmo rio.

Além disso, a partir de Serpa a ligação e articulação com o *Além-Rio* de Mértola é fácil. Assim, em termos militares, Serpa permite controle sobre a margem direita do Guadioana e capacidade de distribuição de tropas e escolha de objectivos a partir do seu território e dos seus pontos altos. Não está numa zona particularmente pobre em termos agrícolas tendo, nos terrenos rem redor da ribeira do Enxoé - como mostrou com clareza Santiago Macias - recursos não poucos, aproveitados desde a pré-história, de que as gentes locais sempre souberam tirar partido³³⁵⁹.

Se há um século quase nada se apontava para o passado islâmico de Serpa³³⁶⁰ e há cerca de uma década os dados eram ainda escassos³³⁶¹ - embora houvesse conhecimento de uma lápide encontrada em Serpa³³⁶² -, mais recentemente a informação disponível foi sistematizada³³⁶³. De facto, o estado dos conhecimentos sobre Serpa começou a enriquecer-se com escavações realizadas por Monge Soares e que revelaram uma sobreposição de níveis desde a pré-História até fases mais recentes, revelando pela primeira vez níveis de época islâmica em Serpa³³⁶⁴, níveis que parecem corresponder a duas fases; uma com cerâmicas atribuíveis aos séculos X-XI e uma segunda com materiais islâmicos também, do século XII e seguinte; encontrou-se também uma calçada, de época islâmica (plano 3), calçada que o referido arqueólogo considera poder ser do “Período das Taifas e estamos em crer que estará relacionada com a torre de taipa que a torre da Horta incorporou”³³⁶⁵.

3358. Faria sentiu que fosse o local depois ocupado pela ermida chamada de Nossa Senhora de Guadalupe, onde se encontram vestígios de uma torre; torre que pode ter sido uma atalaia antiga - mais tarde integrada no sistema de atalaias que existiu em redor de Serpa, de que Duarte d'Armas dá fé nas duas vistas publicadas no seu *Livro das Fortalezas* (fl. 7 e 8) - trata-se da atalaia localizada à esquerda na vista da “banda do leste” (fl. 8 - associada a uma pequena construção, onde hoje se localiza a ermida com o referido nome), e à direita na vista da “banda do Oeste” (fl.7).

Em qualquer das duas atalaias o campo de visão sobre Beja é impressionante e controlam igualmente a vertente sul do Serra do Mendro, podendo controlar movimentos para sul de uma Évora cristã, depois a 1165, mas também na fase em que abbadidas de Sevilha passaram a controlar o território da *Kūra* de Beja e os territórios da margem esquerda do Guadiana, onde se encontra *Sirba* (Serpa) mas também Moura, Noudar e Aroche, para citar os locais com fortificações e documentados - textual ou arqueologicamente - para os séculos XI a XIII.

3359. Santiago Macias, *Mártola, o último porto do Mediterrâneo*, tomo I, pp. 150-151.

3360. J. M. Graça Affreixo, *Memória Histórico-Económica do concelho de Serpa*, (1ª ed. Coimbra, 1884), C.. M. de Serpa, 1997, pp. 17-30.

3361. Helena Catarino, "O concelho de Serpa no período muçulmano", in (Maria da Conceição Lopes Ed.), *Arqueologia do concelho de Serpa*, Câmara Municipal de Serpa, 1997, pp.153-157.

3362. Abel Viana, "Pelo Baixo-Alentejo: Notas históricas, arqueológicas e etnográficas", *Arquivo de Beja* (1ª Série), vol. 7, Beja, 1950, pp. 14 (fig. 13) e 22-23.

3363. Santiago Macias, *Mártola, o último porto do Mediterrâneo*, tomo I, pp. 153-155.

3364. António Manuel Monge Soares e Braga, José Rodrigues, "Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa ", *Arquivo de Beja* (2ª Série), 3, Beja, 1986, pp 167 - 198.

3365. António Manuel Monge Soares e Braga, José Rodrigues, "Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa ", *Arquivo de Beja* (2ª Série), 3, Beja, 1986, p. 197.

Além do mais, o autor confirma a detecção de taipa militar no interior, no miolo, da torre da Horta - onde obras dos reis da primeira dinastia portuguesa envolvem com alvenaria torres de taipa de época islâmica, como em Elvas, em Silves e em Tavira. Tarat-se de um percurso acotovelado, difícil de perceber, mas com a taipa separada actualmente da parede do castelo. Segundo Monge Soares, “esta taipa será possivelmente de uma torre dos sistema de defesa primitivo a que o paredão F pertence”, concluindo o autor que a torre em taipa deve pertencer ao sistema de defesa anterior, ou seja ao de época islâmica³³⁶⁶ (fig. 184-185) .

De facto, se nos posicionarmos no alto da torre da Horta, é visível a continuação da muralha antiga em direcção a sudoeste. Aliás, uma das paredes da igreja de Santa Maria apoia-se paralelamente sobre a muralha que continua até junto da torre do relógio; torre esta que, muito naturalmente, faria parte do recinto de época islâmica³³⁶⁷. Pela sua colocação, não seria de estranhar que se viesse a descobrir que a igreja de Santa Maria de Serpa assenta sobre uma antiga mesquita; a sua parede meridional, está virada a sudeste, equivalendo à posição da *qibla*.

O peso de Serpa em época almóda vem reforçado coma notícia de escavações arqueológicas realizadas por Miguel Rego, junto ao Largo dos Condes de Ficalho, em resultado das quais se detectaram materiais almóadas “em duas unidades estratigráficas”³³⁶⁸.

Mas, Duarte d’Armas dá argumentos que podem reforçar o peso da presença militar islâmica em Serpa. Para além das atalaias que ligam Serpa visualmente com Beja, no desenho da vista “da banda de oeste” é apresentada à esquerda, destacada da muralha ou numa posição de esquina uma torre desenhada intencionalmente a dar ideia de ser poligonal; semelhante à que é desenha relativamente a Elvas, esta torre tem, como a de Elvaas, a particularidade de não ter desenhos de pedras - tudo aponta para que seja um outro exemplo de torre poligonal e, eventualmente, uma albarrã. Essa mesma torre é representada igualmente no desenho “da banda de leste”, nesta caso na extremidade direita do mesmo, apresentando as mesmas características pictóricas, além de que está colocado sobre uma pequena proeminência do terreno - parece tratar-se de uma torre albarrã, destacada da muralha e visando defender dois dos flancos da muralha de tal forma que surge bem representada em qualquer dos dois desenhos)³³⁶⁹. A sua posição é muito semelhante à da torre *Redonda* na cerca de Cáceres, numa esquina ou flanco, controlando dois lanços de muralha e parece não constar de uma planta de Serpa do século XVIII³³⁷⁰.

3366. António Manuel Monge Soares e Braga, José Rodrigues, "Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa ", *Arquivo de Beja* (21 Série), 3, Beja, 1986, p. 170 (ver fig. 2, p. 171, necessária para a interpretação).

3367. Cf. S. Macias, *Mértola, o último porto...*, II, p. 33. O traçado proposto por Santiago Macias, à luz dos dados disponíveis e das escavações de Miguel Rego, faz sentido, embora o próprio autor reconheça que é provisório. O facto de apontar um traçado em “cremalheira” na fachada da muralha virada Leste pode enquadrar-se, igualmente, em época almóada ou já posterior. (Sobre muralhas em cremalheira veja-se Torremocha Silva; sobre Algeciras)-.

3368. Cf. S. Macias, *Mértola, o último porto...*, I, p. 154 e n. 990.

3369. Como se referiu , estes dados já tinham sido publicitados no *I Simposium sobre Castelos Raianos de Portugal e Espanha*, (Portalegre-Badajoz, Ourtubro de 1984) sob o título “Possíveis características muçulmanas em castelos desenhados por Duarte D’armas”, mas permaneceram inéditos.

3370. Cf. Claudio Torres e S. Macias, *O Legado islâmico em Portugal*, p. 172.

Assim, pela tipologia da torre, parece ter sido uma construção eventualmente octogonal, em taipa (não há sinais, no desenho, de pedras de média ou grande dimensão que tivessem entrado na sua construção), muito semelhante às torres, semelhantes, que se encontram ainda hoje em Cáceres e em Badajoz - de que a de Espantaperros é um máximo representante).

Estes muitos indícios apontam para uma Serpa onde os materiais arqueológicos identificadores de ocupações de época islâmica surgem de forma evidente a partir do século X e que em termos de fortificação pode ter recebido um programa de fortificação eventualmente já no século XI, sob a batuta do poder abbáida; porém, pela tipologia e força de alguns elementos arqueológicos e pela tipologia de uma das torres presentes nos desenhos de Duarte d'Armas, deve ter recebido obras inseridas no programa de reforço de estruturas defensivas que os almóadas vão levar à prática, muito provavelmente sob orientação de gentes e agentes afectos aos Banū Wazir³³⁷¹.

(vi) Albarrãs

Se hoje não se duvida da existência de torres albarrãs em fases pré-almóadas, como as de Calatayud, eventualmente as de Mérida - claramente diferentes na tipologia e nos materiais de construção das, próximas, de Badajoz e de Cáceres - e até da torre albarrã de Alcobaça (esta em pedra de cantaria)³³⁷² - a necessitar de estudo e explicação mais aprofundada - a maioria das torres albarrãs surge associada ao uso da taipa militar, por vezes conjugando-se com torres plurifacetadas, com torres couraças - comprovadamente também já presentes em momentos anteriores - e, em alguns casos documentados, com barbacãs.

Raras no Oriente, de tal forma que, há algumas décadas atrás se discutia a sua invenção em solo ibérico, deve referir-se que há em Alepo, na Síria, duas torres isoladas que, embora actualmente não estejam ligadas à muralha principal, se podem considerar como albarrãs, embora a datação que lhes é atribuída, sobretudo a fase última, seja tadia e entre já pela dinastia dos Mamelucos³³⁷³.

Ao contrário do que se pensou durante anos, nos tempos mais recentes têm aparecido exemplos de torres albarrãs em fortificações claramente pré-almóadas. No entanto, é durante esta fase que este

3371. Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, p.

3372. **Frei Bernardo de Brito, na sua crónica de Cister** informa que o abade de Alcobaça “acabou o castello de Alcobaça, & o cercou com a barbacã de fóra, para se defender nelle mais copia de gente do que antes cabia nas torres”, livro III, p. 334.

3373. Carole Hillenbrand, *The Crusades - Islamic perspectives*, Edinburgh University Press, 2006 (reprint da 1ª ed. de 1999), p. 491, fig. 7-60; tanto a virada a Norte como a que mira sensivelmente o Sul são identificadas como “bastion”: Iertencem a Jullia Gonnella os trabalhos mais recentes de interpretação desta fortificação - a autora chama-lhes “advance towers” e saba-se que, apesar de ter havido fases anteriores, o que ora se vê é do período Mameluco - cf. Julia Gonnella, “Introduction to the Citadel of Aleppo:”, in *Syria - Medieval Citadels between East and West*, Londres, Aga Khan Trust for Culture, 2007, (pp. 103-138) , p. 110, fig. 86, n.3 e p. 118 (e p. 267); ver tb. um outro recente trabalho de Julia Gonnella onde a autor realça o poder destrutivo da invasão de Timūr em 1401, sem deixar de assinalar o descobrimento de dados recentes, até de carácter militar, que mostram estruturas ayyúbidas escondidas ou mascaradas pelas obras posteriores do período mameluco; ou seja, parece que muito do que é aparentemente de fase mameluca tem uma base ayyúbida, contemporânea dos almóadas - Julia Gonnella, “The Citadel of Aleppo - recent studies”, in KENNEDY, H., (Ed.) *Muslim Military Architecture in Greater Syria, from the Coming do Islam to the Ottoman Period*, Leiden - Boston, 2006, pp. 171-173.

tipo de torre se generaliza e faz parte de um programa de construções militares. O *Ġarb al-Andalus* está bem representado a nível do volume de sítios em que este tipo de torre surge.

A alcáçova de Badajoz parece ser um caso bem estudado, onde coabitam, em época almóada um grande torre albarrã -a de Espantaperros - com torres albarrãs de menor projecção para o exterior, associadas a uma barbacã e a duas couraças - diferentes do poço Kawrāġa ou Kūrāġa de que falam as crónicas; mas a estes elementos estão também, como se verá, portas em cotovelo. Quanto à muralha da *madīna* as dúvidas são tantas qquue não há ainda um estudo sobre o tema, maas também não se ignora que Badajoz dispôs de uma muralha a proteger a *madīna* pelo menos na fase final do domínio islâmico. Há um trabalho sobre as muralhas urban's de Badajoz onde se avançam alguns dados³³⁷⁴ e recentemente - em finais de 2007 - surgiu num arquivo escandinavo uma planta de Badajoz do século XVII - do tempo das guerra da Restauração - onde está patente o circuito amuralhado urbano com várias torres albarrãs, eventualmente ainda ade época islâmica³³⁷⁵.

O caso do recinto amuralhado de Cáceres é um outro caso “clássico”, sobretudo pelo impacto que teve o estudo de L. Torres Balbás. Mas, recente, os trabalhos de Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán vieram completar o panorama sobre este local em que os almóadas apostaram para suster o avanço dos leoneses já na posse de Salamanca, serra de Gata e de Coria. Mas o estudo de Samuel Márquez Bueno vem revelar traços desta muralha que se não conheciam e revolucionam a forma de datar estas construções; o autor detectou vestígios da barbacã - que Torres Balbás não pode encontrar no seu tempo - e as novas medições que efectuou para a *torre Redonda* acentuam, na nossa perspectiva, o paralelo entre esta torre e a torre chamada de Malmuerta, em Córdoba. Além disso, faz novas propostas para a relação da barbacã com as torres albarrãs - diferente do que existe em Sevilha junto à porta da Macarena, o que acentua a versatilidade dos arquitectos e engenheiros militares de época almóada. Mas, há mais novidades em relação a Cáceres: foram detectados elementos decorativos na “torre de los Pozos”, lavrados como normalmente se processa o sistema de imitação de silharia feito sobre taipa - ou “falso despiece” usando a expressão consagrada por Rafael Azuar - elementos esses que são de carácter decorativo mas também epigráfico³³⁷⁶; as marcas que imitam silhares adquiriram em Cáceres uma fisionomia e uma criatividade que aprece única até ao momento e que é uma marca inequívoca da sua pertença ao período almóada. De facto, embora os autores acentuam a sua raridade no contexto militar - e fazem bem porque, de facto, assim é - os motivos utilizados são praticamente iguais aos que se encontram no ... *miḥrāb* da mesquita de Mértola³³⁷⁷.

O programa decorativo almóada é, assim, coerente e as muralhas são de alguma forma sacralizadas com o uso deste tipo de decoração. Porém, não deixa de ser provável que a prática do *ġihād* em fortificações de fronteira, como era Cáceres em finais do século XII e inícios do XIII, explique estes elementos decorativos que devem ultrapassar uma mera expressão de gosto e de intenção unicamente estética.

3374. María Cruz Villalón, *Badajoz, ciudad amurallada*, Mérida, Ed. Universitas, 1999.

3375. Em 2008 não estava terminado o estudo que está em curso, mas o Ayuntamiento deu já a conhecer esta imagem, de excepcional importância para a História de Badajoz, mas também para a História de al-Andalus.

3376. Pedro Gurriarán Daza, Samuel Márquez Bueno, “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 10-1, Jaén, Universidad de Jaén, 2003, (pp. 57-118), p. 118; agradeço a Samuel Márquez o envio de desenhos suplementares, ainda inéditos e que completam o estudo no terreno.

3377. Comparar desenho p. 118 e S. Macias, *Mértola . o último porto....*, II, p. 156

As torres albarrãs encontrar-se -ao também em zonas mais meridionais e que, tendo em conta os trabalhos arqueológicos e as características tipológicas, devem datar de época almóada.

Em **Salir**, o circuito da muralha desta fortificação rural apresenta algumas torres, uma das quais parece ter sido uma albarrã³³⁷⁸, onde se encontram traços de marcação de silhares feita com argamassa de cal (fig. 208-210). As várias campanhas arqueológicas dirigidas por Helena Catarino em Salir revelaram espólio arqueológico contemporâneo dessa época, embora a ocupação do sítio date de fases anteriores - no exterior deste *ħiṣn* foi encontrada uma lápide do século V H/ XI d.C.

O que resta do recinto amuralhado Salir mostra uma forma poligonal³³⁷⁹, próxima de um hexágono muito irregular, com muros de uma espessura que se oscila entre 1,8 e 2 metros. Ainda se mantêm quatro torres, em taipa militar, de planta sensivelmente quadrangular. Numa delas, a que melhor se conserva, numa zona de maior pendente, ainda se conservam traços de revestimento que imita silharia falsa - à semelhança do que se passa em outras fortificações de época almóada - na face da torre que olha a muralha; é, pois, pelo tratamento que tem na face interior, que se trate se uma antiga torre albarrã que, entretanto, tenha perdido o passadiço superior que a deveria unir à muralha.

Além desta, outras torres em taipa ainda mantêm traços das **bandas pitadas a branco**, precisamente nas zonas de sutura em que se dá a sobreposição das várias camadas de taipa. Se a taipa está presente em torres, há zonas de muralha, postas em evidência com as escavações levadas a cabo por Helena Catarino³³⁸⁰, onde a muralha é em pedra ligada por argamassa muito forte – essencialmente junto à referida torre albarrã –, e outras onde a mesma muralha apresenta aparelho de uma durez menor³³⁸¹. A prosecução dos trabalhos poderá esclarecer a existência de mais torres albarrãs³³⁸² o que parece evidente em alguns casos, mas necessita de trabalhos arqueológicos que o confirmem, bem como se este sistema defensivo com várias albarrãs estava ou não associado à

3378. Fernando Branco Correia, "Fortificações muçulmanas no Algarve – estado da questão e perspectivas", 4^o Congresso do Algarve, vol. I, Silves, 1986, pp. 97-102; Fernando Branco Correia, "Fortificações muçulmanas em Portugal. Alguns apontamentos", *Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II, Madrid, 1987, pp. 501-509.

3379. H. Catarino in *Portugal Islâmico, os últimos sinais...*, p. 211, fig. 3.

3380. Vejam-se Helena Catarino, "Escavações Arqueológicas nos Castelos de Salir e Paderne", 5. *Congresso do Algarve*, vol. I, ed. Racial Clube, Silves, 1988, pp. 35-38; Helena Catarino, "O castelo de Salir: resultados das escavações dos silos", *al-'Uliya*, n. 4, Loulé, 1995, pp. 9-30; Catarino, H., "O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica - povoamento rural e recintos fortificados", *al-'Uliya*, n. 6, Loulé, 1997-98, vol. I, pp. 452-517; Catarino, H., "O castelo de Salir: escavações da campanha de 1998", *al-'Uliya*, n. 7, Loulé, 1999-2000, pp. 77-128; Helena Catarino, "Os castelos de taipa do período muçulmano no Sul de Portugal: o exemplo de Salir (Loulé)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34 (3-4), Porto, 1994, pp. 335-349; Helena Catarino, "Castelos e território do Algarve em vésperas da Reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé", *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II (Valladolid, 1999), Junta de Castilla y León, 2001, pp. 693-705.

3381. Nas escavações dirigidas por Helena Catarino encontraram-se silos para armazenagem de cereais, no interior da zona amuralhada. Há sinais de destruição causada por acção militar, provavelmente na sequência da ocupação de Salir pelos Espatários. Os traços das ocupações de época islâmica não se cingem ao interior do *ħiṣn* - há traços arqueológicos de várias *qaryals* nas imediações da fortificação. Entre os vários vestígios de época islâmica deve destacar-se a descoberta, em 1968, de uma lápide funerária datada do século V H. / XI.

3382. Cf. R. Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma cidade do Ġharb Al-Andalus: território e cultura*, colec. Trab. de Arqueologia n. 23, Lisboa, IPA, p. 121, fig. 66 e Helena Catarino, "Fortificações da Serra Algarvia",

presença de uma barbacã - além de ainda não foi possível definir o tipo de entrada.

(vii) Paderne

Se em Salir são evidentes as ocupações de época almóada³³⁸³, o mesmo se tem verificado no caso de uma outra fortificação na qual domina a taipa (fig. 231 e seguintes) - Paderne. Trata-se de uma fortificação *sui generis*³³⁸⁴, toda ela construída em taipa - com alvenarias na base em zonas de maior pendente e necessitando de nivelção no terreno; e nesses trabalhos de nivelção os almóadas revelaram-se experts³³⁸⁵.

O Castelo de Paderne, sobrepujando um esporão defendido naturalmente pela ribeira de Quarteira, o que lhe confere uma situação estratégica de inegável qualidade, apresenta uma planta trapezoidal e ocupa cerca de um hectare de área.

A face virada para a zona com menos possibilidades de defesa natural apresenta uma grande torre em taipa militar maciça, destacada da muralha - é uma torre albarrã unida à muralha por um passadizo superior, reconstruído há cerca de uma década. A força e o simbolismo desta torre albarrã que, não só foi usada como capa de uma das mais importantes obras sobre a ocupação islâmica no ocidente ibérico como, ao estar isolada e não se ter detectado nenhuma outra torre a sua capacidade militar seria muito limitada, tendo esta torre albarrã sobretudo um peso simbólico³³⁸⁶.

Também em Paderne é possível encontrar traços de bandas desenhadas a branco, aplicadas sobre a zona de sutura e de contacto das várias camadas de taipa e que, ao longe, dariam a ilusão de a mu-

Portugal islâmico..., p. p. 211, fig.3.

3383. Sobre Salir e Paderne no período almóada veja-se Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 158.

3384. O autor desta dissertação já a tratou em outros momentos; para além da autoria da página de MWNF, disponível em:

http://www.discoverislimicart.org/database_item.php?id=monument;ISL;pt;Mon01;13;pt

podem consultar-se elementos sobre Paderne em: F. Branco Correia, e M. C. Veiga, "Paderne e Salir - duas fortificações muçulmanas", *Livro do Congresso - Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1984, pp. 105-112; F. Branco Correia, "Fortificações muçulmanas no Algarve - estado da questão e perspectivas", *4º Congresso do Algarve*, vol. I, Silves, 1986, pp. 97-102; F. Branco Correia, "Fortificações muçulmanas em Portugal. Alguns apontamentos", *Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II, Madrid, 1987, pp. 501-509.

3385. Veja-se a terraplanagem - a "zapata" - feita em Sevilla para edificar a grande mesquita almóada, em M. Valor, *Sevilla Almohade*, pp. 125 e 127.

3386. Durante muito tempo e ainda hoje se discute a possível razão de ser do *Ġiṣn* de Paderne. Embora a hipótese que agora se lança necessite de investigação mais profunda, não seria impossível que esta fortificação - implantada sensivelmente a meio caminho entre *Šanta Mariyya al-Ġarb* - não seria impossível que fosse um ponto de apoio a tropas e contingentes em movimento de e para *Šilb* - com uma função que muito recentemente se vem colocando em Espanha em relação à fortificação conhecida como El Vacar - uma imensa fortificação de planta regular e quadrangular em taipa - neste caso sem torres albarrãs - que servia para apoiar e aquartelar tropas que se dirigiam para Córdova e que recentemente se vem considerando como podendo datar do período almóada. Será porém, a continuação das escavações que têm sido levadas a cabo por Helena Catarino que poderá esclarecer a questão.

ralha e a torre serem feitas em silhares de grande dimensão - o referido “falso despiece” de que fala Rafael Azuar em relação a outras fortificações de época almóada.

Com muros com uma espessura que ronda 1,8 metros, em taipa, a alvenaria só surge em esquinas e para nivelação. A torre albarrã de Paderne deve ter sido protegida com uma barbacã - e há vestígios dela, envolvendo a zona da porta - uma porta esquinada, numa posição intencionalmente não frontal. Nas escavações da década de oitenta encontraram-se cerâmicas e muros em taipa do período almóada (interrompidos por construções posteriores)³³⁸⁷.

Paderne, tal como Messines, Monchique³³⁸⁸, mas também Portimão e Lagos são referidos como tomados por D. Sancho I em 585 H /1189³³⁸⁹; não se pode precisar ainda, porém, se a muralha que se vê em Paderne é anterior ou imediatamente posterior a 1189. De qualquer das formas, os indícios de que se pode datar da segunda metade do século XII são muito evidentes - passando pelo uso da taipa, da torre albarrã, mas também de outros elementos com uma entrada em cotovelo e uma barbacã cuja datação é difícil de precisar com exactidão, por ora, mas apontam para uma obra maioritariamente concebida dentro das fases almóadas - pré e pós 1189³³⁹⁰.

Há uma pequena fortificação semelhante pelo menos em termos tipológicos; trata-se do “castillo de Carteia”; apresenta uma planta quadrangular, com uma só torre - também destacada da muralha como em Paderne (embora se lhe chame “coracha” e não “albarrã”) e uma entrada em cotovelo, semelhante mas não igual à de Paderne.. Embora tenha havido pré-existências, não seria impossível que estas obras, uma não muito longe do litoral de Albufeira e outra junto a San Roque (Campo de Gibraltar) pudessem ser da mesma época ou tenha seguido um mesmo propósito ou mesmo projecto de edificação³³⁹¹.

3387. As escavações foram recentemente retomadas e o urbanismo de época islâmica começou a ser revelado, exibindo uma organização interna semelhante - com casas de pátio centrado - a outras de bairros almóadas - cf. H. Catarino e I. Inácio, “Vestígios do urbanismo islâmico no caastelo de Paderne: uma primeira abordagem”, *Xelb*, n. 6, Silves, 2006, pp. 281-298.

3388. Também citados por Yâqût - cf. A. Rei in “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’îd al-Maghrîbî”, *Medievalista on line*, ano 1, n.º 1, 2005, além do estudo de António Rei poder-se-á consultar as seguintes edições e traduções prévias: Yâqût, *Mu’ğam al-buldân*, ed. Beirute, 2ª ed., 7 vols., Dâr Şâdir, 1995 (reedição de 1996), vol. IV; traduções: G. ‘Abd al-Karîm, “La España musulmana en la obra de YâqûT (s. XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus extraído del Mu’ğam al-Buldân (Diccionario de los países)”, edición y traducción española de G. ‘Abd al-Karîm, *Cuadernos de Historia del Islam*, 6, Granada, Univ.de Granada, 1974, (pp. 60-307).

3389. *De Itenere Navali*, (ed. João Baptista da Silva Lopes), p. 43. Ver igualmente Alexandre Herculano, *História de Portugal*, II, p. 70.

3390. Obras de carácter militar, dado que não é possível esquecer a igreja, no seu interior, da fase da ocupação portuguesa.

3391. - cf. TORREMOCHA SILVA, Antonio, e Angel J. Sáez Rodríguez, “Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 169-268., p.219-221 e fig. 18.

Também em Loulé (fig. 211-214), terra de onde foram provenientes alguns intelectuais³³⁹² do al-Andalus se podem encontrar vestígios de um recinto militar de época islâmica, recinto que, pelos estudos já feitos e pelas referências escritas, se deve ter afirmado em época almóada³³⁹³. A região em que Loulé - a antiga al-'Ulyā, designação que surge igualmente em outros pontos do al-Andalus - é rica em vestígio de ocupações do período islâmico nas zonas rural e peri-urbana³³⁹⁴; a necrópole islâmica recentemente estudada é um dos muitos elementos que nos últimos anos enriqueceram o conhecimento topográfico que se tem desta pequena cidade do litoral sul do Ġarb al-Andalus³³⁹⁵.

Os trabalhos de José Luís de Matos e de Isilda P. Martins, trabalho detalhado sobre estas muralhas, mostraram a existência de vestígios de aparelho em taipa em grande parte de um perímetro em parte desaparecido³³⁹⁶. Por outro lado, na zona próxima onde, posteriormente, se instalará o castelo cristão, encontra-se ainda hoje uma torre albarrã revestida de alvenaria e aparentemente de época cristã. Porém, o seu interior é maciço e tal como restantes vestígios, é provável que o miolo desta torre seja - como acontece em Juromenha, em Tavira, em Elvas, em Serpa, ...- igualmente em taipa militar, eventualmente de época almóada³³⁹⁷.

3392. Cf. Domingos Garcia Domingues, "O místico louletano al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental", in *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Huguin, 1997, pp. 213-236. Garcia Domingues traduz para português (p. 232) a referência de 'Abd al-Wāhib al-Marrākuṣī que consta na edição que Dozy fez da sua obra - intitulada *Kitāb al-mu'ğib fī talkhīs akhbar ahl al-Mağrib* (Edição Dozy: Abdel Wahid al-Marrakushi, *The history of the Almohades, preceded by a sketch of the history of Spain from the time of the conquest till the reign of Yúsof ibn-Téshúfīn, and of the history of the Almoravides*, ed. R.P.A. Dozy, 1881 - há reedição em 1968.

Na edição espanhola desta obra a identificação com Loulé não está feita; diz o texto: " desde Sevilla hasta la ciudad de Silves, que está a orillas del mar mayor, hay cinco jornadas, y en medio hay pequeñas ciudades, como la Niebla, el castillo de Mértola, la ciudad de Tavira, la de al-'Alyā [ou al-'Ulyā, a actual Loulé] y la conocida por Santa María - del Algarbe," - 'Abd al-Wāhib al-Marrākuṣī e A. Huici Miranda (ed. e trad.), Lo admirable en el resumen de las noticias del Magrib, ed. espanhola de *Kitāb al-mu'ğib fī talkhīs akhbar ahl al-Mağrib*, vol. IV da Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, Tétuão, Ed. Marroquí, 1955, p. 306. Veja-se igualmente Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 260.

3393. Ch. Picard, *Le Portugal Musulman*, pp. 101, 144.

3394. Veja-se uma visão mais actualizada em Helena Catarino, "Herança islâmica na Madinat al-'Uliā (Loulé) - arqueologia e território", in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 130-142.

3395. Escavações dirigidas por Isabel Luzia, "A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da "Quinta da Boavista"/Loulé", *al'-ulyā - Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 7, 1999/2000, Loulé, pp. 129-185.

3396. José Luís de Matos e de Isilda P. Martins, "Muralhas de Loulé", in *O Arqueólogo Português*, série III, n. 5, Lisboa, 1971, pp.227-247 (reeditado: *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal, 1985); ver ainda de Helena Catarino, *O Algarve islâmico : roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*, Faro, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002.

3397. Juan Carlos Castillo Armenteros defende que o castelo de Santa Catalina, de aparência cristã, tem a sua base uma fortificação islâmica (castillo de Abrehuí) que foi aproveitada e cujos paramentos foram revestidos e consolidados em fase tardia; uma torre albarrã desta fortificação lembra esta torre de Loulé - cf. Juan Carlos Castillo Armenteros, "Las fortificaciones del cerro de Santa Catalina" in *El Zoco - vida económica y artes tradicionales en al-Andalus y Marruecos*, Lunwerg, 1995, p. 79. fig. 8.

Porém, a face da muralha distal em relação à referida torre albarrã do castelo é extremamente interessante na medida em que existe aí uma outra torre albarrã - neste caso em taipa, e há indício de que pode ter havido pelo menos uma outra torre³³⁹⁸. Deve realçar-se o facto de esta torre albarrã - situada na rua da Corredora (actual Rua Eng.ª Duarte Pacheco), junto da matriz cujo campanário é, muito provavelmente, uma torre almenara da mesquita da madina de al-‘Ulyā³³⁹⁹ - apresentar ainda há poucos anos o arco de união entre a muralha e a torre num bom estado de conservação o permitirá estudos de arquitectura e de métrica, difíceis de fazer em outros locais. Por outro lado, um estudo mais aturado desta torre poderá esclarecer a hipótese aqui avançada de que a torre albarrã revestida a alvenaria³⁴⁰⁰ também possa ser, eventualmente, de época islâmica tardia. A rua em frente do castelo onde está uma das torres albarrãs ainda hoje se chama rua da Barbacã, o que denuncia a existência de uma barbacã - muitas vezes usadas em conjugação na fase final do domínio almóada (e com paralelos claros nas muralhas almóadas da porta da Macarena em Sevilla).

Sobre Serpa, conhecem-se alguns detalhes da capacidade das suas muralhas frente aos portugueses. Serpa deveria estar bem fortificada já em finais do século XII; quando D. Sancho I a tenta tomar mas não consegue, aparentemente devido a “chuvas e grandes tempestades” não a conseguiu tomar, em 1188³⁴⁰¹. Seja como for, é interessante a verificar o silêncio da crónica: já não é Beja que impede o rei português de avançar - uma Beja cuja reconstrução pelos almóadas foi um fracasso, mas sim Serpa, já na margem esquerda do Guadiana. De facto, com o fracasso da reocupação de Beja, as duas localidades fortificadas que impedem o rei de Portugal . que controla Alcácer e Évora - de progredir em termos territoriais, antes de 1190, são Mértola e uma Serpa bem fortificada. Serpa, com o abandono de Beja, passou a ser a “chave” do acesso a Sevilha; tomada aquela localidade e a sua fortificação, abria-se o acaminho para o Andévalo, para Aroche³⁴⁰² e, daí, para Sevilha.

Silves, como é bem conhecido apresenta um conjunto de torres albarrãs em várias das cortinas das suas muralhas almóadas. São torres albarrãs em taipa, - com exemplares remodelados em épocas posteriores e em que a taipa foi reforçada nos cunhais com alvenaria, que se encontram nas várias faces da muralha urbana. O recente estudo exaustivo de R. Varela Gomes descreve ao pormenor todas estas torres albarrãs ligadas por passadiço simples existentes em Silves - uma das quais descoberta no exterior do “poço-cisterna” na sequência de obras levadas a cabo. Duas terras torres encontram-se inseridas na alcáçova - mas viradas para o exterior (e não para o interior do centro ur-

3398. José Luís de Matos e de Isilda P. Martins, *Muralhas de Loulé*, 1985, n.º 3 na “planta das muralhas” (esta edição não tem, estranhamente páginas numeradas); a torre desaparecida pode ter sido outra albarrã - cf. n.º 5.

3399. Sobre este campanário e a sua identificação como possível torre de mesquita veja-se Cláudio Torres, “O Garbe al-Andalus” in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. 1, Lisboa, C. Leitores, p. 412, fig.; curiosamente, a futura Mouraria, da Loulé portuguesa, localizar-se-á na zona exterior a este lanço de muralha - cf. Maria Filomena Lopes de Barros, Tese de Doutoramento.

3400. Cf. José Luís de Matos e de Isilda P. Martins, *Muralhas de Loulé*, 1985, n.º 17, Pela sua grande separação em relação à muralha, não seria estranho que a torre 18 pudesse ter tipo uma concepção que a sua aparência actual não mostra com clareza - são trabalhos a fazer de futuro.

3401. Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, cap. VII; ver também Maria João Branco, *D. Sancho I*, p. 184.

3402. Sobre Aroche em época islâmica veja-se Juan aurelio Pérez Macías, T. Rivera e Ed. Romero, “La fortificación del territorio en época islámica”, in *La Banda Gallega*, Huelva, Univ. de Huelva, 2005, pp. 17-66.

banos como em Mérida) - torres 7 e 9 - e são classificadas de almóadas³⁴⁰³. As restantes torres albarrãs - as que se encontram na madina - apresentam um tipologia e técnica construtiva semelhantes, com a taipa a o grés e Silves a dominar a execução da obra, o que, com os paralelos que a autora utiliza para datação, apontam para uma cronologia almóada, embora sem se poder especificar por ora se são pré ou pós- 1189³⁴⁰⁴. São múltiplos os exemplos, em Silves, de marcação de falsa silharia, tapando as zonas de contacto das diferentes camadas de taipa colocadas até se formar a muralha.

Pavón Maldonado classifica as torres albarrãs de Silves como, em termos técnicos, serem em taipa ou em obra mista de alvenaria (na base) com taipa (nas partes superiores), não encontrando paralelo em Espanha para este tipo de execução³⁴⁰⁵ o autor não tem minimamente em consideração o facto de estas e outras construções terem passado por séculos de reconstruções e de trabalhos de consolidação e de reforço nas zonas onde a taipa estava degradada. Claro que há casos onde se encontra pedra utilizada misturada com a taipa - como em Juromenha - mas trata-se essencialmente de silhares ou pedras de grande ou média dimensão colocadas nos cunhais para reforçarem a estrutura. No caso de Silves, há obras de restauros - nem todos recentes - que devem ser tidos em conta e não se pode classificar como obra almóada - inalterada - tudo o que surge diante dos nossos olhos.

(viii) Albufeira

Albufeira, foi localidade também fortificada em época islâmica. Pouco se pode encontrar nos dias presentes dessa antiga fortificação, mas há iconografia que permite levantar algumas hipóteses sobre essa fortificação³⁴⁰⁶ (fig. 228-230).

De forma sintética e recorrendo à iconografia, pode afirmar-se que a principal fonte que dá uma “imagem” de como seria essa fortificação, é uma gravura que se guarda na Casa de Cavaval e que foi publicada por João de Almeida, no seu útil Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses³⁴⁰⁷. Nessa gravura do século XVII é possível encontrar dados que apontam para a existência de uma torre albarrã e de uma entrada em cotovelo. Não se conhecem referências nas fontes escritas de época islâmica a obras a qui levadas a cabo, mas a coincidência de uma torre albarrã - virada para a pequena “albufeira” que existia ainda no século XVII na zona baixa desta vila, onde havia um porto natural, porto esse resguardado da vista e da acção do oceano que bate na praia, a fortificação de

3403. R. V. Gomes, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, IPA, col. Trab. de Arqueologia, n. 35, Lisboa, pp. 17, 21 e 23 e ainda pp. 140-145 onde se traçam paralelos com torres de outras fortificações.

3404. R. Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, IPA, col. Trab. de Arqueologia, n. 44, Lisboa, cap. 1,1 (As muralhas da medina, o poço-cisterna e a torre albarrã anexa), capítulo onde se procede igualmente ao estudo dos níveis estratigráficos e materiais recolhidos - pp. 7-111.

3405. B. Pavón, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, 1993, p. 52.

3406. Com base nos dados da iconografia e do estudo do tecido urbano foi apresentado um trabalho provisório há já vários anos, mas que tem permanecido inédito: Fernando Brnaco Correia, *A fortificação medieval de Albufeira*, comunicação apresentada, em 1990, no *V Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Loulé, (28 a 30 de Abril), cujas actas não foram publicadas.

3407. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, III, p. 408.

Albufeira era um pequeno porto natural (semelhante, em termos de protecção às embarcações, ao que hoje se pode apreciar, por exemplo em Ferragudo), esta fortificação controlava não só o litoral como deveria ter uma guarnição que controalva embarcações que demandavam o seu porto, protegendo a comunidade de pescadores (e / ou corsários...?) que aqui conseguia dispor de condições de abrigo para os seus barcos e de avanço, pelas vias terrestres, para as localidades do interior. Estudos posteriores permitiram que se encontrassem troços de taipa, para além dos vestígios mais evidentes em alvenaria³⁴⁰⁸.

No século XVI ainda se mantinham algumas das características medievais desta fortificação, algumas das quais deveriam ser as herdades de época islâmica, como forte probabilidade de que tenha havido também aqui investimento em construções defensivas em época almóada. Dizia-se no século XVI que Albufeira tinha a rodeá-la “ muro fortíssimo, no qual tem três portas, ùa para o norte, outra para o levante, e outra para o poente”³⁴⁰⁹. Além de se referir a qualidade da sua cisterna, reconhece-se qque nessa altura ainda aparentava (talvez mais do aparenta numa gravura inglesa de inícios do século XIX) ser uma “vila inexpugnável”, além de que se reconhece a função protector que lhe dava o ribeiro que então ainda corria no seu sopé e lhe servia de “cava”³⁴¹⁰.

(ix) Tavira

Mais para Leste, a localidade de Tavira embora tenha - hoje é indiscutível - uma existência que, pelos materiais arqueológicos, data pelo menos do século XI³⁴¹¹ - surge referida nas fontes cronísticas e geográficas que se debruçam sobre o al-Andalus. Para além das observações do autor desta dissertação e da troca de informações com os Drs. Maria e Manuel Maia, deve citar-se dois trabalhos destes arqueólogos³⁴¹² que têm trabalhado no local, onde os próprios reconhecem as limitações que ainda há para uma compreensão satisfatória sobre os sistemas defensivos da Tavira islâmica e

3408. R. Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, colec. Trab. de Arqueologia n. 23, Lisboa, IPA, p. 116 e fig. 6; Adelaide AMADO, A., *Roteiros histórico-monumentais da cidade de Albufeira*, Albufeira: Câmara Municipal, 1993.

3409. M. Viegas Guerreiro e J. Romero Magalhães, “Duas Descrições do Algarve do Século XVI”, *Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 159.

3410. *Ibidem*.

3411. *Tavira - território e poder*, Ed. Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2004, pp. 299-311; o capitel datado do século X (p. 299) pode provir de outra localidade. Os trabalhos arqueológicos que actualmente têm sido levados a cabo têm revelado um espólio de rara qualidade e que, continuando, poderão contribuir para aclarar o passado islâmico desta cidade.

3412. Manuel Maia e Maria Maia, “As muralhas medievais e post medievais de Tavira” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 66-80; Manuel Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira” in *Tavira - território e poder*, Ed. Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2004, pp. 155-162.

um trabalho tardiamente publicado de Garcia Dimingues mas cuja consulta é obrigatória³⁴¹³ (fig. 219 e seguintes).

Com base nesses dados, é possível hoje afirmar que há sistemas de defesa passiva me Tavira antes da afirmação do poder almóada, uma muralha que envolvia a povoação e que, em determinados locais quase que se sobrepõe a muros fenícios³⁴¹⁴. Manuel Maia sugere indícios de que tenha havido muros já de época islâmica, mas anteriores ao século XI. Ora esta sugestão, pega com o conhecido aparecimento dos mağūs no século IX; não há provas mas não seria impossível que em Tavira em em outros locais do litoral do actual Algarve se tivessem implantados atalaias ou postos de vigia³⁴¹⁵ que tenham evoluído para fortificações mais complexas em séculos posteriores. Mas, o mais interessante é que as escavações de M. e M. Maia encontraram “taipa ciclópica”³⁴¹⁶ pré-almóada em Tavira e, em níveis posteriores, já almóadas, “taipa militar”. Este elemento - embora sujeito a verificações e a trabalhos futuros - como referem os próprios arqueólogos, é importante, na medida em que permite saber que a taipa era praticada e utilizada na zona antes da chegada dos almóadas³⁴¹⁷, que era tecnicamente diferente - e sabe-se que Tavira resistiu por três vezes a avanços militares

-
3413. D. Garcia Domingues, in “Tavira na época árabe” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 341-359.
3414. Manuel Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira” in *Tavira - território e poder*, Ed. Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2004, p. 156.
3415. Devem esperar-se resultados interessantes da recente descoberta de uma atalaia em Odeceixe - com escavação a cargo de Rosa e Mário varela Gomes, atalaia cuja datação não se conhece com exactidão (anunciada como dos s. XII-XIII mas com vida possivelmente mais longa) mas que controlava a entrada na ribeira de Odeceixe. O mesmo se passava no litoral onde várias pequenas atalaias - como a de **Bias** - controlavam o litoral e a chegada de navios pirata, mesmo em fases pós-medievais. A **atalaia ou torre de Bias** localizada junto à localidade deste nome e entre Faro e Tavira (junto à Fuseta) era um elemento fundamental do controle sobre a costa no período medieval, embora falte um estudo que dê precisão às suas fases de utilização - Citada por cf. João Baptista da Silva LOPES, *na sua Corografia ou Memoria. Economica, Estadística, e Topografica do Reino do Algarve*, Lisboa., 1841, p. 372 (onde a relaciona com outras atalaias que funcionariam em rede) e pelo General João de Almeida na sua obra *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, III, Lisboa 1948; esta torre tem um estudo interessante da autoria de Celeste Nogueira e Silva, “As torres de vigia do antigo concelho de Faro”, *Anais do Município de Faro*, Faro, 1998, vols. 27-28, pp.117-140; ver tb. Teresa Gamito, “O papel das torres de vigia na defesa de Faro”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500)*, Palmela, 2002; embora a esta torre estivesse associada uma inscrição datável de 1549 e com uma referência a “Joannes III” (Silva Lopes, *op. cit.* 1840, p. 372) - lápide desaparecida - parece - é possível que a mesma diga respeito a obras de renovação e não de erecção. O aparelho em alvenaria com fiadas regularizadoras tem paralelos com construções de várias épocas - não faltando semelhanças com as fortificações de época almorávida, como as de Amergo ou Tashgimut (Marrocos).
3416. Designação utilizada por A. Bazzana, “Èlements d’archéologie musulmane...”, in *Al-Qantara*, I, Madrid, CSIC, 1980, pp. 358-359.
3417. A essa muralha pré-almóada os arqueólogos chamam “a muralha das Segundas Taifas”, embora reconhecendo que a designação é provisória e que se sobrepõe à almorávida - cf. Manuel Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira” in *Tavira - território e poder*, Ed. Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2004, pp. 158-160

almódas³⁴¹⁸, numa fase em que a pirataria era forte em redor desta cidade³⁴¹⁹. Por outro lado, houve também obras em época almóada.

Essas obras de época almóada passam pela conhecida torre octogonal³⁴²⁰ - que se reconhece ser exteriormente em alvenaria por ter recebido obras de revestimento e conservação³⁴²¹, dado que o seu interior é em taipa³⁴²² - mas também por indícios que apontam para a existência de outra torre albarrã - já destruída³⁴²³. Revelam ainda vários locais onde a taipa se conserva visível³⁴²⁴. Pode-se acrescentar que em alguns pontos é visível que as muralhas tardo-medievias deixam ver taipa revestida por alvenaria, havendo pois muitos locais na cidade velha de Tavira onde a taipa ainda se deixa perceber e que pode ajudar com estudos monográficos a definir melhor ainda o seu perímetro.

Além disso, na vertente virada norte, na zona que dá para a Bela Fria identificámos orifícios verticais muito semelhantes aos que se encontram em Paderne - possivelmente para descompressão de águas, bem como um caminho exterior à muralha que está com cota claramente superior ao que se encontra a norte, definindo a barbacã que se deixa ver - de forma ainda ténue mas clara - em alguns dos locais. Ou seja, há associação de taipa, com orifícios de escoamento de águas e barbacã³⁴²⁵. Assim deve considerar-se - provisória e comparativamente - que houve obras almóadas

-
3418. Apesar de datado é fundamental o trabalho de D. Garcia Domingues, in “Tavira na época árabe” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 345-347; veja-se ainda, completando os dados do trabalho anterior e abrindo novas perspectivas Abdallah Khawli, “Tavira Islâmica: novos dados sobre a sua História”, in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 131-146.
3419. Cf. Ch. Picard, *L'Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, Paris, 1997, pp. 126-127.
3420. Fernando Branco Correia, “Fortificações Islâmica no Gharb” in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do mediterrâneo*, p. 199, fig. 4; F. Branco Correia, “Fortificações urbanas de época Islâmica no Algarve” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, p. 87. É de toda a justiça lembrar que esta torre já tinha sido referida por Garcia Domingues - que lhe chama correctamente “torre poligonal oitavada”, no quadro da conferência dada em Tavira em 1968 mas só publicada em 2004 - cf. D. Garcia Domingues, in “Tavira na época árabe” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, p. 353.
3421. Os autores mostram o alicerce fortíssimo desta torre octogonal - Manuel Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira” in *Tavira - território e poder*, Ed. Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2004, p. 160, fig. 5.
3422. Por outro lado, é já relativamente bem conhecida a torre pluri-facetada, maciça, que se encontra virada a sul (12) e que, tudo leva a crer, corresponde na sua fase actual a um capeamento em alvenaria de uma torre originalmente de época islâmica, construída internamente em taipa - cf. Isilda Pires Martins; José Luís de Matos, *Muralhas de Loulé*, Loulé, 1985; Rosa Varela Gomes, “Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves”, *op. cit.*, p. 39; F. Branco Correia, “As fortificações islâmicas do Gharb” in *Portugal Islâmico - os últimos sinais do Mediterrâneo*, 1999, pp. 193-205.
3423. Localizada na rua de Trás dos Muros - Manuel Maia, “Muralhas islâmicas de Tavira” in *Tavira - território e poder*, Ed. Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2004, p. 160.
3424. Basilio Pavón Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AEI, 1993, XXVII-XXVIII, mostra troços da taipa de Tavira.
3425. Trabalhos arqueológicos recentes de Manuel Maia, noticiados em Blog de Tavira, dão a entender que foi posto a descoberto - depois de chuvadas deste Inverno - um troço de barbacã, na zona da Bela Fria, o que completa

num fase tardia, tendo em consideração o facto de que as barbacãs almóadas de Sevilha apontam igualmente para uma fase almóada tardia, possivelmente já do século XIII.

Na documentação medieval portuguesa ficou gravado o nome de uma das portas da muralha tavi-
rense: porta da Alfeição, “situada no encontro da rua Nova Grande e a rua de Santiago”³⁴²⁶. Garcia Domingues, que a cita, não tenta explicação a sua designação e não foi encontrada nenhuma tentativa de justificar este topónimo. É possível tentar uma explicação, a partir do que se conhece, em termos de arquiitectura militar, para outra zona do al-Andalus : Toledo. Sabe-se que em época omíada se criou na cidade uma muralha especial, uma zona murada especialmente desenhada para que o poder central (ordenado construir pelo califa ‘Abd al-Raḥmān III, na parte noreste de Toledo, controlando a ponte de Alcántara de Toledo) e controlasse o rio Tejo: era o al-Ḥizām (الحزام). Sabe-se também que o Ḥ evolui muitas vezes para “F”; aliás, em Toledo a zona passa a ser conhecida como Alficen³⁴²⁷. Ora, não seria impossível que a Alfeição de Tavira tivesse a mesma origem que o Alficén de Toledo, ou seja, com uma zona especialmente reforçada dos sistema defensivo de Tavira, zona controlada e afecta ao poder central³⁴²⁸. Curiosamente, a porta da Alfeição dá acesso, a partir da Rua Nova à zona do castelo (e alcaidaria medieval cristã) e à zona onde tradicionalmente se localizava a cadeia - era uma porta ligada a zonas de poder.

A compreensão do sistema defensivo em torno de Tavira passa pelo estudo temática das atalhas que rodeiam esta cidade e toda a zona entre Šanta Mariyya al-ġarb e Tavira mas também por uma outra localidade fundamental e uma das chaves³⁴²⁹ da entrada na zona ribeirinha juntos a estas cidades e que é Cacula (fig. 215-218), mais concretamente a zona comumente conhecida como Cacula-a-Velha, local identificado como correspondendo à Qastalla Darraġ citada em algumas fontes de época islâmica e para cuja importância ao longo do tempo e relação estreita com o mar já Christo-

as observações feitas *in loco* anteriormente.

3426. D. Garcia Domingues, in “Tavira na época árabe” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, p. 353.

3427. Há a zona urbana de Alficén ou Alfizén (Antonio E. Momplet Míguez, *El arte hispanomusulmán*, p. 95) e uma igreja de Santa María de Alficén ([...] *antiquam ecclesiam, quae dicitur Sancta Maria de Alfizen, quae nunquam christianitatis titulum perdidit, quamvis sub tempore paganorum nec a christianis incolis et venerari licet sub iugo perfidae gentis amisit, ita quomodo est intra civitatem supra muros eius (liber privilegiorum* da Catedral de Toledo, ms. 42-43, fol. 5 v1 - apud TÉLLEZ, Guillermo, *La Iglesia toledana en Toletum: Boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo*, núm. 64-65, Toledo 1950); ver também V. Martínez Enamorado, *II Congreso Internacional La Ciudad en al-Andalus...*p. 240.

O *al-Ḥizām* de Toledo encontra-se cartografado na planta intitulada “Toledo Musulmana (1085)” publicada por Julio Porres Martín-Cleto, *Historia de Tulaytula*, Toledo, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1985 (2ª ed: Ed. Ledoría, 2004), s/n. Trata-se da zona onde se encontra o actual *Arco de la Sangre*.

3428. Há notícia sobre a porta desta zona da muralha: cf. Luís Campos Paulo, “A Porta Muçulmana do Alfeição (Tavira)” in *Al-Madan III* série, n.º 12, Dezembro 2003, pp. 197-198.

3429. Termo utilizado por Garcia Domingues para sublinhar a importância táctica de Cacula no quadro desta zona do Kūra de Ukšūnuba. - D. Garcia Domingues, in “Tavira na época árabe” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, p. 347.

Ch. Picard já chamara a atenção³⁴³⁰. Por outro lado, sabe-se também que em redor de Cacela se têm encontrado vestígios arqueológicos relevantes³⁴³¹.

(x) Cacela

Como se sabe, **Cacela** foi utilizada pelos almóadas como base para atacar Tavira. Porém, Cacela tem a vantagem acrescida de controlar a entrada na barra do Guadiana e de “dialogar” visualmente com Ayamonte e mesmo com zonas do litoral mais a Leste. Descreveu-a al-Idrīsī como “uma fortaleza construída à beira-mar”, acrescentando que a zona onde se implantava esta fortificação estava “bem povoada” e com os campos bem aproveitados³⁴³² mas, pelos dados arqueológicos, a sua ocupação é bastante anterior à ocupação almóada.

As escavações arqueológicas que aí decorrem há alguns anos³⁴³³ têm encontrados materiais arqueológicos datados desde o século X até finais da ocupação islâmica. Eram visíveis troços de taipa na base do recinto militar posterior a 1640 mas só recentemente, em 2007, se deu o alarme quando obras aprovadas pelo ex-IPPAR punham em causa a continuação de um troço de muralha de época islâmica. Aguarda-se a continuação dos trabalhos, mas não há dúvidas neste momento de que há traços de um recinto militar, possivelmente de época almóada. Por outro lado, deve recordar-se que os trabalhos arqueológicos - levados a cabo numa zona exterior, têm revelado sobretudo um grande peso de artefactos dessa mesma época almóada. A nível das muralhas os dados disponíveis são ainda frágeis mas confirmam a existência de uma muralha; não seria de estranhar que, tal como acontece em outras localidades do sul, se venham a descobrir vestígios desta fase no interior do recinto e das torres - torres que, curiosamente, são maciças. Essas torres, pela alvenaria exterior de que estão revestidas, não deixam adivinhar o material de construção do seu interior, mas não estranharia que se viesse a verificar que em igualmente de taipa. Pela orientação da taipa conservada, um aparte da base da fortificação que ainda se conserva deve ter os muros sobre taipa de época almóada.

3430. Ch. Picard, *L'Océan Atlantique (...)*, pp. 94 e 127.

3431. É o caso de um *qandil* metálico encontrada perto da Quinta da Fidalga, junto a Cacela - cf. Eva-Maria von Kemnitz, “Candis da colecção do Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 11/12, Lisboa, 1993-94, (pp. 427-472), pp. 457-458.

3432. “Castella (Cacella) est une forteresse construite sur les bords de la mer ; elle est bien peuplée ; on y trouve beaucoup de jardins et de vergers plantés de figuiers” - al-Idrisi, ed. E. J. Brill, p. 217.

3433. Já noticiadas em F. Branco Correia, “Fortificações urbanas de época Islâmica no Algarve” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 87-88.

(xi) Taipa e as “bandas a branco”

As **bandas desenhadas a branco** que se referiram em Paderne, aplicadas sobre a zona de junção das várias camadas de taipa, e que Rafael Azuar (que, entre muitos outros autores que têm tratado a questão, lhe tem dedicado artigos específicos) chama “falso despiece”, surge em fortificações de época almóada.

Para além de ainda serem visíveis em muitas fortificações do actual Algarve (em Paderne, Salir e e Silves são bem visíveis ainda hoje em torres e, no caso de Silves, em troços de muralha³⁴³⁴), estas mesmas bandas já foram pelo autor desta dissertação identificadas em algumas outras fortificações mais a norte, como é o caso de Alcácer do Sal (na torre albarrã que ainda hoje se destaca da muralha) mas também o de Moura onde, igualmente, numa torre (muito saliente mas não uma albarrã) essa característica é patente. E, como se sabe, em Badajoz e Cáceres não faltam testemunhos desta técnica de imitação de “falso aparelho”³⁴³⁵. De lembrar-se que este mesmo aparelho surge em Fez, no Norte de África, em muralhas também taipa, que entram dentro do mesmo horizonte cultural e tecnológico³⁴³⁶.

(xii) Cisternas e águas

Um dia ter-se-á de fazer um estudo dedica às cisternas das fortificações de época islâmica. Trata-se de um elemento essencial dessas mesmas fortificações e, como se viu, razão da queda de várias delas. Há sistemas diferentes e testemunhos complementares que passam pela construção de acessos à água através da chegada a lençóis freáticos ou a zona onde chega a água dos rios - como em Mérida - escavação de poços - referida no caso de Alange - e não faltam exemplos de cisternas em fortificações herdadas de época islâmica.

O período almóada é normalmente representado, a nível de cisternas, pela de Cáceres, uma cisterna

3434. Falsa silharia em panos de muralha de Silves - cf. Basilio Pavón Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AEI, 1993, p. 63, fig. 35.

3435. Sobre esta questão vejam-se Francisco José Lozano Olivares, José Luis Menéndez Fueyo, Rafael Azuar Ruiz, María Teresa Llopis García, “El falso despiece de sillería en las fortificaciones de tapial de época almohade en el Al-Andalus” in *Estudios de historia y de arqueología medievales*, N.º 11, Cádiz, 1996, pp. 245-278; Rafael Azuar Ruiz, Francisco José Lozano Olivares, María Teresa Llopis García, José Luis Menéndez Fueyo, “El falso despiece de sillería en las fortificaciones de tapial de época almohada en Al-Andalus” in *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica* (14 a 17 de septiembre de 1994), Palencia, 1998, pp. 481-512; Rafael Azuar Ruiz, “Técnicas constructivas y fortificación almohade en al-Andalus”, in *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilla, 2004, pp. 57-74; Rafael Azuar Ruiz, “Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados”, in *Los Almohades; problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC / casa de Velázquez, 2006, pp. 123-148.

Ver ainda M. Valor, *Sevilla Almohade*, 2008, pp. 50-52.

3436. Cf. Rafael Azuar Ruiz, Francisco José Lozano Olivares, María Teresa Llopis García, José Luis Menéndez Fueyo, “El falso despiece de sillería en las fortificaciones de tapial de época almohada en Al-Andalus” in *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica* (14 a 17 de septiembre de 1994), Palencia, 1998, p. 511, fig. 1.

bem datada³⁴³⁷. Não faltam sistemas de aproveitamento e de acesso à água, confundindo-se por vezes os termos de *Kawrāġa* com poços - o que mostra de que forma os conceitos se cruzavam facilmente e, como foi referido, houve obras hidráulicas bem conhecidas em Silves e em Badajoz, outras que se adivinham pela toponímia em Elvas mas muitas das restantes fortificações dispunham igualmente de cisternas.

E, não se conhecem por que razão? Para além de ser um tema mal estudado, é provável que muitas cisternas de época islâmica tivessem uma construção algo indiferente em relação às de outras épocas, sobretudo em relação às imediatamente posteriores, com as quais se podem ter confundido.

Sabe-se que uma das características comuns em cisternas de época islâmica é o facto de apresentarem o seu interior revestido com uma argamassa com coloração a “almagre”³⁴³⁸. Essa característica já o autor tinha detectado, por exemplo, no caso do castelo de Aljezur³⁴³⁹. Porém, não é impossível que essas técnicas tenham perdurado e, por isso, nem todas as cisternas com almagre datarão - obrigatoriamente - de época islâmica e almóada. De qualquer das formas, é de crer que esta fase, a fase final do domínio islâmico no *Ġarb al-Andalus* tivesse sido marcada por uma forte preocupação com a manutenção de reservas de água no interior de espaços urbanos e das alcáçovas.

Para além da conhecida cisterna de Cáceres - tem semelhanças com a da Torre del Trobador de Sarragoça - há a registar uma outra semelhante em Benquerencia de la Serena, ainda sem acesso ao público e recentemente descoberta³⁴⁴⁰.

No caso dos territórios mais ocidentais, se se excluir o estudo da de Mértola, encontrada no interior do castelo, pode chamar-se a atenção para que a se encontra em Cacela a Velha e para a que está implantada no interior do *hişn* de Paderne³⁴⁴¹. No entanto, está por fazer um projecto de investigação sobre as cisternas dos castelos do *Ġarb al-Andalus* e mesmo do ocidente ibérico (para os períodos islâmico e cristão) e da sua comparação com estruturas idênticas do Norte de África.

Ainda em relação às couraças, ou torres que recolhem água nos rios ou controlam as suas margens, estruturas que se conhecem bem para Silves, para Badajoz - onde duas “couraças ou “corachas” chegaram até meados do século XX³⁴⁴², sabe-se pelos trabalhos recentes lavados a cabo em Mértola

3437. Cf. L. Torres Balbás, “Cáceres...”, *Al-Andalus*, ; B.Pavón Maldonado, *Tratado de Arquitectura: Agua*, p.

3438. Cf. B. Pavón Maldonado, “Contribución al estudio del arabismo del los castillos de la Península Ibérica (Región Levantina). El castillo de Olocau de Valencia” in *Al-Andalus*, Vol. 42 - 1, Madrid, 1977, pp. 207-226.

3439. F. Branco Correia, “Fortificações muçulmanas do Algarve”, p. 99. Há trabalhos arqueológicos parcelares recentes mas interessantes: SILVA Carlos Tavares da SILVA e Rosa Varela GOMES, “Primeiros resultados das intervenções arqueológicas no Castelo de Aljezur” in I.C. Ferreira Fernandes (ed.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Pamela, 2002, pp. 347-356; estes resultados apontam para uma cronologia ocupacional dos séculos XII e XIII, mas os autores creem que a torre redonda é mais antiga. Assim, pode-se pôr a hipótese: teria sido uma torre - atalaia de controle da costa dos séculos IX-X, contemporânea do perigo viking?

3440. Antono Gutiérrez Ayuso, “Contribución al conocimiento de los aljibes hispanomusulmanes extremeños. Tipología de un ejemplo de arquitectura del agua” in *Norba - Arte*, XX-XXI, Cáceres, Univ. de Extremadura, 2000-2001, pp. 7-27.

3441. O que Sarrão diz da cisterna de Paderne - “ dentro está uã cisterna muito boa” - M. Viegas Guerreiro e J. Romero Magalhães, “Duas Descrições do Algarve do Século XVI”, *Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 160.

3442. Cf. Leopoldo Torres Balbás, “La Alcazaba almohade de Badajoz”, *Al-Andalus*, VI, Madrid - Granada, 1941,

que a chamada “torre do rio” deve datar, muito provavelmente de época pré-islâmica³⁴⁴³. Porém, é impossível saber se em época islâmica essa estrutura ainda tinha adjudicada a si alguma função prática (fig. 190-194).

Porém, deve ter-se presente que os almóadas mesmo depois da derrota em Las Navas de Tolosa - e também por isso - não deixaram de apostar na arquitectura para tentar segurar o seu poder e os territórios que controlavam; é nesse quadro que se pode entender também a construção em 1120-1221 da chamada Torre del Oro, em Sevilha³⁴⁴⁴. Há uma preocupação com o controle da circulação fluvial, preocupação que, no caso do Guadalquivir é conhecida e que se desconhece se teve reflexos em outras linhas de água controladas pelos almóadas.

Trabalhos recentes em Alcácer do Sal revelam a existência de indícios de uma **couraça** vocacionada também para o acesso à água; localiza-se na vertente virada a Norte, onde se encontrava associada a um fosso e a barbacã³⁴⁴⁵, de que restam traços; segundo os trabalhos de R. Carvalho e colegas, esta couraça seria da fase final do domínio islâmico³⁴⁴⁶.

o “poço-cisterna” de Silves

Silves é um dos casos melhor documentados. Para além da conhecida cisterna - que se encontra na alcáçova³⁴⁴⁷ e que servia para abastecimento público durante uma parte do século XX - e da *Cisterna dos cães* (também na alcáçova e datado muito provavelmente de época islâmica também) detetou-se uma construção especial nessa cidade, em finais da década de setenta³⁴⁴⁸ e cuja cronologia, definida arqueologicamente, aponta para o século XII. Por outro lado, não se podem esquecer as re-

pp. 168-216 e Fernando Valdés Fernández, “Las etapas constructivas de la alcazaba de Badajoz”, in DÍAZ ESTÉBAN, F., (Ed.), *Bataliús II, Nuevos estudios sobre el reino taifa*, Madrid, 1999, pp. 149-168.

3443. Santiago Macias, *Mértola Islâmica, o último porto...*, I, p.
3444. A Torre del Oro é normalmente classificada como “couraça”, embora seja identificada nas fontes como uma “atalaya” para controlar o rio; porém, a sua relação com a água é claramente muito estreita e sempre presente. Sobre esta construção, recentemente restaurada, vejam-se Leopoldo Torres Balbás, “Cáceres y su cerca almóada”, *Al-Andalus*, XIII, fasc. 2, Madrid-Granada, 1948, pp. 446-472 (reeditado em: *Obra Dispersa I*, vol. 4, Madrid, Instituto de España, 1982, pp. 123-155); B. Pavón Maldonado; a sua identificação como “atalaya”, como uma construção não isenta - ligada fisicamente ao restante sistema defensivo - cf. María Jesús Viguera Molins, «Espacio y construcciones en textos almohades» in Magdalena Valor Piechotta, José Luis Villar Iglesias e José Ramírez del Río (eds.), *Los Almohades - su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el Sur de al-Andalus*, Sevilha, 2004, p. 19.
3445. É na zona poente junto à barbacã que se detectaram traços da *maqbara*, da necrópole de época islâmica - R. Carvalho, Faria, J., e Ferreira, Marisol A., *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Ġarb Al-Andalus (Séculos VIII-XIII)*, Alcácer do Sal, C.M.A. do Sal, 2004, pp. 87-89.
3446. R. Carvalho, Faria, J., e Ferreira, Marisol A., *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Ġarb Al-Andalus (Séculos VIII-XIII)*, Alcácer do Sal, C.M.A. do Sal, 2004, p. 86.
3447. Cf. Rosa Varela Gomes, “Estruturas defensivas medievais de Silves” in *Mil anos de Fortificações...Palmela*, 2002, (pp. 325-336), figs. 7 e 8.
3448. Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, “O poço-cisterna, almóada, de Silves (Algarve - Portugal)”, *I Colóquio de Medio Físico y Ambiente (El agua en zonas áridas: Arqueología e Historia)*, Almeria, Instituto de Estudios Almerienses, 1989, pp. 577-595.

ferências à *couraça* com um poço que é referida no relato da conquista de Silves em 1189, mas também está presente na *Crónica de D. Sancho I*, de Rui de Pina³⁴⁴⁹.

Ora, este *poço-cisterna* de Silves - em redor do qual se contruiu o Museu Municipal - pode ser um elemento importante num conjunto de obras hidráulicas militares que têm lugar nos finais do século XII e inícios do XIII, período em que se detectam várias obras levadas a cabo por técnicos e sapadores especializados em abrir poços com vocação militar. Sabe-se, por um lado, que em 1169 o novo governador de Badajoz leva consigo especialistas para abrir um poço na alcáçova - *Kūrāġa*. Ora, num trabalho de M. e R. Varela Gomes é lembrado que o *Bayān* refere que Timsalit quando dirige a recuperação das muralhas de Beja, em 1174, recorreu a Silves para buscar “operários especializados e ferramentas”³⁴⁵⁰; os autores consideram que tal acontecia dado que deveriam decorrer grandes obras de reforço das muralhas, em Silves, nessa conjuntura, obras que poderiam passar pela construção de torres albarrãs ou até do “poço-cisterna”.

Ora, sem pôr em causa a referida hipótese, é possível, tendo em conta os dados disponíveis sobre a *Kūrāġa*-poço de Badajoz, elaborar uma hipótese mais abrangente: a de que os técnicos que - antes - haviam tido sucesso na abertura da *Kūrāġa*-poço de Badajoz tenham elaborado - pela proximidade geográfica e pela relação estreita militar que havia - igualmente o poço que em Elvas será conhecido como *poço de Alcalá*³⁴⁵¹, poço que se sabe ter estado implantado igualmente junto à muralha. Esta equipa - ou uma outra com semelhantes capacidades - teriam, depois, seguido para Silves, onde teriam edificado o “poço-cisterna”, junto à muralha da *madīna*³⁴⁵². Serão estes operários e técnicos especializados - ou parte deles - os mesmos a serem requisitados para trabalhos (também hidráulicos?) em Beja, como acima se viu.

É possível que no *Ġarb al-Andalus* os trabalhos de construção de poços de características militares, o que Ibn Šāhib al-Šalā, no *Al-Mann bī l-Imāma*, chama de *Kūrāġa* (no caso de Badajoz) tenham decorrido entre finais da década de sessenta e a primeira metade da década seguinte do século XII, com uma (?) equipa especializada itinerante, que teria realizado obras em várias fortificações, pre-

3449. V. Lagardère cita esta *couraça* de Silves a partir da *Crónica de D. Sancho I*; trata-se, certamente, da obra de Rui de Pina, (*Crónica de El-Rei D. Sancho I*) mas o investigador equivoca-se nos capítulos onde se encontram as referências à “*couraça*” silvense (cf. “Appropriation des terres, maîtrise des eaux et paysages agraires dans le district (iqḷīm) de Silves (Xe-XIIIe siècles), in P. Cressier (ed.), *La maîtrise de l'eau en al-Andalus. Paysages, pratiques et techniques*, Madrid, Casa de Velázquez, 2006, p. 104) - Rui de Pina refere esta construção no contexto da descrição que faz da expedição contra Silves, descrição que ocupa os capítulos VIII a XI da referida obra.

3450. Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, “O poço-cisterna, almóada, de Silves (Algarve - Portugal)”, *I Colóquio de Medio Físico y Ambiente (El água en zonas áridas: Arqueología e Historia)*, Almeria, Instituto de Estudios Almerienses, 1989, p. 591 (fazem-se a suas correções, dado que neste texto as gralhas são quase tantas como as do texto que agora escrevo).

3451. F. Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, I, pp. 145-146; idem, F. Branco, “O sistema defensivo da Elvas islâmica” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) — Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, (coord. de FERNANDES, Isabel C. Ferreira), Lisboa, Ed. Colibri / C. M. Palmela, pp. 357-367.

Já se tinha salientado o facto, aparentemente, Elvas não ter sido tomada por Geraldo, ao contrário da Juromenha e da *madīna* de Badajoz, o que teria levado, entre outras razões, a que os almóadas, ao perceberem a sua importância táctica, também reforçassem o seu sistema defensivo - no qual não faltam exemplos da poliorcética de época almóada.

3452. Seguindo, nesse aspecto, o padrão de implantação de Elvas, na medida em que o *poço de Alcalá* também se localizava em área imediatamente acima da muralha do perímetro da sua *madīna*.

parando-as para assédios que se acreditavam que poderiam ser prolongados e que o facto água seria decisivo para poder assegurar a vitória ou, pelo menos conseguir uma resitância mais duradoura a poderem chegar eventuais reforços. Pelos dados acima apurado é possível dizer que estes trabalhos teriam decorrido entre 1169 (Badajoz e, eventualmente, em Elvas, ou pouco depois) e 1174 (ano em que são solicitados para iniciar trabalhos na recuperação da muralha de Beja).

Os estudos iniciais de R. e M. Varela Gomes apontavam um paralelo oriental para o poço-cisterna de Silves, estrutura na qual se destaca a escadaria em espiral que o envolve. De facto, esses mesmos arqueólogos, ao não encontrarem paralelos para esta construção no *al-Andalus*, apontam a possibilidade de os contrutores ou idealizadores deste poço se terem inspirado numa construção semelhante, anterior, datada de época romana, existente no Egipto, em Tuna al-Gabal, “possível protótipo romano para o monumento de Silves”³⁴⁵³.

Ora, é possível encontrar outros dados que reforçam a relação com o Oriente Islâmico a nível deste tipo de tecnologia. Investigações que estão a ser levadas a cabo em Aleppo têm revelado uma grande poço, de enorme profundidade que tem a particularidade de, tal como o de Silves, ter uma escada que o rodeia pelo exterior, de forma espiralada. Esse poço encontra-se no interior da “cidadela” de Aleppo, acrópole que tem sido estudada recentemente por Julia Gonnella. Esta autora mostrou que a cidade e a sua acrópole tiveram ocupações desde tempos muito remotos, passando por ocupações assírias, helenísticas, romanas e bizantinas³⁴⁵⁴.

Porém, a cidadela recebeu várias obras de carácter militar já sob domínio islâmico e terá sido sob domínio aiúbida (*Ayyub*)³⁴⁵⁵ que recebeu mais inovações no campo militar. Foi atacada várias vezes pelo bizantinos, foi ocupada por Fatímidas e por beduínos e foi atacada pelos cruzados em 1100 e 1103. Porém, os príncipes Zangidas Imad al-Dīn Zangī (1127-1146) e o seu filho Nūr al-Dīn (1146-1173) aguentaram essa pressão e preticaram o ġihād - Aleppo foi reforçada. Porém, as obras na cidadela teriam sido mais tardias, já sob o comando do aiúbida, mais concretamente do sultão Malik al-Zāhir Ġazi (1186-1216), filho do célebre Saladino; terá sido al-Zāhir Ġazi quem teria levantado as principais obras de carácter militar na cidadela incluindo - o que interessa particularmente - o poço profundo que é todo ele acompanhado por uma escala exterior que o envolve, “em caracol”.

Julia Gonnella descreve o poço - *sātūra* - de Aleppo como sendo de época aiúbida. Diz que “a few meters east of the barracks is a deep well, dating back to the time of sultan Ghazi”³⁴⁵⁶.. Acrescenta que “the rectangular shaft, around which runs a staircase lit by windows cut into the shaft, reaches a depth of about forty meters. The well was fed by canals bringing water from the north. Above the well is a domed lifting device, now derelict, dating back to Mamluk or Ottoman times”. Além de

3453. Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, “O poço-cisterna, almóada, de Silves (Algarve - Portugal)”, *I Colóquio de Medio Físico y Ambiente (El agua en zonas áridas: Arqueología e Historia)*, Almeria, Instituto de Estudios Almerienses, 1989, p. 591.

3454. Julia Gonnella, “Introduction to the Citadel of Aleppo” in *Syria, Medieval Citadels Between East and West*, Stefano Bianca (Ed.), Aga Khan Trust for Culture / Tutim Umberto Allemandi Ed., (pp. 103-138), pp. 104-105.

3455. Dinastia iniciada pelo célebre *Şalāḥ al-dīn*, mais conhecido no ocidente como Saladino.

3456. Julia Gonnella, *op. cit*, fig.97.

referir a existência de paassagens secretas, a autora e arqueóloga refere ainda a existência e o aproveitamento por este sistema hidráulico de uma “reused Byzantine basalt door”³⁴⁵⁷.

O papel militar de al-Zāhir é reconhecido por Anne-Marie Eddé que, na publicação resultante da sua tese doutoral, afirma que “al-Zāhir fut sans doute le souverain que accorde plus d’importance aux travaux de fortifications dans sa capitale”³⁴⁵⁸. Identificando as várias de obras de época islâmica, levadas a cabo no interior da cidadela, Anne-Marie Eddé revela mais adiante que “al-Zāhir aurait fait installer au-dessus du puits une sorte de château d’eau ou réservoir, appelé *sātūra*, dans lequel l’eau, puisée grâce à un system actionné par bêtes se somme, était déversée (n. 725)”³⁴⁵⁹.

Não se pode escamotear que há claramente uma divergência na datação dada por Julia Gonnella e na proposta por Anne-Marie Eddé; esta última data de época aiúbida a finalização do poço e o sistema de elevação que se encontra no topo, sistema que para J. Gonnella será antes Mameluco ou já Otomano. Mas, Anne-Marie Eddé apresenta argumentos mais sólidos a nível da análise dos aparelhos, referindo uma sedimentação de obras datando de épocas diferentes: “Aujourd’hui encore, d’après la description de E. Herzfeld, l’eau affleure au fond du puits à environ 40,40 m et l’escalier subsiste. La structure du puits et sa maçonnerie témoignent de plusieurs niveaux de construction, dont celui d’al-Zāhir que est encore apparent sur plus de vingt mètres, le plus ancien remontant, sans doute, à l’époque byzantine. Les galeries voûtées dont parlent les sources se détachent, en effet, dans les parties basses du puits, et certaines se rattachent à la grande canalisation qui introduisait l’eau de Ḥaylān par la Porte des Quarante. C’est aussi cette canalisation que permettait d’inonder dle fossé de la citadelle. L’édification de cette *sātūra* par al-Zāhir était certainement indispensable, non seulement pour assurer la distribution de l’eau entre les divers bâtiments de la citadelle, mais aussi pour assurer des réserves, en cas de siège, et donc de rupture de la canalisation de Ḥaylān (n. 726).”³⁴⁶⁰

A descrição de Anne-Marie Eddé é mais esclarecedora e útil para o que se pretende saber acerca do poço-cisterna de Silves e outros possíveis poços semelhantes que então tenham sido construídos. Como a autora refere, pertence ao filho de Saladino, al-Zāhir, a finalização desse poço, a fase final e melhorias técnicas sobretudo ligadas à subida das águas, à hidráulica do sistema, não propriamente à forma de o contruir com uma escada em seu redor, o que, segundo a autora, parece datar de épocas anteriores. A mesma Julia Gonnella refere a existência em Aleppo de uma cisterna de época

3457. Julia Gonnella, “Introduction to the Citadel of Aleppo” in *Syria, Medieval Citadels Between East and West*, Stefano Bianca (Ed.), Aga Khan Trust for Culture / Tutim Umberto Allemandi Ed., (pp. 103-138), p.124.

3458. Anne-Marie Eddé, *La Principauté Ayyoubide d'Alep: 579/1183 - 658/1260*, Estugarda (Col. “Freiburger Islamstudien” num. 21), Ed. F. Steiner, 1999, (727 p.), p. 293.

3459. Anne-Marie Eddé, *La Principauté Ayyoubide d'Alep: 579/1183 - 658/1260*, p. 295.

3460. Anne-Marie Eddé, *La Principauté Ayyoubide d'Alep: 579/1183 - 658/1260*, p. 295. Não foi possível consultar ainda a obra de Herzfeld para a qual a autora remete (*Matériaux pour un Corpus Inscriptionum Arabicarum*, pt. 2, *Syrie du Nord. Inscriptions et monuments d'Alep*, 2 v. in 3, Cairo, 1954–56 (*Mémoires de l'Institut Français d'Archéologie Orientale*, v. 76–77, 1955–56, v. 78, 1954), p. 11). A autora escalarcece a paalavra *sātūra* não consta dos dicionários de árabe mas que ainda hoje existe no dialecto alepino e ainda se aplica Ao poço da cidadela, embora lembre que a raiz S-T-R tem significado relacionado com “reservoir ou château d’eau” (p. 295, n. 725) e assemelha-se a outras relacionadas também com água como *nā’ūra* (nora), *qārūra* (garrafa), *nāfūra* (fonte), ...

A notas 726 indicaa palavra *sātūra* surge em: *A’lāq* (Alepo) p. 25; *Perles*, 43; *Buġya*, I, 53 ee *Trésor d’or*, 162, 164-165. (deve ser *Les trésors d’or de Sibṭ Ibn al-’Ajami*. [Traduction de] J. Sauvaget. by Abū Dharr Aḥmad ibn Ibrāhīm Sibṭ ibn al-’Ajamī Publicado em 1950, Institut français de Damas (Beirute) - não consultado.

Aiúbida³⁴⁶¹, o que reforça a execução de grandes obras de carácter hidráulico na fase aiúbida, precisamente a que é contemporânea dos almôadas do al-Andalus.

Nada, pois, contraria a hipótese de relacionar a “tecnologia” do poço de Silves com obras de época romana, como sugerem R. e M. Varela Gomes; a inspiração em obras antigas e o aproveitamento de saberes de romanos, de gregos e de persas (e não exclusivamente destas dinastias) foi uma constante ao longo das diversas dinastias do Mundo Islâmico. Porém, pode-se ir mais longe. A relação com o Egipto não se deve descartar, mas não seria certamente a única. No Oriente sempre se soube tirar partido da espessura do tempo e aproveitar obras de civilizações e de organizações estatais anteriores; e, assim se fez. Sabe-se que o século XII é um século de grande efervescência em termos de técnicas construtivas militares - tanto nos territórios de matriz Islâmica como de tradição e ocupação cristã (não esquecendo os avanços poliorcéticos no campo das fortificações de cruzados, no Levante, na *Terra Santa*).

Assim, é possível que nessa segunda metade do século XII circulassem pela bacia do Mediterrâneo propostas de soluções para obtenção de água em fortificações. O exemplo de Alepo, ou o aproveitamento e o melhoramento que se estava a fazer em Alepo chegou a outras longitudes; o Império almôada que confronta com as terras aiúbidas de um Saladino que está no Cairo podem ter tido conhecimento desse tipo de obras - que terão sido finalizadas depois da morte de Saladino. E não estranharia que *al-Andalus*, terra de *ġihād* como o Oriente, resolvesse adoptar soluções novas, inspiradas em projectos aiúbidas, no campo da obtenção de água para fazer face a assédios prolongados.

O que está por esclarecer é se também em Silves - ou no “projecto” de Silves - se contemplava também a obtenção de água para a deitar num fosso, que pode ter sido pensado, na medida em que o “poço-cisterna” de Silves (e no ainda não aparecido *poço de Alcalá* de Elvas) está precisamente no interior da muralha - reforçada nesse ponto para aguentar as pressões - e seria difícil conduzi-la para o exterior - situação que está por estudar. Veja-se porém, que a sātūra de Alepo está também perto da muralha - aliás, só assim, a água extraída poderia ir para o fosso, em baixo³⁴⁶².

Sem poder provar a estreita relação destas obras no *Ġarb al-Andalus* (sobretudo “poço-cisterna” de Silves) com as de Alepo e outras zonas do território aiúbida, dois apontamentos se podem fazer, mostrando as possíveis ligações entre ambas as obras. Por um lado, deve lembrar-se que os almôadas e os aiúbidas tiveram “relações diplomáticas”; de facto, Ibn ‘Idārī, na parte almôada de seu *Bayān* refere a chegada de embaixadores ayyúbidas à “corte” almôada, em 1190. Diz o *Bayān* que em 586 H (1190 d.C.) “llegó Ibn Munqid³⁴⁶³, embajador del señor de Siria y de Egipto, Yūsuf b. ‘Ayyūb, el titulado Salāh al-Dīn - Saladino - ; había llegado primeramente a Ifrīqiya y Raġab (4 de

3461. Julia Gonnella, “Introduction to the Citadel of Aleppo” in *Syria, Medieval Citadels Between East and West*, Stefano Bianca (Ed.), Aga Khan Trust for Culture / Tutim Umberto Allemandi Ed., (pp. 103-138), p.125.

3462. J. Gonnella, Fig. 97.

3463. Este não é o célebre Ussama ibn Munqid (أسامة بن منقذ), príncipe sírio e autor de um célebre livro de Memórias (*Kitāb al-Ġtibār*), mas cuja morte se tinha dado pouco tempo antes (em 1188) - vejam-se as traduções: *Kitāb al-Ġtibār* par André Miquel : *Des enseignements de la vie*, Imprimerie Nationale, 1983; usou-se a trad. inglesa, recentemente reeditada: Usamah Ibn Munqidh (Philip Khuri, trad.), *An Arab-Syrian Gentleman and Warrior in the Period of the Crusades - Memoirs of Usamah ibn-Munqidh (Kitab al i'tibar)*, Columbia Univ Press, 2000.

Agosto a 6 de Septiembre) le llegaron al Amīr al-Mu'minīn, al-Manšūr, cartas del Sayyid Abū Zayd, de Ifriqiya, y del Sayyid Abū-l-Ḥasan, de Bugía, sobre la llegada del citado embajador” a aquel país y la bondad con que lo habían recibido”, acrescentando, mais adiante, que “había ocultado el motivo de su llegada y por qué asunto había venido”³⁴⁶⁴. Indirectamente, a mão de Saladino faz-se sentir no al-Andalus e, quiçá, no *Ġarb al-Andalus*, no ano de 1190, depois tomada de Silves por D. Sancho I e pelos cruzados e imediatamente a seguir à campanha do califa almóada contra *Turruš* (muito provavelmente Torres Novas) e Tomar antes da recuperação de Silves pelos almóadas³⁴⁶⁵.

O segundo apontamento é mais uma curiosidade. Os arqueólogos que escavam o “poço-cisterna” de Silves detectaram cerâmicas de época moderna no seu interior. Ora, também o de Alepo parece ter estado em serviço durante séculos. Na verdade, uma das descrições do famoso poço, com obras *ayyúbidas- aiúbida*, da cidadela de Alepo pertence ao viajante português Pedro Teixeira que, tendo estado em Alepo nos primeiros anos do século XVII, descreve esta cidade. Começando pela cidadela: “To return to the castle : the position is naturally strong, and appears, by remains yet visible, to have been improved by art; yet it is not as defensible as might be. It commands the city, indeed, and has some artillery, and all around the mount is a deep wet ditch, with a bridge. But the walls are not very strong ; their plan is very simple. And **it contains no water, but in one well rather salt than brackish. It is commonly held by an Aga, with one company of Janissaries**, and the Pasha lives below in the city, in his private house.”³⁴⁶⁶ Ainda no século XVII, a presença dos Janís-eros mostra que o poço, apesar das suas limitações, era estratégico para a defesa da cidade³⁴⁶⁷.

Às semelhanças estruturais entre o poço-cisterna de Silves e as cda estrutura antes citada por Rosa e M. Varela Gomes pode juntar-se a grande *sātūra* da cidadela de Alepo. Por outro lado, a existência de relações diplomáticas estreitas abre a possibilidade de que tenha havido partilha de tecnologia a nível militar. Assim, não seria ade estranhar que as obras em poços e *Couraças/Corachas* levadas a cabo no *Ġarb* - e, certamente, também em outros pontos do *al-Andalus* - tenham recebido

3464. Ibn ‘Idārī , *Bayān V*, trad. Huici Miranda, *Los Almohades*, I., 1953, p. 167. Esta embaixada envolveu a chegada de uma carta de Saldino ao califa almóada, carta que foi objecto de estudo - cf. Gaudefroy Demombynes, “Une lettre de Saladin au calife almohade”, in *Mélanges René Basset*, II, 1925, pp. 279-304. O estudo de Gaudefroy-Demombynes conclui sobre a existência de um pedido de ajuda de um Saladino (já doente) aos almóadas - pedido sensível dada a existência, então, do Banū Ġaniyya (almorávidas, com quem Saladino se envolvera) - sobretudo em termos navais, no Mediterrâneo, contra os cruzados (contra a chegada de Frederico Barba-Roxa). Porém, não seria impossível que de forma lateral, o estreitar de relações entre almóadas e ayyúbidas passasse também por outro tipo de ajudas de carácter “técnico” para combater cruzados no ocidente - e se, em termos navais, os almóadas estavam avançados, os ayyúbidas dispunham ou estavam a desenvolver de dispositivos hidráulicos interessantes. Mas, não há provas dessa trocas tecnológica entre almóadas e ayyúbidas; parafraseando as conclusões de Gaudefroy-Demombynes sobre a troca epistolar entre almóadas e ayyúbidas, “la question reste donc obscure” (Gaudefroy Demombynes, “Une lettre de Saladin au calife almohade”, in *Mélanges René Basset*, II, 1925, p. 304).

3465. Cf. nota de Huici Miranda em Ibn ‘Idārī , *Bayān V*, trad. Huici Miranda, *Los Almohades*, I., 1953, p. 167, n. 4.

3466. Pedro Teixeira, *The travels of Pedro Teixeira*, William Frederick Sinclair, Donald William Ferguson, John Stevens (eds.), Londres, Ed. de 1902, cap. XI, p. 115 (existe original, em castelhano (*Relaciones...*) e , infelizmente, parece não haver tradução em Língua portuguesa.

3467. Veja-se também Julia Gonnella, “The citadel of Aleppo”, *EJOS*, vol. IV, 2001, pp. 1-24. Para completar a visão sobre a ocupação silâmica, nos séculos das cruzadas, nesta cidade veja-se também J. Gonnella, “The Citadel of Aleppo: recent studies”, in Hugh N. Kennedy (Ed.), *Muslim military architecture in greater Syria*, p. 168 (obra que - entre outras... - agradeço a François Soyer e da qual swe fez uma “recensão crítica”, para *al-Masaq* - no prelo).

influência de ideias provenientes de territórios sob administração aiúbida. O assunto, porém, não está encerrado.

A nível das cisternas é impossível deixar de referir Silves que, para além do conhecido “poço-cisterna”, possui na zona alcáçova duas estruturas hidráulicas relevantes, como são o “poço dos cães” cuja profundidade ultrapassa os 27 metros³⁴⁶⁸ e a grande cisterna³⁴⁶⁹ que se encontra dentro também da alcáçova mas mais a Norte.

(xiii) Barbacãs

Os mais recentes estudos sobre as muralhas de Sevilha revelam que as barbacãs datam da fase final do domínio almóada e que algumas das fortificações almóadas, sobretudo as de fases iniciais não tinham obrigatoriamente a sitãra, antemuro ou barbacã³⁴⁷⁰. É difícil, se escavações arqueológicas sistemáticas, definir se as fortificações estavam ou não equipadas com barbacãs e em que época estas forma construídas. Podem, porém, avançar-se alguns dados.

No caso do castelo de Paderne, sabe-se que esteve protegida por uma barbacã ou antemuro que a atravessava; nos finais da década de setenta estava parcialmente derrubado; foi, entretanto, reconstruído, mas eventualmente não acompanhado arqueologicamente. Este muro, de muito menor altura que a muralha principal, defendia também a entrada da fortificação.

Em Badajoz está bem documentada e pode acompanhar-se parte do perímetro da barbacã da alcáçova, devendo datar, pela forma como se integra harmoniosamente com a muralha, de uma fase de reforço de época almóada. Cáceres tem também antemuro ou barbacã e embora não se conheça todo o seu perímetro, foi já possível identificar alguns troços³⁴⁷¹; deve destacar-se o troço junto à “torre redonda”, no qual a barbacã parece encostar à torre e não se afastando dela³⁴⁷², situação semelhante ao que parece acontecer em Paderne. Em Cáceres, as barbacãs dispunham de merlatura, como um muro defensivo vulgar.

Elvas, estudada anteriormente, parece ter tido barbacã em época islâmica, tal como a vizinha Badajoz e as obras devem ter sido levadas a cabo muito provavelmente na mesma fase.

Tavira, por seu lado, e como já foi referido, dispunha de barbacã, e esta é bem visível no exterior da muralha virada a norte, na chamada Costa da Bela Fria. É construída em taipa - mas são necessários trabalhos mais profundos para poder caracterizar com mais precisão as suas

3468. B. Pavón, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, p. 53.

3469. B. Pavón, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, p. 53, Fig. 26 B.

3470. Leopoldo Torres Balbás, “Barbacanas”, *Al-Andalus*, XVI, 1951, pp. 454-480 (*Obra Dispersa*, V, pp. 46-74).

3471. Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 10-1, Jaén, Universidad de Jaén, 2003, pp. 62-68; estes autores encontram troços de barbacã de que Torres balbás tinha falado, mas que não conhecera vestígios - L. Torres Balbás, “Cáceres...”, *Al-Andalus*, 1948, p. 466.

3472. Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 10-1, Jaén, Universidad de Jaén, 2003, p.64.

características morfológicas -- e parece corresponder a uma fase posterior à muralha da encosta da Riba Fria, onde domina a alvenaria.

Essa coincidência das barbacãs com outras construções comuns em época almóada está atestada de forma muito clara em Granada. A. Malpica Cuello, depois de lembrar as palavras de L. Torres Balbás em relação a Badajoz nas quais este último referia que “Las torres de planta poligonal — como la Espantaperros— son frecuentes en la arquitectura almohade, ya que la técnica constructiva de la tapia de argamasa, muy usada entonces, no se presta a la circular de mejores condiciones militares que la cuadrada o rectangular”, acrescentando mais adiante que “se empleó sobre todo la poligonal para torres aisladas, albarranas y finales de una coracha”³⁴⁷³, A. Malpica reconhece que em Granada “encontramos torres que sobresalen de la muralla, como las albarranas, unidas a ésta por medio de un pequeño arco. Se generalizan también las corachas, existentes en fechas anteriores, que sirven para buscar un punto de agua y defenderlo de posibles ataques enemigos. En otro orden de cosas se aprecia la existencia de antemuros que permiten frenar en primera instancia a los atacantes”³⁴⁷⁴. Ou seja, fazendo um balanço da arquitetura militar na Granada almóada, existem todos os elementos que surgem no Ġarb, embora não seja fácil explicar quais desses elementos surgem unicamente na fase final almóada.

(xiv) orifícios verticais

Na muralha de alvenaria da encosta da Bela Fria, em Tavira, encontram-se características interessantes que surgem em fortificações de época islâmica, com alguma incidências nas de época almóada. Trata-se de orifícios alongados, traçados originalmente na alvenaria, colocados verticalmente e espaçados regularmente. Há paralelos em outras fortificações, como é o caso do *Hişn* de Paderne, onde se encontram igualmente no exterior algumas dessas fendas verticais, espaçadas de forma regular.

Em termos morfológicos, estes orifícios têm a aparência das latrinas islâmicas, mas colocados de forma vetical.

Normalmente vêm sendo interpretados como servindo para descompimir as águas que se podem acumular no interior das fortificações e que, muitas vzes, são causa de rebentamento dos muros; drenando as águaas, servindo como escape para a sua acumulação, evitavam pressões excessivas sobres os seus muros ³⁴⁷⁵. Porém, recentemente Magdalena Valor, ao estudar as muralhas de Sevilha onde surgem estes mesmos tipos de orifícios - coincidindo com o período almóada -

3473. Leopoldo Torres Balbás, "La alcazaba almohade de Badajoz", *Al-Andalus*, vol. VI (1941), Madrid - Granada, p. 200.

3474. A. Malpica Cuello, "La expansión de la ciudad de Granada en época almohade. Ensayo de reconstrucción de su configuración" in *Miscelánea Medieval Murciana*, Vol. XXV-XXVI. Murcia, 2001-2002, (pp. 67-116), p. 71.

3475. Catarino, H., "O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica", *Arqueologia Medieval*, vol. 3, Porto, 1994, pp. 73-87; Helena Catarino, "Castelos muçulmanos no Algarve", *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*, Ministério da Cultura, IPPAR, Lisboa, 1997, pp. 449-457.

Sobre esta função de escape para excesso de águas ("desagües") acumuladas no interior, veja-se Juan Zozaya, "La fortificación islámica en la península ibérica: principios de sistematización", in *El Castillo Medieval Español*, Madrid, 1998, pp-30-31, § 12 e fig. 3e.

mostra que o tema ainda não está suficientemente estudado e que não seria impossível que pudessem ter outra função³⁴⁷⁶.

Porém a autora não deixa de assinalar outro tipo de orifícios circulares, colocados sensivelmente à mesma cota dos orifícios verticais, mas cuja função não é clara³⁴⁷⁷; ora em Alcácer do Sal, numa zona muito erodida e pisada da muralha de taipa virada para sul, virada ao Sado, há rasgos na taipa que são semelhantes ao que foram detectados em Sevilla e ainda se mantêm integrados na muralha. O estudo mais atento poderá revelar outros testemunhos deste tipo de aberturas e contribuir para esclarecer a sua função poliorcética³⁴⁷⁸.

É tema a seguir mas que, em termos cronológicos tem argumentos suficientes para o inserir - pelo menos de forma provisória - dentro do âmbito do estudo das obras de época almóada.

(xv) Portas em cotovelo

Sem querer fazer um levantamento exaustivo deste tipo de portas - que levaria qualquer investigador a entrar obrigatoriamente no campo das portas em cotovelo já de época e iniciativa cristã (interessante, mas excêntrico em relação ao tema) - convém ter presente que a entrada em cotovelo não foram uma invenção almóada. Como já foi dito, surgem exemplos em época bizantina no Norte de África e há portas com esta organização interna datadas do período das Taifas. Juan Souto Lasala detectou entradas deste tipo na Aljafería de Saragoça e considera, de forma fundamentada, que devem datar do período das Taifas³⁴⁷⁹.

No entanto, pela conjugação deste tipo de entradas com o uso da taipa, com a presença de torres poligonais ou polifacetadas e, por vezes com Couraças torres albarrãs, é necessário perspectivar o período almóada como o hipotético momento da sua concepção e integração num projecto defensivo em que todos estes elementos surgem conjugados.

Presentes em Badajoz (puerta del Capitel, de los Carros), possivelmente em Cáceres (onde as entradas estão muito destruídas), presentes na documentação cristã de Elvas que a elas se refere indirectamente e na porta do Temple (actualmente no interior de uma casa particular, na zona da Alcáçova³⁴⁸⁰), este tipo de porta ou entrada figura e está presente em outras fortificações do Ġarb.

3476. Magdalena Valor, considera que são simplesmente seteiras (“saeteras”); cf. Magdalena Valor Piechotta, *Sevilla Almohade*, Málaga, Ed. Sarriá, (1ª ed. Maio de 2008), pp. 57 e, para as seteiras, veja-se p. 76, sensivelmente a meio da *Torre de la Plata*.

3477. Magdalena Valor Piechotta, *Sevilla Almohade*, Málaga, Ed. Sarriá, 2008, imagem s/n p. 57.

3478. No caso de Alcácer do Sal foi publicada uma imagem em que se observam esses rasgos (possivelmente correspondentes à parte inferior dos orifícios) - cf. Basilio Pavón Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AECE, 1993, p. 110, VIII-A.

3479. cf. J. A. Souto Lasala, “la excavación arqueológica del Patio de San Martín en la Aljafería (Febrero - Mayo 1985). Informe Preliminar”, in *Sharq Al-Andalus, - Estudios Árabes*, n. 3, 1986, Universidad de Alicante, (pp. 153-155), p. 154.

3480. Cf. F. Branco Correia, *Elvas na Idade Média* (dissertação inédita) 1999, e “O sistema defensivo de Elvas...”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500)*, Palmela, 2002

Se se preteender encontrar sistemas de entrada não directa - que, de alguma forma podem ser considerados como entrada em cotovelo, por haver um Ângulo de 90º que tem de ser feito para se poder entrar no recinto defendido, então é possível considerar que a o *Hişn* / alcáçova de Mérida tem uma entrada acotovelada quando se perspectiva a entrada a partir da ponte romana, na medida em que se processa um ângulo de 90 º quando se entra ou sai da ponte e se pretende entrar na referida alcáçova.

Este tipo de entrada está também presente em Mértola, na chamada “porta do rio” na qual dois lanços de muralhas propositadamente desencontrados provocam um acesso a partir do rio, paralelo à muralha, para logo ser necessário efectuar um ângulo de 90º para se entrar no interior da muralha, e tem paralelos - semelhantes, nunca iguais - em outras zonas do al-Andalus como, por exemplo, em Almería³⁴⁸¹ e a porta do castelo de Mértola tem uma planta semelhante a uma outra que se encontra em Casares (a antiga *Qašāris*), na região de Ronda³⁴⁸².

Se estes sistemas são algo incipientes mas não deixam de provocar entradas sempre angulosas, já em fases posteriores, sobretudo as muitas décadas do domínio almóada, é possível detectar entradas em cotovelo mas através da formação de uma câmara intermédia. Os exemplos conhecidos no ġarb de Badajoz e de Elvas têm paralelo em Mértola, na porta de entrada no espaço militarizado e de poder que será conhecido como “castelo”, já sob domínio português. Trata-se, nesse caso, de uma entrada acotovelada definida por uma construção que sai claramente do que parece ter sido um rectângulo inicial³⁴⁸³. De facto, a planta publicada por Santiago Macias revela uma porta em cotovelo que parece ser um acrescento, um “anexo” inserido numa zona de “alcácer” previamente definido.

Embora S. Macias, cautelosamente não avance com propostas de datação, é possível, se se comparar o arranque da zona ultrapassada da *puerta del capitel* de Badajoz com esta porta do castelo de Mértola, encontrar semelhanças formais entre ambos. Embora esta proposta necessite de confirmação, o sistema acotovelado desta porta do “castelo” de Mértola e o arco ultrapassado a ele associado podem ser obra almóada.

A atribuição do início do aparecimento das portas em cotovelo ao período das Taifas (século XI) é tradicional e foi reforçada há alguns anos com novos exemplos³⁴⁸⁴. Porém, sabe-se que já há entradas em cotovelo inseridas em fortificações de época bizantina no Norte de África (embora não se tenha resolvido a questão da época em que são introduzidas essas portas nas fortificações bizantinas) e não desconhece a existência de sistemas de acesso em cotovelo no al-Andalus em época anterior às Taifas, como é o caso das entradas e acessos da cidade palatina de Madīna al-Zahrā’,

3481. Lorenzo Cara Barrionuevo, *La Almería Islámica y su alcazaba*, Almería, 1990, p. 65, fig. 39

3482. A. Torremocha e A. Sáez, “Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho”, in *I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 218-219.

3483. S. Macias, *Mértola Islâmico, o último porto...*, II, p. 111. O estado actual da porta resulta de obras recentes da DGEMN, em acompanhamento arqueológico do CAM. Pavón Maldonado não as acompanhou e não constam das suas “viagens” - cf. Basilio Pavón Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AEI, 1993, p. 34, fig. 14.

3484. Para B. Pavón Maldonado a granadina Puerta de los Pesos é uma “obra segura del siglo V / XI ... [em que] ... el pasadizo interior dibuja en planta un codo, el primero de al-Andalus, probablemente inspirado en puertas tunecinas de ascendencia bizantina.” - cf. B. Pavón Maldonado, “El Arte” in *Historia de España* (dir. de Menéndez-Pidal), vol. VIII/1: María Jesús Viguera Molins (coorden.), *Los reinos de Taifas. Al-Andalus en el siglo XI*, Madrid, 1994, p. 661.

especialmente na zona da *Porta Norte*³⁴⁸⁵. No caso das fortificações mais meridionais do Ġarb, porém, naquelas que passaram pelo domínio almóada - para as quais nem sempre há referências textuais às obras, é de crer que os vestígios que hoje se encontram correspondam em grande medida às últimas campanhas de obras, às quais haverá que juntar modificações introduzidas já sob domínio das coroas de Leão e Castela e de Portugal.

Já se referiu que Paderne apresenta uma única entrada, perpendicular ao muro principal, o que torana a entrada num acesso em cotovelo; trata-se de uma obra que segue o princípio de duas paredes paralelas mas desencontradas que formam, como em Mértola - na porta do rio - uma entrada em cotovelo simples. Mas, a zona sul do extremo ocidental do Ġarb al-Andalus apresentam mais testemunhos deste tipo de entrada. Faro, a Šantamariyya al-Ġarb e Albufeira apresentam entradas acotoveldas bastante interessante, até por que as suas características podem ser seguidas através de iconografia do século XVII.

De facto, há dois desenhos do século XVII, duas plantas já publicadas por João de Almeida que muit ajudam a perceber a concepção e as características de algumas construções de época islâmica ainda presentes em plantas de alguns séculos depois. É o que se passa com estes debuxos. No desenho referente a **Albufeira** pode encontrar-se uma porta que desenha um sistema tortuoso de entrada (letra G - “porta da Praia”), associado a uma torre albarra³⁴⁸⁶; esta porta, percebe-se pelo referido desenho do século XVII, define um câmara interior, semelhante a muitas outra entradas de época almóada.

Pavón maldonado já colocara em evidência a possibilidade de que a própria porta da **alcáçova de Silves** aponta para uma **entrada em cotovelo**³⁴⁸⁷. Tal como está, a entrada é algo esquinada mas não é um cotovelo assumido, com 90º precisos. Porém, como ainda não foram realizadas escavações no exterior da actual entrada, não seria de estranhar que se pudesse descobrir um muro para sul da actual torre grande da entrada que, a existir, definiria de imediato um cotovelo e uma câmara intermédia antes de se virar à direita para entrar na alcáçova. Por outro lado, o sistema de entrada na alcáçova é complexo, na medida em que o compartimento a que se acede depois de franquear a que hoje é a porta da alcáçova permite a entrada na alcáçova só depois de atarvessar uma câmara onde se pode alterar a direcção do acesso. Não se poder esquecer que algumas entradas parentemente rectas de fortificações pós-almóadas norte-africanas têm, depois de se franquear a entrada, sistemas tortuosos de acesso a interior do recinto ao qual se pretende aceder³⁴⁸⁸. A solução que aqui se vê - e que passou por reformulações várias ao longo de muitos

3485. Cf. M. Gómez-Moreno, “Arte Español hasta los Almohades”, *Ars Hispania*, Madrid, Plus-Ultra, fig. 90; A. Vallejo, *Madinat al-Zahra*, Junta de Andalucía, 2004, p. 96, *passim*,

3486. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, III, pp. 406-409, planta em p. 408. Fernando Brnaco Correia, *A fortificação medieval de Albufeira*, comunicação apresentada, em 1990, no V Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, Loulé, (28 a 30 de Abril), já citado; e F. Branco Correia, “Fortificações urbanas de época Islâmica no Algarve” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, p 88. Ver também M. V. Gomes, “Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento” in *Mil anos de Fortificações...*, Palmela, 2002, pp. 337-345, onde se dão a conhecer alguns silos, uma cisterna (sob a actual Câmara Municipal) uma placa com símbolos apotropaicos e cerâmicas do período almóada (e posterior).

3487. B. Pavón, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, p. 52, fig. 25.

3488. Basilio Pavón Maldonado, *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana, II - Ciudades y Fortalezas*, Madrid, CSIC; 1999, p. 513, n.s 1 (Fez Jdid), 3 (bāb dakākin, Fez Jdid - já merinida, como a anterior) e 4 (bāb Chorfa, Fez Bali, ou seja a parte mais antiga de Fez, fundada pelos Idrissidas mas que recebeu obras

séculos - não é perfeitamente igual às norte-africanas, mas não há duas entradas iguais e os arquitectos do período almóada deram mostras de grande imaginação e capacidade de improvisação.

A antiga Ocsonoba e, depois, *Ukšūnuba* deveria manter ainda em 711 vestígios defensivos do seu passado tardo-romano, bizantino e visigodo (fase em que foi sede de bispado³⁴⁸⁹). Alguns troços da muralha podem datar do período que medeia entre os séculos III e VII, mas conhecem-se melhorizações introduzidas no século X ainda antes da cidade se submeter a ‘Abd al-Raḥmān III, como foi o caso de uma famosa porta chapeada a ferro³⁴⁹⁰.

Embora não haja vestígios dessa entrada, tal como é descrita, o que Faro reserva em termos de estrutura murada é interessante, tendo em conta os vestígios visíveis e a iconografia. De facto, os desenhos do século XVII da Casa de Cadaval disponíveis para Faro dão informações muito interessantes³⁴⁹¹. E uma dessas informações importantes é a relativa ao sistema de entrada na actualmente chamada “porta da Vila”.

No oriente da bacia do Mediterrâneo há também entradas em cotovelo, mas parece afirmarerm-se mais tarde e com uma estrutura diferente. Veja-se o caso da grande porta de entrada na *qaṣaba* de Aleppo, que aparenta ser uma torre de entrada recta mas que esconde no seu interior um acesso acotovelado, sem bem que de época *aiūbida*³⁴⁹².

Fortificações e controlo do território - um eixo Sado - Guadiana

Há várias localidades, pequenas cidades estratégicas ligadas aos almóadas mas também aos Banū Wazir, como Alcácer e Serpa; ou, eventualmente, Alcácer e a zona em redor de Serpa, ou seja, Serpa, Moura e Noudar. Não seria impossível que estas obras, que têm características que as integram dentro do período almóada tenham sido dirigidas pelos Banū Wazir - seriam, pois, obras de época almóada-wazirī, usando eventualmente técnicos e trabalhadores que podem ter passado por todas estas fortificações.

posteriores, por vezes difíceis de datar com segurança.

3489. Cf. Ana Maria C. M. Jorge, *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe - VIIe siècles)*, IPA, Lisboa, p. 100; Céline Martin, *La géographie du pouvoir dans l'Espagne visigothique*, Presses Univ. Septentrion, 2003, p. 56 (quadro das cidades capitais de bispado em época visigoda).

3490. Porta colocada por Bakr ibn Yaḥyà ibn Bakr, senhor de Ukšunuba; este estabelece-se na **cidade de “Santa Maria”**, colocando **portas de ferro**. - Ibn ‘Idāri, *Bayān* II, fl. 141; trad. pp. 226.

3491. F. Branco Correia, “Fortificações muçulmanas no Algarve - estado da questão e perspectivas” in IV Congresso do Algarve, Montechoro (Albufeira), [Silves]: Racal Clube, 1986, pp.

3492. Cf. Carole Hillenbrand, *The Crusades - Islamic perspectives*, Edinburgh University Press, 2006 (reprint da 1ª ed. de 1999), p. 491, fig. 7-60.

Nesta mancha territorial ligada a estas obras de almóadas³⁴⁹³ e *wazirī*s existe uma clara zona vazia - Beja. Esta cidade, como se viu, está em 1178 reduzida à sua alcáçova³⁴⁹⁴ e o seu povoamento será um fiasco. A pressão de Évora, que se mantém como cidade de “cristãos”³⁴⁹⁵ deve ter contribuído para dificultar a afirmação de Beja mas também não houve vontade política suficiente para tentar voltar a reactivar o povoamento em redor de Beja - Mértola com o seu porto inigualável parece ter satisfeito os almóadas que, como muito bem demonstrou Ch. Picard, tinham ao seu poder baseado em grande medida no seu poderio naval.

Porém, a administração almóada aposta sobretudo em Mértola, cidade que recebe beneficiações a nível na construção da mesquita, de obras na alcáçova, de reforço do seu sistema defensivo e que, pela riqueza de objectos do quotidiano - mormente no que se refere à qualidade da cerâmica usada no dia-a-dia do bairro islâmico junto al Alcáçova que tem sido posta em evidência ao longo de mais de vinte anos de trabalho arqueológicos continuados³⁴⁹⁶ - mostra que se tratava de uma cidade com um quotidiano dinâmico, completamente diferente do que a pouca actividade arqueológica tem revelado em Beja³⁴⁹⁷. No caso específico de Mértola, como Santiago Macias mostrou, as várias administtrações islâmicas herdaram estruturas de fases anteriores - como alguns troços de muralhas da Idade do Ferro, com ocupações de época romana, tardo-romana e bizantina - mas souberam introduzir algumas soluções poliarcéticas inovadoras e próprias dos seus tempos. Sabe-se que houve modificações no século IX; no entanto, os vestígios de obras de carácter militar de época islâmica e cuja leitura se tornou mais clara com as intervenções arqueológicas recentes, na muralha e no “castelo”, apontam para trabalhos significativos no período almóada ligados à iniciativa de Abū

-
3493. Alcácer revelou, a partir da Arqueologia muitos vestígios materiais do período almóada - cf. A. R. carvalho, J. C. Faria e M. A. Ferreira, *Alcácer do Sal, Arqueologia e História de uma Medina do Ġarb al-Andalus (s'culos VIII - XIII)*, Alcácer do Sal, C. M. Alcácer do Sal, 2004 (publicação que agradeço à edilidade). O avanço dos trabalhos arqueológicos poderá um dia revelar a possível mesquita que se adivinha na igreja de Santa Maria do Castelo onde, pela orientação, já há muito tempo que se crê que a parede da *qibla* parece manter-se, ou ter marcado profundamente a edificação da igreja.
3494. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, 2 tomos. (Vol. II e III da *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*), Tetuão, 1953-54, Tomo I, p. 20.
3495. É assim que refere o *Bayān*, quando se refere aos acontecimentos de 577 H / 1181-82; não a identifica propriamente, como cidade do reino de Portugal - cf. Ibn ‘Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib fi Ijtisār Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib – Los Almohades*, 2 tomos. (Vol. II e III da *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*), Tetuão, 1953-54, Tomo I, p. 39.
3496. É difícil parar quando se trata de dar a conhecer o que se tem publicado sobre Mértola nas últimas décadas. O trabalho realizado, sobretudo, a grande capacidade de tirar partido - através da divulgação de qualidade e graficamente irrepreensível - dos achados aí revelados, é completado por investigação que se tem feito no local. Veja-se de Cláudio Torres, *Cerâmica islâmica Portuguesa*, Catálogo, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1987; Santiago Macias, *Mértola Islâmica*, Campo Arqueológico de Mértola, 1996; TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, 1998; Cláudio Torres e Santiago Macias (Coorden.), *Museu de Mértola - Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2002; Susana Gómez Martínez e Claire Delery, *Museu de Mértola. Cerâmica em Corda Seca de Mértola*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2002; Susana Gómez Martínez, *Cerâmica Islâmica de Mértola* (Tesis doctoral, defendida na Universidad Complutense de Madrid, 2006, tese que, soba forma digital, muito agradeço à autora); a revista *Arqueologia Medieval* (Afrontamento, Porto / CAM, Mértola) é de consulta obrigatória para aspectos da História e da Arqueologia do al-Andalus em geral e não só do Ġarb.
3497. Sobre Beja, aguardam-se publicações sobre algumas escavações recentes. Veja-se, embora seja insuficiente, Fernando Branco Correia, “Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja”, *IV C.C.M.M.O.*, ed. Campo Arqueológico de Mértola, Lisboa, 1987, pp. 373-385.

Hafş que, entre várias obras, parece ter edificado especialmente “uma torre”³⁴⁹⁸. Mantém-se em atividade - até hoje, deve dizer-se - a “porta do rio” com uma estrutura mais antiga, mas com um cotovelo eficaz - inserido originalmente numa torre, como mostra Duarte d’Armas³⁴⁹⁹; a “porta da vila”, uma das outras entrada na *madīna*, surge na documentação cartográfica mais antiga defendida por duas torres - desencontradas, mas sem formar um verdadeiro cotovelo - de tipologias distintas: uma quadrangular e uma circular³⁵⁰⁰. O que é interessante é que também na entrada da fortificação da acrópole a entrada, tardia, em cotovelo³⁵⁰¹, também é definida - pelo menos nos últimos séculos - por duas torres diferentes: uma arredondada e uma quadrangular³⁵⁰².

No caso desta entrada - num cotovelo desenhado fora, muito provavelmente, da estrutura original, quase que rectangular - do “alcácer” de Mérola, para além do evidente cotovelo, a “limpeza” da entrada definida por ambas as torres permitiu encontrar o arranque de um arco ultrapassado, de época islâmica, para o qual Santiago Macias propõe uma leitura do seu formato original³⁵⁰³; o que se conserva do arranque desse arco é diferente, a nível das primeiras aduleas, dos arcos ultrapassados da mesquita de Mértola, mas isso não é razão para deixar de o datar do século XII, proposta de datação que faz sentido³⁵⁰⁴. Deve realçar-se, no caso desta entrada superior de Mértola a existência visível da marcação da chamada “doble mocheta” sinal de porta dupla que se encontra em várias fortificações do al-Andalus como, por exmplo, para esta época a *puerta del Capitel* de Badajoz e a entrada recta de Juromenha³⁵⁰⁵, localidade que recebeu obrtas em época almóada mas sem um grande cuidado a nível poliorcético, dado que as entradas se mantiveram rectas³⁵⁰⁶.

Essa aposta em Mértola que, como se referiu, possui um porto que lhe permite ter um contacto fácil com o Norte de África e com outras cidades costeiras e com navegação fluvial no al-Andalus - como é o caso de Sevilla ou Rabat - Salé - vai ter um preço. Alcácer - a agora chamada al-Qaşr al-

3498. S. Macias, *Mértola, o último porto....*, vol. I, p. 207, n. 1314; o autor, com razão, verificou que esse dado que consta em obra de otro autor) não consta dessa edição do texto do *Bayān*. Trata-se da torre que S. Macias reproduz em vol. II, p. 97, (II.31) e que, por lapso, certamente, é apelidada de “almorávida”, quando o autor deveria querer dizer “almóada”.

3499. S. Macias, *Mértola, o último porto....*, vol. II, p. 100.

3500. S. Macias, *Mértola, o último porto....*, vol. II, p. 101.

3501. A nível formal, e unicamente a esse nível, esta entrada do “alcácer” de Mértola tem semelhanças com a “*bāb Ain Ajenna*”, na Chellah de Rabat - cf. B. Pavón, *Tratado....*, II, p. 510, n.3.

3502. Aljezur, por exemplo, uma fortificação de época islâmica que controla o litoral e uma linha de água apresenta unicamente duas torres, sendo uma de cada tipo: uma quadrangular e uma circular.

3503. S. Macias, *Mértola, o último porto....*, vol. II, p. 111.

3504. S. Macias, *Mértola, o último porto....*, vol. I, pp. 205-206; II, pp. 108-111. O autor não atribui quaisquer obras à lierança de Ibn Qāsi e com razão; este líder regional surge sobretudo como um utilizador de espaços e volumes já existentes e não como uma edificador ou criador de *obra nova*.

3505. Cf. Ch. Picard e F. B. Correia, *op. cit.*, p. 79, fig. 13.

3506. Juromenha sempre deve ter tido muita importância devido ao seu contacto visual com Badajoz e com as planícies ricas que estão em frente (mais tarde aí nascerá Olivença) e as minas que a rodeiam mais para sul, mas o sítio foi sempre fraco em termos militares e quase sempre foi tomado: Giraldo tomou-o facilmente mas também daí foi sacudido pelos almóadas; mais tarde será tomados pelos portugueses; e, no século XVII, mesmo com obras importantes no âmbito da pirobalística, não deixará de ser tomado pelas tropas de Espanha.

Fath - fica agora desapojada em termos territoriais. Alcácer, que possui também boas ligações pela via marítima, tem as ligações tradicionais com Badajoz³⁵⁰⁷ cortadas com a cidade de Évora na posse dos cristãos.

Alcácer do Sal, dependente de um rio que pode ser controlado por quem controlar a Arrábida e fortemente dependente da posição de Palmela - dominantes sobre o vale do Tejo e do Sado³⁵⁰⁸ -, com a relação tradicional com Badajoz cortada, afastado de Mértola e sem poder contar com o apoio de uma Beja forte, será presa fácil dos cristãos do reino de Portugal, das ordens religiosas-militares e dos cruzados que possam colaborar. Mesmo que contasse com a posição de Aljustrel, onde se detectaram vestígios de uma fortificação de época islâmica³⁵⁰⁹, esta nunca era capaz de socorrer e apoiar suficientemente Alcácer. As hipóteses que o arqueólogo de Alcácer do Sal, A. Rafael Carvalho, tem colocado ultimamente, apresentam alguns aspectos interessantes sobre Torrão, que faz todo o sentido que tenha tido uma fortificação e que tivesse sido, pois, um *hiṣn*³⁵¹⁰. Essa ligação a Beja, que se deveria fazer por Odivelas³⁵¹¹ era, mesmo assim, insuficiente para segurar Alcácer definitivamente nas mãos do Império almóada, a quem poderia ser vedada ou controlada a entrada no rio Sado, a partir do momento em que arrasa o castelo de Palmela mas não impeda que esse castelo seja reocupado e reaproveitado pelos reis portugueses - como irá acontecer.

Num trabalho meritório de interesse pela arquitectura e arqueologia de época islâmica da zona em redor de Alcácer do Sal, António Carvalho tem identificado várias estruturas defensivas em taipa,

3507. Sobre estes aspectos veja-se Ch. Picard, *L'Océan Atlantique* e Ch. Picard, *Le Portugal Musulmán*, pp. 190-198 (ambas estas obras, bem como uma série de outros trabalhos soltos devo a generosidade e atenção do autor, que sempre me procurou estimular com leituras suas e de outros autores).

3508. Cf. PICARD, Christophe, I.C. Ferreira Fernandes, « La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane : l'exemple de la presqu'île de Setúbal », *Archéologie Islamique*, 8-9, 1999, p. 67-94.

3509. Fernando Branco Correia, "O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação", *Vipasca*, n.º1, Aljustrel, 1992, pp.67-72; veja-se também ESTORNINHO, Alexandra, MARTINS, Artur Manuel Goncalves, MURALHA, João e RAMOS, Carlos, "O Castelo de Aljustrel - campanhas de 1989 e 1992", *Vipasca*, n.º2, Aljustrel, 1993, pp.11-40.

A investigação arqueológica revelou materiais que recuam ao século IX (RAMOS et alii, campanhas de 1989 e 1992, p. 15), e sabe-se que a fortificação existia quando os portugueses o tomam em 1234; mas não passava de uma pequena fortificação, que poderia apoiar Alcácer, mas sem o peso de uma cidade de Beja e a capacidade de aglomerar tropas suficientes para auxiliar a cidade do Sado.

3510. A. Rafael Carvalho, "ALCÁCER DO SAL ENTRE 1191 E 1217 (II PARTE): O Papel do Hisn Turrus/ Castelo do Torrão, no sistema defensivo Alcacerense", *Neptuno*, n.º 5, Alcácer, ADPA, 2005, pp. 5-7; idem, "ALCÁCER DO SAL ENTRE 1191 E 1217: Os dias em que al-Qasr al-Fath foi sede do império Almóada" in *Neptuno*, n.º 6, Alcácer, ADPA, 2005, pp. 12 - 13.

3511. Faz todo o sentido que tivesse havido na margem direita do rio Xarrama no cabeço natural ocupado por Torrão a fortificação de que A. Carvalho tem disponibilizado dados; com um mesmo tipo de implantação, Odivelas (Odivelas do Alentejo), com uma implantação sobre a ribeira (com o mesmo nome que a aldeia) em tudo semelhante a Torrão - numa posição alcandorada e dominante a sul da linha de água - Odivelas merece que se procurem sinais de uma pequena fortificação ou posto de vigia que se deveria coordenar com Torrão e Alcácer e ligar com a zona de Cuba e Beja, na zona em que se encontra a *ribeira de MacAbraão* que, como se considera há anos, pode ter a ver com a existência de *maqābir*, sepulturas (veja-se o que diz recentemente, S. Macias, Mértola, vol. I); Faro do Alentejo, numa cotra elevada em relação à zona envolvente, pode ter desempenhado funções de interligação - *relais* - entre vários pontos de vigia, numa vigilância necessária a sul do território de uma Évora cristã e aguerrida. Em Odivelas, a velha ponte a que se persiste em qualificar simplesmente de "romana" deve ter tido utilidade nesta conjuntura do período almóada e fase Wazirī. - cf. C.M.P., 1:25 000, cartas 487, 497-499.

implantadas em redor da antiga Qaṣr Abī Dānis³⁵¹². Uma das hipóteses que se pode colocar para explicar a função, eventual, dessas torres, é avançada por Francisco Sánchez Villa, especialista que coloca - para o caso do vale do Guadalquivir - a explicação de que essas torres tivessem como função a defesa de comunidades rurais durante o período almóada³⁵¹³.

Semelhante a estas torres, até pela posição, a atalaia de Belmonte, na margem esquerda do vale do Tejo sugere uma função idêntica.. Porém, as escavações arqueológicas lavadas a cabo no seu interior, se bem que em termos de técnica construtiva tenha evidentes paralelos com construções em taipa de época almóada, não há indícios materiais dessa ocupação.

(xvi) As albarrãs e as grandes portas

Um dos grandes méritos do trabalho de Basilio Pavón Maldonado é o facto de ter traçado paralelos dentro do al-Andalus para algumas entradas urbanas do sul do *Ġarb al-Andalus*, entradas para as quais ainda subsistem algumas dúvidas - trata-se, essencialmente, da Porta de Loulé (Silves), do Arco do Repouso (Faro) e da hipótese de porta defendida por duas torres albarrãs, em Lagos, hipótese já lançada há vários anos e que Pavón Maldonado, entre muitas outros dados, sabe aproveitar.

De facto, estas três entradas, localizadas em duas cidades sobre as quais há dados suficientes para falta de obras militares em época islâmica - Silves e Faro - e uma localidade da qual pouco se conhece do seu passado nessa mesma época (embora, sem deixar de ser mencionada através do seu possível nome de então - *Halq al-Zawiyya*³⁵¹⁴), para além da sua monumentalidade apresentam características que as aparentam entre si. E essas características são essencialmente a existência de uma entrada rasgada na muralha cuja defesa é assegurada por sistema de protecção montado em frente da porta, sistema esse que pode ser contituído por duas torres destacadas da muralha (tecnicamente, serão duas albarrãs) unidas entre si, criando uma barreira em frente da porta. Porém, e sem entrar em detalhes de arquitectura - dado que sem intervenções arqueológicas será impossível chegar, para já, a uma conclusão - é necessário ver os três casos.

No caso de Faro (fig. 260 e seguintes), o chamado *Arco do Repouso*³⁵¹⁵, é um acesso à muralha de Faro e a sua estrutura assenta, basicamente, em duas torres albarrãs unidas entre si e, cada uma delas, unidas à muralha por um arco³⁵¹⁶. Aparentemente, este sistema, cujas possíveis alterações em

3512. António Rafael Carvalho, “A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos - elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada”, disponível em [http://www.almadan.publ.pt/AdendaElectronica%20\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/AdendaElectronica%20(geral).htm) (consultado em Nov.2009).

3513. Francisco Sánchez Villaespesa, “las torres de la campiña de Córdoba en el siglo XIII. un sistema de defensa de las comunidades rurales en época almohade”, *Qurtuba*, I, 1996, pp. 157-170.

3514. Cf. Christophe Picard, *L'Océan Atlantique...*, p. 89, *passim*.

3515. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, ed. do autor, 1948, vol. III, p. 393. Nessa altura a *Porta da Vila* era conhecida como “porta de Nossa Senhora de Entre Águas, enquanto que o actual *Arco do Repouso* era designado como “porta das Freiras”.

3516. F. Branco Correia, “Fortificações urbanas de época Islâmica no Algarve” in *Património islâmico dos centros*

época cristã não se conhecem - mas que podem ter existido - permitia duas entradas “em cotovelo” para o interior da muralha, o que não é comum em outras zonas do al-Andalus onde, como é sabido e lógico, não é conveniente facilitar aos atacantes duas entradas em vez de uma que, depois de eventualmente franqueada, os “encurrele” numa câmara, antes de poderem tentar penetrar no interior do centro urbano, para o que têm de inflectir 90º.

Pavón Maldonado, que elaborou alçados e plantas desta entrada úteis, tem o mérito de apresentar propostas de solução para esta entrada, propostas de como seria originalmente (dado que não havia nem ainda ha dados de carácter arqueológico para esta estrutura monumental). Os paralelos, deve dizer-se, coincidem com fortificações islâmicas mas de fases tardias, todas elas, mas também com representações das miniaturas as *Cantigas* de Afonso X, o Sábio. Se a semelhança com a porta principal da fortificação malagueña de Gíbralfaro - de época de Muḥammad V de Granada - parece algo forçada³⁵¹⁷, o paralelo com Granada, a partir de uma imagem *sui generis* da batalha de Higuera na qual a muralha desta cidade surge ao fundo, é mais plausível. Deve dizer-se que o sector das muralhas de Granada aqui mostrado já não existe³⁵¹⁸, mas ficou uma representação deste batalha - ferida a 1 de julho de 1431 em Higuera Martos, actualmente Higuera de Calatrava - na qual as tropas castelhanas chefiadas por Juan II de Castela e Álvaro de Luna enfrentaram nazaris de Granada divididos e acabados de sair de terramoto que destruiu parcialmente a cidade do Darro e do Genil.

A representação da batalha, com Granada ao fundo, mostra características interessantes na sua muralha, mas deve lembrar-se que a imagem que mostra estas muralhas e este confronto foi feito a partir de esboços feitos na própria batalha; mas o original, feito a partir desses esboços é, nada mais nada menos, um imenso fresco do Palacio do Escorial, da *sala de las batallas*³⁵¹⁹.

Apesar do suporte e da data da construção do mosteiro da serra de Gaudarrama, a garantia de que é semelhante aos esboços em que se baseou e o facto de ser considerado credível³⁵²⁰ - são visíveis claramente, por exemplo, torres albarrãs -, autoriza a que se possam fazer algumas considerações. A representação, que ocupada toda uma sala do referido mosteiro mandado edificar por Felipe II - e que foi visitado, dado que Pavón Maldonado publica um esboço seu - mostra, de facto, várias

urbanos do Algarve: contributos para o futuro, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, pp. 84-86.

3517. Os arcos de Málaga são muito diferentes em número e em tipologia dos de Faro; esta última cidade pode efectivamente ter tido uma barbacã mas nada indica que tivesse o formato pentagonal da de Málaga - onde não há qualquer torre (há duas em Faro que, por sua vez, não apresenta traços de uma câmara recuada e posicionada no interior da fortificação) - Basilio Pavón Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AEI, 1993, pp. 77-79.

3518. Uma planta do sistema - complexo - de muralhas de Granada, no qual se mostra com clareza os troços de muralhas conservados e os desaparecidos pode encontrar-se em Rachel Arié, *L'Espagne Musulmane au temps des Nasrides (1232-1492)*, Ed. E. de Boccard, 1973, fig. 3 hors-texte.

3519. Sobre esta obra veja-se Jonathan Brown, *La sala de las Batallas de El Escorial: la obra de arte como artefacto cultural*, Ed. Universidad de Salamanca, 1ª ed. 1998.

3520. B. Pavón Maldonado, embora não o diga, não é o primeiro a utilizar estes frescos para ilustrar elementos e características da arquitectura do al-Andalus; já antes L. Torres Balbás o tinha feito - cf. L. Torres Balbás, “Barbacanas”, *Al-Andalus*, XVI -2, 1951, lámina 22.

Investigadores hodiernos continuam a tirar partido desta representação da batalla de Higuera como fonte para reflexão sobre aspectos do al-Andalus - cf. Juan Cañavate Toribio, “Imagen y realidad en la Granada Bajomedieval”, in Lorenzo Cara (Ed.), *Ciudad y Territorio en al-Andalus*, Granada, Athos-Pergamos, 2000, pp. 81-85.

torres albarrãs e uma entrada defendida por duas albarrãs - o que é semelhante a Faro - mas a entrada é recta - como em Faro é ... desde o século XIX - situação que B. Pavón não desconhece. Esta representação de uma Granada desaparecida, pintada numa sala do Escorial, é, apesar de tudo, o que de mais semelhante existe a Leste do Guadiana. Sem trabalhos de índole arqueológica - que devem passar igualmente por uma arqueologia da arquitectura, dado que a parte superior desta torre é em taipa e este material de construção pode ser analisado - pouco mais se pode fazer que apontar as semelhanças encontradas com Silves e com Lagos. No entanto, seria interessante, com base em alguns trabalhos recentes de métrica do tijolo de época islâmica, verificar se os tijolos das aduelas dos arcos que ligam as duas albarrãs de Faro com a muralha são ou não coetâneos e verificar se se enquandram em termos métricos em oficinas andaluzes; se é plausível que esta porta estivesse associada a uma barbacã, traços desta também não existem e só poderão ser detectados através de cirurgia arqueológica no tecido urbano de Faro.

Em Silves, como já se disse, há um caso semelhante. Trata-se da entrada conhecida como **porta da Almedina, ou porta de Loulé**. Esta porta ainda hoje exhibe uma entrada dupla acotovelada. Modificada em alguns das esquinas para que viaturas automóveis pudessem entrar por ela na parte alta da cidade, há poucos anos as esquinas originais foram repostas mas não se fizeram escavações arqueológicas para esclarecerem as suas fases de construção.

Aprioristicamente, é um sistema de entrada semelhante ao Arco do repouso de Faro, só que baseado numa torre colocada em frente da porta³⁵²¹. Desta forma, a entrada faz-se através de entrada em cotovelo, cotovelo que está disponível a partir de qualquer de uma abordagem pela direita e pela esquerda, mas sempre através da formação de um ângulo recto.

Sobre a torre, ou melhor, o torreão, que se destaca da muralha e que, em simultâneo, protege a entrada e provoca o cotovelo, ainda se mantém uma construção de carácter municipal, o que mostra a sua extraordinária dimensão.

Pode-se pensar na hipótese de que, à semelhança de Faro, esta entrada tivesse sido defendida originalmente por duas torres; não seria impossível que o grande torreão que protege esta entrada seja o resultado da junção de duas torres que, em fase posterior à sua concepção original, tivessem sido unidas e, com uma reformulação profunda da concepção da entrada, formado uma só torre, bastante forte. A outra hipótese, é a de que se trate de uma só torre desde a fase de concepção. A resposta, sem um estudo de *arqueologia da arquitectura* é difícil; de facto, uma simples observação desta torre mostra que houve várias modificações ao longo da sua vida.

Por outro lado, a existência de grandes torres em época almóada não é dado isolado. Para Silves conhece-se o caso da *Burgæ Mariæ* - e não se pretende identificar esta torre com a estrada da porta de Loulé, em Silves - e há outros casos - como em Villena e Biar³⁵²², onde se encontram grandes torres de época almóada. Além disso, o recente estudo de Magdalena Valor sobre *Sevilla Almohade* dá o merecido relevo às torres grandes de época almóada. De facto, para além da conhecida Torre del Oro, implantada sobre o Guadalquivir, Sevilla conseguiu manter e, recentemente, recuperar a chamada "torre de la Plata". Trata-se de uma torre octogonal, como muitas outras de época almóada mas, diferentemente da grande irmã de Badajoz - a de Espantaperros - preparada para alojar gente. Magdalena Valor, que a classifica como um verdadeiro "fortín", considera que a tradição de que teria servido para alojar Abū Ḥafs não peca por exagerada³⁵²³. Também na zona

3521. Veja-se a planta desenhada por Basilio Pavón Maldonado, em *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AEI, 1993, p. 65.

3522. Estudadas por Torres Balbás e por Rafael Azuar Ruiz.

3523. Magdalena Valor, *Sevilla Almohade*, pp. 75-77.

valenciana, a torre de Montroy³⁵²⁴ é um exemplo dessas grandes construções pré-nasrís - almóadas a maioria.

Assim, não é de todo impossível que Silves possa juntar-se à lista dos locais com grandes construções de carácter militar de época almóada, conjunto que merece estudo particular dado que parece ter havido uma evolução e uma grande preocupação em finais do século XII e inícios do XIII, por parte dos almóadas, com construções de grande dimensão, preocupação que têm paralelos também no Mediterrâneo Oriental³⁵²⁵. O estudo destas grandes torres abrirá novas perspectivas para entender o aparecimento de grandes torres granadinas como a “dela Vela” (*al-burġ al-a‘zam*) e a “torre del Homenaje” granadinas³⁵²⁶. Por outro lado, alguns exemplos norte-africanos poderão ser chamados à colchação para entender os caminhos de difusão destas grandes torres, tendo em atenção o caso da grande torre de Sousse (Sūsa) . a torre *Khalaf* da *Kasbah* ou *Qaşaba* dessa cidade tunisina, que Neji Djelloul afirma datar de época aġlábida³⁵²⁷.

Lagos parece corresponder à localidade que aparece citada por al-Idrīsī como *Halq al-Zāwiya* e que é caracterizado como pequena localidade ligada a actividades portuárias³⁵²⁸. Embora se costume considerar que o recinto amuralhado data de época cristã, é de ter em linha de conta o facto de uma das portas dessa muralha, a Porta de São Gonçalo, sujeita a obras levadas a cabo pela DGEMN, estar implantada entre duas torres albarrãs³⁵²⁹. Não seria impossível que essas duas

Sobre a importância táctica a nível do Guadalquivir do conjunto e da linha defensiva formada pela Torre del Oro e Torre de la Plata veja-se Ch. Picard, « Les défenses côtières de la façade atlantique d’al-Andalus », *Castrum* 7. *Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen-Age : défense, peuplement, mise en valeur*, (Roma 23-26 octobre 1996), Roma-Madrid, École Française de Rome, Casa de Velquez, 2001, (pp. 163-176), pp. 169-170.

3524. Cf. A. Bazzana, *Maisons d’Al-Andalus*, II, planche CL, imagens 212-213.

3525. Não é objectivo deste estudo estudar com detalhe esta torre; mas, como obra almóada que vem na continuação de outras obras - algumas delas realizadas no *Ġarb*, como a de Espantaperro - é interessante verificar que há paralelos no Oriente do Mediterrâneo para este tipo de torres. Em Alanya, na Turquia estia a *Kizil Kule* (torre vermelha) uma torre octogonal (como, entre outras, a de Badajoz, a sevillana de la Plata e a de Jerez) as com uma distribuição espacial muito semelhante à torre del Oro: A torre del Oro é datada de 1220-1221; a torre *Kizil Kule* data de 623 H / 1226 - cf. Carole Hillenbrand, *The Crusades - Islamic perspectives*, Edinburgh University Press, 2006 (reprint da 1ª ed. de 1999), p. 475, fig. 7-54. Compare-se a planta da torre *Kizil Kule* com a de Sevilha (*Sevilla Almohade* (coorden. de Magdalena Valor e Ahmed Tahiri), Sevilla / Rabat, 1999, p. 33).

3526. Antonio Fernández-Puertas, “El Arte” in M. Jesús Viguera (coorden.), *El reino nazarí de Granada (1232-1492)*, vol. VIII-IV da *Historia de España* (Menéndez Pidal), Madrid, Espasa-Calpe, 2000, imagens e secções / cortes em pp. 203-205.

3527. Neji Djelloul, *Les Fortifications en Tunisie*, Tunis, Ministère de la Culture, 1999, p. 45 (foto, plantas dos vários níveis e corte).

3528. Veja-se Ch. Picard, *L’Océan Atlantique...*, pp. 89, 116, *passim*. Veja-se também de António Rei, “O Ġharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’îd al-Maghribî”, *Medievalista on line*, ano 1, nº 1, 2005, p. 6 e idem, “AZÓIAS” in *Xarajib*, nº 2, Silves, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2002, pp.53-61.

3529. Já noticiado em artigo anterior: Fernando Branco Correia, “Fortificações muçulmanas em Portugal. Alguns apontamentos”, in *Arqueología Medieval Española - II Congreso*, Tomo II, Madrid, 1987, p. 506. Veja-se também Basilio Pavón Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, AECE, 1993, p. 65; F. Branco Correia, “Fortificações urbanas de época Islâmica no Algarve” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002,

torres, sobre cujo passado pouco se conhece³⁵³⁰, se tivessem encontrado unidas, formando um muro avançado e paralelo à muralha, o que tornaria esta porta muito semelhante à tipologia da Porta de Loulé (em Silves) e do Arco do Repouso (em Faro). Conjugando este dado arquitectónico com as referências dos geógrafos árabes é possível pensar na hipótese de ter havido na actual Lagos, em paralelo com a pequena “localidade e porto, a 20 milhas”³⁵³¹ de Silves - uma fortificação de defesa da costa, possivelmente antiga e recuperada ou até reforçada em época almóada, na fase em que não já os barcos vikings do século IX mas os cruzados e portugueses do século XII começam a frequentar as costas do sul do *Ġarb al-Andalus* e se torna necessário controlar linhas de água - não só as areias de Lagos mas o percurso da ribeira de Bensafirim, numa zona em que a água é fundamental³⁵³² - que conduzem a zonas humanizadas e que estão próximas da cidade de Silves³⁵³³.

Por outro, e como se verá, a derrota almóada na **batalha das Navas de Tolosa** parece não ter sido determinante em termos de construção militar. Muitas vezes se dado a data de 1212, a da estrondosa derrota almóada em Las Navas de Tolosa (ou batalha de *al-‘Uqāb* - معركة العقاب) como o momento de viragem e praticamente o fim - ou quase - dos almódas. Esta batalha - ferida aos 16 de julho desse ano - em que participam forças cristãs de diversas proveniências - com portugueses inclusivamente³⁵³⁴ - foi preparada cuidadosamente. É um ponto fundamental no início do declínio do poder almóada, mas não significa um cruzar de mãos em termos de edificação de defesas passivas - pelo contrário, calculando que se processariam ataques de cristãos motivados, a construção de sistemas de fensivos ou, sobretudo, o melhoramento e aperfeiçoamento dos sistemas já existentes irá ter lugar.

pp. 87-88.

3530. Pouco se conhece acerca desta zona das muralhas de Lagos - cf. Rui Mendes Paula, *Lagos, Evolução Urbana e Património*, Lagos, 1992.

3531. al-Idrisi, fl. 180, trad. (Dozy, De Goeje) p. 218.

3532. Veja-se BARATA, Filipe Themudo; SILVA, Teresa Rebelo da. “Memory of a wetland - The Paul of Lagos”, *Journeys through european landscapes*, Laure Lévêque et al. (Ed.), COST/EU RTD/ESF, 2006, pp.237-240 (http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/ftb_paul_of_lagos.pdf).

3533. Trabalhos arqueológicos recentes não revelaram ainda dados respeitantes ao período islâmico - cf. Elena Morán, “Arqueologia urbana no centro histórico de Lagos”, *Xelb*, n. 6, Silves, 2006, 107.

3534. Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II*, Círculo de Leitores, 2006, pp. 129-131, 282, *passim*.

(xvii) atalaias e vigilância

Colocadas nos mais variados sítios com capacidade de vigiar territórios, controlar caminhos e avisar da chegada de tropas inimigas, os locais de vigia destacam-se normalmente na paisagem mas não são obrigatoriamente materializados em torres que se percebam à distância na paisagem.

Esses locais de vigia estavam localizados em sítios estrategicamente bem colocados e com uma boa capacidade de obtenção de informação e de transmissão dessa mesma informação às forças que temiam a entrada de forças inimigas. Pontos elevados que controlavam vias de penetração, cumeadas de serras, cabeços com altura suficiente para obter uma visão alargada do território mas igualmente capacidade de transmitir a uma fortificação de base as informações obtidas, essa era a função de um posto de vigia.

Ora, esses postos de vigia podiam ou não ser materializados em torres que se destacassem na paisagem. Se, em muitos casos tropas rebeldes poderiam controlar o avanço de contingentes oficiais através de vigias - vigilantes, melhor dito - colocados em locais não detectados facilmente, em postos de vigia não materializados através de atalaias, normalmente o poder quando se afirma numa determinada região, mesmo que possa ser rebelde em relação ao poder central, esse poder afirma o seu controle sobre uma região através de postos de vigia materializados através de torres.

As crónicas escritas por cronistas de corte, não têm razões para a falta destas torres, a não ser em caso evidente e difundido de que em determinado local, região ou conjuntura locais de vigia - com ou sem torres materializadas no terreno - foram decisivos para o desfecho de uma batalha. Aí, nesses casos podem ser citados. Casos há em que é pela tipologia das construções que é possível apontar cronologias possíveis.

Essas torres parece não terem obedecido a um só tipo construtivo tanto a nível formal, como a nível dos materiais de construção; uma vez mais, parece que os recursos existentes, o tempo disponível e a existência ou não de um dirigismo central ou regional forte, condiciona o tipo de edificação.

Assim, têm surgido em vários pontos do al-Andalus, torres de atalaia edificadas com características diferentes. Dada a escassez de dados provenientes do *Ġarb al-Andalus*, é conveniente procurar paralelos em zonas que possam apresentar alguma homogeneidade regional. É o que se passa com algumas províncias actuais da actual Andaluzia, onde um levantamento arquitectónico recente, obra colectiva que envolveu vários investigadores coordenados por arqueólogos e investigadores com crédito científico, mostra à evidência alguns exemplos de torres de atalaia³⁵³⁵. Aqui se podem encontrar exemplos de atalaias com planta circular, em alvenaria de pedra ligada com cal, para além de atalaias de planta quadrangular, igualmente em alvenaria ou, em alguns casos, construídas em taipa³⁵³⁶.

3535. Rafael López Guzmán (coordenação geral), *Arquitectura de Al-Andalus (Almería, Granada, Jaén, Málaga)*, Granada, El Legado Andalusi - Ed. Comares, 2002.

Algumas apresentam semelhanças tipológicas com a atalaia de Belmonte, em Samora Correia

3536. ver - R. Azuar Ruiz, "Atalayas, almenaras y rábitas", in *Al-Andalus y el Mediterráneo*, 1995, pp. 67-85.

A escavação arqueológica será, certamente, dada a escassez de informações de outra proveniência, a forma e a metodologia mais adequada para se conseguir obter dados seguros. No caso do Ġarb há poucos edifícios deste tipo referenciados e comprovadamente datáveis de fases da ocupação islâmica.

(xviii) Um último esforço

Porém, embora a dinastia revele dificuldades em manter-se e em administrar os territórios que controla e surjam focos de descontentamento, há ainda tempo para investir em obras de carácter defensivo. Ou seja, há ainda quem acredite e faça acreditar que é possível resistir à avalanche e à pressão do Norte.

E um desses exemplos, quiçá a mais tardia das manifestações de obras públicas de carácter militar no Ġarb al-Andalus seja um paralelepípedo ou lápida comemorativa descoberta em finais do século XIX, em Silves, e que refere trabalhos numa “torre”.. Não se pode garantir que seja uma torre militar mas, como Artur Goulart de Mello Borges refere, é possível que dada a pressão militar então existente, esta de claração pública do poder almóada, escrita não já com caracteres cúficos mas em cursivo *naskhi*³⁵³⁷.

Muito relevo tem sido prestado à lápide de Silves que se refere a uma construção de época almóada, acabada de edificar no mês do Ramadão de 624 H. Lápide publicada pela primeira vez ainda em finais do século XIX³⁵³⁸, e que tem tido publicações mais recentes e esclarecedoras³⁵³⁹.

A leitura de Artur G. M. Borges informa do seu teor. Diz o seguinte:

“Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Abençoe Deus a Muḥammad e a sua família. Ordenou a construção desta torre o emir [... filho de ... Abū Yū]suf, filho do califa, emir dos crentes, Abū Ya‘qūb, filho do califa, emir dos crentes, Abū Muḥammad ‘Abd al-Mu’min Ibn ‘Alī – que Deus aceite as suas boas obras e lhe perdoe as más! E isto, no mês de ramadān, o respeitável, do ano 624”³⁵⁴⁰.

3537. Esta peça encontra-se presente na página de MWNF, com um destaque e uma qualidade de descrição elevada (<http://www.discoverislamicart.org>); por lapso de tradução, a versão em português coloca *nasri* (em lugar de *naskhi* ou *nasji*, em castelhano), o que é algo bem diferente.

3538. Joaquim Maria Pereira Botto (Cónego Botto), *Glossario critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique ornado com a planta do Milreu (Estoi) e respectiva interpretação ichonographica*, Faro, Typographia E. Serafim, 1899.

3539. Vejam-se A. R. Nykl, “Arabic Inscriptions in Portugal”, *Ars Islamica*, n.ºs 11-12, 1946, pp. 167-183; Evariste Lévi-Provençal, E., “L’inscription almohade de Silves”, in *Mélanges George Le Gentil*, Paris, 1949, pp. 257-262 e os estudo dedicado especificamene a esta lápide de Artur Goulart de Melo Borges, “Lápide comemorativa da construção de uma torre”, *Portugal Islâmico, os últimos sinais*, Lisboa, 1999, pp. 220-221.

Lévi-Provençal identifica como tendo sido Abū l-‘Ulā Idris, filho de Ya‘qūb al-Manṣūr, por ocasião de uma viagem de inspecção a Silves.

3540. O mês de Ramadão de 624 equivale ao período que medeia entre 15 de Agosto e 13 de Setembro desse ano de

Mais do que estudar com detalhe este importante exemplo de epigrafia almóada³⁵⁴¹, é importante realçar que, mesmo após a tão citada batalhas das Navas de Tolosa, o poder almóada - fragilizado, sem dúvida - não baixou completamente os braços, mas parece ter apostado - uma vez mais - no mesmo tipo de solução, confiante na sua eficácia: a arquitectura militar, as defesas estáticas ou passivas.

Estas obras em Silves podem ter a ver, eventualmente, com a descoberta recente de uma torre em proa, encontrada na sequência de trabalhos arqueológico levados a cabo pela autarquia de Silves na zona onde se veio a implantar a Biblioteca Municipal. As escavações vieram a revelar um conjunto impressionante de achados e uma torre poligonal³⁵⁴² (semelhante a uma torre em proa, para a qual há paralelos em Gibraltar e em Algeciras³⁵⁴³), associada a uma impressionante estrutura hidráulica. Embora esteja associada a uma nascente de água, não é impossível que a estrutura encontrada tenha - pelo menos em parte - a ver com a saída de águas da muralha, água essa aproveitadas eventualmente para um fosso. Mas, o mais interessante é verificar que - para além da existência de vestígios da muralha da zona do arrabalde - é que esta torre em proa (só uma?) parece corresponder a um conjunto de obras - até agora pouco conhecidas, em Silves, na fase final do domínio almóada.

Muito provavelmente esta torre e este refoço do sistema defensivo de Silves - com novidades em termos poliorcéticos, como é o caso das torres em proa - pode corresponder à época das obras que se sabe terem existido a partir da famosa lápide que refere a construção de uma torre - que não se

1227.

Trata-se de um monólito rectangular com uma face preparada para a gravação da inscrição. Na parte superior [do paralelepípedo são visíveis os ressaltos de uma moldura que deveria acompanhar idêntica decoração arquitectónica do edifício em que se inseria. O campo epigráfico é emoldurado por faixa de motivos encadeados muito geometrizados. A escrita é em cursivo naskhī, floreado e elegante, ocupando, em dez linhas, todo o campo epigráfico de forma muito densa.](#)

A inscrição comemora a edificação de uma torre, com função não especificada, em Silves. A terceira linha, segundo Lévi-Provençal e Artur Goulart, foi intencionalmente apagada em fase posterior - quando Silves ficar sob o governação de Šu'aib ibnMuhammad ibn Maḥfūz (durante as chamadas Taifas pós-Almóadas), pouco antes de os cristãos tomarem o "Algarve". Segundo R. Varela Gomes ("Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves", *Xelb*, 1, pp. 35-36), esta lápide diria respeito a obras realizadas na Porta do Sol.

3541. Para o estudo das inscrições e a função da epigrafia durante a vigência do governo almóada cf. María Antonia Martínez, Epigrafía y propaganda almohades", *Al-Qanṭara*, vol. XVIII - 2, Madrid, 1997, ppp. 415-445 e, da mesma autora, MARTÍNEZ NÚÑEZ, María Antonia Martínez Núñez, "Ideología y epigrafía almohades", in *Los Almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, 2006, pp. 5-52 (agradeço a María Antonia Martínez o envio de muitos dos seus trabalhos, fundamentais para as fases finais do domínio islâmico no al-Andalus).

3542. Maria José Gonçalves, Ana Luísa Santos, "Novos Testemunhos do Sistema Defensivo Islâmico de Silves e os Restos Osteológicos Humanos encontrados junto à Muralha de um Arrabalde – Notícia Preliminar", *Xelb*, n. 5, Silves, 2005 (pp. 177-200), pp. 185-186.

As arqueólogas informam que "a forma da torre quadrangular é alterada, por razões que não foram possíveis apurar, mas que poderão relacionar-se com o seu mau estado de conservação ou com a necessidade de a tornar estrategicamente mais eficaz. Assim, a torre quadrangular passa a configurar um polígono irregular de 6 lados, constituída por grandes blocos de "grés de Silves", ligados por argamassa com forte teor de cal. Cada lado mede cerca de 3 metros. Ainda em fase ulterior, a torre é reforçada no seu ângulo sudoeste, com recurso a blocos de "grés de Silves" aparelhados, ligados por argamassa de cal".

3543. torre em proa, de Gibraltar - TORREMOCHA SILVA, Antonio, e Angel J. Sáez Rodríguez, "Fortificaciones islámicas en la orilla norte del Estrecho", *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 169-268., p. 184.

pode afirmar, apressadamente, ser esta - por Abū l-‘Ulā Idrīs, filho de Ya‘qūb al-Manṣūr, no ano crítico de 1227³⁵⁴⁴. Este deve ter sido o ano das últimas grandes obras almóadas no Ġarb al-Andalus, o momento em que ainda se esperava poder resistir aos avanços dos reinos cristãos do norte e, se a referida torre poligonal - que envolve uma torre islâmica anterior quadrangular - se puder provar que é efectivamente de época almóada, é mais um elemento que atesta o profunda procura dos almóadas por inovações tecnológicas e por uma *aggionamento* a nível da arquitectura militar.

Abū l-‘Ulā Idrīs representa mesmo a última fase de controle do al-Andalus pelos almóadas: Este filho de Ya‘qūb al-Manṣūr, do vencedor da já distante Batalha de Alarcos, realizada nessa torre de Silves uma das suas últimas no al-Andalus. Com a morte do califa almóada Yaḥyà al-Mu‘taṣim inicia-se uma situação que favorece a desagregação do poder no al-Andalus e o próprio Abū l-‘Ulā Idrīs irá para Marraquexe - depois de fazer um acordo com Fernando III de Caastela e de arregimentar uma tropas de mercenários cristãos - onde acabará por ser proclamado califa com o *laqab* de Al-Ma‘mūn e, em 1229, proclamará o fim da doutrina Ṭumartiana, condenando o facto de se ter proclamado *Mahdī*; afirma este novo califa que “il n’y aura d’autre *Mahdī* que Jésus...”³⁵⁴⁵. Nesse mesmo ano, Jaume I de Aragão conquista Maiorca e no ano seguinte caem Mérida, Badajoz e Elvas - o Guadiana está franqueado a pressão sobre o vale do Guadalquivir é questão de pouco tempo.

Mais do que tentar renovar a sociedade e diagnosticar os fracassos profundos da sociedade andalusī e as alterações a fazer para manter um al-Andalus - ligado, como estava, ao Norte de África - florescente em termos sociais e económicos e também em termos de defesa activa (como era florescente em termos intelectuais, nessa fase em que viveram personalidades como Ibn Tufayl, Ibn Ruṣd, Ibn ‘Arabī, Ibn Ġubayr e outros), a dinastia almóada aposta numa defesa meramente passiva, e aparentemente mais na propaganda que na substância. A importância da arquitectura militar como elemento de propaganda almóada - com portas monumentais e com o peso que a epigrafia tinha para exaltar os feitos dos dirigentes almóadas - já Manuel Acién tinha destacado³⁵⁴⁶ e Antonio Malpica sublinha e reforça³⁵⁴⁷.

Apesar das melhorias em termos de poliorcética, da conjugação de diversos tipos de avanços tecnológicos do al-Andalus, da incorporação de eventuais influências orientais e da utilização de tropas de elite também elas diferentes e pensadas como inovadoras e capazes de soster o avanço dos inimigos das dinastias no poder no al-Andalus, mesmo assim, a sociedade andalusī não aguentou a pressão - talvez também por isso mesmo; a tecnologia e as técnicas militares e corpos de elite não substituíram alterações mais profundas que deveriam ser alterações no campo da sociedade, um

3544. Cf. Charles-André Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord, des origines à 1830*, (11 ed. 1931), Paris, Payot, 1994, p. 468.

3545. *Al-Hulal al-Mawṣiyya*, trad. de Pierre Guichard in *Pays d'Islam et Monde Latin, X-XIIIe siècle, Textes et documents*, Presses Universitaires de Lyon, 2000, doc. 67, pp. 236-237; A tradução de Huici Miranda diz que “no hay otro *Mahdī* que Jesús, hijo de María...” - *Al-Hulal al-Mawṣiyya*, Tetuão Ed. Marroquī, 1952, fl. ١٣٧, p. 193.

3546. Manuel Acién Almansa, "La fortificación en al-Andalus", in Rafael López Guzmán (ed.), *La Arquitectura...*, 1995, pp. 39-40 (= *Archeologia Medievale*).

3547. A. Malpica Cuello, “La expansión de la ciudad de Granada en época almohade. Ensayo de reconstrucción de su configuración” in *Miscelánea Medieval Murciana*, Vol. XXV-XXVI. Murcia, 2001-2002, (pp. 67-116), p. 71.

melhor conhecimento do adversário. Nos inícios do século XIII deveria haver a crença de que as inovações no campo das fortificações poderiam sustentar esses avanços. É imenso o volume de obra que se pode atribuir ao período almóada no *Ġarb al-Andalus*. Mesmo que se tenha a linha de conta que esse período corresponde a cerca de um século - desde meados do século XII até meados da centúria seguinte - a quantidade de *mudun* e de *ḥuṣūn* que receberam muralhas *ex nihilo* ou receberam reforços e inovações polioréticas é muito grande. É uma fase de inovações³⁵⁴⁸ mas também de uma grande quantidade de obras a serem levadas a cabo

Mas, esta aposta unicamente na defesa e nas soluções militares não contribuiu para a perenidade da sociedade andalusí, na qual muitas outras deficiências ficaram por resolver. Se os dirigentes almóadas apostaram em grande medida nas defesas estáticas, isso não quer dizer que a elite andalusí concordasse com essa política³⁵⁴⁹; porém, foi a que vigorou e os resultados não foram positivos para a perduração de uma sociedade andalusí.

A conquista de Alcácer durante o reinado de Afonso II de Portugal, em 1217³⁵⁵⁰, vem claramente na sequência da derrota almóada na batalha das Navas de Tolosa. Porém, as perdas almóadas seguintes não são imediatas. De facto, parece ter havido um outro momento, que parece ter coincidido com a campanha de Quesada, em 1124³⁵⁵¹, que abre uma nova fase, e desta vez fatal, a nível do declínio do poder almóada. Só que, convém recordar, essa campanha é também fruto da morte do califa almóada al-Mustansir, pouco antes, com uma sucessão difícil³⁵⁵².

Mas, em poucos anos, a mudança é abrupta: em 1229 Jaime I de Aragão toma Maiorca e em 1230 Mérida, Badajoz (Afonso IX) e Elvas (Sancho II)³⁵⁵³ são perdidas pelas forças andalusí/s que se tentam afirmar em lugar de uma dinastia almóada desfeita.

Com Fernando III são tomadas Córdoba (1236), submete a Taifa de Murcia (1243) e conquista Jaén (1246), e por fim, Sevilha (1248); a ocidente destes territórios o avanço dos contingentes

3548. cf. Mário Barroca, *Nova História Militar de Portugal*, I, p. 115.

3549. Cf. M. Jesús Viguera, “Las reacciones de los andalusíes antes los almohades”, *Los Almohades, problemas y perspectivas*, II; pp.705-735.

3550. Veja-se Maria Treresia Lopes Pereira, “Memória crusadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217) - com base no Carmen de Gosuino”, *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1997, pp. 321-352. Sobre Alcácer do Sal, veja-se o trabalho desta mesma autora, *Alcácer do Sal na Idade Média*, C.M.A.S./ Colibri, 2000. Sobre este reinado é de ver a biografia, cuja autoria pertence a Hermínia Vilar: *D. Afonso II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

3551. Cf. Alfonso Jiménez Martín, “Al-Andalus en época almohade” in *La Arquitectura del Islam Occidental*, p. 166.

3552. M. Jesús Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones...*, p. 318, onde se revela que morreu em início s desse ano de 1224 (620H), envenenado - segundo uns - ou colhido por uma rês - dado que era um *aficionado*, segundo outros (tauromaquia, eis uma actividade da qual pouco se fala ao tratar o período islâmico *no al-Andalus*); certo é que não deixou filho varão.

Ver também Juan Eslava Galán, “la campaña de Quesada (1224)”, *Cuadernos de Estudios Medievales*, Granada, Univ. de Granada, Dep. de Historia Medieval, 1984, (12-13), pp. 5-23, e do mesmo autor “La campaña de 1225 y el primer cerco de Jaén por Fernando III”, *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, N.º. 132, Jaén, 1987, pp. 23-38.

3553. Para a compreensão desta fase de conquistas e da concomitante acção de Ibn Hūd veja-se Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, cap. VII.

afectos ao rei de Portugal avançarão também para sul. O que resta do Ġarb, e que ficará conhecido até hoje como Algarve, cairá pouco depois. Em Granada, saberá subsistir uma dinastia. Mas, as relações da península com o Norte de África, relações que se tornaram intensas a partir de 711, essas não terminão em meados do século XIII...

(I) Almóadas - Conclusão

Em termos militares e políticos o período Almóada é a fase derradeira de uma administração islâmica no ocidente ibérico. Ficarão comunidades, pessoas, leis, edifícios e técnicas, palavras e expressões, e muito mais - passando até pela esfera dos *genes*; mas não haverá continuidade em termos governativos nesta zona peninsular.

Sendo a derradeira fase, correspondendo a um recuo irrecuperável, poder-se ia pensar que que correspondia à decadência, ao definhar dos testemunhos. Pois, em alguns aspectos, parece ser ao contrário. É o que se passa no campo da edificações militares - o *Ġarb* apresenta uma panóplia de exemplos de edificações de carácter militar e da complexidade a que se edificou na segunda metade do século XII e primeira metade do XIII.. Em alguns casos consegue-se datar, com alguma precisão, a data de obras importantes - é o caso de Silves - e saber-se que algumas equipas de construtores eram desvidas dos locais onde stavam para socorrer e acelerar trabalhos de construção em outros locais, onde as contingências obrigavam a uma aceleração nos trabalhos.

Isto é possível por que nesta fase se privilegiou uma técnica de construir específica no campo das obras militares - a *ṭabiyya*, ou taipa. Uma taipa elaborada com uma grande percentagem de cal, o que a endurece enormemente e lhe dá uma grande dureza tornando-a eficaz e adaptada para edifícios de carácter militar. Essa taipa, usando uma cofragem - *lūh* ou *lawh* - com medidas normalmente *standard* permite que as obras se façam com enorme rapidez, desde que haja três elementos básicos: terra, cal e água. É claro que que os almóadas não edificavam só assim; basta ver a torre *almenara* da antiga grande mesquita almóada de Córdoba - vulgarmente conhecida como *Giralda* - e muitos outros edifícios para ver como o paralelepípedo em argila cozida - o tijolo *ladrillo* - teve uma grande utilização em outros edifícios e fará carreira pela arte *mudéjar* e daí para diante.

Mas a taipa irá permitir não só rapidez como igualmente edificar formas quadrangulares e outros polígonos de grande utilidade apra as defesas das cidades e de outros espaços murados de menor dimensão. Nesta fase as formas esquinadas e angulosas atingirão o seu auge; as torres serão essencialmente quadrangulares, mas também hexagonais, octogonais e, muito especialmente, dodecagonais (como a *Torre del Oro* de Sevilla). As muralhas terão ameias / merlões também em taipa, sem deixar de haver um rigor métrico muito grande (como é o caso de se encontrarem as mesmas medidas em Sevilha e em Elvas). Muitas muralhas urbanas terão também antemuro ou barbacã, como defesa adicional, muitas vezes associados a um fosso. Torres couraça / *coracha* e albarrãs foram durante muito tempo consideradas como específicas desta fase; hoje sabe-se que ambos os tipos de torres já existem antes e estas observações recentes têm fundamentação arqueológica. Mas no período almóada as *couraças* e as *torres albarrãs* são assimiladas e de tal forma fazem parte de um todo que parece serem torres específicas desta época.

A unidade que se conseguiu em época almóada a nível das construções militares passa também pessa assunção de uma gramática decorativa ou um acabamento que se torna facilmente reconhecível quer se observe Paderne, ou Silves, ou Jerez de la Frontera; sente-se haver uma unidade entre as muralhas de Cáceres ou de Badajoz e tramos que persistem em Juromenha, em Elvas ou Salir. Tal como se encontram semelhanças entre as muralhas de Reina (junto a Llerena), Montemolín e Alcácer. Essa semelhança e noção de pertença a uma mesma família passa pelo material e técnica construtiva mas também pela finalização da obra que, em muitos casos, teima em persistir. É o caso do que se vem chamando a moldura ou o “falso despice de sillería” e que, cobrindo as zonas de junção dos taipas com uma pequena moldura de cal, não só protege *as juntas* como igualmente dá - de longe - a ilusão de uma muralha de grossa e potente silharia. Traços desta aplicação de cal ainda se encontram em muitas fortificações e parece surgirem só nesta época - dando às muralhas uma cartac-

terística singular. Em alguns casos, como se pode ver em Cáceres, essa mesma cal não só transmite uma ilusão de pedra mas pode também veicular mensagens ou expressões propiciatórias. Ora, estas características não deixaram de chamar a atenção do olhar perspicaz de um desenhador com a craveira de um Duarte d'Armas. E, assim, através do seu *Livro das Fortalezas* é possível encontrar testemunhos de fortificações de época islâmica - quase todos da fase almóada - em muitas das suas aguarelas relativas a construções militares do sul: Juromenha, mas também Elvas - onde se encontram exemplos de torres poligonais e molduras em tijolo como as que se encontram ainda hoje em Badajoz e Sevilha - sem esquecer desenhos muito elucidativos de Moura e de Serpa que coincidem com alguns vestígios existentes mas - no caso de estruturas inexistentes - têm semelhanças evidentes com torres ainda hoje visíveis em Badajoz, em Jerez ou em Niebla.

Por outro lado, esta arquitectura militar obriga a um diálogo com territórios exteriores ao al-Andalus. É impossível observar a muralha de Silves, algumas portas de Faro ou os recintos de Reina, de Cáceres e de Badajoz (que conta, agora, com o importante desenho guardado no *Krigsarkivet*) sem, de imediato, recordar semelhanças com muralhas de Fez ou de Marraquexe (fig. 275); sem deixar de lambrar os troços de muros conservados em Tlemcén, e os de Rabat (fig. 271-74) ou de Salé, mas também de partes das muralhas de Qayrawān. Por isso, e por que se sabia haver contactos com os ayyúbidas não estranha que haja nas fortificações de época almóada uma grande preocupação com água - e ser norma encontrar não só couraças que asseguram o acesso a essa mesma água mas igualmente grandes poços - alguns deles com sistemas de acesso com escadaria - e cisternas para fazer face a longos assédios. Essa sosfificação e cuidado nos diversos componentes necessários a uma fortificação - urbana, de uma *madīna*, ou não - levaram a que se edificassem torres especiais (as *burġ mariyya*, campo a investigar) ou zonas especiais no conjunto amuralhado - como as *saluqiyyals*, celóquias ou salúquias.

Os sistemas de porta tornaram-se mais complexos e quase que sempre se privilegiou a entrada angular - *codo*, *recodo*, *coudé* ou em cotovelo, mais difícil de ser franqueada - tipo de entrada que também não é invenção almóada mas que foi aproveitada e aperfeiçoada (e a dinastia *naṣrī* mais fará ainda no campo destas entradas, como se pode apreciar em Málaga e Granada). Ao tornar as entradas mais complexas, os arquitectos almóadas podem colocam torres em frente dessas portas (como se vê em Silves, em Faro e em Lagos - embora ainda haja dúvidas quanto a datações exactas - e nas espantosas pinturas da *Sala de Batallas* de *El Escorial*); ao mesmo tempo iniciam a construção de grandes portas monumentais - como se vê em Rabat, com percursos angulosos escondidos no seu interior.

Claro que estas grandes construções eram completadas, por vezes, com sistemas e redes de atalaias e recintos para apoio ao movimento das tropas, recintos e atalaias de que se conservam alguns exemplares. Algumas das inovações deste *package* de época almóada foram de tal importância que as monarquias cristãs que “herdaram” os seus territórios assistiram à continuação das mesmas nos seus territórios; no caso da monarquia castelhano-leonesa seria seria cansativo enumerá-las a todas, mas no caso de Portugal pode citar-se a cerca fernandina de Lisboa onde a taipa está presente ou a atalaia de Belmonte (em Benavente, Ribatejo - fig. 278-79).

No entanto, o período almóada não consegue só sucessos. Pelo contrário, os insucessos foram muitos e serão fatais. Perdeu-se nesta fase uma cidade importante - Évora - que não mais voltará a integrar o *dār al-Islam*. Pelas mãos de Geraldo Sem Pavor e dos seus homens a cidade será ocupada, bem como muitas outras praças-fortes. A audácia dos cristãos só terá um compasso de espera com a célebre derrota de Afonso Henriques em Badajoz, embora para tal os almóadas tenham a um pacto de tréguas que tinham assumido com o rei de Leão. E não será só com Leão que se farão tréguas - com Portugal elas também terão lugar. Mesmo assim, os ataques a sul da linha do Tejo não cessarão e, tendo sido identificado o principal alvo a abater - Santarém - a cidade será sitiada. Mas, tanto aqui como em outras circunstâncias os almóadas revelam descoordenação e atender mais ao

secundário que ao essencial. Parece haver uma clara deficiência a nível da informação disponível e estabelecimento de objectivos estratégicos.

Em determinadas conjunturas haverá uma resposta clara e incisiva - quando se decide recuperar Silves, após a sua conquista por cruzados e portugueses durante o reinado de D. Sancho I.; mas a campanha contra a linha do Tejo, apesar de dura acabou por não resultar em nenhuma conquista de vulto, se se exceptuar a recuperação, significativa, de Alcácer e Palmela. Évora, por seu lado, jamais será recuperada e os grandes programas de construção nas cidades mais importantes (mas que falha em Beja), apesar de bem sucedidos e de visarem também a edificação de mesquitas, pouco resultado deram depois da derrota fatal na batalha das Navas de Tolosa. A propaganda - em que os almóadas serão mestres e inovadores, como se vê no campo da epigrafia e da numismática³⁵⁵⁴ - não irá conseguir colmatar as falhas a nível da organização interna e do fracasso, senão mesmo falta, de políticas de povoamento interno, aliadas às graves divisões sociais.

Apesar dos últimos esforços no campo da construção e da melhoria das defesas passivas, a sociedade *andalusí* sob administração almóada não responde de forma a poder conter as sociedades do Norte. E em meadas do século XIII as edificações não serão suficientes para evitar o fim do *Ġarb al-Andalus*.

3554. M. Antonia Martínez Nuñez, “ideología y epigrafía almohades”, in P. Cressier, Maribel Fierro e Luis Molina (eds.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, vol. I, (pp. 5-53), p. 35.

CONCLUSAO GERAL

Ao privilegiar uma visão diacrónica não se obtém uma visão densa, mais profunda e variada para uma determinada época mas, em compensação, pode tentar-se uma visão evolutiva não só das fortificações mas igualmente da forma de fazer a guerra e das soluções militares ensaiadas no *Ġarb al-Andalus* pelos vários poderes que aqui se afirmaram.

Apesar de essa visão diacrónica ficar em grande medida dependente das fontes escritas, algumas delas muito marcadas ideologicamente, não é impossível encontrar tendências e vectores evolutivos, no que diz respeito aos vários aspectos que rodeiam a guerra, a defesa e também as tácticas na preparação do ataque.

Deve lembrar-se que se trata de uma fase anterior à vitória da pirobalística sobre a neurobalística, mas é uma fase na qual os mundos de matriz islâmica e cristã se encontram e chocam - embora estes não sejam os únicos choques; não deixa de haver conflitos internos dentro de cada um dos “mundos” - dentro e fora da península Ibérica e durante a qual se assiste, por toda a bacia do Mediterrâneo a alterações a ensaios de novas tecnologias, novas tácticas, novos tipos de construções de defesa passiva e ao *desenho* de estratégias avanço militar, nem sempre bem sucedidas.

Pelas informações disponibilizadas pelas fontes escritas - e pela própria arqueologia - não há sinais de destruição nos principais núcleos urbanos do *Ġarb al-Andalus*. A negociação e a substituição de guarnições - quando não a continuação no exercício de funções dos muitos membros das elites que se submeteram - parece ter sido a norma nas cidades do *Ġarb*, embora se deva lembrar que a velha capital da *Lusitania* se submeteu a Mūsà mas só depois de uma resistência prolongada, prenúncio de futuras rebeldias do ocidente que tiveram a grande cidade do Guadiana como epicentro de resistência face a um poder central que optou por Córdova, pelo vale de um *rio grande* com como facilidade de comunicação com o Mediterrâneo como era o Guadalquivir.

A manutenção de alguns poderes, a aceitação da existência de várias formas de monoteísmo e a submissão de muitas cidades mediante pactos - à semelhança do de Tudmir, em tempos ‘Abd al-‘Azīz ibn Mūsà - no ocidente ibérico, fizeram com que as defesas passivas previamente existentes - muralhas muitas delas erguidas na fase final do Império romano não só na velha *Hispania* como em redor de toda a bacia do *Mare Nostrum* - se tivessem mantido e fossem simplesmente reparadas ou reforçadas. Casos há, no *Ġarb*, em que a qualidade dessas muralhas pré-existentes permitirá resistir repetidas vezes às tentativas do poder centrado em Córdova para controlar as cidades; foi o caso de Mérida /*Mārida*, em que o binómio muralha e ponte, ambas construções de origem romana e uma delas recentemente revelada graças ao dinamismo da actividade arqueológica urbana de Mérida, permitiram que coligações de descontentes - *muwalladūn*, berberes e *dīmmī’s* cristãos - pudessem resistir a sucessivas arremetidas de um poder cordovês que só muito tardiamente se conseguiu implantar a ocidente da linha do Guadiana.

A “revolução abbássida” de 750 irá ter repercussões enormes na História da península Ibérica; os seus reflexos não se ficam por Damasco nem pela fundação - alguns anos depois - da cidade de Bagdade. A fuga de um membro da perseguida família omíada para o ocidente do Mundo Islâmico terá grande importância no devir da península e, particularmente, do *al-Andalus*.

Apesar de tradicionalmente se falar de *invasões bárbaras* quando se pretende identificar as movimentações de povos de proveniência norte e centro-europeia, acontecidas nos séculos V e inícios do VI, já há muito tempo se sabe que não faltam exemplos de movimentações semelhantes acontecidas mais tarde, em redor do século IX; no caso do *Ġarb al-Andalus* - e zonas setentrionais ibéricas - não se pode olvidar a importância que teve a chegada de barcos com *mağūs*, normandos ou vikings que assolaram as costas e que levaram o poder central omíada a intervir; mas a intervir de uma forma cujos contornos, se bem que ainda mal definidos, se podem vir a esclarecer com mais detalhe. De facto, a resposta dada pelos omíadas, as sucessivas referências a Santarém e à “sua costa”, onde se montaram sistemas de vigilância, conjugados com o que se sabe acerca de existência de pontos fortificados - ou topónimos sugestivos em pontos tacticamente relevantes - em redor de Lisboa, alguns deles com materiais e ocupações comprovados para o século IX, como Sintra no litoral atlântico, mas também Palmela e Povos (V. Franca de Xira) - este último no estuário do Tejo onde há indício da existência de outras fortificações no século IX, leva a crer que deve ter sido montada, então, uma rede de vigilância de costa - na costa atlântica - completada com vigilância nos estuários mais facilmente penetráveis (Tejo e Sado, mas também Arade) ou na embocadura dos mesmos.

Algumas cidades destacam-se na capitalidade de circunscrições especialmente vocacionadas para o controle do mar - como assinalou e explicou de forma clara Christophe Picard nos muitos trabalhos que dedica a aspectos da litoralidade-, como parece ter sido o caso de Lisboa, Santarém, mas também Alcácer (mas tarde, *do Sal*), e a nóvel cidade de Silves, cuja posição recuada em relação à costa - como Sevilha ou Niebla - pode ter favorecido a sua prosperidade e importância táctica, durante séculos.

A capacidade de, a nível das regiões, a partir das *Kuwar*, se organizar a defesa parece clara. Com rebeldias várias a ocidente e a norte do Guadiana, o poder efectivo proveniente de Córdova não pode ser muito forte, indo por terra; começam a desenhar-se as ligações das cidades portuárias do *Ġarb* com o vale do Guadalquivir e com outros *hot points* do poderio naval omíada no *al-Andalus*. E, por outro lado, algumas elites e dirigentes rebeldes do *Ġarb al-Andalus* irão conseguir produzir feitos de carácter militar de enorme relevância; Maḥmūd ibn al-Ġabbār al-Māridī que, depois de saído de Mérida, percorreu o *Ġarb* de norte a sul, resistindo aos exércitos enviados contra ele e termina os seus dias junto às margens do Douro (como não deixa de lembrar María Jesus Viguera, numa síntese fundamental sobre História Militar do *al-Andalus*) e, mais tarde, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yunus al-Ġilliqī, o grande obreiro que, à semelhança do melhor conhecido Ibn Ḥafṣūn, conseguiu, depois de ter perdido a sua cidade de origem, edificar uma nova capital, afirmar uma dinastia e ter entre os seus descendentes um que irá ser o grande obreiro da reconstrução de uma Évora descuidada que não aguenta a pressão do futuro Ordonho II.

Os *muwalladūn* mostraram ter capacidade de construção; se não conseguem antecipar situações funestas têm, pelo menos, capacidade de resposta rápida em situações de perigo ex-

tremo. Foi o que se passou com o ataque do que virá a ser Ordonho II a Évora, em 913 e com a subsequente renovação do sistema defensivo em redor do eixo Évora - Badajoz, renovação que passa pela aplicação de ameias e pelo uso preferencial de determinados materiais de construção, em detrimento de outros. Se a análise dos paramentos das muralhas de Évora mostrou que o perímetro se manteve em grande medida igual ao herdado de época romana tardia, está ainda por saber como o seu espaço interior se ordenou a partir de 914; no entanto, estes acontecimentos de índole militar ajudam a perceber que começa desenhar-se na época um eixo - entre Badajoz e Évora - e que se reforçará no período das Taifas.

Se os períodos **emiral e califal** - que no caso do *Ġarb al-Andalus* deveria reescrever-se, na medida em que é possível encontrar fundamentos para equacionar, eventualmente, um “período muwallad”. De facto, durante grande parte do século IX o *Ġarb al-Andalus* viveu uma fase de grande autonomia, em que os movimentos de gentes e de técnicas não dependia de um poder central debilitado. Apesar de sua posição periférica, o *Ġarb al-Andalus* não esteve afastado dos avanços técnicos que se fizeram sentir ao longo da bacia do Mediterrâneo e no próprio al-Andalus. Depois do ataque de Ordonho II a Évora em 913, a dinastia dos Ġilliġi/s, frondadores de Badajoz, melhorou sistemas de portas, de torres, colocou adarves e merlões, e, possivelmente, barbacãs e fossos ou cárcavas, caso não as tenha simplesmente aproveitado de fases anteriores.

Por outro lado, quando se afirma o poder central cordovês, mantêm-se muitos centros urbanos de épocas anteriores mas, em muitos casos regista-se a destruição ou demolição intencional (como aconteceu em Mérida) de defesas que promovem a insubmissão e, em simultâneo, edificam-se construção pequenas fortificações urbanas, para a colocação de guarnições fiéis; designadas por vezes como *ħiġn*, será através da palavra *qaġaba* (de onde *alcazaba* e o português *alcáçova*) que estas construções ficarão conhecidas.

A construção de alcáçovas, de que o primeiro exemplo se pode considerar ter sido a “alcáçova” de Mérida - que segue modelos fortemente implantados no oriente do Mediterrâneo, do tipo *quadraburgium* -, terá um enorme sucesso no *Ġarb al-Andalus*, mas também em outros pontos do território peninsular. As crónicas dão conta da propensão dos omíadas por este tipo de solução, com o intuito de poderem controlar as cidades rebeldes, acabadas de dominar; o *ħizam* de Toledo, que controla a cidade e a ponte que atravessa o Tejo tem paralelos evidentes com Mérida e pode ter tido igualmente em outras cidades, como Beja (cidade do *Ġarb* que em meados do século VIII recebera elites originárias dos *ġund/s* “sírios”), onde se sabe o primeiro califa omíada do al-Andalus mandou construir também uma alcáçova. Em outros casos, a alcáçova irá privilegiar os pontos altos, tornando-se numa verdadeira acrópole, como em Lisboa ou em Santarém, de onde se controla a cidade civil. Paralelamente ao processo de *incastellamento* - estudado desde os trabalhos clássicos de Toubert - é possível constatar a existência de fases de forte aposta do poder central na edificação de alcáçovas; há, pois, como que uma aposta táctica no *alcaçovamento* de recintos urbanos, onde só existia muralha defensiva do recinto civil e onde não havia recinto específico para guarnições afectas ao poder central. A alcáçova deveria ser sentido, pelas elites de muitas cidades do al-Andalus, como um símbolo de opressão e do domínio da dinastia sediada em Córdoba.

Até final do período califal parece ter havido ensaios de várias soluções a nível da defesa passiva; ensaios que passam pela utilização de diferentes soluções. Para além do aproveitamento e manutenção de estruturas anteriores, constrói-se de diversas formas: com a taipa ou o adobe (Badajoz; na fase inicial), em alvenaria (Elvas); criando edifícios completamente novos com materiais de construção disponíveis (alcáçova de Mérida) ou reerguendo muralhas intencionalmente derrubadas (como foi o caso de Évora). Por vezes fazem-se ou mantêm-se estruturas defensivas apoiando pontos de água (como pode ter acontecido em Beja, em inícios do século X) ou cavam-se galerias para aí aceder (Alange).

Em termos poliorcéticos, parece não haver hoje dúvida de que houve torres albarrãs na fase emiral, antes de este tipo de torre se ter generalizado e ter feito parte de sistemas mais complexos, que surgem em fase almóada. Se há exemplos, poucos ainda, de torres albarrãs datadas de época emiral, em Calatayud e em Calatrava la Vieja, não é impossível que alguns exemplares pouco conhecidos possam datar, eventualmente, de essa época; a torre albarrã existente no castelo (muito transformado, é certo) de Alcobaça, numa posição que deve ter sido aproveitada em termos táticos - como Alfeizerão, Atouguia e outros pontos sensíveis junto ao litoral atacado pelos normandos - poderá datar dessa época, na qual houve condições para reforçar o controle sobre o litoral e o curso de alguns rios que, algum tempo de pois, surgem com uma qualidade que teve de ser preparada antes.

Por outro lado, a fase final omíada foi marcada por outros tipos de inovações; recorde-se que a época de Almançor foi fértil em alterações a nível militar, destacando-se geralmente o fim do peso dos contingentes de origem tribal, para dar lugar a tropas profissionais, compostas essencialmente por mercenários de origem norte-africano e por *saqāliba*, por “eslavos”, mas também o recurso a estratégias complexas, com a combinação de táticas complementares - como aconteceu em 997, na campanha contra Santiago. Mas as inovações da fase *amīrī* pode ter trilhado outras vias, ainda mal conhecidas; de facto, se o al-Andalus - apesar de independente do califado abbássida - sempre se manteve atento às produções intelectuais, artísticas e edilícias do Mediterrâneo oriental, pode ter ensaiado soluções importadas a nível militar, numa fase em que os influxos orientais foram comuns. Assim, embora se esperem trabalhos de carácter arqueológico, não deixa de fazer sentido que, nesta época e não antes, se tenha concebido um grande acampamento poligonal em Viseu, muito semelhante aos que se encontram em territórios abbássidas, especialmente o de Samarra - nas margens do Tigre -, perfeitamente octogonal (forma com larga tradição no Mundo Islâmico, desde pelo menos a cúpula do Rochedo, em Jerusalém) com o qual o de Viseu tem tão estreita relação a nível das proporções³⁵⁵⁵.

Também o *Ġarb al-Andalus* foi profundamente afectado pela *fitna* e pelo fim do califado no al-Andalus. Se em termos de obras de carácter defensivo pouco se conheça, sabe-se que se trata de uma fase de reforço de estruturas pré-existentes - há obras datadas desta época em Badajoz - e a pulverização dos poderes, com a formação de vários reinos de Taifas, trouxe

3555. Dado recente, que agradeço ao Prof. Doutor Filipe Themudo Barata e que consta de uma publicação amavelmente cedida nestes últimos dias.

consigo obras de carácter militar que em grande medida ainda se desconhecem. No entanto, num *Ġarb* repartido por vários territórios rivais entre si, com uma pulverização em pequenos reinos a sul, as obras defensivas parece terem passado pelo reforço de estruturas prévias, pela aposta na vigilância, dado o século XI ser um século de movimentos de tropas por todo o *Ġarb*. É uma fase de clara viragem: os dirigentes das Taifas tentam legitimar-se e ganhar espaço; é uma fase de movimentos no terreno, com os abbáidas de Sevilha a ganharem os campos em redor de Beja, a conquistarem o efímero reino *mārtulī* e a, depois de tentativas várias, tomarem *Šantamariyya al-Ġarb* e *Šilb*. Mas é também uma fase de movimentações militares e de lutas entre abbáidas de Sevilha e aftácidas de Badajoz nas imediações de Évora e em outros pontos do *Ġarb*. É também uma fase em que a afirmação da dinastia aftāšī de Badajoz passa por intervir na própria cidade de Toledo - dispersão e falta de um rumo claro que se pagará de forma cara quando a nova dinastia que se afirma em Leão avança sobre fortificações a sul do Douro - zona de forte implantação cristã - e em 1064 a cidade de Coimbra cai nas mãos de Fernando Magno e será entregue a um homem com conhecimento do Sul - Sesnando.

Parece não haver, em termos militares, nenhuma resposta ao avanço, pelo flanco ocidental, dos homens de Leão, em meados do século XI. Descurando a fronteira norte e não promovendo o *ġihād*, a atitude complacente aftácida para com o poder castelhano-leonês, abrirá caminho - numa conjuntura diferente - à tomada de Toledo por Afonso VI, em 1085.

Para além do facto, relevante, de a célebre Batalha de *Zallaqa* ter tido lugar na região do *Ġarb al-Andalus*, junto a Badajoz, a entrada no al-Andalus dos almorávidas trará alterações profundas em termos militares. Todo o al-Andalus fica integrado num Estado sediado numa nova cidade - Marrākuš - nunca perdendo a centralidade no Norte de África. O *Ġarb al-Andalus* é reavaliado em termos geo-estratégicos e as cidades de Badajoz e Santrarem ganham, frente a um norte cristão cada vez mais audaz, um estatuto de cidades de *taġr*, cidades cabeça de fronteira muito claro; cidades de rectaguarda, colocadas frente, respectivamente, a uma Salamanca e a uma Coimbra capazes de empreender iniciativas bélicas contra um Sul que se almeja Re-conquistar, recebem reforços e, no caso da cidade do Tejo, pode ter recebido novas estruturas de defesa passiva mas também, possivelmente, estruturas capazes de albergar tropas aí colocada pelo império fundador da grande cidade da região do Atlas³⁵⁵⁶. Santarém, terá sido a base e o centro coordenador dos ataques levados a cabo durante o período de domínio *malikita* almorávida às terras do vale do Mondego (incluindo ao próprio cerco a Coimbra - mais um cerco ineficaz...), do Sicó e ao vale do rio Lis. A cadeia de comando e as forças estacionadas em Santarém estiveram estreitamente ligadas ao poder almorávida; a sua queda fácil, depois de um ataque de surpresa do primeiro monarca português, mostra o avizio e o estado de desorganização que se instalou com a desagregação do império dos *murabitūn*.

O fracasso da solução ortodoxa *malikita* abre o caminho a propostas de “governança” baseadas num *Islam šūfī*. Combatentes pela fé, integrados em acções de esforço em propagar

3556. Trabalhos levados a cabo nos últimos anos revelaram uma enorme necrópole de época islâmica, em Santarém, no Largo Cândido dos Reis; revelações recentes de António Matias, o osteoarqueólogo que dirige o estudo das inumações, revelam que grande parte dos corpos apresentam traços morfológicos de tipo africano, possivelmente berbere; aguarda-se a conclusão do estudo.

e em defender essa mesma fé já haviam surgido antes no al-Andalus; mas, em meados do século XII, Ibn Qāsī consegue afirmar, no sul do Ġarb um projecto de substituição do desacreditado poder almorávida; o místico do *Ġarb al-Andalus*, cuja capacidade militar parece ter sido muito reduzida, será um dos responsáveis pela chegada dos almóadas a um al-Andalus dividido. E um exemplo gritante dessa divisão é a queda de uma Lisboa que, apesar de ter defesas capazes de resistir a um cerco de vários meses, apesar de ter conseguido montar um sistema próprio para a defesa dos bairros extra-muros e de, aparentemente, dispor de entradas sofisticadas, acaba por, devido a uma capacidade estratégica mais sofisticada e sólida por parte das monarquias cristãs, não ser socorrida por aliados potenciais que, por seu turno, tinham pactuado com Afonso Henriques.

E a alternativa que Ibn Qasī tentou implantar no Ġarb - para a qual tentou apoios fora da região, chegando a contactar os adversários norte-africanos dos almorávidas - não foi viável. Tentou substituir o malikismo tradicional por uma nova visão do *Islam* acompanhada por movimentações políticas e militares de duvidosa competência; um outro *sūfī* conseguirá, não muito mais tarde, um projecção muito maior mas através de outro *caminho*: chamava-se de Ibn ‘Arabī.

A implatação da dinastia **almóada** representa, a muitos níveis, um corte com o passado; os almóadas trarão uma dimensão nova à defesa passiva, mas também à forma de conceber as campanhas militares e arte de edificar. Apostando na arquitectura - militar e religiosa, ambas em sintonia ideológica - os almóadas colocam em prática um programa ambicioso de construção militar no Ġarb e em outras regiões do al-Andalus; mas, apesar da rigidez da hierarquia almóada, não o fazem desligados do contexto regional em que se inserem. No caso do Ġarb, as obras de edificação, nas quais a taipa rica em cal - a taipa militar - desempenhou um papel importante como técnica barata, rápida e durável, foram levadas a cabo por equipas que se deslocavam de fortificação em fortificação e as elites regionais, como os Banū Wazir não eram alheios a essas obras.

A nível das técnicas construtivas, tinha predominado, até então, o uso das torres quadangulares em cantaria ou alvenaria - mas sabe-se que não deixou de haver igualmente utilização de torres semi-circulares ou até torres ultra-semi-circulares (como na Aljafería de Saragoça) - também se usava taipa, mas geralmente terrosa e, para além de possíveis experiências com outras formas orientais de defesa passiva (como os octógonos de Samarra e Viseu) já se usavam, esporadicamente, torres de tipo albarrã em edificações de época omíada³⁵⁵⁷. Ora, os almóadas vão dar unidade e criar um sistema coerente de edificação, rápido e eficaz, que passa pela opção clara pela taipa, uma taipa endurecida com cal e emoldurada de forma a que se assemelhe a grossa cantaria, pela edificação de muralhas de cortina dupla - muralha principal e barbacã -, ameias e merlões, sistemas de poços e cisternas, torres albarrãs associadas a couraças e uma maior sofisticação a nível das entradas em cotovelo (solução já presente em fortificações das primeiras Taifas e até na entrada da cidade palatina de Madīna al-Zahrā’). E está por estudar o papel dos almóadas a nível da edificação de pontes³⁵⁵⁸. Há,

3557. As torres albarrãs farão *carreira* em solo peninsular; não deixarão de ser usadas em fortificações de época cristã, seguindo sobretudo a tipologia das islâmicas de fase final; não faltam exemplos em Madrigal de las Altas Torres, Óbidos, Vila Viçosa, Castelo Rodrigo, Lagos...

3558. Se são bem conhecidas as características da ponte entre Sevilha e Triana, no caso do *Ġarb* mais ocidental está

de facto, algo de muito coerente e de integrador na arquitectura desta época que a diferencia das de épocas anteriores. Essa coerência advém da capacidade integradora que houve nesta época, de conjugar os saberes adquiridos em épocas anteriores. Combinando a utilização da taipa (se bem que muito reforçada com cal, originando a chamada “taipa militar”), sem abandonar o uso de alvenaria (sobretudo em cunhais), utilizando profusamente as torres projectadas para o exterior - as chamadas torres albarrãs - combinadas com o uso de barbacãs; usando frequentemente cortinas amuralhadas terminadas em torres e direccionadas para os rios ou para pontos onde houvesse água; afirmando as entradas em cotovelo e, em alguns casos, multiplicando essas mesmas entradas acotoveladas, com câmaras internas e portas múltiplas, aprimorando as portas de ombral/ombreira duplo (ou “doble mocheta” como se diz em Espanha), solução que surge identificada no *al-Andalus* em época do primeiro califa omíada; criando sistemas de ameias e de enconfrado com dimensões *standard*, em que a altura do taipal oscila quase sempre entre os 80 e os 90 e poucos centímetros de altura, com um sistema de protecção desse mesmo taipa que tem a virtualidade de proteger a construção e, ao mesmo tempo, criar junto dos inimigos menos avisados a sensação de inexpugnabilidade, os almóadas conseguiram um tipo de edificação militar que, com algumas variantes e sempre adaptado ao terreno em que se insere, se identifica facilmente. E não é impossível que a arquitectura desta época resulte em parte do diálogo com outras zonas do Mundo Islâmico, um mundo que utilizava o árabe como língua de comunicação e que acolhia diversas crenças monoteístas e no qual ainda havia dinastias que apostavam na inovação.

Porém, a arquitectura defensiva não foi suficiente; se em termos de edificações os almóadas parece terem sido insuperáveis, em termos de movimentação de tropas, as suas campanhas foram decepcionantes e, em alguns casos, desastrosas.

As campanhas militares preparadas e exibidas com pompa, mas com exércitos pesados, lentos, impressionantes mas desadequados para dar resposta às dificuldades colocadas pelos cristãos, parece ter sido a norma. Os adversários do Norte cristão (que não eram os únicos a fazer frente à dinastia almóada), cada vez mais aguerridos, mais arrojados e com defesas passivas cada vez mais fortes, dispunham de outras *armas* cujo poder de alcance não foi devidamente equacionado por uma dinastia almóada atenta às questões geo-políticas do Oriente islâmico mas desatenta e mal informada em relação aos territórios localizados a norte das cidades que a custo os almóadas tentam manter. Apostando nos grandes exércitos, como o que tentou recuperar Santarém em 1184, os almóadas, para além de enfermarem de lentidão e deficiente avaliação das forças inimigas, têm dificuldade em lidar com as iniciativas arrojadas das milícias concelhias e até com caudilhos que fazem a guerra por conta própria, como foi, em determinada fase, a actuação de um Geraldo.

tudo por fazer; se a ponte de Alcorce, em Santarém, parece ser anterior, estão por estudar as pontes junto a Paderne, a de Silves e sítios que, pela toponímia, indiciam da existência de estruturas deste tipo, edificadas nesta fase ou mantidas, como Alcantarilha.

Em termos gerais, e avaliando os vários séculos de domínio islâmico no *Ġarb*, nunca fora delineado um horizonte territorial de conquista de todo o território, como acontecerá do lado cristão; estes, vão definir como objectivo a libertação da *Hispania* do domínio *sarraceno*, e essa clareza na enunciação dos objectivos abrirá caminho a várias formas - não sem alguns compassos de espera e recuos - de perseguir o mesmo objectivo; com uma estratégia mais claramente delineada, será possível ensaiar e encontrar as tácticas mais adequadas para servir a estratégia global que, além do mais, é partilhada por vários reinos - cristãos - em simultâneo. Do lado das forças do Sul islâmico a clareza no objectivos territoriais é muito menor. Com os olhos postos no Oriente, tendo de gerir - no caso das dinastias almorávida e almóada - territórios de *aquém e além-mar em al-Andalus*, as várias formações políticas que governaram o al-Andalus negligenciaram o conhecimento profundo sobre o adversário cristão e a forma como este adversário evoluíra. Se no século IX e X os *mağūs* ou normandos puderam ser controlados com sistemas de vigilância - ainda mal conhecidos - implantados no litoral, os “homens do Norte” que surgem mais tarde, já cristianizados e fiéis a Roma, surgirão com uma organização, um ideário e objectivos muito mais concretos do que no século IX.

De facto, as alterações surgidas no *al-Andalus*, com uma sucessões de soluções e lógicas governativas diferentes, sobretudo após o colapso do califado de Córdoba, permitiu que o norte delineasse um caminho mais sólido. A força da ideia de reconquista do que era legitimamente cristão, a força do culto a Santiago, com apoios fortes de além-Pirineús, a capacidade de as comunidades municipais investirem no binómio defesa - ataque e a própria existência (ao contrário do que se passava no sul) de cartas de foral que não só definem e regulamentam deveres militares como, pelo simples facto de serem outorgadas ainda antes da conquista de uma determinada cidade, estimulavam o empenho nessa conquista. Mas mais ainda, o estatuto das terras cristãs pode variar e moldar-se a novos desafios; várias localidades foram recebendo forais novos ao longo dos tempos, não estavam presos a um direito - como o derivado do *madhab malikī* - mais rígido e, se bem que sujeito a interpretação, baseado em textos sagrados. Todos estes factores ideológicos foram - para além das armas - determinantes na alteração dos pratos da balança.

De facto, sem esquecer as argutas teses de Ibn *Khaldūn* sobre o nascimento, a afirmação e o declínio das dinastias - plasmadas na sua *al-Muqaddima* -, os almóadas parece terem acreditado que o amuralhamento e a formação de grandes exércitos seria suficiente. A realidade mostrou - à semelhança do que acontecerá, muitos séculos depois, com a *Armada Invencível*, que muitas pequenas forças (para além de outros factores) conseguirão inviabilizar o movimento de uma força imponente e aparentemente invencível. A aposta nas grandes construções, numa fase final, lembra o que se passou com algumas potências ultramarinas: as edificações de boa qualidade não serão suficientes para evitar o fim de um ciclo e serão as novas formações políticas a tirar partido delas ou a destruí-las. Mas a memória, essa, se dificilmente virá a ser apagada, deverá ser estimulada e revisitada com as aportações da Arqueologia, do Arabismo científico e a interpretação crítica da História.